



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2657

Quinta-feira - 18 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Guaraciaba	332	Orleans	667
Água Doce	7	Guaramirim	334	Otacílio Costa	676
Alfredo Wagner	13	Guarujá do Sul	338	Ouro	677
Anchieta	14	Guatambú	339	Ouro Verde	678
Anitápolis	16	Herval d'Oeste	344	Palhoça	679
Antônio Carlos	22	Ibiam	354	Palma Sola	728
Apiuna	31	Ibirama	365	Paraíso	729
Arroio Trinta	42	Ilhota	367	Passos Maia	731
Atalanta	43	Imarui	372	Paulo Lopes	735
Balneário Piçarras	44	Imbituba	376	Penha	737
Balneário Rincão	84	Imbuia	378	Pescaria Brava	740
Bandeirante	86	Ipira	379	Pinhalzinho	750
Barra Bonita	87	Iporã do Oeste	513	Pinheiro Preto	751
Barra Velha	88	Ipumirim	514	Piratuba	753
Benedito Novo	89	Iraceminha	527	Pomerode	754
Biguaçu	93	Iratí	529	Ponte Serrada	757
Blumenau	102	Irineópolis	530	Porto Belo	758
Bom Jesus do Oeste	123	Itaiópolis	532	Porto União	761
Bom Retiro	124	Itapema	533	Pouso Redondo	793
Botuvera	130	Itapiranga	537	Praia Grande	796
Braço do Trombudo	140	Itapoá	539	Presidente Nereu	797
Brusque	167	Ituporanga	543	Princesa	863
Caçador	175	Jaborá	548	Quilombo	866
Camboriú	193	Jacinto Machado	552	Rio das Antas	875
Campo Alegre	195	Jaraguá do Sul	554	Rio do Campo	876
Campos Novos	206	Joaçaba	576	Rio do Oeste	878
Canoinhas	215	Lages	582	Rio do Sul	881
Capão Alto	221	Laguna	585	Rio Fortuna	888
Capinzal	232	Lauro Muller	587	Romelândia	889
Catanduvas	236	Leoberto Leal	591	Santa Cecília	893
Caxambu do Sul	250	Luiz Alves	593	Santa Rosa do Sul	894
Chapadão do Lageado	256	Luzerna	599	Santa Terezinha do Progresso	899
Cocal do Sul	262	Macieira	617	Santiago do Sul	904
Concórdia	264	Mafrá	620	São Bento do Sul	906
Cordilheira Alta	277	Major Vieira	622	São Bernardino	909
Corupá	278	Maracajá	623	São Bonifácio	915
Cunha Porã	280	Maravilha	625	São Francisco do Sul	916
Cunhataí	282	Marema	627	São João Batista	923
Curitibanos	285	Massaranduba	629	São José	932
Descanso	286	Matos Costa	633	São José do Cedro	941
Dionísio Cerqueira	301	Meleiro	634	São Lourenço do Oeste	948
Ermo	302	Mondaí	635	São Pedro de Alcântara	954
Forquilha	305	Monte Castelo	650	Saudades	962
Fraiburgo	310	Morro da Fumaça	653	Schroeder	963
Frei Rogério	316	Morro Grande	656	Serra	972
Garopaba	320	Navegantes	657	Serra Alta	983
Garuva	325	Nova Erechim	662	Sombrio	986
Gaspar	327	Nova Trento	663	Sul Brasil	987
Governador Celso Ramos	330	Novo Horizonte	665	Tangará	988

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2657

Quinta-feira - 18 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Tigrinhos	989	Trombudo Central.....	1002	Vitor Meireles.....	1016
Tijucas	990	Urubici	1003	Xanxerê.....	1075
Timbó	992	Urupema	1006	Xavantina	1080
Três Barras	999	Urussanga	1007	Xaxim.....	1081
Treze Tílias	1000	Videira.....	1009		

Consórcios

AGIR	1089
CIMVI.....	1090
CIS Nordeste	1094
CIS-AMAVI.....	1094
CIS/AMMVI.....	1097
CIS/AMURES.....	1100
CIRSURES.....	1103



Agrônômica

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2018 - CIGA

Publicação Nº 1775598

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 01/2018, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE AGRONOMICA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de AGRONOMICA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.590/0001-90, com sede Rua 7 de Setembro, 215 - Centro, CEP 89188-000, na cidade de AGRONOMICA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) CESAR LUIZ CUNHA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 379.381.009-78, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2018, celebrado em 2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 01/2018, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme Resolução CIGA n.º 146, de 13 de agosto de 2018, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2019, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 651,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 544,25 (quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5404-6, Conta Corrente n.º 350-6, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2019.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 01/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 17 de outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA,
Prefeito de AGRONOMICA
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Decreto Nº 065/2018

Publicação Nº 1775665

DECRETO N.º 065/2018 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
- O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.112/2017 de 15 de dezembro de 2017, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,
- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.112/2017, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que a dotação nº. 69 do Departamento Municipal de Obras, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (69)
Programa – 39 – Estradas Vicinais
Ação – 2.26– Manutenção Geral do Departamento de Obras
Unidade – 9001 – Departamento Municipal de Obras
Função – 26– Transporte
Subfunção – 782 – Transporte Rodoviário
Valor R\$ 37.000,00
Fonte de Recurso: 0.1.39 – Fundo Especial do Petróleo e Transferências... (239)

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2018, no importe de R\$ 37.000,00, fonte de recursos 0.1.39 – Fundo Especial do Petróleo e Transferências... (239).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete Do Prefeito, em 18 de outubro de 2018.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 287/18

Publicação Nº 1775644

PORTARIA Nº 287/2018 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração

pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. MARIO SCHNEIDER matrícula nº 134 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - TSA, com lotação no Departamento de Obras, encontra-se com as férias do período aquisitivo 02/12/2015 A 02/12/2016.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 15/10/2018 a 29/10/2018, (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 02/12/2015 A 02/12/2016, para o servidor municipal Sr. MARIO SCHNEIDER matrícula nº 134 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - TSA, com lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de OUTUBRO de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 288/18

Publicação Nº 1775645

PORTARIA Nº 288/2018 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. MARIO SCHNEIDER matrícula nº 134 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - TSA, com lotação no Departamento de Obras, encontra-se com as férias do período aquisitivo 02/12/2016 A 02/12/2017.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 30/10/2018 a 13/11/2018, (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 02/12/2016 A 02/12/2017, para o servidor municipal Sr. MARIO SCHNEIDER matrícula nº 134 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - TSA, com lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de OUTUBRO de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 289/18

Publicação Nº 1775648

PORTARIA Nº 289/2018 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra.

MARIA GORETE LEHMKUHL WILLEMANN, matrícula n.º913 ocupante do cargo de provimento efetivo Merendeira e lotação no Departamento de Educação.

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1- -) Concede licença médica pelo período de 15 (quinze) dias remunerada, iniciando-se em 09/10/2018 até 23/10/2018, a servidora municipal Sra. MARIA GORETE LEHMKUHL WILLEMANN, matrícula n.º913 ocupante do cargo de provimento efetivo Merendeira e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 09/10/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de outubro de 2018

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 290/18

Publicação Nº 1775649

PORTARIA Nº290/2018 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK, matrícula n.º876 ocupante do cargo de provimento efetivo Diretor de Escola e lotação no Departamento de Educação.

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1- -) Concede licença médica pelo período de 15 (quinze) dias remunerada, iniciando-se em 11/10/2018 até 25/10/2018, a servidora municipal Sra. VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK, matrícula n.º876 ocupante do cargo de provimento efetivo Diretor de Escola e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 11/10/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de outubro de 2018

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

360/2018

Publicação Nº 1775947

PORTARIA Nº 360/2018 – DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 140 de 02 de Outubro de 2018

RESOLVE:

Art. 1º. Concede função gratificada ao servidor HILÁRIO BARTZ, inscrito no CPF sob o nº 543.834.129-04, servidor efetivo no cargo de Mecânico, para ser Coordenador de Oficina Mecânica do município.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 114/2018 DE 17-10-18**

Publicação Nº 1775841

**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE**

Praça João Macagnan, nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738 (49) /35240778

E-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br/ site: www.cvaguadoce.sc.gov.br

CEP 89654-000 - Água Doce - Santa Catarina.

RESOLUÇÃO N.º 114/2018 – DE 17 DE OUTUBRO DE 2018**REGULAMENTA O BANCO DE HORAS E AS FOLGAS DURANTE ÀS SESSÕES NA CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Jorge Rone Haslinger, Vereador e Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin, (Lei n. 2.032/2011, de 24 de novembro de 2011), do Município de Água Doce, que em conformidade com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, apresenta a Resolução, a qual estabelece que:

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o afastamento voluntário de servidores públicos municipais da Câmara de Vereadores de Água Doce, quando da participação de sessões ordinárias, extraordinárias, solenes dentre outras a ser realizadas em conformidade com o que determina a Resolução n.º 017/2005 de 13 de Dezembro de 2005 pela qual: “Estabelece o Novo Regimento Interno do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, e dá outras providências;”

CONSIDERANDO a necessidade de atender ao Princípio da economicidade na administração pública municipal;

CONSIDERANDO também os princípios que regem a Administração Pública, notadamente o da eficiência, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além da previsão de compensação de horários, duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias, e, quarenta e quatro semanais nos termos do inciso XIII, art. 7.º, e §2.º do art. 39, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a necessidade de prestação do serviço em horários diferenciados, ou até mesmo devido à demanda ultrapassar a carga horária estabelecida para cumprimento de servidores em sua posterior compensação;

CONSIDERANDO que alguns serviços públicos não admitem por sua natureza compensação sob pena de desatendimento no serviço à população;

Página 1 de 5

**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE**

Praça João Macagnan, nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738 (49) /35240778

E-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br/ site: www.cvaguadoce.sc.gov.br

CEP 89654-000 - Água Doce - Santa Catarina.

Faz-se necessário a regulamentação do banco de horas e as folgas durante a participação nas sessões regimentais, a fim de possibilitar aos servidores a compensação que ultrapassem a jornada normal, devido à necessidade da demanda.

Determina:

BANCO DE HORAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SC

Artigo 1.º A compensação em banco de horas pela ausência ao serviço público de servidores no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC, fica condicionado nos seguintes termos:

§ 1.º As horas excedentes ao horário normal executadas em dias úteis serão computadas como horas créditos, sendo compensadas em horas folgas, na seguinte proporção:

I. As horas executadas além do horário de expediente normal, entendidas como extensão de jornada, serão compensadas na mesma proporção, observadas a jornada semanal do cargo;

II. As horas trabalhadas nos domingos e feriados, desde que não façam parte da escala de revezamento, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por duas horas de folga.

III. A compensação do banco de horas, prevista nesta resolução, deverá obrigatoriamente ocorrer em um prazo máximo de 12 (doze) meses após a execução das horas excedentes, ou da falta dos servidores sob pena de responsabilização do Presidente da Câmara de Vereadores, onde os servidores encontram-se lotados, ou onde estiveram lotados durante a execução das mesmas.

§ 2.º Quando da necessidade de transferência de servidores, as respectivas horas contabilizadas no banco de horas na secretaria, deverão ser zeradas antes da efetivação da transferência.

**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE**

Praça João Macagnan, nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738 (49) /35240778

E-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br/ site: www.cvaguadoce.sc.gov.br

CEP 89654-000 - Água Doce - Santa Catarina.

Artigo 2.º É vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização do presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, para posterior compensação das faltas no banco de horas.

Artigo 3.º As horas folgas serão concedidas mediante à solicitação prévia e escrita pelos servidores, após autorização expressa do presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, com a devida comunicação ao Departamento de Pessoal para o registro e o controle, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos, observado o prazo previsto no parágrafo primeiro, inciso III, do artigo 1º, desta Resolução.

§ 1.º Somente será computada como horas extras créditos com direito à compensação, aquelas previamente autorizadas e registradas em cartão ponto ou registro manual por meio de livro ponto ou folha individual de frequência, observada a jornada semanal para cada cargo;

§ 2.º Ocorrendo atrasos ou faltas injustificadas ao serviço, serão descontados do banco de horas.

§ 3º É extensivo aos servidores detentores de Chefia de Divisão (função de confiança) a compensação das horas, devidamente registradas no banco de horas.

Artigo 4.º Os atestados e outras comunicações que não forem registrados no sistema devem ser informados pelos servidores responsáveis, até 3, (três) dias úteis ao ocorrido, por meio de circular contendo justificativa do ocorrido, para o Departamento Pessoal da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC.

Artigo 5.º Será considerado como último dia para prestação de justificativa o dia 15 de cada mês.

Artigo 6.º Em caso de exoneração ou rescisão do contrato de trabalho, as horas constantes do banco de horas serão convertidas em pecúnia com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no valor da hora normal, possuindo os servidores um saldo negativo de banco de horas, este será descontado no valor da hora normal.

Artigo 7.º A frequência será apurada do 1.º, (primeiro) ao último dia do mês e as variações em relação às horas faltas serão descontadas no mês subsequente.

**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE**

Praça João Macagnan, nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738 (49) /35240778

E-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br/ site: www.cvaguadoce.sc.gov.br

CEP 89654-000 - Água Doce - Santa Catarina.

Artigo 8.º Em havendo urgência pelo serviço extraordinário deverá ser previamente autorizado pelo presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC.

Parágrafo único. Não será considerado serviço extraordinário o período em que for objeto de conversão para folga compensatória segundo anotações no banco de horas.

Artigo 9.º A concessão de folga compensatória será realizada atendendo ao interesse público preservando-se a continuidade do serviço.

Artigo 10. O sistema de banco de horas compreenderá:

- I. Nome do servidor;
- II. Número da matrícula;
- III. Lotação;
- IV. Horas de expediente extraordinário para fins de compensações;
- V. Folgas compensatórias a conceder e as concedidas quando for o caso;
- VI. Demais anotações que houver a necessidade, para fins de transparência.

DAS FOLGAS DURANTE AS PARTICIPAÇÕES NAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES E OUTRAS PREVISTAS NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SC

Artigo 11. Os servidores públicos municipais da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC, sempre que participarem de sessões previstas na Resolução n.º 017/2005 de 13 de dezembro de 2005 pela qual: “Estabelece o Novo Regimento Interno do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, e dá outras providências;” desde que conste anotação no livro ponto a fim de comprovar a presença, terão o direito de folgar meio dia, ficando à escolha no horário matutino e ou vespertino, sob a autorização do presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC.

Parágrafo único. Caberá aos servidores comunicarem ao presidente o dia em que estarão retirando suas folgas prevista no Artigo 11 desta Resolução, o qual estará informando

**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE**

Praça João Macagnan, nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738 (49) /35240778

E-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br/ site: www.cvaguadoce.sc.gov.br

CEP 89654-000 - Água Doce - Santa Catarina.

ao Departamento de Pessoal para que proceda com a devida anotação no livro ponto, sem prejuízos no vencimento.

Artigo 12. Compete ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC, solucionar as dúvidas por ventura surgidas com a aplicação desta Resolução.

Artigo 13. As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município de Água Doce, parte destinada ao Poder Legislativo Municipal.

Artigo 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2018

Jorge Rone Haslinger
Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce, SC

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº19-2018

Publicação Nº 1775954

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 30 de Outubro de 2018.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Referente contratação de pessoa jurídica ou física, para prestação de serviços em eventos esportivos, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante do Edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, disponíveis pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 17 de Outubro de 2018

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 174/2018

Publicação Nº 1775615

DECRETO Nº 174/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 028/2015 E A APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 84 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Termo de Notificação para a rescisão unilateral do Contrato 028/2015, firmado com a empresa ACR Construtora de Obras Ltda, que versa sobre a execução da rede coletora de esgoto, ligação domiciliar, estação elevatória de esgoto e urbanização, compreendendo parte das Ruas Buenos Aires, Minas Gerais, Tiradentes, Carlos Picolli, Olinda e Av. Anchieta no perímetro urbano da cidade de Anchieta, em decorrência do Processo Licitatório 061/2015, na modalidade de Concorrência 001/2015;

Considerando o que consta no parecer Técnico 018/2018, do Setor de Engenharia do Município de Anchieta;

Considerando o disposto no Parecer Jurídico 010/2018;

Considerando que a empresa ACR Construtora de Obras Ltda ME, contratada para a execução da rede coletora de esgoto, ligação domiciliar, estação elevatória de esgoto e urbanização, compreendendo parte das Ruas Buenos Aires, Minas Gerais, Tiradentes, Carlos Picolli, Olinda e Av. Anchieta no perímetro urbano da cidade de Anchieta, em decorrência do Processo Licitatório 061/2015, na modalidade de Concorrência 001/2015, paralisou, por sua iniciativa exclusiva, as contratadas desde agosto de 2016; não aceitou retomar as obras, após diversas tentativas da Administração Pública neste sentido; não atendeu integralmente as solicitações do Município, no oferecimento de suporte documental necessário a ser encaminhado à FUNASA, órgão público que financia o empreendimento em tela; e, impôs o retorno das obras ao deferimento de pedidos de aditivos para o reequilíbrio econômico-financeiro do valor inicial da contratação, situações que se amoldam objetivamente ao disposto no art. 78, I, II, III e V da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido unilateralmente o Contrato Administrativo n. 028/2015, firmado com a empresa ACR Construtora de Obras Ltda, que versa sobre a execução da rede coletora de esgoto, ligação domiciliar, estação elevatória de esgoto e urbanização, compreendendo parte das Ruas Buenos Aires, Minas Gerais, Tiradentes, Carlos Picolli, Olinda e Av. Anchieta no perímetro urbano da cidade de Anchieta, em decorrência do Processo Licitatório 061/2015, na modalidade de Concorrência 001/2015, por infringência ao art. 78, incisos I, II, III e V da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, por culpa exclusiva da contratada.

Art. 2º. Ficam aplicadas as penalidades de Multa, à empresa ACR Construtora de Obras Ltda., com o prazo de 30 dias para o seu pagamento junto a Tesouraria Municipal, pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial das mesmas, conforme segue:

I – Pelo atraso injustificado na execução do contrato, multa de R\$ 217.995,78 (Duzentos e dezessete mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos) equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor das obrigações não cumpridas, considerando o atraso de 778 (setecentos e setenta e oito) dias na execução do contrato, conforme previsto na Cláusula Décima Terceira, item 13.2.1 do contrato;
- Pela inexecução parcial do contrato, multa de R\$ 205.491,20 (Duzentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos), equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor inicial do contrato, considerando o atraso de 778 (setecentos e setenta e oito) dias na execução do contrato, conforme previsto na Cláusula Décima Terceira, item 13.3.1 do contrato.

Parágrafo único. Oportunamente poderá ser aplicada a multa prevista no item 13.3.2 da Cláusula Décima Terceira do Contrato, bem como poderão ser cobradas danos, perdas ou prejuízos decorrentes do vínculo contratual que ora se extingue.

Art. 3º. Fica revogado na íntegra o Decreto nº 172 de 10 de outubro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 15 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

ANEXO I DO DECRETO N. 174/2018

MEMORIA DE CALCULO DAS MULTAS

MULTA PELO ATRASO INJUSTIFICADO NA EXECUÇÃO DE CONTRATO		
1	Fundamento legal	Cláusula Décima Terceira, item 13.2.1 do Contrato 028/2015
2	Objeto	Atraso injustificado na execução parcial do contrato
3	Base de cálculo da Multa	Valor da obrigação não cumprida, assim entendido as parcelas da obra contratada que não foram executadas pela empresa para o cumprimento integral da obrigação
4	Percentual	0,33% por dia de atraso
5	Limite	20% (vinte por cento)
6	Valor inicial do contrato	R\$ 2.054.911,97
7	Valor executado do contrato	R\$ 964.933,05
8	Valor NÃO executado do contrato	R\$ 1.089.978,92
9	Data da paralisação da obra	28/08/2016
10	Dias de atraso	778
11	PERCENTUAL DA MULTA	0,33% X 778 dias de atraso = 256.74% portanto o percentual da multa a ser aplicado no caso é de 20%, limite contratual para a penalidade
12	VALOR DA MULTA	R\$ 1.089.978,92 X 20% = R\$ 217.995,78

MULTA PELA INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO		
1	Fundamento legal	Cláusula Décima Terceira, item 13.3.1 e 13.4 do Contrato 028/2015
2	Objeto	Inexecução parcial do contrato
3	Base de cálculo da Multa	Valor inicial do contrato, assim entendido aquele fixado na Cláusula Quarta do Contrato 028/2015
4	Percentual	0,2% por dia de atraso
5	Limite	10% (dez por cento)
6	Valor inicial do contrato	R\$ 2.054.911,97
7	Data da paralisação da obra	28/08/2016
8	Dias de atraso	778
9	PERCENTUAL DA MULTA	0,2% X 778 dias de atraso = 155,60%, portanto o percentual da multa a ser aplicado no caso é de 10%, limite contratual para a penalidade
10	VALOR DA MULTA	R\$ 2.054.911,97 X 10% = R\$ 205.491,20

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 052/2018

Publicação Nº 1775594

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 081/2018 – Pregão Presencial nº 052/2018.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 081/2018, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial para: Registro de Preço para aquisição futura e eventual de tubos de concreto para a Secretaria de Infraestrutura, utilizados nas atividades de manutenção e conservação do perímetro urbano e interior do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

LOLATTO SOLUÇÕES CONCRETAS DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – EPP.

VALOR R\$: 44.200,00

DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA – EPP.

VALOR R\$: 40.500,00

KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EIRELI ME.

VALOR R\$: 58.352,50

VALOR TOTAL R\$: 143.052,50

Anchieta, 17 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

Anitápolis

PREFEITURA

DECRETO 043/2018- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PMA

Publicação Nº 1776005

DECRETO Nº. 043/2018

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 954/17 de 20 de dezembro de 2017:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 320.00,00 (trezentos e vinte mil reais), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

10.02.04.123.0012.2.008.3.3.91.0.1.0000/36 R\$ 210.000,00
12.01.26.782.0022.2.016.3.3.90.0.1.0000/104 R\$ 100.000,00
12.02.25.752.0023.2.022.3.3.90.0.1.0000/138 R\$ 10.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 03 de setembro de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 03 de setembro de 2018.

Adelirio Schmidt
Gestor Público

DECRETO 044/2018- AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PMA

Publicação Nº 1776021

DECRETO Nº. 044/2018

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 954/17 de 20 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 5.259,00 (cinco mil duzentos e cinquenta e nove reais), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.01.26.782.0022.2.016.4.4.90.0.1.0000/105 R\$ 259,00
13.02.13.392.0020.2.027.3.3.90.0.1.0000/231 R\$ 5.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.01.26.782.0022.2.016.3.3.90.0.1.0000/104 R\$ 259,00
13.02.13.392.0020.2.027.4.4.90.0.1.0000/232 R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 03 de setembro de 2018.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 03 de setembro de 2018.

Adelirio Schmidt
Gestor Público

DECRETO 045/2018- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1776027

DECRETO Nº. 045/2018
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 954/17 de 20 de dezembro de 2017:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a dotação abaixo relacionada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.001.3.3.90.00.02.0070/125 R\$ 11.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 03 de setembro de 2018.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 03 de setembro de 2018.

Adelirio Schmidt
Gestor Público

DECRETO 047/2018- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PMA

Publicação Nº 1776030

DECRETO Nº. 047/2018
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 954/17 de 20 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 8.700,10 (oito mil setecentos reais e dez centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

10.01.04.122.0009.2.005.3.3.90.0.1.0000/29 R\$ 2.577,10
10.02.04.123.0012.2.007.3.3.90.0.1.0000/34 R\$ 6.123,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

10.01.04.122.0009.2.005.4.4.90.0.1.0000/30 R\$ 2.577,10
10.02.04.123.0012.2.007.4.4.90.0.1.0000/35 R\$ 6.123,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 01 de outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 01 de outubro de 2018.

Adelirio Schmidt
Gestor Público

DECRETO 048/2018- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1776037

DECRETO Nº. 048/2018

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 9º da Lei Municipal nº. 954/17 de 20 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 7.870,00 (sete mil oitocentos e setenta reais), a dotação abaixo relacionada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.01.12.361.0017.2.034.3.3.90.0.3.216/306 R\$ 7.870,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do superávit financeiro do exercício anterior no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 01 de outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 01 de outubro de 2018.

Adelirio Schmidt
Gestor Público

DECRETO 049/2018- ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Publicação Nº 1776043

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 2560131 – Fax: 2560188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

DECRETO Nº. 049/2018

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira nos próximos trinta dias, na Prefeitura Municipal de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido limitação de empenho e movimentação financeira nos próximos trinta dias, na Prefeitura Municipal de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis, em virtude de quando da análise dos relatórios resumidos de execução orçamentários relativos ao 4º bimestre de 2018 e de outras informações, para verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, constatou-se que a meta

bimestral de arrecadação prevista até o 4º bimestre de 2018 não foi alcançada, pois foi prevista a meta de R\$ 15.228.192,88 e o resultado foi de R\$ 10.828.631,92, o que representou 71,11% da meta prevista.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 02 de outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 02 de outubro de 2018.

Adelirio Schmidt

Gestor Público

LEI Nº 977/2018- CRIA O PROGRAMA "QUEBRANDO O SILÊNCIO"

Publicação Nº 1775986

LEI Nº 977/2018

Criar o programa "Quebrando o Silêncio", que visa mostrar os direitos da mulher e assisti-las contra a violência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS/SC, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Com o intuito de promover programas normatizados pelo Município e atender exigência contida no artigo 8.º e seus incisos da Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha), fica instituído o Programa "Quebrando o Silêncio" que estrutura a prática de atendimento às mulheres vítimas no Município, elaborando ações para minimizar as questões referentes à violência doméstica.

Art. 2º Sob o foco do conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) fica definida como violência contra a mulher todo ato de violência que tenha ou possa ter como resultado:

I. Qualquer dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico; II. As ameaças de tais atos; e

III. A coação ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada.

Art. 3º Deve o Executivo Municipal inserir estratégias no programa criando os seguintes tipos de ação para o seu desenvolvimento:

I – Criando tarefas preventivas para sensibilizar e conscientizar a família anitapolitana através de cartilhas, palestras e campanhas que abordem temas como relações familiares, papéis sociais e educação inclusiva, não diferenciada entre meninos e meninas.

II - Desenvolver a complementação do trabalho de divulgação na ação assistencial, no atendimento à mulher quando de sua entrada como vítima de prática abusiva, conduzindo-a fortalecer a autoestima e realizar uma reflexão para que ela retome suas relações sociais.

Art. 4º O Programa "Quebrando o Silêncio" deve ser amparado por uma equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, composta por: Assistente Social, Advogado e Psicólogo, para estruturar a prática do atendimento às mulheres vítimas e elaborar ações para minimizar as questões referentes à violência doméstica.

Art. 5º O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de noventa (90) dias.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, em 11 de outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 11 de outubro de 2018.

Adelirio Schmidt

Gestor Público

PORTARIA Nº 153/2018 - CESSA GRATIFICAÇÃO GILMOR TONDOLO

Publicação Nº 1775624

PORTARIA Nº 153/2018

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 620/05 de 01.06.05 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a gratificação de função o servidor GILMOR TONDOLO, matrícula nº 1077, ocupante do cargo de Motorista II, do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, por não mais prestar atendimento junto ao setor de frotas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 17 de Outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 154/2018- TRANSFERE LOTAÇÃO - GILMOR TONDOLO

Publicação Nº 1775626

PORTARIA Nº 154/2018

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 124 da Lei nº 504/2000 de 28.12.00 e Inciso VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16.12.04.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a lotação do servidor Gilmor Tondolo, matrícula nº 1077, ocupante do cargo de Motorista II do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, da Secretaria de Saúde, Saneamento e Assistência Social para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 17 de Outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155/2018 - CESSA GRATIFICAÇÃO- TIAGO BONETTI

Publicação Nº 1775628

PORTARIA Nº 155/2018

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 620/05 de 01.06.05 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a gratificação de função do servidor TIAGO BONETTI, matrícula nº 1201, ocupante do cargo de Motorista II, do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, por não mais desempenhar a função de motorista do transporte escolar em horário noturno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 17 de Outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156/2018 - TRANSFERE LOTAÇÃO - TIAGO BONETTI

Publicação Nº 1775629

PORTARIA Nº 156/2018

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 124 da Lei nº 504/2000 de 28.12.00 e Inciso VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16.12.04.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a lotação do servidor TIAGO BONETTI, matrícula nº 1201, ocupante do cargo de Motorista II do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria de Saúde, Saneamento e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 17 de Outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 157/2018- CONCEDE LICENÇA SERVIDORA ROSANE BACK

Publicação Nº 1775631

PORTARIA Nº 157/2018

CONCEDE LICENÇA

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção I, inciso I do Art.58 da Lei 504/00 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a servidora ROSANE BACK, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, matrículas nº 988, licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde, conforme Laudo Pericial anexo, firmado por junta médica oficial do município, nomeado através da Portaria nº 029/2018 de 01.03.2018, a partir de 10 de Outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 17 de Outubro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****51ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1775562

51ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

O PREFEITO MUNICIPAL em exercício, Onélio Richartz, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 18/10, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA) 20H – NÃO HABILITADO		
Class.	Candidato	Inscrição
11º	PAMELA SILVEIRA	729

Antônio Carlos, 17 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 106/2018

Publicação Nº 1775593

DECRETO Nº 000106/18 de 17 de Outubro de 2018

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001562/17 de 19 de Dezembro de 2017.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.015-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 25.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.015-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 25.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Outubro de 2018

ONÉLIO RICHARTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 107/2018

Publicação Nº 1775589

DECRETO Nº 000107/18 de 17 de Outubro de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001562/17 de 19 de Dezembro de 2017.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial Excesso de arrecadação 11.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Outubro de 2018

ONELIO RICHARTZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 1595/2018

Publicação Nº 1775979

LEI Nº 1.595/2018

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2019 e dá outras providências.

Onélio Richartz, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Antônio Carlos, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – Controle das disponibilidades de caixa por destinação de recursos;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- IX – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

- I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receitas;
- II – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades em Metas Físicas e Financeiras para 2019, 2020 e 2021;
- III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;
- IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;
- V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- VIII – Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2017;
- IX – Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;
- X – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- XII – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- XIII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- XIV – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XV – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2016;

XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das Obras que passarão para 2018 em Andamento e que deverão estar Incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes;

XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização da Metas de Despesa priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX – execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira - arrecadação das receitas e o pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – as ações de governo representadas pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquia e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde, e Instituto de Previdência e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 Portaria Interministerial STN/SOF nº 5, de 25 de agosto de 2015, Portaria Conjunta nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público), na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2019. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2019. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2019. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007);

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Autarquia e Fundo que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando a ação integrar programas relacionados à saúde ou educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação governamental, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2017, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2016 e 2017 e despesa fixada para 2018 e 2019;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2016 a 2019;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos a Ações Públicas de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2018;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2017, 2018 e 2019;

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreancarlos será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual para 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2019 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas, observado a fonte de recurso, nas e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e
- IV – Ações financiadas com recursos cuja meta de receita não foi alcançada.

Parágrafo Único - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Chefe de Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2019, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado até o exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2019 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2019 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2019 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2019 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de

execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019, com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria STN nº 700/2014, tomando por base, no caso do excesso de arrecadação, a receita prevista e a receita arrecadada, e no caso do superávit financeiro, a receita arrecadada, a despesa realizada e o resultado financeiro do exercício anterior.

§2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle contábil da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Controles" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da despesa empenhada.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, constantes do ANEXO I.9, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos nos termos do artigo 26 da LRF beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços projetados para 2019.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das

operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias e Fundos.

Art. 31 Os programas prioritizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO V e contemplados na Lei Orçamentária para 2019 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2019, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2019 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 No exercício de 2019 os gastos mínimos de 25% das receitas de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.18.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício – Fundeb, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb no exercício será considerada as despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.18.000000 – Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 60%; comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Antônio Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 48 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N 481/2018

Publicação Nº 1776075

PORTARIA Nº 481/2018

Concede Adicional a servidores efetivos.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores ocupantes de cargos efetivos a partir do mês de outubro de 2018, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
PATRICIA WIESE BESEN	292	-	48%
AUGUSTO ENIZ NEUHAUS	822	05	24%
LEONITA PETRI KUHN	824	05	24%
HUIANA CRISTINE LUCCA	2202	02	06%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 18 de outubro de 2018.

PORTARIA N 484/2018

Publicação Nº 1776097

PORTARIA Nº 484/2018
Concede férias a servidores

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo discriminados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE GOZO
LUCIANO DA CUNHA	COORDENADOR MUNI- CIPAL	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AM- BIENTE	02/01/2017 a 01/01/2018	01/11/2018 a 10/11/2018
EDESIO NEIS	OPERADOR DE MÁQUINA	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AM- BIENTE	19/08/2016 a 18/08/2017	07/11/2018 a 06/12/2018

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 18 de outubro de 2018.

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018

Publicação Nº 1775404

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 102/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, conforme quantitativos e condições a seguir:

14621 - ALVOSTUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ROTEIROS DIVERSOS (MUNICIPALEINTERMUNICIPAL) CONFORME SOLICITACAO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VEICULO NECESSARIO: 01 MICROONIBUS COM CAPACIDADE DE 28 LUGARES		15000	R\$3,4900	R\$ 52.350,00
Total Fornecedor:			R\$ 52.350,00		
62910 - MAJETUR VIAGENS LTDA-EPP					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ROTEIROS DIVERSOS (MUNICIPALEINTERMUNICIPAL) CONFORME SOLICITACAO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VEICULO NECESSARIO: 01 ONIBUS COM CAPACIDADE DE 45 LUGARES		15000	R\$4,4800	R\$ 67.200,00
Total Fornecedor:			R\$ 67.200,00		
78301 - AGIO TUR LTDA - ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ROTEIROS DIVERSOS (MUNICIPALEINTERMUNICIPAL) CONFORME SOLICITACAO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. VEICULO NECESSARIO: 01 VAN/MINI ONIBUS COM CAPACIDADE DE 16 LUGARES		15000	R\$2,5900	R\$ 38.850,00
Total Fornecedor:			R\$ 38.850,00		
Total Geral:			R\$ 158.400,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 102/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 17/10/2019.

4 DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 Os serviços deverão ser prestados de acordo com a solicitação das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Turismo, Esporte, Agricultura, Saúde e pela assistência social. Os roteiros podem ser Municipais e Intermunicipais. O CONTRATANTE deverá solicitar o serviço até 02 (dois) dias antes da data fixada para sua prestação.

4.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.



4.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM 30 (TRINTA) DIAS a contar da entrega do objeto, mediante a aceitação do objeto e a apresentação à Prefeitura de Apiúna, de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 11.195.905/0001-80 – Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, quando os serviços forem solicitados pela Secretaria de Saúde. Para as demais Secretarias a Nota Fiscal deverá ser emitida para o CNPJ 79.373.767/0001-16 - Prefeitura Municipal de Apiúna.

5.1.2 Será pago apenas o percurso solicitado pela CONTRATANTE, não será pago os quilômetros percorridos da garagem da CONTRATADA até o local fixado para início da prestação dos serviços.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 Os preços serão reajustados de acordo com o INDICE OFICIAL RODOVIÁRIO I, sempre que divulgado pelo DETER, deste que solicitado pela CONTRATADA com apresentação dos documentos habilitatórios vigentes.

5.5 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 e as respectivas para o exercício de 2019.

Dotação
110.4.1.2047.333903999000000.1190000
144.4.1.2049.333903999000000.1360000
159.3.1.2030.333903999000000.1390300
162.2.1.2020.333903999000000.1000000
177.7.1.2070.333903999000000.1000000
178.4.1.2047.333903999000000.1010000
192.3.1.2030.333903999000000.1000000
193.13.1.2132.333903999000000.1000000
212.9.1.2092.333903999000000.1000000
230.4.1.2047.333903999000000.1360000
280.5.1.2050.333903999000000.1020000
34.8.1.2085.333903999000000.1000000
350.9.1.2091.333903999000000.3650100
387.4.1.2047.333903999000000.1371000
399.5.1.2050.333903999000000.3020000
50.4.1.2148.333903999000000.1000000
67.4.1.2049.333903999000000.1010000
68.4.2.2142.333903999000000.1000000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 A Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 17 de outubro de 2018.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
ALVOSTUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME FELIPE AUGUSTO NICOLLETTI Contratada		
MAJETUR VIAGENS LTDA-EPP ADONIR APARECIDO DA COSTA Contratada		
AGIO TUR LTDA - ME GIOVANI FAVERO Contratada		

AVISO PP 108/2018

Publicação Nº 1775983

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 108/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA O MUNICÍPIO DE APIÚNA, SEUS FUNDOS E CÂMARA DE VEREADORES

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes /Credenciamento dos participantes: 31/10/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 31/10/2018 – Após às 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

LEI ORDINÁRIA Nº881/2018

Publicação Nº 1776176

LEI ORDINÁRIA Nº881/2018

DE 17/10/2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 636.842,99(Seiscentos e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e dois Reais e noventa e nove centavos)da seguinte dotação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
001	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil -COMDEC	
0006.0182.0201.2804	Manutenção da Defesa Civil Municipal - COMDEC	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	7.134,26
	Subtotal	7.134,26
0006.0182.0201.2804	Manutenção da Defesa Civil Municipal - COMDEC	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	3.207,47
	Subtotal	3.207,47
	TOTAL	10.341,73
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.1043	Construção e Reforma de Quadras Esportivas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	17.957,68
	Subtotal	17.957,68
0012.0361.0402.2046	Formação Contin. p/ Gestores, Prof. e Pessoal Apoio Semed.	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	2.030,00
	Subtotal	2.030,00
0012.0361.0402.2046	Formação Contin. p/ Gestores, Prof. e Pessoal Apoio Semed.	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	7.500,00
	Subtotal	7.500,00
0012.0361.0402.2140	Implantação de Laboratório e Salas Informatizadas	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
0012.0361.0402.2140	Implantação de Laboratório e Salas Informatizadas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0012.0361.0402.2140	Implantação de Laboratório e Salas Informatizadas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	50.000,00
	Subtotal	50.000,00

0012.0361.0402.2141	Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para Samed	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	248,00
	Subtotal	248,00
0012.0361.0903.2145	Aquisiç. de Uniformes Escolares P/ Alunos da Rede Municipal	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
33.600	Salário Educação	7.174,90
	Subtotal	7.174,90
	TOTAL	99.910,58
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégia da Saúde da Família	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	200.000,00
	Subtotal	200.000,00
0010.0301.0502.2053	Manuteng. das Ações Progr. Agentes Comunitários de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	18.000,00
	Subtotal	18.000,00
	TOTAL	218.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2090	Concessão de Benefício a Carentes	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0008.0243.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	15.000,00
	Subtotal	15.000,00
0008.0243.0901.2093	Acolhimento, Abrig. e Guarda Subsidiada de Menores e Idosos	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	15.000,00
	Subtotal	15.000,00
0008.0243.0901.2093	Acolhimento, Abrig. e Guarda Subsidiada de Menores e Idosos	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
0008.0242.0901.2094	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência	
30000000000	Despesas Correntes	

33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
	TOTAL	57.000,00
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0002.0061.0001.0004	Precatórios e Sentenças Judiciais	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações diretas	
10.000	Recursos Ordinários	193.590,68
	Subtotal	193.590,68
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	Subtotal	6.000,00
	TOTAL	636.842,99

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 636.842,99(Seiscentos e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e dois Reais e noventa e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	17.957,68
	Subtotal	17.957,68
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	174.932,41
	Subtotal	174.932,41
0012.0361.0402.2049	Manuten. e Funcionamento do Transporte Escolar Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	52.030,00
	Subtotal	52.030,00
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcion. do Transporte Escolar Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
33.600	Salário Educação	7.174,90
	Subtotal	7.174,90
0012.0362.0402.2147	Manutenção e Funcion. do Transporte Escolar Ensino Médio	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	22.748,00
	Subtotal	22.748,00
		274.842,99
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	

31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	138.000,00
	Subtotal	138.000,00
0010.0301.0502.2054	Manutenção das Ações do Progr. Saúde Bucal	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	80.000,00
	Subtotal	80.000,00
	TOTAL	218.000,00
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0001.0002	Pagamento de Inativos	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações diretas	
10.000	Recursos Ordinários	95.000,00
	Subtotal	95.000,00
0028.0846.0001.0003	Contribuição ao Pasep	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações diretas	
10.000	Recursos Ordinários	35.000,00
	Subtotal	35.000,00
	TOTAL	130.000,00
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações diretas	
30.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	Subtotal	6.000,00
0027.0812.1301.2132	Promoção e Competições Esportivas	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações diretas	
30.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	Subtotal	6.000,00
	TOTAL	12.000,00
	TOTAL	634.843,99

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 17 de Outubro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 880/2018

Publicação Nº 1776223

LEI ORDINÁRIA Nº 880/2018

DE 17/10/2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Apiúna, para o exercício de 2019, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;



- IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas nos ANEXOS I, II e III desta lei, desdobradas nas seguintes tabelas:

ANEXO I – Anexo de Metas Fiscais

Tabela 1 – Metas Anuais.

Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores.

Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido.

Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos.

Tabela 6 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Tabela 7 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ANEXO II – Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2019.

Tabela 10 – Metas Físicas Priorizadas para 2019

ANEXO III – Anexo de Riscos Fiscais

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos ANEXOS I, II e III desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

II – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo Único - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central - Prefeitura Municipal, aquelas vinculadas a Fundos, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo conforme as Portarias MOG nº42/1999, a Interministerial nº 163/2001 a Portaria Conjunta 03/2008 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até o nível de Modalidade de Aplicação (Art. 6º Portaria Interministerial n. 163/01), segundo cada Unidade Orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e das Despesas por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

X – Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

XI – Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2018.

XII – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura Municipal de Apiúna, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º - O Orçamento para o exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes, Legislativo, Executivo, e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita, da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central definidos no Artigo 5º desta lei.

Parágrafo Único – Os Fundos Municipais serão geridos pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais denominados de Gestores.

Art.8º - As previsões de receita para o exercício de 2019 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativos de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 9 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro o Poder Legislativo e Executivo de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II – eliminação de despesas com horas extras;

III – redução de despesas com manutenção; e

IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10 – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2019 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, no valor de R\$100.000,00 (Cem mil Reais), destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme ANEXO II desta lei. (ART. 5º, III "d" da LRF).

§ 1º – Para efeito desta Lei, entende - se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçada, ou orçada a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries, passivos contingentes, conforme disposto no ANEXO II desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de Dezembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2019.

Art. 11 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 12 – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (ART. 8º e 13 da LRF);

Art. 13 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado. (ART. 8º, § único da LRF)

§ 1º – Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu efetivo ingresso.

Art. 14– A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica de saúde, voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (ART. 4º, I, "f" da LRF).

Art. 15 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 16 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 17– Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 18 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 19 – A lei orçamentária para 2019 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem.

Art. 20 – A Lei Orçamentária para 2019 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto o saldo de mesmas Destinações de Recursos aprovadas na Lei Orçamentária vinculadas a despesas pertencentes a mesma categoria de programação (projeto, atividade ou operações especiais) definida pelo parágrafo único do art. 4º da presente Lei, afim de atender as necessidades de execução do Orçamento.

Art. 21 – Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019.

Art. 23 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 24 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de

conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único – O montante da dívida pública no exercício de 2019 não excederá o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária para 2019.

Art. 26 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), os montantes dos limites globais de 54% e 6% respectivamente (LRF art. 20, III, alínea “a” e “b”).

Parágrafo Único – Se à despesa total com pessoal, do Poder Executivo e ou Legislativo, ultrapassar 95% para cada um dos limites definidos no caput deste artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 30 da presente Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo que pelo menos 1/3 no primeiro.

Art. 27 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 28 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

I – eliminação das despesas com horas extras, salvo nos casos justificados em que prevalecer o excepcional interesse público disposto no art. 27 da presente Lei.

II – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Art. 29 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Apiúna ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30 – O município opta pela faculdade do artigo 63 da LRF, e fará a verificação dos limites das despesas com pessoal ao final de cada semestre, salvo nos casos em que constatando que se ultrapassou o limite prudencial, onde se fará obrigatório a divulgação quadrimestral do Anexo I de Gestão Fiscal (Das Despesas de Pessoal) em cumprimento do art. 63, III, § 2º da LRF.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14 da LRF).

Art. 32 – O Executivo Municipal autorizado por Lei poderá conceder benefício fiscal, através de programas de Refinanciamento de Débitos Fiscais (REFIS) a ser considerado nos cálculos do orçamento da receita anual de 2019 desde que atendido ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33 - A Dívida Ativa de valor inferior a 270 (duzentos e setenta) Unidades Fiscal Municipal (UFM's), por contribuinte, não será encaminhada à cobrança judicial, sendo que permanecerá como estoque de Dívida Ativa do município para possível cobrança até o exercício imediatamente anterior a sua prescrição, onde será procedido o seu cancelamento mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, §3º da Lei Complementar 101/00).

Art. 34 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – O Executivo Municipal enviará até o dia 31/10/2018, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 36 - As Destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 37 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 38 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 39 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 40 – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Art. 41 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 17 de Outubro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0007 2018

Publicação Nº 1775808

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Tomada de Preço Nº 0007/2018 - TP.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE REMENDO SUPERFICIAL EM RUAS DIVERSAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES LISTADAS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COM JULGAMENTO POR VALOR GLOBAL.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 05/11/2018.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 05/11/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 16 de outubro de 2018.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 28/2018

Publicação Nº 1775897

ESTADO DE SANTA CATARINA

Contrato Nº: 28/2018, de 15.10.2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.616/0001-09, com sede à Avenida XV de Novembro, nº 1030, Centro, Atalanta – Santa Catarina.

CONTRATADO: GOVERNA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 25.402.768/0001-09, estabelecida na Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 2678, sala 3I, Bairro Centro, no Município de Ibirama - SC.

VALOR TOTAL R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 15/10/2018 a 31/10/2018

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS PARA AUXILIAR NA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMONIO, SEPARANDO O QUE SERÁ DESTINADO AO LEILÃO PÚBLICO E O QUE PERMANECERÁ NOS DEPÓSITOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA/SC

Balneário Piçarras

PREFEITURA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS -FUNDEMA CONCURSO PÚBLICO - EDITAL NO 01/2018 EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1776025

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS -FUNDEMA CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº01/2018 EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018.

MARCOS ZALESKI DE MATOS, Presidente da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento do Concurso Público da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, nomeado por meio da Portaria nº 90/2018, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 01/2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios nº 2512, de 27/04/2018.

Considerado os resultados apresentados pela Comissão Especial de Concurso Público e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, responsáveis pelo Concurso 01/2018;

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA o resultado do Concurso Público n.º 01/2018, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras - FUNDEMA, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei Complementar n.º 79/2004 e 121/2017, suas atualizações e pelas normas estabelecidas neste Edital

O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período.

As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras – FUNDEMA, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Segue como ANEXOS POR CARGOS, a nominata em ordem de classificação, dos candidatos aprovados.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Balneário Piçarras(SC), em 16 de outubro de 2018.

25	GLACIELA PACZKOVSKI	27315-5	1		22/04/1995	300.00	0.000	300.000
26	CLOVIS ALEXANDRE TRUCHINSKI	25623-4	1		13/02/1966	290.00	0.000	290.000
27	MARIA ELISIANA HANK	27242-6	1		27/03/1962	290.00	0.000	290.000
28	ANDERSON DA COSTA WEIS	25189-5	0		27/07/1984	290.00	0.000	290.000
29	JAQUELINE GILMARA DE JESUS INACIO	22125-2	1		31/12/1974	290.00	0.000	290.000
30	MARLA DANIELE LUGUES	21470-1	0		08/01/1989	290.00	0.000	290.000
31	JULIA GOETTEN CARVALHO	25853-9	0		01/10/1996	290.00	0.000	290.000
32	REGIANE DA SILVA SOUZA	20577-0	1		26/09/1982	290.00	0.000	290.000
33	JULIAN DA SILVA JESUS	21246-6	0		06/09/1983	280.00	0.000	280.000
34	BRAZ PATARO NETO	24240-3	1		23/04/1961	280.00	0.000	280.000
35	JUCINARA LEILA MACHADO KOBASHIKAWA	27151-9	0		10/06/1982	280.00	0.000	280.000
36	ANA PAULA DE OLIVEIRA STEUERNAGEL	26956-5	0		12/06/1987	280.00	0.000	280.000
37	CARLA REGINA FRANZOI	26011-8	0		19/02/1983	280.00	0.000	280.000
38	NICHOLAS FROIS CRISTOFANI	27396-1	0		22/05/1996	280.00	0.000	280.000
39	HEIDE ANGELICA STEFAN	25292-1	3		08/03/1978	280.00	0.000	280.000
40	FRANCIELE SANTOS DE SOUZA	23932-1	1		20/09/1981	280.00	0.000	280.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 2
Istagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:59

Médico completo
007 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	CLEONICE DA SILVA PINTO	23830-9	0	30/06/1991	270.00	0.000	270.000
42	ROSANGELA NASCIMENTO DE MELO	20922-8	2	22/06/1967	270.00	0.000	270.000
43	MARIANE CRISTINE DA CUNHA MULLER	27000-8	0	21/02/1991	270.00	0.000	270.000
44	JESSICA ROCHA PEREIRA	24644-1	0	15/03/1994	270.00	0.000	270.000
45	ALESSANDRA REGINA LUCAS	20916-3	0	09/05/1981	270.00	0.000	270.000
46	MARLENE LAZZARIN	21209-1	1	13/07/1987	270.00	0.000	270.000
47	MORGANA CRISTINA EVANGELISTA	26409-1	0	10/08/1998	270.00	0.000	270.000
48	JOAO PAULO MARTINS	20913-9	0	14/09/1999	270.00	0.000	270.000
49	FABIO ELIAS REIS VITORINO	24586-0	0	18/04/1997	270.00	0.000	270.000
50	LUCAS CARIA MACIEL	22134-1	0	06/10/1983	260.00	0.000	260.000
51	EVARISTO MARCOS DE QUADROS	26595-0	1	18/07/1963	260.00	0.000	260.000
52	JANAINA PRUDLO MILICHEVSKI	25234-4	1	07/11/1981	260.00	0.000	260.000
53	TIAGO GEORGE FERREIRA	22035-3	0	20/01/1984	260.00	0.000	260.000
54	DIEGO ALEX PLAUTZ	20589-3	0	02/06/1993	260.00	0.000	260.000
55	ROSA MARIA FIGUEIREDO DA SILVA	24478-3	2	01/10/1963	260.00	0.000	260.000
56	MARTA POSTANOVICZ	21007-2	0	02/05/1977	260.00	0.000	260.000
57	KATRIN ARIADNES SILVA DOS SANTOS	27252-3	2	05/07/1987	260.00	0.000	260.000
58	RAFAELE DANTAS	20544-3	0	19/06/1990	260.00	0.000	260.000
59	DOUGLAS CARDOSO DA SILVA	20785-3	0	22/07/1988	260.00	0.000	260.000
60	JOCELMA SOARES DA SILVA	20891-4	0	15/06/1975	260.00	0.000	260.000
61	EVERTON KAUAN CAMARGO DE SOUZA	20568-0	0	18/06/1996	250.00	0.000	250.000
62	MILENA RAMOS	21340-3	0	24/04/1993	250.00	0.000	250.000
63	RICHARD LENON CARVALHO DE LIMA	23151-7	0	25/01/1995	250.00	0.000	250.000
64	LAIS DA SILVEIRA	22727-7	0	16/06/1997	250.00	0.000	250.000
65	EMERSON FERREIRA COUTINHO	22381-6	1	23/10/1978	250.00	0.000	250.000
66	TELMÁ SILVA DE SOUZA	25014-7	0	11/10/1991	250.00	0.000	250.000
67	EDUARDO HOBOLD	21273-3	0	13/05/1994	250.00	0.000	250.000
68	LUCAS FERNANDO DA MAIA	22476-6	0	04/10/1995	250.00	0.000	250.000
69	MARTA RODRIGUES VIEIRA	24596-8	0	20/11/1982	250.00	0.000	250.000
70	IASMIN LINHARES NASCIMENTO	22775-7	0	05/07/1997	250.00	0.000	250.000
71	MARCIA REGIANE ZAGO PISCHKE	20888-4	0	13/02/1983	240.00	0.000	240.000
72	HELAYNE LOPES GONZAGA HERRERA	26935-2	2	31/10/1974	240.00	0.000	240.000
73	JOEL HENRIQUE MICHELS DANTAS	25122-4	0	15/06/1986	240.00	0.000	240.000
74	CLAUDINEI LEANDRO BATISTA	23169-0	0	27/07/1979	240.00	0.000	240.000
75	MICHELE TOMASI	26919-0	2	03/02/1983	240.00	0.000	240.000
76	JUSSANDRA IRIA GOMES TAVARES	26867-4	2	12/03/1988	240.00	0.000	240.000
77	PRISCILA MARCINIAK CARDOSO	24127-0	1	21/07/1990	240.00	0.000	240.000

78	PEDRO TEIXEIRA MOTTA	24367-1	0	03/12/1984	230.00	0.000	230.000
79	GISELE PEREIRA JERONIMO	22128-7	0	04/08/1988	230.00	0.000	230.000
80	MICHELLI GIOVANA MARIOTO	25249-2	0	01/03/1994	230.00	0.000	230.000
81	ORLI CARLOS FERREIRA	20820-5	3	15/12/1973	230.00	0.000	230.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 3
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:59

Médio completo
 007 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	JOAO PAULO RODRIGUES	25629-3	0	24/02/1995	230.00	0.000	230.000
83	JOSE AIRTON MACHADO JUNIOR	22941-5	0	04/07/1987	220.00	0.000	220.000
84	RAFAELA VIEIRA DE FARIA	26024-0	0	21/12/1992	220.00	0.000	220.000
85	ALINE QUINTINO	24905-0	0	25/07/2000	220.00	0.000	220.000
86	MARLY EDELGUNDES VIEIRA	25079-1	0	04/03/1957	210.00	0.000	210.000
87	IZABELE MERLO	24854-1	0	28/06/1986	210.00	0.000	210.000

PAG: 1

27/07/2018 - 10:57

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MIGUEL ANGELO PINHO	25298-0	0	14/05/1981	350.00	0.000	350.000
2	NATHALIA BASSOLI MINARI	25195-0	0	01/11/1991	350.00	0.000	350.000
3	LIDIA DE AZEVEDO DUARTE	22765-0	0	14/10/1988	340.00	0.000	340.000
4	FABIANA SCHUMACHER	24463-5	0	29/08/1992	340.00	0.000	340.000
5	GABRIELA MENEZES BOCHIO	26631-0	0	03/12/1982	330.00	0.000	330.000
6	ISABELA GUARNIER DOMICIANO	21098-6	0	03/12/1984	330.00	0.000	330.000
7	AMANDA SCHEFFER BEL TRAMIN	26513-6	0	09/12/1984	330.00	0.000	330.000
8	THAY'S SARETTA SULZBACH	27408-9	0	18/10/1985	320.00	0.000	320.000
9	MARCELA CLAUDIA PAGANO	24498-8	1	05/04/1966	320.00	0.000	320.000
10	BRUNO MINORU SUGAYAMA	21169-9	0	25/11/1983	310.00	0.000	310.000
11	DANIEL DE ANDRADE COSME	25937-3	1	14/01/1982	310.00	0.000	310.000
12	GUNTHER GERHARD GERENT	24977-7	0	14/06/1990	310.00	0.000	310.000
13	RAGNA WOELTJE TAVARES	20778-0	0	31/08/1992	310.00	0.000	310.000
14	GRAZIELA ELIZABETH GEISLER	25444-4	0	21/02/1985	310.00	0.000	310.000
15	PRISCILA FLORES DA LUZ	26774-0	1	12/08/1986	300.00	0.000	300.000
16	JULIANA LENZI	21656-9	0	26/04/1993	300.00	0.000	300.000
17	MARIANA MIROTSKOSKI NIERO	24759-6	0	28/12/1993	300.00	0.000	300.000
18	SANDRINA LIEBL WOICZAK	27019-9	1	18/03/1989	290.00	0.000	290.000
19	JAMILE SANTOS NASCIMENTO	21931-2	0	21/01/1992	290.00	0.000	290.000
20	ALEXANDRE FERNANDES DE SOUZA E SILVA	22367-0	4	11/12/1963	290.00	0.000	290.000
21	VANDERLEI RIZZATO	27440-2	1	12/12/1981	290.00	0.000	290.000
22	THIAGO NOBREGA LISBOA	21248-2	2	24/01/1983	290.00	0.000	290.000
23	KAROLIN WAGNER	26722-8	1	22/11/1984	290.00	0.000	290.000
24	EDUARDO JOSE FREITAS RODRIGUES	25052-0	0	09/09/1990	290.00	0.000	290.000
25	ROBERTA SCHEIDT GIBERTONI	25609-9	0	16/07/1992	290.00	0.000	290.000
26	ANDRE LUIZ CAMPOS DA SILVA	21147-8	0	09/03/1972	290.00	0.000	290.000
27	OSMARINA ALVES MARINHO	26613-2	0	10/07/1987	280.00	0.000	280.000
28	SANDRA MOTIKAWA	21803-0	0	06/05/1978	280.00	0.000	280.000
29	MONICA APARECIDA DIAS WOLF	21424-8	2	16/07/1979	280.00	0.000	280.000
30	MICHELLE HELENE MACHADO DE SOUZA	22131-7	0	28/06/1982	280.00	0.000	280.000
31	GLAUCIA BOLZAN COGO	23164-9	0	05/12/1985	280.00	0.000	280.000
32	GABRIELA DECKER	23874-0	0	05/05/1988	280.00	0.000	280.000
33	JAMIL SONI NETO	24037-0	0	03/08/1988	280.00	0.000	280.000
34	DANIELA FERREIRA GOMES	25206-9	0	22/01/1993	280.00	0.000	280.000
35	KARINA FARINA	26814-3	0	29/08/1994	280.00	0.000	280.000
36	CLAUDIVA MATOS MAIA	23069-3	0	19/06/1974	270.00	0.000	270.000
37	MARIANA CONTINI ELIAS FERREIRA	21257-1	1	30/11/1976	270.00	0.000	270.000

38	FABIO CLEISTO ALDA DOSSI	24855-0	0	26/07/1980	270.00	0.000	270.000
39	RONNIE ALEXANDRE MOREIRA VAQUERO	24913-0	0	13/09/1983	270.00	0.000	270.000
40	GELSON HALMENSCHLAGER	24482-1	0	24/01/1988	270.00	0.000	270.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 2
Istagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:57

Superior completo
001 - BIOLOGO
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	GABRIELA MATTEVI ALMEIDA	24924-6	0	21/02/1991	270.00	0.000	270.000
42	CARLA FABIANA BONFANTI	25514-9	0	27/06/1992	270.00	0.000	270.000
43	KEILA REGINA DA SILVA FARIA	21135-4	0	24/04/1993	270.00	0.000	270.000
44	ANTONIO JOSE TONELLO JUNIOR	21251-2	0	14/08/1976	270.00	0.000	270.000
45	MARIANA CORTES DE LIMA	22219-4	0	14/01/1989	270.00	0.000	270.000
46	MARCELA MENDES NOGUEIRA SILVA RODRIGUES	26462-8	0	06/04/1989	270.00	0.000	270.000
47	LUCAS MAGALHAES FERNANDEZ	20745-4	0	17/01/1991	270.00	0.000	270.000
48	GRETA GASTALDO DE CASTILHOS	21259-8	2	26/10/1991	270.00	0.000	270.000
49	ANDRESSA CAROLINA DOS SANTOS	22391-3	0	26/12/1996	270.00	0.000	270.000
50	GREICI STEFAN RIBEIRO	25282-4	1	24/08/1981	270.00	0.000	270.000
51	FERNANDA BACHMANN	22165-1	0	01/08/1985	270.00	0.000	270.000
52	MATHEUS FELDSTEIN HADDAD	26225-0	0	14/05/1994	260.00	0.000	260.000
53	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA	22232-1	0	11/01/1993	260.00	0.000	260.000
54	RALF OTTO HOSANG	20992-9	0	01/09/1980	260.00	0.000	260.000
55	FABIELE SILVA BEL TRAMIN	23321-8	0	25/05/1989	260.00	0.000	260.000
56	RAFAELY DOS SANTOS ZENNI	27158-6	0	22/10/1990	260.00	0.000	260.000
57	MARCIA MAGALHAES MATA	22816-8	2	31/05/1981	260.00	0.000	260.000
58	PAULA BRANDAO MIQUELETTTO	23390-0	1	28/09/1983	260.00	0.000	260.000
59	OLGA MARIA MICHELS DANTAS CALLERA PEDROSA	21611-9	2	08/10/1983	260.00	0.000	260.000
60	NEIDA LUCIA CONRAD	22055-8	0	25/04/1988	260.00	0.000	260.000
61	LUIZA DE ALMEIDA CAMPOS	24183-0	0	12/04/1994	260.00	0.000	260.000
62	FELIPE BITTENCOURT	24477-5	0	12/04/1994	260.00	0.000	260.000
63	CRISTIANE BREDOW	21256-3	0	18/04/1984	250.00	0.000	250.000
64	MARIA FABIOLA RIBEIRO DOS SANTOS DA SILVA	21277-6	0	15/03/1992	250.00	0.000	250.000
65	DEBORA DA SILVEIRA	24632-8	0	28/11/1996	250.00	0.000	250.000
66	JULIANA CANDIDA MACHADO SANTINI	22553-3	0	12/05/1984	250.00	0.000	250.000
67	VANESSA MACCARINI MAITO	21188-5	2	29/12/1983	250.00	0.000	250.000
68	SERGIO MURILO DE SOUZA FILHO	26668-0	0	27/07/1985	250.00	0.000	250.000
69	GABRIELA METTE	21660-7	1	20/10/1986	250.00	0.000	250.000
70	ALANA DRIELLE ROCHA	22222-4	0	21/06/1988	250.00	0.000	250.000
71	JULIA FERRUA DOS SANTOS	26311-7	0	05/03/1989	250.00	0.000	250.000
72	CAROLINA MARIA DE ALMEIDA	25873-3	0	15/05/1993	250.00	0.000	250.000
73	LISIANE BLOM E SILVA VICENTE	24663-8	0	25/06/1974	250.00	0.000	250.000
74	CAROLINE MARQUES TEIXEIRA	26067-3	0	30/08/1991	240.00	0.000	240.000
75	ANA PAULA MIRANDA DOS SANTOS	23859-7	0	07/12/1995	240.00	0.000	240.000
76	CAMILA RIBEIRO DE MORAES	21364-0	0	11/10/1981	240.00	0.000	240.000
77	VANESSA DE CARVALHO HARTHMAN SILVEIRA	20875-2	0	10/02/1986	240.00	0.000	240.000

78	THOMAS ABBUD DO CARMO	25544-0	0	08/09/1990	240.00	0.000	240.000
79	ROGER HENRIQUE DALCIN	25108-9	1	21/10/1990	240.00	0.000	240.000
80	JULIANE VALDUGA DA SILVA	23206-8	0	31/05/1993	240.00	0.000	240.000
81	KARINE RONCATO	22703-0	0	23/07/1978	240.00	0.000	240.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 3
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:57

Superior completo
 1 - 1 - BIOLOGO
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	JOSIANE ALBA FARIAS	26300-1	0	30/05/1984	240,00	0,000	240,000
83	LARISSA CARNIEL	23235-1	0	24/05/1986	240,00	0,000	240,000
84	PEDRO BIAGINI GARCIA	20940-6	0	22/03/1988	240,00	0,000	240,000
85	RAFAEL MEIRELLES SEZERBAN	23981-0	0	19/04/1988	240,00	0,000	240,000
86	MAISA PELLIS	23160-6	0	07/10/1994	240,00	0,000	240,000
87	MARIA DO CARMO MIRANDA	25659-5	0	11/03/1970	240,00	0,000	240,000
88	TAIANA SILVA CUNHA DOMINGOS	21793-0	1	16/12/1974	240,00	0,000	240,000
89	VALDEIR PEREIRA LIMA	24270-5	0	01/01/1992	240,00	0,000	240,000
90	GISLAINE OTTO	21560-0	0	18/08/1969	230,00	0,000	230,000
91	EDMARA GUIMARAES BARBOZA	26324-9	1	20/11/1986	230,00	0,000	230,000
92	PHELIPE GOLIN CASAGRANDE	23995-0	1	11/12/1978	230,00	0,000	230,000
93	LUANA CAROLINE MUNSTER	24248-9	0	01/04/1986	230,00	0,000	230,000
94	VICTOR EDUARDO DE LIMA REIMANN	24252-7	1	19/06/1991	230,00	0,000	230,000
95	THIAGO FOSSILE	22382-4	0	23/02/1992	230,00	0,000	230,000
96	BRUNA CRISTINE ANDRADE	21714-0	0	11/06/1994	230,00	0,000	230,000
97	CASSIANO MOREIRA	24761-8	0	07/09/1994	230,00	0,000	230,000
98	PAMELA MENDES GAERTNER	27309-0	0	29/01/1991	220,00	0,000	220,000
99	RODRIGO FESCINA PASTE	21507-4	0	26/08/1978	220,00	0,000	220,000
100	MARCIO JOSE DA SILVEIRA	20870-1	0	11/08/1980	220,00	0,000	220,000
101	ANA MARIA GONCALVES CHAVES	23768-0	0	05/03/1992	220,00	0,000	220,000
102	LUCIANO DE SOUZA COSTA	21812-0	2	02/11/1965	210,00	0,000	210,000
103	JULIANA SERPA DE LIMA	21821-9	0	17/09/1990	210,00	0,000	210,000
104	GESSICA JACINTO JUNG	25626-9	0	02/04/1993	210,00	0,000	210,000
105	SANDRA DANIELA DE MIRANDA LIMA	25351-0	0	03/03/1976	210,00	0,000	210,000
106	BIANCA MULLER	25494-0	0	08/01/1993	210,00	0,000	210,000
107	DAIANE DERENIEVICZ	21484-1	0	25/10/1993	210,00	0,000	210,000
108	FERNANDA ALVES LICHTENFELZ	22583-5	0	21/09/1995	210,00	0,000	210,000
109	FERNANDA BAMBINETI	26754-6	0	12/11/1988	200,00	0,000	200,000
110	KETERINE CRISTINA DE SOUZA	27068-7	0	27/12/1993	200,00	0,000	200,000
111	ISABEL MAZZUCATTO GIANCOLI	24721-9	0	09/05/1995	200,00	0,000	200,000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 1
1ª Etapa Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:57

Superior completo
2 2 - ENGENHEIRO AMBIENTAL
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	TÍTulos	Total
1	FELIPE AUGUSTO LOTTI	26946-8	0	10/09/1990	360.00	0.000	360.000
2	HENRIQUE DE ARAUJO BRANTES	21500-7	0	03/12/1986	340.00	0.000	340.000
3	THAIS MATOS RESENDE	27477-1	0	28/10/1993	340.00	0.000	340.000
4	ANDRE DE CASTRO BORGES	27299-0	2	08/09/1978	330.00	0.000	330.000
5	CAMILA MABONI	25190-9	0	14/08/1993	330.00	0.000	330.000
6	MARIANA BARBOSA DRUSCZCZ	26542-0	0	24/12/1987	330.00	0.000	330.000
7	KAREN BARBOSA AMARANTE	22566-5	0	23/01/1991	330.00	0.000	330.000
8	MURIEL EDYTH LUMSDEN SZYMANSKI PATRICIO	27244-2	0	06/01/1993	330.00	0.000	330.000
9	JULIANA GARCEZ GRAZZIOTIN	24009-5	0	01/08/1994	330.00	0.000	330.000
10	VANESSA MORO VALCANOVER	21114-1	0	19/02/1995	330.00	0.000	330.000
11	KAYOMA KARPINSKI DA SILVA	24266-7	0	16/07/1993	330.00	0.000	330.000
12	MARYANA DA SILVA	24041-9	0	01/04/1990	320.00	0.000	320.000
13	FERNANDA CRISTINA LEMFERS	26592-6	0	20/03/1992	320.00	0.000	320.000
14	MATEUS NASCIMENTO VIEIRA DEMELO	26117-3	0	12/05/1992	320.00	0.000	320.000
15	EDINEI COSER	27484-4	0	13/09/1993	320.00	0.000	320.000
16	JOANA CAROLINA DE BORBA	22468-5	0	28/03/1994	320.00	0.000	320.000
17	ARLAN SCORTEGAGNA ALMEIDA	20668-7	0	27/12/1990	320.00	0.000	320.000
18	AMANDA DOMINGUES SCHAFFHAUSER	24987-4	0	14/08/1993	320.00	0.000	320.000
19	ARY HAUFFE NETO	25114-3	0	16/02/1985	310.00	0.000	310.000
20	BRUNO FIEDLER DE OLIVEIRA	24822-3	0	26/06/1986	310.00	0.000	310.000
21	ANA PAULA COELHO CLAUBERG	21953-3	0	22/09/1992	310.00	0.000	310.000
22	SARAH SASAKI JURKEVICZ	24841-0	0	14/10/1992	310.00	0.000	310.000
23	ANDRESSA FILIPAKI	24384-1	0	13/12/1987	300.00	0.000	300.000
24	CAROLINA HIRAFUJI SCHNEIDER PEDRONI	26817-8	1	22/07/1983	300.00	0.000	300.000
25	GRAZIANE APARECIDA DE SOUZA	26695-7	0	13/09/1988	300.00	0.000	300.000
26	VITOR DA COSTA MARQUES	21709-3	0	13/09/1995	300.00	0.000	300.000
27	LAIS RIBAS	25068-6	0	31/12/1986	300.00	0.000	300.000
28	FERNANDA PAULO DE OLIVEIRA	24765-0	0	04/05/1990	300.00	0.000	300.000
29	CAMILA CASSULY TELES	20603-2	0	16/04/1991	300.00	0.000	300.000
30	THAYS IZADORA BORTOLOSO DA SILVA	24016-8	0	16/08/1991	300.00	0.000	300.000
31	EDUARDA DE CASTRO	22772-2	0	15/01/1992	300.00	0.000	300.000
32	ALAN SAUER CAMOZZATO	24991-2	0	11/01/1988	290.00	0.000	290.000
33	VANESSA MESQUITA SANTANA	24752-9	0	20/02/1986	290.00	0.000	290.000
34	MARIANA DE OLIVEIRA FRANCOZO	21813-8	0	26/08/1990	290.00	0.000	290.000
35	ANDRE CASTELLANI LOPES	24215-2	0	25/06/1992	290.00	0.000	290.000
36	CAROLINA DO PRADO KORZENIESKI	25625-0	0	14/09/1994	290.00	0.000	290.000
37	ISTELA LOPES DE LIMA	24464-3	0	25/03/1992	290.00	0.000	290.000

38	HENRIQUE FRANK DOS SANTOS	23867-8	0	18/10/1985	280.00	0.000	280.000
39	GUILHERME PARTALA	20998-8	0	22/03/1990	280.00	0.000	280.000
40	ALEXANDRE AUGUSTO PINHEIRO SOUZA ARAUJO	21245-8	0	02/04/1985	280.00	0.000	280.000

Listaagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

27/07/2018 - 10:57

Superior completo

002 - ENGENHEIRO AMBIENTAL

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	RAPHAEL DE MIRANDA NEPOMUCENO	22567-3	1	27/01/1989	280.00	0.000	280.000
42	PAMELLA THAMIRES SILVA DE ARAUJO	22554-1	0	24/08/1989	280.00	0.000	280.000
43	JESSICA LARA NUNES DE SOUZA	21218-0	0	16/04/1991	280.00	0.000	280.000
44	CARLOS GARDEL BORSATTI	24413-9	1	29/10/1983	280.00	0.000	280.000
45	BARBARA MOREIRA BARRETO SILVA	22491-0	0	25/02/1990	280.00	0.000	280.000
46	RHUAN FELIPE JERANOSKI	24481-3	0	20/07/1991	280.00	0.000	280.000
47	ANA CAROLINA OLIVEIRA PRADO	23839-2	0	25/04/1992	280.00	0.000	280.000
48	AMANDA DE LIMA	25932-2	0	19/09/1994	280.00	0.000	280.000
49	CLARISSA MENDES FELISBERTO	24893-2	0	16/08/1986	280.00	0.000	280.000
50	WALDERLAND MICHEL MACHADO	21437-0	0	14/11/1988	280.00	0.000	280.000
51	CRISTIANE ROSA	23639-0	0	17/08/1992	280.00	0.000	280.000
52	LETICIA ROSIM PORTO	24095-8	0	22/11/1994	280.00	0.000	280.000
53	ANA CLAUDIA HABECK	24780-4	0	01/02/1990	270.00	0.000	270.000
54	ROBERTA GREGORIO	22188-0	0	03/08/1990	270.00	0.000	270.000
55	JOAO LUIS DE PONTES	27495-0	0	10/04/1991	270.00	0.000	270.000
56	LETICIA DE ANDRADE DIAS	24917-3	0	30/11/1994	270.00	0.000	270.000
57	FELIPE SOUZA FAGUNDES	23836-8	0	24/08/1990	270.00	0.000	270.000
58	CAIO NOBORU MOTOMATSU FERRAREZE	24843-6	0	25/04/1992	270.00	0.000	270.000
59	JOVANA MARIANO DAMASCENO	21034-0	0	22/06/1992	270.00	0.000	270.000
60	CAMILA IVANEA DA SILVA GOULART	20713-6	0	10/08/1994	270.00	0.000	270.000
61	VIVIAN FERNANDA WIESENHUTTER RODRIGUES	21324-1	0	18/09/1994	260.00	0.000	260.000
62	LUCIANO DAMASCENO FERREIRA DE MAGALHAES	24073-7	0	07/06/1985	260.00	0.000	260.000
63	CHARLES MICHELON BALDIN	24494-5	0	24/11/1990	260.00	0.000	260.000
64	JOAO IVO DE CARLI	27255-8	0	25/06/1992	260.00	0.000	260.000
65	JAMILI GIRARDI	27254-0	0	08/06/1993	260.00	0.000	260.000
66	CRISTINA BELINCANTA	21242-3	0	14/07/1993	260.00	0.000	260.000
67	JACQUELINE ALEXANDRE MARTINS	24307-8	0	19/04/1980	260.00	0.000	260.000
68	MARIANA GONCALVES SILVA	20882-5	0	15/09/1991	260.00	0.000	260.000
69	KATIRI BARDINI MARCELINO	21991-6	0	13/11/1991	260.00	0.000	260.000
70	JESSICA TALITA ZAGONEL	20614-8	0	30/03/1993	260.00	0.000	260.000
71	JOVANIA REGINA FORMIGHIERI	21429-9	1	17/08/1977	250.00	0.000	250.000
72	VICENTE DE PAULA JUNIOR	25274-3	1	10/06/1965	250.00	0.000	250.000
73	JEAN CARLOS BUTZKE	24785-5	0	01/10/1986	250.00	0.000	250.000
74	RONALD WELTER	21338-1	0	26/03/1993	250.00	0.000	250.000
75	MARIANA NEGRAO TRANCOSO	21379-9	0	12/10/1993	250.00	0.000	250.000
76	CESAR AUGUSTO BAQUETA PACHEMISHI	21121-4	0	23/03/1994	250.00	0.000	250.000
77	RAFAEL PINHEIRO DE CARVALHO	24192-0	0	05/04/1996	250.00	0.000	250.000

78	GEOVANNI DE SOUZA DA COSTA BENITES	22840-0	1	22/02/1985	250.00	0.000	250.000
79	CAMILA MARCON DE CARVALHO LEITE	23251-3	0	11/05/1989	250.00	0.000	250.000
80	PEDRO ALEXANDRE CAMPOS MOREIRA	24128-8	0	18/11/1989	250.00	0.000	250.000
81	ALINE SMART HUNDERTMARK LEAL	21975-4	0	16/02/1993	250.00	0.000	250.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 3
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:57

Superior completo
 2 - 2 - ENGENHEIRO AMBIENTAL
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	ANDREI REI RODRIGUES SILVEIRA	22519-3	0	17/03/1997	250.00	0.000	250.000
83	BRUNA DE BITTENCOURT	22052-3	0	21/04/1990	250.00	0.000	250.000
84	ANA CLARA NASCIMENTO	20934-1	0	30/08/1994	250.00	0.000	250.000
85	PATRICIA DALL AGNOL	26171-8	0	15/03/1991	250.00	0.000	250.000
86	CARLOS TAKASHI YUKAWA	25106-2	1	05/09/1961	240.00	0.000	240.000
87	LEONARDO DE MATTOS GUIMARAES	23304-8	1	04/08/1988	240.00	0.000	240.000
88	LUIZA MENEZINA	22604-1	0	01/03/1993	240.00	0.000	240.000
89	MAURICIO KOMINKIEWICZ	25167-4	0	05/12/1993	240.00	0.000	240.000
90	STEPHANIE LE BOURLEGAT	26104-1	1	28/06/1976	240.00	0.000	240.000
91	MARCIA KOSER	24578-0	1	24/02/1984	240.00	0.000	240.000
92	VINICIUS DIAS GOUVEIA	21717-4	0	20/03/1990	240.00	0.000	240.000
93	ADILSON ALVES GONZAGA JUNIOR	26735-0	0	15/10/1992	240.00	0.000	240.000
94	KAROLINE RODRIGUES	24273-0	0	03/12/1996	240.00	0.000	240.000
95	ANDRESSA MORAES DUTRA	24408-2	0	23/02/1990	240.00	0.000	240.000
96	LUCIANA PRAZERES MAZUR	26044-4	0	02/02/1987	230.00	0.000	230.000
97	GABRIEL FUZETO FERREIRA	21454-0	0	02/08/1994	230.00	0.000	230.000
98	DOUGLAS DANIEL DA SILVA	25529-7	1	23/03/1982	230.00	0.000	230.000
99	PEDRO RODRIGUES DE ANDRADE	25865-2	0	16/11/1990	230.00	0.000	230.000
100	KAANDRA SERPA WERNER	27246-9	0	01/03/1992	230.00	0.000	230.000
101	ADRIAN OLIVEIRA DE LIMA	25437-1	0	11/04/1981	220.00	0.000	220.000
102	JANAÍNA RIGAO	24625-5	0	03/07/1982	220.00	0.000	220.000
103	JULIANA MACHADO	26671-0	0	26/07/1984	220.00	0.000	220.000
104	SABRINA DOS SANTOS	20787-0	0	09/11/1990	220.00	0.000	220.000
105	ANDERSON LUIZ FRANCO	22058-2	0	30/09/1994	220.00	0.000	220.000
106	LUCAS SILVA LOURENCO	26003-7	0	26/01/1990	210.00	0.000	210.000
107	FLAVIA REINHOLD PAGANI	25230-1	0	23/07/1986	200.00	0.000	200.000

1. Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo

3 - ENGENHEIRO SANITARISTA

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato				No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JULIA CAMPOS DOTTO				25758-3	0	15/04/1993	330.00	0.000	330.000
2	THIAGO HULSE CARPES				24380-9	0	06/03/1986	320.00	0.000	320.000
3	JOAO PEDRO AMPESAN VARGAS GARCIA				25484-3	0	06/12/1987	320.00	0.000	320.000
4	RAFAEL RIBEIRO				21851-0	1	26/07/1975	310.00	0.000	310.000
5	ANA CLARA LAZZARI FRANCO				26742-2	0	22/11/1990	310.00	0.000	310.000
6	ROBERTA DE MOURA LISBOA				21152-4	0	14/10/1992	310.00	0.000	310.000
7	ALEXIA CRISTINA RUEDIGER				26645-0	0	26/04/1993	310.00	0.000	310.000
8	MARCIN WARDYN				26232-3	0	17/10/1984	300.00	0.000	300.000
9	CHARLES WEIDER SILVEIRA				27393-7	0	04/09/1989	300.00	0.000	300.000
10	DAVID MAYCON SCHMITT ROSA				22181-3	0	14/03/1994	300.00	0.000	300.000
11	EDUARDO PAULY FERNANDES				21954-1	0	24/07/1991	290.00	0.000	290.000
12	MARIANE WOLFF PEREIRA				21734-4	0	29/07/1993	290.00	0.000	290.000
13	CRISTIANO GALVAO				26608-6	1	27/09/1977	290.00	0.000	290.000
14	ALEXANDRE DE ARAUJO				21607-0	0	02/01/1979	290.00	0.000	290.000
15	ODER HENRIQUE COUTINHO RODRIGUES				21652-6	0	07/12/1994	290.00	0.000	290.000
16	MAIRA LOUISE DA SILVA				21428-0	0	31/12/1994	290.00	0.000	290.000
17	GRACIELA ROZZA				21068-4	0	09/02/1995	290.00	0.000	290.000
18	MARCIA FERREIRA DA COSTA				25982-9	0	11/09/1995	290.00	0.000	290.000
19	TULIO SALATIEL CINTRA				22489-8	0	16/11/1990	290.00	0.000	290.000
20	MARIA EDUARDA FAGUNDES DE AQUINO				25055-4	0	09/12/1993	290.00	0.000	290.000
21	AMANDA BORDIN BUTTENDORF				22439-1	0	19/10/1986	280.00	0.000	280.000
22	MARCELO LOVATO BRUM				20719-5	0	10/04/1990	280.00	0.000	280.000
23	RENAN SCHWABE				22015-9	0	12/04/1990	280.00	0.000	280.000
24	MARIA EDUARDA VIEIRA				25729-0	0	25/04/1993	280.00	0.000	280.000
25	RAFAEL FRIEDRICH HAUBERT				21249-0	2	13/06/1986	280.00	0.000	280.000
26	FRANCIELE DOS SANTOS				26041-0	0	26/04/1990	280.00	0.000	280.000
27	VLADE DALBOSCO				27112-8	0	05/08/1991	280.00	0.000	280.000
28	GRAZYELLE ROCHA PEREIRA				21355-1	0	20/11/1992	280.00	0.000	280.000
29	VITOR SANTOS GUIMARAES				25387-1	0	18/04/1993	280.00	0.000	280.000
30	ARTHUR DANIEL REPOLHO VALENTE SOBRAL				22080-9	0	18/12/1994	280.00	0.000	280.000
31	EMANUEL FUSINATO				25118-6	0	23/11/1993	270.00	0.000	270.000
32	DIANA MARAGNO MINATTO				24343-4	0	23/03/1990	270.00	0.000	270.000
33	ARTHUR MAY				21387-0	0	13/10/1991	270.00	0.000	270.000
34	JESSICA WILVERT				24816-9	0	12/06/1992	270.00	0.000	270.000
35	CAROLINE GABRIELA HOSS				24026-5	0	28/08/1994	270.00	0.000	270.000
36	LENISE CAMARA FRANCO				21302-0	0	06/10/1993	270.00	0.000	270.000
37	VINICIUS DANIEL DE SOUZA				21668-2	0	26/04/1995	270.00	0.000	270.000

38	ANA FLAVIA COSTA	25339-1	0	29/06/1995	270.00	0.000	270.000
39	JAQUELINE CARNEIRO KERBER	26204-8	0	21/05/1992	260.00	0.000	260.000
40	AMANDA KEMPT SCHROEDER	26097-5	0	26/02/1993	260.00	0.000	260.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 2
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:58

Superior completo
 3 - ENGENHEIRO SANITARISTA
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	ARIELEN REIS DA SILVA	26234-0	0	18/09/1995	250,00	0,000	250,000
42	HERICSON MENEZES	22417-0	0	03/11/1995	250,00	0,000	250,000
43	IAN PAVANI VERDERESI	22885-0	0	28/05/1988	250,00	0,000	250,000
44	LETICIA FLORES PORTELA	22005-1	0	15/02/1992	250,00	0,000	250,000
45	DENISE VIEIRA VAREJAO	20508-7	2	03/07/1981	250,00	0,000	250,000
46	KALIL AUGUSTO LIONCO SANDI	21959-2	0	03/02/1993	250,00	0,000	250,000
47	CRISTIANE TAROUÇO FOLZKE	21111-7	1	17/08/1983	240,00	0,000	240,000
48	ADLER GOMES DE MENEZES	24576-3	1	03/05/1992	240,00	0,000	240,000
49	LETICIA GRABOVSKI DE OLIVEIRA	26383-4	0	18/10/1994	240,00	0,000	240,000
50	JOSE VINICIUS BOING DE SOUZA	24076-1	0	20/03/1994	240,00	0,000	240,000
51	LUISA PUSCHNICK GOMES	20795-0	0	04/11/1991	240,00	0,000	240,000
52	LUIZA DENARDIN POLETO	21194-0	0	08/03/1993	240,00	0,000	240,000
53	ANGELICA DUARTE DE GOUVEIA	21632-1	0	29/01/1995	240,00	0,000	240,000
54	LUISA LIMA BERTOLETTI	20701-2	0	02/02/1992	230,00	0,000	230,000
55	MARIA VITART DE ABREU LIMA	26038-0	0	06/05/1993	230,00	0,000	230,000
56	BRUNO HENRIQUE ABATTI	20856-6	0	13/10/1995	230,00	0,000	230,000
57	MONYCHELLY CARVALHO MARCHIORO	21727-1	0	26/09/1993	220,00	0,000	220,000
58	GABRIELLA ARAUJO CARDOZO	21318-7	0	06/07/1996	220,00	0,000	220,000
59	RENAN NORBERTO DA SILVA	24818-5	0	19/02/1987	210,00	0,000	210,000
60	MAIARA STEIN WUNSCH	26031-2	0	28/07/1993	210,00	0,000	210,000
61	KAROLAYNE CANDIDO RODRIGUES	23341-2	0	30/03/1997	200,00	0,000	200,000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:58

Superior completo
 4 - FISCAL DE MEIO AMBIENTE
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LUANA MOCELIN DE CAMARGO	27218-3	0	14/10/1989	360,00	0,000	360,000
2	RAFAELA DAIANE DE OLIVEIRA	23755-8	0	05/09/1990	330,00	0,000	330,000
3	GUILHERME DAVI MUMBACH	26869-0	0	05/01/1994	330,00	0,000	330,000
4	HENRIQUE DE OLIVEIRA	23129-0	0	11/01/1983	330,00	0,000	330,000
5	LUIS ANTONIO REIS DA PORCIUNCUA	26803-8	0	14/01/1958	320,00	0,000	320,000
6	THAIS DOS SANTOS VIANNA	26702-3	0	03/06/1984	320,00	0,000	320,000
7	KAUE DE ANDRADE MONTEIRO	24994-7	2	08/07/1986	310,00	0,000	310,000
8	JULIANA JAQUELINE BUDAG	21252-0	0	30/07/1991	310,00	0,000	310,000
9	KARLIA DALLA SANTA AMARAL	24808-8	1	05/11/1975	310,00	0,000	310,000
10	THOMAS SCHRODER	25441-0	1	14/05/1986	310,00	0,000	310,000
11	JANAINA PARAGUACU ADELIO	25532-7	1	30/09/1986	310,00	0,000	310,000
12	DANIEL VICENTE PUPO	24964-5	0	22/01/1982	300,00	0,000	300,000
13	CHRISTOFER ROCHA	20716-0	1	27/01/1974	300,00	0,000	300,000
14	DANIELE COELHO VIGARIO	26037-1	0	19/01/1986	300,00	0,000	300,000
15	KATIANE PIERRE LEAL	24105-9	0	11/12/1988	300,00	0,000	300,000
16	PRISCILA CRISTIANE BORDIN	27456-9	0	26/10/1990	300,00	0,000	300,000
17	RAIMARA FERNANDA RIBEIRO CASSIANO	21934-7	0	18/05/1992	300,00	0,000	300,000
18	DAMARIS SILVEIRA HOSSER	22071-0	0	31/08/1992	300,00	0,000	300,000
19	JANYCE DE OLIVEIRA SANTOS	24172-5	0	06/02/1986	300,00	0,000	300,000
20	JULIANO JOSE DE MEDEIROS	23627-6	1	19/03/1982	290,00	0,000	290,000
21	GUILHERME ESPINDOLA VANDERLIND	27401-1	0	25/07/1994	290,00	0,000	290,000
22	RODRIGO OTAVIO HAMBRUSCH DE LIMA	25366-9	1	10/01/1978	290,00	0,000	290,000
23	MARCIO HENRIQUE SOUSA LAMEIRA	23777-9	0	08/05/1990	290,00	0,000	290,000
24	ALEXANDRE THIESEN BEDIN	20863-9	0	18/06/1990	290,00	0,000	290,000
25	MARCO AURELIO DA ROSA CASTRO	25989-6	2	23/02/1966	290,00	0,000	290,000
26	DANIELE CORREA DE CASTRO PADILHA	25297-2	2	24/02/1976	290,00	0,000	290,000
27	CAMILA DE LEON LOUSADA BORGES	25192-5	0	27/06/1980	290,00	0,000	290,000
28	RONILDA TEREZINHA SILVEIRA	27155-1	0	09/10/1981	290,00	0,000	290,000
29	FERNANDA ALINE PETRY	22651-3	0	29/01/1985	290,00	0,000	290,000
30	LUCAS NOGUEIRA MOTA	23805-8	0	24/11/1987	290,00	0,000	290,000
31	VALDIR ANICETO PEREIRA JUNIOR	24082-6	0	16/11/1988	290,00	0,000	290,000
32	MATHEOS ABNER SILVA	22505-3	0	28/05/1989	290,00	0,000	290,000
33	BRUNA ELLEN RICARDO	23115-0	0	28/05/1990	290,00	0,000	290,000
34	DANIEL ZAMBIAZZI MILLER	20981-3	1	25/06/1991	290,00	0,000	290,000
35	HANNAH CUNHA AMARAL	21935-5	0	28/09/1990	280,00	0,000	280,000
36	LUIS FELIPE PASTORELLO	23015-4	0	03/01/1994	280,00	0,000	280,000
37	CHRISTIANNE BELINZONI DE CARVALHO	27418-6	0	11/11/1968	280,00	0,000	280,000

38	NAISSA BATISTA DA LUZ	22464-2	0	04/05/1976	280.00	0.000	280.000
39	GUILHERME UBIRATAN RIBEIRO COSTA	26520-9	1	20/03/1981	280.00	0.000	280.000
40	BIANCA MARIA TREIN	25980-2	1	13/10/1983	280.00	0.000	280.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 2
Istagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:58

Superior completo
004 - FISCAL DE MEIO AMBIENTE
No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	IZABEL KLUG	21399-3	0	19/10/1986	280.00	0.000	280.000
42	MANOELA MAGNANI FOGLIATTO	22458-8	0	10/04/1990	280.00	0.000	280.000
43	ALISSON SCHONS	22771-4	0	04/08/1990	280.00	0.000	280.000
44	LAURA CECILIA MULLER	23236-0	0	11/10/1990	280.00	0.000	280.000
45	JOAO GUILHERME BONI	23837-6	1	14/02/1996	280.00	0.000	280.000
46	LUCELENE ELEUTERIO TEIXEIRA	21646-1	2	27/07/1973	270.00	0.000	270.000
47	CLIVOR NEGOCHADLE	24666-2	0	10/10/1973	270.00	0.000	270.000
48	ANNA LUIZA DE SOUSA OLIVEIRA	22578-9	0	04/05/1992	270.00	0.000	270.000
49	JOANA ZENI	21837-5	0	14/05/1994	270.00	0.000	270.000
50	MAIKOL LABA DA COSTA DOMIT	26697-3	2	09/02/1975	270.00	0.000	270.000
51	ALEX JUSTUS DA SILVEIRA	27029-6	1	27/11/1980	270.00	0.000	270.000
52	LUCIANO DA SILVA ALVES	24985-8	0	15/02/1984	270.00	0.000	270.000
53	ATILA SHIROMA DE SOUZA	24096-6	0	24/01/1990	270.00	0.000	270.000
54	BRUNA BICARATO	24069-9	0	01/08/1991	270.00	0.000	270.000
55	ANA FLAVIA PAVEI	21315-2	0	28/07/1992	270.00	0.000	270.000
56	ANDREIA OBILDA OLIVEIRA DA SILVA	24615-8	3	05/08/1974	270.00	0.000	270.000
57	ELAINE BARONI DE OLIVEIRA	21548-1	0	30/06/1989	270.00	0.000	270.000
58	LAURA MARIA STRAUB	24209-8	1	22/01/1992	270.00	0.000	270.000
59	JESSICA DOMINGUES SCHAFHAUSER	24567-4	0	19/09/1992	270.00	0.000	270.000
60	GILSON BARBOSA	26170-0	2	16/01/1970	270.00	0.000	270.000
61	RICARDO AUGUSTO MULLECK PADILHA	23297-1	1	17/10/1987	260.00	0.000	260.000
62	MONICA ALBERTON MELLO	22606-8	0	22/09/1994	260.00	0.000	260.000
63	IGOR ROMUALDO SA RUFINO	22766-8	0	06/10/1986	260.00	0.000	260.000
64	BIANCA REIS CASTALDI TOCCI	25903-9	0	01/09/1987	260.00	0.000	260.000
65	CAROLINA BRAZ GOES	25940-3	0	14/09/1988	260.00	0.000	260.000
66	ANA PAULA STEIN SANTOS	21407-8	0	19/11/1991	260.00	0.000	260.000
67	SAMANTHA TRAPP	23038-3	0	21/04/1993	260.00	0.000	260.000
68	GABRIELA SCHAEFER	23840-6	0	04/10/1993	260.00	0.000	260.000
69	EDUARDO ALEXANDRE LOPES MENESES	21655-0	0	09/06/1978	260.00	0.000	260.000
70	ALEXANDRE VALERIO DA SILVA	26431-8	0	23/01/1985	260.00	0.000	260.000
71	BRUNO MACHADO FURLANETTO	21418-3	0	28/08/1987	260.00	0.000	260.000
72	ALINE BRAGA NUNES	20959-7	0	10/05/1988	260.00	0.000	260.000
73	GELCE CAMILA LAIKOVSKI	21599-6	0	02/12/1989	260.00	0.000	260.000
74	VANESSA EICH	21552-0	0	03/05/1990	260.00	0.000	260.000
75	KAUE ALEXANDRE OLSEN FERREIRA	22473-1	0	21/05/1991	260.00	0.000	260.000
76	RAFAELA BENDO	26879-8	0	17/08/1991	260.00	0.000	260.000
77	INGRID SANTANA MONTEIRO	25306-5	0	31/12/1991	260.00	0.000	260.000

78	MATEUS SOUZA FAGUNDES	22201-1	0	22/06/1994	260.00	0.000	260.000
79	NAYARA FRANCIELLE RIBEIRO CASSIANO	22215-1	0	02/05/1993	260.00	0.000	260.000
80	DANIA VIEIRA BRANCO OZORIO	24181-4	0	03/09/1990	250.00	0.000	250.000
81	DIOGO CHERNIESKI	21146-0	0	01/09/1989	250.00	0.000	250.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 3
Istagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:58

Superior completo
004 - FISCAL DE MEIO AMBIENTE
No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	JADE MARTINS COLOMBI	25791-5	0	19/08/1991	250.00	0.000	250.000
83	GUSTAVO EGG MONTEIRO PEREIRA	24619-0	0	21/01/1977	250.00	0.000	250.000
84	JOAO PAULO ZACHARIAS PEILSTICKER	25215-8	1	24/02/1979	250.00	0.000	250.000
85	MARIANA DE KARAMÉ BRITTO	25515-7	0	10/06/1979	250.00	0.000	250.000
86	ANA LUCIA BITTENCOURT	21106-0	0	04/01/1983	250.00	0.000	250.000
87	LARISSA ZANDER SILVA	22305-0	0	17/03/1988	250.00	0.000	250.000
88	LUCAS BÍO MARTIN PRIETO	24122-9	0	18/05/1989	250.00	0.000	250.000
89	IRIS DE FREITAS MEDEIROS	24618-2	0	08/11/1989	250.00	0.000	250.000
90	BRUNA DEON	21728-0	0	27/11/1993	250.00	0.000	250.000
91	SILVESTRE PEREIRA DA SILVA	24824-0	4	13/04/1964	250.00	0.000	250.000
92	PATRICIA MILLARCH	22173-2	0	03/06/1981	250.00	0.000	250.000
93	FABRICIO STRUFALDI MAZZINI	24763-4	0	18/10/1986	250.00	0.000	250.000
94	JONATHAN SILVESTRI NI LOPES	24259-4	1	29/04/1987	250.00	0.000	250.000
95	DANIEL BECKER SALLES	20698-2	0	16/06/1987	250.00	0.000	250.000
96	RAFAEL BERUSKI	21138-9	0	18/11/1987	250.00	0.000	250.000
97	RAFAEL STEUERNAGEL	23946-1	0	25/11/1988	250.00	0.000	250.000
98	AMANDA MASSUCATTO	25113-5	0	01/06/1989	250.00	0.000	250.000
99	BARBARA BIASI	24114-8	0	30/12/1989	250.00	0.000	250.000
100	PAULO HENRIQUE MARQUEZINI LEITE	22037-0	0	28/02/1992	250.00	0.000	250.000
101	GABRIELA VILELA	21988-6	0	16/07/1992	250.00	0.000	250.000
102	GABRIELA CRISTINA RECH TORMEN	25031-7	0	04/08/1992	250.00	0.000	250.000
103	INDIANARA MONTIBELLER	23619-5	0	16/06/1995	250.00	0.000	250.000
104	CIRLENE KLUCK	24101-6	0	15/02/1975	240.00	0.000	240.000
105	ERON NEMEZIO MARTINS PEDROSO	27509-3	2	25/07/1983	240.00	0.000	240.000
106	CESAR EDUARDO SPECIAN PIMENTA	21683-6	2	27/07/1976	240.00	0.000	240.000
107	JOAO PAULO BALANDIUK	24054-0	0	24/04/1989	240.00	0.000	240.000
108	MARCEL RICARDO DOS SANTOS	23501-6	1	30/12/1976	240.00	0.000	240.000
109	GIOVANNI ALBERTO BORGIO	22004-3	0	20/04/1992	240.00	0.000	240.000
110	LETICIA ZANATTA BARATIERI	20695-8	0	01/02/1990	240.00	0.000	240.000
111	HOMERO LUIZ DESTEFANI	25504-1	0	15/09/1990	240.00	0.000	240.000
112	RAFAEL MUELLER PETERMANN	21168-0	2	23/06/1978	240.00	0.000	240.000
113	FABIO RIEGO CAVANI	26060-6	0	11/07/1980	240.00	0.000	240.000
114	SILVIA SIMOES ADORNES	26084-3	0	20/02/1981	240.00	0.000	240.000
115	EDINEIA FATIMA BROCCO	21525-2	0	18/01/1984	240.00	0.000	240.000
116	REGINALDO LEMOS	25640-4	0	07/10/1987	240.00	0.000	240.000
117	ANA PAULA LAZARETTI MATTE	20873-6	0	27/03/1991	240.00	0.000	240.000
118	ILIJIA PELEGRINI LEASOLIN	24247-0	0	31/03/1991	240.00	0.000	240.000

119	NATALIA RORBACHER	21805-7	0	10/12/1998	240.00	0.000	240.000
120	FELIPE DOMINGOS MACHADO	25783-4	0	20/06/1990	230.00	0.000	230.000
121	MAYARA KUCHENBECKER	23096-0	0	06/07/1993	230.00	0.000	230.000
122	GIOVANI LUIZ PASQUALOTTO	24851-7	0	11/11/1993	230.00	0.000	230.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 4
Istagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:58

Superior completo
4 4 - FISCAL DE MEIO AMBIENTE
No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato					No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
123	RAUL RICARDO PESSOLE FAGUNDES GERVASIO					21137-0	0	01/12/1993	230.00	0.000	230.000
124	REGIS ANDRE DA SILVA					23760-4	0	22/09/1981	230.00	0.000	230.000
125	JANAINA NAIARA SESTARI VENDRAMI					24425-2	0	21/02/1996	230.00	0.000	230.000
126	FERNANDO B DE CARVALHO					26047-9	0	28/04/1966	230.00	0.000	230.000
127	ALEX DE OLIVEIRA					24753-7	0	31/08/1981	230.00	0.000	230.000
128	ALEXANDRA MOSER CORREIA					25495-9	1	11/01/1982	230.00	0.000	230.000
129	CAIKO MIRANDA DOS SANTOS					22380-8	1	31/03/1988	230.00	0.000	230.000
130	RODRIGO RICHARTZ					26249-8	0	12/04/1988	230.00	0.000	230.000
131	FABIANO CESAR OSSOSKI					23155-0	0	29/07/1990	230.00	0.000	230.000
132	MATHEUS VAN DEN BYLAARDT					21434-5	0	21/08/1995	230.00	0.000	230.000
133	EDUARDO WOJECIHOWSKI JUNIOR					23919-4	0	01/08/1959	230.00	0.000	230.000
134	JULIO CESAR LEO					23147-9	2	16/03/1966	230.00	0.000	230.000
135	ROBERTO LUCIO CORREA BUENO					26415-6	0	06/10/1974	230.00	0.000	230.000
136	LEILA DE SOUZA					26486-5	0	01/08/1975	230.00	0.000	230.000
137	FELIPE TIAGO VARELA PAIM					23651-9	1	31/01/1982	230.00	0.000	230.000
138	LAURA REIS FUAO					25615-3	0	20/10/1983	230.00	0.000	230.000
139	MIRIAN SOARES PEREIRA					20978-3	0	08/11/1984	230.00	0.000	230.000
140	BARBARA MAICHAK DE CARVALHO					24821-5	0	22/06/1985	230.00	0.000	230.000
141	PAULO FERNANDO SIMAOZINHO					26310-3	0	17/03/1986	230.00	0.000	230.000
142	TAMARA PIREZ DA SILVA					22020-5	0	27/10/1988	230.00	0.000	230.000
143	EDENILSON MEYER					21814-6	0	14/07/1992	230.00	0.000	230.000
144	LETICIA KIENEN LANGUER ROLIM					23933-0	0	19/05/1993	230.00	0.000	230.000
145	FRANCELY LEITE DA SILVA					21725-5	0	13/01/1995	230.00	0.000	230.000
146	LINOMAR ZANON FIGUEIRO					24614-0	3	31/03/1972	220.00	0.000	220.000
147	RAFAELA TAMARA MARQUARDT					24219-5	0	30/08/1982	220.00	0.000	220.000
148	JESSIANE MARY JASTROMBEK					22446-4	0	06/06/1988	220.00	0.000	220.000
149	FERNANDA GERN LOBO					26627-2	1	30/01/1978	220.00	0.000	220.000
150	MONICA GABRIELLE ROSSETIM DA SILVA					24959-9	0	08/09/1990	220.00	0.000	220.000
151	DANIEL SILVESTRI BURATTO					21930-4	1	01/11/1979	210.00	0.000	210.000
152	HENRIQUE JUNGES					25288-3	0	14/01/1980	210.00	0.000	210.000
153	NEUZILDO DROSDECK					26341-9	1	21/06/1983	210.00	0.000	210.000
154	JOSE PAULO DA SILVA NETO					23075-8	0	31/12/1985	210.00	0.000	210.000
155	ANDERSON SEIFERT GODINHO					24450-3	0	28/06/1989	210.00	0.000	210.000
156	PATRICK SOARES					27473-9	0	27/11/1990	210.00	0.000	210.000
157	VALDERI NUNES DA SILVA JUNIOR					24363-9	0	16/05/1994	210.00	0.000	210.000
158	JOAO WILSON KUIAVA JUNIOR					20691-5	1	24/11/1976	210.00	0.000	210.000
159	PAULO ROBERTO LESSA					24088-5	0	11/09/1987	210.00	0.000	210.000

160	FELIPE STEINER	21546-5	1	09/04/1985	200.00	0.000	200.000
161	MELINA INES BONATTO	20724-1	0	06/01/1994	200.00	0.000	200.000
162	FRANCINE TSCHOEKE LIEBL	21758-1	0	13/09/1995	200.00	0.000	200.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 1
1ª Etapa Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:58

Superior completo
5 5 - GEOGRAFO
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	TÍTulos	Total
1	REGIANE MARA SBROGLIA	27089-0	0	22/02/1988	350.00	0.000	350.000
2	CLEIDIR EIDELWEIN BIGCA	25239-5	1	24/08/1984	330.00	0.000	330.000
3	GENILSON ESTACIO DA COSTA	25567-0	0	25/08/1994	330.00	0.000	330.000
4	RAFAEL KOENE	22393-0	0	26/05/1987	320.00	0.000	320.000
5	DANIEL ANDRIJIC MALANDRIN	22045-0	0	03/05/1983	310.00	0.000	310.000
6	DIEGO MORAES FLORES	22579-7	0	22/07/1983	310.00	0.000	310.000
7	SALOME GARCIA BERNARDES	24683-2	0	10/11/1972	300.00	0.000	300.000
8	ALEXANDRE DA SILVA	25044-9	0	03/01/1988	300.00	0.000	300.000
9	DIEGO SAMY FRANTZ	24308-6	0	09/05/1987	300.00	0.000	300.000
10	GUSTAVO STEINMETZ SOARES	22199-6	0	03/12/1984	290.00	0.000	290.000
11	FLAVIA DO NASCIMENTO MADRUGA	21376-4	0	28/05/1982	290.00	0.000	290.000
12	EDUARDO HENRIQUE PEREIRA MICHIEREFF	24409-0	0	09/02/1989	280.00	0.000	280.000
13	MARIELE COLETTO FURLAN	21344-6	1	17/11/1987	280.00	0.000	280.000
14	LUDMILA LOSADA DA FONSECA	25736-2	0	26/02/1991	280.00	0.000	280.000
15	CARMEN JAQUELINE MERTEN	24974-2	1	21/01/1978	280.00	0.000	280.000
16	GRAZIELE MUNIZ MIRANDA HOFFART	25237-9	0	03/03/1987	280.00	0.000	280.000
17	EDISON ANTONIO ALBERTI	25882-2	0	05/05/1966	270.00	0.000	270.000
18	CAROLINA MOREIRA DA SILVA	27486-0	2	18/06/1980	270.00	0.000	270.000
19	PEDRO KIATKOSKI KIM	23831-7	1	12/10/1982	270.00	0.000	270.000
20	CAIO SHIGUEHARU KATAOKA	22100-7	1	04/08/1989	270.00	0.000	270.000
21	JULIANA ARAUJO DO AMARAL	26794-5	0	26/06/1992	270.00	0.000	270.000
22	ALEXANDRE SCHWEITZER	25499-1	0	11/03/1976	270.00	0.000	270.000
23	VANESSA PAMELA TOMELIN	24889-4	0	13/04/1985	270.00	0.000	270.000
24	VALESKA ALMEIDA MARQUETTE	22590-8	0	17/08/1985	270.00	0.000	270.000
25	VIVIAN RODRIGUES DE MORAES STORER	25739-7	0	13/12/1989	270.00	0.000	270.000
26	TIAGO UMBERTO PAZOLINI	23527-0	0	30/11/1987	260.00	0.000	260.000
27	RAFAELLE FRAGA DE SANTIS	24350-7	0	03/12/1985	260.00	0.000	260.000
28	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS	24469-4	0	29/05/1991	260.00	0.000	260.000
29	FELIPE DE CASTRO HORTA HOFFMANN MARTINS	24083-4	0	29/04/1982	260.00	0.000	260.000
30	CLEYTON GILMAR VILPERT	25151-8	0	16/07/1991	260.00	0.000	260.000
31	BRUNO CESAR MERETIKA PONCIO	22990-3	0	06/07/1990	250.00	0.000	250.000
32	JOAO VICTOR DE ARAUJO	24081-8	0	25/06/1989	250.00	0.000	250.000
33	CASSIO DONADEL GUTERRES	24652-2	0	17/03/1990	250.00	0.000	250.000
34	BRUNO BORTOLI	20763-2	0	04/01/1988	240.00	0.000	240.000
35	THIAGO MATHEUS VIEIRA OLIVEIRA	23384-6	0	13/06/1985	230.00	0.000	230.000
36	BRUNO TADEU BARROS DE CARVALHO	23378-2	1	23/07/1982	230.00	0.000	230.000
37	CLECIO JOSE LOPES DE OLIVEIRA	22937-7	1	23/03/1975	230.00	0.000	230.000

38	FABIO CARRARO DOS SANTOS	24315-9	0	09/02/1981	230.00	0.000	230.000
39	ANA PAULA KLAHOLD ROSA	24258-6	2	03/07/1981	230.00	0.000	230.000
40	MAURICIO SZARAZGAT	24349-3	0	28/12/1987	230.00	0.000	230.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 2
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:58

Superior completo
 005 - GEOGRAFO
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	THIAGO DINIZ FARIA COELHO	25427-4	0	30/03/1991	230.00	0.000	230.000
42	BARBARA GONCALVES FORNEROLLI	24334-5	0	13/11/1991	220.00	0.000	220.000
43	HENRIQUE FLAVIO FERREIRA SCHNITZSPAHN	26237-4	5	12/01/1962	200.00	0.000	200.000

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Fundamental completo

008 - MOTORISTA

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DAVID CLENEI DELIBERALI DE ALMEIDA	25703-6	0	22/07/1981	390.00	0.000	390.000
2	ANDERSON FAGUNDES ALFARO	23977-1	1	22/01/1983	390.00	0.000	390.000
3	FRANKLIN MOREIRA SABINO FILHO	26304-4	0	22/08/1990	390.00	0.000	390.000
4	ALISSON ALESSANDRO GABARDO	25656-0	0	30/03/1982	380.00	0.000	380.000
5	BRUNO DA COSTA CALDONHO	21275-0	0	06/02/1982	380.00	0.000	380.000
6	TARCISIO RAPHAEL DOMINGOS CARDOSO	25413-4	1	20/05/1987	380.00	0.000	380.000
7	ROGERIO SALVAGNI DOS SANTOS	21157-5	2	13/02/1952	370.00	0.000	370.000
8	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	26122-0	1	22/12/1962	370.00	0.000	370.000
9	RONEI BAUM	25371-5	4	04/01/1976	370.00	0.000	370.000
10	ODIMAR ANTONIO PALAORO	25097-0	2	11/06/1977	370.00	0.000	370.000
11	DIRCEU VANDERLEI MAYER	21442-6	0	07/12/1987	370.00	0.000	370.000
12	PAULO CARDOZO	26926-3	0	15/08/1985	360.00	0.000	360.000
13	LAUDIR SANTANA	21284-9	3	24/10/1981	360.00	0.000	360.000
14	SINESIO ALFREDO NUNES	24306-0	1	16/03/1962	360.00	0.000	360.000
15	MARCOS GERVASIO GONCALVES	25066-0	2	05/12/1968	360.00	0.000	360.000
16	CLAUDIO ROBERTO LEBER	27243-4	1	19/06/1971	360.00	0.000	360.000
17	RODRIGO SANCHES PRETTE GODO	21239-3	2	12/07/1984	360.00	0.000	360.000
18	THIAGO MORENO MARQUES	22729-3	0	11/10/1985	360.00	0.000	360.000
19	CASSIO TARTARI ZANIN	24119-9	1	18/12/1973	360.00	0.000	360.000
20	DAILON ANDRE KUNST	21402-7	0	18/10/1976	360.00	0.000	360.000
21	LINDOMAR PASQUALI	26901-8	0	10/08/1988	360.00	0.000	360.000
22	LUCIANO AUGUSTO JORGE DE FREITAS	26870-4	1	17/06/1983	360.00	0.000	360.000
23	LUIZ CARLOS OLIVEIRA DA SILVA	25076-7	2	05/10/1958	350.00	0.000	350.000
24	JEFFERSON MANOEL DE FREITAS	24014-1	1	13/08/1973	350.00	0.000	350.000
25	SERVILIO LANA	26277-3	2	14/11/1978	350.00	0.000	350.000
26	LEONARDO GONCALVES CORREIA	24326-4	2	14/01/1979	350.00	0.000	350.000
27	RAFAEL BUSSACRO TEIXEIRA	25332-4	0	29/09/1988	350.00	0.000	350.000
28	FELIPE CAMPOS MODESKI	26746-5	0	23/09/1991	350.00	0.000	350.000
29	IRISBELTO DESCHAMPS	24766-9	2	10/07/1960	350.00	0.000	350.000
30	MARCOS FABIANO RORBACHER	21802-2	1	01/12/1975	350.00	0.000	350.000
31	PAULO EDER SANTOS	25573-4	1	27/05/1977	350.00	0.000	350.000
32	CARLOS GUIDO NETO	20830-2	2	31/07/1974	350.00	0.000	350.000
33	FABIANO DIVIVI DE FRANCESCHI	24353-1	2	27/05/1975	350.00	0.000	350.000
34	MARCELO AURELIO BENTO	26001-0	2	27/03/1978	350.00	0.000	350.000
35	ALEXANDRE LUIZ VALENTIM	27402-0	2	27/07/1980	350.00	0.000	350.000
36	TIAGO ROEDER	24296-9	1	21/11/1988	350.00	0.000	350.000
37	ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DA SILVA	25836-9	1	16/02/1969	340.00	0.000	340.000

38	RAFAEL JOSE DOS PASSOS	26941-7	0	02/09/1985	340.00	0.000	340.000
39	ANGELO GUSTAVO DUARTE SILVA	21380-2	2	06/03/1978	340.00	0.000	340.000
40	RAFAEL JOSE DE OLIVEIRA	26196-3	0	06/05/1984	340.00	0.000	340.000

IBAM	BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO	PAG: 2
Istagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação		27/07/2018 - 10:59

Fundamental completo
008 - MOTORISTA
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	CHARLES RAMOS CHAGAS	25138-0	1	16/12/1985	340.00	0.000	340.000
42	ARILDO BRUHMLER	21051-0	0	02/02/1987	340.00	0.000	340.000
43	MACIEL OSVALDO IZING	24313-2	1	26/08/1989	340.00	0.000	340.000
44	HELEN DE CARVALHO	25064-3	1	29/07/1991	340.00	0.000	340.000
45	MARCIO KLIMKE BENTO	26284-1	0	06/06/1995	340.00	0.000	340.000
46	DANIEL MIRANDA	27294-9	0	01/05/1996	340.00	0.000	340.000
47	JOEL MACIEL	24992-0	2	07/03/1976	340.00	0.000	340.000
48	AMARILDO VICENTE ZORRER	24168-7	4	25/09/1963	340.00	0.000	340.000
49	VALMIR JUNCES	22569-0	2	28/11/1969	340.00	0.000	340.000
50	ALEXANDRE SOUSA	21759-0	1	21/10/1979	330.00	0.000	330.000
51	EDISON FARIAS DE SOUZA	27468-2	2	26/06/1979	330.00	0.000	330.000
52	ANDRE MOURA TAPIA	24911-4	0	08/04/1981	330.00	0.000	330.000
53	JOSIANE ROSE LOPES ATAIDE	21609-7	1	29/09/1978	330.00	0.000	330.000
54	RENATO APARECIDO DE JESUS ALVES	25964-0	2	18/03/1982	330.00	0.000	330.000
55	JOAO LEMES	21466-3	2	11/08/1961	330.00	0.000	330.000
56	ADEMIR PEREIRA	27012-1	2	29/01/1964	330.00	0.000	330.000
57	MAURICIO FERREIRA	25141-0	2	12/12/1971	330.00	0.000	330.000
58	ROBSON MARCONI DOS SANTOS	23947-0	3	05/10/1982	330.00	0.000	330.000
59	DIONATAN BRUM PAIM	23312-9	2	06/02/1984	330.00	0.000	330.000
60	SERGIO LUIZ DE FREITAS	21897-9	3	10/01/1963	330.00	0.000	330.000
61	CARLOS KIILL LEFFLER	21060-9	2	01/11/1984	330.00	0.000	330.000
62	ELDESJUNES DE JESUS	21015-3	2	17/04/1976	320.00	0.000	320.000
63	RENATO MILCHEVSKI	26051-7	1	21/09/1977	320.00	0.000	320.000
64	ANDRE LUCIO BORTOLAZ	20788-8	1	15/09/1989	320.00	0.000	320.000
65	LUIZ ANTONIO SCHNEIDER	25000-7	0	10/01/1988	320.00	0.000	320.000
66	GIOVANI SCHMITT	25183-6	1	12/12/1996	320.00	0.000	320.000
67	HUGO CESAR DE SOUZA	21731-0	0	09/09/1982	320.00	0.000	320.000
68	JHONIS DE CASTRO HERRERA	26937-9	2	23/07/1974	320.00	0.000	320.000
69	JOELTON DE MELO OLIVEIRA	22046-9	0	22/01/1983	320.00	0.000	320.000
70	MICHAEL ALEXANDRE DE AZEVEDO	26780-5	1	16/11/1981	310.00	0.000	310.000
71	JONAS TESTONI	22167-8	0	07/01/1984	310.00	0.000	310.000
72	THIAGO HENRIQUE CAMOTTI	21772-7	1	07/05/1985	310.00	0.000	310.000
73	CRISTIANO MODTOSKI	26679-9	2	27/11/1991	310.00	0.000	310.000
74	CRISTIANO MENDES DA SILVA	24916-5	0	27/11/1986	310.00	0.000	310.000
75	SERGIO DE ARAUJO FORMIGA	24268-3	3	18/11/1963	310.00	0.000	310.000
76	JOSE CARLOS ARAUJO PORTO	21588-0	1	28/11/1963	310.00	0.000	310.000
77	GILBERTO CESAR BATISTA	21724-7	1	16/10/1967	310.00	0.000	310.000

78	ELTON DE SOUZA	20917-1	0	24/10/1982	310.00	0.000	310.000
79	WENDELL MARLOS MARTINS	25844-0	1	02/12/1987	310.00	0.000	310.000
80	THIAGO REICHER	20980-5	1	31/03/1982	300.00	0.000	300.000
81	LUAN ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA	25349-9	1	01/10/1993	300.00	0.000	300.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 3
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:59

Fundamental completo
 008 - MOTORISTA
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	MARCELO MAICON ANTUNES	26917-4	1	25/07/1980	300,00	0,000	300,000
83	JOAO ANTONIO SANTANA	27178-0	2	20/04/1988	300,00	0,000	300,000
84	EVANDRO DO NASCIMENTO	26921-2	0	10/04/1991	300,00	0,000	300,000
85	VALDEMIR GOMES	24758-8	5	16/03/1968	300,00	0,000	300,000
86	JOSE ROBERTO SCHWEITZER GONCALVES	22113-9	1	23/06/1977	300,00	0,000	300,000
87	ADILSON PEREIRA	26605-1	0	01/11/1990	300,00	0,000	300,000
88	MATEUS FELIPE DOS SANTOS BERNARDES	21770-0	0	04/05/1997	300,00	0,000	300,000
89	ADEMIR ALBINO	20986-4	1	11/09/1964	300,00	0,000	300,000
90	JOHN WILLIAM RIBEIRO BILEK	25338-3	1	21/02/1987	290,00	0,000	290,000
91	VALDOIR ROSSI	22985-7	0	30/09/1980	290,00	0,000	290,000
92	LUCAS HENRIQUE GONCALVES	20793-4	0	21/12/1998	290,00	0,000	290,000
93	WILLIAM THOMAS DA SILVA DOS ANJOS	24923-8	0	28/12/1990	290,00	0,000	290,000
94	TESIO DE OLIVEIRA DA SILVA	27485-2	1	11/10/1983	270,00	0,000	270,000
95	DOUGLAS BARRETO SOARES	26251-0	1	10/12/1983	270,00	0,000	270,000
96	JEAN CARLOS FERREIRA	27369-4	3	05/07/1977	270,00	0,000	270,000
97	JARDEL REIS	20619-9	0	08/08/1984	260,00	0,000	260,000
98	FIORAVANTE SOUZA	22299-2	0	01/07/1967	260,00	0,000	260,000
99	GILMAR DOMBROSKI	24820-7	3	04/02/1963	250,00	0,000	250,000
100	NIELDESON SOARES PINHEIRO	25513-0	0	13/04/1991	240,00	0,000	240,000
101	JOSE CARLOS ESTEVAM	26015-0	1	18/03/1964	240,00	0,000	240,000
102	MARCOS AURELIO PIRES	21974-6	2	18/12/1971	230,00	0,000	230,000
103	SIMONE MARIA DOS SANTOS	22682-3	3	07/05/1980	230,00	0,000	230,000
104	WASHINGTON BATISTA PINHEIRO	25700-1	0	19/11/1978	230,00	0,000	230,000
105	FANUEL DE SOUZA REIS	25741-9	1	31/07/1984	230,00	0,000	230,000
106	CLAUDINEI JOSE WOICZAK	27006-7	1	06/10/1980	210,00	0,000	210,000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:58

Superior completo
006 - PROCURADOR
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GABRIEL PEDROZA BEZERRA RIBEIRO	21786-7	0	09/11/1990	320,00	0,000	320,000
2	MATHEUS DELLA GIUSTINA PERIN	21056-0	0	14/11/1991	300,00	0,000	300,000
3	RAFAEL ALT SANTOS DE CHAVES	25017-1	0	28/06/1990	290,00	0,000	290,000
4	FERNANDO TESSARI	26562-4	1	22/07/1988	290,00	0,000	290,000
5	GABRIELA GONCALVES DE SOUZA	25611-0	0	16/04/1991	290,00	0,000	290,000
6	FERDINAND ALVES RODRIGUES	26835-6	1	31/05/1988	280,00	0,000	280,000
7	ANDRE LINHARES DE ASSIS	22454-5	1	27/02/1976	280,00	0,000	280,000
8	RAFAELLA RIZENTAL RODRIGUES CARVALHO	22049-3	0	18/07/1983	280,00	0,000	280,000
9	ANA PAULA HOFFMANN DOS SANTOS	23875-9	0	15/06/1991	280,00	0,000	280,000
10	ODAIR MARTINS JUNIOR	24164-4	0	02/11/1991	280,00	0,000	280,000
11	ALVACIR ADRIANE DA SILVA BEMPCH	24840-1	1	15/08/1971	270,00	0,000	270,000
12	SANDRA MARIA LUIZAO MARQUES	26359-1	1	16/10/1969	270,00	0,000	270,000
13	JULIANO ACACIO DE SOUZA	27180-2	0	07/01/1983	270,00	0,000	270,000
14	MARINA FREITAS STEFANONI	25124-0	0	20/03/1984	270,00	0,000	270,000
15	VITOR ZANELLA JUNIOR	27304-0	0	27/02/1991	270,00	0,000	270,000
16	MATHEUS AGUIRRA DE MORAES	21498-1	0	29/04/1995	270,00	0,000	270,000
17	MARCIO AUGUSTO VASQUES DA SILVA	27398-8	0	03/06/1978	270,00	0,000	270,000
18	VITOR CASAGRANDE JUNIOR	25705-2	0	14/02/1983	270,00	0,000	270,000
19	SIDNEI CARDOSO	21732-8	0	30/05/1984	270,00	0,000	270,000
20	MONICA FREITAS DA SILVA ANDERSEN	23969-0	0	04/06/1985	270,00	0,000	270,000
21	FELIPE HOELLER	24257-8	0	07/12/1987	270,00	0,000	270,000
22	THAYS MATTOS MELO	27287-6	0	11/08/1988	270,00	0,000	270,000
23	TARCISIO OECKSLER	21022-6	1	18/02/1971	260,00	0,000	260,000
24	ANDRE LUIZ PACHECO	20989-9	0	25/11/1979	260,00	0,000	260,000
25	IZABELE BALBINOTTI	25278-6	0	02/06/1983	260,00	0,000	260,000
26	VILMAR FRARAO JUNIOR	24764-2	0	21/06/1989	260,00	0,000	260,000
27	PHILLIPE GUILHERME PEREIRA	21752-2	0	04/06/1991	260,00	0,000	260,000
28	RENATO NOBREGA RODRIGUES MACHADO	25213-1	0	28/12/1993	260,00	0,000	260,000
29	AMABILE ERBS SCHOEPING	24134-2	0	02/03/1994	260,00	0,000	260,000
30	LUIZ FELIPE GERMANI FERREIRA	22148-1	0	22/01/1990	260,00	0,000	260,000
31	GUIDO WINTER JUNIOR	26456-3	0	10/05/1990	260,00	0,000	260,000
32	RAFAELA BORGES ALBERTON	25538-6	0	20/07/1990	260,00	0,000	260,000
33	CARLOS ALBERTO MARTINI MOLINARI	26667-1	1	14/09/1971	250,00	0,000	250,000
34	ANGELICA PASQUALI LARSEN	20961-9	0	14/06/1979	250,00	0,000	250,000
35	CASSILDA MARIA DE CARVALHO SANTIAGO	21950-9	0	03/07/1981	250,00	0,000	250,000
36	FABRICIO ESPERANDIO LOZ	24976-9	0	01/05/1989	250,00	0,000	250,000
37	PAULO VINICIUS MOSTASSO ROCHA	21530-9	0	19/11/1978	250,00	0,000	250,000

38	THIAGO FRODE MACHADO VIEIRA	23942-9	0	27/02/1987	250.00	0.000	250.000
39	BARTIRA BARROS SALMOM DE SOUZA	24175-0	0	16/04/1987	250.00	0.000	250.000
40	ALAN GREGORY RETKVA	20865-5	0	31/08/1988	250.00	0.000	250.000

IBAM | BALNEARIO PIÇARRAS 2018- FUNDEMA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 2
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 27/07/2018 - 10:58

Superior completo
 006 - PROCURADOR
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	RAFAEL HENRIQUE CARARO SANTOS	22394-8	0	09/03/1994	250.00	0.000	250.000
42	BERNARDO HUMERES	24863-0	0	19/04/1994	250.00	0.000	250.000
43	FRANCISCO ANTONIO HEINZEN	23140-1	2	11/10/1954	240.00	0.000	240.000
44	RENATO BEIRAO SCHMITZ	26308-7	0	26/05/1980	240.00	0.000	240.000
45	THAIS GRAFF	26220-0	0	22/03/1984	240.00	0.000	240.000
46	FRANCO? BOCCCHI ANDRIOLLI	24422-8	0	18/09/1986	240.00	0.000	240.000
47	JULIANE MELINE SALDANHA MUNIZ STAFIN	27395-3	0	05/01/1991	240.00	0.000	240.000
48	GABRIELA CADORE SCHROEDER	24725-1	0	20/01/1995	240.00	0.000	240.000
49	EUGENIO ANTONIO RIBAS FILHO	27099-7	2	27/10/1961	240.00	0.000	240.000
50	LEANDRO DE SOUZA ALMEIDA	21852-9	0	07/01/1974	240.00	0.000	240.000
51	PEDRO ALBERTO VAZ DE MACEDO SOARES	23967-4	0	10/01/1976	240.00	0.000	240.000
52	JOSSIANE RODRIGUES ROPELATO BAUMGARTEN	25806-7	0	13/03/1978	240.00	0.000	240.000
53	FERNANDO BEIRAO SCHMITZ	20697-0	0	24/10/1978	240.00	0.000	240.000
54	SANDRA REGINA DOS SANTOS SOUZA	26893-3	1	11/03/1980	240.00	0.000	240.000
55	MONALISE ANTUNES MORGADO	24776-6	1	11/11/1982	240.00	0.000	240.000
56	CARLA CRISTINE CHAMMA DE OLIVEIRA	24879-7	0	31/01/1985	240.00	0.000	240.000
57	LUCAS DA COSTA	24651-4	0	29/05/1994	240.00	0.000	240.000
58	CATHERINE RIBEIRO INACIO	20932-5	0	29/07/1996	240.00	0.000	240.000
59	ARI SERGIO LES	22031-0	2	25/02/1980	230.00	0.000	230.000
60	MOISES CAMILO DIAS GONCALVES	24260-8	0	14/03/1993	230.00	0.000	230.000
61	FLAVIA KARINE DE BORBA	25491-6	0	29/05/1993	230.00	0.000	230.000
62	MARIANA BASTOS YOSHIMINE	26874-7	0	15/06/1989	230.00	0.000	230.000
63	DARLON NOGUEIRA MARTINS	20586-9	0	12/10/1987	220.00	0.000	220.000
64	VITOR MARQUES DA SILVA	26439-3	0	30/01/1980	220.00	0.000	220.000
65	ANTONIO CARLOS BUCHHOLZ RIBEIRO	24002-8	0	09/05/1947	210.00	0.000	210.000
66	MARCIELA FLORES	26632-9	0	13/06/1981	210.00	0.000	210.000
67	ROBSON DA SILVA GOMES	24111-3	0	15/02/1986	210.00	0.000	210.000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ERRATA

Publicação Nº 1775399

EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ERRATA

Devido ao questionamento da empresa Elber Indústria de Refrigeração Ltda, sobre inconsistência na descrição do item;

ONDE SE LÊ

Item:

20 - CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, MEDICAMENTOS, ONCOLÓGICOS, TERMOLÁBEIS 340 LITROS GABINETE EXTERNO - TIPO VERTICAL, CONSTRUÍDO EM CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO. MONTADO SOBRE CHASSI METÁLICO E RODÍZIOS GIRATÓRIOS TRAVÁVEIS. GABINETE INTERNO - CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL, DOTADO DE CINCO PRATELEIRAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM PERFURAÇÃO HERMÉTICA E REGULAGEM DE ALTURA. ILUMINAÇÃO INTERNA - ATRAVÉS DE LÂMPADAS LED COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO NA ABERTURA DA PORTA, TEMPORIZADA COM ACIONAMENTO EXTERNO COM A PORTA FECHADA. ISOLAMENTO TÉRMICO - EM POLIURETANO INJETADO DE ALTA DENSIDADE, COM ESPESSURA DE 75 MM. HOMOGENEIZAÇÃO DE TEMPERATURA - ATRAVÉS DE VENTILADOR DA UNIDADE DE AR FORÇADO, COM DESLIGAMENTO NA ABERTURA DA PORTA. PORTA - DE VIDRO TRIPLO, COM SISTEMA ANTIEMBAÇANTE, VEDAÇÃO ATRAVÉS DE PERFIL MAGNÉTICO. REFRIGERAÇÃO - ATRAVÉS DE COMPRESSOR HERMÉTICO, COM CIRCULAÇÃO DE GÁS ECOLÓGICO R-134 A ISENTA DE CFC, UNIDADE EVAPORADORA ALETADA TIPO "AR FORÇADO". SISTEMA DE DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DO CONDENSADO. PAINEL DE COMANDO - MONTADO NA PARTE SUPERIOR DA CÂMARA COM CHAVE GERAL, FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO NA PARTE POSTERIOR E PAINEL FRONTAL DO TIPO MEMBRANA COM TECLAS SOFT-TOUCH. DISPLAY EM LCD COM APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DAS TEMPERATURAS DE MOMENTO, TEMPERATURAS MÍNIMA E MÁXIMAS ATINGIDAS, AJUSTE DOS PARÂMETROS, SISTEMA DE VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA PROGRAMAÇÃO, SISTEMA DE TRAVAMENTO DA PROGRAMAÇÃO CONTRA MANUSEIO INADVERTIDO, SISTEMA QUE RESTABELECE OS PARÂMETROS PROGRAMADOS MESMO COM VARIAÇÃO BRUSCA DA ENERGIA OU DESLIGAMENTO DO EQUIPAMENTO, FILTRO CONTRA RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS, COM APRESENTAÇÃO DE DATA E HORÁRIO. DOTADO DE SENSORES TIPO NTC. ALARMES - TEMPERATURA ABAIXO DE 2°C, TEMPERATURA ALTA ACIMA DE 8°C (OU PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO), FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, PORTA ABERTA, COM TECLA DE INIBIÇÃO PARA SILENCIAR O BUZZER POR 15 MINUTOS. FAIXA DE TRABALHO - ENTRE 2°C E 8°C, COM PONTO FIXO EM 4°C, OU PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO. REGISTRADOR DE TEMPERATURA - REGISTRADOR ELETRÔNICO DAS TEMPERATURAS MÍNIMA E MÁXIMAS ATINGIDAS, APRESENTADAS NO DISPLAY DE PROCESSOS. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO - APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO QUE EMITE RELATÓRIOS E GRÁFICOS DE DESEMPENHO, INCLUSIVE RETROATIVOS, PERMITINDO O GERENCIAMENTO DA CÂMARA VIA INTERNET, ACESSO VIA COMPUTADOR, TABLET OU CELULAR. PERMITE SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA AJUSTES DE PROGRAMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO. OS DADOS ARMAZENADOS SÃO CRIPTOGRAFADOS (INVOLÁVEIS). SEM COBRANÇA DE MENSALIDADE. SISTEMA DE SEGURANÇA - TERMOSTATO INSTALADO EM PARALELO AO CONTROLADOR ELETRÔNICO DA CÂMARA, ASSUMINDO AUTOMATICAMENTE O CONTROLE DAS FUNÇÕES DE COMANDO DO COMPRESSOR DE FRIO SEMPRE QUE HOUVER FALHA NO COMANDO ELETRÔNICO. DISCADOR - SISTEMA AUTOMÁTICO QUE REALIZA LIGAÇÕES TELEFÔNICAS VIA CENTRAL TELEFÔNICA OU LINHA FIXA DIRETA, PARA ATÉ SEIS NÚMEROS (CELULARES OU FIXOS) SEMPRE QUE O EQUIPAMENTO ALARMAR POR TEMPERATURA CRÍTICA. SISTEMA DE EMERGÊNCIA PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA 24 HORAS- ATRAVÉS DE CONVERSOR 12 VOLTS (CC) PARA 110/220 VOLTS (AC), MANTENDO TODAS AS FUNÇÕES ELETRO-ELETRÔNICAS, INCLUSIVE O COMPRESSOR DE FRIO, COM AUTONOMIA PARA ATÉ 24 HORAS. INTEGRADO AO GABINETE, MONTADO NA PARTE INFERIOR DA CÂMARA, COM GAVETA PARA A BATERIA SELADA. CONTROLADOR DA TENSÃO ELÉTRICA, MONITORA E ACIONA O SISTEMA DE EMERGÊNCIA CASO OCORRA INSTABILIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA. EMITE DADOS DE PERFORMANCE VIA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO CAPACIDADE INTERNA - 560 LITROS - 25 MIL DOSES DE 5 ML. DIMENSÕES EXTERNAS - 197 ALT X 74 LARG X 80 PROF (CM). DIMENSÕES INTERNAS - 130 ALT X 60 LARG X 73 PROF (CM). FUNCIONAMENTO - BIVOLT 127/220 VOLTS 50/60 HZ. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA - GARANTIA - 12 MESES.

LEIA -SÊ

Item:

20 - CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, MEDICAMENTOS, ONCOLÓGICOS, TERMOLÁBEIS DE NO MÍNIMO 340 LITROS GABINETE EXTERNO - TIPO VERTICAL, CONSTRUÍDO EM CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO. MONTADO SOBRE CHASSI METÁLICO E RODÍZIOS GIRATÓRIOS TRAVÁVEIS. GABINETE INTERNO - CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL, DOTADO DE CINCO PRATELEIRAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM PERFURAÇÃO HERMÉTICA E REGULAGEM DE ALTURA. ILUMINAÇÃO INTERNA - ATRAVÉS DE LÂMPADAS LED COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO NA ABERTURA DA PORTA, TEMPORIZADA COM ACIONAMENTO EXTERNO COM A PORTA FECHADA. ISOLAMENTO TÉRMICO - EM POLIURETANO INJETADO DE ALTA DENSIDADE, COM ESPESSURA DE 75 MM. HOMOGENEIZAÇÃO DE TEMPERATURA - ATRAVÉS DE VENTILADOR DA UNIDADE DE AR FORÇADO, COM DESLIGAMENTO NA ABERTURA DA PORTA. PORTA - DE VIDRO TRIPLO, COM SISTEMA ANTIEMBAÇANTE, VEDAÇÃO ATRAVÉS DE PERFIL MAGNÉTICO. REFRIGERAÇÃO - ATRAVÉS DE COMPRESSOR HERMÉTICO, COM CIRCULAÇÃO DE GÁS ECOLÓGICO R-134 A ISENTA DE CFC, UNIDADE EVAPORADORA ALETADA TIPO "AR FORÇADO". SISTEMA DE DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DO CONDENSADO. PAINEL DE COMANDO - MONTADO NA PARTE SUPERIOR DA CÂMARA COM CHAVE GERAL, FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO NA PARTE POSTERIOR E PAINEL FRONTAL DO TIPO MEMBRANA COM TECLAS SOFT-TOUCH. DISPLAY EM LCD COM APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DAS TEMPERATURAS DE MOMENTO, TEMPERATURAS MÍNIMA E MÁXIMAS ATINGIDAS, AJUSTE DOS PARÂMETROS, SISTEMA DE VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA PROGRAMAÇÃO, SISTEMA DE TRAVAMENTO DA PROGRAMAÇÃO CONTRA MANUSEIO INADVERTIDO, SISTEMA QUE RESTABELECE OS PARÂMETROS PROGRAMADOS MESMO COM VARIAÇÃO BRUSCA DA ENERGIA OU DESLIGAMENTO DO EQUIPAMENTO, FILTRO CONTRA RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS, COM APRESENTAÇÃO DE DATA E HORÁRIO. DOTADO DE SENSORES TIPO NTC. ALARMES - TEMPERATURA ABAIXO DE 2°C, TEMPERATURA ALTA ACIMA DE 8°C (OU PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO), FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, PORTA ABERTA, COM TECLA DE INIBIÇÃO PARA SILENCIAR O BUZZER POR 15 MINUTOS. FAIXA DE TRABALHO - ENTRE 2°C E 8°C, COM PONTO FIXO EM 4°C, OU PROGRAMÁVEL PELO

USUÁRIO. REGISTRADOR DE TEMPERATURA - REGISTRADOR ELETRÔNICO DAS TEMPERATURAS MÍNIMA E MÁXIMAS ATINGIDAS, APRESENTADAS NO DISPLAY DE PROCESSOS. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO - APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO QUE EMITE RELATÓRIOS E GRÁFICOS DE DESEMPENHO, INCLUSIVE RETROATIVOS, PERMITINDO O GERENCIAMENTO DA CÂMARA VIA INTERNET, ACESSO VIA COMPUTADOR, TABLET OU CELULAR. PERMITE SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA AJUSTES DE PROGRAMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO. OS DADOS ARMAZENADOS SÃO CRIPTOGRAFADOS (INVIOLÁVEIS). SEM COBRANÇA DE MENSALIDADE. SISTEMA DE SEGURANÇA - TERMOSTATO INSTALADO EM PARALELO AO CONTROLADOR ELETRÔNICO DA CÂMARA, ASSUMINDO AUTOMATICAMENTE O CONTROLE DAS FUNÇÕES DE COMANDO DO COMPRESSOR DE FRIO SEMPRE QUE HOUVER FALHA NO COMANDO ELETRÔNICO. DISCADOR - SISTEMA AUTOMÁTICO QUE REALIZA LIGAÇÕES TELEFÔNICAS VIA CENTRAL TELEFÔNICA OU LINHA FIXA DIRETA, PARA ATÉ SEIS NÚMEROS (CELULARES OU FIXOS) SEMPRE QUE O EQUIPAMENTO ALARMAR POR TEMPERATURA CRÍTICA. SISTEMA DE EMERGÊNCIA PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA 24 HORAS- ATRAVÉS DE CONVERSOR 12 VOLTS (CC) PARA 110/220 VOLTS (AC), MANTENDO TODAS AS FUNÇÕES ELETRO-ELETRÔNICAS, INCLUSIVE O COMPRESSOR DE FRIO, COM AUTONOMIA PARA ATÉ 24 HORAS. INTEGRADO AO GABINETE, MONTADO NA PARTE INFERIOR DA CÂMARA, COM GAVETA PARA A BATERIA SELADA. CONTROLADOR DA TENSÃO ELÉTRICA, MONITORA E ACIONA O SISTEMA DE EMERGÊNCIA CASO OCORRA INSTABILIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA. EMITE DADOS DE PERFORMANCE VIA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO CAPACIDADE INTERNA DE NO MINIMO- 340 LITROS . FUNCIONAMENTO - BIVOLT 127/220 VOLTS 50/60 HZ. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA - GARANTIA - 12 MESES.

Por tratar-se somente da correção de erro de grafia, uma vez que o valor já encontra-se contemplado no preço estimado, mantêm-se a data e horário de abertura do certame conforme edital.

Balneário Piçarras, 16 de outubro de 2018.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2018

Publicação Nº 1775480

EXTRATO DE CONTRATO 10/2018

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	10/2018
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Objeto:	O presente contrato tem por objeto a prestação, pelos CORREIOS, de serviços de postagens, venda de produtos e afins que atendam às necessidades da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.
Valor:	R\$ 2.000,00 (dois mil reais),
Vigência:	Início: 16/10/2018 Término: 16/10/2019
Compra Direta	97/2018
Balneário Piçarras/SC, 16/10/2018	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2018

Publicação Nº 1775794

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2018.

Considerando que a licitação em voga foi deserta por 02 (duas) vezes.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que: a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2018, cujo objeto é a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de reagentes para uso na "Implantação de Melhorias do Sistema de Fluoretação da Água para Consumo Humano" no Município de Balneário Rincão/SC, de acordo com o CONVÊNIO Nº. 0257/2015, firmado entre a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde e o Município de Balneário Rincão, SERÁ REVOGADA, por interesse público e conveniência administrativa.

Balneário Rincão, 11 de outubro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTODIO

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

DECRETO Nº 80/2018

Publicação Nº 1775642

Decreto nº 80, de 01 de Outubro de 2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO SAMAE APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 315, de 25 de Outubro de 2017 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	04	SAMAE
UNIDADE	04.01	SAMAE
FUNÇÃO	17	Saneamento
PROGRAMA	08	Gestão da Água e Saneamento
SUBFUNÇÃO	512	Saneamento Básico Urbano
RECURSO	5006	Recursos Diretamente Arrecadados Pela Administração Indireta e Fundos
PROJETO/ATIVIDADE	1.013	Investimentos em Ações de Drenagem, Abastecimento de Água e Esgoto
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

Valor: R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte dois mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o superávit financeiro de Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos apurado no exercício de 2017 no valor de R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 315, de 25 de Outubro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de Outubro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de Outubro de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

Bandeirante

PREFEITURA

DECRETO 051 - 17 DE OUTUBRO - DECRETA LUTO OFICIAL - MORTE SERVIDOR MUNICIPAL VANDERLEI LUIZ RODRIGUES DA ROSA

Publicação Nº 1775555

Decreto nº 051, de 17 de outubro de 2018.

Decreta Luto Oficial no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina em virtude de falecimento do Servidor Municipal Vanderlei Luiz Rodrigues da Rosa.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o falecimento do Servidor Municipal Vanderlei Luiz Rodrigues da Rosa ocorrido em 16 de outubro de 2018;

Considerando a relevância dos serviços prestados ao Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Luto Oficial por 03 (três) dias a contar desta data no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As repartições públicas do Poder Executivo do Município de Bandeirante estarão fechadas no período vespertino do dia 17 de outubro de 2018, sendo que os serviços públicos essenciais de saúde terão seu atendimento por meio de plantão.

Art. 3º Nos dias 18 e 19 de outubro de 2018 o expediente será normal nas repartições públicas do Município de Bandeirante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante SC,
em 17 de outubro de 2018.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

CONTRATO Nº55/2018

Publicação Nº 1775839

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 55/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: José Sakrezenski.

OBJETO: Extração e retirada de saibro e macadame em propriedade de José Sakrezenski.

VALOR: R\$ 1.677,58((um mil seiscientos e setenta e sete reais e cinqüenta e oito centavos)).

VIGÊNCIA: 17/10/2018 a 17/10/2022.

ASSINATURA: 17/10/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº75/2018, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 17 de OUTUBRO de 2018.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº. 5/2018 – CMDCA

Publicação Nº 1775614

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Resolução nº. 5/2018 – CMDCA

Dispõe sobre o Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, do município de Barra Bonita - SC.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90 e pela a Lei Municipal nº 644/2012 e Lei Municipal nº 652/2012, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Bonita – CMDCA, de conformidade ao Decreto nº. 1033, de 26/06/2018:

Considerando a deliberação da Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2018, conforme ata 102/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, do município de Barra Bonita – SC, com vigência 2018/2019.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita (SC), 17 de Outubro de 2018.

André Igor Lazarotto

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Bonita

Barra Velha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 026/2018 FMS

Publicação Nº 1776322

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 026/2018/FMS
Pregão Presencial nº 026/2018/FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Contratação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), assim definidas pelo art. 3º da Lei Complementar 123/06 sediadas no âmbito municipal, para aquisição de lanches e materiais de copa e cozinha, destinados aos pacientes que participam das oficinas oferecidas pelo CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL). Recebimento dos Envelopes até: 30/10/2018 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 30/10/2018 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração/ Diretoria de Compras, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 17 de outubro de 2018.

VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito Municipal.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA INEXIGIBILIDADE Nº 86/2018

Publicação Nº 1775574

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2018

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 86/2018

DATA: 10/10/2018 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2018 para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 86/2018, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CUSTOMIZAÇÃO E DE ATENDIMENTO LOCAL NO SISTEMA DE GESTÃO ATENDE.NET. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade relacionados abaixo:

Proposta de preços da contratada	
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Contrato Social	Lei 8.666/93, Art. 27, III
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa IPM SISTEMAS LTDA, CNPJ: 01.258.027/0003-03 se encontra com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MAURICIO STEFFEN Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
--------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 62/2018

Publicação Nº 1775435

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 17/10/2018 - HORÁRIO DE INÍCIO: 8:30 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2018

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 62/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS, INCLUINDO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE VEÍCULOS E IDENTIFICAÇÃO DE CONDUTORES COM ACESSO A WEB PARA GESTÃO DA FROTA, ACESSO VIA MOBILE (POR APLICATIVOS OU WEB EM SMARTPHONE OU TABLET), FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TÍTULO DE CESSÃO (COM VALOR DA CESSÃO INCLUSO NA PROPOSTA), COMPONENTES, LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E CERTIDÃO DO PRODUTO JUNTO A ANATEL

No dia e horário supramencionados, reuniram-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, o Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e a Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2018 para julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial diante do parecer de validação da prova de testes apresentado pelo Senhor Flávio Teske, Mecânico e Fiscal do Contrato e pelo Senhor Ronie Gilberto Loewen, Secretário de Saúde. Este último tendo acompanhado efetivamente a instalação dos equipamentos e acompanhado juntamente com a responsável Tatiane Tonolli Gomes o funcionamento da plataforma disponibilizada.

Da análise do parecer apresentado, os avaliadores entendem que tanto o equipamento instalado no veículo, quanto a plataforma fornecida se mostraram de acordo e atendem as necessidades desta municipalidade e especificamente do veículo em que foi implantada, devendo ser considerado validado e apto a ser instalado nos demais veículos.

Diante disto, decidem o pregoeiro e a equipe de apoio ADJUDICAR o referido item do certame a empresa vencedora NORIO MOMOI EPP, com o valor de R\$ 35,90 (trinta e cinco reais e noventa centavos) por veículo.

Em seguida lavrou-se a presente ATA, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

DISTRATO AO CONTRATO Nº 6/2016

Publicação Nº 1776474

PUBLICAÇÕES LEGAIS EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL

Rescisão ao Contrato nº 6/2016, assinado em 21 de janeiro de 2016.

Distratado: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA

Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL DEVIDO A TRANSFERÊNCIA DO ACOLHIDO PARA OUTRA ENTIDADE.

Fundamento Legal: Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Data Assinatura: 10/10/2018.

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO - IN 89/2018

Publicação Nº 1776463

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2018

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que procedeu INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO fundamentada nos termos do inciso II, do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Lei Municipal nº 1.910/2018, de 16 de outubro de 2018, para a CELEBRAÇÃO DE PARCERIA PARA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL DESTINADA A RESGATAR, DIVULGAR E MANTER VIVA A TRADIÇÃO ALEMÃ POR INTERMÉDIO DA DANÇA, ATRAVÉS DA PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA TÍPICA COM A ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA VOLKSTANZGRUPPE TANZ IM TAL – DANÇA NO VALE, CNPJ 10.256.513/0001-11, cujo valor total do repasse será de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais). Na forma do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 17 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

LEI 1.909/2018 - AUTORIZA A BAIXA DE BEM MÓVEL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1775715

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 E-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br Rua Celso Ramos, 5070 Centro 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

Lei nº 1.909, de 16 de outubro de 2018.

Autoriza a baixa de bem móvel do Município e dá outras providências.

JEAN MICHEL GUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a dar baixa do Patrimônio do Município, de um veículo Fiat/Fiorino Flex, ano 2012/2012, cor branca, placa MJP 9701, Renavam nº 451279743, com nº de patrimônio 4938, no valor de R\$ 38.578,40 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), em virtude de não apresentar mais condições de circulação, pela danificação em acidente de trânsito.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 E-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br Rua Celso Ramos, 5070 Centro 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

Exposição de Motivos

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Colhemos autorização legislativa, para dar baixa no patrimônio público de nº 4938, de um veículo Fiat/Fiorino Flex, ano 2012/2012, cor branca, placa MJP 9701, Renavam nº 451279743, e Certidão de Baixa de Veículo nº 000817/2018 no Órgão de Trânsito.

Conforme o Boletim de Ocorrência, de registro 0000115 – Protocolo 3272777, na data de 16/11/2017, o veículo conduzido pela Servidora Evanilde Silva Freitas, transitava pela Rua Celso Ramos, quando veio a colidir com o veículo VW/Gol Special, placa AIK 1984, conduzido pela Senhora Tamara Maria Erdmann.

O Veículo foi indenizado pela Seguradora, devida a perda total no valor de R\$ 24.402,00 em 25 de maio de 2018.

Seguem anexas cópias do Boletim de Ocorrência e da baixa do Departamento Estadual de Trânsito.

Desta forma, colocamos à apreciação de Vossas Senhorias, contando com a sua aprovação.

Município de Benedito Novo, aos 24 de setembro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

À Vossa Excelência

Vereador Almir Butzke

Presidente da Câmara de Vereadores

Benedito Novo - SC

LEI 1.910/2018 - AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA VOLKSTANZGRUPPE TANZ IM TAL (DANÇA DO VALE)

Publicação Nº 1775716

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

Lei nº 1.910, de 16 de outubro de 2018.

Autoriza a Concessão de Subvenção Social à Associação Folclórica Volkstanzgruppe Tanz Im Tal (Dança no Vale).

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a

Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - De acordo com o Art. 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, fica o Poder Executivo autorizado a formalizar Termo de Cooperação através de inexigibilidade de chamamento público com a Associação Folclórica Volkstanzgruppe Tanz Im Tal "Dança no Vale", com CNPJ nº 10.256.513/0001-11 para a concessão de subvenção social destinada a resgatar, divulgar e manter viva a tradição alemã por intermédio da dança, através da produção e realização de espetáculos de dança típica, no valor de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), repassadas em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em novembro de 2018 e a segunda de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) em dezembro de 2018.

§ 1º - O termo de cooperação será elaborado pelo Poder Executivo, ao qual caberá a fiscalização acerca de sua execução.

§ 2º - A Associação Folclórica Volkstanzgruppe Tanz Im Tal "Dança no Vale" fica obrigada a prestar contas ao Município de Benedito Novo, nos moldes e condições estabelecidos por este último, sem prejuízo do cumprimento dos dispositivos legais aplicados à espécie.

Art. 2º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento-programa 2018.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A "Associação Folclórica Volkstanzgruppe Tanz Im Tal (Dança no Vale)" ao longo dos anos vem difundindo as tradições deixadas pelos nossos imigrantes alemães, com suas danças e tradições, enaltecendo a cultura desta etnia.

O Poder Público vem apoiando esta Associação, por meio de aportes financeiros anuais, e neste ano objetivando dar continuidade ao incentivo, por tratar-se do que se entende como interesse público local, propõe o valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) repassadas em duas parcelas, no valor de R\$ 5.000,00 para novembro de 2018 e o valor de R\$ 5.800,00 para dezembro de 2018.

Com a advento da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece novas normas legais para a celebração de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, faz-se necessário que tanto o Município quanto as Entidades até então conveniadas passem a observar os novos procedimentos.

Em decorrência, portanto, da legislação federal vigente, apresentamos igualmente neste ano a presente solicitação de autorização legislativa, afim de que se possa celebrar Termo de Cooperação, conforme detalhado no Plano de Trabalho apresentando pela Entidade e anexo ao presente projeto de lei.

Município de Benedito Novo, aos 25 de setembro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

À Vossa Excelência

Vereador Almir Butzke

Presidente da Câmara de Vereadores

BENEDITO NOVO - SC

Biguaçu**PREFEITURA****DECRETO Nº 216/2018**

Publicação Nº 1776414

DECRETO Nº 216/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2018.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3797/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 28.280,00 (Vinte e oito mil, duzentos e oitenta reais) por conta de provável excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.06.000000 – MDEF, 0.1.18.000000 – Melhoria no trânsito – Parte PMB nas dotações abaixo relacionadas:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0901.12.361.0003.2020	Manutenção do Ensino Fundamental	14.000,00
3.3.90.00/0.1.06.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	14.000,00

14. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1401.15.452.0011.2084	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	14.280,00
3.3.90.00/0.1.18.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	14.280,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 035/2018

Publicação Nº 1775518

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 035/2018

CONTRIBUINTE:	OSVALDO JOSÉ FELTZ		
ENDEREÇO:	DESCONHECIDO		
Inscrição no CMC:	429216	CPF/CNPJ:	445.517.469-91
Processo Fiscal:	8480/2015	IF/AI/NL:	NL Nº 116/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 08/09/2015 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 8480/2015 de Habite-se, sujeito à Taxa de

Vistoria de Habite-se de uma edificação com 521,96 m2, o qual não obteve aprovação. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor dos tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos arts. 350 e 351 da LC 00/2007.

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.159,07

Atualização monetária: R\$ 178,77

Multa de fiscalização: R\$ 481,62

Juros: R\$ 481,62

Valor total: R\$ 2.301,08

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 15 de outubro de 2018.

Thiago Nahas
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8960

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 036/2018

Publicação Nº 1775520

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 036/2018

CONTRIBUINTE:	INACIO JOSÉ DA SILVA		
ENDEREÇO:	DESCONHECIDO		
Inscrição no CMC:	196215	CPF/CNPJ:	345.041.849-15
Processo Fiscal:	100/2015	IF/AI/NL:	NL Nº 109/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 07/02/2015 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 100/2015 de Habite-se, sujeito à Taxa de Vistoria de Habite-se de uma edificação com 242,95m2, o qual não obteve aprovação, e já está concluída. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor dos tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos arts. 350 e 351 da LC 00/2007.

Convém, tornar nula a publicação do Edital de Notificação Fiscal nº 033/2018, publicado na edição nº 2654, do dia 15 de outubro de 2018, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, página nº 69.

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 717,86
Atualização monetária: R\$ 165,91
Multa de fiscalização: R\$ 318,16
Juros: R\$ 388,86
Valor total: R\$ 1590,79

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 17 de outubro de 2018.

Thiago Nahas
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8960

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 037/2018

Publicação Nº 1776161

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 037/2018

CONTRIBUINTE:	VANESSA MICHELE MARAFIGA CORRÊA		
ENDEREÇO:	RUA JOSÉ JOÃO BARCELOS, 283, BELA VISTA, PALHOÇA/SC		
Inscrição no CMC:	2382768	CPF/CNPJ	852.775.681-15
Processo Fiscal:	10342/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 132/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 10342/2016 de Alvará de Construção, sujeito à Análise de Projeto para a construção de uma residência unifamiliar com área de 213,71 m². O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 963,36
Atualização monetária: R\$ 53,60
Multa de fiscalização: R\$ 356,11
Juros: R\$ 233,90

Valor total: R\$ 1.616,97.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 17 de Outubro de 2018.

André Silva Fenner

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 15.055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 038/2018

Publicação Nº 1776166

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 038/2018

CONTRIBUINTE:	VANESSA MICHELE MARAFIGA CORRÊA		
ENDEREÇO:	RUA JOSÉ JOÃO BARCELOS, 283, BELA VISTA, PALHOÇA/SC		
Inscrição no CMC:	2382768	CPF/CNPJ	852.775.681-15
Processo Fiscal:	10342/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 131/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 10342/2016 de Alvará de Construção, sujeito à Taxa de Vistoria para a construção de uma residência unifamiliar com área de 213,71 m². O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

Informações:

- Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 769,74

Atualização monetária: R\$ 42,82

Multa de fiscalização: R\$ 292,52

Juros: R\$ 186,89

Valor total: R\$ 1.291,97.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 17 de Outubro de 2018.

André Silva Fenner

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 15.055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 039/2018

Publicação Nº 1776167

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 039/2018

CONTRIBUINTE:	DANIEL GARCIA MACHADO		
ENDEREÇO:	RUA JAIR MARQUES DA SILVA, 249, FORQUILHINHAS, SÃO JOSÉ /SC		
Inscrição no CMC:	933368	CPF/CNPJ	007.929.480-41
Processo Fiscal:	4753/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 134/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 4753/2016 de Alvará de Construção, sujeito à Análise de Projeto para a construção de uma residência unifamiliar com área de 237,00 m². O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.068,35
Atualização monetária: R\$ 78,39
Multa de fiscalização: R\$ 412,83
Juros: R\$ 332,55
Valor total: R\$ 1.892,12.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 17 de Outubro de 2018.

André Silva Fenner
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 15.055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 040/2018

Publicação Nº 1776171

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 040/2018

CONTRIBUINTE:	DANIEL GARCIA MACHADO		
ENDEREÇO:	RUA JAIR MARQUES DA SILVA, 249, FORQUILHINHAS, SÃO JOSÉ /SC		
Inscrição no CMC:	933368	CPF/CNPJ	007.929.480-41
Processo Fiscal:	4753/2016	IF/AI/NL:	NL Nº 133/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 4753/2016 de Alvará de Construção, sujeito a

Taxa de Vistoria para a construção de uma residência unifamiliar com área de 237,00 m². O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 003/2007.

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 853,63

Atualização monetária: R\$ 62,63

Multa de fiscalização: R\$ 329,85

Juros: R\$ 265,72

Valor total: R\$ 1.511,83.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 17 de Outubro de 2018.

André Silva Fenner

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 15.055

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO Nº 103 DE PREÇOS DO PP 218/2017.

Publicação Nº 1775984

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO Nº 103 DE PREÇOS DO PP 218/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE BIGUAÇU ATRAVÉS DE POSTO DE COMBUSTÍVEL PARA OS ANOS DE 2017 E 2018.

EMPRESA VENCEDORA: AMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

PREÇO UNITÁRIO ITEM 2: R\$ 4,11

PREÇO UNITÁRIO ITEM 3: R\$ 3,49.

VIGÊNCIA 20/11/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net.

Biguaçu, 17 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO TP187/2018-PMB

Publicação Nº 1776356

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº187/2018-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP187/2018-PMB, "contratação de empresa especializada com fornecimento de material e serviços de mão de obra para a pavimentação e drenagem das Ruas Paulo Lopes, Jardim Carolina, Imbituba, Urubici, Caçador, Itajaí e Joinville, localizadas no Bairro Areias de Cima, Ruas Olívia Bittencourt Rosa e Vicente E. dos Santos Júnior, localizadas no Bairro Vendaval e Rua Sebastião Albino, localizada no Bairro Cachoeiras, no Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital",

adjudicando o objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP.Valor: R\$ 866.443,02. Data da Homologação: 17/10/2018.
Biguaçu 17 de outubro de 2018.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2107/2018

Publicação Nº 1775447

PORTARIA nº 2107 de 16 de outubro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) FABIANE BERNADETE DE SOUZA, detentor do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para exercer a Função e Confiança de COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 10/10/2018.

Biguaçu, 16 de outubro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 07/2018

Publicação Nº 1776149

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 07/2018

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social 2018/2021.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Extraordinária de 11 de outubro de 2018.

- A ATA nº 11/2018.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social 2018/2021.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de outubro de 2018.

Rosinha Meister Arnold
Vice-Presidente do CMAS/Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 08/2018

Publicação Nº 1776154

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 08/2018

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- O Inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

- A deliberação na Plenária da Reunião Extraordinária 11 de outubro de 2018

- A ATA nº 11/2018.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 27.777,78 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média complexidade, no valor de R\$ 41.666,67 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de outubro de 2018.

Rosinha Meister Arnold

Vice-Presidente do CMAS/ Biguaçu

RETIFICAÇÃO PP 49/2018-FMS

Publicação Nº 1776201

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2018- FMS

Comunicamos às empresas interessadas no PP 49/2018-FMS, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ATENDIMENTO A CLIENTES DA REDE PÚBLICA QUE NECESSITAM DE CONFEÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS E TOTAIS EM ACRÍLICO, A SEREM FORNECIDAS AOS MUNICÍPIOS INSCRITOS NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO BUCAL DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DE BIGUAÇU, SENDO PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE DO MS, que após recebimento de questionamento, viu-se a necessidade da alteração do edital e termo de referência do referido processo, conforme segue:

Onde se lê no Anexo 01 do edital de licitação e Termo de Referência:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quant.	Valor referência Unit.	Valor referência Total
1	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL REMOVÍVEL (PPRS) OU INFERIOR (PPRI): A) DENTES NACIONAIS; B) GENGIVA NORMAL; C) METAL IMPORTADO PARA ESTRUTURA: COCR; D) POLIMENTO DAS PEÇAS QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE DESGASTES PARA ADAPTAÇÃO DAS PEÇAS.E CONSULTAS ODONTOLÓGICAS CLINICAS NECESSÁRIAS PARA FINALIZAÇÃO DE TRATAMENTO BUCAL REABILITADOR	UNIDADE	42	973,3300	40.879,8600
2	PRÓTESE TOTAL SUPERIOR (PTS) OU INFERIOR (PTI) A) PLACA ACRÍLICA; B) CERA UTILIDADE; C) DENTES NACIONAIS COM TRIPLA PRENSAGEM; D) GENGIVA NORMAL OU CARACTERIZADA; E) PALATO ROSA OU INCOLOR; F) POLIMENTO DAS PEÇAS QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE DESGASTES PARA ADAPTAÇÃO DAS PEÇAS. E CONSULTAS ODONTOLÓGICAS CLINICAS NECESSÁRIAS PARA FINALIZAÇÃO DE TRATAMENTO BUCAL REABILITADOR	UNIDADE	40	743,3300	29.733,2000
					Total do lote: 70.613,0600

Leia-se no Anexo 01 do edital de licitação no Anexo 01 e Termo de Referência:

LOTE 01					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quant.	Valor referência Unit.	Valor referência Total
1	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL REMOVÍVEL (PPRS) OU INFERIOR (PPRI): A) DENTES NACIONAIS; B) GENGIVA NORMAL; C) METAL IMPORTADO PARA ESTRUTURA: COCR; D) POLIMENTO DAS PEÇAS QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE DESGASTES PARA ADAPTAÇÃO DAS PEÇAS.E CONSULTAS ODONTOLÓGICAS CLINICAS NECESSÁRIAS PARA FINALIZAÇÃO DE TRATAMENTO BUCAL REABILITADOR	UNIDADE	40	973,3300	38.933,2000
2	PRÓTESE TOTAL SUPERIOR (PTS) OU INFERIOR (PTI) A) PLACA ACRÍLICA; B) CERA UTILIDADE; C) DENTES NACIONAIS COM TRIPLA PRENSAGEM; D) GENGIVA NORMAL OU CARACTERIZADA; E) PALATO ROSA OU INCOLOR; F) POLIMENTO DAS PEÇAS QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE DESGASTES PARA ADAPTAÇÃO DAS PEÇAS. E CONSULTAS ODONTOLÓGICAS CLINICAS NECESSÁRIAS PARA FINALIZAÇÃO DE TRATAMENTO BUCAL REABILITADOR	UNIDADE	42	743,3300	31.219,8600
					Total do Lote: 70.153,0600

Inclui-se no edital de licitação o item 7.1.1:

7.1.1- DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À CAPACIDADE TÉCNICA (deverá constar no envelope de habilitação).

a) Atestado de capacidade técnico-operacional, que comprove que a licitante tenha executado ou esteja prestando, a contento, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, atividades compatíveis e pertinentes com o objeto da presente licitação;

a.1) Todos os atestados deverão se referir a serviços executados nos prazos previstos contratualmente, com especificações compatíveis com o anexo 01. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da concedente, datado e assinado.

a.2) Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição dos cargos ora tratados, contudo as informações neles inseridas deverão ser suficientes para que a área técnica da CONTRATANTE faça a aferição da compatibilidade dos profissionais/serviços com aqueles exigidos no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

b) Declaração da LICITANTE, caso não tenha sede em Biguaçu, que instalará sede, na região indicada, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do contrato.

c) Declaração da LICITANTE, de que, sendo vencedora da Licitação, se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados à Prefeitura, bem como a terceiros, no exercício de suas funções, seja por omissão, negligência ou imperícia de seus empregados.

Diante do exposto, agenda-se a data de realização da sessão de licitação:

DATA DA REALIZAÇÃO: 05 de novembro de 2018.

HORÁRIO: 14:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 05 de novembro de 2018;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 05 de novembro de 2018;

LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA: PRAÇA NEREU RAMOS, 90 – BIGUAÇU-SC, SETOR DE LICITAÇÕES.

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 17 de outubro de 2018.

Mirella da Conceição
Pregoeira

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.953/2018

Publicação Nº 1776196

DECRETO Nº 11.953, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DELEGA COMPETÊNCIA À DIRETORA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência

à Diretora Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, PATRÍCIA MORASTONI SASSE, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período compreendido entre 01 a 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.254/2018

Publicação Nº 1776200

PORTARIA Nº 22.254, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL J.C.D.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e

Considerando as atas e os documentos acostados ao Memorando nº 306/2018 – Gabinete SEMED, de 11/10/2018, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DETERMINAR

1. a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Segunda Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada pelas Portarias nº 13.865, de 08/06/2010, nº 15.326, de 18/01/2012 e nº 18.112, de 30/09/2014, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal J.C.D., matrícula nº 14167-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao CEI Antônio José Curtipassi, por infringir, em tese, os arts. 176, I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função), III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral); 177, XXVII (infligir maus tratos morais ou físicos, em serviço, a servidor ou a particular) e XXVIII (agredir fisicamente servidor ou particular, salvo em legítima defesa) da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07;

2. o AFASTAMENTO PREVENTIVO, da servidora pública J.C.D., matrícula nº 14167-4, do exercício da função de Professor, a contar da data da sua notificação, sem prejuízo da remuneração, nos termos do artigo 213, da Lei Complementar nº 660/07, conforme justificativa efetuada pela Secretária Municipal de Educação e pelo Secretário de Administração, através do Memorando nº 307/2018 – Gabinete SEMED, de 10/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.255/2018

Publicação Nº 1776203

PORTARIA Nº 22.255, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESIGNA SEUS MEMBROS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Organiza do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Cria a Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Saúde, conforme aprovado pela Plenária do Conselho Municipal de Saúde, em 18 de julho de 2018, que abordará o tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 2º A Comissão será composta por 08 (oito) membros, conforme designados:

ALENIR OLIVEIRA DE SOUZA, representante da União Blumenauense de Associação de Moradores - UNIBLAM;

BERNARD VAN DE MEENE, representante da Comissão Direitos e Defesa dos Portadores de Deficiência e Patologia - CODEPA;

KATRIN ALINE OSTI, representante da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;

MÁRIO HENRIQUE KATO, representante do Fórum Municipal dos Trabalhadores da Saúde;

NÍVEA MARIA KEIN KEUNECKE, representante da Comissão Direitos e Defesa dos Portadores de Deficiência e Patologia - CODEPA;

PATRÍCIA GIACOMELLI STENGER, representante do Núcleo de Enfermagem de Blumenau - NEB;

WALTER SOUZA WALTER, representante da Regional da Fortaleza;

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.256/2018

Publicação Nº 1776205

PORTARIA Nº 22.256, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSNI PADILHA CORREA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, ao servidor público municipal OSNI PADILHA CORREA, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 01 de outubro de 2018, conforme Processo Administrativo nº 9080/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.257/2018

Publicação Nº 1776210

PORTARIA Nº 22.257, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPENSA FRANCINE NAYRA DOS SANTOS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO NO GABINETE DO PREFEITO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento na Lei Complementar nº 1.187, de 18 de abril de 2018, resolve:

DISPENSAR, a contar de 10 de outubro de 2018, FRANCINE NAYRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira – SEGEFI, do exercício da função de Auxiliar de Controle Interno, no âmbito do Gabinete do Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.258/2018

Publicação Nº 1776213

PORTARIA Nº 22.258, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 171/2018, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, o candidato abaixo:

VIRGINIA REISER KELLER ALTHOFF, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 001/2014, a contar de 08 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.259/2018

Publicação Nº 1776217

PORTARIA Nº 22.259, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

RECONHECE DIREITO ADQUIRIDO E CONCEDE INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR AO SERVIDOR PÚBLICO JAIME BACHMANN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, II, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 650/2018, de 04 de outubro de 2018, resolve:

RECONHECER direito adquirido do servidor público municipal efetivo Jaime Bachmann, especificado no Anexo Único desta Portaria e CON-CEDER-LHE a incorporação da retribuição adicional referente ao exercício da função de diretor de unidade escolar, conforme preconizava o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 119, de 31 de maio de 1996, revogado pela Lei Complementar nº 178, de 06 de agosto de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.259/2018 - ANEXO I

Publicação Nº 1776226



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Pessoal
Serviço de Cargos e Remuneração

Cadastro: 141828
Nome: JAIME BACHMANN

Admissão: 04/02/1991
Cargo: PROFESSOR LICENCIADO

A PARTIR DE 14/07/1997 INCORPORAÇÃO DE 3/5 DA GRATIFICAÇÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR, REFERENTE AO PERÍODO DE 13/05/1994 - 17/02/1997, 28/02/1997 - 14/07/1997 - VALOR: R\$ 269,70.

PERÍODO P/ INCORPORAÇÃO	REF. CARREIRA EM 14/07/1997	VALOR REF. 49 EM 14/07/1997	GRAT. DIREÇÃO 50%	VALOR 3/5 DE INCORPORAÇÃO
13/05/1994 - 17/02/1997 28/02/1997 - 14/07/1997	49	899,00	449,50	269,70

PORTARIA Nº 22.260/2018

Publicação Nº 1776227

PORTARIA Nº 22.260, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA FLÁVIA SCHMOELLER PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - SEGEFI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DESIGNAR

FLÁVIA SCHMOELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, para o exercício da função gratificada de Assessor de IPTU/DA - FGC 50%, a contar de 04 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.261/2018

Publicação Nº 1776229

PORTARIA Nº 22.261, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA ANGELITA MULLER PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal

de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, combinado com o parágrafo 1º do art. 5º do mesmo diploma legal, e de acordo com a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Memorando nº 305/2018 – Gabinete SEMED, de 09/10/2018, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, para compor o Conselho Municipal de Educação – CME, juntamente com os demais membros:

ANGELITA MULLER, representante titular da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a ÂNGELA MARIA SIMÃO HOEMKE, nomeada pela Portaria nº 21.838, de 10 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.262/2018

Publicação Nº 1776233

PORTARIA Nº 22.262, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA IARA REGINA DOS SANTOS PARISOTTO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 1º combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 1.202, de 20 de agosto de 2018, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para compor, juntamente com os demais membros, o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, instituído pela Lei Complementar nº 1.202, de 20 de agosto de 2018, com as atribuições nela previstas:

IARA REGINA DOS SANTOS PARISOTTO, representante titular da comunidade acadêmica, entre pesquisadores ou docentes de instituições de ensino superior ou de grupos/centros de pesquisa, em substituição a VINÍCIUS COSTA DA SILVA ZONATTO, nomeado pela Portaria nº 21.339, de 03 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.263/2018

Publicação Nº 1776235

PORTARIA Nº 22.263, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA IVAN CLAUS SCHAEFER FILHO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando SEMUDES GAB nº 130/2018, de 02/10/2018, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, juntamente com os demais membros:

IVAN CLAUS SCHAEFER FILHO, representante titular, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em substituição a TALIRA SCHÜTZ DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 20.927, de 05 de junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.264/2018

Publicação Nº 1776236

PORTARIA Nº 22.264, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA FRANCIELLE HAMANN DOS SANTOS DA ROSA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de outubro de 2018:

FRANCIELLE HAMANN DOS SANTOS DA ROSA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Assessoria Administrativa, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.265/2018

Publicação Nº 1776238

PORTARIA Nº 22.265, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE EXONERAÇÃO À LAURA CRISTINA PEIXOTO CHAVES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e,

CONSIDERANDO que a servidora pública Municipal LAURA CRISTINA PEIXOTO CHAVES, solicitou exoneração a época, do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização do ato para fins de emissão de Certidão de Tempo de Contribuição, para aposentadoria;

CONSIDERANDO a solicitação feita pela referida servidora, através do Processo Administrativo nº 2018/10/9011 e o pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 0652/2018, de 05/10/2018, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, com efeitos retroativos a 28 de janeiro de 2014, à servidora pública municipal LAURA CRISTINA PEIXOTO CHAVES, do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.268/2018

Publicação Nº 1776241

PORTARIA Nº 22.268, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPENSA SILVANA REGINA DA SILVA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DISPENSAR a servidora pública municipal abaixo indicada, do exercício da função gratificada de confiança:

SILVANA REGINA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, da função gratificada de confiança de Assessor Operacional - FGC-30%, concedida pela Portaria nº 21.229, de 11/09/2017, a contar de 07 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.269/2018

Publicação Nº 1776245

PORTARIA Nº 22.269, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA ANNA CLARA ULIANO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DESIGNAR%, a contar de 08 de outubro de 2018:

ANNA CLARA ULIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor Operacional - FGC 30.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD - PAD Nº 024/2018

Publicação Nº 1776247

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 024/2018

INDICIADA: K.C.S.G.

ADV. BRUNO HENRIQUE MATTE - OAB/SC nº 42.854

DESPACHO: Intime-se o defensor dativo, para tomar ciência do DVD juntado às folhas 39, e caso queira, manifestar-se no prazo de 05 dias úteis, prosseguindo-se com o feito.

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD - PAD Nº 022/2018

Publicação Nº 1776249

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 022/2018

INDICIADO: P.H.S.

ADV. BRUNO HENRIQUE MATTE - OAB/SC nº 42.854

DESPACHO: Intime-se o defensor dativo, para a audiência de interrogatório que se realizará no dia 30/10/2018, às 14:00h, no seguinte local: Rua XV de Novembro, nº. 1.505, 3º andar, Centro, Blumenau/SC, (ao lado da Relojoaria e Ótica Universal - Prédio da FAEMA).Fones: (47) 3381-6211, 3381-6212.

PORTARIA SEDEAD Nº 33.411/2018

Publicação Nº 1776253

PORTARIA SEDEAD Nº 33.411/2018

LOTA A SERVIDORA CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO INTERNA 011/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Semus nº 011/2018 que regulamenta o Processo Seletivo de Remoção Interna, para o cargo de Enfermeiro em efetivo exercício na função, na unidade de Estratégia de Saúde da Família Geraldo Schmidt Sobrinho II do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 de outubro de 2018.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.412/2018

Publicação Nº 1776254

PORTARIA SEDEAD Nº 33.412/2018

LOTA A SERVIDORA SIDIANE MEIRA, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO INTERNA 010/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

SIDIANE MEIRA, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Semus nº 010/2018 que regulamenta o Processo Seletivo de Remoção Interna, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, no Ambulatório Geral Dr. Diogo Vergara, do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 de outubro de 2018.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.413/2018

Publicação Nº 1776255

PORTARIA SEDEAD Nº 33.413/2018

LOTA O SERVIDOR EDMILSON FLORIANO SILVA, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO INTERNA 010/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

EDMILSON FLORIANO SILVA, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Semus nº 010/2018 que regulamenta o Processo Seletivo de Remoção Interna, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, no Ambulatório Geral Marilene Giacomet de Aguiar, no horário das 07h00 as 13h00, do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 16 de novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 de outubro de 2018.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.414/2018

Publicação Nº 1776257

PORTARIA SEDEAD Nº 33.414/2018

LOTA A SERVIDORA CINTIA PACHECO FINKENAUER, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO INTERNA 010/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

CINTIA PACHECO FINKENAUER, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Semus nº 010/2018 que regulamenta o Processo Seletivo de Remoção Interna, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, na Farmácia de Alto Custo, do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 de outubro de 2018.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO CMAS Nº 42/2018

Publicação Nº 1776261

RESOLUÇÃO CMAS Nº 42/2018

APROVA A INSCRIÇÃO DA ENTIDADE, ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIDA SÃO FELIPE NERI, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 10 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO:

- a Lei no 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e em seu art. 3º, considera Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social: inciso XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

- a Resolução CMAS nº. 022/2018, que altera a Resolução CMAS nº 033/2014 que dispõe sobre as inscrições das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como, dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social e dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e revoga a Resolução CNAS nº. 16 de 05 de maio de 2010;

- a Orientação Técnica Conjunta MDS/CNAS de agosto de 2014, que orienta que os serviços ofertados pelas Entidades devem estar caracterizados como de Assistência Social, à luz dos critérios estabelecidos pela Lei no. 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Decreto

6.308/2007, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº. 109/2009), acrescido das ofertas asseguradas pela publicação das Resoluções CNAS nº. 27/2011, 33/2011 e 34/2011;

- o parecer favorável da Comissão de Normas e regulamentação da Assistência Social, conforme relatório nº 24/2018, em reunião realizada em 04 de outubro de 2018.

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS à inscrição da Entidade Associação Casa de Acolhida São Felipe Neri, em Plenária Ordinária realizada de 10 de outubro de 2018, conforme consta na Ata CMAS nº. 23/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição da Entidade Associação Casa de Acolhida São Felipe Néri, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS, sob o nº. 038/2018, conforme anexo que constitui parte integrante desta Resolução.

Art. 2º O referido comprovante de inscrição deverá ser fixado em local de fácil visualização, por parte dos usuários e da comunidade em geral.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIDA SÃO FELIPE NERI

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº. 038/2018.

A Entidade ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIDA SÃO FELIPE NERI, CNPJ Nº. 22.528.347/0001-44, com sede em Blumenau é inscrita neste Conselho, sob o número 038/2018, desde 10/10/2018.

A Entidade executa: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Endereço: Rua Paul Hermann Rosenwasser, 209 Bairro: Velha Grande – CEP: 89045-710.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado em Plenária Ordinária realizada em 10/10/2018

RESOLUÇÃO CMAS Nº 43/2018

Publicação Nº 1776262

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 43/2018

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS DA ASSISTENCIA SOCIAL – CPPAS, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 10 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, Arts. 2º, 3º e 9º;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o Art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- a Resolução CNAS nº 191, de 10 de novembro de 2005, que institui orientação para a regulamentação do Art. 3º, da LOAS;
- a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- o Regimento Interno, conforme Ata CMAS nº 16, de 25 de junho de 2018 e Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018,
- a provação, em Plenária Ordinária do CMAS, desta Resolução, conforme consta na Ata CMAS nº 23, de 10 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia os membros da Comissão Permanente de Políticas da Assistência Social – CPPAS, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS como segue:

Representação	Conselheiro	
---------------	-------------	--

SEMUDES - Proteção Social Especial de Média Complexidade	Maria Augusta C. K. Buttendorf	Titular
	Maria Eunice Malacarne Bernat	1ª Suplente
	Juliane Habitzreuter	2ª Suplente
SEMUDES - Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Vanessa Raquel Cardoso	Titular
	Márcia Kayser	1ª Suplente
	Mariana Dias	2ª Suplente
Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI	Márcio José Correa	Titular
	Sara Lissia Hornburg Reinicke	1ª Suplente
Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense - Pró Família	Rosete de Jesus Rosa Boehm	Titular
	Vanusa Nowasky	1ª Suplente
Categoria Entidades da Assistência Social	Darci Holler Pereira	Titular
	Inorata de Souza	1ª Suplente
Categoria Trabalhadores do SUAS	Marlete Irani Borba	Titular
	Deise Janaina Borba	1ª Suplente
Categoria Entidades da Assistência Social	Vilmar José Balsan	Titular
	Juliana Gertrudes Moraes Oliveira	Titular
Categoria Usuários	Ademir Rodrigues	1º Suplente

Parágrafo Único: A Comissão será composta por oito conselheiros titulares e igual número de suplentes, de forma paritária.

Art. 2º Os trabalhos desta Comissão serão conduzidos de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 44/2018

Publicação Nº 1776263

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 44/2018

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANCIAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL – CPFAS, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 10 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, Arts. 2º, 3º e 9º;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o Art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- a Resolução CNAS nº 191, de 10 de novembro de 2005, que institui orientação para a regulamentação do Art. 3º, da LOAS;
- a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- o Regimento Interno, conforme Ata CMAS nº 16, de 25 de junho de 2018 e Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018,
- a provação, em Plenária Ordinária do CMAS, desta Resolução, conforme consta na Ata CMAS nº 23, de 10 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS como segue:

ENTIDADE	CONSELHEIRO
SEMUDES – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Patrícia Morastoni Sasse
	Titular
	Dalva Aparecida Rodrigues
	1ª Suplente
	Jussânia Regina Pereira
	2ª Suplente

SEREFH	Mara Ligia da Veiga Titular
	Ademir Rodrigues 1ª Suplente
	Roger Vieira 2ª Suplente
CATEGORIA ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ABLUCAN	Stefanie Kraus Titular
CATEGORIA ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AFISVALE	Nívea Maria Klein Keunecke Titular

Parágrafo Único: A Comissão será composta por quatro conselheiros titulares e igual número de suplentes, de forma paritária.

Art. 2º Os trabalhos desta Comissão serão conduzidos de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 45/2018

Publicação Nº 1776264

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 45/2018

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE NORMAS E REGULAMENTAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL – CPNR, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 10 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, Arts. 2º, 3º e 9º;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o Art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- a Resolução CNAS nº 191, de 10 de novembro de 2005, que institui orientação para a regulamentação do Art. 3º, da LOAS;
- a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- o Regimento Interno, conforme Ata CMAS nº 16, de 25 de junho de 2018 e Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018,
- a provação, em Plenária Ordinária do CMAS, desta Resolução, conforme consta na Ata CMAS nº 23, de 10 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação de Assistência Social - CPNR, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS como segue:

ENTIDADE	CONSELHEIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS	Ivan Claus Schaefer Filho Titular
	Talira Schutz dos Santos 1ª Suplente
	Ivonete dos Santos 2ª Suplente

CATEGORIA USUÁRIOS	José Dalcampo Titular
	Ivalcir Rebelo Maia 1º Suplente
	Ilona Conceição Metti 2º Suplente
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	Roseli Cruz Vieira Titular
	Charles Deni Belz 1ª Suplente
CATEGORIA Trabalhadores do SUAS	Samara Milene Tschoeke Titular
	Cleide Terezinha de Oliveira 1ª Suplente

Parágrafo Único: A Comissão será composta por quatro conselheiros titulares e igual número de suplentes, de forma paritária.

Art. 2º Os trabalhos desta Comissão serão conduzidos de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 46/2018

Publicação Nº 1776265

RESOLUÇÃO CMAS Nº 46/2018

APROVA A INSCRIÇÃO DA ENTIDADE, ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, PAIS E PORTADORES DE MIELOMENINGOCELE - AAPPM, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 10 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO:

- a Lei no 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e em seu art. 3º, considera Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social: inciso XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

- a Resolução CMAS nº. 022/2018, que altera a Resolução CMAS nº 033/2014 que dispõe sobre as inscrições das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como, dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social e dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e revoga a Resolução CNAS nº. 16 de 05 de maio de 2010;

- a Orientação Técnica Conjunta MDS/CNAS de agosto de 2014, que orienta que os serviços ofertados pelas Entidades devem estar caracterizados como de Assistência Social, à luz dos critérios estabelecidos pela Lei no. 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Decreto 6.308/2007, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº. 109/2009), acrescido das ofertas asseguradas pela publicação das Resoluções CNAS nº. 27/2011, 33/2011 e 34/2011;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS à inscrição da Entidade Associação de Amigos, Pais e Portadores de Mielomeningocele, em Plenária Ordinária realizada de 10 de outubro de 2018, conforme consta na Ata CMAS nº. 23/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição da Entidade Associação de Amigos, Pais e Portadores de Mielomeningocele - AAPPM, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS, sob o nº. 039/2018, conforme anexo que constitui parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. A Entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Art. 2º O referido comprovante de inscrição deverá ser fixado em local de fácil visualização, por parte dos usuários e da comunidade em geral.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, PAIS E PORTADORES DE MIELOMENINGOCELE

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº. 039/2018.

A Entidade ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, PAIS E PORTADORES DE MIELOMENINGOCELE, CNPJ Nº. 17.981.311/0001-81, com sede em Blumenau é inscrita neste Conselho, sob o número 039/2018, desde 10/10/2018.

A Entidade executa: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Endereço: Rua 2 de Setembro, 2799 Bairro: Itoupava Norte – CEP: 89052-002.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Stefanie Kraus

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado em Plenária Ordinária realizada em 10/10/2018

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 446/2017 - FURB

Publicação Nº 1776267

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 446/2017

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de terraplenagem voltados à realização de diversas obras e reformas na Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 30 de outubro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 18 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 458/2018 - FURB

Publicação Nº 1776268

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 458/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de aquisições futuras de areia, brita, pó de brita, barro e outros uso em manutenções e obras da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 31 de outubro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 18 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 385/2018 - FURB

Publicação Nº 1776269

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 385/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos para uso em diversos laboratórios da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes foram alterados para: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 05 de novembro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 18 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

EXTRATO Nº 619/2018 - FURB

Publicação Nº 1776271

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 619/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
PROFESSORA FERNANDA GONÇALVES

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO
CONTRATO Nº. 146/2018 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Contratação de profissionais para atuarem no Projeto de Formação Continuada dos Educadores da Rede Municipal de Ensino de Gaspar, para atendimento do Convênio firmado entre FURB e a Prefeitura de Gaspar-SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 237/2018 e Contrato nº 146/2018, firmado em 06 de junho de 2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato nº 146/2018 suplementado em R\$ 800,00 (oitocentos reais) em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a cerca de 13,1579% (treze vírgula um cinco sete nove por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Que a quantidade suplementada deverá ser utilizada até o encerramento da vigência do Contrato em questão.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 146/2018 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 16 de outubro de 2018.

EXTRATO Nº 620/2018 - FURB

Publicação Nº 1776273

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 620/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Quimisa S/A

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de produtos saneantes e utensílios de limpeza para Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 392/2018 e Ata de Registro de Preços nº 274/2018 firmado em 15 de outubro de 2018.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote: 09							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição do Item	Valor Unitário do item (em R\$)	Valor Total do item (em R\$)
1	11939	400	kg	Natrio	Barrilha (Leve) / Nome químico: Carbonato de Sódio Comercial (Na2CO3) Estado Físico: sólido / Forma: pó / Cor: Branca / Odor: inodoro / pH: 11,3 para solução de 1 % a 25°C. / Densidade: 0,47 a 0,57 (leve) / Embalagem com 25 kg. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	2.47	988,00
Valor Total do Lote (em R\$)					988,00		
Valor Total do Lote por extenso (em R\$)					Novecentos e oitenta e oito reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 15/10/2018

EXTRATO Nº 621/2018 - FURB

Publicação Nº 1776275

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 621/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

TMS Telecomunicações Ltda

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais elétricos destinados à manutenção e ampliação dos ambientes da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 363/2018 e Ata de Registro de Preços nº 284/2018 firmado em 22 de outubro de 2018.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote: 03

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	2335	9150	Metro	Cabo UTP 4 pares x 24 AWG categoria 5E. Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul. Marcação sequencial métrica no cabo em ordem decrescente (305/300 - 0 m). Embalagem de fácil retirada, com gravação de dia/mês/ano - hora de fabricação, proporcionando rastreamento do lote em caso de problemas. Cada caixa deverá conter 300/305 metros de cabo. Cabo próprio para uso em sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos das normas ANSI/TIA/EIA-568B.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho. Cor AZUL, em caixas, com 300 ou 305 metros de cabo por caixa.	NEXANS	1,99	18.208,50
2	19631	305	Metro	Cabo UTP 4 pares x 24 AWG categoria 5E. Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor verde. Marcação sequencial métrica no cabo em ordem decrescente (305/300 - 0 m). Embalagem de fácil retirada, com gravação de dia/mês/ano - hora de fabricação, proporcionando rastreamento do lote em caso de problemas. Cada caixa deverá conter 300/305 metros de cabo. Cabo próprio para uso em sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos das normas ANSI/TIA/EIA-568B.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho. Cor VERDE, em caixas, com 300 ou 305 metros de cabo por caixa.	NEXANS	2,00	610,00
3	30162	9150	Metro	Cabo UTP 4 pares x 24 AWG categoria 6. Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial, com separador dielétrico interno de modo a manter os pares equidistantes. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor cinza. Marcação sequencial métrica no cabo em ordem decrescente (305/300 - 0 m). Embalagem de fácil retirada, com gravação de dia/mês/ano - hora de fabricação, proporcionando rastreamento do lote em caso de problemas. Possuir impedância característica de 100W (Ohms). Cabo próprio para uso em sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos das normas ANSI/TIA/EIA-568B.2-1 e ISO/IEC 11801, Categoria 6, para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho. Caixas com 300 ou 305 metros de cabo por caixa. Possuir testes comprobatórios das principais características elétricas em transmissão de altas velocidades, como atenuação, NEXT, dentre outros para frequência de 100, 200, 350 e 500 MHz. O cabo utilizado deverá possuir certificação ANATEL impressa na capa. Atender a diretiva RoHS. o fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.	NEXANS	3,07	28.090,50

4	2399	500	Peça	Patch Cord flexível categoria 5E, com 1,5 m, cor AZUL, com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292 ou similar. A identificação (numeração) será informada no ato do pedido. Produzido com Cabo Extra-flexível. Montado e testado 100% em fábrica. Exceder as características da norma TIA/EIA 568 B.1 para CAT. 5e e ISO/IEC 11.801. Certificado dentro dos padrões e normas da categoria. Contatos dos conectores com no mínimo 50 micropolegadas de ouro. Montado na configuração 568/A ou 568/B. Embalados individualmente junto com a comprovação da certificação fornecida pelo fabricante.	NEXANS	14,50	7.250,00
5	19634	500	Peça	Patch Cord flexível categoria 5E, com 2 m, cor AZUL, com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292 ou similar. A identificação (numeração) será informada no ato do pedido. Produzido com Cabo Extra-flexível. Montado e testado 100% em fábrica. Exceder as características da norma TIA/EIA 568 B.1 para CAT. 5e e ISO/IEC 11.801. Certificado dentro dos padrões e normas da categoria. Contatos dos conectores com no mínimo 50 micropolegadas de ouro. Montado na configuração 568/A ou 568/B. Embalados individualmente junto com a comprovação da certificação fornecida pelo fabricante.	NEXANS	19,50	9.750,00
6	2833	25	Peça	PATCH PANEL 24 portas padrão 19" para montagem em RACK. Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0). Na parte frontal alojamento para pino macho RJ 45, na parte posterior terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG. Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de no mínimo 2,5µm de níquel e 1,25µm de ouro. Código de cores (T 568 ^a) para definir e facilitar a inserção dos condutores do cabo de par trançado (UTP), categoria 5e, ou ainda condutores telefônicos entre 22 e 26 AWG, deverão permitir pelo menos 200 (duzentos) re-conexões dos condutores através de ferramenta punch down, área própria para identificação da porta RJ45 na parte frontal. Fornecido com guia traseiro para melhor organização dos cabos. Permitir a utilização da Trava Patch Panel GigaLan para aumentar a segurança da sua rede. Os patch panels deverão atender plenamente as especificações das normas EIA/TIA 568 ^a Enhanced – Standard Proposal N.º 4195; FCC68.5, ISSO 8877; Cenelec env 41001, que regem performance de transmissão de dados em categoria 5E. atender também a FCC part 68.5 (EMI – Indução Eletromagnética). O produto deverá possuir certificado de homologação da UL – Underwriters Laboratorie. A comprovação da certificação deve acompanhar a embalagem.	NEXANS	378,00	9.450,00

7	19633	200	Peça	Patch Cord flexível categoria 5E, com 3 m, cor AZUL, com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292 ou similar. A identificação (numeração) será informada no ato do pedido. Produzido com Cabo Extra flexível. Montado e testado 100% em fábrica. Exceder as características da norma TIA/EIA 568 B.1 para CAT. 5e e ISO/IEC 11.801. Certificado dentro dos padrões e normas da categoria. Contatos dos conectores com no mínimo 50 micro polegadas de ouro. Montado na configuração 568/A ou 568/B. Embalados individualmente junto com a comprovação da certificação fornecida pelo fabricante.	NEXANS	20,90	4.180,00
8	39306	200	Peça	Patch Cord flexível categoria 6, com 2 m, cor CINZA, com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292 ou similar. A identificação (numeração) será informada no ato do pedido. Produzido com Cabo Extra-flexível. Possuir impedância característica de 100W (Ohms). Montado e testado 100% em fábrica. Exceder as características da norma TIA/EIA 568-B.2-1 para CAT. 6 e ISO/IEC 11.801. Certificado dentro dos padrões e normas da categoria. Possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 mm de níquel e 1,27 mm de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo. Montado na configuração 568/A ou 568/B. Embalados individualmente junto com a comprovação da certificação fornecida pelo fabricante.	NEXANS	31,89	6.378,00
9	31974	50	Peça	Patch Cord flexível categoria 6, com 5 m, cor CINZA, com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292 ou similar. A identificação (numeração) será informada no ato do pedido. Produzido com Cabo Extra-flexível. Possuir impedância característica de 100W (Ohms). Montado e testado 100% em fábrica. Exceder as características da norma TIA/EIA 568-B.2-1 para CAT. 6 e ISO/IEC 11.801. Certificado dentro dos padrões e normas da categoria. Possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 mm de níquel e 1,27 mm de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo. Montado na configuração 568/A ou 568/B. Embalados individualmente junto com a comprovação da certificação fornecida pelo fabricante.	NEXANS	59,02	2.951,00
10	31976	1000	Peça	Conector macho RJ 45 Conector transparente, exceder as características elétricas da norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6. Corpo em termoplástico de alto impacto (UL 94 V-0). Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de no mínimo 2,50µm de níquel e 1,25µm de ouro. Atender a FCC 68.5 (EMI – Interferência Eletromagnética). Os contatos devem ser adequados para conectorização de condutores sólidos ou flexíveis de bitola entre 26 e 22 AWG. Prensáveis por meio de alicate climpador. Atender as terminações T568A e T568B. O produto deverá possuir certificado de homologação da UL - Underwriters Laboratorie. O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001. A comprovação da certificação deve acompanhar a embalagem.	NEXANS	3,48	3.480,00

11	16810	1000	Peça	Tomadas fêmea RJ 45 categoria 5E. Conexão de cabos UTP por meio de inserção. Identificadas com indicação de cores para norma EIA/TIA 568A e 568B. Próprias para encaixar em módulos de 20 x 15 mm (dimensão do encaixe).	NEXANS	13,90	13.900,00
12	31375	500	Peça	Tomadas fêmea RJ 45 categoria 6. Conexão de cabos UTP por meio de inserção. Identificadas com indicação de cores para norma EIA/TIA 568A e 568B. Próprias para encaixar em módulos de 20 x 15 mm (dimensão do encaixe).	NEXANS	25,00	12.500,00
13	31977	40	Unid.	PATCH PANEL 24 portas padrão 19" para montagem em RACK. Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0). Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de no mínimo 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro. Apresentar largura de 19" e altura de 1U (44,5mm). Os conectores fêmea RJ-45 devem atender a ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 mm de níquel e 1,27 mm de ouro, possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação, permitindo inserção de condutores de 22 AWG a 26 AWG; Compatível com as terminações T568A e T568B, segundo a norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2, sem a necessidade de trocas de etiqueta, permitir pelo menos 200 (duzentos) re-conexões dos condutores através de ferramenta punch down, área própria para identificação da porta RJ45 na parte frontal. Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45. Fornecido com guia traseiro para melhor organização dos cabos. Atender também a FCC part 68.5 (EMI – Indução Eletromagnética). O produto deverá possuir certificado de homologação da UL – Underwriters Laboratorie. O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001. A comprovação da certificação deve acompanhar a embalagem.	NEXANS	730,01	29.200,40
14	18729	100	Peça	Organizador (guia) de cabos de 19" / 1U, para fixação em rack, próprio para cabos CAT6, perfil alto. Capacidade mínima com ocupação de 50%, CAT 6 = 24 e CAT 6a = 12 cabos; com laterais vazadas e tampa removível. Confeccionado em plástico de alta resistência na cor preta.	HD SOLLUS	59,00	2.336,00
15	25653	20	Peça	Régua com oito (08) tomadas 2P+T de 10A/220V, padrão 19", com cabo de 3x1,0mm ² com 2 metros de comprimento, em conformidade com a norma ABNT NBR 14136.	HD SOLLUS	72,00	1.440,00
16	3990	2000	Peça	Conector macho RJ 45 transparente, categoria 5E. Corpo em termoplástico de alto impacto (UL 94 V-0). Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de no mínimo 2,50µm de níquel e 1,25µm de ouro. Atender a FCC 68.5 (EMI – Interferência Eletromagnética). Os contatos devem ser adequados para conectorização de condutores sólidos ou flexíveis, Prensáveis por meio de alicate climpador. O produto deverá possuir certificado de homologação da UL - Underwriters Laboratorie. A comprovação da certificação deve acompanhar a embalagem.	NEXANS	1,80	3.600,00
17	17774	300	Peça	Kit de fixação (porca gaiola, parafuso e arruela) para fixar os equipamentos com por exemplo HUB, Roteador, Switch etc.	HD SOLLUS	0,90	270,00
Preço Total do Lote (em R\$)				157.158,40			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Cento e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Esta Ata de Registro de Preços terá vigência a partir de sua assinatura, com término no dia 09 de maio de 2019.

DATA: 22/10/2018

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018

Publicação Nº 1775995

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005 /2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LDO E LOA 2019.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Munícipes que, no dia 26 de OUTUBRO de 2018, às 13:15 horas, nas dependências do Câmara Municipal de Vereadores, sito na Rua Irmão Ambrósio, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA para elaboração da LDO e LOA 2019, como instrumento de transparência da gestão do Município, em atendimento as disposições legais, para levantar e discutir as prioridades e demandas do município nas áreas de Saúde, Educação, Infraestrutura Urbana e Sanitária, Agricultura e Prevenção e Recuperação de Estradas.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto ao controle interno da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC. em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),

aos 11 de Outubro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

935.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

Publicação N° 1775499

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 935/18 de 10.10.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 09 e 10 de outubro de 2018, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

937.10.18 - P. LUTO ELIANI AP. G. SCHMITT

Publicação N° 177541

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 937/18 de 16.10.18
Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob N° 141/2018 de 15 de outubro de 2018 – 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu pai Irineu Gukert a contar do dia 12 de outubro de 2018 com término no dia 19 de outubro de 2018 a funcionária Eliani Aparecida Guckert Schmitt, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

938.10.18 - P. APOSENTADORIA GERVASIO M. KULL

Publicação Nº 1775500

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 938/18 de 16.10.18
Concede Aposentadoria por Idade

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

RESOLVE:

Fica o servidor municipal Gervázio Marcelino Kull, ocupante do cargo efetivo de Professor I - 3, Padrão I, Nível 22, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, Aposentado por Idade, conforme Benefício 187.625.296-8, Espécie: 41, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social, Cfe. Leis Municipais n.º 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 16.10.2018, com benefícios do Caixa do Tesouro Nacional (INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) bem como fica declarada a vacância do cargo e vaga acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

939.10.18 - P. FÉRIAS ROSELI ALVES

Publicação Nº 1775501

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 939/18 de 16.10.18
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2017 (Dois Mil e Dezessete) a 2018 (Dois Mil Dezoito) a funcionária Roseli Alves ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Bairro São José, para gozá-las a contar do dia 15 de outubro com término no dia 13 de novembro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

940.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

Publicação Nº 1775502

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 940/18 de 16.10.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 11 de outubro com término no dia 09 de novembro de 2018, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

941.10.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. ELIANI K. SCHMITT

Publicação Nº 1775504

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 941/18 de 17.10.18
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 10 e 11 de outubro de 2018, a funcionária Eliani Aparecida Guckert Schmitt, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

942.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DANIELA MEURER

Publicação Nº 1775508

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 942/18 de 17.10.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar Tratamento de saúde, no dia 08 de outubro de 2018, a funcionária Daniela Meurer, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22 – do Quadro de Pessoal

do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

943.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIANA DEUCHER

Publicação Nº 1775510

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 943/18 de 17.10.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar Tratamento de saúde, no dia 10 de outubro de 2018, a funcionária Mariana Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

944.10.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA R. GORGES

Publicação Nº 1775512

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 944/18 de 17.10.18
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Jair José Farias na realização de consulta, no dia 09 de outubro de 2018, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

945.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE INGRID GRUDTNER

Publicação Nº 1775524

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 945/18 de 17.10.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar Tratamento de saúde, no dia 16 de outubro de 2018, a funcionária Ingrid Grudtner, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

946.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TATIANI CASTANHEIRO

Publicação Nº 1775527

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 946/18 de 17.10.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar Exames, no dia 09 de outubro de 2018, a funcionária Tatiani Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 40 horas semanais do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

947.10.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

Publicação Nº 1775528

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 947/18 de 17.10.18
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 11 de outubro de 2018, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Creche Irmã Paula e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.231/2018**

Publicação Nº 1775653

DECRETO Nº 2.231/2018

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere Lei nº 1.440/2018, de 17 de outubro de 2018.

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 475.851,60 (Quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos) conforme abaixo especificado:

3000	Secretaria De Administração E Finanças	
3002	Divisão De Finanças	
4	Administração	
123	Administração Financeira	
3	Gestão Administrativa E Fazendária	
2.8	Manutenção Da Secretaria De Administração E Fazenda, Contabilidade E Tesouraria	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(24)	Recursos Ordinários	R\$ 123.000,00
4000	Secretaria De Educação	
4001	Divisão De Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
4	Gestão Em Educação	
2.19	Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(68)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	R\$ 100.000,00
361	Ensino Fundamental	
4	Gestão Em Educação	
2.14	Manutenção E Funcionamento Do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(45)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	R\$ 30.000,00
2.16	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(55)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	R\$ 5.000,00
365	Educação Infantil	
4	Gestão Em Educação	
2.88	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(239)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(238)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	R\$ 2.000,00
6000	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos	
6001	Divisão De Obras E Serviços Urbanos	
15	Urbanismo	
452	Serviços Urbanos	
14	Ações De Urbanismo	
2.39	Manutenção E Funcionamento Da Coleta E Tratamento Do Lixo	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(86)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	
14	Ações De Urbanismo	
2.38	Manutenção Do Setor De Projetos E Estudos	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(118)	Recursos Ordinários	R\$ 48.000,00
2.40	Manutenção E Funcionamento Da Iluminação Pública Do Município	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(92)	Recursos Ordinários	R\$ 11.000,00

26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
13	Melhorias E Manutenção Da Malha Viária Municipal
2.35	Manutenção E Restauração De Rodovias Municipais E Logradouros Públicos
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(111)	Recursos Ordinários R\$ 73.851,60
6003	Divisão De Saneamento
17	Saneamento
512	Saneamento Básico Urbano
11	Ações De Saneamento
2.23	Manutenção, Operação E Implantação De Redes Comunitárias De Água
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(122)	Recursos Ordinários R\$ 14.000,00
8000	Secretaria De Agricultura
8001	Divisão De Agricultura
20	Agricultura
606	Extensão Rural
20	Fortalecimento Da Agricultura
2.43	Assistência, Apoio E Fomento A Agricultura Familiar
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(135)	Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
7000	Secretaria De Transportes
7001	Divisão De Transportes
26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
16	Transporte Rodoviário
2.58	Manutenção E Funcionamento Do Transporte Coletivo Municipal
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(129)	Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
9000	Secretaria De Meio Ambiente E Desenvolvimento Econômico
9001	Fundo Municipal De Defesa Do Meio Ambiente
18	Gestão Ambiental
541	Preservação E Conservação Ambiental
21	Preservação Do Meio Ambiente
2.44	Programas E Projetos De Preservação Ambiental
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(150)	Recursos Ordinários R\$ 17.000,00
10000	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude
10002	Divisão De Cultura
13	Cultura
391	Patrimônio Histórico, Artístico E Arqueológico
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude
2.77	Manutenção E Conservação Do Museu E Patrimônio Histórico Do Município
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(162)	Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

2000	Gabinete Do Prefeito
2001	Gabinete Do Prefeito
4	Administração
122	Administração Geral
2	Administração Superior E Assessoramento
2.2	Manutenção E Funcionamento Do Gabinete Do Prefeito E Vice Prefeito
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(2)	Recursos Ordinários R\$ 16.000,00
2002	Assessoria Jurídica
4	Administração
122	Administração Geral
2	Administração Superior E Assessoramento
2.3	Manutenção Assessoria Jurídica
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(4)	Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

124	Controle Interno	
3	Gestão Administrativa E Fazendária	
2.71	Manutenção E Funcionamento Da Ouvidoria E Controle Interno	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(23)	Recursos Ordinários	R\$ 2.000,00
4000	Secretaria De Educação	
4001	Divisão De Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
4	Gestão Em Educação	
2.19	Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01 (75)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	R\$ 41.701,10
2.61	Manutenção E Funcionamento Das Creches	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01 (67)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	R\$ 4.000,00
5000	Secretaria De Assistência Social E Habitação	
5001	Fundo Municipal De Assistência Social	
8	Assistência Social	
244	Assistência Comunitária	
9	Gestão De Políticas Sociais	
2.27	Manutenção E Operação Das Ações, Programas E Projetos Do Serviço Social	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(186)	Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(188)	Recursos Ordinários	R\$ 90.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(189)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
5002	Fundo Municipal De Habitação Do Município De Botuverá	
16	Habitação	
482	Habitação Urbana	
15	Ações De Habitação	
2.52	Ações De Habitação	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(201)	Recursos Ordinários	R\$ 4.000,00
5004	Fundo Municipal Dos Direitos Da Pessoa Idosa	
8	Assistência Social	
241	Assistência Ao Idoso	
8	Valorização E Assistência Ao Idoso	
2.25	Programa De Ações Continuadas De Atenção A Pessoa Idosa	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(179)	Recursos Ordinários	R\$ 14.000,00
6000	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos	
6001	Divisão De Obras E Serviços Urbanos	
15	Urbanismo	
452	Serviços Urbanos	
26	Cemitério Público	
2.75	Manutenção Do Cemitério Público	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(98)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(99)	Recursos Ordinários	R\$ 4.000,00
7000	Secretaria De Transportes	
7001	Divisão De Transportes	
26	Transporte	
782	Transporte Rodoviário	
16	Transporte Rodoviário	
2.65	Manutenção Da Secretaria De Transportes	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(132)	Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00
2.36	Implantação E Conservação De Abrigos De Passageiros	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(128)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
2.58	Manutenção E Funcionamento Do Transporte Coletivo Municipal	

3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(130)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(131)	Recursos Ordinários	R\$ 2.000,00
8000	Secretaria De Agricultura	
8001	Divisão De Agricultura	
20	Agricultura	
608	Promoção Da Produção Agropecuária	
20	Fortalecimento Da Agricultura	
2.59	Manutenção E Funcionamento Do Matadouro Municipal	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(139)	Recursos Ordinários	R\$ 22.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(140)	Recursos Ordinários	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(141)	Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
606	Extensão Rural	
20	Fortalecimento Da Agricultura	
2.76	Manutenção E Operacionalização Da Internet Rural	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(142)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
9000	Secretaria De Meio Ambiente E Desenvolvimento Econômico	
9002	Divisão De Desenvolvimento Econômico	
23	Comércio E Serviços	
691	Promoção Comercial	
22	Desenvolvimento Econômico	
2.45	Apoio E Incentivo Ao Desenvolvimento Do Município	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(151)	Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00
10000	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
10005	Divisão De Turismo, Cultura Esporte E Juventude	
4	Administração	
122	Administração Geral	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.54	Manutenção Da Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude.	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(175)	Recursos Ordinários	R\$ 53.000,00
13	Cultura	
392	Difusão Cultural	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.46	Realização Da Festa Bergamasca	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(166)	Recursos Ordinários	R\$ 64.150,50
23	Comércio E Serviços	
695	Turismo	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.48	Manutenção E Funcionamento Do Parque Municipal Das Grutas De Botuverá	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(160)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
11000	Fundo Municipal De Saúde	
11001	Fundo Municipal De Saúde	
10	Saúde	
122	Administração Geral	
7	Ações Gerais De Saúde	
2.28	Manutenção E Funcionamento Da Secretaria De Saúde Administração Geral	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02 (205)	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 3.000,00
301	Atenção Básica	
7	Ações Gerais De Saúde	
2.30	Manutenção E Funcionamento Das Unidades De Saúde Da Família	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02 (257)	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 43.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	
7	Ações Gerais De Saúde	

2.60	Serviços De Vigilância Epidemiológica
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (233)	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 17.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 17 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 17 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.232/2018

Publicação Nº 1776487

DECRETO Nº 2.232/2018

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 6.655,00 (Seis Mil seiscientos e cinquenta e cinco reais).

4000	Secretaria De Educação
4001	Divisão De Educação
12	Educação
306	Alimentação E Nutrição
27	Merenda Escolar
2.11	Programa Suplementar De Alimentação Escolar Pré
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(363)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 2.250,00
2.12	Programa Suplementar De Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(364)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 2.850,00
2.62	Programa Suplementar De Alimentação Escolar Ensino Escolar Creche
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(365)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 555,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 17 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 17 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.440/2018

Publicação Nº 1775643

LEI Nº 1.440/2018

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 475.851,60 (Quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos) conforme abaixo especificado:

3000	Secretaria De Administração E Finanças
3002	Divisão De Finanças
4	Administração

123	Administração Financeira
3	Gestão Administrativa E Fazendária
2.8	Manutenção Da Secretaria De Administração E Fazenda, Contabilidade E Tesouraria
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(24)	Recursos Ordinários R\$ 123.000,00
4000	Secretaria De Educação
4001	Divisão De Educação
12	Educação
365	Educação Infantil
4	Gestão Em Educação
2.19	Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(68)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação R\$ 100.000,00
361	Ensino Fundamental
4	Gestão Em Educação
2.14	Manutenção E Funcionamento Do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(45)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação R\$ 30.000,00
2.16	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(55)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação R\$ 5.000,00
365	Educação Infantil
4	Gestão Em Educação
2.88	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Infantil
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(239)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(238)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação R\$ 2.000,00
6000	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
6001	Divisão De Obras E Serviços Urbanos
15	Urbanismo
452	Serviços Urbanos
14	Ações De Urbanismo
2.39	Manutenção E Funcionamento Da Coleta E Tratamento Do Lixo
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(86)	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana
14	Ações De Urbanismo
2.38	Manutenção Do Setor De Projetos E Estudos
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(118)	Recursos Ordinários R\$ 48.000,00
2.40	Manutenção E Funcionamento Da Iluminação Pública Do Município
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(92)	Recursos Ordinários R\$ 11.000,00
26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
13	Melhorias E Manutenção Da Malha Viária Municipal
2.35	Manutenção E Restauração De Rodovias Municipais E Logradouros Públicos
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(111)	Recursos Ordinários R\$ 73.851,60
6003	Divisão De Saneamento
17	Saneamento
512	Saneamento Básico Urbano
11	Ações De Saneamento
2.23	Manutenção, Operação E Implantação De Redes Comunitárias De Água
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(122)	Recursos Ordinários R\$ 14.000,00
8000	Secretaria De Agricultura
8001	Divisão De Agricultura
20	Agricultura
606	Extensão Rural
20	Fortalecimento Da Agricultura
2.43	Assistência, Apoio E Fomento A Agricultura Familiar
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas

0.1.00(135)	Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
7000	Secretaria De Transportes	
7001	Divisão De Transportes	
26	Transporte	
782	Transporte Rodoviário	
16	Transporte Rodoviário	
2.58	Manutenção E Funcionamento Do Transporte Coletivo Municipal	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(129)	Recursos Ordinários	R\$ 6.000,00
9000	Secretaria De Meio Ambiente E Desenvolvimento Econômico	
9001	Fundo Municipal De Defesa Do Meio Ambiente	
18	Gestão Ambiental	
541	Preservação E Conservação Ambiental	
21	Preservação Do Meio Ambiente	
2.44	Programas E Projetos De Preservação Ambiental	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(150)	Recursos Ordinários	R\$ 17.000,00
10000	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
10002	Divisão De Cultura	
13	Cultura	
391	Patrimônio Histórico, Artístico E Arqueológico	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.77	Manutenção E Conservação Do Museu E Patrimônio Histórico Do Município	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(162)	Recursos Ordinários	R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

2000	Gabinete Do Prefeito	
2001	Gabinete Do Prefeito	
4	Administração	
122	Administração Geral	
2	Administração Superior E Assessoramento	
2.2	Manutenção E Funcionamento Do Gabinete Do Prefeito E Vice Prefeito	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(2)	Recursos Ordinários	R\$ 16.000,00
2002	Assessoria Jurídica	
4	Administração	
122	Administração Geral	
2	Administração Superior E Assessoramento	
2.3	Manutenção Assessoria Jurídica	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(4)	Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00
124	Controle Interno	
3	Gestão Administrativa E Fazendária	
2.71	Manutenção E Funcionamento Da Ouvidoria E Controle Interno	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(23)	Recursos Ordinários	R\$ 2.000,00
4000	Secretaria De Educação	
4001	Divisão De Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
4	Gestão Em Educação	
2.19	Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01 (75)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	R\$ 41.701,10
2.61	Manutenção E Funcionamento Das Creches	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01 (67)	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	R\$ 4.000,00
5000	Secretaria De Assistência Social E Habitação	
5001	Fundo Municipal De Assistência Social	
8	Assistência Social	
244	Assistência Comunitária	

9	Gestão De Políticas Sociais
2.27	Manutenção E Operação Das Ações, Programas E Projetos Do Serviço Social
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(186)	Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(188)	Recursos Ordinários R\$ 90.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(189)	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
5002	Fundo Municipal De Habitação Do Município De Botuverá
16	Habitação
482	Habitação Urbana
15	Ações De Habitação
2.52	Ações De Habitação
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(201)	Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
5004	Fundo Municipal Dos Direitos Da Pessoa Idosa
8	Assistência Social
241	Assistência Ao Idoso
8	Valorização E Assistência Ao Idoso
2.25	Programa De Ações Continuadas De Atenção A Pessoa Idosa
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(179)	Recursos Ordinários R\$ 14.000,00
6000	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
6001	Divisão De Obras E Serviços Urbanos
15	Urbanismo
452	Serviços Urbanos
26	Cemitério Público
2.75	Manutenção Do Cemitério Público
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(98)	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(99)	Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
7000	Secretaria De Transportes
7001	Divisão De Transportes
26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
16	Transporte Rodoviário
2.65	Manutenção Da Secretaria De Transportes
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(132)	Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
2.36	Implantação E Conservação De Abrigos De Passageiros
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(128)	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
2.58	Manutenção E Funcionamento Do Transporte Coletivo Municipal
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(130)	Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(131)	Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
8000	Secretaria De Agricultura
8001	Divisão De Agricultura
20	Agricultura
608	Promoção Da Produção Agropecuária
20	Fortalecimento Da Agricultura
2.59	Manutenção E Funcionamento Do Matadouro Municipal
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(139)	Recursos Ordinários R\$ 22.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(140)	Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(141)	Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
606	Extensão Rural
20	Fortalecimento Da Agricultura
2.76	Manutenção E Operacionalização Da Internet Rural
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas

0.1.00(142)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
9000	Secretaria De Meio Ambiente E Desenvolvimento Econômico	
9002	Divisão De Desenvolvimento Econômico	
23	Comércio E Serviços	
691	Promoção Comercial	
22	Desenvolvimento Econômico	
2.45	Apoio E Incentivo Ao Desenvolvimento Do Município	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(151)	Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00
10000	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
10005	Divisão De Turismo, Cultura Esporte E Juventude	
4	Administração	
122	Administração Geral	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.54	Manutenção Da Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude.	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(175)	Recursos Ordinários	R\$ 53.000,00
13	Cultura	
392	Difusão Cultural	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.46	Realização Da Festa Bergamasca	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(166)	Recursos Ordinários	R\$ 64.150,50
23	Comércio E Serviços	
695	Turismo	
23	Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.48	Manutenção E Funcionamento Do Parque Municipal Das Grutas De Botuverá	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(160)	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
11000	Fundo Municipal De Saúde	
11001	Fundo Municipal De Saúde	
10	Saúde	
122	Administração Geral	
7	Ações Gerais De Saúde	
2.28	Manutenção E Funcionamento Da Secretaria De Saúde Administração Geral	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02 (205)	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 3.000,00
301	Atenção Básica	
7	Ações Gerais De Saúde	
2.30	Manutenção E Funcionamento Das Unidades De Saúde Da Família	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02 (257)	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 43.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	
7	Ações Gerais De Saúde	
2.60	Serviços De Vigilância Epidemiológica	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.02 (233)	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 17.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 17 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 17 de outubro de 2018.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL88/2018-PP66/2018-MADEIRAS DIVERSAS

Publicação Nº 1776076

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº66/2018-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, SC, torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de MADEIRAS BRUTAS E SERRADAS, para manutenção de pontes e demais obras do município de Botuverá. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas



do dia 31/10/2018. Abertura da sessão: dia 31/10/2018, às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170, ou pelo e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá, 17 de Outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

LEI N° 0904/2018

Publicação N° 1775790

LEI N° 0904/2018

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Braço do Trombudo, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar n° 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, assim discriminados:

Demonstrativo I – Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1), com os seguintes anexos:

- Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
- Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4º, §2º, inciso I);
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art.4º, §2º, inciso II);
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art.4º, §2º, inciso III);
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art.4º, §2º, inciso III);
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V);
- Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências ARF (LRF, Art. 4º, § 3º).

ANEXOS COMPLEMENTARES

- Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Anexo Demonstrativo das Prioridades das Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);
- Anexo com a Discriminação das Receitas;
- Anexo com a Discriminação das Despesas;
- Anexo contendo as Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria STN nº 163/2001 e Portaria Conjunta 406/2011 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
XI – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2019;
XII – Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2019.

§ 1º O Orçamento dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 407/2011, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento e o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária obedecerá o que trata o Art. 22 da Lei 4.320/64, conforme segue:

I - Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômica-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

- a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
- b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e
- f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá até o máximo 0,10% (dez décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Portaria STN nº 2/2009.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

- I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de

Riscos Fiscais e Providências desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2019 – ANEXOS COMPLEMENTARES III desta lei.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Poder Judiciário, segurança e bombeiros, em casos excepcionais.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação vigente.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF);

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF);

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nos relatórios das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o poder Legislativo responsável pela convocação da Audiência Pública e o envio de cópia da ata ao TCE de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 28. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, red denominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores das áreas de educação, saúde, obras e serviços urbanos e Estação de Tratamento de Água - ETA; quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades, funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Braço do Trombudo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular

o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 39. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Entidades sem fins lucrativos, Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 43. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, constante do DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita (ART 4º § 2º, ART I da LRF, Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal).

Art. 44. Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 1º de janeiro de 2019, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido ante 1º de julho a 31 de dezembro de 2018.

Art. 45. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Braço do Trombudo, em 16 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 88 2018

Publicação Nº 1775788

DECRETO Nº. 088/2018.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezoito, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 2.199,99 (Dois mil, cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(133) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.199,99

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 2.199,99 (Dois mil, cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E AQUICULTURA**01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA**

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(135) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.199,99

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 16 de Outubro de 2018.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇOS 3 2018 FMS

Publicação Nº 1772873

PROCESSO ADMINISTRATIVO 16/2018 FMS

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇOS 3/2018 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06/11/2018, às 08h30min, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, visando a Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Centro, Rua Leopoldo Joenck, 119, Município de Braço do Trombudo- SC, conforme edital e Anexos. Informações pelo fone 47 3547-0179 e pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 5/2018

Publicação Nº 1773299

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2018

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 5/2018

O Município de Braço do Trombudo – SC, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07/11/2018, às 08h30min, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, visando Reforma e Ampliação da Escola Isolada Águas Sulfurosas, no município de Braço do Trombudo SC, conforme edital e anexos. Informações pelo fone 47 3547-0179 e pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 15 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

LEI Nº 0905/2018

Publicação Nº 1775792

LEI Nº 0905/2018

“Autoriza incorporar ao patrimônio do município, imóveis declarados de utilidade pública”.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º fica autorizado o Executivo Municipal a incorporar ao patrimônio do Município, os imóveis declarados de utilidade pública através do Decreto n.º 059/2018 de 19 de junho de 2018, sendo áreas de terras nas dimensões 2.500,00 m2 (dois mil, quinhentos metros quadrados) da área remanescente conforme matrícula R-3/16.963, e 1.250,00 m2 (um mil, duzentos e cinquenta metros quadrados) da atual matrícula n.º 18.778, originária da matrícula n.º 16.732.

Art. 2º As despesas para implementação da presente Lei correrão a conta do Projeto/Atividade 1.073 – Implantação do Cemitério Municipal e Construção de Capela Mortuária.

(153) 4.5.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei n.º 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 16 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

MENSAGEM N.º 004/2018, Gabinete do Prefeito Municipal

Braço do Trombudo, 27 de Setembro de 2018.

Ao Exmo Sr. Presidente da Casa Legislativa Municipal

GUIDO VERMOEHLLEN

Rua Tiradentes s/nº

Nesta.

Com nossos cordiais cumprimentos, segue apenso Projeto de Lei Ordinária que levou o n.º 015/2018, para que após análise das comissões técnicas pertinentes e desta Egrégia Casa de Leis, seja submetido em Plenário visando aprovação.

Objeta-se neste, incorporação ao patrimônio público do município e dos imóveis declarados de utilidade pública através do Decreto n.º 059/2018 de 19/06/2018, que diz respeito a área à ser instalado o cemitério municipal.

A pretensão reveste-se dos preceitos legais encontrando amparo na Lei Orgânica do Município, bem como no Decreto Lei n.º 3.365/41 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 22.786/56 de 21/05/56.

Assim, analisada a pretensão ora remetida e pelas Comissões Técnicas pertinentes, postulamos por aprovação da matéria em Plenário desta egrégia Casa.

Sendo o que se apresenta para o momento, firma-se mui,

Atenciosamente,

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 31 2018

Publicação Nº 1775471

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</p> <p>CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 41/2018 Processo de Licitação: 41/2018 Data do Processo: 17/09/2018</p>
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 66/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 17 de Outubro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 41/2018, Licitação nº 31/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Em seguida ao credenciamento da empresa, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura do envelope contendo a proposta, sendo a mesma analisada e rubricada pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Houve lances verbais. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

LOTE: 1**Participante: 7379 - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Paleta direita	UND	8,00	JUMIL	0,0000	38,4975	307,98
2	Paleta esquerda	UND	8,00	JUMIL	0,0000	38,5021	308,02
3	Eixo do disco esquerdo	UND	5,00	JUMIL	0,0000	36,5103	182,55
4	Disco líder	UND	4,00	JUMIL	0,0000	680,539	2.722,16
5	Braço de ligação	UND	5,00	JUMIL	0,0000	192,5404	962,70
6	Cubo da roda	UND	3,00	JUMIL	0,0000	112,8671	338,60
7	Conduto do adubo	UND	10,00	JUMIL	0,0000	26,5511	265,51
8	Caixa de distribuição de semente	UND	5,00	JUMIL	0,0000	165,9793	829,90
9	Engrenagem dupla maior	UND	3,00	JUMIL	0,0000	730,3348	2.191,00
10	Engrenagem dupla menor	UND	1,00	JUMIL	0,0000	365,1624	365,16
11	Corrente RC 80R	UND	4,00	JUMIL	0,0000	169,3057	677,22
12	Prato distribuidor do adubo	UND	5,00	JUMIL	0,0000	149,3873	746,94
13	Conjunto depósito de semente	UND	5,00	JUMIL	0,0000	298,7747	1.493,87
14	SUPORTE DO DISCO DE CORTE	UND	3,00	JUMIL	0,0000	199,1831	597,55
15	Carenagem direita	UND	2,00	JUMIL	0,0000	165,9793	331,96
16	Carenagem esquerda	UND	2,00	JUMIL	0,0000	165,9793	331,96
17	Peneira Cilíndrica c/ capa c/ flange	UND	1,00	JUMIL	0,0000	1.991,8313	1.991,83
18	Mancal orelha 90mm	UND	5,00	JUMIL	0,0000	172,6221	863,11
19	Balancin	UND	4,00	JUMIL	0,0000	82,9897	331,96
20	Braçadeira do mancal	UND	6,00	JUMIL	0,0000	39,8366	239,02
21	Sapata direita	UND	8,00	BALDAN	0,0000	182,5812	1.460,65
22	Pino argola	UND	60,00	SGT	0,0000	8,296	497,76
23	Bucha p/ subisolador	UND	20,00	GIRO	0,0000	16,592	331,84
24	Mola do disco	UND	10,00	GIRO	0,0000	73,0305	730,31
25	Cubo do disco completo	UND	4,00	GIRO	0,0000	189,224	756,90
26	Cubo do disco s/rol/s/eixo	UND	6,00	GIRO	0,0000	119,5099	717,06
27	Cubo carreta 5T rodado R.D.	UND	2,00	TRITON	0,0000	547,7536	1.095,51
28	Cubo carreta 5t rd completo	UND	5,00	TRITON	0,0000	248,9789	1.244,89
29	Selo mecânico	UND	8,00	MEPEL	0,0000	99,5916	796,73
30	Cone c/ haste válvula de alívio	UND	4,00	MEPEL	0,0000	69,7141	278,86
31	Rotor prens.bomba lob.selo mec	UND	2,00	MEPEL	0,0000	365,1624	730,32
32	CRUZETA CC. 36	UND	12,00	AEMCO	0,0000	39,8366	478,04
33	Cruzeta cc -103/1	UND	12,00	AEMCO	0,0000	39,8366	478,04
34	Correia c-144	UND	3,00	REXON	0,0000	77,6814	233,04
35	Correia c-138	UND	3,00	REXON	0,0000	79,6733	239,02
36	Mangote p/ plant. jumil 2090	UND	20,00	BEGEBOR	0,0000	19,9183	398,37
37	Disco de grade 20" recortado	UND	40,00	METISA	0,0000	79,6733	3.186,93
38	Disco de grade 18" recortado	UND	40,00	METISA	0,0000	69,7141	2.788,56
39	Haste roscada da mola	UND	6,00	PHE	0,0000	19,9183	119,51
40	Ponta escarificador giro	UND	20,00	METISA	0,0000	69,7141	1.394,28
41	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6.5	UND	60,00	PHE	0,0000	9,9592	597,55
42	Parafuso com Porca 1x	UND	100,00	PHE	0,0000	3,9837	398,37
43	Disco reto 17" 5f	UND	4,00	METISA	0,0000	94,612	378,45
44	Disco plano 17" ranhur. 6f	UND	5,00	METISA	0,0000	99,5916	497,96
45	Ponta arado	UND	6,00	MADOBARE	0,0000	149,3873	896,32

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR	
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC		Processo Administrativo: 41/2018 Processo de Licitação: 41/2018 Data do Processo: 17/09/2018	
		Folha: 2/4	

LOTE: 1**Participante: 7379 - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
46	Alveca de arado.	UND	2,00	MADOBARE	0,0000	263,9176	527,84
47	Cabo de aço	UND	4,00	JF	0,0000	19,9183	79,67
48	Kit facas jf 92 z10	KIT	2,00	JF	0,0000	1.361,0781	2.722,16
49	Contra faca H20F4	UND	3,00	JF	0,0000	86,3061	258,92
50	Faca inferior da plataforma	UND	6,00	JF	0,0000	73,0305	438,18
51	Pino de segurança	UND	40,00	JF	0,0000	2,9877	119,51
52	Jogo de facas do recolhedor	JG	4,00	JF	0,0000	265,5709	1.062,28
53	Base e pedra afiador	UND	4,00	JF	0,0000	199,1831	796,73
54	Cabo de giro da bica	UND	6,00	JF	0,0000	199,1831	1.195,10
55	Mola do Cilindro Dental Móvel.	UND	6,00	JF	0,0000	59,7549	358,53
56	Eixo polia cardan	UND	3,00	JF	0,0000	298,7747	896,32
57	Eixo do rotor c/ arruela de vedação	UND	2,00	JF	0,0000	248,9789	497,96
58	Engrenagem do cilindro liso	UND	4,00	JF	0,0000	119,5099	478,04
59	Engrenagem do comando esquerda	UND	8,00	JF	0,0000	29,8775	239,02
60	Mola da bica quebra jato	UND	6,00	JF	0,0000	14,9387	89,63
61	Mancal atrito completo	UND	15,00	BALDAN	0,0000	99,5916	1.493,87
62	Carretel liso fundido	UND	6,00	BALDAN	0,0000	44,8162	268,90
63	Correia c 75	UND	6,00	REXON	0,0000	39,8366	239,02
64	Correia c 63	UND	6,00	REXON	0,0000	29,8775	179,27
65	Limpador dianteiro	UND	8,00	BALDAN	0,0000	49,7958	398,37
66	Limpador traseiro	UND	8,00	BALDAN	0,0000	49,7958	398,37
67	Garra avulsa giro.	UND	4,00	BALBINOT	0,0000	647,3452	2.589,38
68	Correia c-156	UND	2,00	REXON	0,0000	89,6324	179,26
69	Engate rápido 4"	UND	3,00	MEPEL	0,0000	69,7141	209,14
70	Junta Universal.	UND	10,00	AEMCO	0,0000	189,224	1.892,24
71	Junta Agrícola CC505551	UND	6,00	AEMCO	0,0000	179,2648	1.075,59
72	Cardan completo 5000.	UND	5,00	AEMCO	0,0000	448,162	2.240,81
73	Cardan completo 2500.	UND	2,00	AEMCO	0,0000	418,2846	836,57
74	Junta agrícola 5000.	UND	2,00	AEMCO	0,0000	199,1831	398,37
75	Disco 18 liso.	UND	2,00	METISA	0,0000	69,7141	139,43
76	Sapata Esquerda.	UND	4,00	BALDAN	0,0000	149,3873	597,55
77	Junta agrícola 2500.	UND	4,00	AEMCO	0,0000	448,162	1.792,65
78	Aro 5,50x16 c 6 Furos especial.	UND	4,00	TRITON	0,0000	199,1831	796,73
79	Aro Carreta 5 Furos.	UND	2,00	TRITON	0,0000	199,1831	398,37
80	Correia C65.	UND	2,00	REXON	0,0000	39,8366	79,67
81	Correia C 60.	UND	2,00	REXON	0,0000	39,8366	79,67
82	Correia B152x5 JF92.	UND	1,00	REXON	0,0000	547,7536	547,75
83	Correia 5/5v 1550.	UND	1,00	REXON	0,0000	1.294,6904	1.294,69
84	Bica saída mecânica S3.	UND	1,00	JF	0,0000	697,141	697,14
85	Parafuso arado 1/2x3 3/4.	UND	100,00	PHE	0,0000	2,9877	298,77
86	Polia Cardan 450 mm C/20.	UND	1,00	JF	0,0000	995,9157	995,92
87	Polia 5V 165 mm C120.	UND	1,00	JF	0,0000	597,5494	597,55
88	Polia do Cardan 450 mm Z10 92	UND	1,00	JF	0,0000	995,9157	995,92
89	Faca picadeira ensiladeira JM4100	UND	6,00	JUMIL	0,0000	39,8366	239,02
90	Faca picadeira ensilad. JM4100	UND	6,00	JUMIL	0,0000	39,8366	239,02
91	Faca ceifadora ensilad. JM4100	UND	1,00	JUMIL	0,0000	199,1831	199,18
92	Pino segurança JM4100	UND	8,00	JUMIL	0,0000	3,9837	31,87
93	Disco de embreagem JM4100	UND	12,00	JUMIL	0,0000	39,8366	478,04
94	Kit de facas JF C-120	UND	1,00	JF	0,0000	1.294,6904	1.294,69
95	Engrenagem cilindro dentado	UND	2,00	JF	0,0000	149,3873	298,77
96	Engrenagem dupla parafusada	UND	2,00	JF	0,0000	478,0395	956,08
97	Bica de saída completa JF	UND	2,00	JF	0,0000	2.788,5638	5.577,13
98	Engrenagem Inter. da tampa JF	UND	4,00	JF	0,0000	109,5507	438,20
99	Engrenagem Intermediária do braço JF	UND	1,00	JF	0,0000	109,5507	109,55
100	Cilindro móvel dentado JF	UND	2,00	JF	0,0000	348,5705	697,14
101	Vedação completa do cilindro JF	UND	2,00	JF	0,0000	59,7549	119,51
102	Engrenagem menor do Cilindro	UND	2,00	JF	0,0000	298,7747	597,55
103	Alinhador Direito	UND	2,00	JF	0,0000	298,7747	597,55
104	Alinhador Esquerdo	UND	1,00	JF	0,0000	293,7951	293,80
105	Protetor direito	UND	2,00	JF	0,0000	69,7141	139,43
106	Engrenagem Z14/Z18 eixo Semente	UND	2,00	MAX	0,0000	39,8366	79,67
107	Vareta Mola da roda	UND	2,00	MAX	0,0000	24,8979	49,80
108	Mola da Roda	UND	1,00	MAX	0,0000	69,7141	69,71
109	Deposito Adubo/Semente	UND	4,00	MAX	0,0000	278,8564	1.115,43
110	Mola do Sulcador Interna	UND	4,00	MAX	0,0000	49,7958	199,18
111	Mola do Sulcador Externa	UND	20,00	MAX	0,0000	49,7958	995,92

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo: 41/2018
 Processo de Licitação: 41/2018
 Data do Processo: 17/09/2018

Folha: 3/4

LOTE: 1

Participante: 7379 - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
112	Ponta do Sulcador Adubo	UND	4,00	MAX	0,0000	49,7958	199,18
113	Sulcador do Adubo	UND	4,00	MAX	0,0000	109,5507	438,20
114	Disco de Corte	UND	4,00	METISA	0,0000	29,8775	119,51
115	Disco de semente 13"	UND	4,00	UNITEC	0,0000	49,7958	199,18
116	Disco de Semente 14"	UND	4,00	UNITEC	0,0000	59,7549	239,02
117	Cubo disco de corte Seed Line	UND	4,00	MAX	0,0000	79,6733	318,69
118	Cubo disco de Semente	UND	4,00	MAX	0,0000	79,6733	318,69
119	Condutor Helicoidal	UND	8,00	MAX	0,0000	39,8366	318,69
120	Vareta soldada	UND	4,00	MAX	0,0000	49,7958	199,18
121	Prato Distribuidor de sementes	UND	1,00	MAX	0,0000	298,7747	298,77
122	Anel dosador de semente	UND	2,00	MAX	0,0000	69,7141	139,43
123	Pinhão	UND	4,00	MAX	0,0000	19,9183	79,67
124	Coroa de 40 dentes	UND	1,00	MAX	0,0000	69,7141	69,71
125	Vareta mola linha semente	UND	2,00	MAX	0,0000	49,7958	99,59
126	Corrente 2040	UND	6,00	DICORSUL	0,0000	29,8775	179,27
127	Emenda 2040	UND	6,00	DICORSUL	0,0000	9,9592	59,76
128	Roleta esticador	UND	20,00	MAX	0,0000	9,9592	199,18
129	Raspador disco de semenete Es.	UND	10,00	MAX	0,0000	14,9387	149,39
130	Raspador disco de semenete Di.	UND	10,00	MAX	0,0000	14,9387	149,39
131	Roda de Profundidade	UND	2,00	MAX	0,0000	248,9789	497,96
132	Eixo soldado	UND	2,00	MAX	0,0000	99,5916	199,18
133	Pino bloqueador(regulador roda Profundidade)	UND	20,00	MAX	0,0000	14,9387	298,77
134	Rolamento 6205 RS	UND	6,00	MAX	0,0000	29,8775	179,27
135	Retentor 47,2x30x6	UND	10,00	MAX	0,0000	14,9387	149,39
136	Rolamento 6204 RS	UND	8,00	MAX	0,0000	29,8775	239,02
137	Retentor 47x32x10	UND	6,00	MAX	0,0000	19,9183	119,51
138	Rolamento 6206 RS	UND	6,00	MAX	0,0000	29,8775	179,27
139	Defletor do cubo	UND	10,00	MAX	0,0000	14,9387	149,39
140	Eixo do Disco Direito	UND	10,00	MAX	0,0000	29,8775	298,78
141	Contra pino da coroa	UND	6,00	MAX	0,0000	39,8366	239,02
142	Parafuso sextavado 7/16 x9/16	UND	30,00	MAX	0,0000	9,9592	298,78
143	Pino terceiro ponto	UND	30,00	PHE	0,0000	29,8775	896,33
144	Trava quebra dedo	UND	50,00	PHE	0,0000	9,9592	497,96
145	Disco ondulado semead. max.	UND	4,00	METISA	0,0000	149,3873	597,55
146	Disco ondulado semead. jumil	UND	4,00	METISA	0,0000	149,3873	597,55
147	disco reto max	UND	6,00	METISA	0,0000	119,5099	717,06
148	Disco reto jumil	UND	6,00	METISA	0,0000	119,5099	717,06
149	Cabo de giro quebrador	UND	2,00	JF	0,0000	298,7747	597,55
150	Tubo elevado hidráulico	UND	2,00	JF	0,0000	796,7325	1.593,47
151	Válvula hidráulico	UND	4,00	HIDRAMAT	0,0000	298,7747	1.195,10
152	Mola do Quebra Jato.	UND	2,00	JF	0,0000	29,8775	59,76
153	Rolamento de giro de esfera 6307	UND	4,00	MAX	0,0000	199,1831	796,73
154	Mangote para pant. max	UND	12,00	BEGEBOR	0,0000	39,8366	478,04
155	Disco subsolador	UND	8,00	METISA	0,0000	149,3873	1.195,10
156	Rolamento 30205	UND	4,00	JF	0,0000	99,5916	398,37
157	Engrenagem do comando direita	UND	3,00	JF	0,0000	149,3873	448,16

Total do Participante -----> 100.500,00

Total Geral -----> 100.500,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67
PRACA DA INDEPENDENCIA,25
C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR**

Processo Administrativo: 41/2018
Processo de Licitação: 41/2018
Data do Processo: 17/09/2018

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 17 de Outubro de 2018

COMISSÃO:

Alair Franz Hein - - Pregoeiro(a)
Jean Carlos Correa da Costa Sharf - - membro
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - - membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

WEVERSON MELCHER - - REP. MAQUIPLAN COMERCIO DE MÁQ
MARCOS AURELIO EGER - - REP.MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 32 2018

Publicação Nº 1775542

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Número do Registro de Preços: 32/2018 Data do Registro: 18/10/2018 Válido até: 18/10/2019

Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	38,4975	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	38,5021	1
3	Eixo do disco esquerdo (14891)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	36,5103	1
4	Disco lder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	680,5390	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	192,5404	1
6	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	112,8671	1
7	Condutor do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	26,5511	1
8	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	165,9793	1
9	Ergrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	730,3348	1
10	Ergrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	365,1624	1
11	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	169,3057	1
12	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	149,3873	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	298,7747	1
14	SUORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	199,1831	1
15	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	165,9793	1
16	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	165,9793	1
17	Peneira Cilindrica c/ capa e flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1,391,8313	1
18	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	172,6221	1
19	Balancin (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	82,9887	1
20	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	39,8366	1
21	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	182,5812	1
22	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	SGT	0	8,2960	1
23	Bucha p/ subsolador (7818)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	16,5920	1
24	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	73,0305	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 32/2018 Data do Registro: 18/10/2018 Válido até: 18/10/2019						
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
25	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	189,2240
26	Cubo do disco s/rol/s/akso (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	119,5099
27	Cubo carreta 5T rodado R.D. (14892)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	0	547,7636
28	Cubo carreta 5t rd completo (7822)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	0	248,9789
29	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	99,5916
30	Cone c/ haste válvula de arivo (7825)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	69,7141
31	Rotor prens.bomba l.b.selo mec (14894)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	385,1624
32	CRUZETA CC. 36 (2714)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	39,8366
33	Cruzeta cc -103/1 (14893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	39,8366
34	Correia c-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) REXON	0	77,6814
35	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) REXON	0	79,6733
36	Mangote cv plant. juntil 2090 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BEGEBOR	0	19,9183

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019		Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	79,6733	1
38	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	69,7141	1
39	Haste rosca da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PHE	0	19,9183	1
40	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	69,7141	1
41	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6.5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PHE	0	9,9562	1
42	Parafuso com Porca 1x2x2.1/2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PHE	0	3,9837	1
43	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	94,6120	1
44	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	98,5916	1
45	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MADOBARE	0	149,3873	1
46	Alveca de arado. (11420)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MADOBARE	0	263,9176	1
47	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	19,9183	1
48	Kit facas jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1,381,0781	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019				
Objeto da Compra:		Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
49	Contra faca H20F4 (7292)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	86,3061	1	
50	Faca inferior da plataforma (7293)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	73,0305	1	
51	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	2,9877	1	
52	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	265,5709	1	
53	Base e pedra afiador (7298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	199,1831	1	
54	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	199,1831	1	
55	Mola do Cilindro Dental Móvel. (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	59,7549	1	
56	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	298,7747	1	
57	Eixo do rotor c/ armela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	248,9789	1	
58	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	119,5099	1	
59	Engrenagem do comando esquerda (23277)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	29,8775	1	
60	Mola da bica quebradora (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	14,9387	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 32/2018 Data do Registro: 18/10/2018 Válido até: 18/10/2019						
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
61	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	99,5916
62	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	44,8162
63	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) REXON	0	39,8366
64	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) REXON	0	29,8775
65	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	49,7958
66	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	49,7958
67	Garra avulsa giro. (11422)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALBINOT	0	647,3452
68	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) REXON	0	89,6324
69	Ergate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	69,7141
70	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	189,2240
71	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	179,2648
72	Cardan completo 5000. (11425)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	448,1620

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Cardan completo 2500. (11426)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEIMCO	0	418,2846	1
74	Junta agrícola 5000. (11427)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEIMCO	0	199,1831	1
75	Disco 18 liso. (11428)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	69,7141	1
76	Sapata Esquerda. (11429)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	149,3873	1
77	Junta agrícola 2500. (11431)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEIMCO	0	448,1620	1
78	Aro 5.50x16 c 6 Furos especial. (11432)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	199,1831	1
79	Aro Carreta 5 Furos. (11433)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	199,1831	1
80	Correia C65. (11434)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	0	39,8366	1
81	Correia C 60. (11435)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	0	39,8366	1
82	Correia B152x6 JF92. (11436)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	0	547,7536	1
83	Correia 5/6v 1550. (11437)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	0	1,294,6904	1
84	Bica saída mecânica SS. (11440)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	697,1410	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

85	Parafuso arado 1/2x3 3/4, (11441)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PHE	0	2.9877	1
86	Polia Cardan 450 mm C20, (11442)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	995.9157	1
87	Polia 5V 165 mm C120, (11443)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	597.5494	1
88	Polia do Cardan 450 mm Z10 92 (11445)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	995.9157	1
89	Faca picadeira ensiladeira JM4100 (23276)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	39.8366	1
90	Faca picadeira ensilad. JM4100 (14896)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	39.8366	1
91	Faca ceifadora ensilad. JM4100 (14897)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	199.1831	1
92	Pino segurança JM4100 (14899)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	3.9837	1
93	Disco de entbreagem JM4100 (14900)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	39.8366	1
94	Kit de facas JF C-120 (14901)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1.294.6904	1
95	Engrenagem cilindro dentado (14902)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	149.3873	1
96	Engrenagem dupla parafusada (14903)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	478.0395	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 32/2018

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019		Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Bica de saída completa JF (23275)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	2.788,5638	1
98	Engrenagem Inter. da tampa JF (14905)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	109,5507	1
99	Engrenagem Intermediária do braço JF (14906)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	109,5507	1
100	Cilindro móvel dentado JF (14907)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	348,5705	1
101	Vedação completa do cilindro JF (14908)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	59,7549	1
102	Engrenagem menor do Cilindro (14909)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	298,7747	1
103	Alinhador Direito (14910)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	298,7747	1
104	Alinhador Esquerdo (14911)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	293,7951	1
105	Protetor direito (14912)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	69,7141	1
106	Engrenagem Z14/Z18 eixo Semente (14913)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	39,8366	1
107	Vareta Mola da roda (14914)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	24,8979	1
108	Mola da Roda (14915)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	69,7141	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 32/2018 Data do Registro: 18/10/2018 Válido até: 18/10/2019						
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
109	Deposito Adubo/Semente (14917)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	278,8564
110	Mola do Sulcador Interna (14918)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,7958
111	Mola do Sulcador Externa (14919)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,7958
112	Ponta do Sulcador Adubo (14920)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,7958
113	Sulcador do Adubo (14921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	109,5507
114	Disco de Corte (14922)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	29,8775
115	Disco de semente 13" (14925)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) UNITEC	0	49,7958
116	Disco de Semente 14" (14926)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) UNITEC	0	59,7549
117	Cubo disco de corte Seed Line (14927)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	79,6733
118	Cubo disco de Semente (14928)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	79,6733
119	Conductor Helicidade (14929)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	39,8366
120	Vareta soldada (14930)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,7958

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

121	Prato Distribuidor de sementes (14931)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	298,7747	1
122	Anel dosador de semente (14932)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	69,7141	1
123	Pinhão (14933)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	19,9183	1
124	Coroa de 40 dentes (14934)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	69,7141	1
125	Vareta moda linha semente (14935)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,7958	1
126	Corrente 2040 (14936)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) DICORSUL	0	29,8775	1
127	Emenda 2040 (14937)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) DICORSUL	0	9,9592	1
128	Rotele essticador (14938)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	9,9592	1
129	Raspador disco de semente Es. (14939)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14,9387	1
130	Raspador disco de semente Di. (14940)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14,9387	1
131	Roda de Profundidade (14941)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	248,9789	1
132	Eixo soldado (14942)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	99,5916	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 32/2018 Data do Registro: 18/10/2018 Válido até: 18/10/2019						
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
133	Pino bloqueador(regulador roda Profundidade) (14943)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14.9387
134	Rolamento 6205 RS (14944)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29.8775
135	Retentor 47,2x30x6 (14945)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14.9387
136	Rolamento 6204 RS (14946)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29.8775
137	Retentor 47x32x10 (14947)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	19.9183
138	Rolamento 6206 RS (14948)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29.8775
139	Defletor do cubo (14949)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14.9387
140	Eixo do Disco Direito (14950)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29.8775
141	Contra pino da coroa (17223)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	39.8866
142	Parafuso sextavado 7/16 x9/16 (17224)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	9.9592
143	Pino lareteiro ponto (20296)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PHE	0	29.8775
144	Trava quebra dedo (7117)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PHE	0	9.9592

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 32/2018 Data do Registro: 18/10/2018 Válido até: 18/10/2019						
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
145	Disco ondulado semead. max. (20297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	149,3873
146	Disco ondulado semead. juntil (20298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	149,3873
147	disco reto max (20299)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	119,5099
148	Disco reto juntil (20300)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	119,5099
149	Cabo de giro quebrador (20302)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	298,7747
150	Tubo elevado hidráulico (20303)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	796,7325
151	Válvula hidráulico (20304)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) HIDRAMAT	0	298,7747
152	Mola do Quebra Jato. (19672)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	29,8775
153	Rolamento de giro de esfera 6307 (20305)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	199,1831
154	Mangote para pant. max (20306)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BEGEBOR	0	39,8366
155	Disco subsolador (20307)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	149,3873
156	Rolamento 30205 (6095)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	99,5916

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Engrenagem do comando direita (23278)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	149,3873	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2018

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 32/2018		Data do Registro: 18/10/2018		Válido até: 18/10/2019			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos tratores e implementos agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2018
PROCESSO Nº 41/2018

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 18 de Outubro de 2018.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 002-2018 - SEME

Publicação Nº 1776306

EDITAL Nº 002/2018 - SEME

Regulamenta a REMOÇÃO por CONCURSO e por PERMUTA dos professores efetivos estáveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Coordenadores Pedagógicos e Professor Auxiliar do Magistério da Rede Municipal de Brusque.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com base nos artigos 46 à 53 da Lei Complementar nº 146/2009, torna público para o conhecimento dos servidores efetivos estáveis, integrantes do quadro do Magistério Público Municipal de Brusque, que receberá nos dias 08/11/2018 e 09/11/2018, as inscrições para o processo de Remoção por Concurso e por Permuta, visando o preenchimento de vagas na Secretaria Municipal de Educação, conforme disposições do presente Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Para fins deste Edital considera-se Remoção, a movimentação de servidor estável ocupante de cargo dos quadros de pessoal do magistério público municipal, de uma para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.
- 1.2 O processo de remoção por concurso e por permuta no magistério público municipal destina-se aos servidores estáveis integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal de Brusque.
- 1.3 Caberá ao diretor ou responsável, a divulgação deste Edital no âmbito da respectiva Unidade Escolar, devendo, para tanto, afixá-lo no quadro mural.
- 1.4 Este Edital será afixado no quadro mural existente na Prefeitura de Brusque e divulgado no sítio eletrônico do município: brusque.sc.gov.br, no site da Secretaria Municipal de Educação: educacao.brusque.gov.br e Diário Oficial do Município.
- 1.5 Os candidatos poderão requerer permuta, desde que a área de atuação, carga horária e período sejam compatíveis.
- 1.6 O profissional inscrito que não conseguir a remoção almejada permanecerá com a lotação original.

2. DO PROCESSO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA

- 2.1 É vedada a participação do servidor no processo de remoção por concurso e por permuta:
 - 2.1.1 Afastado do serviço por motivo de licença para tratar de interesses particulares;
 - 2.1.2 Que tiver sofrido penalidade de advertência ou suspensão nos últimos 3 (três) anos, imediatamente anteriores à data de publicação do presente Edital.

3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1 A inscrição será feita na Secretaria Municipal de Educação, por meio de requerimento anexo, no horário oficial de expediente.
- 3.2 O pedido de inscrição no processo de Remoção por Concurso e por Permuta, preenchido pelo servidor, dirigido a Secretária Municipal de Educação, deverá ser instruído com:
 - * Fotocópia autenticada do diploma/certificado de graduação ou de pós-graduação;
 - * Comprovação do tempo de serviço no município, efetivo no cargo, (não será aceito CLT);
 - * Portaria de estabilidade no cargo;
- 3.3 A inscrição do servidor no processo de Remoção por Concurso e por Permuta implicará no conhecimento e na aceitação tácita das disposições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.4 O processo de Remoção por Concurso e por Permuta não será desfeito no decorrer do ano letivo, nem automaticamente no final do ano letivo, pois a permuta caracteriza troca de lotação a pedido do professor.

4. DOS REQUISITOS

- 4.1 São condições para participar do processo de habilitação:
 - 4.1.1 Efetividade e estabilidade no cargo.
 - 4.1.2 Estar em efetivo exercício no cargo, na Secretaria Municipal de Educação.
 - 4.1.3 Não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos trinta e seis meses, contados da data de publicação do edital.
 - 4.1.4 Na Remoção por Permuta, os permutantes devem ter a mesma carga horária e estar em exercício no mesmo segmento e disciplina.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5. Processo de habilitação para a Remoção por Concurso:

- 5.1 O processo de habilitação constará da soma dos pontos atribuídos à:
 - 5.1.1 Prova de títulos vinculados à área de atuação, excluídos aqueles exigidos como pré-requisito para a posse no cargo ocupado.
 - 5.1.1.1 Para os fins de que trata este item, serão considerados títulos, desde que sejam relacionados especificamente com a área de atuação, (pontuação maior habilitação):

- a) Doutorado, com peso de 10 (dez) pontos;
 - b) Mestrado, com peso de 5 (cinco) pontos;
 - c) Especialização, com peso de 3 (três) pontos, sendo considerados apenas os títulos com certificados de carga horária superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.
- 5.1.2 Tempo de Magistério efetivo estável no serviço público no município de Brusque, que será computado até o dia 31/09/2018.
- 5.1.2.1 Para efeito de classificação, o tempo de serviço efetivo no magistério público municipal será convertido em meses e cada mês valerá 1(um) ponto.
- 5.1.3 Considerar-se-á um mês de serviço, o tempo igual ou superior a 15(quinze dias).
- 5.1.4 Não será computado como tempo de serviço o afastamento em virtude de:
- 5.1.4.1 Licença para tratar de interesses particulares.
- 5.1.4.2 Suspensão disciplinar.
- 5.1.5 É vedado o cômputo de tempo de serviço:
- 5.1.5.1 Concomitante.
- 5.1.5.2 Já contado para aposentadoria no serviço público municipal.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 6.1 Em caso de empate na classificação terá preferência o servidor com:
- 6.1.1 Maior tempo de serviço na rede pública Municipal de Brusque, como servidor efetivo estável.
- 6.1.2 Maior habilitação na área de atuação.
- 6.1.3 Maior idade.

7. DAS VAGAS

7.1 As vagas para Remoção por Concurso são aquelas existentes e apuradas de conformidade com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e serão publicadas em 22 (vinte e dois) de novembro de 2018.

8. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

- 8.1 A relação dos servidores inscritos para Remoção por Concurso, com respectiva classificação obtida será publicada no site eletrônico do Município brusque.sc.gov.br, no site educacao.brusque.sc.gov.br e afixado no quadro mural da Prefeitura de Brusque, no dia 13 de novembro de 2018.
- 8.2 A relação dos servidores inscritos para Remoção por Permuta, com requerimentos deferidos e indeferidos será publicada no site eletrônico do Município brusque.sc.gov.br, no site educacao.brusque.sc.gov.br e afixado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22 de novembro de 2018.

9. DO RECURSO

- 9.1 Caberá recurso quanto ao resultado da classificação à Comissão de Processo de Remoção por Concurso e por Permuta nos dias 19 e 20 de novembro de 2018.
- 9.2 O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Educação, endereçado à Comissão de Processo de Remoção por Concurso e por Permuta e conter as razões que o fundamentam.
- 9.3 A Comissão decidirá sobre os recursos interpostos até o dia 21 de novembro de 2018 e o resultado final será dia 22 de novembro de 2018.

10. DO PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGAS

- 10.1 O processo de escolha de vagas será no dia 26 de novembro de 2018, às 12:00 (horas), na Secretaria Municipal de Educação.
- 10.2 A escolha de vagas poderá ser feita mediante procuração pública específica com poderes específicos para este ano.
- 10.3 O servidor que não estiver presente no ato da chamada, porém comparecer antes do término dos trabalhos, efetuará a escolha após o último colocado da ordem de classificação.
- 10.4 A ausência do servidor no dia da escolha de vagas implicará em sua eliminação do concurso;
- 10.5 O servidor exercerá uma única vez, o seu direito de escolha durante o concurso de remoção e permuta.
- 10.6 A escolha de vagas disponibilizadas no concurso obedecerá, rigorosamente, à classificação do servidor, observadas a ordem decrescente das pontuações e a exigência prevista no item 5.1.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONCURSO

- 11.1 O resultado final do concurso de remoção e permuta será homologado pelo Secretário Municipal de Educação e divulgado no site eletrônico do Município e da Secretaria Municipal de Educação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de encerramento do processo de escolha de vagas.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 Caberá à Comissão de Concurso de Remoção e Permuta, nomeada pela Secretaria Municipal de Educação, o planejamento e a execução dos trabalhos relativos ao concurso e aos pedidos de remoção e permuta, bem como analisar e julgar os recursos interpostos e deliberar sobre os casos omissos.
- 12.2 Os atos de remoção e permuta por concurso será afixado no quadro mural existente na Prefeitura de Brusque e divulgado no sítio eletrônico do município: brusque.sc.gov.br e no site da Secretaria Municipal de Educação: educacao.brusque.gov.br, e entrarão em vigor a

partir do início das atividades letivas do ano de 2018.

Brusque, 17 de outubro de 2018.

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA REMOÇÃO POR CONCURSO

Sra. ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação de Brusque

_____, professor(a) de _____, servidor(a) efetivo estável, integrante do quadro do Magistério Público Municipal de Brusque, lotado(a) na _____, requer a V. S^a., remoção mediante escolha de vaga a ser realizada dia _____, com efeitos a partir do ano letivo de 2019, para o que apresenta a documentação necessária, conforme disposto no Edital nº 002/2018/SEME.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brusque, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do requerente

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA REMOÇÃO POR PERMUTA

_____, venho solicitar Remoção por Permuta, conforme disposto no Edital nº 002/2018/SEME, a ser efetuado conforme segue:

CONDIÇÃO ATUAL

Segmento/Disciplina	
Carga Horária	
Turno	
Unidade Escolar	

PERMUTA / REMOVER PARA

Segmento/Disciplina	
Carga Horária	
Turno	
Unidade Escolar	

Brusque, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do requerente
(Ciente e de acordo do outro professor)

Assinatura do requerente
(Ciente e de acordo do outro professor)

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 005-2018

Publicação N° 1776308

PREGÃO n° 005/2018 ZOO
Processo Licitatório n° 005/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO PARA HABITAT DAS ESPÉCIES RÉPTEIS DO PARQUE ZOOBOTÂNICO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

JOÃO ROBERTO BEUTING
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006-2018

Publicação Nº 1776310

PREGÃO nº 004/2018 FUNREBOM
Processo Licitatório nº 006/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Brusque – FUMREBOM, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONTÊINER PARA ABRIGAR O SISTEMA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO DIGITAL.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/11/2018, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

JACSON LUIZ DE SOUZA

Cap BM

Cmt da 3ª/3º BBM

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021-2018

Publicação Nº 1776311

TOMADA DE PREÇO nº 007/2018
Processo Licitatório nº 021/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, por intermédio da Secretária de Saúde, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DAS OBRAS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA SANTA TEREZINHA, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/11/2018, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretaria de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029-2018 FMS

Publicação Nº 1776312

PREGÃO nº 009/2018 FMS
Processo Licitatório nº 029/2018 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretaria de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131-2018

Publicação Nº 1776314

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 131/2018

TOMADA DE PREÇO nº 009/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO, NA MARGEM DIREITA DA BEIRA RIO, SOBRE O RIB. LIMEIRA, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Aberto os invólucros de nº 01 (habilitação), foi oportunizado aos presentes, vista de todos os documentos. Diante da ausência de técnico para análise dos documentos referente à qualificação técnica exigida no edital, em razão do acidente sofrido, suspende-se a presente sessão. A empresa Araujo Construções se manifesta afirmando que a empresa DECC Construções LTDA EPP está com valor de caução diferente do edital e o somatório de quantitativos dos atestados não suprem a necessidade do item 3.1.1.4 "c" edital. Com relação a empresa Trilha Engenharia Ltda EPP afirma que os quantitativos dos atestados não suprem a necessidade do item 3.1.1.4 "c" do edital. Os presentes rubricaram os envelopes nº 02 (proposta comercial), que permanecem lacrados.

17/05/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170-2018

Publicação Nº 1776319

PREGÃO nº 130/2018
Processo Licitatório nº 170/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO COM CABINE SUPLEMENTAR.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171-2018

Publicação Nº 1776320

PREGÃO nº 131/2018
Processo Licitatório nº 171/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE AREIA, BASE DE BRITA, BICA, BRITA E OUTROS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173-2018

Publicação Nº 1776321

PREGÃO nº 132/2018
Processo Licitatório nº 173/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE INSUMOS OPERACIONAIS (ITENS DESERTOS).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174-2018

Publicação Nº 1776324

PREGÃO nº 133/2018
Processo Licitatório nº 174/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MASSA CAUQ ASFÁLTICA – ASFALTO FRIO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175-2018

Publicação Nº 1776326

PREGÃO nº 134/2018
Processo Licitatório nº 175/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Departamento Geral de Infraestrutura, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISOS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176-2018

Publicação Nº 1776327

PREGÃO nº 135/2018
Processo Licitatório nº 176/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Departamento Geral de Infraestrutura, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELA DE PROTEÇÃO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 19/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177-2018

Publicação Nº 1776329

TOMADA DE PREÇO nº 012/2018
Processo Licitatório nº 177/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, por intermédio da Secretaria de Turismo, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA BARÃO DE SCHNEEBURG, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/11/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/10/2018

JOÃO ROBERTO BEUTING
Secretaria de Turismo

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05 CONTRATO Nº 057-2015 -SAMAE

Publicação Nº 1776333

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 057/2015

ESPÉCIE: acréscimo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 013/2015 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018. 80.002.17.512.301.2292.3390391900.20000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/10/2018; VALOR: R\$ 31.875,00. CONTRATADA: Garage Auto Center Ltda Me. Diretor do SAMAE.

Brusque, 17 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142-2018- REVOGAÇÃO ITEM

Publicação Nº 1776317

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 142/2018. Pregão n. 109/2018. Objeto: Aquisição de alimentos diversos. Item 01. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 17/10/2018. Signatário: Christiane dos Santos da Silva, Diretora de Licitação

PORTARIA Nº 12.662-2018

Publicação Nº 1776334

PORTARIA N. 12.662, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Portaria n. 12.534, de 29 de maio de 2018.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria n. 12.534, de 29 de maio de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar o servidor Valério de Moraes Kosel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, matrícula n. 574724-1, para acompanhar o processo e o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana em execução pela UNIFEBE, contratada por meio de procedimento administrativo, o qual deverá ser apresentado até o dia 30 de abril de 2019”.

Art. 2º Fica revogado o artigo 3º da Portaria n. 12.534, de 29 de maio de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 12.663-2018

Publicação Nº 1776335

PORTARIA N. 12.663, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a lotação e designa o servidor Renato Bianchi para responder pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade e pela Guarda de Trânsito do Município.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor Renato Bianchi, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, para a Secretaria de Trânsito e Mobilidade - SETRAM, a partir do dia 18 de outubro de 2018.

Art. 2º Designar o referido servidor para responder interinamente pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade e pela Guarda de Trânsito do Município, podendo, para tanto, assinar contratos, convênios, ordenar despesas, exercer os poderes de autoridade de trânsito municipal, e realizar os demais atos necessários para o desenvolvimento das atividades dos referidos órgãos públicos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2343-2018

Publicação Nº 1776337

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2343/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
472263	1	SARA LEANDRA TORREZANI	Secretaria Municipal de Educação	17/10/2018	15/11/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032-2018 – ATA ANALISE DOCUMENTAL-SAMAE

Publicação Nº 1776332

ATA DE ANALISES DE DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO PL 032/2018 –
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às 12:30h (doze horas e trinta minutos), no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Especial de Licitações, sob a presidência do Sr. Eduardo Pauly Fernandes, estando presentes os membros Sr. Juliano Montibeller e Sr. Diego Ribeiro Pena, para o ato de análise de documentos referentes a Tomada de Preço, processo licitatório no. 032/2018. Após o recebimento das notas explicativas referentes as diligências efetuadas e análise dos documentos constantes dos autos supra citados a Comissão decidiu por: a) Inabilitar o consórcio formado pelas empresas Engevix Engenharia e Projetos S/A e Hidrosan Engenharia SS Ltda, por não terem apresentado comprovação de habilitação técnica, item 6.3.2 do edital, no tocante aos subitens: 1) Engenheiro Eletricista - Função: Elétrica, Projeto Elétrico de Rede de Média Tensão e Subestação com potência instalada igual ou superior a 500 kVA., deixou de comprovar a elaboração do projeto elétrico da rede de média tensão; 2) Engenheiro Eletricista ou de Automação - Função: Automação, Projeto de Automação e Controle de Estação de Tratamento de Água Convencional ou Estação de Tratamento de Esgoto com vazão igual ou superior a 200 L/s., o projeto apresentado na ETA, não era convencional; b) Habilitar o consórcio formado pelas empresas Cobrape Cia Brasileira de Projetos e Empreendimentos e Gouvêa da Costa Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda e o consórcio formado pelas empresas MPB Saneamento Ltda, Inova Brasil Consultoria em Projetos Ltda e O.S.M. Engenharia de Projetos Ltda, por terem atendido as condições e exigências do edital. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou aos presentes que, após o decurso do prazo recursal, será marcada nova data para abertura dos envelopes 2 – proposta técnica, sendo publicada no mural do SAMAE e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgãos da imprensa oficial da Autarquia. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e demais pessoas presentes.

Eduardo Pauly Fernandes	- Presidente	
Juliano Montibeller	- Membro	
Diego Ribeiro Pena	Membro	

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2018

Publicação Nº 1775951

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 188/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 122/2018-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADOS AOS EVENTOS, REUNIÕES E PALESTRAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/11/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/11/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.827

Publicação Nº 1776309

DECRETO Nº 7.827, de 17 de outubro de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 5.160,75 (cinco mil, cento e sessenta reais e setenta e cinco centavos), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.30. 2.104 – GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS

3.3.90.00.00 – 0.1.35 – Aplicações Diretas (279) R\$ 5.160,75

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.30. 2.104 – GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS

4.4.90.00.00 – 0.1.35 – Aplicações Diretas (280) R\$ 5.160,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 7.828

Publicação Nº 1776417

DECRETO Nº 7.828, de 17 de outubro de 2018.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no art. 78, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, Lenita Thibes Stefan e Lucas Filipini Chaves, nomeados pelos Decretos nºs 6.839, de 01 de julho de 2016 e 7.435, de 6 de março de 2018, para compor o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC, pelos servidores Édina Carla Bressan, Maxsurre França e Simone Foscarini, respectivamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 085, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018 - CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1775946

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 085, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação do Concurso Público nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Caçador homologada pelo Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.175, de 06 de julho de 2017, que prorroga a validade do concurso por mais 02 (dois) anos, a contar de 11 de setembro de 2017,

CONVOCA:

Art. 1º. A candidata aprovada no Concurso Público nº 002/2015 para que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital, manifeste-se acerca do interesse em ser nomeada em sua respectiva vaga:

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome
24	Adriana Laskoski Tedesco

Art. 2º. A candidata convocada deverá manifestar interesse mediante o preenchimento e entrega de Declaração (conforme modelo – Anexo I) no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo estipulado, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não tenho/tenho interesse em ser nomeado(a) no cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, para o qual fui convocado(a) mediante o Edital nº ____/2018, publicado no DOM de ____ / ____ / _____, edição nº ____.

Caçador, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso: _____

Assinatura igual RG: _____

RG:

CPF:

OBS: anexar cópia do RG e CPF.

ERRATA - 04 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 04/2018 - ALTERAÇÕES NO EDITAL

Publicação Nº 1775824

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ERRATA 04 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: Processo Licitatório nº 13/2018 – CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RADIOLOGIA/ULTRASSONO-
GRAFIA

Onde consta:

I – DO OBJETO

O presente edital tem por objeto, credenciar pessoas físicas ou jurídicas para contratação serviços médicos especializados em exames de radiologia/ultrassonografia, para a Secretaria Municipal de Saúde, sendo:

Item	Quantidade mensal	Período	Unidade	Descrição
01	350	04	MÊS	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado

Passa a ser:

I – DO OBJETO

O presente edital tem por objeto, credenciar pessoas físicas ou jurídicas para contratação serviços médicos especializados em exames de radiologia/ultrassonografia, para a Secretaria Municipal de Saúde, sendo:

Item	Quantidade mensal	Período	Unidade	Descrição
01	350	02	MÊS	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado

Onde consta:

II – DA PROPOSTA

O valor total estimado para realização dos serviços é de R\$ 70.056,00 (setenta mil e cinquenta e seis reais), valor referente ao exercício financeiro de 2018 que serão distribuídos proporcionalmente entre as clínicas credenciadas, independentemente do número total de profissionais, contudo o mesmo profissional não poderá se credenciar em clínicas diferentes.

Passa a ser:

II – DA PROPOSTA

O valor total estimado para realização dos serviços é de R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais), valor referente ao exercício financeiro de 2018 que serão distribuídos proporcionalmente entre as clínicas credenciadas, independentemente do número total de profissionais, contudo o mesmo profissional não poderá se credenciar em clínicas diferentes.

Onde consta:

j) Declaração de parentesco artigo 9º, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93, bem como o art. 102 da Lei Orgânica do Município de Caçador – ANEXO V.

Obs.: O valor total estimado para realização dos serviços é de R\$ 70.056,00 (setenta mil e cinquenta e seis reais), valor referente ao exercício financeiro de 2018 que serão distribuídos proporcionalmente entre as clínicas credenciadas, independentemente do número total de profissionais credenciados levando em consideração o número total de profissionais, independente se credenciados como pessoa jurídica ou física, contudo o mesmo profissional não poderá se credenciar duas vezes, ora como pessoa jurídica, ora como pessoa física, devendo optar somente por uma destas formas de contratação. Os pagamentos serão realizados de acordo com o número de exames efetivamente executados pelos profissionais.

Passa a ser:

j) Declaração de parentesco artigo 9º, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93, bem como o art. 102 da Lei Orgânica do Município de Caçador – ANEXO V.

Obs.: O valor total estimado para realização dos serviços é de R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais), valor referente ao exercício financeiro de 2018 que serão distribuídos proporcionalmente entre as clínicas credenciadas, independentemente do número total de profissionais credenciados levando em consideração o número total de profissionais, independente se credenciados como pessoa jurídica ou física, contudo o mesmo profissional não poderá se credenciar duas vezes, ora como pessoa jurídica, ora como pessoa física, devendo optar somente por uma destas formas de contratação. Os pagamentos serão realizados de acordo com o número de exames efetivamente executados pelos profissionais.

Onde consta:

V – DO PRAZO

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento será no máximo até às 18:30 horas do dia 10 (dez) de setembro de 2018.

O credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, sendo permitida a entrega de documentos em datas posteriores as informadas no presente edital.

Os documentos, originais ou devidamente autenticados deverão ser endereçados à Comissão de Permanente de Licitações e entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Site Avenida Santa Catarina, 195, sendo que após o prazo não serão aceitas novas inscrições, nem alterações, inclusões ou substituição de quaisquer documentos.

O prazo de vigência do credenciamento será para o exercício financeiro de 2018, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes e conforme o interesse público.

VI – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

A análise dos documentos de credenciamento será feita pela Comissão de Permanente de Licitações, a qual se reunirá na data de dia 10 (dez) de setembro de 2018, procedendo à análise e posterior resultado.

Passa a ser:

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento será no máximo até às 18:30 horas do dia 01 (primeiro) de novembro de 2018. O credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, sendo permitida a entrega de documentos em datas posteriores as informadas no presente edital.

Os documentos, originais ou devidamente autenticados deverão ser endereçados à Comissão de Permanente de Licitações e entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Site Avenida Santa Catarina, 195, sendo que após o prazo não serão aceitas novas inscrições, nem alterações, inclusões ou substituição de quaisquer documentos.

O prazo de vigência do credenciamento será para o exercício financeiro de 2018, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes e conforme o interesse público.

VI – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

A análise dos documentos de credenciamento será feita pela Comissão de Permanente de Licitações, a qual se reunirá na data de dia 01 (primeiro) de novembro de 2018, procedendo à análise e posterior resultado.

Onde consta:

Item	Quantidade mensal	Período	Unidade	Descrição
01	350	04	MÊS	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado

Passa a ser:

Item	Quantidade mensal	Período	Unidade	Descrição
01	350	02	MÊS	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado

Onde consta:

Item	Quantidade mensal	Período	Unidade	Descrição	Valor Total R\$
01	350	04	MÊS	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado	50,00

Passa a ser:

Item	Quantidade mensal	Período	Unidade	Descrição	Valor Total R\$
01	350	02	MÊS	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado	58,00

Onde consta:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 0,00 (por extenso). A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de consultas realizados durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

§ 1º. No preço ajustado entre as partes estão incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, despesas com custo, descarga, seguro e frete, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

§ 2º. Sobre a presente contratação não incidirá nenhum tipo de reajuste.

Passa a ser:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 0,00 (por extenso). A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de consultas realizados durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 58,00 (cinquenta reais);

§ 1º. No preço ajustado entre as partes estão incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, despesas com custo, descarga, seguro e frete, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

§ 2º. Sobre a presente contratação não incidirá nenhum tipo de reajuste.

Onde consta:

ITEM	OBJETO	VALOR UNITÁRIO R\$
01	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado	50,00

Passa a ser:

ITEM	OBJETO	VALOR UNITÁRIO R\$
01	Contratação de profissionais para a realização de Exames de Ultrassonografia Geral; Ultrassonografia de Abdômen Total; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos e Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado	58,00

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacao.sec@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 17 de outubro de 2018

ADEMAR SCHMITZ
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 29.519

Publicação Nº 1775949

PORTARIA Nº 29.519, de 31 de agosto de 2018.

O SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de julho a 15 de agosto 2018 nos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15638	Lais Souza de Moraes	Professora de Educação Física	40,00 h
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista de Caminhão	60,00 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2018.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 29.542

Publicação Nº 1775952

PORTARIA Nº 29.542, de 31 de agosto de 2018.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 31 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores abaixo relacionados e lotados na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procuradora	30 dias	01/08/2018 a 30/08/2018
14061	Willian Cardoso	Assistente Administrativo	02 dias	30/08/2018 a 31/08/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 31 de agosto de 2018.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 29.569

Publicação Nº 1775961

PORTARIA Nº 29.569, de 14 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidor abaixo relacionado, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
1083	Julio Cesar Corrente	01/12/2016 a 30/11/2017	03/09/2018 a 17/09/2018
1083	Julio Cesar Corrente	01/12/2016 a 30/11/2017	24/09/2018 a 08/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 14 de setembro de 2018.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 29.603

Publicação Nº 1775964

PORTARIA Nº 29.603, de 25 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme Edital nº 01/2017,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR TANIA MARIA GRITZENCO DO NASCIMENTO para ocupar o cargo de Assistente Social, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 37, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em vaga vinculada da Servidora Eunice Linhares Fleck por motivo de licença prêmio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24 de setembro até 03 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Giceli Pontes Santa Clara Salles dos Santos – SECRETÁRIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.608

Publicação Nº 1775967

PORTARIA Nº 29.608, de 25 de setembro de 2018.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
13313	Eliziane Grassmann	25/03/2016 a 24/03/2017	17/09/2018 a 26/09/2018
1391	Ivanir Jose Pagotto	01/01/2017 a 31/12/2017	01/09/2018 a 30/09/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal, em 25 de setembro de 2018.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.624

Publicação Nº 1775970

PORTARIA Nº 29.624, de 28 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15094	Nelva Maria Coferi Correa	01/06/2017 a 31/05/2018	26/09/2018 a 10/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 29.626

Publicação Nº 1775993

PORTARIA Nº 29.626, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.172, de 29 de junho de 2017, que designa Servidores para exercerem Funções de Confiança – Coordenadorias, constantes nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 28.172, de 29 de junho de 2017, somente no que se refere ao Servidor DANIEL RODRIGO DE FREITAS, matrícula 775, ocupante do cargo efetivo de Marceneiro, designado para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Limpeza de Ruas, Praças e Jardins.

Art. 2º. DETERMINAR o retorno do Servidor para o desempenho das atribuições do seu cargo efetivo na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.627

Publicação Nº 1775996

PORTARIA Nº 29.627, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor OSVALDIR COSTA SCHAPHAUSER, matrícula 855, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão, para exercer o cargo de Coordenador de Limpeza de Ruas, Praças e Jardins, pertencente ao do Grupo Ocupacional Função de Confiança, referência FCC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.631

Publicação Nº 1776002

PORTARIA Nº 29.631, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 340, de 20/12/2017,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.909, de 28 de fevereiro de 2018, que designa diversos Servidores para exercerem a Função de Confiança de Direção Escolar,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 28.909, de 28 de fevereiro de 2018, somente no que se refere à designação da Servidora ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO, matrícula 2580, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, para exercer o cargo de confiança de Diretora Escolar.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.632

Publicação Nº 1776004

PORTARIA Nº 29.632, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 312, de 22 fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO, matrícula 2580, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na EMEB Henrique Júlio Berger e com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer o cargo de Confiança de Diretora Escolar na EMEB Hilda Granemann de Sousa.

Art. 2º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA da Servidora para 40 (quarenta) horas semanais enquanto durar a designação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.633

Publicação Nº 1776006

PORTARIA Nº 29.633, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 312, de 22 fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora ADRIANA MARLIZA CAMPOS DE ALMEIDA, matrícula 2680, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, lotada na EMEB Irmão Venâncio José e com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer o cargo de Confiança de Diretora Escolar na EMEB Irmão Venâncio José.

Art. 2º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA da Servidora para 40 (quarenta) horas semanais enquanto durar a designação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.634

Publicação Nº 1776018

PORTARIA Nº 29.634, de 28 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria 29.495, de 31 de agosto de 2018, que alterou a carga horária de diversos servidores da Secretaria Municipal de Educação

RE S O L V E:

Art. 1º. CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 29.495, de 31 de agosto de 2018, que altera a carga horária da Servidora MIRIANE SALAMONI TESSER, matrícula 15478, ocupante do cargo Professor de Ensino Fundamental I, contratada através da Portaria nº 28.886, de 27 de fevereiro de 2018, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.637

Publicação Nº 1776024

PORTARIA Nº 29.637, de 28 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade, referente ao período de 16 de agosto a 15 de setembro de 2018, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, referência e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Referência	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.638

Publicação Nº 1776029

PORTARIA Nº 29.638, de 28 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade, referente ao período de 16 de agosto a 15 de setembro de 2018, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Fazenda, especificando código, nome, cargo, referência e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Referência	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	1.000
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	37	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	1.000

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 29.639

Publicação Nº 1776090

PORTARIA Nº 29.639, de 28 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de agosto a 15 de setembro 2018 nos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
121	Cristiane Aparecida do Amaral Berbehk	Auxiliar de Serviços Gerais	12,00 h
9198	Eliane do Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	7,92 h
7736	Ivanir Correia de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	0,18 h
1833	Jair Ramos	Motorista de Caminhão	0,30 h
46	Jurua Coelho de Souza Filho	Técnico em Agrimensura	0,30 h
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	114,00 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.642

Publicação Nº 1776033

PORTARIA Nº 29.642, de 28 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de agosto a 15 de setembro de 2018 nos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento da Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar de Administração	0,75 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 29.643

Publicação Nº 1776036

PORTARIA Nº 29.643, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de agosto a 15 de setembro 2018 nos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15642	Joao Carlos Wiltner Nunes	Secretário Executivo de Assessoria	1,17 h
15214	Rafael Renato Seidel	Assessor de Comunicação Social	8,52 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.647

Publicação Nº 1776041

PORTARIA Nº 29.647, de 28 de setembro de 2018.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de agosto a 15 de setembro 2018 nos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento das Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
4603	Edina Carla Bressan	Técnica Tributária	0,62 h
14507	Eduarda Kutcher da Silva	Assistente Administrativa	0,63 h
10806	Joseleia Ribeiro	Auxiliar de Administração	5,82 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 29.688

Publicação Nº 1776044

PORTARIA Nº 29.688, de 1º de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º, do art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença prêmio, a ser paga no mês de setembro, às Servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria da Educação, especificando código, nome, cargo, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
7773	Daniela da Silva	Professora de Ensino Fundamental II	1/3	06/08/2012 a 06/08/2017
522	Michelle de Souza Santos	Professora de Educação Infantil	1/3	02/02/2008 a 02/02/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
1º de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.690

Publicação Nº 1776045

PORTARIA Nº 29.690, de 1º de outubro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	08 dias	24/09/2018 a 01/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 1º de outubro de 2018.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 29.693

Publicação Nº 1776047

PORTARIA Nº 29.693, de 02 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LUCIANO FERNANDES VALOTA para ocupar o cargo de Odontólogo, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 37, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de outubro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.696

Publicação Nº 1776051

PORTARIA Nº 29.696, de 03 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o Servidor EVERTON ZENI, matrícula 14594, ocupante do cargo efetivo de Médico Plantonista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria da Saúde e nomeado através da Portaria nº 26.805, de 27 de abril de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.702

Publicação Nº 1776053

PORTARIA Nº 29.702, de 04 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor RODRIGO LEMOS, matrícula 15662, ocupante do cargo de Médico ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria da Saúde e contratado através da Portaria nº 29.329, de 10 de julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de outubro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.704

Publicação Nº 1776057

PORTARIA Nº 29.704, de 09 de outubro de 2018.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
5063	Andre Augusto Carneiro	02/12/2015 a 01/12/2016	01/10/2018 a 30/10/2018
5063	Andre Augusto Carneiro	02/12/2016 a 01/12/2017	31/10/2018 a 29/11/2018
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	01/12/2014 a 30/11/2015	01/10/2018 a 30/10/2018
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	01/12/2015 a 30/11/2016	31/10/2018 a 29/11/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal, em 09 de outubro de 2018.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.707

Publicação Nº 1776061

PORTARIA Nº 29.707, de 10 de outubro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14058	Diego Garipuna	20/11/2015 a 19/11/2016	03/09/2018 a 12/09/2018
14058	Diego Garipuna	20/11/2016 a 19/11/2016	13/09/2018 a 02/10/2018
11032	Luiz Antonio Wanciw	01/06/2016 a 31/05/2017	16/10/2018 a 04/11/2018
11032	Luiz Antonio Wanciw	01/06/2017 a 31/05/2018	05/11/2018 a 14/11/2018
1140	Luiz Fernando dos Santos	01/02/2016 a 31/01/2017	08/10/2018 a 22/10/2018
3751	Luiz Henrique Grando Padilha	18/03/2017 a 17/03/2018	02/10/2018 a 11/10/2018
14604	Patricia Dal Moro	09/05/2017 a 08/05/2018	15/10/2018 a 29/10/2018
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	14/04/2017 a 13/04/2018	15/10/2018 a 24/10/2018
14504	Veronica Dalmas Padilha	18/03/2016 a 17/03/2017	08/10/2018 a 17/10/2018
14504	Veronica Dalmas Padilha	18/03/2017 a 17/03/2018	18/10/2018 a 27/10/2018
890	Vidalmina Prado dos Santos	14/10/2016 a 13/10/2017	01/10/2018 a 15/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 10 de outubro de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.709

Publicação Nº 1776071

PORTARIA Nº 29.709, de 10 de outubro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
7671	Francieli Antunes de Macedo	17/07/2014 a 16/07/2015	08/10/2018 a 22/10/2018
7671	Francieli Antunes de Macedo	17/07/2015 a 16/07/2016	23/10/2018 a 01/11/2018
801	Nedival Rodrigues da Cruz	01/02/2014 a 31/01/2015	15/10/2018 a 24/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 10 de outubro de 2018.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 068 - 2018 - CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO - JOSÉ LUIZ**

Publicação Nº 1775789

PORTARIA nº 068 de 16 de outubro de 2018.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor José Luiz Furlin.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento no art. 107 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, ao servidor JOSÉ LUIZ FURLIN, ocupante do cargo de Motorista, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com efeitos retroativos a partir de 17 de setembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 16 de outubro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

Camboriú

PREFEITURA

DL 34/18 - FMS

Publicação Nº 1775739

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 034/2018 – FMS

Data: 17/10/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL PARA ATENDER A DECISÃO JUDICIAL DOS AUTOS Nº0003218-28.2012.8.240113.

Valor total: R\$ 5.548,50 (cinco mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 17 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

PE 011/18 - FMS

Publicação Nº 1775894

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2018 – FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR ATENDENDO A EMENDA DE NÚMERO 11.312.860000/1170-04 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE VISANDO AUXILIAR OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Outubro de 2018, no site www.bnc.org.brINFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú 17 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 11/18 - FME

Publicação Nº 1775997

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 2019 DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, VISANDO EXITO NA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS INERENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE PESSOAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Outubro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br

Camboriú 17 de outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO 016/2018 - PMC

Publicação Nº 1776282

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2018 – PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 14:00 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Outubro de 2018, no site www.bnc.org.brINFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú 17 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2018

Publicação Nº 1775714

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 82/2018)

Às 10h do dia 17/10/2018, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de carrinhos multiuso para uso nos CMEIs e Escolas do Ensino Fundamental. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 11.537 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775461

DECRETO Nº 11.537 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do art. 11 da Lei nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.	
300000.00.0519 -	Despesas de Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 2.733,00
400000.00.0519 -	Despesas de Capital	
440000.00.0519 -	Investimentos	
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.267,00
	Total	R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.538 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775590

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.538 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SITUADO NO CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA BAIRRO CASCATAS, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; Lei Municipal nº 3.825 de 04 de abril de 2012 e Resolução nº 01 de 12 de dezembro de 2012, do CMECA – Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar o Ensino Infantil no Conjunto Habitacional Bela Vista no Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina e;

CONSIDERANDO a legalização da Autorização para Funcionamento de Instituição Municipal do Ensino Infantil obrigatório; DECRETA:

Art. 1º Autorizar o Funcionamento do CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “ANNA GORNIACK BUCHMANN”, situado na Rua das Palmeiras, nº 46, no Conjunto Habitacional Bela Vista no Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Código no INEP: nº 42154480.

Parágrafo único. A autorização de funcionamento de que trata o caput deste artigo, conforme Parecer nº 01/2018, expedido pelo CMECA – Conselho Municipal de Educação, deste Município, em data de 06 de agosto de 2018, o qual manifesta-se favorável ao Ensino Infantil para crianças na faixa etária de 04 (zero quatro) meses a 05 (zero cinco) anos de idade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de agosto de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.539 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775944

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.539 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor Público Municipal DJONI MÜLLER, matrícula funcional nº 000696, registro no sistema sob nº 955136, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional IV na Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, transporte e Obras.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo a partir de 17 de outubro de 2018, em atenção ao Requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018, sob nº 006845.

Art. 2º Fica a partir desta data declarada a vacância do Cargo Público de Agente Operacional IV na Função de Pedreiro/Carpinteiro, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, em decorrência do pedido de exoneração do Servidor Público Municipal mencionado no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2018.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.540 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776134

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.540 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA "b", INCISO III, §1º, DO ART. 40 DA CF/88, COM REDAÇÃO DADA PELA EC-41/03 E INCISOS I, II, E III DO ART. 22 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARIDA TELMA SUOMINSKI.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º Aposentar, Por Tempo de Contribuição e Idade, a Servidora Pública Municipal MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, detentora da matrícula funcional nº 000178, registro no sistema sob nº 300230, portadora do CPF/MF nº 920.569.469-04 e do RG nº 1.3.230.820 expedido pela SSP/SC, Pis/Pasep nº 1.704.607.274-2, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 010/2018 nos termos da Alínea "b", Inciso III, §1º do Art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC-41/03, combinado com os Incisos I, II e III do Art. 22, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014 e Art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, a Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Parágrafo único. O valor dos proventos de que trata o caput deste artigo, serão reajustados pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.976 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775453

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.976 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Concede 20 (vinte) dias de Férias ao Servidor Público Municipal PEDRO IVONEI GORNIACK, matrícula funcional nº 000702, registro no sistema sob nº 955146, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de

Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 17 de outubro de 2018 á 05 de novembro de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de outubro de 2018 sob nº 007085.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.977 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775455

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.977 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal, DAIANE THAIS ROCHA DOS SANTOS, matrícula funcional nº 000676, registro no sistema sob nº 955107, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 09 de outubro de 2018 á 05 de fevereiro de 2019, conforme Atestado Médico emitido e devidamente assinado pela Drª. Carmen De La Caridad Colino, CRM/SC 4200528, expedido em data de 16 de outubro de 2018, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de outubro de 2018, sob nº 007117.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.978 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775457

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.978 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a

alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho ao Servidor Público Municipal, PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609, registro no sistema sob nº 954897, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, atualmente exercendo o cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência "B" para o Nível 4 Sub-Nível 41 Referência "C" no valor de R\$ 1.546,02 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais, dois centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 14 de março de 2018.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 280,41 (duzentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de março de 2018, já descontado o valor de R\$ 34,66 (trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos), referente a Contribuição do Servidor Público ao IPRECAL. O valor de R\$ 69,32 (sessenta e nove reais e trinta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de março de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.979 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775459

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.979 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho ao Servidor Público Municipal JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, matrícula funcional nº 000266, registro no sistema sob nº 314960, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras. Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência "C" para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência "D" no valor de R\$ 1.974,27 (um mil novecentos e setenta e quatro reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 20 de julho de 2018.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 153,61 (cento e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2018, já descontado o valor de R\$ 18,98 (dezoito reais e noventa e oito centavos), referente a Contribuição do Servidor Público ao IPRECAL. O valor de R\$ 37,97 (trinta e sete reais e noventa e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.980 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775460

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.980 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho a Servidora Pública Municipal LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, matrícula funcional nº 000093, registro no sistema sob nº 295720, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 43, Referência "D" para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência "E" no valor de R\$ 2.338,51 (dois mil trezentos e oito reais e cinquenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 153,61 (cento e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2017, já descontado o valor de R\$ 103,07 (cento e três reais e sete centavos), referente a Contribuição da Servidora Pública ao IPRECAL. O valor de R\$ 206,15 (duzentos e seis reais e quinze centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

17 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.981 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775472

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.981 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho a Servidora Pública Municipal PATRÍCIA SCHWENDNER, matrícula funcional nº 000238, registro no sistema sob nº 622001, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 43, Referência "A" para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência "B" no valor de R\$ 1.070,03 (um mil e setenta reais e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de abril de 2018.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 166,39 (cento e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2018, já descontado o valor de R\$ 20,57 (vinte reais e cinquenta e sete centavos), referente a Contribuição da Servidora Pública ao IPRECAL. O valor de R\$ 41,13 (quarenta e um reais e treze centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

17 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.982 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776422

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.982 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho a Servidora Pública Municipal MARCIANE LOPES DOS SANTOS PAS-DA, matrícula funcional nº 000392, registro no sistema sob nº 887730, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência "F" para o Nível 1 Sub-Nível 12 Referência "A" no valor de R\$ 1.096,44 (um mil e noventa e seis reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de abril de 2018.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 170,67 (cento e setenta reais e sessenta e sete centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2018, já descontado o valor de R\$ 21,09 (vinte e um reais e nove centavos), referente a Contribuição da Servidora Pública ao IPRECAL. O valor de R\$ 42,19 (quarenta e três reais e dezenove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.983 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776424

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.983 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho ao Servidor Público Municipal LAÉRCIO BORGES, matrícula funcional nº 000620, registro no sistema sob nº 955012, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 31, Referência "A" para o Nível 3 Sub-Nível 31 Referência "B" no valor de R\$ 1.273,35 (um mil, duzentos e setenta e três reais, trinta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de março de 2017.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 931,92 (novecentos e trinta e um reais noventa e dois centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de março de 2017, já descontado o valor de R\$ 82,62 (oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), referente a Contribuição do Servidor Público ao IPRECAL. O valor de R\$ 165,24 (cento e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.984 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776425

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.984 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE PROGRESSÃO DE DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho ao Servidor Público SANDRO BUENO FRANCO, matrícula funcional nº 274, registro no sistema sob nº 125720, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 5 Sub-Nível 53, Referência "A" para o Nível 5 Sub-Nível 53 Referência "B" no valor de R\$ 2.782,04 (dois mil, setecentos e oitenta e dois reais, quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2016.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ 2.185,74 (dois mil, cento e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de setembro de 2016, já descontado o valor de R\$ 233,57 (duzentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), referente a Contribuição do Servidor Público ao IPRECAL. O valor de R\$ 467,13 (quatrocentos e sessenta e sete reais e treze centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.985 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776426

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.985 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE PROGRESSÕES DE DESEMPENHO E POR CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 332, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressões Funcionais ao Servidor Público Municipal IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, registro no sistema sob nº 955153 ocupante do Cargo Público Efetivo e na Função de Agente Administrativo III, exercendo atualmente o Cargo de Provimento em Comissão – Agente de Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito.

§ 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 5A Sub-Nível 51A, Referência "A" para o Nível 51A Sub-Nível 51A Referência "B" no valor de R\$ 2.402,72 (dois mil, quatrocentos e dois reais, setenta e dois centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 22 de dezembro de 2017.

§ 2º Conceder Progressão Horizontal por Capacitação, passando do Nível 5A Sub-Nível 51A, Referência "B" para Nível 51A Sub-Nível 51A Referência "C" no valor de R\$ 2.474,80 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, oitenta centavos) mensais, do Anexo V – Tabela

Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 22 de dezembro de 2018.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ R\$ 1.511,81 (um mil, quinhentos e onze reais e oitenta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 22 de dezembro de 2017, já descontado o valor de R\$ 180,81 (cento e oitenta reais e oitenta e um centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 361,62 (trezentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

17 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2018

Publicação Nº 1775849

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL –

A licitação tem como objeto o Contratação de empresa especializada para execução de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL, sob o regime administrativo especial (CONTRATO TEMPORÁRIO), destinado a designação e a formação de cadastro de reserva para o Município de Campo Alegre/SC, conforme descrição e valor estimado abaixo:

Código do cargo	Cargo	Função	Carga Horária/semanal	Habilitação Profissional	Vaga	Vencimento (mensal)
2	Professor I	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação de Nível Superior em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia com *pós-graduação (lato sensu) em Educação Infantil e Anos Iniciais. NÃO HABILITADO: Cursando Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais	04+CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
3	Professor II	Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
4	Professor III	Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)

5	Professor IV	Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
6	Professor V	Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
7	Professor VI	Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
8	Professor VII	Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
9	Professor VIII	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
10	Professor IX	Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)

11	Professor X	Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	CR	HABILITADO R\$ 2.574,66 NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.455,35)
12	Atendente de sala		40 horas	Formação: Ensino médio completo	CR	R\$ 1.457,24
12	Agente Operacional	Auxiliar Serviços Gerais	40 horas	Formação: Nível Fundamental completo	CR	R\$ 918,23
12	Motorista Transporte Pessoas		40 horas	Formação: Nível Fundamental completo + CNH Categoria "D" + aprovação em prova prática	CR	1.267,15

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 31/10/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 31/08/2018

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

· Manutenção, Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - Projeto Atividade 2.104, Código 70.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 86/2018".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 17 de outubro de 2018.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 12/2018 FHJA

Publicação Nº 1775948

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 15/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de novembro de 2018 às 09h00min Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO GASES MEDICINAIS; OXIGÊNIO E DIÓXIDO DE CARBONO (CO2). PARA UTILIZAÇÃO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 379, no horário das 08h00min às 12h e das 13h30min às 17h30min diariamente.

Campos Novos, 18 de outubro de 2018.

Stevan Alexandre Bohnberger
Administrador Geral

ATA RG 52/2018 - MELHORIAS NAS VIAS

Publicação Nº 1776246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 144/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2018

No dia 17 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 100/2018, Processo Licitatório nº. 144/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9093	BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	2, 4, 5
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	1
12072	CORREA - SERVICOS DE GUINDASTE LTDA.	
12074	DARIO FRANCISCO BRESOLA	6
11785	DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	3
11172	DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	
12073	EFETIVA CONSTRUÇOES EIRELI	
11026	WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	07.156.840/0001-97	ANTONIO BOLIVAR DORO JUNIOR	995.131.290-04
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	07.955.338/0001-46	CLAITON DENIS FERREIRA DA SILVA	679.129.909-68
CORREA - SERVICOS DE GUINDASTE LTDA.	14.576.652/0001-83	PEDRO JANDIR CORREA DE OLIVEIR	730.189.379-53
DARIO FRANCISCO BRESOLA	30.051.394/0001-78	DARIO FRANCISCO BRESOLA	056.576.629-54
DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	86.838.547/0001-86	JOB ELIAS VIERA	046.313.299-80
DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	20.594.448/0001-98	AUGUSTO BASSO	446.822.390-15
EFETIVA CONSTRUÇOES EIRELI	25.526.024/0001-00	LUIZ CARLOS FERREIRA	007.047.999-28
WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	00.553.801/0001-84	IVOMAR NHOATO	423.156.469-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9093 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TRANSPORTE DE MÁQUINAS ATÉ 25 TONELADAS	KM		18.000,000	4,0000	72.000,00
4	HORAS COM MOTONIVELADORA ARTICULADA PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 16,5 TONELADAS	HRS		1.400,000	136,0000	190.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 144/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

Fornecedor: 9093 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	HORAS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE NO MINIMO 16 TONELADAS	HRS		900,000	139,5000	125,550,00

Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	HORAS MÁQUINA DE CAMINHÃO GUINCHO (MUNCK)	HRS		300,000	129,0000	38,700,00

Fornecedor: 11785 - DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	SERVIÇO DE HIDRO JATEAMENTO (DESENTUPIMENTO) DE TUBULAÇÃO DE REDES PLUVIAIS.	HRS		220,000	265,0000	58,300,00

Fornecedor: 12074 - DARIO FRANCISCO BRESOLA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	HORAS DE ROLO VIBRATORIO PÉ DE CARNEIRO PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 13 TONELADAS	HRS		500,000	130,0000	65,000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 17 de Outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	CNPJ: 07.156.840/0001-97	_____
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	CNPJ: 07.955.338/0001-46	_____
CORREA - SERVICOS DE GUINDASTE LTDA	CNPJ: 14.576.652/0001-83	_____
DARIO FRANCISCO BRESOLA	CNPJ: 30.051.394/0001-78	_____
DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	CNPJ: 86.838.547/0001-86	_____
DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	CNPJ: 20.594.448/0001-98	_____
EFETIVA CONSTRUÇOES EIRELI	CNPJ: 25.526.024/0001-00	_____
WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	CNPJ: 00.553.801/0001-84	_____

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 04/2018

Publicação Nº 1775889

RESOLUÇÃO Nº 4/2018

AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES A REALIZAR SESSÃO ORDINÁRIA FORA DE SUA SEDE.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Campos Novos autorizada a realizar sessão ordinária no dia 18 de outubro do corrente ano, as 19:00 horas, na localidade do Assentamento 30 de Outubro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 17 de outubro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 266/2018

Publicação Nº 1775982

DECRETO Nº. 266/2018

“ALTERAR MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 259/2018 que nomeou os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com vigência de 2018-2020, passando a ter a seguinte redação, onde lê-se:

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Paulo Odair Moreira,

passa-se a ler:

Titular: Rosane Gracheski da Rocha.

REPRESENTANTE DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Suplente: Ini Gonçalves Vieira de Lima,

passa-se a ler:

Suplente: Antonio Augusto Moreira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 31/2018 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1775803

EDITAL Nº. 31/2018

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2017/PMC.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de servente feminino.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público a candidata Angela de Oliveira, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a

avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretarão sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica a candidata convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público os(as) candidatos(as) que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 37/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1775661

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/18

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/18

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO AMBUS EM SILICONE, INFANTIL E ADULTO, COLARES CERVICAIS, ESFIG-NOMANOMETROS E OUTROS, PARA USO NAS AMBULANCIAS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.186,88 (um mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 17/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/18

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/18

CONTRATADO: CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO AMBUS EM SILICONE, INFANTIL E ADULTO, COLARES CERVICAIS, ESFIG-NOMANOMETROS E OUTROS, PARA USO NAS AMBULANCIAS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.592,80 (sete mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)

DATA: 17/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 18/2018

Publicação Nº 1775586

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 173/2018
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 18/2018
1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 19/11/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h30min (entrega) e 08h45min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 03/2018

Publicação Nº 1775604

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 03/2018

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO EM AMPLITUDE MODULADA (AM) E FREQUENCIA MODULADA (FM), COMERCIAIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Inscrições: A partir de 17 de outubro de 2018.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site www.pmc.sc.gov.br, link – licitações/chamada publica.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 37/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1775656

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 8.779,68**Processo / Ano: 46/2018****Processo Administrativo:****Licitação.....: 37/2018 - PE****1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO AMBULS EM SILICONE, INFANTIL E ADULTO, COLARES CERVICAIS, ESFIGMOMANÔMETROS E OUTROS, PARA USO NAS AMBULANCIAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311042411 - AMBU SILICONE ADULTO - Unidade: UN								
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	JG MORIYA	8,000	0,0000	134,7500	1.078,00	Venceu	1 ****
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 28205 - AMBU SILICONE PEDIATRICO - Unidade: UN								
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	JG MORIYA	8,000	0,0000	124,8700	998,96	Venceu	1 ****
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 411051427 - ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTATIL - Unidade: UN								
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	MEDICATE	8,000	0,0000	333,4900	2.667,92	Venceu	1 ****
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 411051428 - COLAR SERVICAL - REGULAVEL - Unidade: UN								
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	RESGATE SP/AMBU	8,000	0,0000	48,3700	386,96	Venceu	1 ****
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 35204 - ESFIGMOMANÔMETRO ANEROÍDE ADULTO - Unidade: UN								
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	PREMIUMWENZHO	8,000	0,0000	62,2500	498,00	Venceu	1 ****
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

Processo / Ano: 46/2018

Licitação.....: 37/2018 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO AMBUS EM SILICONE, INFANTIL E ADULTO, COLARES CERVICAIS, ESFIGMOMANOMETROS E OUTROS, PARA USO NAS AMBULANCIAS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.779,68

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	-	6103	-	ESTETOSCÓPIO	-	Unidade: UN		
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	PREMIUMNINGBO	8,000	0,0000	74,7400	597,92	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7	-	41648	-	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL	-	Unidade: UN		
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	CONTEC	8,000	0,0000	99,9900	799,92	Venceu	1 *****
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8	-	48251	-	UMIDIFICADOR	-	Unidade: UN		
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	JG MORIYA 105.505	8,000	0,0000	23,2500	186,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 9	-	9780	-	VALVULA REGULADORA	-	Unidade: UN		
15959	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	JG MORYIA 200,413	8,000	0,0000	195,7500	1.566,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

Processo / Ano: 46/2018

Licitação.....: 37/2018 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO AMBUs EM SILICONE, INFANTIL E ADULTO, COLARES CERVICAIS, ESFIGNOMANOMETROS E OUTROS, PARA USO NAS AMBULANCIAS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.779,68

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 9

- 9780 - VALVULA REGULADORA - Unidade: UN

9962

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

8.000

0,0000

0,00

Não cotou

0

	Canoinhas, Em
	MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)
	MAURICIO ALFONSO SOBCZAK - - EQUIPE DE APOIO
	ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
	WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - OAB/PR 64350

Capão Alto

PREFEITURA

EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) MICRO-ÔNIBUS ZERO KM PARA ATENDER A DEMANDA DO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO ALTO SC

Publicação Nº 1775858

PROCESSO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE Pregão Eletrônico Nº 037/2018
RETIFICADO

1. Preâmbulo

1.1, TITO PEREIRA FREITAS PREFEITO MUNICIPAL de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico do tipo menor preço, Julgamento Por item cujo processamento se dará nos termos da Lei Federal n.º 10.520/ 2002 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

2 – LOCAL, DATA E HORA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 18/10/2018 às 09:30 horas do dia 06/11/2018 .

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:35 às 09:59 horas do dia 06/11/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 06/11/2018.

REFERÊNCIA DE TEMPO: (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

LOCAL: -www.bll.org.br- “Acesso Identificado”

2.2 – Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3- OBJETO

3.1 – Registro de Preços para Aquisição de 02(Dois) Micro-ônibus zero Km para atender a demanda do transporte de alunos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto SC, conforme relação e características dos itens constantes em anexo neste edital.

4 – PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br .

4.2 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 – Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.4 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.3 - Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993;

4.4.4 - Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.5 - Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.6 - Entidades das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores do Município;

4.5 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, As empresas que cumprirem os requisitos legais para tanto, devem identificar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte no momento do seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.

5- REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1- Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

5.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de serviços.

5.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do

licitando, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

5.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou por meio de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos.

5.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida por meio da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

6 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca (apenas uma por produto), valor unitário e valor total de cada item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.3 deste Edital.

6.1.1 – A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.2 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.3 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico.

6.4 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no ANEXO “1” deste Edital, serão desconsiderados.

6.5 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para o item em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

b) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências do Edital;

c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, mão de obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

d) Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

6.6 – Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.7 – Será desclassificada a proposta que apresentar PRAZO DE ENTREGA diferente ao estipulado neste edital.

07. DO ENVIO DA PROPOSTA, FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

07.1 - O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos. Fica a critério do pregoeiro(a) a autorização para correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances, observadas as regras do sistema.

07.2 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

07.3 - A proposta deverá atender a todas as exigências deste edital e não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias.

07.4 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

07.4.1 - Não será aceita proposta com valores superiores ao máximo fixado no edital, o descumprimento desta determinação implica desclassificação do licitante.

07.4.2 - As características do objeto licitado, conforme anexo deste edital, devem ser especificadas na proposta encaminhada por meio do sistema eletrônico, o não atendimento das exigências implica desclassificação do certame.

07.5 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

07.6 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

07.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

07.8 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

07.9 - No caso de desconexão do pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. Quando possível, o pregoeiro(a) retornará a atuar no certame, sem prejuízo dos atos realizados durante sua desconexão.

07.9.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de correio eletrônico (e-mail) divulgando data e hora da reabertura DA SESSÃO;

07.10 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico (fechamento randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

07.10.1 - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

07.11 - Antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido melhor valor, após decidirá sobre a sua aceitação.

07.12 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

07.13 - A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original relativa à habilitação, dentro das condições dispostas neste edital.

07.13.1 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação, dentro do prazo estabelecido no item 08.1, acarretará nas sanções previstas neste edital, podendo o pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

07.14 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço.

07.15 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

07.16 - Constatando o atendimento às exigências fixadas no edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

07.17 - O sistema aplicará os critérios para o desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte, após o desempate, poderá o pregoeiro(a) ainda negociar um preço melhor.

08. DA HABILITAÇÃO

08.1 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados via e-mail do pregoeiro(a) licitacoes@capaoalto.sc.gov.br até 2 (duas) horas após o término do certame ou, ainda, poderão ser anexados na plataforma caso o licitante habilite o upload dos mesmos.

08.1.1 - Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, para a Prefeitura Municipal de Capão Alto - SC, CEP: 88.548-000, nº500, centro, Sede da Prefeitura - Departamento de Licitações.

08.1.2 - Sob pena de desclassificação, a proposta atualizada deverá estar de acordo com a proposta eletrônica e ser preenchida em papel timbrado, ou devidamente identificado com dados básicos da empresa, constando o valor e demais informações exigidas neste edital, datada e assinada por quem de direito e escrita em português. O(s) valor(es) deverão ser expressos em REAL, com apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$0,00).

08.2 - Quanto à Habilitação Jurídica:

08.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, bem como última alteração; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou simples, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício.

08.2.2 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, para sociedade estrangeira já em funcionamento no Brasil.

08.2.3 - Registro empresarial, no caso de empresa individual.

08.3 - Quanto à Regularidade Fiscal:

08.3.1 - prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

08.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

08.3.3 - prova de regularidade com as fazendas:

08.3.3.1 - Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

08.3.3.2 - Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais da sede da empresa (ou certidão conjunta quando forem unificadas);

08.3.3.3 - Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;

08.3.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

08.3.5 - prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF);

08.3.6 - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor.

As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias úteis.

08.4 - Serão aceitas as Certidões acima em original ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá a última.

08.5 - Quanto à Capacidade Técnica:

08.5.1 - As declarações apresentadas pelas licitantes classificadas deverão estar assinadas por representante legal da empresa, comprovadas por meio do contrato social e/ou procuração devidamente autenticada em cartório e anexada à documentação.

08.5.2 - Declaração sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei 10.097/00).

08.5.3 - declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto.

08.5.4 - declaração de fornecimento.

08.5.5 - O não envio, o envio indevido ou a falta de qualquer dos documentos acarretará desclassificação ou inabilitação. Nesse caso, obedecida a ordem de classificação, prazo e demais exigência do edital, será convocada a próxima classificada.

08.5.6 - Considerar-se-á como válido por 90 (noventa) dias os documentos que não possuírem outra referência quanto a esse prazo.

08.5.7 - Considerar-se-á desclassificada e/ou inabilitada a licitante que:

08.5.7.1 - Seja declarada inidônea e/ou suspensa em qualquer esfera de Governo;

08.5.7.2 Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária ou outra penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;

08.5.7.3 Tiver decretada sua falência, concordata, dissolução ou liquidação;

08.5.7.4 Não atender as exigências quanto à habilitação, devidas neste Edital.

08.5.7.5 Apresentar as propostas em desacordo com o estabelecido no Edital, em especial, com valores superiores ao estimado.

08.5.7.6 Deixar de atender a alguma exigência deste Edital, ou apresentar declaração ou documentação que não atenda aos requisitos legais.

08.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas nesse Edital.

09. DOS RECURSOS

09.1 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

09.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro(a) poderá fazê-lo, por meio do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

09.3 A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.

09.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

09.5 Os recursos contra decisões do pregoeiro(a) terão efeito suspensivo.

09.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09.7 Os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviados em duas vias para a prefeitura. Uma via original deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Capão Alto – SC, rua João Vieira de Oliveira, nº500, centro, CEP: 88.548-000, Sede da Prefeitura - Departamento de Licitação. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo.

09.7.1 Junto com o documento original, deverá ser enviada, também, uma cópia para o e-mail do pregoeiro(a) licitacoes@capaoalto.sc.gov.br, para que seja possível a publicação no sítio eletrônico das razões do recurso interposto e a respectiva decisão

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do da administração pública do Município de Capão Alto – SC, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, homologará o procedimento licitatório.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, a proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Fornecimento, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação.

11.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

11.2 É facultado ao Município, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação.

12 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

12.1.1 – Caberá ao pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

12.1.2 – Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1 A proponente contratada ficará obrigada a garantir a qualidade do objeto fornecido contra defeitos, pelo período de 12 (doze) meses, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia. Ainda, caso haja previsão nas características técnicas do objeto, deverá oferecer treinamento para operação do mesmo.

13.2 Durante o prazo de garantia – 12 (doze) meses –, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de traslado para dissolução do problema, fica sob responsabilidade da contratada todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema.

14. DAS INFRAÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, o licitante que: 1

14.1.1 não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2 apresentar documentação falsa;

14.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4 ensejar o retardamento na entrega do objeto;

14.1.5 não manter a proposta;

14.1.6 cometer fraude fiscal;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo.

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1 O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas na lei ou neste edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.1.1 A proponente vencedora convocada, dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a assinar o contrato de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.1.2 Suspensão do direito de participar em licitações/contratos junto ao Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando, por culpa da proponente, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou ocorrer a rescisão administrativa.

15.1.3 Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de atraso em relação à data e prazo prevista para o fornecimento.

15.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a proponente infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

15.1.5 Declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo Município, em conformidade com a gravidade da infração cometida pela proponente, observando-se o disposto no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei Federal n.º 9.784/1999.

15.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16 - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

16.1 Fracionada

16.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita ao todo, ou em partes, conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto cito: sede da Prefeitura Municipal de Capão Alto, rua João Vieira de Oliveira, nº 500, Centro, município de Capão Alto / SC

16.3 Os Veículos serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante "Autorização de Fornecimento", assinada pelo responsável em até 60(SESSENTA) dias corridos da emissão da "Autorização de Fornecimento".

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será efetuado à contratada em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos nas quantidades requeridas na "autorização de fornecimento" e aceitação da Nota Fiscal, ou se for o caso, após liberação do repasse caso seja proveniente de convênio, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

17.3 - O pagamento será efetuado conforme descrito no item 17.1, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e União.

17.4 - Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivação do processo de pagamento.

17.5 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.6 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício vigente e terá a seguinte classificação orçamentária:

CONFORME LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE.

17.6.1 - Os recursos poderão ser da esfera municipal, estadual e federal.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – É facultado ao pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.2 – A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da lei n. 8.666/93.

18.3 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n. 8.666/93.

18.4 – Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

18.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.6 – O município de Capão Alto, através da autoridade competente, reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.7 - Quando for o caso, os produtos entregues, poderão ter no máximo 25% do seu prazo total de validade expirado.

18.8 - A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste edital e seus anexos.

18.9 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10 - A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

18.11 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.12 – O Contrato oriundo desse Processo Licitatório, terá sua execução administrada e fiscalizada por um representante do Município de Capão Alto, especialmente designado.

18.13 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação nos meios de publicação, sítio do município www.capaoalto.sc.gov.br, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina em suas edições diárias www.diariomunicipal.sc.gov.br, e no sítio www.bll.org.br de eventuais alterações no presente edital.

18.4 – Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente edital

19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "1" – RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

b) Anexo "2" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE; e

c) Anexo "3" - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

d) Anexo "4" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO A HABILITAÇÃO.

e) Anexo "5" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO ADMINISTRATIVO O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES PÚBLICOS

Capão Alto, SC, 16 de Outubro de 2018

TITO PEREIRA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº037/2018

ANEXO "1"

RELAÇÃO DE ITENS LICITAÇÃO
COM SEUS REQUISITOS MÍNIMOS

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário MÁXIMO (R\$)	Valor total MÁXIMO (R\$)
1	Micrô ônibus zero km, ano 2018/2019. Requisitos mínimos: Procedência nacional, peso bruto total mínimo de 8.500kg motor no mínimo de 3.8 a diesel,turbo aftercooler, mínimo de 4 cilindros e 3.760 cilindradas, potência mínima de 152 cv, comprimento total de no mínimo 6.500 mm, altura interna de no mínimo 1900 mm, pneus radiais sem câmara direção hidráulica, suspensão elevada suspensão dianteira e traseira por molas semi elípticas, câmbio mecânico com no mínimo 5 marchas e uma ré, capacidade mínima para 29 passageiros sentados, mais 1 auxiliar e mais 1, para o motorista poltronas fixas em courvin com medidas mínimas de 1000 x 800 mm corredor central com piso edegraus antiderrapantes e laváveis, sistemade iluminação de salão porta tipo dobradiças com acionamento, pneumático saídas de emergência no teto e laterais, tacógrafo, capacidade tecnica eixo traseiro 5400 kg, cintos dde segurança em todas as poltronas, bbanco do motorista hidráulico, câmara de marcha ré, faixa escolar nas laterais do veículo, computador de bordo diferencial bloqueante, para-brisa verde, vidros laterais fumos e móveis, freios dianteiros e traseiros a tambor assistido a ar e auxiliando por abs e demais equipamentos de segurança exigidos pela legislacao vigente e assistência técnica autorizada de chassi e carroceria em no mínimo 170 km de distância da sede da prefeitura até a sede da oficina autorizada. garantia de 12 meses.	UN	2	226.833,33	453.666,66
Total Geral máximo					453.666,66

ANEXO "2"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
 Endereço:
 Cidade/Estado:
 CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 037/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de _____.

(nome e assinatura do responsável legal)
 (número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO "03"

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
 EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
 (apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)
 Ref. : Edital de Pregão nº 037/2018

O signatário da presente, o senhor (inserir o nome completo), representante legalmente constituído da proponente (inserir o nome da proponente) , declara sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de (microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada), conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

_____, ____ de ____ de 201____.

(nome, RG e assinatura do responsável legal)

ANEXO "04"

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de Pregão Eletrônico nº 037/2018, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO "5"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO ADMINISTRATIVO O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES PÚBLICOS

(Nome da Empresa), CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº _____, DECLARA, que não possui em seu quadro administrativo o Prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e os servidores Públicos na Administração Municipal de Capão Alto, tanto no poder legislativo quanto no poder executivo (inciso III, do Art. 9º da Lei 8666/93).

Local e data

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

PREGÃO Nº 037/2018

ANEXO "V"

MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 037/2018

TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO - SC Pessoa Jurídica de direito Público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.599.409/0001-39, com sede à Rua João Vieira de Oliveira, 500, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor TITO PEREIRA FREITAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado, nesta cidade e Município de Capão Alto, inscrito no CPF/CIC sob o nº _____, e a Empresa _____, com nome de fantasia denominada de _____, Empresa de Direito Privado, Inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, com sede à Rua _____, _____, Cidade e Município de _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor _____, portador da carteira de identidade nº _____, CPF sob o nº _____ e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 037/2018 que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de 02(Dois) Micro-ônibus zero Km para atender a demanda do transporte de alunos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto SC conforme processo licitatório nº 037/2018.

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA VIGÊNCIA – O valor pela aquisição do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (_____) cujo valor será pago pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em até o 30 dias da entrega mediante nota fiscal.

I – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para a efetuação do pagamento deverá a CONTRATADA:

1 – Apresentar a nota fiscal devidamente aceita.

2 - Constar na nota fiscal o número do contrato;

3 - Emitir nota fiscal ou cupom fiscal no momento da entrega do material para acompanhar a 1ª via da requisição de compra.

4 - Atender o disposto no artigo 71, combinado com o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, através da atualização permanente do cadastro municipal de fornecedores.

Parágrafo único. O não cumprimento de um dos itens constante do presente inciso acima acarretará o sobrestamento do(s) pagamento(s), até que sejam solucionadas as pendências apontadas.

II – DO REAJUSTE

Não haverá reajuste

III – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência até o término do fornecimento dos materiais ou até 31 de dezembro de 2.018, valendo o primeiro a se verificar.

Parágrafo único: Poderão ser aditadas as quantidades, de forma global ou em partes, dos bens objeto do presente contrato, observando-se o disposto no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Os recursos financeiros para o pagamento do objeto do presente Contrato será oriunda de recursos próprios do orçamento vigente, conforme determinado no edital de licitações de qual este contrato é resultante.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE – Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo a qual, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II – A contratada obriga-se a entregar o objeto do presente nas condições previstas no edital do processo licitatório, conforme condições de Prazo, Forma de Recebimento e Local de entrega do Objeto do Edital n.º037/2018, e também respeitando a legislação vigente.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE:

8. 1 A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal.

8.2 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária vigente:

CONFORME LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

e) Advertência

f) Suspensão ao direito de licitar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

g) Declaração de idoneidade, com fulcro no Capítulo IV, seção II, da Lei nº 8666/93 e Lei 10.520/2002. e,

h) Multa

I - A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

II - As multas serão as seguintes:

a) Até 10% (DEZ por cento), sobre o valor da fatura, por inobservância de quaisquer das responsabilidades arroladas na Cláusula quarta, deste instrumento.

b) Até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do contrato, no caso de desistência de Fornecimento.

III - A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas nos seguintes casos:

a) fizer declaração falsa;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

c) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) fornecer produtos em desconformidade com o especificado;
- h) não substituir, no prazo estipulado, os produtos recusados pelo Contratante.
- i) descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

IV – a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública será aplicado nos casos em que o CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a contratada praticou falta grave.

§ 1º A cobrança da multa prevista no inciso II, alínea “a”, será descontada quando da apresentação da nota fiscal e, a prevista na alínea “b”, por intermédio de notificação de cobrança sendo a CONTRATADA obrigada a fazer o recolhimento aos cofres públicos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial.

§ 2º A punição definida no inciso III será por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurar os motivos de sua punição.

§ 3º A punição definida no inciso IV será por até 2 (dois) anos, ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 4º As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º, da Lei n. 10.520/02.

§ 5º Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º Além das penalidades acima citadas a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão Administrativa prevista no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO – A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS – Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venha a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO – Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 (três) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Capão Alto-SC,de de 2.01____.

Prefeitura Municipal Capão Alto
Prefeito Municipal
Contratante

.....
Contratada
TESTEMUNHAS

Nome;
CPF:

Nome;
CPF:

ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) MICRO-ÔNIBUS ZERO KM PARA ATENDER A DEMANDA DO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO ALTO SC

Publicação Nº 1775854

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados ERRATA do edital de número 037/2018.

Objeto:
Registro de Preços para Aquisição de 02(Dois) Micro-ônibus zero Km para atender a demanda do transporte de alunos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto SC

Onde se Lê:

16.3 Os Veículos serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante "Autorização de Fornecimento", assinada pelo responsável em até 15(quinze) dias corridos da emissão da "Autorização de Fornecimento".

Leia-se:

16.3 Os Veículos serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante "Autorização de Fornecimento", assinada pelo responsável em até 60(SESENTA) dias corridos da emissão da "Autorização de Fornecimento".

Data Entrega e abertura:

Através do site <http://www.bll.org.br> , conforme segue a descrição abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 18/10/2018 às 09:30 horas do dia 06/11/2018 .

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:35 às 09:59 horas do dia 06/11/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 06/11/2018.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2005, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br

Município de CAPÃO ALTO – SC 17/10/2018

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

FMS TERMO ADITIVO 001/2018 C89

Publicação Nº 1775564

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2018 C89 - Contrato Nº: 0089/2018 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Valor : 461,60 (quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 17/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0020/2018

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0039 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o ACRÉSCIMO dos dois itens que segue na tabela abaixo, no Contrato Original, de acordo com o artigo 65 da lei 8.666/93; aumentando o valor total do referido contrato em 461,60 (quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). Conforme solicitação da secretaria, cotações, parecer da Diretoria de Licitações e parecer jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

Item	Qtde	Valor Unid.	Descrição
01	01	230,80	Veículo Volkswagen Voyage 1.6 novo, ano/ modelo 2018/2019 CHASSI: 9BWDB45U5KT044145 Coberturas: "Assistência 24h para o veículo e passageiros, sem limite de quilometragem. Casco: 110% da Tabela FIPE "Vidros Seguro contra terceiros: •Danos Materiais: 100.000,00 •Danos Corporais: 100.000,00 •APP: " Morte: 50.000,00 •Invalidez: 50.000,00 •DMH: 15.000,00
02	01	230,80	Veículo Volkswagen Voyage 1.6 novo, ano/ modelo 2018/2019 CHASSI: 9BWDB45UXKT043279 Coberturas: "Assistência 24h para o veículo e passageiros, sem limite de quilometragem. Casco: 110% da Tabela FIPE "Vidros Seguro contra terceiros: •Danos Materiais: 100.000,00 •Danos Corporais: 100.000,00 •APP: " Morte: 50.000,00 •Invalidez: 50.000,00 •DMH: 15.000,00

Capinzal, 17 de Outubro de 2018

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0173/2018 LEILÃO PÚBLICO 0003/2018

Publicação Nº 1775515

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0173/2018

LEILÃO PÚBLICO Nº 0003/2018

OBJETO: Alienação de bem imóvel, de propriedade do Município de Capinzal, compreendendo 1 (um) terreno rural de cultura, com área de 231.166,00m2 (duzentos e trinta e um mil, cento e sessenta e seis metros quadrados), situado no Distrito de Alto Alegre, conforme matrícula n. 8.722, discriminado conforme consta no Anexo I deste Edital.

O Leilão realizar-se-á em sessão pública, de forma presencial, na seguinte data, horário e local:

DATA: 05 de novembro de 2018.

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, localizada na Rua Alexandre Thomazoni, n. 120, centro, no Município de Capinzal-SC.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Compras e Licitações, com endereço na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, no Município de Capinzal-SC, no endereço acima citado, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das



13h00min às 17h00min, ou por meio dos telefones n. (049) 3555-8739 ou (049) 3555-8716 ou ainda, no site oficial do Município de Capinzal (www.capinzal.sc.gov.br).

Capinzal-SC, 18 de outubro de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito de Capinzal

PORTARIA 1141/2018

Publicação Nº 1775930

PORTARIA Nº 1141, DE 01 DE AGOSTO DE 2018
Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o nº 1166157/2018, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Camila Rostirola, matrícula nº 327034/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1183/2018

Publicação Nº 1776014

PORTARIA Nº 1183, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Rosemari Alves da Silveira, matrícula nº 410346/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 20 de agosto a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de agosto de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1209/2018

Publicação Nº 1776026

PORTARIA Nº 1209, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Readapta servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, a servidora Patricia Emilly Pereira de Moraes Vergani, matrícula nº 410151/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora deve ter uma colega lhe auxiliando em sala de aula quando houver necessidade de elevação de crianças.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 29 de agosto de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1209/2018

Publicação Nº 1776001

PORTARIA Nº 1209, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Readapta servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, a servidora Patricia Emilly Pereira de Moraes Vergani, matrícula nº 410151/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora deve ter uma colega lhe auxiliando em sala de aula quando houver necessidade de elevação de crianças.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 29 de agosto de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/43/2018

Publicação Nº 1775820

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/43/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0344/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de Cadeiras.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 30 de outubro de 2018.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 18 de outubro de 2018.

Francieli da Rosa
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/44/2018

Publicação Nº 1776017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/44/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0350/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais hidráulicos em Ferro Galvanizado (tubos e conexões).

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 31 de outubro de 2018.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 18 de outubro de 2018.

Francieli A. da Rosa
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/45/2018

Publicação Nº 1776147

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/45/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0351/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais hidráulicos em ferro fundido e válvulas.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 05 de novembro de 2018.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 18 de outubro de 2018.

Francieli da Rosa
Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA 004/2018

Publicação Nº 1776304

EDITAL Nº 004/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONVOCA ENTIDADES PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA OFICIAL

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas, SC, no uso da Lei Orgânica Municipal arts. 103 e 104, para apresentação do Contrato de Programa com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, visando assegurar a o conhecimento da população quanto a definição dos investimentos e despesa continuada, torna pública a data da Audiência Pública Oficial, em consonância com a Legislação vigente e pelas disposições deste Edital.

1 - DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1.1 A Audiência Pública, como instrumento de transparência da Gestão Fiscal do Município de Catanduvas SC, será realizada para apresentação do Contrato de Programa com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan.

1.2 A Audiência Pública será Oficial.

1.3 A Audiência será coordenada pelo Secretário Municipal de Finanças ou Secretario de Planejamento, por um representante indicado pelo Poder Executivo.

2 - DO CALENDÁRIO, PAUTA E PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

2.1 A Audiência Pública acontecerá no DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, às 19 horas, nas Dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas (SC), contendo os seguintes assuntos de Pauta:

2.1.1 Apresentação do Contrato de Programa com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

3 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Serão objetos de discussão na Audiência Pública Apresentação do Contrato de Programa com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan.

3.2 Todos os demais cidadãos Catanduvenses e outras entidades civis que manifestarem interesse poderão participar da Audiência Pública Oficial, opinando, tendo os maiores de 16 (dezesseis) anos direito ao VOTO para alterações do Plano Diretor.

3.3 A Audiência Pública será registrada em ata e relatório das propostas aprovadas.

Catanduvas SC, 17 de outubro de 2018.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Marcia Pasqualli

Secretária Municipal de Gestão e Planejamento

CONTRATO PMC Nº 0064/201/ - RATEIO CIMCATARINA

Publicação Nº 1776139

CONTRATO DE RATEIO

Termo de Contrato PMC nº. 0064/2018

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.939.414/0001-45, com sede na R. Felipe Schimit, 1435, na cidade de Catanduvas - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Dorival Ribeiro Dos Santos, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Catanduvas - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12ºAndar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 2.647/2018, e do Contrato de Programa .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público

CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2018, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 9.333,00 (Nove mil trezentos e trinta e três reais), divididos em 3 parcelas mensais de R\$ 3.111,00 (Três mil cento e onze reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário, depósito em conta do PROLICITA ou através de autorização de débito automático.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.885,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	2.142,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	306,00
TOTAL		R\$	9.333,00

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 00100/2018, Dispensa de Licitação nº 0014/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Catanduvas - SC, 03 de Outubro de 2018.

Município de Catanduvas - SC DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

EXTRATO CONTRATO FMAS 0025/2018 - ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Publicação Nº 1776068

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0025/2018

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, através do Sr. Everaldo Gabriel da Costa, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, E A EMPRESA ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES. (Processo licitatório nº 0096/2018 - Pregão nº 0071/2018)

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua da Liberdade, 1524, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 11.776.999/0001-81, neste ato representado pelo Sr. Everaldo Gabriel da Costa, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI, com sede na Rua Maruri, nº 568, Bairro Centro, no município de Concórdia-SC, CEP: 89.700-065, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 95.811.790/0001-00, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Adriano Port, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 4.163.826 e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº 010.136.189-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 0096/2018, modalidade Pregão Presencial nº. 0071/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. A presente licitação tem por objeto contratação empresa para fornecimento de equipamento/material permanente, para a manutenção e o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposição no Termo de Referência (Anexo "E" do Edital de Pregão Presencial 0071/2018).

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	6,00	UN		Ar condicionado 9000 BTU quente/frio, com filtro FULLI HD, digital inverse, velocidade 4 baixa/média/alta/turbo, potência 815W, eficiência energética 3,24W, modos de operação Auto/Cool/Fan/Dry/Heat, vão de ar 516 m³/h, temperatura 16°C - 30° C, com controle remoto, compressor motor BLDC, alimentação 220W, capacidade de resfriamento mínimo 3200. Máximo 13000 BTU/h, circulação de ar 10.5 m³/min, instalado.	1.785,00	10.710,00
Total						10.710,00

1.2. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0071/2018 e seus Anexos;
- Proposta de Preços da CONTRATADA.

1.3. Os documentos referidos no presente item, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste Contrato será executado a partir de sua assinatura, de forma contínua, até o termino da vigência, seguindo todas as determinações constante do Anexo "E" do Edital que a este deu causa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO

3.1. A vigência do futuro Contrato será até a vigência de presente exercício (31/12/2018), contados da data da assinatura da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. IV da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

3.2. O início dos serviços deve se dar em até 10 (dez) dias, a partir da expedição da Autorização de Fornecimento.

3.3. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

3.4. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

3.5. Em caso de prorrogação do contrato será aplicado na data base, a variação do IGP-DI ocorrida nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 10.710,00 (Dez mil setecentos e dez reais).

4.2. A CONTRATADA encaminhará relatório dos trabalhos efetuados, assim como a respectiva nota fiscal de prestação dos serviços à CONTRATANTE, que atestará o recebimento dos mesmos e encaminhará à Contabilidade para que se proceda o pagamento até o dia o 12º dia útil, do mês subsequente ao qual foram efetuados os serviços.

4.3. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguro de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente.

4.4. Durante a vigência deste contrato e para o recebimento do pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e previdenciária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Obrigações da Contratante:

- a) A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- b) Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Notificar à Contratada, através do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;
- d) Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado;
- e) Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- f) Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os serviços estabelecidos na Cláusula Primeira.

4.2. Obrigações da Contratada:

- a) A Contratada obriga-se a atender os critérios estabelecidos pela Contratante, nos termos da Lei e do Edital da Pregão Presencial 0071/2018;
- b) Responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- c) Prestar os serviços contratados de acordo com o estipulado no Edital que a este de Causa;
- d) Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes aos honorários da execução dos serviços, despesas com deslocamentos, equipamentos, alimentação e hospedagem e outros que incidam sobre o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3. O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

- 8.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);
- 8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
- 8.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;
- 8.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 8.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.2.1 e 8.3.1 será o valor inicial do Contrato.
- 8.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Despesa: 20 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 17 - BEM ESTAR SOCIAL - FMAS

Projeto/Atividade: 2.039 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família

Elemento: 44905212000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 435 - Transferências de Convênios – União/Assistência So

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem a anuência do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA, E DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Independentemente de sua transcrição, farão parte do Contrato todas as condições estabelecidas no Edital e, no que couber, na proposta da CONTRATADA, bem como todas as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

11.2. Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Catanduvas, SC, 03 de Outubro de 2018.

Adriano Port ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI CONTRATADA	Everaldo Gabriel da Costa Secretário Municipal de Assistência Social CONTRATANTE
--	--

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO CONTRATO FMAS Nº 0023/2018 - AUTOSHOW GM

Publicação Nº 1776063

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0023/2018

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, através do Sr. Everaldo Gabriel da Costa, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, E A EMPRESA AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTES E MATERIAIS PERMANENTES. (Processo licitatório nº 0096/2018 - Pregão nº 0071/2018)

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua da Liberdade, 1524, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 11.776.999/0001-81, neste ato representado pelo Sr. Everaldo Gabriel da Costa, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 476, Bairro Centro, no município de Joaçaba-SC, CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 10.582.050/0002-69, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Fernando Massaia, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 4.023.952 e inscrito(a) no CP-F-MF sob o nº 069.854.879-55, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 0096/2018, modalidade Pregão Presencial nº. 0071/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. A presente licitação tem por objeto contratação empresa para fornecimento de equipamento/material permanente, para a manutenção e o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposição no Termo de Referência (Anexo "E" do Edital de Pregão Presencial 0071/2018)

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
6	1,00	UN		Veículo ano 2018/ modelo 2019, na cor branca, combustível: gasolina/etanol; com motorização mínima 1.4, com capacidade mínima de 5 lugares, direção hidráulica, protetor de cárter, travas elétricas, vidros elétricos dianteiros, ar condicionado, rádio AM/FM com CD Player, antena e auto falantes, jogo de tapetes, todos os itens de segurança obrigatórios de acordo com a legislação vigente.	53.790,00	53.790,00
Total						53.790,00

1.2. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0071/2018 e seus Anexos;
- Proposta de Preços da CONTRATADA.

1.3. Os documentos referidos no presente item, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste Contrato será executado a partir de sua assinatura, de forma contínua, até o termino da vigência, seguindo todas as determinações constante do Anexo "E" do Edital que a este deu causa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO

- A vigência do futuro Contrato será até a vigência de presente exercício (31/12/2018), contados da data da assinatura da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. IV da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- O início dos serviços deve se dar em até 10 (dez) dias, a partir da expedição da Autorização de Fornecimento.
- Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.
- Em caso de prorrogação do contrato será aplicado na data base, a variação do IGP-DI ocorrida nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 53.790,00 (Cinquenta e três mil setecentos e noventa reais).
- A CONTRATADA encaminhará relatório dos trabalhos efetuados, assim como a respectiva nota fiscal de prestação dos serviços à CONTRATANTE, que atestará o recebimento dos mesmos e encaminhará à Contabilidade para que se proceda o pagamento até o dia o 12º dia útil, do mês subsequente ao qual foram efetuados os serviços.
- O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguro de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente.
- Durante a vigência deste contrato e para o recebimento do pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e previdenciária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**4.1. Obrigações da Contratante:**

- A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- Notificar à Contratada, através do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;
- Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado;
- Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os serviços estabelecidos na Cláusula Primeira.

4.2. Obrigações da Contratada:

- A Contratada obriga-se a atender os critérios estabelecidos pela Contratante, nos termos da Lei e do Edital da Pregão Presencial 0071/2018;
- Responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- Prestar os serviços contratados de acordo com o estipulado no Edital que a este de Causa;
- Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes aos honorários da execução dos serviços,

despesas com deslocamentos, equipamentos, alimentação e hospedagem e outros que incidam sobre o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3. O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

8.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

8.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

8.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.2.1 e 8.3.1 será o valor inicial do Contrato.

8.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Despesa: 20 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 17 - BEM ESTAR SOCIAL - FMAS

Projeto/Atividade: 2.039 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família

Elemento: 44905252000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 435 - Transferências de Convênios – União/Assistência So

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem a anuência do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA, E DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Independentemente de sua transcrição, fazem parte do Contrato todas as condições estabelecidas no Edital e, no que couber, na proposta da CONTRATADA, bem como todas as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

11.2. Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Catanduvas, SC, 03 de Outubro de 2018.

Fernando Massaia AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA CONTRATADA	Everaldo Gabriel da Costa Secretário Municipal de Assistência Social CONTRATANTE
---	--

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO CONTRATO FMAS Nº 0024/2018 - COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ

Publicação Nº 1776065

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0024/2018

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, através do Sr. Everaldo Gabriel da Costa, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, E A EMPRESA COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES. (Processo licitatório nº 0096/2018 - Pregão nº 0071/2018)

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua da Liberdade, 1524, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 11.776.999/0001-81, neste ato representado pelo Sr. Everaldo Gabriel da Costa, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA, com sede na Travessa Teobaldo Fritz, S/N, Bairro Centro, no município de Fraiburgo-SC, CEP: 89.580-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.220.031/0001-83, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Leonir de Oliveira Jomba, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 3.320.321 e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº 946.802.489-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 0096/2018, modalidade Pregão Presencial nº. 0071/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. A presente licitação tem por objeto contratação empresa para fornecimento de equipamento/material permanente, para a manutenção e o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposição no Termo de Referência (Anexo "E" do Edital de Pregão Presencial 0071/2018).

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	1,00	UN		Aspiador de pó e água- Acompanha mangueira, filtro de cartucho, três tubos extensores de plástico, bocal 2 em 1 com cerdas e de canto, escova de piso- Motor universal com escovas, potência 1000W, tensão 220 V, Pressão de vácuo: 14-16 KPa, capacidade do reservatório-pó 10 lt, água 5lt, fluxo de saída de ar: 1,2- 1,5 m³/min, Classe de proteção: IP24- Classe 2, comprimento do cabo elétrico: 5 metros, Comprimento da mangueira: 1,5 metros, Nível de ruído: 91-91 dB	289,50	289,50
Total						289,50

1.2. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 0071/2018 e seus Anexos;

b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

1.3. Os documentos referidos no presente item, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste Contrato será executado a partir de sua assinatura, de forma contínua, até o termino da vigência, seguindo todas as determinações constante do Anexo "E" do Edital que a este deu causa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO

3.1. A vigência do futuro Contrato será até a vigência de presente exercício (31/12/2018), contados da data da assinatura da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. IV da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

3.2. O início dos serviços deve se dar em até 10 (dez) dias, a partir da expedição da Autorização de Fornecimento.

3.3. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

3.4. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

3.5. Em caso de prorrogação do contrato será aplicado na data base, a variação do IGP-DI ocorrida nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 289,00 (Duzentos e oitenta e nove reais).

4.2. A CONTRATADA encaminhará relatório dos trabalhos efetuados, assim como a respectiva nota fiscal de prestação dos serviços à CONTRATANTE, que atestará o recebimento dos mesmos e encaminhará à Contabilidade para que se proceda o pagamento até o dia o 12º dia útil, do mês subsequente ao qual foram efetuados os serviços.

4.3. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguro de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente.

4.4. Durante a vigência deste contrato e para o recebimento do pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e previdenciária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**4.1. Obrigações da Contratante:**

- a) A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- b) Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Notificar à Contratada, através do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;
- d) Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado;
- e) Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- f) Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os serviços estabelecidos na Cláusula Primeira.

4.2. Obrigações da Contratada:

- a) A Contratada obriga-se a atender os critérios estabelecidos pela Contratante, nos termos da Lei e do Edital da Pregão Presencial 0071/2018;
- b) Responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- c) Prestar os serviços contratados de acordo com o estipulado no Edital que a este de Causa;
- d) Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes aos honorários da execução dos serviços, despesas com deslocamentos, equipamentos, alimentação e hospedagem e outros que incidam sobre o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3. O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

8.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

8.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

8.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.2.1 e 8.3.1 será o valor inicial do Contrato.

8.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Despesa: 20 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 17 - BEM ESTAR SOCIAL - FMAS

Projeto/Atividade: 2.039 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família

Elemento: 44905212000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 435 - Transferências de Convênios – União/Assistência So

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem a anuência do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA, E DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Independentemente de sua transcrição, farão parte do Contrato todas as condições estabelecidas no Edital e, no que couber, na proposta da CONTRATADA, bem como todas às disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

11.2. Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Catanduvas, SC, 03 de Outubro de 2018.

Leonir de Oliveira Jomba COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA CONTRATADA	Everaldo Gabriel da Costa Secretário Municipal de Assistência Social CONTRATANTE
---	--

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO CONTRATO PMC 0066/2018 - SICREDI

Publicação Nº 1776297

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0066/2018

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS – SICREDI UNIESTADOS, para Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviço de recolhimento de impostos, taxas, tarifas e demais receitas de competência do Município de Catanduvas, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00101/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0073/2018

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças, Sra. Lucimari Spader, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS – SICREDI UNIESTADOS com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 71, Bairro Centro, no município de Erechim-RS, CEP: 99.700-228, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 87.780.268/0001-71, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Jonas André Torcatto, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 4.216.942 e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº 043.163.919-17 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 00101/2018, modalidade Pregão Presencial nº 0073/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de serviços bancários de arrecadação de receitas tributárias e não tributárias de competência do Município de Catanduvas - SC, através de BOLETO BANCÁRIO ou DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL, em padrão de MODALIDADE ARRECAÇÃO COM REGISTRO, por intermédio da rede bancária, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, mais tarifas TED e DOC e Manutenção de Conta.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	7.500,00	UN.	Boleto bancário ou documento de arrecadação municipal com registro	SICREDI	1,45	10.875,00
2	12,00	MEN.	Tarifa de manutenção de conta corrente	SICREDI	0,001	0,01
3	698,00	UM.	Transferência TED e DOC	SICREDI	3,50	2.443,00
TOTAL						13.318,01

1.2. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 0073/2018 e seus Anexos;

b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

1.3. Os documentos referidos no presente item, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. Os serviços contratados vigorão por 12 (doze) meses, contados da data de expedição da ordem de serviço, podendo a critério das partes, ter sua duração prorrogada, nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O Município pagará à CONTRATADA:

- (a) o valor de R\$ 1,45 (Um real e quarenta e cinco centavos) por BOLETO BANCÁRIO ou DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL com código de barras, recebido através do caixa, caixa eletrônico, internet (home/office banking) e correspondente bancário, estando incluso neste preço todos os custos, tais como o de registro, baixa e compensação bancária do boleto ou documento;
- (b) Tarifa de manutenção de conta corrente, limitado ao preço mensal máximo de R\$ 0,001 (Um milésimo de centavo);
- (c) Tarifa de transferência TED e DOC pelo preço unitário máximo de R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos).

3.2. O Município não pagará tarifas ou preços de serviços diversos dos relacionados no item anterior.

3.3. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguro de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente.

3.4. Durante a vigência deste contrato e para o recebimento do pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e previdenciária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Obrigações da Contratante:

- a) A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- b) Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Notificar à Contratada, através do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;
- d) Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado;
- e) Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- f) Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os serviços estabelecidos na Cláusula Primeira.

3.2 Obrigações da Contratada:

- a) A Contratada obriga-se a atender os critérios estabelecidos pela Contratante, nos termos da Lei e do Edital do Pregão Presencial 0072/2018;
- b) Dispor do objeto do presente termo de contrato, conforme solicitação do CONTRATANTE.
- c) Promover todas as ações para a boa execução e eficiência na prestação dos serviços, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.
- d) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.
- e) A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado, inclusive frete e traslado.
- f) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.
- g) No caso de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

5.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências previstas na referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito à qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

6.3. O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. – A CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, em razão do descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste edital e seus anexos.

7.2. - O não cumprimento das obrigações contratuais previstas neste instrumento resultará em multa diária de 10% (dez por cento) do valor da arrecadação do último dia em que houve repasse, exceto nas hipóteses abaixo, em que se aplicarão as seguintes penalidades:

(a) Deixar de enviar arquivo de retorno no prazo estipulado, multa no valor de R\$ 40 (quarenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência do Município, por evento;

(b) Débito automático de tarifas sem autorização ou diferente do estipulado no processo licitatório, multa no valor de R\$ 40 (quarenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência do Município, por evento.

7.3. - A reincidência no descumprimento da cláusula acima por 03 (três) vezes configura automaticamente como quebra de contrato.

7.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Despesa: 15 - Manut. Atividades Secret. Administ. Finanças

Órgão: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2.004 - Manut. Atividades Secret. Administ. Finanças

Elemento: 33903981000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 100 - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor. CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem a anuência do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA, E DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. Independentemente de sua transcrição, farão parte do Contrato todas as condições estabelecidas no Edital e, no que couber, na proposta da CONTRATADA, bem como todas as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

10.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Catanduvas, SC, 17 de Outubro de 2018.

Jonas André Torcatto COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS – SICREDI UNIESTADOS CONTRATADA	LUCIMARI SPADER Secretária de Administração e Finanças CONTRATANTE
---	--

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 108/2018 PREGÃO 0078/2018

Publicação Nº 1775929

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00108/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0078/2018

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de forma parcelada, de Móveis Planejados para a Secretaria de Administração e Finanças deste Município.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 01 de novembro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 16 de outubro de 2018, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 16 de Outubro de 2018.

Lucimari Spader
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 0086/2018 - PREGÃO 0063/2018

Publicação Nº 1776000

Processo nº 0086/2018

Licitação: Pregão Presencial nº 0063/2018

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de móveis escolares, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Considerando a constatação de que ocorre falhas de descritivo em alguns itens dos objetos licitados no processo licitatório em pauta, entende-se que não há razão para seu prosseguimento neste momento.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE

Declarar REVOGADO o processo licitatório autuado sob o nº 0086/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 0063/2018, em razão do interesse público, pelo motivo supracitado.

Catanduvas, 16 de outubro de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI 2.649/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776035

LEI Nº 2.649/2018, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA O PARÁGRAFO 2º DO ART. 3º DA LEI Nº 2.359/2012, 23 DE ABRIL DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. O parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 2.359/2012, de 23 de abril de 2012, alterado pela Lei nº 2.646/2018, de 14 de setembro de 2018, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

.....

Parágrafo 2º. O processo licitatório de seleção da empresa beneficiária será na modalidade de melhor proposta técnica, devendo se estabelecer um sistema de pontuação que considere os requisitos previstos nos incisos IV e VII do § 1º deste artigo e, quando se tratar de imóvel de até 1.200m² (mil e duzentos metros quadrados), além de se considerar os requisitos previstos nos incisos IV e VII do §1º deste artigo, deverá se estabelecer um sistema de pontuação que favoreça as Microempresas - ME, as Empresas de Pequeno Porte - EPP e os Microempreendedores Individuais – MEI.”

..... (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 10 de outubro de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI 2.650/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776031

LEI Nº 2.650/2018, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISPENDER RECURSOS PARA ORGANIZAR O CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E DAS PRINCESAS DA IX FESTA DO CHIMARRÃO, EFETUAR DESPESAS COM O EVENTO DE LANÇAMENTO E COM A DIVULGAÇÃO DA REFE-
RIDA FESTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dispende recursos para organizar o concurso para escolha da rainha e das princesas da IX Festa do Chimarrão, podendo efetuar gastos com a divulgação do concurso, ornamentação e montagem da estrutura do local do evento, contratação de jurados, preparação das candidatas classificadas e fornecimento de vestes, confecção de faixas, coroas e vestidos para as candidatas vencedoras e outras despesas relacionadas ao concurso.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as despesas da rainha e das princesas da IX Festa do Chimarrão, quando estas forem convocadas a representar o Município de Catanduvas em feiras e eventos.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com o evento de lançamento da IX Festa do Chimarrão, bem como, com a divulgação da mesma.

Art. 4º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 10 de outubro de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033-2018 PCS - 001 PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Publicação Nº 1775682

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2018 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ nº 78.651.973/0001-88, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Luciano Gonzaga de Oliveira, portador do CPF nº 028.409.839-66, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material de proteção e segurança, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 053/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
1	20,00	Unidade	AVENTAL DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADO EM RASPA COM TIRAS EM RASPA PARA AJUSTE NO PESCOÇO E CINTURA PRESAS POR MEIO DE ARREBITES E FIVELAS METÁLICAS PARA AJUSTE. TAMANHO: 1,20X60 COR: CINZA. INDICAÇÃO DE USO: PARA PROTEÇÃO DO TRONCO CONTRA RESPINGOS DE MATERIAIS EM FUSÃO, OPERAÇÃO DE SOLDA E CORTE.	14,60
2	50,00	Unidade	AVENTAL EM PVC FORRADO. TAMANHO: 1,20 X 0,70, COR: BRANCO. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DA PARTE FRONTAL DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTES DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA.	5,50
3	300,00	Unidade	BLOQUEADOR SOLAR ULTRA FPS 60 UVA E UVB, COM REPELENTE DE INSETOS NÃO TÓXICO, RESISTENTE À ÁGUA, HIPOALÉRGICO, COM PROPRIEDADE HIDRATANTE, PARA SER UTILIZADO NO ROSTO, MÃOS, BRAÇOS, PÉS, E COM LUVAS. BISNAGA DE 120GR. INDICAÇÃO DE USO: AGE CONTRA A AÇÃO NOCIVA DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS DOS TIPOS UVA E UVB EMITIDAS PELAS RADIAÇÕES SOLARES, PELAS RADIAÇÕES PROVENIENTES DE TRABALHOS COM SOLDAS ELÉTRICAS E DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE EMITAM ESTE TIPO DE RADIAÇÃO. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	13,00
4	150,00	Par	BOTA DE PVC SOLADO PRO, FORRADA, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA À ABRAÇÃO, RASGAMENTO E TRAÇÃO, SOLADO ANTIDERRAPANTE. ALTURA DO CANO APROXIMADA: 24CM TAMANHO: 36 AO 45 COR: BRANCA INDICAÇÃO DE USO: LATICÍNIOS E FAZENDAS PRODUTORAS DE LEITE, INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS, APIÁRIOS, RESTAURANTES, FRIGORÍFICOS E ABATEDOUROS.	23,80
5	100,00	Par	BOTINA DE SEGURANÇA EM COURO, COM ELÁSTICO COBERTO NAS LATERAIS, DORSO ACOLCHOADO, PALMILHA ANTIBACTERIANA E SOLADO PU BIDENTIDADE INJEÇÃO DIRETA. COR: PRETA INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM LOCAIS ONDE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E/OU OBJETOS PESADOS SOBRE OS ARTELHOS.	31,00
6	200,00	Par	BOTINA DE SEGURANÇA EM COURO, COM ELÁSTICO COBERTO NAS LATERAIS, DORSO ACOLCHOADO, PALMILHA ANTIBACTERIANA, BIQUEIRA DE AÇO E SOLADO PU BIDENTIDADE INJEÇÃO DIRETA. COR: PRETA INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM LOCAIS ONDE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E/OU OBJETOS PESADOS SOBRE OS ARTELHOS.	37,00

9	100,00	Par	CALÇADO TIPO TÊNIS FEMININO, FECHAMENTO EM CADARÇO, CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA PRETO OU BRANCO, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL SINTÉTICO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE, SEM BIQUÊIRA DE AÇO. TAMANHO: 35 AO 39 COR: BRANCO INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM LOCAIS ONDE NÃO HAJA RISCO DE QUEDA DE MATERIAIS E/OU OBJETOS PESADOS SOBRE OS ARTELHOS.	57,00
13	50,00	Unidade	CAPACETE DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, CLASSE B, COM JUGULAR, MODELO ABA FRONTAL. INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE.	8,00
14	50,00	Kit	CONJUNTO DE SEGURANÇA, COMPOSTO DE BLUSÃO COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO E CALÇA COM CORDÃO NA CINTURA PARA AJUSTE; CONFECCIONADOS EM PVC FORRADO COM COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. COR AMARELA.	15,00
15	300,00	Unidade	CREME DE PROTEÇÃO ESPECIAL - ÁGUA, ÓLEO E PINTURA RESISTENTE (GRUPO 3). TAMANHO: 200 GRAMAS. COR: BRANCA. INDICAÇÃO DE USO: INDICADO PARA PROTEGER A PELE DO USUÁRIO CONTRA ÁGUA, TINTAS, VERNIZES, ÓLEOS BRUTOS E SOLÚVEIS, SOLVENTES, GRAXAS, CIMENTO, CAL, ARGAMASSA, LÃ DE VIDRO, COLAS INSTANTÂNEAS, RESINAS, ÁCIDOS E BASES EM DILUIÇÃO ATÉ 15%.	7,60
16	350,00	Unidade	CREME DESENGRAXANTE - INDICADO PARA LIMPEZA DE SUJIDADES MÉDIAS, PESADAS E MUITO PESADAS DA PELE. BIODEGRADÁVEIS E SEM ABRASIVOS E SOLVENTES. POTE 500GR. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	6,20
17	200,00	Unidade	CREME DESENGRAXANTE COM ESFOLIANTE - INDICADO PARA LIMPEZA DE SUJIDADES MÉDIAS, PESADAS E MUITO PESADAS DA PELE. BIODEGRADÁVEIS E SEM ABRASIVOS E SOLVENTES. POTE 500GR. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	6,20
24	100,00	Par	LUVA ANTIALÉRGICA, FABRICADA EM LÁTEX (BORRACHA NATURAL), INTERIOR EM VERNIZ SILVER, ANTIBACTERIANA, CLORINADA E COM PALMA ANTIDERRAPANTE, PROJETADA COM DEDOS CURVADOS PARA PERMITIR O MÁXIMO DE MOBILIDADE, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, COM TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, FABRICADA COM TRATAMENTO QUE AUXILIA NA PREVENÇÃO À ALERGIA AO LÁTEX. COMPRIMENTO 30CM. VÁRIOS TAMANHOS.	3,25
25	100,00	Par	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO CURTIDA AO CROMO, COM TIRA DE REFORÇO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, COM REFORÇO INTERNO NA PALMA E DEDOS. CANO: 30CM. TAMANHO: ÚNICO COR: CINZA INDICAÇÃO DE USO: PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS E BRAÇOS DE MATERIAIS CORTANTES OU ESCORIANTEIS, EM CHAPARIAS, FERRAGENS, MADEIRAS, FUNDIÇÕES E EM SERVIÇOS EM GERAL.	8,00
29	10,00	Unidade	MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA COM FILTRO DE ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO, COMPOSTA DE CARCAÇA CONFECCIONADA EM NYLON (MATERIAL ANTI-CHAMAS), CONTENDO SUPORTE DE CABEÇA (CARNEIRA) AJUSTÁVEL AO TAMANHO CRANIANO; APARADOR DE SUOR, VISOR FORMADO POR LENTE DE CRISTAL LÍQUIDO COM CÉLULAS SOLARES. O FILTRO DE LUZ QUANDO ATIVADO, É AJUSTADO AUTOMATICAMENTE PARA PROTEÇÃO, PODENDO SER COM TONALIDADE FIXA 11, 12 OU 13 E TONALIDADE VARIÁVEL 9 A 12, 9 A 13 OU 9 A 14 COM OU SEM RECURSO PARA ESMERILHAMENTO E LÂMPADA LED OPCIONAL PARA USO EM LOCAIS ESCUROS. TODAS AS MÁSCARAS COM PLACAS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE EM POLICARBONATO SUBSTITUÍVEIS; FILTRO DE LUZ MODELOS GR001, GR002, GR003, GR004, GR005 E GR006. PODENDO TER BATERIAS DE LÍTIO OU TIPO PALITO (AAA).	160,00
30	50,00	Pacote	MÁSCARA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT, PREGUEADA, CAMA DUPLA, DE ELÁSTICOS LATERAIS PARA FIXAÇÃO NAS ORELHAS, CLIP NASAL, ANTIALÉRGICA. CAIXA COM 50 UNIDADES. TAMANHO: ÚNICO COR: BRANCA.	8,00
34	100,00	Par	PERNEIRA SISTÉTICA COM TRÊS TALAS DE PVC CONTRA IMPACTO, TAMANHOS DIVERSOS.	15,70
37	200,00	Pacote	RESPIRADORES VALVULADOS DESCARTÁVEIS, COM VÁLVULA PARA POEIRA, NÉVOA E FUMO, TRATAMENTO ELETROSTÁTICO E ELEMENTOS FILTRANTES. PACOTE COM 10 UNIDADES.	1,10
38	10,00	Unidade	TOUCA DE SOLDADOR EM BRIM PESADO, NA COR VERDE.	5,80

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao

beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 17 de outubro de 2018.

PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA Luciano Gonzaga de Oliveira	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033-2018 PCS - 002 RAFAEL KUHN EIRELI

Publicação N° 1775684

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 053/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 033/2018 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa RAFAEL KUHN EIRELI, inscrita no CNPJ nº 14.255.257/0001-07, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Leodir da Silva, portador do CPF nº 430.836.179-68, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material de proteção e segurança, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 053/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
23	100,00	Par	LUVA 100% EM BORRACHA LÁTEX, PALMA, DEDOS E DORSO ANTIDERRAPANTES, PUNHO LONGO PRENDE-SE AO ANTEBRAÇO DO USUÁRIO, EVITANDO QUE LÍQUIDOS ESCORRAM PARA DENTRO DA LUVA. TAMANHO: M, G, XG. COR: ÚNICA INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS TAIS COMO: DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACOS E SIMILARES.	2,50
26	100,00	Par	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA NATURAL FLEXÍVEL, CURTIDA AO CROMO, COM DORSO DE RASPA, COM REFORÇO INTERNO NA PALMA E REFORÇO EXTERNO ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR. ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO, COMPRIMENTO TOTAL 25CM. TAMANHO: ÚNICO COR: CINZA E BRANCA. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE.	8,50
27	800,00	Par	LUVA TRICOTADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER, COM PVC NA PALMA. TAMANHO ÚNICO. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	2,25
31	50,00	Unidade	ÓCULOS DE PROTEÇÃO FÊNIX - LENTES EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCOS. ABAS LATERAIS DE PROTEÇÃO. ARMAÇÃO PRETA E HASTES REGULÁVEIS. ACOMPANHA CORDÃO DE SEGURANÇA. COR FUMÊ.	3,10
32	50,00	Unidade	ÓCULOS DE PROTEÇÃO FÊNIX - LENTES EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCOS. ABAS LATERAIS DE PROTEÇÃO. ARMAÇÃO PRETA E HASTES REGULÁVEIS. ACOMPANHA CORDÃO DE SEGURANÇA. COR INCOLOR.	3,10

33	150,00	Unidade	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR EM UMA ÚNICA PEÇA, CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO E DOTADOS DE PROTEÇÃO LATERAL COM VENTILAÇÃO TAMANHO: ÚNICO COR: INCOLOR. INDICAÇÃO DE USO: PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS.	2,85
35	100,00	Unidade	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICO, APRESENTANDO ALMOFADAS DE ESPUMA EM SUAS LATERAIS E EM SEU INTERIOR. POSSUI UMA HASTE EM PLÁSTICO RÍGIDO ALMOFADADO E METAL QUE MANTÊM AS CONCHAS FIRMEMENTE SELADAS CONTRA A REGIÃO DAS ORELHAS DO USUÁRIO E QUE SUSTENTA AS CONCHAS.	14,00
36	100,00	Unidade	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG EM SILICONE MEDICINAL, CONSTITUÍDO POR TRÊS FLANGES EM COPOLÍMERO ATÓXICO E CORDÃO. NÍVEL DE ATENUAÇÃO DE RUÍDO PELA NORMA NRR/FS 17 DB. ANTIALÉRGICO, FORNECIDO EM CAIXA PLÁSTICA INDIVIDUAL PARA GARANTIA DE HIGIENIZAÇÃO.	1,50
39	50,00	Pacote	TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50CM DE DIÂMETRO, SEM CONTATO MANUAL, SELADA POR ULTRASSOM. PACOTE COM 100 UNIDADES. TAMANHO: ÚNICO COR: BRANCA.	8,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 17 de outubro de 2018.

RAFAEL KUHN EIRELI
Leodir da Silva

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033-2018 PCS - 003 TOPE BRASIL LTDA

Publicação Nº 1775686

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2018 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa TOPE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.304.528/0001-04, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. André Antonio Tonon, portador do CPF nº 030.819.089-06, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material de proteção e segurança, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 053/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
10	200,00	Unidade	CAMISETA EM MALHA POLIVISCOSE, MANGA CURTA, NA COR VERDE, DECOTE REDONDO, COM UM BOLSO FRONTAL, COM SERIGRAFIA NO BOLSO. TAMANHOS VARIADOS.	20,45
11	50,00	Unidade	CAMISETA EM MALHA POLIVISCOSE, MANGA CURTA, NA COR VERDE, GOLA A POLO, COM UM BOLSO FRONTAL, COM SERIGRAFIA NO BOLSO. TAMANHOS VARIADOS.	30,85
12	200,00	Unidade	CAMISETA FEMININA, EM MALHA POLIVISCOSE, MANGA CURTA, NA COR BRANCA, TAMANHOS M E G, DECOTE REDONDO, COM SERIGRAFIA NA PARTE DA FRENTE, LADO ESQUERDO.	21,45

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 17 de outubro de 2018.

TOPE BRASIL LTDA André Antonio Tonon	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033-2018 PCS - 004 RAJÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Publicação Nº 1775688

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2018 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa RAJÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.771.784/0001-53, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Omar José Cassol, portador do CPF nº 196.016.209-82, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material de proteção e segurança, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 053/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
7	100,00	Unidade	CALÇA OPERACIONAL FEMININA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO, COR BRANCA, TAMANHOS M E G, COM ELÁSTICO NA CINTURA, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS TIPO FACA NA CINTURA E UM BOLSO ATRÁS.	35,85
8	100,00	Unidade	CALÇA OPERACIONAL MASCULINA EM BRIM PESADO 100% ALGODÃO, COR VERDE, TAMANHOS VARIADOS COM ELÁSTICO NA CINTURA, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS TIPO FACA NA CINTURA E UM BOLSO ATRÁS.	35,95
19	150,00	Unidade	JALECO COM MANGA CURTA, EM BRIM PESADO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE COM BOTÕES FRONTAIS, COM BOLSO FRONTAL ESQUERDO,. COM SERIGRAFIA. TAMANHOS VARIADOS.	37,85
20	100,00	Unidade	JALECO COM MANGA LONGA, EM BRIM PESADO 100% ALGODÃO, NA COR VERDE, COM BOTÕES FRONTAIS, COM BOLSO FRONTAL ESQUERDO. COM SERIGRAFIA. TAMANHOS VARIADOS.	38,85
21	100,00	Unidade	JALECO FEMININO, 100% POLIÉSTER, COR BRANCA, MANGA LONGA, 1 BOLSO SUPERIOR E 2 INFERIORES, QUATRO BOTÕES FRONTAIS, CINTO TRASEIRO CENTRADO EM PENSES, SENDO 2 PENSES NA FRENTE, ABERTURA TRASEIRA CENTRAL, COM GOLA. TAMANHOS M E G. COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO BOLSO.	48,85
22	100,00	Unidade	JALECO MASCULINO, 100% POLIÉSTER, COR BRANCA, MANGA LONGA, 1 BOLSO SUPERIOR E 2 INFERIORES, QUATRO BOTÕES FRONTAIS, CINTO TRASEIRO CENTRADO EM PENSES, SENDO 2 PENSES NA FRENTE, ABERTURA TRASEIRA CENTRAL, COM GOLA. TAMANHOS M E G. COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO BOLSO.	48,80
28	60,00	Unidade	MACACÃO MASCULINO CONFECCIONADO EM BRIM PESADO 100% ALGODÃO, COR VERDE, COM BOTÕES DO PESCOÇO ATÉ A CINTURA, COM ELÁSTICO NA CINTURA, COM BOLSO FRONTAL NA PARTE SUPERIOR E DOIS BOLSOS TIPO FACA NA PARTE INFERIOR, MANGA CURTA, VÁRIOS TAMANHOS, COM SERIGRAFIA NO BOLSO FRONTAL.	76,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.
- 3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 033/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 17 de outubro de 2018.

RAJÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA Omar José Cassol	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
--	--

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

307.2018

Publicação Nº 1775484

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 307/2018

- CONSIDERANDO, a apresentação dos atestados médicos.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público RICARDO CLAUDINO, matriculado sob o nº 2627/01, pelo período de 28 (vinte e oito) dias, conforme atestados médicos, sendo os primeiros 15 (quinze) dias de 29.09.2018 a 13.10.2018, remunerados pelo município e os remanescentes de 14.10.2018 a 26.10.2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Para fins de agendamento do pedido de Auxílio Doença junto à Previdência Social, cabe ao servidor o referido procedimento, conforme dispõe o artigo 76-A, do Decreto 3048/99.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.09.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

310.2018

Publicação Nº 1775654

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 310/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 069 de 02.02.2018, que admiti em caráter temporário o servidor, DEIVID DIONI MONTEIRO, professor de Educação Física - ACT- 40 horas, a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 201, de 07.06.2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

311.2018

Publicação Nº 1775819

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 311/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ROGERIO DA SILVA, para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Urbanismo, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos - Nível DAS-5, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

312.2018

Publicação Nº 1775918

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 312/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear DEIVID DIONI MONTEIRO, para ocupar o cargo de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de agente político, a partir de 18.10.2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 093, DE 16.10.2018

Publicação Nº 1776064

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 093, DE 16.10.2018

Homologa Resoluções nº 005/2018 e 006/2018, do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado /SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado as Resoluções abaixo mencionadas, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Chapadão do Lageado-SC:

I - Resolução nº 005/2018, de 01.10.2018, que Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), do Município de Chapadão do Lageado /SC

II – Resolução nº 006/2018, de 01.10.2018, que Dispõe sobre a aquisição de itens para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro Multiuso Sebastião Rode, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 16 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº005/2018

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela

Portaria nº 247/2016 de 24.05.2016, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº005/2018, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o Cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, referente ao ano de 2018, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano do Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social e (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 01 de outubro de 2018.
JOICI DEMETRIO CAOVILLA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº006/2018

Dispõe sobre a aquisição de itens para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro Multiuso Sebastião Rode, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 247/2016 de 24.05.2016, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº005/2018, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a compra e pagamento de um fogão a gás industrial e uma máquina de lavar roupas, itens para uso da Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro Multiuso Sebastião Rode do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 01 de outubro de 2018.
JOICI DEMETRIO CAOVILLA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2018 - FMS

Publicação Nº 1775807

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 16/2018 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 16/2018.

Vigência: 23/08/2018 à 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 59/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA.

Valor: R\$ 193.240,00 (cento e noventa e três mil e duzentos e quarenta reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de (LOTE 01) - VEÍCULO PICKUP AMBULÂNCIA 0 (ZERO) KM, ANO/MODELO 2018/2019, para uso no transporte de pacientes para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão de Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 23 de agosto de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2018 - FMS

Publicação Nº 1775809

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 20/2018 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 20/2018.

Vigência: 13/09/2018 à 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 80/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI).

Valor: R\$ 60,00 (sessenta reais), por atendimento, mediante apresentação pela CONTRATADA, da correspondente Nota Fiscal e do relatório de atendimentos realizados.

Objeto: É objeto do presente contrato a prestação de serviços por parte da CONTRATADA visando o atendimento da população oriunda do

município CONTRATANTE durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo atenção integral à saúde dos munícipes que buscarem atendimento junto à CONTRATADA, seja por demanda espontânea ou por encaminhamento do CONTRATANTE ou de outra entidade de saúde, nos casos que não configurarem atendimento de urgência e emergência ou qualquer outro tipo de atendimento que já constitua obrigação da CONTRATADA perante o Sistema Único de Saúde.

DATA DA ASSINATURA: 13 de setembro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2018 - PM

Publicação Nº 1775814

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 49/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 49/2018.

Processo licitatório n. 74/2018.

Vigência: 24/09/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SOLANGE DA SILVA AUTOMECANICA ME.

Valor: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto e manutenção: LOTE 01 - VW/ SAVEIRO CLI 1.8 ANO/MODELO 1997/1997, PLACA CIB 4037, utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência;

DATA DA ASSINATURA: 24 de setembro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2018 - PM

Publicação Nº 1775817

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 50/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 50/2018.

Processo licitatório n. 73/2018.

Vigência: 09/10/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MADESCH COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.

Valor: R\$ 84.970,00 (oitenta e quatro mil novecentos e setenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COM ÁREA DE 759,00 M² PARA ABRIGAR O MAQUINÁRIO E ESCRITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, LOCALIZADO NA RODOVIA LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, SN, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, de conformidade com os projetos e quadro de quantidades (orçamentos) e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.

DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2018 - PM

Publicação Nº 1775825

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 51/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 51/2018.

Processo licitatório n. 89/2018.

Vigência: 11/10/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CONSERTHA ACESSORIOS PARA VEICULOS EIRELI.

Valor: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DE UM FORD/CARGO 2622 E, ANO/MODELO 2010/2011, PLACA MIF 8211, COR BRANCA, ESPÉCIE TIPO CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, utilizado pela Secretaria Municipal de Obras do Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2018 - PM

Publicação Nº 1775829

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 52/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 52/2018.

Processo licitatório n. 82/2018.

Vigência: 10/10/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Valor: R\$ 404.423,81 (quatrocentos e quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar execução de DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSIOS EM PAVER, SINALIZAÇÃO VIÁRIA e PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA em C.B.U.Q. (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), na Avenida 29 de Novembro (trecho 03), Estaca 0 a Estaca 8, perfazendo 160 metros, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos), cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.

1.1.1 Área total de pista a pavimentar: 2.398,17 m²;

1.1.2 Área total de passeio a pavimentar: 678,96 m².

DATA DA ASSINATURA: 10 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2017 - PM

Publicação Nº 1775811

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

nº 37/2017 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 39/2018.

Processo Licitatório nº 52/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal c/c o art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor: Os acréscimos decorrentes da inclusão do item 12, tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 20.978,28 (vinte mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Objeto: Fica acrescido ao objeto do contrato, o item 12, parte integrante da Proposta de Preços apresentada no Pregão Presencial n. 34/2017.

DATA DA ASSINATURA: 08 de agosto de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2017 - PM

Publicação Nº 1775813

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
nº 37/2017 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 47/2018.

Processo Licitatório nº 52/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal c/c o art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor: Os acréscimos decorrentes da inclusão e modificação têm impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 26.762,67 (vinte e seis mil setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

Objeto: Parágrafo primeiro: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso do sistema de Gestão do E-Social não customizável, no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo segundo: Fica SUPRIMIDO do objeto do contrato o item 23 "Atendimento ao servido público via internet" no valor mensal de R\$ 218,52. Fica ainda, ACRESCIDO em seu lugar o sistema Minha Folha no valor mensal de R\$ 377,98 (trezentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo terceiro: Pela preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização e implantação do sistema será pago o valor de R\$ 941,03 (novecentos e quarenta e um reais e três centavos).

Parágrafo quarto: Os serviços tratados nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro serão pagos em parcelas, mediante apresentação do relatório de execução de serviços devidamente aceito pela autoridade competente, em consonância com o cronograma de trabalho previamente aprovado por ambas as partes nos termos do artigo 7º, § 1º, in fine da Lei Federal n. 8.666/1993, observado o prazo final de conclusão de 20.12.2018.

DATA DA ASSINATURA: 20 de setembro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/PMCS/2018

Publicação Nº 1776080

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/PMCS/2018

Objeto: Pregão Presencial para aquisição de 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, destinado a manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Cocal do Sul e Urussanga/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h15min do dia 30/10/2018.

Abertura: Dia 30/10/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 141/PMCS/2018

Publicação Nº 1775783

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 141/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: MS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra de eletricista e auxiliar, pedreiro e servente/auxiliar, para manutenção e conservação dos imóveis do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 20/09/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 153/PMCS/2018

Publicação Nº 1775818

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 153/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: TEMA – ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de forma parcelada para a contratação de pessoa física ou jurídica para serviços de elaboração de projetos de engenharia para atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 15/10/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 108.498,12 (cento e oito mil e quatrocentos e noventa e oito reais e doze centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 155/PMCS/2018

Publicação Nº 1775845

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 155/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MSGEO ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de forma parcelada para a contratação de pessoa física ou jurídica para serviços de elaboração de projetos de engenharia para atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 15/10/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 549.310,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e trezentos e dez reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 156/PMCS/2018

Publicação Nº 1775834

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 156/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS EIRELI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de forma parcelada para a contratação de pessoa física ou jurídica para serviços de elaboração de projetos de engenharia para atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 15/10/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 151.584,01 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos e oitenta e quatro reais e um centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 158/PMCS/2018

Publicação Nº 1775791

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 158/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MENEGON ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de artefatos de cimento (paver e tubos de concreto), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 15/10/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 120.540,00 (cento e vinte mil e quinhentos e quarenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**PREGÃO PRESENCIAL 14/2018**

Publicação Nº 1775676

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 05 de Novembro de 2018, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 14/2018, para Aquisição de Materiais de Construção, Concreto e Tampas de Reservatório de Água, conforme descrição do Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 05 de Novembro de 2018. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 17 de Outubro de 2018. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2018 PMC

Publicação Nº 1775800

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
ADENDO 01 AO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2018 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica para praças e/ou parques infantis do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, ficam remarcados para o dia 08 de novembro de 2018, as 10h00min, sendo que a abertura da licitação será no dia 08 de novembro de 2018, as 14h00min. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 17 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2018 PMC

Publicação Nº 1775799

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2018 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar os representantes legais da instituição financeira ITAÚ UNIBANCO S.A, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, São Paulo, SP, para assinatura do Contrato 279/2018, originado através da licitação em referência.

A não assinatura do Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da veiculação desta publicação, conforme previsto no item 16.1 do edital, acarretará na aplicação das penas prevista no item 18 do edital.

Concórdia, SC, 17 de outubro de 2018.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Pregoeira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4/2018, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775911

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4/2018, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.
Convoca Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema: "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências", com o objetivo de proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões no âmbito municipal, buscando consolidação do princípio da prioridade absoluta, preconizado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A Conferência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 25 de outubro de 2018, a partir das 8 horas, no auditório do Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, situado na Rua Victor Sopelsa,

1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926, 3º andar, Edifício Office, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 07/2018

Publicação Nº 1775559

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-000 Concórdia – SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 07/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal – CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

ADAIR ALVES – CPF: 831.492.449-00, Distrito Lageadinho, s/n, Bairro Interior, Rio das Antas/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 25/2018. Valor R\$ 342,62.

ADEMIR JOSÉ VICENTE – CNPJ: 01.622.642/0001-95 Rua Não Denominada, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 26/2018. Valor R\$ 64,63.

ALANA COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA EPP – CPF: 85.294.387/0003-50, Rua 29 de Julho, 986, Sala, Bairro Imperial, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa, Notificação de Dívida Ativa nº 86/2018. Valor R\$ 1.022,92.

ALBERTO CEZAR BENELLI JUNIOR – CPF: 083.598.789-27, Rua Marcelino Ramos, 434, casa, Bairro Imperial, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 27/2018. Valor R\$ 2.073,42.

ALISSON MACHADO MELO – CPF: 094.344.519-14, Rua Suécia, 177, Bairro das Nações, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 28/2018. Valor R\$ 5.693,10.

ALTEMIO DEPARIS – CPF: 430.322.229-15, Rua João Maria de Oliveira, 100, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e Taxas, Notificação de Dívida Ativa nº 159/2018, referente imóvel 352896 - 01.02.023.0096.002, Rua João Maria de Oliveira, 100, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC. Valor R\$ 330,15

ANDRÉ TEIXEIRA DA SILVA – CPF: 096.811.319-24, Rua Jorge Paulo, s/n, Bairro Piedade, Canoinhas/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 29/2018. Valor R\$ 155,12.

ANTONINHA DICKEL – CPF: 019.895.919-22, Rua José Hilário Fiorentin, 33, casa, Bairro Guilherme Reich, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 30/2018. Valor R\$ 19.157,31.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NAZARÉ – CNPJ: 01.736.702/0001-09, Travessa Nelso José Hermes, 04, Bairro Itaíba, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Indenizações e Restituições, Notificação de Dívida Ativa nº 11/2018, Valor R\$ 12.555,24.

BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME – CNPJ: 16.677.803/0001-15, Rua José Cosme Pamplona, 2350, Bairro Bela Vista, Palhoça/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa, Notificação de Dívida Ativa nº 88/2018. Valor R\$ 267,99.

C.J. CENTOFANTE & CIA LTDA – CNPJ: 07.559.294/0001-35, Rua Brigadeiro Rocha Loures, 72, Bairro Centro, Coronel Vivida/PR - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa, Notificação de Dívida Ativa nº 92/2018. Valor R\$ 1.712,24.

CLAUDETE DO AMARAL – CPF: 043.775.029-99, Rua dos Metais, 258, Bairro Natureza, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 31/2018. Valor R\$ 312,02.

CORAL GESSO E CONSTRUÇÃO LTDA ME – CNPJ: 10.316.717/0001-09, Travessa Nicolau Camilotto, Bairro Nazaré, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Indenização e Restituições, Notificação de Dívida Ativa nº 13/2018. Valor R\$ 3.733,33.

DANRLEI CORDEIRO DOS SANTOS – CPF: 079.846.449-69, Rua Victor Sopelsa, 1004, Bairro Parque de Exposições, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 34/2018. Valor R\$ 6.090,38.

DEVAIR LEONARDO CASSIANO – CPF: 094.265.289-46, Rua Alemanha, s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 35/2018. Valor R\$ 2.656,03.

DOMINGOS LUIZ EBERTZ – CPF: 652.627.519-20, Linha Pelotas, s/n, Bairro Interior, Arbutã/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 36/2018. Valor R\$ 3.366,64.

EDUARDO RODRIGO DE BORBA – CPF: 097.040.129-93, Estrada Rural, s/n, Linha Suruvi, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 37/2018. Valor R\$ 3.227,18.

ELOIR BEE – CPF: 020.829.319-19, Rua Fortunato Zoletti, 299, Bairro Santa Cruz, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Taxas de Cemitério, Notificação de Dívida Ativa nº 3379/2018. Valor R\$ 316,05.

FABIRICIO JESUS HIRT – CPF: 096.584.289-40, Rua Severina Bortoli Minozzo, 31, casa, Bairro São Cristóvão, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 38/2018. Valor R\$ 2.919,69.

FRANCISCO LUIZ CAMPANIN – CPF: 250.199.619-49, Rua das Imbuías, 17, Loteamento São Jorge, Bairro Floresta, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multas Por Auto de Infração, Notificação de Dívida Ativa nº 72/2018. Valor R\$ 352,73.

GIANCARLO CARGIA DA ROSA – CPF: 050.489.619-94, Rua Pico da Neblina, 64, casa, Bairro Colinas, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 41/2018. Valor R\$ 685,70.

GILMAR DE ANDRADE – CPF: 066.951.829-81, Rua Canadá, 10, Casa, Bairro das Nações, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 42/2018. Valor R\$ 3.129,45.

GIOVANNI ANTONIO NEOTTI – CPF: 093.862.949-23, Travessa Siria, 223, casa, Bairro das Nações, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 44/2018. Valor R\$ 3.416,92.

GUILHERMINO PEREIRA DA SILVA – CPF: 296.785.799-87, Rua Guilherme Borille, 94, Bairro Liberdade, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e Taxas, Notificação de Dívida Ativa nº 199/2018, referente imóvel 738220 – 01.04.041.0573.001, Rua Guilherme Borille, 94, Bairro Liberdade, Concórdia/SC Valor R\$ 192,32

GUSTAVO DIOGENES DAUFENBACH – CPF: 037.062.619-28, Rua Marcos Bento de Souza, 117, Bairro Liberdade, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa por Auto de Infração, Notificação de Dívida Ativa nº 91/2018. Valor R\$ 705,46.

HUELERSON LOURENDO DALLE LASTE – CPF: 083.907.149-30, Rua 20, 58, Bairro Natureza, Itá/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 45/2018. Valor R\$ 3.354,99

IRACEMA MANCER INÁCIO – CPF: 250.358.279-68, Rua Não Denominada, Bairro Não Denominado, Jaborá/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 46/2018. Valor R\$ 1.594,29.

JAIR ANTONIO BASEI – CPF: 025.855.319-70, Rua Gema Graciosa Slongo, Bairro dos Estados, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 47/2018. Valor R\$ 2559,48.

JOACIR DE OLIVEIRA BUENO – CPF: 594.631.399-15, Rua da Paz, 287, Bairro Alto Irani, Irani/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 48/2018. Valor R\$ 68,72.

JOSÉ ANTONIO FERRARI – CPF: 777.284.249-04, Linha Dois Irmãos, s/n, casa, Bairro Interior, Ipumirim/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 49/2018. Valor R\$ 1.964,82.

LADI SCALCON – CPF: 820.466.549-00, Estrada Rural, s/n, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multas Por Auto de Infração, Notificação de Dívida Ativa nº 85/2018. Valor R\$ 2.574,93.

LOIVANE BALBINOT – CPF: 949.245.469-68, Distrito de Santo Antonio, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Indenizações e Restituições, Notificação de Dívida Ativa nº 15/2018. Valor R\$ 1.290,25.

LUCINEIA PINHEIROS – CPF: 085.267.999-83, Rua Prefeito José Luiz de Castro, 58, Bairro Nazaré, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 53/2018. Valor R\$ 5.264,57.

LUIS FERNANDO DA PAIXÃO DE JESUS – CPF: 060.629.725-16, Linha Frágiosos, 58, SC 283, KM 07, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 54/2018. Valor R\$ 3.024,83.

LUÍZ SIMÃO DUARTE GUEDES – CPF: 078.326.899-86, Linha Alto Capitão, s/n, Casa, Bairro Interior, Ipumirim/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 55/2018. Valor R\$ 3.709,90.

MARLON DOMINGOS AZEVEDO – CPF: 035.608.989-43, Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 44, Bairro Imperial, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 57/2018. Valor R\$ 217,18.

METRÓPOLE COMÉRCIO SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS – CNPJ: 07.843.902/0001-39, Rua SRTVN – Quadra 701 – Conj. C, 124-BL A, Bairro Asa Norte, Brasília/DF - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa, Notificação de Dívida Ativa nº 93/2018. Valor R\$ 11.064,43.

ODAIR JOSÉ LAZARIN – CPF: 017.522.919-80, Rua Acesso Fioravante Angelo Massolini, 350, Bairro Primavera, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multas por Auto de Infração, Notificação de Dívida Ativa nº 84/2018. Valor R\$ 1.763,65.

PATRICIA MULLER – CPF: 053.322.099-83, Rua Augusto Sette, 313, Bairro Industriários, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Auto de Infração, Notificação de Dívida Ativa nº 10/2018. Valor R\$ 980,59.

PATRÍCIA ROSA VESCOVI SORGETZT – CPF: 091.040.509-32, Rua Não Denominado, Bairro Parque de Exposições, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 20/2018. Valor R\$ 1.619,25.

PATRÍCIA ROSA VESCOVI SORGETZT – CPF: 091.040.509-32, Rua Não Denominado, Bairro Parque de Exposições, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 59/2018. Valor R\$ 1.619,25.

PAULINO VALDECIR COVALSKI – CPF: 892.028.809-72, Rua 29 de Julho, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 60/2018. Valor R\$ 1.987,74.

SALETE TEIXEIRA MARCHESI – CPF: 949.239.499-53, Rua Oscar Sehn, 91, casa, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 66/2018. Valor R\$ 223,80.

SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA – CNPJ: 14.190.355/0001-03, Rua Dr. Antonino Sena Figueiredo, 113, Bairro Santa Tereza I, Barbacena/MG - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa, Notificação de Dívida Ativa nº 94/2018. Valor R\$ 1.254,92.

TIAGO ANTUNES – CPF: 071.154.169-82, Rua Getúlio Vargas, 415, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 67/2018. Valor R\$ 336,07.

VALDEMAR PADILHA – CPF: 005.524.869-14, Acesso Ass. Zumbi, s/n, Bairro Interior, Passos Maia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 68/2018. Valor R\$ 1.862,44.

VALMOR FERNANDO AMPESE – CPF: 164.539.569-34, Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 398, Bairro das Nações, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e Taxas, Notificação de Dívida Ativa nº 249/2018, referente imóvel 1040278 – 01.05.106.0269, Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 100, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 407,98.

VALMOR FERNANDO AMPESE – CPF: 164.539.569-34, Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 398, Bairro das Nações, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e Taxas, Notificação de Dívida Ativa nº 250/2018, referente imóvel 1040359 – 01.05.106.0289.001, Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 398, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.124,92.

VALMOR RESMINI – CPF: 627.090.389-00, Linha Cachimbo, s/n, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e Taxas, Notificação de Dívida Ativa nº 139/2018, referente imóvel 244490 - 01.01.110.0125.001, Travessa Amapá, 27, Loteamento Minks, Bairro dos Estados, Concórdia/SC. Valor R\$ 136,32.

VINICIUS HELIO KNAACK – CPF: 833.500.129-49, Travessa Antonio Brunetto, 105, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa de Trânsito, Notificação de Dívida Ativa nº 71/2018. Valor R\$ 180,38.

VITORINO CANTALE – CPF: 032.076.419-20, Travessa José Reali, 50, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e Taxas, Notificação de Dívida Ativa nº 101/2018, referente imóvel 67008 - 01.01.014.0400.001, Travessa José Reali, 50, Bairro Centro, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.563,25.

Concórdia, 17 de Outubro de 2018.

Enori Antonio Bolsi
Secretário Municipal de Finanças

Maraise Fatima de Marco
Fiscal de Tributos

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEMAC Nº 03/09/2017

Publicação Nº 1776180

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEMAC nº 03/09/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PSEMAC, R\$ 113.060,80 no valor de (Cento e treze mil, sessenta reais e oitenta centavos).

Concórdia SC, 17 de outubro de 2018.

Denise Justi Lopes
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2018 – PMC

Publicação Nº 1775857

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 39/2018 – PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor, Juscelino Alves De Oliveira, Diretor de Urbanismo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 17/10/2018, para a Contratação de serviços de engenharia para revisão do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Município de Concórdia/SC; a favor de AMPLA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil).

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018 – FMEC

Publicação Nº 1775969

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 1/2018 – FMEC

O Gestor da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da Senhora Jaira Zampieron, Chefe de Departamento, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 17/10/2018, para a Taxa de arbitragem para Federação de Judô, referente ao campeonato Troféu Santa Catarina de Menores sub 11, sub 13, e sub 15 e Seletiva sub 18, Meeting de Judô, a ser realizado na cidade de Concórdia de 19 a 20 de outubro.; a favor de FEDERACAO CATARINENSE DE JUDO no valor total de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos).

GIL ARTIFON
Gestor da FMEC

RESOLUÇÃO 031, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

Publicação Nº 1776189

RESOLUÇÃO 031, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a formação da Comissão para preenchimento do diagnóstico sobre a política socioassistencial de atendimento à pessoa idosa

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 09 de agosto de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

Considerando que o envelhecimento da população catarinense demanda imediato planejamento da política de atendimento das pessoas idosas. A discussão assume ainda maior relevância quando se tem em conta os novos arranjos familiares, que têm notoriamente representado a diminuição do número de cuidadores familiares. Nesse contexto, o Ministério Público de Santa Catarina elencou como iniciativa

estratégica para os anos de 2018 e 2019 o fomento à estruturação do Sistema Único de Assistência Social na perspectiva de atendimento da população idosa;

Considerando que a primeira etapa do projeto desenvolvido pelo Ministério Público de Santa Catarina consiste em realizar, com apoio dos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e Conselhos Municipais da Assistência Social, diagnóstico sobre a situação do atendimento da população idosa nos 295 municípios catarinenses;

Considerando que o prazo para preenchimento do diagnóstico é 06 de setembro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º Constituir comissão para preenchimento do Diagnóstico sobre a política socioassistencial de atendimento à pessoa idosa.

I – Representantes governamentais:

a) Danielle Tietzmann Hentz e Nelsi Dias

II – Representante de Trabalhadores ou Organização de Trabalhadores do SUAS:

a) Eliane Ampese e Janete Peccini

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de agosto de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de

Assistência Social

RESOLUÇÃO 032, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776190

RESOLUÇÃO 032, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre o acompanhamento do Programa Bolsa Família, referente ao mês de agosto de 2018.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

Considerando o previsto no artigo 29, incisos VIII e XLIII da Lei Municipal 5.035 de 13 de dezembro de 2017, que prevê que compete ao CMAS, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família – PBF;

Considerando a apresentação do órgão gestor referente ao Programa Bolsa Família, sobre a quantidade de famílias que estão recebendo os benefícios, os vários tipos de benefícios e as quantidades de cada, as novas famílias inseridas no mês, os benefícios bloqueados e suspensos e as famílias que recebem o programa estadual, Santa Renda.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o acompanhamento do Programa Bolsa Família, no mês de agosto de 2018, onde há 811 (oitocentos e onze) famílias recebendo o Programa Bolsa Família, demais detalhes do acompanhamento no anexo 1 dessa resolução

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de setembro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de

Assistência Social

ANEXO 1

RELATÓRIO MENSAL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 2018.

RELATÓRIO PBF AGOSTO 2018

BENEFÍCIOS	QTDAD	VALOR
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	811	R\$124.098,00
Benefício Básico R\$ 89,00	534	R\$47.526,00

Benefício Variável Gestante - BVG	25	R\$1.025,00
Benefício Variável Nutriz - BVN	34	R\$1.394,00
Benefício Variável crianças 0 a 6 anos	626	R\$25.666,00
Benefício Variável crianças 7 a 15 anos	709	R\$29.069,00
Benefício Variável Jovem - BVJ	170	R\$8.160,00
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	155	R\$11.258,00
Quantidade de benefícios novos incluídos no mês	37	R\$5.857,00
Quantidade de benefícios Bloqueados/ Suspensos	96	R\$12.871,00
Quantidade de famílias que recebem Santa Renda	155	R\$5.206,00

RESOLUÇÃO 033, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776191

RESOLUÇÃO 033, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre as comissões permanentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

Considerando o previsto no artigo 45, da Lei Municipal 5.035 de 13 de dezembro de 2017, que prevê que as Comissões serão criadas por Resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme demanda, integradas por Conselheiros e poderão participar como colaboradores, os representantes de entidades, representantes dos usuários ou de organizações de usuários ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das comissões de: I – Normas, Regulamentos e Inscrições; II – Financiamento e Orçamento; III – Políticas; IV – Divulgação e Comunicação.

RESOLVE

Art. 1º Nomear as Comissões Permanentes do CMAS sendo:

§ 1º - Comissão de Normas Regulamentos e Inscrições, com o objetivo de normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, além de fixar normas para a concessão de inscrição de entidades no CMAS e analisando os pedidos.

I – Compõe a referida Comissão os conselheiros:

Titulares:

- a) ELIANE AMPESE
- b) MARISETE MULLER
- c) NELSI DIAS
- d) VANIA FERNANDES DA SILVA BOCHI

Suplentes:

- a) DAMARA FRANCISCON
- b) EDINEIA ANIECEVSKI
- c) LEANE MAGNANI ADAMY
- d) VALDECIR FILIPPI FRANZEN

§ 2º Comissão de Financiamento e Orçamento, com o objetivo de analisar, acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, realizando estudos e propondo critérios ao Conselho para a destinação desses recursos.

I – Compõe a referida Comissão os conselheiros:

Titulares:

- a) CARLOS ALBERTO BROCH
- b) IRENE KUSMIRCZUCK HASLINGER
- c) JAIME ESTEVÃO BERNADI
- d) MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Suplentes:

- a) FABIELE MAIER DUARTE
- b) HILDA CAMINI
- c) JULIANA CAIN
- d) REGINA MARIA DOS SANTOS

§ 3º Comissão de Políticas, com o objetivo de organizar a Política Municipal de Assistência Social e subsidiar tecnicamente o Conselho no acompanhamento, controle e fiscalização das ações da Política de Assistência Social.

I – Compõe a referida Comissão os conselheiros:

Titulares:

- a) DANIELLE TIETZMANN HENTZ
- b) JANETE PECCINI
- c) NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES
- d) SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA

Suplentes:

- a) ANA PAULA FORNER
- b) LUCAS GUSTAVO PECINI CHAVES
- c) MARISTELA MACIEL
- d) PATRICIA PRESOTTO

§ 4º Comissão de Divulgação, com o objetivo de potencializar a relação do CMAS entre si, com outros conselhos setoriais de políticas e defesa de direitos e os poderes constituídos.

I – Compõe a referida Comissão os conselheiros:

Titulares:

- a) BARBARA PRIMAM
- b) EDILENE CONTE CHITOLINA
- c) ROSANA VENSON
- d) SONIA MARIA GRAPEGGIA

Suplentes:

- a) CRISTIELE ANA FINGER
- b) ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH
- c) FABIANE CAIN
- d) TALITA CARINA BOGONI

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de setembro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de

Assistência Social

RESOLUÇÃO 034 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776193

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926 – 3º Andar – Edifício Office Concórdia – Centro - Concórdia – SC – CEP 89.700-073 - fone/

fax: 3442-0118 /3442-0119.

e-mail: cmass@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 034 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a inscrição da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia – CMAS, e

Considerando Resolução CNAS nº 014/2014 de 15 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 27/2011 de 19 de setembro de 2011 que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social.

Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, de 11 de novembro de 2019;

Considerando Resolução CMAS nº 044/2015, de 22 de outubro de 2015, que define os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município de Concórdia - SC;

Considerando que a União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia _ UMAMC, vem desenvolvendo o serviço conforme Plano de Trabalho apresentado nesse conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Deliberar pela manutenção da inscrição da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC, inscrita no CNPJ nº 80.638.216/001-16 e número de inscrição junto ao conselho de nº 006/2012 de 30 de abril de 2012

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de setembro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 035 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776195

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926 – 3º Andar – Edifício Office Concórdia – Centro - Concórdia – SC – CEP 89.700-073 - fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

e-mail: cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 035 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a inscrição do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia – CMAS, e

Considerando Resolução CNAS nº 014/2014 de 15 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 27/2011 de 19 de setembro de 2011 que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social.

Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, de 11 de novembro de 2019;

Considerando Resolução CMAS nº 044/2015, de 22 de outubro de 2015, que define os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município de Concórdia - SC;

Considerando que o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, vem desenvolvendo o serviço conforme Plano de Trabalho apresentado nesse conselho;

Considerando o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais e os Compromissos Éticos Socioassistenciais como documentos orientadores da Política de Assistência Social, aprovados na V Conferência Nacional de Assistência Social;

Considerando que a função primeira da assistência social é a proteção social e que a integração ao “mundo do trabalho” não é de responsabilidade exclusiva da assistência social, mas resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas;

Considerando que os indivíduos e famílias devem ser atendidos no conjunto de suas vulnerabilidades, identificadas a partir do processo de integração ao mundo do trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Deliberar para a manutenção da inscrição do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, inscrito no CNPJ nº 04.310.564/0004-24 e número de inscrição junto ao conselho de nº 017/2013 de 12 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de setembro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 036 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776198

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926 – 3º Andar – Edifício Office Concórdia – Centro - Concórdia – SC – CEP 89.700-073 - fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

e-mail: cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 036 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a participação dos conselheiros, a Roda de Conversa sobre o Conselho Social e o Plano Municipal de Assistência Social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia – CMAS, e

Considerando o convite da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – UMAMC, para a participação na Roda de Conversa sobre o Controle Social e o Plano Municipal de Assistência Social, que será realizado no dia 03 de outubro de 2018, no período vespertino, no município de Jaborá – SC;

Considerando que o órgão gestor disponibilizou o transporte para os conselheiros participarem;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a participação dos conselheiros para participarem da Roda de Conversa sobre o Controle Social e o Plano Municipal de Assistência Social, no município de Jaborá- SC, no dia 03 de outubro de 2018, com a palestrante Janice Merigo, assistente social da Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, participarão os conselheiros:

- I. Carlos Alberto Broch
- II. Edilene Conte Chitolina
- III. Edinéia Aniecevski
- IV. Elizangela Kafer Fruhwirth
- V. Fabiele Maier Duarte
- VI. Irene Kusmirczuck Haslinger
- VII. Jaime Estevão Bernardi
- VIII. Margaret Terezinha de Souza
- IX. Rosana Venson
- X. Vania Fernandes da Silva Bochi

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de setembro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 037, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776207

RESOLUÇÃO 037, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre o acompanhamento do Programa Bolsa Família, referente ao mês de setembro de 2018.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

Considerando o previsto no artigo 29, incisos VIII e XLIII da Lei Municipal 5.035 de 13 de dezembro de 2017, que prevê que compete ao CMAS, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família – PBF;

Considerando a apresentação do órgão gestor referente ao Programa Bolsa Família, sobre a quantidade de famílias que estão recebendo os benefícios, os vários tipos de benefícios e as quantidades de cada, as novas famílias inseridas no mês, os benefícios bloqueados e suspensos e as famílias que recebem o programa estadual, Santa Renda.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o acompanhamento do Programa Bolsa Família, no mês de setembro de 2018, onde há 787 (setecentos e oitenta e sete) famílias recebendo o Programa Bolsa Família, demais detalhes do acompanhamento no anexo 1 dessa resolução

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 04 de outubro de 2018.
JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA
Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social

ANEXO 1

RELATÓRIO MENSAL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 2018.

RELATÓRIO PBF SETEMBRO 2018

BENEFÍCIOS	QTDADE	VALOR
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	787	R\$120,206,00
Benefício Básico R\$ 89,00	517	R\$46.013,00
Benefício Variável Gestante - BVG	22	R\$902,00
Benefício Variável Nutriz - BVN	30	R\$1.230,00
Benefício Variável crianças 0 a 6 anos	609	R\$24.969,00
Benefício Variável crianças 7 a 15 anos	676	R\$27.716,00
Benefício Variável Jovem - BVJ	151	R\$7.248,00
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	157	R\$12.128,00
Quantidade de benefícios novos incluídos no mês	54	R\$8.288,00
Quantidade de benefícios Bloqueados/ Suspensos	51	R\$7.313,00
Quantidade de famílias que recebem Santa Renda	150	R\$5.078,00

RESOLUÇÃO 038, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776211

RESOLUÇÃO 038, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Concórdia – SC, para o ano de 2018.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselho de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

CONSIDERANDO a Resolução nº 16 de 11 de setembro de 2018 que retifica a Resolução CEAS nº 13/2018 que aprova valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina FEAS/SC, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais no exercício de 2018.

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 55.555,56 cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e para o cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$ 41.666,67 (quarenta e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 04 de outubro de 2018.
JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA
Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social

RESOLUÇÃO 039, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776215

RESOLUÇÃO 039, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a Lei Orçamentaria Anual para o ano de 2019

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

CONSIDERANDO o inciso IV do artigo 29 da Lei Municipal nº 5.035 de 13 de dezembro de 2017, que prevê que é de responsabilidade do Conselho apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar a Lei Orçamentaria Anual – LOA do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS para o ano de 2019. Conforme Anexo 1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 04 de outubro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de

Assistência Social

ANEXO 1

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA				
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS				
Despesa p LOA 2019				
				LOA 2019
15 Fundo Municipal de Assistência Social				
15.001 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0122.0067.2201 - Manutenção das Atividades - Meio do FMAS				
252	3319000000000000 - Aplicações diretas	01000001	2.050.000,00	
253	3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	01000001	398.000,00	
254	3339000000000000 - Aplicações diretas	01000001	530.000,00	
255	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350012	550,00	
256	3449000000000000 - Aplicações diretas	01000001	500,00	
TOTAL POR FUNCIONAL				2.979.050,00
0008.0244.0068.2202 - Proteção Social Básica, Serviços, Programas e Projetos Referenciados ao CRAS - FMAS				
257	3319000000000000 - Aplicações diretas	01350007	1.000,00	
258	3319000000000000 - Aplicações diretas	01350014	253.800,00	
259	3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	01350007	500,00	
260	3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	01350014	50.000,00	
261	3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000001	398.000,00	
262	3339000000000000 - Aplicações diretas	01000001	700.000,00	
263	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350007	550,00	
264	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350010	2.600,00	
265	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350014	30.000,00	
266	3339000000000000 - Aplicações diretas	01610002	42.000,00	
267	3449000000000000 - Aplicações diretas	01000001	12.000,00	
268	3449000000000000 - Aplicações diretas	01610002	18.000,00	
TOTAL POR FUNCIONAL				1.508.450,00
0008.0244.0069.2203 - Proteção Social Especial - FMAS				
269	3319000000000000 - Aplicações diretas	01350013	190.663,00	
270	3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	01350013	71.000,00	

271	3339000000000000 - Aplicações diretas	01000001	998.000,00
272	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350002	75.000,00
273	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350013	26.520,00
274	3339000000000000 - Aplicações diretas	01610003	18.000,00
282	3339000000000000 - Aplicações diretas	01610004	18.000,00
279	3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000001	102.000,00
275	3449000000000000 - Aplicações diretas	01000001	12.367,00
276	3449000000000000 - Aplicações diretas	01610003	42.000,00
284	3449000000000000 - Aplicações diretas	01610004	42.000,00
TOTAL POR FUNCIONAL			1.595.550,00
0008.0244.0070.2204 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FMAS			
0008.0244.0067.2610 - Apoio à Organização e Gestão do SUAS - IGDSUAS			
285	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350005	10.000,00
286	3449000000000000 - Aplicações diretas	01350005	4.500,00
TOTAL POR FUNCIONAL			14.500,00
0008.0244.0067.2611 - Fortalecimento do Controle Social - IGD SUAS			
287	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350005	1.000,00
288	3449000000000000 - Aplicações diretas	01350005	100,00
TOTAL POR FUNCIONAL			1.100,00
0008.0244.0067.2612 - Apoio à Organização e Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGD PBF			
289	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350009	28.800,00
290	3449000000000000 - Aplicações diretas	01350009	12.900,00
TOTAL POR FUNCIONAL			41.700,00
0008.0244.0067.2613 - Fortalecimento do Controle Social			
291	3339000000000000 - Aplicações diretas	01350009	1.200,00
292	3449000000000000 - Aplicações diretas	01350009	100,00
TOTAL POR FUNCIONAL			1.300,00
0008.0244.0067.2617 - Benefício Eventual.			
293	3339000000000000 - Aplicações diretas	01000001	120.000,00
294	3339000000000000 - Aplicações diretas	01610001	11.350,00
TOTAL POR FUNCIONAL			131.350,00
TOTAL GERAL			6.273.000,00
Resumo por Fonte de Recurso			LOA 2019
01000001 Recursos Ordinários - Prefeitura			5.290.867,00
01000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Rendimentos			30.000,00
01350002 Ações Estratégicas PETI			75.000,00
01350005 Igd - Suas			15.600,00
01350007 Programa Acessuas Trabalho			2.050,00
01350008 Serviços PSE - AC			64.000,00
01350009 Bolsa Família			43.000,00
01350010 - Programa BPC na Escola			2.600,00
01350012 - Transf. do sistema Único de Assistência Social UAS União			550,00
01350013 - Serviços PSE - MC			224.183,00
01350014 - Serviços PSB			333.800,00
01610001 - Benefícios Eventuais			11.350,00
01610002 - Básica/Custeio			60.000,00
01610003 - CREAS			60.000,00
01610004 - ABRIGO			60.000,00
Total			6.273.000,00

RESOLUÇÃO 040, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776219

RESOLUÇÃO 040, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de agosto e setembro de 2018

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia, em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

CONSIDERANDO o inciso IV do artigo 29 da Lei Municipal nº 5.035 de 13 de dezembro de 2017, que prevê que é de responsabilidade do Conselho apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

RESOLVE

Art. 1º - Art. 1º Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de agosto e setembro de 2018, documentos de prestação de contas recebida pelo órgão gestor da política de assistência social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 04 de outubro de 2018.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Presidente do CMAS

MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Secretária do Conselho Municipal de

Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2018 - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018

Publicação Nº 1775950

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 82/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 08/2018

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, a comissão de Licitações se reuniu para tratar da habilitação das empresas do processo em epígrafe. Da análise dos documentos, constatou-se que a empresa EBC Construtora Ltda apresentou contrato social com alteração não consolidada, portanto, não validado conforme exigido no item 7.1.1, letra "c" do edital, ademais, apresentou balanço patrimonial e demonstrações contábeis com índices referentes ao exercício de 2016, sendo que o edital solicita o último exercício contábil vigente (2017) conforme item 7.1.1, letra "k", restando, portanto, a empresa licitante inabilitada. Quanto à empresa Global Edificações Ltda, a mesma apresentou documentação em desacordo com o item 7.1.1, letra "k" do edital (cópia do balanço patrimonial apresentado não possui termo de abertura e encerramento e não está devidamente registrado; não apresentou demonstrações de resultado, tampouco notas explicativas); não apresentou o documento exigido no item 7.1.1, letra "p" (CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas), restando, portanto, a empresa licitante inabilitada. A empresa Eco Construções Ltda, apresentou CND Federal vencida, restando em desacordo com o item 7.1.1, letra "e" do edital e o Atestado de Capacidade Técnica não apresentou todas as atividades técnicas necessárias para a execução da obra licitada, faltando, os serviços de instalações elétricas, hidrossanitárias, revestimentos e pintura, portanto, não cumprindo com os requisitos mínimos apresentados no escopo do projeto em anexo ao edital e exigidos no item 7.1.1, letra "l" e "m" do referido. Sendo assim, pelos motivos elencados, a empresa licitante fica inabilitada. Quanto à empresa Map Construtora e Incorporadora Eireli, apresentou o documento exigido no item 7.1.1, letra "d" (Cartão do CNPJ) fora do prazo de validade (superior a trinta dias); ainda, apresentou CND Municipal Positiva, estando em desacordo com o exigido no item 7.1.1, letra "g" do edital; ademais, apresentou documentação em desacordo com o item 7.1.1, letra "k" do edital (cópia do balanço patrimonial referente ao período de 01/01/2017 a 30/09/2017 possui somente o termo de abertura e encerramento registrado via SPED e quanto aos demais documentos contábeis apresentados não se constatou o devido registro, bem como, a ausência de notas explicativas), logo, em desacordo com o item 7.1.1, letra "k" do edital; igualmente, não apresentou o documento exigido no item 7.1.1, letra "p" (CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas), restando, portanto, a empresa licitante inabilitada. A empresa Mettal Oeste Construções Eireli apresentou documentação contábil em desacordo com o item 7.1.1, letra "k" do edital (cópia do balanço patrimonial apresentado não possui termo de abertura e encerramento, não sendo possível a constatação do devido registro, bem como, a ausência de demonstrações de resultado e notas explicativas); restando, portanto, a empresa licitante inabilitada. Já a empresa Construtora Portal das Termas Eireli apresentou documentação conforme exigido no edital, ficando habilitada para a próxima fase do certame. Finalmente, abre-se o prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento desta, para apresentação de recursos quanto à habilitação/inabilitação das licitantes. Sem mais, encerra-se a presente sessão. Informações: de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, pelo fone n. (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta/SC, em 17 de Outubro de 2018.
Adriana D.C. Moresco
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Flaviano Perim
Membro

Nilvete A. S. Atuatti
Membro

Corupá

PREFEITURA

TERMO DE RATIFICAÇÃO-INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº017/18

Publicação Nº 1776494

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 132/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 017/2018

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo nº 132/2018, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o nº 017/2018, da pessoa jurídica denominada ESPAÇO CLIN CENTER DIAGNOSTICO POR IMAGEM E CLINICAS MÉDICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.645.633/0001-76, visando o cumprimento do objeto, qual seja, "CREDENCIAMENTO PARA PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, DE CONSULTAS MÉDICAS/EXAMES/AVALIAÇÕES/SESSÕES DE TRATAMENTO DE PATOLOGIAS DESCRITAS NO GRUPO 03 – CARDIOLOGIA, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, NEUROPSICOLOGIA, OFTALMOLOGIA, PEDIATRIA, PROCTOLOGIA, PSIQUIATRIA, PSICOLOGIA, PNEUMOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E NEUROLOGIA -, E NO GRUPO 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA -, TODOS DA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS E VALORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO", tendo como valor total a ser pago pelos exames descritos na tabela constante no Termo de Referência do anexo I do Edital de Credenciamento nº. 005/18.

DO VALOR: As quantidades e valores por consultas médicas especializadas e exames serão conforme tabela abaixo:

Consultas médicas especializadas

Exame	Valor SUS	Valor Complemento	Valor Total	Qdade/Mês até
Ultrassonografia -Dopler colorido de vasos	R\$ 39,60	R\$ 62,80	R\$ 102,40	20
Ultrassonografia de Abdômen Total	R\$ 39,60	R\$ 30,40	R\$ 70,00	20
Ecografia / Ultrassono-grafia (Bolsa escrotal, punho, cotovelos, joelho, ombro, tornozelo, mamas, rins e vias urinárias, tireóide, obstétrico, partes moles, pélvico ginecológico, próstata via abdominal, transvaginal)	R\$ 26,44	R\$ 23,56	R\$ 60,00 (cada)	150
Teste Ergométrico ou Esteira	R\$30,00	R\$ 90,00	R\$ 120,00	10
MAPA	R\$ 10,07	R\$ 89,93	R\$ 100,00	5
HOLTER	R\$ 30,00	R\$ 61,00	R\$ 91,00	5

O valor total a ser pago pelos exames e procedimentos, será de até R\$ 84.863,72 (oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), divididos entre todas as empresas credenciadas.

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que, pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada sua publicação, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 16 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO-INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº015/18

Publicação Nº 1776482

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 130/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 015/2018

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo nº 130/2018, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o nº 015/2018, da pessoa jurídica denominada GALASTRI E KROIN PSIQUIATRIA PSICOTERAPIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.323.083/0001-76, visando o cumprimento do objeto,

qual seja, "CREDENCIAMENTO PARA PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, DE CONSULTAS MÉDICAS/EXAMES/AVALIAÇÕES/SESSÕES DE TRATAMENTO DE PATOLOGIAS DESCRITAS NO GRUPO 03 – CARDIOLOGIA, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, NEUROPSICOLOGIA, OFTALMOLOGIA, PEDIATRIA, PROCTOLOGIA, PSIQUIATRIA, PSICOLOGIA, PNEUMOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E NEUROLOGIA -, E NO GRUPO 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA -, TODOS DA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS E VALORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNÍCIPIES USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO", tendo como valor total a ser pago pelos exames descritos na tabela constante no Termo de Referência do anexo I do Edital de Credenciamento nº. 005/18.

DO VALOR: As quantidades e valores por consultas médicas especializadas e exames serão conforme tabela abaixo:

Consultas médicas especializadas

Especialidade	Valor SUS	Valor Complemento	Valor Total	Qdade/mês até
Psiquiatria	R\$ 10,00	R\$ 140,00	R\$ 150,00	80

O valor total a ser pago pelas consultas médicas especializadas, será de até R\$ R\$ 168.800,00 (cento e sessenta e oito mil e oitocentos reais), divididos entre todas as empresas credenciadas.

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que, pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada sua publicação, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 099, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776123

DECRETO Nº 099/2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, II da Lei nº 2.757, de 28 de dezembro de 2017, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do exercício de 2017 e os recursos do Excesso de Arrecadação do exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do exercício de 2017 e Excesso de Arrecadação do exercício de 2018, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.306.0008.2.010 – Manut. das Ações da Aliment. Escolar do Ensino Fund.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(2111) Fonte: 0.3.00.00.00 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 12.306.0008.2.011 – Manut. das Ações da Alim. Escolar da Educ. Infantil – Pré-Escola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(2112) Fonte: 0.3.00.00.00 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 12.361.0009.2.014 – Manut. Das Ações do Transporte Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1039) Fonte: 0.1.01.00.00 – Excesso de Arrecad. Receita de Impostos R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 20.000,00 (vinte mil reais) será utilizado o superávit financeiro verificado no exercício de 2017 e para o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2018.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 04.122.0002.2.003 – Manut. Das Ações do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1007) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

ORGÃO: 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ.: 04.122.0003.2.005 – Manut. Das Ações da Administração Geral

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1014) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

ORGÃO: 05.00 – SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.03 – Esportes

Proj./Ativ.: 27.812.0018.2.031 – Manut. Das Ações do Dpto. de Desporto

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1072) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

ORGÃO: 09.00 – SECRET. DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.01 – Agricultura e Abastecimento

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manut. Das Ações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1112) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 04.122.0002.2.003 – Manut. Das Ações do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1006) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

ORGÃO: 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ.: 04.122.0003.2.005 – Manut. Das Ações da Administração Geral

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1013) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

ORGÃO: 05.00 – SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.03 – Esportes

Proj./Ativ.: 27.812.0018.2.031 – Manut. Das Ações do Dpto. de Desporto

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1070) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

ORGÃO: 09.00 – SECRET. DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.01 – Agricultura e Abastecimento

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manut. Das Ações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1110) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários

..... R\$ 50.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 100, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776140

DECRETO Nº 100, de 16 de outubro de 2018.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Dia do Funcionário Público que é comemorado em 28 de Outubro;

DECRETA:

Art. 1º. Fica INSTITUÍDO "Ponto Facultativo" nas repartições públicas do município de Cunha Porã, no dia 1º de novembro de 2018 (quinta-feira), em reconhecimento e homenagem ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Gestão Financeira

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 132/2018

Publicação Nº 1775976

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 132/2018.

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA MUSICAL CANTO LIVRE DE SANTA CATARINA LTDA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDA (BANDA MUSICAL) PARA SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO MUSICAL AO VIVO DO 6º KERBFEST DA MELHOR IDADE, A SER REALIZADO NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2018, NAS DEPENDÊNCIAS DO PAVILHÃO EVANGÉLICO DE CUNHA PORÃ. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER PRESTADOS POR UMA BANDA MUSICAL COM NO MÍNIMO 4 (QUATRO) INTEGRANTES (TECLADISTA, BATERISTA, GUITARISTA E SOPRO), COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 HORAS DE MÚSICA AO VIVO, NO HORÁRIO DAS 14:00 ÀS 18:00 HORAS, COM OS MAIS VARIADOS RITMOS MUSICAIS.

Processo Licitatório: nº 1504/2018

Modalidade: Dispensa por Limite nº 1423/2018

Valor: R\$ 2.800,00.

Data: 15/10/2018 a 31/12/2018.

Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 65/2018

Publicação Nº 1776109

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2018 – O Município de Cunha Porã-SC, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar Processo Licitatório nº 1503/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 65/2018, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS – PAPELARIA, MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO, EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC". Os envelopes serão recebidos impreterivelmente até às 08h:30min. do dia 30 de outubro de 2018 e a abertura será realizada às 08h:45min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã/SC. Maiores informações e edital no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3352. Cunha Porã/SC, 15 de outubro de 2018. Jairo Rivelino Ebeling - Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2018

Publicação Nº 1775816

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGITRO DE PREÇOS Nº 40/2018

VALIDADE: 01 (um) ano a contar da homologação.

Aos dezessete dias do mês de outubro de 2018, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. LUCIANO FRANZ, através do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 40/2018, Ata de julgamento de Preços, publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios) e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, conforme consta do anexo I, desta ata que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado.

Cláusula primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE CUNHATAI e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 40/2018, cujos objetos estão descritos no Anexo a seguir da referida ata, que passa a fazer parte, para todos os efeitos desta ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.
1	Serviço de confecção de prótese dentária total (PT) superior ou inferior com reforço, em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural Certificado ISO. Placa de Mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Com moldagem que deverá ser realizada pela empresa no Município de Cunhataí.	UNID.	180	R\$ 280,00
2	Serviço de confecção de prótese Parcial Removível (PPR) superior ou inferior com liga metálica cobalto cromo, em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural Certificado ISO. Placa de Mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Com moldagem que deverá ser realizada pela empresa no Município de Cunhataí.	UNID.	180	R\$ 375,00

Cláusula segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá de um ano a contar da homologação.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAI.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula quarta – Do local e prazo de entrega

Os serviços deverão ser prestados na sede da empresa contratada, conforme agendamento prévio a ser feito pela Secretária de Saúde.

Cláusula quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 20 dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável de cada Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula sexta - Das condições de fornecimento

A execução do serviço só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo Município de Cunhataí.

Subcláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Subcláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

Os serviços, cujos prestados vierem a ser contratados, deverão ser realizados no local previsto no presente edital para cada item, responsabilizando-se a Contratada pelas normas de segurança, após a emissão da Autorização de Fornecimento;

O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por Cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

Rescisão contratual, nos casos dos itens 7.4 e 7.5, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b - A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento.

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 40/2018 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos-SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí/SC, em 17 de outubro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

DENTE CERAN LABORATORIO PROTETICO EIRELI

CNPJ Nº 18.931.242/0001-64

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

LEI MUNICIPAL Nº 925/2018

Publicação Nº 1775988

LEI MUNICIPAL Nº. 925/2018 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO".

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber, a quem interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a concessão de uso, mediante termo de concessão de uso e atendendo aos termos da Lei Municipal nº 696/2011 e suas alterações, o seguinte bem imóvel:

I – edificação de 675 m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), edificada sob parte do lote rural nº 68 (sessenta e oito), com área de 20.865m² (vinte mil oitocentos e sessenta e cinco metros quadrados), imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Carlos sob nº 8.999; e,

II – área nua, em total de 1.500,00m² (um mil e quinhentos metros quadrados), delimitada com dimensões de 55,00 (cinquenta e cinco) metros de largura por 27,27 (vinte e sete vírgula vinte e sete centímetros) metros de comprimento, localizando-se a norte do acesso estadual, com afastamento de 45 (quarenta e cinco) metros do eixo da rodovia, suas confrontações a norte, sul e leste são com o mesmo imóvel e a oeste, faz confrontação com propriedade vizinha, que se encontra no mesmo lote rural nº 68 (sessenta e oito), com área de 20.865m² (vinte mil oitocentos e sessenta e cinco metros quadrados), imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Carlos sob nº 8.999.

Art. 2º. A concessão de uso autorizada por esta Lei tem por objetivo fomentar e estimular a implantação e expansão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, visando o desenvolvimento econômico e social, especialmente ampliando o mercado e trabalho com geração de empregos e renda ao Município de Cunhataí.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina, em 18 de outubro de 2018.

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2018

Publicação Nº 1776416

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2018

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo Municipal de Educação e AUTO MECÂNICA GERAL LTDA no valor de R\$ 210,00 (Duzentos e dez reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DO VEÍCULO SPIN PLACA QIN 9646 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 16/10/2018.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva
Presidente da Comissão

Cristiano França Pereira
Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 16/10/2018.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 16/10/2018.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 1982/2018, HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018, DESTINADO A SELEÇÃO DE SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR ATÉ 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, EM RA

Publicação Nº 1776492

DECRETO Nº 1982/2018, de 17 de outubro de 2018.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018, DESTINADO A SELEÇÃO DE SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR ATÉ 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, EM RAZÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 02 E 03/2007, ESTAREM SUB JUDICE E EM EVENTUAIS VAGAS VINCULADAS OU EXCEDENTES E COMPOR RESERVA TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 303, da Lei nº 086/1991, 27.12.1991, alterado pela Lei nº 106/1997, de 22.09.1997, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/1990, de 02.03.1990, Lei nº 040/90, de 28.05.1990, Lei nº 089/1990, de 31.10.1990, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, alterada pela Lei nº 994/2010, de 20.10.2010, Lei nº 827/2009, de 25.03.2009, Lei nº 1376/2014, de 16.10.2014, alterada pela Lei nº 1384/2014, de 07.11.2014, Lei nº 1378/2014, de 16.10.2014, Lei nº 1426/2015, de 16.04.2015, Lei 827/2009, de 25.03.2009, Lei 1519/2017, de 25.05.2017, Decreto nº 1832/2017, 06.03.2017, Lei Estadual nº 10.567 de 07.11.1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457/2018, de 10.01.2018, Lei Federal nº 13.656, de 30.04.2018, Lei 1306/2014, de 21.02.2014, Lei 1378//2014, de 16.10.2014, Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação após a correção dos cartões de resposta dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2018, de 25 de julho de 2018, conforme abaixo relacionado:

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
352	Silvia Nazare Romera Soares	30/11/1975	4,20	1,05	1,05	6,30	1º
236	Cenite Arient	14/06/1979	4,20	0,70	1,05	5,95	2º
329	Rafael Machado Peres	21/04/1995	3,00	1,05	1,05	5,10	3º
48	Ana Flávia Favero Trintinaglia	09/04/1998	2,40	1,40	0,70	4,50	4º
12	Priscila Rosin	10/10/1995	3,00	0,70	0,35	4,05	5º
337	Jaci Maria Groth Schuster	17/07/1986	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
428	Oscar Arguelho	24/05/1998	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
393	Jovana Teresinha Alves	24/03/1975	0,60	0,35	0,35	1,30	Desc.
131	Eliane De Mello Cantú	Faltante					Desc.
450	Tamires Lucia Dos Santos	Faltante					Desc.
43	Patricia Carina Schoenberger	Faltante					Desc.
AGENTE DE SECRETARIA							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
176	Graciela Konzen	15/06/1987	5,40	1,05	0,35	6,80	1º
74	Daniela Ines Sasso	16/09/1999	4,20	1,75	0,70	6,65	2º
249	Daniela Prigol	26/01/1993	4,20	1,40	0,70	6,30	3º
436	Lais Paula Trevizan	03/08/1995	4,20	1,40	0,70	6,30	4º
345	Priscila Pisoni	28/05/1993	3,60	1,75	0,70	6,05	5º
203	Cleidiane Andreola	29/03/1992	4,20	1,05	0,70	5,95	6º
433	Gabriela Zilio	23/09/1994	4,20	1,05	0,70	5,95	7º
145	Franklin Antônio Mezzomo	12/04/1999	4,20	1,05	0,70	5,95	8º
51	Daniel Kovaleski	05/11/1983	3,60	1,40	0,70	5,70	9º
153	Adriana Cristina Pezzuol	09/08/1975	3,60	1,40	0,35	5,35	10º
228	Paola Cristina Previdi	29/05/1988	3,60	1,40	0,35	5,35	11º

100	Graciele Heck	10/05/1989	3,60	1,05	0,35	5,00	12º
301	Maraisa Miotto	01/03/1984	2,40	1,40	0,70	4,50	13º
262	Kathleen Lazzaretti De Souza	13/05/1999	3,00	0,70	0,70	4,40	14º
238	Elisa Paula Mariga	29/07/1980	2,40	1,05	0,70	4,15	15º
371	Tailine Winkelmann	14/06/1991	2,40	1,05	0,70	4,15	16º
409	Naiara Mendes	05/06/1997	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
224	Marli Terezinha Lisot Bertoletti	15/03/1974	1,20	1,40	0,70	3,30	Desc.
356	Marina Dos Santos	Faltante					Desc.
332	Naiara Paula Lemes De Moraes	Faltante					Desc.
127	Amanda Luiza Bassani	Faltante					Desc.

ASSISTENTE SOCIAL

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
226	Maeli Cristina Dos Santos Loro	08/12/1992	4,2	0,35	0,35	4,9	1º
390	Marilia Muneroli	02/05/1991	3,60	0,35	0,35	4,30	2º
82	Letícia Palaver	15/12/1996	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.
350	Maicon Joel Mosena	20/12/1987	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
304	Irmi Rohr Schneiders	11/09/1975	2,40	0,00	0,35	2,75	Desc.
420	Nádia Costacurta	02/12/1980	1,20	0,00	0,35	1,55	Desc.

ASSISTENTE SOCIAL – CRAS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
278	Maiane Spessatto Grassioli	14/10/1983	7,20	1,75	1,05	10,00	1º
443	Beloni Salete Do Prado Bergamo	03/05/1963	7,20	1,05	0,35	8,60	2º
215	Ariane Velho Dos Santos Poter	04/11/1986	7,20	0,70	0,70	8,60	3º
392	Simone Carla Boito	30/10/1984	7,20	0,70	0,35	8,25	4º
247	Aronildo P. Flor	Faltante					Desc.
310	Solange Regina Bencke Borsatto	Faltante					Desc.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
307	Elivelton Zambiasi Dos Santos	05/07/1999	5,40	1,40	0,70	7,50	1º
348	Luana Vanessa Soares Dos Santos	11/06/1993	4,80	1,05	0,70	6,55	2º
402	Catarina Aparecida Bastian Giroldi	21/06/2000	4,80	0,70	0,70	6,20	3º
136	Marcos André Dessanti	05/03/1998	3,60	0,70	0,70	5,00	4º
150	Dieison Dalla Rosa	Faltante					Desc.
312	Jéssyca Regina Moschen Ecker	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
378	Ana Paula Mendes	08/02/1987	6,60	1,05	1,05	8,70	1º
358	Adilson De Borba	04/09/1988	6,60	0,70	0,70	8,00	2º
87	Cleocir Ghidini	25/02/1997	6,60	0,70	0,35	7,65	3º
159	Vera Lucia Mendes	30/11/1981	5,40	1,05	1,05	7,50	4º
235	Joel Godois	28/04/1994	5,40	0,70	0,70	6,80	5º
216	Débora Ester Lissak	13/04/1999	5,40	0,70	0,35	6,45	6º
343	José Dalla Possa	22/11/1991	5,40	0,35	0,70	6,45	7º
233	Neuza Fernandes De Matos	29/10/1976	4,80	0,70	0,70	6,20	8º
360	Eduarda Dos Santos	07/03/1999	4,80	0,70	0,70	6,20	9º
160	Marlon Schmitz	22/09/2000	4,80	0,70	0,70	6,20	10º

181	Ezequiel Zdunek	28/08/1996	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
279	Luciano Erlo	14/09/1982	1,20	0,00	0,70	1,90	Desc.
271	Jose Genuario Filipe	Faltante					Desc.
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
151	Raquel Dos Santos	29/03/1993	3,00	1,05	0,70	4,75	1º
CARPINTEIRO							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
194	Gelsi Dos Santos	04/01/1982	4,20	1,05	0,70	5,95	1º
442	Pedrinho Lorencini	29/06/1968	3,60	0,70	0,70	5,00	2º
EDUCADOR FÍSICO							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
80	Giovani Macedo	12/08/1989	3,60	0,70	0,70	5,00	1º
32	Eliara Bonamigo	16/08/1994	3,00	1,05	0,35	4,40	2º
407	Marco Antonio Wadenphul De Camargo	26/09/1981	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
25	Fábio Alex Rost	Faltante					Desc.
316	Anderson Lucas Nilson	Faltante					Desc.
11	Rodrigo Mulinett	Faltante					Desc.
ENFERMEIRO							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
284	Danieli Covalski	16/09/1996	4,80	1,40	1,05	7,25	1º
370	Maria Luciana Fank Idalgo Fagundes	19/05/1977	4,20	1,05	1,05	6,30	2º
64	Camila Alessio	11/03/1993	4,20	1,05	0,70	5,95	3º
331	Camila Marcon	30/11/1994	4,20	1,05	0,70	5,95	4º
391	Fabiane Rontani Chiele	03/01/1984	4,80	1,05	0,00	5,85	5º
325	Thainá Monção Gasperin	22/07/1996	4,80	0,70	0,35	5,85	6º
294	Giseli Chiaparini	04/01/1996	4,20	0,70	0,70	5,60	7º
357	Mônica Bernardi	24/07/1985	3,60	1,40	0,35	5,35	8º
219	Cladiane Dos Santos	16/12/1987	3,60	0,70	1,05	5,35	9º
19	Aline Bernardi Tomazelli	28/12/1995	4,20	0,70	0,35	5,25	10º
361	Fernanda Lenkner	27/05/1997	4,20	0,70	0,35	5,25	11º
97	Patricia Barbieri	15/12/1992	3,60	1,05	0,35	5,00	12º
152	Talita Maria Cadona	11/10/1993	3,60	1,05	0,35	5,00	13º
381	Carla Wink	04/08/1987	3,60	0,70	0,70	5,00	14º
439	Priscila Finatto	17/12/1996	3,60	0,70	0,35	4,65	15º
449	Natalia Geny Degasperin	02/12/1998	2,40	1,40	0,70	4,50	16º
186	Fernanda Engroff	13/04/1998	2,40	1,05	0,70	4,15	17º
403	Noeli Fatima Pereira	05/08/1984	3,00	0,70	0,35	4,05	18º
2	Jéssica Schaurich	29/03/1993	3,00	0,70	0,35	4,05	19º
377	Mariani Aparecida Barp	14/05/1995	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
330	Angélica Zanettini	05/06/1993	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
76	Debora Calza	16/07/1993	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
365	Franciele Rasch	26/10/1996	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
363	Vanessa Thesing	31/05/1998	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
218	Vera Lúcia Grapski	17/05/1997	1,80	1,40	0,35	3,55	Desc.
362	Hellen Carolina Barella	06/09/1995	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.

421	Carine Berwig	06/09/1991	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
35	Bruna Carla Villa	Faltante					Desc.
369	Lucas De Liz Granemann	Faltante					Desc.
204	Elisandra Cristina Martins	Faltante					Desc.
422	Vanessa Riteli Schossler	Faltante					Desc.
372	Rúbia Luana Baldissera	Faltante					Desc.

FARMACÊUTICO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
134	Cláudia Talita Lucca Da Cunha	24/04/1981	4,80	0,35	1,05	6,20	1º
130	Jorlana Stacke Maziero	12/08/1996	3,60	1,05	0,00	4,65	2º
217	Viviani Franz	12/07/1997	0,60	0,70	0,70	2,00	Desc.
201	Marina Ângela Volpato	18/09/1997	0,60	0,35	0,70	1,65	Desc.
399	Danilo Roberto Karlinski Kruger	Faltante					Desc.
220	Kassia Fernanda Campigotto Medeiros	Faltante					Desc.
143	Alessandra De Carvalho Acosta	Faltante					Desc.
315	Daiane Campagnaro	Faltante					Desc.
389	Daniela Pessatto Fadanni	Faltante					Desc.

FISCAL SANITÁRIO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
63	Milena Djesica Bevilacqua	23/06/1998	6,00	1,05	0,35	7,40	1º
168	Cleison Manuel Vogt	03/03/1991	4,80	1,40	0,70	6,90	2º
456	Wellington Dos Santos Primo	28/02/1986	4,20	1,75	0,70	6,65	3º
239	Dilvana Schio	11/10/1987	3,60	1,75	0,70	6,05	4º
170	Vanessa Follmann	04/06/1994	4,20	1,05	0,70	5,95	5º
298	Elcio Vanderlei Becker	20/02/1978	4,80	0,70	0,35	5,85	6º
299	Marines Ludwig Canesso	27/05/1984	3,60	1,40	0,70	5,70	7º
340	Vagno Ribas Ramos	31/07/1965	4,20	0,70	0,70	5,60	8º
353	Aelcio De Farias Soares	01/12/1969	3,00	1,40	1,05	5,45	9º
92	Gabriela Paula Tamankievies	27/07/1995	3,60	1,40	0,35	5,35	10º
430	Tábata Regina Dos Santos	07/09/1993	3,60	1,05	0,70	5,35	11º
190	Sheila Lampert	21/09/1999	4,20	0,70	0,35	5,25	12º
326	Arthur Leduk Antonioli	07/03/1988	3,00	1,40	0,35	4,75	13º
9	Hellison Jean Santos	16/07/1986	3,00	1,05	0,70	4,75	14º
346	Hevelyn Karina Ropke	06/05/1989	2,40	1,40	0,70	4,50	15º
221	Ellen Emilene Pulga	01/10/1997	3,00	0,70	0,35	4,05	16º
382	Cassiano Luiz Marchetti Foppa	15/07/1984	2,40	1,05	0,35	3,80	Desc.
146	Edson Troiani	13/05/1988	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
395	Cleiton Gustavo Gorziza	10/05/1995	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
177	Sandra Maria Semioni Brugnerotto	30/12/1978	1,80	0,70	0,35	2,85	Desc.
324	Jessica Raquel Lissak	03/09/2000	0,60	1,05	0,35	2,00	Desc.
384	Glaci Weis Engroff	Faltante					Desc.
385	Marcos Cesar Candido	Faltante					Desc.
135	Cristiane Alles	Faltante					Desc.
416	Josiane Vasques Dos Santos	Faltante					Desc.
347	Fernanda Oltramari Lucietto	Faltante					Desc.
251	Luiz Augusto Manica	Faltante					Desc.

FISIOTERAPEUTA

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
20	Tamires Carolo	08/04/1996	6,00	1,40	0,70	8,10	1º
47	Barbara Mattei Peukert	01/06/1989	4,20	1,40	0,70	6,30	2º
261	Vanessa Benetti	12/01/1995	3,60	1,75	0,35	5,70	3º
202	Simara Aparecida Peter	03/11/1995	4,20	0,70	0,70	5,60	4º
445	Stefani Basei	28/03/1997	4,20	0,70	0,70	5,60	5º
223	Joana Gabriella Bianchi	11/04/1994	4,80	0,35	0,35	5,50	6º
93	Janaina Santos Da Silva	16/12/1974	3,60	1,05	0,00	4,65	7º
250	Vanessa Sippert Costa	21/12/1992	3,60	0,70	0,00	4,30	8º
288	Caroline Silvestre Minosso	03/11/1989	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
387	Fernanda Cristieli Canei	Faltante					Desc.
267	Jéssica Fátima Wartha	Faltante					Desc.

MÉDICO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
406	Júlia Geller Eidt	06/10/1993	4,80	1,40	0,70	6,90	1º
28	Antônia Célia Moura Martins	26/07/1972	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
44	Giseli Pereira De Pádua Rocha	Faltante					Desc.

MÉDICO VETERINÁRIO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
412	Junior Cláudio Capellari	25/07/1996	5,40	1,40	0,70	7,50	1º
451	Daniel Esau Trevisol	01/04/1996	5,40	1,05	0,35	6,80	2º
257	Talis Cristiano Arardi	24/06/1996	5,40	0,35	1,05	6,80	3º
311	Fernanda Cristina De Britto	23/01/1992	5,40	0,70	0,35	6,45	4º
454	Mauricio Ziliotto	07/11/1996	4,80	0,70	0,70	6,20	5º
156	Tais Paula Bazzo	05/08/1992	4,80	0,35	1,05	6,20	6º
302	Ingridt Drescher Hilleshein	21/07/1995	4,20	1,05	0,70	5,95	7º
214	Gabrielle Carolina Nascimento	09/01/1986	5,40	0,00	0,35	5,75	8º
199	Eudivan Rafael Travessini	02/08/1985	4,20	1,05	0,35	5,60	9º
453	Ionara Regina Anschau	15/11/1997	4,80	0,70	0,00	5,50	10º
169	Felipe De Fabris	23/06/1994	4,20	0,35	0,35	4,90	11º
383	Katiucha Rebeca Jennifer Lopes Lera	27/03/1993	3,60	0,35	0,35	4,30	12º
448	Jaqueline Paula Pasini	28/04/1995	3,60	0,35	0,35	4,30	13º
335	Marcos Turcatto	24/06/1994	1,20	0,35	0,35	1,90	Desc.
388	Silvia Regina Bedin	Faltante					Desc.
398	Guilherme Augusto Manske	Faltante					Desc.

ODONTÓLOGO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
61	Juciane Hoff	23/08/1991	5,40	1,75	1,05	8,20	1º
263	Dejoane Muraro Pommer	27/02/1986	6,00	1,40	0,70	8,10	2º
22	Mayara Buratti	19/06/1992	5,40	1,75	0,35	7,50	3º
400	Karina Das Chagas	15/07/1992	5,40	1,40	0,70	7,50	4º
62	Letieli Magda Figueiro	16/07/1995	6,00	1,05	0,35	7,40	5º
137	Daiane Bruna Forgiarini	22/09/1995	4,20	1,75	1,05	7,00	6º
333	Nathaly Black	25/04/1995	4,80	1,40	0,70	6,90	7º
440	Gilmar Antônio Sbardelotto Júnior	05/11/1994	4,80	1,05	1,05	6,90	8º
67	Angela Aiolfi	29/12/1995	4,20	1,40	0,70	6,30	9º
123	Thaís Azzolini	25/07/1996	3,60	1,05	1,05	5,70	10º

245	Emmanuelle Cristine Zanella Capra	07/07/1981	3,00	1,40	1,05	5,45	11º
14	Eloise Royer	24/04/1995	3,60	1,05	0,70	5,35	12º
58	Larissa Angelica Aparecida Zuse	23/06/1995	3,60	1,05	0,70	5,35	13º
115	Letícia Back	12/08/1997	3,60	1,05	0,70	5,35	14º
273	Julia Secchi Naibo	03/04/1996	4,20	1,05	0,00	5,25	15º
441	Lucas Heberle Rech	25/06/1997	4,20	0,70	0,35	5,25	16º
417	Gracieli Angelica Skovronski	21/11/1994	3,00	0,70	0,70	4,40	17º
27	Tais Fernanda Soster	06/01/1997	3,60	0,70	0,00	4,30	18º
91	Aline Pemp	13/08/1996	2,40	1,05	0,35	3,80	Desc.
274	Ketlin Pritsch	05/12/1996	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.
83	Gabriela Dos Passos Rodrigues	Faltante					Desc.
24	Alejandro Vargas Neto	Faltante					Desc.
424	Michele Esmério De Oliveira	Faltante					Desc.
437	Marcus Antônio Bezerra Da Silva	Faltante					Desc.
314	Angélica Munzlinger	Faltante					Desc.
394	Hyago Dias Jaouiche	Faltante					Desc.
189	Thais Maiely Barichello	Faltante					Desc.
232	Larissa Ferronato	Faltante					Desc.
101	Joyce Lohrana Hort Silva	Faltante					Desc.

PEDREIRO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
253	Isaias Da Veiga	22/07/1965	3,00	0,70	0,70	4,40	1º
256	Mario De Oliveira Padilha	Faltante					Desc.

PSICÓLOGO (SECRETARIA DE SAÚDE)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
50	Bruna Manuela Parmegiani	12/02/1996	4,80	0,70	0,35	5,85	1º
158	Tarcis Murilo Sartor	04/07/1989	3,60	1,05	1,05	5,70	2º
317	Valtair Cezar Dos Santos	23/04/1972	3,60	1,05	0,70	5,35	3º
125	Cristiane Carla Wronski	03/09/1991	3,60	0,70	1,05	5,35	4º
308	Paula Andressa Lopes Miri	03/03/1989	3,00	1,05	1,05	5,10	5º
415	Vanessa Spier Urnau	26/12/1989	3,00	1,05	1,05	5,10	6º
300	Julienne De Oliveira Assunção Camillo	17/03/1979	1,80	0,35	0,35	2,50	Desc.
452	Zaionara Zanluchi Ferrari	Faltante					Desc.
410	Daniela Filipini	Faltante					Desc.
37	Eduarda Da Silva	Faltante					Desc.
243	Bárbara De Oliveira	Faltante					Desc.

PSICÓLOGO (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
106	Evandro Radaeli	17/10/1982	4,20	0,70	0,70	5,60	1º
338	Luana Yamila Bento Bittancourt	05/04/1987	3,00	1,40	1,05	5,45	2º
33	Adriana Maschio Escher	05/09/1996	4,20	0,35	0,00	4,55	3º
446	Jessica Luiza Tonal Turra	17/01/1994	3,00	0,70	0,35	4,05	4º
66	Luciana Kayser	22/11/1988	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.

PSICÓLOGO – CRAS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
124	Vanessa Bruneto	20/09/1994	4,80	1,40	0,35	6,55	1º

276	Jaine Fatima Grein	16/08/1995	4,20	0,70	0,70	5,60	2º
447	Jucilane Gorczeveski	02/12/1995	4,80	0,00	0,70	5,50	3º
305	Cristine Lucila Schwengber	29/03/1993	3,00	1,40	1,05	5,45	4º
54	Francieli Cristina Wingert	29/12/1993	3,60	1,05	0,70	5,35	5º
184	Fernando Compagnoni Silverio	04/04/1989	3,60	0,70	0,70	5,00	6º
264	Marine Cortellini Turatti	22/06/1992	3,00	1,40	0,35	4,75	7º
334	Patricia Carla Rissi	12/06/1993	3,00	0,35	0,70	4,05	8º
376	Fernanda Pilatti De Moraes	17/06/1991	2,40	1,05	0,35	3,80	Desc.
3	Keli Cristina Barth	19/01/1994	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
77	Elaine Sousa	Faltante					Desc.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
258	Janaína Aparecida Kochhann Dos Santos	25/09/1993	3,60	1,40	0,70	5,70	1º
323	Jusiane Pagani	18/12/1987	3,00	1,05	0,70	4,75	2º

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CATEGORIA "C")

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
139	Loimir Campagnaro	25/08/1987	1,33	0,27	0,09	4,80	6,49	1º
429	Amilton Francisco Morosini	22/04/1968	1,14	0,09	0,18	4,80	6,21	2º
132	Eliseu Angelo Degani	08/09/1978	1,52	0,18	0,27	0,00	1,97	Desc.
200	Nilson Gularte	05/07/1978	1,52	0,27	0,09	0,00	1,88	Desc.

MOTORISTA (CATEGORIA "C")

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
283	Silverio Antonio Hoinacki	12/10/1974	2,28	0,18	0,18	4,80	7,44	1º
254	Rogério Tomazin	16/12/1984	2,28	0,45	0,27	4,30	7,30	2º
23	Jose Paulo Medeiros	14/01/1980	1,71	0,36	0,27	4,60	6,94	3º
192	Leandro Feraz	12/08/1981	1,14	0,00	0,18	4,50	5,82	4º
293	Moacir Luiz Falavigna	19/07/1962	1,71	0,27	0,18	0,00	2,16	Desc.
234	Jordani Soares Leal	27/09/1976	0,57	0,18	0,09	0,00	0,84	Desc.
386	Volmir Basso	Faltante						Desc.

MOTORISTA (CATEGORIA "D")

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
98	Edmar Jose De Sousa	27/10/1967	2,09	0,27	0,18	4,80	7,34	1º
375	Anderson Roberto Kovalski	24/02/1988	1,90	0,18	0,27	4,60	6,95	2º
129	Elionei Tiago Formagin	23/06/1994	1,52	0,18	0,09	4,50	6,29	3º
259	Francisco Jovenal Honorato	12/01/1978	1,14	0,27	0,18	4,40	5,99	4º
373	Neimar Marcos Soethe	Faltante						Desc.
111	Rodrigo Pedroso De Oliveira	Faltante						Desc.

Art. 2º Para os cargos de Odontólogo, Enfermeiro, Médico, Farmacêutico, Psicólogo (Secretaria de Saúde), Psicólogo (Secretaria de Assistência Social), Psicólogo – CRAS, Assistente Social (Secretaria de Assistência Social), Assistente Social - CRAS, Educador Físico, Fisioterapeuta, Médico Veterinário, Técnico em Saúde Bucal, Auxiliar em Saúde Bucal, Auxiliar de Serviços Gerais, Fiscal Sanitário, Técnico em Enfermagem, Agente de Combate as Endemias, Auxiliar Administrativo, Agente de Secretaria, Carpinteiro e Pedreiro, são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital. ~

Art. 3º Para os cargos de Motorista (Categoria "C"), Motorista (Categoria "D") e Operador de Equipamentos Rodoviários (Categoria "C"), somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática.

Art. 4º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 5º O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 6º Os candidatos terão os dias 18 e 19.10.2018 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 17 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 1983/2018, HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2018, DESTINADO A SELEÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2019, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO,

Publicação Nº 1776493

DECRETO Nº 1983/2018, de 17 de outubro de 2018.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2018, DESTINADO A SELEÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2019, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 02 E 03/2007, ESTAREM SUB JUDICE E EM EVENTUAIS VAGAS VINCULADAS OU EXCEDENTES E COMPOR RESERVA TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 303, da Lei nº 086/1991, de 27.12.1991, alterado pela Lei nº 106/1997, de 22.09.1997, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/1990, de 02.03.1990, Lei nº 040/90, de 28.05.1990, Lei nº 089/1990, de 31.10.1990, Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei 9696/98 CREF3/SC, Decreto nº 1798/2016, de 24.10.2016, Lei Estadual nº 10.567 de 07.11.1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457/2018, de 10.01.2018, Lei Federal nº 13.656, de 30.04.2018, Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação após a correção dos cartões de resposta dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 03/2018, de 25 de julho de 2018, conforme abaixo relacionado:

AGENTE CULTURAL							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
7	Hellison Jean Santos	16/07/1986	6,00	0,35	1,05	7,40	1º
240	Marciane Grezele	30/08/1990	4,20	0,35	0,70	5,25	2º
352	Abigael Carvalho De Freitas Scheffler	30/08/1987	4,20	0,35	0,35	4,90	3º
97	Emanuele Karlinski	19/03/1998	3,00	1,05	0,35	4,40	4º
341	André Cardoso Da Silva	12/12/1978	3,60	0,35	0,35	4,30	5º
318	Jéssica Fank Korbes	26/11/1996	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
353	Wellington Dos Santos Primo	28/02/1986	2,40	0,00	0,70	3,10	Desc.
316	Clarice Roman Teochi	13/07/1975	1,80	0,70	0,00	2,50	Desc.
346	Tábata Regina Dos Santos	Faltante					Desc.
AUXILIAR DE ENSINO							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
94	Jéssica Possamai	19/11/1993	6,60	0,70	1,05	8,35	1º
17	Elizandra Bertuzzi	04/09/1994	6,00	0,70	1,05	7,75	2º
85	Cristiane Lohmann Pereira	03/06/1999	6,00	0,70	1,05	7,75	3º
286	Eloisa Roberta Oro Antonelo	27/05/1997	6,60	0,35	0,70	7,65	4º
77	Larissa Bazzo Segheto	27/02/1998	6,60	0,35	0,70	7,65	5º
271	Elisangela Fatima Pereira Gracik	04/03/1984	6,00	0,70	0,70	7,40	6º
215	Ana Cláudia Schuster Rossi	26/01/1991	6,60	0,70	0,00	7,30	7º
183	Karoline Ribeiro	22/08/1998	6,60	0,00	0,70	7,30	8º

295	Marieli Alessio	12/05/1996	6,00	0,35	0,70	7,05	9º
133	Sandra Maria Semioni Brugnerotto	30/12/1978	6,00	0,00	0,70	6,70	10º
52	Bruna Cozer	17/11/1999	6,00	0,00	0,70	6,70	11º
53	Thaina Luiza Barbieri	25/09/1998	4,80	1,05	0,70	6,55	12º
95	Giovana Rech Durigon	21/04/2000	5,40	0,00	1,05	6,45	13º
257	Maria Eduarda Wichorowski Thomé	04/08/1998	5,40	0,00	0,70	6,10	14º
144	Idiane Colombo	03/12/1990	6,00	0,00	0,00	6,00	15º
98	Roseli Clarice Scariot	15/06/1974	4,20	1,05	0,70	5,95	16º
22	Ana Flávia Favero Trintinaglia	09/04/1998	4,80	0,70	0,35	5,85	17º
36	Marivane Zanol	13/05/1994	4,80	0,35	0,70	5,85	18º
245	Gislaine Orth	08/03/1998	4,80	0,35	0,70	5,85	19º
241	Taline Gentlin	01/12/1998	4,80	0,35	0,70	5,85	20º
76	Jaqueline Maria Zimmer	25/07/1980	5,40	0,00	0,35	5,75	21º
10	Priscila Rosin	10/10/1995	4,20	0,70	0,35	5,25	22º
92	Poliana Rugeri Alves	20/12/1999	4,20	0,70	0,35	5,25	23º
217	Tássia Dallagnol	24/04/1998	4,20	0,35	0,70	5,25	24º
175	Daniela Gzebieluckas	05/08/1986	4,20	0,35	0,35	4,90	25º
46	Diana Teresinha Guinami	22/11/1993	4,20	0,35	0,35	4,90	26º
156	Dirciane Maiara Grando	26/03/1997	4,20	0,00	0,70	4,90	27º
13	Patrícia Jaqueline Rost	19/08/1997	4,20	0,00	0,70	4,90	28º
342	Luciana Camargo	29/06/1984	3,60	0,35	0,70	4,65	29º
223	Bruna Agustini	25/11/1994	3,60	0,35	0,70	4,65	30º
338	Marise Correia De Alencar	19/08/1988	4,20	0,35	0,00	4,55	31º
99	Evely Andreolla	07/05/1999	4,20	0,00	0,35	4,55	32º
6	Vanessa Henrich	22/11/1992	3,60	0,70	0,00	4,30	33º
196	Liana Turatti Happke	19/11/1999	3,60	0,00	0,70	4,30	34º
326	Cleonice Fatima Voltz Dos Santos Araújo	02/02/1992	4,20	0,00	0,00	4,20	35º
146	Beatriz Vidi Varela	07/05/2000	3,00	0,70	0,35	4,05	36º
113	Neuza Marlei Drebes Paloschi	16/10/1970	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
345	Clacir Gomes	29/06/1986	3,00	0,00	0,70	3,70	Desc.
64	Graciela Maria Adler	20/08/1984	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
304	Iara Cilene Soares	Faltante					Desc.
9	Rodrigo Mulinett	Faltante					Desc.

MERENDEIRA

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
91	Catiane Grunewald	22/05/1994	5,40	0,00	0,35	5,75	1º
127	Solange Semione	11/11/1997	3,00	0,70	1,05	4,75	2º

ZELADOR

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
128	Jasmini Maria Camargo Gonçalves	17/11/1996	6,00	0,35	1,05	7,40	1º
145	Venilda Dos Santos Previatti	31/07/1984	5,40	0,70	0,35	6,45	2º
291	Ana Paula Mendes	08/02/1987	4,20	0,35	0,70	5,25	3º
259	Naiara Paula Lemes De Moraes	16/12/1994	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
62	Marvane Ribeiro	11/12/1974	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
337	Jocineia Kasper	Faltante					Desc.
171	Neuza Fernandes De Matos	Faltante					Desc.

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
-------	----------------	------------	----	----	----	---------	-------	--------



119	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	13/09/1983	4,95	0,90	0,60	1,00	7,45	1º
155	Marli Terezinha Lisot Bertoletti	15/03/1974	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	2º

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
211	Betânia Luiza Poli	24/12/1984	4,95	1,20	0,30	1,00	7,45	1º
176	Elisa Paula Mariga	29/07/1980	5,50	0,60	0,90	0,00	7,00	2º
125	Letícia Giron Stefanello	11/08/1994	5,50	0,60	0,90	0,00	7,00	3º
209	Aline Bonamigo	07/10/1983	4,40	0,60	0,90	1,00	6,90	4º
270	Paulo Roberto Socol	17/06/1977	4,95	0,30	0,90	0,00	6,15	5º
218	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	4,40	0,60	0,60	0,25	5,85	6º
296	Patricia Lazzaretti	25/04/1984	3,30	0,90	0,90	0,54	5,64	7º
123	Marciane Danhaia	06/03/1988	1,10	0,90	0,60	-	2,60	Desc.

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
152	Lucilei Benincá Bonamigo	08/03/1990	3,85	0,30	0,60	-	4,75	1º
197	Debora Feltes	23/04/1994	3,30	0,00	0,30	-	3,60	Desc.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
298	Luís Eduardo Fritsch	03/05/1995	3,30	1,20	0,90	0,55	5,95	1º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
114	Josieli Teixeira	03/10/1994	3,85	0,60	0,60	-	5,05	1º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
48	Giovani Macedo	12/08/1989	4,40	0,90	0,90	0,92	7,12	1º
238	Diego Alencar Chechi	17/10/1986	3,30	0,90	0,60	0,75	5,55	2º
335	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	2,75	0,90	0,90	1,00	5,55	3º
14	Fábio Alex Rost	15/12/1993	3,30	0,60	0,90	0,69	5,49	4º
273	Alexsander De Lima	29/10/1979	2,75	0,60	0,90	1,00	5,25	5º
309	Acidio Pecos Valduga	17/07/1987	3,30	0,30	0,60	1,00	5,20	6º
137	Samara De Moraes	10/09/1995	3,30	1,20	0,60	0,00	5,10	7º
151	Marciéli Fransozi	28/11/1989	3,85	0,30	0,90	0,00	5,05	8º
285	Leandro Michael	23/02/1983	3,30	0,60	0,60	0,00	4,50	9º
96	Alan Henrique Signor	19/07/1996	2,75	0,90	0,30	-	3,95	Desc.
242	Adriane Gomes	17/06/1997	2,75	0,60	0,60	-	3,95	Desc.
142	Sabrina Priscila Simioni	17/05/1990	2,75	0,30	0,90	-	3,95	Desc.
49	Tiago Rigoni	30/01/1994	2,20	0,60	0,90	-	3,70	Desc.
16	Eliara Bonamigo	16/08/1994	2,75	0,30	0,60	-	3,65	Desc.
199	Cesar Matos Nogueira	19/07/1984	2,20	0,60	0,60	-	3,40	Desc.
216	Janaina Capellari	21/08/1995	2,20	0,30	0,90	-	3,40	Desc.
275	Raquel Andregghetti Ghizzi	19/09/1995	1,10	0,90	0,90	-	2,90	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
93	Leticia Seibel	23/08/1998	2,20	0,30	0,90	-	3,40	Desc.

35	Camila Frassão Tomazi	Faltante							Desc.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO									
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.	
138	Claudia Staub Happke	23/10/1972	6,05	0,90	0,90	1,00	8,85	1º	
165	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	6,05	0,90	0,60	1,00	8,55	2º	
173	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	5,50	0,90	0,90	1,00	8,30	3º	
140	Maria Paulina Machado Da Silva Modrak	19/07/1976	5,50	0,90	0,90	0,75	8,05	4º	
264	Silvana Marchesan Olivotto	21/04/1970	5,50	0,90	0,60	1,00	8,00	5º	
314	Juliana Ferreira De Lima Brocco	08/03/1977	6,05	0,90	0,90	-	7,85	6º	
207	Rosana Dos Santos	07/05/1988	4,40	1,50	0,90	1,00	7,80	7º	
11	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,95	0,90	0,90	1,00	7,75	8º	
31	Ionara Assmann	22/09/1989	5,50	0,60	0,60	1,00	7,70	9º	
129	Vanessa Dal Mas	06/12/1991	4,95	1,20	0,60	0,81	7,56	10º	
248	Sandra Do Carmo Heneka	19/06/1977	4,95	1,50	0,60	0,50	7,55	11º	
320	Luciane Schlickmann	25/04/1994	4,95	1,20	0,60	0,75	7,50	12º	
308	Dilvane Schirmann	23/03/1993	4,95	0,90	0,90	0,70	7,45	13º	
38	Paula Lúcia Pomatti	20/08/1986	4,95	0,90	0,60	1,00	7,45	14º	
34	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	4,95	0,60	0,90	0,99	7,44	15º	
135	Fabiana Heinrich Tibola	28/07/1985	4,95	0,60	0,90	0,97	7,42	16º	
116	Marice Nardi Gorziza	25/01/1978	4,40	1,20	0,90	0,92	7,42	17º	
190	Ivania Ott	16/02/1985	4,40	1,50	0,60	0,91	7,41	18º	
2	Débora Furlanetto	24/08/1994	5,50	0,30	0,60	1,00	7,40	19º	
159	Patrícia Fernanda Gomes	07/04/1996	4,95	1,20	0,30	0,95	7,40	20º	
274	Elisiane Schulmann	29/04/1990	5,50	0,60	0,90	0,25	7,25	21º	
302	Franciele Patricia Herbert Scherer	21/10/1986	4,40	0,90	0,90	1,00	7,20	22º	
265	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	4,95	0,90	0,30	0,95	7,10	23º	
310	Jaqueline Chiesa	17/01/1983	4,95	0,60	0,90	0,63	7,08	24º	
88	Silvane Frigotto Dutkiewicz	29/01/1977	3,85	1,20	0,90	1,00	6,95	25º	
161	Daiana Lucia Villa Basso	06/04/1984	4,40	0,90	0,60	1,00	6,90	26º	
252	Carin Werhmann Wathier	25/12/1970	4,95	0,30	0,60	1,00	6,85	27º	
27	Juliana Basso Donadello	19/10/1991	4,95	0,30	0,60	1,00	6,85	28º	
219	Margarete Lisaki	15/06/1988	4,40	0,60	0,60	1,00	6,60	29º	
121	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	4,40	0,90	0,30	0,99	6,59	30º	
79	Ketlin Paula Mileski	07/06/1995	3,85	1,50	0,60	0,56	6,51	31º	
244	Jessica Reck	11/06/1992	4,40	1,50	0,30	0,25	6,45	32º	
297	Jéssica Dalla Possa Baldissera	25/11/1991	4,40	0,60	0,90	0,50	6,40	33º	
182	Roseli Maria Da Silva Goergen	02/10/1972	3,85	0,90	0,60	1,00	6,35	34º	
59	Marizete Fatima Basso Trevizan	22/04/1975	3,85	0,90	0,60	1,00	6,35	35º	
42	Janaina Paula Ghissi	10/04/1983	3,85	0,60	0,90	1,00	6,35	36º	
32	Grasieli Tessaro	15/11/1989	4,40	0,60	0,60	0,65	6,25	37º	
266	Evelyn Bergmann	01/07/1996	3,85	0,90	0,90	0,56	6,21	38º	
193	Fabiane Carla Carboni	27/01/1994	4,40	0,90	0,90	0,00	6,20	39º	
288	Marlete Madalena Bourscheidt	20/08/1981	4,95	0,60	0,60	0,00	6,15	40º	
234	Carine Taube Vivian	15/06/1990	4,95	0,60	0,60	0,00	6,15	41º	
282	Ana Hortencia Soares Dos Santos	10/09/1951	4,95	0,30	0,30	0,50	6,05	42º	
312	Solange Tibola	22/02/1983	3,85	0,60	0,60	1,00	6,05	43º	
163	Jussinéia Zappani	04/10/1984	3,85	0,60	0,60	0,92	5,97	44º	
61	Marciani Do Nascimento	01/08/1996	4,40	0,60	0,60	0,33	5,93	45º	
126	Sandra Maria Dall Agnol Echer	18/03/1978	4,40	0,90	0,60	0,00	5,90	46º	

118	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	13/09/1983	3,30	0,60	0,90	1,00	5,80	47º
105	Odete Hammes	19/05/1985	3,85	0,30	0,60	1,00	5,75	48º
277	Dilvane Lorencini	11/01/1988	3,85	0,30	0,60	1,00	5,75	49º
281	Laine Lorenski	09/09/1990	3,85	0,30	0,60	1,00	5,75	50º
44	Clarice Scherner	31/05/1994	3,30	1,20	0,30	0,91	5,71	51º
184	Carine Eva Dalmonte Sartori	13/07/1987	3,85	0,30	0,60	0,94	5,69	52º
55	Micheli Bedin	02/02/1994	4,40	0,30	0,30	0,68	5,68	53º
201	Eduarda Deitos	02/12/1997	3,30	0,90	0,90	0,50	5,60	54º
149	Marinês Schneider	31/12/1969	3,30	0,60	0,60	1,00	5,50	55º
115	Flaviani Claudia Carboni	27/03/1995	4,40	0,30	0,60	0,00	5,30	56º
279	Leonice Maria Wille Catto	23/05/1987	3,85	0,30	0,60	0,50	5,25	57º
276	Jéssica Valquiria Hertes	05/08/1993	3,85	0,30	0,30	0,75	5,20	58º
68	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	3,30	0,30	0,60	1,00	5,20	59º
269	Cristiane Tonollo	23/12/1993	3,30	0,60	0,60	0,62	5,12	60º
232	Ana Paula Felicetti	15/03/1994	2,75	0,60	0,60	-	3,95	Desc.
187	Lisete Frey Steffen	19/04/1970	3,30	0,30	0,30	-	3,90	Desc.
194	Edina Balbinot Cipriani	13/11/1996	2,75	0,90	0,00	-	3,65	Desc.
239	Daniela Geremia	Faltante						Desc.
251	Camila Ana De Lima	Faltante						Desc.
328	Kadi Terezinha Guth	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
305	Dioneide Riedel Walter	02/09/1983	4,95	0,90	0,60	-	6,45	1º
23	Marciéle Danhaia	28/01/1991	4,95	0,90	0,60	-	6,45	2º
284	Rosilei Amaral Michael	30/07/1986	4,40	0,90	0,60	-	5,90	3º
344	Raquel Simone Roratto	12/06/1986	4,40	0,60	0,90	-	5,90	4º
208	Daniela Costenaro	20/11/1996	4,40	0,60	0,60	-	5,60	5º
188	Kely Cristina Carminatti	07/06/1988	3,30	0,60	0,30	-	4,20	6º
224	Aline Faustino Faria	14/07/1994	2,75	0,30	0,90	-	3,95	Desc.
330	Natan Felipe Zambiasi	07/12/1994	2,20	0,30	0,90	-	3,40	Desc.
40	Alexandra Hoffmann Lima	Faltante						Desc.
87	Thainá Dos Santos	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
141	Maria Paulina Machado Da Silva Modrak	19/07/1976	6,60	0,90	0,90	0,75	9,15	1º
174	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	5,50	0,90	0,90	1,00	8,30	2º
247	Soelí Do Carmo Guerra	15/12/1961	4,95	1,20	0,60	1,00	7,75	3º
139	Claudia Staub Happke	23/10/1972	4,95	1,20	0,60	1,00	7,75	4º
78	Ketlin Paula Mileski	07/06/1995	4,95	1,50	0,60	0,56	7,61	5º
108	Silvane Frigotto Dutkiewicz	29/01/1977	4,40	1,20	0,90	1,00	7,50	6º
299	Sirlei Marafon	18/02/1989	4,95	0,90	0,60	1,00	7,45	7º
12	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,40	1,20	0,60	1,00	7,20	8º
313	Solange Tibola	22/02/1983	4,95	0,60	0,60	1,00	7,15	9º
307	Dilvane Schirmann	23/03/1993	4,40	0,90	0,90	0,70	6,90	10º
19	Fernanda Paparella Viapiana	30/04/1979	4,40	0,90	0,60	1,00	6,90	11º
39	Paula Lúcia Pomatti	20/08/1986	4,40	0,90	0,60	1,00	6,90	12º
253	Carin Werhmann Watthier	25/12/1970	4,95	0,30	0,60	1,00	6,85	13º
250	Gabrielle Haag	10/11/1995	4,40	1,20	0,60	0,65	6,85	14º

206	Arlei Terezinha Finatto	19/05/1966	3,85	0,90	0,90	1,00	6,65	15º
160	Patrícia Fernanda Gomes	07/04/1996	4,40	1,20	0,30	0,70	6,60	16º
166	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	4,40	0,90	0,30	1,00	6,60	17º
280	Laine Lorenski	09/09/1990	4,40	0,60	0,60	1,00	6,60	18º
122	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	4,40	0,90	0,30	0,99	6,59	19º
134	Fabiana Heinrich Tibola	28/07/1985	4,40	0,60	0,60	0,97	6,57	20º
311	Jaqueline Chiesa	17/01/1983	4,40	0,60	0,90	0,63	6,53	21º
33	Grasieli Tessaro	15/11/1989	4,95	0,60	0,30	0,65	6,50	22º
130	Vanessa Dal Mas	06/12/1991	3,85	1,20	0,60	0,81	6,46	23º
254	Alice Feltez	20/01/1996	4,95	0,90	0,60	0,00	6,45	24º
321	Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,85	1,20	0,60	0,75	6,40	25º
43	Janaina Paula Ghissi	10/04/1983	3,85	0,60	0,90	1,00	6,35	26º
162	Daiana Lucia Villa Basso	06/04/1984	4,40	0,30	0,60	1,00	6,30	27º
3	Débora Furlanetto	24/08/1994	4,40	0,30	0,60	1,00	6,30	28º
195	Edina Balbinot Cipriani	13/11/1996	4,40	0,30	0,90	0,50	6,10	29º
267	Naiara Kosloski	02/04/1993	3,85	0,90	0,30	1,00	6,05	30º
81	Terezinha Rizzi Casagrande	22/10/1961	4,40	0,30	0,30	1,00	6,00	31º
164	Jussinéia Zappani	04/10/1984	3,85	0,60	0,60	0,92	5,97	32º
185	Carine Eva Dalmonte Sartori	13/07/1987	4,40	0,00	0,60	0,94	5,94	33º
249	Sandra Do Carmo Heneka	19/06/1977	3,30	1,20	0,90	0,50	5,90	34º
106	Odete Hammes	19/05/1985	3,85	0,30	0,60	1,00	5,75	35º
28	Juliana Basso Donadello	19/10/1991	3,85	0,30	0,60	1,00	5,75	36º
343	Fabiane Carla Carboni	27/01/1994	3,85	0,90	0,90	0,00	5,65	37º
200	Claudia Lutz	21/09/1995	4,40	0,60	0,60	0,00	5,60	38º
60	Marizete Fatima Basso Trevizan	22/04/1975	2,75	0,90	0,90	1,00	5,55	39º
303	Franciele Patricia Herbert Scherer	21/10/1986	2,75	0,90	0,90	1,00	5,55	40º
278	Dilvane Lorencini	11/01/1988	3,85	0,30	0,60	0,75	5,50	41º
69	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	3,85	0,30	0,30	1,00	5,45	42º
107	Divanete Facin	11/09/1979	2,75	1,20	0,60	0,90	5,45	43º
235	Cediane De Fatima Jaguzeski Novello	28/01/1988	3,30	0,60	0,60	0,89	5,39	44º
177	Elisa Paula Mariga	29/07/1980	3,85	0,60	0,90	0,00	5,35	45º
294	Juliana Carollo	28/08/1984	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	46º
150	Marinês Schneider	31/12/1969	3,30	0,60	0,30	1,00	5,20	47º
351	Nadia Wassmuth	17/10/1996	3,30	0,90	0,30	0,00	4,50	48º
54	Maria Elisabete Sigolin	07/05/1979	2,75	0,30	0,60	-	3,65	Desc.
153	Cleci Luciane Panis	21/05/1973	2,75	0,00	0,90	-	3,65	Desc.
101	Jéssica Cazagrande	Faltante						Desc.
329	Kadi Terezinha Guth	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
147	Silmara Thiel Do Nascimento Lanza	26/11/1996	4,95	1,20	0,60	-	6,75	1º
233	Solange Pedrão Roman	07/04/1979	4,40	1,20	0,60	0,50	6,70	2º
80	Silvana Gabbiatti	02/04/1993	4,40	0,60	0,90	0,50	6,40	3º
230	Maraisa Miotto	01/03/1984	4,95	0,30	0,60	-	5,85	4º
287	Elizabete Cavalli	21/09/1975	3,85	0,30	0,60	-	4,75	5º
1	Elaine Lucia Pereira Picollo	05/07/1976	3,30	0,00	0,90	-	4,20	6º
292	Ataísa Grzegorcik	25/03/1994	2,20	0,30	0,60	-	3,10	Desc.
272	Sabrina Prado Souza	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
72	Deisi Jaqueline Pellet	16/07/1989	2,75	0,60	0,90	-	4,25	1º
45	Iliete Maria Ferrandin	14/04/1970	2,20	0,90	0,90	-	4,00	2º
317	Rodrigo Giacomelli	13/08/1996	1,65	0,60	0,90	-	3,15	Desc.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
20	Alex Marchezan	15/04/1998	2,75	0,90	0,60	-	4,25	1º
74	Vanda Maria Michels	14/05/1982	2,75	0,00	0,30	-	3,05	Desc.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
258	Patricia Miguel Cavagnoli	16/03/1988	4,95	0,90	0,60	-	6,45	1º
25	Dinorá Merigo	17/04/1981	3,85	0,60	0,60	0,50	5,55	2º
322	Lucas Blank Fano	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
90	Willian Fritzen	14/02/1995	4,40	0,60	0,60	-	5,60	1º

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
143	Thiago Terhorst Rauber	24/04/1993	3,85	1,50	0,90	1,00	7,25	1º
29	William Meier	14/06/1996	4,95	0,90	0,60	0,50	6,95	2º
180	Lucilaine Sotili	15/12/1990	3,85	0,60	0,90	0,50	5,85	3º
4	Felipe De Andrade Alves	16/09/1986	3,85	1,20	0,00	-	5,05	4º
24	Michele Miqueloto Hermes	13/04/1992	2,75	0,60	0,60	-	3,95	Desc.
109	Dieison Dalla Rosa	12/03/1991	2,75	0,60	0,30	-	3,65	Desc.
340	Armando Arlan Joergensen	30/03/1995	2,20	0,90	0,30	-	3,40	Desc.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
319	Lucas Junior Zyra Lunardi	15/08/1994	2,75	0,00	0,60	-	3,35	Desc.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS - NÃO HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
225	Marcia Jussara Griebler	24/12/1973	0,55	0,90	0,30	-	1,75	Desc.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
231	Anderson Luis Aimi	07/12/1983	5,50	0,60	0,90	-	7,00	1º
348	Marciane Lucia Bracht	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO - DESCANSO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
205	Eduarda Steffenon Soares	15/05/1998	3,30	1,20	0,30	-	4,80	1º

Art. 2º Somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 4º O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar

com CPF e senha própria.

Art. 5º Os candidatos terão os dias 18 e 19.10.2018 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 17 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 940/2018 -SF, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 29.203,54 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1775796

DECRETO Nº 940/2018-SF, de 11 de outubro de 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 29.203,54 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1610/2018, de 15 de maio de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 29.203,54 (vinte e nove mil, duzentos e três reais e cinquenta e quatro centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.244.0016.2.072	Gestão da Proteção Social Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.0681		Aplicações Diretas (200) 29.203,54

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00 – 0681	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS (Principal) - BL PSB (PBF/PBV)	29.203,54
----------------------------------	---	-----------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 29.203,54 (vinte e nove mil, duzentos e três reais e cinquenta e quatro centavos)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 11 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal - RH

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 11/2018 - FMAS

Publicação Nº 1775734

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 11/2018, Edital de Pregão Nº 11/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SITUADA NA AV. PREFEITO ADELINO MAGINI, Nº 480, CENTRO, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA E ANEXOS DO EDITAL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA E ENTREGA DE MATERIAIS UTILIZADOS NA MESMA. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 30/10/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 05/2018

Publicação Nº 1775503

RESOLUÇÃO Nº 05/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Dionísio Cerqueira.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS e pela Lei Municipal 4.296 de 02 de dezembro de 2013, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionísio Cerqueira – SC, e, CONSIDERANDO o inciso X do artigo 212 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS, RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 55.555,56 e para o cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade no valor total de R\$ 41.666,67 a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2018, a serem executados conforme o percentual estabelecido nos referidos planos.

Art. 2º: Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira/SC, 16 de outubro de 2018.

Willian Haefliger Andreolla
Presidente do CMAS - DC

Ermo

PREFEITURA

LEI Nº 447, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776163

LEI Nº 447, de 17 de outubro de 2018.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo de Ermo/SC a contratar plano de saúde com cobertura ambulatorial e hospitalar para os servidores públicos municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Administração Pública Direta, as Autarquias e as Fundações instituídas e mantidas pelo Município do Ermo ficam autorizadas a proceder, mediante credenciamento, à contratação de Plano de Saúde em favor dos servidores públicos ativos, bem como seus dependentes.

Art. 2º Para efeito desta Lei, os servidores públicos beneficiários que manifestaram a sua adesão ao Plano de Saúde, observada os períodos de carências previstos no regulamento dos planos ofertados pelas prestadoras dos serviços credenciadas, são classificados em:

I. Titular:

a) O servidor ocupante de cargo em provimento efetivo, abrangido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ermo, que preste serviço à Prefeitura Municipal, Autarquias e Fundações Públicas do Município de Ermo;

b) Os agentes políticos ocupantes de cargos eletivos (Prefeito e Vice-prefeito).

II. Dependente:

a) Cônjuge ou companheiro(a);

b) Filho natural ou adotivo, menor de 21 (vinte e um) anos não emancipado, ou inválido;

c) Os pais, desde que constem como dependentes na declaração de Imposto de Renda do titular residam com o mesmo e não percebam, individualmente, renda ou benefício superior ao salário mínimo.

§ 1º. Para efeito desta Lei, os dependentes, a que se refere o inciso II "a", compreendem também as uniões homoafetivas.

§ 2º. O vínculo com o Plano de Saúde do servidor efetivo e dos agentes políticos cessa automaticamente no caso de aposentadoria ou com o afastamento definitivo de sua atividade laborativa, inclusive com o fim do mandato eletivo no caso dos Agentes Políticos.

§ 3º. O titular que estiver em licença para tratar de interesses particulares ou em licença especial, conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ermo, poderá permanecer na condição de titular do Plano de Saúde se continuar contribuindo na forma prevista no Art. 5º, salvo se manifestar decisão em contrário, hipótese que implicará em seu desligamento definitivo do Plano de Saúde.

§ 4º. Ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal caberá

a entrega ao servidor do formulário de adesão ao Plano de Saúde, comunicando a empresa credenciada escolhida quando das adesões no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de adesão do servidor.

§ 5º. As solicitações de desligamento do titular ou dependentes deverão ser feitas junto ao setor de recursos humanos do Município, mediante preenchimento de formulário, cabendo ao responsável pelo setor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação, informar a prestadora do serviço credenciada.

§ 6º. Será permitida a manutenção da qualidade de dependente ao filho solteiro não emancipado até a idade de 24 (vinte e quatro) anos, inclusive, desde que não possua renda própria e esteja cursando sua primeira graduação de nível superior ao completar 21 (vinte e um) anos, condicionada ao preenchimento de requerimento junto ao setor de recursos humanos do Município, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

a) No caso de filho sem renda própria, dependente economicamente do titular:

I - Declaração de imposto de renda, constando o filho como dependente;

II - Certidão de nascimento atualizada comprovando que o dependente é solteiro não emancipado;

III - Comprovante de residência demonstrando que o dependente reside com o titular;

IV - Cópia da Carteira de Trabalho, que comprove a inexistência de vínculo empregatício do dependente;

V - Declaração de ausência de rendimentos assinada pelo titular.

b) Para o filho que esteja cursando sua primeira graduação de nível superior ao completar 21 (vinte e um) anos:

I - Certidão de nascimento atualizada comprovando que o dependente é solteiro ou não emancipado;

II - Apresentação de declaração de matrícula;

III - Atestado de frequência expedido pela entidade mantenedora do curso, renovados semestralmente.

§ 7º. O servidor, inscrito na forma do parágrafo anterior, que deixar de ser dependente do titular, terá o prazo de 10 (dez) dias após o desligamento deste ou da perda da qualidade de dependente para realizar a opção pelo Plano de Saúde.

§ 8º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada, abrangendo-se, inclusive, as relações decorrentes de união homoafetiva.

§ 9º. Considera-se união estável a entidade familiar de pessoas, ainda que do mesmo sexo, que sejam solteiras, separadas judicialmente, divorciadas ou viúvas.

§ 10º. Para comprovação da união estável deverão ser apresentados, no mínimo, 4 (quatro) dos seguintes documentos:

- a) Certidão de nascimento de filho havido em comum;
- b) Certidão de casamento religioso;
- c) Declaração de imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;
- d) Disposições testamentárias;
- e) Anotação constante na carteira profissional, feita pelo órgão competente, ou anotação constante de ficha ou livro de registro de empregado;
- f) Prova de mesmo domicílio;
- g) Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- h) Procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- i) Conta bancária conjunta;
- j) Apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;
- k) Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;
- l) Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente;
- m) Outros documentos que possam levar a convicção do fato a comprovar.

§ 11º. Além dos documentos mencionados no parágrafo anterior, o interessado deverá, obrigatoriamente, apresentar declaração de ausência de benefício de pensão.

§ 12º. Para a inclusão de cônjuge, deverá ser apresentada a Certidão de Casamento atualizada.

§ 13º. Para a inclusão de filho natural ou adotivo menor de 21 (vinte e um) anos, deverá ser apresentada a Certidão de Nascimento atualizada.

§ 14º. No caso de dependente inválido, a invalidez será comprovada mediante a apresentação de 02 (dois) exames médicos periciais realizados por profissionais distintos, que constate incapacidade definitiva para qualquer atividade laborativa, desde que ocorrida antes de completar 21 (vinte e um) anos.

§ 15º. No caso de dependente incapaz, essa condição deverá ser comprovada através de interdição judicial, ficando estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para regularização dos atuais inscritos nessa condição.

Art. 3º A qualidade de dependente do plano de saúde cessará nas seguintes hipóteses:

I - Para o cônjuge, pela separação de fato ou judicial, pelo divórcio ou pela anulação do casamento;

II - Para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado;

III - Para o filho natural ou adotivo, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade ou pela emancipação, salvo se inválidos ou enquadrado na hipótese prevista no § 7º do Artigo 2º;

IV - Para os servidores em geral pelo falecimento.

V - Em caso de cessação do titular, independente do motivo.

Art. 4º A cobertura e condições ofertadas pelo plano deverão constar expressamente na proposta ofertada pela empresa e no contrato de prestação de serviço firmado com o Município.

Art. 5º Os recursos necessários ao custeio da mensalidade do plano de saúde dos servidores titulares serão suportados pelo servidor público e pelo Município, observados os seguintes percentuais:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do plano de saúde serão custeados pelos servidores públicos que aderirem ao plano;

II - 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do plano de saúde serão custeados pelo Município do Ermo.

Art. 6º Os recursos necessários para o custeio da mensalidade do plano de saúde dos segurados dependentes serão suportados na sua totalidade (100%) pelos servidores titulares.

Art. 7º O servidor participará do custeio das despesas do plano de saúde mediante desconto em folha de pagamento.

Parágrafo único. O desconto, a que se refere o caput deste artigo, não será computado no limite previsto em lei para efeito de margem consignável.

Art. 8º A adesão ao plano de saúde é facultativa e dar-se-á mediante manifestação escrita do servidor.

Art. 9º Após a entrada em vigor da presente lei, o Município deverá criar uma Comissão de Consultoria e Fiscalização da Assistência à Saúde dos Servidores, composto de 03(três) membros, com mandato por 2 (dois) anos, permitida sua recondução, para auxiliar o responsável pelo setor pessoal no gerenciamento da Assistência regida por esta Lei.

§1º. Os membros do Conselho serão indicados exclusivamente pelo chefe do executivo municipal.

§ 2º. São requisitos básicos e cumulativos para ser membro do Conselho de Consultoria e Fiscalização da Assistência à Saúde do Servidor:

a) Ser servidor, titular da Assistência à Saúde, ocupante de cargo de provimento efetivo;

b) Ter mais de 60 (sessenta) meses ininterruptos de serviço público prestado ao Município de Ermo e ter contribuído por igual período para a Assistência à Saúde;

§ 3º. O Conselho de Consultoria e Fiscalização da Assistência à Saúde dos Servidores tomará suas decisões em reuniões:

I - Ordinárias: realizadas trimestralmente nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro;

II - Extraordinárias: realizadas quando necessárias, em número de até 2 (duas) por mês.

Art. 10 Os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo e os agentes políticos, bem como seus dependentes, abrangidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ermo, que vierem a ingressar na Prefeitura Municipal e, que optarem pela adesão ao plano de saúde, estarão sujeitos ao cumprimento dos prazos de carências definidos nos planos ofertados pelas empresas prestadoras

do serviço devidamente credenciadas.

§ 1º. Os dependentes filhos recém-nascidos, naturais ou adotivos, têm direitos garantidos para aderir ao plano de saúde aproveitando as carências já cumpridas pelo titular.

Art. 11 Fica expressamente revogada a Lei 039, de 04 de novembro de 1997, que dispõe sobre o fundo municipal de assistência e previdência – FUMAP, dos servidores do Município de Ermo e da outras providências.

Art. 12 As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão as dotações próprias do orçamento vigente, devendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de outubro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 206, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1776168

PORTARIA Nº 206, de 26 de setembro de 2018.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 15 (quinze) dias a servidora CRISTIANI POSSAMAI FURLANETO, matrícula nº 346, referente ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2016, a serem gozadas de 26 de setembro de 2018 a 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de setembro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 208, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776170

PORTARIA Nº 208, de 01 de outubro de 2018.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora LARISSA TRICHES FONTANA ROVARIS, matrícula nº 71, referente ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2016, a serem gozadas de 01 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de outubro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 210, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776174

PORTARIA Nº 210, de 03 de outubro de 2018.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora MARIANA PEREIRA POSSAMAI DELLA, matrícula nº 338, referente ao período aquisitivo de 02/03/2016 a 01/03/2018, a serem gozadas de 03 de outubro de 2018 a 01 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de outubro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/PMF/2018

Publicação Nº 1775583

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 46/2018 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 30/2018 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/04/2019
3ª Publicação

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 126/PMF/2018

Publicação Nº 1775548

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 126/PMF/2018

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 126/PMF/2018, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO CENTRO CULTURAL DE FORQUILHA, COM ÁREA DE 514,53M², LOCALIZADO NA AVENIDA PROFESSOR EURICO BACK, BAIRRO SATURNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA/SC.

Às nove horas do dia dezessete do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 126/PMF/2018. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME e CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP. Os preços globais apresentados foram: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, R\$ 58.235,24 (cinquenta e oito mil duzentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos); CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, R\$ 55.734,63 (cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente as propostas apresentadas e identificou que estão de acordo com as exigências do edital, sendo que a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP é detentora da menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame

a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 17 de outubro de 2018.

VALDECIR TISCOSKI RENATA PEREIRA FRITZEN FABIANA ROSA
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

DECRETO Nº 217, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775440

DECRETO Nº 217, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.
INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017,

CONSIDERANDO o recebimento dos autos de infração de multas de trânsito nº E8251 e E8252 sem identificação do infrator;

CONSIDERANDO a necessidade de se identificar o infrator para imputar-lhe a responsabilidade dos débitos;

CONSIDERANDO que o servidor ao infringir o Código Brasileiro de Trânsito pode estar infringindo com isso os deveres e direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 177, o cometimento desta conduta pode ensejar as penas de advertência, suspensão e demissão;

DECRETA:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração dos fatos descritos acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – MICHELA ANDRADE FERREIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 4.761;
II – MAGELI PEREIRA SENA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Técnica de Segurança do Trabalho, matrícula nº 4.781;
III – FÁBIO VIEIRA LEANDRO, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula nº 3152.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar a servidora encarregada de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 218, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775441

DECRETO Nº 218, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017,

CONSIDERANDO o recebimento da denúncia de que um Chefe de Repartição Pública teria, supostamente, assediado moralmente servidora subordinada ao mesmo;

CONSIDERANDO que o servidor pode estar infringindo com isso os deveres e direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 177, o cometimento

desta conduta pode ensejar as penas de advertência ou suspensão;

DECRETA:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração dos fatos descritos acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – MICHELA ANDRADE FERREIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 4.761;

II – TAYRINI VITALI FELISBERTO, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 5.267;

III – FÁBIO VIEIRA LEANDRO, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula nº 3152.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar a servidora encarregada de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 219, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775445

DECRETO Nº. 219, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABELECE NOVOS VALORES EXPRESSOS EM REAIS DA TABELA CONSTANTE DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, com suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 08, de 22 de dezembro de 2005, incluiu o § 3º ao art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, dispondo que os valores da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, serão reajustados automaticamente na mesma época e mesmo percentual do reajuste repassado a tarifa de energia elétrica;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 08, de 22 de dezembro de 2005, incluiu o § 4º ao art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, dispondo que caso os valores arrecadados com a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não estejam sendo suficientes para o equilíbrio entre receita e despesa, fica o Poder Executivo autorizado a fixar reajuste diferenciado do percentual concedido a tarifa de energia elétrica para restabelecer o equilíbrio fiscal;

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.462, de 25 de setembro de 2018, homologou reajuste tarifário da Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA, alterando o kWh para iluminação pública de R\$ 0,17009 para R\$ 0,18594, que representa um reajuste de 9,32% na tarifa de energia elétrica de iluminação pública;

CONSIDERANDO que os reajustes na tarifa e instituição do Sistema de Bandeiras Tarifárias efetuados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL causaram desequilíbrio entre receita e despesa, suscitando a necessidade de se reajustar o valor da Contribuição para o

Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP em valores módicos, pelo princípio da modicidade;

DECRETA:

Art. 1º Deixa-se de se aplicar, temporariamente, o reajuste de 9,32% na tarifa de energia elétrica de iluminação pública, fixado pelo Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.462, de 25 de setembro de 2018.

Art. 2º Ficam estabelecidos, temporariamente, novos valores em reais da tabela do art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2003, que instituiu a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, que serão cobradas de acordo com as bandeiras tarifárias fixadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, reduzindo-se alguns valores estabelecidos pelo Decreto nº. 180, de 29 de agosto de 2018, conforme a tabela abaixo:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM REAIS (R\$)			
	Bandeira Verde	Bandeira Amarela	Bandeira Vermelha - Patamar 1	Bandeira Vermelha - Patamar 2
0 – 50 kwh	-	-	-	-
51 – 100 kwh	5,56	5,86	6,46	7,06
101 – 150 kwh	8,37	8,82	9,72	10,62
151 – 200 kwh	11,01	11,61	12,79	13,98
201 – 250 kwh	13,97	14,72	16,23	17,73
251 – 300 kwh	16,79	17,69	19,50	21,31
301 – 400 kwh	17,37	18,30	20,17	22,03
401 – 500 kwh	22,38	23,59	25,99	28,40
501 – 1.000 kwh	27,96	29,46	32,47	35,48
1.001 – 2.000 kwh	29,58	31,17	34,35	37,53
2.001 – 10.000 kwh	46,29	48,78	53,76	58,74
10.001 – 20.000 kwh	127,41	134,27	147,97	161,68
20.001 – 50.000 kwh	228,59	240,88	265,47	290,06
50.001 – 100.000 kwh	637,08	662,08	687,08	712,08
Acima de 100.000 kwh	849,47	883,47	914,47	951,47

Art. 3º Em razão das medidas tomadas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, determino à Coordenação dos Serviços de Iluminação Pública o estudo de medidas para melhorar a eficiência do serviço, reduzindo-se custos de sua manutenção.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de novembro de 2018.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 106/2018

Publicação Nº 1775717

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 106/2018

PERMITENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PERMISSIONÁRIO – RAKMER PROPAGANDA E MERCHANDISING LTDA. ME.

OBJETO – Objeto da presente permissão, localizado na Avenida Professor Eurico Back, em frente ao Parque do Centenário, matrícula nº 12.626, destinado ao desenvolvimento de atividade circense e cultural, para o fomento do turismo, entretenimento, diversão e lazer da população em geral.

VIGÊNCIA – A presente permissão de uso é concedida a título precário e em caráter de contrapartida, pelo período de 26 de outubro de 2018 à 05 de novembro de 2018.

FUNDAMENTO LEGAL – Decreto nº 214, de 16 de outubro de 2018.

DATA DA ASSINATURA – 16 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.330, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776460

LEI Nº 2.330, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar e doar com encargos áreaS de terra com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, priorizando a geração de emprego e renda, mediante licitação, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, nos termos da Lei nº 2.135, de 12 de novembro de 2015, priorizando a geração de emprego e renda, mediante licitação na modalidade Concorrência, do tipo Melhor Proposta Técnica, a desafetar e doar com encargos um terreno urbano, localizado na Rodovia Maximiliano Gaidzinski, correspondente ao Lote nº 04A, da Quadra D, do Loteamento Núcleo Industrial VI, com área total de 16.636,37m², matrícula nº 12.822 do Ofício de Registro de Imóveis de Forquilha/SC.

Art. 2º Serão avaliadas as propostas de acordo com os critérios e pesos aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que consignarão prioritariamente aqueles estabelecidos no § 1º do art. 4º da Lei nº 2.135, de 12 de novembro de 2015.

Art. 3º À Empresa beneficiada com a doação vedar-se-á:

I - Alienar o imóvel, a fim de desviar-se da finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei e obtenha expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - Gravar o imóvel com ônus real de garantia, salvo expressa autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, desde que comprovada sua liquidez financeira e patrimonial, devendo ainda apresentar certidão anual de pagamento do gravame;

III - Dar destinação diversa da prevista no projeto original aos empreendimentos.

Art. 4º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo de 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato, e a concluí-la dentro de até 24 (vinte e quatro) meses prorrogáveis a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, devendo o início de sua atividade dar-se dentro de até 12 (doze) meses após a conclusão da obra.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa beneficiada apresente ao Órgão Executivo, relatório demonstrativo das obrigações concretizadas, e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 5º Nos termos desta Lei incumbe ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com a aprovação do Poder Executivo Municipal, através de parecer motivado, deferir requerimento de alteração de atividades dos empreendimentos beneficiados, bem como processo de transação de sucessão para terceiros da empresa beneficiada.

Parágrafo único. Efetuar-se-á a transação desde que o sucessor se comprometa a cumprir as obrigações assumidas pelo antecessor.

Art. 6º Cessará o benefício concedido nos termos desta Lei a empresa ou seus sucessores que não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Infringir quaisquer dos dispositivos do art. 3º desta Lei;

II - Deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto original;

III - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi alienada, doada ou concedida, ou não dar o uso prometido ou o desviar sua finalidade contratual, bem como, qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades da alienação, doação ou concessão, salvo as exceções contidas na presente Lei.

IV - A Empresa beneficiada apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra por mais de 6 (seis) meses;

V - Edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno alienado, doado ou concedido, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da empresa beneficiada;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Parágrafo único. Entende-se, também, por não dar o uso prometido, disposto no inciso II deste artigo, o não cumprimento das metas apresentadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de geração de empregos e de faturamento da empresa

Art. 7º Reverterá ao Poder Público Municipal o terreno doado a título de incentivo econômico e material, quando infringido qualquer dos incisos do artigo 6º, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 8º Reverterá ao Poder Público Municipal, o terreno doado a título de incentivo econômico, quando não cumprido a legislação de proteção ambiental pertinente à atividade por ela desenvolvida, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 9º Nenhum benefício previsto nesta Lei será concedido às empresas que tenham débitos vencidos perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual, Federal e Débitos Trabalhistas.

Art. 10. Incumbe aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Forquilha a fiscalização da atividade de acordo com o disposto nesta Lei, devendo a empresa prestar informações por escrito, quando solicitado.

Parágrafo único. Ocorrendo infringência das disposições previstas no caput deste artigo, aplicar-se-á a pena de suspensão da expedição do alvará de funcionamento, até o dia em que se prestarem as informações, podendo a critério do Poder Executivo Municipal ser cessado os benefícios concedidos a empresa, incluindo a reversão do terreno doado, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 11. Não poderá obter o benefício previsto no art. 1º desta Lei, o proprietário que tiver alienado com prazo inferior a um ano terreno de sua propriedade situado no Município de Forquilha que pudesse ser utilizado para a implantação das dependências físicas da empresa.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, especialmente Lei nº 1381, de 24 de julho de 2008, Lei nº 1525, de 24 de fevereiro de 2010, Lei nº 1840, de 14 de março de 2013, Lei nº 2074, de 25 de março de 2015, Lei nº 2178, de 15 de março de 2016, Lei nº 2197, de 06 de julho de 2016.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.331, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776461

LEI Nº 2.331, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA COMO ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, A ÁREA QUE DESCRIVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, para fins de regularização fundiária, as áreas das matrículas n.º 34.410 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, localizada no Bairro Santa Líbera, neste Município, conforme descrição abaixo e anexo único desta Lei.

a) Zona Especial de Interesse Social - ZEIS – Loteamento Novo Aeroporto: Utilizando como apoio (ponto de partida) o Ponto 01 (coordenadas UTM 654.147,1538 E e 6.820.949,6072 N) localizado no vértice sudoeste do Núcleo Industrial 08, junto à Avenida Adelina Rosa Bosa Búrigo, segue em linha reta e seca ao longo da Avenida Adelina Rosa Bosa Búrigo, sentido geral oeste até encontrar a Rua Julio Formanski no Ponto 02 (653.734,2500 E e 6.820.929,0600 N), onde passa a seguir em linha reta e seca ao longo da Rua Julio Formanski, sentido geral sul, até encontrar a Rua Otilio Francisco Macedo, onde se encontra o Ponto 03 (653.737,8400 E e 6.820.854,0900 N). Segue ao longo da Rua Otilio Francisco Macedo, sentido geral oeste, até encontrar com a Rua Gracioso Uggioni no Ponto 04 (653.408,2746 E e 6.820.837,7141 N), e seguindo pela Rua Gracioso Uggioni, sentido geral norte, até encontrar a Rua Valmor Bento Roque no Ponto 05 (653.395,5979 E e 6.821.102,3340 N), de onde passa a seguir, sentido geral leste, até encontrar a Rua Zeferino Romancini no Ponto 06 (653.545,3852 E e 6.821.109,8998 N). Segue, sentido geral norte, no alinhamento da Rua Zeferino Romancini, até encontrar com o limite de propriedade no Ponto 07 (653.539,3179 E e 6.821.236,2877 N), de onde segue, em linha reta e seca, sentido geral leste, até encontrar o limite noroeste do Núcleo Industrial 08 no Ponto 08 (654.132,8532 E e 6.821.265,7775 N), onde passa a assumir divisa leste do Núcleo Industrial 08, sentido geral sul, até encontrar a Avenida Adelina Rosa Bosa Búrigo, no Ponto 01 (654.147,1538 E e 6.820.949,6072 N), ponto inicial deste memorial; fechando assim a descrição deste zoneamento com área de 24,12 ha (vinte e quatro vírgula doze hectares).

Parágrafo único: As coordenadas descritas acima estão em formato UTM da Projeção Universal Transversal de Mercator (UTM), sob o Datum SAD-69.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0008-2018 DOM

Publicação Nº 1775784

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0008/2018 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0248/2018-PMF

Objeto: Concorrência pública visando a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, com passeios acessíveis, drenagem, terraplanagem, ligação predial de esgotamento sanitário, contenções, sinalização viária e meios fios, de diversas ruas e avenidas do Município de Fraiburgo -SC. Modalidade: Concorrência Pública; Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Protocolo dos Envelopes: Os Envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser protocolados junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizada na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC até as 09:00 horas do dia 22 de novembro de 2018 para abertura no mesmo dia às 09:15 horas. Credenciamento: até as 09:15 do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de outubro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 235 - 2018

Publicação Nº 1775844

DECRETO Nº 0235, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS ITENS OBJETOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRO DE MARCAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições do Decreto Municipal n. 0218, de 26 de setembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros da Comissão para Análise e Aprovação de Gêneros Alimentícios e de Materiais de Expediente que serão objetos de Chamamento Público de fabricantes e/ou fornecedores para cadastro de marcas visando futuras aquisições pelo Município e por todos os seus órgãos da administração direta, indireta, Autarquias, Fundos e Fundações, nos termos do Decreto Municipal n. 0218, de 26 de Setembro de 2018 que institui a possibilidade da adoção da pré-qualificação de bens e o seu procedimento e dá outras providências.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

I – Tatiana Rezzadori: Presidente do Conselho de Alimentação Escolar/Representante dos Professores,
 II – Neusa Miichelon Trombetta: Assessor Geral de Departamento/Secretaria da Educação,
 III – Cecília Franco de Oliveira Regert: Nutricionista/Secretaria da Educação,
 IV – Nathália Primon Candeia: Nutricionista/Secretaria da Educação,
 V – Aline Ulir Calliari: Nutricionista/Extensionista Social da EPAGRI e responsável pelo assessoramento do PNAE – Alto Vale do Rio do Peixe e Meio Oeste Catarinense,

VI – Claudete Paulino dos Santos: Auxiliar de Alimentação e Nutrição/Ensino Fundamental,
 VII – Juraci dos Santos Padilha: Auxiliar de alimentação e Nutrição/Ensino Fundamental,
 VIII – Josiane Ortiz da Silva: Auxiliar de Alimentação e Nutrição/Educação Infantil,
 IX – Emília Aparecida Marinho de Moura: Auxiliar de Alimentação e Nutrição/Educação Infantil,
 X – Roalves Polese: Representante da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC., 17 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 236 - 2018

Publicação Nº 1776054

DECRETO Nº 236, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2018, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – Gabinete do Poder Executivo		
01.03 – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros		
06.182.0002.2.003 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (242)	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – Gabinete do Poder Executivo		
01.03 – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros		
06.182.0002.2.003 – Manutenção do FUNREBOM		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (243)	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 17 DE OUTUBRO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

DELIBERAÇÃO CMS 018

Publicação Nº 1775932

DELIBERAÇÃO 018/CMS/2018

O Conselho Municipal de Saúde e Saneamento de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015 com alteração do Art. 5º pela Lei 2394 de 14 de dezembro de 2017, em reunião ordinária realizada no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU o repasse do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para complementação do convênio vigente com a Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva – AFSC, conforme Ata nº 010/2018.

Fraiburgo (SC), 17 de outubro de 2018.
IDIONE FANTINEL
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 098-2018 (AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO)

Publicação Nº 1775786

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 098/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0021/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
2	Auxiliar de Alimentação e Nutrição	64º à 68º	18-10-2018 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0021/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);

- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 021/2017.

2.4 – De acordo com o item 1.7 do Edital de Contratação nº 021/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – De acordo com o item 12.4 do Edital 021/2017: “O candidato cuja classificação for chamada e não estiver presente no local, data e horário estabelecidos ou que não tiver interesse em ocupar a vaga que lhe foi oferecida, irá para o final da classificação, independentemente de sua classificação original.”

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2018.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 099-2018 (AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS)

Publicação Nº 1775787

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 099/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 003/2018.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 003/2018, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 003/2018 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
3	Agente de Serviços Gerais	36º à 339º	18-10-2018 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 003/2018 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 003/2018, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados

deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 003/2018.

2.4 – De acordo com o item 1.9 do Edital de Contratação nº 003/2018 “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2018

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 100-2018 (PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS) 2018

Publicação Nº 1776070

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 100/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0021/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
15	Professor Ensino Fundamental – Anos Iniciais	33º	18/03/2018 às 09:30

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0021/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 021/2017.

2.4 – De acordo com o item 1.7 do Edital de Contratação nº 021/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – De acordo com o item 12.4 do Edital 021/2017: “O candidato cuja classificação for chamada e não estiver presente no local, data e horário estabelecidos ou que não tiver interesse em ocupar a vaga que lhe foi oferecida, irá para o final da classificação, independentemente de sua classificação original.”

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2018.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Portaria nº 22462018

Publicação Nº 1776178

PORTARIA Nº 2246, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de GABRIELI ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 117.519.959-17, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 22472018

Publicação Nº 1776184

PORTARIA Nº 2247, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 570/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro para atender excepcional interesse público, planejando, programando, coordenando serviços e monitorando políticas de saúde, preconizadas pela Gestão Municipal, através de programas, projetos e ações estratégicas, com a finalidade de interferir no processo saúde/doença dos cidadãos, família e comunidade, segundo os princípios de SUS, visando contribuir com a qualidade de vida; considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro como responsável técnico da equipe de enfermagem, nas Unidades Básicas de Saúde e que tem como um dos seus fundamentos possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade; considerando a Portaria 2488/2011 que determina que as equipes multiprofissionais da Estratégia de Saúde da Família, devem ser compostas por enfermeiros, entre outros profissionais e estabelece as atribuições exclusivas do enfermeiro;

RESOLVE:

Art 1º. Contratar, em caráter temporário ÉDINA JUNGES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.269.669-06, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de outubro de 2018 até de 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 22482018

Publicação Nº 1776187

PORTARIA Nº 2248, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
Concede Licença para Desempenho de Mandato Classista.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 88 da Lei Complementar Municipal nº 0109, de 03 de Março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GENILCE MARTA PRIMON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 781.789.679-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, matrícula funcional n.º 8098, com carga horária de 20 horas semanais e no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, matrícula funcional nº 642, com carga horária de 20 horas semanais, licença para Desempenho de Mandato Classista, para prestar serviços no SINTSER-FBR – Fraiburgo, a partir de 18 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DISPÕE SOBRE O PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE CARLOS LEONARDO SALVADORI DIDONÉ, NOMEADO ATRAVÉS DA PORTARIA 011/2017 PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1775973

PORTARIA N.º152/2018

DISPÕE SOBRE O PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE CARLOS LEONARDO SALVADORI DIDONÉ, NOMEADO ATRAVÉS DA PORTARIA 011/2017 PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor CARLOS LEONARDO SALVADORI DIDONÉ, brasileiro, casado, portador do CPF: nº. 623.241.609-00, ocupante do cargo de Assessor Jurídico nomeado através da portaria 011/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Frei Rogério, 17 de outubro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018, no Mural da Prefeitura Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 900/2018 DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2018/2021, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 884/2017 DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1776003

LEI MUNICIPAL Nº 900/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2018/2021, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 884/2017 DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2019, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das

destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2019, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Frei Rogério (SC) 17 de outubro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 901/2018 "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1776034

LEI MUNICIPAL Nº 901/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio

das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (descentralizado);

- Fundo Municipal de Habitação (descentralizado);

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (centralizado);

- Fundo de Defesa Civil (centralizado)

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2015 a 2017, fixada para 2018 e projetada para 2019 a 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2017 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2019 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2015 a 2017;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015 a 2018, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2019, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2019 a 10%(Dez por

cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2019.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2017/2018 e funcionamento regular exercício de 2019, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos,

com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de

horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar

até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 10 de novembro de 2018, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário

Frei Rogério, 17 de outubro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO ANULADA DL022/2018

Publicação Nº 1776284

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2018
PROCESSO Nº 094/2018

O Município de Garopaba, através Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que a Dispensa de Licitação nº 022/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 10/09/2018, que tem por objeto a aquisição de gênero alimentícios da agricultura familiar foi ANULADO em função de divergência entre o valor contratado e o valor especificado no projeto básico do credenciamento, determinando ao setor competente a publicação de novo edital para contratar os serviços objeto desta licitação.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PE075/2018

Publicação Nº 1775772

AVISO LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 075/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTA o Pregão Eletrônico nº 075/2018 que teve por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba.

Garopaba, 16 de outubro de 2018.
Rafael Tonvildes de Abreu
PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PE077/2018

Publicação Nº 1775909

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2018
PROCESSO Nº 025/2018

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de Preço para contratação de empresa especializada para realização de exames de Mamografia conforme tabela SIGTAP, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 16h20min do dia 30/10/2018. A sessão pública será realizada a partir das 16h30min do dia 30/10/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>
O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço

acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 17 de outubro de 2018.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE079/2018

Publicação Nº 1775617

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2018
PROCESSO Nº 111/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de tubos, calhas, blocos, lajotas, meio fio de concreto, brita, bica corrida, pedrisco e areia grossa para uso da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 30/10/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 30/10/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>
O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 17 de outubro de 2018.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL024/2018

Publicação Nº 1776298

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL024/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT do artigo 14 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: PROCESSO Nº: 110/2018; DL Nº: 024/2018; CONTRATADO: IRANI MACHADO; CPF: 743.622.329-15; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; VALOR TOTAL: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2018.

Garopaba - SC, 17 de outubro de 2018.

EDITAL RETIFICADO Nº. 006/2018 DE ESCOLHA DE VAGAS – PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1776430

EDITAL Nº. 006/2018 DE ESCOLHA DE VAGAS – 6º CHAMADA.

Define normas para a Escolha de Vagas de Chamada Presencial em atenção ao item 17 do Edital nº. 002/2018 de Processo Seletivo da Secretaria de Saúde, Educação e Cultura e Assistência Social do Município de Garopaba/SC.

O Senhor Paulo Sergio de Araújo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente edital, a realização da escolha de vagas para provimento de vagas para admissão em caráter temporário da Secretaria de Saúde Educação e Cultura e Assistência Social do município de Garopaba, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

DA ESCOLHA DE VAGAS

1. A escolha de vagas da 6ª Chamada será realizada no Centro Comercial Garopaba sala 14 na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, 276 - Centro, Garopaba - SC, CEP: 88495-000, das 9:00 às 11:00 hs ou até o momento em que todas as vagas forem preenchidas, o que ocorrer primeiro conforme cronograma a seguir:

CARGO	DATA DA REALIZAÇÃO DA ESCOLHA DAS VAGAS
MÉDICO EMERGENCISTA	22/10/2018, 25/10/2018 A PARTIR DAS 09h
MÉDICO URULOGISTA	22/10/2018, 25/10/2018 A PARTIR DAS 09h
MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA	22/10/2018, 25/10/2018 A PARTIR DAS 09h
TÉCNICO DE ESF	22/10/2018, 25/10/2018 A PARTIR DAS 09h
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/10/2018, 25/10/2018 A PARTIR DAS 09h
MOTORISTA	25/10/2018 A PARTIR DAS 09h

2. As vagas devem ser escolhidas na totalidade de sua carga horária.

3. No dia e horário estabelecidos, o candidato deverá dirigir-se ao endereço descrito no item 1, munido de documento oficial de identificação (RG, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação) e de comprovação de habilitação para o cargo para o qual foi aprovado (Anexo I do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2018).

3.1. A falta de qualquer documento indicado no item 3, a ser apresentado pelo candidato, será motivo para exclusão e consequente desclassificação da vaga do processo seletivo.

3.2. A documentação poderá ser apresentada por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou ainda por cópia acompanhada do original, a fim de ser autenticada por servidor desta municipalidade.

4. O candidato que não estiver presente no momento da chamada de seu nome para a escolha da vaga, irá automaticamente para o final da lista de aprovados, conforme item 16.6.3 do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2018.

4.1. Considerando o que estabelece o item 4, o candidato já reclassificado, que não estiver presente no momento da chamada de seu nome para a escolha da vaga, será automaticamente desclassificado, conforme item 16.6.3.1 do Edital de Processos Seletivo nº. 002/2018.

5. As vagas a serem escolhidas são as seguintes:

CARGO	LOCALIDADE	VAGAS
MÉDICO EMERGENCISTA	POLICLINICA	02
MÉDICO URULOGISTA	POLICLINICA	01
MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA	CAPS	01

TÉCNICO DE ESF	ESF NORTE	05
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ASSISTENCIA SOCIAL	01
MOTORISTA	SECRETARIA DE SAÚDE/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	03

6. A chamada dos(as) candidatos(as) aprovados(as) será efetuada obedecendo a ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

7. Após concluídos os trabalhos da 6ª Chamada, será reprocessada a classificação, com o registro dos candidatos que escolheram suas vagas.

8. O(A) candidato(a) que escolher vaga e desistir dela será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga, e consequentemente desclassificado do processo seletivo.

9. Escolhida a vaga, o candidato receberá sua convocação, para no prazo nela estabelecido apresentar a documentação exigida para a contratação.

10. Exceto para os aprovados para a função de Agente comunitário de saúde, após efetuado a classificação dos candidatos; os mesmos poderão ser remanejados de acordo com interesse público em qualquer das UBS cadastradas do CNES da municipalidade do sistema público.

Garopaba, 17 de Outubro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1224/2018.

Publicação Nº 1776347

PORTARIA N.º 1224, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Leis Municipais n.º 1374/2009 e 2053/2017,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, ELICÉIA FLOR DOS SANTOS, Matrícula n.º 4651, para exercer as funções do cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com Gratificação Especial de 30% do cargo ocupado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1225/2018.

Publicação Nº 1776349

PORTARIA N.º 1225, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, DAIANE CLEIDE MARCELINO MARTINS, CPF n.º 064.974.219-20, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR PEDAGÓGICO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1226/2018.

Publicação Nº 1776350

PORTARIA N.º 1226, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, DENISE DE OLIVEIRA AMORIM, CPF n.º 044.992.069-01, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1227/2018.

Publicação Nº 1776351

PORTARIA N.º 1227, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, PAOLA SOARES JERONIMO, CPF n.º 084.030.109-07, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR PEDAGÓGICO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1228/2018.

Publicação Nº 1776352

PORTARIA N.º 1228, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Leis Municipais n.º 1374/2009 e 2053/2017,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, MARINEZ MARTINS FERREIRA, Matrícula n.º 4268, para exercer as funções do cargo de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com Gratificação Especial de 40% do cargo ocupado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1230/2018.

Publicação Nº 1776423

PORTARIA N.º 1230, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
ALTERA A PORTARIA Nº 1.198/2018, QUE "DISPÕE SOBRE A REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 1º da Portaria nº 1.198, de 10 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 198, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar os fatos relatados na

declaração de defesa, referente à Portaria nº 438/2018."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 17 de outubro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RECLASSIFICAÇÃO APÓS AS ESCOLHA DE VAGAS - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1776431

RECLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018.

O Senhor Paulo Sergio de Araújo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente instrumento, a reclassificação dos candidatos chamados por intermédio do Edital de Escolhas de Vagas nº 005/2018 para provimento de vagas para admissão em caráter temporário da Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.

MÉDICO ESF - CHAMADA REALIZADA EM 21/09/2018.

POSICÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
5	ANA KAROLINE BITTENCOURT ALVES	EM PROCESSO DE CONVOCAÇÃO
6	BRUNO SEBASTIÃO DA SILVA	DECLASSIFICADO
7	LUCAS NATALE CARDOSO	DECLASSIFICADO
8	GUILHERME ZIMERMANNKUMMER	DECLASSIFICADA
9	ANA CLARA DE SOUSA NUNES	DECLASSIFICADO
10	DEYNE GLEYDSON MORAIS ARAUJO	DECLASSIFICADA
11	FERNANDA CHEDID DE SOUZA FONTAN	DECLASSIFICADA
12	VIVIANE SCHMIDT	DECLASSIFICADA
13	SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR	DECLASSIFICADO
14	PEDRO HENRIQUE VENTURA	DECLASSIFICADO
15	PRISCILA DE ALMEIDA CAVILHAS	DECLASSIFICADA
16	VALERIA OKAMOTO FERREIRA	ESCOLHEU A VAGA EM 21/09/2018

MÉDICO CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO – CHAMADA REALIZADA EM 21/09/2018.

POSICÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	CAMILA MEDEIROS MACHADO	RECLASSIFICADA
02	DIEGO ALVAREZ NARANJO	ESCOLHEU A VAGA EM 21/09/2018

MÉDICO CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO - RECLASSIFICAÇÃO PRÓXIMA CHAMADA

POSICÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	CAMILA MEDEIROS MACHADO	

MÉDICO ESPECIALIDADE PSIQUIATRIA - CHAMADA REALIZADA EM 21/09/2018.

POSICÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	CAROLINA TOSETTO CACHOEIRA	RECLASSIFICADA
02	PATRICIA BIAVA	RECLASSIFICADA
03	MARIO AFONSO FILHO E MALUF	RECLASSIFICADO
04	RODRIGO RENNO MARTINS TOLEDO	RECLASSIFICADO
05	FERNANDA CASTRO DANTAS	RECLASSIFICADA
06	RODRIGO SILVEIRA	RECLASSIFICADO
07	PRISCILA CARLA CONSTANTINO	RECLASSIFICADA
08	FELIPE DE LUCA MEDEIROS	RECLASSIFICADO
09	LETICIA PASCELLI SANTANA SANTOS	RECLASSIFICADA
10	RENATA MEZZARI	RECLASSIFICADA
11	GELLINE MARIA HAAS	RECLASSIFICADA

MÉDICO ESPECIALIDADE PSIQUIATRIA - RECLASSIFICAÇÃO PRÓXIMA CHAMADA

POSICÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	CAROLINA TOSETTO CACHOEIRA	
02	PATRICIA BIAVA	
03	MARIO AFONSO FILHO E MALUF	
04	RODRIGO RENNO MARTINS TOLEDO	
05	FERNANDA CASTRO DANTAS	
06	RODRIGO SILVEIRA	
07	PRISCILA CARLA CONSTANTINO	
08	FELIPE DE LUCA MEDEIROS	
09	LETICIA PASCELLI SANTANA SANTOS	
10	RENATA MEZZARI	
11	GELLINE MARIA HAAS	

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF - CHAMADA REALIZADA EM 21/09/2018.

POSICÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	ANGELA DE JESUS ALVES DOS SANTOS	RECLASSIFICADA
02	PAULINE CUNHA DE ARAUJO	RECLASSIFICADA
03	ELIANE DE CAMPOS JERONIMO GEREMIAS	RECLASSIFICADA
04	LUCIMARA SCHUMACHER DE OLIVEIRA	RECLASSIFICADA
05	JESSICA CESAR PEREIRA	RECLASSIFICADA
06	MARGARETE MARTINS PAUSE	ESCOLHEU A VAGA EM 21/09/2018
07	JOSIANE SILVA DAS NEVES	RECLASSIFICADA
08	SHIRLEI SILVA SILVA	RECLASSIFICADA
09	LINDA INESDIHL MALTA	ESCOLHEU A VAGA EM 21/09/2018
10	ZULEIDE DA SILVA CARDOSO LOPES	RECLASSIFICADA
11	BRUNA PEREIRA DE SOUZA	RECLASSIFICADA
12	JOSILENE DE SOUZA DIAS	RECLASSIFICADA
13	LUCIANA MARIA TREIN SILVA	RECLASSIFICADA
14	TAMILIS DIAS ANASTACIO	RECLASSIFICADA

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF - RECLASSIFICAÇÃO PRÓXIMA CHAMADA

POSIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	ANGELA DE JESUS ALVES DOS SANTOS	
02	PAULINE CUNHA DE ARAUJO	
03	ELIANE DE CAMPOS JERONIMO GEREMIAS	
04	LUCIMARA SCHUMACHER DE OLIVEIRA	
05	JESSICA CESAR PEREIRA	
07	JOSIANE SILVA DAS NEVES	
08	SHIRLEI SILVA SILVA	
10	ZULEIDE DA SILVA CARDOSO LOPES	
11	BRUNA PEREIRA DE SOUZA	
12	JOSILENE DE SOUZA DIAS	
13	LUCIANA MARIA TREIN SILVA	
14	TAMILIS DIAS ANASTACIO	

12	ANTONIO JOSE ALVES DA SILVA	RECLASIFFICADO
13	CELSON JOSE SOARES	RECLASIFFICADO
14	ANDRE ALVES DA SILVA	RECLASIFFICADO
15	TIAGO POOCH FERREIRA	RECLASIFFICADO
16	LUCIAN SOARES AGUIAR	RECLASIFFICADO
17	GILMAR GONCALVES	RECLASIFFICADO
18	OTAIR SILVEIRA CORREIA	RECLASIFFICADO
19	ADILSON DO NASCIMENTO	RECLASIFFICADO
20	GLEYDSON ABREU BILLY	RECLASIFFICADO
21	MARCELO IDALVO DA SILVA	RECLASIFFICADO
22	JAIR AURELIO VANUZI	RECLASIFFICADO

Garopaba, 17 de Outubro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 18/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ASSISTENTE SOCIAL - CHAMADA REALIZADA EM 21/09/2018

POSIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	VANDERLEIA ROVEDA CRO-CETA	ESCOLHEU A VAGA EM 21/09/2018
02	FERNANDA BONALDI CAVALCANTI	RECLASSIFICADA
03	RAISSA TAIS KIST	RECLASSIFICADA
04	ROSIANE FAGUNDES	RECLASSIFICADA
05	ROSIANE TOLEDO ROSA	RECLASSIFICADA

ASSISTENTE SOCIAL - RECLASSIFICAÇÃO PRÓXIMA CHAMADA

POSIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
02	FERNANDA BONALDI CAVALCANTI	
03	RAISSA TAIS KIST	
04	ROSIANE FAGUNDES	
05	ROSIANE TOLEDO ROSA	

MOTORISTA - RECLASSIFICAÇÃO

POSIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
24	JONAS ZANGHELINI	
25	LEONARDO ALCIDES SCHEIDT SOARES	
26	ISMAEL GONCALVES	
27	JORGE LUIS NITZSCHE	
28	ROBSON LEODORIO	
4	VINICIUS FERNANDES CORTES	RECLASIFFICADO
5	NERIVALDO PATRICIO DE SOUZA	RECLASIFFICADO
6	FLAVIO FERNANDES DINIZ	RECLASIFFICADO
7	MAURO GOUVEIA NETO	RECLASIFFICADO
8	ANDERSON MARTINS DA SILVA	RECLASIFFICADO
9	CLOVIS ROBERTO HALBERSTADT	RECLASIFFICADO
10	GILSI MANOEL VALENTIM	RECLASIFFICADO
11	GIAN CARLOS DE OLIVEIRA ANTUNES	RECLASIFFICADO

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 203/2018

Publicação Nº 1775890

DECRETO Nº 203 DE 16 OUTUBRO DE 2018.

"Delega poderes ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para os fins que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 63, 66 e 79 da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 44/2009 e Considerando que são objetivos da Administração Pública o aperfeiçoamento, a celeridade, a economicidade, eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;
Considerando a necessidade de descentralizar as ações administrativas do município;

Considerando que a delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, mas compartilhamento e solidariedade, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado poderes ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de anuir em nome do Município nos Processos Administrativos de Retificação de Área de imóveis que fazem frente para logradouros públicos ou que fazem confrontação com imóvel de propriedade da prefeitura, ou ainda em casos de usucapião, nos quais a Administração Municipal seja chamada a se manifestar.

§ 1º A anuência será concedida pelo Secretário após a análise e parecer dos técnicos do Setor Municipal de Planejamento Urbano, atestando, por meio de levantamentos topográficos, que a área a ser retificada não invade área pública.

§ 2º A planta de retificação de área constando a anuência do Secretário, deverá ser apresentada junto ao Serviço Registral Imobiliário para os fins de arquivamento e de eficácia da manifestação da Administração Municipal.

Art. 2º A mudança do titular do cargo não acarreta a cessação da delegação.

Art. 3º A delegação de competências não importa perda de poderes da autoridade delegante, que poderá exercê-los por avocação quando houver conveniência e oportunidade.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 205/2018

Publicação Nº 1775891

DECRETO Nº 205, de 16 de Outubro de 2018

"Dispõe sobre a nomeação dos componentes do Conselho Municipal de Defesa Civil, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, II, g, da Lei Orgânica do Município de Garuva e com base no art. 7º, da Lei 1630, de 11 de setembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo para

comporem o Conselho Municipal de Defesa Civil:

Representantes do Governo Municipal

MARCIO KUCHLIK

LAURO FELIPE RAIZER

CLAUDIMAR ROBERTO BRUNETTO

Representante da Câmara Municipal de Vereadores

ADRIANA ISABEL FELÍCIO

HENRIQUE FOUTURA DA ROSA

Representante do Corpo de Bombeiros

ALECSANDRO URBANO HANNEGRAF

EZEQUIEL OLIVÉRIO

Representante da Polícia Militar

IVONEI DA SILVA POLSIN

PAULO DA SILVA COELHO

Representante da Associação Empresarial de Garuva

GESIEL EGGEA MENEZES

Representante do Conselho das Cidades

CRISTIANO PEIXE

SANDRO BOEING

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 122/2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 206/2018

Publicação Nº 1775899

DECRETO Nº. 206 de 17 de outubro de 2018

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Sionete Jeane Krutzsch Sales, para a função de Diretora de Escola."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeada, a servidora SIONETE JEANE KRUTZSCH SALES, para a função de Diretora de Creche Municipal Maria Correa Saad, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Conceda-se a servidora gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 43, § 4º da LC 045/09.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de 17 de outubro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

LEI N° 2091/2018

Publicação N° 1776230

LEI N° 2091 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

“Institui no Calendário oficial do Município a Stammtisch Garuva – Festa dos Amigos e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída e incluída no Calendário Oficial do Município, a Stammtisch Garuva – Festa dos Amigos, a ser comemorada, anualmente, no primeiro final de semana do mês de setembro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI N° 2092/2018

Publicação N° 1776234

LEI N° 2092 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

“Denomina via pública e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a Servidão, com aproximadamente 5,00m de Largura, localizada próxima à Rua Antônio Ladislau de Araújo, entre as Ruas Avenida Kenedy e Rua Maria Clara Froelich, como Servidão Severiano João Corrêa.

Art. 2º. Faz parte integrante desta Lei o Anexo I, contendo mapa com a localização que serve de referência para indicação da rua acima nominada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2018

Publicação Nº 1775953

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2018

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Placas Personalizadas. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 05/11/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 17/10/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.416, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775588

DECRETO Nº 8.416, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.820, de 29 de novembro de 2017, artigo 6º, incisos V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria de Educação:

Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Atividade: 1099 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 262 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 1177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 263 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	

Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Dotação: 176 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 48.486,86
---	---------------

Dotação: 177 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 122.693,46
---	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 152/2018

Publicação Nº 1776019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 152/2018

OBJETO: Contratação de empresa para construção de três casas pré moldadas no Loteamento Margem Esquerda. VIGÊNCIA: 15/10/2018 a 14/10/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: CONSTRUTORA WDD LTDA (07.256.305/0001-08). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 15 de outubro de 2018.

RAFAEL ARAUJO DE FREITAS

Coordenador de Proteção e Defesa Civil

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-75/2017

Publicação Nº 1775389

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº SAF-75/2017

Tomada de Preços nº.: 07/2017. Objeto: prorrogação do prazo de vigência (até 17/11/2018) do contrato p/prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura destinados à elaboração de projetos básicos, executivos e complementares para a regularização, reforma e ampliação de Escolas e CDIs. Contratada: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (14.770.128/0001-49). Gaspar/SC, 17/09/2018. - KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 145/2018

Publicação Nº 1775474

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 145/2018

Início da vigência: 02/10/2018. Vencimento: 01/10/2019. Credenciamento nº 13/2018. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços médicos especializados. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Gaspar (11.436.906/0001-70). Contratado: Heinig Traumatologia e Ortopedia Ltda (11.980.966/0001-59).

Gaspar/SC, 02 de outubro de 2018.

WILLYAN KAYSER DA ROSA

Superintendente Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 146/2018

Publicação Nº 1775443

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 146/2018

Início da vigência: 02/10/2018. Vencimento: 01/10/2019. Credenciamento nº 08/2018. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de fisioterapia. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). Contratado: FERRAZ & SCHUSLER SERVIÇOS FISIOTERAPICOS LTDA (02.109.041/0001-46).

Gaspar/SC, 02 de outubro de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 148/2018

Publicação Nº 1775396

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 148/2018

Início da vigência: 05/10/2018. Vencimento: 04/10/2019. Credenciamento nº 09/2018. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços de exames de imagem. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Gaspar (11.436.906/0001-70). Contratado: Clinica Radiologica Imagem Ltda (06.345.978/0001-71).

Gaspar/SC, 05 de outubro de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2018

Publicação Nº 1775635

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 288/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 69/2018

OBJETO: A contratação de CARLA FERNANDA DA SILVA SATLER, com o fito de adquirir o livro O CASO DOS OSSOS para compor acervo das Bibliotecas Escolares e Biblioteca Publica Municipal Dom Daniel Hostin. CONTRATADO: CARLA FERNANDA DA SILVA (798.924.779-87). Valor total julgado R\$ 600,00 (seiscentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 17 de outubro de 2018.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI – Secretária de Educação

LEI Nº 3.925, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776049

LEI Nº 3.925, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA REFERÊNCIA SALARIAL DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENFERMEIRO E A REMUNERAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO DE ENFERMEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para 59 (cinquenta e nove) a referência do cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, constante no quadro de pessoal que integra o artigo 1º da Lei nº 2.839, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 2º Fica alterada para R\$ 4.311,64 (quatro mil trezentos e onze

reais e sessenta e quatro centavos) a remuneração do Emprego Público de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, constante no Anexo I da Lei nº 2.786, de 30 de agosto de 2006, no Anexo I da Lei nº 2.789, de 30 de agosto de 2006, e no Anexo I da Lei nº 2.896, de 16 de julho de 2007.

Art. 3º Os ocupantes do cargo em provimento efetivo de Enfermeiro e do Emprego Público de Enfermeiro que ainda laborem com carga horária de 30 (trinta) horas semanais passam a receber proporcionalmente aos valores mencionados nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento Municipal vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o § 1º do artigo 2º da Lei nº 3.634, de 1º de abril de 2015, e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 17 de outubro de 2018.

Kleber Edson Wan Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 5.652, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775613

PORTARIA Nº 5.652, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELAS PORTARIAS Nº 5.399, DE 07 DE MARÇO DE 2018, E Nº 5.491, DE 22 DE MAIO DE 2018, PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº FMS 65/2015.

CARLOS ROBERTO PEREIRA, Secretário de Saúde do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora DANIELA BARKHOFEN, para compor a Comissão instituída pela Portaria nº 5.399, de 07 de março de 2018, e Portaria nº 5.491, de 22 de maio de 2018, designada para apurar a responsabilidade de empresa por inexecução parcial do Contrato nº FMS 65/2015, em substituição à servidora Bárbara Cechetto.

Art. 2º Os demais membros não mencionados nesta Portaria, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de outubro de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2018**

Publicação Nº 1776394

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Dispensa de Licitação 006/2018, com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, cujo objeto é a contratação de Pessoa Jurídica com inscrição/registo no CREA e/ou CAU [Bem como inscrição de seu responsável] para assessorar a Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar na confecção de Editais para a construção da sede própria.

Segundo constam dos autos, empresas especializadas nestes serviços se mostraram interessadas, apresentando seus orçamentos. Quanto à previsão orçamentaria e a possibilidade financeira para contratação dos serviços mencionados acima, registra-se adequação necessária para viabilizar essa contratação.

No mais, a empresa que ofertou o menor preço e apresentou a documentação necessária foi a qualificada para a contratação com o Poder Público.

Diante disso, HOMOLOGO o procedimento destacado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2018 e ADJUDICO o objeto do procedimento à empresa, CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 23.083.555/0001-40, referente à prestação dos serviços citados acima para esta Edilidade na importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Está autorizada a contratação do objeto.

Gabinete da Presidência, 17 de outubro de 2018.

Silvio Cleffi

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar

OFICIO EXTERNO Nº 215/2018

Publicação Nº 1776046

Ofício Externo nº 215/2018.

Gaspar, 16 de outubro de 2018.

Ao Senhor

Telmo Otávio da Rosa

Onda Informática Ltda ME

Assunto: Sessão Pública - Pregão nº 001/2018

Cumprimentando-o cordialmente, vimos convocar vossa senhoria para participar da sessão pública que se realizará no dia 18 de outubro, às 14h, na sala de reuniões desta edilidade. A sessão pública terá por finalidade chamar aos autos a segunda colocada no Processo do Pregão nº 001/2018, tendo em vista a não contratação da primeira colocada [SAFECOMP Gestão de TI e Informática – CNPJ 29.637.597/0001-61] devido à sua recusa inexplicável à assinatura do contrato.

Atenciosamente,

Elaine Cristina Wandalen

Pregoeira

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 100 / 2018 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018.

Publicação Nº 1776418

DECRETO Nº 100 / 2018

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 112,300,00 (Cento e Doze Mil e Trezentos reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2018, Lei Municipal nº 1229/2017:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria Municipal de Comunicação	
04.131.0002.2.008	Manutenção da Secretaria da Comunicação	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(170) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.000,00
1501	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	
04.122.0002.2.005	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esp. e Lazer	15.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	13.200,00
(193) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	13.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	13.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(194) 3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Luc.	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
1701	Encargos Gerais Municipal	
28.845.0000.0.001	Encargos Gerais do Município	96.100,00
3.2.00.00	Outras Despesas Correntes	96.100,00
(202) 3.2.90.00	Aplicações Diretas	96.100,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	96.100,00
TOTAL:		112.300,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria Municipal de Comunicação	
04.131.0002.2.008	Manutenção da Secretaria da Comunicação	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(169) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.000,00

1501	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	
04.122.0002.2.005	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esp. e Lazer	15.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	13.200,00
(195) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	13.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	13.200,00
1701	Encargos Gerais Municipal	
28.845.0000.0.001	Encargos Gerais do Município	96.100,00
4.6.00.00	Outros Investimentos	96.100,00
(203) 4.6.90.00	Aplicações Diretas	96.100,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	96.100,00
TOTAL:		112.300,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 08 de Outubro de 2018.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 101 - 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018.

Publicação Nº 1776420

DECRETO Nº 101 / 2018

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 5.000,00 (Cinco Mil reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	Secretaria Municipal De Educação	5.000,00
12.361.0003.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
(215) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
Total		5.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 10 de outubro de 2018.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

NOVO AVISO DE SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS 69/2018

Publicação Nº 1775856

NOVO AVISO DA SESSÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DA LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 69/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA ESCOLA MUNICIPAL ELVIRA SARDÁ DA SILVA LOCALIZADA NO BAIRRO AREIAS DE BAIXO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19/10/2018 até às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de Outubro de 2018.

ALCIDES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018

Publicação Nº 1775833

DECRETO Nº 867/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
HOMOLOGA CONVOCAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO, REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018 DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARCELA 02/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENEGHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os beneficiados do Programa Bolsa de Estudo para realização dos trabalhos voluntários a que se inscreveram conforme Edital de Convocação nº 05/2018.

a) Período 13 – dia 20/10/2018, das 13 horas às 17 horas na Antiga feira Municipal (Rua Primeiro de Maio, nº957):

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	EDIANE CRISTINA DAMANN
2.	CAMILA THAIZ GONZATTI BARTH
3.	ADRIANA FERRAZ
4.	IVANIA MARA ZORZZI
5.	LUANA CARLA SCAPIN
6.	GUSTAVO HELLON ARMINDO
7.	CAROLINA HEBERLE
8.	HUAN DIEGO FRANZOZI
9.	LUCIMARA SCHIMIDT
10.	SARA STRAUS
11.	DAVID GABRIEL DE BAIRROS
12.	SAMARA MAIKELI TONIAL

b) Período 14 – dia 10/11/2018, das 13 horas às 17 horas na Antiga feira Municipal (Rua Primeiro de Maio, nº957):

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	CAMILA THAIZ GONZATTI BARTH
2.	EDUARDA LUIZA BIASI
3.	VANESSA REGINA ROCHEMBACH
4.	LUANA CARLA SCAPIN
5.	MAIARA SCHULTZ
6.	FRANCINE ARPINI
7.	BRUNA REGINA CESTARI
8.	MICHAEL DE LOSS
9.	KARINE DOS SANTOS
10.	MAXUEL HERNANDES TECHIO
11.	SABRINA MAIARA TONIAL
12.	DEBORA LUIZA BENCKE

Art. 2º. O horário de início das atividades deve ser observado com rigor.

Parágrafo único: Nos casos em que a duração das atividades for inferior ao período programado, menos que 4h (quatro horas), os certificados serão emitidos conforme a convocação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba/SC, aos 17 de outubro de 2018.

Vandecir Dorigon

Prefeito em Exercício

Registre-se e publique-se.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 138.2018.DOCX

Publicação Nº 1775400

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2018

PROCESSO Nº 138/2018 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMERCIAL COMO FORMA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO PARA A EMPRESA AGROPECUÁRIA PLANTE CERTO LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.067/2017 E CONTRATO 85/2018.

CONTRATADO: ODILO L. MOSER E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.481,50 (três mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.705,00 (doze mil setecentos e cinco reais)

CONTRATADO: BERTI E PALUDO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.310,00 (três mil trezentos e dez reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 34.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1775401

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

PROCESSO Nº 34/2018 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPAS DE 15 KG E VARAL DE CHÃO, DESTINADOS A LAVANDERIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, QUE ATENDE A TODAS AS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA SC E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESTINADOS A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, UNIDADE BÁSICA DO BAIRRO SANTA TEREZINHA, UNIDADE BÁSICA DA RUA 1º DE MAIO, E UNIDADE BÁSICA DE LINHA OURO VERDE NO MUNICIPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.790,00 (um mil setecentos e noventa reais)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.263,00 (um mil duzentos e sessenta e três reais)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.953,50 (um mil novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos)

**MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 07.18
COLOCAÇÃO DE MANTA ALUMINIZADA EM GINÁSIOS
DE ESPORTES.DOC**

Publicação Nº 1775428

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC, EDITAL DE TOMADA
DE PREÇO Nº07/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 144/18, Edital de Tomada de Preço Nº 07/18, Objeto: contratação de empresa para colocação de manta asfáltica aluminizada em Ginásios de Esporte; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 06/11/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 06/11/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de outubro de 2018.

Vandecir Dorigon,

Prefeito Municipal em Exercício

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 157/2018 PMG

Publicação Nº 1775379

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 157/2018- PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 183/2018- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA DE ÁGUA, CONTROLE INTEGRADO E PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO) PARA OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 183/2018 PMG

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ, com sede na Rua Doutor Heitor Blum, n.º 850, bairro Estreito, em Florianópolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 21.207.079/0001-04.

Vigência: Início: 05/10/2018 Término:04/10/2019

Fornecedor: 435120 - KEVIN BUGS VAZ - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
11	3	UN	Limpeza de caixa de água 30.000 litros - conforme termo de referência.	246,04	738,12
Total				R\$738,12	

Guaramirim (SC), 10 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 158/2018 PMG

Publicação Nº 1775380

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 158/2018- PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 183/2018- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA DE ÁGUA, CONTROLE INTEGRADO E PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO) PARA OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 183/2018 PMG

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedor: DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA, com sede na Avenida Luiz de Camoes, n.º 408, bairro Coral, em Lages no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 15.583.923/0001-90.

Vigência: Início: 05/10/2018 Término:04/10/2019

Fornecedor: 30464978 - DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	90099	M2	Desratização - conforme termo de referência	0,09	8.108,91
2	90099	M2	Desinsetização - conforme termo de referência	0,17	15.316,83
3	30	UN	Limpeza de caixa de água 500 litros - conforme termo de referência.	47,00	1.410,00
4	36	UN	Limpeza de caixa de água 1.000 litros - conforme termo de referência.	55,00	1.980,00
5	18	UN	Limpeza de caixa de água 2.000 litros - conforme termo de referência.	90,00	1.620,00
6	33	UN	Limpeza de caixa de água 3.000 litros - conforme termo de referência.	100,00	3.300,00
7	6	UN	Limpeza de caixa de água 4.000 litros - conforme termo de referência.	120,00	720,00
8	3	UN	Limpeza de caixa de água 5.000 litros - conforme termo de referência.	130,00	390,00
9	6	UN	Limpeza de caixa de água 10.000 litros - conforme termo de referência.	150,00	900,00

10	3	UN	Limpeza de caixa de água 20.000 litros - conforme termo de referência.	200,00	600,00
Total				R\$34.345,74	

Guaramirim (SC), 10 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 391/2018

Publicação Nº 1776179

PORTARIA Nº. 391/2018

Concede licença maternidade para Luciana Rafaela Marcarini.

Oswaldo Devigili, Prefeito em Exercício de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Luciana Rafaela Marcarini, Professora III (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 10 de outubro de 2018, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de outubro de 2018.

Oswaldo Devigili

Prefeito em Exercício

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 392/2018

Publicação Nº 1776181

PORTARIA Nº. 392/2018

Nomeia membros do Conselho da Cidade de Guaramirim – CONCIDADE.

Oswaldo Devigili, Prefeito em Exercício de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº. 3453/2008;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho da Cidade de Guaramirim – CONCIDADE:

I - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) Titular: Frank Ricardo de Oliveira;

b) Suplente: Alexandro Gomes Martins.

II - Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

a) Titular: Rodrigo Ademir da Silva;

b) Suplente: Elvira Maria Radwanski.

III - Secretaria de Saúde:

a) Titular: Marcelo Amadeu Deretti;

b) Suplente: Antonio Alexandre de Azevedo.

IV - Secretaria de Esporte e Lazer:

a) Titular: Romeu Butschardt Junior;

b) Suplente: Rodrigo Rafael Meurer.

V - Secretaria de Agricultura:

a) Titular: Denilton José Malinski;

b) Suplente: Júlio Cesar Oliveira Gomes.

VI - Secretaria de Administração e Finanças:

a) Titular: Jair Tomelin;

b) Suplente: Jonas Verbinen.

VII - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim:

a) Titular: Stephano Wessler;

b) Suplente: Franciele Carneiro dos Santos.

VIII - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de SC:

- a) Titular: Sérgio Victor Santini;
- b) Suplente: Sérgio Legnaghi.

IX - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC:

- a) Titular: Camila de Macedo Golba;
- b) Suplente: Zelita de Lourdes Gomes.

X - Representantes do Comércio:

- a) Titular: Volnei Barella;
- b) Suplente: Flávio Deretti.

XI - Representantes de Prestação de Serviços:

- a) Titular: Fernando Nilson da Silva;
- b) Suplente: Daiane Wonsiewski.

XII - Representantes da Indústria:

- a) Titular: Nelson Krehnke;
- b) Suplente: Rógerio Souza Silva.

XIII - Representante do Mercado Imobiliário:

- a) Titular: José Altair Weber;
- b) Suplente: Ariobaldo Ossowski.

XIV - Representante da Indústria Petrolífera:

- a) Titular: Maurício Leite da Costa;
- b) Suplente: Izaías Carvalho.

XV - Corpo de Bombeiros Voluntários:

- a) Titular: Eduardo Cavagnolli;
- b) Suplente: Maicon Ricardo Ewald.

XVI - Representantes da 23ª Subseção da OAB/SC:

- a) Titular: Rodrigo Valmir Weigsding;
- b) Suplente: Victor Hugo Ossowsky.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 130/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de outubro de 2018.

Oswaldo Devigili

Prefeito em Exercício

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 393/2018

Publicação Nº 1776182

PORTARIA Nº. 393/2018

Nomeia o Gestor do Termo de Parceria entre o Fundo Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer e Guaramirim.

Oswaldo Devigili, Prefeito em Exercício de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Antônio Alexandre de Azevedo, como Gestor do Termo de Parceria entre o Fundo Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer e Guaramirim.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de outubro de 2018.

Oswaldo Devigili

Prefeito em Exercício

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 394/2018

Publicação Nº 1776183

PORTARIA Nº. 394/2018

Altera a Portaria nº. 550/2017, que designa fiscais para o Processo Licitatório nº. 191/2017/PMG, que objetiva a contratação de empresa especializada para o serviço de manutenção corretiva de ar condicionado.

Oswaldo Devigili, Prefeito em Exercício de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 550/2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

Parágrafo único.

VI -

b) C.E.I. Joanir da Silva: Cesar Augusto Vieira;

d) C.E.I. Maurita Maria Rosa: Taionara Albano;

e) C.E.I. Paula Reinert Feldman: Daniela Heidner;

k) E.M.E.F. Professor Dorvalino Felippi: Midian Elly Persuhn Tomaselli;

l) E.M.E.F. e Pré Escolar Cantinho da Amizade: Eliane Mees;

n) E.M.E.F. Iaro Eugenio Hansch: Miraci Hahn;

p) E.M.E.F. José Dequech: Cesar Augusto Vieira;

r) E.M.E.F. Padre Mathias Maria Stein: Maria Roseli Micheluzzi;

t) E.M.E.F. Professora Isabel Lilia Rosa de Souza: Clarice T. Borchardt;

u) E.M.E.F. Professor Atilano Kruger: Rosineide Andrade;

aa) C.E.I. Professora Rosa Zenir Dalprá Testoni: Vanesa Aparecida Vitol Marcelino.” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de outubro de 2018.

Oswaldo Devigili

Prefeito em Exercício

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 395/2018

Publicação Nº 1776185

PORTARIA Nº. 395/2018

Nomeia Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Secretaria de Educação.

Oswaldo Devigili, Prefeito em Exercício de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Secretaria de Educação:

I – Secretaria de Educação: Cenira Telma Weber e Luciene Martins Franco;

II – C.E.I. Maria Domênica Bortolomiotti Peixer: Iara Schorck;

III – E.M.E.F. Vereador Armin Bylaardt: Claudia Fernandes;

IV – C.E.M. Professor Gustavo Tank: Marcia do Prado;

V – E.M.E.F. Iaro Eugenio Hansch: Miraci Hahn;

VI – E.M.E.F. Germano Laffin: Maria Odete Zimmermann;

VII – C.E.I. Professora Rosa Z. D. Testoni: Vanesa Aparecida Vitol Marcelino;

VIII – E.M.E.F. Jacu – Açu: Elisabete Mohr;

IX – C.E.I. Paula Reinert Feldman: Daniela Heidner;

X – E.M.E.F. Vereador Heitor Antonio da Silva: Celso de Ávila;

XI – E.M.E.F. e Pré Escolar Cantinho da Amizade: Eliane Mees;

XII – E.M.E.F. Professor Atilano Kruger: Rosineide Andrade;

XIII – E.M.E.F. Professora Isabel Lilia Rosa de Souza: Clarice T. Borchardt;

XIV – E.M.E.F. Professora Alice Olinger Dias: Jussara Possamai;

XV – E.M.E.F. e C.E.I. Mamãe Gansa e Seus Filhotes: Valquiria Fidelis;

XVI – C.E.I. Joanir da Silva e E.M.E.F. José Dequech: Cesar Augusto Vieira;

XVII – E.M.E.F. Quati: Ilete Junckes;

XVIII – E.M.E.F. Padre Mathias Maria Stein: Maria Roseli Micheluzzi e Scheila Richartz;

XIX – C.E.I. Professora Roseli Ullmann: Dirce Cardoso Borges;

XX – E.M.E.F. Antonio Placido Rausisse: Rennan N. S. Santos;

XXI – C.E.I. Santana Schorck: Nelci Feldmann Delai;

XXII – C.E.I. Professora Zilma Flores da Silva: Meri Rose Testoni;

XXIII – E.M.E.F. Lauro Carneiro de Loyola: Flávia Vanessa Ribas da Silva;

XXIV – C.E.I. Maurita Maria Rosa: Taionara Albano;

XXV – E.M.E.F. Urbano Teixeira da Fonseca: Marcia S. Maida;

XXVI – E.M.E.F. Professor Dorvalino Felippi: Midian Elly Persuhn Tomaselli.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de outubro de 2018.

Oswaldo Devigili

Prefeito em Exercício

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

153/2018

Publicação Nº 1776169

DECRETO Nº 153/2018
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:
Atividade: 0503.27.812.0032.2.018
3.3.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:
Atividade: 0503.27.812.0032.2.018
3.1.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 17 de outubro de 2018.
Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 65/2018

Publicação Nº 1775605

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 65/2018 - Pregão Presencial Nº. 47/2018

Objeto: Aquisição de material e serviço para manutenção e conservação da parte elétrica do Ginásio Municipal de Esportes de Linha Pessegueiro, situado na Rua União, Linha Pessegueiro, Guarujá do Sul, SC.

Propostas e Habilitação: 31/10/2018 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br. Guarujá do Sul, SC, 17 de outubro de 2018.

Claudio Júnior Weschenfelder,
Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 183/2018

Publicação Nº 1775732

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO, de acordo com a Lei federal nº 8.666/1993, alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº. 183/2018.

Pregão Presencial nº. 32/2018.

Objeto: A presente licitação tem por objeto CHAMAMENTO PUBLICO COM OBJETIVO CADASTRAR INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

Entrega dos Envelopes: a partir das 08:00 horas do dia 18/10/2018 até as 08:00 horas do dia 18/10/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 17 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 162/2018

Publicação Nº 1775695

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 162/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 97/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DO TRATOR LS 100 DEVIDO O MESMO ESTAR NA GARANTIA SENDO NECESSÁRIO QUE A EMPRESA KOREA TRATORES FICAR RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DESTA, E REALIZE TAL SERVIÇO E FORNEÇA O MATERIAL NECESSÁRIO

Contratada: IRMAOS BENETTON TRATORES AGRICOLAS LTDA

Valor: R\$ 2860,00(dois mil oitocentos e sessenta reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 19 de setembro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 163/2018

Publicação Nº 1775698

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 163/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 98/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE INFRAESTRUTURA DE REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AV. JOÃO BATISTA DAL PIVA, INCLUINDO SERVIÇOS ELABORAÇÃO DE PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO ELÉTRICO PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

ELÉTRICA.EMIÇÃO DE ELABORAÇÃO DE MATERIAIS, ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO COM BASE NO SINAPI E ORSE, E CASO NECESSARIO APROVAÇÃO JUNTO CONCESSIONÁRIA CELESC.

Contratada: DAL FORNO & MARTINS ENGENHARIA LTDA-ME

Valor: R\$ 7960,00(sete mil novecentos e sessenta reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 19 de setembro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 166/2018

Publicação Nº 1775699

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 166/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 100/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PARA CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17/10/2018 CONFORME DETERMINAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Contratada: Bela Vista Industria Grafica Eireli

Valor: R\$ 1040,00(um mil e quarenta reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 26 de setembro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 167/2018

Publicação Nº 1775700

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 168/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 102/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS NA UBS DOS MUNICÍPIOS, PORÉM NESTES DOIS ULTIMOS MESES A MESMA NÃO TEM ENVIADO POIS ESTA EM FALTA DO PRODUTO SEM PREVISÃO DE RECEBIMENTO POREM CADA MUNICIPIO TERA QUE PROVIDENCIAR DENTRO DO POSSIVEL O CONDON PARA DISTRIBUIÇÃO

Contratada: Luis Farma Drogaria LTDA

Valor: R\$ 2220,00(dois mil duzentos e vinte reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 27 de setembro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 168/2018

Publicação Nº 1775701

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 169/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 103/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PALESTRA SHOW MOTIVACIONAL COM DURAÇÃO DE EM MEDIA 1HR30 MIN AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO DIA 11/10/2018.
Contratada: Egide Terezinha Angst
Valor: R\$ 2600,00(dois mil e seiscentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 28 de setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 169/2018

Publicação Nº 1775703

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 169/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 103/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PALESTRA SHOW MOTIVACIONAL COM DURAÇÃO DE EM MEDIA 1HR30 MIN AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO DIA 11/10/2018.
Contratada: Egide Terezinha Angst
Valor: R\$ 2600,00(dois mil e seiscentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 28 de setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 170/2018

Publicação Nº 1775705

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 170/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 104/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS REFERENTE A MONTAGEM E REVISÃO DA CADEIRA ODONTOLÓGICA, AUTOCLAVE CRSITOFOLI 21 LITROS E PEÇAS E CONSRTO DO JATO DE BICARBONATO E TAMBEM DO FOTOPOLIMERIZADOR DABI.
Contratada: Odontomedtec Comercio e Assistência Técnica LTDA
Valor: R\$ 4459,48(quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 01 de outubro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 172/2018

Publicação Nº 1775707

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 172/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 106/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINAS PARA O MELHOR FUNCIONMAENTO DA MAQUINA ROLO COMPACTADOR DYNAPAC CA250.
Contratada: Mantomac Com de Peças e Serviços LTDA
Valor: R\$ 3500,00(três mil quinhentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 03 de outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 174/2018

Publicação Nº 1775708

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 174/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 108/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO SERVIÇOS FOTOGRAFICOS AEREOS SENDO EMISSÃO DE 4 AMPLIAÇÕES (QUADROS), ALEM DE 150 FOTOS DIGITALIZADOS: AS IMAGENS REFERE-SE A SEDE DO MUNICIPIO DISTRITO FAZENDA ZANDAVALLI E LOTEAMENTO DIFIORI..
Contratada: Edu Fredolino Batista Schneider
Valor: R\$ 5.000,00(cinco mil reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 03 de outubro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 175/2018

Publicação Nº 1775710

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 175/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 109/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PALESTRA COM O TEMA UMA MENTE SUA MAIOR RIQUEZA, COMO SUPERAR OS DESAFIOS DA VIDA NO DIA 31/10/2018 TEMPO ESTIMADO DE 1H30MIN.
Contratada: Beleza Comercio Transportes Serviços e Treinamentos LTDA.
Valor: R\$ 2500,00(dois mil reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 03 de outubro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 176/2018

Publicação Nº 1775712

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 176/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 110/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARAS A MAQUINA GRADE ARADORA.
Contratada: Lg Comercial de Maquinas Agricolas LTDA.
Valor: R\$ 1178,00(mil centro e setenta e oito reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 05 de outubro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 177/2018

Publicação Nº 1775713

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 177/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 111/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE LOCAR (MARCAR) OS LOCAIS DOS POÇOS POR GEÓLOGO ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA COM ART E ACOMPANHAMENTO DESTES PROCESSOS DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PARA O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, LOCALIZADO NAS LINHAS DO INTERIOR, A SEREM DEFINIDAS PELO MUNICÍPIO DE GUATAMBU/SC-JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL -SDS FLORIANÓPOLIS -SC.

Contratada: Projetar Projetos Cíveis E Ambientais LTDA .

Valor: R\$ 5100,00(cinco mil e cem reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 05 de outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 178/2018

Publicação Nº 1775721

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 178/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 112/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM COMPUTADOR PARA USO NA DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICÍPIO Contratada: Salvagni Comercio De Equipamentos de Informativa e Serviços LTDA.

Valor: R\$ 1880,00(um mil oitocentos e oitenta reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 05 de outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 179/2018

Publicação Nº 1775722

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 179/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 113/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO 2422 PLACA MCE 0901

Contratada: G4 AUTO PEÇAS LTDA

Valor: R\$ 1846,37(mil oitocentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 08 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 180/2018

Publicação Nº 1775723

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 180/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 114/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO SINAL DE INTERNET A ESCOLA LOCALIZADA NA LINHA KILIAN COM DISPONIBILIDADE DE 5MB, MAIS IP VALIDO PARA RELOGIO PONTO E MANUTREÇÃO; REFERENTE AS LIGAÇÕES OS VALORES SAO VARIÁVEIS

Contratada: Nti Equipamentos Para Escritório

Valor: R\$ 479,40(quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos.).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 11 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 181/2018

Publicação Nº 1775724

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 181/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 115/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA PESQUISA E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU -SC. NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTÃO INCLUIDOS A REALIZAÇÃO DE PALESTRAS DE ORIENTAÇÕES, VIVÊNCIA E INTERAÇÕES PARTINDO DAS REALIDADES DO MUNICÍPIO, COM DURAÇÃO DE 12 MESES.

Contratada: Vinhas Consultoria e Assessoria Cultural LTDA.

Valor: R\$ 3500,00(três mil e quinhentos reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 11 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 182/2018

Publicação Nº 1775725

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 182/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 116/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE DA SEDE DO MUNICÍPIO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS A SER CUMPRIDA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 08:00H ÀS 12:00H E DAS 13:00H ÀS 17:00H.

Contratada: Marina França De Abreu

Valor: R\$ 37.500,00(trinta e sete mil e quinhentos reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 11 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA 155/2018

Publicação Nº 1775687

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 155/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 92/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NOS CAMINHOS DA FROTA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS
Contratada: RTC PEÇAS E ACESSORIOS LTDA
Valor: R\$ 790,00(setecentos e noventa reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 12 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA 156/2018

Publicação Nº 1775689

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 156/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 93/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO VW 24220 PLACA MCE-5852
Contratada: RD COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA
Valor: R\$ 320,09(setecentos e noventa reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 13 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA 160/2018

Publicação Nº 1775691

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 160/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 94/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICA COM BASE NO CONVÊNIO EXISTENTE ENTE O 6º BATALHAO DE BOMBEIROS MILITAR E O MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratada: ANGELO MARCOS ROSIN-ME
Valor: R\$ 2400,00(dois mil e quatrocentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 18 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA 161/2018

Publicação Nº 1775692

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 161/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 96/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A MAQUINA RETROESCAVADEIRA JCB 3CX. JUSTIFICANDO EM RELAÇÃO A PEÇA LANÇA A MESMA É FORNECIDA SOMENTE POR CONCESSIONARIA, BEM COMO ATUALMENTE A SECRETARIA NÃO POSSUI RETROESCAVADEIRA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO. JUSTIFICA-SE AINDA QUE DOS ORÇAMENTOS SOLICITADOS SOMENTE UMA EMPRESA POSSUI CADASTRO COMO REVENDEDORA PADRÃO DA PEÇA.
Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
Valor: R\$ 12.110,00(doze mil cento e dez reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 18 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 141/2018

Publicação Nº 1775668

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 141/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 82/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA EM CONVENIO COM O MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratada: Weikki Confecções LTDA
Valor: R\$ 630,00(seiscentos e trinta reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 28 de agosto de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 144/2018

Publicação Nº 1775683

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 144/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 83/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO NA RETROESCAVADEIRA KOMATSU PC160
Contratada: Chapemaquinas Comercio e Serviços Ltda
Valor: R\$ 450,03(Quatrocentos e Cinquenta reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 30 de agosto de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 146/2018

Publicação Nº 1775694

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 146/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 85/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SOM PARA O DIA 07 DE SETEMBRO DE 2018 O EVENTO SERÁ REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratada: Kalin Caito Dalmagro
Valor: R\$ 550,00(quinhentos e cinquenta reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 03 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 147/2018

Publicação Nº 1775697

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 147/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 86/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO ONIX PLACA QIZ 2542 .
Contratada: M.M. Comercio de Peças e Acessórios LTDA
Valor: R\$ 334,50(Trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 03 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 148/2018

Publicação Nº 1775702

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 148/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 87/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO TRATOR KOMATSU D51 QUE NECESSITA DE TROCAS DE FILTROS
Contratada: Chapemaquinas Comercio E Serviços LTDA
Valor: R\$ 1288,14(um mil duzentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 04 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 149/2018

Publicação Nº 1775704

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 149/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 88/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA CASE 845B.
Contratada: Chapemaquinas Comercio E Serviços LTDA
Valor: R\$ 1320,22(um mil trezentos e vinte reais e vinte e dois centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 05 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 150/2018

Publicação Nº 1775706

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 150/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 89/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO ROLO DYNAPAC CA250 Contratada: Chapemaquinas Comercio E Serviços LTDA
Valor: R\$ 550,08(quinientos e cinquenta reais e oito centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 05 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 152/2018

Publicação Nº 1775674

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 152/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 90/2018
OBJETO: EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL COM FONECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAZENDA ZANDAVALLI, COM ÁREA A SER EXECUTADA DE 230.70 M2, CONFORME CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2017, BOLETIM DE MEDICAÇÃO Nº 01-ADITIVO CONTRATUAL. MÃO DE OBRA: R\$ 6.646,57 - MATERIAIS: R\$ 15.508,66
Contratada: CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA EPP.
Valor: R\$ 22.155,23(vinte e dois mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 06 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 154/2018

Publicação Nº 1775679

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 154/2018
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 91/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO NO SETOR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Contratada: ALVES & SCHIAVINI AGROPECUARIA LTDA
Valor: R\$ 579,50(quinientos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 12 de Setembro de 2018.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2018

Publicação Nº 1776228

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de outubro de 2019, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos dez dias do mês de outubro de 2018 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição e carga de gás de cozinha (GLP) para uso das Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa TIAGO PIRES DE MELO ME, inscrita no CNPJ nº 12.782.188/0001-56, neste ato representada pelo senhor TIAGO PIRES DE MELO, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 041.284.089-80, em decorrência do Processo Licitatório nº 082/2018, modalidade Pregão Presencial nº 047/2018. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 55.387,50 (cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Herval d'Oeste, 16 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

TIAGO PIRES DE MELO
Sócio-administrador
CPF nº 041.284.089-80
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni
CPF: 049.770.469-27

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Carga de gás GLP (13kg)	Ultragaz	Und	135	R\$ 59,50	R\$ 8.032,50
02	Carga de gás GLP (45kg)	Ultragaz	Und	165	R\$ 287,00	R\$ 47.355,00

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

TIAGO PIRES DE MELO
Sócio-administrador
CPF nº 041.284.089-80
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

Publicação Nº 1776232

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de outubro de 2019, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos 11 dias do mês de outubro de 2018, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para eventual publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste em jornal de circulação estadual com abrangência no Estado de Santa Catarina, comprovado pelo Instituto Verificar de Circulação (IVC), com edições diárias de segunda-feira até domingo, em fonte arial, tamanho 08, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrada a presente Atas de Registro de Preços entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE, inscrita no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, na qualidade de Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa NC COMUNICAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ nº 79.227.963/0001-82, neste ato representado por seu procurador MARCELO AGUIAR ANTÔNIO, portador do CPF 823.859.390-53

em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018, pelo Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste, em jornal de circulação estadual, em fonte arial, tamanho 008.	CMC	1.000	R\$ 42,00	R\$ 42.000,00

Herval d'Oeste, 17 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

MARCELO AGUIAR ANTÔNIO

Procurador

CPF 823.859.390-53

Pela NC Comunicações S/A.

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 049.770.469-27

CONTRATO Nº 043/2018

Publicação Nº 1775529

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2018 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

CONTRATADO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA

OBJETO: Contratação de Consórcio Público para a prestação de serviços de forma associada, por hora técnica para para Revisão do Plano Diretor do Município de Herval d'Oeste

VALOR R\$ 103.140,00 (cento e três mil , cento e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 05 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI ELOI RÖNNAU

Prefeito Municipal Diretor Executivo

CONTRATO Nº 044/2018

Publicação Nº 1775531

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2018

EXTRATO CONTRATO Nº 044/2018

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

AZ CONSTRUÇÕES LTDA . EPP

OBJETO: Reforma de cobertura do Abrigo Municipal Anjos da Luz localizado na Rua Baldoíno Matevi nº 70, Jardim José Rupp com fornecimento de material e mão de obra com área total de 200m². , dos serviços descritos nos memoriais descritivos planilhas orçamentárias e projetos

VALOR: R\$ 56.261,17 (cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e um reais e dezessete centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.230/2017 de 06/12/2017.

Herval d'Oeste (SC), 08 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito

Humberto Ribeiro de Queiroz Júnior

Pela contratada

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 022/2018

Publicação N° 1776224

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 022/2018

OBJETO

Aquisição de 10 gazebo (tendas) medindo 3x3 metros com parede lateral para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para implantação de feira da agricultura familiar de Herval d'Oeste

CONTRATADO

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. ME

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.844,00 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 17 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018/2018

Publicação N° 1775525

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 090/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018/2018

OBJETO

Aquisição de baterias para caminhões, máquinas e veículos das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Obras Urbanismo e Serviços Públicos

CONTRATADO

COMERCIAL INCERTI LTDA.

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.539,62 (Dois mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso II a Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 08 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

EDITAL N° 032/2018/SMECE

Publicação N° 1776285

EDITAL N° 032/2018/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 004/2017/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 3.805/2018, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo

Seletivo referente ao Edital nº 004/2017/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Setor Administrativo, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 19 de outubro de 2018, às 08 horas.

1.2.1. O horário será seguido rigorosamente, não sendo permitida a participação de candidatos que chegarem após as 08 horas.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II – DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	CME Pequeno Príncipe	Professor Anos Iniciais	Matutino	20h	Vaga Vinculada a servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, licença prêmio até 08/11/18.
01	CMEI Profª Tania Regina Piovesan Bortoluz	Professor Educação Infantil	Vespertino	40h	Vaga vinculada a servidora Cleci Leonete Marafon Cantelli pelo período 16/10 a 29/11, ou enquanto perdurar o atestado médico, limitada ao término do ano letivo.

III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Educação Infantil	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente; c) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, somente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase.
Professor de Anos Iniciais	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente; c) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, somente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase.

3.2. Os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local. A Secretaria de Educação não fará cópia de documentos (Habilitação, RG e Tempo de Serviço).

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

4.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

4.6. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato

V – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério e Não-Habilitado
40h	R\$ 2.217,93 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.197,89 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três)

dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.
6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 17 de outubro de 2018.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1169/2018

Publicação Nº 1776007

PORTARIA Nº 1169/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 104, parágrafo único da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS ZAMBIAZZI (MATRÍCULA 94), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 8, Referência - E, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de janeiro de 2011 e 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 16 de outubro de 2018 a 19 de outubro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1170/2018

Publicação Nº 1776008

PORTARIA Nº 1170/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme portaria nº 1027/2018, a servidora VALÉRIA APARECIDA DA SILVA SANTOS XAVIER (MATRÍCULA 4000), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de outubro de 2016 e 12 de outubro de 2017, para serem gozadas a partir de 16 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1171/2018

Publicação Nº 1776009

PORTARIA Nº 1171/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora MARINÊS APARECIDA GONÇALVES (MATRÍCULA 149), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 5.1, Referência - A, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2016 e 18 de agosto de 2018, para serem gozadas a partir de 16 de outubro de 2018 a 08 de novembro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1172/2018

Publicação Nº 1776010

PORTARIA Nº 1172/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (MATRÍCULA 2575), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - E, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 e 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a partir de 16 de outubro de 2018 a 08 de novembro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1173/2018

Publicação Nº 1776011

PORTARIA Nº 1173/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora CLADMIRA FÁTIMA RODRIGUES CORRÊA (MATRÍCULA 1294), ocupante do cargo em provimento efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, Nível - 9, Referência - A, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de fevereiro de 1992 e 31 de janeiro de 1997, para serem gozadas a partir de 16 de outubro de 2018 a 13 de janeiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1174/2018

Publicação Nº 1776012

PORTARIA Nº 1174/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR, Nível - 6, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, a servidora GISELE THAIS NERES CORSO (MATRÍCULA 3830), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 17 de fevereiro de 2014 a 16 de outubro de 2018, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1175/2018

Publicação Nº 1776013

PORTARIA Nº 1175/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 104, parágrafo único da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora MARGARETE VOLPATO PRONER (MATRÍCULA 1013), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 8, Referência - B, 20 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de janeiro de 2011 e 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 16 de outubro de 2018 a 19 de outubro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1176/2018

Publicação Nº 1776015

PORTARIA Nº 1176/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora LUCIANA BITTENCOURT DOS SANTOS (MATRÍCULA 4875), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição a servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, a partir de 16 de outubro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital nº 027/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1177/2018

Publicação Nº 1776016

PORTARIA Nº 1177/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora MARINALDA DE FÁTIMA VIEIRA SARTORI (MATRÍCULA 4876), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição a servidora Margarete Volpato Proner, a partir de 16 de outubro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital nº 027/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1178/2018

Publicação Nº 1776020

PORTARIA Nº 1178/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora CLECI LEONETE MARAFON CANTELLI (MATRÍCULA 3882), a contar de 16 de outubro de 2018, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - B, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2016, 40 horas semanais, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1179/2018

Publicação Nº 1776022

PORTARIA Nº 1179/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 1611/2017, a servidora ANDREIA DORINI GIACOMINI (MATRÍCULA 356), ocupante do cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, Nível - 9, Referência - C, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2016 e 05 de março de 2017, para serem gozadas a partir de 17 de outubro de 2018 a 26 de outubro de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1180/2018

Publicação Nº 1776023

PORTARIA Nº 1180/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO, a contar de 18 de outubro de 2018, com fulcro no artigo 105, IV da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora ROSÂNGELA APARECIDA GIRIOLI (MATRÍCULA 2683), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, pelo período de 01 (um) ano.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018

Publicação Nº 1776484

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - EXCLUSIVAMENTE ME E EPP

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de móveis sob medida para uso das Secretarias de Assistência Social, Secretaria de Educação, e 26º Batalhão da Polícia Militar de Herval d'Oeste pelo período de 06 meses, incluindo o serviço de montagem e instalação

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09h00min do dia 30/10/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 18 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO

TERMO ADITIVO Nº 056/2018

Publicação Nº 1776237

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF nº 12.816.323/0001-37
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FREI ROGÉRIO
CNPJ/MF nº 83.754.341/0001-80
Praça Josefina Amorin, nº 01 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 056/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Pelo presente instrumento de contrato, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste/SC, inscrito no CNPJ sob nº 12.816.323/0001-37, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FREI ROGÉRIO estabelecida na Praça Josefina Amorin, nº 01, Centro - Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob o número nº 83.754.341/0001-80, neste ato representado pelo seu presidente, Senhor Daniel Martarello, brasileiro, casado, portador do CPF nº 384.675.509-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Credenciamento nº 054/2017, Processo Licitatório nº 094/2017, que tem por objeto o credenciamento para a prestação de serviços para acolhimento/abrigo institucional de idosos em regime integral, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto e dos valores

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, II da Lei Federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato acima referido, ora aditado e que não conflitem com o presente, permanecendo o mesmo em pleno vigor.

CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E, por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, vêm assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 17 de outubro de 2018.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Contratante

DANIEL MARTARELLO

Presidente

CPF: 384.675.509-53

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 049.770.469-27

TERMO ADITIVO Nº 057/2018

Publicação Nº 1776239

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. EPP

CNPJ/MF nº 09.234.560/0001-85

Endereço: Rua Marechal Deodoro, nº 625 – Bairro Nossa Senhora de Fátima

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 057/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Pelo presente instrumento, o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor. Américo Lorini brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. EPP, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº 625 – Bairro Nossa Senhora de Fátima no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 09.234.560/0001-85, neste ato representado por seu sócio administrador, senhor Júnior de Mattos, brasileiro, solteiro inscrito no CPF sob o nº 040.927.649-30, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2018, que tem por objeto a Reforma CMEI Tio Zezinho e PSF Santo Antônio com ligação de rede coletora de esgoto sanitário, Revisão de cobertura e instalações elétricas com área total de 805,28m², em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2018, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2018, do tipo menor preço global, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais::

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato até 17/11/2018 em conformidade com o parecer técnico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 17 de outubro de 2018.

AMERICO LORINI

Prefeito

CPF: 162.730.799-00

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 049.770.469-27

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO 094 - PISOCENTER**

Publicação Nº 1776086

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 094/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N. 109/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2018

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.960.036/0001-17, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 109/2018 e Pregão Presencial nº 059/2018, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 059/2018, homologado em 15 de outubro de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente contrato, tem por objeto a aquisição de materiais permanentes para a Secretaria de Educação, Administração e Polícia Militar.

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Un.	Valor Total
01	02	Tapete de Vinil Capacho personalizado, espessura de 10 mm, tamanho 1,50 x 0,80.	kapazi	R\$ 274,00	R\$ 548,00
04	12 rolos	Piso manta de borracha com resina, espessura de 5mm, rolos com 1mx10m, antiderrapante, térmico, com absorção de impacto, alto padrão de resistência, impermeável, cor a ser definido com o Secretário responsável. Garantia de 02 anos.	kapazi	R\$ 935,00	R\$ 11.220,00
Total				R\$ 11.768,00	

§ 1º O prazo máximo para entrega do objeto licitado será de 20 (vinte) dias após a autorização de entrega.

§ 2º Os tapetes deverão ser personalizados conforme solicitação do Secretário.

§ 3º Os produtos deverão ser de ótimo material e excelente qualidade.

§ 4º Deverá constar obrigatoriamente na proposta de preços, e de forma expressa, a marca do equipamento cotado, sob pena de desclassificação.

§ 5º Os itens deverão ter no mínimo 01 ano de garantia, salvo o item 04 que deverá ter no mínimo 02 anos de garantia.

§ 6º O Estofado deverá ser entregue e montado sem custos à Adm. Municipal e o material deverá ser de ótima qualidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço TOTAL de R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Reduzido: 82

Atividade: Manutenção das Atividades da Administração e Finanças.
Reduzido: 169

Atividade: PM.
Reduzido: 148

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva

nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3081/2018. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável, sendo que, após a vistoria da Caixa Econômica Federal, atestando a conformidade do objeto licitado).

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o final da garantia.

Início: 17/10/2018

Término: 17/10/2020.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos itens entregues, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 059/2018, indenizando o contratado pelo fornecimento dos itens até então efetuado.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

I – Advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total adjudicado;

III – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade.**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 e 152/2018, representado por Caio Rinaldi e Alcindo Perosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos itens licitados;

Entrega dos itens fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 059/2018, Processo Licitatório nº 109/2018, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas

vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN	PISOCENTER MAT. PARA CONST. LTDA - EPP
Prefeito Municipal	CNPJ: 00.960.036/0001-17
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron	Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO 095 - SOCIEDADE COMERCIAL CATARINENSE LTDA

Publicação Nº 1776087

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 095/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N. 109/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2018

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, SOCIEDADE COMERCIAL CATARINENSE LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 82.641.275/0001-79, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 109/2018 e Pregão Presencial nº 059/2018, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 059/2018, homologado em 15 de outubro de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente contrato, tem por objeto a aquisição de materiais permanentes para a Secretaria de Educação, Administração e Polícia Militar.

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Un.	Valor Total
03	10	Tapete de Vinil Capacho personalizado, espessura de 10 mm, tamanho mínimo 0,80 x 0,60.	kapazi	R\$ 113,28	R\$ 1.132,80
Total Geral					R\$ 1.132,80

§ 1º O prazo máximo para entrega do objeto licitado será de 20 (vinte) dias após a autorização de entrega.

§ 2º Os tapetes deverão ser personalizados conforme solicitação do Secretário.

§ 3º Os produtos deverão ser de ótimo material e excelente qualidade.

§ 4º Deverá constar obrigatoriamente na proposta de preços, e de forma expressa, a marca do equipamento cotado, sob pena de desclassificação.

§ 5º Os itens deverão ter no mínimo 01 ano de garantia.

§ 6º O Estofado deverá ser entregue e montado sem custos à Adm. Municipal e o material deverá ser de ótima qualidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço TOTAL de R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Reduzido: 82

Atividade: Manutenção das Atividades da Administração e Finanças.
Reduzido: 169

Atividade: PM.
Reduzido: 148

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3081/2018. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável, sendo que, após a vistoria da Caixa Econômica Federal, atestando a conformidade do objeto licitado).

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o final da garantia.

Início: 17/10/2018
Término: 17/10/2019.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos itens entregues, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 059/2018, indenizando o contratado pelo fornecimento dos itens até então efetuado.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

I – Advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total adjudicado;

III – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 e 152/2018, representado por Caio Rinaldi e Alcindo Perosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos itens licitados;

Entrega dos itens fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 059/2018, Processo Licitatório nº 109/2018, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN	SOCIEDADE COMERCIAL CATARINENSE LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ: 82.641.275/0001-79
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron	Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO 93 - JOSE THIAGO

Publicação Nº 1776083

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 093/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 109/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2018

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, JOSÉ THIAGO DE SOUZA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 12.532.054/0001-87, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 109/2018 e Pregão Presencial nº 059/2018, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes

cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 059/2018, homologado em 15 de outubro de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente contrato, tem por objeto a aquisição de materiais permanentes para a Secretaria de Educação, Administração e Polícia Militar.

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Un.	Valor Total
02	04	Tapete de Vinil Capacho personalizado, espessura de 10 mm, tamanho 1,20 x 0,80.	Kapazi	R\$ 200,00	R\$ 800,00
05	01	Estofado com 3 lugares, assento retrátil, sem encosto lateral, fabricado com tecido Sue-de, na cor Marrom, espuma D28 no assento, 100% de fibra siliconada no encosto, com pés de alumínio e rodízio siliconado. Tamanho 0,95 x 1,00 x 2,20m.	Matrix	R\$ 1.930,00	R\$ 1.930,00
Total Geral					R\$ 2.730,00

§ 1º O prazo máximo para entrega do objeto licitado será de 20 (vinte) dias após a autorização de entrega.

§ 2º Os tapetes deverão ser personalizados conforme solicitação do Secretário.

§ 3º Os produtos deverão ser de ótimo material e excelente qualidade.

§ 4º Deverá constar obrigatoriamente na proposta de preços, e de forma expressa, a marca do equipamento cotado, sob pena de desclassificação.

§ 5º Os itens deverão ter no mínimo 01 ano de garantia, salvo o item 04 que deverá ter no mínimo 02 anos de garantia.

§ 6º O Estofado deverá ser entregue e montado sem custos à Adm. Municipal e o material deverá ser de ótima qualidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço TOTAL de R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Reduzido: 82

Atividade: Manutenção das Atividades da Administração e Finanças.
Reduzido: 169

Atividade: PM.
Reduzido: 148

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3081/2018. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável, sendo que, após a vistoria da Caixa Econômica Federal, atestando a conformidade do objeto licitado).

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o

mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o final da garantia.

Início: 17/10/2018

Término: 17/10/2019.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos itens entregues, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 059/2018, indenizando o contratado pelo fornecimento dos itens até então efetuado.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

I – advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total adjudicado;

III – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 e 152/2018, representado por Caio Rinaldi e Alcindo Perosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos itens licitados;

Entrega dos itens fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 059/2018, Processo Licitatório nº 109/2018, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOSÉ THIAGO DE SOUZA
CNPJ: 12.532.054/0001-87
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron
CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

PORTARIA 284 - DECLARA FRUSTRADA CONFERENCIA MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESC.

Publicação Nº 1775470

PORTARIA Nº 284, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA FRACASSADA CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando que referida licitação restou deserta, RESOLVE:

Art. 1º Declara deserta licitação 057/2018 Modalidade Pregão Presencial, que visa a Contratação de empresa para realização da Conferência Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Determina ao setor competente o lançamento de novo certame licitatório, se assim for necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA 286 - TAPETES

Publicação Nº 1776050

PORTARIA Nº 286, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 059/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 059/2018, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa a aquisição de material permanente para a Secretaria de Administração, Educação e Polícia Militar, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – JOSÉ THIAGO DE SOUZA, inscrito no CNPJ 12.532.054/0001-87, Item 02 pelo preço unitário de R\$ 200,00 e item 05 pelo preço unitário de R\$ 1.930,00, totalizando R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais).

II – PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ 00.960.036/0001-17, Item 01 pelo preço unitário de R\$ 274,00 e item 04 pelo preço unitário de R\$ 935,00, totalizando R\$ 11.768,00 (onze mil, setecentos e sessenta e oito reais).

III – SOCIEDADE COMERCIAL CATARINENSE LTDA, inscrito no CNPJ 82.641.275/0001-79, Item 03 pelo preço unitário de R\$ 113,28, totalizando R\$ 1.132,80 (um mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 112/2018 CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1775765

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

CONTRATO Nº: 112/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

CONTRATADA: HARMONIZA EVENTOS E DECORAÇÕES LTDA. ME
LICITAÇÃO: CONVITE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS 91/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO,
COM INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO EXTERNA
COM TEMA NATALINO EM RUAS, PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS, E
PONTE IRINEU BORNHAUSEN (CENTRO), DESTA MUNICIPALIDADE.

VIGÊNCIA: INÍCIO: 16/10/2018 TÉRMINO: 31/12/2018

ASSINATURA: 16/10/2018

VALOR R\$: 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

DOTAÇÃO: 20 - 07.003.2090.333903999000000.01000000

DECRETO Nº 4.271, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1775767

DECRETO nº 4.271, de 16 de outubro de 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.350, de 16 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

002 – Departamento de Esportes

0027.0812.0056.1031 – Construção de Complexo Esportivo de Lazer

01340000 – Transferências de Convênios – União/Outros

344900 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º Com a anulação total da despesa citada no Art. 1º, serão suplementadas as seguintes dotações Orçamentárias, a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0361.0051.2064 – Manutenção do Ensino Fundamental

01340000 – Transferências de Convênios – União/Outros

344900 – Aplicações Diretas R\$ 37.500,00

0012.0365.0050.2058 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar

01340000 – Transferências de Convênios – União/Outros

344900 – Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de outubro de 2018.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018 - ALTERA A ALÍQUOTA DOS SERVIÇOS ENQUADRADOS NOS ITENS 14.01 E 14.04 DO ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1775768

LEI COMPLEMENTAR Nº 164, de 16 de outubro de 2018.

"ALTERA A ALÍQUOTA DOS SERVIÇOS ENQUADRADOS NOS ITENS 14.01 E 14.04 DO ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º A alíquota incidente sobre os serviços prestados enquadrados nos itens 14.01 e 14.04 do Anexo Único da Lei Complementar n. 156, de 05 de dezembro de 2017, será de 4% (quatro) por cento.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de outubro de 2018.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.350, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1775766

LEI Nº 3.350, de 16 de outubro de 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 – Departamento de Esportes
0027.0812.0056.1031 – Construção de Complexo Esportivo de Lazer
01340000 – Transferências de Convênios – União/Outros
344900 – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º Com a anulação total da despesa citada no Art. 1º, serão suplementadas as seguintes dotações Orçamentárias, a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica
0012.0361.0051.2064 – Manutenção do Ensino Fundamental
01340000 – Transferências de Convênios – União/Outros
344900 – Aplicações Diretas
R\$ 37.500,00
0012.0365.0050.2058 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar
01340000 – Transferências de Convênios – União/Outros
344900 – Aplicações Diretas
R\$ 12.500,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de outubro de 2018.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 304/2018

Publicação Nº 1776078

DECRETO Nº 304/2018, 30 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 739.436,17 (setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos),e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 739.436,17 (setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (323) valor 200.000,00 (duzentos mil reais), Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (335) valor 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500402.047 – Manutenção do Ensino Infantil, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (378) valor 387.436,17 (trezentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 739.436,17 (setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (323) valor 200.000,00 (duzentos mil reais), Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (335) valor 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500402.047 – Manutenção do Ensino Infantil, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (378) valor 387.436,17 (trezentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 739.436,17 (setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (323) valor 200.000,00 (duzentos mil reais), Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (335) valor 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500402.047 – Manutenção do Ensino Infantil, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (378) valor 387.436,17 (trezentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 739.436,17 (setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (323) valor 200.000,00 Atividade:1236100402.046

– Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (335)valor 150.000,00

11.02 – Departamento de Ensino Infantil

Atividade:1236500402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (12577) valor 389.436,17 Total valor 739.436,17

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 739.436,17 (setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos),, conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (326) valor 200.000,00

11.02 – Departamento de Ensino Infantil

Projeto:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (357) valor 100.000,00

Projeto:1236500401.023 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (359) valor 110.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (362) valor 179.436,17

Projeto:1236500401.054 – Aquisição de Equipamentos de Informática

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (367) valor 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (368) valor 100.000,00

Total valor 739.436,17

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (326) valor 200.000,00(duzentos mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (357) valor 100.000,00(cem mil reais), Projeto:1236500401.023 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares Ensino Infantil, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (359) valor 110.000,00 (cento e dez mil reais), 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (362) valor 179.436,17(cento e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete reais), Projeto:1236500401.054 – Aquisição de Equipamentos de Informática, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (367), valor 50.000,00(cinquenta mil reais), 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (368), valor 100.000,00(cem mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,

Em 30 de Agosto de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

DECRETO 305/2018

Publicação Nº 1776177

Decreto nº 305/2018

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício de 2018 no Fundo Municipal da Educação, para atender a dotação constante do orçamento do corrente exercício.

Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista na Lei Ordinária nº. 1.901 (LOA) de 18 de Dezembro de 2017:

Decreta:

Artigo 1º. – Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no Fundo Municipal da Educação no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHOTA

11.01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Atividade: 12.36100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 – FR(18) Aplicações Diretas - código reduzido(334) R\$ 1.000.000,00

3.1.90.00.00.00.00 – FR(19) Aplicações Diretas - código reduzido(12751) R\$ 500.000,00

11.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

Atividade: 12.36500402.047 – Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – FR(18) Aplicações Diretas - código reduzido(377) R\$ 600.000,00

3.1.90.00.00.00.00 – FR(19) Aplicações Diretas - código reduzido(12753) R\$ 400.000,00

TotalR\$ 2.500.000,00

Artigo 2º - Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: 18 – Transferência do FUNDEB - 60% e fonte de Recurso: 19 – Transferência do FUNDEB - 40%.

Destinados a outros programas, apurada em conformidade com a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 18 – Transferência do FUNDEB - 60%

19 – Transferência do FUNDEB - 40%.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 31 de Agosto de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

ERRATA DO EDITAL TP 005- 2018 PMI - PLANO DIRETOR

Publicação Nº 1775405

Errata 1 do Edital Tomada de Preço 005/2018 – PMI

O Município de Ilhota comunica aos interessados no Tomada de Preço 005/2018 - PMI, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

ANEXO V- DECLARAÇÃO RELAÇÃO EQUIPE TECNICA

FORMAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

EQUIPE TÉCNICA (NOMES)	FORMAÇÃO	FUNÇÃO/RESPONSABILIDADE	VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A EMPRESA
	Geólogo ou Eng. Cartografico		

Leia-se:

ANEXO V- DECLARAÇÃO RELAÇÃO EQUIPE TECNICA

FORMAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

EQUIPE TÉCNICA (NOMES)	FORMAÇÃO	FUNÇÃO/RESPONSABILIDADE	VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A EMPRESA
	Geografo ou Eng. Cartografico		

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 08 de novembro de 2018 às 09:00 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09h30min horas.

Ilhota, 17 de setembro de 2018.

Daisy Christiane Pereira

Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 155 PRG 072- 2018 MUL - RECAPAGEM - TRASNPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP

Publicação Nº 1775741

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 155/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 403/2018

Pregão Presencial: 72/2018 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: TRASNPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
12	RECAPAGEM PNEU 1000X20 BORRACHUDO	397,0000	50,00	TRASNSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	BOREX BXO
13	RECAPAGEM PNEU 1000X20 LISO	361,0000	50,00	TRASNSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	BOREX BXL2

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	37.900,00	Trinta e sete mil e novecentos reais

Valor: R\$ 37.900,00 (Trinta e sete mil e novecentos reais)

Assinatura: 17/10/2018.

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 156 PRG 072- 2018 MUL - RECAPAGEM - GRANDO PNEUS LTDA

Publicação N° 1775742

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 156/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 403/2018

Pregão Presencial: 72/2018 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: GRANDO PNEUS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	RECAPAGEM PNEU 17.5-25 16 LONAS BORRACHUDO	1.070,0000	20,00	GP - GRANDO PNEUS LTDA	RUZI
2	RECAPAGEM PNEU 14.00-24 16 LONAS BORRACHUDO	900,0000	24,00	GP - GRANDO PNEUS LTDA	RUZI
6	RECAPAGEM PNEU 16.9-24 10 LONAS BORRACHUDO	1.030,0000	20,00	GP - GRANDO PNEUS LTDA	RUZI

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
GP - GRANDO PNEUS LTDA	63.600,00	Sessenta e três mil e seiscentos reais

Valor: R\$ 63.600,00 (Sessenta e três mil e seiscentos reais)

Assinatura: 17/10/2018.

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 157 PRG 072- 2018 MUL - RECAPAGEM - VLK PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP

Publicação N° 1775744

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 157/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 403/2018

Pregão Presencial: 72/2018 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: VLK PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
3	RECAPAGEM PNEU 18.4 -30 BORRACHUDO	1.245,0000	12,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
4	RECAPAGEM PNEU 7 - 50 - 16 SL BORRACHUDO	235,0000	20,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
5	RECAPAGEM PNEU 12X16.5 NHS BORRACHUDO	500,0000	20,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
7	RECAPAGEM PNEU 12.580-18 BORRACHUDO	571,0000	20,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL

8	RECAPAGEM PNEU 215/75 17.5 BORRACHUDO	245,0000	20,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
9	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17.5 LISO	245,0000	20,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
10	RECAPAGEM PNEU 275R/80 R22,5 BORRACHUDO	405,0000	30,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
11	RECAPAGEM PNEU 275R/80 R22,5 LISO	383,0000	30,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
14	RECAPAGEM PNEU 1100R/22 RADIAL MISTO DIRECIONAL	410,0000	50,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL
15	RECAPAGEM PNEU 1100R/22 RADIAL MISTO DE TRAÇÃO	450,0000	50,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	VIPAL

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
VLK FABRICAÇÃO DE PNUES ESPECIAIS LTDA-EPP	117.500,00	Cento e dezessete mil e quinhentos reais

Valor: R\$ 117.500,00 (Cento e dezessete mil e quinhentos reais)

Assinatura: 17/10/2018.

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE TOMADA DE PREÇO PMI Nº 005/2018**

Publicação Nº 1775728

AVISO DE TOMADA DE PREÇO PMI Nº 005/2018

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preço, para Contratação de empresa para pavimentação e drenagem pluvial da rodovia estadual SC 436, 2ª Etapa, na Comunidade de Aratingaúba, Imaruí/SC, conforme Contrato de Repasse Nº 835534/2016/MTUR/CAIXA. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 05/11/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 05/11/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição por mídia digital de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 17 de outubro de 2018.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMI Nº 016/2018

Publicação Nº 1775735

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 016/2018

Pregão Presencial PMI Nº 025/2018. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais de Informática e Serviço de Instalação e manutenção de Informática para o município de Imaruí/SC. Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Imaruí, CNPJ 82.538.851/0001-57. Data do Registro de preço: 20/08/2018. Validade da ata: 12 meses após assinatura.

Razão Social: ANGELO DEMO – ME – CNPJ 13.773.836/0001-70:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
06	Monitor Led 18,5" Monitor Led; 18,5 polegadas; Widescreen; 60hz; Resolução HD; Conexão VGA; fonte interna bivolt automático; no mínimo um botão de liga/desliga; compatível com Windows e Linux; deve acompanhar base e demais itens de fixação; cor predominante preta; Conteúdo da embalagem: Cabo de força, cabo VGA, manuais, base e monitor.	UND	18	AOC	420,00	7.560,00
10	Kit Teclado e Mouse sem fio Kit Teclado e Mouse sem fio com cor predominante preta. Especificações do teclado: mínimo de 107 teclas, Padrão ABNT2. Especificações mouse: óptico, dois botões, um scroll, resolução mínima do sensor de 1000dpi; compatível com Windows e Linux; deve acompanhar conectores e receptores USB; deve acompanhar pilhas AAA para o mouse e teclado; alcance de pelo menos 5 metros.	KIT	8	HARDLINE	86,00	688,00
11	Mouse óptico USB Mouse óptico; dois botões, um scroll; resolução mínima do sensor de 800dpi; compatível com Windows e Linux; cabo USB com no mínimo 1,00 metro; se necessário deve acompanhar driver de instalação.	UND	62	HARDLINE	16,50	1.023,00
12	Apresentador Multimídia Laser sem fio Apresentador Multimídia Laser sem fio; Interface: USB; Alimentação: pilha AAA; Alcance mínimo de 10 metros; Botões: avançar, voltar, pausar; compatível com Windows e Linux; se necessário deve acompanhar driver de instalação; deve acompanhar a pilha.	UND	4	HITTO	88,00	352,00
19	Fonte de alimentação para computador 450w	UND	85	TODA	145,00	12.325,00
	Fonte para computador; ventilador; Chave seletora de voltagem; potência 450w.					
21	Memória 4gb DDR3 Memória RAM; 4GB; Tecnologia: PC3-10600 (1333MHz).	UND	11	KINGSTON	229,00	2.519,00
22	Switch Ethernet 24 portas Switch Ethernet; 24x portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática; Fonte de alimentação inclusa; bivolt.	UND	4	TP LINK	402,00	1.608,00

23	Switch Ethernet 8 portas Switch Ethernet; 8x portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática; Fonte de alimentação inclusa; bivolt.	UND	6	TP LINK	132,81	796,86
25	Conector RJ 45 CAT 5.e Conector macho; RJ 45; CAT 5.e; conector termoplástico; Embalagem com 100 Peças.	PCT	15	HITTO	28,50	427,50
28	Roteador Wireless 300mbps Roteador Wireless; mínimo 3 antenas 5dbi Omni Direcionais; 2,4 GHZ; mínimo 4 portas de rede 10/100MBPS (1 WAN E 3 LAN); fonte de alimentação bivolt automático com plugue padrão brasileiro; manuais.	UND	17	TP LINK	153,00	2.601,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 29.900,36 (vinte e nove mil novecentos reais e trinta e seis centavos).

Razão Social: ARTEDANIO SILVA SILVEIRA – EPP – CNPJ 28.358.842/0001-39:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
13	Pen Drive 16gb Pen Drive com capacidade mínima de 16gb; USB 2.0; compatível com Windows e Linux; se necessário deve acompanhar driver de instalação.	UND	43	MULTILASER	22,20	954,60
14	Pen Drive 64gb Pen Drive com capacidade mínima de 64gb; USB 2.0; compatível com Windows e Linux; se necessário deve acompanhar driver de instalação.	UND	43	MULTILASER	79,00	3.397,00
15	Estabilizador bivolt 500va Estabilizador; gabinete em plástico antichamas; 4 tomadas elétricas padrão NBR 14136 (3 furos); Led frontal indicador de funcionamento; botão liga/desliga; Potência: 500 Va; bivolt automático.	UND	75	EMPLAC	97,00	7.275,00
16	Estabilizador tipo Nobreak bivolt 1500va Estabilizador; gabinete em plástico antichamas; mínimo 6 tomadas elétricas padrão NBR 14136 (3 furos); Led frontal indicador de funcionamento; botão liga/desliga; Potência: 1500 Va; bivolt automático.	UND	37	ENERGYLUX	437,00	16.169,00
17	Caixa de som USB 6W Par de caixa de som; alimentação USB; conexão P2; potência 6W RMS; cor predominante preta; na embalagem deve acompanhar os itens originais do fabricante; embalagem lacrada pelo fabricante.	UND	37	MULTILASER	29,00	1.073,00
26	Alicate para Crimpar Alicate para crimpar cabo de rede RJ45.	UND	3	SPEEDLAM	30,00	90,00
27	Adaptador Wireless USB Mini adaptador Wireless USB; 150mbps; compatível com Windows e Linux; deve acompanhar drive de instalação se necessário.	UND	19	T2	32,50	617,50

Valor Total do Fornecedor: R\$ 29.576,10 (vinte e nove mil quinhentos e setenta e seis reais e dez centavos).

Razão Social: LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER – CNPJ 12.162.386/0001-17:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	Computador completo Kit 01 (desktop, monitor, teclado, mouse) Processador: Intel i3 (ou similar com desempenho igual ou superior); Memória RAM: 4GB DDR3; HD: 1 TB Sata III 3,5; Placa mãe com no mínimo: 1 portas USB 2.0, 6 portas USB, placa de rede LAN 10/100/1000, conexões de saída Multi-VGA (HDMI/DVI/RGB); Monitor LED 18,5 widescreen ou superior; Teclado ABNT2 USB e Mouse óptico USB; Driver: leitura e gravação de CD e DVD; Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, versão PRO, original, integrado; Conteúdo da embalagem: computador desktop, monitor, manual do usuário, cd de drivers, teclado, mouse, cabos e conectores completos e essenciais de todos os periféricos.	KIT	32	NTC/AOC	1.807,00	57.824,00
05	Computador desktop Tipo 1 (Core i3 ou superior) Computador Desktop; Processador: Intel i3 (ou similar com desempenho igual ou superior); Memória RAM: 4GB DDR3; HD: 1 TB Sata III 3,5; Placa mãe com no mínimo: 1 portas USB 2.0, 6 portas USB, placa de rede LAN 10/100/1000, conexões de saída Multi-VGA (HDMI/DVI/RGB); Driver: leitura e gravação de CD e DVD; Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, versão PRO, original, integrado.	UND	18	NTC/AOC	1.450,00	26.100,00

08	HD externo 1TB USB HD disco rígido externo portátil; capacidade mínima de 1TB; cabo USB 2.0 ou superior com mínimo de 0,40cm; transferência mínima de dados de 3GB/S; compatível com Windows e Linux.	UND	7	SEAGATE	286,10	2.002,70
----	--	-----	---	---------	--------	----------

Valor Total do Fornecedor: R\$ 85.926,70 (oitenta e cinco mil novecentos e vinte e seis reais e setenta centavos).

Razão Social: PREMIUN INFORMÁTICA EIRELI – EPP – CNPJ 06.885.749/0001-40:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
7	HD Interno 1TB HD disco rígido interno desktop com capacidade mínima de 1TB, 7200 rpm, sata 3.	UND	45	HITACH	261,00	11.745,00
9	Teclado USB 2.0 Teclado com cor predominante preta; mínimo de 107 teclas; Padrão ABNT2; compatível com Windows e Linux; conexão USB 2.0; se necessário deve acompanhar driver de instalação.	UND	62	C3TECH	20,90	1.295,80
18	Auto Transformador Bivolt 2000VA Auto transformador de energia; bivolt; 220/110; 110/220; deve acompanhar cabo de força.	UND	36	TRAFOTON	146,30	5.266,80
24	Cabo de Rede CAT 5.e Caixa de cabo de rede; categoria CAT5e; 4 pares trançados de cobre; isolados com polietileno de alta densidade; compatível com RJ45; caixa com no mínimo 300 metros.	UND	9	AZ ULTRA	374,50	3.370,50
29	Projeto Multimídia 3200 lúmens Projeto Multimídia; 3200 lúmens; bivolt; projeção frontal; resolução 800x600; formato 4:3; conexões mínimas: Vídeo Composto, Vídeo Componente, S-Vídeo, HDMI, Áudio; Conteúdo da embalagem: 1 projeto multimídia, 1 controle remoto com bateria, 1 cabo de força, Manuais e drivers de instalação, 1 cabo HDMI ou VGA.	UND	2	EPSON	1.769,90	3.539,80
30	Tela de projeção com tripé Tela de projeção com tripé; medidas mínimas: 1,80x1,80 metros; ajuste de altura; estojo redondo em alumínio.	UND	3	SUMAY	665,50	1.996,50

Valor Total do Fornecedor: R\$ 27.214,40 (vinte e sete mil duzentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Razão Social: RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ 21.972.444/0001-69:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
02	Computador completo Kit 02 (desktop, monitor, teclado, mouse) Processador: Intel i5 (ou similar com desempenho igual ou superior); Memória RAM: 8GB DDR3; HD: 1 TB Sata III 3,5; Placa mãe com no mínimo: 1 portas USB 3.0/2.0, 6 portas USB, placa de rede LAN 10/100/1000, conexões de saída Multi-VGA (HDMI/DVI/RGB); Monitor LED 18,5 widescreen ou superior; Teclado ABNT2 USB e Mouse óptico USB; Driver: leitura e gravação de CD e DVD; Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, versão PRO, original, integrado; Conteúdo da embalagem: computador desktop, monitor, manual do usuário, cd de drivers, teclado, mouse, cabos e conectores completos e essenciais de todos os periféricos.	KIT	32	DEUTEL/ PHILIPS	2.349,00	75.168,00
03	Notebook Tipo 1 (Core i3 ou superior) Processador: Intel i3 (ou similar com desempenho igual ou superior); Memória RAM: 4GB DDR3; HD: 1 TB; Placa mãe com no mínimo: 2 portas USB sendo pelo menos uma do tipo 2.0 ou superior; placa de rede LAN 10/100/1000; placa wireless 802.11bgn; 1 saída HDMI; Monitor LED/LCD 15 polegadas no mínimo; Teclado alfa-numérico ABNT2 com teclado numérico posicionado no lado direito; Touchpad localizado abaixo do teclado; som; Bateria Tipo 40 WHr, 4 Células (ions de lítio); Duração da bateria de pelo menos 7 horas; Bateria recarregável; fonte bivolt; Bluetooth; Webcam HD 720p com microfone; leitura e gravação de CD e DVD; Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, versão PRO, original, integrado; Conteúdo da embalagem: notebook, manuais, cabo de força com fonte bivolt, demais itens originais da embalagem da fábrica.	UND	15	ACER	2.160,00	32.400,00

04	Notebook Tipo 2 (Core i5 ou superior) Processador: Intel i5 (ou similar com desempenho igual ou superior); Memória RAM: 8GB DDR3; HD: 1 TB; Placa mãe com no mínimo: 2 portas USB sendo pelo menos uma do tipo 2.0 ou superior; placa de rede LAN 10/100/1000; placa wireless 802.11bgn; 1 saída HDMI; Monitor LED/LCD 15 polegadas no mínimo; Teclado alfa-numérico ABNT2 com teclado numérico posicionado no lado direito; Touchpad localizado abaixo do teclado; som; Bateria Tipo 40 WHr, 4 Células (ions de lítio); Duração da bateria de pelo menos 7 horas; Bateria recarregável; fonte bivolt; Bluetooth; Webcam HD 720p com microfone; leitura e gravação de CD e DVD; Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, versão PRO, original, integrado; Conteúdo da embalagem: notebook, manuais, cabo de força com fonte bivolt, demais itens originais da embalagem da fábrica.	UND	15	ACER	2.580,00	38.700,00
20	Processador (Core i3 ou superior) Processador; dois núcleos de processamento; memória cache 3mb; suporte para memória RAM DDR3; controlador de memória DDR interno; 64bit.	UND	8	INTEL	328,00	2.624,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 148.892,00 (cento e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e dois reais).

Total Geral da Ata de Registro de Preços: R\$ 321.509,56 (trezentos e vinte e um mil quinhentos e nove reais e cinquenta e seis centavos). Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROC 102 2018 PREGÃO 63 2018 DECORAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1775532

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDETUR

PROCESSO Nº 102/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2018

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 01 de Novembro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO CORRETIVA NO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DA DECORAÇÃO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES."

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de Outubro de 2018

Carina Genovez Ferreira Silvestre

Sec. M. de Desenv. Econômico e Turístico

PORTARIA PMI/SEAD Nº 644/2018

Publicação Nº 1775906

PORTARIA PMI/SEAD Nº 644, de 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público - Edital 01/2007, admitida em 08 de fevereiro de 2010 através da PORTARIA DGP/SEAGP N.º 402/2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Bruna Souza da Silva	Professora III – 40h	054.847.959-31	16/10/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de outubro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 105/2018

Publicação Nº 1775821

PORTARIA CMI Nº 105/2018

"Concede Férias ao servidor Otoniel Nascimento Cardoso"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Otoniel Nascimento Cardoso, servidor ocupante do cargo efetivo de Motorista, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 02/10/2017 a 01/10/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10(dez) dias no período entre 22/10/2018 a 31/10/2018.

II- 10(dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

III- O saldo de 10(dez) dias será usufruído em período posterior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/10/2018.

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 49/2018

Publicação Nº 1775878

MUNICÍPIO DE IMBUIA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/2018

Tipo "Menor Preço por ITEM" para Eventual aquisição de 01 rolo compactador e de 07 espalhadores de calcário e esterco seco para o Município de Imbuia, Objetivando a execução de ações relativas ao Programa / Ação: Agropecuária Sustentável / Fomento ao Setor Agropecuário, conforme Contrato de Repasse nº 871467/2018, Operação nº 1056232-41, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e o Município de Imbuia, cujas especificações encontram-se no Edital no Anexo I. Edital de Licitação n.º49/2018. LEG. Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 09:00h do dia 30/10/2018. Cópia do Edital no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 17/10/2018. João Schwambach - Prefeito Municipal.

Ipira

PREFEITURA

1258 - ALTERA LOA 05-2018 - ALT. ORÇAMENTÁRIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1776105

Lei nº 1258, de 22 de agosto de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E PELA ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÃO.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 346.200,00 (Trezentos e quarenta e seis mil e duzentos reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS
03.01	Diretoria de Administração
04.122.0003.2003	Manutenção do Dpto de Administração
7 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
05.00	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.03	Fundo Municipal de Desenv. Rural - FUNDERURAL
20.606.0008.2014	Manutenção do FUNDERURAL
45 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.02	Educação Infantil
12.365.0017.2023	Manutenção do Ensino Infantil
71 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0201	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
07.03	Ensino Fundamental
12.361.0017.2026	Manutenção do Ensino Fundamental
86 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0201	Aplicações Diretas
	R\$ 150.000,00
08.00	ENCARGOS ESPECIAIS
08.01	Encargos Especiais
06.181.0000.0003	Serviços de Segurança Pública
105 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0322	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
159 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0322	Aplicações Diretas
	R\$ 6.200,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias;

05.00	SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.01	Diretoria de Agricultura
20.606.0008.1006	Modernização Agrícola
37 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
26.782.0011.1009	Modernização do Setor Rodoviário
48 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
06.02	Diretoria de Urbanismo
15.451.0012.1011	Modernização Urbana
57 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
06.04	Fundo Rotativo Mun. de Habitação - FUROHABI
16.482.0014.1012	Programa de Habitações Populares
63 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00

§ 2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2018, na fonte de recurso vinculada ao Convênio de Trânsito - Prefeitura, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 3º. Do Superavit Financeiro verificado no encerramento do exercício do ano anterior, na fonte de recurso vinculada ao Convênio de Trânsito - Prefeitura, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Art. 3º. – Fica criada e/ou alterada a ação mencionada nesta Lei, constantes da Lei nº. 1218, de 30 de agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1224, de 11 de outubro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 e suas alterações.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças
Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 22/agosto/2018.

Giandra Raquel Cvasin
Agente Administrativo

1259 - RATIFICA ALTERAÇÕES CONTRATO CONSÓRCIO CIGA- 2018

Publicação Nº 1776111

Lei nº 1259, de 06 de setembro de 2018.**RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1150/2018.

Art. 2.º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf).

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura
Municipal de Ipira em 06/setembro/2018.

Giandra Raquel Cavasin
Agente Administrativo

ANEXO I – Contrato de Consórcio Público do CIGA, com as alterações realizadas até o momento:**CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei n.º 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - **CIGA** é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Parágrafo único. O **CIGA** adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2.º. O **CIGA** é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 03, de 2014)

§1.º. Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§2.º. A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral do **CIGA**.

§3.º. A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembleia Geral.

§4.º. O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembleia Geral do **CIGA**.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3.º. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - **CIGA** tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 4.º. A área de atuação do **CIGA** será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5.º. O **CIGA** vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6.º. Constitui objeto do **CIGA** o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Art. 7.º. O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA tem natureza multifinalitária, destinado a cumprir as seguintes finalidades: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

- I - prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados “softwares” em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;
- II - promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, das respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros;
- III - celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;
- IV - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio;
- V - criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;
- VI - viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada município consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas

e serviços aplicados à gestão pública municipal; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

VII - representar os municípios que integram o **CIGA**, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio;

VIII - prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos municípios consorciados;

IX - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

X - realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública municipal, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos municípios;

XI - promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, FECAM e associações de municípios catarinenses;

XII - propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII - desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV - instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos providos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI - receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o **CIGA** poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e

subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

III - prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Protocolo a seus consorciados;

IV - requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, FECAM e das associações microrregionais de municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao **CIGA**;

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o **CIGA** e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 8.º. Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do **CIGA**;

IV - compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do **CIGA** nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 9.º. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do **CIGA**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do **CIGA**, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do **CIGA**.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto alguma das finalidades do **CIGA** dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§1.º. O contrato de programa deverá:

- I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;
- II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§2.º. O **CIGA** poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei n.º 8.666/93.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o **CIGA**, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§1.º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§2.º. É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§3.º. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o **CIGA**, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

DA ESTRUTURA

Art. 12. O **CIGA** estará organizado a partir da seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do **CIGA**, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§1.º. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§2.º. A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§3.º. Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§4.º. Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§5.º. Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§6.º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do **CIGA**.

§7.º. Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§8.º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§1.º. As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no sítio do **CIGA** com antecedência mínima de 10 dias.

§2.º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§3.º. A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no **CIGA** de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;

V - deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do **CIGA**;

c) a mudança da sede;

VIII - aprovar a extinção do consórcio;

IX - deliberar sobre assuntos gerais do **CIGA**;

X - aprovar as alterações do Estatuto. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos dos consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "c", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.

§1.º. Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§2.º. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações dos consorciados presentes poderão ser efetivadas por meio de aclamação. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração do **CIGA** é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:

I - Um Presidente;

II - Um Primeiro Vice-Presidente;

III - Um Segundo Vice-Presidente;

IV - Um Primeiro Secretário;

V - Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do **CIGA**: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do **CIGA**, que atenda ao disposto na Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do **CIGA**;

III - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o **CIGA** venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do **CIGA**;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao **CIGA**;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - deliberar sobre a revisão geral anual da remuneração dos empregados do **CIGA**, inclusive de vantagens pecuniárias; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do **CIGA**, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do **CIGA**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio

Público n.º 04, de 2016)

- a) o Orçamento anual do **CIGA**, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
- b) o Plano de Trabalho;
- c) o Relatório Anual de Atividades;
- d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;
- e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

- I - convocar e presidir as Assembleias Gerais do **CIGA**, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;
- II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- III - representar o **CIGA** ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;
- IV - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do **CIGA**, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do **CIGA**;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do **CIGA**.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do **CIGA** e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar a contabilidade do **CIGA**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)
- II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;
- III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do **CIGA** e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

- I - promover a execução das atividades e gestão do **CIGA**;
- II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do **CIGA**;
- III - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do **CIGA**;
- IV - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do **CIGA**;
- V - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao **CIGA** para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;
- VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do **CIGA**;
- VII - executar a gestão administrativa e financeira do **CIGA** dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do **CIGA**;
- IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- X - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;
- XI - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços;
- XII - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao **CIGA**;
- XIII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do **CIGA** é o da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, com ingresso mediante aprovação em concurso público.

§1.º. As disposições complementares da estrutura administrativa do **CIGA**, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do **CIGA**. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§2.º. Os empregados do **CIGA** não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§3.º. Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§1.º. O emprego de Diretor Executivo do **CIGA** deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§2.º. Os empregos de Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão.

§3.º. A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§4.º. O Estatuto preverá, após a deliberação e aprovação pela Assembleia Geral do CIGA, as formas de concessão de outras vantagens aos empregados públicos, inclusive quanto às gratificações por titulação e pelo desempenho de atividades especiais de Especialista em TI, Coordenador de Operações, Controlador Interno, Membros da Comissão de Licitação, Gestor de Contratos e Assessor Administrativo; à progressão por merecimento e por antiguidade, e quaisquer outras parcelas remuneratórias ou de caráter indenizatório, condicionadas à disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§5.º. Observado o orçamento anual do CIGA, o salário dos empregados públicos que compõem o seu quadro de pessoal, bem como dos valores referentes às gratificações pelo desempenho de atividades especiais e por titulação, serão revistos anualmente, sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante Resolução do Presidente do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§6.º. Compete ao Conselho de Administração, mediante resolução, aprovar a revisão anual dos valores das indenizações concedidas a título de hospedagem, alimentação e deslocamento, previstas nos Anexos III e IV do Estatuto do CIGA, bem como dos valores do auxílio alimentação e do auxílio refeição, previstos no Anexo V do mesmo Estatuto, e demais vantagens pecuniárias, desde que haja disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§7.º. Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§8.º. Os empregados públicos não terão direito à estabilidade no emprego. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§9.º. Poderá ser firmado com os empregados públicos Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade, observadas as determinações legais e orçamentárias. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o **CIGA** mantiver na rede mundial de computadores – internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do **CIGA** obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do **CIGA** será constituído:

- I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
- II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do **CIGA**:

- I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;
- II - a remuneração dos próprios serviços prestados;
- III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV - os saldos do exercício;
- V - as doações e legados;
- VI - o produto de alienação de seus bens livres;
- VII - o produto de operações de crédito;
- VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
- IX - os créditos e ações;
- X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo **CIGA**, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de

2016)

~~Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal.~~ (Revogado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo **CIGA** e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do **CIGA** os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação da Assembleia Geral e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do **CIGA** a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do **CIGA** o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§1.º. Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao **CIGA**.

§2.º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§3.º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§4.º. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§1.º. Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§2.º. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do **CIGA** depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do **CIGA**;

III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do **CIGA**;

IV - eficiência, exigindo que todas as decisões do **CIGA** tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo **CIGA** sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao **CIGA** respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do **CIGA** não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo.

Art. 47. O **CIGA** será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O **CIGA** regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 48. O **CIGA** poderá delegar à Federação Catarinense de Municípios – FECAM a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções até estruturação completa do Consórcio.

Art. 49. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – **CIGA** o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. As alterações do Contrato de Consórcio Público passam a vigor após sua ratificação por pelo menos 3 (três) municípios consorciados, e as modificações do Estatuto entram em vigor após sua publicação no órgão oficial de publicação. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Parágrafo único. Após a aprovação das alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA, os municípios consorciados terão o prazo de 12 (doze) meses para ratificação, por lei, observadas as disposições do Contrato de Consórcio Público do CIGA. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Art. 53. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

Maria Carlesso Doré
Prefeita Municipal de Luzerna

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Davio Leu
Prefeito Municipal de Massaranduba

Adilson Luis Schimitt
Prefeito Municipal de Gaspar

Prefeito Municipal de Paraíso

Nestor Sprícego
Prefeito Municipal de Lauro Muller

Hugo Lembeck
Prefeito Municipal de Salete

Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal de Monte Carlo

Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer
Prefeito Municipal de Sombrio

ANEXO I**Municípios subscritores do Protocolo de Intenções**

Balneário Piçarras/SC
Capão Alto/SC
Curitibanos/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Lauro Muller/SC
Luzerna/SC
Massaranduba/SC
Monte Carlo/SC
Paraíso/SC
Salette/SC
São Carlos/SC
Sombrio/SC

Municípios consorciados ao Consórcio CIGA (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Abdon Batista/SC	Balneário Barra do Sul/SC	Caibi/SC
Abelardo Luz/SC	Balneário Camboriú/SC	Calmon/SC
Agrolândia/SC	Balneário Gaivota/SC	Camaçari/BA
Agronômica/SC	Balneário Piçarras/SC	Camboriú/SC
Água Doce/SC	Balneário Rincão/SC	Campo Alegre/SC
Águas de Chapecó/SC	Barra Bonita/SC	Campo Erê/SC
Águas Frias/SC	Barra Velha/SC	Campos Novos/SC
Alfredo Wagner/SC	Bela Vista do Toldo/SC	Canelinha/SC
Alto Bela Vista/SC	Belmonte/SC	Canoinhas/SC
Anchieta/SC	Benedito Novo/SC	Capão Alto/SC
Anita Garibaldi/SC	Biguaçu/SC	Capinzal/SC
Anitápolis/SC	Blumenau/SC	Capivari de Baixo/SC
Antônio Carlos/SC	Bocaina do Sul/SC	Catanduvas/SC
Apiúna/SC	Bom Jardim da Serra/SC	Caxambu do Sul/SC
Arabutã/SC	Bom Jesus do Oeste/SC	Celso Ramos/SC
Araquari/SC	Bom Jesus/SC	Chapadão do Lageado/SC
Araranguá/SC	Bom Retiro/SC	Chapecó/SC
Armazém/SC	Bombinhas/SC	Cocal do Sul/SC
Arroio Trinta/SC	Botuverá/SC	Concórdia/SC
Arvoredo/SC	Braço do Norte/SC	Cordilheira Alta/SC
Ascurra/SC	Braço do Trombudo/SC	Coronel Freitas/SC
Atalanta/SC	Brunópolis/SC	Coronel Martins/SC
Aurora/SC	Brusque/SC	Correia Pinto/SC
Balneário Arroio do Silva/SC	Caçador/SC	Corupá/SC
		Criciúma/SC

Cunha Porã/SC
Cunhataí/SC
Curitiba/PR
Curitibanos/SC
Descanso/SC
Dionísio Cerqueira/SC
Dona Emma/SC
Doutor Pedrinho/SC
Entre Rios/SC
Ermo/SC
Eral Velho/SC
Farroupilha/RS
Faxinal dos Guedes/SC
Flor do Sertão/SC
Florianópolis/SC
Formosa do Sul/SC
Forquilha/SC
Fraiburgo/SC
Frei Rogério/SC
Galvão/SC
Garopaba/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Governador Celso
Ramos/SC
Grão Pará/SC
Gravatal/SC
Guabiruba/SC
Guaraciaba/SC
Guaramirim/SC
Guarujá do Sul/SC
Guatambu/SC
Herval d'Oeste/SC
Ibiam/SC
Ibicaré/SC
Ibirama/SC
Içara/SC
Ilhota/SC
Imaruí/SC
Imbituba/SC
Imbuia/SC
Indaial/SC
Iomerê/SC
Ipira/SC
Iporã do Oeste/SC
Ipuanga/SC
Ipumirim/SC
Irati/SC

Iraceminha/SC
Irineópolis/SC
Itá/SC
Itaiópolis/SC
Itajaí/SC
Itapema/SC
Itapiranga/SC
Itapoá/SC
Itu/SP
Ituporanga/SC
Jaborá/SC
Jacinto Machado/SC
Jaguaruna/SC
Jaraguá do Sul/SC
Jardinópolis/SC
Joaçaba/SC
João Pessoa/PB
Joinville/SC
José Boiteux/SC
Jupia/SC
Lacerdópolis/SC
Lages/SC
Laguna/SC
Lajeado Grande/SC
Lauro Muller/SC
Lebon Régis/SC
Leoberto Leal/SC
Lindóia do Sul/SC
Lontras/SC
Luiz Alves/SC
Luzerna/SC
Macieira/SC
Mafra/SC
Major Gercino/SC
Major Vieira/SC
Maracajá/SC
Maravilha/SC
Marema/SC
Massaranduba/SC
Meleiro/SC
Mirim Doce/SC
Modelo/SC
Mondai/SC
Monte Carlo/SC
Monte Castelo/SC
Morro da Fumaça/SC
Morro Grande/SC
Navegantes/SC

Nova Erechim/SC
Nova Itaberaba/SC
Nova Trento/SC
Nova Veneza/SC
Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC
Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello
Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC
Quilombo/SC
Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC

Rio do Sul/SC
Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC
Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do
Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
Santo Amaro da
Imperatriz/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Bonifácio/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do
Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa
Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de
Alcântara/SC
Saudades/SC
Schroeder/SC
Seara/SC

Serra Alta/SC
Siderópolis/SC
Simões Filho/BA
Sombrio/SC
Sul Brasil/SC
Tangará/SC
Taquara/RS
Tigrinhos/SC
Tijucas/SC
Timbé do Sul/SC
Timbó Grande/SC
Timbó/SC
Três Barras/SC
Treviso/SC
Treze de Maio/SC
Treze Tilias/SC
Trombudo Central/SC
Tubarão/SC
Tunápolis/SC
Turvo/SC
União do Oeste/SC
Urubici/SC
Urupema/SC
Urussanga/SC
Vargeão/SC
Vargem Bonita/SC
Vargem/SC
Vidal Ramos/SC
Videira/SC
Vitor Meireles/SC
Witmarsum/SC
Xanxerê/SC
Xavantina/SC
Xaxim/SC
Zortéa/SC

Municípios possíveis de integrar o Consórcio CIGA (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Abadia de Goiás/GO	Água Branca/PB	Albertina/MG
Abadia dos Dourados/MG	Água Branca/PI	Alcântara/MA
Abadiânia/GO	Água Clara/MS	Alcântaras/CE
Abaeté/MG	Água Comprida/MG	Alcantil/PB
Abaetetuba/PA	Água Doce do	Alcinópolis/MS
Abaíara/CE	Maranhão/MA	Alcobaça/BA
Abaíra/BA	Água Doce do Norte/ES	Aldeias Altas/MA
Abaré/BA	Água Fria de Goiás/GO	Alecrim/RS
Abatiá/PR	Água Fria/BA	Alegre/ES
Abel Figueiredo/PA	Água Limpa/GO	Alegrete do Piauí/PI
Abre-Campo/MG	Água Nova/RN	Alegrete/RS
Abreu e Lima/PE	Água Preta/PE	Alegria/RS
Abreu e Lima/PE	Água Santa/RS	Além Paraíba/MG
Acaiaca/MG	Aguai/SP	Alenquer/PA
Açailândia/MA	Aguanil/MG	Alexandria/RN
Acajutiba/BA	Águas Belas/PE	Alexânia/GO
Acará/PA	Águas da Prata/SP	Alfenas/MG
Acarape/CE	Águas de Lindóia/SP	Alfredo Chaves/ES
Acaraú/CE	Águas de Santa	Alfredo Marcondes/SP
Acari/RN	Bárbara/SP	Alfredo Vasconcelos/MG
Acauã/PI	Águas de São Pedro/SP	Algodão de Jandaíra/PB
Aceguá/RS	Águas Formosas/MG	Alhandra/PB
Acopiara/CE	Águas Lindas de	Aliança do Tocantins/TO
Acorizal/MT	Goiás/GO	Aliança/PE
Acrelândia/AC	Águas Mornas/SC	Almadina/BA
Acreúna/GO	Águas Vermelhas/MG	Almas/TO
Açu/RN	Agudo/RS	Almeirim/PA
Açucena/MG	Agudos do Sul/PR	Almenara/MG
Adamantina/SP	Agudos/SP	Almino Afonso/RN
Adelândia/GO	Águia Branca/ES	Almirante Tamandaré do
Adolfo/SP	Aguiar/PB	Sul/RS
Adrianópolis/PR	Aguiarnópolis/TO	Almirante Tamandaré/PR
Adustina/BA	Aimorés/MG	Aloândia/GO
Afogados da Ingazeira/PE	Aiquara/BA	Alpercata/MG
Afonso Bezerra/RN	Aiuaba/CE	Alpestre/RS
Afonso Cláudio/ES	Aiuruoca/MG	Alpinópolis/MG
Afonso Cunha/MA	Ajuricaba/RS	Alta Floresta d'Oeste/RO
Afrânio/PE	Alagoa Grande/PB	Alta Floresta/MT
Afuá/PA	Alagoa Nova/PB	Altair/SP
Agrestina/PE	Alagoa/MG	Altamira do
Agricolândia/PI	Alagoinha do Piauí/PI	Maranhão/MA
Água Azul do Norte/PA	Alagoinha/PB	Altamira do Paraná/PR
Água Boa/MG	Alagoinha/PE	Altamira/PA
Água Boa/MT	Alagoinhas/BA	Altaneira/CE
Água Branca/AL	Alambari/SP	Alterosa/MG

Altinho/PE
Altinópolis/SP
Alto Alegre do
Maranhão/MA
Alto Alegre do
Pindaré/MA
Alto Alegre dos
Parecis/RO
Alto Alegre/RR
Alto Alegre/RS
Alto Alegre/SP
Alto Araguaia/MT
Alto Caparaó/MG
Alto da Boa Vista/MT
Alto do Rodrigues/RN
Alto Feliz/RS
Alto Garças/MT
Alto Horizonte/GO
Alto Jequitibá/MG
Alto Longá/PI
Alto Paraguai/MT
Alto Paraíso de Goiás/GO
Alto Paraíso/PR
Alto Paraíso/RO
Alto Paraná/PR
Alto Parnaíba/MA
Alto Piquiri/PR
Alto Rio Doce/MG
Alto Rio Novo/ES
Alto Santo/CE
Alto Taquari/MT
Altônia/PR
Altos/PI
Alumínio/SP
Alvarães/AM
Alvarenga/MG
Álvares Florence/SP
Álvares Machado/SP
Álvaro de Carvalho/SP
Alvinlândia/SP
Alvinópolis/MG
Alvorada d'Oeste/RO
Alvorada de Minas/MG
Alvorada do Gurguéia/PI
Alvorada do Norte/GO
Alvorada do Sul/PR
Alvorada/RS
Alvorada/TO
Amajari/RR
Amambai/MS

Amapá do Maranhão/MA
Amapá/AP
Amaporã/PR
Amaraji/PE
Amaral Ferrador/RS
Amaralina/GO
Amarante do
Maranhão/MA
Amarante/PI
Amargosa/BA
Amaturá/AM
Amélia Rodrigues/BA
América Dourada/BA
Americana/SP
Americano do Brasil/GO
Américo Brasiliense/SP
Américo de Campos/SP
Ametista do Sul/RS
Amontada/CE
Amorinópolis/GO
Amparo da Serra/MG
Amparo de São
Francisco/SE
Amparo/PB
Amparo/SP
Ampére/PR
Anadia/AL
Anagé/BA
Anahy/PR
Anajás/PA
Anajatuba/MA
Analândia/SP
Anamã/AM
Ananás/TO
Ananindeua/PA
Anápolis/GO
Anapu/PA
Anapurus/MA
Anastácio/MS
Anaútilândia/MS
Anchieta/ES
Andaraí/BA
Andará/PR
Andorinha/BA
Andradas/MG
Andradina/SP
André da Rocha/RS
Andrelândia/MG
Angatuba/SP
Angelândia/MG

Angélica/MS
Angelim/PE
Angelina/SC
Angical do Piauí/PI
Angical/BA
Angico/TO
Angicos/RN
Angra dos Reis/RJ
Anguera/BA
Ângulo/PR
Anhanguera/GO
Anhembí/SP
Anhumas/SP
Anicuns/GO
Anísio de Abreu/PI
Anori/AM
Anta Gorda/RS
Antas/BA
Antonina do Norte/CE
Antonina/PR
Antônio Almeida/PI
Antônio Cardoso/BA
Antônio Carlos/MG
Antônio Dias/MG
Antônio Gonçalves/BA
Antônio João/MS
Antônio Martins/RN
Antônio Olinto/PR
Antônio Prado de
Minas/MG
Antônio Prado/RS
Aparecida d'Oeste/SP
Aparecida de Goiânia/GO
Aparecida do Rio
Doce/GO
Aparecida do Rio
Negro/TO
Aparecida do
Taboado/MS
Aparecida/PB
Aparecida/SP
Aperibé/RJ
Apiacá/ES
Apiacás/MT
Apiáí/SP
Apicum/Açu/MA
Apodi/RN
Aporá/BA
Aporé/GO
Apuarema/BA

Apucarana/PR
Apuí/AM
Apuiarés/CE
Aquidabã/SE
Aquidauana/MS
Aquiraz/CE
Araçagi/PB
Araçaí/MG
Aracaju/SE
Araçariguama/SP
Araças/BA
Aracati/CE
Aracatu/BA
Araçatuba/SP
Araci/BA
Aracitaba/MG
Araçoiaba da Serra/SP
Aracoiaba/CE
Araçoiaba/PE
Aracruz/ES
Araçu/GO
Araçuai/MG
Aragarças/GO
Aragoiânia/GO
Aragominas/TO
Araguacema/TO
Araguaçu/TO
Araguaiana/MT
Araguaína/TO
Araguainha/MT
Araguanã/MA
Araguanã/TO
Araguapaz/GO
Araguari/MG
Araguatins/TO
Araioses/MA
Aral Moreira/MS
Aramari/BA
Arambaré/RS
Arame/MA
Aramina/SP
Arandu/SP
Arantina/MG
Arapeí/SP
Arapiraca/AL
Arapoema/TO
Araponga/MG
Arapongas/PR
Araporã/MG
Arapoti/PR

Arapuá/MG
Arapuã/PR
Araputanga/MT
Arara/PB
Araraquara/SP
Araras/SP
Ararendá/CE
Arari/MA
Araricá/RS
Araripe/CE
Araripina/PE
Araruama/RJ
Araruna/PB
Araruna/PR
Arataca/BA
Aratiba/RS
Aratuba/CE
Aratuípe/BA
Araúá/SE
Araucária/PR
Araújos/MG
Araxá/MG
Arceburgo/MG
Arco/Iris/SP
Arcos/MG
Arcoverde/PE
Areado/MG
Areal/RJ
Arealva/SP
Areia Branca/RN
Areia Branca/SE
Areia de Baraúnas/PB
Areia/PB
Areial/PB
Areias/SP
Areiópolis/SP
Arenápolis/MT
Arenópolis/GO
Arês/RN
Argirita/MG
Aricanduva/MG
Arinos/MG
Aripuanã/MT
Ariquemes/RO
Ariranha do Ivaí/PR
Ariranha/SP
Armação dos Búzios/RJ
Arneiroz/CE
Aroazes/PI
Aroeiras do Itaim/PI

Aroeiras/PB
Arraial do Cabo/RJ
Arraial/PI
Arraias/TO
Arroio do Meio/RS
Arroio do Padre/RS
Arroio do Sal/RS
Arroio do Tigre/RS
Arroio dos Ratos/RS
Arroio Grande/RS
Artur Nogueira/SP
Aruanã/GO
Arujá/SP
Arvorezinha/RS
Aspásia/SP
Assaí/PR
Assaré/CE
Assis Brasil/AC
Assis Chateaubriand/PR
Assis/SP
Assunção do Piauí/PI
Assunção/PB
Astolfo Dutra/MG
Astorga/PR
Atalaia do Norte/AM
Atalaia/AL
Atalaia/PR
Ataléia/MG
Atibaia/SP
Atílio Vivácqua/ES
Augustinópolis/TO
Augusto Corrêa/PA
Augusto de Lima/MG
Augusto Pestana/RS
Áurea/RS
Aurelino Leal/BA
Auriflama/SP
Aurilândia/GO
Aurora do Pará/PA
Aurora do Tocantins/TO
Aurora/CE
Autazes/AM
Avaí/SP
Avanhandava/SP
Avaré/SP
Aveiro/PA
Avelino Lopes/PI
Avelinópolis/GO
Axixá do Tocantins/TO
Axixá/MA

Babaçulândia/TO
Bacabal/MA
Bacabeira/MA
Bacuri/MA
Bacurituba/MA
Bady Bassitt/SP
Baependi/MG
Bagé/RS
Bagre/PA
Baía da Traição/PB
Baía Formosa/RN
Baianópolis/BA
Baião/PA
Baixa Grande do
Ribeiro/PI
Baixa Grande/BA
Baixio/CE
Baixo Guandu/ES
Balbinos/SP
Baldim/MG
Baliza/GO
Balneário Pinhal/RS
Balsa Nova/PR
Bálsamo/SP
Balsas/MA
Bambuí/MG
Banabuiú/CE
Bananal/SP
Bananeiras/PB
Bandeira do Sul/MG
Bandeira/MG
Bandeirante/SC
Bandeirantes do
Tocantins/TO
Bandeirantes/MS
Bandeirantes/PR
Bannach/PA
Banzaê/BA
Barão de Antonina/SP
Barão de Cocais/MG
Barão de Cotegipe/RS
Barão de Grajaú/MA
Barão de Melgaço/MT
Barão de Monte Alto/MG
Barão do Triunfo/RS
Barão/RS
Baraúna/PB
Baraúna/RN
Barbacena/MG
Barbalha/CE

Barbosa Ferraz/PR
Barbosa/SP
Barcarena/PA
Barcelona/RN
Barcelos/AM
Bariri/SP
Barra Bonita/SP
Barra d'Alcântara/PI
Barra da Estiva/BA
Barra de Guabiraba/PE
Barra de Santa Rosa/PB
Barra de Santana/PB
Barra de Santo
Antônio/AL
Barra de São
Francisco/ES
Barra de São Miguel/AL
Barra de São Miguel/PB
Barra do Bugres/MT
Barra do Chapéu/SP
Barra do Choça/BA
Barra do Corda/MA
Barra do Garças/MT
Barra do Guarita/RS
Barra do Jacaré/PR
Barra do Mendes/BA
Barra do Ouro/TO
Barra do Piraí/RJ
Barra do Quaraí/RS
Barra do Ribeiro/RS
Barra do Rio Azul/RS
Barra do Rocha/BA
Barra do Turvo/SP
Barra dos Coqueiros/SE
Barra Funda/RS
Barra Longa/MG
Barra Mansa/RJ
Barra/BA
Barracão/PR
Barracão/RS
Barras/PI
Barreira/CE
Barreiras do Piauí/PI
Barreiras/BA
Barreirinha/AM
Barreirinhas/MA
Barreiros/PE
Barretos/SP
Barrinha/SP
Barro Alto/BA

Barro Alto/GO
Barro Duro/PI
Barro Preto/BA
Barro/CE
Barrocas/BA
Barrolândia/TO
Barroquinha/CE
Barros Cassal/RS
Barroso/MG
Barueri/SP
Bastos/SP
Bataguçu/MS
Batalha/AL
Batalha/PI
Batatais/SP
Batayporã/MS
Baturité/CE
Bauru/SP
Bayeux/PB
Bebedouro/SP
Beberibe/CE
Bela Cruz/CE
Bela Vista da Caroba/PR
Bela Vista de Goiás/GO
Bela Vista de Minas/MG
Bela Vista do
Maranhão/MA
Bela Vista do Paraíso/PR
Bela Vista do Piauí/PI
Bela Vista/MS
Belágua/MA
Belém de Maria/PE
Belém do Brejo do
Cruz/PB
Belém do Piauí/PI
Belém do São
Francisco/PE
Belém/AL
Belém/PA
Belém/PB
Belford Roxo/RJ
Belmiro Braga/MG
Belmonte/BA
Belo Campo/BA
Belo Horizonte/MG
Belo Jardim/PE
Belo Monte/AL
Belo Oriente/MG
Belo Vale/MG
Belterra/PA

Beneditinos/PI
Benedito Leite/MA
Benevides/PA
Benjamin Constant do Sul/RS
Benjamin Constant/AM
Bento de Abreu/SP
Bento Fernandes/RN
Bento Gonçalves/RS
Bequimão/MA
Berilo/MG
Berizal/MG
Bernardino Batista/PB
Bernardino de Campos/SP
Bernardo do Mearim/MA
Bernardo Sayão/TO
Bertioga/SP
Bertolândia/PI
Bertópolis/MG
Beruri/AM
Betânia do Piauí/PI
Betânia/PE
Betim/MG
Bezerros/PE
Bias Fortes/MG
Bicas/MG
Bilac/SP
Biquinhas/MG
Birigui/SP
Biritiba Mirim/SP
Biritinga/BA
Bituruna/PR
Boa Esperança do Iguaçu/PR
Boa Esperança do Sul/SP
Boa Esperança/ES
Boa Esperança/MG
Boa Esperança/PR
Boa Hora/PI
Boa Nova/BA
Boa Saúde/RN
Boa Ventura de São Roque/PR
Boa Ventura/PB
Boa Viagem/CE
Boa Vista da Aparecida/PR
Boa Vista das Missões/RS
Boa Vista do Buricá/RS

Boa Vista do Cadeado/RS
Boa Vista do Gurupi/MA
Boa Vista do Incra/RS
Boa Vista do Ramos/AM
Boa Vista do Sul/RS
Boa Vista do Tupim/BA
Boa Vista/PB
Boa Vista/RR
Boca da Mata/AL
Boca do Acre/AM
Bocaina de Minas/MG
Bocaina/PI
Bocaina/SP
Bocaiuva do Sul/PR
Bocaiuva/MG
Bodó/RN
Bodocó/PE
Bodoquena/MS
Bofete/SP
Boituva/SP
Bom Conselho/PE
Bom Despacho/MG
Bom Jardim de Goiás/GO
Bom Jardim de Minas/MG
Bom Jardim/MA
Bom Jardim/PE
Bom Jardim/RJ
Bom Jesus da Lapa/BA
Bom Jesus da Penha/MG
Bom Jesus da Serra/BA
Bom Jesus das Selvas/MA
Bom Jesus de Goiás/GO
Bom Jesus do Amparo/MG
Bom Jesus do Araguaia/MT
Bom Jesus do Galho/MG
Bom Jesus do Itabapoana/RJ
Bom Jesus do Norte/ES
Bom Jesus do Sul/PR
Bom Jesus do Tocantins/PA
Bom Jesus do Tocantins/TO
Bom Jesus dos Perdões/SP
Bom Jesus/PB

Bom Jesus/PI
Bom Jesus/RN
Bom Jesus/RS
Bom Lugar/MA
Bom Princípio do Piauí/PI
Bom Princípio/RS
Bom Progresso/RS
Bom Repouso/MG
Bom Retiro do Sul/RS
Bom Sucesso de Itararé/SP
Bom Sucesso do Sul/PR
Bom Sucesso/MG
Bom Sucesso/PB
Bom Sucesso/PR
Bonfim do Piauí/PI
Bonfim/MG
Bonfim/RR
Bonfinópolis de Minas/MG
Bonfinópolis/GO
Boninal/BA
Bonito de Minas/MG
Bonito de Santa Fé/PB
Bonito/BA
Bonito/MS
Bonito/PA
Bonito/PE
Bonópolis/GO
Boqueirão do Leão/RS
Boqueirão do Piauí/PI
Boqueirão/PB
Boquim/SE
Boquira/BA
Borá/SP
Boracéia/SP
Borba/AM
Borborema/PB
Borborema/SP
Borda da Mata/MG
Borebi/SP
Borrazópolis/PR
Bossoroca/RS
Botelhos/MG
Botucatu/SP
Botumirim/MG
Botuporã/BA
Bozano/RS
Braga/RS
Bragança Paulista/SP

Bragança/PA
Braganey/PR
Branquinha/AL
Brás Pires/MG
Brasil Novo/PA
Brasilândia de Minas/MG
Brasilândia do Sul/PR
Brasilândia do
Tocantins/TO
Brasilândia/MS
Brasileia/AC
Brasileira/PI
Brasília de Minas/MG
Brasília/DF
Brasnorte/MT
Brasópolis/MG
Braúna/SP
Braúnas/MG
Brazabrantes/GO
Brejão/PE
Brejetuba/ES
Brejinho de Nazaré/TO
Brejinho/PE
Brejinho/RN
Brejo Alegre/SP
Brejo da Madre de
Deus/PE
Brejo de Areia/MA
Brejo do Cruz/PB
Brejo do Piauí/PI
Brejo dos Santos/PB
Brejo Grande do
Araguaia/PA
Brejo Grande/SE
Brejo Santo/CE
Brejo/MA
Brejões/BA
Brejolândia/BA
Breu Branco/PA
Breves/PA
Britânia/GO
Brochier/RS
Brodowski/SP
Brotas de Macaúbas/BA
Brotas/SP
Brumadinho/MG
Brumado/BA
Bueno Brandão/MG
Buenópolis/MG
Buenos Aires/PE

Buerarema/BA
Bugre/MG
Buíque/PE
Bujari/AC
Bujaru/PA
Buri/SP
Buritama/SP
Buriti Alegre/GO
Buriti Bravo/MA
Buriti de Goiás/GO
Buriti do Tocantins/TO
Buriti dos Lopes/PI
Buriti dos Montes/PI
Buriti/MA
Buriticupu/MA
Buritinópolis/GO
Buritirama/BA
Buritirana/MA
Buritis/MG
Buritis/RO
Buritizal/SP
Buritizeiro/MG
Butiá/RS
Caapiranga/AM
Caaporã/PB
Caarapó/MS
Caatiba/BA
Cabaceiras do
Paraguaçu/BA
Cabaceiras/PB
Cabeceira Grande/MG
Cabeceiras do Piauí/PI
Cabeceiras/GO
Cabedelo/PB
Cabixi/RO
Cabo de Santo
Agostinho/PE
Cabo Frio/RJ
Cabo Verde/MG
Cabrália Paulista/SP
Cabreúva/SP
Cabrobó/PE
Caçapava do Sul/RS
Caçapava/SP
Cacaulândia/RO
Cacequi/RS
Cáceres/MT
Cachoeira Alta/GO
Cachoeira da Prata/MG
Cachoeira de Goiás/GO

Cachoeira de Minas/MG
Cachoeira de Pajeú/MG
Cachoeira do Arari/PA
Cachoeira do Piriá/PA
Cachoeira do Sul/RS
Cachoeira dos Índios/PB
Cachoeira Dourada/GO
Cachoeira Dourada/MG
Cachoeira Grande/MA
Cachoeira Paulista/SP
Cachoeira/BA
Cachoeiras de Macacu/RJ
Cachoeirinha/PE
Cachoeirinha/RS
Cachoeirinha/TO
Cachoeiro de
Itapemirim/ES
Cacimba de Areia/PB
Cacimba de Dentro/PB
Cacimbas/PB
Cacimbinhas/AL
Cacique Doble/RS
Cacoal/RO
Caconde/SP
Caçu/GO
Caculé/BA
Caém/BA
Caetanópolis/MG
Caetanos/BA
Caeté/MG
Caetés/PE
Caetité/BA
Cafarnaum/BA
Cafeara/PR
Cafelândia/PR
Cafelândia/SP
Cafezal do Sul/PR
Caiabu/SP
Caiana/MG
Caiapônia/GO
Caibaté/RS
Caiçara do Norte/RN
Caiçara do Rio do
Vento/RN
Caiçara/PB
Caiçara/RS
Caicó/RN
Caieiras/SP
Cairu/BA
Caiuá/SP

Cajamar/SP
Cajapió/MA
Cajari/MA
Cajati/SP
Cajazeiras do Piauí/PI
Cajazeiras/PB
Cajazeirinhas/PB
Cajobi/SP
Cajueiro da Praia/PI
Cajueiro/AL
Cajuri/MG
Cajuru/SP
Calçado/PE
Calçoene/AP
Caldas Brandão/PB
Caldas Novas/GO
Caldas/MG
Caldazinha/GO
Caldeirão Grande do Piauí/PI
Caldeirão Grande/BA
Califórnia/PR
Calumbi/PE
Camacan/BA
Camacho/MG
Camalaú/PB
Camamu/BA
Camanducaia/MG
Camapuã/MS
Camaquã/RS
Camaragibe/PE
Camargo/RS
Cambará do Sul/RS
Cambará/PR
Cambé/PR
Cambira/PR
Cambuci/RJ
Cambuí/MG
Cambuquira/MG
Cametá/PA
Camocim de São Félix/PE
Camocim/CE
Campanário/MG
Campanha/MG
Campestre da Serra/RS
Campestre de Goiás/GO
Campestre do Maranhão/MA
Campestre/AL
Campestre/MG

Campina da Lagoa/PR
Campina das Missões/RS
Campina do Monte Alegre/SP
Campina do Simão/PR
Campina Grande do Sul/PR
Campina Grande/PB
Campina Verde/MG
Campinaçu/GO
Campinápolis/MT
Campinas do Piauí/PI
Campinas do Sul/RS
Campinas/SP
Campinorte/GO
Campo Alegre de Goiás/GO
Campo Alegre de Lourdes/BA
Campo Alegre do Fidalgo/PI
Campo Alegre/AL
Campo Azul/MG
Campo Belo do Sul/SC
Campo Belo/MG
Campo Bom/RS
Campo Bonito/PR
Campo do Brito/SE
Campo do Meio/MG
Campo do Tenente/PR
Campo Florido/MG
Campo Formoso/BA
Campo Grande do Piauí/PI
Campo Grande/AL
Campo Grande/MS
Campo Grande/RN
Campo Largo do Piauí/PI
Campo Largo/PR
Campo Limpo de Goiás/GO
Campo Limpo Paulista/SP
Campo Magro/PR
Campo Maior/PI
Campo Mourão/PR
Campo Novo de Rondônia/RO
Campo Novo do Parecis/MT

Campo Novo/RS
Campo Redondo/RN
Campo Verde/MT
Campos Altos/MG
Campos Belos/GO
Campos Borges/RS
Campos de Júlio/MT
Campos do Jordão/SP
Campos dos Goytacazes/RJ
Campos Gerais/MG
Campos Lindos/TO
Campos Novos Paulista/SP
Campos Sales/CE
Campos Verdes/GO
Camutanga/PE
Cana Verde/MG
Canaã dos Carajás/PA
Canaã/MG
Canabrava do Norte/MT
Cananéia/SP
Canapi/AL
Canápolis/BA
Canápolis/MG
Canarana/BA
Canarana/MT
Canas/SP
Canavieira/PI
Canavieiras/BA
Candeal/BA
Candeias do Jamari/RO
Candeias/BA
Candeias/MG
Candelária/RS
Candiba/BA
Cândido de Abreu/PR
Cândido Godói/RS
Cândido Mendes/MA
Cândido Mota/SP
Cândido Rodrigues/SP
Cândido Sales/BA
Candiota/RS
Candói/PR
Canela/RS
Canguaretama/RN
Canguçu/RS
Canhoba/SE
Canhotinho/PE

Canindé de São
Francisco/SE
Canindé/CE
Canitar/SP
Canoas/RS
Cansanção/BA
Cantá/RR
Cantagalo/MG
Cantagalo/PR
Cantagalo/RJ
Cantanhede/MA
Canto do Buriti/PI
Canudos do Vale/RS
Canudos/BA
Canutama/AM
Capanema/PA
Capanema/PR
Capão Bonito do Sul/RS
Capão Bonito/SP
Capão da Canoa/RS
Capão do Cipó/RS
Capão do Leão/RS
Caparaó/MG
Capela de Santana/RS
Capela do Alto
Alegre/BA
Capela do Alto/SP
Capela Nova/MG
Capela/AL
Capela/SE
Capelinha/MG
Capetinga/MG
Capim Branco/MG
Capim Grosso/BA
Capim/PB
Capinópolis/MG
Capinzal do Norte/MA
Capistrano/CE
Capitão Andrade/MG
Capitão de Campos/PI
Capitão Enéas/MG
Capitão Gervásio
Oliveira/PI
Capitão Leônidas
Marques/PR
Capitão Poço/PA
Capitão/RS
Capitório/MG
Capivari do Sul/RS
Capivari/SP

Capixaba/AC
Capoeiras/PE
Caputira/MG
Caraá/RS
Caracará/RR
Caracol/MS
Caracol/PI
Caraguatatuba/SP
Carai/MG
Caraibas/BA
Carambei/PR
Caranaíba/MG
Carandaí/MG
Carangola/MG
Carapebus/RJ
Carapicuíba/SP
Caratinga/MG
Carauari/AM
Caraúbas do Piauí/PI
Caraúbas/PB
Caraúbas/RN
Caravelas/BA
Carazinho/RS
Carbonita/MG
Cardeal da Silva/BA
Cardoso Moreira/RJ
Cardoso/SP
Careaçu/MG
Careiro da Várzea/AM
Careiro/AM
Cariacica/ES
Caridade do Piauí/PI
Caridade/CE
Carinhanha/BA
Carira/SE
Cariré/CE
Cariri do Tocantins/TO
Caririaçu/CE
Cariús/CE
Carlinda/MT
Carlópolis/PR
Carlos Barbosa/RS
Carlos Chagas/MG
Carlos Gomes/RS
Carmésia/MG
Carmo da Cachoeira/MG
Carmo da Mata/MG
Carmo de Minas/MG
Carmo do Cajuru/MG
Carmo do Paranaíba/MG

Carmo do Rio Claro/MG
Carmo do Rio Verde/GO
Carmo/RJ
Carmolândia/TO
Carmópolis de Minas/MG
Carmópolis/SE
Carnaíba/PE
Carnaúba dos Dantas/RN
Carnaubais/RN
Carnaubal/CE
Carnaubeira da Penha/PE
Carneirinho/MG
Carneiros/AL
Caroebe/RR
Carolina/MA
Carpina/PE
Carrancas/MG
Carrapateira/PB
Carrasco Bonito/TO
Caruaru/PE
Carutapera/MA
Carvalhópolis/MG
Carvalhos/MG
Casa Branca/SP
Casa Grande/MG
Casa Nova/BA
Casca/RS
Cascalho Rico/MG
Cascavel/CE
Cascavel/PR
Caseara/TO
Caseiros/RS
Casimiro de Abreu/RJ
Casinhas/PE
Casserengue/PB
Cássia dos Coqueiros/SP
Cássia/MG
Cassilândia/MS
Castanhal/PA
Castanheira/MT
Castanheiras/RO
Castelândia/GO
Castelo do Piauí/PI
Castelo/ES
Castilho/SP
Castro Alves/BA
Castro/PR
Cataguases/MG
Catalão/GO
Catanduva/SP

Catanduvas/PR
Catarina/CE
Catas Altas da
Noruega/MG
Catas Altas/MG
Catende/PE
Catiguá/SP
Catingueira/PB
Catolândia/BA
Catolé do Rocha/PB
Catu/BA
Catuípe/RS
Catuji/MG
Catunda/CE
Caturai/GO
Caturama/BA
Caturité/PB
Catuti/MG
Caucaia/CE
Cavalcante/GO
Caxambu/MG
Caxias do Sul/RS
Caxias/MA
Caxingó/PI
Ceará/Mirim/RN
Cedral/MA
Cedral/SP
Cedro de São João/SE
Cedro do Abaeté/MG
Cedro/CE
Cedro/PE
Centenário do Sul/PR
Centenário/RS
Centenário/TO
Central de Minas/MG
Central do Maranhão/MA
Central/BA
Centralina/MG
Centro do Guilherme/MA
Centro Novo do
Maranhão/MA
Cerejeiras/RO
Ceres/GO
Cerqueira César/SP
Cerquinho/SP
Cerrito/RS
Cerro Azul/PR
Cerro Branco/RS
Cerro Corá/RN
Cerro Grande do Sul/RS

Cerro Grande/RS
Cerro Largo/RS
Cerro Negro/SC
Cesário Lange/SP
Céu Azul/PR
Cezarina/GO
Chã de Alegria/PE
Chã Grande/PE
Chã Preta/AL
Chácara/MG
Chalé/MG
Chapada da
Natividade/TO
Chapada de Areia/TO
Chapada do Norte/MG
Chapada dos
Guimarães/MT
Chapada Gaúcha/MG
Chapada/RS
Chapadão do Céu/GO
Chapadão do Sul/MS
Chapadinha/MA
Charqueada/SP
Charqueadas/RS
Charrua/RS
Chaval/CE
Chavantes/SP
Chaves/PA
Chiador/MG
Chiapetta/RS
Chopinzinho/PR
Choró/CE
Chorozinho/CE
Chorrochó/BA
Chuí/RS
Chupinguaia/RO
Chuvisca/RS
Cianorte/PR
Cícero Dantas/BA
Cidade Gaúcha/PR
Cidade Ocidental/GO
Cidelândia/MA
Cidreira/RS
Cipó/BA
Cipotânea/MG
Ciriaco/RS
Claraval/MG
Claro dos Poções/MG
Cláudia/MT
Cláudio/MG

Clementina/SP
Clevêlândia/PR
Coaraci/BA
Coari/AM
Cocal de Telha/PI
Cocal dos Alves/PI
Cocal/PI
Cocalinho/MT
Cocalzinho de Goiás/GO
Cocos/BA
Codajás/AM
Codó/MA
Coelho Neto/MA
Coimbra/MG
Coité do Noia/AL
Coivaras/PI
Colares/PA
Colatina/ES
Colíder/MT
Colina/SP
Colinas do Sul/GO
Colinas do Tocantins/TO
Colinas/MA
Colinas/RS
Colméia/TO
Colniza/MT
Colômbia/SP
Colombo/PR
Colônia do Gurguêia/PI
Colônia do Piauí/PI
Colônia Leopoldina/AL
Colorado do Oeste/RO
Colorado/PR
Colorado/RS
Coluna/MG
Combinado/TO
Comendador Gomes/MG
Comendador Levy
Gasparian/RJ
Comercinho/MG
Comodoro/MT
Conceição da
Aparecida/MG
Conceição da Barra de
Minas/MG
Conceição da Barra/ES
Conceição da Feira/BA
Conceição das
Alagoas/MG

Conceição das Pedras/MG
Conceição de Ipanema/MG
Conceição de Macabu/RJ
Conceição do Almeida/BA
Conceição do Araguaia/PA
Conceição do Canindé/PI
Conceição do Castelo/ES
Conceição do Coité/BA
Conceição do Jacuípe/BA
Conceição do Lago Açu/MA
Conceição do Mato Dentro/MG
Conceição do Pará/MG
Conceição do Rio Verde/MG
Conceição do Tocantins/TO
Conceição dos Ouros/MG
Conceição/PB
Conchal/SP
Conchas/SP
Concórdia do Pará/PA
Condado/PB
Condado/PE
Conde/BA
Conde/PB
Condeúba/BA
Condor/RS
Cônego Marinho/MG
Confins/MG
Confresa/MT
Congo/PB
Congonhal/MG
Congonhas do Norte/MG
Congonhas/MG
Congonhinhas/PR
Conquista d'Oeste/MT
Conquista/MG
Conselheiro Lafaiete/MG
Conselheiro Mairinck/PR
Conselheiro Pena/MG
Consolação/MG
Constantina/RS
Contagem/MG
Contenda/PR

Contendas do Sincorá/BA
Coqueiral/MG
Coqueiro Baixo/RS
Coqueiro Seco/AL
Coqueiros do Sul/RS
Coração de Jesus/MG
Coração de Maria/BA
Corbélia/PR
Cordeiro/RJ
Cordeirópolis/SP
Cordeiros/BA
Cordisburgo/MG
Cordislândia/MG
Coreaú/CE
Coremas/PB
Corguinho/MS
Coribe/BA
Corinto/MG
Cornélio Procópio/PR
Coroaci/MG
Coroados/SP
Coroatá/MA
Coromandel/MG
Coronel Barros/RS
Coronel Bicaco/RS
Coronel Domingos Soares/PR
Coronel Ezequiel/RN
Coronel Fabriciano/MG
Coronel João Pessoa/RN
Coronel João Sá/BA
Coronel José Dias/PI
Coronel Macedo/SP
Coronel Murta/MG
Coronel Pacheco/MG
Coronel Pilar/RS
Coronel Sapucaia/MS
Coronel Vivida/PR
Coronel Xavier Chaves/MG
Córrego Danta/MG
Córrego do Bom Jesus/MG
Córrego do Ouro/GO
Córrego Fundo/MG
Córrego Novo/MG
Corrente/PI
Correntes/PE
Correntina/BA
Cortês/PE

Corumbá de Goiás/GO
Corumbá/MS
Corumbaíba/GO
Corumbataí do Sul/PR
Corumbataí/SP
Corumbiara/RO
Coruripe/AL
Cosmópolis/SP
Cosmorama/SP
Costa Marques/RO
Costa Rica/MS
Cotegipe/BA
Cotia/SP
Cotiporã/RS
Cotriguaçu/MT
Couto de Magalhães de Minas/MG
Couto de Magalhães/TO
Coxilha/RS
Coxim/MS
Coxixola/PB
Craíbas/AL
Crateús/CE
Crato/CE
Cravinhos/SP
Cravolândia/BA
Crisólita/MG
Crisópolis/BA
Crissiumal/RS
Cristais Paulista/SP
Cristais/MG
Cristal do Sul/RS
Cristal/RS
Cristalândia do Piauí/PI
Cristalândia/TO
Cristália/MG
Cristalina/GO
Cristiano Ottoni/MG
Cristianópolis/GO
Cristina/MG
Cristinápolis/SE
Cristino Castro/PI
Cristópolis/BA
Crixás do Tocantins/TO
Crixás/GO
Croatá/CE
Cromínia/GO
Crucilândia/MG
Cruz Alta/RS
Cruz das Almas/BA

Cruz do Espírito Santo/PB
Cruz Machado/PR
Cruz/CE
Cruzália/SP
Cruzaltense/RS
Cruzeiro da Fortaleza/MG
Cruzeiro do Iguaçu/PR
Cruzeiro do Oeste/PR
Cruzeiro do Sul/AC
Cruzeiro do Sul/PR
Cruzeiro do Sul/RS
Cruzeiro/SP
Cruzeta/RN
Cruzília/MG
Cruzmalina/PR
Cubatão/SP
Cubati/PB
Cuiabá/MT
Cuité de Mamanguape/PB
Cuité/PB
Cuitegi/PB
Cujubim/RO
Cumari/GO
Cumarú do Norte/PA
Cumarú/PE
Cumbe/SE
Cunha/SP
Cuparaque/MG
Cupira/PE
Curaçá/BA
Curimatá/PI
Curionópolis/PA
Curiúva/PR
Currais Novos/RN
Currais/PI
Curral de Cima/PB
Curral de Dentro/MG
Curral Novo do Piauí/PI
Curral Velho/PB
Curralinho/PA
Curralinhos/PI
Curuá/PA
Curuçá/PA
Cururupu/MA
Curvelândia/MT
Curvelo/MG
Custódia/PE
Cutias/AP
Damianópolis/GO

Damião/PB
Damolândia/GO
Darcinópolis/TO
Dário Meira/BA
Datas/MG
David Canabarro/RS
Davinópolis/GO
Davinópolis/MA
Delfim Moreira/MG
Delfinópolis/MG
Delmiro Gouveia/AL
Delta/MG
Demerval Lobão/PI
Denise/MT
Deodápolis/MS
Deputado Irapuan Pinheiro/CE
Derrubadas/RS
Descalvado/SP
Descoberto/MG
Desterro de Entre Rios/MG
Desterro do Melo/MG
Desterro/PB
Dezesseis de Novembro/RS
Diadema/SP
Diamante d'Oeste/PR
Diamante do Norte/PR
Diamante do Sul/PR
Diamante/PB
Diamantina/MG
Diamantino/MT
Dianópolis/TO
Dias d'Ávila/BA
Dilermando de Aguiar/RS
Diogo de Vasconcelos/MG
Dionísio/MG
Diorama/GO
Dirce Reis/SP
Dirceu Arcoverde/PI
Divina Pastora/SE
Divinésia/MG
Divino das Laranjeiras/MG
Divino de São Lourenço/ES
Divino/MG

Divinolândia de Minas/MG
Divinolândia/SP
Divinópolis de Goiás/GO
Divinópolis do Tocantins/TO
Divinópolis/MG
Divisa Alegre/MG
Divisa Nova/MG
Divisópolis/MG
Dobrada/SP
Dois Córregos/SP
Dois Irmãos das Missões/RS
Dois Irmãos do Buriti/MS
Dois Irmãos do Tocantins/TO
Dois Irmãos/RS
Dois Lajeados/RS
Dois Riachos/AL
Dois Vizinhos/PR
Dolcinópolis/SP
Dom Aquino/MT
Dom Basílio/BA
Dom Bosco/MG
Dom Cavati/MG
Dom Eliseu/PA
Dom Expedito Lopes/PI
Dom Feliciano/RS
Dom Inocêncio/PI
Dom Joaquim/MG
Dom Macedo Costa/BA
Dom Pedrito/RS
Dom Pedro de Alcântara/RS
Dom Pedro/MA
Dom Silvério/MG
Dom Viçoso/MG
Domingos Martins/ES
Domingos Mourão/PI
Dona Eusébia/MG
Dona Francisca/RS
Dona Inês/PB
Dores de Campos/MG
Dores de Guanhanes/MG
Dores do Indaiá/MG
Dores do Rio Preto/ES
Dores do Turvo/MG
Doresópolis/MG
Dormentes/PE

Douradina/MS
Douradina/PR
Dourado/SP
Douradoquara/MG
Dourados/MS
Doutor Camargo/PR
Doutor Maurício
Cardoso/RS
Doutor Ricardo/RS
Doutor Severiano/RN
Doutor Ulysses/PR
Doverlândia/GO
Dracena/SP
Duartina/SP
Duas Barras/RJ
Duas Estradas/PB
Dueré/TO
Dumont/SP
Duque Bacelar/MA
Duque de Caxias/RJ
Durandé/MG
Echaporã/SP
Ecoporanga/ES
Edealina/GO
Edéia/GO
Eirunepé/AM
Eldorado do Sul/RS
Eldorado dos Carajás/PA
Eldorado/MS
Eldorado/SP
Elesbão Veloso/PI
Elias Fausto/SP
Eliseu Martins/PI
Elisiário/SP
Elísio Medrado/BA
Elói Mendes/MG
Emas/PB
Embaúba/SP
Embu das Artes/SP
Embu-Guaçu/SP
Emilianópolis/SP
Encantado/RS
Encanto/RN
Encruzilhada do Sul/RS
Encruzilhada/BA
Enéas Marques/PR
Engenheiro Beltrão/PR
Engenheiro Caldas/MG
Engenheiro Coelho/SP
Engenheiro Navarro/MG

Engenheiro Paulo de
Frontin/RJ
Engenho Velho/RS
Entre Folhas/MG
Entre Ijuís/RS
Entre Rios de Minas/MG
Entre Rios do Oeste/PR
Entre Rios do Sul/RS
Entre Rios/BA
Envira/AM
Epitaciolândia/AC
Equador/RN
Erebango/RS
Erechim/RS
Ererê/CE
Érico Cardoso/BA
Ernestina/RS
Ervál Grande/RS
Ervál Seco/RS
Ervália/MG
Escada/PE
Esmeralda/RS
Esmeraldas/MG
Espera Feliz/MG
Esperança do Sul/RS
Esperança Nova/PR
Esperança/PB
Esperantina/PI
Esperantina/TO
Esperantinópolis/MA
Espigão Alto do
Iguaçu/PR
Espigão d'Oeste/RO
Espinosa/MG
Espírito Santo do
Dourado/MG
Espírito Santo do
Pinhal/SP
Espírito Santo do
Turvo/SP
Espírito Santo/RN
Esplanada/BA
Espumoso/RS
Estação/RS
Estância Velha/RS
Estância/SE
Esteio/RS
Estiva Gerbi/SP
Estiva/MG
Estreito/MA

Estrela d'Oeste/SP
Estrela Dalva/MG
Estrela de Alagoas/AL
Estrela do Indaiá/MG
Estrela do Norte/GO
Estrela do Norte/SP
Estrela do Sul/MG
Estrela Velha/RS
Estrela/RS
Euclides da Cunha
Paulista/SP
Euclides da Cunha/BA
Eugênio de Castro/RS
Eugenópolis/MG
Eunápolis/BA
Eusébio/CE
Ewbank da Câmara/MG
Extrema/MG
Extremoz/RN
Exu/PE
Fagundes Varela/RS
Fagundes/PB
Faina/GO
Fama/MG
Faria Lemos/MG
Farias Brito/CE
Faro/PA
Farol/PR
Fartura do Piauí/PI
Fartura/SP
Fátima do Sul/MS
Fátima/BA
Fátima/TO
Faxinal do Soturno/RS
Faxinal/PR
Faxinalzinho/RS
Fazenda Nova/GO
Fazenda Rio Grande/PR
Fazenda Vilanova/RS
Feijó/AC
Feira da Mata/BA
Feira de Santana/BA
Feira Grande/AL
Feira Nova do
Maranhão/MA
Feira Nova/PE
Feira Nova/SE
Felício dos Santos/MG
Felipe Guerra/RN
Felisburgo/MG

Felixlândia/MG
Feliz Deserto/AL
Feliz Natal/MT
Feliz/RS
Fênix/PR
Fernandes Pinheiro/PR
Fernandes Tourinho/MG
Fernando de Noronha/PE
Fernando Falcão/MA
Fernando Pedroza/RN
Fernando Prestes/SP
Fernandópolis/SP
Fernão/SP
Ferraz de Vasconcelos/SP
Ferreira Gomes/AP
Ferreiros/PE
Feros/MG
Fervedouro/MG
Figueira/PR
Figueirão/MS
Figueirópolis d'Oeste/MT
Figueirópolis/TO
Filadélfia/BA
Filadélfia/TO
Firmino Alves/BA
Firminópolis/GO
Flexeiras/AL
Flor da Serra do Sul/PR
Flora Rica/SP
Floraí/PR
Florânia/RN
Floreial/SP
Flores da Cunha/RS
Flores de Goiás/GO
Flores do Piauí/PI
Flores/PE
Floresta Azul/BA
Floresta do Araguaia/PA
Floresta do Piauí/PI
Floresta/PE
Floresta/PR
Florestal/MG
Florestópolis/PR
Floriano Peixoto/RS
Floriano/PI
Flórida Paulista/SP
Flórida/PR
Florínea/SP
Fonte Boa/AM
Fontoura Xavier/RS

Formiga/MG
Formigueiro/RS
Formosa da Serra
Negra/MA
Formosa do Oeste/PR
Formosa do Rio Preto/BA
Formosa/GO
Formoso do Araguaia/TO
Formoso/GO
Formoso/MG
Forquetinha/RS
Forquilha/CE
Fortaleza de Minas/MG
Fortaleza do Tabocão/TO
Fortaleza dos
Nogueiras/MA
Fortaleza dos Valos/RS
Fortaleza/CE
Fortim/CE
Fortuna de Minas/MG
Fortuna/MA
Foz do Iguaçu/PR
Foz do Jordão/PR
Franca/SP
Francinópolis/PI
Francisco Alves/PR
Francisco Ayres/PI
Francisco Badaró/MG
Francisco Beltrão/PR
Francisco Dantas/RN
Francisco Dumont/MG
Francisco Macedo/PI
Francisco Morato/SP
Francisco Sá/MG
Francisco Santos/PI
Franciscópolis/MG
Franco da Rocha/SP
Frecheirinha/CE
Frederico Westphalen/RS
Frei Gaspar/MG
Frei Inocência/MG
Frei Lagonegro/MG
Frei Martinho/PB
Frei Miguelinho/PE
Frei Paulo/SE
Fronteira dos Vales/MG
Fronteira/MG
Fronteiras/PI
Fruta de Leite/MG
Frutal/MG

Frutuoso Gomes/RN
Fundão/ES
Funilândia/MG
Gabriel Monteiro/SP
Gado Bravo/PB
Gália/SP
Galileia/MG
Galinhas/RN
Gameleira de Goiás/GO
Gameleira/PE
Gameleiras/MG
Gandu/BA
Garanhuns/PE
Gararu/SE
Garça/SP
Garibaldi/RS
Garrafão do Norte/PA
Garruchos/RS
Gastão Vidigal/SP
Gaúcha do Norte/MT
Gaurama/RS
Gavião Peixoto/SP
Gavião/BA
Geminiano/PI
General Câmara/RS
General Carneiro/MT
General Carneiro/PR
General Maynard/SE
General Salgado/SP
General Sampaio/CE
Gentil/RS
Gentio do Ouro/BA
Getulina/SP
Getúlio Vargas/RS
Gilbués/PI
Girau do Ponciano/AL
Girúá/RS
Glaucilândia/MG
Glicério/SP
Glória d'Oeste/MT
Glória de Dourados/MS
Glória do Goitá/PE
Glória/BA
Glorinha/RS
Godofredo Viana/MA
Godoy Moreira/PR
Goiabeira/MG
Goianá/MG
Goiana/PE
Goianópolis/GO

Goiandira/GO
Goianésia do Pará/PA
Goianésia/GO
Goiânia/GO
Goianinha/RN
Goianira/GO
Goianorte/TO
Goiás/GO
Goiatins/TO
Goiatuba/GO
Goioerê/PR
Goioxim/PR
Gonçalves Dias/MA
Gonçalves/MG
Gongogi/BA
Gonzaga/MG
Gouvêia/MG
Gouvelândia/GO
Governador Archer/MA
Governador Dix-Sept
Rosado/RN
Governador Edison
Lobão/MA
Governador Eugênio
Barros/MA
Governador Jorge
Teixeira/RO
Governador
Lindenberg/ES
Governador Luiz
Rocha/MA
Governador
Mangabeira/BA
Governador Newton
Bello/MA
Governador Nunes
Freire/MA
Governador
Valadares/MG
Graça Aranha/MA
Graça/CE
Graccho Cardoso/SE
Grajaú/MA
Gramado dos
Loureiros/RS
Gramado Xavier/RS
Gramado/RS
Grandes Rios/PR
Granito/PE
Granja/CE

Granjeiro/CE
Grão Mogol/MG
Gravatá/PE
Gravataí/RS
Groaíras/CE
Grossos/RN
Grupiara/MG
Guabiju/RS
Guaçuí/ES
Guadalupe/PI
Guaíba/RS
Guaicara/SP
Guaimbê/SP
Guaíra/PR
Guaíra/SP
Guairaçá/PR
Guaiuba/CE
Guajará/AM
Guajará/Mirim/RO
Guajeru/BA
Guamaré/RN
Guamiranga/PR
Guanambi/BA
Guanhães/MG
Guapé/MG
Guapiaçu/SP
Guapiara/SP
Guapimirim/RJ
Guapirama/PR
Guapó/GO
Guaporé/RS
Guaporema/PR
Guará/SP
Guarabira/PB
Guaraçaí/SP
Guaraci/PR
Guaraci/SP
Guaraciaba do Norte/CE
Guaraciaba/MG
Guaraciama/MG
Guaraí/TO
Guaraíta/GO
Guaramiranga/CE
Guaranésia/MG
Guarani d'Oeste/SP
Guarani das Missões/RS
Guarani de Goiás/GO
Guarani/MG
Guaraniaçu/PR
Guarantã do Norte/MT

Guarantã/SP
Guarapari/ES
Guarapuava/PR
Guaraqueçaba/PR
Guarará/MG
Guararapes/SP
Guararema/SP
Guaratinga/BA
Guaratinguetá/SP
Guaratuba/PR
Guarda-Mor/MG
Guareí/SP
Guariba/SP
Guaribas/PI
Guarinos/GO
Guarujá/SP
Guarulhos/SP
Guataporá/SP
Guaxupé/MG
Guia Lopes da
Laguna/MS
Guidoval/MG
Guimarães/MA
Guimarânia/MG
Guiratinga/MT
Guiricema/MG
Gurinhata/MG
Gurinhém/PB
Gurjão/PB
Gurupá/PA
Gurupi/TO
Guzolândia/SP
Harmonia/RS
Heitorai/GO
Heliadora/MG
Heliópolis/BA
Herculândia/SP
Herval/RS
Herveiras/RS
Hidrolândia/CE
Hidrolândia/GO
Hidrolina/GO
Holambra/SP
Honório Serpa/PR
Horizonte/CE
Horizontina/RS
Hortolândia/SP
Hugo Napoleão/PI
Hulha Negra/RS
Humaitá/AM

Humaitá/RS
Humberto de
Campos/MA
Iacanga/SP
Iaciara/GO
Iacri/SP
Iaçu/BA
Iapu/MG
Iaras/SP
Iati/PE
Ibaiti/PR
Ibarama/RS
Ibaretama/CE
Ibaté/SP
Ibateguara/AL
Ibatiba/ES
Ibema/PR
Ibertioga/MG
Ibiá/MG
Ibiaçá/RS
Ibiaí/MG
Ibiapina/CE
Ibiara/PB
Ibiassucê/BA
Ibicaraí/BA
Ibicoara/BA
Ibicuí/BA
Ibicuitinga/CE
Ibimirim/PE
Ibipeba/BA
Ibipitanga/BA
Ibiporã/PR
Ibiquera/BA
Ibirá/SP
Ibiracatu/MG
Ibiraci/MG
Ibiraçu/ES
Ibiraiaras/RS
Ibirajuba/PE
Ibirapitanga/BA
Ibirapuã/BA
Ibirapuitã/RS
Ibirarema/SP
Ibirataia/BA
Ibirité/MG
Ibirubá/RS
Ibitiara/BA
Ibitinga/SP
Ibitirama/ES
Ibititá/BA

Ibitiúra de Minas/MG
Ibituruna/MG
Ibiúna/SP
Ibotirama/BA
Icapuí/CE
Icaraí de Minas/MG
Icaraíma/PR
Icatu/MA
Icém/SP
Ichu/BA
Icó/CE
Iconha/ES
Ielmo Marinho/RN
Iepê/SP
Igaci/AL
Igaporã/BA
Igarçu do Tietê/SP
Igaracy/PB
Igarapava/SP
Igarapé do Meio/MA
Igarapé Grande/MA
Igarapé/Açu/PA
Igarapé/MG
Igarapé/Mirim/PA
Igarassu/PE
Igaratá/SP
Igaratinga/MG
Igrapiúna/BA
Igreja Nova/AL
Igrejinha/RS
Iguaba Grande/RJ
Iguai/BA
Iguape/SP
Iguaraci/PE
Iguaraçu/PR
Iguatama/MG
Iguatemi/MS
Iguatu/CE
Iguatu/PR
Ijaci/MG
Ijuí/RS
Ilha Comprida/SP
Ilha das Flores/SE
Ilha de Itamaracá/PE
Ilha Grande/PI
Ilha Solteira/SP
Ilhabela/SP
Ilhéus/BA
Ilicínea/MG
Ilópolis/RS

Imaculada/PB
Imbaú/PR
Imbé de Minas/MG
Imbé/RS
Imbituva/PR
Imigrante/RS
Imperatriz/MA
Inácio Martins/PR
Inaciolândia/GO
Inajá/PE
Inajá/PR
Inconfidentes/MG
Indaiabira/MG
Indaiatuba/SP
Independência/CE
Independência/RS
Indiana/SP
Indianópolis/MG
Indianópolis/PR
Indiaporã/SP
Indiara/GO
Indiaroba/SE
Indiavaí/MT
Ingá/PB
Ingai/MG
Ingazeira/PE
Inhacorá/RS
Inhambuê/BA
Inhangapi/PA
Inhapi/AL
Inhapi/MG
Inhaúma/MG
Inhumas/PI
Inhumas/GO
Inimutaba/MG
Inocência/MS
Inúbia Paulista/SP
Ipaba/MG
Ipameri/GO
Ipanema/MG
Ipanguaçu/RN
Iporanga/CE
Ipatinga/MG
Ipaumirim/CE
Ipaussu/SP
Ipê/RS
Ipecaetá/BA
Iperó/SP
Ipeúna/SP
Ipiacaba/MG

Ipiauí/BA	Itaberaba/BA	Itamaracá/PR
Ipiguá/SP	Itaberaí/GO	Itambé do Mato
Ipirá/BA	Itabi/SE	Dentro/MG
Ipiranga de Goiás/GO	Itabira/MG	Itambé/BA
Ipiranga do Norte/MT	Itabirinha/MG	Itambé/PE
Ipiranga do Piauí/PI	Itabirito/MG	Itambé/PR
Ipiranga do Sul/RS	Itaboraí/RJ	Itamogi/MG
Ipiranga/PR	Itabuna/BA	Itamonte/MG
Ipixuna do Pará/PA	Itacajá/TO	Itanagra/BA
Ipixuna/AM	Itacambira/MG	Itanhaém/SP
Ipojuca/PE	Itacarambi/MG	Itanhandu/MG
Iporá/GO	Itacaré/BA	Itanhangá/MT
Iporã/PR	Itacoatiara/AM	Itanhém/BA
Iporanga/SP	Itacuruba/PE	Itanhomi/MG
Ipu/CE	Itacurubi/RS	Itaobim/MG
Ipuã/SP	Itaetê/BA	Itaóca/SP
Ipubi/PE	Itagi/BA	Itaocara/RJ
Ipueira/RN	Itagibá/BA	Itapaci/GO
Ipueiras/CE	Itagimirim/BA	Itapagipe/MG
Ipueiras/TO	Itaguaçu da Bahia/BA	Itapajé/CE
Ipuiuna/MG	Itaguaçu/ES	Itaparica/BA
Ipupiara/BA	Itaguaí/RJ	Itapé/BA
Iracema do Oeste/PR	Itaguaité/PR	Itapebi/BA
Iracema/CE	Itaguara/MG	Itapecerica da Serra/SP
Iracema/RR	Itaguari/GO	Itapecerica/MG
Iracemópolis/SP	Itaguaru/GO	Itapecuru-Mirim/MA
Iraí de Minas/MG	Itaguatins/TO	Itapejara d'Oeste/PR
Iraí/RS	Itaí/SP	Itapema/SC
Irajuba/BA	Itaíba/PE	Itapemirim/ES
Iramaia/BA	Itaiçaba/CE	Itaperuçu/PR
Iranduba/AM	Itainópolis/PI	Itaperuna/RJ
Irani/SC	Itaipava do Grajaú/MA	Itapetim/PE
Irapuã/SP	Itaipé/MG	Itapetinga/BA
Irapuru/SP	Itaipulândia/PR	Itapetininga/SP
Iraquara/BA	Itaitinga/CE	Itapeva/MG
Irará/BA	Itaituba/PA	Itapeva/SP
Irati/PR	Itajá/GO	Itapevi/SP
Irauçuba/CE	Itajá/RN	Itapicuru/BA
Irecê/BA	Itajobi/SP	Itapipoca/CE
Iretama/PR	Itaju do Colônia/BA	Itapira/SP
Irituia/PA	Itaju/SP	Itapiranga/AM
Irupi/ES	Itajubá/MG	Itapirapuã Paulista/SP
Isaías Coelho/PI	Itajuípe/BA	Itapirapuã/GO
Israelândia/GO	Italva/RJ	Itapiratins/TO
Itaara/RS	Itamaraju/BA	Itapissuma/PE
Itabaiana/PB	Itamarandiba/MG	Itapitanga/BA
Itabaiana/SE	Itamarati de Minas/MG	Itapiúna/CE
Itabaianinha/SE	Itamarati/AM	Itápolis/SP
Itabela/BA	Itamari/BA	Itaporã do Tocantins/TO
Itaberá/SP	Itambacuri/MG	Itaporã/MS

Itaporanga d'Ajuda/SE
Itaporanga/PB
Itaporanga/SP
Itapororoca/PB
Itapuã do Oeste/RO
Itapuca/RS
Itapuí/SP
Itapura/SP
Itapuranga/GO
Itaquaquetuba/SP
Itaquara/BA
Itaqui/RS
Itaquiraí/MS
Itaquitinga/PE
Itarana/ES
Itarantim/BA
Itararé/SP
Itarema/CE
Itariri/SP
Itarumã/GO
Itati/RS
Itatiaia/RJ
Itatiaiuçu/MG
Itatiba do Sul/RS
Itatiba/SP
Itatim/BA
Itatinga/SP
Itatira/CE
Itatuba/PB
Itaú de Minas/MG
Itaú/RN
Itaúba/MT
Itaubal/AP
Itauçu/GO
Itaueira/PI
Itaúna do Sul/PR
Itaúna/MG
Itaverava/MG
Itinga do Maranhão/MA
Itinga/MG
Itiquira/MT
Itirapina/SP
Itirapuã/SP
Itiruçu/BA
Itiúba/BA
Itobi/SP
Itororó/BA
Ituaçu/BA
Ituberá/BA
Itueta/MG

Ituiutaba/MG
Itumbiara/GO
Itumirim/MG
Itupeva/SP
Itupiranga/PA
Iturama/MG
Itutinga/MG
Ituverava/SP
Iuiú/BA
Iúna/ES
Ivaí/PR
Ivaiporã/PR
Ivaté/PR
Ivatuba/PR
Ivinhema/MS
Ivolândia/GO
Ivorá/RS
Ivoti/RS
Jaboatão dos
Guararapes/PE
Jaborandi/BA
Jaborandi/SP
Jaboti/PR
Jaboticaba/RS
Jaboticabal/SP
Jaboticatubas/MG
Jaçanã/RN
Jacaraci/BA
Jacaraú/PB
Jacaré dos Homens/AL
Jacareacanga/PA
Jacareí/SP
Jacarezinho/PR
Jaci/SP
Jaciara/MT
Jacinto/MG
Jacobina do Piauí/PI
Jacobina/BA
Jacuí/MG
Jacuípe/AL
Jacuizinho/RS
Jacundá/PA
Jacupiranga/SP
Jacutinga/MG
Jacutinga/RS
Jaguapitã/PR
Jaguaquara/BA
Jaguaraçu/MG
Jaguarão/RS
Jaguarari/BA

Jaguaré/ES
Jaguaretama/CE
Jaguari/RS
Jaguariaíva/PR
Jaguaribara/CE
Jaguaribe/CE
Jaguaripe/BA
Jaguariúna/SP
Jaguaruana/CE
Jaíba/MG
Jaicós/PI
Jales/SP
Jambeiro/SP
Jampruca/MG
Janaúba/MG
Jandaia do Sul/PR
Jandaia/GO
Jandaíra/BA
Jandaíra/RN
Jandira/SP
Janduís/RN
Jangada/MT
Janiópolis/PR
Januária/MG
Japaraíba/MG
Japaratinga/AL
Japarutuba/SE
Japeri/RJ
Japi/RN
Japira/PR
Japoatã/SE
Japonvar/MG
Japorã/MS
Japurá/AM
Japurá/PR
Jaqueira/PE
Jaquirana/RS
Jaraguá/GO
Jaraguari/MS
Jaramataia/AL
Jardim Alegre/PR
Jardim de Angicos/RN
Jardim de Piranhas/RN
Jardim do Mulato/PI
Jardim do Seridó/RN
Jardim Olinda/PR
Jardim/CE
Jardim/MS
Jardinópolis/SP
Jari/RS

Jarinu/SP
Jaru/RO
Jataí/GO
Jataizinho/PR
Jataúba/PE
Jateí/MS
Jati/CE
Jatobá do Piauí/PI
Jatobá/MA
Jatobá/PE
Jaú do Tocantins/TO
Jaú/SP
Jaupaci/GO
Jauru/MT
Jeceaba/MG
Jenipapo de Minas/MG
Jenipapo dos Vieiras/MA
Jequeri/MG
Jequiá da Praia/AL
Jequié/BA
Jequitaí/MG
Jequitibá/MG
Jequitinhonha/MG
Jeremoabo/BA
Jericó/PB
Jeriquara/SP
Jerônimo Monteiro/ES
Jerumenha/PI
Jesuânia/MG
Jesuítas/PR
Jesúpolis/GO
Jijoca de Jericoacoara/CE
Ji-Paraná/RO
Jiquiriçá/BA
Jitaúna/BA
Joáima/MG
Joanésia/MG
Joanópolis/SP
João Alfredo/PE
João Câmara/RN
João Costa/PI
João Dias/RN
João Dourado/BA
João Lisboa/MA
João Monlevade/MG
João Neiva/ES
João Pinheiro/MG
João Ramalho/SP
Joaquim Felício/MG
Joaquim Gomes/AL

Joaquim Nabuco/PE
Joaquim Pires/PI
Joaquim Távora/PR
Joca Claudino/PB
Joca Marques/PI
Jóia/RS
Jordânia/MG
Jordão/AC
José Bonifácio/SP
José da Penha/RN
José de Freitas/PI
José Gonçalves de Minas/MG
José Raydan/MG
Joselândia/MA
Josenópolis/MG
Joviânia/GO
Juara/MT
Juarez Távora/PB
Juarina/TO
Juatuba/MG
Juazeirinho/PB
Juazeiro do Norte/CE
Juazeiro do Piauí/PI
Juazeiro/BA
Jucás/CE
Jucati/PE
Jucuruçu/BA
Jucurutu/RN
Juína/MT
Juiz de Fora/MG
Júlio Borges/PI
Júlio de Castilhos/RS
Júlio Mesquita/SP
Jumirim/SP
Junco do Maranhão/MA
Junco do Seridó/PB
Jundiá/AL
Jundiá/RN
Jundiá do Sul/PR
Jundiá/SP
Junqueiro/AL
Junqueirópolis/SP
Jupi/PE
Jupiá/SP
Juquitiba/SP
Juramento/MG
Juranda/PR
Jurema/PE
Jurema/PI

Juripiranga/PB
Juru/PB
Juruá/AM
Juruiaia/MG
Juruena/MT
Juruti/PA
Juscimeira/MT
Jussara/BA
Jussara/GO
Jussara/PR
Jussari/BA
Jussiapé/BA
Jutaí/AM
Juti/MS
Juvenília/MG
Kaloré/PR
Lábrea/AM
Ladainha/MG
Ladário/MS
Lafaiete Coutinho/BA
Lagamar/MG
Lagarto/SE
Lago da Pedra/MA
Lago do Junco/MA
Lago dos Rodrigues/MA
Lago Verde/MA
Lagoa Alegre/PI
Lagoa Bonita do Sul/RS
Lagoa d'Anta/RN
Lagoa da Canoa/AL
Lagoa da Confusão/TO
Lagoa da Prata/MG
Lagoa de Dentro/PB
Lagoa de Itaenga/PE
Lagoa de Pedras/RN
Lagoa de São Francisco/PI
Lagoa de Velhos/RN
Lagoa do Barro do Piauí/PI
Lagoa do Carro/PE
Lagoa do Mato/MA
Lagoa do Ouro/PE
Lagoa do Piauí/PI
Lagoa do Sítio/PI
Lagoa do Tocantins/TO
Lagoa dos Gatos/PE
Lagoa dos Patos/MG
Lagoa dos Três Cantos/RS

Lagoa Dourada/MG
Lagoa Formosa/MG
Lagoa Grande do Maranhão/MA
Lagoa Grande/MG
Lagoa Grande/PE
Lagoa Nova/RN
Lagoa Real/BA
Lagoa Salgada/RN
Lagoa Santa/GO
Lagoa Santa/MG
Lagoa Seca/PB
Lagoa Vermelha/RS
Lagoa/PB
Lagoão/RS
Lagoinha do Piauí/PI
Lagoinha/SP
Laguna Carapã/MS
Laje do Muriaé/RJ
Laje/BA
Lajeado do Bugre/RS
Lajeado Novo/MA
Lajeado/RS
Lajeado/TO
Lajedão/BA
Lajedinho/BA
Lajedo do Tabocal/BA
Lajedo/PE
Lajes Pintadas/RN
Lajes/RN
Lajinha/MG
Lamarão/BA
Lambari d'Oeste/MT
Lambari/MG
Lamim/MG
Landri Sales/PI
Lapa/PR
Lapão/BA
Laranja da Terra/ES
Laranjal do Jari/AP
Laranjal Paulista/SP
Laranjal/MG
Laranjal/PR
Laranjeiras do Sul/PR
Laranjeiras/SE
Lassance/MG
Lastro/PB
Lauro de Freitas/BA
Lavandeira/TO
Lavínia/SP

Lavras da Mangabeira/CE
Lavras do Sul/RS
Lavras/MG
Lavrinhas/SP
Leandro Ferreira/MG
Leme do Prado/MG
Leme/SP
Lençóis Paulista/SP
Lençóis/BA
Leopoldina/MG
Leopoldo de Bulhões/GO
Leópolis/PR
Liberato Salzano/RS
Liberdade/MG
Licínio de Almeida/BA
Lidianópolis/PR
Lima Campos/MA
Lima Duarte/MG
Limeira do Oeste/MG
Limeira/SP
Limoeiro de Anadia/AL
Limoeiro do Ajuru/PA
Limoeiro do Norte/CE
Limoeiro/PE
Lindoeiro/PR
Lindóia/SP
Lindolfo Collor/RS
Linha Nova/RS
Linhares/ES
Lins/SP
Livramento de Nossa Senhora/BA
Livramento/PB
Lizarda/TO
Loanda/PR
Lobato/PR
Logradouro/PB
Londrina/PR
Lontra/MG
Lorena/SP
Loreto/MA
Lourdes/SP
Louveira/SP
Lucas do Rio Verde/MT
Lucélia/SP
Lucena/PB
Lucianópolis/SP
Luciara/MT
Lucrécia/RN
Luís Antônio/SP

Luís Correia/PI
Luís Domingues/MA
Luís Eduardo Magalhães/BA
Luís Gomes/RN
Luisburgo/MG
Luisiana/PR
Luisiânia/SP
Luislândia/MG
Luminárias/MG
Lunardelli/PR
Lupércio/SP
Lupionópolis/PR
Lutécia/SP
Luz/MG
Luziânia/GO
Luzilândia/PI
Luzinópolis/TO
Macaé/RJ
Macaíba/RN
Macajuba/BA
Maçambara/RS
Macambira/SE
Macapá/AP
Macaparana/PE
Macarani/BA
Macatuba/SP
Macau/RN
Macaubal/SP
Macaúbas/BA
Macedônia/SP
Maceió/AL
Machacalis/MG
Machadinho d'Oeste/RO
Machadinho/RS
Machado/MG
Machados/PE
Macuco/RJ
Macururé/BA
Madalena/CE
Madeiro/PI
Madre de Deus de Minas/MG
Madre de Deus/BA
Mãe d'Água/PB
Mãe do Rio/PA
Maetinga/BA
Magalhães Barata/PA
Magalhães de Almeida/MA

Magda/SP
Magé/RJ
Maiquinique/BA
Mairi/BA
Mairinque/SP
Mairiporã/SP
Mairipotaba/GO
Major Isidoro/AL
Major Sales/RN
Malacacheta/MG
Malhada de Pedras/BA
Malhada dos Bois/SE
Malhada/BA
Malhador/SE
Mallet/PR
Malta/PB
Mamanguape/PB
Mambai/GO
Mamborê/PR
Mamonas/MG
Mampituba/RS
Manacapuru/AM
Manaira/PB
Manaquiri/AM
Manari/PE
Manaus/AM
Mâncio Lima/AC
Mandaguaçu/PR
Mandaguari/PR
Mandirituba/PR
Manduri/SP
Manfrinópolis/PR
Manga/MG
Mangaratiba/RJ
Mangueirinha/PR
Manhuaçu/MG
Manhumirim/MG
Manicoré/AM
Manoel Emídio/PI
Manoel Ribas/PR
Manoel Urbano/AC
Manoel Viana/RS
Manoel Vitorino/BA
Mansidão/BA
Mantena/MG
Mantenópolis/ES
Maquiné/RS
Mar de Espanha/MG
Mar Vermelho/AL
Mara Rosa/GO

Maraã/AM
Marabá Paulista/SP
Marabá/PA
Maracaçumé/MA
Maracaí/SP
Maracaju/MS
Maracanã/PA
Maracanaú/CE
Maracás/BA
Maragogi/AL
Maragogipe/BA
Maraial/PE
Marajá do Sena/MA
Maranguape/CE
Maranhãozinho/MA
Marapanim/PA
Marapoama/SP
Maratá/RS
Marataízes/ES
Maraú/BA
Marau/RS
Maravilha/AL
Maravilhas/MG
Marcação/PB
Marcelândia/MT
Marcelino Ramos/RS
Marcelino Vieira/RN
Marcionílio Souza/BA
Marco/CE
Marcolândia/PI
Marcos Parente/PI
Marechal Cândido
Rondon/PR
Marechal Deodoro/AL
Marechal Floriano/ES
Marechal
Thaumaturgo/AC
Mari/PB
Maria da Fé/MG
Maria Helena/PR
Marialva/PR
Mariana Pimentel/RS
Mariana/MG
Mariano Moro/RS
Marianópolis do
Tocantins/TO
Mariápolis/SP
Maribondo/AL
Maricá/RJ
Marilac/MG

Marilândia do Sul/PR
Marilândia/ES
Marilena/PR
Marília/SP
Mariluz/PR
Maringá/PR
Marinópolis/SP
Mário Campos/MG
Mariópolis/PR
Maripá de Minas/MG
Maripá/PR
Marituba/PA
Marizópolis/PB
Marliéria/MG
Marmeleiro/PR
Marmelópolis/MG
Marques de Souza/RS
Marquinho/PR
Martinho Campos/MG
Martinópolis/CE
Martinópolis/SP
Martins Soares/MG
Martins/RN
Maruim/SE
Marumbi/PR
Marzagão/GO
Mascote/BA
Massapê do Piauí/PI
Massapê/CE
Massaranduba/PB
Mata de São João/BA
Mata Grande/AL
Mata Roma/MA
Mata Verde/MG
Mata/RS
Matão/SP
Mataraca/PB
Mateiros/TO
Matelândia/PR
Materlândia/MG
Mateus Leme/MG
Mathias Lobato/MG
Matias Barbosa/MG
Matias Cardoso/MG
Matias Olímpio/PI
Matina/BA
Matinha/MA
Matinhas/PB
Matinhos/PR
Matipó/MG

Mato Castelhanos/RS
Mato Grosso/PB
Mato Leitão/RS
Mato Queimado/RS
Mato Rico/PR
Mato Verde/MG
Matões do Norte/MA
Matões/MA
Matos Costa/SC
Matozinhos/MG
Matrinchã/GO
Matriz de Camaragibe/AL
Matupá/MT
Maturéia/PB
Matutina/MG
Mauá da Serra/PR
Mauá/SP
Maués/AM
Maurilândia do
Tocantins/TO
Maurilândia/GO
Mauriti/CE
Maxaranguape/RN
Maximiliano de
Almeida/RS
Mazagão/AP
Medeiros Neto/BA
Medeiros/MG
Medianeira/PR
Medicilândia/PA
Medina/MG
Melgaço/PA
Mendes Pimentel/MG
Mendes/RJ
Mendonça/SP
Mercedes/PR
Mercês/MG
Meridiano/SP
Meruoca/CE
Mesópolis/SP
Mesquita/MG
Mesquita/RJ
Messias Targino/RN
Messias/AL
Miguel Alves/PI
Miguel Calmon/BA
Miguel Leão/PI
Miguel Pereira/RJ
Miguelópolis/SP

Milagres do
Maranhão/MA
Milagres/BA
Milagres/CE
Milhã/CE
Milton Brandão/PI
Mimoso de Goiás/GO
Mimoso do Sul/ES
Minaçu/GO
Minador do Negrão/AL
Minas do Leão/RS
Minas Novas/MG
Minduri/MG
Mineiros do Tietê/SP
Mineiros/GO
Ministro Andreazza/RO
Mira Estrela/SP
Mirabela/MG
Miracatu/SP
Miracema do
Tocantins/TO
Miracema/RJ
Mirador/MA
Mirador/PR
Miradouro/MG
Miraguaí/RS
Mirai/MG
Miraíma/CE
Miranda do Norte/MA
Miranda/MS
Mirandiba/PE
Mirandópolis/SP
Mirangaba/BA
Miranorte/TO
Mirante da Serra/RO
Mirante do
Paranapanema/SP
Mirante/BA
Miraselva/PR
Mirassol d'Oeste/MT
Mirassol/SP
Mirassolândia/SP
Miravânia/MG
Mirinzal/MA
Missal/PR
Missão Velha/CE
Mocajuba/PA
Mococa/SP
Moeda/MG
Moema/MG

Mogeiro/PB
Mogi das Cruzes/SP
Mogi Guaçu/SP
Mogi Mirim/SP
Moiporá/GO
Moita Bonita/SE
Moju/PA
Mojú dos Campos/PA
Mombaça/CE
Mombuca/SP
Monção/MA
Monções/SP
Mongaguá/SP
Monjolos/MG
Monsenhor Gil/PI
Monsenhor Hipólito/PI
Monsenhor Paulo/MG
Monsenhor Tabosa/CE
Montadas/PB
Montalvânia/MG
Montanha/ES
Montanhas/RN
Montauri/RS
Monte Alegre de
Goiás/GO
Monte Alegre de
Minas/MG
Monte Alegre de
Sergipe/SE
Monte Alegre do Piauí/PI
Monte Alegre do Sul/SP
Monte Alegre dos
Campos/RS
Monte Alegre/PA
Monte Alegre/RN
Monte Alto/SP
Monte Aprazível/SP
Monte Azul Paulista/SP
Monte Azul/MG
Monte Belo do Sul/RS
Monte Belo/MG
Monte Carmelo/MG
Monte Castelo/SP
Monte das
Gameleiras/RN
Monte do Carmo/TO
Monte Formoso/MG
Monte Horebe/PB
Monte Mor/SP
Monte Negro/RO

Monte Santo de Minas/MG
Monte Santo do Tocantins/TO
Monte Santo/BA
Monte Sião/MG
Monteiro Lobato/SP
Monteiro/PB
Monteirópolis/AL
Montenegro/RS
Montes Altos/MA
Montes Claros de Goiás/GO
Montes Claros/MG
Montezuma/MG
Montividiu do Norte/GO
Montividiu/GO
Morada Nova de Minas/MG
Morada Nova/CE
Moraújo/CE
Moreilândia/PE
Moreira Sales/PR
Moreno/PE
Mormaço/RS
Morpará/BA
Morretes/PR
Morrinhos do Sul/RS
Morrinhos/CE
Morrinhos/GO
Morro Agudo de Goiás/GO
Morro Agudo/SP
Morro Cabeça no Tempo/PI
Morro da Garça/MG
Morro do Chapéu do Piauí/PI
Morro do Chapéu/BA
Morro do Pilar/MG
Morro Grande/SC
Morro Redondo/RS
Morro Reuter/RS
Morros/MA
Mortugaba/BA
Morungaba/SP
Mossâmedes/GO
Mossoró/RN
Mostardas/RS
Motuca/SP

Mozarlândia/GO
Muaná/PA
Mucajaí/RR
Mucambo/CE
Mucugê/BA
Muçum/RS
Mucuri/BA
Mucurici/ES
Muitos Capões/RS
Muliterno/RS
Mulungu do Morro/BA
Mulungu/CE
Mulungu/PB
Mundo Novo/BA
Mundo Novo/GO
Mundo Novo/MS
Munhoz de Melo/PR
Munhoz/MG
Muniz Ferreira/BA
Muniz Freire/ES
Muquém de São Francisco/BA
Muqui/ES
Muriaé/MG
Muribeca/a (SE
Murici dos Portelas/PI
Murici/AL
Muricilândia/TO
Muritiba/BA
Murutinga do Sul/SP
Mutuípe/BA
Mutum/MG
Mutunópolis/GO
Muzambinho/MG
Nacip Raydan/MG
Nantes/SP
Nanuque/MG
Não-Me-Toque/RS
Naque/MG
Narandiba/SP
Natal/RN
Natalândia/MG
Natércia/MG
Natividade da Serra/SP
Natividade/RJ
Natividade/TO
Natuba/PB
Naviraí/MS
Nazaré da Mata/PE
Nazaré do Piauí/PI

Nazaré Paulista/SP
Nazaré/BA
Nazaré/TO
Nazareno/MG
Nazarezinho/PB
Nazária/PI
Nazário/GO
Neópolis/SE
Nepomuceno/MG
Nerópolis/GO
Neves Paulista/SP
Nhamundá/AM
Nhandeara/SP
Nicolau Vergueiro/RS
Nilo Peçanha/BA
Nilópolis/RJ
Nina Rodrigues/MA
Ninheira/MG
Nioaque/MS
Nipoã/SP
Niquelândia/GO
Nísia Floresta/RN
Niterói/RJ
Nobres/MT
Nonoai/RS
Nordestina/BA
Normandia/RR
Nortelândia/MT
Nossa Senhora Aparecida/SE
Nossa Senhora da Glória/SE
Nossa Senhora das Dores/SE
Nossa Senhora das Graças/PR
Nossa Senhora de Lourdes/SE
Nossa Senhora de Nazaré/PI
Nossa Senhora do Livramento/MT
Nossa Senhora do Socorro/SE
Nossa Senhora dos Remédios/PI
Nova Aliança do Ivaí/PR
Nova Aliança/SP
Nova Alvorada do Sul/MS

Nova Alvorada/RS
Nova América da
Colina/PR
Nova América/GO
Nova Andradina/MS
Nova Araçá/RS
Nova Aurora/GO
Nova Aurora/PR
Nova Bandeirantes/MT
Nova Bassano/RS
Nova Belém/MG
Nova Boa Vista/RS
Nova Brasilândia
d'Oeste/RO
Nova Brasilândia/MT
Nova Bréscia/RS
Nova Campina/SP
Nova Canaã do Norte/MT
Nova Canaã Paulista/SP
Nova Canaã/BA
Nova Candelária/RS
Nova Cantu/PR
Nova Castilho/SP
Nova Colinas/MA
Nova Crixás/GO
Nova Cruz/RN
Nova Era/MG
Nova Esperança do
Piriá/PA
Nova Esperança do
Sudoeste/PR
Nova Esperança do
Sul/RS
Nova Esperança/PR
Nova Europa/SP
Nova Fátima/BA
Nova Fátima/PR
Nova Floresta/PB
Nova Friburgo/RJ
Nova Glória/GO
Nova Granada/SP
Nova Guarita/MT
Nova Guataporanga/SP
Nova Hartz/RS
Nova Ibiá/BA
Nova Iguaçu de
Goiás/GO
Nova Iguaçu/RJ
Nova Independência/SP
Nova Iorque/MA

Nova Ipixuna/PA
Nova Itarana/BA
Nova Lacerda/MT
Nova Laranjeiras/PR
Nova Lima/MG
Nova Londrina/PR
Nova Luzitânia/SP
Nova Mamoré/RO
Nova Marilândia/MT
Nova Maringá/MT
Nova Módica/MG
Nova Monte Verde/MT
Nova Mutum/MT
Nova Nazaré/MT
Nova Odessa/SP
Nova Olímpia/MT
Nova Olímpia/PR
Nova Olinda do
Maranhão/MA
Nova Olinda do
Norte/AM
Nova Olinda/CE
Nova Olinda/PB
Nova Olinda/TO
Nova Pádua/RS
Nova Palma/RS
Nova Palmeira/PB
Nova Petrópolis/RS
Nova Ponte/MG
Nova Porteirinha/MG
Nova Prata do Iguaçu/PR
Nova Prata/RS
Nova Ramada/RS
Nova Redenção/BA
Nova Resende/MG
Nova Roma do Sul/RS
Nova Roma/GO
Nova Rosalândia/TO
Nova Russas/CE
Nova Santa Bárbara/PR
Nova Santa Helena/MT
Nova Santa Rita/PI
Nova Santa Rita/RS
Nova Santa Rosa/PR
Nova Serrana/MG
Nova Soure/BA
Nova Tebas/PR
Nova Timboteua/PA
Nova Ubitatã/MT
Nova União/MG

Nova União/RO
Nova Venécia/ES
Nova Veneza/GO
Nova Viçosa/BA
Nova Xavantina/MT
Novais/SP
Novo Acordo/TO
Novo Airão/AM
Novo Alegre/TO
Novo Aripuanã/AM
Novo Barreiro/RS
Novo Brasil/GO
Novo Cabrais/RS
Novo Cruzeiro/MG
Novo Gama/GO
Novo Hamburgo/RS
Novo Horizonte do
Norte/MT
Novo Horizonte do
Oeste/RO
Novo Horizonte do
Sul/MS
Novo Horizonte/BA
Novo Horizonte/SP
Novo Itacolomi/PR
Novo Jardim/TO
Novo Lino/AL
Novo Machado/RS
Novo Mundo/MT
Novo Oriente de
Minas/MG
Novo Oriente do Piauí/PI
Novo Oriente/CE
Novo Planalto/GO
Novo Progresso/PA
Novo Repartimento/PA
Novo Santo Antônio/MT
Novo Santo Antônio/PI
Novo São Joaquim/MT
Novo Tiradentes/RS
Novo Triunfo/BA
Novo Xingu/RS
Novorizonte/MG
Nuporanga/SP
Óbidos/PA
Ocara/CE
Ocaçu/SP
Oeiras do Pará/PA
Oeiras/PI
Oiapoque/AP

Olaria/MG
Óleo/SP
Olho d'Água das
Cunhãs/MA
Olho d'Água das
Flores/AL
Olho d'Água do
Borges/RN
Olho d'Água do
Casado/AL
Olho d'Água do Piauí/PI
Olho d'Água Grande/AL
Olho d'Água/PB
Olhos/d'Água/MG
Olimpia/SP
Olimpio Noronha/MG
Olinda Nova do
Maranhão/MA
Olinda/PE
Olindina/BA
Olivedos/PB
Oliveira de Fátima/TO
Oliveira dos
Brejinhos/BA
Oliveira Fortes/MG
Oliveira/MG
Oliveira/AL
Onça de Pitangui/MG
Onda Verde/SP
Oratórios/MG
Oriente/SP
Orindiúva/SP
Oriximiná/PA
Orizânia/MG
Orizona/GO
Orlândia/SP
Orobó/PE
Orocó/PE
Orós/CE
Ortigueira/PR
Osasco/SP
Oscar Bressane/SP
Osório/RS
Osvaldo Cruz/SP
Ourém/PA
Ouriçangas/BA
Ouricuri/PE
Ourilândia do Norte/PA
Ourinhos/SP
Ourizona/PR

Ouro Branco/AL
Ouro Branco/MG
Ouro Branco/RN
Ouro Fino/MG
Ouro Preto do Oeste/RO
Ouro Preto/MG
Ouro Velho/PB
Ouro Verde de Goiás/GO
Ouro Verde de Minas/MG
Ouro Verde do Oeste/PR
Ouro Verde/SP
Ouroeste/SP
Ouroândia/BA
Ouvidor/GO
Pacaembu/SP
Pacajá/PA
Pacajus/CE
Pacaraima/RR
Pacatuba/CE
Pacatuba/SE
Paço do Lumiar/MA
Pacoti/CE
Pacujá/CE
Padre Bernardo/GO
Padre Carvalho/MG
Padre Marcos/PI
Padre Paraíso/MG
Paes Landim/PI
Pai Pedro/MG
Paiçandu/PR
Paim Filho/RS
Paineiras/MG
Pains/MG
Paiva/MG
Pajeú do Piauí/PI
Palestina de Goiás/GO
Palestina do Pará/PA
Palestina/AL
Palestina/SP
Palhano/CE
Palma/MG
Palmácia/CE
Palmares do Sul/RS
Palmares Paulista/SP
Palmares/PE
Palmas de Monte
Alto/BA
Palmas/PR
Palmas/TO
Palmeira d'Oeste/SP

Palmeira das Missões/RS
Palmeira do Piauí/PI
Palmeira dos Índios/AL
Palmeira/PR
Palmeirais/PI
Palmeirândia/MA
Palmeirante/TO
Palmeiras de Goiás/GO
Palmeiras do
Tocantins/TO
Palmeiras/BA
Palmeirina/PE
Palmeirópolis/TO
Palmelo/GO
Palminópolis/GO
Palmital/PR
Palmital/SP
Palmitinho/RS
Palmópolis/MG
Palotina/PR
Panamá/GO
Panambi/RS
Pancas/ES
Painel/PE
Panorama/SP
Pantano Grande/RS
Pão de Açúcar/AL
Papagaios/MG
Paquetá/PI
Pará de Minas/MG
Paracambi/RJ
Paracatu/MG
Paracuru/CE
Paragominas/PA
Paraguaçu Paulista/SP
Paraguaçu/MG
Paraíba/RS
Paraíba do Sul/RJ
Paraibano/MA
Paraibuna/SP
Paraipaba/CE
Paraíso das Águas/MS
Paraíso do Norte/PR
Paraíso do Sul/RS
Paraíso do Tocantins/TO
Paraíso/SP
Paraisópolis/MG
Parambu/CE
Paramirim/BA
Paramoti/CE

Paraná/RN	Passira/PE	Pedra Branca do
Paranã/TO	Passo de Camaragibe/AL	Amapari/AP
Paranacity/PR	Passo do Sobrado/RS	Pedra Branca/CE
Paranaguá/PR	Passo Fundo/RS	Pedra Branca/PB
Paranaíba/MS	Passos/MG	Pedra do Anta/MG
Paranaiguara/GO	Pastos Bons/MA	Pedra do Indaiá/MG
Paranaíta/MT	Patis/MG	Pedra Dourada/MG
Paranapanema/SP	Pato Bragado/PR	Pedra Grande/RN
Paranapoema/PR	Pato Branco/PR	Pedra Lavrada/PB
Paranapuã/SP	Patos de Minas/MG	Pedra Mole/SE
Paranatama/PE	Patos do Piauí/PI	Pedra Preta/MT
Paranatinga/MT	Patos/PB	Pedra Preta/RN
Paranavaí/PR	Patrocínio do Muriaé/MG	Pedra/PE
Paranhos/MS	Patrocínio Paulista/SP	Pedralva/MG
Paraopeba/MG	Patrocínio/MG	Pedranópolis/SP
Parapuã/SP	Patu/RN	Pedrão/BA
Parari/PB	Paty do Alferes/RJ	Pedras Altas/RS
Paratinga/BA	Pau Brasil/BA	Pedras de Fogo/PB
Paraty/RJ	Pau dos Ferros/RN	Pedras de Maria da
Paraú/RN	Pau/d'Arco do Piauí/PI	Cruz/MG
Parauapebas/PA	Pau/d'Arco/PA	Pedregulho/SP
Paraúna/GO	Pau/d'Arco/TO	Pedreira/SP
Parazinho/RN	Paudalho/PE	Pedreiras/MA
Pardinho/SP	Pauini/AM	Pedrinhas Paulista/SP
Pareci Novo/RS	Paula Cândido/MG	Pedrinhas/SE
Parecis/RO	Paula Freitas/PR	Pedrinópolis/MG
Parellhas/RN	Paulicéia/SP	Pedro Afonso/TO
Pariconha/AL	Paulínia/SP	Pedro Alexandre/BA
Parintins/AM	Paulino Neves/MA	Pedro Avelino/RN
Paripiranga/BA	Paulista/PB	Pedro Canário/ES
Paripueira/AL	Paulista/PE	Pedro de Toledo/SP
Pariquera/Açu/SP	Paulistana/PI	Pedro do Rosário/MA
Parisi/SP	Paulistânia/SP	Pedro Gomes/MS
Parnaguá/PI	Paulistas/MG	Pedro II/PI
Parnaíba/PI	Paulo Afonso/BA	Pedro Laurentino/PI
Parnamirim/PE	Paulo Bento/RS	Pedro Leopoldo/MG
Parnamirim/RN	Paulo de Faria/SP	Pedro Osório/RS
Parnarama/MA	Paulo Frontin/PR	Pedro Régis/PB
Parobé/RS	Paulo Jacinto/AL	Pedro Teixeira/MG
Passa Tempo/MG	Paulo Ramos/MA	Pedro Velho/RN
Passabém/MG	Pavão/MG	Peixe/TO
Passa-e-Fica/RN	Paverama/RS	Peixe-Boi/PA
Passagem Franca do	Pavussu/PI	Peixoto de Azevedo/MT
Piauí/PI	Pé de Serra/BA	Pejuçara/RS
Passagem Franca/MA	Peabiru/PR	Pelotas/RS
Passagem/PB	Peçanha/MG	Penaforte/CE
Passagem/RN	Pederneiras/SP	Penalva/MA
Passa-Quatro/MG	Pedra Azul/MG	Penápolis/SP
Passa-Sete/RS	Pedra Bela/SP	Pendências/RN
Passa-Vinte/MG	Pedra Bonita/MG	Penedo/AL

Pentecoste/CE
Pequeri/MG
Pequi/MG
Pequizeiro/TO
Perdigão/MG
Perdizes/MG
Perdões/MG
Pereira Barreto/SP
Pereiras/SP
Pereiro/CE
Peri Mirim/MA
Periquito/MG
Peritoró/MA
Perobal/PR
Pérola d'Oeste/PR
Pérola/PR
Perolândia/GO
Peruíbe/SP
Pescador/MG
Pesqueira/PE
Petrolândia/PE
Petrolina de Goiás/GO
Petrolina/PE
Petrópolis/RJ
Piaçabuçu/AL
Piacatu/SP
Piancó/PB
Piatã/BA
Piau/MG
Picada Café/RS
Piçarra/PA
Picos/PI
Picuti/PB
Piedade de Caratinga/MG
Piedade de Ponte
Nova/MG
Piedade do Rio
Grande/MG
Piedade dos Gerais/MG
Piedade/SP
Piên/PR
Pilão Arcado/BA
Pilar de Goiás/GO
Pilar do Sul/SP
Pilar/AL
Pilar/PB
Pilões/PB
Pilões/RN
Pilõezinhos/PB
Pimenta Bueno/RO

Pimenta/MG
Pimenteiras do Oeste/RO
Pimenteiras/PI
Pindaí/BA
Pindamonhangaba/SP
Pindaré/Mirim/MA
Pindoba/AL
Pindobaçu/BA
Pindorama do
Tocantins/TO
Pindorama/SP
Pindoretama/CE
Pingo d'Água/MG
Pinhais/PR
Pinhal da Serra/RS
Pinhal de São Bento/PR
Pinhal Grande/RS
Pinhal/RS
Pinhalão/PR
Pinhalzinho/SP
Pinhão/PR
Pinhão/SE
Pinheiral/RJ
Pinheirinho do Vale/RS
Pinheiro Machado/RS
Pinheiro/MA
Pinheiros/ES
Pintadas/BA
Pinto Bandeira/RS
Pintópolis/MG
Pio IX/PI
Pio XII/MA
Piquerobi/SP
Piquet Carneiro/CE
Piquete/SP
Piracaia/SP
Piracanjuba/GO
Piracema/MG
Piracicaba/SP
Piracuruca/PI
Piraí do Norte/BA
Piraí do Sul/PR
Piraí/RJ
Piraju/SP
Pirajuba/MG
Pirajuí/SP
Pirambu/SE
Piranga/MG
Pirangi/SP
Piranguçu/MG

Piranguinho/MG
Piranhas/AL
Piranhas/GO
Pirapemas/MA
Pirapetinga/MG
Pirapó/RS
Pirapora do Bom Jesus/SP
Pirapora/MG
Pirapozinho/SP
Piraquara/PR
Piraquê/TO
Pirassununga/SP
Piratini/RS
Piratininga/SP
Piraúba/MG
Pirenópolis/GO
Pires do Rio/GO
Pires Ferreira/CE
Piripá/BA
Piripiri/PI
Piritiba/BA
Pirpirituba/PB
Pitanga/PR
Pitangueiras/PR
Pitangueiras/SP
Pitangui/MG
Pitimbu/PB
Pium/TO
Piúma/ES
Piumhi/MG
Placas/PA
Plácido de Castro/AC
Planaltina do Paraná/PR
Planaltina/GO
Planaltino/BA
Planalto da Serra/MT
Planalto/BA
Planalto/PR
Planalto/RS
Planalto/SP
Planura/MG
Platina/SP
Poá/SP
Poção de Pedras/MA
Poção/PE
Pocinhos/PB
Poço Branco/RN
Poço Dantas/PB
Poço das Antas/RS
Poço das Trincheiras/AL

Poço de José de Moura/PB
Poço Fundo/MG
Poço Redondo/SE
Poço Verde/SE
Poções/BA
Poconé/MT
Poços de Caldas/MG
Pocrane/MG
Pojuca/BA
Poloni/SP
Pombal/PB
Pombos/PE
Pompeia/SP
Pompéu/MG
Pongaí/SP
Ponta de Pedras/PA
Ponta Grossa/PR
Ponta Porã/MS
Pontal do Araguaia/MT
Pontal do Paraná/PR
Pontal/SP
Pontalina/GO
Pontalinda/SP
Pontão/RS
Ponte Alta do Bom Jesus/TO
Ponte Alta do Tocantins/TO
Ponte Branca/MT
Ponte Nova/MG
Ponte Preta/RS
Pontes e Lacerda/MT
Pontes Gestal/SP
Ponto Belo/ES
Ponto Chique/MG
Ponto dos Volantes/MG
Ponto Novo/BA
Populina/SP
Poranga/CE
Porangaba/SP
Porangatu/GO
Porciúncula/RJ
Porecatu/PR
Portalegre/RN
Portão/RS
Porteirão/GO
Porteiras/CE
Porteirinha/MG
Portel/PA

Portelândia/GO
Porto Acre/AC
Porto Alegre do Norte/MT
Porto Alegre do Piauí/PI
Porto Alegre do Tocantins/TO
Porto Amazonas/PR
Porto Barreiro/PR
Porto Calvo/AL
Porto da Folha/SE
Porto de Moz/PA
Porto de Pedras/AL
Porto do Mangue/RN
Porto dos Gaúchos/MT
Porto Esperidião/MT
Porto Estrela/MT
Porto Feliz/SP
Porto Ferreira/SP
Porto Firme/MG
Porto Franco/MA
Porto Grande/AP
Porto Lucena/RS
Porto Mauá/RS
Porto Murtinho/MS
Porto Nacional/TO
Porto Real do Colégio/AL
Porto Real/RJ
Porto Rico do Maranhão/MA
Porto Rico/PR
Porto Seguro/BA
Porto Velho/RO
Porto Vera Cruz/RS
Porto Vitória/PR
Porto Walter/AC
Porto Xavier/RS
Porto/PI
Posse/GO
Poté/MG
Potengi/CE
Potim/SP
Potiraguá/BA
Potirendaba/SP
Potiretama/CE
Pouso Alegre/MG
Pouso Alto/MG
Pouso Novo/RS
Poxoréu/MT
Pracinha/SP

Pracuuba/AP
Prado Ferreira/PR
Prado/BA
Pradópolis/SP
Prados/MG
Praia Grande/SC
Praia Grande/SP
Praia Norte/TO
Prainha/PA
Pranchita/PR
Prata do Piauí/PI
Prata/MG
Prata/PB
Pratânia/SP
Pratópolis/MG
Pratinha/MG
Presidente Alves/SP
Presidente Bernardes/MG
Presidente Bernardes/SP
Presidente Castelo Branco/PR
Presidente Dutra/BA
Presidente Dutra/MA
Presidente Epitácio/SP
Presidente Figueiredo/AM
Presidente Jânio Quadros/BA
Presidente Juscelino/MA
Presidente Juscelino/MG
Presidente Kennedy/ES
Presidente Kennedy/TO
Presidente Kubitschek/MG
Presidente Lucena/RS
Presidente Médici/MA
Presidente Médici/RO
Presidente Olegário/MG
Presidente Prudente/SP
Presidente Sarney/MA
Presidente Tancredo Neves/BA
Presidente Vargas/MA
Presidente Venceslau/SP
Primavera de Rondônia/RO
Primavera do Leste/MT
Primavera/PA
Primavera/PE
Primeira Cruz/MA

Primeiro de Maio/PR
Princesa Isabel/PB
Professor Jamil/GO
Progresso/RS
Promissão/SP
Propriá/SE
Protásio Alves/RS
Prudente de Moraes/MG
Prudentópolis/PR
Pugmil/TO
Pureza/RN
Putinga/RS
Puxinanã/PB
Quadra/SP
Quaraí/RS
Quartel Geral/MG
Quarto Centenário/PR
Quatá/SP
Quatiguá/PR
Quatipuru/PA
Quatis/RJ
Quatro Barras/PR
Quatro Irmãos/RS
Quatro Pontes/PR
Quebrangulo/AL
Quedas do Iguaçu/PR
Queimada Nova/PI
Queimadas/BA
Queimadas/PB
Queimados/RJ
Queiroz/SP
Queluz/SP
Queluzito/MG
Querência do Norte/PR
Querência/MT
Quevedos/RS
Quijingue/BA
Quinta do Sol/PR
Quintana/SP
Quinze de Novembro/RS
Quipapá/PE
Quirinópolis/GO
Quissamã/RJ
Quitandinha/PR
Quiterianópolis/CE
Quixaba/PB
Quixaba/PE
Quixabeira/BA
Quixadá/CE
Quixelô/CE

Quixeramobim/CE
Quixeré/CE
Rafael Fernandes/RN
Rafael Godeiro/RN
Rafael Jambeiro/BA
Rafard/SP
Ramilândia/PR
Rancharia/SP
Rancho Alegre
d'Oeste/PR
Rancho Alegre/PR
Raposa/MA
Raposos/MG
Raul Soares/MG
Realeza/PR
Rebouças/PR
Recife/PE
Recreio/MG
Recursolândia/TO
Redenção da Serra/SP
Redenção do Gurguéia/PI
Redenção/CE
Redenção/PA
Redentora/RS
Reduto/MG
Regeneração/PI
Regente Feijó/SP
Reginópolis/SP
Registro/SP
Relvado/RS
Remanso/BA
Remígio/PB
Renascença/PR
Reriutaba/CE
Resende Costa/MG
Resende/RJ
Reserva do Cabaçal/MT
Reserva do Iguaçu/PR
Reserva/PR
Resplendor/MG
Ressaquinha/MG
Restinga Seca/RS
Restinga/SP
Retirolândia/BA
Riachão das Neves/BA
Riachão do Bacamarte/PB
Riachão do Dantas/SE
Riachão do Jacuípe/BA
Riachão do Poço/PB
Riachão/MA

Riachão/PB
Riachinho/MG
Riachinho/TO
Riacho da Cruz/RN
Riacho das Almas/PE
Riacho de Santana/BA
Riacho de Santana/RN
Riacho de Santo
Antônio/PB
Riacho dos Cavalos/PB
Riacho dos
Machados/MG
Riacho Frio/PI
Riachuelo/RN
Riachuelo/SE
Rialma/GO
Rianópolis/GO
Ribamar Fiquene/MA
Ribas do Rio Pardo/MS
Ribeira do Amparo/BA
Ribeira do Piauí/PI
Ribeira do Pombal/BA
Ribeira/SP
Ribeirão Bonito/SP
Ribeirão Branco/SP
Ribeirão Cascalheira/MT
Ribeirão Claro/PR
Ribeirão Corrente/SP
Ribeirão das Neves/MG
Ribeirão do Largo/BA
Ribeirão do Pinhal/PR
Ribeirão do Sul/SP
Ribeirão dos Índios/SP
Ribeirão Grande/SP
Ribeirão Pires/SP
Ribeirão Preto/SP
Ribeirão Vermelho/MG
Ribeirão/PE
Ribeirãozinho/MT
Ribeiro Gonçalves/PI
Ribeirópolis/SE
Rifaina/SP
Rincão/SP
Rinópolis/SP
Rio Acima/MG
Rio Azul/PR
Rio Bananal/ES
Rio Bom/PR
Rio Bonito do Iguaçu/PR
Rio Bonito/RJ

Rio Branco do Ivaí/PR	Ritópolis/MG	Sairé/PE
Rio Branco do Sul/PR	Riversul/SP	Saldanha Marinho/RS
Rio Branco/MT	Roca Sales/RS	Sales Oliveira/SP
Rio Brilhante/MS	Rochedo de Minas/MG	Sales/SP
Rio Casca/MG	Rochedo/MS	Salesópolis/SP
Rio Claro/RJ	Rodeio Bonito/RS	Salgadinho/PB
Rio Claro/SP	Rodeiro/MG	Salgadinho/PE
Rio Crespo/RO	Rodelas/BA	Salgado de São Félix/PB
Rio da Conceição/TO	Rodolfo Fernandes/RN	Salgado Filho/PR
Rio das Flores/RJ	Rodrigues Alves/AC	Salgado/SE
Rio das Ostras/RJ	Rolador/RS	Salgueiro/PE
Rio das Pedras/SP	Rolândia/PR	Salinas da Margarida/BA
Rio de Contas/BA	Rolante/RS	Salinas/MG
Rio de Janeiro/RJ	Rolim de Moura/RO	Salinópolis/PA
Rio do Antônio/BA	Romaria/MG	Salitre/CE
Rio do Fogo/RN	Roncador/PR	Salmourão/SP
Rio do Pires/BA	Ronda Alta/RS	Saloá/PE
Rio do Prado/MG	Rondinha/RS	Saltinho/SC
Rio Doce/MG	Rondolândia/MT	Saltinho/SP
Rio dos Bois/TO	Rondon do Pará/PA	Salto da Divisa/MG
Rio dos Índios/RS	Rondon/PR	Salto de Pirapora/SP
Rio Espera/MG	Rondonópolis/MT	Salto do Céu/MT
Rio Formoso/PE	Roque Gonzales/RS	Salto do Itararé/PR
Rio Grande da Serra/SP	Rorainópolis/RR	Salto do Jacuí/RS
Rio Grande do Piauí/PI	Rosana/SP	Salto do Lontra/PR
Rio Grande/RS	Rosário da Limeira/MG	Salto Grande/SP
Rio Largo/AL	Rosário do Catete/SE	Salto/SP
Rio Manso/MG	Rosário do Ivaí/PR	Salvador das Missões/RS
Rio Maria/PA	Rosário do Sul/RS	Salvador do Sul/RS
Rio Negro/MS	Rosário Oeste/MT	Salvaterra/PA
Rio Negro/PR	Rosário/MA	Sambaíba/MA
Rio Novo do Sul/ES	Roseira/SP	Sampaio/TO
Rio Novo/MG	Roteiro/AL	Sananduva/RS
Rio Paranaíba/MG	Rubelita/MG	Sanclerlândia/GO
Rio Pardo de Minas/MG	Rubiácea/SP	Sandolândia/TO
Rio Pardo/RS	Rubiataba/GO	Sandovalina/SP
Rio Piracicaba/MG	Rubim/MG	Sanharó/PE
Rio Pombo/MG	Rubinéia/SP	Santa Adélia/SP
Rio Preto da Eva/AM	Rurópolis/PA	Santa Albertina/SP
Rio Preto/MG	Russas/CE	Santa Amélia/PR
Rio Quente/GO	Ruy Barbosa/BA	Santa Bárbara d'Oeste/SP
Rio Real/BA	Ruy Barbosa/RN	Santa Bárbara de
Rio Sono/TO	Sabará/MG	Goiás/GO
Rio Tinto/PB	Sabáudia/PR	Santa Bárbara do
Rio Verde de Mato	Sabino/SP	Leste/MG
Grosso/MS	Sabinópolis/MG	Santa Bárbara do Monte
Rio Verde/GO	Saboeiro/CE	Verde/MG
Rio Vermelho/MG	Sacramento/MG	Santa Bárbara do Pará/PA
Riolândia/SP	Sagrada Família/RS	Santa Bárbara do Sul/RS
Riozinho/RS	Sagres/SP	

Santa Bárbara do Tugúrio/MG
 Santa Bárbara/BA
 Santa Bárbara/MG
 Santa Branca/SP
 Santa Brígida/BA
 Santa Carmem/MT
 Santa Cecília do Pavão/PR
 Santa Cecília do Sul/RS
 Santa Cecília/PB
 Santa Clara d'Oeste/SP
 Santa Clara do Sul/RS
 Santa Cruz Cabralia/BA
 Santa Cruz da Baixa Verde/PE
 Santa Cruz da Conceição/SP
 Santa Cruz da Esperança/SP
 Santa Cruz da Vitória/BA
 Santa Cruz das Palmeiras/SP
 Santa Cruz de Goiás/GO
 Santa Cruz de Minas/MG
 Santa Cruz de Monte Castelo/PR
 Santa Cruz de Salinas/MG
 Santa Cruz do Arari/PA
 Santa Cruz do Capibaribe/PE
 Santa Cruz do Escalvado/MG
 Santa Cruz do Piauí/PI
 Santa Cruz do Rio Pardo/SP
 Santa Cruz do Sul/RS
 Santa Cruz do Xingu/MT
 Santa Cruz dos Milagres/PI
 Santa Cruz/PB
 Santa Cruz/PE
 Santa Cruz/RN
 Santa Efigênia de Minas/MG
 Santa Ernestina/SP
 Santa Fé de Goiás/GO
 Santa Fé de Minas/MG
 Santa Fé do Araguaia/TO

Santa Fé do Sul/SP
 Santa Fé/PR
 Santa Filomena do Maranhão/MA
 Santa Filomena/PE
 Santa Filomena/PI
 Santa Gertrudes/SP
 Santa Helena de Goiás/GO
 Santa Helena de Minas/MG
 Santa Helena/MA
 Santa Helena/PB
 Santa Helena/PR
 Santa Helena/SC
 Santa Inês/BA
 Santa Inês/MA
 Santa Inês/PB
 Santa Inês/PR
 Santa Isabel do Ivaí/PR
 Santa Isabel do Pará/PA
 Santa Isabel do Rio Negro/AM
 Santa Isabel/GO
 Santa Isabel/SP
 Santa Izabel do Oeste/PR
 Santa Juliana/MG
 Santa Leopoldina/ES
 Santa Lúcia/PR
 Santa Lúcia/SP
 Santa Luz/PI
 Santa Luzia d'Oeste/RO
 Santa Luzia do Itanhhy/SE
 Santa Luzia do Norte/AL
 Santa Luzia do Pará/PA
 Santa Luzia do Paruá/MA
 Santa Luzia/BA
 Santa Luzia/MA
 Santa Luzia/MG
 Santa Luzia/PB
 Santa Margarida do Sul/RS
 Santa Margarida/MG
 Santa Maria da Boa Vista/PE
 Santa Maria da Serra/SP
 Santa Maria da Vitória/BA
 Santa Maria das Barreiras/PA

Santa Maria de Itabira/MG
 Santa Maria de Jetibá/ES
 Santa Maria do Cambucá/PE
 Santa Maria do Herval/RS
 Santa Maria do Oeste/PR
 Santa Maria do Pará/PA
 Santa Maria do Salto/MG
 Santa Maria do Suaçuí/MG
 Santa Maria do Tocantins/TO
 Santa Maria Madalena/RJ
 Santa Maria/RN
 Santa Maria/RS
 Santa Mariana/PR
 Santa Mercedes/SP
 Santa Mônica/PR
 Santa Quitéria do Maranhão/MA
 Santa Quitéria/CE
 Santa Rita d'Oeste/SP
 Santa Rita de Caldas/MG
 Santa Rita de Cássia/BA
 Santa Rita de Ibitipoca/MG
 Santa Rita de Jacutinga/MG
 Santa Rita de Minas/MG
 Santa Rita do Araguaia/GO
 Santa Rita do Ituetto/MG
 Santa Rita do Novo Destino/GO
 Santa Rita do Pardo/MS
 Santa Rita do Passa Quatro/SP
 Santa Rita do Sapucaí/MG
 Santa Rita do Tocantins/TO
 Santa Rita do Trivelato/MT
 Santa Rita/MA
 Santa Rita/PB
 Santa Rosa da Serra/MG
 Santa Rosa de Goiás/GO
 Santa Rosa de Lima/SE
 Santa Rosa de Viterbo/SP

Santa Rosa do Piauí/PI
Santa Rosa do Purus/AC
Santa Rosa do
Tocantins/TO
Santa Rosa/RS
Santa Salete/SP
Santa Teresa/ES
Santa Teresinha/BA
Santa Teresinha/PB
Santa Tereza de
Goiás/GO
Santa Tereza do Oeste/PR
Santa Tereza do
Tocantins/TO
Santa Tereza/RS
Santa Terezinha de
Goiás/GO
Santa Terezinha de
Itaipu/PR
Santa Terezinha do
Tocantins/TO
Santa Terezinha/MT
Santa Terezinha/PE
Santa Vitória do
Palmar/RS
Santa Vitória/MG
Santaluz/BA
Santana da Boa Vista/RS
Santana da Ponte
Pensa/SP
Santana da Vargem/MG
Santana de
Cataguases/MG
Santana de Mangueira/PB
Santana de Parnaíba/SP
Santana de Pirapama/MG
Santana do Acaraú/CE
Santana do Araguaia/PA
Santana do Cariri/CE
Santana do Deserto/MG
Santana do
Garambéu/MG
Santana do Ipanema/AL
Santana do Itararé/PR
Santana do Jacaré/MG
Santana do
Livramento/RS
Santana do
Manhuaçu/MG

Santana do
Maranhão/MA
Santana do Matos/RN
Santana do Mundaú/AL
Santana do Paraíso/MG
Santana do Piauí/PI
Santana do Riacho/MG
Santana do São
Francisco/SE
Santana do Seridó/RN
Santana dos Garrotes/PB
Santana dos Montes/MG
Santana/AP
Santana/BA
Santanópolis/BA
Santarém Novo/PA
Santarém/PA
Santiago/RS
Santo Afonso/MT
Santo Amaro das
Brotas/SE
Santo Amaro do
Maranhão/MA
Santo Amaro/BA
Santo Anastácio/SP
Santo André/PB
Santo André/SP
Santo Ângelo/RS
Santo Antônio da
Alegria/SP
Santo Antônio da
Barra/GO
Santo Antônio da
Patrulha/RS
Santo Antônio da
Platina/PR
Santo Antônio das
Missões/RS
Santo Antônio de
Goiás/GO
Santo Antônio de
Jesus/BA
Santo Antônio de
Lisboa/PI
Santo Antônio de
Pádua/RJ
Santo Antônio de
Posse/SP
Santo Antônio do
Amparo/MG

Santo Antônio do
Aracanguá/SP
Santo Antônio do
Aventureiro/MG
Santo Antônio do
Caiuá/PR
Santo Antônio do
Descoberto/GO
Santo Antônio do
Grama/MG
Santo Antônio do Içá/AM
Santo Antônio do
Itambé/MG
Santo Antônio do
Jacinto/MG
Santo Antônio do
Jardim/SP
Santo Antônio do
Leste/MT
Santo Antônio do
Leverger/MT
Santo Antônio do
Monte/MG
Santo Antônio do
Palma/RS
Santo Antônio do
Paraíso/PR
Santo Antônio do
Pinhal/SP
Santo Antônio do
Planalto/RS
Santo Antônio do
Retiro/MG
Santo Antônio do Rio
Abaixo/MG
Santo Antônio do
Sudoeste/PR
Santo Antônio do
Tauá/PA
Santo Antônio dos
Lopes/MA
Santo Antônio dos
Milagres/PI
Santo Antônio/RN
Santo Augusto/RS
Santo Cristo/RS
Santo Estêvão/BA
Santo Expedito do Sul/RS
Santo Expedito/SP
Santo Hipólito/MG

Santo Inácio do Piauí/PI
Santo Inácio/PR
Santópolis do Aguapeí/SP
Santos Dumont/MG
Santos/SP
São Benedito do Rio Preto/MA
São Benedito do Sul/PE
São Benedito/CE
São Bento Abade/MG
São Bento de Pombal/PB
São Bento do Norte/RN
São Bento do Sapucaí/SP
São Bento do Tocantins/TO
São Bento do Trairi/RN
São Bento do Una/PE
São Bento/MA
São Bento/PB
São Bernardo do Campo/SP
São Bernardo/MA
São Borja/RS
São Brás do Suaçuí/MG
São Brás/AL
São Braz do Piauí/PI
São Caetano de Odíveiras/PA
São Caetano do Sul/SP
São Caetano/PE
São Carlos do Ivaí/PR
São Carlos/SP
São Cristóvão/SE
São Desidério/BA
São Domingos das Dores/MG
São Domingos do Araguaia/PA
São Domingos do Azeitão/MA
São Domingos do Capim/PA
São Domingos do Cariri/PB
São Domingos do Maranhão/MA
São Domingos do Norte/ES
São Domingos do Prata/MG

São Domingos do Sul/RS
São Domingos/BA
São Domingos/GO
São Domingos/PB
São Domingos/SE
São Felipe d'Oeste/RO
São Felipe/BA
São Félix de Balsas/MA
São Félix de Minas/MG
São Félix do Araguaia/MT
São Félix do Coribe/BA
São Félix do Piauí/PI
São Félix do Tocantins/TO
São Félix do Xingu/PA
São Félix/BA
São Fernando/RN
São Fidélis/RJ
São Francisco de Assis do Piauí/PI
São Francisco de Assis/RS
São Francisco de Goiás/GO
São Francisco de Itabapoana/RJ
São Francisco de Paula/MG
São Francisco de Paula/RS
São Francisco de Sales/MG
São Francisco do Brejão/MA
São Francisco do Conde/BA
São Francisco do Glória/MG
São Francisco do Guaporé/RO
São Francisco do Maranhão/MA
São Francisco do Oeste/RN
São Francisco do Pará/PA
São Francisco do Piauí/PI
São Francisco/MG
São Francisco/PB
São Francisco/SE

São Francisco/SP
São Gabriel da Cachoeira/AM
São Gabriel da Palha/ES
São Gabriel do Oeste/MS
São Gabriel/BA
São Gabriel/RS
São Geraldo da Piedade/MG
São Geraldo do Araguaia/PA
São Geraldo do Baixo/MG
São Geraldo/MG
São Gonçalo do Abaeté/MG
São Gonçalo do Amarante/CE
São Gonçalo do Amarante/RN
São Gonçalo do Gurguéia/PI
São Gonçalo do Pará/MG
São Gonçalo do Piauí/PI
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG
São Gonçalo do Rio Preto/MG
São Gonçalo do Sapucaí/MG
São Gonçalo dos Campos/BA
São Gonçalo/RJ
São Gotardo/MG
São Jerônimo da Serra/PR
São Jerônimo/RS
São João Batista do Glória/MG
São João Batista/MA
São João d'Aliança/GO
São João da Baliza/RR
São João da Barra/RJ
São João da Boa Vista/SP
São João da Canabrava/PI
São João da Fronteira/PI
São João da Lagoa/MG
São João da Mata/MG
São João da Paraúna/GO
São João da Ponta/PA
São João da Ponte/MG

São João da Serra/PI
São João da Urtiga/RS
São João da Varjota/PI
São João das Duas
Pontes/SP
São João das Missões/MG
São João de Iracema/SP
São João de Meriti/RJ
São João de Pirabas/PA
São João del-Rei/MG
São João do Araguaia/PA
São João do Arraial/PI
São João do Caiuá/PR
São João do Cariri/PB
São João do Caru/MA
São João do Ivaí/PR
São João do Jaguaribe/CE
São João do
Manhuaçu/MG
São João do
Manteninha/MG
São João do Oriente/MG
São João do Pacuí/MG
São João do Paraíso/MA
São João do Paraíso/MG
São João do
Pau/d'Alho/SP
São João do Piauí/PI
São João do Polêsine/RS
São João do Rio do
Peixe/PB
São João do Sabugi/RN
São João do Soter/MA
São João do Tigre/PB
São João do Triunfo/PR
São João dos Patos/MA
São João Evangelista/MG
São João
Nepomuceno/MG
São João/PE
São João/PR
São Joaquim da Barra/SP
São Joaquim de
Bicas/MG
São Joaquim do
Monte/PE
São Jorge d'Oeste/PR
São Jorge do Ivaí/PR
São Jorge do
Patrocínio/PR

São Jorge/RS
São José da Barra/MG
São José da Bela Vista/SP
São José da Boa Vista/PR
São José da Coroa
Grande/PE
São José da Lagoa
Tapada/PB
São José da Laje/AL
São José da Lapa/MG
São José da Safira/MG
São José da Tapera/AL
São José da Varginha/MG
São José da Vitória/BA
São José das Missões/RS
São José das
Palmeiras/PR
São José de Caiana/PB
São José de
Espinharas/PB
São José de Mipibu/RN
São José de Piranhas/PB
São José de Princesa/PB
São José de Ribamar/MA
São José de Ubá/RJ
São José do Alegre/MG
São José do Barreiro/SP
São José do Belmonte/PE
São José do Bonfim/PB
São José do Brejo do
Cruz/PB
São José do Calçado/ES
São José do
Campestre/RN
São José do Divino/MG
São José do Divino/PI
São José do Egito/PE
São José do Goiabal/MG
São José do Herval/RS
São José do Hortêncio/RS
São José do Inhacorá/RS
São José do Jacuípe/BA
São José do Jacuri/MG
São José do
Mantimento/MG
São José do Norte/RS
São José do Ouro/RS
São José do Peixe/PI
São José do Piauí/PI
São José do Povo/MT

São José do Rio
Claro/MT
São José do Rio Pardo/SP
São José do Rio Preto/SP
São José do Sabugi/PB
São José do Seridó/RN
São José do Sul/RS
São José do Vale do Rio
Preto/RJ
São José do Xingu/MT
São José dos Ausentes/RS
São José dos Basílios/MA
São José dos Campos/SP
São José dos
Cordeiros/PB
São José dos Pinhais/PR
São José dos Quatro
Marcos/MT
São José dos Ramos/PB
São Julião/PI
São Leopoldo/RS
São Lourenço da Mata/PE
São Lourenço da Serra/SP
São Lourenço do Piauí/PI
São Lourenço do Sul/RS
São Lourenço/MG
São Luís de Montes
Belos/GO
São Luís do Curu/CE
São Luís do Norte/GO
São Luís do Piauí/PI
São Luís do Quitunde/AL
São Luís Gonzaga do
Maranhão/MA
São Luís/MA
São Luís/RR
São Luiz do Paraitinga/SP
São Luiz Gonzaga/RS
São Mamede/PB
São Manoel do Paraná/PR
São Manuel/SP
São Marcos/RS
São Martinho da Serra/RS
São Martinho/RS
São Mateus do
Maranhão/MA
São Mateus do Sul/PR
São Mateus/ES
São Miguel Arcanjo/SP

São Miguel da Baixa Grande/PI
 São Miguel das Matas/BA
 São Miguel das Missões/RS
 São Miguel de Taipu/PB
 São Miguel do Aleixo/SE
 São Miguel do Anta/MG
 São Miguel do Araguaia/GO
 São Miguel do Fidalgo/PI
 São Miguel do Gostoso/RN
 São Miguel do Guamá/PA
 São Miguel do Guaporé/RO
 São Miguel do Iguaçu/PR
 São Miguel do Passa-Quatro/GO
 São Miguel do Tapuio/PI
 São Miguel do Tocantins/TO
 São Miguel dos Campos/AL
 São Miguel dos Milagres/AL
 São Miguel/RN
 São Nicolau/RS
 São Patrício/GO
 São Paulo das Missões/RS
 São Paulo de Olivença/AM
 São Paulo do Potengi/RN
 São Paulo/SP
 São Pedro da Água Branca/MA
 São Pedro da Aldeia/RJ
 São Pedro da Cipa/MT
 São Pedro da Serra/RS
 São Pedro da União/MG
 São Pedro das Missões/RS
 São Pedro do Butiá/RS
 São Pedro do Iguaçu/PR
 São Pedro do Ivaí/PR
 São Pedro do Paraná/PR
 São Pedro do Piauí/PI
 São Pedro do Suaçuí/MG
 São Pedro do Sul/RS

São Pedro do Turvo/SP
 São Pedro dos Crentes/MA
 São Pedro dos Ferros/MG
 São Pedro/RN
 São Pedro/SP
 São Rafael/RN
 São Raimundo das Mangabeiras/MA
 São Raimundo do Doca Bezerra/MA
 São Raimundo Nonato/PI
 São Roberto/MA
 São Romão/MG
 São Roque de Minas/MG
 São Roque do Canaã/ES
 São Roque/SP
 São Salvador do Tocantins/TO
 São Sebastião da Amoreira/PR
 São Sebastião da Bela Vista/MG
 São Sebastião da Boa Vista/PA
 São Sebastião da Grama/SP
 São Sebastião da Vargem Alegre/MG
 São Sebastião de Lagoa de Roça/PB
 São Sebastião do Alto/RJ
 São Sebastião do Anta/MG
 São Sebastião do Caí/RS
 São Sebastião do Maranhão/MG
 São Sebastião do Oeste/MG
 São Sebastião do Paraíso/MG
 São Sebastião do Passé/BA
 São Sebastião do Rio Preto/MG
 São Sebastião do Rio Verde/MG
 São Sebastião do Tocantins/TO

São Sebastião do Uatumã/AM
 São Sebastião do Umbuzeiro/PB
 São Sebastião/AL
 São Sebastião/SP
 São Sepé/RS
 São Simão/GO
 São Simão/SP
 São Thomé das Letras/MG
 São Tiago/MG
 São Tomás de Aquino/MG
 São Tomé/PR
 São Tomé/RN
 São Valentim do Sul/RS
 São Valentim/RS
 São Valério da Natividade/TO
 São Valério do Sul/RS
 São Vendelino/RS
 São Vicente de Minas/MG
 São Vicente do Sul/RS
 São Vicente Ferrer/MA
 São Vicente Ferrer/PE
 São Vicente/RN
 São Vicente/SP
 Sapé/PB
 Sapeaçu/BA
 Sapezal/MT
 Saporanga/RS
 Sapopema/PR
 Sapucaí/Mirim/MG
 Sapucaia do Sul/RS
 Sapucaia/PA
 Sapucaia/RJ
 Squarema/RJ
 Sarandí/PR
 Sarandí/RS
 Sarapuí/SP
 Sardoá/MG
 Sarutaiaí/SP
 Sarzedo/MG
 Sátiro Dias/BA
 Satuba/AL
 Satubinha/MA
 Saubara/BA
 Saudade do Iguaçu/PR

Saúde/BA
Seabra/BA
Sebastianópolis do Sul/SP
Sebastião Barros/PI
Sebastião Laranjeiras/BA
Sebastião Leal/PI
Seberi/RS
Sede Nova/RS
Segredo/RS
Selbach/RS
Selvíria/MS
Sem-Peixe/MG
Sena Madureira/AC
Senador Alexandre
Costa/MA
Senador Amaral/MG
Senador Canedo/GO
Senador Cortes/MG
Senador Elói de
Souza/RN
Senador Firmino/MG
Senador Georgino
Avelino/RN
Senador Guimard/AC
Senador José Bento/MG
Senador José Porfírio/PA
Senador La Rocque/MA
Senador Modestino
Gonçalves/MG
Senador Pompeu/CE
Senador Rui Palmeira/AL
Senador Sá/CE
Senador Salgado
Filho/RS
Sengés/PR
Senhor do Bonfim/BA
Senhora de Oliveira/MG
Senhora do Porto/MG
Senhora dos
Remédios/MG
Sentinela do Sul/RS
Sento Sé/BA
Serafina Corrêa/RS
Sericita/MG
Seridó/PB
Seringueiras/RO
Sério/RS
Seritinga/MG
Seropédica/RJ
Serra Azul de Minas/MG

Serra Azul/SP
Serra Branca/PB
Serra Caiada/RN
Serra da Raiz/PB
Serra da Saudade/MG
Serra de São Bento/RN
Serra do Mel/RN
Serra do Navio/AP
Serra do Ramalho/BA
Serra do Salitre/MG
Serra dos Aimorés/MG
Serra Dourada/BA
Serra Grande/PB
Serra Negra do Norte/RN
Serra Negra/SP
Serra Nova Dourada/MT
Serra Preta/BA
Serra Redonda/PB
Serra Talhada/PE
Serra/ES
Serrana/SP
Serrania/MG
Serrano do Maranhão/MA
Serranópolis de
Minas/MG
Serranópolis do
Iguaçu/PR
Serranópolis/GO
Serranos/MG
Serraria/PB
Serrinha dos Pintos/RN
Serrinha/BA
Serrinha/RN
Serrita/PE
Serro/MG
Serrolândia/BA
Sertaneja/PR
Sertânia/PE
Sertanópolis/PR
Sertão Santana/RS
Sertão/RS
Sertãozinho/PB
Sertãozinho/SP
Sete Barras/SP
Sete de Setembro/RS
Sete Lagoas/MG
Sete Quedas/MS
Setubinha/MG
Severiano de Almeida/RS
Severiano Melo/RN

Severínia/SP
Sidrolândia/MS
Sigefredo Pacheco/PI
Silva Jardim/RJ
Silvânia/GO
Silvanópolis/TO
Silveira Martins/RS
Silveirânia/MG
Silveiras/SP
Silves/AM
Silvianópolis/MG
Simão Dias/SE
Simão Pereira/MG
Simões/PI
Simolândia/GO
Simonésia/MG
Simplicio Mendes/PI
Sinimbu/RS
Sinop/MT
Siqueira Campos/PR
Sirinhaém/PE
Siriri/SE
Sítio d'Abadia/GO
Sítio do Mato/BA
Sítio do Quinto/BA
Sítio Novo do
Tocantins/TO
Sítio Novo/MA
Sítio Novo/RN
Sobradinho/BA
Sobradinho/RS
Sobrado/PB
Sobral/CE
Sobralia/MG
Socorro do Piauí/PI
Socorro/SP
Solânea/PB
Soledade de Minas/MG
Soledade/PB
Soledade/RS
Solidão/PE
Solonópole/CE
Sonora/MS
Sooretama/ES
Sorocaba/SP
Sorriso/MT
Sossêgo/PB
Soure/PA
Sousa/PB
Souto Soares/BA

Sucupira do Norte/MA
Sucupira do Riachão/MA
Sucupira/TO
Sud Mennucci/SP
Sulina/PR
Sumaré/SP
Sumé/PB
Sumidouro/RJ
Surubim/PE
Sussuapara/PI
Suzanápolis/SP
Suzano/SP
Tabaí/RS
Tabaporã/MT
Tabapuã/SP
Tabatinga/AM
Tabatinga/SP
Tabira/PE
Taboão da Serra/SP
Tabocas do Brejo Velho/BA
Taboleiro Grande/RN
Tabuleiro do Norte/CE
Tabuleiro/MG
Tacaimbó/PE
Tacaratu/PE
Taciba/SP
Tacima/PB
Tacuru/MS
Taguaí/SP
Taguatinga/TO
Taiaçu/SP
Tailândia/PA
Taió/SC
Taiobeiras/MG
Taipas do Tocantins/TO
Taipu/RN
Taiuva/SP
Talismã/TO
Tamandaré/PE
Tamarana/PR
Tambaú/SP
Tamboara/PR
Tamboril do Piauí/PI
Tamboril/CE
Tanabi/SP
Tangará da Serra/MT
Tangará/RN
Tanguá/RJ
Tanhacu/BA

Tanque d'Arca/AL
Tanque do Piauí/PI
Tanque Novo/BA
Tanquinho/BA
Taparuba/MG
Tapauá/AM
Tapejara/PR
Tapejara/RS
Taperá/RS
Taperoá/BA
Taperoá/PB
Tapes/RS
Tapira/MG
Tapira/PR
Tapirai/MG
Tapirai/SP
Tapiramutá/BA
Tapiatiba/SP
Tapurah/MT
Taquaraçu de Minas/MG
Taquaral de Goiás/GO
Taquaral/SP
Taquarana/AL
Taquari/RS
Taquaritinga do Norte/PE
Taquaritinga/SP
Taquaritiba/SP
Taquarivaí/SP
Taquaruçu do Sul/RS
Taquarussu/MS
Tarabai/SP
Taraucá/AC
Tarras/CE
Tartarugalzinho/AP
Tarumã/SP
Tarumirim/MG
Tasso Fragoso/MA
Tatuí/SP
Tauá/CE
Taubaté/SP
Tavares/PB
Tavares/RS
Tefé/AM
Teixeira de Freitas/BA
Teixeira Soares/PR
Teixeira/PB
Teixeiras/MG
Teixeirópolis/RO
Tejuçuoca/CE
Tejupá/SP

Telêmaco Borba/PR
Telha/SE
Tenente Ananias/RN
Tenente Laurentino Cruz/RN
Tenente Portela/RS
Tenório/PB
Teodoro Sampaio/BA
Teodoro Sampaio/SP
Teofilândia/BA
Teófilo Otoni/MG
Teolândia/BA
Teotônio Vilela/AL
Terenos/MS
Teresina de Goiás/GO
Teresina/PI
Teresópolis/RJ
Terezinha/PE
Terezópolis de Goiás/GO
Terra Alta/PA
Terra Boa/PR
Terra de Areia/RS
Terra Nova do Norte/MT
Terra Nova/BA
Terra Nova/PE
Terra Rica/PR
Terra Roxa/PR
Terra Roxa/SP
Terra Santa/PA
Tesouro/MT
Teutônia/RS
Theobroma/RO
Tiangú/CE
Tibagi/PR
Tibau do Sul/RN
Tibau/RN
Tietê/SP
Tijucas do Sul/PR
Timbaúba dos
Batistas/RN
Timbaúba/PE
Timbiras/MA
Timburi/SP
Timon/MA
Timóteo/MG
Tio Hugo/RS
Tiradentes do Sul/RS
Tiradentes/MG
Tiros/MG
Tobias Barreto/SE

Tocantínia/TO
Tocantinópolis/TO
Tocantins/MG
Tocos do Moji/MG
Toledo/MG
Toledo/PR
Tomar do Geru/SE
Tomazina/PR
Tombos/MG
Tomé/Açu/PA
Tonantins/AM
Toritama/PE
Torixoréu/MT
Toropi/RS
Torre de Pedra/SP
Torres/RS
Torrinha/SP
Touros/RN
Trabiju/SP
Tracuateua/PA
Tracunhaém/PE
Traipu/AL
Trairão/PA
Trairi/CE
Trajano de Moraes/RJ
Tramandaí/RS
Travesseiro/RS
Tremedal/BA
Tremembé/SP
Três Arroios/RS
Três Barras do Paraná/PR
Três Cachoeiras/RS
Três Corações/MG
Três Coroas/RS
Três de Maio/RS
Três Forquilhas/RS
Três Fronteiras/SP
Três Lagoas/MS
Três Marias/MG
Três Palmeiras/RS
Três Passos/RS
Três Pontas/MG
Três Ranchos/GO
Três Rios/RJ
Trindade do Sul/RS
Trindade/GO
Trindade/PE
Triunfo Potiguar/RN
Triunfo/PB
Triunfo/PE

Triunfo/RS
Trizidela do Vale/MA
Trombas/GO
Tucano/BA
Tucumã/PA
Tucunduva/RS
Tucuruí/PA
Tufilândia/MA
Tuiuti/SP
Tumiritinga/MG
Tunas do Paraná/PR
Tunas/RS
Tuneiras do Oeste/PR
Tuntum/MA
Tupã/SP
Tupaciguara/MG
Tupanatinga/PE
Tupanci do Sul/RS
Tupanciretã/RS
Tupandi/RS
Tuparendi/RS
Tuparetama/PE
Tupãssi/PR
Tupi Paulista/SP
Tupirama/TO
Tupiratis/TO
Turiaçu/MA
Turilândia/MA
Turiúba/SP
Turmalina/MG
Turmalina/SP
Turuçu/RS
Tururu/CE
Turvânia/GO
Turvelândia/GO
Turvo/PR
Turvolândia/MG
Tutóia/MA
Uarini/AM
Uauá/BA
Ubá/MG
Ubaí/MG
Ubaíra/BA
Ubaitaba/BA
Ubajara/CE
Ubaporanga/MG
Ubarana/SP
Ubatã/BA
Ubatuba/SP
Uberaba/MG

Uberlândia/MG
Ubirajara/SP
Ubiratã/PR
Ubiretama/RS
Uchoa/SP
Uibaí/BA
Uiramutã/RR
Uirapuru/GO
Uiraúna/PB
Ulianópolis/PA
Umari/CE
Umarizal/RN
Umbaúba/SE
Umburanas/BA
Umburatiba/MG
Umbuzeiro/PB
Umirim/CE
Umuarama/PR
Una/BA
Unaí/MG
União da Serra/RS
União da Vitória/PR
União de Minas/MG
União do Sul/MT
União dos Palmares/AL
União Paulista/SP
União/PI
Uniflor/PR
Unistalda/RS
Upanema/RN
Uraí/PR
Urandi/BA
Urânia/SP
Urbano Santos/MA
Uru/SP
Uruaçu/GO
Uruana de Minas/MG
Uruana/GO
Uruará/PA
Uruburetama/CE
Urucânia/MG
Urucará/AM
Uruçuca/BA
Uruçuí/PI
Urucuia/MG
Urucurituba/AM
Uruguaiana/RS
Uruoca/CE
Urupá/RO
Urupês/SP

Urutaí/GO
Utinga/BA
Vacaria/RS
Vale de São
Domingos/MT
Vale do Anari/RO
Vale do Paraíso/RO
Vale do Sol/RS
Vale Real/RS
Vale Verde/RS
Valença do Piauí/PI
Valença/BA
Valença/RJ
Valente/BA
Valentim Gentil/SP
Valinhos/SP
Valparaíso de Goiás/GO
Valparaíso/SP
Vanini/RS
Vargem Alegre/MG
Vargem Alta/ES
Vargem Bonita/MG
Vargem Grande do Rio
Pardo/MG
Vargem Grande do
Sul/SP
Vargem Grande
Paulista/SP
Vargem Grande/MA
Vargem/SP
Varginha/MG
Varjão de Minas/MG
Varjão/GO
Varjota/CE
Varre-Sai/RJ
Várzea Alegre/CE
Várzea Branca/PI
Várzea da Palma/MG
Várzea da Roça/BA
Várzea do Poço/BA
Várzea Grande/MT
Várzea Grande/PI
Várzea Nova/BA
Várzea Paulista/SP
Várzea/PB
Várzea/RN
Varzedo/BA
Varzelândia/MG
Vassouras/RJ
Vazante/MG

Venâncio Aires/RS
Venda Nova do
Imigrante/ES
Venha-Ver/RN
Ventania/PR
Venturosa/PE
Vera Cruz do Oeste/PR
Vera Cruz/BA
Vera Cruz/RN
Vera Cruz/RS
Vera Cruz/SP
Vera Mendes/PI
Vera/MT
Veranópolis/RS
Verdejante/PE
Verdelândia/MG
Verê/PR
Vereda/BA
Veredinha/MG
Veríssimo/MG
Vermelho Novo/MG
Vertente do Lério/PE
Vertentes/PE
Vespasiano Corrêa/RS
Vespasiano/MG
Viadutos/RS
Viamão/RS
Viana/ES
Viana/MA
Vianópolis/GO
Vicência/PE
Vicente Dutra/RS
Vicentina/MS
Vicentinópolis/GO
Viçosa do Ceará/CE
Viçosa/AL
Viçosa/MG
Viçosa/RN
Victor Graeff/RS
Vieiras/MG
Vieirópolis/PB
Vigia/PA
Vila Bela da Santíssima
Trindade/MT
Vila Boa/GO
Vila Flor/RN
Vila Flores/RS
Vila Lângaro/RS
Vila Maria/RS
Vila Nova do Piauí/PI

Vila Nova do Sul/RS
Vila Nova dos
Martírios/MA
Vila Pavão/ES
Vila Propício/GO
Vila Rica/MT
Vila Valério/ES
Vila Velha/ES
Vilhena/RO
Vinhedo/SP
Viradouro/SP
Virgem da Lapa/MG
Virgínia/MG
Virginópolis/MG
Virgolândia/MG
Virmond/PR
Visconde do Rio
Branco/MG
Viseu/PA
Vista Alegre do Alto/SP
Vista Alegre do Prata/RS
Vista Alegre/RS
Vista Gaúcha/RS
Vista Serrana/PB
Vitória Brasil/SP
Vitória da Conquista/BA
Vitória das Missões/RS
Vitória de Santo
Antão/PE
Vitória do Jari/AP
Vitória do Mearim/MA
Vitória do Xingu/PA
Vitória/ES
Vitorino Freire/MA
Vitorino/PR
Volta Grande/MG
Volta Redonda/RJ
Votorantim/SP
Votuporanga/SP
Wagner/BA
Wall Ferraz/PI
Wanderlândia/TO
Wanderley/BA
Wenceslau Braz/MG
Wenceslau Braz/PR
Wenceslau
Guimarães/BA
Westfália/RS
Xambioá/TO
Xambrê/PR

Xangri/lá/RS
Xapuri/AC
Xexéu/PE

Xinguara/PA
Xique-Xique/BA
Zabelê/PB

Zacarias/SP
Zé Doca/MA

ANEXO II

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Empregos públicos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Referência salarial inicial - Valores em	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	12.173	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	7.940	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	7.940	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	5.882	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	3.866	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	2.574	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	5.882	40h	Ensino superior completo e registro no órgão
Assistente Administrativo	03	Concurso público	2.574	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	5.882	40h	Ensino superior completo e registro no órgão competente (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de

Assessor Jurídico	01	Concurso público	5.882	40h	Ensino superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de
-------------------	----	------------------	-------	-----	--

Tabela de Referências Salariais para Empregos Públicos Permanentes:

Emprego Público	Classe	Nível de Senioridade	Níveis de Referências Salariais (Valores em R\$)					
			1	2	3	4	5	6
Analista de Sistemas	5	Júnior	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494
		Pleno	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314
		Sênior	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236
		Master	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275
Contador	5	Júnior	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494
		Pleno	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314
		Sênior	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236
		Master	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275
Controlador Interno	5	Júnior	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494
		Pleno	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314
		Sênior	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236
		Master	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275
Assessor Jurídico	5	Júnior	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494
		Pleno	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314
		Sênior	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236
		Master	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275
Programador	3	Júnior	3.866	3.943	4.022	4.103	4.185	4.268
		Pleno	4.354	4.441	4.530	4.620	4.713	4.807
		Sênior	4.903	5.001	5.101	5.203	5.307	5.413

Emprego Público	Classe	Nível de Senioridade	Níveis de Referências Salariais (Valores em R\$)					
			1	2	3	4	5	6
		Master	5.522	5.632	5.745	5.860	5.977	6.096

Emprego Público	Classe	Nível de Senioridade	Níveis de Referências Salariais (Valores em R\$)					
			1	2	3	4	5	6
Técnico em TI	2	Júnior	2.574	2.625	2.678	2.732	2.786	2.842
		Pleno	2.899	2.957	3.016	3.076	3.138	3.200
		Sênior	3.264	3.330	3.396	3.464	3.534	3.604
		Master	3.676	3.750	3.825	3.901	3.979	4.059
Assistente Administrativo	2	Júnior	2.574	2.625	2.678	2.732	2.786	2.842
		Pleno	2.899	2.957	3.016	3.076	3.138	3.200
		Sênior	3.264	3.330	3.396	3.464	3.534	3.604
		Master	3.676	3.750	3.825	3.901	3.979	4.059

Tabela de Referências Salariais para Empregos Públicos em Comissão:

Emprego Público	Classe	Níveis de Referências Salariais (Valores em R\$)					
		1	2	3	4	5	6
Diretor Executivo	8	12.173	12.416	12.664	12.918	13.176	13.439
		13.708	13.982	14.262	14.547	14.838	15.135
		15.438	15.746	16.061	16.383	16.710	17.044
		17.385	17.733	18.088	18.449	18.818	19.195
Gerente Administrativo	7	7.940	8.099	8.261	8.426	8.595	8.766
		8.942	9.121	9.303	9.489	9.679	9.872
		10.070	10.271	10.477	10.686	10.900	11.118
		11.340	11.567	11.798	12.034	12.275	12.521
Gerente de TI	7	7.940	8.099	8.261	8.426	8.595	8.766
		8.942	9.121	9.303	9.489	9.679	9.872
		10.070	10.271	10.477	10.686	10.900	11.118
		11.340	11.567	11.798	12.034	12.275	12.521

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS:

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e gestão do **CIGA**, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do **CIGA**, elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do **CIGA**; elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do **CIGA**; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao **CIGA** para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do **CIGA**; executar a gestão administrativa e financeira do **CIGA** dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do **CIGA**; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho de Administração a aquisição de servidores públicos para servir ao **CIGA**.

Gerente Administrativo: Organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio, executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos, supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do consórcio, auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

Gerente de Tecnologias da Informação: Elaborar, Coordenar e supervisionar os projetos relacionados aos objetivos do consórcio, gerenciar a equipe de analistas, programadores e técnicos em informática, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Analista de Sistemas: Atividades relacionadas com a análise dos sistemas, coordenando a implantação, propondo alterações, efetuando a manutenção necessária, com a finalidade de otimizar a área de Processamento de Dados.

Programador: Codificar programas de computação, conforme especificado, em qualquer linguagem; elaborar diagramas/fluxogramas de lógica para fins de documentação e/ou construção de programas, prestar assistência técnica na utilização de recursos de informática, atuar na causa básica de problemas e na padronização de soluções, conhecer e aplicar os requisitos de segurança das informações e dos sistemas de informação; e executar outras atribuições da mesma natureza e nível de complexidade correspondente ao cargo. Desempenhar atividades especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico, com vistas à concepção e desenvolvimento de projetos de objetos e mensagens visuais que equacionam sistematicamente dados ergonômicos, tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e estéticos que atendam concretamente às necessidades humanas.

Técnico em TI: Participar do desenvolvimento de projetos, elaboração, implantação, manutenção, documentação e suporte de sistemas e hardware, bem como de executar serviços programados.

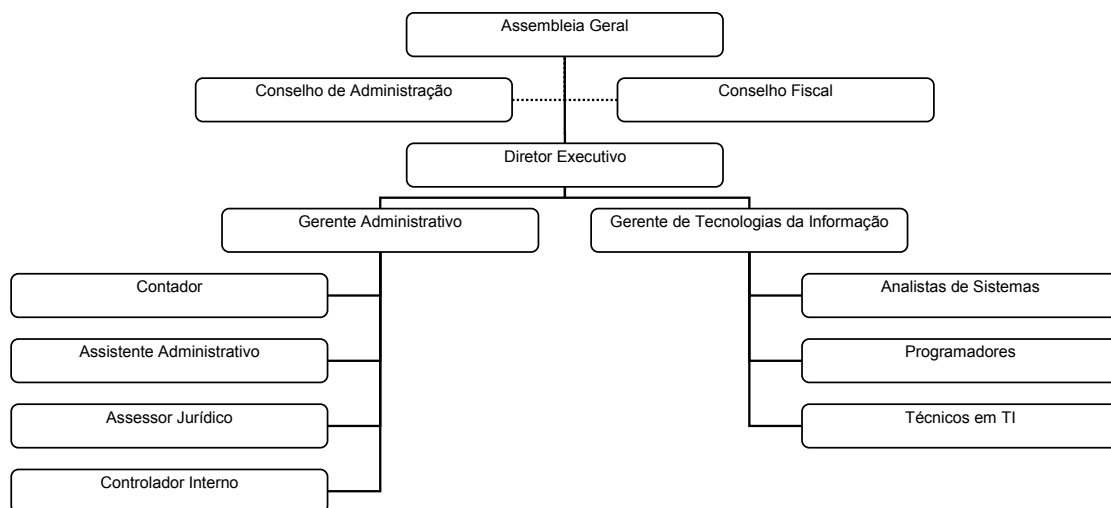
Contador: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contáveis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e Patrimonial do Consórcio, elaborar os balanços e balancetes patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

Controlador Interno: acompanhar, controlar, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do Consórcio, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a assinatura de Relatórios de Gestão Fiscal, junto com o Presidente do Consórcio, assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000); fazer a remessa ao Presidente e Diretor Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. O Controlador Interno exercerá ainda funções de apoio à administração do **CIGA**, aos municípios consorciados, ou consórcios e associações e entidades parceiras do **CIGA**, bem como outras atividades afins. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Assessor Jurídico: Representar em juízo ou fora dele o Consórcio, nas ações em que for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiência em outros atos, para defender direitos ou interesses. Estudar a matéria jurídica e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos à legislação aplicável; complementar ou apurar as informações levantadas, inquirindo o cliente, as testemunhas e outras pessoas e tomando medidas, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação; preparar a defesa ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento adequado, para apresentá-lo em juízo; acompanhar o processo em todas as suas fases, requerendo seu andamento por meio de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio; representar a parte de que é mandatário em juízo, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável; redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou outras aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los na defesa do Consórcio. Orientar o Consórcio com relação aos seus direitos e obrigações legais. Prestar consultoria e assessoria aos municípios consorciados em matérias relacionadas às publicações legais e ao Diário Oficial dos Municípios, ou outras matérias solicitadas pela administração do **CIGA**. Prestar apoio aos demais setores do **CIGA**, incluindo licitações, controle interno e outras áreas da administração do Consórcio. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Assistente Administrativo: Auxiliar o Gerente Administrativo e o Diretor Executivo em suas atribuições, responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas do consórcio.

Organograma da estrutura administrativa do **CIGA**: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)



PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº. XX/XXXX**ANEXO II – Ata da 15ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, na qual ficou definida o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:**

Ata da 15ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA

No dia vinte e sete janeiro do ano de dois mil e dezessete, atendendo ao Edital de Convocação nº 07/2017, reuniram-se em Assembleia Geral os Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e demais Prefeitos presentes, conforme assinaturas na lista de presenças anexa. Às dez horas, em segunda convocação, foi aberta a Assembleia Geral pelo Presidente Interino do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, Sr. Douglas Fernando de Mello, o qual cumprimentou os integrantes da Mesa: o Sr. Eduardo Tabosa, Secretário-geral da Confederação Nacional de Municípios – CNM, o Sr. Roberto Kurtz Pereira - Secretário Executivo da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC e presidente do Colegiado de Secretários Executivos das Associações de Municípios, concluiu estendendo seus cumprimentos aos demais presentes. Na sequência, o Sr. Douglas Mello concedeu a palavra ao Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni L. Albino, para que prosseguisse com a leitura da pauta da Assembleia. O Diretor Executivo cumprimentou os integrantes da mesa, prefeitos presentes e destacou a presença dos representantes da Federação Catarinense de Municípios - FECAM presentes, em nome do Diretor de Articulação Institucional da FECAM, Sr. Celso Vedana, e estendeu seus cumprimentos ao Diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, Sr. Alexandre Alves, ao Diretor da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, além dos demais presentes. O Diretor do CIGA apresentou aos presentes a missão do CIGA que é “Prover soluções tecnológicas para a melhoria da gestão pública”, comentando que o principal objetivo do consórcio é prover serviços de tecnologia da informação de forma compartilhada, reduzindo assim os custos dos sistemas, o aumento da arrecadação e a melhoria da gestão municipal como um todo, junto com a democratização da informação junto aos cidadãos. O Sr. Gilsoni L. Albino efetuou, então, a leitura da pauta da Assembleia, a qual segue: 1) Relatório de Atividades e Prestação de Contas do Exercício de 2016; 2) Orçamento e plano de trabalho para 2017; 3) Definições dos valores dos programas do CIGA para 2017; 4) Ingresso de novos Municípios no CIGA; 5) Ampliação da sede (aquisição de novas salas); 6) Atualização das carreiras, empregos públicos e funções do CIGA; 7) Alteração do Contrato de Consórcio Público do CIGA; 8) Alteração do Regimento Interno (Estatuto do CIGA); 9) Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e 10) Assuntos diversos. O Presidente Interino do CIGA retomou a palavra propondo uma alteração na ordem da pauta, para que o primeiro item apreciado fosse a eleição da nova Diretoria, já que praticamente todos os membros da diretoria atual eram novos prefeitos eleitos. A proposição do Sr. Douglas Fernando de Mello, prefeito de Lebon Régis e Presidente Interino do CIGA, foi acatada por todos, e o Presidente concedeu a palavra ao Diretor do CIGA para que o mesmo pudesse explicar o procedimento da eleição. O Sr. Gilsoni explicou que a composição da Diretoria do CIGA é composta por onze membros do Executivo de municípios consorciados e informou, ainda, que existe uma chapa preliminarmente montada a partir de indicações feitas pelas associações de municípios, observando-se a alternância entre regiões

e partidos, e que no caso do CIGA não é necessária inscrição de chapas antecipadamente, permitindo à Assembleia indicar, substituir ou mesmo constituir nova chapa neste momento. Logo, efetuou-se a leitura da chapa com os pretensos candidatos na seguinte ordem: Presidente – Sr. Douglas Fernando Mello – Prefeito de Lebon Régis, Vice-Presidente – Sr. Moisés Diersmann – Prefeito de Luzerna, Segundo Vice-Presidente – Sr. Mariano Mazzuco Neto – Prefeito de Araranguá, Primeiro-Secretário – Sr. Robson Jean Back – Prefeito de São Martinho, Segundo-Secretário – Sr. Rogério José Frigo – Prefeito de Nova Veneza; Conselho Fiscal Titulares: Sr. Ernei José Stahelin – Prefeito de São Pedro de Alcântara, Sr. Sidnei José Willinghofer – Prefeito de Flor do Sertão e Sr. João Cidinei da Silva – Prefeito de Anita Garibaldi; e Conselho Fiscal Suplentes: Sr. Bento Francisco Silvy – Prefeito de Vitor Meireles, Sr. Emerson Luciano Stein – Prefeito de Porto Belo e Sr. Julio Cesar Ronconi – Prefeito de Rio Negrinho. Com a palavra o Sr. Douglas F. Mello informou que é prefeito recentemente eleito, acabou assumindo o CIGA interinamente em vista do mandato no município, teve um breve contato para buscar aprender um pouco mais sobre os procedimentos do Consórcio e resolveu colocar o nome à disposição para continuar frente ao Consórcio CIGA em 2017 para contribuir no processo, mas, que se houvesse algum outro prefeito interessado abriria mão, ou mesmo, se os prefeitos presentes pretendessem montar uma outra chapa que ficassem à vontade, já que o único interesse era colaborar no processo. Os presentes não fizeram qualquer objeção à chapa e o Presidente Interino colocou a chapa em votação, a qual foi aclamada por unanimidade, sendo que foram eleitos os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal na mesma ordem apresentada na chapa. Ato contínuo, os prefeitos eleitos membros dos conselhos do CIGA para a gestão 2017, vieram a frente para realizar o registro fotográfico acompanhados dos presentes à mesa e do Diretor Executivo do CIGA. Em seguida, a mesa foi desfeita para facilitar o acompanhamento da projeção, ficando à mesa apenas o presidente do CIGA, Sr. Douglas F. Mello na condução dos trabalhos, que imediatamente passou a palavra ao Sr. Gilsoni L. Albino, para que pudesse dar andamento aos assuntos da pauta. O Diretor do CIGA informou aos presentes que, infelizmente, o tempo era bastante escasso para o grande volume de informações, mas, destacou que os dados das atividades, orçamento, plano de trabalho e prestação de contas estão nos relatórios que foram entregues de forma impressa na entrada do auditório, solicitou que caso alguém não dispusesse do material que assinalasse para que os empregados do CIGA presentes pudessem levar o material aos interessados. O Presidente do CIGA, Sr. Douglas F. Mello, retomou a palavra informando aos presentes que o material de forma mais detalhada também fica à disposição a qualquer tempo na sede do consórcio. O Diretor do CIGA complementou informando que os dados também estão disponíveis em tempo real no site do consórcio, inclusive de forma detalhada, atendendo às legislações de transparência vigentes e que a prestação de contas do consórcio também é realizada de forma eletrônica ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que o CIGA faz parte do sistema municipalista, com ações integradas com a FECAM, Associações de Municípios, EGEM e ARIS. Ato contínuo, o Diretor Executivo apresentou os atuais sistemas ofertados pelo CIGA: Programa de Gestão de Obras, Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, Diário Oficial dos Municípios, Gestão do Cadastro Integrado Municipal, Gestão do Simples Nacional e Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica. Na sequência, o Diretor do CIGA passou ao relatório de atividades e prestação de contas, destacando a mobilização dos gestores em 2016 contrários ao PEC 6.4/2010 que ficou conhecida como o PEC das publicações, tanto de prefeitos da época quanto de prefeitos já eleitos, o Diretor ainda apresentou os dados de consorciamento de 2016 com o ingresso de 10 novos municípios ao CIGA, incluindo Florianópolis, totalizando 293 municípios consorciados, sendo 283 municípios catarinenses (95,9% do estado de Santa Catarina) e cinco capitais de outros estados. Os seguintes dados foram apresentados pelo Diretor Executivo, relativos à atuação do CIGA em 2016: foram cerca de 500 contratos de prestação de serviços ativos; cerca de 5.000 usuários dos

sistemas; 185 municípios publicando no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; 221 municípios utilizando a Gestão do Simples Nacional; 257 municípios na RedeSIM; 85 portais de Câmaras Municipais; 5 municípios utilizando a Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica; e 19 municípios no Gestão de Obras. Para atender a essa demanda o CIGA conta ao todo com 17 empregados públicos, dois funcionários terceirizados e um estagiário. Na sequência, o Sr. Gilsoni L. Albino apresentou a evolução da publicação de atos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, que em 2008 era de 1.908 atos e em 2016 foram 242.056 atos, ultrapassando nesse período a marca histórica de um milhão de atos publicados. A iniciativa foi contemplada, ainda, com o Prêmio Udesc Esag 2016 de Boas Práticas em Gestão Pública, devendo ser observada que a economia de recursos estimada, por todos os municípios que publicaram no DOM/SC em 2016, foi de 67 milhões de reais e as edições diárias tiveram, em média, mais de 1.000 atos, as quais são preparadas em menos de 6 horas. Sobre o integrador da RedeSIM que integra os procedimentos de abertura e alterações empresariais ao sistema da JUCESC, onde foram executadas mais de 150 operações nos municípios geridos pelo CIGA, o Sr. Gilsoni L. Albino comentou acerca dos problemas enfrentados em 2016 pelo CIGA em virtude do término do contrato com a empresa fornecedora do sistema, ocasião em que houve a transferência tecnológica prevista no contrato. Entretanto, o CIGA optou por desenvolver sua própria solução, de forma a efetuar melhorias ao projeto e conferir mais autonomia nas adaptações necessárias ao sistema, bem como a redução de valores dos custos desse sistema em mais de 50%, o que já implicou na redução dos valores aos municípios que autorizaram a migração. Inclusive, houve isenção para municípios com menos de 50 procedimentos por ano, conforme definição do Conselho de Administração em 2016, sendo que ainda restam alguns municípios que preferem manter a solução anterior e o CIGA está estudando formas de manter o projeto também para esses casos. Com relação ao sistema de Gestão do Simples Nacional, projeto que tem atualmente mais de 500 milhões de documentos processados, o Diretor do CIGA comentou sobre o grande volume de divergência apuradas, em alguns casos levantando mais de R\$ 40 milhões em faturamento e mais de um milhão de reais de retorno de ISS em apenas uma cidade. Também desenvolvido internamente, a Gestão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços contou com o lançamento da versão para celular. Em 2016, foi realizada o primeiro registro de licitações compartilhadas, numa escala que permitiu a redução de mais de 50% do valor de mercado, cerca de R\$ 15 milhões de economia para um único sistema. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que foram muitas as lições aprendidas no processo, mas, que ficou comprovado o ganho financeiro e a redução burocrática que o consórcio pode gerar aos consorciados. Após o breve relato das atividades, o Diretor Executivo seguiu com a pauta relativa à Prestação de Contas do Exercício de 2016 comentando que o orçamento e os reajustes dos programas do CIGA já foram apreciados pelo Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária - AGO, devido aos prazos dos orçamentos municipais, para posterior homologação na AGO. Os destaques de 2016 expostos pelo Sr. Gilsoni L. Albino foram os seguintes: aquisição de espaço que estava locado no mesmo prédio da sede no valor de R\$ 700.000,00 que ficou em Restos a Pagar devido às questões de certidões da construtora; devolução de R\$ 154 mil aos municípios consorciados relativos à retenção de imposto de renda sobre a folha de pagamento dos empregados do CIGA; revisão dos valores sistemas do CIGA apenas pela inflação e manutenção do valor do sistema de Gestão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços. O Diretor apresentou, na sequência, os valores dos maiores contratos do CIGA, com destaque para o contrato com a AMUNES - Associação dos Municípios do Espírito Santo relativo à disponibilização do Diário Oficial para os municípios associados, que totalizou R\$ 252 mil no ano de 2016. O fornecimento do DOM para os associados da AMUNES foi objeto de outra Assembleia Geral do CIGA, sendo que ficou comprovada a eficácia do projeto de acordo com os interesses das partes, já que para os municípios da AMUNES houve grande impacto na economia de recursos voltados às

publicações oficiais, bem como aumento da transparência e organização destes municípios quanto aos atos oficiais. Para o CIGA as vantagens são, principalmente, de poder compartilhar uma tecnologia já desenvolvida, diluindo assim os custos do Consórcio com uma escala ainda maior de utilização, sem falar das diversas melhorias propostas pelos novos usuários que são aplicadas também nos projetos de Santa Catarina. Nesse mesmo sentido, a AMUNES solicitou em 2016 a disponibilização do Sistema de Gestão do Simples Nacional no mesmo modelo de contratação. Atualmente, outros 6 contratos fora do Estado somam R\$ 154.100,00 e a Assembleia concordou em manter tais disponibilizações e contratos para municípios de outros estados e para os municípios da AMUNES, considerando que vem ao encontro das melhorias e aperfeiçoamentos dos sistemas e da redução do custo de manutenção dos sistemas disponibilizados, além da melhoria da gestão pública como um todo. Na sequência, o Diretor Executivo seguiu apresentando o detalhamento da receita do CIGA no exercício de 2016, que totalizou R\$ 3.969.333,06 (três milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e seis centavos), tendo em vista que as receitas arrecadadas pelo CIGA no exercício de 2015 totalizaram R\$ 3.470.549,72 (três milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), houve um aumento na arrecadação de 14,37%. Em 2016, a arrecadação do CIGA ocorreu exclusivamente na fonte de recurso 01.00 – Recursos Próprios, na qual estão abrangidas as receitas de prestações de serviços, rendimentos de aplicações financeiras e outras receitas. As despesas liquidadas no Exercício de 2016 totalizaram R\$ 2.407.245,11 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), os principais gastos foram demonstrados na tela e constam no relatório de prestação de contas. No exercício de 2015, o total de despesas realizadas pelo CIGA foi de R\$ 2.997.753,51 (dois milhões, novecentos e noventa e sete mil reais, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos). Desta forma, houve um decréscimo de R\$ 590.508,40 (quinhentos e noventa mil, quinhentos e oito reais e quarenta centavos) nas despesas liquidadas pelo CIGA em 2016, em relação ao exercício de 2015. Todavia, o saldo de restos a pagar em 2016 supera o de 2015 em R\$ 719.338,31 (setecentos e dezenove mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos), sendo que essa diferença relevante no saldo está diretamente relacionada à aquisição de imóvel (duas salas e duas vagas de garagens) realizada pelo CIGA em dezembro de 2016, cujo processamento da despesa no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) deverá ocorrer no início do exercício de 2017. O excesso de arrecadação entre a receita estimada e a receita realizada foi de R\$ 809.333,06 (oitocentos e nove mil trezentos e trinta e três reais e seis centavos). O saldo entre a despesa fixada mais a suplementação da despesa e a despesa empenhada resultou em uma economia de R\$ 1.251.128,54 (um milhão duzentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos). O balanço orçamentário resultou em um superávit orçamentário de R\$ 777.789,68 (setecentos e setenta e sete mil setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), restando em 31 de dezembro de 2016 um saldo bancário total de R\$ 2.504.383,06 (dois milhões quinhentos e quatro mil trezentos e oitenta e três reais e seis centavos). O presidente do CIGA informou aos presentes que o detalhamento das informações poderão ser visualizadas no Portal da Lei de Acesso à Informação do CIGA (<https://ciga.sc.gov.br/transparencia/>) e colocou a prestação de contas e o relatório de atividades em votação, os quais foram aprovados por unanimidade. Ato contínuo, o Diretor Executivo apresentou a proposta orçamentária do Consórcio para 2017, a qual foi aprovada pelo conselho de administração ainda em 2016 ad referendum da Assembleia Geral Ordinária - AGO, sendo que o orçamento de 2017 foi fixado em R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais). Quanto à estimativa de receitas, os destaques são o Diário Oficial dos Municípios (Santa Catarina e do Espírito Santo), que representa R\$ 1.665.000,00 (um milhão e seiscentos e sessenta e cinco mil reais) da receita estimada, e o sistema de Gestão do Simples Nacional – G-Simples, que representa R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais) do total da arrecadação estimada. A fixação

das despesas ficou em R\$ 1.488.506,76 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos) para pessoal e encargos sociais; R\$ 1.322.493,24 (um milhão, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) para outras despesas correntes; R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para Investimentos; e R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) para Reserva de Contingência, a Reserva de Contingência corresponde ao percentual de 1% (um por cento) sobre a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2017, a ser utilizada para a abertura de créditos adicionais destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme definido no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Sendo que os recursos da reserva de Contingência destinados à cobertura de riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 05 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados, por ato do Presidente do CIGA, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes. Já a redução das receitas e despesas em relação ao orçamento 2016 teve seu maior impacto na substituição do modelo de negócios do G-CIM, desenvolvido internamente. Na proposta orçamentária o Presidente do CIGA fica autorizado ainda a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação (caso ocorrer), superávit financeiro ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas. O Presidente do CIGA estará autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 70% (setenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento, por meio de Resolução, utilizando como fontes de recursos: I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício; II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias; III – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. Fica, ainda, o CIGA autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais e o Presidente do CIGA fica autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma categoria econômica/grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outra, dentro da mesma Unidade Orçamentária, por meio de Resolução. O presidente do CIGA colocou o orçamento em votação que foi aprovado pela Assembleia. Na sequência, o Diretor Executivo colocou em pauta os reajustes nos valores dos serviços ofertados pelo CIGA para o exercício de 2017 que também haviam sido aprovados *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, sendo que os valores do sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-NOTA para o exercício de 2017 serão os mesmos praticados em 2016, apenas com redução da faixa mínima de habitantes, ficando da seguinte forma: para municípios com até 7.000 (sete mil) habitantes, o valor será de R\$ 280,00/mês; e para os municípios acima de 7.000 (sete mil) habitantes, o valor mensal será de R\$ 0,04/por habitante ($R\$ 0,04 \times n^\circ \text{ habitantes}$). O reajuste nos valores dos serviços relativos à utilização do Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), do sistema de Gestão de Obras (G-Obras), do portal de Gestão das Câmaras de Vereadores (G-Câmara), do sistema do REGIN e do sistema de Gestão do Simples Nacional (G-Simples) para 2017 pelos municípios consorciados ao CIGA foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do período de agosto de 2015 a maio de 2016, cujo acumulado neste período foi 8,35%. Os presentes fizeram alguns questionamentos sobre os quadros de valores, o Sr. Gilsoni L. Albino informou que os valores variam de acordo com o sistema e o porte do município, porém costumam ter um valor final equivalente, já que municípios maiores costumam ter mais atos para serem publicados por exemplo, ou mais empresas para serem processadas nos sistemas tributários. Logo, o Presidente colocou os reajustes em apreciação, os quais foram aprovados pela Assembleia. O Diretor do CIGA apresentou à Assembleia o pedido de utilização de até R\$ 850 mil dos recursos disponíveis, para aquisição de novas salas, ampliando o espaço disponível do CIGA, já que o atual espaço se encontra completamente ocupado e as atividades do CIGA encontram-se em completa expansão, como os números apresentados na presente Assembleia demonstram. O Presidente do CIGA comentou com a Assembleia

que realmente é necessária a expansão e há uma questão inconveniente que é o fato das salas disponíveis no Edifício da sede do CIGA não estarem no mesmo andar das salas atuais. Sendo assim, a proposição do Presidente para aquisição de salas visando à ampliação do espaço atual do CIGA, seja no mesmo prédio ou em outros locais, desde que haja proximidade entre todas as unidades físicas do Consórcio, sem desconsiderar a importância de estarem próximas das demais entidades municipalistas do sistema FECAM, foi aprovada pela Assembleia. Em seguida, O Diretor do CIGA apresentou o plano de trabalho 2017, onde foi demonstrado as mais de 65 áreas de gestão atuais dos municípios, podendo chegar a mais de 150 programas de computador para atender uma prefeitura de forma total. Desta forma, além de manter os sistemas atuais, o CIGA vai iniciar novos projetos em 2017, conforme detalhado no plano de trabalho, com destaque aos seguintes projetos: Migrações do G-CIM, Estudo de utilização do URBEM/CNM, Licitação do Sistema de Geoprocessamento, Ferramenta para o Domicílio Tributário Eletrônico e DataMart (integração de dados). Neste momento, um dos presentes questionou se algum dos sistemas que estão sendo trabalhados para 2017 envolvem fiscalização tributária e de obras. O Diretor Executivo informou que o CIGA já possui o sistema de fiscalização do Simples Nacional e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que combinados permitem o cruzamento de dados. E um dos projetos a serem executados é o DataMart que permitirá juntar e cruzar informações. O Consórcio está interessado numa solução de geoprocessamento para efeitos tributários, e que seja integrado aos demais sistemas tributários já disponibilizados pelo CIGA, sem necessidade de os municípios consorciados investirem recursos para este aperfeiçoamento da solução de gestão tributária com a intenção de disponibilização em 2017/2018 de uma solução moderna que seja o mais permanente e eficiente possível, incluindo versões de trabalho para dispositivos móveis que possam ser utilizadas pelos fiscais em campo. Os diversos projetos foram colocados em votação e aprovados pela Assembleia. O Diretor Executivo informou que o CIGA possui uma Câmara Técnica Tributária para discutir a eficiência tributária, da qual participam alguns fiscais de tributos de municípios e integrantes de outras instituições, tais como FECAM, EGEM e Ministério Público. Essa Câmara discute aspectos técnico-tributários, inclusive foi desse grupo que veio a ideia de priorizar um sistema de nota fiscal eletrônica e a necessidade da existência de domicílio tributário eletrônico, sendo que as reuniões são periódicas e os custos de deslocamento dos funcionários das prefeituras são pagos pelo CIGA. O Secretário Executivo da Associação de Municípios da Região do Contestado - AMURC, Sr. Rui Braun, pediu a palavra e ressaltou a importância dos programas de gestão tributária do CIGA e da deficiência existente nos municípios sobre o tema e propôs ao Presidente do CIGA que parte dos recursos dos programas do CIGA fosse utilizado na intensificação de capacitações e seminários nas áreas tributárias, tanto dos sistemas, como dos procedimentos e legislação para funcionários e, até mesmo, para os prefeitos dos municípios. A Assembleia foi favorável à solicitação do Sr. Rui Braun. O Sr. Gilsoni L. Albino retomou a palavra e comentou a importância de acessar o sistema de Gestão do Simples Nacional, pois o mesmo é um importante instrumento de auxílio na melhoria da arrecadação municipal. O Diretor comentou que, em 2016, 52% dos municípios que utilizam esse sistema do CIGA não o acessaram nenhuma vez, dado este que é preocupante tendo em vista a grave crise econômica enfrentada no país e, consequentemente, nos municípios. Ato contínuo foi passado para a aprovação do ingresso dos novos municípios consorciados desde a última Assembleia, sendo os seguintes de Santa Catarina: Florianópolis, Ipira, Iraceminha, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Major Vieira, Abelardo Luz e Apiúna; e dos seguintes municípios do estado do Rio Grande do Sul: Farroupilha e Taquara. O Presidente colocou em aprovação o consorciamento dos novos municípios, sendo a aprovação unânime. Em seguida, discutiu-se o item da pauta relacionado ao plano de carreiras e salários do CIGA. O Diretor do Consórcio informou que os municípios irão receber, após a publicação da presente Ata, a minuta de um Projeto de Lei a ser encaminhada à Câmara de Vereadores dos

municípios consorciados a fim de aprovar as alterações relativas ao Contrato de Consórcio Público e ao Estatuto do CIGA, conforme deliberações efetuadas na presente Assembleia. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou acerca da remuneração por resultado (prêmio por produtividade) implementada no CIGA desde o início de 2016, e a mesma visa incentivar o engajamento dos empregados públicos aos projetos do Consórcio. O Diretor comentou que o CIGA está à disposição dos prefeitos caso queiram propor alguma alteração ou queiram conhecer melhor o modelo de gestão de pessoas do Consórcio. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou da necessidade de atualizar um plano de carreiras no CIGA, pois o Consórcio é uma entidade “jovem” que não possui um plano de carreira instituído, sendo que, por exemplo, um técnico recém admitido possui praticamente a mesma remuneração de um técnico que já possui um certo tempo nessa mesma função. A ausência de um plano de carreiras, mencionou o Diretor, torna o CIGA menos competitivo na retenção de empregados experientes. Nessa linha, o Diretor esclareceu que, de fato, o Consórcio perdeu um de seus empregados em 2016, bem como há outros empregados com significativa experiência, e se os mesmos deixassem o Consórcio haveria impactos negativos para o CIGA. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que houve um estudo de mercado realizado com empresa especializada, a Leme Consultoria, que avaliou os salários no mercado, tanto de empresas da região quanto de alguns municípios consorciados, sendo que um dos pontos-chaves identificado foi o fato do CIGA não possuir uma possibilidade de progressão na carreira. A nova proposta visa uma progressão de carreiras baseadas em desempenho e tempestividade, desde que o consórcio tenha condições orçamentárias, levando-se em conta o maior resultado para os consorciados e concedendo maior flexibilidade no dia a dia para as atividades que podem ser atendidas de forma gratificada, e evitando a criação de novos empregos específicos para atividades, tais como, aos membros de comissão de licitações. A tabela a seguir expõe a questão do impacto advindo do reenquadramento do quadro atual de empregados, o qual representa um impacto na ordem de 3,47% da folha, ou o valor de R\$ 2.959,33 como impacto inicial, sendo que a revisão geral anual (recomposição das perdas inflacionárias ocorridas no período) já foi concedida em janeiro de 2017, cada emprego foi afetado na seguinte ordem e valor:

NOME COLABORADOR	EMPREGO ATUAL	SALÁRIO BASE	SALÁRIO PROPOSTO	CUSTO DE ENQUADRAMENTO	
				R\$	%
ADRIANO ROGOWSKI DOS SANTOS	Programador	4.339,17	4.354,00	14,83	0,34%
BRUNO MACHADO SOARES	Gerente de TI	7.840,87	7.940,00	99,13	1,26%
BRUNO RENAN GELAKO SANTOS	Programador	4.339,17	4.441,00	101,83	2,35%
GRASIELE HOFFMAN	Contador	4.339,17	5.882,00	1.542,83	35,56%
FERNANDA ROSA SOCAL	Assistente Administrativo	2.881,21	2.957,00	75,79	2,63%
GILSONI LUNARDI ALBINO	Diretor Executivo	12.123,60	12.416,00	292,40	2,41%
GUILHERME DA ROCHA KOEHLER	Técnico em T. da Informação	2.972,34	3.016,00	43,66	1,47%
LEANDRO RATEKE RAMOS	Técnico em T. da Informação	2.881,21	2.957,00	75,79	2,63%
MARCELLO ANDRÉ PREVIDI	Analista de Sistemas	6.109,54	6.242,00	132,46	2,17%
MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA	Técnico em T. da Informação	2.972,34	3.016,00	43,66	1,47%
MORGANA ARENT MICHELS	Gerente Administrativo	7.971,03	8.099,00	127,97	1,61%
RENATO FURTADO GOUDEL	Técnico em T. da Informação	2.881,21	2.957,00	75,79	2,63%
RICARDO BRESSAN TASCA	Programador	4.339,17	4.354,00	14,83	0,34%
RODRIGO JOSÉ BRASIL	Programador	4.339,17	4.354,00	14,83	0,34%

COSTA					
RODRIGO VALCELI RAIMUNDO	Analista de Sistemas	6.109,74	6.242,00	132,26	2,16%
THAÍSA BATISTA DA COSTA	Assessor Jurídico	5.992,39	6.120,00	127,61	2,13%
WENDEL FABIANO RIBEIRO DA SILVA	Técnico em T. da Informação	2.972,34	3.016,00	43,66	1,47%
		85.403,67	88.363,00	2.959,33	3,47%

Um dos prefeitos presentes solicitou a palavra e questionou se um mesmo empregado do CIGA poderá acumular mais de uma gratificação pelo desempenho de atividades especiais. O Diretor do CIGA explicou que cada empregado poderá receber apenas uma gratificação e não poderão ser concedidas aos empregados comissionados, somente aos empregados concursados. Um dos prefeitos presentes se manifestou a favor de que o CIGA ofereça um plano de carreiras mais competitivo com o mercado de trabalho público e privado, tentando manter os melhores empregados, tendo em vista o desempenho e o resultado que o CIGA tem dado aos municípios. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou, ainda, que o único enquadramento mais significativo estava relacionado ao salário do contador, que não estava condizente com o valor de mercado e com as atividades e responsabilidades inerentes às carreiras do CIGA. Em seguida, foi apresentada a proposta de criação das seguintes gratificações por desempenho de atividades especiais, remuneradas em até 25% da menor referência salarial do CIGA, correspondendo atualmente ao valor de R\$ 625,00: 1 (um) Especialista em TI; 1 (um) Coordenador de Operações; 1 (um) Controlador Interno; 4 (quatro) membros da Equipe de Licitação; 1 (um) Gestor de Contratos; e 1 (um) Assessor Administrativo. Ato contínuo, foi apresentada a proposta de modificação da gratificação por titulação, nos seguintes termos:

Art. ____. A gratificação por titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, com observância dos seguintes critérios:

I– 50% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Técnico;

II– 100% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Superior;

III– 66% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por no máximo duas vezes, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (incluindo MBA), em nível de especialização, com carga horária mínima de 360h;

IV - 100% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado;

V - 150% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de doutorado.

Para fins de gratificação por titulação, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos aqueles constantes como requisito para a admissão no emprego público. Considera-se titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, em qualquer área nos cursos de graduação, e nos cursos de pós-graduação que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas e o direito à gratificação por titulação é devido a partir do mês seguinte à comprovação, pelo empregado público, da titulação auferida, acompanhada de coeficiente de desempenho

satisfatório. A gratificação por titulação será concedida por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto e pelo Plano de Carreiras e Salários para a sua concessão, bem como será vedada a concessão de gratificação por titulação ao empregado durante o contrato de experiência, período considerado como de avaliação na função. Sendo que a concessão de gratificação por titulação fica limitada às duas titulações mais vantajosas ao empregado público e perderá o direito a gratificação por titulação o empregado que não mantiver coeficiente de desempenho satisfatório, sendo que o CIGA apenas concederá as gratificações por titulação havendo disponibilidade orçamentária e financeira. No caso das gratificações por titulações, terão direito a mesma todos os empregados públicos do CIGA (permanentes e comissionados). O novo Plano de Carreiras com seu enquadramento, a criação das gratificações por desempenho de atividades especiais e por titulação foram colocadas em apreciação pela Assembleia e aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente do CIGA concedeu a palavra ao Diretor do CIGA para que explanasse o tema da pauta sobre as alterações do Contrato de Consórcio. O Sr. Gilsoni L. Albino informou que várias das alterações e aprovações que a Assembleia Geral realizou na presente ocasião, bem como em outras reuniões ordinárias, demandam alterações do Contrato de Consórcio Público e também do Estatuto do Consórcio, sendo que, embora houvesse o documento detalhado com cada artigo alterado, não seria viável fazer a leitura literal do documento em Assembleia, mas os pontos principais vieram ao debate na Assembleia. Sendo assim, o Diretor do CIGA solicitou ao Presidente a dispensa da leitura literal das alterações, informando que este material poderia fazer parte como anexo da Ata, permitindo aos prefeitos maior tranquilidade na análise do material e sugerindo que a Ata da reunião ficasse em aberto por cinco dias para análise e manifestações. O Presidente levou à apreciação da plenária, mas com a proposição de que o prazo para análise e manifestação dos Prefeitos fosse de, pelo menos, 15 dias, considerando a grande demanda a ser analisada pelo jurídico de cada prefeitura, para que desta forma pudessem encaminhar as alterações nesses termos. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou, ainda, que se faz necessária a manutenção do entendimento de que as alterações terão validade a partir da aprovação das mesmas por três Câmaras Municipais, assim como para a validação do Protocolo de Intenções, já que pelo volume de 293 consorciados é impraticável aguardar todos os poderes legislativos sancionarem as alterações. A Assembleia aprovou as alterações do Contrato de Consórcio e do Estatuto nesses termos. Por fim, nos assuntos gerais foi solicitado a aprovação para que o CIGA formalize o seguinte: cooperação com o consórcio CIMCATARINA (SC), tendo como propósito o desenvolvimento de soluções compartilhadas entre os consórcios; prestação de serviços aos municípios de Minas Gerais, por meio do consórcio ICISMEP; e cooperação com a Confederação Nacional de Municípios – CNM nos projetos do URBEM – SIMPLES NACIONAL – NOTA FISCAL e formalização de consórcios. Nesse momento, o Sr. Eduardo Tabosa, representante da CNM, pediu a palavra e iniciou parabenizando os trabalhos do CIGA e da FECAM. O mesmo informou que a CNM tem um grupo de trabalho voltado a consórcios públicos e que pretende replicar as experiências de sucesso de Santa Catarina para outros estados e federações de municípios, e informou, por fim, que vê a possibilidade de estabelecer com o CIGA elos de cooperação técnica para o desenvolvimento e o fornecimento de tecnologia aos municípios. O Presidente do CIGA colocou em apreciação a autorização dos itens na pauta de assuntos gerais, ressaltando que cada uma das intenções de cooperação e de prestação de serviços no estado de Minas Gerais passará por análise e estudo mais detalhado para verificar as vantagens trazidas aos consorciados e à gestão pública. O Diretor do CIGA informou que os assuntos técnicos estavam esgotados, agradeceu a presença e participação ativa de todos na Assembleia, colocou o Consórcio à disposição não só dos Conselhos Administrativo e Fiscal, mas de cada prefeito. Ato contínuo, o Presidente do CIGA, Prefeito Douglas Mello agradeceu, mais uma vez, a confiança de todos pela condução ao cargo de Presidente, disse que irá se esforçar pela coletividade frente ao Consórcio,

colocou a estrutura do CIGA à disposição e deu por encerrada as atividades da décima quinta Assembleia Geral Ordinária do CIGA. Eu, Gilsoni Lunardi Albino, Diretor Executivo do CIGA, redigi a presente ata por solicitação do Primeiro-Secretário do CIGA, Prefeito de São Martinho, o Sr. Robson Jean Back, a qual será dada a conhecimento de todos os consorciados por meio do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROBSON JEAN BACK
Primeiro-Secretário do CIGA
Prefeito de São Martinho

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ANEXO À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL**PROPOSIÇÕES DE ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIGA**

- Levar para a AG a homologação do ingresso no **CIGA** dos seguintes Municípios não subscritores que disciplinaram por lei o seu ingresso (art. 16, inc. II, do Contrato de Consórcio Público do CIGA):

CONSORCIADOS	LEI
Florianópolis	LC 574
Ipira	1150
Itaceminha	1255
Santo Amaro da Imperatriz	2486
São Bonifácio	1220
Major Vieira	2288
Abelardo Luz	2436
Apiúna	788
Farroupilha- RS	4273
Taquara- RS	5842

- Levar para a AG a aprovação da alteração do art. 1.º do Contrato de Consórcio Público do CIGA, para acrescentar a expressão 'Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007':

Nova Redação: Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - **CIGA** é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

- Levar para a AG a aprovação da alteração do *caput* do art. 7º do Contrato de Consórcio Público do CIGA, para que passe a constar expressamente a sua natureza multifinalitária:

Nova Redação: Art. 7º. O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA tem natureza multifinalitária, destinado a cumprir as seguintes finalidades:

- Levar para a AG a aprovação da alteração do art. 10 do Contrato de Consórcio Público do CIGA:

Nova Redação: Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto alguma das finalidades do **CIGA** dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado.

- Levar para a AG a aprovação da alteração do §2º do art. 17 do Contrato de Consórcio Público do CIGA:

Nova Redação: §2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações dos consorciados presentes poderão ser efetivadas por meio de aclamação.

- Levar para a AG a aprovação da alteração do inciso XI do art. 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA:

Nova Redação: XI - deliberar sobre a revisão geral anual da remuneração dos empregados do **CIGA**, inclusive de vantagens pecuniárias;

- Levar para a AG a aprovação da alteração da redação do inciso I do art. 24 do Contrato de Consórcio do CIGA, para suprimir a expressão 'trimestralmente':

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

Nova Redação: I – fiscalizar a contabilidade do **CIGA**;

- Levar à AG a aprovação da alteração do §4.º do artigo 28 do Contrato de Consórcio do CIGA, para que passe a constar:

Nova Redação: § 4.º. O Estatuto preverá, após a deliberação e aprovação pela Assembleia Geral do CIGA, as formas de concessão de outras vantagens aos empregados públicos, inclusive quanto às gratificações por titulação e pelo desempenho de atividades especiais de Especialista em TI, Coordenador de Operações, Controlador Interno, Membros da Comissão de Licitação, Gestor de Contratos e Assessor Administrativo; à progressão por merecimento e por antiguidade, e quaisquer outras parcelas remuneratórias ou de caráter

indenizatório, condicionadas à disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

- Levar à AG a aprovação da alteração do §5.º do artigo 28 do Contrato de Consórcio do CIGA, para que passe a constar:

Nova Redação: §5.º. Observado o orçamento anual do CIGA, o salário dos empregados públicos que compõem o seu quadro de pessoal, bem como os valores referentes às gratificações por titulação, serão revistos anualmente, sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante Resolução do Presidente do CIGA.

- Levar à AG a aprovação da inserção/ acréscimo do §6.º ao artigo 28 do Contrato de Consórcio do CIGA, para que passe a constar:

Redação: §6.º. Compete ao Conselho de Administração, mediante resolução, aprovar a revisão anual dos valores das indenizações concedidas a título de hospedagem, alimentação e deslocamento, previstas nos Anexos III e IV do Estatuto do CIGA, bem como dos valores do auxílio alimentação e do auxílio refeição, previstos no Anexo V do mesmo Estatuto, e demais vantagens pecuniárias, desde que haja disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

- Levar à AG a aprovação da inserção/ acréscimo do §7.º ao artigo 28 do Contrato de Consórcio do CIGA, para que passe a constar:

Redação: §7.º Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77.

- Levar à AG a aprovação da inserção/ acréscimo do §8.º ao artigo 28 do Contrato de Consórcio do CIGA, para que passe a constar:

Redação: §8.º Os empregados não terão direito à estabilidade no emprego.

- Levar à AG a aprovação da revogação do Parágrafo único do artigo 33, tendo em vista o entendimento consolidado da Receita Federal de que o direito de o Município se apropriar do produto da arrecadação do imposto de renda, com base no art. 158, I, da Constituição Federal, restringe-se unicamente às retenções sobre os pagamentos efetuados a servidores e empregados do próprio Município, de suas autarquias ou das fundações que instituir e mantiver, sendo esses valores diretamente incorporados às receitas municipais. O produto da arrecadação das retenções do imposto de renda nos demais casos pertence à União, devendo ser recolhido aos cofres federais, por meio de DARF, inclusive nas hipóteses do art. 647 do Regulamento do Imposto de Renda. Caso tenha havido a retenção, mas o imposto não tenha sido recolhido à União, serão exigidos da fonte pagadora, pela Fazenda Nacional, o imposto, a multa de ofício e os juros de mora. Sendo assim:

~~Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal. (Revogado)~~

- Levar à AG a aprovação da alteração do artigo 37, para submeter o ingresso de novos consorciados à apreciação exclusiva da Assembleia Geral (e não do Conselho de Administração do CIGA), conforme art. 12 da Lei 11.107/2005:

Nova Redação: Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação da Assembleia Geral e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções.

- Levar à AG a aprovação da alteração do art. 52, para que passe a dispor sobre o início da vigência do novo Contrato de Consórcio Público do CIGA. As alterações propostas ao Contrato de Consórcio Público do CIGA passam a vigor quando forem aprovadas leis em número mínimo estabelecido no Protocolo de Intenções para a própria criação do Consórcio Público, ou seja, ratificação por pelo menos 3 (três) municípios consorciados:

Nova Redação: Art. 52. As alterações do Contrato de Consórcio Público passam a vigor após sua ratificação por pelo menos 3 (três) municípios consorciados.

- Levar à AG a aprovação de que as alterações do Estatuto do CIGA passam a vigor a partir de sua publicação na Imprensa Oficial do CIGA, acrescentando-se tal disposição ao final do artigo 52:

Nova Redação: Art. 52. As alterações do Contrato de Consórcio Público passam a vigor após sua ratificação por pelo menos 3 (três) municípios consorciados, e as modificações do Estatuto entram em vigor após sua publicação na imprensa oficial.

- Levar à AG a aprovação da inclusão/ inserção do Parágrafo único ao art. 52, para dispor:

Parágrafo único: Após a aprovação das alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA, os municípios consorciados terão o prazo de 12 (doze) meses para ratificação, por lei, observadas as disposições do Contrato de Consórcio Público do CIGA.

- Levar à AG a aprovação da inclusão/ inserção do art. 53, disciplinando o foro de eleição do CIGA, conforme menciona o atual art. 52:

Nova Redação: Art. 53. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

- Levar à AG a aprovação da concessão ao empregado público de um terço do valor da diária quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede do CIGA; ou, alternativamente, o custeio (ressarcimento/ reembolso) de todas as despesas comprovadas com locomoção (seja qual for o meio de transporte utilizado, inclusive táxi, preços de estacionamento), alimentação e outros gastos a serviço do CIGA;

- Levar à Assembleia Geral a aprovação do Plano de Carreiras e Salários, delegando a competência ao Presidente do CIGA para expedir a respectiva regulamentação normatizando o PCS, se necessário, conforme o artigo 37, inciso II, do Estatuto do CIGA, bem como de autorização para renumeração dos artigos do Contrato de Consórcio Público, se necessário ao acrescentar as novas disposições propostas, o que inclui a criação de despesas como **gratificações pelo desempenho de atividades especiais e por titulação** (anterior ou não à admissão no CIGA); progressão **por merecimento e antiguidade**, intercaladas, anualmente; enquadramento dos salários dos empregados públicos do CIGA.

Alterações decorrentes do Plano de Carreiras e Salários do CIGA:

- Levar à Assembleia Geral a aprovação do enquadramento dos atuais empregados públicos do CIGA nas seguintes referências salariais correspondentes ao seu emprego e tempo de serviço prestado exclusivamente ao CIGA, em conformidade com o Plano de Carreiras e Salários proposto pelo CIGA:

ADRIANO ROGOWSKI DOS SANTOS	R\$ 4.354
BRUNO MACHADO SOARES	R\$ 7.940
BRUNO RENAN GELAKO SANTOS	R\$ 4.441
GRASIELE HOFFMAN	R\$ 5.882
FERNANDA ROSA SOCAL	R\$ 2.957
GILSONI LUNARDI ALBINO	R\$ 12.416
GUILHERME DA ROCHA KOEHLER	R\$ 3.016
LEANDRO RATEKE RAMOS	R\$ 2.957
MARCELLO ANDRÉ PREVIDI	R\$ 6.242
MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA	R\$ 3.016
MORGANA ARENT MICHELS	R\$ 8.099
RENATO FURTADO GOUDEL	R\$ 2.957
RICARDO BRESSAN TASCA	R\$ 4.354
RODRIGO JOSÉ BRASIL COSTA	R\$ 4.354
RODRIGO VALCELI RAIMUNDO	R\$ 6.242
THAÍSA BATISTA DA COSTA	R\$ 6.120
WENDEL FABIANO RIBEIRO DA SILVA	R\$ 3.016

- Levar à AG a aprovação de todas as adequações necessárias ao Estatuto do CIGA, tanto à legislação pertinente quanto ao Plano de Carreiras e Salários proposto, o que inclui a criação de despesas como **gratificações pelo desempenho de atividades especiais e por titulação** (anterior ou não à admissão no CIGA); progressão por **merecimento** e por **antiguidade**, intercaladas, anualmente; enquadramento dos salários dos empregados públicos do CIGA, conforme proposto no PCS; a revogação dos artigos contrários (já revogados tacitamente) ao Contrato de Consórcio, como o art. 23; renumerando, conforme necessário, o Estatuto do CIGA.

- Levar para a AG a aprovação da alteração do Anexo I do Contrato de Consórcio Público do CIGA, adequando-o ao ingresso no **CIGA** dos Municípios não subscritores que disciplinaram por lei o seu ingresso:

ANEXO I

[...]

Municípios consorciados ao Consórcio CIGA

Abdon Batista/SC	Capão Alto/SC	Iomerê/SC
Abelardo Luz/SC	Capinzal/SC	Ipira/SC
Agrolândia/SC	Capivari de Baixo/SC	Iporã do Oeste/SC
Agronômica/SC	Catanduvas/SC	Ipuçu/SC
Água Doce/SC	Caxambu do Sul/SC	Ipumirim/SC
Águas de Chapecó/SC	Celso Ramos/SC	Irati/SC
Águas Frias/SC	Chapadão do Lageado/SC	Iraceminha/SC
Alfredo Wagner/SC	Chapecó/SC	Irineópolis/SC
Alto Bela Vista/SC	Cocal do Sul/SC	Itá/SC
Anchieta/SC	Concórdia/SC	Itaiópolis/SC
Anita Garibaldi/SC	Cordilheira Alta/SC	Itajaí/SC
Anitápolis/SC	Coronel Freitas/SC	Itapema/SC
Antônio Carlos/SC	Coronel Martins/SC	Itapiranga/SC
Apiúna/SC	Correia Pinto/SC	Itapoá/SC
Arabutã/SC	Corupá/SC	Itu/SP
Araquari/SC	Criciúma/SC	Ituporanga/SC
Araranguá/SC	Cunha Porã/SC	Jaborá/SC
Armazém/SC	Cunhataí/SC	Jacinto Machado/SC
Arroio Trinta/SC	Curitiba/PR	Jaguaruna/SC
Arvoredo/SC	Curitibanos/SC	Jaraguá do Sul/SC
Ascurra/SC	Descanso/SC	Jardinópolis/SC
Atalanta/SC	Dionísio Cerqueira/SC	Joaçaba/SC
Aurora/SC	Dona Emma/SC	João Pessoa/PB
Balneário Arroio do Silva/SC	Doutor Pedrinho/SC	Joinville/SC
Balneário Barra do Sul/SC	Entre Rios/SC	José Boiteux/SC
Balneário Camboriú/SC	Ermo/SC	Jupia/SC
Balneário Gaivota/SC	Eral Velho/SC	Lacerdópolis/SC
Balneário Piçarras/SC	Farroupilha/RS	Lages/SC
Balneário Rincão/SC	Faxinal dos Guedes/SC	Laguna/SC
Barra Bonita/SC	Flor do Sertão/SC	Lajeado Grande/SC
Barra Velha/SC	Florianópolis/SC	Lauro Muller/SC
Bela Vista do Toldo/SC	Formosa do Sul/SC	Lebon Régis/SC
Belmonte/SC	Forquilha/SC	Leoberto Leal/SC
Benedito Novo/SC	Fraiburgo/SC	Lindóia do Sul/SC
Biguaçu/SC	Frei Rogério/SC	Lontras/SC
Blumenau/SC	Galvão/SC	Luiz Alves/SC
Bocaina do Sul/SC	Garopaba/SC	Luzerna/SC
Bom Jardim da Serra/SC	Garuva/SC	Macieira/SC
Bom Jesus do Oeste/SC	Gaspar/SC	Mafra/SC
Bom Jesus/SC	Governador Celso Ramos/SC	Major Gercino/SC
Bom Retiro/SC	Grão Pará/SC	Major Vieira/SC
Bombinhas/SC	Gravatal/SC	Maracajá/SC
Botuverá/SC	Guabiruba/SC	Maravilha/SC
Braço do Norte/SC	Guaraciaba/SC	Marema/SC
Braço do Trombudo/SC	Guaramirim/SC	Massaranduba/SC
Brunópolis/SC	Guarujá do Sul/SC	Meleiro/SC
Brusque/SC	Guatambu/SC	Mirim Doce/SC
Caçador/SC	Herval d'Oeste/SC	Modelo/SC
Caibi/SC	Ibiam/SC	Mondai/SC
Calmon/SC	Ibicaré/SC	Monte Carlo/SC
Camaçari/BA	Ibirama/SC	Monte Castelo/SC
Camboriú/SC	Içara/SC	Morro da Fumaça/SC
Campo Alegre/SC	Ilhota/SC	Morro Grande/SC
Campo Erê/SC	Imarui/SC	Navegantes/SC
Campos Novos/SC	Imbituba/SC	Nova Erechim/SC
Canelinha/SC	Imbuia/SC	Nova Itaberaba/SC
Canoinhas/SC	Indaial/SC	Nova Trento/SC
		Nova Veneza/SC

Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC
Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC
Quilombo/SC
Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC
Rio do Sul/SC
Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC

Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
Santo Amaro da Imperatriz/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Bonifácio/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de Alcântara/SC
Saudades/SC
Schroeder/SC
Seara/SC
Serra Alta/SC
Siderópolis/SC
Simões Filho/BA
Sombrio/SC
Sul Brasil/SC
Tangará/SC
Taquara/RS
Tigrinhos/SC
Tijucas/SC
Timbé do Sul/SC
Timbó Grande/SC
Timbó/SC
Três Barras/SC
Treviso/SC
Treze de Maio/SC
Treze Tilias/SC
Trombudo Central/SC
Tubarão/SC
Tunápolis/SC
Turvo/SC
União do Oeste/SC
Urubici/SC
Urupema/SC
Urussanga/SC
Vargeão/SC
Vargem Bonita/SC
Vargem/SC

Vidal Ramos/SC
Videira/SC
Vitor Meireles/SC
Witmarsum/SC
Xanxerê/SC
Xavantina/SC
Xaxim/SC
Zortéa/SC

Municípios possíveis de integrar o Consórcio CIGA

Abadia de Goiás/GO	Água Nova/RN	Alhandra/PB
Abadia dos Dourados/MG	Água Preta/PE	Aliança do Tocantins/TO
Abadiânia/GO	Água Santa/RS	Aliança/PE
Abaeté/MG	Aguai/SP	Almadina/BA
Abaetetuba/PA	Aguanil/MG	Almas/TO
Abaíara/CE	Águas Belas/PE	Almeirim/PA
Abaira/BA	Águas da Prata/SP	Almenara/MG
Abaré/BA	Águas de Lindóia/SP	Almino Afonso/RN
Abatiá/PR	Águas de Santa Bárbara/SP	Almirante Tamandaré do Sul/RS
Abel Figueiredo/PA	Águas de São Pedro/SP	Almirante Tamandaré/PR
Abre-Campo/MG	Águas Formosas/MG	Aloândia/GO
Abreu e Lima/PE	Águas Lindas de Goiás/GO	Alpercata/MG
Abreu e Lima/PE	Águas Mornas/SC	Alpestre/RS
Acaiaca/MG	Águas Vermelhas/MG	Alpinópolis/MG
Açailândia/MA	Agudo/RS	Alta Floresta d'Oeste/RO
Acajutiba/BA	Agudos do Sul/PR	Alta Floresta/MT
Acará/PA	Agudos/SP	Altair/SP
Acarape/CE	Águia Branca/ES	Altamira do Maranhão/MA
Acaraú/CE	Aguiar/PB	Altamira do Paraná/PR
Acari/RN	Aguianópolis/TO	Altamira/PA
Acauã/PI	Aimorés/MG	Altaneira/CE
Aceguá/RS	Aiquara/BA	Alterosa/MG
Acopiara/CE	Aiuaba/CE	Altinho/PE
Acorizal/MT	Aiuruoca/MG	Altinópolis/SP
Acrelândia/AC	Ajuricaba/RS	Alto Alegre do Maranhão/MA
Acreúna/GO	Alagoa Grande/PB	Alto Alegre do Pindaré/MA
Açu/RN	Alagoa Nova/PB	Alto Alegre dos Parecis/RO
Açucena/MG	Alagoa/MG	Alto Alegre/RR
Adamantina/SP	Alagoinha do Piauí/PI	Alto Alegre/RS
Adelândia/GO	Alagoinha/PB	Alto Alegre/SP
Adolfo/SP	Alagoinha/PE	Alto Araguaia/MT
Adrianópolis/PR	Alagoinhas/BA	Alto Caparaó/MG
Adustina/BA	Alambari/SP	Alto da Boa Vista/MT
Afogados da Ingazeira/PE	Albertina/MG	Alto do Rodrigues/RN
Afonso Bezerra/RN	Alcântara/MA	Alto Feliz/RS
Afonso Cláudio/ES	Alcântaras/CE	Alto Garças/MT
Afonso Cunha/MA	Alcantil/PB	Alto Horizonte/GO
Afrânio/PE	Alcinópolis/MS	Alto Jequitibá/MG
Afuá/PA	Alcobaça/BA	Alto Longá/PI
Agrestina/PE	Aldeias Altas/MA	Alto Paraguai/MT
Agricolândia/PI	Alecrim/RS	Alto Paraíso de Goiás/GO
Água Azul do Norte/PA	Alegre/ES	Alto Paraíso/PR
Água Boa/MG	Alegrete do Piauí/PI	Alto Paraíso/RO
Água Boa/MT	Alegrete/RS	Alto Paraná/PR
Água Branca/AL	Alegria/RS	Alto Parnaíba/MA
Água Branca/PB	Além Paraíba/MG	Alto Piquiri/PR
Água Branca/PI	Alenquer/PA	Alto Rio Doce/MG
Água Clara/MS	Alexandria/RN	Alto Rio Novo/ES
Água Comprida/MG	Alexânia/GO	Alto Santo/CE
Água Doce do Maranhão/MA	Alfenas/MG	Alto Taquari/MT
Água Doce do Norte/ES	Alfredo Chaves/ES	Altônia/PR
Água Fria de Goiás/GO	Alfredo Marcondes/SP	Altos/PI
Água Fria/BA	Alfredo Vasconcelos/MG	Alumínio/SP
Água Limpa/GO	Algodão de Jandaira/PB	

Alvarães/AM
Alvarenga/MG
Álvares Florence/SP
Álvares Machado/SP
Álvaro de Carvalho/SP
Alvinlândia/SP
Alvinópolis/MG
Alvorada d'Oeste/RO
Alvorada de Minas/MG
Alvorada do Gurguéia/PI
Alvorada do Norte/GO
Alvorada do Sul/PR
Alvorada/RS
Alvorada/TO
Amajari/RR
Amambai/MS
Amapá do Maranhão/MA
Amapá/AP
Amaporã/PR
Amaraji/PE
Amaral Ferrador/RS
Amaralina/GO
Amarante do Maranhão/MA
Amarante/PI
Amargosa/BA
Amatúrá/AM
Amélia Rodrigues/BA
América Dourada/BA
Americana/SP
Americano do Brasil/GO
Américo Brasileiro/SP
Américo de Campos/SP
Ametista do Sul/RS
Amontada/CE
Amarinópolis/GO
Amparo da Serra/MG
Amparo de São Francisco/SE
Amparo/PB
Amparo/SP
Ampére/PR
Anadia/AL
Anagé/BA
Anahy/PR
Anajás/PA
Anajatuba/MA
Analândia/SP
Anamã/AM
Ananás/TO
Ananindeua/PA
Anápolis/GO
Anapu/PA
Anapurus/MA
Anastácio/MS
Anaurilândia/MS
Anchieta/ES
Andaraí/BA
Andará/PR
Andorinha/BA
Andradas/MG
Andradina/SP

André da Rocha/RS
Andrelândia/MG
Angatuba/SP
Angelândia/MG
Angélica/MS
Angelim/PE
Angelina/SC
Angical do Piauí/PI
Angical/BA
Angico/TO
Angicos/RN
Angra dos Reis/RJ
Anguera/BA
Ângulo/PR
Anhanguera/GO
Anhemi/SP
Anhumas/SP
Anicuns/GO
Anísio de Abreu/PI
Anori/AM
Anta Gorda/RS
Antas/BA
Antonina do Norte/CE
Antonina/PR
Antônio Almeida/PI
Antônio Cardoso/BA
Antônio Carlos/MG
Antônio Dias/MG
Antônio Gonçalves/BA
Antônio João/MS
Antônio Martins/RN
Antônio Olinto/PR
Antônio Prado de Minas/MG
Antônio Prado/RS
Aparecida d'Oeste/SP
Aparecida de Goiânia/GO
Aparecida do Rio Doce/GO
Aparecida do Rio Negro/TO
Aparecida do Taboado/MS
Aparecida/PB
Aparecida/SP
Aperibé/RJ
Apiacá/ES
Apiacás/MT
Apiáí/SP
Apicum/Açu/MA
Apodi/RN
Aporá/BA
Aporé/GO
Apuarema/BA
Apucarana/PR
Apuí/AM
Apuiarés/CE
Aquidabã/SE
Aquidauana/MS
Aquiraz/CE
Araçagi/PB
Araçai/MG
Aracaju/SE
Araçariguama/SP

Araçás/BA
Aracati/CE
Aracatu/BA
Araçatuba/SP
Araci/BA
Aracitaba/MG
Araçoiaba da Serra/SP
Araçoiaba/CE
Araçoiaba/PE
Aracruz/ES
Araçua/GO
Araçuaí/MG
Aragarças/GO
Aragoiânia/GO
Aragominas/TO
Araguacema/TO
Araguaçu/TO
Araguaiana/MT
Araguaína/TO
Araguainha/MT
Araguanã/MA
Araguanã/TO
Araguapaz/GO
Araguari/MG
Araguatins/TO
Araioses/MA
Aral Moreira/MS
Aramari/BA
Arambaré/RS
Arame/MA
Aramina/SP
Arandu/SP
Arantina/MG
Arapeí/SP
Arapiraca/AL
Arapoema/TO
Araponga/MG
Arapongas/PR
Araporã/MG
Arapoti/PR
Arapuá/MG
Arapuã/PR
Araputanga/MT
Arara/PB
Araraquara/SP
Araras/SP
Ararendá/CE
Arari/MA
Araricá/RS
Araripe/CE
Arapipina/PE
Araruama/RJ
Araruna/PB
Araruna/PR
Arataca/BA
Aratiba/RS
Aratuba/CE
Aratuípe/BA
Araúá/SE
Araucária/PR

Araújos/MG	Augustinópolis/TO	Barão de Melgaço/MT
Araxá/MG	Augusto Corrêa/PA	Barão de Monte Alto/MG
Arceburgo/MG	Augusto de Lima/MG	Barão do Triunfo/RS
Arco/Iris/SP	Augusto Pestana/RS	Barão/RS
Arcos/MG	Áurea/RS	Baraúna/PB
Arcoverde/PE	Aurelino Leal/BA	Baraúna/RN
Areado/MG	Auriflama/SP	Barbacena/MG
Areal/RJ	Aurilândia/GO	Barbalha/CE
Arealva/SP	Aurora do Pará/PA	Barbosa Ferraz/PR
Areia Branca/RN	Aurora do Tocantins/TO	Barbosa/SP
Areia Branca/SE	Aurora/CE	Barcarena/PA
Areia de Baraúnas/PB	Autazes/AM	Barcelona/RN
Areia/PB	Avai/SP	Barcelos/AM
Areial/PB	Avanhandava/SP	Bariri/SP
Areias/SP	Avaré/SP	Barra Bonita/SP
Areiópolis/SP	Aveiro/PA	Barra d'Alcântara/PI
Arenápolis/MT	Avelino Lopes/PI	Barra da Estiva/BA
Arenópolis/GO	Avelinópolis/GO	Barra de Guabiraba/PE
Arês/RN	Axixá do Tocantins/TO	Barra de Santa Rosa/PB
Argirita/MG	Axixá/MA	Barra de Santana/PB
Aricanduva/MG	Babaçulândia/TO	Barra de Santo Antônio/AL
Arinos/MG	Bacabal/MA	Barra de São Francisco/ES
Aripuanã/MT	Bacabeira/MA	Barra de São Miguel/AL
Ariquemes/RO	Bacuri/MA	Barra de São Miguel/PB
Ariranha do Ivaí/PR	Bacurituba/MA	Barra do Bugres/MT
Ariranha/SP	Bady Bassitt/SP	Barra do Chapéu/SP
Armação dos Búzios/RJ	Baependi/MG	Barra do Choça/BA
Arneiroz/CE	Bagé/RS	Barra do Corda/MA
Aroazes/PI	Bagre/PA	Barra do Garças/MT
Aroeiras do Itaim/PI	Baía da Traição/PB	Barra do Guarita/RS
Aroeiras/PB	Baía Formosa/RN	Barra do Jacaré/PR
Arraial do Cabo/RJ	Baianópolis/BA	Barra do Mendes/BA
Arraial/PI	Baião/PA	Barra do Ouro/TO
Arraias/TO	Baixa Grande do Ribeiro/PI	Barra do Pirai/RJ
Arroio do Meio/RS	Baixa Grande/BA	Barra do Quaraí/RS
Arroio do Padre/RS	Baixio/CE	Barra do Ribeiro/RS
Arroio do Sal/RS	Baixo Guandu/ES	Barra do Rio Azul/RS
Arroio do Tigre/RS	Balbinos/SP	Barra do Rocha/BA
Arroio dos Ratos/RS	Baldim/MG	Barra do Turvo/SP
Arroio Grande/RS	Baliza/GO	Barra dos Coqueiros/SE
Artur Nogueira/SP	Balneário Pinhal/RS	Barra Funda/RS
Aruanã/GO	Balsa Nova/PR	Barra Longa/MG
Arujá/SP	Bálsamo/SP	Barra Mansa/RJ
Arvorezinha/RS	Balsas/MA	Barra/BA
Aspásia/SP	Bambuí/MG	Barracão/PR
Assaí/PR	Banabuiú/CE	Barracão/RS
Assaré/CE	Bananal/SP	Barras/PI
Assis Brasil/AC	Bananeiras/PB	Barreira/CE
Assis Chateaubriand/PR	Bandeira do Sul/MG	Barreiras do Piauí/PI
Assis/SP	Bandeira/MG	Barreiras/BA
Assunção do Piauí/PI	Bandeirante/SC	Barreirinha/AM
Assunção/PB	Bandeirantes do Tocantins/TO	Barreirinhas/MA
Astolfo Dutra/MG	Bandeirantes/MS	Barreiros/PE
Astorga/PR	Bandeirantes/PR	Barretos/SP
Atalaia do Norte/AM	Bannach/PA	Barrinha/SP
Atalaia/AL	Banzaê/BA	Barro Alto/BA
Atalaia/PR	Barão de Antonina/SP	Barro Alto/GO
Ataléia/MG	Barão de Cocais/MG	Barro Duro/PI
Atibaia/SP	Barão de Cotegipe/RS	Barro Preto/BA
Atílio Vivácqua/ES	Barão de Grajaú/MA	Barro/CE

Barrocas/BA	Bertópolis/MG	Bom Jesus do Amparo/MG
Barrolândia/TO	Beruri/AM	Bom Jesus do Araguaia/MT
Barroquinha/CE	Betânia do Piauí/PI	Bom Jesus do Galho/MG
Barros Cassal/RS	Betânia/PE	Bom Jesus do Itabapoana/RJ
Barroso/MG	Betim/MG	Bom Jesus do Norte/ES
Barueri/SP	Bezerros/PE	Bom Jesus do Sul/PR
Bastos/SP	Bias Fortes/MG	Bom Jesus do Tocantins/PA
Bataguçu/MS	Bicas/MG	Bom Jesus do Tocantins/TO
Batalha/AL	Bilac/SP	Bom Jesus dos Perdões/SP
Batalha/PI	Biquinhas/MG	Bom Jesus/PB
Batatais/SP	Birigui/SP	Bom Jesus/PI
Batayporã/MS	Biritiba Mirim/SP	Bom Jesus/RN
Baturité/CE	Biritinga/BA	Bom Jesus/RS
Bauru/SP	Bituruna/PR	Bom Lugar/MA
Bayeux/PB	Boa Esperança do Iguaçu/PR	Bom Princípio do Piauí/PI
Bebedouro/SP	Boa Esperança do Sul/SP	Bom Princípio/RS
Beberibe/CE	Boa Esperança/ES	Bom Progresso/RS
Bela Cruz/CE	Boa Esperança/MG	Bom Repouso/MG
Bela Vista da Caroba/PR	Boa Esperança/PR	Bom Retiro do Sul/RS
Bela Vista de Goiás/GO	Boa Hora/PI	Bom Sucesso de Itararé/SP
Bela Vista de Minas/MG	Boa Nova/BA	Bom Sucesso do Sul/PR
Bela Vista do Maranhão/MA	Boa Saúde/RN	Bom Sucesso/MG
Bela Vista do Paraíso/PR	Boa Ventura de São Roque/PR	Bom Sucesso/PB
Bela Vista do Piauí/PI	Boa Ventura/PB	Bom Sucesso/PR
Bela Vista/MS	Boa Viagem/CE	Bonfim do Piauí/PI
Belágua/MA	Boa Vista da Aparecida/PR	Bonfim/MG
Belém de Maria/PE	Boa Vista das Missões/RS	Bonfim/RR
Belém do Brejo do Cruz/PB	Boa Vista do Buricá/RS	Bonfinópolis de Minas/MG
Belém do Piauí/PI	Boa Vista do Cadeado/RS	Bonfinópolis/GO
Belém do São Francisco/PE	Boa Vista do Gurupi/MA	Boninal/BA
Belém/AL	Boa Vista do Incra/RS	Bonito de Minas/MG
Belém/PA	Boa Vista do Ramos/AM	Bonito de Santa Fé/PB
Belém/PB	Boa Vista do Sul/RS	Bonito/BA
Belford Roxo/RJ	Boa Vista do Tupim/BA	Bonito/MS
Belmiro Braga/MG	Boa Vista/PB	Bonito/PA
Belmonte/BA	Boa Vista/RR	Bonito/PE
Belo Campo/BA	Boca da Mata/AL	Bonópolis/GO
Belo Horizonte/MG	Boca do Acre/AM	Boqueirão do Leão/RS
Belo Jardim/PE	Bocaina de Minas/MG	Boqueirão do Piauí/PI
Belo Monte/AL	Bocaina/PI	Boqueirão/PB
Belo Oriente/MG	Bocaina/SP	Boquim/SE
Belo Vale/MG	Bocaiuva do Sul/PR	Boqueira/BA
Belterra/PA	Bocaiuva/MG	Borá/SP
Beneditinos/PI	Bodó/RN	Boracéia/SP
Benedito Leite/MA	Bodocó/PE	Borba/AM
Benevides/PA	Bodoquena/MS	Borborema/PB
Benjamin Constant do Sul/RS	Bofete/SP	Borborema/SP
Benjamin Constant/AM	Boituva/SP	Borda da Mata/MG
Bento de Abreu/SP	Bom Conselho/PE	Borebi/SP
Bento Fernandes/RN	Bom Despacho/MG	Borrazópolis/PR
Bento Gonçalves/RS	Bom Jardim de Goiás/GO	Bossoroca/RS
Bequimão/MA	Bom Jardim de Minas/MG	Botelhos/MG
Berilo/MG	Bom Jardim/MA	Botucatu/SP
Berizal/MG	Bom Jardim/PE	Botumirim/MG
Bernardino Batista/PB	Bom Jardim/RJ	Botuporã/BA
Bernardino de Campos/SP	Bom Jesus da Lapa/BA	Bozano/RS
Bernardo do Mearim/MA	Bom Jesus da Penha/MG	Braga/RS
Bernardo Sayão/TO	Bom Jesus da Serra/BA	Bragança Paulista/SP
Bertioga/SP	Bom Jesus das Selvas/MA	Bragança/PA
Bertolândia/PI	Bom Jesus de Goiás/GO	Braganey/PR

Branquinha/AL	Buritinópolis/GO	Caetanópolis/BA
Brás Pires/MG	Buritirama/BA	Caeté/MG
Brasil Novo/PA	Buritirana/MA	Caetés/PE
Brasilândia de Minas/MG	Buritis/MG	Caetitê/BA
Brasilândia do Sul/PR	Buritis/RO	Cafarnaum/BA
Brasilândia do Tocantins/TO	Buritizal/SP	Cafeara/PR
Brasilândia/MS	Buritizeiro/MG	Cafelândia/PR
Brasileia/AC	Butiá/RS	Cafelândia/SP
Brasileira/PI	Caapiranga/AM	Cafezal do Sul/PR
Brasília de Minas/MG	Caaporã/PB	Caiaçu/SP
Brasília/DF	Caarapó/MS	Caiana/MG
Brasnorte/MT	Caatiba/BA	Caiapônia/GO
Brasópolis/MG	Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Caibatê/RS
Braúna/SP	Cabaceiras/PB	Caicara do Norte/RN
Braúnas/MG	Cabeceira Grande/MG	Caicara do Rio do Vento/RN
Brazabrantes/GO	Cabeceiras do Piauí/PI	Caicara/PB
Brejão/PE	Cabeceiras/GO	Caicara/RS
Brejetuba/ES	Cabedelo/PB	Caicó/RN
Brejinho de Nazaré/TO	Cabixi/RO	Caieiras/SP
Brejinho/PE	Cabo de Santo Agostinho/PE	Cairu/BA
Brejinho/RN	Cabo Frio/RJ	Caiuá/SP
Brejo Alegre/SP	Cabo Verde/MG	Cajamar/SP
Brejo da Madre de Deus/PE	Cabrália Paulista/SP	Cajapió/MA
Brejo de Areia/MA	Cabreúva/SP	Cajari/MA
Brejo do Cruz/PB	Cabrobó/PE	Cajati/SP
Brejo do Piauí/PI	Caçapava do Sul/RS	Cajazeiras do Piauí/PI
Brejo dos Santos/PB	Caçapava/SP	Cajazeiras/PB
Brejo Grande do Araguaia/PA	Cacaulândia/RO	Cajazeirinhas/PB
Brejo Grande/SE	Cacequi/RS	Cajobi/SP
Brejo Santo/CE	Cáceres/MT	Cajueiro da Praia/PI
Brejo/MA	Cachoeira Alta/GO	Cajueiro/AL
Brejões/BA	Cachoeira da Prata/MG	Cajuri/MG
Brejolândia/BA	Cachoeira de Goiás/GO	Cajuru/SP
Breu Branco/PA	Cachoeira de Minas/MG	Calçado/PE
Breves/PA	Cachoeira de Pajeú/MG	Calçoene/AP
Britânia/GO	Cachoeira do Arari/PA	Caldas Brandão/PB
Brochier/RS	Cachoeira do Piriá/PA	Caldas Novas/GO
Brodowski/SP	Cachoeira do Sul/RS	Caldas/MG
Brotas de Macaúbas/BA	Cachoeira dos Índios/PB	Caldazinha/GO
Brotas/SP	Cachoeira Dourada/GO	Caldeirão Grande do Piauí/PI
Brumadinho/MG	Cachoeira Dourada/MG	Caldeirão Grande/BA
Brumado/BA	Cachoeira Grande/MA	Califórnia/PR
Bueno Brandão/MG	Cachoeira Paulista/SP	Calumbi/PE
Buenópolis/MG	Cachoeira/BA	Camacan/BA
Buenos Aires/PE	Cachoeiras de Macacu/RJ	Camacho/MG
Buerarema/BA	Cachoeirinha/PE	Camalaú/PB
Bugre/MG	Cachoeirinha/RS	Camamu/BA
Buíque/PE	Cachoeirinha/TO	Camanducaia/MG
Bujari/AC	Cachoeiro de Itapemirim/ES	Camapuã/MS
Bujaru/PA	Cacimba de Areia/PB	Camaquã/RS
Buri/SP	Cacimba de Dentro/PB	Camaragibe/PE
Buritama/SP	Cacimbas/PB	Camargo/RS
Buriti Alegre/GO	Cacimbinhas/AL	Cambará do Sul/RS
Buriti Bravo/MA	Cacique Doble/RS	Cambará/PR
Buriti de Goiás/GO	Cacoal/RO	Cambé/PR
Buriti do Tocantins/TO	Caconde/SP	Cambira/PR
Buriti dos Lopes/PI	Caçu/GO	Cambuci/RJ
Buriti dos Montes/PI	Caculé/BA	Cambuí/MG
Buriti/MA	Caém/BA	Cambuquira/MG
Buriticupu/MA	Caetanópolis/MG	Cametá/PA

Camocim de São Félix/PE	Campos Novos Paulista/SP	Capela do Alto/SP
Camocim/CE	Campos Sales/CE	Capela Nova/MG
Campanário/MG	Campos Verdes/GO	Capela/AL
Campanha/MG	Camutanga/PE	Capela/SE
Campestre da Serra/RS	Cana Verde/MG	Capelinha/MG
Campestre de Goiás/GO	Canaã dos Carajás/PA	Capetinga/MG
Campestre do Maranhão/MA	Canaã/MG	Capim Branco/MG
Campestre/AL	Canabrava do Norte/MT	Capim Grosso/BA
Campestre/MG	Cananéia/SP	Capim/PB
Campina da Lagoa/PR	Canapi/AL	Capinópolis/MG
Campina das Missões/RS	Canápolis/BA	Capinzal do Norte/MA
Campina do Monte Alegre/SP	Canápolis/MG	Capistrano/CE
Campina do Simão/PR	Canarana/BA	Capitão Andrade/MG
Campina Grande do Sul/PR	Canarana/MT	Capitão de Campos/PI
Campina Grande/PB	Canas/SP	Capitão Enéas/MG
Campina Verde/MG	Canavieira/PI	Capitão Gervásio Oliveira/PI
Campinaçu/GO	Canavieiras/BA	Capitão Leônidas Marques/PR
Campinópolis/MT	Candeal/BA	Capitão Poço/PA
Campinas do Piauí/PI	Candeias do Jamari/RO	Capitão/RS
Campinas do Sul/RS	Candeias/BA	Capitório/MG
Campinas/SP	Candeias/MG	Capivari do Sul/RS
Campinorte/GO	Candelária/RS	Capivari/SP
Campo Alegre de Goiás/GO	Candiba/BA	Capixaba/AC
Campo Alegre de Lourdes/BA	Cândido de Abreu/PR	Capoeiras/PE
Campo Alegre do Fidalgo/PI	Cândido Godói/RS	Caputira/MG
Campo Alegre/AL	Cândido Mendes/MA	Caraá/RS
Campo Azul/MG	Cândido Mota/SP	Caracarai/RR
Campo Belo do Sul/SC	Cândido Rodrigues/SP	Caracol/MS
Campo Belo/MG	Cândido Sales/BA	Caracol/PI
Campo Bom/RS	Candiota/RS	Caraguatatuba/SP
Campo Bonito/PR	Candói/PR	Carai/MG
Campo do Brito/SE	Canela/RS	Caraíbas/BA
Campo do Meio/MG	Canguaretama/RN	Carambei/PR
Campo do Tenente/PR	Canguçu/RS	Caranaíba/MG
Campo Florido/MG	Canhoba/SE	Carandai/MG
Campo Formoso/BA	Canhotinho/PE	Carangola/MG
Campo Grande do Piauí/PI	Canindé de São Francisco/SE	Carapebus/RJ
Campo Grande/AL	Canindé/CE	Carapicuíba/SP
Campo Grande/MS	Canitar/SP	Caratinga/MG
Campo Grande/RN	Canoas/RS	Carauari/AM
Campo Largo do Piauí/PI	Cansanção/BA	Caraúbas do Piauí/PI
Campo Largo/PR	Cantá/RR	Caraúbas/PB
Campo Limpo de Goiás/GO	Cantagalo/MG	Caraúbas/RN
Campo Limpo Paulista/SP	Cantagalo/PR	Caravelas/BA
Campo Magro/PR	Cantagalo/RJ	Carazinho/RS
Campo Maior/PI	Cantanhede/MA	Carbonita/MG
Campo Mourão/PR	Canto do Buriti/PI	Cardeal da Silva/BA
Campo Novo de Rondônia/RO	Canudos do Vale/RS	Cardoso Moreira/RJ
Campo Novo do Parecis/MT	Canudos/BA	Cardoso/SP
Campo Novo/RS	Canutama/AM	Careçu/MG
Campo Redondo/RN	Capanema/PA	Careiro da Várzea/AM
Campo Verde/MT	Capanema/PR	Careiro/AM
Campos Altos/MG	Capão Bonito do Sul/RS	Cariacica/ES
Campos Belos/GO	Capão Bonito/SP	Caridade do Piauí/PI
Campos Borges/RS	Capão da Canoa/RS	Caridade/CE
Campos de Júlio/MT	Capão do Cipó/RS	Carinhanha/BA
Campos do Jordão/SP	Capão do Leão/RS	Carira/SE
Campos dos Goytacazes/RJ	Caparaó/MG	Cariré/CE
Campos Gerais/MG	Capela de Santana/RS	Cariri do Tocantins/TO
Campos Lindos/TO	Capela do Alto Alegre/BA	Caririaçu/CE

Cariús/CE	Catalão/GO	Chalé/MG
Carlinda/MT	Catanduva/SP	Chapada da Natividade/TO
Carlópolis/PR	Catanduvás/PR	Chapada de Areia/TO
Carlos Barbosa/RS	Catarina/CE	Chapada do Norte/MG
Carlos Chagas/MG	Catas Altas da Noruega/MG	Chapada dos Guimarães/MT
Carlos Gomes/RS	Catas Altas/MG	Chapada Gaúcha/MG
Carmésia/MG	Catende/PE	Chapada/RS
Carmo da Cachoeira/MG	Catiguá/SP	Chapadão do Céu/GO
Carmo da Mata/MG	Catingueira/PB	Chapadão do Sul/MS
Carmo de Minas/MG	Catolândia/BA	Chapadinha/MA
Carmo do Cajuru/MG	Catolé do Rocha/PB	Charqueada/SP
Carmo do Paranaíba/MG	Catu/BA	Charqueadas/RS
Carmo do Rio Claro/MG	Catuípe/RS	Charrua/RS
Carmo do Rio Verde/GO	Catuji/MG	Chaval/CE
Carmo/RJ	Catunda/CE	Chavantes/SP
Carmolândia/TO	Caturai/GO	Chaves/PA
Carmópolis de Minas/MG	Caturama/BA	Chiador/MG
Carmópolis/SE	Caturité/PB	Chiapetta/RS
Carnaíba/PE	Catuti/MG	Chopinzinho/PR
Carnaúba dos Dantas/RN	Caucaia/CE	Choró/CE
Carnaubais/RN	Cavalcante/GO	Chorozinho/CE
Carnaubal/CE	Caxambu/MG	Chorrochó/BA
Carnaubeira da Penha/PE	Caxias do Sul/RS	Chuí/RS
Carneirinho/MG	Caxias/MA	Chupinguaia/RO
Carneiros/AL	Caxingó/PI	Chuvisca/RS
Caroebe/RR	Ceará/Mirim/RN	Cianorte/PR
Carolina/MA	Cedral/MA	Cícero Dantas/BA
Carpina/PE	Cedral/SP	Cidade Gaúcha/PR
Carrancas/MG	Cedro de São João/SE	Cidade Ocidental/GO
Carrapateira/PB	Cedro do Abaeté/MG	Cidelândia/MA
Carrasco Bonito/TO	Cedro/CE	Cidreira/RS
Caruaru/PE	Cedro/PE	Cipó/BA
Carutaperá/MA	Centenário do Sul/PR	Cipotânea/MG
Carvalhópolis/MG	Centenário/RS	Ciriaco/RS
Carvalhos/MG	Centenário/TO	Claraval/MG
Casa Branca/SP	Central de Minas/MG	Claro dos Poções/MG
Casa Grande/MG	Central do Maranhão/MA	Cláudia/MT
Casa Nova/BA	Central/BA	Cláudio/MG
Casca/RS	Centralina/MG	Clementina/SP
Cascalho Rico/MG	Centro do Guilherme/MA	Clevelândia/PR
Cascavel/CE	Centro Novo do Maranhão/MA	Coaraci/BA
Cascavel/PR	Cerejeiras/RO	Coari/AM
Caseara/TO	Ceres/GO	Cocal de Telha/PI
Caseiros/RS	Cerqueira César/SP	Cocal dos Alves/PI
Casimiro de Abreu/RJ	Cerquilho/SP	Cocal/PI
Casinhas/PE	Cerrito/RS	Cocalinho/MT
Casserengue/PB	Cerro Azul/PR	Cocalzinho de Goiás/GO
Cássia dos Coqueiros/SP	Cerro Branco/RS	Cocos/BA
Cássia/MG	Cerro Corá/RN	Codajás/AM
Cassilândia/MS	Cerro Grande do Sul/RS	Codó/MA
Castanhal/PA	Cerro Grande/RS	Coelho Neto/MA
Castanheira/MT	Cerro Largo/RS	Coimbra/MG
Castanheiras/RO	Cerro Negro/SC	Coité do Noia/AL
Castelândia/GO	Cesário Lange/SP	Coivaras/PI
Castelo do Piauí/PI	Céu Azul/PR	Colares/PA
Castelo/ES	Cezarina/GO	Colatina/ES
Castilho/SP	Chã de Alegria/PE	Colíder/MT
Castro Alves/BA	Chã Grande/PE	Colina/SP
Castro/PR	Chã Preta/AL	Colinas do Sul/GO
Cataguases/MG	Chácara/MG	Colinas do Tocantins/TO

Colinas/MA	Conquista/MG	Corumbiara/RO
Colinas/RS	Conselheiro Lafaiete/MG	Coruripe/AL
Colméia/TO	Conselheiro Mairinck/PR	Cosmópolis/SP
Colniza/MT	Conselheiro Pena/MG	Cosmorama/SP
Colômbia/SP	Consolação/MG	Costa Marques/RO
Colombo/PR	Constantina/RS	Costa Rica/MS
Colônia do Gurguéia/PI	Contagem/MG	Cotegipe/BA
Colônia do Piauí/PI	Contenda/PR	Cotia/SP
Colônia Leopoldina/AL	Contendas do Sincorá/BA	Cotiporã/RS
Colorado do Oeste/RO	Coqueiral/MG	Cotriguaçu/MT
Colorado/PR	Coqueiro Baixo/RS	Couto de Magalhães de
Colorado/RS	Coqueiro Seco/AL	Minas/MG
Coluna/MG	Coqueiros do Sul/RS	Couto de Magalhães/TO
Combinado/TO	Coração de Jesus/MG	Coxilha/RS
Comendador Gomes/MG	Coração de Maria/BA	Coxim/MS
Comendador Levy	Corbélia/PR	Coxixola/PB
Gasparian/RJ	Cordeiro/RJ	Craibas/AL
Comercinho/MG	Cordeirópolis/SP	Crateús/CE
Comodoro/MT	Cordeiros/BA	Crato/CE
Conceição da Aparecida/MG	Cordisburgo/MG	Cravinhos/SP
Conceição da Barra de	Cordislândia/MG	Cravolândia/BA
Minas/MG	Coreaú/CE	Crisólita/MG
Conceição da Barra/ES	Coremas/PB	Crisópolis/BA
Conceição da Feira/BA	Corguinho/MS	Crissiumal/RS
Conceição das Alagoas/MG	Coribe/BA	Cristais Paulista/SP
Conceição das Pedras/MG	Corinto/MG	Cristais/MG
Conceição de Ipanema/MG	Cornélio Procópio/PR	Cristal do Sul/RS
Conceição de Macabu/RJ	Coroaci/MG	Cristal/RS
Conceição do Almeida/BA	Coroados/SP	Cristalândia do Piauí/PI
Conceição do Araguaia/PA	Coroatá/MA	Cristalândia/TO
Conceição do Canindé/PI	Coromandel/MG	Cristália/MG
Conceição do Castelo/ES	Coronel Barros/RS	Cristalina/GO
Conceição do Coité/BA	Coronel Bicaco/RS	Cristiano Ottoni/MG
Conceição do Jacuípe/BA	Coronel Domingos Soares/PR	Cristianópolis/GO
Conceição do Lago Açu/MA	Coronel Ezequiel/RN	Cristina/MG
Conceição do Mato	Coronel Fabriciano/MG	Cristinápolis/SE
Dentro/MG	Coronel João Pessoa/RN	Cristino Castro/PI
Conceição do Pará/MG	Coronel João Sá/BA	Cristópolis/BA
Conceição do Rio Verde/MG	Coronel José Dias/PI	Crixás do Tocantins/TO
Conceição do Tocantins/TO	Coronel Macedo/SP	Crixás/GO
Conceição dos Ouros/MG	Coronel Murta/MG	Croatá/CE
Conceição/PB	Coronel Pacheco/MG	Cromínia/GO
Conchal/SP	Coronel Pilar/RS	Crucilândia/MG
Conchas/SP	Coronel Sapucaia/MS	Cruz Alta/RS
Concórdia do Pará/PA	Coronel Vivida/PR	Cruz das Almas/BA
Condado/PB	Coronel Xavier Chaves/MG	Cruz do Espírito Santo/PB
Condado/PE	Córrego Danta/MG	Cruz Machado/PR
Conde/BA	Córrego do Bom Jesus/MG	Cruz/CE
Conde/PB	Córrego do Ouro/GO	Cruzália/SP
Condeúba/BA	Córrego Fundo/MG	Cruzaltense/RS
Condor/RS	Córrego Novo/MG	Cruzeiro da Fortaleza/MG
Cônego Marinho/MG	Corrente/PI	Cruzeiro do Iguaçu/PR
Confins/MG	Correntes/PE	Cruzeiro do Oeste/PR
Confresa/MT	Correntina/BA	Cruzeiro do Sul/AC
Congo/PB	Cortês/PE	Cruzeiro do Sul/PR
Congonhal/MG	Corumbá de Goiás/GO	Cruzeiro do Sul/RS
Congonhas do Norte/MG	Corumbá/MS	Cruzeiro/SP
Congonhas/MG	Corumbaíba/GO	Cruzeta/RN
Congonhinhas/PR	Corumbatai do Sul/PR	Cruzília/MG
Conquista d'Oeste/MT	Corumbatai/SP	Cruzmalina/PR

Cubatão/SP	Diamante do Sul/PR	Doresópolis/MG
Cubati/PB	Diamante/PB	Dormentes/PE
Cuiabá/MT	Diamantina/MG	Douradina/MS
Cuité de Mamanguape/PB	Diamantino/MT	Douradina/PR
Cuité/PB	Dianópolis/TO	Dourado/SP
Cuitegi/PB	Dias d'Ávila/BA	Douradoquara/MG
Cujubim/RO	Dilermando de Aguiar/RS	Dourados/MS
Cumari/GO	Diogo de Vasconcelos/MG	Doutor Camargo/PR
Cumarú do Norte/PA	Dionísio/MG	Doutor Maurício Cardoso/RS
Cumarú/PE	Diorama/GO	Doutor Ricardo/RS
Cumbe/SE	Dirce Reis/SP	Doutor Severiano/RN
Cunha/SP	Dirceu Arcoverde/PI	Doutor Ulysses/PR
Cuparaque/MG	Divina Pastora/SE	Doverlândia/GO
Cupira/PE	Divinésia/MG	Dracena/SP
Curaçá/BA	Divino das Laranjeiras/MG	Duartina/SP
Curimatá/PI	Divino de São Lourenço/ES	Duas Barras/RJ
Curionópolis/PA	Divino/MG	Duas Estradas/PB
Curiúva/PR	Divinolândia de Minas/MG	Dueré/TO
Currais Novos/RN	Divinolândia/SP	Dumont/SP
Currais/PI	Divinópolis de Goiás/GO	Duque Bacelar/MA
Curral de Cima/PB	Divinópolis do Tocantins/TO	Duque de Caxias/RJ
Curral de Dentro/MG	Divinópolis/MG	Durandé/MG
Curral Novo do Piauí/PI	Divisa Alegre/MG	Echaporã/SP
Curral Velho/PB	Divisa Nova/MG	Ecoporanga/ES
Curralinho/PA	Divisópolis/MG	Edealina/GO
Curralinhos/PI	Dobrada/SP	Edéia/GO
Curuá/PA	Dois Córregos/SP	Eirunepé/AM
Curuçá/PA	Dois Irmãos das Missões/RS	Eldorado do Sul/RS
Cururupu/MA	Dois Irmãos do Buriti/MS	Eldorado dos Carajás/PA
Curvelândia/MT	Dois Irmãos do Tocantins/TO	Eldorado/MS
Curvelo/MG	Dois Irmãos/RS	Eldorado/SP
Custódia/PE	Dois Lajeados/RS	Elesbão Veloso/PI
Cutias/AP	Dois Riachos/AL	Elias Fausto/SP
Damianópolis/GO	Dois Vizinhos/PR	Eliseu Martins/PI
Damião/PB	Dolcinópolis/SP	Elisiário/SP
Damolândia/GO	Dom Aquino/MT	Elísio Medrado/BA
Darcinópolis/TO	Dom Basílio/BA	Elói Mendes/MG
Dário Meira/BA	Dom Bosco/MG	Emas/PB
Datas/MG	Dom Cavati/MG	Embaúba/SP
David Canabarro/RS	Dom Eliseu/PA	Embu das Artes/SP
Davinópolis/GO	Dom Expedito Lopes/PI	Embu-Guaçu/SP
Davinópolis/MA	Dom Feliciano/RS	Emilianópolis/SP
Delfim Moreira/MG	Dom Inocêncio/PI	Encantado/RS
Delfinópolis/MG	Dom Joaquim/MG	Encanto/RN
Delmiro Gouveia/AL	Dom Macedo Costa/BA	Encruzilhada do Sul/RS
Delta/MG	Dom Pedrito/RS	Encruzilhada/BA
Demerval Lobão/PI	Dom Pedro de Alcântara/RS	Enéas Marques/PR
Denise/MT	Dom Pedro/MA	Engenheiro Beltrão/PR
Deodápolis/MS	Dom Silvério/MG	Engenheiro Caldas/MG
Deputado Irapuan Pinheiro/CE	Dom Viçoso/MG	Engenheiro Coelho/SP
Derrubadas/RS	Domingos Martins/ES	Engenheiro Navarro/MG
Descalvado/SP	Domingos Mourão/PI	Engenheiro Paulo de
Descoberto/MG	Dona Eusébia/MG	Frontin/RJ
Desterro de Entre Rios/MG	Dona Francisca/RS	Engenho Velho/RS
Desterro do Melo/MG	Dona Inês/PB	Entre Folhas/MG
Desterro/PB	Dores de Campos/MG	Entre Ijuís/RS
Dezesseis de Novembro/RS	Dores de Guanhães/MG	Entre Rios de Minas/MG
Diadema/SP	Dores do Indaiá/MG	Entre Rios do Oeste/PR
Diamante d'Oeste/PR	Dores do Rio Preto/ES	Entre Rios do Sul/RS
Diamante do Norte/PR	Dores do Turvo/MG	Entre Rios/BA

Envira/AM	Faria Lemos/MG	Flores/PE
Epitaciolândia/AC	Farias Brito/CE	Floresta Azul/BA
Equador/RN	Faro/PA	Floresta do Araguaia/PA
Erebango/RS	Farol/PR	Floresta do Piauí/PI
Erechim/RS	Fartura do Piauí/PI	Floresta/PE
Ererê/CE	Fartura/SP	Floresta/PR
Érico Cardoso/BA	Fátima do Sul/MS	Florestal/MG
Ernestina/RS	Fátima/BA	Florestópolis/PR
Erval Grande/RS	Fátima/TO	Floriano Peixoto/RS
Erval Seco/RS	Faxinal do Soturno/RS	Floriano/PI
Ervália/MG	Faxinal/PR	Flórida Paulista/SP
Escada/PE	Faxinalzinho/RS	Flórida/PR
Esmeralda/RS	Fazenda Nova/GO	Florínea/SP
Esmeraldas/MG	Fazenda Rio Grande/PR	Fonte Boa/AM
Espera Feliz/MG	Fazenda Vilanova/RS	Fontoura Xavier/RS
Esperança do Sul/RS	Feijó/AC	Formiga/MG
Esperança Nova/PR	Feira da Mata/BA	Formigueiro/RS
Esperança/PB	Feira de Santana/BA	Formosa da Serra Negra/MA
Esperantina/PI	Feira Grande/AL	Formosa do Oeste/PR
Esperantina/TO	Feira Nova do Maranhão/MA	Formosa do Rio Preto/BA
Esperantinópolis/MA	Feira Nova/PE	Formosa/GO
Espigão Alto do Iguaçu/PR	Feira Nova/SE	Formoso do Araguaia/TO
Espigão d'Oeste/RO	Felício dos Santos/MG	Formoso/GO
Espinosa/MG	Felipe Guerra/RN	Formoso/MG
Espírito Santo do Dourado/MG	Felisburgo/MG	Forquethinha/RS
Espírito Santo do Pinhal/SP	Felixlândia/MG	Forquilha/CE
Espírito Santo do Turvo/SP	Feliz Deserto/AL	Fortaleza de Minas/MG
Espírito Santo/RN	Feliz Natal/MT	Fortaleza do Tabocão/TO
Esplanada/BA	Feliz/RS	Fortaleza dos Nogueiras/MA
Espumoso/RS	Fênix/PR	Fortaleza dos Valos/RS
Estação/RS	Fernandes Pinheiro/PR	Fortaleza/CE
Estância Velha/RS	Fernandes Tourinho/MG	Fortim/CE
Estância/SE	Fernando de Noronha/PE	Fortuna de Minas/MG
Esteio/RS	Fernando Falcão/MA	Fortuna/MA
Estiva Gerbi/SP	Fernando Pedroza/RN	Foz do Iguaçu/PR
Estiva/MG	Fernando Prestes/SP	Foz do Jordão/PR
Estreito/MA	Fernandópolis/SP	Franca/SP
Estrela d'Oeste/SP	Fernão/SP	Francinópolis/PI
Estrela Dalva/MG	Ferraz de Vasconcelos/SP	Francisco Alves/PR
Estrela de Alagoas/AL	Ferreira Gomes/AP	Francisco Ayres/PI
Estrela do Indaiá/MG	Ferreiros/PE	Francisco Badaró/MG
Estrela do Norte/GO	Ferros/MG	Francisco Beltrão/PR
Estrela do Norte/SP	Fervedouro/MG	Francisco Dantas/RN
Estrela do Sul/MG	Figueira/PR	Francisco Dumont/MG
Estrela Velha/RS	Figueirão/MS	Francisco Macedo/PI
Estrela/RS	Figueirópolis d'Oeste/MT	Francisco Morato/SP
Euclides da Cunha Paulista/SP	Figueirópolis/TO	Francisco Sá/MG
Euclides da Cunha/BA	Filadélfia/BA	Francisco Santos/PI
Eugênio de Castro/RS	Filadélfia/TO	Franciscópolis/MG
Eugenópolis/MG	Firmino Alves/BA	Franco da Rocha/SP
Eunápolis/BA	Firminópolis/GO	Frecheirinha/CE
Eusébio/CE	Flexeiras/AL	Frederico Westphalen/RS
Ewbank da Câmara/MG	Flor da Serra do Sul/PR	Frei Gaspar/MG
Extrema/MG	Flora Rica/SP	Frei Inocêncio/MG
Extremoz/RN	Florai/PR	Frei Lagonegro/MG
Exu/PE	Florânia/RN	Frei Martinho/PB
Fagundes Varela/RS	Floreal/SP	Frei Miguelinho/PE
Fagundes/PB	Flores da Cunha/RS	Frei Paulo/SE
Faina/GO	Flores de Goiás/GO	Fronteira dos Vales/MG
Fama/MG	Flores do Piauí/PI	Fronteira/MG

Fronteiras/PI	Goiás/GO	Guapiara/SP
Fruta de Leite/MG	Goiatins/TO	Guapimirim/RJ
Frutal/MG	Goiatuba/GO	Guapirama/PR
Frutuoso Gomes/RN	Goioerê/PR	Guapó/GO
Fundão/ES	Goioxim/PR	Guaporé/RS
Funilândia/MG	Gonçalves Dias/MA	Guaporema/PR
Gabriel Monteiro/SP	Gonçalves/MG	Guará/SP
Gado Bravo/PB	Gongogi/BA	Guarabira/PB
Gália/SP	Gonzaga/MG	Guaraçai/SP
Galileia/MG	Gouvêia/MG	Guaraci/PR
Galinhas/RN	Gouvelândia/GO	Guaraci/SP
Gameleira de Goiás/GO	Governador Archer/MA	Guaraciaba do Norte/CE
Gameleira/PE	Governador Dix-Sept	Guaraciaba/MG
Gameleiras/MG	Rosado/RN	Guaraciama/MG
Gandu/BA	Governador Edison Lobão/MA	Guaraí/TO
Garanhuns/PE	Governador Eugênio	Guaraíta/GO
Gararu/SE	Barros/MA	Guaramiranga/CE
Garça/SP	Governador Jorge Teixeira/RO	Guaranésia/MG
Garibaldi/RS	Governador Lindenberg/ES	Guarani d'Oeste/SP
Garraão do Norte/PA	Governador Luiz Rocha/MA	Guarani das Missões/RS
Garruchos/RS	Governador Mangabeira/BA	Guarani de Goiás/GO
Gastão Vidigal/SP	Governador Newton Bello/MA	Guarani/MG
Gaúcha do Norte/MT	Governador Nunes Freire/MA	Guaraniaçu/PR
Gaurama/RS	Governador Valadares/MG	Guarantã do Norte/MT
Gavião Peixoto/SP	Graça Aranha/MA	Guarantã/SP
Gavião/BA	Graça/CE	Guarapari/ES
Geminiano/PI	Graccho Cardoso/SE	Guarapuava/PR
General Câmara/RS	Grajaú/MA	Guaraqueçaba/PR
General Carneiro/MT	Gramado dos Loureiros/RS	Guarará/MG
General Carneiro/PR	Gramado Xavier/RS	Guararapes/SP
General Maynard/SE	Gramado/RS	Guararema/SP
General Salgado/SP	Grandes Rios/PR	Guaratinga/BA
General Sampaio/CE	Granito/PE	Guaratinguetá/SP
Gentil/RS	Granja/CE	Guaratuba/PR
Gentio do Ouro/BA	Granjeiro/CE	Guarda-Mor/MG
Getulina/SP	Grão Mogol/MG	Guareí/SP
Getúlio Vargas/RS	Gravatá/PE	Guariba/SP
Gilbués/PI	Gravataí/RS	Guaribas/PI
Girau do Ponciano/AL	Groaíras/CE	Guarinos/GO
Girua/RS	Grossos/RN	Guarujá/SP
Glaucilândia/MG	Grupiara/MG	Guarulhos/SP
Glicério/SP	Guabiju/RS	Guataparã/SP
Glória d'Oeste/MT	Guaçuí/ES	Guaxupé/MG
Glória de Dourados/MS	Guadalupe/PI	Guia Lopes da Laguna/MS
Glória do Goitá/PE	Guaíba/RS	Guidoval/MG
Glória/BA	Guaicara/SP	Guimarães/MA
Glorinha/RS	Guaimbê/SP	Guimarânia/MG
Godofredo Viana/MA	Guaíra/PR	Guiratinga/MT
Godoy Moreira/PR	Guaíra/SP	Guiricema/MG
Goiabeira/MG	Guaíraçã/PR	Gurinhata/MG
Goianá/MG	Guaíba/CE	Gurinhém/PB
Goiânia/PE	Guajará/AM	Gurjão/PB
Goiánápolis/GO	Guajará-Mirim/RO	Gurupá/PA
Goiandira/GO	Guajerú/BA	Gurupi/TO
Goiânia do Pará/PA	Guamaré/RN	Guzolândia/SP
Goiânia/GO	Guamiranga/PR	Harmonia/RS
Goiânia/GO	Guanambi/BA	Heitorai/GO
Goiânia/RN	Guanhães/MG	Heliadora/MG
Goiânia/GO	Guapé/MG	Heliópolis/BA
Goiânia/TO	Guapiaçu/SP	Herculândia/SP

Herval/RS
 Herveiras/RS
 Hidrolândia/CE
 Hidrolândia/GO
 Hidrolina/GO
 Holambra/SP
 Honório Serpa/PR
 Horizonte/CE
 Horizontina/RS
 Hortolândia/SP
 Hugo Napoleão/PI
 Hulha Negra/RS
 Humaitá/AM
 Humaitá/RS
 Humberto de Campos/MA
 Iacanga/SP
 Iaciara/GO
 Iacri/SP
 Iaçú/BA
 Iapu/MG
 Iaras/SP
 Iati/PE
 Ibaiti/PR
 Ibarama/RS
 Ibaretama/CE
 Ibaté/SP
 Ibateguara/AL
 Ibatiba/ES
 Ibema/PR
 Ibertioga/MG
 Ibiá/MG
 Ibiacá/RS
 Ibiaí/MG
 Ibiapina/CE
 Ibiara/PB
 Ibiassucê/BA
 Ibicaraí/BA
 Ibicoara/BA
 Ibicuí/BA
 Ibicuitinga/CE
 Ibimirim/PE
 Ibipeba/BA
 Ibipitanga/BA
 Ibiporã/PR
 Ibiquera/BA
 Ibirá/SP
 Ibiracatu/MG
 Ibiraci/MG
 Ibiracú/ES
 Ibiraiaras/RS
 Ibirajuba/PE
 Ibirapitanga/BA
 Ibirapuã/BA
 Ibirapuitã/RS
 Ibirarema/SP
 Ibirataia/BA
 Ibirité/MG
 Ibirubá/RS
 Ibitiara/BA
 Ibitinga/SP

Ibitirama/ES
 Ibititá/BA
 Ibitiúra de Minas/MG
 Ibituruna/MG
 Ibiúna/SP
 Ibotirama/BA
 Icapuí/CE
 Icaraí de Minas/MG
 Icaraíma/PR
 Icatu/MA
 Icém/SP
 Ichu/BA
 Icó/CE
 Iconha/ES
 Ielmo Marinho/RN
 Iepê/SP
 Igaci/AL
 Igaporã/BA
 Igaracú do Tietê/SP
 Igaracy/PB
 Igarapava/SP
 Igarapé do Meio/MA
 Igarapé Grande/MA
 Igarapé/Açu/PA
 Igarapé/MG
 Igarapé/Mirim/PA
 Igarassu/PE
 Igaratá/SP
 Igaratinga/MG
 Igrapiúna/BA
 Igreja Nova/AL
 Igrejinha/RS
 Iguaba Grande/RJ
 Iguai/BA
 Iguape/SP
 Iguaraci/PE
 Iguaraçu/PR
 Iguatama/MG
 Iguatemi/MS
 Iguatu/CE
 Iguatu/PR
 Ijaci/MG
 Ijuí/RS
 Ilha Comprida/SP
 Ilha das Flores/SE
 Ilha de Itamaracá/PE
 Ilha Grande/PI
 Ilha Solteira/SP
 Ilhabela/SP
 Ilhéus/BA
 Illicínea/MG
 Ilópolis/RS
 Imaculada/PB
 Imbaú/PR
 Imbé de Minas/MG
 Imbé/RS
 Imbituva/PR
 Imigrante/RS
 Imperatriz/MA
 Inácio Martins/PR

Inaciolândia/GO
 Inajá/PE
 Inajá/PR
 Inconfidentes/MG
 Indaiabira/MG
 Indaiatuba/SP
 Independência/CE
 Independência/RS
 Indiana/SP
 Indianópolis/MG
 Indianópolis/PR
 Indaporã/SP
 Indiará/GO
 Indiaroba/SE
 Indiauí/MT
 Ingá/PB
 Ingai/MG
 Ingazeira/PE
 Inhacorá/RS
 Inhambuê/BA
 Inhangapi/PA
 Inhapi/AL
 Inhapim/MG
 Inhaúma/MG
 Inhuma/PI
 Inhumas/GO
 Inimutaba/MG
 Inocência/MS
 Inúbia Paulista/SP
 Ipaba/MG
 Ipameri/GO
 Ipanema/MG
 Ipanguaçu/RN
 Ipaporanga/CE
 Ipatinga/MG
 Ipaumirim/CE
 Ipaussu/SP
 Ipê/RS
 Ipecaetá/BA
 Iperó/SP
 Ipeúna/SP
 Ipiacú/MG
 Ipiáú/BA
 Ipiquá/SP
 Ipirá/BA
 Ipiranga de Goiás/GO
 Ipiranga do Norte/MT
 Ipiranga do Piauí/PI
 Ipiranga do Sul/RS
 Ipiranga/PR
 Ipixuna do Pará/PA
 Ipixuna/AM
 Ipojuca/PE
 Iporá/GO
 Iporã/PR
 Iporanga/SP
 Ipu/CE
 Ipuã/SP
 Ipubi/PE
 Ipueira/RN

Ipueiras/CE	Itaíba/PE	Itapira/SP
Ipueiras/TO	Itaíçaba/CE	Itapiranga/AM
Ipuiuna/MG	Itainópolis/PI	Itapirapuã Paulista/SP
Ipupiara/BA	Itaipava do Grajaú/MA	Itapirapuã/GO
Iracema do Oeste/PR	Itaipé/MG	Itapiratins/TO
Iracema/CE	Itaipulândia/PR	Itapissuma/PE
Iracema/RR	Itaitinga/CE	Itapitanga/BA
Iracemópolis/SP	Itaituba/PA	Itapiúna/CE
Iraí de Minas/MG	Itajá/GO	Itápolis/SP
Iraí/RS	Itajá/RN	Itaporã do Tocantins/TO
Irajuba/BA	Itajobi/SP	Itaporã/MS
Iramaia/BA	Itaju do Colônia/BA	Itaporanga d'Ajuda/SE
Iranduba/AM	Itaju/SP	Itaporanga/PB
Irani/SC	Itajubá/MG	Itaporanga/SP
Irapuã/SP	Itajuípe/BA	Itapororoca/PB
Irapuru/SP	Italva/RJ	Itapuã do Oeste/RO
Iraquara/BA	Itamaraju/BA	Itapuca/RS
Irará/BA	Itamarandiba/MG	Itapuí/SP
Irati/PR	Itamarati de Minas/MG	Itapura/SP
Irauçuba/CE	Itamarati/AM	Itapuranga/GO
Irecê/BA	Itamari/BA	Itaquaquacetuba/SP
Iretama/PR	Itambacuri/MG	Itaquara/BA
Irituia/PA	Itambaracá/PR	Itaqui/RS
Irupi/ES	Itambé do Mato Dentro/MG	Itaquiraí/MS
Isaías Coelho/PI	Itambé/BA	Itaquitinga/PE
Israelândia/GO	Itambé/PE	Itarana/ES
Itaara/RS	Itambé/PR	Itarantim/BA
Itabaiana/PB	Itamogi/MG	Itararé/SP
Itabaiana/SE	Itamonte/MG	Itarema/CE
Itabaianinha/SE	Itanagra/BA	Itariri/SP
Itabela/BA	Itanhaém/SP	Itarumã/GO
Itaberá/SP	Itanhandu/MG	Itati/RS
Itaberaba/BA	Itanhangá/MT	Itatiaia/RJ
Itaberai/GO	Itanhém/BA	Itatiaiuçu/MG
Itabi/SE	Itanhomi/MG	Itatiba do Sul/RS
Itabira/MG	Itaobim/MG	Itatiba/SP
Itabirinha/MG	Itaóca/SP	Itatim/BA
Itabirito/MG	Itaocara/RJ	Itatinga/SP
Itaborai/RJ	Itapaci/GO	Itatira/CE
Itabuna/BA	Itapagipe/MG	Itatuba/PB
Itacajá/TO	Itapajé/CE	Itaú de Minas/MG
Itacambira/MG	Itaparica/BA	Itaú/RN
Itacarambi/MG	Itapé/BA	Itaúba/MT
Itacaré/BA	Itapebi/BA	Itaubal/AP
Itacoatiara/AM	Itapecerica da Serra/SP	Itauçu/GO
Itacuruba/PE	Itapecerica/MG	Itaueira/PI
Itacurubi/RS	Itapecuru-Mirim/MA	Itaúna do Sul/PR
Itaetê/BA	Itapejara d'Oeste/PR	Itaúna/MG
Itagi/BA	Itapema/SC	Itaverava/MG
Itagibá/BA	Itapemirim/ES	Itinga do Maranhão/MA
Itagimirim/BA	Itaperuçu/PR	Itinga/MG
Itaguaçu da Bahia/BA	Itaperuna/RJ	Itiquira/MT
Itaguaçu/ES	Itapetim/PE	Itirapina/SP
Itaguaí/RJ	Itapetinga/BA	Itirapuã/SP
Itaguajé/PR	Itapetininga/SP	Itiruçu/BA
Itaguara/MG	Itapeva/MG	Itiúba/BA
Itaguari/GO	Itapeva/SP	Itobi/SP
Itaguaru/GO	Itapevi/SP	Itororó/BA
Itaguatins/TO	Itapicuru/BA	Ituaçu/BA
Itai/SP	Itapipoca/CE	Ituberá/BA

Itueta/MG	Jaicós/PI	Jequitai/MG
Ituiutaba/MG	Jales/SP	Jequitibá/MG
Itumbiara/GO	Jambeiro/SP	Jequitinhonha/MG
Itumirim/MG	Jampruca/MG	Jeremoabo/BA
Itupeva/SP	Janaúba/MG	Jericó/PB
Itupiranga/PA	Jandaia do Sul/PR	Jeriquara/SP
Iturama/MG	Jandaia/GO	Jerônimo Monteiro/ES
Itutinga/MG	Jandaíra/BA	Jerumenha/PI
Ituverava/SP	Jandaira/RN	Jesuânia/MG
Iuiú/BA	Jandira/SP	Jesuítas/PR
Iúna/ES	Janduís/RN	Jesópolis/GO
Ivaí/PR	Jangada/MT	Jijoca de Jericoacoara/CE
Ivaiporã/PR	Janiópolis/PR	Ji-Paraná/RO
Ivatê/PR	Januária/MG	Jiquiriçá/BA
Ivatuba/PR	Japaraíba/MG	Jitaúna/BA
Ivinhema/MS	Japaratinga/AL	Joáima/MG
Ivolândia/GO	Japaratuba/SE	Joanésia/MG
Ivorá/RS	Japeri/RJ	Joanópolis/SP
Ivoti/RS	Japi/RN	João Alfredo/PE
Jaboatão dos Guararapes/PE	Japira/PR	João Câmara/RN
Jaborandi/BA	Japoatã/SE	João Costa/PI
Jaborandi/SP	Japonvar/MG	João Dias/RN
Jaboti/PR	Japorã/MS	João Dourado/BA
Jaboticaba/RS	Japurá/AM	João Lisboa/MA
Jaboticabal/SP	Japurá/PR	João Monlevade/MG
Jaboticatubas/MG	Jaqueira/PE	João Neiva/ES
Jaçanã/RN	Jaquirana/RS	João Pinheiro/MG
Jacaraci/BA	Jaraguá/GO	João Ramalho/SP
Jacaraú/PB	Jaraguari/MS	Joaquim Felício/MG
Jacaré dos Homens/AL	Jaramataia/AL	Joaquim Gomes/AL
Jacareacanga/PA	Jardim Alegre/PR	Joaquim Nabuco/PE
Jacaré/SP	Jardim de Angicos/RN	Joaquim Pires/PI
Jacarezinho/PR	Jardim de Piranhas/RN	Joaquim Távora/PR
Jaci/SP	Jardim do Mulato/PI	Joca Claudino/PB
Jaciara/MT	Jardim do Seridó/RN	Joca Marques/PI
Jacinto/MG	Jardim Olinda/PR	Jóia/RS
Jacobina do Piauí/PI	Jardim/CE	Jordânia/MG
Jacobina/BA	Jardim/MS	Jordão/AC
Jacuí/MG	Jardinópolis/SP	José Bonifácio/SP
Jacuípe/AL	Jari/RS	José da Penha/RN
Jacuizinho/RS	Jarinu/SP	José de Freitas/PI
Jacundá/PA	Jaru/RO	José Gonçalves de Minas/MG
Jacupiranga/SP	Jataí/GO	José Raydan/MG
Jacutinga/MG	Jataizinho/PR	Joselândia/MA
Jacutinga/RS	Jataúba/PE	Josenópolis/MG
Jaguapitã/PR	Jateí/MS	Joviânia/GO
Jaguaquara/BA	Jati/CE	Juara/MT
Jaguaraçu/MG	Jatobá do Piauí/PI	Juarez Távora/PB
Jaguarão/RS	Jatobá/MA	Juarina/TO
Jaguarari/BA	Jatobá/PE	Juatuba/MG
Jaguaré/ES	Jaú do Tocantins/TO	Juazeirinho/PB
Jaguaretama/CE	Jaú/SP	Juazeiro do Norte/CE
Jaguari/RS	Jaupaci/GO	Juazeiro do Piauí/PI
Jaguariaíva/PR	Jauru/MT	Juazeiro/BA
Jaguaribara/CE	Jeceaba/MG	Jucás/CE
Jaguaribe/CE	Jenipapo de Minas/MG	Jucati/PE
Jaguaripe/BA	Jenipapo dos Vieiras/MA	Jucuruçu/BA
Jaguariúna/SP	Jequeri/MG	Jucurutu/RN
Jaguaruana/CE	Jequiá da Praia/AL	Juína/MT
Jaíba/MG	Jequié/BA	Juiz de Fora/MG

Júlio Borges/PI	Lagoa do Piauí/PI	Leandro Ferreira/MG
Júlio de Castilhos/RS	Lagoa do Sítio/PI	Leme do Prado/MG
Júlio Mesquita/SP	Lagoa do Tocantins/TO	Leme/SP
Jumirim/SP	Lagoa dos Gatos/PE	Lençóis Paulista/SP
Junco do Maranhão/MA	Lagoa dos Patos/MG	Lençóis/BA
Junco do Seridó/PB	Lagoa dos Três Cantos/RS	Leopoldina/MG
Jundiá/AL	Lagoa Dourada/MG	Leopoldo de Bulhões/GO
Jundiá/RN	Lagoa Formosa/MG	Leópolis/PR
Jundiá do Sul/PR	Lagoa Grande do	Liberato Salzano/RS
Jundiaí/SP	Maranhão/MA	Liberdade/MG
Junqueiro/AL	Lagoa Grande/MG	Licínio de Almeida/BA
Junqueirópolis/SP	Lagoa Grande/PE	Lidianópolis/PR
Jupi/PE	Lagoa Nova/RN	Lima Campos/MA
Juquiá/SP	Lagoa Real/BA	Lima Duarte/MG
Juquitiba/SP	Lagoa Salgada/RN	Limeira do Oeste/MG
Juramento/MG	Lagoa Santa/GO	Limeira/SP
Juranda/PR	Lagoa Santa/MG	Limoeiro de Anadia/AL
Jurema/PE	Lagoa Seca/PB	Limoeiro do Ajuru/PA
Jurema/PI	Lagoa Vermelha/RS	Limoeiro do Norte/CE
Juripiranga/PB	Lagoa/PB	Limoeiro/PE
Juru/PB	Lagoão/RS	Lindoeste/PR
Juruá/AM	Lagoinha do Piauí/PI	Lindóia/SP
Juruaia/MG	Lagoinha/SP	Lindolfo Collor/RS
Juruna/MT	Laguna Carapã/MS	Linha Nova/RS
Juruti/PA	Laje do Muriaé/RJ	Linhares/ES
Juscimeira/MT	Laje/BA	Lins/SP
Jussara/BA	Lajeado do Bugre/RS	Livramento de Nossa
Jussara/GO	Lajeado Novo/MA	Senhora/BA
Jussara/PR	Lajeado/RS	Livramento/PB
Jussari/BA	Lajeado/TO	Lizarda/TO
Jussiape/BA	Lajedão/BA	Loanda/PR
Jutaí/AM	Lajedinho/BA	Lobato/PR
Juti/MS	Lajedo do Tabocal/BA	Logradouro/PB
Juvenília/MG	Lajedo/PE	Londrina/PR
Kaloré/PR	Lajes Pintadas/RN	Lontra/MG
Lábrea/AM	Lajes/RN	Lorena/SP
Ladainha/MG	Lajinha/MG	Loreto/MA
Ladário/MS	Lamarão/BA	Lourdes/SP
Lafaiete Coutinho/BA	Lambari d'Oeste/MT	Louveira/SP
Lagamar/MG	Lambari/MG	Lucas do Rio Verde/MT
Lagarto/SE	Lamim/MG	Lucélia/SP
Lago da Pedra/MA	Landri Sales/PI	Lucena/PB
Lago do Junco/MA	Lapa/PR	Lucianópolis/SP
Lago dos Rodrigues/MA	Lapão/BA	Luciara/MT
Lago Verde/MA	Laranja da Terra/ES	Lucrécia/RN
Lagoa Alegre/PI	Laranjal do Jari/AP	Luís Antônio/SP
Lagoa Bonita do Sul/RS	Laranjal Paulista/SP	Luís Correia/PI
Lagoa d'Anta/RN	Laranjal/MG	Luís Domingues/MA
Lagoa da Canoa/AL	Laranjal/PR	Luís Eduardo Magalhães/BA
Lagoa da Confusão/TO	Laranjeiras do Sul/PR	Luís Gomes/RN
Lagoa da Prata/MG	Laranjeiras/SE	Luisburgo/MG
Lagoa de Dentro/PB	Lassance/MG	Luisiana/PR
Lagoa de Itaenga/PE	Lastro/PB	Luisiânia/SP
Lagoa de Pedras/RN	Lauro de Freitas/BA	Luislândia/MG
Lagoa de São Francisco/PI	Lavandeira/TO	Luminárias/MG
Lagoa de Velhos/RN	Lavínia/SP	Lunardelli/PR
Lagoa do Barro do Piauí/PI	Lavras da Mangabeira/CE	Lupércio/SP
Lagoa do Carro/PE	Lavras do Sul/RS	Lupionópolis/PR
Lagoa do Mato/MA	Lavras/MG	Lutécia/SP
Lagoa do Ouro/PE	Lavrinhas/SP	Luz/MG

Luziânia/GO	Mandaguaçu/PR	Maria Helena/PR
Luzilândia/PI	Mandaguari/PR	Marialva/PR
Luzinópolis/TO	Mandirituba/PR	Mariana Pimentel/RS
Macaé/RJ	Manduri/SP	Mariana/MG
Macaíba/RN	Manfrinópolis/PR	Mariano Moro/RS
Macajuba/BA	Manga/MG	Marianópolis do Tocantins/TO
Maçambara/RS	Mangaratiba/RJ	Mariápolis/SP
Macambira/SE	Mangueirinha/PR	Maribondo/AL
Macapá/AP	Manhuaçu/MG	Maricá/RJ
Macaparana/PE	Manhumirim/MG	Marilac/MG
Macarani/BA	Manicoré/AM	Marilândia do Sul/PR
Macatuba/SP	Manoel Emidio/PI	Marilândia/ES
Macau/RN	Manoel Ribas/PR	Marilena/PR
Macaubal/SP	Manoel Urbano/AC	Marília/SP
Macaúbas/BA	Manoel Viana/RS	Mariluz/PR
Macedônia/SP	Manoel Vitorino/BA	Maringá/PR
Maceió/AL	Mansidão/BA	Marinópolis/SP
Machacalis/MG	Mantena/MG	Mário Campos/MG
Machadinho d'Oeste/RO	Mantenópolis/ES	Mariópolis/PR
Machadinho/RS	Maquiné/RS	Maripá de Minas/MG
Machado/MG	Mar de Espanha/MG	Maripá/PR
Machados/PE	Mar Vermelho/AL	Marituba/PA
Macuco/RJ	Mara Rosa/GO	Marizópolis/PB
Macururé/BA	Maraã/AM	Marliéria/MG
Madalena/CE	Marabá Paulista/SP	Marmeleiro/PR
Madeiro/PI	Marabá/PA	Marmelópolis/MG
Madre de Deus de Minas/MG	Maracaçumé/MA	Marques de Souza/RS
Madre de Deus/BA	Maracai/SP	Marquinho/PR
Mãe d'Água/PB	Maracaju/MS	Martinho Campos/MG
Mãe do Rio/PA	Maracanã/PA	Martinópolis/CE
Maetinga/BA	Maracanaú/CE	Martinópolis/SP
Magalhães Barata/PA	Maracás/BA	Martins Soares/MG
Magalhães de Almeida/MA	Maragogi/AL	Martins/RN
Magda/SP	Maragogipe/BA	Maruim/SE
Magé/RJ	Maraial/PE	Marumbi/PR
Maiquini/BA	Marajá do Sena/MA	Marzagão/GO
Mairi/BA	Maranguape/CE	Mascote/BA
Mairinque/SP	Maranhãozinho/MA	Massapê do Piauí/PI
Mairiporã/SP	Marapanim/PA	Massapê/CE
Mairipotaba/GO	Marapoama/SP	Massaranduba/PB
Major Isidoro/AL	Maratá/RS	Mata de São João/BA
Major Sales/RN	Marataízes/ES	Mata Grande/AL
Malacacheta/MG	Maraú/BA	Mata Roma/MA
Malhada de Pedras/BA	Marau/RS	Mata Verde/MG
Malhada dos Bois/SE	Maravilha/AL	Mata/RS
Malhada/BA	Maravilhas/MG	Matão/SP
Malhador/SE	Marcação/PB	Mataraca/PB
Mallet/PR	Marcelândia/MT	Mateiros/TO
Malta/PB	Marcelino Ramos/RS	Matelândia/PR
Mamanguape/PB	Marcelino Vieira/RN	Materlândia/MG
Mambai/GO	Marcionílio Souza/BA	Mateus Leme/MG
Mamborê/PR	Marco/CE	Mathias Lobato/MG
Mamonas/MG	Marcolândia/PI	Matias Barbosa/MG
Mampituba/RS	Marcos Parente/PI	Matias Cardoso/MG
Manacapuru/AM	Marechal Cândido Rondon/PR	Matias Olímpio/PI
Manaira/PB	Marechal Deodoro/AL	Matina/BA
Manaquiri/AM	Marechal Floriano/ES	Matinha/MA
Manari/PE	Marechal Thaumaturgo/AC	Matinhas/PB
Manaus/AM	Mari/PB	Matinhos/PR
Mâncio Lima/AC	Maria da Fé/MG	Matipó/MG

Mato Castelhana/RS	Mineiros/GO	Monte Alegre do Piauí/PI
Mato Grosso/PB	Ministro Andreazza/RO	Monte Alegre do Sul/SP
Mato Leão/RS	Mira Estrela/SP	Monte Alegre dos Campos/RS
Mato Queimado/RS	Mirabela/MG	Monte Alegre/PA
Mato Rico/PR	Miracatu/SP	Monte Alegre/RN
Mato Verde/MG	Miracema do Tocantins/TO	Monte Alto/SP
Matões do Norte/MA	Miracema/RJ	Monte Aprazível/SP
Matões/MA	Mirador/MA	Monte Azul Paulista/SP
Matos Costa/SC	Mirador/PR	Monte Azul/MG
Matozinhos/MG	Miradouro/MG	Monte Belo do Sul/RS
Matrinchã/GO	Miraguai/RS	Monte Belo/MG
Matriz de Camaragibe/AL	Mirai/MG	Monte Carmelo/MG
Matupá/MT	Miraíma/CE	Monte Castelo/SP
Maturéia/PB	Miranda do Norte/MA	Monte das Gameleiras/RN
Matutina/MG	Miranda/MS	Monte do Carmo/TO
Mauá da Serra/PR	Mirandiba/PE	Monte Formoso/MG
Mauá/SP	Mirandópolis/SP	Monte Horebe/PB
Maués/AM	Mirangaba/BA	Monte Mor/SP
Maurilândia do Tocantins/TO	Miranorte/TO	Monte Negro/RO
Maurilândia/GO	Mirante da Serra/RO	Monte Santo de Minas/MG
Mauriti/CE	Mirante do Paranapanema/SP	Monte Santo do Tocantins/TO
Maxaranguape/RN	Mirante/BA	Monte Santo/BA
Maximiliano de Almeida/RS	Miraselva/PR	Monte São/MG
Mazagão/AP	Mirassol d'Oeste/MT	Monteiro Lobato/SP
Medeiros Neto/BA	Mirassol/SP	Monteiro/PB
Medeiros/MG	Mirassolândia/SP	Monteirópolis/AL
Medianeira/PR	Miravânia/MG	Montenegro/RS
Medicilândia/PA	Mirinzal/MA	Montes Altos/MA
Medina/MG	Missal/PR	Montes Claros de Goiás/GO
Melgaço/PA	Missão Velha/CE	Montes Claros/MG
Mendes Pimentel/MG	Mocajuba/PA	Montezuma/MG
Mendes/RJ	Mococa/SP	Montividiu do Norte/GO
Mendonça/SP	Moeda/MG	Montividiu/GO
Mercedes/PR	Moema/MG	Morada Nova de Minas/MG
Mercês/MG	Mogei/RO	Morada Nova/CE
Meridiano/SP	Mogi das Cruzes/SP	Moraújo/CE
Meruoca/CE	Mogi Guaçu/SP	Moreilândia/PE
Mesópolis/SP	Mogi Mirim/SP	Moreira Sales/PR
Mesquita/MG	Moiporá/GO	Moreno/PE
Mesquita/RJ	Moita Bonita/SE	Mormaço/RS
Messias Targino/RN	Moju/PA	Morpará/BA
Messias/AL	Mojuí dos Campos/PA	Morretes/PR
Miguel Alves/PI	Mombaça/CE	Morrinhos do Sul/RS
Miguel Calmon/BA	Mombuca/SP	Morrinhos/CE
Miguel Leão/PI	Monção/MA	Morrinhos/GO
Miguel Pereira/RJ	Monções/SP	Morro Agudo de Goiás/GO
Miguelópolis/SP	Mongaguá/SP	Morro Agudo/SP
Milagres do Maranhão/MA	Monjolos/MG	Morro Cabeça no Tempo/PI
Milagres/BA	Monsenhor Gil/PI	Morro da Garça/MG
Milagres/CE	Monsenhor Hipólito/PI	Morro do Chapéu do Piauí/PI
Milhã/CE	Monsenhor Paulo/MG	Morro do Chapéu/BA
Milton Brandão/PI	Monsenhor Tabosa/CE	Morro do Pilar/MG
Mimoso de Goiás/GO	Montadas/PB	Morro Grande/SC
Mimoso do Sul/ES	Montalvânia/MG	Morro Redondo/RS
Minaçu/GO	Montanha/ES	Morro Reuter/RS
Minador do Negrão/AL	Montanhas/RN	Morros/MA
Minas do Leão/RS	Montauri/RS	Mortugaba/BA
Minas Novas/MG	Monte Alegre de Goiás/GO	Morungaba/SP
Minduri/MG	Monte Alegre de Minas/MG	Mossâmedes/GO
Mineiros do Tietê/SP	Monte Alegre de Sergipe/SE	Mossoró/RN

Mostardas/RS	Nerópolis/GO	Nova Esperança do Sudoeste/PR
Motuca/SP	Neves Paulista/SP	Nova Esperança do Sul/RS
Mozarlândia/GO	Nhamundá/AM	Nova Esperança/PR
Muaná/PA	Nhandeara/SP	Nova Europa/SP
Mucajá/RR	Nicolau Vergueiro/RS	Nova Fátima/BA
Mucambo/CE	Nilo Peçanha/BA	Nova Fátima/PR
Mucugê/BA	Nilópolis/RJ	Nova Floresta/PB
Muçum/RS	Nina Rodrigues/MA	Nova Friburgo/RJ
Mucuri/BA	Ninheira/MG	Nova Glória/GO
Mucurici/ES	Nioaque/MS	Nova Granada/SP
Muitos Capões/RS	Nipoã/SP	Nova Guarita/MT
Muliterno/RS	Niquelândia/GO	Nova Guataporanga/SP
Mulungu do Morro/BA	Nisia Floresta/RN	Nova Hartz/RS
Mulungu/CE	Niterói/RJ	Nova Ibiá/BA
Mulungu/PB	Nobres/MT	Nova Iguaçu de Goiás/GO
Mundo Novo/BA	Nonoai/RS	Nova Iguaçu/RJ
Mundo Novo/GO	Nordestina/BA	Nova Independência/SP
Mundo Novo/MS	Normandia/RR	Nova Iorque/MA
Munhoz de Melo/PR	Nortelândia/MT	Nova Ipixuna/PA
Munhoz/MG	Nossa Senhora Aparecida/SE	Nova Itarana/BA
Muniz Ferreira/BA	Nossa Senhora da Glória/SE	Nova Lacerda/MT
Muniz Freire/ES	Nossa Senhora das Dores/SE	Nova Laranjeiras/PR
Muquém de São Francisco/BA	Nossa Senhora das Graças/PR	Nova Lima/MG
Muqui/ES	Nossa Senhora de Lourdes/SE	Nova Londrina/PR
Muriaé/MG	Nossa Senhora de Nazaré/PI	Nova Luzitânia/SP
Muribeca/a (SE	Nossa Senhora do Livramento/MT	Nova Mamoré/RO
Murici dos Portelas/PI	Nossa Senhora do Socorro/SE	Nova Marilândia/MT
Murici/AL	Nossa Senhora dos Remédios/PI	Nova Maringá/MT
Muricilândia/TO	Nova Aliança do Ivaí/PR	Nova Módica/MG
Muritiba/BA	Nova Aliança/SP	Nova Monte Verde/MT
Murutinga do Sul/SP	Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Mutum/MT
Mutuípe/BA	Nova Alvorada/RS	Nova Nazaré/MT
Mutum/MG	Nova América da Colina/PR	Nova Odessa/SP
Mutunópolis/GO	Nova América/GO	Nova Olímpia/MT
Muzambinho/MG	Nova Andradina/MS	Nova Olímpia/PR
Nacip Raydan/MG	Nova Araçá/RS	Nova Olinda do Maranhão/MA
Nantes/SP	Nova Aurora/GO	Nova Olinda do Norte/AM
Nanuque/MG	Nova Aurora/PR	Nova Olinda/CE
Não-Me-Toque/RS	Nova Bandeirantes/MT	Nova Olinda/PB
Naque/MG	Nova Bassano/RS	Nova Olinda/TO
Narandiba/SP	Nova Belém/MG	Nova Pádua/RS
Natal/RN	Nova Boa Vista/RS	Nova Palma/RS
Natalândia/MG	Nova Brasilândia d'Oeste/RO	Nova Palmeira/PB
Natércia/MG	Nova Brasilândia/MT	Nova Petrópolis/RS
Natividade da Serra/SP	Nova Brésia/RS	Nova Ponte/MG
Natividade/RJ	Nova Campina/SP	Nova Porteirinha/MG
Natividade/TO	Nova Canaã do Norte/MT	Nova Prata do Iguaçu/PR
Natuba/PB	Nova Canaã Paulista/SP	Nova Prata/RS
Naviraí/MS	Nova Canaã/BA	Nova Ramada/RS
Nazaré da Mata/PE	Nova Candelária/RS	Nova Redenção/BA
Nazaré do Piauí/PI	Nova Cantu/PR	Nova Resende/MG
Nazaré Paulista/SP	Nova Castilho/SP	Nova Roma do Sul/RS
Nazaré/BA	Nova Colinas/MA	Nova Roma/GO
Nazaré/TO	Nova Crixás/GO	Nova Rosalândia/TO
Nazareno/MG	Nova Cruz/RN	Nova Russas/CE
Nazarezinho/PB	Nova Era/MG	Nova Santa Bárbara/PR
Nazária/PI	Nova Esperança do Piriá/PA	Nova Santa Helena/MT
Nazário/GO		Nova Santa Rita/PI
Neópolis/SE		Nova Santa Rita/RS
Nepomuceno/MG		

Nova Santa Rosa/PR	Olho d'Água Grande/AL	Padre Bernardo/GO
Nova Serrana/MG	Olho d'Água/PB	Padre Carvalho/MG
Nova Soure/BA	Olhos d'Água/MG	Padre Marcos/PI
Nova Tebas/PR	Olimpia/SP	Padre Paraíso/MG
Nova Timboteua/PA	Olímpio Noronha/MG	Paes Landim/PI
Nova Ubiratã/MT	Olinda Nova do Maranhão/MA	Pai Pedro/MG
Nova União/MG	Olinda/PE	Paçandu/PR
Nova União/RO	Olindina/BA	Paim Filho/RS
Nova Venécia/ES	Olivedos/PB	Paineiras/MG
Nova Veneza/GO	Oliveira de Fátima/TO	Pains/MG
Nova Viçosa/BA	Oliveira dos Brejinhos/BA	Paiva/MG
Nova Xavantina/MT	Oliveira Fortes/MG	Pajeú do Piauí/PI
Novais/SP	Oliveira/MG	Palestina de Goiás/GO
Novo Acordo/TO	Oliveira/AL	Palestina do Pará/PA
Novo Airão/AM	Onça de Pitangui/MG	Palestina/AL
Novo Alegre/TO	Onda Verde/SP	Palestina/SP
Novo Aripuanã/AM	Oratórios/MG	Palhano/CE
Novo Barreiro/RS	Oriente/SP	Palma/MG
Novo Brasil/GO	Orindiúva/SP	Palmácia/CE
Novo Cabrais/RS	Oriximiná/PA	Palmares do Sul/RS
Novo Cruzeiro/MG	Orizânia/MG	Palmares Paulista/SP
Novo Gama/GO	Orizona/GO	Palmares/PE
Novo Hamburgo/RS	Orlândia/SP	Palmas de Monte Alto/BA
Novo Horizonte do Norte/MT	Orobó/PE	Palmas/PR
Novo Horizonte do Oeste/RO	Orocó/PE	Palmas/TO
Novo Horizonte do Sul/MS	Orós/CE	Palmeira d'Oeste/SP
Novo Horizonte/BA	Ortigueira/PR	Palmeira das Missões/RS
Novo Horizonte/SP	Osasco/SP	Palmeira do Piauí/PI
Novo Itacolomi/PR	Oscar Bressane/SP	Palmeira dos Índios/AL
Novo Jardim/TO	Osório/RS	Palmeira/PR
Novo Lino/AL	Oswaldo Cruz/SP	Palmeirais/PI
Novo Machado/RS	Ourém/PA	Palmeirândia/MA
Novo Mundo/MT	Ouriçangas/BA	Palmeirante/TO
Novo Oriente de Minas/MG	Ouricuri/PE	Palmeiras de Goiás/GO
Novo Oriente do Piauí/PI	Ourlândia do Norte/PA	Palmeiras do Tocantins/TO
Novo Oriente/CE	Ourinhos/SP	Palmeiras/BA
Novo Planalto/GO	Ourizona/PR	Palmeirina/PE
Novo Progresso/PA	Ouro Branco/AL	Palmeirópolis/TO
Novo Repartimento/PA	Ouro Branco/MG	Palmelo/GO
Novo Santo Antônio/MT	Ouro Branco/RN	Palminópolis/GO
Novo Santo Antônio/PI	Ouro Fino/MG	Palmital/PR
Novo São Joaquim/MT	Ouro Preto do Oeste/RO	Palmital/SP
Novo Tiradentes/RS	Ouro Preto/MG	Palmitinho/RS
Novo Triunfo/BA	Ouro Velho/PB	Palmópolis/MG
Novo Xingu/RS	Ouro Verde de Goiás/GO	Palotina/PR
Novorizonte/MG	Ouro Verde de Minas/MG	Panamá/GO
Nuporanga/SP	Ouro Verde do Oeste/PR	Panambi/RS
Óbidos/PA	Ouro Verde/SP	Pancas/ES
Ocara/CE	Ouroeste/SP	Panelas/PE
Ocaçu/SP	Ourolândia/BA	Panorama/SP
Oeiras do Pará/PA	Ouvidor/GO	Pantano Grande/RS
Oeiras/PI	Pacaembu/SP	Pão de Açúcar/AL
Oiapoque/AP	Pacajá/PA	Papagaios/MG
Olaria/MG	Pacajus/CE	Paquetá/PI
Óleo/SP	Pacaraima/RR	Pará de Minas/MG
Olho d'Água das Cunhãs/MA	Pacatuba/CE	Paracambi/RJ
Olho d'Água das Flores/AL	Pacatuba/SE	Paracatu/MG
Olho d'Água do Borges/RN	Paço do Lumiar/MA	Paracuru/CE
Olho d'Água do Casado/AL	Pacoti/CE	Paragominas/PA
Olho d'Água do Piauí/PI	Pacujá/CE	Paraguaçu Paulista/SP

Paraguaçu/MG	Passagem/RN	Pedra Grande/RN
Paraí/RS	Passa-Quatro/MG	Pedra Lavrada/PB
Paraíba do Sul/RJ	Passa-Sete/RS	Pedra Mole/SE
Paraibano/MA	Passa-Vinte/MG	Pedra Preta/MT
Paraibuna/SP	Passira/PE	Pedra Preta/RN
Paraipaba/CE	Passo de Camaragibe/AL	Pedra/PE
Paraíso das Águas/MS	Passo do Sobrado/RS	Pedralva/MG
Paraíso do Norte/PR	Passo Fundo/RS	Pedranópolis/SP
Paraíso do Sul/RS	Passos/MG	Pedraão/BA
Paraíso do Tocantins/TO	Pastos Bons/MA	Pedras Altas/RS
Paraíso/SP	Patis/MG	Pedras de Fogo/PB
Paraisópolis/MG	Pato Bragado/PR	Pedras de Maria da Cruz/MG
Parambu/CE	Pato Branco/PR	Pedregulho/SP
Paramirim/BA	Patos de Minas/MG	Pedreira/SP
Paramoti/CE	Patos do Piauí/PI	Pedreiras/MA
Paraná/RN	Patos/PB	Pedrinhas Paulista/SP
Paranã/TO	Patrocínio do Muriaé/MG	Pedrinhas/SE
Paranacity/PR	Patrocínio Paulista/SP	Pedrinópolis/MG
Paranaguá/PR	Patrocínio/MG	Pedro Afonso/TO
Paranaíba/MS	Patu/RN	Pedro Alexandre/BA
Paranaiguara/GO	Paty do Alferes/RJ	Pedro Avelino/RN
Paranaíta/MT	Pau Brasil/BA	Pedro Canário/ES
Paranapanema/SP	Pau dos Ferros/RN	Pedro de Toledo/SP
Paranapoema/PR	Pau/d\Arco do Piauí/PI	Pedro do Rosário/MA
Paranapuã/SP	Pau/d\Arco/PA	Pedro Gomes/MS
Paranatama/PE	Pau/d\Arco/TO	Pedro II/PI
Paranatinga/MT	Paudalho/PE	Pedro Laurentino/PI
Paranavaí/PR	Pauini/AM	Pedro Leopoldo/MG
Paranhos/MS	Paula Cândido/MG	Pedro Osório/RS
Paraopeba/MG	Paula Freitas/PR	Pedro Régis/PB
Parapuã/SP	Paulicéia/SP	Pedro Teixeira/MG
Parari/PB	Paulínia/SP	Pedro Velho/RN
Paratinga/BA	Paulino Neves/MA	Peixe/TO
Paraty/RJ	Paulista/PB	Peixe-Boi/PA
Paraú/RN	Paulista/PE	Peixoto de Azevedo/MT
Parauapebas/PA	Paulistana/PI	Pejuçara/RS
Paraúna/GO	Paulistânia/SP	Pelotas/RS
Parazinho/RN	Paulistas/MG	Penaforte/CE
Pardinho/SP	Paulo Afonso/BA	Penalva/MA
Pareci Novo/RS	Paulo Bento/RS	Penápolis/SP
Parecis/RO	Paulo de Faria/SP	Pendências/RN
Parellhas/RN	Paulo Frontin/PR	Penedo/AL
Pariconha/AL	Paulo Jacinto/AL	Pentecoste/CE
Parintins/AM	Paulo Ramos/MA	Pequeri/MG
Paripiranga/BA	Pavão/MG	Pequi/MG
Paripueira/AL	Paverama/RS	Pequizeiro/TO
Pariquera/Açu/SP	Pavussu/PI	Perdigão/MG
Parisi/SP	Pé de Serra/BA	Perdizes/MG
Parnaguá/PI	Peabiru/PR	Perdões/MG
Parnaíba/PI	Peçanha/MG	Pereira Barreto/SP
Parnamirim/PE	Pederneiras/SP	Pereiras/SP
Parnamirim/RN	Pedra Azul/MG	Pereiro/CE
Parnarama/MA	Pedra Bela/SP	Peri Mirim/MA
Parobé/RS	Pedra Bonita/MG	Periquito/MG
Passa Tempo/MG	Pedra Branca do Amapari/AP	Peritoró/MA
Passabém/MG	Pedra Branca/CE	Perobal/PR
Passa-e-Fica/RN	Pedra Branca/PB	Pérola d'Oeste/PR
Passagem Franca do Piauí/PI	Pedra do Anta/MG	Pérola/PR
Passagem Franca/MA	Pedra do Indaiá/MG	Perolândia/GO
Passagem/PB	Pedra Dourada/MG	Peruíbe/SP

Pescador/MG	Pio XII/MA	Platina/SP
Pesqueira/PE	Piquerobi/SP	Poá/SP
Petrolândia/PE	Piquet Carneiro/CE	Poção de Pedras/MA
Petrolina de Goiás/GO	Piquete/SP	Poção/PE
Petrolina/PE	Piracaia/SP	Pocinhos/PB
Petrópolis/RJ	Piracanjuba/GO	Poço Branco/RN
Piaçabuçu/AL	Piracema/MG	Poço Dantas/PB
Piacatu/SP	Piracicaba/SP	Poço das Antas/RS
Piancó/PB	Piracuruca/PI	Poço das Trincheiras/AL
Piatã/BA	Pirai do Norte/BA	Poço de José de Moura/PB
Piau/MG	Pirai do Sul/PR	Poço Fundo/MG
Picada Café/RS	Pirai/RJ	Poço Redondo/SE
Piçarra/PA	Piraju/SP	Poço Verde/SE
Picos/PI	Pirajuba/MG	Poções/BA
Picuí/PB	Pirajuí/SP	Poconé/MT
Piedade de Caratinga/MG	Pirambu/SE	Poços de Caldas/MG
Piedade de Ponte Nova/MG	Piranga/MG	Pocrane/MG
Piedade do Rio Grande/MG	Pirangi/SP	Pojuca/BA
Piedade dos Gerais/MG	Piranguçu/MG	Poloni/SP
Piedade/SP	Piranguinho/MG	Pombal/PB
Piên/PR	Piranhas/AL	Pombos/PE
Pilão Arcado/BA	Piranhas/GO	Pompeia/SP
Pilar de Goiás/GO	Pirapemas/MA	Pompéu/MG
Pilar do Sul/SP	Pirapetinga/MG	Pongai/SP
Pilar/AL	Pirapó/RS	Ponta de Pedras/PA
Pilar/PB	Pirapora do Bom Jesus/SP	Ponta Grossa/PR
Pilões/PB	Pirapora/MG	Ponta Porã/MS
Pilões/RN	Pirapozinho/SP	Pontal do Araguaia/MT
Pilõezinhos/PB	Piraquara/PR	Pontal do Paraná/PR
Pimenta Bueno/RO	Piraquê/TO	Pontal/SP
Pimenta/MG	Pirassununga/SP	Pontalina/GO
Pimenteiras do Oeste/RO	Piratini/RS	Pontalinda/SP
Pimenteiras/PI	Piratininga/SP	Pontão/RS
Pindaí/BA	Piraúba/MG	Ponte Alta do Bom Jesus/TO
Pindamonhangaba/SP	Pirenópolis/GO	Ponte Alta do Tocantins/TO
Pindaré/Mirim/MA	Pires do Rio/GO	Ponte Branca/MT
Pindoba/AL	Pires Ferreira/CE	Ponte Nova/MG
Pindobaçu/BA	Piripá/BA	Ponte Preta/RS
Pindorama do Tocantins/TO	Piripiri/PI	Pontes e Lacerda/MT
Pindorama/SP	Piritiba/BA	Pontes Gestal/SP
Pindoretama/CE	Pirpirituba/PB	Ponto Belo/ES
Pingo d'Água/MG	Pitanga/PR	Ponto Chique/MG
Pinhais/PR	Pitangueiras/PR	Ponto dos Volantes/MG
Pinhal da Serra/RS	Pitangueiras/SP	Ponto Novo/BA
Pinhal de São Bento/PR	Pitangui/MG	Populina/SP
Pinhal Grande/RS	Pitimbu/PB	Poranga/CE
Pinhal/RS	Pium/TO	Porangaba/SP
Pinhalão/PR	Piúma/ES	Porangatu/GO
Pinhalzinho/SP	Piumhi/MG	Porciúncula/RJ
Pinhão/PR	Placas/PA	Porecatu/PR
Pinhão/SE	Plácido de Castro/AC	Portalegre/RN
Pinheiral/RJ	Planaltina do Paraná/PR	Portão/RS
Pinheirinho do Vale/RS	Planaltina/GO	Porteirão/GO
Pinheiro Machado/RS	Planaltino/BA	Porteiras/CE
Pinheiro/MA	Planalto da Serra/MT	Porteirinha/MG
Pinheiros/ES	Planalto/BA	Portel/PA
Pintadas/BA	Planalto/PR	Portelândia/GO
Pinto Bandeira/RS	Planalto/RS	Porto Acre/AC
Pintópolis/MG	Planalto/SP	Porto Alegre do Norte/MT
Pio IX/PI	Planura/MG	Porto Alegre do Piauí/PI

Porto Alegre do Tocantins/TO	Presidente Bernardes/MG	Querência do Norte/PR
Porto Amazonas/PR	Presidente Bernardes/SP	Querência/MT
Porto Barreiro/PR	Presidente Castelo Branco/PR	Quevedos/RS
Porto Calvo/AL	Presidente Dutra/BA	Quijingue/BA
Porto da Folha/SE	Presidente Dutra/MA	Quinta do Sol/PR
Porto de Moz/PA	Presidente Epitácio/SP	Quintana/SP
Porto de Pedras/AL	Presidente Figueiredo/AM	Quinze de Novembro/RS
Porto do Mangue/RN	Presidente Jânio Quadros/BA	Quipapá/PE
Porto dos Gaúchos/MT	Presidente Juscelino/MA	Quirinópolis/GO
Porto Esperidião/MT	Presidente Juscelino/MG	Quissamã/RJ
Porto Estrela/MT	Presidente Kennedy/ES	Quitandinha/PR
Porto Feliz/SP	Presidente Kennedy/TO	Quiterianópolis/CE
Porto Ferreira/SP	Presidente Kubitschek/MG	Quixaba/PB
Porto Firme/MG	Presidente Lucena/RS	Quixaba/PE
Porto Franco/MA	Presidente Médici/MA	Quixabeira/BA
Porto Grande/AP	Presidente Médici/RO	Quixadá/CE
Porto Lucena/RS	Presidente Olegário/MG	Quixelô/CE
Porto Mauá/RS	Presidente Prudente/SP	Quixeramobim/CE
Porto Murtinho/MS	Presidente Sarney/MA	Quixeré/CE
Porto Nacional/TO	Presidente Tancredo Neves/BA	Rafael Fernandes/RN
Porto Real do Colégio/AL	Presidente Vargas/MA	Rafael Godeiro/RN
Porto Real/RJ	Presidente Venceslau/SP	Rafael Jambeiro/BA
Porto Rico do Maranhão/MA	Primavera de Rondônia/RO	Rafard/SP
Porto Rico/PR	Primavera do Leste/MT	Ramilândia/PR
Porto Seguro/BA	Primavera/PA	Rancharia/SP
Porto Velho/RO	Primavera/PE	Rancho Alegre d'Oeste/PR
Porto Vera Cruz/RS	Primeira Cruz/MA	Rancho Alegre/PR
Porto Vitória/PR	Primeiro de Maio/PR	Raposa/MA
Porto Walter/AC	Princesa Isabel/PB	Raposos/MG
Porto Xavier/RS	Professor Jamil/GO	Raul Soares/MG
Porto/PI	Progresso/RS	Realeza/PR
Posse/GO	Promissão/SP	Rebouças/PR
Poté/MG	Propriá/SE	Recife/PE
Potengi/CE	Protásio Alves/RS	Recreio/MG
Potim/SP	Prudente de Moraes/MG	Recursolândia/TO
Potiraguá/BA	Prudentópolis/PR	Redenção da Serra/SP
Potirendaba/SP	Pugmil/TO	Redenção do Gurguéia/PI
Potiretama/CE	Pureza/RN	Redenção/CE
Pouso Alegre/MG	Putinga/RS	Redenção/PA
Pouso Alto/MG	Puxinanã/PB	Redentora/RS
Pouso Novo/RS	Quadra/SP	Reduto/MG
Poxoréu/MT	Quaraí/RS	Regeneração/PI
Pracinha/SP	Quartel Geral/MG	Regente Feijó/SP
Pracuuba/AP	Quarto Centenário/PR	Reginópolis/SP
Prado Ferreira/PR	Quatá/SP	Registro/SP
Prado/BA	Quatiguá/PR	Relvado/RS
Pradópolis/SP	Quatipuru/PA	Remanso/BA
Prados/MG	Quatis/RJ	Remígio/PB
Praia Grande/SC	Quatro Barras/PR	Renascença/PR
Praia Grande/SP	Quatro Irmãos/RS	Reriutaba/CE
Praia Norte/TO	Quatro Pontes/PR	Resende Costa/MG
Praíinha/PA	Quebrangulo/AL	Resende/RJ
Pranchita/PR	Quedas do Iguaçu/PR	Reserva do Cabaçal/MT
Prata do Piauí/PI	Queimada Nova/PI	Reserva do Iguaçu/PR
Prata/MG	Queimadas/BA	Reserva/PR
Prata/PB	Queimadas/PB	Resplendor/MG
Pratânia/SP	Queimados/RJ	Ressaquinha/MG
Pratópolis/MG	Queiroz/SP	Restinga Seca/RS
Pratinha/MG	Queluz/SP	Restinga/SP
Presidente Alves/SP	Queluzito/MG	Retirolândia/BA

Riachão das Neves/BA	Rio Claro/SP	Rondinha/RS
Riachão do Bacamarte/PB	Rio Crespo/RO	Rondolândia/MT
Riachão do Dantas/SE	Rio da Conceição/TO	Rondon do Pará/PA
Riachão do Jacuípe/BA	Rio das Flores/RJ	Rondon/PR
Riachão do Poço/PB	Rio das Ostras/RJ	Rondonópolis/MT
Riachão/MA	Rio das Pedras/SP	Roque Gonzales/RS
Riachão/PB	Rio de Contas/BA	Rorainópolis/RR
Riachinho/MG	Rio de Janeiro/RJ	Rosana/SP
Riachinho/TO	Rio do Antônio/BA	Rosário da Limeira/MG
Riacho da Cruz/RN	Rio do Fogo/RN	Rosário do Catete/SE
Riacho das Almas/PE	Rio do Pires/BA	Rosário do Ivaí/PR
Riacho de Santana/BA	Rio do Prado/MG	Rosário do Sul/RS
Riacho de Santana/RN	Rio Doce/MG	Rosário Oeste/MT
Riacho de Santo Antônio/PB	Rio dos Bois/TO	Rosário/MA
Riacho dos Cavalos/PB	Rio dos Índios/RS	Roseira/SP
Riacho dos Machados/MG	Rio Espera/MG	Roteiro/AL
Riacho Frio/PI	Rio Formoso/PE	Rubelita/MG
Riachuelo/RN	Rio Grande da Serra/SP	Rubiácea/SP
Riachuelo/SE	Rio Grande do Piauí/PI	Rubiataba/GO
Rialma/GO	Rio Grande/RS	Rubim/MG
Rianápolis/GO	Rio Largo/AL	Rubinéia/SP
Ribamar Fiquene/MA	Rio Manso/MG	Rurópolis/PA
Ribas do Rio Pardo/MS	Rio Maria/PA	Russas/CE
Ribeira do Amparo/BA	Rio Negro/MS	Ruy Barbosa/BA
Ribeira do Piauí/PI	Rio Negro/PR	Ruy Barbosa/RN
Ribeira do Pombal/BA	Rio Novo do Sul/ES	Sabará/MG
Ribeira/SP	Rio Novo/MG	Sabáudia/PR
Ribeirão Bonito/SP	Rio Paranaíba/MG	Sabino/SP
Ribeirão Branco/SP	Rio Pardo de Minas/MG	Sabinópolis/MG
Ribeirão Cascalheira/MT	Rio Pardo/RS	Saboeiro/CE
Ribeirão Claro/PR	Rio Piracicaba/MG	Sacramento/MG
Ribeirão Corrente/SP	Rio Pomba/MG	Sagrada Família/RS
Ribeirão das Neves/MG	Rio Preto da Eva/AM	Sagres/SP
Ribeirão do Largo/BA	Rio Preto/MG	Sairé/PE
Ribeirão do Pinhal/PR	Rio Quente/GO	Saldanha Marinho/RS
Ribeirão do Sul/SP	Rio Real/BA	Sales Oliveira/SP
Ribeirão dos Índios/SP	Rio Sono/TO	Sales/SP
Ribeirão Grande/SP	Rio Tinto/PB	Salesópolis/SP
Ribeirão Pires/SP	Rio Verde de Mato Grosso/MS	Salgadinho/PB
Ribeirão Preto/SP	Rio Verde/GO	Salgadinho/PE
Ribeirão Vermelho/MG	Rio Vermelho/MG	Salgado de São Félix/PB
Ribeirão/PE	Riolândia/SP	Salgado Filho/PR
Ribeirãozinho/MT	Riozinho/RS	Salgado/SE
Ribeiro Gonçalves/PI	Ritápolis/MG	Salgueiro/PE
Ribeirópolis/SE	Riversul/SP	Salinas da Margarida/BA
Rifaina/SP	Roca Sales/RS	Salinas/MG
Rincão/SP	Rochedo de Minas/MG	Salinópolis/PA
Rinópolis/SP	Rochedo/MS	Salitre/CE
Rio Acima/MG	Rodeio Bonito/RS	Salmourão/SP
Rio Azul/PR	Rodeiro/MG	Saloá/PE
Rio Bananal/ES	Rodelas/BA	Saltinho/SC
Rio Bom/PR	Rodolfo Fernandes/RN	Saltinho/SP
Rio Bonito do Iguaçu/PR	Rodrigues Alves/AC	Salto da Divisa/MG
Rio Bonito/RJ	Rolador/RS	Salto de Pirapora/SP
Rio Branco do Ivaí/PR	Rolândia/PR	Salto do Céu/MT
Rio Branco do Sul/PR	Rolante/RS	Salto do Itararé/PR
Rio Branco/MT	Rolim de Moura/RO	Salto do Jacuí/RS
Rio Brilhante/MS	Romaria/MG	Salto do Lontra/PR
Rio Casca/MG	Roncador/PR	Salto Grande/SP
Rio Claro/RJ	Ronda Alta/RS	Salto/SP

Salvador das Missões/RS	Santa Filomena do	Santa Rita de Caldas/MG
Salvador do Sul/RS	Maranhão/MA	Santa Rita de Cássia/BA
Salvaterra/PA	Santa Filomena/PE	Santa Rita de Ibitipoca/MG
Sambaíba/MA	Santa Filomena/PI	Santa Rita de Jacutinga/MG
Sampaio/TO	Santa Gertrudes/SP	Santa Rita de Minas/MG
Sananduva/RS	Santa Helena de Goiás/GO	Santa Rita do Araguaia/GO
Sanclerlândia/GO	Santa Helena de Minas/MG	Santa Rita do Ituetto/MG
Sandolândia/TO	Santa Helena/MA	Santa Rita do Novo
Sandovalina/SP	Santa Helena/PB	Destino/GO
Sanharó/PE	Santa Helena/PR	Santa Rita do Pardo/MS
Santa Adélia/SP	Santa Helena/SC	Santa Rita do Passa Quatro/SP
Santa Albertina/SP	Santa Inês/BA	Santa Rita do Sapucaí/MG
Santa Amélia/PR	Santa Inês/MA	Santa Rita do Tocantins/TO
Santa Bárbara d'Oeste/SP	Santa Inês/PB	Santa Rita do Trivelato/MT
Santa Bárbara de Goiás/GO	Santa Inês/PR	Santa Rita/MA
Santa Bárbara do Leste/MG	Santa Isabel do Ivaí/PR	Santa Rita/PB
Santa Bárbara do Monte	Santa Isabel do Pará/PA	Santa Rosa da Serra/MG
Verde/MG	Santa Isabel do Rio Negro/AM	Santa Rosa de Goiás/GO
Santa Bárbara do Pará/PA	Santa Isabel/GO	Santa Rosa de Lima/SE
Santa Bárbara do Sul/RS	Santa Isabel/SP	Santa Rosa de Viterbo/SP
Santa Bárbara do Tugúrio/MG	Santa Izabel do Oeste/PR	Santa Rosa do Piauí/PI
Santa Bárbara/BA	Santa Juliana/MG	Santa Rosa do Purus/AC
Santa Bárbara/MG	Santa Leopoldina/ES	Santa Rosa do Tocantins/TO
Santa Branca/SP	Santa Lúcia/PR	Santa Rosa/RS
Santa Brígida/BA	Santa Lúcia/SP	Santa Salete/SP
Santa Carmem/MT	Santa Luz/PI	Santa Teresa/ES
Santa Cecília do Pavão/PR	Santa Luzia d'Oeste/RO	Santa Teresinha/BA
Santa Cecília do Sul/RS	Santa Luzia do Itanhhy/SE	Santa Teresinha/PB
Santa Cecília/PB	Santa Luzia do Norte/AL	Santa Tereza de Goiás/GO
Santa Clara d'Oeste/SP	Santa Luzia do Pará/PA	Santa Tereza do Oeste/PR
Santa Clara do Sul/RS	Santa Luzia do Paruá/MA	Santa Tereza do Tocantins/TO
Santa Cruz Cabralia/BA	Santa Luzia/BA	Santa Tereza/RS
Santa Cruz da Baixa Verde/PE	Santa Luzia/MA	Santa Terezinha de Goiás/GO
Santa Cruz da Conceição/SP	Santa Luzia/MG	Santa Terezinha de Itaipu/PR
Santa Cruz da Esperança/SP	Santa Luzia/PB	Santa Terezinha do
Santa Cruz da Vitória/BA	Santa Margarida do Sul/RS	Tocantins/TO
Santa Cruz das Palmeiras/SP	Santa Margarida/MG	Santa Terezinha/MT
Santa Cruz de Goiás/GO	Santa Maria da Boa Vista/PE	Santa Terezinha/PE
Santa Cruz de Minas/MG	Santa Maria da Serra/SP	Santa Vitória do Palmar/RS
Santa Cruz de Monte	Santa Maria da Vitória/BA	Santa Vitória/MG
Castelo/PR	Santa Maria das Barreiras/PA	Santaluz/BA
Santa Cruz de Salinas/MG	Santa Maria de Itabira/MG	Santana da Boa Vista/RS
Santa Cruz do Arari/PA	Santa Maria de Jetibá/ES	Santana da Ponte Pensa/SP
Santa Cruz do Capibaribe/PE	Santa Maria do Cambucá/PE	Santana da Vargem/MG
Santa Cruz do Escalvado/MG	Santa Maria do Herval/RS	Santana de Cataguases/MG
Santa Cruz do Piauí/PI	Santa Maria do Oeste/PR	Santana de Mangueira/PB
Santa Cruz do Rio Pardo/SP	Santa Maria do Pará/PA	Santana de Parnaíba/SP
Santa Cruz do Sul/RS	Santa Maria do Salto/MG	Santana de Pirapama/MG
Santa Cruz do Xingu/MT	Santa Maria do Suaçuí/MG	Santana do Acaraú/CE
Santa Cruz dos Milagres/PI	Santa Maria do Tocantins/TO	Santana do Araguaia/PA
Santa Cruz/PB	Santa Maria Madalena/RJ	Santana do Cariri/CE
Santa Cruz/PE	Santa Maria/RN	Santana do Deserto/MG
Santa Cruz/RN	Santa Maria/RS	Santana do Garambéu/MG
Santa Efigênia de Minas/MG	Santa Mariana/PR	Santana do Ipanema/AL
Santa Ernestina/SP	Santa Mercedes/SP	Santana do Itararé/PR
Santa Fé de Goiás/GO	Santa Mônica/PR	Santana do Jacaré/MG
Santa Fé de Minas/MG	Santa Quitéria do	Santana do Livramento/RS
Santa Fé do Araguaia/TO	Maranhão/MA	Santana do Manhuaçu/MG
Santa Fé do Sul/SP	Santa Quitéria/CE	Santana do Maranhão/MA
Santa Fé/PR	Santa Rita d'Oeste/SP	Santana do Matos/RN

Santana do Mundaú/AL
 Santana do Paraíso/MG
 Santana do Piauí/PI
 Santana do Riacho/MG
 Santana do São Francisco/SE
 Santana do Seridó/RN
 Santana dos Garrotes/PB
 Santana dos Montes/MG
 Santana/AP
 Santana/BA
 Santanópolis/BA
 Santarém Novo/PA
 Santarém/PA
 Santiago/RS
 Santo Afonso/MT
 Santo Amaro das Brotas/SE
 Santo Amaro do Maranhão/MA
 Santo Amaro/BA
 Santo Anastácio/SP
 Santo André/PB
 Santo André/SP
 Santo Ângelo/RS
 Santo Antônio da Alegria/SP
 Santo Antônio da Barra/GO
 Santo Antônio da Patrulha/RS
 Santo Antônio da Platina/PR
 Santo Antônio das Missões/RS
 Santo Antônio de Goiás/GO
 Santo Antônio de Jesus/BA
 Santo Antônio de Lisboa/PI
 Santo Antônio de Pádua/RJ
 Santo Antônio de Posse/SP
 Santo Antônio do Amparo/MG
 Santo Antônio do Aracanguá/SP
 Santo Antônio do Aventureiro/MG
 Santo Antônio do Caiuá/PR
 Santo Antônio do Descoberto/GO
 Santo Antônio do Gramma/MG
 Santo Antônio do Içá/AM
 Santo Antônio do Itambé/MG
 Santo Antônio do Jacinto/MG
 Santo Antônio do Jardim/SP
 Santo Antônio do Leste/MT
 Santo Antônio do Leverger/MT
 Santo Antônio do Monte/MG
 Santo Antônio do Palma/RS
 Santo Antônio do Paraíso/PR
 Santo Antônio do Pinhal/SP
 Santo Antônio do Planalto/RS
 Santo Antônio do Retiro/MG
 Santo Antônio do Rio Abaixo/MG
 Santo Antônio do Sudoeste/PR
 Santo Antônio do Tauá/PA
 Santo Antônio dos Lopes/MA
 Santo Antônio dos Milagres/PI

Santo Antônio/RN
 Santo Augusto/RS
 Santo Cristo/RS
 Santo Estêvão/BA
 Santo Expedito do Sul/RS
 Santo Expedito/SP
 Santo Hipólito/MG
 Santo Inácio do Piauí/PI
 Santo Inácio/PR
 Santópolis do Aguapeí/SP
 Santos Dumont/MG
 Santos/SP
 São Benedito do Rio Preto/MA
 São Benedito do Sul/PE
 São Benedito/CE
 São Bento Abade/MG
 São Bento de Pombal/PB
 São Bento do Norte/RN
 São Bento do Sapucaí/SP
 São Bento do Tocantins/TO
 São Bento do Trairi/RN
 São Bento do Una/PE
 São Bento/MA
 São Bento/PB
 São Bernardo do Campo/SP
 São Bernardo/MA
 São Borja/RS
 São Brás do Suaçuí/MG
 São Brás/AL
 São Braz do Piauí/PI
 São Caetano de Odivelas/PA
 São Caetano do Sul/SP
 São Caetano/PE
 São Carlos do Ivaí/PR
 São Carlos/SP
 São Cristóvão/SE
 São Desidério/BA
 São Domingos das Dores/MG
 São Domingos do Araguaia/PA
 São Domingos do Azeitão/MA
 São Domingos do Capim/PA
 São Domingos do Cariri/PB
 São Domingos do Maranhão/MA
 São Domingos do Norte/ES
 São Domingos do Prata/MG
 São Domingos do Sul/RS
 São Domingos/BA
 São Domingos/GO
 São Domingos/PB
 São Domingos/SE
 São Felipe d'Oeste/RO
 São Felipe/BA
 São Félix de Balsas/MA
 São Félix de Minas/MG
 São Félix do Araguaia/MT
 São Félix do Coribe/BA
 São Félix do Piauí/PI
 São Félix do Tocantins/TO
 São Félix do Xingu/PA

São Félix/BA
 São Fernando/RN
 São Fidélis/RJ
 São Francisco de Assis do Piauí/PI
 São Francisco de Assis/RS
 São Francisco de Goiás/GO
 São Francisco de Itabapoana/RJ
 São Francisco de Paula/MG
 São Francisco de Paula/RS
 São Francisco de Sales/MG
 São Francisco do Brejão/MA
 São Francisco do Conde/BA
 São Francisco do Glória/MG
 São Francisco do Guaporé/RO
 São Francisco do Maranhão/MA
 São Francisco do Oeste/RN
 São Francisco do Pará/PA
 São Francisco do Piauí/PI
 São Francisco/MG
 São Francisco/PB
 São Francisco/SE
 São Francisco/SP
 São Gabriel da Cachoeira/AM
 São Gabriel da Palha/ES
 São Gabriel do Oeste/MS
 São Gabriel/BA
 São Gabriel/RS
 São Geraldo da Piedade/MG
 São Geraldo do Araguaia/PA
 São Geraldo do Baixo/MG
 São Geraldo/MG
 São Gonçalo do Abaeté/MG
 São Gonçalo do Amarante/CE
 São Gonçalo do Amarante/RN
 São Gonçalo do Gurgueia/PI
 São Gonçalo do Pará/MG
 São Gonçalo do Piauí/PI
 São Gonçalo do Rio Abaixo/MG
 São Gonçalo do Rio Preto/MG
 São Gonçalo do Sapucaí/MG
 São Gonçalo dos Campos/BA
 São Gonçalo/RJ
 São Gotardo/MG
 São Jerônimo da Serra/PR
 São Jerônimo/RS
 São João Batista do Glória/MG
 São João Batista/MA
 São João d'Aliação/GO
 São João da Baliza/RR
 São João da Barra/RJ
 São João da Boa Vista/SP
 São João da Canabrava/PI
 São João da Fronteira/PI
 São João da Lagoa/MG
 São João da Mata/MG
 São João da Paraúna/GO

São João da Ponta/PA
 São João da Ponte/MG
 São João da Serra/PI
 São João da Urtiga/RS
 São João da Varjota/PI
 São João das Duas Pontes/SP
 São João das Missões/MG
 São João de Iracema/SP
 São João de Meriti/RJ
 São João de Pirabas/PA
 São João del-Rei/MG
 São João do Araguaia/PA
 São João do Arraial/PI
 São João do Caiuá/PR
 São João do Cariri/PB
 São João do Caru/MA
 São João do Ivaí/PR
 São João do Jaguaribe/CE
 São João do Manhuaçu/MG
 São João do Manteninha/MG
 São João do Oriente/MG
 São João do Pacuí/MG
 São João do Paraíso/MA
 São João do Paraíso/MG
 São João do Pau d'Alho/SP
 São João do Piauí/PI
 São João do Polêsine/RS
 São João do Rio do Peixe/PB
 São João do Sabugi/RN
 São João do Soter/MA
 São João do Tigre/PB
 São João do Triunfo/PR
 São João dos Patos/MA
 São João Evangelista/MG
 São João Nepomuceno/MG
 São João/PE
 São João/PR
 São Joaquim da Barra/SP
 São Joaquim de Bicas/MG
 São Joaquim do Monte/PE
 São Jorge d'Oeste/PR
 São Jorge do Ivaí/PR
 São Jorge do Patrocínio/PR
 São Jorge/RS
 São José da Barra/MG
 São José da Bela Vista/SP
 São José da Boa Vista/PR
 São José da Coroa Grande/PE
 São José da Lagoa Tapada/PB
 São José da Laje/AL
 São José da Lapa/MG
 São José da Safira/MG
 São José da Tapera/AL
 São José da Varginha/MG
 São José da Vitória/BA
 São José das Missões/RS
 São José das Palmeiras/PR
 São José de Caiana/PB
 São José de Espinharas/PB
 São José de Mipibu/RN

São José de Piranhas/PB
 São José de Princesa/PB
 São José de Ribamar/MA
 São José de Ubá/RJ
 São José do Alegre/MG
 São José do Barreiro/SP
 São José do Belmonte/PE
 São José do Bonfim/PB
 São José do Brejo do Cruz/PB
 São José do Calçado/ES
 São José do Campestre/RN
 São José do Divino/MG
 São José do Divino/PI
 São José do Egito/PE
 São José do Goiabal/MG
 São José do Herval/RS
 São José do Hortêncio/RS
 São José do Inhacorá/RS
 São José do Jacuípe/BA
 São José do Jacuri/MG
 São José do Mantimento/MG
 São José do Norte/RS
 São José do Ouro/RS
 São José do Peixe/PI
 São José do Piauí/PI
 São José do Povo/MT
 São José do Rio Claro/MT
 São José do Rio Pardo/SP
 São José do Rio Preto/SP
 São José do Sabugi/PB
 São José do Seridó/RN
 São José do Sul/RS
 São José do Vale do Rio Preto/RJ
 São José do Xingu/MT
 São José dos Ausentes/RS
 São José dos Basílios/MA
 São José dos Campos/SP
 São José dos Cordeiros/PB
 São José dos Pinhais/PR
 São José dos Quatro Marcos/MT
 São José dos Ramos/PB
 São Julião/PI
 São Leopoldo/RS
 São Lourenço da Mata/PE
 São Lourenço da Serra/SP
 São Lourenço do Piauí/PI
 São Lourenço do Sul/RS
 São Lourenço/MG
 São Luís de Montes Belos/GO
 São Luís do Curu/CE
 São Luís do Norte/GO
 São Luís do Piauí/PI
 São Luís do Quitunde/AL
 São Luís Gonzaga do Maranhão/MA
 São Luís/MA
 São Luís/RR
 São Luiz do Paraitinga/SP

São Luiz Gonzaga/RS
 São Mamede/PB
 São Manoel do Paraná/PR
 São Manuel/SP
 São Marcos/RS
 São Martinho da Serra/RS
 São Martinho/RS
 São Mateus do Maranhão/MA
 São Mateus do Sul/PR
 São Mateus/ES
 São Miguel Arcanjo/SP
 São Miguel da Baixa Grande/PI
 São Miguel das Matas/BA
 São Miguel das Missões/RS
 São Miguel de Taipu/PB
 São Miguel do Aleixo/SE
 São Miguel do Anta/MG
 São Miguel do Araguaia/GO
 São Miguel do Fidalgo/PI
 São Miguel do Gostoso/RN
 São Miguel do Guamá/PA
 São Miguel do Guaporé/RO
 São Miguel do Iguçu/PR
 São Miguel do Passa-Quatro/GO
 São Miguel do Tapuío/PI
 São Miguel do Tocantins/TO
 São Miguel dos Campos/AL
 São Miguel dos Milagres/AL
 São Miguel/RN
 São Nicolau/RS
 São Patrício/GO
 São Paulo das Missões/RS
 São Paulo de Olivença/AM
 São Paulo do Potengi/RN
 São Paulo/SP
 São Pedro da Água Branca/MA
 São Pedro da Aldeia/RJ
 São Pedro da Cipa/MT
 São Pedro da Serra/RS
 São Pedro da União/MG
 São Pedro das Missões/RS
 São Pedro do Butiá/RS
 São Pedro do Iguçu/PR
 São Pedro do Ivaí/PR
 São Pedro do Paraná/PR
 São Pedro do Piauí/PI
 São Pedro do Suaçu/MG
 São Pedro do Sul/RS
 São Pedro do Turvo/SP
 São Pedro dos Crentes/MA
 São Pedro dos Ferros/MG
 São Pedro/RN
 São Pedro/SP
 São Rafael/RN
 São Raimundo das Mangabeiras/MA
 São Raimundo do Doca Bezerra/MA

São Raimundo Nonato/PI	Sapucaia/PA	Serra Branca/PB
São Roberto/MA	Sapucaia/RJ	Serra Caiada/RN
São Romão/MG	Saquarema/RJ	Serra da Raiz/PB
São Roque de Minas/MG	Sarandi/PR	Serra da Saudade/MG
São Roque do Canaã/ES	Sarandi/RS	Serra de São Bento/RN
São Roque/SP	Sarapuí/SP	Serra do Mel/RN
São Salvador do Tocantins/TO	Sardoá/MG	Serra do Navio/AP
São Sebastião da Amoreira/PR	Sarutaiá/SP	Serra do Ramalho/BA
São Sebastião da Bela Vista/MG	Sarzedo/MG	Serra do Salitre/MG
São Sebastião da Boa Vista/PA	Sátiro Dias/BA	Serra dos Aimorés/MG
São Sebastião da Gramma/SP	Satuba/AL	Serra Dourada/BA
São Sebastião da Vargem Alegre/MG	Satubinha/MA	Serra Grande/PB
São Sebastião de Lagoa de Roça/PB	Saubara/BA	Serra Negra do Norte/RN
São Sebastião do Alto/RJ	Saudade do Iguaçu/PR	Serra Negra/SP
São Sebastião do Anta/MG	Saúde/BA	Serra Nova Dourada/MT
São Sebastião do Cai/RS	Seabra/BA	Serra Preta/BA
São Sebastião do Maranhão/MG	Sebastianópolis do Sul/SP	Serra Redonda/PB
São Sebastião do Oeste/MG	Sebastião Barros/PI	Serra Talhada/PE
São Sebastião do Paraíso/MG	Sebastião Laranjeiras/BA	Serra/ES
São Sebastião do Passé/BA	Sebastião Leal/PI	Serrana/SP
São Sebastião do Rio Preto/MG	Seberi/RS	Serrania/MG
São Sebastião do Rio Verde/MG	Sede Nova/RS	Serrano do Maranhão/MA
São Sebastião do Tocantins/TO	Segredo/RS	Serranópolis de Minas/MG
São Sebastião do Uatumã/AM	Selbach/RS	Serranópolis do Iguaçu/PR
São Sebastião do Umbuzeiro/PB	Selvíria/MS	Serranópolis/GO
São Sebastião/AL	Sem-Peixe/MG	Serranos/MG
São Sebastião/SP	Sena Madureira/AC	Serraria/PB
São Sepé/RS	Senador Alexandre Costa/MA	Serrinha dos Pintos/RN
São Simão/GO	Senador Amaral/MG	Serrinha/BA
São Simão/SP	Senador Canedo/GO	Serrinha/RN
São Thomé das Letras/MG	Senador Cortes/MG	Serrita/PE
São Tiago/MG	Senador Elói de Souza/RN	Serro/MG
São Tomás de Aquino/MG	Senador Firmino/MG	Serrolândia/BA
São Tomé/PR	Senador Georgino Avelino/RN	Sertaneja/PR
São Tomé/RN	Senador Guimard/AC	Sertânia/PE
São Valentim do Sul/RS	Senador José Bento/MG	Sertanópolis/PR
São Valentim/RS	Senador José Porfírio/PA	Sertão Santana/RS
São Valério da Natividade/TO	Senador La Rocque/MA	Sertão/RS
São Valério do Sul/RS	Senador Modestino Gonçalves/MG	Sertãozinho/PB
São Vendelino/RS	Senador Pompeu/CE	Sertãozinho/SP
São Vicente de Minas/MG	Senador Rui Palmeira/AL	Sete Barras/SP
São Vicente do Sul/RS	Senador Sá/CE	Sete de Setembro/RS
São Vicente Ferrer/MA	Senador Salgado Filho/RS	Sete Lagoas/MG
São Vicente Ferrer/PE	Sengés/PR	Sete Quedas/MS
São Vicente/RN	Senhor do Bonfim/BA	Setubinha/MG
São Vicente/SP	Senhora de Oliveira/MG	Severiano de Almeida/RS
Sapé/PB	Senhora do Porto/MG	Severiano Melo/RN
Sapeçu/BA	Senhora dos Remédios/MG	Severínia/SP
Sapezal/MT	Sentinel do Sul/RS	Sidrolândia/MS
Sapiranga/RS	Sento Sé/BA	Sigefredo Pacheco/PI
Sapopema/PR	Serafina Corrêa/RS	Silva Jardim/RJ
Sapucaia/Mirim/MG	Sericita/MG	Silvânia/GO
Sapucaia do Sul/RS	Seridó/PB	Silvanópolis/TO
	Seringueiras/RO	Silveira Martins/RS
	Sério/RS	Silveirânia/MG
	Seritinga/MG	Silveiras/SP
	Seropédica/RJ	Silves/AM
	Serra Azul de Minas/MG	Silvianópolis/MG
	Serra Azul/SP	Simão Dias/SE
		Simão Pereira/MG

Simões/PI	Tacaratu/PE	Tarumirim/MG
Simolândia/GO	Taciba/SP	Tasso Fragoso/MA
Simonésia/MG	Tacima/PB	Tatui/SP
Simplicio Mendes/PI	Tacuru/MS	Tauá/CE
Sinimbu/RS	Taguai/SP	Taubaté/SP
Sinop/MT	Taguatinga/TO	Tavares/PB
Siqueira Campos/PR	Taiacu/SP	Tavares/RS
Sirinhaém/PE	Tailândia/PA	Tefé/AM
Siriri/SE	Taió/SC	Teixeira de Freitas/BA
Sítio d'Abadia/GO	Taiobeiras/MG	Teixeira Soares/PR
Sítio do Mato/BA	Taipas do Tocantins/TO	Teixeira/PB
Sítio do Quinto/BA	Taipu/RN	Teixeiras/MG
Sítio Novo do Tocantins/TO	Taiuva/SP	Teixeirópolis/RO
Sítio Novo/MA	Talismã/TO	Tejuçuoca/CE
Sítio Novo/RN	Tamandaré/PE	Tejupá/SP
Sobradinho/BA	Tamarana/PR	Telêmaco Borba/PR
Sobradinho/RS	Tambaú/SP	Telha/SE
Sobrado/PB	Tamboara/PR	Tenente Ananias/RN
Sobral/CE	Tamboril do Piauí/PI	Tenente Laurentino Cruz/RN
Sobralia/MG	Tamboril/CE	Tenente Portela/RS
Socorro do Piauí/PI	Tanabi/SP	Tenório/PB
Socorro/SP	Tangará da Serra/MT	Teodoro Sampaio/BA
Solânea/PB	Tangará/RN	Teodoro Sampaio/SP
Soledade de Minas/MG	Tanguá/RJ	Teofilândia/BA
Soledade/PB	Tanhaçu/BA	Teófilo Otoni/MG
Soledade/RS	Tanque d'Arca/AL	Teolândia/BA
Solidão/PE	Tanque do Piauí/PI	Teotônio Vilela/AL
Solonópole/CE	Tanque Novo/BA	Terenos/MS
Sonora/MS	Tanquinho/BA	Teresina de Goiás/GO
Sooretama/ES	Taparuba/MG	Teresina/PI
Sorocaba/SP	Tapauá/AM	Teresópolis/RJ
Sorriso/MT	Tapejara/PR	Terezinha/PE
Sossêgo/PB	Tapejara/RS	Terezópolis de Goiás/GO
Soure/PA	Tapera/RS	Terra Alta/PA
Sousa/PB	Taperoá/BA	Terra Boa/PR
Souto Soares/BA	Taperoá/PB	Terra de Areia/RS
Sucupira do Norte/MA	Tapes/RS	Terra Nova do Norte/MT
Sucupira do Riachão/MA	Tapira/MG	Terra Nova/BA
Sucupira/TO	Tapira/PR	Terra Nova/PE
Sud Mennucci/SP	Tapirai/MG	Terra Rica/PR
Sulina/PR	Tapirai/SP	Terra Roxa/PR
Sumaré/SP	Tapiramutá/BA	Terra Roxa/SP
Sumé/PB	Tapiratiba/SP	Terra Santa/PA
Sumidouro/RJ	Tapurah/MT	Tesouro/MT
Surubim/PE	Taquaraçu de Minas/MG	Teutônia/RS
Sussuapara/PI	Taquaral de Goiás/GO	Theobroma/RO
Suzanópolis/SP	Taquaral/SP	Tianguá/CE
Suzano/SP	Taquarana/AL	Tibagi/PR
Tabaí/RS	Taquari/RS	Tibau do Sul/RN
Tabaporã/MT	Taquaritinga do Norte/PE	Tibau/RN
Tabapuã/SP	Taquaritinga/SP	Tietê/SP
Tabatinga/AM	Taquarituba/SP	Tijucas do Sul/PR
Tabatinga/SP	Taquarivai/SP	Timbaúba dos Batistas/RN
Tabira/PE	Taquaruçu do Sul/RS	Timbaúba/PE
Taboão da Serra/SP	Taquarussu/MS	Timbiras/MA
Tabocas do Brejo Velho/BA	Tarabai/SP	Timburi/SP
Taboleiro Grande/RN	Tarauacá/AC	Timon/MA
Tabuleiro do Norte/CE	Tarafas/CE	Timóteo/MG
Tabuleiro/MG	Tartarugalzinho/AP	Tio Hugo/RS
Tacaimbó/PE	Tarumã/SP	Tiradentes do Sul/RS

Tiradentes/MG	Tufilândia/MA	Umuarama/PR
Tiros/MG	Tuiuti/SP	Una/BA
Tobias Barreto/SE	Tumiritinga/MG	Unaí/MG
Tocantínia/TO	Tunas do Paraná/PR	União da Serra/RS
Tocantinópolis/TO	Tunas/RS	União da Vitória/PR
Tocantins/MG	Tuneiras do Oeste/PR	União de Minas/MG
Tocos do Moji/MG	Tuntum/MA	União do Sul/MT
Toledo/MG	Tupã/SP	União dos Palmares/AL
Toledo/PR	Tupaciguara/MG	União Paulista/SP
Tomar do Geru/SE	Tupanatinga/PE	União/PI
Tomazina/PR	Tupanci do Sul/RS	Uniflor/PR
Tombos/MG	Tupanciretã/RS	Unistalda/RS
Tomé/Açu/PA	Tupandi/RS	Upanema/RN
Tonantins/AM	Tuparendi/RS	Uraí/PR
Toritama/PE	Tuparetama/PE	Urandi/BA
Torixoréu/MT	Tupãssi/PR	Urânia/SP
Toropi/RS	Tupi Paulista/SP	Urbano Santos/MA
Torre de Pedra/SP	Tupirama/TO	Uru/SP
Torres/RS	Tupiratis/TO	Uruaçu/GO
Torrinha/SP	Turiaçu/MA	Uruana de Minas/MG
Touros/RN	Turilândia/MA	Uruana/GO
Trabiju/SP	Turiúba/SP	Uruará/PA
Tracuateua/PA	Turmalina/MG	Uruburetama/CE
Tracunhaém/PE	Turmalina/SP	Urucânia/MG
Traipu/AL	Turuçu/RS	Urucará/AM
Trairão/PA	Tururu/CE	Uruçuca/BA
Trairi/CE	Turvânia/GO	Uruçuí/PI
Trajano de Moraes/RJ	Turvelândia/GO	Urucuia/MG
Tramandaí/RS	Turvo/PR	Urucurituba/AM
Travesseiro/RS	Turvolândia/MG	Uruguaiana/RS
Tremedal/BA	Tutóia/MA	Uruoca/CE
Tremembé/SP	Uarini/AM	Urupá/RO
Três Arroios/RS	Uauá/BA	Urupês/SP
Três Barras do Paraná/PR	Ubá/MG	Urutai/GO
Três Cachoeiras/RS	Ubaí/MG	Utinga/BA
Três Corações/MG	Ubaíra/BA	Vacaria/RS
Três Coroas/RS	U baitaba/BA	Vale de São Domingos/MT
Três de Maio/RS	Ubajara/CE	Vale do Anari/RO
Três Forquilhas/RS	Ubaporanga/MG	Vale do Paraíso/RO
Três Fronteiras/SP	Ubarana/SP	Vale do Sol/RS
Três Lagoas/MS	Ubatã/BA	Vale Real/RS
Três Marias/MG	Ubatuba/SP	Vale Verde/RS
Três Palmeiras/RS	Uberaba/MG	Valença do Piauí/PI
Três Passos/RS	Uberlândia/MG	Valença/BA
Três Pontas/MG	Ubirajara/SP	Valença/RJ
Três Ranchos/GO	Ubiratã/PR	Valente/BA
Três Rios/RJ	Ubiretama/RS	Valentim Gentil/SP
Trindade do Sul/RS	Uchoa/SP	Valinhos/SP
Trindade/GO	Uibaí/BA	Valparaíso de Goiás/GO
Trindade/PE	Uiramutã/RR	Valparaíso/SP
Triunfo Potiguar/RN	Uirapuru/GO	Vanini/RS
Triunfo/PB	Uiraúna/PB	Vargem Alegre/MG
Triunfo/PE	Ulianópolis/PA	Vargem Alta/ES
Triunfo/RS	Umari/CE	Vargem Bonita/MG
Trizidela do Vale/MA	Umarizal/RN	Vargem Grande do Rio
Trombas/GO	Umbaúba/SE	Pardo/MG
Tucano/BA	Umburanas/BA	Vargem Grande do Sul/SP
Tucumã/PA	Umburatiba/MG	Vargem Grande Paulista/SP
Tucunduva/RS	Umbuzeiro/PB	Vargem Grande/MA
Tucuruí/PA	Umirim/CE	Vargem/SP

Varginha/MG	Vertentes/PE	Virgolândia/MG
Varjão de Minas/MG	Vespasiano Corrêa/RS	Virmond/PR
Varjão/GO	Vespasiano/MG	Visconde do Rio Branco/MG
Varjota/CE	Viadutos/RS	Viseu/PA
Varre-Sai/RJ	Viamão/RS	Vista Alegre do Alto/SP
Várzea Alegre/CE	Viana/ES	Vista Alegre do Prata/RS
Várzea Branca/PI	Viana/MA	Vista Alegre/RS
Várzea da Palma/MG	Vianópolis/GO	Vista Gaúcha/RS
Várzea da Roça/BA	Vicência/PE	Vista Serrana/PB
Várzea do Poço/BA	Vicente Dutra/RS	Vitória Brasil/SP
Várzea Grande/MT	Vicentina/MS	Vitória da Conquista/BA
Várzea Grande/PI	Vicentinópolis/GO	Vitória das Missões/RS
Várzea Nova/BA	Viçosa do Ceará/CE	Vitória de Santo Antão/PE
Várzea Paulista/SP	Viçosa/AL	Vitória do Jari/AP
Várzea/PB	Viçosa/MG	Vitória do Mearim/MA
Várzea/RN	Viçosa/RN	Vitória do Xingu/PA
Varzedo/BA	Victor Graeff/RS	Vitória/ES
Varzelândia/MG	Vieiras/MG	Vitorino Freire/MA
Vassouras/RJ	Vieirópolis/PB	Vitorino/PR
Vazante/MG	Vigia/PA	Volta Grande/MG
Venâncio Aires/RS	Vila Bela da Santíssima	Volta Redonda/RJ
Venda Nova do Imigrante/ES	Trindade/MT	Votorantim/SP
Venha-Ver/RN	Vila Boa/GO	Votuporanga/SP
Ventania/PR	Vila Flor/RN	Wagner/BA
Venturosa/PE	Vila Flores/RS	Wall Ferraz/PI
Vera Cruz do Oeste/PR	Vila Lângaro/RS	Wanderlândia/TO
Vera Cruz/BA	Vila Maria/RS	Wanderley/BA
Vera Cruz/RN	Vila Nova do Piauí/PI	Wenceslau Braz/MG
Vera Cruz/RS	Vila Nova do Sul/RS	Wenceslau Braz/PR
Vera Cruz/SP	Vila Nova dos Martírios/MA	Wenceslau Guimarães/BA
Vera Mendes/PI	Vila Pavão/ES	Westfália/RS
Vera/MT	Vila Propício/GO	Xambioá/TO
Veranópolis/RS	Vila Rica/MT	Xambrê/PR
Verdejante/PE	Vila Valério/ES	Xangrilá/RS
Verdelândia/MG	Vila Velha/ES	Xapuri/AC
Verê/PR	Vilhena/RO	Xexéu/PE
Vereda/BA	Vinhedo/SP	Xinguara/PA
Veredinha/MG	Viradouro/SP	Xique-Xique/BA
Veríssimo/MG	Virgem da Lapa/MG	Zabelê/PB
Vermelho Novo/MG	Virgínia/MG	Zacarias/SP
Vertente do Lério/PE	Virginópolis/MG	Zé Doca/MA
[...]		

- Levar para a AG a aprovação da alteração do Anexo II do Contrato de Consórcio Público do CIGA, adequando-o ao Plano de Carreiras e Salários proposto:

ANEXO II

Empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Referência salarial inicial R\$	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	12.173	40h	Ensino superior completo

Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	7.940	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	7.940	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	5.882	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	3.866	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	2.574	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	5.882	40h	Superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	03	Concurso público	2.574	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	5.882	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	01	Concurso público	5.882	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Tabela Salarial para Empregos Públicos Permanentes:

Analista de Sistemas	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Contador	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Controlador Interno	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Assessor Jurídico	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Programador	3.866	3.943	4.022	4.103	4.185	4.268	Júnior
	4.354	4.441	4.530	4.620	4.713	4.807	Pleno
	4.903	5.001	5.101	5.203	5.307	5.413	Sênior
	5.522	5.632	5.745	5.860	5.977	6.096	Master
Técnico em TI	2.574	2.625	2.678	2.732	2.786	2.842	Júnior
	2.899	2.957	3.016	3.076	3.138	3.200	Pleno
	3.264	3.330	3.396	3.464	3.534	3.604	Sênior
	3.676	3.750	3.825	3.901	3.979	4.059	Master
Assistente Administrativo	2.574	2.625	2.678	2.732	2.786	2.842	Júnior
	2.899	2.957	3.016	3.076	3.138	3.200	Pleno
	3.264	3.330	3.396	3.464	3.534	3.604	Sênior
	3.676	3.750	3.825	3.901	3.979	4.059	Master

Tabela Salarial para Empregos Públicos em Comissão:

Diretor Executivo	12.173	12.416	12.664	12.918	13.176	13.439	-
	13.708	13.982	14.262	14.547	14.838	15.135	
	15.438	15.746	16.061	16.383	16.710	17.044	
	17.385	17.733	18.088	18.449	18.818	19.195	
Gerente Administrativo	7.940	8.099	8.261	8.426	8.595	8.766	-
	8.942	9.121	9.303	9.489	9.679	9.872	
	10.070	10.271	10.477	10.686	10.900	11.118	
	11.340	11.567	11.798	12.034	12.275	12.521	
Gerente de TI	7.940	8.099	8.261	8.426	8.595	8.766	-

	8.942	9.121	9.303	9.489	9.679	9.872	
	10.070	10.271	10.477	10.686	10.900	11.118	
	11.340	11.567	11.798	12.034	12.275	12.521	

PROPOSIÇÕES DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO DO CIGA

- Levar à AG a aprovação da alteração do preâmbulo do Estatuto, passando a constar:

Nova Redação: A Assembleia Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, realizada no dia 27 de janeiro de 2017, na cidade de Florianópolis, aprovou e eu, Presidente do CIGA, publico o presente Estatuto, em atendimento ao Contrato de Consórcio, à Lei Federal n.º 11.107/05 e ao Decreto Federal n.º 6.017/2007.

- Levar à AG a aprovação da alteração do art. 1.º do Estatuto, para acrescentar a expressão ‘do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007,’:

Nova Redação: Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, do Contrato de Consórcio, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

- Levar à AG a aprovação da alteração do inciso I do artigo 11 do Estatuto do CIGA, melhor adequando-o à realidade do CIGA e de seus Municípios consorciados, para suprimir a palavra ‘anual’.

Art. 11. Ao Conselho Fiscal compete, além das disposições do Contrato de Consórcio, supervisionar a gestão financeira e orçamentária do CIGA, em especial:

Nova Redação: I - emitir parecer sobre a prestação de contas do consórcio;

- Levar à AG a aprovação da alteração do parágrafo único do artigo 29 do Estatuto do CIGA, adequando o quórum de composição/reunião do Conselho de Administração, para melhor atender aos interesses do CIGA e de seus Municípios Consorciados, constando convocações em primeira e segunda chamada para as reuniões do Conselho de Administração. É de se ver:

Art. 29.

Nova Redação: Parágrafo único. O Conselho de Administração reunir-se-á:

III - em primeira convocação, presente a maioria de seus membros;

IV - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de seus membros.

- Levar à AG a aprovação da alteração do parágrafo único do artigo 30 do Estatuto do CIGA, adequando o quórum de composição/reunião do Conselho Fiscal, para melhor atender aos interesses do CIGA e de seus Municípios Consorciados, constando convocações em primeira e segunda chamada para as reuniões do Conselho Fiscal. É de se ver:

Art. 30.

Nova Redação: Parágrafo único. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presente a maioria de seus membros;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de seus membros.

- Levar à AG a aprovação da revogação do §2.º do artigo 32 do Estatuto do CIGA, porque contrário ao §7.º do art. 13 do Contrato de Consórcio Público do CIGA:

~~§ 2º Poderá o Secretário Executivo de Associação de Municípios representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral, desde que devidamente autorizado.~~

- Levar à AG a aprovação da revogação do art. 35, por incompatibilidade ao art. 34, renumerando os artigos conforme necessário se fizer:

~~Art. 35. A escolha do local da Assembleia Geral e das reuniões dos conselhos deverá considerar a alternância entre os municípios consorciados ou, em função de condições de infraestrutura e logística, entre os municípios não consorciados. (Revogado)~~

- Levar à AG a aprovação da revogação da parte final do §1.º do art. 36 do Estatuto do CIGA:

Art. 36.

Nova Redação: § 1º Poderá ser utilizada a forma virtual das reuniões para qualquer deliberação do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

- Levar à AG a aprovação da alteração do inciso VIII do artigo 50 do Estatuto do CIGA, alterando o conceito de Referência Salarial, para que passe a constar 'Referência Salarial Inicial', em conformidade com o Plano de Carreiras e Salários proposto:

Nova Redação: VIII – Referência Salarial Inicial: Salário inicial para o respectivo emprego público, ascendente, com intervalos graduais entre uma referência e outra, conforme estabelecido na tabela de referências salariais constante do Anexo II e do Plano de Carreiras e Salários;

- Levar à AG a aprovação da alteração do artigo 62 do Estatuto do CIGA, passando a constar:

Nova Redação: Art. 62. Os valores dos salários dos empregos são os constantes das Tabelas de Referências Salariais incluídas no Anexo II e no Plano de Carreiras e Salários do CIGA, assegurada a revisão geral anual.

- Levar à AG a aprovação da alteração do art. 63 do Estatuto do CIGA, para que passe a constar a palavra 'inicial' e seja suprimida a expressão 'concursado e':

Nova Redação: Art. 63. O ingresso no CIGA dar-se-á na referência salarial inicial do emprego para o qual o empregado foi contratado.

- Levar à AG a aprovação da criação das gratificações de Especialista em TI, Coordenador de Operações, Controlador Interno, Membros da Comissão de Licitação, Gestor de Contratos e Assessor Administrativo, e consequente inserção de um novo artigo ao Estatuto do CIGA, dispondo sobre as gratificações pelo desempenho de atividades especiais:

Redação: Art. __. Fica criada, na estrutura organizacional do CIGA, as seguintes gratificações pelo desempenho de atividades especiais:

I – 1 (uma) Gratificação de Especialista em TI, destinada a auxiliar na elaboração e supervisão técnicas dos projetos relacionados aos objetivos do CIGA; auxiliar na criação e definição de processos de tecnologia, bem como apoiar na definição da arquitetura das soluções e melhores práticas para desenvolvimento de software;

II – 1 (uma) Gratificação de Coordenador de Operações, destinada a levantar, identificar e priorizar as necessidades da equipe de trabalho; coordenar as ações que visem atualização e a manutenção dos sistemas e projetos; fornecer suporte técnico aos usuários por telefone, on-line ou pessoalmente; coordenar a equipe técnica definindo escala, prioridade e organização dos atendimentos; pesquisar as necessidades dos usuários sobre as utilizações dos sistemas, seus principais problemas e sugestão de melhorias;

III – 1 (uma) Gratificação de Controlador Interno, destinada a acompanhar, controlar, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do Consórcio, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens;

IV – 4 (quatro) Gratificações de membros da Comissão de Licitação, responsável por atividades relacionadas à licitação, como pregoeiro, apoio a pregoeiro, presidente e demais atividades relacionadas a licitações em geral;

VI – 1 (uma) Gratificação de Gestor de Contratos, destinada a acompanhar, controlar e analisar a execução de contratos, identificando riscos e acompanhando cronograma, custos e atividades envolvidas. Acompanhar a demanda de contratos, prazos, revisão de cláusulas junto ao departamento jurídico. Fazer cálculos para reajuste contratual e ajustes financeiros junto a diretoria; e

VII – 1 (uma) Gratificação de Assessor Administrativo, destinada a assessorar diretamente as autoridades/diretores em diversos níveis; coletar informações para consecução de objetivos e metas da Instituição; redigir textos profissionais especializados, interpretar e sintetizar textos e documentos, apoiar na elaboração de discursos, conferências, palestras; auxiliar em assuntos técnicos, normativos e estratégicos; realizar diagnósticos, propor soluções.

§1.º. A Gratificação pelo desempenho de atividades especiais será de 25% do valor do nível 1 da classe da 2 da Tabela de Referências Salariais dos Empregados Públicos Permanentes.

§2.º. O valor pago a título de Gratificação pelo desempenho de atividade especial não se incorpora ao salário, sendo devido ao empregado público permanente enquanto no exercício do encargo para o qual foi designado.

§3.º. A designação para o desempenho de atividades especiais é da competência privativa do Diretor Executivo, sendo exclusiva aos empregados públicos permanentes do CIGA, pelo prazo de até 2 (dois) anos, renovável 1 (uma) vez, por igual período.

§4.º Não terá direito à percepção da gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o empregado que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, como férias, licença para tratamento de saúde e outros, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula ao efetivo exercício de encargo especial.

§5.º Nenhum empregado poderá cumular, mensalmente, mais de uma gratificação pelo desempenho de atividade especial.

- Levar à AG a aprovação da criação de gratificação por titulação, como exposto abaixo, e consequente inserção de um novo artigo ao Estatuto do CIGA, dispondo sobre as gratificações por titulação:

Redação:

Gratificação por Titulação

Art. _____. A gratificação por titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, com observância dos seguintes critérios:

I – 50% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Técnico;

II – 100% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Superior;

III – 66% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por no máximo duas vezes, por ter concluído curso de pós-graduação *lato sensu* (incluindo MBA), em nível de especialização, com carga horária mínima de 360h;

IV – 100% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado;

V – 150% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de doutorado.

§ 1.º. Para fins de aplicação deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos aqueles constantes como requisito para a admissão no emprego público.

§ 2.º. Considera-se titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas.

§ 3.º. O direito à gratificação por titulação é devido a partir do mês seguinte à comprovação, pelo empregado público, da titulação auferida, acompanhada de coeficiente de desempenho satisfatório.

§ 4.º. A gratificação por titulação será concedida por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto e pelo Plano de Carreiras e Salários para a sua concessão.

§ 5.º. É vedada a concessão de gratificação por titulação ao empregado durante o contrato de experiência, período considerado como de avaliação na função.

§ 6º A concessão de gratificação por titulação fica limitada às duas titulações mais vantajosas ao empregado público.

§ 7º Perderá o direito a gratificação por titulação o empregado que não mantiver coeficiente de desempenho satisfatório.

§ 8º A concessão de gratificações por titulação está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

- Levar à AG a aprovação da inserção de um novo artigo ao Estatuto do CIGA, para que seja previsto o ressarcimento de todas as despesas que o empregado público do CIGA tiver, quando a serviço do CIGA;

Redação: Art. Serão ressarcidas as despesas comprovadas com locomoção, alimentação e outros gastos que o empregado, a serviço do CIGA, tiver quando se ausentar da sede administrativa para local diverso.

- Levar à AG a aprovação da alteração da Seção III do Capítulo V do Estatuto do CIGA, para adequá-la ao Plano de Carreiras e Salários proposto:

Nova Redação:

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 71. A mudança do empregado da referência em que se encontra para a imediatamente superior consiste na progressão funcional por merecimento ou por antiguidade, com a movimentação de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, e do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, dentro do mesmo emprego para o qual foi contratado.

Subseção I

Progressão por Merecimento

Art. 72. A progressão por merecimento será concedida a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício do emprego em comissão ou permanente, contados da data de admissão, e intercalada, anualmente, com a progressão por antiguidade.

§1.º. Será concedida progressão por merecimento à razão de 02 (duas) referências salariais imediatamente superiores à anteriormente fixada ao empregado que apresentar coeficiente de desempenho superior a 90% (noventa por cento) nas duas últimas avaliações anuais de desempenho, realizadas durante o período de contagem da referida progressão.

§2.º. Será concedida progressão por merecimento à razão de 01 (uma) referência salarial imediatamente superior à anteriormente fixada ao empregado que apresentar coeficiente de desempenho superior a 80% (oitenta por cento) na última avaliação anual de desempenho, realizada durante o período de contagem da referida progressão.

§3.º. Não será concedida progressão por merecimento nos casos em que o empregado público tenha auferido coeficiente de desempenho inferior a 80% (oitenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses, realizada a avaliação durante o período de contagem da referida progressão.

§4.º. Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de progressão por merecimento, relativo ao período em que o empregado público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§5.º. A progressão por merecimento será concedida por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto e pelo Plano de Carreiras e Salários para sua concessão.

§6.º. Não terá direito a progressão por merecimento o empregado que:

- a) Estiver posicionado no último nível (limite máximo) da faixa salarial do Emprego ocupado no Plano de Gestão de Carreiras e Salários;
- b) Ter recebido advertência durante 1 (um) ano;
- c) Ter recebido suspensão disciplinar durante o interstício de 02 (dois) anos;

d) Ter falta injustificada no período de 1 (um) ano.

§7.º Entende-se por falta injustificada, a ausência integral, não prevista em lei e para a qual não houve deferimento do abono da falta, conforme procedimento interno.

§8.º A progressão por merecimento estará condicionada às condições orçamentárias, podendo não ser efetivada, em caso de falta de recurso.

§9.º A não aplicação da progressão por mérito por falta de recursos orçamentários no ano em que o empregado for elegível a tal progressão, não habilita o empregado para que receba automaticamente a progressão salarial no ano seguinte.

Subseção II

Progressão Por Antiguidade

Art. 73. A progressão por antiguidade será concedida à razão de 01 (uma) referência salarial a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício do emprego em comissão ou permanente, contados da data de admissão, e intercalada, anualmente, com a progressão por merecimento.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, o empregado, ao ser beneficiado pela progressão por antiguidade, passará a ter como salário o valor da referência salarial imediatamente superior à anteriormente fixada.

§ 2º Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de progressão por antiguidade, relativo ao período em que o empregado público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§ 3.º A progressão por antiguidade será concedida por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto e pelo Plano de Carreiras e Salários para sua concessão.

- Levar à AG a aprovação da alteração do artigo 74 do Estatuto do CIGA:

Nova Redação:

Art. 74: Será concedida revisão geral anual de salários aos empregados do CIGA, bem como dos valores referentes às gratificações pelo desempenho de atividades especiais e por titulação e às progressões funcionais por merecimento e por antiguidade, sempre no mês de janeiro de cada ano, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 1.º. A aplicação da revisão geral anual, nos termos do *caput*, está condicionada à expedição de Resolução do Presidente do CIGA.

§ 2.º. A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências que constam das Tabelas de Referências Salariais incluídas no Anexo II deste Estatuto.

- Levar à AG a aprovação da alteração do artigo 76 do Estatuto do CIGA, para incluir, ao final, a expressão 'e demais vantagens, desde que haja disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes':

Nova Redação: Art. 76. Compete ao Conselho de Administração, mediante resolução, aprovar a revisão anual dos valores das indenizações concedidas a título de hospedagem, alimentação e deslocamento, previstas nos Anexos III e IV, bem como dos valores do auxílio alimentação e do auxílio refeição, previstos

no Anexo V, e demais vantagens pecuniárias, desde que haja disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

- Levar à AG a aprovação da alteração do *caput* do artigo 88 do Estatuto do CIGA, para que conste que a Avaliação Periódica de Desempenho dos empregados permanentes será realizada ou por comissão permanente instituída para tal finalidade ou pela respectiva Gerência ou Diretoria:

Nova Redação: Art. 88. A Avaliação Periódica de Desempenho será realizada por comissão permanente instituída para tal finalidade ou pela respectiva Gerência ou Diretoria, para todos os empregados permanentes, aplicando-se questionário e observando-se os seguintes critérios:

- Levar à AG a aprovação da alteração do *caput* do artigo 105 do Estatuto do CIGA, para suprimir a expressão 'de no máximo quatro horas ininterruptas', adequando à realidade do CIGA.

Nova Redação: Art. 105. A jornada normal de trabalho dos empregados do CIGA é de 08 (oito) horas diárias, em turnos matutino e vespertino, perfazendo o total de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo intrajornada de, no mínimo, 01 (uma) hora para alimentação e descanso.

- Levar à AG a aprovação da alteração do Anexo Ido Estatuto do CIGA, adequando a Tabela descritiva dos empregos, especificamente no que toca à 'Referência Salarial Inicial':

ANEXO I

RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS

Denominação	Número de Vagas	Tipo	Referência salarial inicial R\$	Carga Horária semanal
Diretor Executivo	01	Em comissão	12.173	40h
Gerente Administrativo	01	Em comissão	7.940	40h
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Em comissão	7.940	40h
Analista de sistemas	05	Permanente	5.882	40h
Programador	10	Permanente	3.866	40h
Técnico em TI	10	Permanente	2.574	40h
Contador	01	Permanente	5.882	40h
Assistente Administrativo	03	Permanente	2.574	40h
Controlador Interno	01	Permanente	5.882	40h
Assessor Jurídico	01	Permanente	5.882	40h

- Levar à AG a aprovação da alteração do Anexo II do Estatuto do CIGA, adequando a Tabela de referências salariais ao Plano de Carreiras do CIGA:

ANEXO II
TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Tabela Salarial para Empregos Públicos Permanentes:

Analista de Sistemas	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Contador	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Controlador Interno	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Assessor Jurídico	5.882	6.000	6.120	6.242	6.367	6.494	Júnior
	6.624	6.757	6.892	7.030	7.170	7.314	Pleno
	7.460	7.609	7.761	7.916	8.075	8.236	Sênior
	8.401	8.569	8.740	8.915	9.093	9.275	Master
Programador	3.866	3.943	4.022	4.103	4.185	4.268	Júnior
	4.354	4.441	4.530	4.620	4.713	4.807	Pleno
	4.903	5.001	5.101	5.203	5.307	5.413	Sênior
	5.522	5.632	5.745	5.860	5.977	6.096	Master
Técnico em TI	2.574	2.625	2.678	2.732	2.786	2.842	Júnior
	2.899	2.957	3.016	3.076	3.138	3.200	Pleno
	3.264	3.330	3.396	3.464	3.534	3.604	Sênior
	3.676	3.750	3.825	3.901	3.979	4.059	Master
Assistente Administrativo	2.574	2.625	2.678	2.732	2.786	2.842	Júnior
	2.899	2.957	3.016	3.076	3.138	3.200	Pleno
	3.264	3.330	3.396	3.464	3.534	3.604	Sênior
	3.676	3.750	3.825	3.901	3.979	4.059	Master

Tabela Salarial para Empregos Públicos em Comissão:

Diretor Executivo	12.173	12.416	12.664	12.918	13.176	13.439	-
	13.708	13.982	14.262	14.547	14.838	15.135	
	15.438	15.746	16.061	16.383	16.710	17.044	
	17.385	17.733	18.088	18.449	18.818	19.195	
Gerente Administrativo	7.940	8.099	8.261	8.426	8.595	8.766	-

	8.942	9.121	9.303	9.489	9.679	9.872	
	10.070	10.271	10.477	10.686	10.900	11.118	
	11.340	11.567	11.798	12.034	12.275	12.521	
Gerente de TI	7.940	8.099	8.261	8.426	8.595	8.766	-
	8.942	9.121	9.303	9.489	9.679	9.872	
	10.070	10.271	10.477	10.686	10.900	11.118	
	11.340	11.567	11.798	12.034	12.275	12.521	

- Levar à AG a aprovação da alteração do Anexo III do Estatuto do CIGA, para acrescentar, na respectiva Tabela, em conjunto ao Diretor Executivo, Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação, os Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme previsto pela 14ª AG do CIGA, que deu nova redação ao inciso XII do art. 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA; bem como para acrescentar, em conjunto aos demais empregados públicos do CIGA, os membros das Câmaras Técnicas que viajarem ou que se reunirem a serviço do CIGA, indenizando-os de despesas com hospedagem e alimentação (diária), conforme disciplinado pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2017:

ANEXO III

INDENIZAÇÃO DE DESPESAS COM HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO (DIÁRIA)

Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Diretor Executivo, Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação, todos do CIGA.	Cidades de Santa Catarina	260,00
	Cidades de outros estados	395,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	525,00
Demais empregados públicos e membros das Câmaras Técnicas, todos do CIGA.	Cidades de Santa Catarina	250,00
	Cidades de outros estados	375,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	500,00

**1260 - ALTERA LOA 06-2018 - ALT. ORÇAMENTÁRIAS
PREFEITURA**

Publicação Nº 1776114

Lei nº 1260, de 06 de setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELA ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÃO.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 54.997,63 (Cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais com sessenta e três centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
26.782.0011.2017	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
54 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0217	Aplicações Diretas
	R\$ 4.997,63
07.00	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.03	Ensino Fundamental
12.361.0016.2025	Transporte Escolar do Ensino Fundamental
79 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0204	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias;

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
26.782.0011.1009	Modernização do Setor Rodoviário
49 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0217	Aplicações Diretas
	R\$ 4.997,63
07.00	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.03	Ensino Fundamental
12.361.0017.2026	Manutenção do Ensino Fundamental
90 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0204	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00

Art. 3º. – Fica criada e/ou alterada a ação mencionada nesta Lei, constantes da Lei nº. 1218, de 30 de agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1224, de 11 de outubro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 e suas alterações.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 06/setembro/2018.

Giandra Raquel Cavasin

Agente Administrativo

**1261 - ALTERA LOA 07-2018 - ALT. ORÇAMENTÁRIAS
PREFEITURA**

Publicação Nº 1776118

Lei nº 1261, de 12 de setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 1.004.374,81 (um milhão, quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais com oitenta e um centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.01	Diretoria de Promoção Social
08.244.0004.1005	Projetos Sociais e Parcerias Comunitárias
167 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0674	Aplicações Diretas
	R\$ 319.428,00
05.00	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.01	Diretoria de Agricultura
20.606.0008.1006	Modernização Agrícola
166 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0673	Aplicações Diretas
	R\$ 381.604,70
07.00	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO DE DESPORTO
07.09	Setor de Esportes
27.812.0018.1015	Modernização da Estrutura Esportiva
168 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0675	Aplicações Diretas
	R\$ 243.750,00
169 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0676	Aplicações Diretas
	R\$ 59.592,11

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2018 ou 2019, na fonte de recurso vinculada a Transf. FNAS - CTR Repasse 873.989/2018, no valor de R\$ 319.428,00 (Trezentos e dezenove mil quatrocentos e vinte e oito reais); Objeto: - Construção Sede do CRAS.

§ 2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2018 ou 2019, na fonte de recurso vinculada a Transf. MAPA - CTR Repasse 875.047/2018, no valor de R\$ 381.604,70 (Trezentos e oitenta e um mil seicentos e quatro reais com setenta centavos); Objeto: - Aq. de Escavadeira Hidráulica.

§ 3º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2018 ou 2019, na fonte de recurso vinculada a Transf. ME - CTR Repasse 862.547/2017, no valor de R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais); Objeto: - Reforma Ginásio de Esportes Municipal.

§ 4º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2018 ou 2019, na fonte de recurso vinculada a Transf. SEITEC - CTR. 2018TR0893, no valor de R\$ 59.592,11 (cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e dois reais com onze centavos); Objeto: - Pintura Ginásio de Esportes Municipal.

Art. 3º. – Fica criada e/ou alterada a ação mencionada nesta Lei, constantes da Lei nº. 1218, de 30 de agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1224, de 11 de outubro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 e suas alterações e se for necessário, a alteração da legislação orçamentária para o exercício de 2019, compreendendo PPA 2018-2021, LDO-2019 e LOA-2019.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 12/setembro/2018.

Giandra Raquel Cavasin

Agente Administrativo

1262 - ALTERA LOA 08-2018 - ALT ORÇAMENTÁRIAS PREFEITURA E SAÚDE

Publicação Nº 1776121

Lei nº 1262, de 12 de setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.00	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.02	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

08.244.0004.2007	Manutenção das Ações do FMAS
165 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0273	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
128 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0599	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na fonte de recurso vinculado ao FNAS – IGDBF, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 2º. Do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na fonte de recurso vinculado ao PBV - Serv. Conviv. e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ipira, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
12.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10.301.0022.2040	Disponibilização de Medicamentos
53 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0261	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00

Art. 4º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na fonte de recurso vinculado ao SUS – PAB, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 5º. – Fica criada e/ou alterada a ação mencionada nesta Lei, constantes da Lei nº. 1218, de 30 de agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1224, de 11 de outubro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 e suas alterações.

Art. 6º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 12/setembro/2018.

Giandra Raquel Cavasin

Agente Administrativo

1263 - BAIXA DIVIDA ATIVA TRIBUTAÇÃO

Publicação Nº 1776133

Lei nº 1263, de 20 de setembro de 2018.

“Autoriza baixa de Dívida Ativa de contribuinte que especifica.”

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de IPIRA, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 101, V, da Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de dívida ativa da seguinte inscrição e valor:

Nº do Processo Administrativo	Nome	Valor R\$	Motivo da baixa
010/2018	Luis Carlos Casagrande Pneus - ME	7,28	Lançamento indevido de ISSQN – Opção pelo Simples Nacional.

Parágrafo único. O valor da inscrição da dívida ativa que é objeto desta autorização foi apurado através do incluso processo administrativo e a respectiva justificativa de forma resumida, mencionado no quadro acima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira – SC.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 20/setembro/2018.

Giandra Raquel Cavasin

Agente Administrativo

1264 - DESMEMBRAMENTO MELITA BARTZ KOCH E OUTROS

Publicação Nº 1776135

Lei nº 1264, de 20 de setembro de 2018.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS QUE IDENTIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de IPIRA, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 101, V, da Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a aprovar o desmembramento de um terreno urbano sem denominação, objeto da matrícula nº 19469, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal-SC, com área de 4.668,50m² (quatro mil e seiscentos e sessenta e oito vincula cinquenta metros quadrados), situada na Rua Governador Colombo Machado Salles, quadra 19, setor nº 03, centro da cidade de Ipira/SC, dentro dos seguintes limites e confrontações: pela frente com a referida Rua Governador Colombo Machado Salles, na extensão de 42,50m (quarenta e dois virgula cinquenta metros); pelos fundos, com terras de propriedade de Wando Alcido Korb, na extensão de 70,00m (setenta metros); pela lateral direita de quem olha de frente para a rua, confronta com o lote nº 06 (seis), na extensão de 30,00m (trinta metros), e com terras de propriedade de Elsa Kirst, na extensão de 46,00m (quarenta e seis metros), e pela lateral esquerda com terras de propriedade de Emma Burghausen, na extensão de 90,00m (noventa metros), De acordo com o mapa anexo a este Projeto de Lei, assinado pelos proprietários Melita Bartz Koch, Claudinéia Koch Moraes, Claudio Marcelo Koch, Claudiana Koch e outros, e pelo Engenheiro Gilberto Jurandir Grezele, registrado no CREA/SC sob nº 137105-0.

§ 1º Área Total A Desmembrar de 4.668,50m² (quatro mil e seiscentos e sessenta e oito vincula cinquenta metros quadrados). Com as seguintes descrições:

a) Lote 01 – 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados)

Inicia-se a descrição desta área com os seguintes limites e confrontações: Pela FRENTE (de quem olha do lote para a Rua), confronta com a referida Rua Governador Colombo Machado Salles, na extensão de 13,00m; pelo lado ESQUERDO, confronta com o lote de propriedade de Emma Burghausen, na extensão de 25,71m; pelos FUNDOS confronta com Área Remanescente, na extensão de 14,97m; pelo lado DIREITO confronta com a Área a Desmembrar 02, na extensão de 25,70m.

b) Lote 02 – 389,05m² (trezentos e oitenta e nove metros e cinco centímetros quadrados).

Inicia-se a descrição desta área com os seguintes limites e confrontações: Pela FRENTE (de quem olha do lote para a Rua), confronta com a referida Rua Governador Colombo Machado Salles, na extensão de 13,00m; pelo lado ESQUERDO, confronta com Área a Desmembrar 01, na extensão de 25,71m, e com a Área Remanescente, na extensão de 4,25m; pelos FUNDOS confronta com Área Remanescente, na extensão de 13,00m; pelo lado DIREITO confronta com a Área Remanescente, na extensão de 29,95m.

c) Área Remanescente de 3.919,45 m² (três mil novecentos e dezenove metros e quarenta e cinco centímetros quadrados).

Inicia-se a descrição desta área com os seguintes limites e confrontações: Pela FRENTE (de quem olha do lote para a Rua), confronta com a referida Rua Governador Colombo Machado Salles, na extensão de 16,50m; pelo lado ESQUERDO, confronta com a Área a Desmembrar 02, com linhas de 29,95m, 13,00m, 4,25m, com a Área a Desmembrar 01, na extensão de 14,97m, com Emma Burghausen na extensão de 64,29m; pelos FUNDOS confronta com o lote de propriedade de Wando Alcido Korb, na extensão de 70,00m; pelo lado DIREITO confronta com o lote nº 06, na extensão de 30,00m, e com o lote de propriedade de Elsa Kirst, na extensão de 46,00m.

§ 2º Faz parte desta Lei, o mapa anexo, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Memorial Descrito, assinado pelos proprietários e pelo Técnico em Edificações e em Agrimensura Gilberto Jurandir Grezele, registrado no CREA/SC sob nº 137105-0.

Art. 2º No Prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, a contar desta data, os proprietários pela via legal deverão submeter o presente Projeto de Desmembramento ao Registro Imobiliário, nos termos da Lei Federal nº 6.766 que Dispõe SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de 19 de dezembro de 1.979 e Lei Complementar 152, de 11 de junho de 2014, “Dispõe sobre o parcelamento e o desmembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 20/setembro/2018.

Giandra Raquel Cavasin

Agente Administrativo

1265 - PROJETO DE LEI - LDO - 2019

Publicação Nº 1776136

Lei nº 1265, de 11 de outubro de 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2019 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Ipira.

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal – CF/88, c/c o art. 130, § 2º, da Lei Orgânica Municipal/90, são estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município para 2019, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições sobre as despesas com pessoal;
- VI – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração municipal são aquelas constantes nos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O Anexo de Prioridades e Metas conterá, no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º Havendo variação da receita, positiva ou negativa em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante Decreto, o anexo I – Prioridades e Metas, no que diz respeito:

I – À ampliação ou diminuição das metas propostas;

II – À adequação da denominação dos programas, das ações, do produto e da unidade de medida;

III – À transferência de ações entre programas;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo além dos Fundos Municipais, e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com os Anexos e normas definidos pela legislação vigentes.

§ 1º Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º O QDD poderá ser detalhado em nível de modalidade e alterado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º A mensagem que encaminhar o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para 2019 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, poderão os demonstrativos de receitas e despesas constantes no Anexo II desta Lei, ser atualizados quando da elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos”, “inversões financeiras”.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LC nº 101/2000.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo III desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de 2018 ou dos anos anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2019 conterà Reserva de Contingência, limitada até a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, tais como: sentenças judiciais ou trabalhistas, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até trinta dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2019 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos a entidades beneficiará aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, desportivo, cultural, cooperativo, associativo ou filantrópico, entre elas:

I – de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, ou estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e/ou Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, entre elas:

a) Sociedade Beneficente Piratuba / Ipira;

b) Beneficência Camiliana do Sul / Hospital São Francisco.

II – vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – de atendimento direto ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental;

IV – voltadas à proteção ambiental;

V – de atenção à criança e ao adolescente, à mulher ou ao idoso;

VI – signatárias de contrato de gestão com a administração municipal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

VII – consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração municipal e que participem da execução de programas de saúde;

VIII – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 ou reconhecidas como de utilidade pública, entre elas:

a) Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários;

b) instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipira – APAE;

d) Associação de Acadêmicos de Ipira e ou instituições de ensino superior;

IX – qualificadas como entidades representativas de atividades, classes ou categorias profissionais ou econômicas, entre elas, Câmara de Diretores Lojistas - CDL;

X – entidades representativas dos municípios ou voltadas ao aperfeiçoamento da administração pública e ao fortalecimento dos municípios, assim entendidas a associação, a federação e a confederação de municípios, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e outros;

XI – dedicadas à promoção e desenvolvimento do esporte, à difusão cultural, à promoção do turismo e ao combate e prevenção ao uso de drogas, entre elas a AMULBI;

XII – associações de moradores e organizações rurais e urbanas.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento dos recursos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos definidos na Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e pelo Sistema de Controle Interno do Município.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas nos prazos e forma estabelecidos nos termos de colaboração, de fomento, de cooperação e convênios.

§ 3º Ficam ressalvadas as transferências destinadas ao cumprimento de termos de colaboração, de fomento, de cooperação e convênios em vigor ou que venham a ser renovados e para organismos dos quais o Município integre sob qualquer forma.

Art.16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. A LOA para 2019 poderá conter autorização para:

I – abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de um terço do montante total das despesas orçadas, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos entre categorias econômicas e programas, através de decreto, até o limite de um terço do montante total das despesas orçadas.

III – realizar mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de um mesmo programa.

IV – realizar mediante decreto, a reabertura de créditos orçamentários relativos a convênios firmados e não aplicados no exercício anterior.

Art. 21. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, “e” e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, até sete dias após a publicação desta Lei, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2019, conforme determina o art. 100, § 5º, da CF/88, discriminada por entidade da administração, especificando:

I – número da ação originária;

II – número do precatório;

III – tipo de causa julgada;

IV – data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V – nome do beneficiário; e

VI – valor do precatório a ser pago.

§ 1º A inclusão de recursos na LOA para 2019, para pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/88, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I – nos precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até dez parcelas iguais e anuais sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 100 (cem) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

II – os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em duas parcelas iguais e anuais sucessivas;

III – a atualização e juros serão na forma estabelecida no art. 100, § 12, da Constituição Federal.

§ 2º As Requisições de Pequeno Valor – RPV, com valor previsto no art. 97, § 12, do Ato das Disposições Constitucionais – ADCT, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias, dispensando-se a requisição de precatório.

Art. 24. Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I – comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública direta e a Secretaria de Administração e Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos os limites da Resolução nº 43/2001 e alterações posteriores do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito em 2019 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/88 e os arts. 31 a 43 da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada e ao resultado nominal, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA DE PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/88, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração acima da inflação, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Fica autorizada, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2001, a revisão geral, inclusive, incluir as perdas salariais das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30. Fica autorizada a cessão de servidores com ônus para o Município, a órgãos da administração direta e indireta dos Governos Federal e Estadual, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 31. No exercício de 2019, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o Secretário de Administração e Finanças.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/88 e nos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LC nº 101/2000, a contratação de mão-de-obra para execução de funções e atividades finalísticas do ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Ipira ou, ainda, atividades próprias da administração municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

§ 1º O desconto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da Contribuição de Melhoria em cota única, observará a previsão do Código Tributário Municipal, art. 161.

§ 2º Em caso de recolhimento parcelado do IPTU, será dividido em seis parcelas mensais, sem acréscimo de encargos, exceto se houver a variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR municipal.

§ 3º Em caso de recolhimento parcelado da Contribuição de Melhoria, poderá ser dividida em até 24 parcelas mensais, conforme definido em ato do Poder Executivo Municipal, sem acréscimo de encargos, exceto se houver, a variação da UFIR municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LC nº 101/2000, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo II desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Art. 39. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 40. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2018, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Sistema de Controle Interno do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais que serão objeto de alienação.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com as entidades definidas no art. 15 da presente Lei, com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto na Lei Orgânica e no § 2º do art. 116, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 11/outubro/2018.

Giandra Raquel Cavasin
Agente Administrativo

1266 - DESMEMBRAMENTO AIRTON CARLOS DA COSTA E OUTROS - LOTES

Publicação Nº 1776159

Lei nº 1266, de 17 de outubro de 2018.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS QUE IDENTIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Prefeito Municipal de IPIRA, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 101, V, da Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a aprovar o desmembramento de área urbana de propriedade do senhor Ingrid Grosser da Costa, Airton Carlos da Costa, Max Grosser, Gilda Salomone Grosser, e Lurdes Ana Hanauer, terreno urbano sem denominação, situado a Rua 15 de Agosto, na quadra nº 64, setor, centro, desta cidade de Ipira SC, matrícula nº 24.186, com área de 9.207,27m² (nove mil duzentos e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: partindo do vértice 01, segue confrontando com a Rua 15 de Agosto com o ângulo de 83°17'48" e a distancia de 114,62m, até o vértice 02. Deste segue confrontando com a Rua Theolina Bender Roesler, com o ângulo de 101°4'30" e a distancia de 113,64m, até o vértice 03. Deste segue confrontando com o Lajeado dos Pintos com ângulo de 57°6'59" e a distancia de 144,80m em linhas quebradas, até o vértice 04. Deste segue confrontando com o imóvel da matrícula 24.125, de propriedade de Luis Baldissera e outros, com o ângulo 98°5'25" e a distancia de 51,10m, até o vértice 01, inicio da descrição, conforme mapa anexo ao projeto de Lei, assinado pelos proprietários e pelo Engenheiro Agrimensor Roger Cerutti, registrado no CREA/SC sob Nº 082.910-4-SC.

§ 1º Quadro De Áreas - Matrícula 24.186

Área Total Existente 9.207,270m²

Lotes Área Útil Área Non Aedificandi Área Total
01 1.107,499m² 606,861m² 1.714,360m²
02 1.252,268m² 969,792m² 2.222,060m²
03 1.030,708m² 903,649m² 1.934,357m²
04 486,777m² 416,675m² 903,452m²
05 442,653m² 431,812m² 874,465m²
06 363,511m² 419,582m² 783,093m²
07 361,511m² 413,972m² 775,483m²

Área Total A Desmembrar 9.207,270m²

Lote 01 - Área 1.714,360m² (um mil setecentos e quatorze metros e trezentos e sessenta centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 77°11'46" e distância de 16,072 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando a Rua Theolina Bender Roesler, com o ângulo de 101°04'30" e distância de 113,640m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 57°06'59" e distância de 17,550 m até o vértice -V-0004, deste, segue confrontando com o Lote 02, com o ângulo de 129°34'33" e distância de 108,434 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 1.107,499m² (um mil cento e sete metros e quatrocentos e noventa e nove centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 77°11'46" e distância de 16,072 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando a Rua Theolina Bender Roesler, com o ângulo de 101°04'30" e distância de 77,447 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com a Área Non Aedificandi - Lote 01, com o ângulo de 44°01'57" e distância de 21,077 m até o vértice -V-0004, deste, segue confrontando com o Área Útil - Lote 02, com o ângulo de 130°37'22" e distância de 66,394 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 606,861m² (seiscentos e seis metros e oitocentos e sessenta e um centímetros quadrados) :

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Área Útil - Lote 01, com o ângulo de 49°22'38" e distância de 21,077 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando a Rua Theolina Bender Roesler, com o ângulo de 135°58'3" e distância de 36,193 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 57°06'59" e distância de 17,550 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 02, com o ângulo de 129°34'33" e distância de 42,040 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Lote 02 - Área Total 2.222,060m² (dois mil duzentos e vinte e dois metros e sessenta centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 86°8'7" e distância de 16,980 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 01, com o ângulo de 102°48'14" e distância de 108,434 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos com o ângulo de 44°50'28" e distância de 38,115 m até o vértice -V-0004, deste, segue confrontando com Área Total - Lote 03, com o ângulo de 119°4'25" e distância de 85,561 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 1.252,268m² (um mil duzentos e cinquenta e dois metros e duzentos e sessenta e dois centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 86°8'7" e distância de 16,980 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 01, com o ângulo de 102°48'14" e distância de 66,394 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 03, com o ângulo de 49°22'38" e a distância de 30,823m até o vértice -V-0004, deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 03, com o ângulo de 114°57'8" e distância de 52,412 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 969,792m² (novecentos e sessenta e nove metros e setecentos e noventa e dois centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 02, com o ângulo de 65°2'52" e distância de 30,823 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 01, com ângulo de 130°37'22" e distância de 42,040m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos com o ângulo de 44°50'28" e distância de 38,115 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 03, com o ângulo de 119°4'25" e distância de 33,149m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Lote 03 – Área Total 1.934,357m² (um mil novecentos e trinta e quatro metros e trezentos e cinquenta e sete centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 97°29'56" e distância de 18,000 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 02, com o ângulo de 93°51'53" e distância de 85,561 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 64°33'26" e distância de 36,213 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 04, com ângulo de 119°52'38" e distância de 71,661 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 1.030,708m² (um mil trinta metros e setecentos e oito centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 97°29'56" e distância de 18,000 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 02, com o ângulo de 93°51'53" e distância de 52,412 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Área Non Aedificandi - Lote 03, com ângulo de 65°3'36" e distância de 30,228 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 04, com ângulo de 107°26'39" e distância de 38,691 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 903,649m² (novecentos e três metros e seiscentos e quarenta e nove centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 03, com ângulo de 72°33'21" e distância de 30,228m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 02, com o ângulo de 114°57'8" e distância de 33,149 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 64°33'26" e distância de 36,213 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 04 com o ângulo de 119°52'38" e distancia de 32,970 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Lote 04 - Área Total 903,452m² (novecentos e três metros e quatrocentos e cinquenta e dois centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 96°37'15" e distância de 14,000 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 03, com o ângulo de 82°30'4" e distância de 71,661 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 59°15'35" e distância de 14,125 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 05, com ângulo de 108°19'19" e distância de 64,266 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 486,777m² (quatrocentos e oitenta e seis metros e setecentos e setenta e sete centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 96°37'15" e distância de 14,000 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 03, com o ângulo de 82°30'4" e distância de 38,691 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 04, com ângulo de 72°33'21" e distância de 13,960 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 05, com ângulo de 106°20'50" e distância de 32,876 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 416,675m² (quatrocentos e dezesseis metros e seiscentos e setenta e cinco centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 04, com ângulo de 73°39'10" e distância de 13,960 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 03, com ângulo de 107°26'39" e distância de 32,970 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 59°15'35" e distância de 14,125 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 05, com ângulo de 108°19'19" e distância de 31,390 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Lote 05 - Área Total 874,465m² (oitocentos e setenta e quatro metros e sessenta e cinco centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 98°8'51" e distância de 14,558 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 04, com o ângulo de 83°22'45" e distância de 64,266 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando como Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 72°36'58" e distância de 13,000 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 06, com os seguintes ângulos e distâncias: 111°14'50" e 32,054 m até o vértice -V-0005; 103°23'29" e 26,885 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 442,653m² (quatrocentos e quarenta e dois reais e seiscentos e cinquenta e três centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 98°8'51" e distância de 14,558 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 04, com o ângulo de 83°22'45" e distância de 32,876 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 05, com ângulo de 73°39'10" e distância de 15,780 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 06, com ângulo de 103°23'29" e distância de 26,885 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 431,812m² (quatrocentos e trinta e um metros e oitocentos e dose centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 05, com ângulo de 70°10'56" e distância de 15,780 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 04, com ângulo de 106°20'50" e distância de 31,390 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando como Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 72°36'58" e distância de 13,000 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 06, com o ângulo de 111°14'50" e distancia de 32,054 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Lote 06 - Área Total 783,093m² setecentos e oitenta e três metros e noventa e três centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 97°26'2" e distância de 15,198 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com o Área Total - Lote 05, com o ângulo de 81°51'9" e distância de 26,885 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 05, com ângulo de 109°49'4" e distância de 32,054 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 69°2'41" e distância de 12,935 m até o vértice -V-0005; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 07, com o ângulo de 113°57'4" e distancia de 31,702 m até o vértice -V-0006;

deste, segue confrontando com Área Total - Lote 07, com ângulo de 93°52'53" e distância de 22,274 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 363,511m² (trezentos e sessenta e três metros e quinhentos e onze centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 97°26'2" e distância de 15,198 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com o Área Útil - Lote 05, com o ângulo de 81°51'9" e distância de 26,885 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 06, com ângulo de 76°36'31" e distância de 14,988 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 07, com ângulo de 93°52'53" e distância de 22,274 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 419,582m² (quatrocentos e dezenove metros e quinhentos e oitenta e dois centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 06, com ângulo de 76°16'21" e distância de 14,998 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 05, com ângulo de 109°49'4" e distância de 32,054 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 69°2'41" e distância de 12,935 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 07, com o ângulo de 113°57'4" e distância de 31,702 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Lote 07 - Área Total 775,483m² (setecentos e setenta e cinco metros e quatrocentos e oitenta e três centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 83°17'48" e distância de 19,812 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 06, com o ângulo de 82°33'58" e distância de 22,274 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Total - Lote 06, com ângulo de 103°43'39" e distância de 31,702 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 69°7'0" e distância de 12,862 m até o vértice -V-0005; deste, segue confrontando com Parte Lote Rural nº 448, de Luis Baldissera e Arlete Maria Dambroz Baldissera, Matrícula 24.125, com o ângulo de 98°05'25" e distância de 51,100 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Útil 361,511m² (trezentos e sessenta e um metro e quinhentos e onze centímetros quadrados):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com a Avenida XV de Agosto, com o ângulo de 83°17'48" e distância de 19,812 m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 06, com o ângulo de 82°33'58" e distância de 22,274 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 7, com o ângulo de 86°7'7" e distância de 14,783 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Parte Lote Rural nº 448, de Luis Baldissera e Arlete Maria Dambroz Baldissera, Matrícula 24.125, com o ângulo de 103°11'9" e distância de 20,188 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Non Aedificandi 413,972m² (quatrocentos e treze metros e novecentos e setenta e dois centímetros):

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -V-0001; deste, segue confrontando com Área Útil - Lote 07, com ângulo de 76°48'51" e distância de 14,783m até o vértice -V-0002; deste, segue confrontando com Área Non Aedificandi - Lote 06, com ângulo de 103°43'39" e distância de 31,702 m até o vértice -V-0003; deste, segue confrontando com o Lajeado dos Pintos, com o ângulo de 69°7'0" e distância de 12,862 m até o vértice -V-0004; deste, segue confrontando com Parte Lote Rural nº 448, de Luis Baldissera e Arlete Maria Dambroz Baldissera, Matrícula 24.125, com o ângulo de 98°05'25" e distância de 30,912 m até o vértice -V-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 2º Faz parte deste Projeto Lei o Mapa e o Memorial Descritivo, assinado pelos proprietários e pelo Engenheiro Agrimensor Roger Cerutti, registrado no CREA/SC sob Nº 082.910-4-SC.

Art. 2º No Prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, a contar desta data, os proprietários pela via legal deverão submeter o presente Projeto de Desmembramento ao Registro Imobiliário, nos termos da Lei Federal nº 6.766 que Dispõe SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, de 19 de dezembro de 1.979 e Lei Complementar 152, de 11 de junho de 2014, "Dispõe sobre o parcelamento e o desmembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 17/outubro/2018.

Giandra Raquel Cavasin

Agente Administrativo

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 092/2018

Publicação Nº 1775463

Extrato Contrato 092/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e Caibi Empreendimentos Ltda

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO E PEDRA JUNTO A UNIDADE ESCOLAR EMEI CRIANÇA FELIZ, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO E ORÇAMENTO,

Processo Administrativo: 129/2018

Tomada de Preços nº 014/2018

Valor Total R\$ 183.532,79

Vigência: 17.10.2018 a 15.04.2019

Data: 17.10.2018

Alexandre E. Ruscheinsky – Prefeito Municipal em exercício

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 491/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776251

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 69/2009, que Altera vagas, carga horária e cria cargos do quadro de pessoal de provimento efetivo do município de Ipumirim- SC. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2928-9, SUELEN MAIARA HEEMANN, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.216.833 e do CPF 086.712.589-63, para o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde - CLT, , constante no , nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Programa de Saúde na Família.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17/10/2018.

Ipumirim - SC, 17 de outubro de 2018.

Hildo Carlos Sabadin

Prefeito em Exercício.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2018,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2018/FMS

Publicação Nº 1775812

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2018

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de serviços médicos em Posto de Saúde(atendimento em caráter de urgência e emergencial, consultas), destinado ao atendimento á pacientes do Município de Ipumirim, sendo 20 (vinte) horas semanais.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/10/2018

VALDIR ZANELLA

GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2018,PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018/PM

Publicação Nº 1775519

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2018

HILDO CARLOS SABADIN - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 31/10/2018, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 31/10/2018. Objeto da licitação: Aquisição de caminhão novo zero km ano 2018/2019, com atualização de recurso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Território Rurais,conforme contrato de repasse OGU nº 873016/2018, operação 1059369-79, conforme descrições do anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 17/10/2018

HILDO CARLOS SABADIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 84, PP Nº 39-2018-PM

Publicação Nº 1775576

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2018 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2018 Data do Processo: 27/09/2018
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 54/2018 (Sequência: 4)

Ao(s) 11 de Outubro de 2018, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 84/2018, Licitação nº 39/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês outubro de 2018, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudécir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Joclene Gondoni Caliani, designados pelo Decreto nº 2265/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: DOURADO MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA, CONCRETOS BASSO LTDA, EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP e BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº GEDIEL LONGO procurador da empresa DOURADO MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA, o Srº EDERSON JOSE DALLAZEN procurador da empresa CONCRETOS BASSO LTDA, o Srº ILSON EVANGELISTA sócio proprietário da empresa EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP e o Srº VALMIR PATZLAFF sócio proprietário da empresa BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte o Pregoeiro deu início assim a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas que serão rubricadas pelos presentes e anexadas junto aos autos. Porém o representante da empresa DOURADO MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA pediu a desclassificação do item 12 por ter preenchido a proposta com valor abaixo do praticado do mercado. A empresa DOURADO MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA residente na Linha Três Seções Dourado S/N lote 25 Interior, cidade de Erechim - RS, apresentou a Declaração que a retirada do material, será fornecido pela empresa KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, localizada na ROD. SC 283 KM 15, BAIRRO FRAGOSOS, CIDADE DE CONCÓRDIA -SC. No item 10 da proposta não houve nem uma empresa interessa da em cotar, ficando deserto o referido item. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

Participante: 9838 - BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtd Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	BRITA Nº 2	Mt³	1.500,00		0,0000	34,00	51.000,00
Obs: A brita nº 2 serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							
13	Pedra britada marroada (Rachão)	Mt³	300,00		0,0000	29,50	8.850,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							

Total do Participante ———> 59.850,00

Participante: 10152 - EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtd Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	200,00	EVANGELISTA	0,0000	62,60	12.520,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.							

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2018 Data do Processo: 27/09/2018
	Folha: 2/3

Participante: 10152 - EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	400,00	EVANGELISTA	0,0000	21,30	8.520,00
4	Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro de comprimento com 2 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	20,00	EVANGELISTA	0,0000	179,00	3.580,00
5	Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comprimento com armações de ferro dupla, com carga mínima de fissura e de ruptura conforme Classe PA3, definida pela NBR 8890/03. Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega.	UN	30,00	EVANGELISTA	0,0000	576,00	17.280,00
6	Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	500,00	EVANGELISTA	0,0000	24,80	12.400,00
Total do Participante ———>							54.300,00

Participante: 10331 - DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Pedra Britada mista (limpa), produzida com 30% brita 2, 30% brita nº 1, 20% de pedrisco e 20% pó de brita Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.	Mt³	1.000,00	KERBERMIX	0,0000	32,90	32.900,00
9	Brita nº 1 Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.	Mt³	1.000,00	KERBERMIX	0,0000	33,80	33.800,00
Total do Participante ———>							66.700,00

Participante: 10332 - CONCRETO BASSO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	500,00	BASSO	0,0000	36,60	18.300,00
11	Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2 Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	100,00	BASSO	0,0000	192,50	19.250,00
Total do Participante ———>							37.550,00
Total Geral ———>							218.400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 39/2018 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 84/2018
Data do Processo: 27/09/2018

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Outubro de 2018

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- - Equipe de Apoio

RELATÓRIO DE LANCES DO PL N° 84, PP N° 39-2018-PM

Publicação N° 1775579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 1/5
 Data: 17/10/2018

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 84/2018

Data de Abertura: 11/10/2018

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

ITEM: 1 - Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro

Código	Classificados	
10332	CONCRETO BASSO LTDA	CNPJ: 05.893.163/0001-64
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	CONCRETO BASSO LTDA	64,0000	11/10/2018 09:12:22
1	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	63,9500	11/10/2018 09:12:22
2	CONCRETO BASSO LTDA	63,5000	11/10/2018 09:13:34
2	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	63,4000	11/10/2018 09:13:39
3	CONCRETO BASSO LTDA	63,3000	11/10/2018 09:13:44
3	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	63,2000	11/10/2018 09:13:49
4	CONCRETO BASSO LTDA	63,1000	11/10/2018 09:13:54
4	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	63,0000	11/10/2018 09:13:58
5	CONCRETO BASSO LTDA	62,9000	11/10/2018 09:14:07
5	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	62,8000	11/10/2018 09:14:12
6	CONCRETO BASSO LTDA	62,7000	11/10/2018 09:14:23
6	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	62,6000	11/10/2018 09:14:27
7	CONCRETO BASSO LTDA	Desistiu 62,7000	11/10/2018 09:14:31

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP pelo valor de R\$ 62,6000 (sessenta e dois reais e sessenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

-

CONCRETO BASSO LTDA

-

ITEM: 2 - Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro

Código	Classificados	
10332	CONCRETO BASSO LTDA	CNPJ: 05.893.163/0001-64
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	38,0000	11/10/2018 09:14:41
1	CONCRETO BASSO LTDA	37,0000	11/10/2018 09:14:41
2	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	36,9500	11/10/2018 09:14:57
2	CONCRETO BASSO LTDA	36,8000	11/10/2018 09:15:04
3	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	36,7000	11/10/2018 09:15:09
3	CONCRETO BASSO LTDA	36,6000	11/10/2018 09:15:13
4	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	Desistiu 36,7000	11/10/2018 09:15:19

Foi declarado vencedor do item 2 deste Pregão o fornecedor CONCRETO BASSO LTDA pelo valor de R\$ 36,6000 (trinta e seis reais e sessenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

-

CONCRETO BASSO LTDA

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMPágina: 2/5
Data: 17/10/2018**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 84/2018 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO	Data de Abertura: 11/10/2018
--	------------------------------

ITEM: 3 - Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro

Código	Classificados		
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	21,3000	11/10/2018 09:15:30

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

-

ITEM: 4 - Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro

Código	Classificados		
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	179.0000	11/10/2018 09:15:52

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

-

ITEM: 5 - Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comp.

Código	Classificados		
10332	CONCRETO BASSO LTDA	CNPJ: 05.893.163/0001-64	
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	580,0000	11/10/2018 09:16:03
1	CONCRETO BASSO LTDA	577,0000	11/10/2018 09:16:03
2	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	576,0000	11/10/2018 09:16:24
2	CONCRETO BASSO LTDA	Desistiu 577,0000	11/10/2018 09:16:45

Foi declarado vencedor do item 5 deste Pregão o fornecedor EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP pelo valor de R\$ 576,0000 (quinhentos e setenta e seis reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP

-

CONCRETO BASSO LTDA

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 3/5
 Data: 17/10/2018

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 84/2018 Data de Abertura: 11/10/2018
 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

ITEM: 6 - Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro

Código	Classificados		
10332	CONCRETO BASSO LTDA	CNPJ: 05.893.163/0001-64	
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	EVANGELISTAARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	25,5000	11/10/2018 09:16:53
1	CONCRETO BASSO LTDA	25,0000	11/10/2018 09:16:53
2	EVANGELISTAARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	24,9000	11/10/2018 09:17:17
2	CONCRETO BASSO LTDA	24,8500	11/10/2018 09:17:25
3	EVANGELISTAARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	24,8000	11/10/2018 09:17:29
3	CONCRETO BASSO LTDA	Desistiu 24.8500	11/10/2018 09:17:33

Foi declarado vencedor do item 6 deste Pregão o fornecedor EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP pelo valor de R\$ 24,8000 (vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -
 EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP -
 CONCRETO BASSO LTDA -

ITEM: 7 - Tubos de concreto com 2metro de diâmetro X 1mt de compriment

ITEM: 8 - Pedra Britada mista (limpa)

Código	Classificados		
9838	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	CNPJ: 21.157.133/0001-46	
10331	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ: 16.941.208/0001-45	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	39,6000	11/10/2018 09:17:40
1	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	36,0000	11/10/2018 09:17:40
2	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	35,0000	11/10/2018 09:17:54
2	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	34,5000	11/10/2018 09:18:11
3	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	34,0000	11/10/2018 09:18:14
3	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	33,5000	11/10/2018 09:18:19
4	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	33,4000	11/10/2018 09:18:27
4	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	33,0000	11/10/2018 09:18:33
5	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	32,9000	11/10/2018 09:18:38
5	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	Desistiu 33,0000	11/10/2018 09:18:44

Foi declarado vencedor do item 8 deste Pregão o fornecedor DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA pelo valor de R\$ 32,9000 (trinta e dois reais e noventa centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -
 BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP -
 DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA -

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 4/5
 Data: 17/10/2018

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 84/2018 Data de Abertura: 11/10/2018
 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

ITEM: 9 - Brita nº 1

Código	Classificados	
9838	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	CNPJ: 21.157.133/0001-46
10331	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ: 16.941.208/0001-45

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	39,6000	11/10/2018 09:18:53
1	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	36,0000	11/10/2018 09:18:53
2	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	35,5000	11/10/2018 09:19:04
2	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	35,0000	11/10/2018 09:19:06
3	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	34,5000	11/10/2018 09:19:11
3	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	34,0000	11/10/2018 09:19:15
4	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	33,8000	11/10/2018 09:19:21
4	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	Desistiu 34,0000	11/10/2018 09:19:26

Foi declarado vencedor do item 9 deste Pregão o fornecedor DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA pelo valor de R\$ 33,8000 (trinta e três reais e oitenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -
 BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP -
 DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA -

ITEM: 10 - Tubo de concreto Arm 60 x100- CA1

ITEM: 11 - Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2

Código	Classificados	
10332	CONCRETO BASSO LTDA	CNPJ: 05.893.163/0001-64
10152	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP	CNPJ: 80.119.514/0001-08

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	CONCRETO BASSO LTDA	196,0000	11/10/2018 09:22:42
1	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	196,0000	11/10/2018 09:22:42
2	CONCRETO BASSO LTDA	195,0000	11/10/2018 09:23:06
2	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	194,0000	11/10/2018 09:23:08
3	CONCRETO BASSO LTDA	193,5000	11/10/2018 09:23:13
3	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	193,0000	11/10/2018 09:23:16
4	CONCRETO BASSO LTDA	192,5000	11/10/2018 09:23:21
4	EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EP	Desistiu 193,0000	11/10/2018 09:23:23

Foi declarado vencedor do item 11 deste Pregão o fornecedor CONCRETO BASSO LTDA pelo valor de R\$ 192,5000 (cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO -
 EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP -
 CONCRETO BASSO LTDA -

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMPágina: 5/5
Data: 17/10/2018**Histórico do Pregão (Lances/Item)**Processo/Ano: 84/2018
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 11/10/2018

ITEM: 12 - BRITA Nº 2

Código	Classificados	
9838	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	CNPJ: 21.157.133/0001-46
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)
1	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	36,0000
2	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	34,0000

Foi declarado vencedor do item 12 deste Pregão o fornecedor BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP pelo valor de R\$ 34,0000 (trinta e quatro reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

-

ITEM: 13 - Pedra britada marroada (Rachão)

Código	Classificados	
9838	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	CNPJ: 21.157.133/0001-46
10331	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ: 16.941.208/0001-45
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)
1	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	30,0000
1	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	30,0000
2	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	29,9000
2	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	29,5000
3	DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	Desistiu 29,9000

Foi declarado vencedor do item 13 deste Pregão o fornecedor BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP pelo valor de R\$ 29,5000 (vinte e nove reais e cinquenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

-

BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

-

DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

-

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 17, DL N° 8-2018-FMS

Publicação N° 1775823

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 8/2018 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2018 Data do Processo: 17/10/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do F. M. De Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2018
b) Licitação Nr.: 8/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 17/10/2018
e) Objeto da Licitação: contratação de serviços médicos em Posto de Saúde(atendimento em caráter de urgência e emergencial, consultas), destinado ao atendimento á pacientes do Município de Ipumirim, sendo 20 (vinte) horas semanais.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

SERVIÇOS MEDICOS ALEXANDRE KOERCH LTDA EPP (7534)

1 contratação de serviços médicos em Posto de Saúde(atendimento em caráter de urgência e emergencial, consultas), destinado ao atendimento á pacientes do Município de Ipumirim, sendo 20(vinte) horas semanais.	UN	1,00	0,0000	9.229,12	9.229,12
Total do Fornecedor:					9.229,12
Total Geral:					9.229,12

Ipumirim, 17 de Outubro de 2018.

VALDIR ZANELLA
GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 84, PP Nº 39-2018-PM

Publicação Nº 1775577

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2018 Data do Processo: 27/09/2018 Folha: 1/3
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, HILDO CARLOS SABADIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 84/2018
b) Licitação Nr.: 39/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 17/10/2018
e) Objeto da Licitação: o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto.(%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP (9838)

12	BRITA Nº 2	M³	1.500,00	0,0000	34,00	51.000,00
----	------------	----	----------	--------	-------	-----------

Obs: A brita nº 2 serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.

13	Pedra britada marroada (Rachão)	M³	300,00	0,0000	29,50	8.850,00
----	-----------------------------------	----	--------	--------	-------	----------

Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.

Total do Fornecedor: 59.850,00

CONCRETO BASSO LTDA (10332)

2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	500,00	0,0000	36,60	18.300,00
---	---	----	--------	--------	-------	-----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brinquentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: BASSO

Ipumirim, 17 de Outubro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2018 Data do Processo: 27/09/2018
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CONCRETO BASSO LTDA (10332)

11	Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2	UN	100,00	0,0000	192,50	19.250,00
----	--------------------------------------	----	--------	--------	--------	-----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: BASSO

Total do Fornecedor: 37.550,00

DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (10331)

8	Pedra Britada mista (limpa), produzida com 30% brita 2, 30% brita nº 1, 20% de pedrisco e 20% pó de brita	Mt³	1.000,00	0,0000	32,90	32.900,00
---	--	-----	----------	--------	-------	-----------

Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada.
A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBERMIX

9	Brita nº 1	Mt³	1.000,00	0,0000	33,80	33.800,00
---	------------	-----	----------	--------	-------	-----------

Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada.
A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBERMIX

Total do Fornecedor: 66.700,00

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP (10152)

1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	200,00	0,0000	62,60	12.520,00
---	--	----	--------	--------	-------	-----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: EVANGELISTA

3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	400,00	0,0000	21,30	8.520,00
---	--	----	--------	--------	-------	----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: EVANGELISTA

4	Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro de comprimento com 2 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.	UN	20,00	0,0000	179,00	3.580,00
---	--	----	-------	--------	--------	----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: EVANGELISTA

Ipumirim, 17 de Outubro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 39/2018 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 84/2018
Data do Processo: 27/09/2018

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-EPP (10152)**

- 5 Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comprimento com armações de ferro dupla, com carga mínima de fissura e de ruptura conforme Classe PA3, definida pela NBR 8890/03. UN 30,00 0,0000 576,00 17.280,00

Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega. - Marca: EVANGELISTA

- 6 Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. UN 500,00 0,0000 24,80 12.400,00

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: EVANGELISTA

Total do Fornecedor: 54.300,00**Total Geral: 218.400,00**

Ipumirim, 17 de Outubro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TP 10/2018

Publicação Nº 1775832

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Iraceminha
Processo Licitatório 72/2018
Edital de Tomada de Preços 10/2018

Objeto: Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE QUADRA COBERTA POLIESPORTIVA – 2ª ETAPA, com área total a ser ampliada de 149,25 m², a ser executado na LINHA BIGUÁ, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 – Operação 1037151-83 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços

Julgamento do tipo Menor Preço Global, cujo processo licitatório será regido pela Lei Federal 8666/93 e suas alterações posteriores, e em especial o contido neste edital.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 05/11/2018.

Abertura do certame: às 08:30 do dia 05/11/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 18 de Outubro de 2018.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

DECRETO 082/2018

Publicação Nº 1775563

DECRETO Nº082/2018, de 17 de outubro de 2018.

Convoca a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Prefeito Municipal de IRACEMINHA, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política dos Direitos da Pessoa Idosa, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 13 de novembro de 2018, tendo como espaço a sala de reuniões da unidade Básica de Saúde.

Art. 2º O tema da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como tema central "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas" e como eixos:

- Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas;
- Educação: assegurando direitos e emancipação humana;
- Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Iraceminha, 17 de outubro de 2018.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal de Iraceminha

EXTRATO DE CONTRATO 028/2018 - FMS

Publicação Nº 1776145

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 028/2018	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA	
Contratada...: EVELYN TAVARES GUARNIERI EIRELI	
Valor : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)	
Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 21/12/2018	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de fisioterapia, com disponibilidade de um profissional Fisioterapeuta com diploma de nível superior e carteira profissional reconhecido por órgão competente, com disponibilidade para cumprir carga horária de 20 horas semanais sendo 04 horas/dia, as quais serão distribuídas no período diurno em diversos locais no interior do município e na cidade, conforme cronograma da secretaria municipal de saúde.	
Iraceminha, 17 de Outubro de 2018	

PORTARIA Nº 215/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775618

PORTARIA Nº 215/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990, o que determina a Lei Complementar nº 085/2018 de 19 de Junho de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONTRATAR em Caráter Temporário (ACT) conforme Classificação do Teste Seletivo 001/2017, a Sra. MAIRA ROBERTA KADES, para atuar como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais com vencimentos constantes no Quadro de Cargos e Salários anexo a Lei Complementar Municipal 085/2018 de 19 de Junho de 2018 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais. A PARTIR DESTA DATA. Em decorrência da Licença Tratamento de Saúde da professora ALICE MARIA DA COSTA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 17 de Outubro de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ATA TP 007/2018 - LICITAÇÃO DESERTA

Publicação Nº 1775831

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2018 - TP
	Processo Administrativo: 66/2018 Processo de Licitação: 66/2018 Data do Processo: 28/09/2018

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 18/2018 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE QUADRA COBERTA POLIESPORTIVA - 2ª ETAPA, com área total a ser ampliada de 149,25 m², a ser executado na LINHA BIGUÁ, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 - Operação 1037151-83 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, a Comissão de Licitações, reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Processo Licitatório nº 066/2018, Tomada de Preços nº 07/2018, cujo objeto é a "Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE QUADRA COBERTA POLIESPORTIVA - 2ª ETAPA, com área total a ser ampliada de 149,25 m², a ser executado na LINHA BIGUÁ, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 - Operação 1037151-83". Iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados. A Comissão segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação DESERTA, sugerindo reabrir o certame; sendo possíveis mantidas as condições do edital, a apropriação da regra da dispensa licitatória do inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/93, desde que não se possa repetir o procedimento sem prejuízo à administração. Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

Iraceminha, 17 de Outubro de 2018

COMISSÃO:

EVANDRO JOÃO RAUBER	- - Presidente da Comissão de Licitação
DÉBORA SPENAZZATTO	- - SECRETÁRIA
GUSTAVO LUIZ DRESCHER	- - MEMBRO
FABRÍCIO FARIAS	- - MEMBRO
DANIELA ASSONI BOLFE	- - MEMBRO

Irati

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2018-PMI - REALOCAÇÃO DE DOIS POSTES DE ENERGIA ELÉTRICA, LOCALIZADOS NA ESQUINA DAS RUAS TELMIRO BODANESE E RODOLFO MEURER, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Publicação Nº 1776231

Estado de Santa Catarina
Município de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

Processo Administrativo nº 076/2018
Processo licitatório nº 076/2018
Dispensa de Licitação nº 018/2018

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretario de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : REALOCAÇÃO DE DOIS POSTES DE ENERGIA ELÉTRICA, LOCALIZADOS NA ESQUINA DAS RUAS TELMIRO BODANESE E RODOLFO MEURER, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC.

Contratado : CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., CNPJ 08.336.783/0001-90, com endereço na Av. Itamarati, nº 160, Bloco A1, B1 e B2, CEP 88034-900, Bairro Itacorubi, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: Art. 24, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI/SC, 17 de outubro de 2018
SERGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO. 3468/2018

Publicação Nº 1776151

Decreto nº 3.468/2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.957 de 18 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
2.044 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		
3.3.90.00.00.00.00.00. 250 (11)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
2.042 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.00. 250 (2)	Aplicações Diretas	R\$ 8.200,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações a seguir especificadas:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.3.90.00.00.00.00.00. 250 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00. 250 (8)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.058 – Prog. Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho		
3.1.90.00.00.00.00.00. 250 (30)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00. 250 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
2.043 - Piso de Transição de Média Complexidade		
4.4.90.00.00.00.00.00. 250 (20)	Aplicações Diretas	R\$ 1.200,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de Setembro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO. 3478/2018

Publicação Nº 1776156

Decreto nº 3.478/2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.957 de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 18.231,77 (dezoito mil duzentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEOPOLIS		
2.006 – manutenção do ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0198 (40)	Aplicações Diretas	R\$ 18.231,77

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 198 – Recursos PNATE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de Outubro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO. 3479/2018

Publicação Nº 1776160

Decreto nº 3479/2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.957 de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
2.042 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.00. 3250 (34)	Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00
2.044 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		
3.3.90.00.00.00.00.00. 3250 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2017 da fonte 250 – Recursos Transferências FNAS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de Outubro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO. 3480/2018

Publicação Nº 1775652

Decreto nº 3.480/2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.957 de 18 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 1.006,93 (Um mil e seis reais e noventa e três centavos), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.056 – MAC – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00.00.00.0283 (63)	Aplicações Diretas	R\$ 1.006,93

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 283 – Transferências de Recursos do SUS – CAPS Monte Castelo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de Outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2018

Publicação Nº 1776042

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 35/2018

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Quantum Engenharia Elétrica Ltda.

OBJETO: fica ajustado entre as partes a suspensão temporária no mês de outubro, das atividades referentes ao Contrato nº 35/2018, que visa a prestação de serviços contínuos de manutenção, ampliação, projetos elétricos e luminotécnico do Sistema de Iluminação Pública do Município de Itaiópolis. A suspensão visa a interrupção da cobrança no mês de outubro sem que haja prestação de serviço. Itaiópolis, 1º/10/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2018

Publicação Nº 1776056

Pregão Presencial nº 59/2018 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de brita graduada, para ser utilizado na manutenção e recuperação de diversas ruas do Município. Proponente: COMASO CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA. ME. Item: 01 (5.000 toneladas de brita graduada simples – R\$ 33,50) e ITEM 02 (5.000 toneladas de brita graduada usinada – R\$ 42,50), totalizando R\$ 380.000,00. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 16 de outubro de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2018

Publicação Nº 1776048

Pregão Presencial nº 57/2018 – Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, para a XX Festa do Boi Ralado e dos festejos de comemoração ao Centenário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Itaiópolis - SC, de 19 a 21 de outubro de 2018, no Estádio 16 de Abril. Contrato nº 62/2018. Contratada: Edir Ferreira Tibes MEI. Valor Total: R\$ 17.000,00. Prazo: 30 dias. Itaiópolis, 09 de outubro de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATOS DE CONTRATOS NºS 63 E 64/2018

Publicação Nº 1776052

Pregão Presencial nº 60/2018 – Objeto: contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de Segurança não Armada e Brigadistas, para a XX Festa do Boi Ralado e dos festejos de comemoração ao Centenário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Itaiópolis - SC, de 19 a 21 de outubro de 2018, no Estádio 16 de Abril. Contrato nº 63/2018. ITEM 01 (serviços de Segurança não Armada). Contratada: Organizações Plena Segurança e Vigilância Ltda. ME. Valor Total: R\$ 24.800,00. Contrato nº 64/2018 – ITEM 02 (serviços de Brigadistas). Contratada: Felipe Nathan de Melo MEI. Valor: R\$ 13.400,00. Prazo: 30 dias. Itaiópolis, 16 de outubro de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CV 03/2018

Publicação Nº 1775456

Extrato do Primeiro Termo Aditivo. Convite nº 03/2018. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra necessários para pintura interna e externa, incluindo reparo nas trincas, buracos com pintura na parede interna, lavação, reparos e pintura na área externa, incluindo telhado, pintura dos muros com grafiato ou textura a ser realizada no pátio da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, na Unidade Sanitária Sede, onde funcionam os setores de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, o Almoxarifado da Farmácia Básica Central, a Sede do Programa de Educação Permanente, onde funciona o Setor de Regulação, bem como, o Prédio onde ficam estocados os materiais de limpeza, descartáveis, escritório e a Sala dos Motoristas, incluindo muros. CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato nº 19/2018. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência do contrato nº 19/2018, fica prorrogado por 20 (vinte) dias, a contar do dia dezoito de outubro de 2018 até dia 06 de novembro de 2018. Itaiópolis, 17/10/2018. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CV 02/2018

Publicação Nº 1775431

Extrato do Primeiro Termo Aditivo. Convite nº 02/2018. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra necessários para pintura interna e externa da Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, anexo a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato nº 18/2018. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência do contrato nº 18/2018, fica prorrogado por 90 (noventa) dias, a contar do dia dezoito de outubro de 2018 até dia 15 de janeiro de 2019. Itaiópolis, 17/10/2018. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 161 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

Publicação Nº 1776380

DECRETO Nº 161/2018

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável a área de terra que especifica, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV, do Art. 42, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a ocupação de área particular para a abertura da Rua 406 C, no Bairro Morretes;

Considerando, o procedimento administrativo que reconheceu o uso do imóvel particular e a necessidade de indenização (2.785/2017);

Considerando, que o pedido de indenização tramita desde 2012 e que o pleito é de natureza pessoal, sujeitando-se ao prazo prescricional do art. 205 do Código Civil (dez anos), conforme precedente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (0009338-26.2011.8.24.0080);

Considerando, o direito de propriedade e de desapropriação, prescritos no art. 5º, XXII e XXIV Constituição da República,

DECRETA:

Art.1º Fica declarada de utilidade pública, para fim de desapropriação judicial ou amigável, uma área de 7,40m² (sete metros e quarenta centímetros quadrados), do lote 15 do Loteamento Jardim Estrela, Matrícula n. 2.516, do Ofício de Registro de Imóveis de Itapema-SC, conforme levantamento topográfico anexo ao procedimento administrativo n. 2.785/2017, que deu base ao presente Decreto.

Art. 2º A área descrita no art. 1º, deste Decreto, destina-se a implantação da Rua 462 C, no Bairro Morretes;

Art. 3º Conforme avaliação administrativa efetuada pela Comissão de Avaliações do Município, portaria nº 057/2013, a justa indenização a ser paga corresponde ao valor de R\$ 7.300,18 (sete mil e trezentos reais e dezoito centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias do Poder Executivo, por previsão orçamentária própria.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema(SC), 16 de outubro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

DECRETO Nº 162 - FIXA OS VALORES DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO COMUM E SELETIVO DE ITAPEMA

Publicação Nº 1776382

DECRETO Nº 162/2018

Fixa os valores das Tarifas dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano Comum e Seletivo de Itapema - SC

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições legais, com fundamento no inciso XIV, do Art. 42, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que nos termos do contrato nº 160/2005, firmado entre o Município de Itapema e a empresa Viação Praiana Ltda, restou consignado que o reajuste ou diminuição da tarifa nos serviços de transporte coletivo devem ser efetivados através de Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 364/2016, fixou as tarifas nos seguintes valores: R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) o preço da tarifa praticada no Transporte Coletivo Urbano - Comum e R\$ 4,00 (quatro reais) o preço da tarifa praticada no Transporte Coletivo Urbano - Seletivo Diferenciado;

CONSIDERANDO que o último documento de referência nacional foi produzido pelo GEIPOT e publicado em 1996. A Planilha da ANTP, que passa a ser de ora em diante o novo documento de âmbito nacional, retrata, dentre outras novidades, as mudanças tecnológicas em veículos e sistemas inteligentes de controle, as novas regulamentações ambientais e as diretrizes da Lei de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012). Incorpora novos elementos introduzidos nos processos de contratação ocorridas no período, como a integração, terminais e infraestrutura, bem como traz uma importante inovação, distinguindo claramente o cálculo do lucro das empresas da remuneração do capital;

CONSIDERANDO que a Planilha Tarifária utilizada como referência pela ANTP a partir de setembro de 2017, em substituição da antiga planilha do GEIPOT indicou como valor final R\$ 14,78 (quatorze reais e setenta e oito centavos) para a tarifa do transporte coletivo Urbano e Seletivo Diferenciado no Município de Itapema, conforme planilha anexa a este decreto;

CONSIDERANDO a variação dos custos diretos e indiretos inerente ao setor conforme planilha já exaurida, a garantia econômico financeira do contrato, e diante do baixo poder aquisitivo da população, a Empresa Praiana abdica da totalidade do reajuste inerente aos custos, para se assemelhar as tarifas praticadas nas cidades vizinhas,

DECRETA:

Art. 1º Fixa em quatro reais (R\$ 4,00) o preço da tarifa praticada no transporte coletivo Urbano - Comum no Município de Itapema, em seu perímetro urbano e de expansão urbana, a ser praticada pela empresa Concessionária Viação Praiana Ltda.

Art. 2º Fixa em quatro reais e cinquenta centavos (R\$ 4,50) o preço da tarifa praticada no transporte coletivo Urbano - Seletivo Diferenciado no Município de Itapema, a ser praticada pela empresa Concessionária Viação Praiana Ltda.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de outubro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

ERRATA Nº1 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.110.2018 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.110.2018.

Publicação Nº 1775838

Processo nº 175 / 2018

Pregão Presencial nº. 04.110.2018

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de materiais ambulatoriais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.110.2018.

ERRATA Nº1

Em virtude de diversos pedidos de esclarecimento encaminhado por empresas interessadas em participar do referido certame, e após análise da Secretaria Municipal de Saúde de Itapema, a mesma solicitou a RETIRADA de itens desta licitação, conforme seguem:

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.110.2018

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	PRODUTO	DESCRIPTIVO	UND.	QTDE	VALOR UNIT MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
38	Bota de Unna 10	Bota de Unna pronta para o uso, de bandagem flexível branca, composta de uma bandagem com 70% de poliéster e 30% de algodão, impregnada com pasta de óxido de zinco, álcool cetosteárico, cloreto de cetiltrimetilamônio, propilenoglicol, goma xantana, goma guar, metilparabeno e água. O produto deve ser esterilizado por raio gama. apresentar registro na anvisa e afe do fabricante na proposta. Cada unidade do produto é embalado individualmente em cartucho de filme de polietileno selado termicamente. impregnada de pasta não solidificável.	UND	500	R\$ 41,000	R\$ 20.500,00
73	Equipo Macro gotas	Equipo macrogotas estéril, uso único, biocompatível, ponta perfurante, multiajustável com protetor, câmara de macrogotas flexível, liberando 20 gts/min, filtro de 15 micras para solução, filtro bacteriano para ar, tubo extensor em pvc atóxico e aprotênico, Pinça Rolete que proporcione uma oclusão rápida do fluxo sem rompimento do tubo, injetor lateral em y com suporte para os dedos. Item de segurança conforme nr 32. Conexão distal luer slip/lock rotativo na mesma peça, dispositivo de acesso venoso, que atenda a integral a portaria nº502, de 29/12/2011 - inmetro. conector macho multiajustável com protetor que permita a retirada do ar sem desconectar a tampa, medindo o sistema inteiro o mínimo de 150cm, acondicionado em embalagem segura com abertura asséptica contendo identificação do produto, data de fabricação, lote, validade e registro no ms/anvisa. Apresentar amostra na sessão, registro na anvisa afe do fabricante, certificado de conformidade com a portaria 502/11 inmetro, carta do fabricante específica para este certame autorizando a comercializar o produto na proposta.	UND	10.000	R\$ 2,600	R\$ 26.000,00
99	Hidro-gel com Alginato de Cálcio e Sódio com 85g	Hidrogel com alginato de cálcio e sódio com 85g. Gel hidratante e absorvente para feridas, estéril, aquoso, transparente e viscoso, composto por conservantes. Apresentação contendo dados de identificação, quantidade, lote, procedência, validade, número do lote e registro MS. apresentar amostra na sessão.	UND	1.500	R\$ 50,750	R\$ 76.125,00
160	Saco de lixo hospitalar/ Branco leitoso 100 litros	Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares/infectantes, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191, diminuindo assim, o risco de contaminação ou Infecção das áreas por onde circula. O material utilizado na fabricação é virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) 100L Pacote c/ 100 unidades	PCTE	7.000	R\$ 52,385	R\$ 366.695,00

161	Saco de lixo hospitalar/ Branco leitoso 30 litros	Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares/infectantes, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191, diminuindo assim, o risco de contaminação ou Infecção das áreas por onde circula. O material utilizado na fabricação é virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) 30L nas medidas 59 x 62 cm Pacote c/ 100 unidades	pcte	4.000	R\$ 24,630	R\$ 98.520,00
165	Seringa 01ml com agulha	Cilindro - altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão - confeccionado em TPE, atóxico, "látex free", em atenção às normas FDA. Escala de graduação – deve apresentar alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. Embalagem - as seringas deverão ser embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno, e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopéia. .apresentar afe do fabricante e registro na anvisa, certificado de aprovação do inmetro, na proposta.Esterilização - válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta	UND	150.000	R\$ 0,594	R\$ 89.100,00

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.110.2018 permanecem inalteradas.

Itapema, 17 de outubro de 2018
RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.114.2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CALHAS, RUFOS, PINGADEIRAS E CONDUTORES, COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1776152

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015.

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.114.2018.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de calhas, rufos, pingadeiras e condutores, com serviço de instalação, para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.114.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 30(trinta) de outubro de 2018.

Abertura do Pregão: 30(trinta) de outubro de 2018, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.114.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 17 de outubro de 2018.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

REPUBLICAÇÃO - EXTRATO 04.111.2018

Publicação Nº 1775934

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.111.2018.

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de van, micro-ônibus e ônibus para atender as eventuais necessidades da Prefeitura de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.111.2018.

Entrega dos envelopes: até as 14:00(quatorze) horas do dia 30(trinta) de outubro de 2018.

Abertura do Pregão: 30(trinta) de outubro de 2018, às 14:01(quatorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.111.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 17 outubro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 001/2018

Publicação Nº 1775941

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Xavier de Legarrea Cañas , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Itapema, Estado de Santa Catarina , no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto Processo de Licitação no 014/2018, Modalidade Carta Convite 001/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO COM MATERIAIS DA COBERTURA/TELHADO, sendo que o Edital poderá ser obtido junto ao Site" www.itapema.sc.leg.br ou pessoalmente junto a Comissão de Licitações, na sede Câmara Municipal de Vereadores de Itapema, situada a Rua 120 n.º 423, Centro, Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, a partir desta data. A entrega dos envelopes constando os documentos e proposta serão recebidos até às 14:00 horas do dia 30/10/2018, e a abertura das propostas, conforme as especificações e condições constantes deste Edital, será realizada no dia 30/10/2018, 14:10 h/min. Maiores informações podem ser obtidas na sede da própria Câmara Municipal pelo telefone (47)3368-2578.

Itapema-SC, 17 de outubro de 2018.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 209, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775582

DECRETO Nº 209, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA E DELEGA ATRIBUIÇÕES A SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições a Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento, Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01 para cumulativamente, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos, de 18 de outubro a 01 de novembro de 2018, período de licença para tratamento de saúde do Secretário Lauro Schlickmann, matrícula nº 15264/01

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 17 de outubro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PUBLICA Nº 09/2018

Publicação Nº 1775651

EDITAL Nº 09/2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LOA/2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/2000, faz saber aos munícipes que realizará audiência pública no dia 05 de novembro de 2018, às 20h15min, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, para a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2019.

Itapiranga, SC, 17 de outubro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

PORTARIA Nº 199/2018

Publicação Nº 1775827

Portaria nº 199 de 9 de outubro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 56 de 26/03/2013.

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar a licença especial da servidora municipal Nely de Fátima da Silva matrícula nº 10200/01 no total da carga horária sem prejuízo da remuneração, no período de 20/9/2018 até 19/3/2019, para cuidar de seu pai Alcides Miguel da Silva diagnosticado como dependente para as atividades básicas da vida diária, conforme laudos expedidos por equipe multidisciplinar, de acordo com a Lei Complementar nº 56 de 26 de março de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20/9/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de outubro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 200/2018

Publicação Nº 1775828

Portaria nº 200 de 9 de outubro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, ao servidor municipal Elton Luis Locatelli matrícula nº 14645/01, no período de 26/9/2018 até 24/3/2019, condicionado ao laudo da Assistente Social do Município, em conformidade com o Art. nº 95, § 1º da Lei Complementar nº 39/2011.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 26/9/2018.

Itapiranga SC, 9 de outubro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 201/2018

Publicação Nº 1775830

Portaria nº 201 de 10 de outubro de 2018.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante no período de 10/10/2018 até 7/4/2019, à servidora municipal Claudia Luisa Stefanello matrícula nº 14650/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 10 de outubro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3734/2018

Publicação Nº 1776091

PORTARIA MUNICIPAL Nº 3.734/2018

Data: 16 DE OUTUBRO DE 2018

Substitui membro da comissão permanente para processo de Transferência de servidor

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

Considerando afastamento de servidora por motivo de atestado

Resolve:

Art.1º Substituir temporariamente membro da comissão permanente para processo de transferência de servidor, exceto Profissionais do Magistério e Servidores da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, fica constituída pelos seguintes servidores:

1. CÉLIA MARIA REINERT Presidente
2. CRISTIANE REGINA DE BITTENCOURT COSTA Secretária
3. SULMÁRIA MARIA DA SILVA Membro

§ 1º Caberá à Comissão elaborar edital, publicar, conferir a documentação para classificação, a divulgação da classificação, julgamento de recurso, se houver .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de outubro de 2018.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sul
maria Maria da Silva
Ag.Adm.I

PORTARIA Nº 3736/2018

Publicação Nº 1776093

PORTARIA MUNICIPAL nº. 3.736/2018

Data: 17 DE OUTUBRO DE 2018

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA –
PSI Nº 018/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Comunicação Interna nº. 632/2018 Secretaria de Educação;

Resolve:

Art.1º Tornar público a instauração de Processo de Sindicância investigatória – PSI nº018/2018, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para apurar fatos ocorridos entre os servidores R.A.L matrícula nº.607614 e J.E.D matrícula nº.11674040 que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

- | | |
|--|--|
| | |
|--|--|
- MONICA SIQUEIRA FRIZZO Presidente
 - ELIANA NEHRING SILVEIRA BELO Secretária
 - FLAVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIO Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos autos iniciais do PSI nº. 018/2018 apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 DE OUTUBRO DE 2018
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PREGÃO Nº 69/2018 - PROCESSO Nº 101/2018 - TOQUE DE NATAL

Publicação Nº 1775719

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2018
PROCESSO Nº 101/2018

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor por Lote, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06 conforme estabelecido no item 4.1. do Edital, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Itapoá, e que às 14h:00min do dia 31 de outubro de 2018, na sala do Setor de Licitações e Contratos, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com o credenciamento, indispensável à participação no certame para a Contratação especializada em eventos para a prestação de serviços de divulgação, sonorização, iluminação e locação, montagem e manutenção de estruturas para o projeto Um Toque de Natal, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração - Setor de Licitações e Contratos das 13h:00m às 19h:00m.

Itapoá, 16 de outubro de 2018.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE
SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 028/2018 EDITAL 31/2017

Publicação Nº 1775639

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 028/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 18/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
43	40h	Professor Aux. De Turma	Sandra Mará Berté	23/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 17 de outubro de 2018
Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 029/2018 EDITAL 31/2017

Publicação Nº 1775740

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 029/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 18/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
44	40h	Professor Aux. De Turma	Vanilda Alves Marques	23/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 17 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 030/2018 EDITAL 31/2017

Publicação Nº 1775994

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 030/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 18/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

10H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
45	40h	Professor Aux. De Turma	Maria Ester Venegas	23/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 17 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018 - EDITAL 013/2018 - ODONTÓLOGO

Publicação Nº 1775763

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2018
ODONTÓLOGO**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (original e cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;

- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRO/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 17 de outubro de 2018.
Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Ituporanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.735, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776485

LEI Nº 2.735, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

"Autoriza a Amavi e a Ucavi a construir em condomínio com a câmara municipal de Rio do Sul, tendo área privativa e áreas de uso comum, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, autorizados a construir em condomínio entre si e com a Câmara Municipal de Rio do Sul, contendo a construção áreas privativas e áreas de uso comum, na seguinte fração ideal:

I - ao Poder Legislativo de Rio do Sul, da porção ideal de 49,57% (quarenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

II - à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.762.469/0001-22, da porção ideal de 25,67% (vinte e cinco vírgula sessenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

III - à União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.632.778/001-40, da porção ideal de 24,76% (vinte e quatro vírgula setenta e seis por cento) da totalidade do imóvel.

Parágrafo Único. As frações ideais previstas nos incisos anteriores poderão sofrer alteração em virtude de exigências apresentadas pelos órgãos competentes para a aprovação do projeto da edificação ou em face das adequações necessárias à formalização da Convenção de Condomínio.

Art. 2º O pagamento pela construção do edifício em condomínio deverá respeitar a mesma proporcionalidade da porção ideal definitiva cabível a cada entidade.

Art. 3º Em caso de extinção das entidades AMAVI e UCAVI, a área ideal de cada entidade reverter-se-á automaticamente ao município de Rio do Sul, cabendo aos municípios associados às entidades, direito à indenização da construção e benfeitorias executadas.

§ 1º. A área correspondente a cada entidade terá finalidade específica de sede, não podendo ter qualquer destinação comercial, podendo ainda ser a sede utilizada por demais órgãos, desde que vinculados às entidades sedes.

§ 2º. Na área comum denominada "sob pilotis", mediante condições estabelecidas na Convenção de Condomínio, poderá ser destinado espaço para exposição cultural e, visando servir as entidades sede, poderá ser permitido o uso, a título precário, para instalação de comércio de alimentação e serviços bancários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 16 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.736, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776488

LEI Nº 2.736, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

"Institui o Dia Municipal de Limpeza do Rio Itajaí".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Municipal de Limpeza do Rio Itajaí e afluentes na área urbana, a ser realizado anualmente em data compreendida entre o terceiro e o quarto sábado do mês de setembro.

Parágrafo único: O período de que trata esse artigo deverá constar no calendário oficial do Município.

Art. 2º. Constituem os principais objetivos do Dia Municipal de Limpeza do Rio Itajaí:

I – expor, trocar e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre a conservação ambiental, com ênfase nas soluções aplicáveis ao Rio Itajaí, através de planejamento, promoção e realização de campanhas educativas, cursos, exposições, pesquisas, publicações, reuniões, seminários e atividades coletivas;

II – conscientizar a importância da conservação ambiental do referido corpo d'água;

III – contribuir para a preservação e recuperação ambiental do Rio Itajaí.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 16 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.737, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776489

LEI Nº 2.737, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura no orçamento financeiro de 2018 do Município de Ituporanga/SC (LEI Nº 2.711, de 15 de dezembro de 2017) e consequente alteração da LDO 2018 (LEI Nº 2.710, de 15 de dezembro de 2017) e PPA Quadriênio 2018-2021 (LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$2.787.000,00 (dois milhões setecentos e oitenta e sete reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga, SC, 16 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO BÁSICO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1776119

A Câmara Municipal de Ituporanga, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 79.369.633/0001-21, torna público o Projeto Básico do Concurso Público para o provimento de cinco vagas de seu quadro efetivo de pessoal. As empresas/instituições interessadas em participar do processo de escolha da banca organizadora do certame devem enviar suas propostas para a Secretaria da Câmara Municipal de Ituporanga por meio do e-mail camara@camaraituporanga.sc.gov.br com cópia para o e-mail contabilidade@camaraituporanga.sc.gov.br, imprerivelmente até o dia 22/10/2018, às 23h59min.

A contratação da empresa/instituição dar-se-á com base no artigo 24, incisos II ou XIII da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ituporanga, 17 de Outubro de 2018

Jaime Roberto Sens

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

1 OBJETO

1.1 – O presente Projeto Básico, decorrente da determinação contida na Lei n. 8.666, de 21/6/1993, tem por objeto a celebração de contrato ou convênio com instituição especializada na realização de concurso público, com vistas ao provimento de cinco cargos efetivos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ituporanga/SC.

1.2 – O concurso público e o ingresso no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ituporanga/SC, bem como os direitos e os deveres decorrentes do ingresso reger-se-ão pelas normas constitucionais, pelas leis federais, estaduais e municipais vigentes.

1.2.1 – Entre as leis municipais e estaduais relativas a servidores públicos atualmente vigentes, citam-se:

a) Lei Orgânica do Município de Ituporanga;

b) Lei Complementar nº 020/2008: Dispõe sobre os regime jurídico dos servidores públicos do município de Ituporanga, das autarquias e das fundações públicas municipais;

c) Lei Municipal nº 2.680/2017: Dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal, plano de cargos, vencimentos e desenvolvimento funcional da Câmara Municipal de Ituporanga/SC e dá outras providências. (Alterada pela Lei Municipal nº 2.707/2017);

d) Lei Estadual nº 10.567/1997: Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências (Alterada pela Lei Estadual nº 17.457/2018);

1.3 – O prazo para finalização e homologação do concurso público é o dia 31 de Janeiro de 2019, improrrogável.

1.4 – A contratada deverá disponibilizar os arquivo finais para importação nos sistemas de Recursos Humanos da Câmara Municipal (Betha RH), em formato .txt, os quais não exijam a necessidade de qualquer tipo de redigitação.

2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – A instituição contratada ou conveniada deverá responsabilizar-se pelo planejamento e execução do concurso público, especialmente por:

a) elaborar e divulgar os editais;

b) inscrever os candidatos;

c) arrecadar a taxa de inscrição;

d) prestar informações e orientações aos candidatos;

e) selecionar, convocar e constituir banca examinadora e pessoal de apoio;

f) selecionar, convocar e constituir banca revisora das provas;

g) recrutar pessoal para aplicação das provas e apoio médico e de segurança nos locais de exame;

h) selecionar os locais de realização das provas;

i) elaborar, aplicar e corrigir as provas;

j) convocar os candidatos para a realização das provas;

k) dar vista de provas aos candidatos;

l) receber e julgar os recursos interpostos contra correção de prova;

m) responder às ações judiciais sobre fatos relacionados à realização do concurso público;

2.2 – Na execução dos serviços, deverá ser assegurado o critério tradicional de constituição confidencial das bancas para:

a) manter exclusivamente na alçada do órgão conveniado para executar o concurso a indicação dos nomes de todos os membros que integram as bancas;

b) assegurar absoluto sigilo quanto à banca e ao conteúdo das provas, até o momento de sua aplicação;

c) resguardar a não-identificação do candidato durante o processo de correção ou de revisão de provas.

2.3 – A Câmara responsabilizar-se-á, no contrato ou convênio, pelas seguintes atividades:

a) participar da Comissão Organizadora do Concurso ou nomear comissão para tal;

b) fornecer, em tempo hábil, as informações necessárias à realização do concurso, compreendendo dados relativos a número de vagas para cada cargo, categorias e áreas de atuação; descrição sumária e específica, requisitos e remuneração dos cargos objeto do concurso; e demais informações necessárias;

c) participar da elaboração da versão final do edital normativo;

d) publicar os editais;

e) homologar e publicar o resultado final do concurso.

2.4 – O acompanhamento e a administração do contrato ou convênio serão feitos pela Comissão a ser designada por Ato da Mesa Diretora, constituída de três membros e supervisionada pela Mesa Diretora.

2.5 – O valor das inscrições será depositado na conta específica do município de Ituporanga/SC e a proposta comercial da proponente não poderá ter valor global superior a R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);

2.5.1 – O valor proposto deve compreender todos os passos e custos da realização do certame, sem ônus posterior para a Câmara Municipal de Ituporanga.

2.5.2 – A proposta é um valor global e não dependente do número de inscritos, os quais são estimados em 1.000 candidatos para todos os

cargos ofertados.

2.5.3 - Não haverá pagamento de adicional por candidato que exceder o número de 1.000 inscritos.

3 CARGOS E VAGAS

3.1 – Os cargos, as vagas e a remuneração inicial são os constantes do Anexo I deste Projeto Básico.

3.2 – Serão reservados 5% (cinco por cento) dos cargos para que sejam preenchidos por pessoas portadoras de deficiência.

4 EDITAIS E AVISOS

4.1 – O edital normativo do concurso público deve ser:

a) publicado integralmente no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC);

b) disponibilizado integralmente na internet, no site oficial da Câmara Municipal de Ituporanga e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o concurso.

4.2 – Do edital normativo devem constar informações objetivas sobre:

a) identificação da Câmara Municipal de Ituporanga, bem como da pessoa jurídica executora;

b) identificação do cargo público, requisitos para investidura, suas atribuições sumárias, turno de trabalho, legislação aplicável, vencimentos e quantidade de vagas a serem providas, com a especificação das vagas reservadas à pessoa com deficiência, bem como o cronograma para as nomeações;

c) endereço dos locais de inscrição e dos procedimentos pertinentes, com descrição específica daqueles dirigidos à pessoa com deficiência;

d) valor da inscrição, formas de pagamento e condições de isenção;

e) informações acerca das formalidades confirmatórias da inscrição;

f) definição das etapas do concurso público e das espécies de provas;

g) descrição dos conteúdos exigidos;

h) informação sobre as prováveis datas de realização das provas;

i) indicação dos critérios de correção, pontuação, contagem de pontos, desempate, aprovação, peso de cada prova e classificação;

j) indicação dos meios de acesso aos resultados, com prováveis datas, locais e horários para divulgação;

k) regulamentação do processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento de resultado de recursos;

l) fixação do prazo de validade do concurso público e da possibilidade de sua prorrogação;

m) forma pela qual o candidato será informado de sua nomeação para o cargo em que for aprovado.

n) outros itens considerados de importância pela unidade ou órgão responsável pelo concurso.

4.3 – O edital Normativo do concurso será subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga.

4.4 – Qualquer modificação no edital normativo do concurso será efetuada por meio de outro edital, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, bem como disponibilizado integralmente na internet, no site oficial da Câmara Municipal de Ituporanga e no site da pessoa jurídica contratada para realizá-lo.

4.5 – Os avisos relativos ao concurso serão em forma de edital, expedidos pela Presidência da Câmara Municipal de Ituporanga e publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, bem como disponibilizados integralmente na internet, no site oficial da Câmara Municipal de Ituporanga e no site da pessoa jurídica contratada para realizá-lo.

5 INSCRIÇÃO

5.1 – São requisitos para a inscrição no concurso público a serem verificados na data da posse:

a) nacionalidade brasileira;

b) estar no gozo dos direitos políticos;

c) ter idade mínima de 18 anos;

d) estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

e) a aptidão física e mental;

f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;

g) possuir escolaridade ou habilitação legal equivalente e demais qualificações exigidas para o exercício do cargo;

h) estar inscrito no órgão fiscalizador do exercício profissional, no caso de cargo com exigência deste requisito legal, excetuados os cargos em que a investidura no cargo ou titularidade de cargo implique incompatibilidade do exercício da profissão, como profissional liberal;

i) atender às demais exigências previstas no edital normativo do concurso.

5.2 – Não será aceita inscrição condicional, extemporânea ou por via postal. Fica, porém, aceito disponibilizar ao candidato a inscrição pela internet.

5.3 – Os candidatos que se declararem portadores de deficiência devem apresentar, no prazo fixado no edital, laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

5.4 – É nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo da responsabilidade civil e das sanções penais cabíveis.

5.5 – A falta de comprovação de qualquer dos requisitos acarretará o cancelamento da inscrição e a perda dos direitos decorrentes, ficando o candidato excluído do concurso.

5.6 – Será demitido, mediante processo disciplinar regular, o servidor que, para ingressar na Câmara Municipal de Ituporanga, omitir fato ou apresentar documentação falsa que impossibilitaria a inscrição no concurso ou a posse.

5.7 – O não comparecimento a qualquer etapa ou prova implicará desistência automática do concurso.

5.8 – O candidato que cometer falsidade em prova documental será eliminado do concurso, em qualquer de suas etapas ou fases, ou terá sua classificação cancelada.

5.9 – A inscrição em concurso público pressupõe a aceitação incondicional de todos os termos e condições do respectivo edital normativo.

6 TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1 – Será exigido do candidato o pagamento de taxa de inscrição, a ser recolhida em conta específica do município de Ituporanga, conforme disposto em convênio ou contrato.

6.2 – Será cancelada a inscrição caso não haja a comprovação do recolhimento da taxa de inscrição.

6.3 – O valor da taxa de inscrição será estipulado no edital normativo do concurso, sendo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de nível médio e R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de nível superior.

6.4 – Não haverá restituição do valor da taxa de inscrição, salvo no caso de cancelamento do concurso por conveniência ou interesse da Administração Pública.

6.5 – São isentos da taxa de inscrição:

- a) o doador de sangue, desde que a doação seja promovida a órgão oficial ou à entidade credenciada pela União, Estado ou Município, e comprove ter feito, no mínimo, três doações em menos de um ano antes da inscrição;
- b) o doador de medula óssea, nas mesmas condições do item "a";
- c) o candidato que comprove ser beneficiário de programa social de complementação ou suplementação de renda instituído pelo Governo Federal;

6.5.1 - O edital normativo do concurso pode estabelecer outras hipóteses de isenção.

6.5.2 - A documentação necessária para efetivar a isenção e o prazo para seu requerimento devem ser especificados no edital normativo do concurso.

6.5.3 - O benefício da isenção é deferido ou indeferido em caráter definitivo até o dia útil anterior ao do início da inscrição para o concurso.

7 PERÍODO DE INSCRIÇÃO

7.1 – O período de inscrição será especificado no edital normativo do concurso, não podendo ser inferior a 15 dias úteis;

7.2 – O período de inscrição, a critério da Câmara Municipal de Ituporanga poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada da Instituição contratada ou conveniada.

8 BANCAS EXAMINADORAS

8.1 – As bancas examinadoras serão constituídas por pessoas idôneas e qualificadas na disciplina, área de estudo ou área profissional objeto do concurso, designadas pela Instituição conveniada ou contratada.

8.1.1 – Estarão impedidos de fazer parte da banca examinadora o cônjuge, o parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de candidato.

8.1.2 – A substituição de integrantes de bancas examinadores será efetivada pela instituição conveniada ou contratada, nos casos de impedimento ou descumprimento das obrigações, mediante prévia comunicação.

8.2 – Aos integrantes de bancas caberá:

- a) manter sigilo relativo às atividades desenvolvidas;
- b) apresentar previamente, por escrito e sob rubrica:
 - programas de provas e a respectiva bibliografia, se for o caso;
 - questões de provas elaboradas de acordo com o programa e a respectiva bibliografia, observada a orientação técnica do órgão executor do concurso, com a indicação do material de consulta, de máquina ou equipamento, se permitida a sua utilização;
 - critérios de avaliação;
 - gabaritos de questões objetivas;
- c) cumprir os prazos fixados para as diferentes etapas ou fases do concurso;
- d) examinar e decidir, fundamentadamente, os recursos apresentados pelos candidatos;
- e) emitir parecer sobre assunto referente à prova ou à questão de prova, por solicitação do titular do órgão executor do concurso;
- f) responder, sob as penas da lei, por quebra do sigilo decorrente de falta.

8.3 – Os integrantes de bancas firmarão, junto à instituição contratada ou conveniada, compromisso na forma da lei.

8.4 – Os integrantes da banca não poderão ter acesso à identificação do candidato, quer em relação às provas, quer em relação aos recursos.

9 PROCESSO SELETIVO

9.1 – A seleção para os todos os cargos será feita em etapa única de provas teórico-objetivas;

9.2 – Os quantitativos de questões das provas, a pontuação, os critérios de correção e as penalidades serão explicitados no edital normativo do concurso;

9.2.1 – A prova teórico-objetiva deverá ter, no mínimo, 50 questões, distribuídas nas disciplinas de Língua Portuguesa, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos;

9.3 – Também serão definidos no edital normativo do concurso os procedimentos e condutas a serem observados pelos candidatos durante a realização das provas.

9.4 – Os locais, horários e material necessário para realização das provas serão definidos pela instituição contratada ou conveniada.

9.5 - As provas são elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do conteúdo avaliado.

9.6 - As questões devem ser redigidas:

- a) sem duplicidade de interpretação;
 - b) com o mesmo padrão gramatical exigido do candidato;
 - c) com a terminologia aplicada ao campo de conhecimento avaliado.
- 9.7 - Nas provas objetivas de Língua Portuguesa, a terminologia gramatical, quando for o caso, é a estabelecida:
- a) na Nomenclatura Gramatical Brasileira;
 - b) no acordo ortográfico oficialmente adotado no Brasil;
 - c) no vocabulário ortográfico elaborado pela Academia Brasileira de Letras;
 - d) na gramática normativa e nos conceitos de Linguística e Literatura consagrados pelo uso.

9.8 - Nas provas de matéria técnica, a redação das questões pode utilizar terminologia e redação próprias do ramo de conhecimento respectivo.

9.9 - À pessoa com deficiência é garantido o acesso ao conteúdo das provas, por meio de linguagem compatível com a deficiência.

9.10 - O nível de dificuldade das provas deve ser compatível com a escolaridade exigida do candidato e a complexidade das atribuições relativas ao cargo público objeto do concurso.

9.11 - A anulação de questão objetiva implica ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público.

9.12 – Será excluído da prova e, conseqüentemente, do concurso, o candidato que:

- a) faltar às provas de caráter eliminatório;
- b) for surpreendido em comunicação, por qualquer meio, com outro candidato ou pessoa estranha ao concurso;
- c) estiver fazendo uso de material de consulta, máquina ou equipamento não permitidos;
- d) portar-se com agressividade para com os integrantes de bancas examinadoras, com o titular do órgão executor, auxiliares credenciados, fiscais ou qualquer outra autoridade presente;
- e) fizer uso de sinais ou de outros meios que possibilitem sua identificação nas provas;
- f) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para realizar as provas;

g) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

h) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento dos fiscais;

i) descumprir as instruções contidas nas provas ou nos demais instrumentos à sua consecução;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

9.13 – As instruções aos candidatos para responder às questões das provas, preencher fichas e demais documentos serão dadas por escrito, vedados quaisquer esclarecimentos orais, quer em caráter individual, quer em caráter coletivo.

9.14 – A instituição conveniada ou contratada deverá assegurar o sigilo das provas até o início de sua aplicação.

9.15 – As provas serão conduzidas para as salas de aplicação em pacotes lacrados, que só poderão ser abertos nos horários determinados e após a comprovação de inviolabilidade por dois candidatos presentes.

9.16 – Em caso de quebra de sigilo ou fraude devidamente constatado, a instituição contratada ou conveniada declarará, em edital, a nulidade da prova realizada.

9.17 – Declarada a nulidade da prova, a instituição contratada ou conveniada promoverá a realização de nova prova, mediante convocação dos candidatos nas mesmas condições em que houver convocado para a prova anulada.

9.18 – Todas as provas serão realizadas no município de Ituporanga/SC.

10 DAS PROVAS ESCRITAS

10.1 - A prova escrita é formulada por meio de questões objetivas.

10.2 - As questões objetivas devem ser elaboradas de forma a aferir o efetivo domínio do conteúdo programático avaliado e a capacidade de raciocínio do candidato.

10.3.1 - As causas da perda de pontos pelo candidato são explicitadas em espelho de correção.

10.4 - São assegurados ao candidato, durante o prazo estipulado no edital normativo do concurso público, conhecimento, acesso e esclarecimento sobre a correção de suas provas e suas pontuações.

11 DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

11.1 – O candidato, para ser habilitado, deverá obter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos atribuídos à prova teórico-objetiva de conhecimentos específicos e acerto de, pelo menos, uma questão em cada uma das outras disciplinas.

11.1.1 – O edital normativo do concurso, em razão de penalidades atribuídas a erros, poderá estabelecer, para a prova objetiva, percentual inferior ao previsto neste item.

11.2 – Todos os candidatos terão sua prova objetiva corrigida segundo os critérios e mecanismos estipulados no edital normativo do concurso.

12 DO CONHECIMENTO DOS GABARITOS E DA VISTA DA PROVA

12.1 – Após a realização das provas, será divulgado o gabarito respectivo, para conhecimento dos candidatos.

12.2 – São assegurados ao candidato, durante o prazo estipulado no edital normativo do concurso público, conhecimento, acesso e esclarecimento sobre a correção de suas provas e suas pontuações.

13 DOS RECURSOS

13.1 – Cabe recurso administrativo, devidamente fundamentado e por escrito, do gabarito e do resultado das provas de concurso público.

13.1.1 – É de, no mínimo, três dias úteis o prazo para interposição de recurso, contado da publicação oficial do gabarito ou do resultado das provas.

13.1.2 – Não é admitida a limitação de caracteres para a interposição do recurso.

13.1.3 - No último quarto do tempo destinado à prova, o candidato tem direito de levar consigo o caderno de questões, desde que seja disponibilizado cartão para transcrever as respostas.

13.2 - A decisão sobre cada recurso deve ser fundamentada.

13.2.1 - A decisão de recurso é irrecorrível.

13.3 - Os recursos devem ser decididos no prazo previsto no edital normativo do concurso público.

13.4 - É assegurado ao candidato o fornecimento de cópia da decisão do recurso por ele interposto.

13.5 - A anulação de questão objetiva implica ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público.

14 DA HOMOLOGAÇÃO E DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

14.1 – O resultado final do concurso será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga/SC e divulgado por edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site da Câmara Municipal de Ituporanga/SC e no site da contratada para realizar o certame.

14.2 – O prazo do concurso público será de dois anos, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, a critério da Câmara Municipal de Ituporanga/SC, uma vez por igual período.

14.3 – O edital de retificação de resultado final de concurso não implicará alteração do termo inicial do respectivo prazo de validade.

ANEXO I

QUADROS DEMONSTRATIVOS DE CARGOS E VAGAS

Nº	Cargos	Vagas	Requisitos mínimos para nomeação	C.H. Semanal	Vencimento Básico
1	Agente Legislativo	2 + CR	Ensino Médio Completo	30h	R\$ 3.199,99
2	Assessor Jurídico	1 + CR	Ensino Superior completo em Direito; Registro profissional na OAB/SC	20h	R\$ 5.789,33
3	Contador	1 + CR	Ensino Superior completo em Ciência Contábeis; Registro profissional no CRC/SC	20h	R\$ 3.199,99
4	Controlador Interno	1 + CR	Ensino Superior completo em Ciência Contábeis; Registro profissional no CRC/SC	20h	R\$ 3.199,99

Jaborá

PREFEITURA

ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 198/2018

Publicação Nº 1775898

TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 198/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), e a empresa PORTALMAQ INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

O MUNICÍPIO DE JABORÁ, com sede na Rua Ângelo Poyer, 320, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. KLEBER MÉRCIO NORA e a empresa PORTALMAQ INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.414.079/0001-04, estabelecida na Rua Vigário Frei João, 740, Centro, no Município de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Ciro Walmor Schmitz, portador da Carteira de Identidade nº 1.515.651 e CPF nº 489.451.379-04, residente e domiciliado na cidade de Luzerna/SC, celebram entre si o presente CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 45/2018, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2018, homologado no dia 21/09/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA MUNICIPAL – ENSILADEIRAS, DISTRIBUIDOR DE ADUBO SECO, DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO E CAMINHÃO CAÇAMBA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, ATRAVÉS DE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 875082/2018 – OPERAÇÃO 1059088-16 – PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO – PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, RELACIONADOS NA CLÁUSULA QUARTA, ITEM 4.1.

Justificativa: Esta contratação se faz necessária em atendimento às demandas da Secretaria De Desenv. Rural E Gestão Ambiental deste Município, visando manter o pleno funcionamento de suas respectivas atividades, dando suporte às tarefas e ações operacionais desenvolvidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme lei vigente.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A Colhedora de Forragens (item 2) deverá ser entregue no Município no prazo de 30 dias a contar do Termo de Liberação do Convenio e da emissão da Autorização de Fornecimento.

3.2. Não serão aceitos, no momento da entrega, equipamento de marca e/ou especificações deferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de proposta que apresentar mais de uma marca e/ou modelo, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier.

3.3. A licitante vencedora deverá entregar o equipamento acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, podendo ser original, cópia reprográfica sem autenticação ou obtido via Internet, no site do fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

3.4. Toda e qualquer entrega do equipamento fora do estabelecido neste Edital, será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste Edital.

3.5. O proponente vencedor deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do equipamento, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é o de R\$ 34.890,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e noventa reais), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação, importando os valores unitários de cada item na qual foi vencedor.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	MARCA	PREÇO MÁXIMO UNIT.	PREÇO MÁXIMO TOTAL
2	Colhedora de forragens, (ensiladeira) nova, acoplável a trator agrícola, com as seguintes características e componentes mínimos: com plataforma de corte de um metro com sistema de dois tambor; recolhedor dois discos de corte com sistema de corte independente dos rolos para Colher duas linhas de 45 a 80 cm entre linhas, com engate em três pontos no hidráulico do trator com acionamento por caixa cardam, rotor em aço carbono com 12 facas, rotação até 1500 RPM, com quatro rolos alimentadores com dois discos de corte em estrela intercambiáveis entre os rolos, regulagens de corte com engrenagens em aço variando de 2, a 36 mm; não podendo ter corrente para fazer essas regulagem só por engrenagens em aço, afiador de facas, dispositivo hidráulico na bica de saída, e cardam de acionamento que permita alinhamento entre os garfos internos e externo, bica de saída reclinável em ferro e ou polietileno, com acionamento total hidráulico, rotação na TDP 540 RPM, produção mínima até 30 ton/hora.O fabricante terá que apresentar certificado NR12. Assistência técnica e garantia mínima de 12 meses. Obs.: Peso 800 Kg.	UN	1	JF	R\$ 34.890,00	R\$ 34.890,00

4.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da mercadoria, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, o mesmo será efetuado através de transferências bancárias, (caso a empresa contratada não tenha conta bancária banco não oficial (Brasil e Caixa) será descontado o valor da taxa da transferência em cada pagamento efetuado).

4.3. Os preços não serão reajustados.

4.4. Os preços somente serão revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento, devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - A ALTERAÇÃO CONTRATUAL PARA RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO (Alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93)

5.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II - junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços dos equipamentos no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial."

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias para o ano de 2018.

Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ

Órgão: 06 – SECRETARIA DE DESENV. RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

Unidade: 01 – SECRETARIA DE DESENV. RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

Proj./Ativ. 1.008 - AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS

71- 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 Aplicações Diretas

70 - 4.4.90.00.00.00.00.00 0034 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DOCUMENTO FISCAL

7.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para ao MUNICÍPIO DE JABORÁ, CNPJ nº 82.939.463/0001-88, Rua Ângelo Poyer, 320, centro, Jaborá (SC) e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

7.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

8.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

8.1.1. Executar o objeto (entrega) de acordo com o estipulado na cláusula terceira – da forma de execução – deste instrumento;

8.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações

assumidas;

8.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

8.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

8.1.5. Exigir do Município a emissão da Autorização de Fornecimento, a fim de comprovar o fornecimento dos equipamentos ou materiais solicitados.

8.2. Responsabilidades do CONTRATANTE:

8.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do presente contrato;

8.2.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

8.2.3. Emitir Autorização de Fornecimento para a liberação dos equipamentos ou materiais solicitados.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

9.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso.

9.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

10.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da cidade de Catanduvas, (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Jaborá (SC), 17 de outubro de 2018

MUNICÍPIO DE JABORÁ

KLEBER MÉRCIO NORA – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PORTALMAQ INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CIRO WALMOR SCHMITZ

CONTRATADA

Testemunhas:

DAIANE CESCA

CPF: 072.563.559-20

ROBERT EDWARD SAVARIS

CPF: 023.809.129-55

DECRETO 1.759/2018

Publicação Nº 1775955

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE JABORÁ

DECRETO Nº. 1.759, de 17 de outubro de 2018.

“ATUALIZA NUMERAÇÃO DE LOTES E QUADRAS DE SOLO DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE JABORÁ/SC.”

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art.1º - Fica identificada a numeração dos lotes pertencentes a Quadra 02, Setor 02, localizada no perímetro urbano do Município de Jaborá.
Parágrafo Único - A quadra 02, setor 2 está localizada entre as Ruas Valdemar Poyer, São Roque, Cristo Rei, e Anésio Miotto

Artigo 2º - Os lotes tem numeração entre 278 e 797.

Parágrafo Único - É parte integrante deste decreto planta-quadra e BCI dos imóveis.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá, em 17/outubro/2018.

KLEBER MÉRCIO NORA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio da Prefeitura Municipal em 18/outubro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2018

Publicação Nº 1776115

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2018

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: Contrato de Rateio do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA.

FAVORECIDO: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

VALOR ESTIMADO: R\$4.758,00 (Quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 17 de Outubro de 2018.

Tiago Ângelo Toigo

Presidente da Comissão

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 098 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776153

DECRETO Nº. 098 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 001/2017/SAMAE DO Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais, considerando o interesse público e a necessidade da Administração,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 12 (Doze) meses o prazo de validade do Processo Seletivo, Edital nº 001/2017/SAMAE, homologado em 29 de Novembro de 2017, conforme previsto no item 12.10 do referido edital, em todos os seus termos, a contar de 30 de Novembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 097 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776150

DECRETO Nº. 097 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº. 185, de 21 de maio de 1998, que Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR de Jacinto Machado – SC.

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR de Jacinto Machado que ficará assim constituído:

I - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE:

TITULAR: José Antonio Cardoso
SUPLENTE: Everton de Borba Teixeira

II – CÂMARA DE VEREADORES

TITULAR: Valdir Trombim
SUPLENTE: Wanderlei Tomasi

III – REPRESENTANTES DAS EMPRESAS FUMAGEIRAS

TITULAR: Silvano Bristot
SUPLENTE: Pedro Correa Nazário

IV – REPRESENTANTES DA EPAGRI

TITULAR: Alexandro Roesler
SUPLENTE: Fernando Lock Silveira

V – REPRESENTANTES DA CIDASC

TITULAR: Valdirene de Noni
SUPLENTE: Eliete Gomes Just

VI – REPRESENTANTES DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA - CO-OPERJA

TITULAR: Antonio Moacir de Noni
SUPLENTE: Délcio Maccarini

VII – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS

TITULAR: Antonio José Porto
SUPLENTE: Lauro Possamai Della

VIII – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

TITULAR: Valdir Barbosa de Oliveira
SUPLENTE: Sérgio Luiz Duzioni

IX – REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DE SERRA DA PEDRA E COSTÃO DA PEDRA

TITULAR: Otavio Candiottto
SUPLENTE: Agenor Machado

X – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE DE ENGENHO VELHO

a) TITULAR: Vanderlei Giassi
b) SUPLENTE: Samuel Martins dos Santos

XI – REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DE TENENTE E SANGA DA PACA

a) TITULAR: Jorge Rosso
b) SUPLENTE: José Cechinel

XII – REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DE MORRO DA GÁVEA E BAIRRO GÁVEA

a) TITULAR: Everson Manentti Ramos
b) SUPLENTE: Pedro Mateus

XIII – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE MORRO DE FÁTIMA

a) TITULAR: André Lourenço Padilha
b) SUPLENTE: Lédio João Lucietti

XIV – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE DE PINHEIRINHO DO MEIO

a) TITULAR: Rui Carlos Giusti
b) SUPLENTE: João Gabriel

XV – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE DE PINHEIRINHO ALTO

a) TITULAR: Edson Cândido Borba
b) SUPLENTE: Antônio Cardoso

XVI – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE DE RIO DE DENTRO

a) TITULAR: Carmos Teixeira
b) SUPLENTE: Aderci Pedro Luiz

XVII – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE DE PINHEIRINHO
BAIXO

a) TITULAR: Hugo Pereira Silveira

b) SUPLENTE: João César Cardoso

Art. 2º - O mandato dos Conselhos será de 2 (dois) anos, podendo o representante eleito ser reconduzido pelo menos uma vez, sendo seu exercício considerado de interesse público relevante não remunerado.

Art. 3º - As competências, funcionamento, impedimento e demais disposições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR de Jacinto Machado serão tratadas e definidas no regimento interno.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogada as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2018

Publicação Nº 1776439

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2018

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 171/2018, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de link de dados e fornecimento e manutenção de links de conexão para formação de uma rede de dados interna e privativa da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correia de Almeida e Lenita Malheiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017. Dando prosseguimento a Pregoeira e sua equipe de apoio, registram em Ata, que nenhuma empresa protocolou envelopes para esta licitação, restando desta forma o certame DESERTO. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 17 de outubro de 2018.

Rosinei Ap. Gretter Dias	
Lenita Malheiro	
Sidnei Correia de Almeida	

DECISÃO ADMINISTRATIVA - AUTOS Nº 0020749/2018 (RECURSO) APENSOS 11295/2017 E 0013374/2018 - DECISÃO Nº 132/2018GAPREF

Publicação Nº 1776434

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 132/2018GAPREF

Autos nº 0020749/2018 (RECURSO) apensos 11295/2017 e 0013374/2018

Requerente: Luiz Carlos Uber

Requerido: Município de Jaraguá do Sul – Fiscalização

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de pedido de reconsideração de decisão administrativa, com forte no art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, reque-rendo, seja declarada a tempestividade tanto do recurso levado ao julgamento da JARE (fls. 12/16, autos apensos), quanto do recurso julgado neste Gabinete (fls. 10/14, autos apensos), eis que aduz o Requerente, em ambos os casos tempestivos eram os pedidos.

No primeiro (fls. 12/16), entende, não se levou em conta a certidão do Sr. Fiscal que reconhecia o recebimento do Auto de Infração apenas em 29/3/18.

No segundo, assevera, deu-se como recebida em 5 de abril de 2018, a decisão da Jare (fl. 18), quando, na verdade a assinatura do documento era do próprio agente dos correios (Altair A. Zimmermann).

Por fim, requer, seja devolvida a matéria à apreciação da primeira instância julgadora para que se analise o mérito da questão,

afastando-se a aplicação da multa já imposta.

Vieram-me os autos conclusos em 22 de agosto. É a síntese.

II. FUNDAMENTO E DECIDO.

I - Trata-se de pedido de reconsideração de decisão administrativa, com forte no art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, reque-rendo, seja declarada a tempestividade tanto do recurso levado ao julgamento da JARE (fls. 12/16, autos apensos), quanto do recurso julgado neste Gabinete (fls. 10/14, autos apensos), eis que aduz o Requerente, em ambos os casos tempestivos eram os pedidos.

Pois muito bem. É preciso dizer desde já, assiste razão ao Reque-rente, motivo pelo qual revejo a Decisão nº 057/2018/GAPREF (fls. 10/14).

É que a decisão colegiada levou em conta apenas e tão somente o documento de fl. 8 (autos apensos) que efetivamente comprova a entrega da decisão no endereço do Requerente e recebida por José Carlos Meurer e dali passou a contar o prazo para defesa, bem por isso, entendeu pela intempestividade (fl. 13, autos apensos).

Em sede recursal este mandatário acatou o argumento da Jare e, ato contínuo, também julgou intempestivo o reclamo, porquanto entendeu-se que intimado da decisão colegiada o Recorrente em 5 de abril (fl. 18, autos apensos) e que, em relação à primeira instân-cia, mesmo contando da certidão do Sr. Fiscal (fl. 4, autos apensos) a destempo do prazo a peça processual.

Assim retrago da decisão a que aqui me refiro (fl. 11):

Acertada a decisão da JARE em não conhecer o recurso dada a intempestividade.

Ora, sem delongas: o prazo foi aberto em 7/3/17, eis que entregue no endereço do Reclamante (fl. 8. autos apensos).

No entanto, o fiscal, a mão, certificou que a entrega direta ao Re-clamante deu-se no dia 19/3/17 (fl. 4. autos apensos).

De outro. norte a Lei Municipal nº 1182/88 prevê o prazo de 30 dias, a contar a notificação.

Bem por isso, considerando quaisquer das datas acima o prazo para recurso findaria em 6 de abril/2017 ou 18/4 de 2017, no en-tanto, simples consulta ao protocolo (fl. 1, autos apensos) e tem-se que o recurso foi impetrado em 26 de abril de 2017, às 12h7min, ou seja, a destempo.

Denoto, neste momento, houve equívoco e revejo a decisão ata-cada.

Muito bem. Descabia, digo desde já, ao fiscal "certificar" outra data de recebimento que não fosse àquela da correspondência, porquanto uma vez entregue no endereço informado pelo próprio Requerente, por óbvio, não cabe escusa de que "desconhece" que, na casa dele recebeu.

De outro norte, se o Fiscal tem fé pública para certificação em des-favor do que alega um munícipe, a mesma fé pública também deve permanecer quando corrobora o dito por ele.

Fiscais têm poder de polícia administrativa e fé pública, até por que

a origem de tal mando vem nada menos que da Constituição Federal, eis que o art. 30, VIII, assevera competência aos municípios para "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação solo urbano", no entanto, com todo respeito, não lhes alberga licença para fazer o que "lhes parece certo ou porque assim o querem ou assim interpretam".

O poder de polícia decorre da Lei, justamente para "dar efetividade ao cumprimento das regulamentações urbanísticas e ambientais, cabe aos Municípios, também, o exercício do poder de polícia, que se concretiza com a imposição de certas condutas aos proprietários de imóveis, a fim de reprimir atos lesivos e exigir dos administrados a observância de suas obrigações de fazer ou não fazer insculpidas na legislação", como já se disse no início desta decisão, mas a aplicação da sanção também decorre da Lei, não há espaço para inventividade, no entanto, ao ampliar o prazo de defesa, se de maneira adequada ou não, restringi-lo agora não é possível, sob pena de macular um direito indelével do Recorrente: a ampla defesa e o contraditório, corolários da Constituição.

Também este Mandatário ao considerar que a certificação do Sr. Fiscal deu-se em 19/3/16 (fl. 5, autos apensos) equivocou-se dada a dubiedade da grafia, no entanto, verificando o calendário do ano anterior, tem-se que o dia 19/3 caiu em um "domingo", dia de descanso, de onde, por extensão, deduz-se que certo o Recorrente ao afirmar que a certificação se deu em 29 de março daquele ano, ou seja, um dia útil.

Assim, considerando válida a data de 30 de março, tempestivo o recurso protocolado em 26 de abril de 2017, às 12h7min (fl. 1, autos apensos).

Quanto ao recurso impetrado em segunda instância (a este Mandatário), tenho, também é de se rever o posicionamento.

Digo isso por que a decisão da Jare, na verdade, não foi recebida pelo Recorrente, conquanto a assinatura do recebedor (último campo do AR, fl. 18 autos apensos) não é do Recorrente e sim do próprio "agente de correios" que, inadvertidamente, assinou no campo que pertencia o recebedor da missiva e não do entregador. Advirto desde já que tal erro procedimental deveria ter sido certificado e saneado antes de virem os autos ao Gabinete, conquanto, aqui se faz a decisão do Chefe do Poder Executivo e não instrução e revisão de provas processuais.

Reassevero: tem razão o Requerente, porque ao macular-se o direito de defesa, macula-se o processo e rever o meu posicionamento é restabelecer a legalidade dos atos processuais e plenamente possível.

É que da Súmula 346, do STF, de cujo conteúdo retira-se que "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" e à de nº 473, da mesma Corte, onde se lê que: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Quanto ao princípio mencionado, o da Autotutela, nas palavras do Des. Adilson Carlos Silva do TJSC:

A Administração, à luz do princípio da autotutela, tem o poder de rever e anular seus próprios atos, quando detectada a sua ilegalidade. [...]

E não se diga que desta revisão restará prejudicada a segurança jurídica, eis que nas pertinentes palavras da Exma. Sra. Ministra Carmen Lúcia:

O Supremo Tribunal já assentou que diante de indícios de ilegalidade, a Administração deve exercer seu poder-dever de anular seus próprios atos, sem que isso importe em contrariedade ao princípio da segurança jurídica. Nesse sentido, as súmulas 346 e 473 deste Supremo Tribunal: 'A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos' (Súmula 346). 'A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial' (Súmula 473)." (AO 1483, Relatora Ministra Carmen Lúcia, Primeira Turma, julgamento em 20.5.2014, DJe de 3.6.2014)

DIANTE DO EXPOSTO, conheço do recurso e DOU PROVIMENTO AO MÉRITO, com fulcro nos princípios da legalidade, impessoalidade e da ampla defesa e do contraditório e DETERMINO o retorno dos autos à JARE para julgamento do mérito do recurso de fls. 2/3 dos autos nº 12295/2017 protocolado em 26 de abril de 2018 (fl. 1) e torno NULA a Decisão nº 057/2018/GAPREF (fl. 10, autos nº 0013374/2018).

a) Comunique-se a Fazenda Pública de que se abstenha imediatamente da cobrança de fls. 16 dos autos nº 0013374/2018 (Certidão de Dívida Ativa nº 57471/2018), eis que retornarão os autos para defesa do Recorrente e envie-se-lhe cópia desta decisão;

b) comunique-se a FUJAMA para que suspenda qualquer ato decorrente dos fatos arguidos neste processo, eis que retornarão os autos para defesa do Recorrente, mandando-se cópia desta decisão àquela Fundação.

Cumpra-se e nos termos da decisão.
Intime-se.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.
Antônio Aleixo Lunelli
Prefeito

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 171/2018 - RESULTADO DE JULGAMENTO

Publicação Nº 1776440

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 171/2018

Processos: 40/2018-FMS, 127/2018-SAMAE, 009/2018-ISSEM.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO/ ISSEM - INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

TIPO: Menor Preço Global

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira, comunica aos interessados no Pregão Presencial acima, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de link de dados e fornecimento e manutenção de links de conexão para formação de uma rede de dados interna e privativa da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 17 de outubro de 2018.
Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2018 - INSCRIÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL CINTURÃO VERDE

Publicação Nº 1776464

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2018

INSCRIÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL CINTURÃO VERDE

Processo de inscrição e seleção para a Programa Cinturão Verde, que trata do subsídio no fornecimento de materiais para produção agrícola através do sistema de cultivo protegido tipo "estufas", composto por sistema de irrigação (canos, mangueiras e acessórios), lonas plásticas e arcos de estrutura metálica, em propriedades particulares com exploração de Agronegócio, e será concedido mediante o credenciamento e assinatura do Termo de Concessão no Município de Jaraguá do Sul, referente ao ano de 2018.

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições para o Programa Cinturão Verde de acordo com o que estabelece o presente Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018.

PERÍODO E LOCAL DE INSCRIÇÃO: As inscrições estarão abertas no período de 19 de outubro a 19 de novembro de 2018, e serão efetuadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini, nº 600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul - SC, no horário de expediente da Semdra;

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este edital poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA pelo fone (047) 2106-8113 ou ainda, pelos e-mails id81956@jaraguadosul.sc.gov.br (Cláudia E. Zimmermann), id7925@jaraguadosul.sc.gov.br (Roberto Nagel), id9102@jaraguadosul.sc.gov.br (Jackson Haroldo Schütz).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do presente Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini, nº600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul - SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 11 de outubro de 2018.

Daniel Peach

Secretário do Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2018

INSCRIÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL CINTURÃO VERDE

Processo de inscrição e seleção para a Programa Cinturão Verde, que trata do subsídio no fornecimento de materiais para produção agrícola através do sistema de cultivo protegido tipo "estufas", composto por sistema de irrigação (canos, mangueiras e acessórios), lonas plásticas e arcos de estrutura metálica, em propriedades particulares com exploração de Agronegócio, e será concedido mediante o credenciamento e assinatura do Termo de Concessão no Município de Jaraguá do Sul, referente ao ano de 2018.

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018, torna público que estão abertas às inscrições para o Programa Cinturão Verde de acordo com o que estabelece o presente Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo de Seleção será regido por este Edital, organizado e executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA de Jaraguá do Sul, através da Comissão Organizadora do Programa. O Processo de Seleção destina-se ao fornecimento de materiais para produção agrícola através do sistema de cultivo protegido tipo "estufas".

Os materiais do sistema de produção de cultivo protegido tipo "estufas", deverão ser entregues em um único conjunto ou por lote como no especificado, para facilitar a sua montagem e construção, oportunizando acima de tudo a compatibilidade dos itens que compõem o conjunto.

As vigas e esteios necessários e eventualmente outros materiais, assim como o serviço de máquinas para nivelamento e preparo do terreno que se fizerem necessários, serão por conta e custas do produtor que receber os itens descritos nos quadros de lotes a seguir, inclusive a montagem a qual será orientada e acompanhada pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento- SEMDRA.

1.2 - Na ocasião da inscrição, o produtor, deverá apresentar os documentos solicitados no item 2.

1.3 - As atividades e acompanhamento serão realizadas durante o expediente da Semdra.

1.4 - Despesas com instalação e outros materiais serão custeadas pelo produtor beneficiado.

1.5 - O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.jaraguadosul.sc.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do inscrito à obtenção deste documento e sua leitura.

2 - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1 - Os requisitos para inscrição no Programa Cinturão Verde são os seguintes:

a) Ser Produtor Rural;

- b) Ser cadastrado no sistema da SEMDRA;
- c) Ser proprietário do imóvel, ou arrendatário, ou parceiro, ou comodatário, ou através de declaração de posse, devidamente comprovado (através de registro/firma reconhecida);
- d) Ser Proprietário de propriedade particular com exploração Agronegócio ou subsistência;
- e) Ter participado de eventos técnicos (cursos, excursões, visitas, dias de campo, reuniões técnicas, etc).
- f) Estar em situação de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições estarão abertas no período de 19 de outubro a 19 de novembro de 2018 e serão efetuadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini, nº600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC no no horário de expediente da Semdra;

3.2 – Cada produtor deverá apresentar seu cadastro atualizado junto a SEMDRA.

4 – DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:

- a) Negativas Fiscais junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- b) Certificados ou Declaração de participação nos eventos técnicos.

4.1 – É de exclusiva responsabilidade do produtor a veracidade e atualização do cadastro rural junto a SEMDRA e do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

5 – DA AVALIAÇÃO

5.1 – A avaliação para concessão dos materiais para o sistema de cultivo protegido tipo “estufas” serão de responsabilidade da SEMDRA e será realizada de acordo com a disponibilidade financeira da SEMDRA, segundo critérios elencados neste instrumento e nos termos da Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018, sendo a operacionalização efetuada pela Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde.

5.2 – O processo de execução e o acompanhamento da instalação das “estufas” do Programa Cinturão Verde contará com as seguintes fases:

1ª fase – Inscrição no Programa: A Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde será responsável pela verificação do preenchimento integral e atualizado do cadastro.

2ª Fase – Análise Documental: Com base na documentação de inscrição e demais informações do cadastro rural, a Comissão irá atribuir pontuação conforme critérios identificados neste Edital.

3ª Fase – Classificação: Findada a análise documental, a Comissão validará a liberação para entrega dos materiais para o sistema de cultivo protegido tipo “estufas”, através de registro em ata.

4ª Fase – Entrega: Será organizado o cronograma de entrega com acompanhamento de técnicos da SEMDRA, com assinatura do respectivo termo.

5ª Fase – Termo de Verificação de Instalação: O beneficiário terá um prazo de 60 dias para efetuar a instalação do conjunto, sob penalidade de ter que devolver todos os materiais recebidos. Efetuada a instalação, o beneficiário comunicará a SEMDRA e assinará o termo de Verificação de Instalação e serão anexadas fotografias dos materiais e equipamentos instalados.

6 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

6.1 – A Comissão do Programa Cinturão Verde utilizar-se-á dos seguintes critérios de pontuação, para ordem de classificação, utilizando como base as informações extraídas do cadastro rural:

ATIVIDADES	PONTUAÇÃO
Produtor de olerícolas sem cultivo protegido	5
Produtor com emissão de nota fiscal de olerícolas (mínimo de 1 anos)	1 a cada ano
Produtor que não possua renda fora da agricultura	2
Produtor com experiência na atividade de olerícolas (Cadastro SEMDRA)	1 por ano de experiência
Jovem produtor rural (com idade até 30 anos) residente na propriedade	1 a cada jovem
Propriedade rural inscrita no Cadastro Ambiental Rural	1
Produtor que realizou cursos referentes à produção olerícola, desde que comprovados por certificado	1 a cada 16 horas/anual (mínimo)
Produtor agroecológico (certificado e inscrito no MAPA)	0,50 por ano de certificação
Produtor que participou de reuniões/encontros/viagens disponibilizadas pela SEMDRA ou outra entidade, desde que comprovada (pelo menos 2 por ano).	0,20 por evento
Produtor rural cadastrado na SEMDRA em qualquer atividade Agropecuária	0,10 por ano de atividade

6.2 - Após auferida a somatória da pontuação obtida por cada um dos inscritos, será elaborada a listagem dos beneficiados contendo os nomes dos produtores em ordem crescente de classificação.

6.2.1 – Em caso de empate na pontuação aplicar-se-á os critérios de desempate dispostos no item 7 do presente instrumento.

7 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. O critério de desempate em cada modalidade, em ordem decrescente de preferência, será o seguinte:

- Produtor de hortaliças sem cultivo protegido
- Produtor de hortaliças com cultivo protegido
- Maior Número de horas de participação em eventos técnicos
- Jovem rural
- Produtor rural que não seja hortaliças

8- DO ENQUADRAMENTO

8.1 - A Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde efetuará o enquadramento dos inscritos, podendo organizar o cronograma por bairro, região ou ordem de inscrição.

9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da execução deste Edital de Credenciamento correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento de 2018, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
20.122.0500.1400.3.3.90	Aquisição de Caminhões, Maq. Equip. Agrícolas e Veículos Auxiliares	3.3.90 Aplicações diretas	854	1080 - SF Recursos próprios - PMJS

10 – DA CONCESSÃO

10.1. As “estufas” serão concedidas até o mês de dezembro/2018 e conforme disponibilidade de itens, demais podendo ser prorrogado conforme previsão.

10.2. Cada unidade de produção poderá receber até o limite de 50 (cinquenta) metros de “estufas”.

10.3. O beneficiário firmará com o Município de Jaraguá do Sul o respectivo Termo de Adesão (Anexo II).

11 – DAS OBRIGAÇÕES

11.1. São obrigações do beneficiário do Programa Cinturão Verde:

11.1.1. Seguir as orientações técnicas da SEMDRA e normas do programa;

11.1.2. Zelar pelo uso correto dos materiais e equipamentos recebidos;

11.1.3. Participar de capacitações, eventos e demais atividades da SEMDRA;

11.1.4. Permitir, a qualquer momento, em sua propriedade, a presença de técnicos e demais funcionários da SEMDRA para tratar sobre questões do programa;

11.1.5. Autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido em imagens e anúncios oficiais do Município e da Secretaria em materiais de divulgação e marketing;

11.2. O não cumprimento das obrigações acima mencionadas implicará na suspensão da inscrição no Programa Cinturão Verde.

12 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1. A listagem contendo os produtores beneficiados, será divulgada no Diário Oficial do Município, conforme cronograma (anexo IV).

13 – DOS RECURSOS

13.1. O inscrito que se sentir prejudicado poderá interpor recurso mediante requerimento direcionado à Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde (Anexo III).

13.1.1. O prazo para interposição do recurso será de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação dos beneficiados no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

13.1.2. Os recursos deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini, nº600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC no horário de expediente em envelope lacrado e direcionados à Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para análise e julgamento.

13.2. Após deliberação acerca dos recursos interpostos, a Comissão do Programa Cinturão Verde encaminhará listagem parcial e final dos beneficiados e providenciará a publicação no Diário Oficial do Município.

14 – HOMOLOGAÇÃO

14.1. O resultado parcial e final do processo seleção será homologado através de publicação no Diário Oficial do Município, constando a relação nominal dos beneficiários do Programa, em ordem crescente de classificação.

15 – DO PRAZO DE ENTREGA E VERIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO

15.1 O Termo de Verificação e Instalação da “estufa” deverá ser assinado pelo produtor, juntamente com o técnico da SEMDRA que realizou

a vistoria.

15.2 O cronograma será definido após a homologação final dos inscritos para receber o benefício, considerando a logística e organização técnica da SEMDRA e empresa fornecedora dos itens da "estufa".

15.3 A verificação e acompanhamento do técnico para entrega e orientações necessárias para a efetiva instalação dos dos itens da "estufa".

16 - DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

16.1. O processo de desligamento do Programa Cinturão Verde respeitará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

16.2. Em caso de desligamento do beneficiário, a Comissão do Programa Cinturão Verde convocará o próximo candidato, observada a ordem de classificação ou cronograma definido.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A inscrição do produtor implicará no conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do presente Edital e normais legais pertinentes ao Programa Cinturão Verde, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17.2. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Cinturão Verde.

17.3. A classificação do produtor no Edital de Chamada Público não implica direito ao benefício, cabendo à SEMDRA a decisão sobre provimento dos materiais para o sistema de cultivo protegido tipo "estufas".

17.4. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Formulário de Inscrição;

Anexo II – Termo de Adesão ao Programa;

Anexo III – Formulário para Recurso;

Anexo IV – Cronograma;

Anexo V - Descrição de atividades;

Anexo VI – Termo de Verificação da Instalação.

17.5. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini, nº600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC no horário de expediente.

17.6. E para que ninguém alegue ignorância, é o presente Edital publicado em resumo no jornal Diário Oficial do Estado, em jornal de Circulação Regional, em Jornal de Circulação Estadual, no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no quadro de editais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, e disponibilizado no site: www.jaraguadosul.sc.gov.br da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

Daniel Peach

Secretário do Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO – PROGRAMA CINTURÃO VERDE

Nome Completo:	
CADASTRO RURAL:	
Data de Nascimento:	Sexo: () Masculino () Feminino
CPF:	RG:
Endereço:	Bairro:
Cidade:	CEP:
Telefone celular:	Telefone residencial:
E-mail:	

Declaro esta ciente:

- Das condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018, que institui o Programa Cinturão Verde e do presente Edital de Chamada Pública nº 004/2018 da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento.
- Que a formalização da inscrição não garante a concessão benefício, o que somente ocorrerá após análise da Comissão do Programa Cinturão Verde da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 2018

Nome e Assinatura

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO Nº ____/2018 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC E _____

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.459/0001-23, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antídio Lunelli, doravante denominado CONCEDENTE, e sr/sr^a _____, produtor(a) rural, portador(a) da cédula de identidade _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) _____, doravante denominado(a) simplesmente BENEFICIÁRIO(A), em decorrência do Programa Cinturão Verde EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2018, homologado em __/__/__, pactuam o presente mediante sujeição mútua às normas do edital, Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE ADESÃO tem por objeto assegurar ao Beneficiário (a) o recebimento dos materiais do sistema de produção de cultivo protegido tipo “estufas”. Não estão inclusos as vigas, esteios necessários e eventualmente outros materiais, assim como o serviço de máquinas para nivelamento e preparo do terreno, inclusive a mão-de-obra que se fizerem necessários, limitado apenas aos itens listados em cada um dos lotes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE INSTALAÇÃO

O produtor(a) beneficiado(a) terá um prazo de 60 (sessenta dias) a partir do ato da entrega dos materiais para a instalação do sistema de produção do cultivo protegido tipo “estufa”. O prazo se encerra na assinatura do Termo de Verificação da Instalação por ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O BENEFICIÁRIO(A) assinará o termo no momento de entrega e da verificação da instalação, sendo efetuado também registro fotográfico.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações da CONCEDENTE:

- acompanhar a deliberação, entrega e instalação do produto.
- caso ocorra, autuar e registrar as irregularidades do contrato.
- acompanhar o produtor(a) com orientações sobre a utilização e a melhor aplicação para produtividade rural.

II - São obrigações do BENEFICIÁRIO(A):

- utilizar os recursos de maneira a obter melhor produtividade e de acordo com o objeto pactuado neste Termo;
- participar de treinamentos, de atividades e eventos em prol do desenvolvimento pessoal e melhor uso do sistema de cultivo protegido tipo “estufas”;
- Apresentar à CONCEDENTE informações das atividades e benefícios alcançados;
- Autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido em imagens e anúncios oficiais da SEMDRA e demais materiais de divulgação e marketing.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Termo de Adesão poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, por descumprimento de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que a torne material ou formalmente inexecutável, sem qualquer ônus advindo dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações do prazo em que tenha vigido.

Constitui motivo para rescisão deste Termo de Adesão e perda do benefício, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, ou na ocorrência das seguintes hipóteses:

- comprovado uso de documento ou declaração falsa para obtenção do benefício;

- b) deixar de utilizar as instalações sem justificativa;
d) quando convocado pela SEMDRA, não participar sem justificativa convincente.
e) deixar de autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido em imagens e anúncios oficiais do Município e da SEMDRA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Termo de Adesão do Programa Cinturão Verde que decorre da Lei Municipal nº7.639 de 10 de maio de 2018, tem por finalidade individualizar a relação jurídica particular, não gerando qualquer vínculo empregatício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Jaraguá do Sul -SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem plenamente de acordo, firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicada, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 2018.
Concedente Beneficiário

Testemunhas

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

ANEXO III – FORMULÁRIO PARA RECURSO

FORMULÁRIO PARA RECURSO
À Comissão do Programa Cinturão Verde
Produtor:
Inscrito em:
Solicito a revisão de minha pontuação, sob os seguintes argumentos:

Jaraguá do Sul (SC), _____ de _____ de 2018.

Assinatura do candidato

Atenção:

1. Preencher o recurso com letra legível
2. Apresentar argumentações claras e concisas.
3. Preencher o recurso em 02 (duas) vias, das quais 01 (uma) será retida e outra permanecerá com o inscrito devidamente protocolado.

ANEXO IV - CRONOGRAMA

DATA	EVENTO
17/10/2018	Publicação do Edital.
19/10/2018 a 19/11/2018	Inscrições.
21/11/2018	Publicação da listagem parcial dos beneficiários, em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais do município.
22/10/2018 e 23/10/2018	Prazo para a interposição de recurso.

27/11/2018	Publicação da Listagem final dos produtores (beneficiários) em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais do município.
29/11/2018	Homologação.

ANEXO V - DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

O Projeto Cinturão Verde é um programa de incentivo à agricultura familiar de Jaraguá do Sul. Temos como foco principal a promoção da produção de hortifrutigranjeiros no município para abastecimento do mercado local e regional. O projeto está delineado na organização dos produtores rurais e fomento e suas atividades de produção que almejam uma nova fonte de renda, além da diversificação produtiva em sua propriedade.

Objetivo Geral - Incentivar agricultura familiar, através de diversificação da produção e geração de renda, a otimização da área de cultivo e produtividade.

Objetivos Específicos - Estimular o associativismo e o cooperativismo; fomentar a comercialização de produtos agropecuários; visibilidade e acessibilidade entre a secretaria com os agricultores com atividades autossustentáveis, reprodução do modelo de desenvolvimento rural e sustentável garantindo a sucessão rural de propriedades e profissional; e proporcionar intercâmbio entre os mais diversos elos da cadeia produtiva e de comercialização na região.

Materiais: Conjunto 1: Conjunto de abrigo para produção agrícola, com arco de ferro, com a base de no mínimo de 6,3 metros entre uma lateral e outra (ou mínimo de 7 m de comprimento de arco total) por 15 metros de comprimento, com filme de 150 micras e sistema de gotejamento para os canteiros. Contendo: 8 unidades de tubo de aço de carbono com costura com 7 metros de comprimento por espessura de 2mm e diâmetro de 26mm. 16 suportes arco estufa. 20 metros de filme UV8,00X0,150mm. 20 unidades de conectores iniciais bitola 10x16mm. 20 unidades de tampão fita de gotejamento (fim linha) com rosca 16mm. 1 unidade de filtro disco 1pol plástico de 120 Mesch para irrigação. 1 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 30 cm (800M). 22 unidades de perfil de alumínio tradicional (barra com 2m). 5 rolos de mola/gancho aço tradicional (rolo com 10m).

Conjunto 2: Conjunto de abrigo para produção agrícola, com arco de ferro, com a base de no mínimo de 6,3 metros entre uma lateral e outra (ou mínimo de 7 m de comprimento de arco total) por 25 metros de comprimento, com filme de 150 micras e sistema de gotejamento para os canteiros. Contendo: 13 unidades de tubo de aço de carbono com costura com 7 metros de comprimento por espessura de 2mm e diâmetro de 26mm. 26 suportes arco estufa. 30 metros de filme UV8,00X0,150mm. 20 unidades de conectores iniciais bitola 10x16mm. 20 unidades de tampão fita de gotejamento (fim linha) com rosca 16mm. 1 unidade de filtro disco 1pol plástico de 120 Mesch para irrigação. 3 rolos de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 15 cm (200M). 32 unidades de perfil de alumínio tradicional (barra com 2m). 7 rolos de mola/gancho aço tradicional (rolo com 10m).

Conjunto 3: Conjunto de abrigo para produção agrícola, com arco de ferro, com a base de no mínimo de 6,3 metros entre uma lateral e outra (ou mínimo de 7 m de comprimento de arco total) por 50 metros de comprimento, com filme de 150 micras e sistema de gotejamento para os canteiros. Contendo: 20 unidades de tubo de aço de carbono, com costura com 7 metros de comprimento por espessura de 2mm e diâmetro de 26mm. 40 suportes arco estufa. 1 rolos de filme UV8,00X55X0,150mm. 20 unidades de conectores iniciais bitola 10x16mm. 20 unidades de tampão fita de gotejamento (fim linha) com rosca 16mm. 1 unidade de filtro disco 1pol plástico de 120 Mesch para irrigação. 1 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 30 cm (800M). 1 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 30 cm (200M) 57 unidades de perfil de alumínio tradicional (barra com 2m). 12 rolos de mola/gancho aço tradicional (rolo com 10m).

ANEXO VI

TERMO DE VERIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO DO PROGRAMA CINTURÃO VERDE

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (Cedente), e _____ Beneficiário(a) acima indicado(a) declaram que nesta data vistoriaram o imóvel inscrito e contemplado no Programa Cinturão Verde, tendo-o encontrado de acordo com as orientações técnicas de instalação dos itens e componentes que compõem o sistema de produção em cultivo protegido tipo "estufa" pelo técnico da SEMDRA, e segue devidamente assinado pelas partes.

Este Termo é parte integrante da última fase do Programa Cinturão Verde, firmado entre as partes supra mencionados, e, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 03 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Observações: _____

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 2018.

Técnico da SEMDRA Beneficiário
(Carimbo)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/SEMDEICST/2018 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS TERMOS DA LEI N. Nº 7.741/2018. - ERRATA

Publicação Nº 1776438

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/SEMDEICST/2018 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS TERMOS DA LEI N. Nº 7.741/2018.

ERRATA

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, tornam público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que está retificando o Edital, no item 5.2.1, onde se lê: "Certificado Digital", leia-se "Atestado de Qualificação da Entidade", conforme preconiza o Art. 22, inciso I do Decreto nº 12.359/2018.

As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2018.

DOMINGOS SAVIL ZANCANARO

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 035/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1776433

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 035/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Hallam Haugusto Rodrigues	426.683.488-89	2531/2018	Comércio Ambulante sem a Licença da Prefeitura Municipal. Multa conforme Art. 338 e 344 da Lei Municipal 1182/88.	R\$ 888,90	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2018

Publicação Nº 1776441

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2018

O Prefeito Municipal e o Secretário de Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22 de março de 2017, fazem saber que se encontram abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO UNICAMENTE COM BASE NO EXAME DE TÍTULOS, para contratação de Agente de Alimentação e Nutrição por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto a Seleção Pública Simplificada de Pessoal para contratação de Agente de Alimentação e Nutrição em caráter temporário, para atuar nas Unidades Escolares Rede Municipal de Ensino de Jaraguá do Sul, no ano de 2019 .

1.2 O candidato aprovado, observada a sua inscrição e a ordem de classificação, poderá ser convocado para atuar em caráter temporário em uma das vagas disponíveis na Rede Municipal de Ensino, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

1.3 A contratação temporária será adotada nas hipóteses previstas nos incisos III, VI e VII do artigo 2º, da Lei Complementar nº 102/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22 de março de 2017.

1.4 No caso de posterior demissão de algum dos servidores contratados, a vaga será preenchida conforme ordem de classificação do presente Edital.

CLÁUSULA II – CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 São requisitos para o candidato participar do presente Edital e/ou para firmar contrato temporário com a administração pública:

- ter ensino fundamental completo (ensino fundamental completo concluído até 8ª série ou 9º ano);
- ser brasileiro nato ou naturalizado;
- estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

- d) ter, na data da inscrição, a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- e) ter conhecimento das exigências estabelecidas neste Edital, e estar de acordo com as mesmas;
- f) ter conhecimento das atribuições dos cargos, conforme Anexo I.
- g) experiência comprovada em carteira ou através de contrato administrativo, nos cargos de agente de alimentação e nutrição, merendeira ou cozinheira.

2.2 É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 2.1, observando ainda, a vedação de cumulação de cargos públicos, o período de interrupção do contrato de trabalho e a inexistência de aplicação de penalidade de demissão ou perda de cargo público.

2.3 O período de interrupção de contrato de trabalho será de seis meses, para candidatos que firmaram contratos com a administração do Município de Jaraguá do Sul, nos anos de 2017 e 2018.

2.4 É vedada a contratação de candidatos que na data de escolha de vagas não tiverem cumprido os seis meses de interrupção conforme o item 2.3.

2.4.1 O candidato nesta condição será comunicado da impossibilidade de sua contratação, sendo o mesmo colocado em final de lista.

CLÁUSULA III – DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato deverá conhecer, antes de efetuar a inscrição, os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para exercício das atribuições dos cargos.

3.2 A inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado deverá ser realizada na Secretaria de Educação, nos dias 01 a 08 de novembro de 2018, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h.

3.3 O candidato deverá imprimir, preencher e assinar a ficha de inscrição, anexando os documentos constantes abaixo:

- a) ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
- b) cópia do documento de identidade;
- c) cópia do comprovante de escolaridade (ensino fundamental completo concluído até 8ª série ou 9º ano);
- d) comprovante de experiência profissional no preparo de refeições (somente tempo de serviço no cargo de agente de alimentação e nutrição, merendeira ou cozinheira, feita através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou através de Contrato Administrativo. O candidato deverá entregar cópia da página que contém a identificação do trabalhador e da página do contrato de trabalho. Estando o contrato em aberto (sem registro da data de saída) o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar declaração da empresa atestando a sua permanência na função. Caso não tenha contrato em carteira poderá apresentar declaração do órgão ou instituição, especificando os períodos de experiência profissional no preparo de refeições;
- e) declaração de aposentadoria, para os candidatos aposentados (Modelo II).

3.4 Os documentos solicitados no item 3.3 deste Edital devem ser as cópias, entregando-as à Comissão para serem protocoladas, na ordem constante no referido item.

3.5 A ficha de inscrição e os documentos entregues no período estabelecido no item 3.2 não serão conferidos no ato de entrega, sendo fornecido ao candidato protocolo de recebimento com seu nome, data de entrega e número de folhas.

3.6 É de total responsabilidade do candidato providenciar e entregar os documentos conforme solicitado no item 3.3, bem como, estar de posse do protocolo de recebimento caso haja necessidade.

3.7 O candidato que solicitou extinção de seu contrato de trabalho em 2017 e 2018 sem fazê-lo com 30 (trinta) dias de antecedência, será impedido de participar deste processo seletivo público simplificado, conforme §4º, do artigo 10, da Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22 de março de 2017.

CLÁUSULA IV – DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. A classificação dar-se-á de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

- a) tempo de experiência comprovado (somente tempo de serviço no cargo de agente de alimentação e nutrição, merendeira ou cozinheira) – 10 pontos para cada 06 meses trabalhados;
- b) idade.

4.2 Para a contagem do tempo de serviço será considerado:

- somente tempo de serviço no cargo de agente de alimentação e nutrição, merendeira ou cozinheira .

CLÁUSULA V – DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A homologação das inscrições será divulgada no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, no dia 14 de novembro de 2018, após às 14h.

5.2 O candidato poderá impetrar recurso do resultado da classificação no dia 19 de novembro de 2018, na Secretaria da Educação (modelo anexo), até às 11h.

5.3 Homologação Final da média final da seleção será divulgada no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, no dia 19 de novembro de 2018, após às 16h.

CLÁUSULA VI – DO RECURSO

6.1 No dia 19 de novembro de 2018, no horário das 8h às 11h, de conhecimento da divulgação da classificação o candidato poderá recorrer do resultado, preenchendo o Formulário de Recurso (anexo ao Edital), fundamentado e dirigido à Comissão de Seleção do Processo Seletivo e entregue na Secretaria de Educação.

CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 Os profissionais serão admitidos, em caráter temporário, por regime de direito administrativo especial, através de processo seletivo público e universal, para atender necessidade temporária decorrente de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

7.2 O prazo dos contratos será de 3 (três) meses, podendo ser prorrogados pelo mesmo período, sucessivamente, conforme necessidade e interesse da Administração Municipal, mediante avaliação de desempenho do servidor a ser realizada pela Direção da Unidade Escolar.

7.3 Os candidatos serão convocados em observância a ordem da classificação e a conveniência da Administração.

7.4 O candidato classificado e convocado para assumir vaga disponível e que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas pela Administração Municipal, decairá do direito de preenchê-la.

7.5 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha de vagas, perderá todos os direitos de preenchimento de vaga.

7.6 O candidato convocado para contratação deverá se apresentar no Setor de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul, no prazo máximo de dois dias úteis, sob a pena da perda do direito ao preenchimento da vaga escolhida.

7.7 O candidato que não comparecer na data agendada pela Administração Pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga.

7.8 O candidato que solicitar extinção de seu contrato de trabalho deverá fazê-lo com 30 (trinta) dias de antecedência, caso contrário, será aplicada a penalidade constante do §4º, do artigo 10, da Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22 de março de 2017.

8.9 Na admissão o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Setor de Gestão de Pessoas. A não apresentação de tais implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga.

8.10 A contratação do candidato classificado dependerá ainda, da aprovação prévia em exames médico admissionais e da comprovação da habilitação.

8.11 As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Prefeito.

8.12 A remuneração do contratado na forma deste Edital será idêntica à remuneração percebida pelo servidor efetivo em início de carreira de mesma categoria, sendo:

- Agente de Alimentação e Nutrição: R\$ 1.604,46 (hum mil, seiscentos e quatro reais e quarenta e seis centavos), com carga horária de 40 horas semanais.

8.13 A contratação de pessoal para jornada semanal na forma inferior à fixada por Lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com redução proporcional da respectiva remuneração, observada a conveniência da Administração.

8.14 Para os efeitos de remuneração, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

8.15 Aplica-se ao contratado nos termos deste Edital o disposto:

I - na legislação municipal que fixa o auxílio alimentação e auxílio transporte;

II - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, direito de petição;

III - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, deveres, proibições, acumulação e responsabilidade do servidor;

IV - no artigo da Lei Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, penalidades;

V - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014 e na Lei Municipal Nº 88/09, de 04 de setembro de 2009, que tratam da licença especial à gestante e adotante.

8.16 O contratado nos termos deste Edital não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação, ressalvada as prorrogações contratuais.

8.17 A inobservância do disposto no item 8.16. importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

8.18 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar.

8.19 O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á:

I – pelo término contratual;

II – por iniciativa do contratado;

III – quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão observando a ampla defesa e o contraditório;

IV – por iniciativa de Poder Executivo.

8.20 A extinção do contrato fundada nos incisos I, II e III do item 8.19 não implicará no pagamento de indenização.

8.21 A extinção do contrato fundada no inciso IV do item 8.19, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

8.22 A conferência e assinatura da ficha de inscrição deste edital valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Público Simplificado.

8.23 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços (telefones e e-mail) junto ao Município (Secretaria da Educação), se responsabilizando pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrência da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

8.24 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PcD), 5% (cinco por cento) das vagas existentes, nos termos do Artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e pela Lei Complementar Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a necessidade de que sejam portadores. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar na ficha de inscrição o tipo de deficiência e anexar laudo médico pericial que comprove a deficiência e se a mesma é compatível com o exercício do cargo ao qual se inscreveu.

8.25 Não será fornecido ao candidato qualquer documento de caráter individual comprobatório de classificação.

8.26 A classificação do candidato no Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo ao Município, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

8.27 Caberá ao candidato contratado arcar com as despesas de sua locomoção ou mudança, para prover demanda em localidade dentro da região de sua escolha.

8.28 Exercido o direito de escolha, não será permitida a desistência da vaga para assumir outra, nem transferência de Unidade Escolar, ressalvado o interesse público.

8.29 A inexistência de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato na insubsistência da inscrição no processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte do Município, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

8.30 A simples efetuação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

8.31 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo designada pela Prefeito(a) Municipal através de Decreto ou, após contratação, pelo Secretário(a) Municipal de Educação, conforme o caso.

8.32 Não poderão ser contratados os interessados com:

a) ocorrência no Conselho Tutelar;

b) caso tenha sofrido penalidade por Processo Administrativo Disciplinar.

8.33 As despesas decorrentes da execução deste Edital correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

8.34 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

ROGÉRIO JUNG

Secretário de Educação

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2018

AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome candidato: _____

Data Nasc.: ____/____/____ CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Rua: _____

Bairro: _____

Fone residencial: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Assinatura do Candidato

Para preenchimento da Comissão:

Pontuação tempo de serviço: _____

Visto Comissão-----

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2018
AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Recibo Inscrição

Nome candidato: _____

Data da inscrição: ____/____/____ Nº folhas: _____ Recebido por: _____

MODELO I

(Carimbo ou papel timbrado do Estabelecimento de Ensino)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins que _____, matrícula nº _____, conta com o (s) seguinte (s) serviço prestado no cargo de Cozinheira e/ou Merendeira e/ou Agente de Alimentação e Nutrição até 30 de outubro de 2018, conforme:

☐ de ____/____ de _____ a ____/____/____☐ de ____/____ de _____ a ____/____/____☐ de ____/____ de _____ a ____/____/____

Totalizando: ____ anos, ____ meses e ____ dias.

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 2018.

Carimbo e assinatura do Responsável

MODELO II

(Carimbo ou papel timbrado do Estabelecimento de Ensino)

DECLARAÇÃO DE APOSENTADORIA

Eu _____, CPF nº _____, declaro ser aposentado desde ____/____/____.

Declaro ainda que os períodos abaixo relacionados, não foram computados para minha aposentadoria, sendo:

☐ de ____/____ de _____ a ____/____/____☐ de ____/____ de _____ a ____/____/____☐ de ____/____ de _____ a ____/____/____

(esta declaração não desobriga o candidato a apresentar as devidas comprovações dos tempos relacionados acima)

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 2018.

Carimbo e assinatura do Responsável

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2018
AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO: _____

MOTIVO: _____

(Para uso da Secretaria Municipal da Educação)

		DEFERIDO
--	--	----------

		INDEFERIDO
--	--	------------

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 2018.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ATRIBUIÇÕES

AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Atribuições comuns a todos os cargos:

- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento aos objetivos do município.
- Potencializar as habilidades técnicas e específicas da atribuição profissional buscando capacitação e formação continuada, e também habilidades de gestão e cognição através do trabalho em equipe e polivalência.
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.
- Deslocar-se até o local que será realizado o trabalho, seja internamente ou em campo.
- Utilizar equipamentos de proteção e adotar rotinas que propiciem segurança e bem estar pessoal e das pessoas do seu convívio no trabalho.
- Ser assíduo e pontual.
- Apresentar-se adequadamente, utilizando vestimenta adequada ao ambiente e função.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Missão: Atender ao programa alimentar das instituições do município de Jaraguá do Sul, organizando e executando serviços de cozinha. Contribuir com a alimentação e nutrição das pessoas envolvidas, preparando as refeições a elas destinadas, observando métodos de cocção e padrões de qualidade e higiene no processo de preparação. Contribuir com o bem estar dos servidores e visitantes das secretarias, fundações ou autarquias em que estiver atuando, por meio da preparação e fornecimento dos serviços de copa.

Responsabilidades

Preparar refeições, lanches, mamadeiras, chás e sucos para serem servidas, atentando-se e cumprindo os horários pré determinados:

- Observando o cardápio estipulado pela nutricionista;
- Adotando o método mais adequado para o preparo;
- Evitando uso excessivo de gordura, sal e temperos industrializados no preparo dos alimentos;
- Descongelando alimentos quando necessário;
- Higienizando alimentos;
- Atentando-se ao tempo de cocção;
- Elaborando o pré preparo, o preparo e a finalização de alimentos;
- Servindo o alimento ainda quente, quando tratar-se de refeições desta natureza;
- Preocupando-se com aroma, cor, textura e consistência dos alimentos, a fim de torná-los apetitosos às crianças.

Preparar e servir os alimentos e bebidas, organizando e disponibilizando os recipientes e ambiente apropriados, de acordo com a necessidade e realidade da secretaria, fundação ou autarquia em que está lotado.

Acompanhar as refeições, repondo as preparações quando necessário e contribuindo para o bom andamento destes momentos.

Controlar a quantidade de alimentos a ser preparada, de modo que supra a demanda de alimentação e não gere muito desperdício, bem como solicitar a reposição do material e pedido mensal dos alimentos, atentando-se ao fornecimento dos mesmos, para que não falem condições para realizar as refeições.

Utilizar técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos, bem como controlar o prazo de validade dos mesmos.

Efetuar, com antecedência, a solicitação de gás, alimentos, utensílios, e/ou outros materiais necessários para o trabalho, ao responsável pela instituição.

Organizar e apresentar o pedido mensal de alimentos para a pessoa responsável, nos prazos estabelecidos.

Receber os alimentos observando data de validade e conferindo quantidade e qualidade e ainda armazenar os alimentos com cuidado e organizadamente, de modo que não sofram contaminação.

Promover a higiene e o bem-estar no ambiente de trabalho:

- Limpando e organizando os utensílios, panos de louça, móveis, equipamentos, dependências do depósito, cozinha e outros;
- Utilizando-se de acessórios e EPIs pré-determinados (como luvas, touca, avental, entre outros).

Seguir as orientações e exigências da legislação pertinente à manipuladores de alimentos, e cumprir as determinações da Vigilância Sanitária quanto ao uso de vestimentas adequadas para o trabalho na cozinha, bem como efetuar a revalidação da carteira de saúde anualmente.

Participar cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição ou Secretaria de Educação.

Participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação, controle e execução de programas participativos adotados pela prefeitura.

Ser discreto e ético com as informações que envolvem a instituição e nas relações com as famílias, crianças e colegas de trabalho.

Participar de cursos, palestras e treinamento no âmbito da alimentação escolar e infantil.

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

Publicação Nº 1776435

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul - Samae, CNPJ nº 84.438.381/0001-85, torna público que requereu à Fundação Jaraguense do Meio Ambiente - Fujama, a Licença Ambiental PRÉVIA - LAP do sistema de coleta de esgoto sanitário dos Bairros Santa Luzia, Vila Chartres, João Pessoa, Vieira e Centenário.

SEMDEICST - PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1776436

PORTARIA Nº 001/2018

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 20, do Decreto Municipal Nº 12.359/2017; e

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais DOMINGOS SÁVIL ZANCANARO, matrícula 81957; NEIVOR JOSÉ BUSSOLARO, matrícula 81882; NEWTON ROBERTO SALOMAN, matrícula 81903; e JULIANA REU JUNQUEIRA, matrícula 11266, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, em razão do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2018 DE CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE Jaraguá do Sul/SC, de acordo com a Lei Federal n. 9.637, de 1998, e Lei Municipal nº 7.741/2018 (que Dispõe Sobre a Qualificação de Entidades Sem Fins Lucrativos Como Organizações Sociais) e Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018.

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2018.

DOMINGOS SAVIL ZANCANARO

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

SEMED - PORTARIA Nº 1811/2018

Publicação Nº 1776442

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1811/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através

do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1275/2018, de 27.07.2018, que admitiu, REGIANI WACKERHAGE SCHERPINSKI, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 03.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1812/2018

Publicação Nº 1776443

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1812/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o período constante na Portaria Nº 1422/2018 de 10/08/2018 de 04/08/2018 a 19/12/2018 para 04/08/2018 a 03/09/2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1813/2018

Publicação Nº 1776444

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1813/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1812/2018, de 03.09.2018, que prorrogou a portaria de, RENATA CARVALHO NEVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1814/2018

Publicação Nº 1776445

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1814/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1699/2018, de 10.08.2018, que prorrogou a portaria de, ROSANGELA RODRIGUES CRUZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1815/2018

Publicação Nº 1776446

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1815/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1163/2018 de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, SIDNÉIA MACHADO KLOWASKI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 03.10.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1816/2018

Publicação Nº 1776447

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1816/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1269/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, SONIA MARA GOMES FERREIRA KUFFEL, para em Caráter Temporário atuar como PEDAGOGO, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1817/2018

Publicação Nº 1776448

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1817/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1083/2018, de 30.05.2018, que prorrogou a portaria de, SUELI PAMELA MACHADO UTECH, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, nos períodos de 05.06.2018 até 03.09.2018 e 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1818/2018

Publicação Nº 1776449

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1818/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1718/2018, de 10.08.2018, que prorrogou a portaria de, SUZANA MACHADO DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como ADMINISTRADOR ESCOLAR, no período de 04.08.2018 até 03.09.2018 e 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1819/2018

Publicação Nº 1776451

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1819/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1164/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, TAÍS TATIANE DE SOUZA SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1820/2018

Publicação Nº 1776452

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1820/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1139/2018, de 13.06.2018, que admitiu, TAIS WELK, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1821/2018

Publicação Nº 1776453

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1821/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1279/2018, de 03.07.2018, que admitiu, TALITA MENESTRINA KESTRING PELLIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 03.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1822/2018

Publicação Nº 1776454

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1822/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1140/2018, de 13.06.2018, que admitiu, TASSIANE APARECIDA HELLSTRON, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1823/2018

Publicação Nº 1776455

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1823/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1310/2018, de 30.07.2018, que admitiu, TEREZINHA DE JESUS SOUZA ARAGÃO, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, no período de 03.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1824/2018

Publicação Nº 1776456

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1824/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº1288/2018, de 06.07.2018, que admitiu, VALDILEIA MARA STEILEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1825/2018

Publicação Nº 1776457

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1825/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1730/2018, de 10.08.2018, que prorrogou a portaria de, VERA LUCIA SILVEIRA BARBOSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1826/2018

Publicação Nº 1776458

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1826/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1166/2018 de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, ZILMA ESPERANÇA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1827/2018

Publicação Nº 1776459

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1827/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1265/2018, de 26.06.2018, que admitiu, ROBSON DOS ANJOS FERRAZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de ARTE-MÚSICA, no período de 04.09.2018 até 19.11.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 111/2018/PMJ - TP 20/2018/PMJ

Publicação Nº 1776357

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2018/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 20/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 111/2018/PMJ – Tomada de Preço nº 20/2018/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução, em regime de empreitada por preço global, da pavimentação em C.A.U.Q. da Rua Ondina Sganzerla (1ª e 2ª etapa), no bairro Vila Remor, neste Município.” a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação da possível nova proposta nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 17 de outubro de 2018.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

AVISO PL 96/2018/PMJ - CC 04/2018/PMJ

Publicação Nº 1776353

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2018/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 04/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 96/2018/PMJ – Concorrência nº 04/2018/PMJ, cujo objeto é “A contratação de empresa especializada para a implantação de rede coletora de esgoto sanitário, no Município de Joaçaba, SC.” que os recursos interpostos quanto aos documentos de habilitação estão disponíveis no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação das possíveis contrarrazões nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 17 de outubro de 2018.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 86/2018/PMJ

Publicação Nº 1775956

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2018/PMJ
PROVENIENTE DO PL 123/2018/PMJ– IN 03/2018/PMJ
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA

OBJETO: a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VALOR TOTAL CONTRATADO: o valor contratado é de R\$ 453.100,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e cem reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

DOTAÇÃO: 1.037 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – EDUCAÇÃO 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL: JUCIMARA LENHARDT DA COSTA

DATA DE ASSINATURA:17/10/2018

Joaçaba – SC, 17 de outubro de 2018.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
PREFEITO
DIOCLÉSIO RAGNINI

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2018/FMS

Publicação Nº 1775959

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 123/2018/PMJ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2018/PMJ

1 – DO OBJETO

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 11/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2017/FNDE/MEC, visando a aquisição de ônibus escolares destinados ao transporte dos alunos da rede municipal de ensino de Joaçaba, SC.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para a aquisição do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão a Ata de Registro de Preços nº 11/2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / FNDE.

3 – DA EMPRESA CONTRATADA

MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ no 59.104.273/0001-29, estabelecida na Avenida Alfred Jurzykowski, 562, bairro Vila Pauliceia, CEP 09.680-900, no Município de São Bernardo do Campo – SP.

4 – DO VALOR

O valor contratado é de R\$ 453.100,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e cem reais), correspondentes ao seguinte item:

ESPECIFICAÇÕES	QTDE	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
Ônibus Rural Escolar – ORE 2 com DPM	2,00	226.550,00	453.100,00

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para os encargos decorrentes desta aquisição correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.037 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas

DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial ao disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 05 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

NOTA REVOGAÇÃO PP 66/2018/PMJ

Publicação N° 1775902

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 66/2018 - PR**

Processo Administrativo: 113/2018
Processo de Licitação: 112/2018
Data do Processo: 17/09/2018

Objeto: A contratação de serviços de neurologia e fonoaudiologia a serem prestados aos alunos da rede municipal de ensino.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 15 / 2018

Motivo: Aos dezessete dias do mês de outubro de 2018, às 14h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, a comissão de licitação para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 112/2018/PMJ - Edital de Pregão nº 66/2018/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

Joaçaba, 17 de Outubro de 2018

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇÃO IN 03/2018/PMJ

Publicação Nº 1775958

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2018 - IL
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 123/2018 Processo de Licitação: 123/2018 Data do Processo: 05/10/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 123/2018
b) Licitação Nr.: 3/2018-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 17/10/2018
e) Data da Adjudicação: 17/10/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Adesão à Ata de Registro de Preços nº 11/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2017/FNDE/MEC, visando a aquisição de ônibus escolares destinados ao transporte dos alunos da rede municipal de ensino de Joaçaba, SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA (5190)

1 Ônibus Rural Escolar - ORE 2 com DPM - Marca: MERCEDEZ BENZ	UN	2,00	0,0000	226.550,00	453.100,00
Total do Fornecedor:					453.100,00
Total Geral:					453.100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.037.4.4.90.00.00.00.00 (52), 1.037.4.4.90.00.00.00.00 (290)

Joaçaba, 17 de Outubro de 2018.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**Nr.: 3/2018 - IL**

Processo Administrativo: 123/2018
Processo de Licitação: 123/2018
Data do Processo: 05/10/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Joaçaba, 17 de Outubro de 2018.

Assinatura do Responsável

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1775922

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2018

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0018/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2018

PROTOCOLO Nº 0662/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA, PINTURA E ELETRICIDADE PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA AS MOTOCICLETAS DA FROTA DO SIMAE, AMBOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

PREÇOS E EMPRESA REGISTRADA:

BRANDÃO MOTO PEÇAS LTDA:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, ESPECIALIZADA, ELETRICIDADE, FUNILARIA E PINTURA PARA MOTOCICLETAS DA FROTA DO SIMAE.	HR	100,00	60,00	6.000,00

VIGÊNCIA: 17/04/2018 a 16/04/2019.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 17 de outubro de 2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL 0129/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1775408

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0129/2018

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO SMOS Nº 0129/2018

PROTOCOLO JHL 2856/2018

Data assinatura: 15/10/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE JUNTA MÉDICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SIMAE.

Contratado: Clomar Francisco Milani EPP

Valor Contratado: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.56.00.00.00

Prazo de vigência: 17/10/2018 a 16/10/2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

Lages

PREFEITURA

ATO DE DISPENSA 26/2018 PML

Publicação Nº 1776260

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 26/2018 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 26/2018 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

RENE ALEXANDRE VOLKERT, inscrito no CPF sob nº 287.498.479-53

O valor total da Presente Dispensa é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)..

Objeto: "Locação de um terreno com 2 (dois) Barracões em Alvenaria, contendo, cada um, a área edificada de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizado no lado par da Av. Dom Pedro II, esquina formada com Av. Brasil, bairro São Cristóvão, nesta cidade de Lages-SC".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade. Lages, 17 de outubro de 2018.

Antônio Cesar Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a)Exmo(a). Sr.(ª), Antônio Cesar Alves de Arruda, Secretário da Administração e Fazenda, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.
Publique-se.

Lages, 17 de outubro de 2018
AntonioCeron
Prefeito do Município

EXTRATO ARP 56/2018 - J. CARLOS - PML

Publicação Nº 1775446

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2018
PROCESSO Nº 142/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Monitores de Vídeo Tipo LCD, Iluminação em LED, com no mínimo 21,5", com rotação de 90º, para as Secretarias de Administração, Fazenda e PROGEM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 15 (quinze) dias da(s)

solicitação(ões), na(s) Secretaria(s) nela(s) indicada(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 38/2018.

O valor a ser registrado é de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais), sendo:

J. CARLOS PEIXER DA COSTA – CNPJ nº 30.222.015/0001-65 - Rua Josaphat Lenzi, nº 522, bairro Brusque, CEP 88503-030, Lages/SC.

Lages, 03 de setembro de 2018

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 57-A/2018 - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO - PML

Publicação Nº 1775449

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 57-A/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018
PROCESSO Nº 23/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para confecção de material gráfico, sinalização visual e fornecimento de camisetas personalizadas para a Coordenação de Segurança e Trânsito – DIRETRAN;

1.2 Os quantitativos do objeto licitado estão classificados com observância dos Termos dispostos no Inciso I, do Artigo nº 48 da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 10 (dez) dias corridos, após confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF); A serem entregues no DIRETRAN, localizado no endereço: Av. Dom Pedro II, 1555, piso superior, Bairro Universitário, das 08:00h às 18:00h, mediante agendamento pelo telefone (49)3222-8515, ou diretran@lag.es.sc.gov.br.

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da

presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 06/2018.

O valor a ser registrado é de R\$ 20.139,00 (vinte mil, cento e trinta e nove reais), sendo:

GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA – CNPJ nº 13.919.051/0001-63 – Rua Terra Rica, nº 42, bairro São Cristóvão, CEP 83040-260, São José dos Pinhais/PR.

Lages, 06 de setembro de 2018

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 57-B/2018 - GRAPHEL - PML

Publicação Nº 1775451

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO DE ADESÃO Nº 07/2018 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 57-B/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018

PROCESSO Nº 23/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão da Secretaria de Assistência Social e Habitação ao Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para confecção de material gráfico, sinalização visual e fornecimento de camisetas personalizadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do Presente Termo;

2.2 Da Execução: até 06/09/2019.

2.3 Da Entrega/Local: em até 10 (dez) dias corridos, após confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF); A serem entregues na Secretaria de Assistência Social e Habitação;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: da sua assinatura, até 06/09/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 06/2018.

O valor a ser registrado é de R\$ 16.695,34 (dezesseis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos), sendo: GRAPHEL GRÁFICA E EDITORA LAGES LTDA – CNPJ nº 04.484.195/0001-43 – Av. Duque de Caxias, nº 188, centro, Lages/SC.

Lages, 05 de outubro de 2018

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 57-C/2018 - EDITORA GRÁFICA BRASILEIRA - PML

Publicação Nº 1775452

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 57-C/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018

PROCESSO Nº 23/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para confecção de material gráfico, sinalização visual e

fornecimento de camisetas personalizadas para a Coordenação de Segurança e Trânsito – DIRETRAN;

1.2 Os quantitativos do objeto licitado estão classificados com observância dos Termos dispostos no Inciso I, do Artigo nº 48 da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 10 (dez) dias corridos, após confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF); A serem entregues no DIRETRAN, localizado no endereço: Av. Dom Pedro II, 1555, piso superior, Bairro Universitário, das 08:00h às 18:00h, mediante agendamento pelo telefone (49)3222-8515, ou diretran@lages.sc.gov.br.

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 06/2018.

O valor a ser registrado é de R\$ 17.880,00 (dezessete mil, oitocentos e oitenta reais), sendo:

EDITORA E GRÁFICA BRASILEIRA LTDA – CNPJ nº 03.084.606/0001-40 – Rua Sete de Setembro, nº 1130, bairro Copacabana, CEP 88504-240, Lages/SC.

Lages, 06 de setembro de 2018

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE ADESÃO 01/2018 ARP 05-A/2018 - AGASERV - PML

Publicação Nº 1775458

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO DE ADESÃO Nº 01/2018 - A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05-A/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

PROCESSO Nº 94/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão ao Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, Utensílios e Equipamentos com instalação para uso do Setor de Licitações e Contratos, conforme item descrito na cláusula terceira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura do presente Termo de Adesão;

2.2 Da Execução: até 05/02/2019;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) solicitação(ões), através de Autorização de Fornecimento, na prefeitura Municipal de Lages/SC – Setor de Licitações e Contratos;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s), ao(s) item(ns) 02, 03, 07, 08, 16 e 21: a empresa

vencedora deverá entregar e instalar o(s) produto(s) no local designado pela Secretaria;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será até 05/02/2019.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 51/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.930,00 (um mil, novecentos e trinta reais), sendo:

AGASERV COMÉRCIO E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA – ME – CNPJ nº 77.853.083/0001-96 – Rua Henrique Lage, nº 2211, bairro Santa Barbara, CEP 88801-010, Criciúma/SC.

Lages, 11 de setembro de 2018

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

TP 21/2018 PML

Publicação Nº 1775815

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 21/2018 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Execução de Passeios em Concreto e Assentamento de Meios-Fios, na Rua Padre Ludovico Kuck (área de 4.914,21 m²), com fornecimento de material.

Abertura: 05/11/2018 às 09h

Valor Estimado: R\$ 692.156,21

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 18 de outubro de 2018.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO 24/2018

Publicação Nº 1775936

EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO Nº 24/2018

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2015

PROCESSO: 18/2015 PREGÃO PRESENCIAL: 10/2015

VIGÊNCIA: 11/12/2017 VENCTO: 10/12/2018

OBJETO: TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS.

Contratada: TROPEIRO TRANSPORTES LTDA ME, Inscrita no CNPJ 08.520.491.0001-03

Valor total: R\$ 55.895,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

Lages Sc 17 de outubro de 2018.

LUIZ MARIN - Presidente

Laguna

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 01/2018 ADICIONAL DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Publicação Nº 1776194

EDITAL SEDUC Nº 01/2018

A Secretária Municipal de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 20, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da LC. 138 de 12 de junho de 2006 e suas alterações, torna público pelo presente Edital as normas para percepção do adicional de aperfeiçoamento profissional por Cursos de Aperfeiçoamento pelos servidores do magistério público municipal.

1-DAS INSCRIÇÕES:

1.1 – As inscrições serão realizadas no período de 22/10/2018 a 01/11/2018, das 13:00 às 18:30 horas na Secretaria de Educação e Esportes, situada na Av. Colombo Machado Salles, 145, Centro – Laguna - Centro Administrativo Tordesilhas (Shopping), 3º piso.

1.2 – A solicitação do adicional de aperfeiçoamento será feita à Comissão formada por servidores integrantes da Secretaria de Educação e Esportes, pelo próprio candidato, em formulário padrão, não podendo ser por meio de procuração, conforme Anexo I.

1.3 – Para fins de solicitação serão considerados os cursos realizados entre 01 de janeiro de 2016 a 15 de outubro de 2018.

1.4 – As horas de curso já computadas para concessão de adicional, bem como as excedentes, não serão consideradas no período subsequente.

1.5 – O servidor membro efetivo do magistério municipal regido pela LC. 138/06 fará jus ao adicional de aperfeiçoamento profissional a cada 120 h (cento e vinte), na área de atuação, com carga horária mínima por curso não inferior a 20 h/aula(vinte horas).

1.6 – Serão considerados os cursos na área da educação reconhecidos pelos órgãos competentes.

1.7 – Os servidores em estágio probatório, não farão jus ao adicional de aperfeiçoamento profissional por cursos de aperfeiçoamento.

1.8 – No momento da inscrição, o servidor membro efetivo do magistério, deverá trazer originais com cópias dos certificados de horas de curso de aperfeiçoamento, original e cópia do CPF e RG e um envelope pardo onde serão depositados os comprovantes entregues pelo candidato. O envelope será lacrado e posteriormente será aberto pela Comissão Interna da Secretaria de Educação e Esportes para análise. Somente será realizada a inscrição mediante a entrega do envelope.

2- DA DIVULGAÇÃO

Cabe ao Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Esportes divulgar a listagem das inscrições deferidas e indeferidas no dia 26 de novembro de 2018, no site da Prefeitura de Laguna www.laguna.sc.gov.br.

3-DA CONCESSÃO DO ADICIONAL

A portaria concedendo o adicional de aperfeiçoamento profissional,

com base no relatório emitido pela Comissão será EXPEDIDA pelo Departamento de Recursos Humanos com vigência a partir de janeiro de 2019.

4 – DOS RECURSOS

4.1-Caberá recurso do resultado por parte do servidor dirigido à Comissão que deverá ser protocolado no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Esportes nos dias 27/11/2018 e 28/11/2018 das 13:00 às 19:00 horas, conforme formulário no Anexo II.

4.2- O resultado da análise dos recursos recebidos de acordo com o prazo determinado no item 4.1 deste edital será publicado no site da Prefeitura de Laguna www.laguna.sc.gov.br no dia 04/12/2018.

5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação e Esportes, através da Comissão.

5.2 – É de inteira responsabilidade do servidor acompanhar o resultado e demais publicações referentes ao presente Edital.

5.3 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 17 de Outubro de 2018.

Karmensita Almeida da Rocha Cardoso
Secretária de Educação e Esportes

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

NOME: _____

CPF: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

UNIDADE ESCOLAR: _____

vem requerer o adicional de curso de aperfeiçoamento conforme disposto no artigo 20, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da LC. 138 de 12 de junho de 2006 e suas alterações, que neste ato apresentou os seguintes certificados:

a) Curso: _____

Carga Horária: _____

Período: _____

b) Curso: _____

Carga Horária: _____

Período: _____

c) Curso: _____

Carga Horária: _____

Período: _____

d) Curso: _____

Carga Horária: _____

Período: _____

e) Curso: _____

Carga Horária: _____

Período: _____

f) Curso: _____

Carga Horária: _____

Período: _____

Laguna, ____ de outubro de 2018.

Assinatura do Requerente

Área reservada para Comissão:

() Deferido () Indeferido

Motivo do Indeferimento: _____

Assinatura da Comissão:

Assinatura 1: _____

Assinatura 2: _____

Assinatura 3: _____

Assinatura 4: _____

Assinatura 5: _____

ANEXO II

MODELO DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

EDITAL SEDUC nº 01/2018 – ADICIONAL DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Recurso Nº: À Comissão da Secretaria de Educação e Esportes

Solicito revisão do indeferimento da inscrição referente ao adicional de curso de aperfeiçoamento, conforme especificações abaixo:

Laguna, ____ de novembro de 2018.

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Telefone: _____

Assinatura do Requerente

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 131/2018**

Publicação Nº 1775782

DECRETO Nº 131/2018.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) para reforço dos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 50.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.007 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.5001 Aplicação DiretaR\$ 120.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.015 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 100.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO CULTURA E DESEN. ECON.

06.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico

2.022 - Organização de Eventos e Festas Tradicionais do Município

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 100.000,00

09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 30.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do Provável Excesso de Arrecadação da fonte 5000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

EXTRATO DE CONTRATO SETEMBRO 2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Publicação Nº 1775497

EXTRATO DE CONTRATO SETEMBRO 2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER**CONTRATO Nº. 232/2018 PMLM**

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição material de EPI's para atendimento das demandas das secretarias do município de Lauro Muller, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital

CONTRATADO: ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP

Modalidade: 131/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:04/09/2018

Valor: R\$ 11.271,60

CONTRATO Nº. 233/2018 PMLM

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores requisitados em trabalhos externos, em ações e campanhas promovidas pelo município de Lauro Muller obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2018.

CONTRATADO: CLAUDIA REGINA VIEIRA EPP

Modalidade: ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP

Vigência:31/12/2018

Assinatura:05/09/2018

Valor: R\$ 79.600,00

CONTRATO Nº. 234/2018 PMLM

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2018.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Modalidade: PREGÃO 138/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:12/09/2018

Valor: R\$ 4.477,00

CONTRATO Nº. 235/2018 PMLM

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2018.

CONTRATADO: I & E COMERCIO ATACADISTA DE DESCARTAVEIS EIRELLI

Modalidade: PREGÃO 138/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:12/09/2018

Valor: R\$ 2.018,50

CONTRATO Nº. 236/2018 PMLM

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LAURO MULLER/SC.

CONTRATADO: AIR SOLUCOES EM PESQUISA E TECNOLOGIA EIRELLI ME

Modalidade: DISPENSA DE LICITACAO 143/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:18/09/2018

Valor: R\$ 7.850,00

CONTRATO Nº. 237/2018 PMLM

OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para serviços parcelados de horas máquinas e de caminhão, incluindo operador/motorista, para atendimento das demandas ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

CONTRATADO: VISANE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES EIRELLI ME

Modalidade: PREGÃO 141/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:24/09/2018

Valor: R\$ 125.800,00

CONTRATO Nº. 238/2018 PMLM

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CASA DE REPOUSO CANTINHO DO IDOSO VISLUMBRANDO ACOLHIMENTO DE IDOSO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

CONTRATADO: CASA DE REPOUSO CANTINHO DO IDOSO

Modalidade: PREGÃO 146/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:26/09/2018

Valor: R\$ 6.940,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE**CONTRATO Nº. 35/2018 FHHL**

OBJETO: serviços de plantão médico presencial para a Fundação Hospitalar Henrique Lage, conforme credenciamento realizado.

CONTRATADO: MGC SERVICOS MEDICOS S/S LTDA

Modalidade: INEXGIBILIDADE DE LICITACAO 27/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:21/08/2018

Valor: R\$704.000,00 (Setecentos e Quatro Mil Reais) a ser dividido entre os credenciados.

CONTRATO Nº. 36/2018 FHHL

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares com fornecimento de peças, atendendo as demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage Município de Lauro Muller/SC

CONTRATADO: SEVERO ROTH & TENFEN LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº028/FHHL/2018

Vigência:31/12/2018

Assinatura:21/09/2018

Valor: R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais).

ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 04 ao Contrato Nº. 74/FMS/2015.

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº072/FMS/2015, conforme cláusula oitava deste contrato, de acordo com o Parecer Jurídico, conforme proposta anexada ao presente termo devidamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como sua PRORROGAÇÃO do dia 25/09/2018 a 25/09/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA,

Assinatura: 06.09.2018

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº225/PMLM/2017

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº225/PMLM/2017, que prevê o término em 15/09/2018, para até 31/12/2018, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração E Finanças e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: CLINIMET LTDA

Assinatura: 14.09.2018

TERMO ADITIVO Nº01ao Contrato Nº131/PMLM/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO para aquisição de materiais de construção, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa e o Parecer Jurídico favorável

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Assinatura: 19.09.2018

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº 008/PMLM/2018

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº. 008/PMLM/2018, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pelo Departamento de Compras, bem como notas fiscais comprobatórias

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DIFafa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Assinatura: 25.09.2018

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 061/PMLM/2018

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº. 008/PMLM/2018, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pelo Departamento de Compras, bem como notas fiscais comprobatórias

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DIFafa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Assinatura: 25.09.2018

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 116/PMLM/2017.

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO licenciamento de uso sistema de Gestão do E-Social não customizável, bem como supressão do sistema de gerenciamento inteligente, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa e o Parecer Jurídico favorável

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Assinatura: 26.09.2018

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 148/PMLM /2018

Publicação Nº 1775942

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 148/PMLM /2018

Onde le-se:

h.1) as licitantes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente inscritas no CREA de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei Nº 5.194 de 24/12/66, em consonância com o art. 1º da Resolução Nº 266 de 15/12/79 do CONFEA.

Leia-se: h.1) as licitantes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente inscritas no CREA de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, no momento da contratação.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para elaboração de projeto de pavimentação asfáltica, incluindo projetos de drenagem, terraplanagem, OAC (Obra de Arte Corrente), geométricos, sinalização viária, quadro de quantidades/custos, memórias de cálculo, especificação de serviços, obras complementares e demais projetos pertinentes, para uma extensão de 1,85km, em via pública do município de Lauro Muller.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 17 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

TERCEIRA ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 140/PMLM/2018

Publicação Nº 1775557

TERCEIRA ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 140/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 31/10/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação, para fornecimento de uniformes para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura do Município de Lauro Müller.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 17 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 076/2018

Publicação N° 1775874

DECRETO N.º 076, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

“Dá nova redação aos dispositivos que menciona no Decreto nº 071/2018 dá Outras Providências”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Os Incisos I e II, do Art. 1º do Decreto 071/2018 passam a vigorar com a seguinte redação:

I. “O lote nº 07 da Quadra B, com área de trezentos e sessenta metros quadrados (360,00 m²), confrontando as FRENTES, em 18,00 metros com a Rua A, FUNDOS em 18,00 metros com os outorgados compradores; do LADO DIREITO em 20,00 metros com uma servidão e do LADO ESQUERDO, em 20,00 metros com terras da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sob a matrícula nº 13063, do livro nº 2, pág. 001, de propriedade da senhora ADÉLIA KNAUL KOENIG e do ESPÓLIO DE NERIO KOENIG, RG/SC nº 192.826.5 – SC, CPF nº 753.624.579-34; e

II. O lote nº 08 da Quadra B, contendo a área superficial de trezentos e sessenta metros quadrados (360,00 m²), confrontando as FRENTES, em 18,0 metros com a Avenida Adolfo Scheidt, FUNDOS em 18,00 metros com o lote nº 07 dos compradores; do LADO DIREITO, em 20,00 metros com o lote nº 06 da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e do LADO ESQUERDO, em 20,00 metros com uma servidão, de propriedade da senhora ADÉLIA KNAUL KOENIG e do ESPÓLIO DE NERIO KOENIG, RG/SC nº 192.826.5 – SC, CPF nº 753.624.579-34, matriculado sob p nº 13.064, no Cartório de Registro de Imóveis de Ituporanga, livro nº 2, pág. 001.”

Art. 2º O Art. 3º do Decreto 071/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ao lote nº 08 foi dada a mesma avaliação e informalmente doado ao Município, na mesma data, pela proprietária e seu esposo Nério Koenig.”

Art. 3º Fica acrescido o Inciso IX ao Art. 6º, com a seguinte redação:

“ IX – Certidão de Casamento e Óbito.”

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 11 de outubro de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 077/2018

Publicação N° 1775875

DECRETO N.º 077, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso III da Lei nº 1.354 de 18 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 16.344,75, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.344,75
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	16.344,75
Função	10	Saúde	16.344,75
Sub-função	301	Atenção Básica	16.344,75
Programa	0015	SAÚDE	16.344,75
Projeto/ Atividade	2.057	Bloco - Assistência Farmacêutica	16.344,75
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.344,75
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.344,75

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	16.344,75
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.3.0002	Recursos Ordinários - Superávit Saúde	16.344,75
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			16.344,75
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Recursos Ordinários - Superávit Saúde	0.1.0002	16.344,75
TOTAL DO SUPÉRAVIT UTILIZADO		16.344,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de outubro de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017**

Publicação Nº 1775826

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 02/2017 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Engenheiro(a) Civil

N.º Inscrição	Candidatas
0000222	Dalila Fernanda de Oliveira

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

- 4.1. CPF;
- 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
- 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
- 4.3. Título de eleitor;
- 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
- 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
- 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
- 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
- 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 4.10. Comprovante de residência atualizado;
- 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
- 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
- 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
- 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
- 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
- 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS**

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato
ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital nº 02/2017) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2017, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de admissão na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 02/2017.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sou penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato
ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de tórax com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Audiometria;
10. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
11. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).

EXTRATO DE CONTRATO N.º 30/2018 – 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 22/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação N° 1775905

EXTRATO DE CONTRATO N.º 30/2018 – 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 22/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ - COOPERAR. – CNPJ: 09.333.052/0001-54.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES

Com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, resolvem aditar do contrato original, o valor de R\$ 13.353,10 (treze mil, trezentos e cinquenta e três reais e dez centavos), original para o montante de R\$ 69.755,04 (sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

Luiz Alves, 16 de outubro de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DESERÇÃO DO PREGÃO N° 82/2018 (PREFEITURA)

Publicação N° 1775726

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

NOTA DE DESERÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 82/2018

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, E SIMILARES AOS SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

O Município de Luiz Alves torna público que o Pregão Presencial n° 82/2018 foi declarado deserto.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO N° 81/2018

Publicação N° 1775718

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL N° 81/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MARMITAS CONFORME LEI MUNICIPAL N° 1.602/2015 PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO E A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 05/11/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 05/11/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 84/2018

Publicação Nº 1775669

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DE FAIXAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E COLOCAÇÃO DE TACHAS E TACHÕES DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS DO MUNICÍPIO, REALIZADAS ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE LUIZ ALVES (DETRANLU) VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO.

Tipo: Menor Preço Por Item (Registro de Preços).

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 06/11/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 06/11/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 85/2018

Publicação Nº 1775603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO, REALIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Tipo: Menor Preço Por Item (Registro de Preços).

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h15min horas do dia 31/10/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h30min horas do dia 31/10/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 80/2018

Publicação Nº 1775928

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Processo CANCELADO conforme solicitação da Secretaria de Obras e Planejamento do Município de Luiz Alves.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

NOTA DE ESCLARECIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1775696

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

NOTA DE ESCLARECIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2018
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA A FROTA MUNICIPAL DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Em razão de erro não identificado na geração do ARQUIVO BETHA AUTOCOTAÇÃO, excepcionalmente, o disposto no subitem 6.1.1 do edital NÃO TORNARÁ DESCLASSIFICADA nenhuma empresa, prevalecendo, assim, a isonomia entre os licitantes. Contudo, os demais dispositivos contidos no edital permanecem inalterados, devendo ser cumpridos fielmente por todos.

Luiz Alves, 17 de outubro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 021.18

Publicação Nº 1775822

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 021/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

Aos 17 (dezessete) dias do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria de Governo e Gestão do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – FIBRA TOP UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Nicolau Cavon, 160, sala 02, centro, no Município de Videira/SC, CEP: 89.560-000, inscrita no CNPJ SOB Nº 01.194.890/0001-82, neste ato representado por seu sócio administrador GEAN DA SILVA MENA, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 1063758443 e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.511.620-80, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 010/2018, Pregão Presencial nº 006/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas, com amostra, visando a uniformização dos servidores da Secretaria de Saúde, bem como camisetas personalizadas para distribuição aos munícipes participantes das Caminhadas Ecológicas promovidas pelo FMS, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Proposto (R\$)	Preço Total Proposto (R\$)
03	1.000,00	UN	CAMISETA CAMINHADA ECOLÓGICA; Tecido PV Active em Transfer Antipilling; Manga curta; Gola redonda com borda em 100% algodão; Estampa frente, costa e mangas.	20,04	20.040,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O tamanho das camisetas a serem entregues pela proponente vencedora será informado na solicitação do setor municipal requisitante.

2.2. A arte das camisetas para as edições da Caminhada Ecológica serão repassadas pela Secretaria de Saúde conforme sua demanda.

2.3. As camisetas deverão ser cotadas e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.3.1. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

2.3.2. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

CLÁUSULA TERCEIRA DA ENTREGA

3.1. O FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como nesta Ata e do Edital e seus Anexos.

3.2. O prazo de entrega do objeto licitado será de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

3.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

4.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

4.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o fardamento ser recolhido e substituído.

4.2. Por ocasião do recebimento do objeto o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de veículos e acessórios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

4.4. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.5. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.6. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUINTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo dos servidores abaixo mencionados:

Secretaria de Saúde (Gestão/Administração):

Ítalo Schmitz e Gabriela Mazzarino

Fone: (49)3551-4700

E-mails: sec.saude@luzerna.sc.gov.br | gabrielamazzarino10@gmail.com

5.2. Caberá aos fiscais da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

8.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

8.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 10.574.092/0001-77.

8.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

8.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

8.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

9.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

9.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

9.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

9.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

9.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

9.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

9.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

9.2. Cabe ao FORNECEDOR:

9.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o Termo de Referência;

9.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

9.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

10.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

10.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

10.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

10.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

10.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

10.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

10.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

10.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

10.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

12.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

12.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

12.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA VIGÊNCIA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de outubro de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

Gestor do FMS

CONTRATANTE

GEAN DA SILVA MENA,

FIBRA TOP UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass. Ass.

Nome: Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 143.18

Publicação Nº 1775937

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 143/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2018

Aos 17 (dezesete) dias do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ENERGIZA – ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Barão do Rio Branco, n 361, sala 1, Centro, no município de Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 086/2018, Pregão Presencial nº 067/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais para manutenção de bens imóveis (esquadrias, revestimentos, louças e acessórios, etc.), a fim de atender a demanda da Unidade Gestora – Prefeitura de Luzerna, e

Fundos Especiais, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Proposto (R\$)	Preço Total Proposto (R\$)
22	70,00	UN	Luminária alto rendimento aletada de sobrepor, na cor branca, dimensões 62x62cm para lâmpada de LED.	139,00	9.730,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 9.730,00 (nove mil setecentos e trinta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.2. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

CLÁUSULA TERCEIRA DA ENTREGA

3.1. O FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como nesta Ata e do Edital e seus Anexos.

3.2. O prazo de entrega do objeto licitado será de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

3.3. O FORNECEDOR deverá entregar os itens que requerem instalação, conforme Anexo I, nos locais indicados pela municipalidade, e prever o fornecimento de todo os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços.

3.3.1. As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.

3.4. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

3.5. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

4.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

4.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o fardamento ser recolhido e substituído.

4.2. Por ocasião do recebimento do objeto o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de veículos e acessórios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

4.3.1. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas do objeto inclusive os oriundos da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

4.4. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.5. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da

regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.6. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUINTA

DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo dos servidores abaixo mencionados:

Setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC

André Luis Toigo Diesel e Juliana Corbani

Fone: (49) 35514700

E-mails: planejamento@luzerna.sc.gov.br | engenharia@luzerna.sc.gov.br

5.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

8.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

8.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

8.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

8.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

8.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA OITAVA

DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

9.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

9.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

9.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

9.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

9.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

9.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

9.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

9.2. Cabe ao FORNECEDOR:

9.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

9.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

9.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

10.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

10.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

10.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

10.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

10.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

10.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

10.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

10.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

10.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS ALTERAÇÕES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

12.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

12.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

12.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

- 02.005.22.661.0201.2252 – Manutenção da ITL – Incubadora Tecnológica de Luzerna
- 03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
- 04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
- 04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- 04.004.15.451.0400.2404 – Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos
- 04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros
- 04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito
- 05.001.10.122.0500.2504 – Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)
- 05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica
- 06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso
- 06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- 06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social
- 06.003.08.243.0603.2620 – Manutenção do Conselho Tutelar
- 07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental
- 07.001.12.361.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche
- 07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola

Modalidade de Aplicação:

- 3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas
- 4.4.90 Investimentos – Aplicações diretas

Fontes:

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos – Educação
002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
010 – Convênio de Transito – Militar
011 – Convênio de Transito – Civil
012 – Convênio de Transito – Prefeitura
019 – FUNDEB 40%
020 – Corpo de Bombeiros CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA VIGÊNCIA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de outubro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão
CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

ENERGIZA – ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - PL 010/2018 – PP 006/2018 - CAMISETAS - FMS

Publicação Nº 1775640

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

Processo Licitatório 010/2018 - FMS

Pregão Presencial nº 006/2018 - FMS

O Gestor do FMS, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR, PARCIALMENTE, o Processo Licitatório nº 010/2018, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas, com amostra, visando a uniformização dos servidores da Secretaria de Saúde, bem como camisetas personalizadas para distribuição aos munícipes participantes das Caminhadas Ecológicas promovidas pelo FMS, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA.

- Valor total: R\$ 20.040,00

Luzerna (SC), 18 de outubro de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

Gestor do FMS

EXTRATO DE RESULTADO FINAL - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018 - NATAL 2018 – PML

Publicação Nº 1775392

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE RESULTADO FINAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018 – PML

Processo Administrativo nº 005/2018- PML

A Secretária de Educação, Cultura e Esportes, REGINA CARIN JACOBY CUREAU, no uso de suas atribuições, apresenta o RESULTADO FINAL do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018, Processo Administrativo nº 005/2018 - PML, nos seguintes termos:

- Objeto: O presente Chamamento Público se destina a selecionar Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 1 (um) projeto que contemple a realização da ornamentação no período pré-natalino e o desenvolvimento das festividades do Natal 2018, por intermédio de:

- a) Instalação de ornamentação e iluminação natalina na área central do Município e na Praça Municipal em frente à Igreja Matriz, bem como nas demais áreas que a entidade se propuser a decorar com elementos natalinos, durante o período pré-natalino;
- b) Apresentações culturais, shows e cerimonial, incluindo a montagem de estruturas necessárias para o desenvolvimento das programações e atrações de Natal;
- c) Retirada da decoração e da iluminação natalina após concluída as comemorações em alusão ao período de Natal do ano de 2018.

- Organizações da Sociedade Civil vencedora:

* CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOACABA – CDL

- Valor: R\$ 70.000,00

A Entidade atende aos requisitos (Plano de Trabalho e Documentação) para celebração da parceria, mediante Termo de Fomento.

Luzerna (SC), 16 de outubro de 2018.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

INSTRUÇÃO NORMATIVA 007 DE 2018 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 1776258

Instrução Normativa nº 007/2018

"DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS ACERCA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

A Controladora Interna do Município de Luzerna-SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 34 de 30 de dezembro de 2003, artigo 7º parágrafo 2º que "Dispõe sobre a instituição, no Município de Luzerna (SC), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos termos dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, art. 113, II da Constituição do Estado de Santa Catarina, os arts. 41, 47 e 48 da Lei Orgânica do Município de Luzerna(SC) e dá outras providências" e considerando a Lei Federal nº 11.788/2008, elabora a presente Instrução Normativa orientadora dos procedimentos necessários para contratação e supervisão dos estágios dos estudantes e **RESOLVE:**

Art.1º- O estágio de estudantes de nível médio, técnico e superior que poderá ser obrigatório ou não obrigatório deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso em que o aluno se encontre matriculado.

§1º- Estágio obrigatório é aquele em que o aluno precisa obrigatoriamente cumprir uma carga horária estipulada no projeto pedagógico do curso e cujo cumprimento é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Além disso, é necessário o acompanhamento de um profissional da mesma área de formação na empresa e registro das atividades realizadas, além da realização de horas supervisionadas por um professor do curso de graduação do estudante.

§2º- Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, não precisa de cumprimento mínimo de carga horária e supervisão por um professor, porém também precisa estar ligado ao curso de graduação e cumprir atividades estipuladas por ele.

Art.2º - O estágio obrigatório somente será realizado sem ônus para o Município.

Parágrafo Único - A solicitação de estágio obrigatório na área da Educação deve ser realizada diretamente junto à Diretoria da Escola Municipal e é destinado somente a estudantes residentes no Município de Luzerna.

Art.3º - A realização do estágio, obrigatório ou não obrigatório observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I. Matrícula e frequência regular do estudante;

II. Celebração do Termo de Compromisso do Estágio entre a Instituição de Ensino, a Prefeitura Municipal, o Agente de Integração e o Estagiário;

III. Compatibilidade das atividades desenvolvidas no estágio e aquelas definidas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e no Plano de Atividade do Estágio (PAE).

Art.4º- Será designado um Supervisor de Estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estagiário no desenvolvimento de suas atividades.

§1º - O Supervisor de Estágio, prioritariamente, será o chefe imediato no setor em que o estagiário estiver desenvolvendo suas atividades. Caso não seja possível a Administração Pública designará outro servidor qualificado para supervisionar o estágio.

§2º - O Supervisor de Estágio é responsável pelo acompanhamento do estagiário, observar sua conduta no ambiente de trabalho e o cumprimento dos compromissos assumidos no Termo de Compromisso de Estágio.

Art.5º- O agente de integração é responsável em verificar trimestralmente com as instituições de ensino a frequência regular dos estagiários e comunicar qualquer irregularidade ao Setor de Desenvolvimento Humano.

Art. 6º - O controle de frequência dos estagiários se dará, preferencialmente, através de folha ponto.

Art.7º - Caberá ao Agente de Integração, a contratação em favor do estagiário de seguro de vida.

Parágrafo Único - Em caso de estágio obrigatório a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o caput deste artigo será assumida pela Instituição de Ensino.

Art.8º- O repasse do auxílio transporte será realizado pelo Município diretamente ao estagiário mediante comprovação no recibo de pagamento do estagiário.

Art.9º - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, um período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, recebendo proporcionalmente os dias de recesso, no caso de o estágio ter duração inferior a (1) um ano, bem como, será reduzida a jornada de trabalho pela metade durante o período das provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino.

Art.10 - A carga horária diária do estagiário será de 04 horas para estudantes de nível médio, 06 horas para estudantes de nível técnico e 06 horas para estudantes de nível superior, observado o horário de funcionamento do setor em que as atividades de estágio serão desenvolvidas.

Parágrafo Único - É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista no caput deste artigo, sendo proibida a compensação de horários.

Art.11- A seleção do estagiário pelo Município de Luzerna seguirá os seguintes procedimentos:

I. Os Setores devem encaminhar um memorando, conforme Anexo I, para o Setor de Desenvolvimento Humano comunicando a necessidade de contratação, qual carga horária diária e quem será o Supervisor de Estágio.

II. O processo de divulgação da vaga junto ao Agente de Integração e o recebimento dos currículos será realizado pelo Setor de Desenvolvimento Humano, que os encaminhará para o Setor solicitante do estagiário agendar diretamente as entrevistas com os candidatos.

III. Após a escolha do estagiário pelo Setor solicitante o candidato será encaminhado ao Setor de Desenvolvimento Humano para sua contratação munido da documentação necessária à contratação, sendo ela: cadastro de pessoas físicas - CPF, carteira de identidade, comprovante de matrícula, atestado de frequência, conta bancária em banco indicado pela Administração Pública (caso o estagiário não possua conta o Setor de Desenvolvimento Humano intermediará a abertura de uma conta para a bolsa-auxílio).

IV. Caso o Setor já tenha definição de qual estagiário ocupará a vaga, o mesmo deve ser encaminhado ao Setor de Desenvolvimento Humano munido da documentação necessária a contratação, sendo ela: cadastro de pessoas físicas - CPF, carteira de identidade, comprovante de matrícula, atestado de frequência, conta bancária em banco indicado pela Administração Pública (caso o estagiário não possua conta o Setor de Desenvolvimento Humano intermediará a abertura de uma conta para a bolsa-auxílio).

V. Após a realização dos procedimentos acima o Setor de Desenvolvimento Humano encaminhará a solicitação de contratação do estudante como estagiário ao Agente de Integração que elaborará o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Plano de Atividades de Estágio (PAE), encaminhando-os para o Setor de Desenvolvimento Humano em até 15 dias.

VI. Somente de posse do TCE e do PAE o Setor de Desenvolvimento Humano cadastrará o estagiário no sistema gerador das folhas de pagamento e autorizará o início da realização do estágio. Exceção a este procedimento é o caso dos estagiários da área da educação que realizam suas atividades em sala de aula, os quais podem iniciar a realização do estágio no dia seguinte ao encaminhamento da documentação no Setor de Desenvolvimento Humano.

§1º- Primeiro deve ser providenciado o TCE e, somente após a assinatura do mesmo, o aluno poderá iniciar o estágio.

§2º- Nenhum pagamento à estagiário poderá ser realizado antes de autorizado o início do estágio, não podendo ser efetuado pagamento retroativo, ou seja, caso o estagiário inicie suas atividades antes de autorizado pelo Setor de Desenvolvimento Humano ele não poderá receber estes dias pela Administração Municipal e o pagamento ficará sob a responsabilidade de quem autorizou a contratação antes da tramitação ser concluída.

Art. 12 - Ocorrerá o desligamento do estudante estagiário:

I. Automaticamente, ao término do período de estágio, sendo o prazo máximo de 02 (dois) anos;

II. Por solicitação do Supervisor de Estágio, que deverá comunicar o Setor de Desenvolvimento Humano no dia da decisão do desligamento;

III. Por solicitação do estagiário, que deverá comunicar a Administração Pública com uma antecedência mínima de 05 dias úteis.

Parágrafo Único - O supervisor de Estágio ou o chefe imediato do estagiário deverá comunicar imediatamente ao Setor de Desenvolvimento Humano sobre o desligamento do estagiário nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo sob pena de lhe ser imputada a cobrança do valor correspondente aos dias pagos indevidamente pela Administração Pública pelo desconhecimento do desligamento do estagiário.

Art.13 - A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e será regida pelo Termo de Compromisso de Estágio.

Art.14 - Ausências eventuais do estagiário, devidamente justificadas, poderão ser objeto de entendimento entre as partes (poderão ou não gerar desconto). Ausências constantes, no entanto, poderão gerar a iniciativa da parte concedente para a rescisão antecipada do contrato.

Art.15 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se os dispositivos da IN 003/2018 do Controle Interno.

Luzerna(SC), 16 de outubro de 2018.

Vanusca Silva
Controle Interno
ANEXO I

Informações necessárias para encaminhamento de estudantes
VAGA DE ESTÁGIO.

Perfil do Estudante:

Curso: Ensino Médio () Técnico (X) Superior () Educação Especial ()

Fase/Ano:

Área de Atuação:

Endereço:

Requisitos Adicionais:

Características Comportamentais:

Data de Início: Data de Término:

Horário do estágio:

Haverá estágio Sábados: Sim () Não () - Caso haja qual o horário:

Carga horária semanal total: horas semanais

Valor da Bolsa Auxílio mensal: R\$...

A empresa fornecerá Vale Transporte: Sim () _____ Não ()

Equipamentos ou softwares disponíveis para o estagiário:

Atividades que serão desenvolvidas pelo estagiário na empresa:

(ATENÇÃO: descrever com precisão ao menos 5 atividades/rotinas que o estagiário realizará, e que devem necessariamente ser condizentes ao curso que ele está frequentando, seja médio, técnico ou superior).

DADOS DO SUPERVISOR DO ESTAGIÁRIO:

Nome completo:

Cargo:

Fone:

Data de Nascimento:

Formação:

Tempo de Experiência:

CPF:

RG:

E-mail do supervisor:

Registro no Conselho:

Numero de Registro:

Data da Entrevista:

Horário:

Local:

Pessoa para contato:

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2018/PML

Publicação Nº 1776096

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2018 – PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018 – PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representado neste ato por sua Secretária, REGINA CARIN JACOBY CUREAU, doravante denominado PARTICIPE e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE JOAÇABA (CDL) e NÚCLEO DE DIRIGENTES LOGISTAS DE LUZERNA (NDL) inscrita no CNPJ sob o n. 84.590.728/0001-00, com sede em Av. XV de novembro, nº 371, Ed. Ermacenter, 8º andar, neste ato representada pelo Senhor MARCELO ANTONIO RISSION, portador da Carteira de Identidade nº 1687546, e regularmente inscrito sob o nº 582.754.799-91, doravante denominado ENTIDADEPARTICIPE, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

0.1. Este Termo de Fomento, decorrente do Chamamento Público 003/2018, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto "natal de luz 2018" realização da ornamentação no período pré-natalino e o desenvolvimento das festividades do Natal 2018 por intermédio de:

- a) Instalação de ornamentação e iluminação natalina na área central do Município e na Praça Municipal em frente à Igreja Matriz, bem como nas demais áreas que a entidade se propuser a decorar com elementos natalinos, durante o período pré-natalino;
- b) Apresentações culturais, shows e cerimonial, incluindo a montagem de estruturas necessárias para o desenvolvimento das programações e atrações de Natal;
- c) Retirada da decoração e da iluminação natalina após concluída as comemorações em alusão ao período de Natal do ano de 2018.

1.2. O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA**DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1.1. Compreende obrigações da Administração Pública:

- 1.1.1. Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- 1.1.2. Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;
- 1.1.3. Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- 1.1.4. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- 1.1.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- 1.1.6. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- 1.1.7. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- 1.1.8. Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- 1.1.9. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;
- 1.1.10. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
- 1.1.11. Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;
- 1.1.12. Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;
- 1.1.13. A Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- 1.1.14. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.
- 1.1.15.

CLÁUSULA TERCEIRA**DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

- 2.1. São obrigações da Organização da Sociedade Civil:
- 2.2. Informar ao Município de Luzerna todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
- 2.3. Divulgar, em meio de publicação oficial da organização, a parceria celebrada com a Administração Pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - 2.3.1. Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Administração Pública responsável;
 - 2.3.2. Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
 - 2.3.3. Descrição do objeto da parceria;
 - 2.3.4. Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
 - 2.3.5. Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi

apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

2.3.6. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

2.3.7. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

2.3.8. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

2.3.9. A prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou, no caso de a parceria exceder um ano, no final de cada exercício; manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA DA FISCALIZAÇÃO

3.1. O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

3.2. Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

3.3. São obrigações do Gestor:

3.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

3.3.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação

3.3.5. Comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

3.4. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

3.4.1. Retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;

3.4.2. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. Este Termo de Fomento terá vigência até 31 de janeiro de 2019, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

4.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, obedecendo à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na forma da Lei para o exercício de 2018:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 005 – Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 813 – Lazer

Programa: 201 – Indústria e Comércio

Ação: 2.251 – Programação de Natal

GND e Modalidade de Aplicação: 3.3.50. Outras despesas correntes – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte (s): 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SÉTIMA DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1. Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) destinados ao pagamento das despesas para a realização dos projetos apresentados, de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho e à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta. Sendo que a entidade apresentará contrapartida no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

6.2. Os recursos financeiros serão transferidos em parceladamente na forma proposta no plano de trabalho aprovado e selecionado.

CLÁUSULA OITAVA

DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

7.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

7.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

7.4. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

CLÁUSULA NONA**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1. O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

8.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

8.2.0.1. O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

8.2.0.1.1. Extrato da conta bancária específica;

8.2.0.1.2. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

8.2.0.1.3. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

8.2.0.1.4. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

8.2.0.1.4.1. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

8.3. A Administração Pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

8.3.1. Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

8.3.2. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

8.4.1. Os resultados já alcançados e seus benefícios;

8.4.2. Os impactos econômicos ou sociais;

8.4.3. O grau de satisfação do público alvo;

8.4.4. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder 1 (um) ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

8.6. O prazo referido no item 9.6 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

8.7. O disposto no item 9.6 não impede que a Administração Pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante-evidências de irregularidades na execução do objeto.

8.8. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

8.8.1. Aprovação da prestação de contas;

8.8.2. Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

8.9. As prestações de contas serão avaliadas:

8.9.1. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.9.2. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.9.3. Irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

8.9.3.1. Omissão no dever de prestar contas;

8.9.3.2. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

- 8.9.3.3. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
8.9.3.4. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.10. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

8.11. O prazo referido no item 9.11 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

8.12. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.13. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOS BENS

10.1. Para os fins deste Termo de Fomento, os bens disponibilizados para a parceria, sem ônus, correspondem:

11.1.1. Disponibilização de sala no Centro de Eventos São João Batista, destinada às atividades da OSC, ficando a cargo da entidade a manutenção do espaço cedido pelo período de 12 (doze) meses, sendo que após tal período o espaço retorna ao Município não se incorpora a sala ao patrimônio da OSC.

10.2. Com a conclusão da parceria as ornamentações confeccionadas exclusivamente para a decoração natalina de Luzerna/SC, após a retirada pela OSC, reverterão automaticamente ao patrimônio do Município, cabendo ao mesmo à guarda dos bens.

10.3. Caso de interesse do Município, os bens disponibilizados poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

11.2. Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

11.3. A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

11.4. É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS SANÇÕES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Luzerna, do controle interno e externo ao processo, aos documentos

e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

14.1. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

14.2. Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

Luzerna/SC, 16 de outubro de 2018.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
PARTICIPE

MARCELO ANTONIO RISSON
CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE JOAÇABA (CDL)
NÚCLEO DE DIRIGENTES LOGISTAS DE LUZERNA (NDL)
ENTIDADE

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass. Ass.

Nome: Nome:

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - TP Nº 0004/2018

Publicação Nº 1775804

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA, BEM COMO ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Processo Licitatório nº 0055/2018

Tomada de Preço nº 0004/2018

Objeto: Contratação de empresa para Contratação de empresa para realização de concurso público no Município de Macieira, compreendendo todas as etapas, desde a elaboração do Edital até a homologação final, sendo que a contratada deverá arcar com a responsabilidade de todo o processo, incluindo transparência e eficiência, conforme Termo de Referência do edital.

O Município de Macieira/SC, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público o resultado de julgamento de Habilitação e Propostas de preços da Tomada de Preços em epigrafe, sendo habilitada a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS ME, com a proposta de preços no valor de R\$ 14.130,00 (quatorze mil cento e trinta reais). Desta feita fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos, conforme artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

Informações: Maiores Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 08h00 às 12h00, e das 13h00 às 17h00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira - SC, 17 de outubro de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

Presidente de Comissão Permanente de Licitações

portaria 4000

Publicação Nº 1775587

PORTARIA N.º 4000/2018

"institui o protocolo de atenção ao pré natal, parto, puerpério e ao recém nascido".

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Instituir o protocolo de atenção ao pré natal, parto, puerpério e ao recém nascido, para atendimento no posto de saúde do município, conforme plano Bem Gestar em anexo, fazendo parte integrante desta portaria.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de outubro de 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA

Prefeita Municipal em Exercício

portaria 4001

Publicação Nº 1775774

PORTARIA N.º 4001/2018

"Efetivar os Servidores que especifica."

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 82, da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1º- EFETIVAR, o servidor Ivanir Canonica, no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, lotada na secretaria de Agricultura e Meio ambiente, em virtude de aprovação em Estágio Probatório, após nomeação em Concurso Público, conforme avaliações anexas a Ficha Funcional individual, a contar de 03/09/2018.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de outubro 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA

Prefeita Municipal em Exercício

portaria 4002

Publicação Nº 1775810

PORTARIA Nº 4002, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede triênio ao servidor que especifica.

O Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 55 da Lei Federal n. 9.784/99 e,

RESOLVE:

CONCEDER triênio ao Servidor Público Municipal efetivo, abaixo relacionado conforme especificação do número de triênios e vigência:

NOME	Nº DE TRIÊNIOS	VIGÊNCIA
Ivanir Canonica	01	03/09/2018

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 17 de outubro de 2018.

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 19/2018

Publicação Nº 1775843

TERMO ADITIVO Nº 19/2018

1º ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0038/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2018

Que entre si celebram o MUNICÍPIO de MACIEIRA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, através da Prefeitura Municipal de Macieira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 95.992.020/0001-00, com sede administrativa na Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, representado neste ato pela Sra. Esther Barichello Tasca, Prefeita em exercício, brasileira, residente e domiciliado na Rua Rodolfo Nickel, Centro, na cidade de Macieira, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas sob nº 437.637.159-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TINELLI SERVIÇOS EIRELI ME, situada na Rua das Américas, nº 88, Centro, Município de Salto Veloso/SC, CEP nº 89.595-000, inscrita no CNPJ sob o nº 25.254.850/0001-47, representada neste ato por seu sócio administrador o Sr. Darci Tinelli, residente e domiciliado na Rua das Américas, nº 88, Centro, Município de Salto Veloso/SC, inscrito no CPF sob o nº 552.098.319-49 e C. I nº 2.110.245 SSP-SC, doravante denominada CONTRATADA, para executar a prestação de serviços descritos na Tomada de Preços nº. 0001/2018 resolvem celebrar o presente, nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Cláusula Terceira – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Fica acrescido ao valor global do Contrato Original o valor de R\$ 2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais) referente ao requerimento apresentado pela contratada, devidamente deferido pelo engenheiro fiscal da obra, em anexo. Desta feita o contrato passa de R\$ 52.186,72 (cinquenta e dois mil cento e oitenta e seis reais com setenta e dois centavos) para o valor global de R\$ 54.446,72 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais com setenta e dois centavos), sofrendo um acréscimo de aproximadamente 4,3% (quatro vírgula três por cento) do valor, conforme especificado abaixo:

Itens aditados

Item 1.6 – Demolição em tijolo cerâmico para colocação de janelas e requadramento – 670,00 (seiscentos e setenta reais);

Item 4.3 – Janela de alumínio maxi-ar fix.com parafuso sobre contramarco, incluso vidros e instalação – 1.490,00 (um mil e quatrocentos e noventa reais);

Item 4.4 – Peitoril em mármore para janela – 100,00 (cem reais).

Justificativa:

· Considera-se que o acréscimo é em virtude da não quantificação dos itens no orçamento realizado pelo engenheiro, de acordo com o Memorial de cálculo, em anexo.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas e em pleno vigor. O presente Termo Aditivo está vinculado ao Processo Licitatório que o originou, bem como ao contrato original e seus aditivos.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Macieira - SC, 15 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE MACIEIRA

ESTHER BARICHELLO TASCA - Prefeita Municipal em exercício

TINELLI SERVIÇOS EIRELI ME

DARCI TINELLI - Sócio Administrador

OCIMAR CARLOS PIOLI

OAB 12.255

Procurador Jurídico

Testemunhas:

1º _____

SILVANA GORETTE MAFFIOLETTI

CPF: 050.782.199-86

2º _____

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

CPF: 010.200.459-57

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2018

Publicação Nº 1776386

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ORION SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO EIRELI-EPP

CNPJ Nº 08.389.230/0001-04

Valor Registrado: R\$ 37.305,50 (trinta e sete mil trezentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Objeto: aquisição de material elétrico e central de telefone, destinados as Unidades Escolares Municipais, através da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura.

Origem: Processo nº 458/2018, Pregão Presencial - RP nº 105/2018.

Data de Assinatura: 04 de outubro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 04 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2018

Publicação Nº 1776388

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA-EPP

CNPJ Nº 78.794.427/0001-04

Valor Registrado: R\$ 26.820,50 (vinte e seis mil oitocentos e vinte reais e cinquenta centavos).

Objeto: aquisição de material elétrico e central de telefone, destinados as Unidades Escolares Municipais, através da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura.

Origem: Processo nº 458/2018, Pregão Presencial - RP nº 105/2018.

Data de Assinatura: 04 de outubro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 04 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 108/2017

Publicação Nº 1776381

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 108/2017

Contrato nº: 108/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CRISTIANE BAUNGARTNER

CPF nº 016.141.319-61

Modalidade Processo Licitatório nº 172/2017. Credenciamento nº 003/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de outubro de 2018.

Prazo: com vigência até 26 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 080/2015

Publicação Nº 1776383

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 080/2015

Contrato nº: 080/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: RIOLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI

CNPJ nº 03.210.120/0001-01

Modalidade Processo Licitatório nº 323/2015. Inexigibilidade nº 009/2015 Credenciamento nº 004/2015

Data Assinatura do termo aditivo: 02 de outubro de 2018.

Prazo: com vigência até 23 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2018

Publicação Nº 1776384

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2018

Contrato nº: 070/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LUÍS CLAUDIO LEITE PEREIRA 01002017920

CNPJ: 23.204.329/0001-70

Objeto: contratação de prestação de serviços na área de Tecnologia da informação para desenvolvimento e manutenção do portal do IPTU 2019, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Dispensa Por Justificativa nº 019/2018 Processo Licitatório n.º 493/2018.

Valor: R\$ 16.900,00 (Dezesseis mil e novecentos reais)

Data Assinatura: 02 de outubro de 2018.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2018

Dotação Orçamentária:

389 - 1 . 9001 . 4 . 123 . 9 . 2.17 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

Major Vieira

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1794/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2.018.

Publicação Nº 1775842

DECRETO MUNICIPAL Nº 1794/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2.018.

“DISPÕE SOBRE AÇÕES DE CONTINGENCIAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA - SC, OBJETIVANDO O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito do Município de Major Vieira (SC), no uso de atribuições legais, de conformidade ao artigo 49, VI, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 9º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000,

CONSIDERANDO a frustração das projeções econômicas e financeiras apuradas até a presente oportunidade;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer metas, procedimentos e rotinas eficazes na otimização do gasto e no enfrentamento de cenários fiscais adversos no âmbito da Administração Pública Municipal e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, § 1º e art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Em conformidade com o artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal fica adotado o mecanismo de limitação de empenhos nos montantes e proporções abaixo, objetivando a obtenção do equilíbrio orçamentário e financeiro dos recursos próprios da Administração Direta:

I – Proíbe a contratação e realização de novas despesas pelas secretarias municipais que não estejam previstas no orçamento municipal bem como contratações de servidores que somente serão autorizadas para substituição de outro servidor desligado (exoneração, demissão ou falecimento), analisada a situação de extrema necessidade;

II - Limitam-se as despesas com peças e serviços em veículos de todas as secretarias, na proporção com os gastos dos gastos do mês imediatamente anterior;

III- Suspende despesas com viagens e diárias dos agentes políticos e servidores civis dos órgãos da Administração Pública, excetuando-se aquelas realizadas em caráter emergencial ou destinadas ao atendimento de compromissos já agendados e que não puderem sofrer solução de continuidade, desde que tenham sido expressamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

IV - Controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática;

V - Redução do funcionamento da frota de veículos, deixando apenas aqueles necessários às ações que não podem sofrer descontinuidade;

VI - Suspensão de apoio a viagens, eventos, patrocínios e similares.

VII - suspensão de benefícios em pecúnia, em especial o pagamento de licenças-prêmios indenizadas, férias indenizadas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de sua publicação.

Major Vieira, (SC), 11 de outubro de 2.018.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 040/FMS/2016

Publicação Nº 1775925

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 040/FMS/2016

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ARLINDO ROCHA e pelo Diretor do Departamento de Saúde, Senhor DIOGO COPETTI SILVEIRA, tendo em vista o direito resguardado ao reajuste resguardado na Cláusula Quarta, Parágrafo Único e Cláusula Sexta, Parágrafo Sexto, do Contrato nº 040/FMS/2016, firmado com a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, RESOLVE APOSTILAR o referido contrato, nos termos do artigo 65 § 8º, da Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Os preços do Contrato 089/2016 ficam reajustados em 8,24% (oito vírgula vinte e quatro por cento), correspondente à variação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, referente ao período acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo contados a partir de 19/08/2018 (data base da apresentação da proposta), de acordo com a tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL MENSAL– R\$	VALOR REAJUSTADO MENSAL – R\$
Alug. Sist. Contabilidade Pública	180,00	194,83
Alug. Sist. Licitações e Compras	150,00	162,36
Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Suporte	R\$ 80,00	R\$ 86,59
Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,80	R\$ 0,87
Estadia	R\$ 151,00	R\$ 163,44

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Manutenção e Assistência Médica e Odontológica

3.3.90.00.00.00.00 0103 (24)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO DOCUMENTO ANEXO

Constitui documento anexo a este, a solicitação de reajuste da empresa Contratada e Certidão contendo os índices reajustados confeccionado pelo Departamento Contábil do município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 040/FMS/2016, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito.

Maracajá, 17 de outubro de 2018.

DIOGO COPETTI SILVEIRA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

Nome: Marluci Freitas Bitencourt Vitali	Nome: Helder Francisco Loch
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 089/2016

Publicação Nº 1775923

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 089/2016

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, através de seu Prefeito Municipal, Senhor ARLINDO ROCHA, tendo em vista o direito resguardado ao reajuste resguardado na Cláusula Quarta, Parágrafo Único e Cláusula Sexta, Parágrafo Sexto, do Contrato nº 089/2016, firmado com a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, RESOLVE APOSTILAR o referido contrato, nos termos do artigo 65 § 8º, da Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Os preços do Contrato 089/2016 ficam reajustados em 8,24% (oito vírgula vinte e quatro por cento), correspondente à variação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, referente ao período acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo contados a partir de 19/08/2018 (data base da apresentação da proposta), de acordo com a tabela abaixo:

Descrição da nota	Valor atual Mensal – R\$	Valor reajustado Mensal – R\$
Alug. Sist. Cidadão Web Tributos	R\$ 360,00	R\$ 389,66
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 1.500,00	R\$ 1.623,60
Alug. Sist. Controle de Frotas	R\$ 250,00	R\$ 270,60
Alug. Sist. e-NotaFly	R\$ 1.100,00	R\$ 1.190,64
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 230,00	R\$ 248,95
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 900,00	R\$ 974,16
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 1.000,00	R\$ 1.082,40
Alug. Sist. Livro Eletrônico	R\$ 550,00	R\$ 595,32
Alug. Sist. Patrimônio Público	R\$ 250,00	R\$ 270,60
Alug. Sist. Planejamento	R\$ 360,00	R\$ 389,66
Alug. Sist. RH	R\$ 400,00	R\$ 432,96
Alug. Sist. Tributação	R\$ 1.100,00	R\$ 1.190,64

Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Suporte	R\$ 80,00	R\$ 86,59

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,80	R\$ 0,87
Estadia	R\$ 151,00	R\$ 163,44

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00 0080 (11)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO DOCUMENTO ANEXO

Constitui documento anexo a este, a solicitação de reajuste da empresa Contratada e Certidão contendo os índices reajustados confeccionado pelo Departamento Contábil do município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 089/2016, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito.

Maracajá, 17 de outubro de 2018.

TESTEMUNHAS:

Nome: Marlucci Freitas Bitencourt Vitali	Nome: Helder Francisco Loch
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 670/2018

Publicação Nº 1776476

DECRETO N. 670, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO N. 159/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de readequação dos projetos e orçamentos para execução de pavimentação asfáltica na Rua Irmã Maria Borja, no Município de Maravilha - SC.

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a revogação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório n. 159/2018, na Modalidade de Tomada de Preços n. 020/2018, o qual tinha como objeto a execução de pavimentação asfáltica na Rua Irmã Maria Borja, no Município de Maravilha - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de outubro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

Decreto nº 673/2018

Publicação Nº 1775421

DECRETO Nº 673, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

Que o Abrigo Institucional é serviço essencial, principalmente para crianças em medidas de proteção,

Que está sendo preparado novo Processo Seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 17 de outubro de 2018 a 30 de janeiro de 2019, da servidora ELISABETE LEBENS SCHEIBLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 029.516.339-98, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de outubro de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO ABERTURA HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.118/2018

Publicação Nº 1775904

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 118/2018 – Modalidade de Pregão Presencial n. 046/2018 – Sistema de Registro de Preços.

A Secretária de Saúde e Saneamento do Município de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada Sessão Pública no dia 30 de outubro de 2018 às 14 horas, para abertura dos documentos de habilitação da segunda colocada, na Licitação na modalidade de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para registro de preços de próteses dentárias, para aquisição, conforme necessidade, realizada no dia 23 de julho de 2018, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 17 de outubro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 135/2018

Publicação Nº 1775426

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 135/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e P & F Pavimentação e Saneamento Eireli Me. Objeto: Execução de calçada em paver no passeio público do CEI Criança Feliz e lateral Caic – Rua José Madalozzo, no perímetro urbano do Município de Maravilha - SC. Vigência: 30 dias após recebimento da ordem de serviço. Valor R\$ 34.000,00. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 17/10/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Djonata Rafael Winki pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 136/2018

Publicação Nº 1775609

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 136/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Service Comércio de Material Elétrico Eireli Me. Objeto: serviço de instalação de mangueiras de Led, refletores de Led, cordão de lâmpadas, e outros objetos para a decoração natalina, em diversos pontos do Município de Maravilha. Vigência: 04 meses. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 18/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Floraci Schumann Matte pela Contratada.

Marema

PREFEITURA

LEI N.1160/2018

Publicação Nº 1776303

Lei nº 1160/2018
De 17/10/2018

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO MATRÍCULAS Nº 10.439 E 5.353, DO MUNICÍPIO DE MAREMA/ SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento e remembramento do Lote urbano com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim/SC sob nº 10.439, de Propriedade do Sr. Nelci Luiz Sottili, CPF nº 512.369.070-49, Carmen Barbiero Sottili, CPF nº 021.988.799-30, Alcides Lunardi, CPF nº 250.918.599-34 e Gecilda Sbaraini Lunardi, CPF nº 824.781.399-87, e do Lote urbano com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim/SC sob nº 5.353, de propriedade de Alcides Lunardi CPF nº 250.918.599-34 e Gecilda Sbaraini Lunardi CPF nº 824.781.399-87, localizados no perímetro urbano do município de Marema/SC, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta Lei, ficando constituído conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei o Memorial descritivo, planta e ART do profissional técnico responsável, constantes do Projeto de desmembramento e remembramento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de outubro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim
Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO

Do DESMEMBRAMENTO e REMEMBRAMENTO do lote urbano nº03 e do imóvel constituído pelo lote urbano nº09 e parte do lote urbano nº10, da quadra nº04, Marema - SC, matrículas nº 10.439 e 5.353, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim – SC.

Proprietários: NELCI LUIZ SOTTILI, CARMEN BARBIERO SOTTILI, ALCIDES LUNARDI E GECILDA SBARAINI LUNARDI.

LOTE nº03: 1.000,00m².

LOTE nº09 e parte do lote nº10: 1.050,00m².

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

1º) LOTE URBANO nº 03, da quadra nº04, matrícula nº10.439, com área superficial de 1.000,00m² (mil metros quadrados), localizado no lado par da Rua José Gaspari, distante, pelo lado esquerdo, 40,00 metros da Rua Pedro Alvares Cabral, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua José Gaspari, em 20,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº02, de Nelson Lunardi e outros, matrícula 10.816, em 50,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº09 e parte do lote nº10, de Alcides Lunardi e outro, matrícula 5.353, em 20,00 metros.

NORDESTE: Com o lote nº 04-“A”, de Gladis Iogan Sottili, matrícula 23.944, em 15,00 metros e com o lote nº04, de Celso Perotto, matrícula 23.945, em 35,00 metros.

2º) LOTE URBANO nº 09 (1.000,00m²) e parte do lote urbano nº10 (50,00m²), da quadra nº04, matrícula nº5.353, com área superficial de 1.050,00m² (mil e cinquenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Voluntários da Pátria, distante, pelo lado direito, 39,00 metros da Rua Pedro Alvares Cabral, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº03, de Nelci Luiz Sottili e outros, matrícula 10.439, em 20,00 metros e com parte do lote nº02, de Nelson Lunardi e outros, matrícula 10.816, em 1,00 metro.

SUDOESTE: Com parte do lote nº10, de Moacir Lunardi, matrícula 6.351, em 50,00 metros.

SUDESTE: Com a Rua Voluntários da Pátria, em 21,00 metros.

NORDESTE: Com o lote nº08, de Pedro José Bertella, matrícula 3.150, em 50,00 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

1º) LOTE URBANO nº03-"A", da quadra nº04, de Nelci Luiz Sottili e Carmen Barbiero Sottili, com área superficial de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), localizado no lado par da Rua José Gaspari, distante, pelo lado esquerdo, 40,00 metros da Rua Pedro Alvares Cabral, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua José Gaspari, em 20,00 metros.

SUDOESTE: Com parte do lote nº02, de Nelson Lunardi e outros, matrícula 10.816, em 25,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº03-"B", ora desmembrado, Alcides Lunardi e Gecilda Sbaraini Lunardi, em 20,00 metros.

NORDESTE: Com o lote nº 04-"A", de Gladis Iogan Sottili, matrícula 23.944, em 15,00 metros e com parte do lote nº04, de Celso Perotto, matrícula 23.945, em 10,00 metros.

2º) LOTE URBANO nº03-"B", da quadra nº04, de Alcides Lunardi e Gecilda Sbaraini Lunardi, com área superficial de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), localizado encravado, ao fundo do lote nº03-"A", com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº03-"A", ora desmembrado, de Nelci Luiz Sottili e Carmen Barbiero Sottili, em 20,00 metros.

SUDOESTE: Com parte do lote nº02, de Nelson Lunardi e outros, matrícula 10.816, em 25,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº09 e parte do lote nº10, de Alcides Lunardi e outro, matrícula 5.353, em 20,00 metros.

NORDESTE: Com parte do lote nº04, de Celso Perotto, matrícula 23.945, em 25,00 metros.

DESCRIÇÃO DO REMEMBRAMENTO:

TERRENO URBANO, da quadra nº04, com área superficial de 1.550,00m² (mil quinhentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº03-"A" (500,00m²), pelo lote nº09 (1.000,00m²) e parte do lote nº10 (50,00m²), localizado no lado ímpar da Rua Voluntários da Pátria, distante, pelo lado direito, 39,00 metros da Rua Pedro Alvares Cabral, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº03-"A", de Nelci Luiz Sottili e outro, em 20,00 metros e com parte do lote nº02, de Nelson Lunardi e outros, matrícula 10.816, em 1,00 metro.

SUDOESTE: Com parte do lote nº02, de Nelson Lunardi e outros, matrícula 10.816, em 25,00 metros e com parte do lote nº10, de Moacir Lunardi, matrícula 6.351, em 50,00 metros.

SUDESTE: Com a Rua Voluntários da Pátria, em 21,00 metros.

NORDESTE: Com parte do lote nº04, de Celso Perotto, matrícula 23.945, em 25,00 metros e com o lote nº08, de Pedro José Bertella, matrícula 3.150, em 50,00 metros.

REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2018

Publicação Nº 1775855

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Marema – SC, torna público para o conhecimento dos INTERESSADOS a ALTERAÇÃO DO OBJETO e a REABERTURA DE PRAZO do Processo Licitatório n. 058/2018 - Pregão Presencial n. 042/2018 – para Aquisição de Uma Retroescavadeira. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:00min do dia 30 de outubro de 2018, procedendo à abertura às 08h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 17 de outubro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3718 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775646

DECRETO Nº 3718 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Abre créditos adicionais suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 35.337,26 (trinta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos) no programa abaixo discriminado:

0200 – GABINETE DO PREFEITO	
0201 – GABINETE DO PREFEITO	
0201.004.0122.0002.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	
0201 – 333900000 – Aplicações diretas	
0201 – 010000 – Recursos Ordinários	R\$ 2.860,00
0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
0602 – GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO	
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação	
0602 – 331900000 – Aplicações diretas	
0602 – 010000 – Recursos ordinários	R\$ 4.560,28
0700 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0701 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0701.0015.0452.0013.2028 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	
0701 – 333900000 – Aplicações diretas	
0701 – 0308000 – Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ. - COSIP	R\$ 20.000,00
0701.0017.0512.0034.2036 – Manutenção do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	
0701 – 333900000 – Aplicações diretas	
0701 – 010000 – Recursos ordinários	R\$ 3.666,98
0703 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM	
0703.0026.0782.0017.2029 – Manutenção e conservação das estradas vicinais	
0703 – 331900000 – Aplicações diretas	
0703 – 010000 – Recursos ordinários	R\$ 4.250,00

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º é oriundo da anulação total ou parcial de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

0200 – GABINETE DO PREFEITO	
0201 – GABINETE DO PREFEITO	
0201.004.0122.0002.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	
0201 – 344900000 – Aplicações diretas	
0201 – 10000 – Recursos Ordinários	R\$ 2.860,00
0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
0602 – GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO	
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação	
0602 – 333500000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
0602 – 010000 – Recursos ordinários	R\$ 13,86
0602 – 344900000 – Aplicações diretas	
0602 – 010000 – Recursos ordinários	R\$ 4.546,42
0700 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0701 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0701.0015.0452.0013.2028 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	
0701 – 331900000 – Aplicações diretas	
0701 – 0308000 - Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.- COSIP	R\$ 20.000,00
0701.0017.0512.0034.2036 – Manutenção do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	
0701 - 331900000 – Aplicações diretas	
0701 – 010000 – Recursos ordinários	R\$ 3.000,00
0701 – 3449000000 – Aplicações diretas	

0701 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 666,98
0703 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0703.0026.0782.0017.2029 – Manutenção e conservação das estradas vicinais
0703 – 3449000000 – Aplicações diretas
0703 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 4.250,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 3719 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775675

DECRETO Nº 3719 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Abre créditos adicionais suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 72.348,74 (setenta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos) no programa abaixo discriminado:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0602 – GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação
0602 – 333900000 – Aplicações diretas
0602 – 030000 – Recursos ordinários R\$ 72.348,74

Art. 2º Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 3722 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775685

DECRETO Nº 3722 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Abre créditos adicionais suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1955 de 10 de outubro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 25.378,00 (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais) no programa abaixo discriminado:

07 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0701 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0701.0006.0181.0012.2017 – Manutenção da segurança pública
0701 – 333300000 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal
0701 – 030000 – Recursos ordinários R\$ 25.378,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 40.2018 PP 40.2018 (FMS)

Publicação Nº 1775798

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018

ERRATA

EXCLUI-SE:

A necessidade de apresentação de amostras nos itens 14, 15, 16 e 17 do Anexo II do referido processo licitatório.

Páginas 28 e 29

Massaranduba (SC), 17 de outubro de 2018.

CIRIO MARTINI
PREGOEIRO

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 170.2018 PP 170.2018 (PMM)

Publicação Nº 1775907

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Processo Licitatório n.º 170/2018 - PMM – Pregão Presencial.

Cuida-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital do Pregão Presencial n.º 170/2018, interposto por BRIOJARAGUÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 02.706.629/0001-87, sediada na cidade de Jaraguá do Sul/SC, cujo objeto do certame é o registro de preços para futura aquisição de materiais de limpeza e utensílios, destinados a atender as necessidades da administração e dos fundos municipais de Massaranduba/SC.

DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 16.10.2018 e considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 18.10.2018, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:

Em linhas gerais, o Impugnante questiona a não solicitação da Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, emitida pela ANVISA, para saneantes domissanitários, produtos de higiene e cosméticos, cujo documento mostra-se necessário para o bom desenvolvimento do certame.

A Impugnante fundamenta sua decisão em artigos da Lei 8666/93, na Lei 9.782/1999 – criação da ANVISA, Lei 6.437/1977, Lei 6.360/1976 e RDC 16/2014, que trata da obrigatoriedade da AFE.

Em que pese, entretanto, o zelo na elaboração da impugnação, não vimos perspectiva em aceita-la, pelos motivos que serão a seguir expostos.

Primeiramente, é importante frisar que o gestor público possui discricionariedade na eleição dos critérios relativos à qualificação técnica, no momento da habilitação.

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

Por essa razão, toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição no certame licitatório deve ser coibida, a fim de garantir a ampla competitividade do certame.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso).

A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas.

Ao definir tal extensão, indiretamente a Administração delimitará quais serão as exigências que os interessados deverão cumprir visando à contratação. O objetivo é que este rol de interessados sempre seja ampliado (tanto quanto possível).

Isso porque, no caso em específico, a Administração entende que, pela própria disposição da RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014, que a AFE somente é obrigatória para os atacadistas.

Conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a AFE será concedida de acordo com a atividade desenvolvida pela empresa, se o comércio for direcionado ao consumidor final, será uma empresa varejista e não precisará de autorização para funcionar no território nacional. E, por sua vez, o que torna atacadista é o tipo de venda, se para consumidor final ou não.

O Município de Massaranduba, ainda que Pessoa Jurídica, é consumidor final dos referidos produtos.

A licitação em apreço objetiva adquirir produtos de forma parcelada, em pequenas quantidades, apenas para o consumo da própria municipalidade, de acordo com sua demanda.

Nos termos do art. 2º do CDC "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final para satisfazer suas necessidades".

Nesta situação se enquadra o Município em relação à aquisição dos produtos ora licitados, pois trata-se de destinatário fático do produto, que o retira do mercado ou que o utiliza, o consome.

Dito isso, em razão do Município desejar adquirir parceladamente os objetos a serem licitados, entendemos não haver motivos plausíveis para modificação do certame e exigência da AFE.

DA DECISÃO

Diante do exposto, entendemos pela IMPROCEDÊNCIA da presente impugnação, de forma a manter o edital na íntegra.

Dê ciência à Impugnante.

Massaranduba (SC), 17 de outubro de 2018.

Cirio Martini
Pregoeiro

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 107/2018**

Publicação Nº 1775395

DECRETO N.º 107/2018 – de 09 de outubro de 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002188/17 de 25 de outubro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manut da Secretaria de Viação, obras e urbanismo	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 83	10.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manut da Secretaria de Viação, obras e urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 09 de outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM . DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM . MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
--	---

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 272-2018

Publicação Nº 1776469

PORTARIA n.º 272/2018

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e a Lei nº 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora SIMONE DE OLIVEIRA MOTA, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Seção de Programas Sociais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a licença maternidade por 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Outubro de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 273-2018

Publicação Nº 1776486

PORTARIA n.º 273/2018

TRATA DA PRORROGAÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria nº 249/2018 até dia 22 de Outubro de 2018.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Outubro de 2018.

ELIXSANDRA DA SILVA MOTA

Secretária de Saúde

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5146/2018

Publicação Nº 1776495

DECRETO Nº 5.146 DE 17 DE OUTUBRO 2018

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, o resultado final destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
225	Angelica Regina Scherer	11/09/1980	5,00	2,00	1,00	8,00	1º
9	Janice Passarin Conrad	27/06/1978	5,00	2,00	0,50	7,50	2º
123	Neusa Sackmann	07/03/1977	5,00	1,50	1,00	7,50	3º
402	Simone Schafer	13/07/1987	5,00	1,00	1,00	7,00	4º
122	Vilson Adelar Viebrantz	29/05/1975	4,50	1,50	1,00	7,00	5º
149	Leonardo Christian Sturm	29/11/1995	4,50	1,00	1,50	7,00	6º
188	Salette Terezinha Gazola	04/02/1975	4,00	2,00	1,00	7,00	7º
410	Miriam E. Giehl	13/03/1989	4,00	2,00	1,00	7,00	8º
7	Marcos André Felicetti	30/03/1995	4,00	1,50	1,50	7,00	9º
10	Marilene Mitrus Dorr	24/02/1981	5,00	1,00	0,50	6,50	10º
224	Lisete Ames	26/09/1983	4,50	1,00	1,00	6,50	11º
298	Edineis Kretschmer	13/12/1984	4,50	1,00	1,00	6,50	12º
50	Marciana Santos Leal	09/03/1989	4,50	1,00	1,00	6,50	13º
390	Luiz Carlos Janowitz Junior	14/07/1991	4,50	1,00	1,00	6,50	14º
216	Elisabete Zang Deckert	19/12/1981	4,00	2,00	0,50	6,50	15º
150	Priscila Salú	05/10/1998	4,00	2,00	0,50	6,50	16º
26	Rosilei Terezinha Giovanella	17/06/1984	3,50	2,00	1,00	6,50	17º
366	Betunia Aparecida Rauber	13/05/1990	4,50	1,00	0,50	6,00	18º
411	Leila Ivete Giehl	07/06/1981	4,50	0,50	1,00	6,00	19º
350	Andreia Teixeira Da Rosa	16/04/1982	4,00	1,50	0,50	6,00	20º
24	Cristiano Edu Marquardt	24/07/1990	4,00	1,50	0,50	6,00	21º
37	Marlei Terezinha Gusi	02/06/1970	3,50	2,00	0,50	6,00	22º
170	Mareli Feistler	15/11/1975	4,00	0,50	1,00	5,50	23º
341	Andreia Dettenborn	10/02/1985	4,00	0,50	1,00	5,50	24º
217	Cleiton Elisandro Zang	22/01/1991	4,00	0,00	1,50	5,50	25º
154	Valdecir Dos Santos	14/03/1977	3,50	1,50	0,50	5,50	26º
186	Adriani Maria Ribas De Almeida	24/05/1984	3,50	0,50	1,50	5,50	27º
198	Ordilei Walacheski	20/01/1983	3,00	2,00	0,50	5,50	28º
296	Teresinha Maria Orth Nedel	02/10/1965	3,00	1,50	1,00	5,50	29º
315	Cristina Araújo	31/07/1993	3,00	1,00	1,50	5,50	30º
153	Paulo Correia Salú	12/05/1966	2,50	1,50	1,50	5,50	31º
345	Valdir Bassorichi	17/11/1970	2,50	1,50	1,50	5,50	32º
375	Tania Maria Steffen	16/12/1985	3,50	1,00	0,50	5,00	33º
115	Everton Fernando Puntel	19/02/1984	3,00	1,50	0,50	5,00	34º
384	Genuir Amaral	12/03/1965	3,00	1,00	1,00	5,00	35º

98	Edi Sievers	04/12/1968	3,00	0,50	1,00	4,50	36º
387	Jair Rower	15/02/1974	3,00	0,50	1,00	4,50	37º
27	Edina Barc	20/03/1987	2,50	1,00	1,00	4,50	38º
312	Andréia Moreira	21/06/1992	2,50	1,00	1,00	4,50	39º
101	Karina Peres	19/08/1996	2,50	0,50	1,50	4,50	40º
310	Juraci Saldanha	01/02/1984	3,00	0,50	0,50	4,00	41º
356	Ediane Kretschmer	29/03/1981	2,50	1,00	0,50	4,00	42º
288	Tiago Waldino Dettenborn	12/02/1999	2,50	1,00	0,50	4,00	43º
30	Nilve Hedi Loesch	13/04/1958	1,50	1,00	1,00	3,50	44º
245	Cristiane Sabrina Wilhelms Vieira	26/02/1979	2,00	1,00	0,50	3,50	45º
303	Deoclides Bassorichi	15/11/1982	1,50	1,50	0,50	3,50	46º
171	Velci Do Nascimento	09/04/1971	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
177	Ireno Francisco Nunes	22/09/1963	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
365	Loraci Flesch	18/12/1973	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
388	Anaete Tomazi Muller	Faltante					Desc.
106	Jair Dos Santos	Faltante					Desc.
273	Mariza Pereira	Faltante					Desc.
103	Vilma Postero Da Costa Thomas	Faltante					Desc.
113	Adilson Mees	Faltante					Desc.
359	Carlise Flach Schons	Faltante					Desc.
161	Cibeli Lima Da Rosa	Faltante					Desc.
238	Tiago Andreus Britzke	Faltante					Desc.
144	Maicon Luis Maldaner	Faltante					Desc.
367	Frida Martha Simm	Faltante					Desc.
395	Jussara Weber	Faltante					Desc.
102	Eliel Revelant	Faltante					Desc.

INSTRUTOR DE DANÇA GERMÂNICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
364	Ilaine Reichert	28/03/1990	3,00	2,50	0,50	6,00	1º

INSTRUTOR DE ESPORTES

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
63	Kéli Bender	24/02/1998	5,00	2,00	1,00	8,00	1º
329	Kaillyne Beltrame	18/06/1997	4,50	1,50	1,00	7,00	2º

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
399	Adriano Grileitov	31/10/1987	4,00	2,00	0,50	6,50	1º
129	William Meier	Faltante					Desc.

INSTRUTOR DE PERCUSSÃO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
215	Ândrei Pierre Kehl Boita	11/08/1993	2,00	1,50	1,00	4,50	1º

INSTRUTOR DE TECLADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
289	Claudinei Roberto Mayolo	30/11/1991	5,50	1,50	1,00	8,00	1º
72	Thiago Elesbão	20/06/1999	4,00	1,50	1,00	6,50	2º
302	Rodinei Blank	16/10/1977	3,00	1,50	1,00	5,50	3º

252	Mariano Gasparin	Faltante						Desc.
INSTRUTOR DE VIOLÃO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
28	Jaqueline Grützmann	Faltante						Desc.
MONITOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
231	Diana De Oliveira Pinto	18/02/1996	6,00	2,50	1,50	10,00	1º	
251	Catia Adriane Hirsch	31/01/1988	6,00	1,50	1,00	8,50	2º	
286	Salete De Souza	12/10/1978	5,50	2,00	1,00	8,50	3º	
404	Nayara Caroline Dhein	20/08/1999	5,50	2,00	1,00	8,50	4º	
229	Kaieni Isabeli Da Silva	06/09/2000	5,50	2,00	1,00	8,50	5º	
362	Alexandre Carminatti	31/01/1997	5,00	2,50	1,00	8,50	6º	
2	Edineia Salete Zanatta Hofstatter	03/06/1983	5,50	1,50	1,00	8,00	7º	
370	Danieli Trindade Da Rosa	01/01/1992	5,00	2,00	1,00	8,00	8º	
33	Diênefer Beatriz De Moura Nunes	29/03/1999	5,00	1,50	1,50	8,00	9º	
264	Juliane Ludke Cavalheiro Dos Santos	20/06/2000	4,50	2,50	1,00	8,00	10º	
197	Gadieli Abigail Mossini Gregorio	13/11/1988	6,00	1,00	0,50	7,50	11º	
373	Kauana Hager	23/09/1998	5,50	1,50	0,50	7,50	12º	
179	Gladis Glufke	20/01/1970	5,00	2,00	0,50	7,50	13º	
77	Ana Paula Monteiro	14/02/1989	5,00	2,00	0,50	7,50	14º	
272	Franciele Pavan	20/08/1994	5,00	1,50	1,00	7,50	15º	
76	Eduarda Raquel Stroher	14/09/1998	5,00	1,50	1,00	7,50	16º	
194	Luana Patricia Orso	12/12/1999	5,00	1,50	1,00	7,50	17º	
290	Eliane Sackmann Staats	02/02/1974	4,50	2,00	1,00	7,50	18º	
268	Marisa Rower	09/08/1977	4,50	1,50	1,00	7,00	19º	
318	Juliana J. Dos Santos	19/02/1989	4,50	1,50	1,00	7,00	20º	
419	Diana Blum	15/05/1983	4,00	2,00	1,00	7,00	21º	
189	Karine Fatima De Moura Thomas	23/07/1997	4,00	1,50	1,50	7,00	22º	
83	Juliana Weber	20/12/1997	3,50	2,50	1,00	7,00	23º	
114	Jaíne Reichert	02/09/1999	3,50	2,50	1,00	7,00	24º	
193	Jessica Dos Santos Cantarelli	26/08/1995	5,50	0,50	0,50	6,50	25º	
90	Eliza Ferreira Marquardt	10/12/1994	4,50	1,00	0,50	6,00	26º	
360	Jussara De Almeida	22/02/1995	4,00	2,00	0,00	6,00	27º	
253	Carla Marieli Rower	25/11/1985	4,00	1,50	0,50	6,00	28º	
43	Adrielly Andresa Boff	13/04/1998	4,00	1,50	0,50	6,00	29º	
14	Bianca Lyz Lucas Padilha	08/11/1997	3,50	2,00	0,50	6,00	30º	
5	Adriana Regina Dammann	03/05/1996	4,50	0,00	1,00	5,50	31º	
280	Enair Karina Winck	24/06/1998	4,00	1,00	0,50	5,50	32º	
369	Marcelei Muller	02/02/1997	3,50	1,50	0,50	5,50	33º	
185	Clarice Klement	01/06/1997	3,50	1,50	0,50	5,50	34º	
328	Leila De Souza	04/06/1998	3,00	2,00	0,50	5,50	35º	
162	Angélica Tonello	26/12/1998	3,00	1,50	1,00	5,50	36º	
413	Eliane Estela Novakowski	07/02/1977	2,50	2,00	1,00	5,50	37º	
409	Evanice Moreira	26/05/1986	4,00	0,50	0,50	5,00	38º	
53	Maiara Luiza Zancanaro	02/12/1999	4,00	0,50	0,50	5,00	39º	
416	Marinês Kumm	13/10/1974	3,50	1,00	0,50	5,00	40º	
57	Aurea Padilha Dos Santos	09/11/1979	3,50	0,50	0,50	4,50	41º	
339	Eliane Moreira	08/07/1984	3,00	0,50	1,00	4,50	42º	

221	Nicole Janina Marchiori Araujo	01/08/1999	2,00	1,50	1,00	4,50	43º
349	Roseli Carvalho Dos Santos	07/01/1976	1,50	1,00	1,00	3,50	44º
237	Carla Denise Luft	Faltante					Desc.
219	Leila Klement Kelling	Faltante					Desc.
368	Andressa Wulff Fritz	Faltante					Desc.
239	Jenifer Caroline Hermes	Faltante					Desc.

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
47	Elaine Stiegemeier Emmel	24/08/1984	2,80	1,40	1,05	1,23	6,48	1º
309	Katia Studt	11/06/1986	1,75	1,40	0,70	1,48	5,33	2º
389	Nicolle Callai Schuh	12/09/1984	1,40	1,05	1,05	1,02	4,52	3º
327	Janaíne Iappe	12/05/1990	2,45	1,05	0,35	0,39	4,24	4º
81	Pryscilla Da Silva Mendes	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
243	Gilneia Dalla Costa	27/04/1976	1,40	1,75	0,70	0,81	4,66	1º
261	Enaê Turcato	20/11/1999	2,10	1,05	1,05	0,00	4,20	2º
405	Juliana Dos Santos Buss	13/06/1996	2,10	1,05	0,35	0,00	3,50	3º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
39	Clairton Bernardo	21/06/1975	2,80	1,40	1,05	1,20	6,45	1º
376	Luís Eduardo Fritsch	03/05/1995	2,45	1,05	1,05	0,82	5,37	2º
145	Samanta Torres Pinheiro	08/11/1993	2,80	1,40	1,05	0,00	5,25	3º
117	Priscila Pedó	09/01/1993	2,45	1,75	1,05	0,00	5,25	4º
398	Charlene Paes Copini	09/07/1987	1,75	1,40	0,70	1,05	4,90	5º
140	Tainara Strege	17/06/1997	2,45	1,05	0,00	0,93	4,43	6º
174	Manueli Blatt Spzia	29/03/1991	2,10	1,40	0,70	0,00	4,20	7º
401	Gisele Dalla Costa	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
146	Samanta Torres Pinheiro	08/11/1993	3,15	1,75	1,05	0,00	5,95	1º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
175	Everton José Lauschner	22/12/1989	3,15	1,40	1,05	2,00	7,60	1º
285	Daniel Gomes De Oliveira	18/05/1991	3,15	1,40	1,05	1,83	7,43	2º
147	Vanessa Gabrieli Ribeiro De Oliveira	12/04/1995	2,80	1,40	0,35	1,85	6,40	3º
192	Geovane Staudt	21/04/1989	2,80	1,40	1,05	0,71	5,96	4º
257	Keila Juliana Neitzel	17/06/1994	2,45	1,05	1,05	1,30	5,85	5º
148	Diego Ernandes Renz	18/10/1987	2,80	0,70	1,05	1,26	5,81	6º
143	Maritânia Peretti	16/01/1983	2,10	1,05	0,35	2,00	5,50	7º
361	Fernando Aschidamini	10/01/1982	1,40	1,05	0,70	2,00	5,15	8º
347	Cristian Gean Follmann	15/01/1997	2,80	1,05	0,35	0,80	5,00	9º
406	Dominique Beltrame	24/08/1992	2,80	1,40	0,70	0,00	4,90	10º
322	Daniela Alessandra Bruch	05/07/1993	2,80	1,40	0,35	0,00	4,55	11º
116	Andriéli Dalvit	11/02/1995	2,10	1,05	0,35	0,94	4,44	12º
100	Silvane Spesier	19/05/2017	2,45	0,70	0,35	0,80	4,30	13º

337	Maicon Manoel Raznievski	02/12/1992	2,80	1,05	0,35	0,00	4,20	14º
348	Anderson Radons Da Rosa	27/08/1994	2,45	1,40	0,35	0,00	4,20	15º
99	Alex Júnior Sepp	22/07/1996	3,15	0,35	0,35	0,00	3,85	16º
374	Jefferson Claudino Silva Da Cruz	14/11/1993	1,40	1,05	0,70	0,00	3,15	17º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
87	Diogo Ariel Scheid	11/05/1992	2,80	1,05	1,05	0,47	5,37	1º
420	Claudimar Luiz Viera	02/01/1990	2,45	1,05	1,05	0,00	4,55	2º
168	Cristiano Gruetzmann Witfel	08/12/1994	2,80	0,70	0,70	0,00	4,20	3º
363	Diego Samuel Backendorf	10/12/1990	2,45	1,05	0,00	0,00	3,50	4º
343	Camila Frassão Tomazi	Faltante						Desc.
214	Viviane Veit	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
396	Vanderlize Helena Blank Willms	15/12/1984	2,10	1,40	0,35	2,00	5,85	1º
324	Felipe Oscar Wilhelms	05/12/1987	3,50	1,40	0,35	0,00	5,25	2º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
25	Claudete Hofstatter	29/08/1991	3,85	1,40	1,05	2,00	8,30	1º
109	Alessandra Maria Mariani	28/08/1985	3,50	1,40	1,05	2,00	7,95	2º
31	Lilia Nardi	27/11/1979	3,15	1,75	1,05	2,00	7,95	3º
93	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	4,20	1,40	0,35	1,97	7,92	4º
203	Adriani Müller	13/12/1988	3,85	1,75	0,35	1,96	7,91	5º
80	Patrícia Maldaner	02/05/1994	3,85	1,40	0,70	1,76	7,71	6º
226	Janete Beilke	28/03/1973	3,85	1,75	1,05	1,01	7,66	7º
202	Nelsi Frumi Nichterwitz	03/12/1961	3,15	1,75	1,05	1,71	7,66	8º
354	Geovana Gomes	19/06/1983	3,85	0,70	1,05	2,00	7,60	9º
283	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	3,50	1,05	1,05	1,84	7,44	10º
352	Francieli Pohl Arbuseri	01/10/1985	3,85	1,40	0,35	1,80	7,40	11º
183	Sirlei Maria Bremm Tonezer	29/10/1972	3,50	1,40	0,35	2,00	7,25	12º
255	Jucilei Zottis	30/08/1987	3,50	1,40	0,35	2,00	7,25	13º
278	Patricia Dos Santos Dalla Lana	28/06/1977	3,15	1,40	0,70	1,92	7,17	14º
311	Ionara Assmann	22/09/1989	3,50	1,40	0,35	1,76	7,01	15º
56	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	2,80	1,75	0,70	1,76	7,01	16º
75	Roserlice De Oliveira	03/07/1981	3,50	1,40	0,00	2,00	6,90	17º
155	Leila Juliane Dopke Miola	11/04/1986	3,15	1,05	0,70	2,00	6,90	18º
222	Clecí Baréa	27/11/1965	2,80	1,40	0,70	2,00	6,90	19º
59	Marinês Schneider	31/12/1969	2,80	1,05	1,05	2,00	6,90	20º
176	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	3,50	1,05	0,35	1,70	6,60	21º
135	Marciana Horst	23/08/1992	3,15	1,40	0,35	1,66	6,56	22º
351	Adriana Prestes Da Silva	06/06/1986	3,50	1,05	0,70	1,30	6,55	23º
74	Janice Bassorici Philippsen	07/11/1988	3,15	0,70	0,70	2,00	6,55	24º
111	Juliana Alves Kuhn	13/12/1977	2,80	1,40	0,35	2,00	6,55	25º
291	Márcia Ruscheinsky	18/02/1986	2,45	1,40	0,70	2,00	6,55	26º
240	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	3,50	1,40	0,00	1,61	6,51	27º
67	Nádia Mara Wolf Dos Reis	06/03/1991	2,45	1,75	0,35	1,96	6,51	28º
151	Rosines Orth Carminatti	11/05/1990	3,50	1,05	0,70	1,22	6,47	29º

195	Andreia Born Dorigon	12/04/1977	2,80	1,75	0,35	1,56	6,46	30º
205	Solange Teresinha Link De Souza	04/05/1981	2,80	1,75	0,35	1,50	6,40	31º
40	Cristiane Salete Fraporti	03/01/1992	3,15	0,70	0,70	1,81	6,36	32º
400	Rosangela De Fatima Larentis	06/07/1983	3,50	1,75	1,05	0,00	6,30	33º
263	Adilso Sabino Da Silva	11/11/1985	2,80	1,05	0,70	1,74	6,29	34º
265	Thainan De Oliveira	15/03/1990	2,80	0,70	0,70	2,00	6,20	35º
41	Marilei Heiser	19/03/1987	2,45	1,05	0,70	2,00	6,20	36º
234	Carline Hirsch	13/06/1993	2,45	1,05	0,70	2,00	6,20	37º
381	Karina Zuleica Giehl	30/10/1989	3,15	1,40	0,35	1,25	6,15	38º
308	Diene Guimarrães Da Silva Puntel	30/09/1971	3,15	1,05	0,70	1,20	6,10	39º
275	Cleonice Sommer	01/09/1968	2,45	1,40	0,70	1,50	6,05	40º
3	Geovana Cristina Schafer	15/07/1994	3,15	1,05	0,70	1,06	5,96	41º
415	Cristiana Rigo	26/12/1995	3,85	1,40	0,70	0,00	5,95	42º
120	Neusa Anna Meurer Schirrmann	16/02/1979	2,45	1,40	0,35	1,75	5,95	43º
250	Roseli Blank Sturzbecher	04/10/1971	3,15	1,05	0,35	1,30	5,85	44º
199	Clair Krein	19/12/1989	2,45	0,70	0,70	2,00	5,85	45º
92	Marieli Metz	05/03/1995	3,50	1,40	0,70	0,02	5,62	46º
125	Danieli Pavinato	02/02/1994	3,85	1,05	0,70	0,00	5,60	47º
108	Lisiane Berté	05/05/1991	3,15	1,40	0,70	0,26	5,51	48º
336	Danubia Rosset	14/11/1989	1,75	1,40	0,35	2,00	5,50	49º
112	Silvana Alves De Souza	22/10/1981	3,15	1,05	0,70	0,45	5,35	50º
110	Claudia Schmitz	04/02/1993	3,85	1,05	0,35	0,00	5,25	51º
258	Sirlei Pitrovski Schirrmann	12/03/1984	2,80	1,05	0,00	1,30	5,15	52º
22	Joceli Maria Baseggio	01/06/1968	2,80	0,35	0,00	2,00	5,15	53º
169	Camila Veitz	26/09/1994	2,45	1,05	0,35	1,16	5,01	54º
358	Francieli Liziane Sari	11/06/1993	3,85	1,05	0,00	0,00	4,90	55º
391	Ilvani Redel	26/05/1977	2,45	0,70	0,35	1,00	4,50	56º
64	Monaly Zanella	27/05/1992	2,45	0,35	0,35	1,30	4,45	57º
190	Rosana Alves De Souza	03/01/1989	2,80	1,05	0,35	0,00	4,20	58º
340	Beloni De Fatima Dos Santos	26/02/1983	2,45	0,70	1,05	0,00	4,20	59º
269	Cláudia Serafini	05/05/1984	2,45	0,35	0,00	1,30	4,10	60º
48	Jessica Fernanda Ludtke	19/07/1993	1,40	1,40	1,05	0,16	4,01	61º
158	Viviane Klein Kreuzberger	06/10/1992	1,75	0,70	0,00	1,50	3,95	62º
23	Luciane Thome	07/05/1993	3,15	0,70	0,00	0,06	3,91	63º
306	Cristiane Horst Bazzo	08/10/1984	2,45	1,05	0,35	0,00	3,85	64º
71	Clair Do Nascimento	23/08/1994	2,45	1,05	0,35	0,00	3,85	65º
386	Salette Pech Joner	31/07/1974	2,10	0,70	1,05	0,00	3,85	66º
191	Francieli Bottega Schneider	19/03/1993	2,10	0,70	0,70	0,00	3,50	67º
301	Clanir Terezinha Wiechoreck Barbosa	20/05/1962	1,75	1,40	0,00	0,00	3,15	68º
342	Lucinaura De Assis	13/05/1996	1,75	0,70	0,00	0,00	2,45	69º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
20	Michele Gebert	29/06/1999	3,50	1,75	1,05	0,00	6,30	1º
333	Neli Marcon	07/06/1973	2,45	1,05	0,70	0,83	5,03	2º
293	Rosane Teresinha Braun Dorr	12/01/1974	2,80	1,40	0,70	0,03	4,93	3º
314	Eliana Soares Da Silva	14/06/1984	1,75	0,70	1,05	0,86	4,36	4º
66	Jaqueline Henkel	23/06/1998	1,40	1,05	0,70	0,00	3,15	5º
236	Alini Muller	29/12/1989	1,05	1,40	0,35	0,00	2,80	6º
372	Roselene Böhne Henz	23/05/1974	1,05	1,05	0,35	0,00	2,45	7º

165	Maiara Carraro	09/07/1993	0,70	1,40	0,35	0,00	2,45	8º
299	Zenaide Kunz	20/11/1997	0,70	0,35	0,35	0,63	2,03	9º
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
204	Adriani Müller	13/12/1988	4,20	1,75	0,35	1,96	8,26	1º
79	Patrícia Maldaner	02/05/1994	4,20	1,40	0,70	1,76	8,06	2º
60	Marinês Schneider	31/12/1969	3,85	1,05	1,05	2,00	7,95	3º
284	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	3,85	1,05	1,05	1,84	7,79	4º
42	Marilei Heiser	19/03/1987	3,85	1,05	0,70	2,00	7,60	5º
266	Thainan De Oliveira	15/03/1990	3,85	1,05	0,70	2,00	7,60	6º
355	Geovana Gomes	19/06/1983	3,50	1,05	1,05	2,00	7,60	7º
94	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	3,85	1,40	0,35	1,97	7,57	8º
164	Marceli Salete Schu	15/09/1992	3,15	1,75	1,05	1,50	7,45	9º
201	Nelsi Frumi Nichterwitz	03/12/1961	3,15	1,75	0,70	1,71	7,31	10º
227	Janete Beilke	28/03/1973	3,15	1,75	1,05	1,01	6,96	11º
254	Jucilei Zottis	30/08/1987	3,50	1,05	0,35	2,00	6,90	12º
182	Sandra Eliane Da Silva Spielmann	05/06/1978	2,80	1,75	0,35	2,00	6,90	13º
292	Márcia Ruscheinsky	18/02/1986	2,80	1,40	0,70	2,00	6,90	14º
70	Nádia Mara Wolf Dos Reis	06/03/1991	3,15	1,05	0,70	1,96	6,86	15º
152	Rosines Orth Carminatti	11/05/1990	3,50	1,05	1,05	1,22	6,82	16º
196	Andreia Born Dorigon	12/04/1977	3,15	1,75	0,35	1,56	6,81	17º
233	Lisiane Berté	05/05/1991	4,20	1,40	0,70	0,26	6,56	18º
213	Rosane Roewer Becker	17/02/1974	3,85	0,35	0,35	2,00	6,55	19º
379	Roserlice De Oliveira	03/07/1981	3,15	1,40	0,00	2,00	6,55	20º
212	Juliane Lutz De Lima	13/03/1983	3,15	1,40	0,00	2,00	6,55	21º
156	Leila Juliane Dopke Miola	11/04/1986	3,15	1,05	0,35	2,00	6,55	22º
44	Cassiane Martins	01/09/1992	2,80	1,75	1,05	0,93	6,53	23º
241	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	3,50	1,40	0,00	1,61	6,51	24º
332	Beatriz Rasch	30/09/1970	3,15	0,70	0,70	1,93	6,48	25º
207	Solange Teresinha Link De Souza	04/05/1981	2,80	1,75	0,35	1,50	6,40	26º
235	Carline Hirsch	13/06/1993	3,15	0,70	0,35	2,00	6,20	27º
267	Juliana Aparecida Chiele Demarchi	03/11/1978	2,45	1,40	0,35	2,00	6,20	28º
321	Danubia Rosset	14/11/1989	2,45	1,40	0,35	2,00	6,20	29º
371	Jemanir Fatima Benin Rower	02/10/1963	2,45	1,40	0,70	1,51	6,06	30º
353	Francieli Pohl Arbuseri	01/10/1985	2,10	1,40	0,70	1,80	6,00	31º
262	Adilso Sabino Da Silva	11/11/1985	2,45	1,05	0,70	1,74	5,94	32º
136	Marciana Horst	23/08/1992	3,50	0,70	0,00	1,66	5,86	33º
172	Marciano Alberto De Aguiar	13/06/1985	2,45	1,05	1,05	1,30	5,85	34º
200	Clair Krein	19/12/1989	2,45	0,70	0,70	2,00	5,85	35º
49	Jessica Fernanda Ludtke	19/07/1993	3,15	1,40	1,05	0,16	5,76	36º
357	Lorena Piran Pedretti	25/10/1966	2,45	1,40	0,35	1,50	5,70	37º
91	Marieli Metz	05/03/1995	3,50	1,40	0,70	0,02	5,62	38º
4	Geovana Cristina Schafer	15/07/1994	2,80	1,05	0,70	1,06	5,61	39º
295	Cleonice Vieira Corrêa	27/04/1987	2,45	1,05	0,00	1,98	5,48	40º
209	Marcos Luiz Schmeier	19/11/1970	2,45	0,35	0,70	1,76	5,26	41º
121	Neusa Anna Meurer Schirrmann	16/02/1979	1,75	1,40	0,35	1,75	5,25	42º
256	Jucelaine Fatima Minosso	29/03/1976	2,10	0,70	0,35	2,00	5,15	43º
211	Andressa Regina Selva	10/06/1994	1,75	1,05	0,70	1,65	5,15	44º
249	Roseli Blank Sturzbecher	04/10/1971	2,10	1,05	0,35	1,30	4,80	45º

397	Rosemeri Matte	25/05/1983	2,80	0,70	0,00	1,11	4,61	46º
246	Neivana Aparecida Aguilera	24/03/1988	2,10	0,35	0,35	1,76	4,56	47º
163	Simone Menegazzo	08/03/1986	1,75	0,70	1,05	1,00	4,50	48º
206	Mauri César Meurer	19/03/1988	1,75	0,70	1,05	0,71	4,21	49º
69	Clair Do Nascimento	23/08/1994	2,45	1,05	0,70	0,00	4,20	50º
259	Sirlei Pitrovski Schirrmann	12/03/1984	1,75	1,05	0,00	1,30	4,10	51º
65	Monaly Zanella	27/05/1992	2,10	0,35	0,00	1,30	3,75	52º
159	Viviane Klein Kreuzberger	06/10/1992	1,75	0,35	0,00	1,50	3,60	53º
344	Clanir Terezinha Wiechoreck Barbosa	20/05/1962	2,45	1,05	0,00	0,00	3,50	54º
55	Luciane Thome	07/05/1993	2,45	0,70	0,00	0,06	3,21	55º
414	Jane Carla Konzen	08/10/1977	2,10	0,70	0,00	0,00	2,80	56º
107	Lucinaura De Assis	13/05/1996	1,05	0,35	0,35	0,00	1,75	57º
244	Jacira Teixeira Da Rosa	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
21	Michele Gebert	29/06/1999	2,80	1,75	1,05	0,00	5,60	1º
313	Eliana Soares Da Silva	14/06/1984	2,45	0,70	1,05	0,86	5,06	2º
294	Rosane Teresinha Braun Dorr	12/01/1974	2,45	1,75	0,70	0,03	4,93	3º
385	Cleonice Maria Zerwes	20/03/1995	3,15	1,05	0,35	0,00	4,55	4º
187	Dionara Cavalheiro	08/05/1990	2,10	0,70	0,70	0,95	4,45	5º
335	Neli Marcon	07/06/1973	1,75	1,05	0,70	0,83	4,33	6º
300	Zenaide Kunz	20/11/1997	1,40	0,35	0,35	0,63	2,73	7º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
58	Marco Aurelio Hirsch	23/08/1993	3,15	1,05	0,70	1,64	6,54	1º
138	Gilda Maria Klein Baseggio	26/03/1960	2,80	1,40	1,05	1,20	6,45	2º
323	Viviane Esther Scherer	06/04/1990	3,15	1,40	0,70	0,71	5,96	3º
95	Iliete Maria Ferrandin	14/04/1970	2,45	0,70	0,70	2,00	5,85	4º
124	Gustavo Lucas Manica	09/03/1994	3,50	0,70	1,05	0,46	5,71	5º
19	Rosane Pitrowski Wolff	09/08/1994	2,10	1,05	0,35	0,04	3,54	6º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
338	Mirtes Luana Gabriel	20/06/1997	1,40	1,75	0,70	0,00	3,85	1º

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
248	Bruna Santos Araujo	02/09/1993	2,80	1,75	1,05	1,00	6,60	1º
247	Diacomo Antônio Cavalheiro	29/03/1988	2,45	1,05	0,70	0,82	5,02	2º
181	Leandro Da Silva Zimmermann	08/08/1971	2,80	1,40	0,70	0,00	4,90	3º
228	Gildomar Puntel	09/02/1976	1,05	0,70	0,70	1,84	4,29	4º
326	Lucas Blank Fano	18/07/1990	1,75	1,05	1,05	0,00	3,85	5º

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
139	Gilda Maria Klein Baseggio	26/03/1960	1,40	1,75	1,05	1,20	5,40	1º
346	Deolinda Wais	14/03/1993	1,40	1,40	1,05	0,00	3,85	2º
1	Neiva Specht Jacoby	20/05/1992	1,40	1,40	0,70	0,00	3,50	3º

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
86	Daiane Mariéli Renz	05/04/1991	2,80	1,05	1,05	1,30	6,20	1º
84	Deisi Marostica	25/03/1987	1,40	1,40	0,70	2,00	5,50	2º
377	Simone Mengel	04/03/1981	2,10	1,40	0,00	1,30	4,80	3º
180	Michele Miqueloto Hermes	13/04/1992	1,40	0,70	0,35	1,94	4,39	4º
392	Armando Arlan Joergensen	30/03/1995	2,10	1,40	0,35	0,00	3,85	5º
PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
61	Elisangela Macedo Gonzzalez Gass	07/04/1977	1,05	1,40	0,35	2,00	4,80	1º
119	Andrea Baierle	15/09/1977	0,70	1,40	0,70	2,00	4,80	2º
304	Luciane Salete Dalmolin	11/12/1981	1,05	0,70	0,35	2,00	4,10	3º
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
334	Mirtes Luana Gabriel	20/06/1997	2,10	1,75	0,70	0,00	4,55	1º
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
167	Elói Beilke	04/09/1969	3,85	1,40	0,70	2,00	7,95	1º
297	Camila Daltoé	15/03/1995	3,50	1,40	0,70	1,80	7,40	2º
378	Simone Mengel	04/03/1981	3,15	1,75	0,00	1,30	6,20	3º
281	Márcia Bruggemann Rohden	03/08/1982	2,45	1,75	0,35	1,30	5,85	4º
38	Francisco Rother	12/08/1996	2,80	1,40	1,05	0,00	5,25	5º
412	Leonardo Klement	22/02/1995	2,45	1,05	0,70	0,31	4,51	6º
142	Aristoteles Willyan Dias	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
319	Diego Leiria Da Silva	11/06/1999	2,45	1,05	0,35	0,06	3,91	1º
394	Adinei Luiz Rech	04/06/1993	2,10	0,70	0,70	0,00	3,50	2º
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
276	Monica Paula Bilibio	10/03/1984	2,45	1,05	0,70	2,00	6,20	1º
260	Sabrina Wilhelms	10/12/1981	1,75	1,40	1,05	2,00	6,20	2º
62	Elisangela Macedo Gonzzalez Gass	07/04/1977	2,45	1,05	0,00	2,00	5,50	3º
133	Luciane Dal Ri Borck	25/02/1976	2,10	1,40	1,05	0,00	4,55	4º
316	Andressa Maria Fraportti	17/10/1996	1,05	1,40	0,00	0,93	3,38	5º
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
403	Carine Raquel Dalpiaz	23/02/1994	2,10	1,05	0,00	0,00	3,15	1º

Art. 2º - São considerados classificados todos os candidatos que não tenham zerado na prova objetiva.

Art. 3º - O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º - Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 5º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, 17 de Outubro de 2018.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

DECRETO 5147/2018

Publicação Nº 1776496

DECRETO Nº 5.147 DE 17 DE OUTUBRO 2018

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL RELATIVO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público nº 001/2018, o resultado final destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

PROFESSOR DE ARTES							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
300	Salete Konzen	18/03/1973	5,25	1,40	1,00	7,65	1º
262	Zizele Mergen Cappellari	12/12/1987	5,25	1,40	0,60	7,25	2º
188	Carla Daniele Marquardt	28/11/1996	5,25	1,20	0,80	7,25	3º
227	Janaíne Iappe	12/05/1990	5,60	1,20	0,40	7,20	4º
220	Jéssica Dondoefer	04/01/1995	4,90	1,60	0,20	6,70	5º
25	Bruna Regina Reckziegel	15/02/1990	4,90	1,40	0,40	6,70	6º
246	Carolina Thomas	08/02/1994	4,90	1,20	0,40	6,50	7º
293	Juliana Dos Santos Buss	13/06/1996	4,90	1,00	0,60	6,50	8º
56	Douglas Moro	26/08/1991	5,25	0,60	0,20	6,05	9º
6	Elaine Stiegemeier Emmel	24/08/1984	3,50	1,60	0,80	5,90	10º
85	Madalena Pitrovsky	26/04/1989	3,85	1,20	0,60	5,65	11º
205	Ana Paula Garcia	15/05/1994	4,20	1,20	0,20	5,60	12º
274	Nicolle Callai Schuh	12/09/1984	3,15	1,60	0,60	5,35	13º
159	Ana Paula Fröhlich Dummel	10/02/1992	3,50	1,20	0,40	5,10	14º
212	Katia Studt	11/06/1986	3,15	1,00	0,20	4,35	Desc.
273	Claudia Roma	Faltante					Desc.
51	Pryscilla Da Silva Mendes	Faltante					Desc.
200	Felipe José Bozzetto	Faltante					Desc.
110	Caroline Ines Baumgratz	Faltante					Desc.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
238	Ivanice Cecconet	05/02/1981	7,00	1,80	0,60	9,40	1º
86	Danieli Pavinato	02/02/1994	6,65	1,40	1,00	9,05	2º
137	Adriani Müller	13/12/1988	6,65	1,60	0,60	8,85	3º
146	Janete Beilke	28/03/1973	6,30	1,40	1,00	8,70	4º
145	Mariele Schaefer	23/04/1993	6,30	1,20	1,00	8,50	5º
172	Sirlei Schafer Seger	19/05/1990	6,65	1,20	0,60	8,45	6º
136	Andressa Ferronato	16/06/1993	5,60	1,80	0,80	8,20	7º
101	Fatima Luana Caneppele Guder	18/02/1991	5,95	1,60	0,60	8,15	8º
267	Karina Zuleica Giehl	30/10/1989	5,95	1,40	0,80	8,15	9º
15	Claudete Hofstatter	29/08/1991	5,95	1,40	0,80	8,15	10º

1	Josenara Tais Heck	23/07/1995	6,30	1,40	0,40	8,10	11º
202	Denize Ferrari	07/06/1980	5,60	1,60	0,80	8,00	12º
50	Patrícia Maldaner	02/05/1994	6,30	1,00	0,60	7,90	13º
71	Alessandra Maria Mariani	28/08/1985	5,60	1,40	0,80	7,80	14º
229	Beatriz Rasch	30/09/1970	5,95	1,40	0,40	7,75	15º
102	Leila Juliane Dopke Miola	11/04/1986	5,95	1,40	0,40	7,75	16º
256	Cristiana Schröder	07/04/1988	5,95	1,40	0,40	7,75	17º
284	Simara Vargas	07/02/1995	5,25	1,80	0,60	7,65	18º
153	Débora Alana Flach	25/11/1996	5,25	1,60	0,80	7,65	19º
108	Marceli Salete Schu	15/09/1992	5,60	1,20	0,80	7,60	20º
33	Fernanda Maria Finger	29/04/1988	5,95	1,00	0,60	7,55	21º
77	Gabriela Caspers	13/09/1985	6,30	0,80	0,40	7,50	22º
120	Sirlei Maria Bremm Tonezer	29/10/1972	5,25	1,40	0,80	7,45	23º
69	Lisiane Berté	05/05/1991	6,30	0,80	0,20	7,30	24º
301	Dayane Raquelli Drescher	23/09/1990	4,90	1,60	0,80	7,30	25º
203	Márcia Ruscheinsky	18/02/1986	4,90	1,40	1,00	7,30	26º
297	Cristiana Rigo	26/12/1995	5,25	1,40	0,60	7,25	27º
140	Solange Teresinha Link De Souza	04/05/1981	5,25	1,20	0,80	7,25	28º
247	Geovana Gomes	19/06/1983	5,25	1,20	0,80	7,25	29º
62	Marieli Metz	05/03/1995	5,25	1,20	0,80	7,25	30º
5	Geovana Cristina Schafer	15/07/1994	5,60	1,40	0,20	7,20	31º
148	Fernanda Paparella Viapiana	30/04/1979	4,90	1,60	0,60	7,10	32º
13	Joceli Maria Baseggio	01/06/1968	4,90	1,40	0,80	7,10	33º
44	Roserlice De Oliveira	03/07/1981	4,90	1,40	0,80	7,10	34º
249	Rosangela De Fatima Larentis	06/07/1983	4,90	1,20	1,00	7,10	35º
57	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	5,25	1,40	0,40	7,05	36º
232	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	5,25	1,40	0,40	7,05	37º
183	Thainan De Oliveira	15/03/1990	5,25	1,40	0,40	7,05	38º
26	Cristiane Salete Fraporti	03/01/1992	5,25	1,40	0,40	7,05	39º
263	Tisiane Scheila Dumke Bortolanza	17/01/1990	5,25	1,20	0,60	7,05	40º
28	Cassiane Martins	01/09/1992	5,25	1,20	0,60	7,05	41º
27	Marilei Heiser	19/03/1987	5,60	1,00	0,40	7,00	42º
150	Carline Hirsch	13/06/1993	5,60	1,00	0,40	7,00	43º
222	Elisangela Macedo Gonzzalez Gass	07/04/1977	4,55	1,60	0,80	6,95	44º
83	Leidiana Kátia Konflanz	20/11/1986	4,55	1,60	0,80	6,95	45º
216	Fabiana Fischer	02/11/1997	4,90	1,40	0,60	6,90	46º
180	Adilso Sabino Da Silva	11/11/1985	4,90	1,20	0,80	6,90	47º
24	Vanessa Crystina Fraportti Albugieri	22/11/1991	5,25	1,40	0,20	6,85	48º
94	Idiane Fatima Iaroszeski	26/08/1997	5,25	1,20	0,40	6,85	49º
144	Rosane Roewer Becker	17/02/1974	5,25	1,00	0,60	6,85	50º
241	Sirlei Maria Antunes Schneiders	05/12/1973	4,55	1,40	0,80	6,75	51º
147	Siamara Meier	06/06/1993	4,90	1,60	0,20	6,70	52º
242	Katrini Ferraboli De Lima	28/02/1995	4,90	1,40	0,40	6,70	53º
63	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	4,90	1,00	0,80	6,70	54º
59	Loidir Vicentini	11/11/1972	5,25	1,20	0,20	6,65	55º
214	Ionara Assmann	22/09/1989	5,25	1,00	0,40	6,65	56º
210	Alessandra Kerber	27/07/1990	5,25	1,00	0,40	6,65	57º
275	Idione Luedke	27/01/1970	4,20	1,80	0,60	6,60	58º
133	Clair Krein	19/12/1989	4,55	1,60	0,40	6,55	59º
39	Marinês Schneider	31/12/1969	4,55	1,40	0,60	6,55	60º

192	Dioneide Riedel Walter	02/09/1983	4,90	1,40	0,20	6,50	61º
245	Francieli Pohl Arbuergeri	01/10/1985	4,90	1,40	0,20	6,50	62º
70	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	4,90	1,40	0,20	6,50	63º
161	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	4,90	1,00	0,60	6,50	64º
100	Rosines Orth Carminatti	11/05/1990	4,90	1,00	0,60	6,50	65º
265	Franciele Thomé	21/01/1998	4,55	1,40	0,40	6,35	66º
177	Sirlei Pitrovski Schirrmann	12/03/1984	4,55	1,20	0,60	6,35	67º
166	Catiana Siganski	15/11/1988	4,55	1,20	0,60	6,35	68º
42	Monaly Zanella	27/05/1992	4,55	1,20	0,60	6,35	69º
187	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	4,20	1,20	0,80	6,20	70º
78	Janaina Dewes	20/10/1993	4,55	1,40	0,20	6,15	71º
14	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	4,90	1,00	0,20	6,10	72º
285	Leila Daiane Kempfer	16/04/1987	4,90	0,80	0,40	6,10	73º
170	Jucilei Zottis	30/08/1987	4,90	0,80	0,40	6,10	74º
141	Marcos Luiz Schmeier	19/11/1970	4,90	0,60	0,60	6,10	75º
185	Vanessa Royer	31/01/1993	3,85	1,60	0,60	6,05	76º
43	Nádia Mara Wolf Dos Reis	06/03/1991	4,20	1,40	0,40	6,00	77º
89	Adriani Teresinha Do Nascimento	18/08/1976	4,20	1,20	0,60	6,00	78º
23	Simone Menegazzo	08/03/1986	4,20	1,20	0,60	6,00	79º
259	Marizane Marines Weber	27/05/1988	4,20	1,20	0,60	6,00	80º
93	Gabrielle Haag	10/11/1995	4,55	1,20	0,20	5,95	81º
163	Jacira Teixeira Da Rosa	24/06/1962	4,55	0,60	0,80	5,95	82º
143	Juliane Lutz De Lima	13/03/1983	4,90	0,80	0,20	5,90	83º
291	Vanessa Inelva Previdi	01/07/1995	4,20	1,40	0,20	5,80	84º
254	Josemeri Pohl Becker	01/02/1982	4,20	1,00	0,60	5,80	85º
260	Jucelaine Da Silva Moreira	04/12/1991	4,20	1,00	0,60	5,80	86º
168	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,20	1,00	0,60	5,80	87º
184	Cláudia Serafini	05/05/1984	4,55	0,80	0,40	5,75	88º
72	Silvane De Gois Snigura	06/02/1985	4,55	0,80	0,40	5,75	89º
204	Rosane Teresinha Braun Dorr	12/01/1974	3,85	1,60	0,20	5,65	90º
113	Marciano Alberto De Aguiar	13/06/1985	3,85	1,20	0,60	5,65	91º
131	Andreia Born Dorigon	12/04/1977	4,20	1,20	0,20	5,60	92º
213	Salette De Souza	12/10/1978	4,20	1,00	0,40	5,60	93º
181	Juliana Aparecida Chiele Demarchi	03/11/1978	4,20	1,00	0,40	5,60	94º
132	Aline Cequim Marzola	22/01/1985	4,20	1,00	0,40	5,60	95º
280	Tisineia Kemberli Dumke	09/11/1994	4,20	1,00	0,40	5,60	96º
31	Jessica Fernanda Ludtke	19/07/1993	4,20	0,60	0,80	5,60	97º
76	Silvana Alves De Souza	22/10/1981	3,50	1,60	0,40	5,50	98º
236	Rosemeri Matte	25/05/1983	3,85	1,00	0,60	5,45	99º
149	Elizandra Parecida Nascimento Machado	17/09/1992	4,20	0,60	0,60	5,40	100º
105	Viviane Klein Kreuzberger	06/10/1992	4,55	0,20	0,60	5,35	101º
142	Andressa Regina Selva	10/06/1994	3,50	1,60	0,20	5,30	102º
127	Rosana Alves De Souza	03/01/1989	3,85	0,80	0,60	5,25	103º
152	Alini Muller	29/12/1989	3,85	0,80	0,60	5,25	104º
171	Jucelaine Fatima Minosso	29/03/1976	4,20	0,40	0,60	5,20	105º
96	Leandra Bedaty	04/08/1975	3,15	1,20	0,80	5,15	106º
104	Aline Martins Pereira	17/04/1978	3,15	1,20	0,80	5,15	107º
209	Cristiane Horst Bazzo	08/10/1984	3,50	1,20	0,40	5,10	108º
16	Lilia Nardi	27/11/1979	3,50	1,00	0,60	5,10	109º
87	Ivana Margarete Melz Da Silva	22/11/1988	3,85	1,00	0,20	5,05	110º

193	Monica Paula Bilibio	10/03/1984	3,85	0,80	0,40	5,05	111º
195	Luciane Fleck Dos Santos	08/04/1990	3,85	0,80	0,40	5,05	112º
179	Maiara Ferraz	09/03/1982	4,20	0,40	0,40	5,00	113º
66	Patricia Dos Santos Dalla Lana	28/06/1977	2,80	1,20	1,00	5,00	114º
244	Adriana Prestes Da Silva	06/06/1986	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
158	Aliana Siganski	14/09/1993	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
119	Sandra Eliane Da Silva Spielmann	05/06/1978	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
164	Neivana Aparecida Aguilera	24/03/1988	3,85	0,40	0,60	4,85	Desc.
20	Marciana Horst	23/08/1992	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
253	Eliane Do Prado Richetti	12/02/1973	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
282	Taísa Heydt	10/04/1988	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
252	Patricia Strege	04/05/1993	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
173	Vânia Inês Wegner	18/12/1993	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
12	Luciane Thome	07/05/1993	3,50	1,20	0,00	4,70	Desc.
218	Angelica Camargo Da Rosa Do Nascimento	16/03/1970	3,85	0,60	0,20	4,65	Desc.
235	Beloni De Fatima Dos Santos	26/02/1983	2,80	1,60	0,20	4,60	Desc.
169	Maiara Carraro	09/07/1993	3,15	1,20	0,20	4,55	Desc.
206	Sandra Soares Dalla Lana	29/07/1978	3,50	0,40	0,60	4,50	Desc.
292	Ketlin Paula Mileski	07/06/1995	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
97	Leonardo Christian Sturm	29/11/1995	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
167	Roseli Blank Sturzbecher	04/10/1971	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
35	Franciele Patricia Herbert Scherer	21/10/1986	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
3	Eduarda Stein Melz	04/08/1995	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
276	Ilvani Redel	26/05/1977	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
73	Juliana Alves Kuhn	13/12/1977	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
250	Davi Pereira Da Silva	14/02/1978	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
251	Araci Trindade Dos Santos	06/11/1955	3,15	0,00	0,60	3,75	Desc.
81	Neusa Anna Meurer Schirrmann	16/02/1979	1,75	1,40	0,60	3,75	Desc.
296	Jane Carla Konzen	08/10/1977	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
103	Marlene Gruetzmann	25/02/1983	2,45	0,40	0,40	3,25	Desc.
32	Lucinaura De Assis	13/05/1996	1,40	0,60	0,20	2,20	Desc.
264	Aleandres Ana Ferrari	Faltante					Desc.
186	Edivania Alves De Amorim	Faltante					Desc.
258	Sheila Da Silva Tavares	Faltante					Desc.
255	Gisele Luzia De Oliveria Munch	Faltante					Desc.
189	Marciane Rohden Toillier	Faltante					Desc.
271	Vanderlize Schmeier	Faltante					Desc.
88	Sirlei Marafon	Faltante					Desc.
302	Marceli Aparecida Johner Schmidt	Faltante					Desc.
224	Grasiela Cristina Mattana	Faltante					Desc.
156	Fernanda Bottega	Faltante					Desc.
125	Daiane Rodrigues Sgarbi	Faltante					Desc.
248	Francieli Liziane Sari	Faltante					Desc.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
288	Gilberto Spier	26/12/1963	6,65	1,20	1,00	8,85	1º
46	Jaqueline Hentges Theisen	05/11/1977	6,30	1,80	0,60	8,70	2º
36	Marco Aurelio Hirsch	23/08/1993	5,95	1,00	0,80	7,75	3º
223	Viviane Esther Scherer	06/04/1990	4,20	1,20	0,80	6,20	4º

34	Simone Iria Welter Moesch	17/09/1978	4,90	1,00	0,20	6,10	5º
90	Gilda Maria Klein Baseggio	26/03/1960	4,20	0,80	0,80	5,80	6º
82	Gustavo Lucas Manica	09/03/1994	4,55	1,00	0,20	5,75	7º
64	Iliete Maria Ferrandin	14/04/1970	3,85	1,00	0,80	5,65	8º
243	Marinês Schafer	24/04/1975	3,85	1,20	0,20	5,25	9º
11	Rosane Pitrowski Wolff	09/08/1994	3,85	1,20	0,20	5,25	10º
268	Roseli Simone Ribeiro	31/08/1976	2,45	1,00	0,80	4,25	Desc.
160	Sirlene Dalla Lana	Faltante					Desc.
68	Lucas Pomniechinski	Faltante					Desc.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
272	Diogo De Mello	17/08/1988	4,55	1,60	1,00	7,15	1º
176	Jhonathan Boldori Leonardi	05/07/1996	3,85	1,20	1,00	6,05	2º
107	Bruna Santos Araujo	02/09/1993	3,85	1,40	0,60	5,85	3º
175	Thais Angela Stella	29/08/1996	3,50	1,60	0,60	5,70	4º
165	Diacomo Antônio Cavaleiro	29/03/1988	3,50	1,40	0,80	5,70	5º
99	Leandro Da Silva Zimmermann	08/08/1971	3,15	1,40	0,80	5,35	6º
155	Vilmar Klagenberg	30/12/1974	3,50	1,00	0,80	5,30	7º
261	Claudia Regina Eichelberger	19/11/1983	3,50	0,80	0,80	5,10	8º
126	Taiane Guarda Cecon	27/12/1993	2,80	1,60	0,60	5,00	9º
52	Gildomar Puntel	09/02/1976	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
225	Lucas Blank Fano	18/07/1990	2,45	1,40	0,60	4,45	Desc.
286	Adriela Do Carmo Spengler	27/10/1990	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
106	Leticia Solivo	15/08/1997	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
2	Neiva Specht Jacoby	20/05/1992	1,75	1,00	0,40	3,15	Desc.
45	Camila Rigo	10/10/1997	1,75	1,20	0,20	3,15	Desc.
231	Soeli Dalla Lana Dovigi	18/02/1970	1,40	0,60	0,40	2,40	Desc.
211	Lilian Simone Souza Pires	Faltante					Desc.
298	Cintia Brogni Oliveira	Faltante					Desc.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
199	Thiago Terhorst Rauber	24/04/1993	5,95	2,00	0,60	8,55	1º
7	Thiago André Winter	17/08/1988	4,55	1,00	0,60	6,15	2º
54	Deisi Marostica	25/03/1987	3,50	1,40	1,00	5,90	3º
182	Roger Dos Santos Bieger	28/10/1998	3,85	1,40	0,40	5,65	4º
257	Jean Carlo Dal Berto	15/01/1994	3,15	1,00	1,00	5,15	5º
21	Jaqueline Machado	13/12/1986	2,80	1,40	0,80	5,00	6º
190	Renan Roger Röwer	20/09/1994	2,80	1,40	0,80	5,00	7º
277	Armando Arlan Joergensen	30/03/1995	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
197	Elisandra Manfroi	27/01/1988	2,80	1,40	0,60	4,80	Desc.
217	Denise Raquel Zwirtes	26/10/1988	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
198	Edinei Kessler Reckziegel	18/04/1996	2,45	1,40	0,40	4,25	Desc.
279	Heino Schnorrenberger	20/03/1998	2,45	1,40	0,40	4,25	Desc.
58	Daiane Mariéli Renz	05/04/1991	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
111	Elói Beilke	04/09/1969	2,10	1,40	0,60	4,10	Desc.
74	William Meier	14/06/1996	2,10	1,20	0,80	4,10	Desc.
287	Simone Mengel	04/03/1981	1,40	1,60	0,80	3,80	Desc.
278	Emerson Andre Wolf	30/07/1996	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.

118	Michele Miqueloto Hermes	13/04/1992	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
269	Volnei Arndt	28/11/1994	2,45	0,60	0,20	3,25	Desc.
237	Fernando Ricardo Allebrandt	27/05/1989	2,10	0,60	0,40	3,10	Desc.
92	Joel Buchner Moreira	10/04/1990	0,70	0,80	0,80	2,30	Desc.
10	Felipe De Andrade Alves	Faltante					Desc.
49	Robson William Pereira Da Silva	Faltante					Desc.
PROFESSOR DE INGLÊS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
270	Patricia Amanda Queiroz Schneider	21/12/1992	3,50	1,60	0,80	5,90	1º
80	Andrea Baierle	15/09/1977	3,50	1,60	0,60	5,70	2º
135	Karine Palombit	27/05/1997	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
207	Luciane Salete Dalmolin	11/12/1981	2,80	1,20	0,80	4,80	Desc.
221	Aline Sangalli	07/08/1985	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
233	Mirtes Luana Gabriel	20/06/1997	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
281	Diego Bonatti	Faltante					Desc.

Art. 2º - Somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 5,00 (cinco) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.
 Art. 3º - O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º - Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 5º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, 17 de Outubro de 2018.

VALDIR RUBERT
 Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DL Nº 024/2018 - PMM

Publicação Nº 1775990

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 128/2018. Dispensa de Licitação nº. 024/2018. O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Rua Laju nº 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação nº. 024/2018, oriunda do Processo Administrativo nº. 128/2018 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO: Constitui objeto da presente licitação à contratação de apresentações de planetário itinerante, composta por 01 domo inflável que comporta até 70 alunos por sessão, e será realizado nos dias 23 e 24 de outubro de 2018, fazendo parte da programação alusiva “a semana da criança”, disponibilizada aos educandos da rede municipal de educação do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina. CONTRATADO: PROJETOS ANTONIOS EIRELI ME, CNPJ sob nº 21.152.918/0001-26. VALOR TOTAL: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), a ser paga em parcela única em até 10 dias úteis após a execução dos serviços. VIGÊNCIA: 31/10/2018. Mondaí – SC, 15 de outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 16-10

Publicação Nº 1775610

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

Aos dezesseis dias do mês de outubro de 2018, reuniram-se os membros designados por meio da Portaria de nº. 359/2018, devidamente publicada no DOM/SC de 13/09/2018, por convocação do Senhor Presidente. Foram apregoados os seguintes Processos Administrativos de Regularização Fundiária COHAB nº. 0040/2018, 0055/2018, 0060/2018, 0061/2018, 0062/2018, 0063/2018, 0064/2018, 0065/2018, 0066/2018, 0067/2018, 0068/2018, 0071/2018, 0072/2018, 0073/2018, 0074/2018, 0075/2018, 0077/2018, 0078/2018, 0079/2018 e 0080/2018, em virtude de encontrarem-se devidamente aptos para apreciação. O Sr. Presidente explicou aos demais membros os critérios, documentos e pressupostos que nortear o entendimento da Comissão no sentido de emitir Parecer Conclusivo a fim de subsidiar decisão a ser proferida futuramente pelo Senhor Prefeito nos respectivos processos administrativos acima elencados.

I – Considerações e Deliberações:

Item 1 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0040/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Vilmar Rodrigues dos Santos, brasileiro, solteiro, operador de empilhadeira, CPF: 831.657.709-72, RG 2.775.202, filho de Miguel Rodrigues dos Santos e Alice Simões dos Santos, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Dr. Hélio dos Anjos Hortiz, nº 31, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 2 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0055/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Sidnei Veiga do Prado, brasileiro, casado, auxiliar de produção, CPF: 023.813.499-79, RG3.852.954, filho de Valdemiro Veiga do Prado e Evanir Machado do Prado, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos, nº1.052, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 3 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0060/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Vanderlei Veiga do Prado, brasileiro, casado, motorista de caminhão, CPF: 000.633.829-11, RG 3.525.169, filho de Valdemiro Veiga do Prado e Evanir Machado do Prado, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos, nº1.000, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 4 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0061/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Rosani Aparecida Lisboa Lopes, brasileira, casada, servidora pública, CPF: 776.313.409-78, RG 9/R 2.246.945, filha de Reinaldo Lisboa e Olivia Isabel de Matos Lisboa, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos, nº988, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 5 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0062/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Osmar Fernandes, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 443.573.629-20, RG 1.369.884, filho de Elvira Fernandes, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Princesa Isabel, nº267, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 6 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0063/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Rosemere Dias Fuck, brasileira, viúva, aposentada, CPF: 898.563.419-49 RG: 2.771.660, filha de Augusto Dias e Leonides Vieira Dias, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Princesa Isabel, nº249, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 7 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0064/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Altair Ribeiro da Luz, brasileiro, casado, motorista, CPF: 632.661.139-34, RG: 1.797.566, filho de Matias Ribeiro da Luz e Francisca Gonçalves da Luz, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Princesa Isabel, nº239, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 8 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0065/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Alexandre Rodrigues de Bastos, brasileiro, casado, agente público, CPF: 047.095.929-00, RG: 4.433.025, filho de Antonio Rodrigues Bastos e Neusa de Jesus Fernandes Bastos, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Princesa Isabel, nº227, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 9 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0066/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Zelita Corrêa Costa, brasileira, viúva, aposentada, CPF: 520.266.639-04, RG: 5.192.180, filha de Amilton Corrêa Costa e Julieta Kuster Costa, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Waldemiro Borges Karlson, nº989, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 10 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0067/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Ademir Franco Ramos, brasileiro, solteiro, pedreiro, CPF: 915.279.969-72, RG: 2.242.718, filho de Zenilda Franco Ramos, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Waldemiro Borges Karlson, nº975, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 11 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0068/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra.

Lourdes Maris Duarte, brasileira, viúva, servidora pública, CPF: 250.497.129-04, RG: 534.760, filha de Jeronimo Manoel Felisbino e Natalicia Maria de Souza Felisbino, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Waldemiro Borges Karlson, nº963, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 12 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0071/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Jaisson Correia, brasileiro, divorciado, pintor, CPF: 053.557.979-97, RG: 5.120.191, filho de Aquilino Correia e Catarina Fatima Oliveira, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua João Bueno de Oliveira nº65, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 13 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0072/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Dilmara Aparecida Farias, brasileira, viúva, aposentada, CPF: 771.724.939-15, RG: 2.249.337, filha de João Maria Farias e Sofia de Lima Farias, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua João Bueno de Oliveira, nº53, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 14 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0073/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Indiaoara Aparecida Bussi, brasileira, casada, CPF: 047.415.769-57, RG: 4.581.193, filha de Iroze Tadeu Bussi e Sirlei Aparecida Bussi, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua João Bueno de Oliveira, nº43, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 15 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0074/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. João Silva, brasileiro, solteiro, churrasqueiro, CPF: 634.706.679-34, RG: 2.016.432, filho de Jorge Silva e Sofia Tamporoski, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua João Bueno de Oliveira, nº31, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 16 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0075/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Ezalina Medeiros Fernandes, brasileira, viúva, aposentada, CPF: 814.353.209-72, RG: 2.016.885, filha de Rosa Medeiros, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos, nº962, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 17 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0077/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Moacir Mondoio, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 494.016.889-15, RG: 1.196.699, filho de Abílio Mondoio e Madalena Sochacevski Mondoio, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos, nº930, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 18 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0078/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sr. Maicon Siqueira de Lima, brasileiro, solteiro, rasteleiro, CPF: 064.058.349-05, RG: 5.017.508, filho de Jorge Siqueira de Lima e Marilete do Carmo de Lima, é detentor de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos s/n, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 19 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0077/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Juraci de Jesus JientaraWeng, brasileira, viúva, aposentada, CPF: 382.985.549-49, RG: 1.098.556, filha de Vicente Jientara e Antônia Ribeiro Jientara, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua Gov. Pedro Ivo F. de Campos, nº900, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Item 20 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária COHAB nº.0080/2018. Os membros por unanimidade entenderam que Sra. Rosalina Gonçalves de Lima, brasileira, viúva, aposentada, CPF: 988.142.819-04, RG: 1.092.984, filha de Sebastião Gonçalves Bueno e Maria Senhorinha Bueno, é detentora de direitos que induzem a propriedade do imóvel localizado na Rua João Bueno de Oliveira, nº32, bairro COHAB, município de Monte Castelo-SC.

Por fim, a Comissão considerando as provas documentais que constam dos autos de cada processo, emite PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL, para que o Senhor Prefeito de Monte Castelo, observado os trâmites legais, que exare Certidão de Regularização Fundiária nos moldes da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Marcelo Feliz Artilheiro

José Dombrowski

Wilson Alves Ribeiro

ATO DO PREFEITO

Acolho o parecer, cujos fundamentos adoto como razão de decidir.

Determino a Publicação integral da Ata e da presente decisão no DOM e no átrio do paço municipal, para fins de impugnação pelo prazo de 30 dias.

Decorrido in albis o prazo, exarem-se as Certidões de Regularização Fundiária.

Apresentada eventual impugnação, remeta-se o respectivo processo e impugnação à Comissão, sem prejuízo do andamento dos demais processos, para novo parecer.

Após, faça-me concluso o processo para nova decisão.

Publique-se.

Arquive-se. Cumpra-se.

Monte Castelo (SC) 16 de outubro de 2018.

Jean Carlo Medeiros de Souza

Prefeito

Morro da Fumaça

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO 136/2018

Publicação Nº 1776266

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2018. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica prorrogado para o dia 24 de Outubro de 2018, às 14:30 horas, o Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, PULVERIZAÇÃO, POLIMENTO." Os demais itens do edital permanecem inalterados. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico www.morrodafumaca.sc.gov.br.

Morro da Fumaça (SC), 17 de Outubro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 155 2018

Publicação Nº 1775921

DECRETO Nº 155/2018, em 10 de Outubro de 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2018."

AGENOR CORAL, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1812, de 06 de Dezembro de 2017,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e do Desenvolvimento Social		
07.01 – Fundo Municipal de Saúde		
07.01.10.302.0011.2.068-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 15.000,00		
07.01.10.302.0011.2.068-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 10.000,00		
07.01.10.304.0011.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.000,00		
07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 5.000,00		
Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:		
07 – Secretaria do Sistema de Saúde e do Desenvolvimento Social		
07.01 – Fundo Municipal de Saúde		
07.01.10.304.0011.2.040-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.000,00		
07.01.10.302.0011.2.068-3.3.71.00.00.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos		
Valor de R\$ 25.000,00		
07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 5.000,00		

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº. 1.792/2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018 - Lei Municipal nº. 1.796/2017 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2018 - Lei nº. 1.812/2017, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 10 de Outubro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO SARTOR GUOLLO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 156 2018

Publicação Nº 1775927

DECRETO Nº 156/2018, de 16 de Outubro de 2018.

“NOMEIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE PARA MANDATO DE 2018/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei nº 1413/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, assim constituído, para o mandato de 04 (quatro) anos (2018/2022):

I – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Titular: Fernando Réus Frasson

Suplente: Rosangela Pagnan Maragno

II – REPRESENTANTES DOS DOCENTES

Titular: Carolini Salvan Geremias

Suplente: Camila Freitas Fidelix

Titular: Arzenir Salvan Geremias

Suplente: Mabel Aparecida de Costa

--	--	--	--

III – REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS

Titular: Cristina Silvano Fernandes Sartor

Suplente: Marilusi Seolin

Titular: Grazieli Sartor da Silva

Suplente: Esonel Aparecida Batista Rodrigues Simon

IV – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CIVIS

Titular: Zoraide Maria Salviato de Costa

Suplente: Marcos Silveira de Jesus

Titular: Adelina Delfino de Jesus

Suplente: Dilanio Willian Sartor

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Outubro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 157 2018

Publicação Nº 1775919

DECRETO Nº 157/2018, de 16 de Outubro de 2018.

“NOMEIA A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 009/2011 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.

69, XII, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o Art. 19, da Lei Complementar 009/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão para Avaliação da Progressão Funcional dos servidores do Magistério, nos termos do artigo 19, da Lei Complementar 009/2011, assim constituído:

I – Servidores Estáveis do Quadro do Magistério (indicados pela Secretaria do Sistema de Educação)

1. Margarida Piva

2. Nelma Sartor

3. Greicy Salvador Zaccaron

II – Professor do Ensino Fundamental

1. Fabiana Padoin

III – Professor do Ensino de Educação Infantil

1. Adriana Laureano

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Outubro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2018

Publicação Nº 1776432

EMENTA:

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Vereador Miguel Zaccaron Darolt, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 011/2018, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o teor do artigo 236, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo, na Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, nos dias 12 (sexta-feira) e 15 (segunda-feira) de outubro 2018, haja vista que, nas referidas datas em apreço, comemoram-se, o Dia de Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional) e o Dia do Professor c/c Dia do Servidor Público Municipal, respectivamente.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC em 11 de outubro de 2018.

MIGUEL ZACCARON DAROLT

Presidente

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois e dezoito.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 87/2018

Publicação Nº 1775883

DECRETO Nº 87/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 896 de 03 de dezembro de 2017 e Lei especial 925/2018.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária fica suplementada conforme abaixo especificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.033 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA

4.4.90.00.00.00.00.0002(10)–Aplicações diretas 150.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito adicional suplementar do artigo anterior será anulado recursos da seguinte dotação orçamentária

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

1.011 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA UNIDADE DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.0002 (1)–Aplicações diretas 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 17 de outubro de 2018.

Valdionir Rocha

PREFEITO MUNICIPAL

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 136/2018 PMN

Publicação Nº 1776354

Ata 136/2018 pmn

Aberto o certame as nove horas do dia quinze de outubro de dois mil e dezoito, com a presença da comissão permanente nomeada pela portaria 566/2018 para abertura dos envelopes da Tomada de preço 136/2018 PMN com a participação das empresas Mercolux Comercial Elétrica Ltda representada por Oruam Elismar Gouveia Junior e L.C Empreiteira Mão de Obra Ltda sem representante. Abertos os envelopes das habilitações das empresas, verificou que somente a empresa L.C Empreiteira Mão de Obra Ltda se enquadra como ME/EPP. A mesma apresentou balanço patrimonial somente do último bimestre, e o edital exige no item 5.3.2 Cópia autenticada do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei. Por se tratar de dois lotes distintos, com duas empresas participantes, uma em cada lote, utiliza-se do artigo 48 parágrafo 3º da Lei 8.666, para regularizar a documentação mencionada. Abre-se o prazo de oito dias uteis. Momento em que encerra a sessão.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 164/2018 PMN

Publicação Nº 1776346

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 164/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando permissão para exploração do comércio por ambulantes nos diversos pontos da orla da praia e praças de Navegantes (Gravatá, Meia-Praia, Centro e Pontal), pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando no dia 01/12/2018 a 03/03/2019, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Navegantes/SC - itens fracassados e desertos do Pregão Presencial nº 128/2018. Entrega/envelopes: 31/10/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 31/10/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 167/2018 PMN

Publicação Nº 1776348

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 167/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando permissão para exploração de espaço fixo para comercialização na faixa arenosa das praias de Navegantes (Gravatá, Meia-Praia, Central e Pontal) pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando no dia 01/12/2018 a 03/03/2019, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Navegantes/SC - itens fracassados e desertos do Pregão Presencial nº 125/2018. Entrega/envelopes: 30/10/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 30/10/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

ERRATA 139/2018 PMN

Publicação Nº 1776336

ERRATA

TOMADA DE PREÇO 139/2018 PMN

TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS ETELVINA GAYA REBELLO, ILHOTA E BENVENUTA ROCHA DO NASCIMENTO, LOCALIZADAS NO BAIRRO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

NO PREAMBULO DO EDITAL:

9. DA VIGÊNCIA, DO PRAZO CONTRATUAL, DA PRESTAÇÃO E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OBJETO DESTES EDITAIS

ANTES, ONDE SE LÊ.

9.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços ao CONTRATANTE objeto deste Contrato, inteiramente concluídas em condições de aceitação e de utilização em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

Parágrafo Único - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos nos Cronogramas Físicos Financeiros.

9.1.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1.2.1 O prazo de vigência do presente inicia-se a partir de sua assinatura e estendem-se por 90 (noventa) dias de acordo com o Cronograma Físico Financeiro, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

DEPOIS, LEIA

9. DA VIGÊNCIA, DO PRAZO CONTRATUAL, DA PRESTAÇÃO E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OBJETO DESTES EDITAIS

9.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços ao CONTRATANTE objeto deste Contrato, inteiramente concluídas em condições de aceitação e de utilização em até 90 (noventa) 120 (cento e vinte) dias, acrescidos de mais 30 (trinta) dias, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

Parágrafo Único - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos nos Cronogramas Físicos Financeiros.

9.1.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1.2.1 O prazo de vigência do presente inicia-se a partir de sua assinatura e estendem-se por 90 (noventa) 120 (cento e vinte) dias de acordo com o Cronograma Físico Financeiro, acrescidos de mais 30 (trinta) dias, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

NO ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E/OU EXECUTADOS

ANTES, ONDE SE LÊ.

3.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE a obra objeto deste Contrato, inteiramente concluídas em condições de aceitação e de utilização em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

Parágrafo Único - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos nos Cronogramas Físicos Financeiros.

3.1.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1.2.1 O prazo de vigência do presente inicia-se a partir de sua assinatura e estendem-se por 90 (noventa) dias, de acordo com o cronograma físico financeiro, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

DEPOIS, LEIA

3.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE a obra objeto deste Contrato, inteiramente concluídas em condições de aceitação e de utilização em até 90 (noventa) dias, 120 (cento e vinte) dias, acrescidos de mais 30 (trinta) dias, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

Parágrafo Único - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos nos Cronogramas Físicos Financeiros.

3.1.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1.2.1 O prazo de vigência do presente inicia-se a partir de sua assinatura e estendem-se por 90 (noventa) dias, 120 (cento e vinte) dias, acrescidos de mais 30 (trinta) dias,, de acordo com o cronograma físico financeiro, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

ERRATA 142/2018 PMN

Publicação Nº 1776330

ERRATA 142/2018 PMN

CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ENSINO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, TREINAMENTO E SUPORTE CONTINUADO PARA DOCENTES, DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC,

EXCLUI - SE O ITEM:

2.3 DA PARTICIPAÇÃO

2.3.1 As Empresas interessadas em participar do presente certame deverão proceder com cadastro prévio (CRC) junto a Secretaria de Administração do Município de Navegantes/SC com no mínimo 03 (três) dias de antecedência, tudo em consonância com a Legislação Vigente. Obs.: Para agilizar o processo de Certificado de Registro Cadastral (CRC), as Empresas Licitantes interessadas no Certame, deverão enviar por e-mail ou entregar no balcão do Dpto. de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes/SC, toda a documentação exigida com no mínimo 07(sete) dias de antecedência.

E O ITEM

4.4.2 Certidão de Acervo Técnico (do profissional responsável pelos serviços), compatíveis com o objeto da licitação;

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 125/2018 PMN

Publicação Nº 1775398

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Licitação : Pregão Presencial nº 128/2018 PMN

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO COMÉRCIO POR AMBULANTES NOS DIVERSOS PONTOS DA ORLA DA PRAIA E PRAÇAS DA PRAIA DE NAVEGANTES (GRAVATÁ, MEIA-PRAIA, CENTRO E PONTAL), PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS, INICIANDO NO DIA - 01/12/2018 A 03/03/2019, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC.

Permitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contrato Nº 202/2018

Permissionário.: ANDRE LUIZ DE SOUZA ORTEGA

CPF : 017.562.791-62

Valor : R\$ 500,00

Vigência : Início: 01/12/2018 Término 03/03/2019.

Navegantes, 11 de outubro de 2018.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 128/2018 PMN

Publicação Nº 1775402

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Licitação : Pregão Presencial nº 128/2018 PMN

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO COMÉRCIO POR AMBULANTES NOS DIVERSOS PONTOS DA ORLA DA PRAIA E PRAÇAS DA PRAIA DE NAVEGANTES (GRAVATÁ, MEIA-PRAIA, CENTRO E PONTAL), PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS, INICIANDO NO DIA - 01/12/2018 A 03/03/2019, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC.

Permitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contrato Nº 203/2018

Permissionário.: ADEMIR CLEMES

CPF : 721.702.479

Valor : R\$ 500,00

Contrato Nº 204/2018

Permissionário.: ALESSANDRO VICENTINI

CPF : 214.517.268-80

Valor : R\$ 100,00

Contrato Nº 205/2018

Permissionário.: ALINE FERREIRA DA SILVA GOMES

CNPJ : 31.073.526/0001-25

Valor : R\$ 1.260,00

Contrato Nº 206/2018

Permissionário.: AURI CLENIO PETRY FILHO

CNPJ : 22.707.034/0001-53

Valor : R\$ 2055,00

Contrato Nº 207/2018

Permissionário.: AVERALDO FERRAZ SANTOS

CPF : 996.348.305-44

Valor : R\$ 500,00

Contrato Nº 208/2018

Permissionário.: BAVIORI EVENTOS LTDA

CNPJ : 24.917.194/0001-52

Valor : R\$ 1.160,00

Contrato Nº 209/2018
Permissionário.: CHARLESTON LUCIO MIRANDA
CPF : 061.658.659-09
Valor : R\$ 160,00
Contrato Nº 210/2018
Permissionário.: CLAUDINEIA DE SOUZA OLIVEIRA
CPF : 060.892.349-40
Valor : R\$ 200,00
Contrato Nº 211/2018
Permissionário.: CLEONICE LUCIA DOS SANTOS
CPF : 279.829.568-82
Valor : R\$ 580,00
Contrato Nº 212/2018
Permissionário.: DANILO WESLEY DOS SANTOS TROPANO
CPF : 356.693.598-01
Valor : R\$ 302,00
Contrato Nº 213/2018
Permissionário.: DOMINGOS PETRY
CNPJ : 15.601.265/0001-12
Valor : R\$ 1.000,00
Contrato Nº 214/2018
Permissionário.: DORIVAL GUEDES DE FARIA
CPF : 504.848.939-04
Valor : R\$ 1.000,00
Contrato Nº 215/2018
Permissionário.: EDSOM ABROMOVICZ
CPF : 970.271.899-68
Valor : R\$ 1.686,00
Contrato Nº 216/2018
Permissionário.: FLAVIO FERREIRA DOS REIS
CPF : 028.989.545-60
Valor : R\$ 135,00
Contrato Nº 217/2018
Permissionário.: FRANCINELLE RODRIGUES PINHO DE OLIVEIRA
CPF : 078.866.546-41
Valor : R\$ 111,00
Contrato Nº 218/2018
Permissionário.: GILBERTO REIS DO NASCIMENTO
CPF : 285.925.468-42
Valor : R\$ 121,00
Contrato Nº 219/2018
Permissionário.: GUSTAVO ANTUNES CORREA
CPF : 088.681.419-73
Valor : R\$ 600,00
Contrato Nº 220/2018
Permissionário.: ISABELLA BANDEIRAS CAPUZZO
CPF : 034.220.811-00
Valor : R\$ 201,00
Contrato Nº 221/2018
Permissionário.: JAMES PEREIRA BARBOSA
CPF : 984.319.193-53
Valor : R\$ 120,00
Contrato Nº 222/2018
Permissionário.: JANAINA CASSIA GOELLNER
CPF : 029.616.659-65
Valor : R\$ 121,00
Contrato Nº 223/2018
Permissionário.: JHENIFER PALOMA FUSCULIN
CPF : 105.453.090-80
Valor : R\$ 200,00
Contrato Nº 224/2018
Permissionário.: JOSÉ ALBERTO ALAPENHA DA SILVA
CPF : 092.707.324-28
Valor : R\$ 330,00
Contrato Nº 225/2018
Permissionário.: JOSÉ ANTONIO REIS DO NASCIMENTO
CPF : 566.541.115-91
Valor : R\$ 125,00
Contrato Nº 226/2018

Permissionário.: JOSÉ LEONARDO GOMES RODRIGUES

CPF : 126.871.744-40

Valor : R\$ 330,00

Contrato Nº 227/2018

Permissionário.: JOSÉ MELO SIQUEIRA

CPF : 291.777.900-49

Valor : R\$ 220,00

Contrato Nº 228/2018

Permissionário.: JOSÉ ROGERIO VARGAS

CNPJ : 12.981.946/0001-65

Valor : R\$ 2.135,00

Contrato Nº 229/2018

Permissionário.: JUCIANE CARINE FROZZA SANTANA

CPF : 015.895.301-01

Valor : R\$ 300,00

Contrato Nº 230/2018

Permissionário.: LUIZ DE AZEVEDO GOMES

CNPJ : 31.126.039/0001-83

Valor : R\$ 1,010,00

Contrato Nº 231/2018

Permissionário.: MACAULLY DE SOUZA FRANCO

CPF : 119.297.419-01

Valor : R\$ 361,00

Contrato Nº 232/2018

Permissionário.: MARIA DE LOURDES ALVES

CPF : 808.981.309-72

Valor : R\$ 101,00

Contrato Nº 233/2018

Permissionário.: MARIA ELBA JANETE DA COSTA

CNPJ : 13.036.388/0001-22

Valor : R\$ 2.055,00

Contrato Nº 234/2018

Permissionário.: ODAIR JOSÉ DE ANDRADE

CPF : 718.908.829-68

Valor : R\$ 500,00

Contrato Nº 235/2018

Permissionário.: PEDRO ANTONIO DE SOUZA

CPF : 350.852.909-68

Valor : R\$ 350,00

Contrato Nº 236/2018

Permissionário.: RUI OSMAR SOARDI

CPF : 365.217.100-44

Valor : R\$ 190,00

Contrato Nº 237/2018

Permissionário.: SORVETERIA MAIS K BOM LTDA ME

CNPJ : 11.348.168/0001-09

Valor : R\$ 1.055,00

Contrato Nº 238/2018

Permissionário.: TALITA FABIANE DA SILVA

CPF : 010.030.649-73

Valor : R\$ 110,00

Contrato Nº 239/2018

Permissionário.: TIAGO FEIJÓ DA SILVA

CPF : 019.554.420-02

Valor : R\$ 230,00

Contrato Nº 240/2018

Permissionário.: VICTOR HORTA DE OLIVEIRA BRITO

CPF : 336.078.278-00

Valor : R\$ 250,00

Contrato Nº 241/2018

Permissionário.: VIVIANE ANTUNES CORREA

CPF : 058.684.309-48

Valor : R\$ 250,00

Vigência : Início: 01/12/2018 Término 03/03/2019.

Navegantes, 11 de outubro de 2018.

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA 87/2018 FÉRIAS PAULO KUCMANSKI

Publicação Nº 1776467

PORTARIA nº 087, de 16 de outubro de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal PAULO KUCMANSKI, Matrícula 4367/01, ocupante do cargo de Pedreiro de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a ser usufruída no período de 19.11.2018 a 18.12.2018, referente ao período 02.04.2017 a 01.04.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 16 de outubro de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 084/2018

Publicação Nº 1775366

CONTRATO Nº 084/2018

Origem: Processo Licitatório nº 089/2018 – Tomada de Preços nº 009/2018.

Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: JV EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.978.577/0001-02, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 122, Sala 02, Município de São João Batista/SC. Construção de banheiros e sala de educação física na quadra da Escola João Bayer Sobrinho no distrito de Claraíba – Nova Trento/SC, incluindo mão de obra, material e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual. O valor total é de R\$ 55.722,36 (cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos). Vigência: 08/10/2018 a 31/12/2019.

Nova Trento, 08 de agosto de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

CONTRATO Nº 085/2018

Publicação Nº 1775367

CONTRATO Nº 085/2018

Origem: Processo Licitatório nº 092/2018 – Pregão Presencial nº 061/2018.

Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: JAQUELINE APARECIDA PSCHIEDT, inscrita no CNPJ nº 17.545.116/0001-09, estabelecida na Rua Geraldo Manoel Vargas, nº 105, Bairro Cardoso, cidade de São João Batista/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa que forneça peças e serviços necessários, para executar conserto de TRATOR AGRICOLA MARCA COYOTE MOD. 4475 CABINADO COM AR CONDICIONADO ANO DE FAB. 2015, conforme especificações no Pregão Presencial Nº 061/2018. O valor total é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Vigência: 15/10/2018 a 31/12/2019.

Nova Trento, 15 de outubro de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

PORTARIA Nº 668/2018 "A"

Publicação Nº 1775680

PORTARIA Nº 668/2018 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 650/2018 que Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal, IVANILDE RAISER MA-FEZZOLI, matrícula nº 151, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Creche do Santo Antonin, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60(sessenta) dias, a contar de 12 de outubro de 2018 a 10 de dezembro de 2018, conforme resultado pericial, datado de 16/10/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2018.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 669/2018

Publicação Nº 1775492

PORTARIA Nº 669/2018

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal FABIANA STEIL, matrícula nº 6777, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de outubro de 2018.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 602/2016, 603/2016, 604/2016 e 605/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de outubro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

Publicação Nº 1774715

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 095/2018 – Pregão Presencial nº 064/2018 – Registro de Preço nº 040/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a contratação futura de empresa para realizar serviço de manutenção, recarga ou aquisição de extintores de incêndio, placas indicativas e Iluminação de Emergência, para a Prefeitura de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 01/11/2018 até as 08:30 horas. Abertura: 01/11/2018 as 09:00 horas. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fones: (48) 3267 3211/3213 – email: compras@novatrento.sc.gov.br – Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PL PM Nº 044.2018 - PR Nº 032-2018

Publicação Nº 1775476

PROCESSO LICITATORIO Nº 044/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

O município de Novo Horizonte/SC, torna público que no dia 17/10/2018, no horário marcado para início da sessão público referente ao Processo Licitatório Nº 044/2018- Pregão Presencial nº 032/2018-, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO NOVO, ZERO KM, 2017/2018, COM NO MINIMO 07 LUGARES, MOTOR 1.8, 16V, ABASTECIMENTO FLEX, CÂMBIO AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELETRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELETRICAS, AIR BAG DUPLO FRONTAL, FREIOS ABS, COMPUTADOR DE BORDO, NA COR BRANCA com recursos advindo do Convênio SICONV nº 862119/2017 do Ministério do Desenvolvimento Social demais especificações constantes do edital e seus anexos, que não houve nenhum interesse de licitantes em participar do certame, sendo o referido processo licitatório declarado DESERTO.

Novo Horizonte/SC, em 17 de outubro de 2.018-VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal

AVISO DO RESULTADO DO PREGÃO PM Nº 033/2018

Publicação Nº 1776164

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018

PREGÃO PRESENCIAL 033/2018

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 033/2018 cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO EM GERAL, ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS COM RECURSOS ADVINDOS DO CONVÊNIO SICONV Nº 862119/2017 COM O MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 17/10/2018 às 14:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (378), D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA (923), GESUL COMERCIAL LTDA - ME (1465), JP EQUIPAMENTOS LTDA ME (1881), LIVANIA LAZZAROTTO CECCHIN 07282608911 (2031), MB CATARINENSE LTDA - ME (2249). Sendo que para os itens 03 e 08 não houve cotação. Para os demais itens sendo que a empresa ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (378), foi vencedora do item 07 com o valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). A empresa GESUL COMERCIAL LTDA - ME (1465), foi vencedora dos itens 01 e 05 com o valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). A empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME (1881), foi vencedora dos itens 02 e 04 com o valor total de R\$ 612,00 (seiscentos e doze reais) e a empresa LIVANIA LAZZAROTTO CECCHIN 07282608911 (2031), foi vencedora do item 06 com o valor total R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais). Totalizando o valor da licitação em R\$ 17.962,00 (dezesete mil, noventa e dois e sessenta e dois reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se a rigor habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 033/2018, e adjudico os itens as empresas vencedoras. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 17 de outubro de 2.018.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Pregoeira

EXTRATO DO PL FMS Nº 012/18-PR FMS Nº 008/2018

Publicação Nº 1774273

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 012/2018 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS E MEDICAMENTOS, PARA USO NA SALA DE VACINAS DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme especificações constantes do Edital e seus anexos. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 31/10/2018, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h às 11:30h e 13:30h às 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 18 de OUTUBRO de 2018- ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL Nº 041-2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 008-2018

Publicação Nº 1775448

RESULTADO DO JULGAMENTO DA DOS RECURSOS – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2018 – TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 02).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO 20 HORAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, PROCURADOR e AGENTE ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições da tabela abaixo: Segue transcrição da ata, "Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, as oito horas, reuniram-se os membros da CPL, tendo em vista o encerramento na data de ontem do prazo para apresentação de recurso por parte das empresas participantes do certame. Até o horário final do expediente da Prefeitura Municipal esta CPL não recebeu manifestação de nenhuma das empresas participantes. Diante dos fatos a CPL decide pelo prosseguimento do certame designando nova data de abertura das propostas de preços para o dia dezenove do mês de outubro as quatorze horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Nada mais havendo foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da CPL..

Novo Horizonte (SC), em 17 de outubro de 2018.

Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

Publicação Nº 1775987

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 002/2018, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2018 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2018, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
EDEMAR MAZZUCO ANTUNES	PEDREIRO	40 h

Orleans, 17 de outubro de 2018.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

REVOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 159/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1776299

REVOGAÇÃO DE PROCESSO/CONTRATO
PROCESSO Nº 159/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 13/2018
Contrato Nº.: 93/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: MAIARA DA SOLER
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 03/09/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2018
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 94.065,44
Objeto : CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, CAMPANHAS EDUCATIVAS E OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO EXARADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE RÁDIOS AM / FM, JORNAIS IMPRESSOS DE PERIODICIDADE DIÁRIA E MENSAL E PORTAIS DE NOTÍCIAS VIA WEB.
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93
MOTIVO: A EMPRESA CREDENCIADA APESAR DE DEVIDAMENTE INTIMADA NÃO COMPARECEU PARA ASSINAR O CONTRATO.
Orleans, 17 de Outubro de 2018
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 59/2018 FMS

Publicação Nº 1776300

REVOGAÇÃO DE PROCESSO/CONTRATO
PROCESSO Nº 59/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 14/2018
Contrato Nº.: 26/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: MAIARA DA SOLER
Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 06/09/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2018
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 21.071,09
Objeto : CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, CAMPANHAS EDUCATIVAS E OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

PÚBLICO EXARADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-SC, ATRAVÉS DE RÁDIOS AM / FM, JORNAIS IMPRESSOS DE PERIODICIDADE DIÁRIA E MENSAL E PORTAIS DE NOTÍCIAS VIA WEB.

FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93

MOTIVO: A EMPRESA CREDENCIADA APESAR DE DEVIDAMENTE INTIMADA NÃO COMPARECEU PARA ASSINAR O CONTRATO.

Orleans, 17 de Outubro de 2018

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2018 FMS

Publicação Nº 1775913

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Processo Nº.: 68/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2018**

No dia 17 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2018, Processo Licitatório nº. 68/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA ATENDIMENTO AO CANIL MUNICIPAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12436	WAGNER ALBERTON BEGER	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
WAGNER ALBERTON BEGER	22.668.980/0001-38	WAGNER ALBERTON BEGER	075.782.679-22

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA ATENDIMENTO AO CANIL MUNICIPAL
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12436 - WAGNER ALBERTON BEGER

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MEDICO VETERINARIO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO CANIL MUNICIPAL 15 HORAS MENSAIS.	ms	WAGNER	12,000	3.200,0000	38.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 2/7
Processo Nº.: 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo Nº.: 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 17 de Outubro de 2018.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

WAGNER ALBERTON BEGER

CNPJ: 22.668.980/0001-38 _____

Otacílio Costa

INSTITUO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

PORTARIA 41/2018

Publicação Nº 1776325

PORTARIA RETIFICADORA 41/2018

CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - Retificar a portaria nº 11/2015 de 01/09/2015, QUE CONCEDEU PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE do falecido SEBASTIÃO NUNES DE OLIVEIRA, a sua esposa CRISTINA MEDELEI SOUZA FURTADO DE OLIVEIRA, RG nº 470.061 e CPF Nº 196.176.909-34, nos seguintes termos:

Art. 2º – A portaria fica retificada com o nome correto da pensionista a saber: CRISTINA MADELEI SOUSA FURTADO DE OLIVEIRA.

Art. 3º - A Portaria fica retificada com a fundamentação correta conforme o artigo 40, § 7º, I da Constituição Federal com alterações da EC nº 41/2003..

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 17 de Outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS RODRIGUES
PRESIDENTE DO IPAM

Ouro

PREFEITURA

CONTRATOS N. 109/110/111/112

Publicação Nº 1775479

Processo Licitatório n. 0071/2018

Pregão Presencial n. 0053/2018

CONTRATO N. 109/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Valor total do contrato: R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Vigência: A vigência do contrato referente aos equipamentos com garantia se dará a partir da sua assinatura até o final do prazo de garantia.

Data da assinatura: 15/10/2018.

Processo Licitatório n. 0071/2018

Pregão Presencial n. 0053/2018

CONTRATO N. 110/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MULTITEC INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Valor total do contrato: R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: A vigência do contrato referente aos equipamentos com garantia se dará a partir da sua assinatura até o final do prazo de garantia.

Data da assinatura: 15/10/2018.

Processo Licitatório n. 0071/2018

Pregão Presencial n. 0053/2018

CONTRATO N. 111/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: L.A. CN INFORMATICA LTDA

Objeto: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Valor total do contrato: R\$ 4.094,00 (quatro mil e noventa e quatro reais).

Vigência: A vigência do contrato referente aos equipamentos com garantia se dará a partir da sua assinatura até o final do prazo de garantia.

Data da assinatura: 15/10/2018.

Processo Licitatório n. 0071/2018

Pregão Presencial n. 0053/2018

CONTRATO N. 112/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA

Objeto: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Valor total do contrato: R\$ 8.665,00 (oito mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: A vigência do contrato referente aos equipamentos com garantia se dará a partir da sua assinatura até o final do prazo de garantia.

Data da assinatura: 15/10/2018.

Ouro Verde

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 35

Publicação Nº 1775872

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº035/2018
PROCESSO LICITATÓRIO n. 061/2018.
PREGÃO PRESENCIAL n.º 042/2018PR

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa JOLEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS MECANICOS LTDA – ME. Objeto. REGISTRO DE PREÇOS, visando eventuais requisições futuras de prestação de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, e aquisição de peças destinados à manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do Município de Ouro Verde. R\$: 258.400,00. Data da assinatura: 04/10/2018. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de setembro de 2018. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº035/2018
PROCESSO LICITATÓRIO n. 061/2018.
PREGÃO PRESENCIAL n.º 042/2018PR

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa PAVIMAQUINAS COM. DE PECAS E SERV. LTDA Objeto. REGISTRO DE PREÇOS. Objeto: visando eventuais requisições futuras de prestação de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, e aquisição de peças destinados à manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do Município de Ouro Verde. R\$: 93.610,54. Data da assinatura: 04/10/2018. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de setembro de 2018. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº035/2018
PROCESSO LICITATÓRIO n. 061/2018.
PREGÃO PRESENCIAL n.º 042/2018PR

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA-ME. Objeto: visando eventuais requisições futuras de prestação de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, e aquisição de peças destinados à manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do Município de Ouro Verde. R\$: 65.700,00. Data da assinatura: 04/10/2018. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de setembro de 2018. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

CONTRATOS DE 70 2018

Publicação Nº 1775869

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 070/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA EIRELE - EPP Objeto: CREDENCIADA, na realização de exames de imagem, com finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Ouro Verde-SC, Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde (SC), 28 de setembro de 2018. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 04 - 2018 AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1775835

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA
Nº 04/2018
AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 19 de novembro de 2018, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº. 04 /2018, que tem por objeto Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIS ORGÂNICOS) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo com as especificações contidas nos anexos para o período letivo da rede pública de ensino de 2019. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 17 de outubro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 135/2018

Publicação Nº 1776148

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 135/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 135/2018, no dia 20 de novembro de 2018, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação em blocos de concreto intertravado e sinalização viária da Rua Morro dos Quadros – Trecho 2, no bairro Guarda do Cubatão, neste Município, de acordo com as especificações contidas no edital e nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 17 de outubro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.408, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776369

decreto Nº 2.408, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, NA ORDEM DE R\$ 30.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.565, de 28 de dezembro de 2017, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, na dotação orçamentária abaixo:

07:00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

07:01– PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade : 2067 – Encarg. Com Exec de Sentenças Judiciais

Red.169 Elemento -33.90.00.00.00.00.01.000142– Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações abaixo discriminadas:

07:00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
07:01– PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Projeto/Atividade : 2051 – Func. e Manutenção Procuradoria
Red.189 Elemento -33.90.00.00.00.00.01.000142– Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 17 de outubro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4.262/2018.

Publicação Nº 1775806

PORTARIA Nº. 4.262/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Christian de Souza, estudante regularmente matriculada no Curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Palhoça, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, de 16/10/18 á 16/10/19, com carga horária de 30 (trinta horas semanais), na Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4.263/2018.

Publicação Nº 1775805

PORTARIA Nº. 4.263/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Jéssica Andreia Medeiros, estudante regularmente matriculada no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, de 17/10/18 á 17/10/19, com carga horária de 30 (trinta horas semanais), na Secretaria da Receita.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4.264/2018.

Publicação Nº 1775802

PORTARIA Nº. 4.264/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Lucas Martendal, estudante regularmente matriculada no Curso de Turismo da Faculdade Municipal de Palhoça, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, de 15/10/18 á 15/10/19, com carga horária

de 30 (trinta horas semanais), na Secretaria da Receita.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4.265/2018.

Publicação Nº 1775801

PORTARIA Nº. 4.265/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Gustavo Kichner, estudante regularmente matriculada no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, de 18/10/18 á 18/10/19, com carga horária de 30 (trinta horas semanais), na Secretaria de Administração.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4001/2018.

Publicação Nº 1775840

PORTARIA Nº. 4001/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) LUIS RAMON DE SOUSA DO NASCIMENTO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para UBS Pinheira, a contar de 17/09/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4002/2018.

Publicação Nº 1775846

PORTARIA Nº. 4002/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3354 de 13 de agosto de 2018, que Averbou Tempo de Serviço da servidora WANDERLEIA PIERRI GALVANI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS totalizando 04 (quatro) meses e 08 (oito) dias.

Averbar o tempo que contribuiu pelo IPREV totalizando 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4003/2018.

Publicação Nº 1775960

PORTARIA Nº. 4003/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3356 de 13 de agosto de 2018, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ROSILDA MARIA GOULART SCHUTZ, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS totalizando 04 (quatro) anos, 01 (um) mês e 20 (vinte) dias.

Averbar o tempo que contribuiu pelo IPREV totalizando 01 (um) ano, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4004/2018.

Publicação Nº 1775962

PORTARIA Nº. 4004/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELAINE APARECIDA ALFLEN, matrícula nº. 801006-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 04/06/2004 a 04/06/2009, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 04/06/2009 a 04/06/2014, por 02 (dois) meses, a contar de 17/09/2018 à 17/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4005/2018.

Publicação Nº 1775963

PORTARIA Nº. 4005/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ZIZELI APARECIDA LOPES, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2015.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4006/2018.

Publicação Nº 1775965

PORTARIA Nº. 4006/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARILEIA TEREZINHA DE AGUIAR CARDOSO, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4007/2018.

Publicação Nº 1775971

PORTARIA Nº. 4007/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1244 de 05 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOSIANE DA ROSA INACIO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/09/2018 a 14/12/2018 face ao impedimento da titular Elaine Alflen, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4008/2018.

Publicação Nº 1775975

PORTARIA Nº. 4008/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3687 de 20 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4009/2018.

Publicação Nº 1775978

PORTARIA Nº. 4009/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
402100-1	Joice Alzira Rodrigues	R\$ 200,00
3745761-3	Juliana Medeiros de Souza	R\$ 600,00

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4010/2018.

Publicação Nº 1775985

PORTARIA Nº. 4010/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de setembro de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
300148-2	Aureli Áurea de Quadros da Rocha	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4011/2018.

Publicação Nº 1775989

PORTARIA Nº. 4011/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor MANOEL JACI SOTERO, Matrícula nº. 800253-1, ocupante da categoria funcional de Motorista, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4012/2018.

Publicação Nº 1776038

PORTARIA Nº. 4012/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALVARO MAIDANA FERREIRA, matrícula nº. 500241-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2003 a 02/09/2008, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4013/2018.

Publicação Nº 1776066

PORTARIA Nº. 4013/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 3462 de 13 de agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ISABEL SILVEIRA NAU VIEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 30/07/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4014/2018.

Publicação Nº 1776072

PORTARIA Nº. 4014/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNA REGINA DE SOUZA SOTERO, matrícula nº. 801051-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/04/2009 a 01/04/2014, por 01 (um) mês, a contar de 15/10/2018 à 15/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4015/2018.

Publicação Nº 1776082

PORTARIA Nº. 4015/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IRANI SURAMA FREITAS, matrícula nº. 801636-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/07/2010 a 11/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/10/2018 à 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4016/2018.

Publicação Nº 1776092

PORTARIA Nº. 4016/2018.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GUACIRA GEORGIA GARCIA, matrícula nº. 300227-1, titular do cargo de Procurador do Município, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/10/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 10/09/2018 à 10/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4017/2018.

Publicação Nº 1776094

PORTARIA Nº. 4017/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora NINON ROSE APARECIDA VANINI BOKER matricula nº. 80118-3, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 20/09/2018, de acordo com às folhas 24.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4018/2018.

Publicação Nº 1776095

PORTARIA Nº. 4018/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3331 de 13 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA PAULA DA SILVA DE FREITAS, no cargo de Meredenira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2018 a 07/10/2018 face ao impedimento da titular Ana Paula Miliam, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4019/2018.

Publicação Nº 1776099

PORTARIA Nº. 4019/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCOS ANTONIO VENTURA, Matrícula nº. 3762200-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/09/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4020/2018.

Publicação Nº 1776100

PORTARIA Nº. 4020/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ELISANGELA DE SOUZA FERREIRA, matrícula nº. 401370-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 18698/2018, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 10/09/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4021/2018.

Publicação Nº 1776101

PORTARIA Nº. 4021/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de setembro de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
500431-1	Silvio Luiz Oliveira Mendes	R\$ 500,00	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4022/2018.

Publicação Nº 1776112

PORTARIA Nº. 4022/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de setembro de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
401898-1	Manuela de Espindola	R\$ 250,00
3762295-1	Rodrigo Paulo Raimundo	R\$ 250,00
3761894-2	Thainna Bez Batti	R\$ 250,00

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4023/2018.

Publicação Nº 1776116

PORTARIA Nº. 4023/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALEXANDRA BIANCA VASQUES, matrícula nº. 400261-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2011 a 22/11/2016, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar 01/10/2018 à 01/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4024/2018.

Publicação Nº 1776124

PORTARIA Nº. 4024/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDE MARIA LEONEL, matrícula nº. 400020-1, titular do cargo de ASP, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2006 a 01/08/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 15/10/2018 à 15/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4025/2018.

Publicação Nº 1776128

PORTARIA Nº. 4025/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA LINHARES ARAUJO, matrícula nº. 401683-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 04/10/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 17/09/2018 à 17/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4026/2018.

Publicação Nº 1776131

PORTARIA Nº. 4026/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RENATO JOSE COSTA, matrícula nº. 402139-3, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/06/2013 a 04/08/2018, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar 17/09/2018 à 17/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4027/2018.

Publicação Nº 1776132

PORTARIA Nº. 4027/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZELI KOCH, matrícula nº. 400907-8, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2010 a 02/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 15/10/2018 à 15/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4028/2018.

Publicação Nº 1776137

PORTARIA Nº. 4028/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2880 de 21 junho de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARA RUBIA VARELLA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/09/2018 a 14/12/2018 face ao impedimento da titular Ivone Izabel Gonçalves, que se encontra exercendo suas funções junto ao CAIC.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4029/2018.

Publicação Nº 1776143

PORTARIA Nº. 4029/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2739 de 06 julho de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora HEVELIN DE FATIMA APARECIDO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/07/2018 a 05/10/2018 face ao impedimento da titular Arnaldo Goes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4030/2018.

Publicação Nº 1776142

PORTARIA Nº. 4030/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2968 de 04 julho de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PRISCILLA PASSOS COSER, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2018 a 02/10/2018 face ao impedimento do titular Zambi Garcia Rodrigues.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4031/2018.

Publicação Nº 1776243

PORTARIA Nº. 4031/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2875 de 21 de junho de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora THUANY PAULA KAMERS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Chamada Pública que deveria ser 011/SME/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4032/2018.

Publicação Nº 1776256

PORTARIA Nº. 4032/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3361 de 13 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA JUCELIA RAMOS DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2018 a 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4033/2018.

Publicação Nº 1776277

PORTARIA Nº. 4033/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3691 de 20 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado o servidor TELMO EDERSON DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/09/2018 a 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4034/2018.

Publicação Nº 1776279

PORTARIA Nº. 4034/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA REGINA RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 31/08/2018 a 30/09/2018, face ao impedimento da titular Marluci Souza Klein, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4035/2018.

Publicação Nº 1776286

PORTARIA Nº. 4035/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR BRUNO MARCOS SILVA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Chamada Pública 010/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EBM Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/09/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento do titular Ondina dos Santos Bentes Lima, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4036/2018.

Publicação Nº 1776287

PORTARIA Nº. 4036/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA PATRICIA RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/08/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Maris Adriana N. Schoeffer, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4037/2018.

Publicação Nº 1776288

PORTARIA Nº. 4037/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MICHELE MIGUEL VALENTE ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) E.B. Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2018 a 14/12/2018. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4038/2018.

Publicação Nº 1776289

PORTARIA Nº. 4038/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LYANDRA LUIZA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/09/2018 a 10/10/2018, face ao impedimento da titular Dulcineia Ana Moreira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4039/2018.

Publicação Nº 1776290

PORTARIA Nº. 4039/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3577 de 13 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA LUIZA MEDEIROS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2018 a 03/12/2018 face ao impedimento da titular Deise Aparecida H. de Souza, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4040/2018.

Publicação Nº 1776292

PORTARIA Nº. 4040/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1705 de 02 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora VANESSA HEERDET KUHL, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/07/2018 a 03/10/2018 face ao impedimento da titular Adriana Jacinta da Silva Weingartner, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4041/2018.

Publicação Nº 1776293

PORTARIA Nº. 4041/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELSON PEREIRA DE LIZ, matrícula nº. 500423-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/09/2013 a 21/09/2018, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 25/09/2018 à 25/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4042/2018.

Publicação Nº 1776294

PORTARIA Nº. 4042/2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LUCINEIA ALICE FRANCISCO, Matrícula nº. 801118-3, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Defesa do Cidadão do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4043/2018.

Publicação Nº 1776295

PORTARIA Nº. 4043/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARA SILUANDRA RODRIGUES, matrícula nº. 802059-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 04/01/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 05/10/2018 à 05/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4044/2018.

Publicação Nº 1776296

PORTARIA Nº. 4044/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATARINA MARIA GOULART, matrícula nº. 123744-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4045/2018.

Publicação Nº 1776323

PORTARIA Nº. 4045/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZIZELI APARECIDA LOPES, matrícula nº. 802364-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 13/08/2012 a 13/08/2017, por 02 (dois) meses, a contar de 15/10/2018 à 15/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4046/2018.

Publicação Nº 1776328

PORTARIA Nº. 4046/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES:

Artigo 1º - Fica instituída Comissão para análise dos documentos de conclusão de cursos regulares, nos termos da Lei nº. 096/2010, com os seguintes membros designados:

NOME	SECRETARIA
Deise Zilma da Rosa	Vice-Presidente
Fabício Weingartner	Membro
Guilherme Aguiar Lopes	Membro
Janice Assing	Presidente
Leonice Bussolo de Souza	Secretária

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.

Artigo 3º Revoga-se as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4047/2018.

Publicação Nº 1776331

PORTARIA Nº. 4047/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANIA HERONDINA PERES POLUCENO, matrícula nº. 800549-1, titular do cargo de Contador, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/08/2003 a 21/08/2008, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 22/10/2018 à 22/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4048/2018.

Publicação Nº 1776339

PORTARIA Nº. 4048/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3504 de 13 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MONICA DA SILVA MOSTIACK SILVANO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 31/08/2018 a 14/12/2018 face ao impedimento da titular Lucia Maura da Silva Bittencourt, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4049/2018.

Publicação Nº 1776341

PORTARIA Nº. 4049/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALINE ASSING BARCELOS, Matrícula nº. 210690-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4050/2018.

Publicação Nº 1776359

PORTARIA Nº. 4050/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIELI VICENTE AGOSTINHO, Matrícula nº. 3745394-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4051/2018.

Publicação Nº 1776358

PORTARIA Nº. 4051/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Adriana Antonia da Silva	Enfermeiro	03	24/09/18
Adriana Antonia da Silva	Enfermeiro	01	13/09/18
Alessandra Lidia Vanelli e Silva	Agente Administrativo Auxiliar	15	01/10/18
Alexandre da Silva Xavier	Socorrista	60	05/10/18
Aline da Rosa Kieslich	Psicólogo	15	21/09/18
Alixandra Anita Isoton	Professor	30	03/10/18
Altenise Agostinho de Souza	Técnico em Enfermagem	45	20/09/18
Alzira Espindola da Silva	ACD	15	01/10/18
Ana Paula Vicente Garcia	Professor	15	28/09/18
Andreia Osvaldina Mafra	Professor	10	27/09/18
Andreza Adriano dos Santos	ATP	180	28/08/18
Andreza Demetrio	ASO	10	01/10/18

Ângelo Nilton de Amorim	Motorista	13	21/09/18
Arlindo Fernandes Moraes	Secretário	11	24/09/18
Barbara de Souza Machado	Assistente Social	02	27/09/18
Barbara de Souza Machado	Assistente Social	03	12/09/18
Bianca Leandro Luiz	Monitor	15	01/10/18
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	02	10/09/18
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	03	18/09/18
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	20	24/09/18
Caroline Ferreira Garcia	Cirurgião Dentista	08	17/09/18
Cleonice Generoso de Santana Chaves	ASO	15	27/09/18
Cleusa de Oliveira	Professor	90	24/09/18
Cristiane Azevedo Jordão	Enfermeiro	07	20/09/18
Cristina da Silva	ASG	04	25/09/18
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	01	10/09/18
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	02	03/09/18
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	07	20/09/18
Daiana da Silva	ACS	09	25/09/18
Débora Nunes Barbosa	Assistente Social	04	02/10/18
Dejandira Noemia Correia	Professor	14	18/09/18
Dejandira Noemia Correia	Professor	01	12/09/18
Diana Lopes Pacheco	Professor	14	03/10/18
Diciane Botelho Rocha	Assistente de Educação	06	16/09/18
Edson João da Silva	Assistente Administrativo	60	26/09/18
Edson Lucas dos Santos	ASO	30	25/09/18
Elezia Rodrigues	Professor	05	24/09/18
Eliane Dilma de Azevedo Scherer	Professor	15	20/09/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	02	17/09/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	02	20/09/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	01	03/09/18
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	02	02/08/18
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	01	24/08/18
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	01	21/08/18
Fabiula Cristina da Costa Almeida	Professor	20	25/09/18
Fernando Trindade Roballo	Psicólogo	10	28/09/18
Flavia Antunes	Merendeira	07	27/09/18
Flavia de Souza Branco	ATP	05	01/10/18
Gabriela Otero Menezes	Assessor	01	06/09/18
Gabriela Otero Menezes	Assessor	03	25/09/18
Gabriela Otero Menezes	Assessor	01	13/09/18
Giovani Sant Anna Garcia	Cirurgião Dentista	15	20/09/18
Giseli Cristiane Garcia de Medeiros	Professor	03	26/09/18
Giseli Cristiane Garcia de Medeiros	Professor	02	09/09/18
Gustavo Hoepers Zanella	Educador Físico	30	03/10/18
Huaina Schmitz	Assistente Administrativo	45	19/09/18
Irinesia Adélia da Silva Vieira	Professor	60	24/09/18
Jacira Ilda da Silva	Professor	01	27/09/18
Jacira Ilda da Silva	Professor	03	13/09/18
Janaina Damiani Ricardo Rogério	Professor	01	03/09/18
Janaina Damiani Ricardo Rogério	Professor	01	06/09/18
Janaina Damiani Ricardo Rogério	Professor	03	19/09/18
Janaina Damiani Ricardo Rogério	Professor	15	02/10/18
Jane Klauberg de Souza	Técnico em Enfermagem	06	03/10/18
Jane Maria de Souza Santos	ACS	20	20/09/18
Janice de Oliveira	Professor	180	02/10/18
Jeferson Jose de Azevedo	ASO	07	21/09/18

Jeferson Jose de Azevedo	ASO	15	01/10/18
João Otavio Cardoso Amante	Motorista	10	04/10/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	02	05/09/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	01	21/09/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	01	03/09/18
Joziane Alves Schutz	Professor	30	03/10/18
Jucelandia de Souza	ASO	15	24/09/18
Karini Zuleide Pereira Abromovicz	ACS	15	21/09/18
Karla da Silva Albino	Assistente de Educação	30	03/10/18
Karla Garcia Cortes	Cirurgião Dentista	05	02/10/18
Keith Steinmetz	ACS	02	20/09/18
Keith Steinmetz	ACS	02	13/09/18
Leni Teresinha Bernardes	ACS	30	04/10/18
Luana Helena de Souza	Pedagogo	05	25/09/18
Luana Helena de Souza	Pedagogo	15	02/10/18
Luciane Pereira dos Santos Santana	Psicólogo	05	01/10/18
Luiziane Renata Feijó Senes dos Santos	Enfermeiro	05	24/09/18
Luiziane Renata Feijó Senes dos Santos	Enfermeiro	01	11/09/18
Magda dos Santos Maria	Merendeira	30	02/10/18
Márcia Joanildes Antero Ferreira	Professor	15	10/09/18
Márcia Regina da Conceição	ASO	02	17/09/18
Márcia Regina da Conceição	ASO	01	11/09/18
Márcia Regina da Conceição	ASO	02	20/09/18
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	30	27/09/18
Mareny Costa Guimarães	Supervisor Escolar	10	27/09/18
Margarete Joaquina da Rosa	Professor	01	17/08/18
Margarete Joaquina da Rosa	Professor	01	21/08/18
Margarete Joaquina da Rosa	Professor	03	13/08/18
Margarete Joaquina da Rosa	Professor	03	28/08/18
Maria Carolina Folster	ACS	10	01/10/18
Maria Carolina Folster	ACS	01	28/09/18
Maria de Lourdes da Silva Leite Basto	Psicólogo	01	17/09/18
Maria de Lourdes da Silva Leite Basto	Psicólogo	15	24/09/18
Maria de Lourdes da Silva Leite Basto	Psicólogo	02	20/09/18
Maria Ester Martins	Psicólogo	05	01/10/18
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	01	03/09/18
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	01	14/09/18
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	01	21/09/18
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	03	26/09/18
Maura Helena de Melo	Professor	30	25/09/18
Mauricio Martins	Auditor Fiscal de Tributos	15	17/09/18
Micheline Coelho	Assistente Social	15	01/10/18
Michelli Soares	Técnico em Enfermagem	01	05/09/18
Michelli Soares	Técnico em Enfermagem	01	11/09/18
Michelli Soares	Técnico em Enfermagem	01	21/09/18
Michelli Soares	Técnico em Enfermagem	01	17/09/18
Michelli Soares	Técnico em Enfermagem	01	28/09/18
Michelli Soares	Técnico em Enfermagem	05	01/10/18
Mirelle Bechtold	Assistente Administrativo	04	18/09/18
Mirely Schmitz	ACS	03	17/09/18
Mirely Schmitz	ACS	01	26/09/18
Mirian da Silva	ASO	15	02/10/18
Neuza Maria Geni da Silva	Professor	180	24/09/18
Nilceia Aparecida Vingla	ASO	30	24/09/18
Odilon Pedro de Farias	Auditor Fiscal de Tributos	10	02/10/18

Patrícia de Cássia da Cruz Costa	ASG	180	21/09/18
Patrícia Gerci dos Santos Pinheiro	ACS	15	04/10/18
Rejane da Silva Romão	Professor	07	01/10/18
Rita de Cássia da Silva	ASO	60	01/10/18
Rosângela Maria dos Santos	ACS	15	01/10/18
Rose Maria de Campos da Silva	Professor	30	02/10/18
Roselane Marli Martins	Merendeira	30	01/10/18
Sandra de Moraes Duarte Raimundo	Professor	180	28/09/18
Sarita Giani Machado dos Santos	Merendeira	15	01/10/18
Sergio Vidal Junior	Agente Administrativo Auxiliar	06	18/09/18
Sergio Vidal Junior	Agente Administrativo Auxiliar	06	03/09/18
Sergio Vidal Junior	Agente Administrativo Auxiliar	05	24/08/18
Silene Amaral	ASO	20	02/10/18
Simoni Cristina de Souza	Merendeira	04	24/09/18
Sonia Adriana Cardoso	ASG	07	28/09/18
Suzana Mendes Zimmermann	ACS	03	17/09/18
Suzana Mendes Zimmermann	ACS	01	28/09/18
Teofilo Bertoldo da Silva	Auxiliar de Calceteiro	05	24/09/18
Thaís Mendes Pereira	Assistente Administrativo	30	01/10/18
Vani Maria Silveira	Agente Administrativo I	04	01/10/18

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4052/2018.

Publicação Nº 1776360

PORTARIA Nº. 4052/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora JUCILENE EDITE TOMAZ THIESSGS matrícula nº. 800866-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) anos a contar de 25/09/2018, de acordo com às folhas 40.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4053/2018.

Publicação Nº 1776361

PORTARIA Nº. 4053/2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA PINHO, matrícula nº. 801117-3, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal Maricultura, Pesca e Agricultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/08/2009 a 04/08/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/10/2018 à 15/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4054/2018.

Publicação Nº 1776362

PORTARIA Nº. 4054/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSITA MARCIA SILVEIRA, matrícula nº. 800103-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/05/2008 a 13/05/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4056/2018.

Publicação Nº 1776363

PORTARIA Nº. 4056/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAN TERRA BARRETO PRIM, matrícula nº. 802026-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4057/2018.

Publicação Nº 1776364

PORTARIA Nº. 4057/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI SUELI MARTINS RODRIGUES, matrícula nº. 120889-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/10/2011 a 25/10/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/10/2018 à 15/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4058/2018.

Publicação Nº 1776365

PORTARIA Nº. 4058/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LIONEZIO LUCAS DE SOUZA, matrícula nº. 500018-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/01/2012 a 04/01/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4059/2018.

Publicação Nº 1776366

PORTARIA Nº. 4059/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RODRIGO LUCIANO VIGANIGO, matrícula nº. 300501-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2011 a 01/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4060/2018.

Publicação Nº 1776367

PORTARIA Nº. 4060/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2723 de 11 junho de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CLEUSA MEURER, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2018 a 01/12/2018 face ao impedimento da titular Catarina Maria Goulart, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4061/2018.

Publicação Nº 1776368

PORTARIA Nº. 4061/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3809 de 06 setembro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARISETE DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/10/2018 a 24/11/2018 face ao impedimento da titular Irinesia Adélia da Silva Vieira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4062/2018.

Publicação Nº 1776370

PORTARIA Nº. 4062/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3610 de 20 agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSANE MERCEDES DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2018 a 18/11/2018 face ao impedimento da titular Flavia Cristina Grah da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4063/2018.

Publicação Nº 1776371

PORTARIA Nº. 4063/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HILDA MARIA DA SILVA LEMOS, matrícula nº. 100090-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/12/2012 a 05/03/2018, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/10/2018 à 03/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4064/2018.

Publicação Nº 1776372

PORTARIA Nº. 4064/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JANETE APARECIDA VIEIRA, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4065/2018.

Publicação Nº 1776373

PORTARIA Nº. 4065/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE MARIA DA SILVA, matrícula nº. 801684-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 02 (dois) meses, a contar de 01/10/2018 à 01/12/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4066/2018.

Publicação Nº 1776374

PORTARIA Nº. 4066/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAM JOSIANE SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 800923-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, a contar de 01/10/2018 à 01/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4067/2018.

Publicação Nº 1776375

PORTARIA Nº. 4067/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TAMNA AMANDIO, matrícula nº. 802123-1, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/02/2012 a 02/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/10/2018 à 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4068/2018.

Publicação Nº 1776376

PORTARIA Nº. 4068/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRELLE BECHTOLD, matrícula nº. 300516-3, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/11/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4069/2018.

Publicação Nº 1776377

PORTARIA Nº. 4069/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULIA DA ROSA, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3762149-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4072/2018.

Publicação Nº 1776378

PORTARIA Nº. 4072/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MIRTIS FELDHAUS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Primeiros Passos, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4073/2018.

Publicação Nº 1776379

PORTARIA Nº. 4073/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CAROLINA DE MATTOS DE VAZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4074/2018.

Publicação Nº 1776385

PORTARIA Nº. 4074/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO IVETE RODRIGUES DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI São Tomé, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4075/2018.

Publicação Nº 1776387

PORTARIA Nº. 4075/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ADRIANA LUCIA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Mundo Mágico, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4076/2018.

Publicação Nº 1776389

PORTARIA Nº. 4076/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora TAYSI VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 125451-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 27/09/2018, de acordo com às folhas 18.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4077/2018.

Publicação Nº 1776390

PORTARIA Nº. 4077/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA LUIZA LISBOA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Frei Damião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/09/2018 a 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4078/2018.

Publicação Nº 1776391

PORTARIA Nº. 4078/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SERGIO WILSON DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Pachecos da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2018 a 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4079/2018.

Publicação Nº 1776392

PORTARIA Nº. 4079/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GABRIEL CLAUDINO BUDAL ARINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Professora Mara Luiza Liberato, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4080/2018.

Publicação Nº 1776393

PORTARIA Nº. 4080/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GLAUCO MARTORANO VIEIRA FILHO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Geografia, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4081/2018.

Publicação Nº 1776395

PORTARIA Nº. 4081/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANTONIO CLAUDIO BORGES DIAS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Religioso, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Professora Antonieta Silveira de Souza e CAIC, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4082/2018.

Publicação Nº 1776396

PORTARIA Nº. 4082/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CECILIA DA ROSA DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Frei Damião, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4083/2018.

Publicação Nº 1776397

PORTARIA Nº. 4083/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO HARLEY BORLIN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Matemática, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Professora Francisca Farias da Costa, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4084/2018.

Publicação Nº 1776398

PORTARIA Nº. 4084/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLEUDENI MORAIS DOS SANTOS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 100695-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4085/2018.

Publicação Nº 1776399

PORTARIA Nº. 4085/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JESSICA GONÇALVES DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4086/2018.

Publicação Nº 1776400

PORTARIA Nº. 4086/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CAMILA GISELE DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4087/2018.

Publicação Nº 1776401

PORTARIA Nº. 4087/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO BRUNO HONORATO DA SILVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4088/2018.

Publicação Nº 1776402

PORTARIA Nº. 4088/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MANOEL JOÃO MARTINS FILHO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4089/2018.

Publicação Nº 1776403

PORTARIA Nº. 4089/2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROBSON DA SILVA RANGEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fiscal de Defesa do Consumidor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4090/2018.

Publicação Nº 1776404

PORTARIA Nº. 4090/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Segurança Pública designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO NAITA SILVA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Trânsito, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública da Administração Direta desta Prefeitura, admitido

através de Concurso Público Edital nº. 002/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 184, de 11 de fevereiro de 2015, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Segurança Pública designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4091/2018.

Publicação Nº 1776405

PORTARIA Nº. 4091/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Segurança Pública designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JAMILE GHISI DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Trânsito, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 184, de 11 de fevereiro de 2015, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Segurança Pública designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4092/2018.

Publicação Nº 1776406

PORTARIA Nº. 4092/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUANA MEURER SAMUEL DE TOLEDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Professor Raimunda Farias da Costa, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4093/2018.

Publicação Nº 1776407

PORTARIA Nº. 4093/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELLA MARIA MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de setembro de 2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4094/2018.

Publicação Nº 1776408

PORTARIA Nº. 4094/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO MICHELLE CRISTHINA DA ROSA ZEFERINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2018, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS AD da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2018 a 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4095/2018.

Publicação Nº 1776409

PORTARIA Nº. 4095/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA MARIA VASCO MACEDO, matrícula nº. 127587-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 19/12/2011 a 17/06/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/10/2018 à 01/12/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4096/2018.

Publicação Nº 1776410

PORTARIA Nº. 4096/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) MARCOS VINICIUS DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Prefeito Reinaldo Weingarter da Secretaria de Educação, pelo período de 01/10/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4097/2018.

Publicação Nº 1776411

PORTARIA Nº. 4097/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Dilton Ferreira Junior	40	15	02/10/2018 a 14/12/2018
Graziela Roseli da Silva	20	40	01/10/2018 a 14/12/2018
Karla Ferreira Bressan	40	30	02/10/2018 a 14/12/2018
Marcos Vinicius de Souza	15	25	01/10/2018 a 14/12/2018
Marilice Urban	20	40	31/08/2018 a 14/12/2018
Vera Maria Costa da Silva	20	40	02/10/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4098/2018.

Publicação Nº 1776412

PORTARIA Nº. 4098/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RODRIGO PLATEN, Matrícula nº. 3762216-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/10/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4099/2018.

Publicação Nº 1776413

PORTARIA Nº. 4099/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761884-1	Samy Bechtold Bett	30%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
3745119-1	Ana Paula Schmidt	30%
402236-10	Michelle Amaral de Souza	30%
401407-5	Sandro Adriani Teixeira Borges Junior	80%
3762592-1	Tatiane da Silva Huergo	30%
3762593-1	Telma Libna Rodrigues Borburema	80%

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4100/2018.

Publicação Nº 1776415

PORTARIA Nº. 4100/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora GISELE HACK BARCAROL, matrícula nº. 100647-2, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 19142/2018, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 24/09/2018.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018**

Publicação Nº 1775526

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018 – Pregão Presencial 10/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i e para os servidores da rede municipal de saúde que participam de capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.

DATA: 17/04/2018 a 16/04/2019.

Nome da Empresa: COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA EPP**CNPJ: 11.114.708/0001-90**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Café Preto em Pó Características técnicas : Café em pó , torrado , moído , de primeira qualidade (top de linha) , tipo tradicional com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem : pacotes de poliéster metalizado , de 500 gramas . Rotulagem conforme legislação vigente.					
18	3000,00	PCT	JURERE TRADICIONAL	R\$7,9900	R\$23.970,0000
Valor Total (vinte e três mil e novecentos e setenta reais)					R\$23.970,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018

Publicação Nº 1775533

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018 – Pregão Presencial
 10/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELO COMÉRCIO E
 SERVIÇOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como:
 carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão servidos para os
 usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS I e para os servidores da rede municipal de
 saúde que participam de capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.
 DATA: 17/04/2018 a 16/04/2019.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP					
CNPJ: 14.990.312/0001-02					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Creme de Leite , embalagem lacrada com rotulagem conforme legislação vigente . Unidade de 300 gramas					
28	300,00	UN	CCGL	R\$2,3700	R\$711,0000
Especificação: Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.					
32	68,00	KG	SINHA	R\$2,1800	R\$148,2400
Especificação: Fermento em Pó Químico. Ingredientes : amido de milho ou fécula de mandioca fosfato monocálcico , bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem Primária : pote de plástico em polietileno de alta densidade, com tampa também em polietileno de alta densidade , com capacidade para 100 gramas. No rótulo devem constar as denominações "Fermento Químico" e "Conservar em lugar fresco e seco " . Rotulagem conforme legislação vigente.					
36	240,00	FRS	APTI	R\$1,9000	R\$456,0000
Especificação: Iogurte Líquido de Frutas com polpa Sabor Morango Ingredientes: Leite , açúcar , preparado de morango , fermento lácteo / cultura microbiana . embalagem com no mínimo 900 ml . Rotulagem conforme legislação vigente.					
39	500,00	UN	HOLANDES	R\$5,6000	R\$2.800,0000
Especificação: Iogurte Líquido com polpa de frutas sabor Coco. Ingredientes : leite açúcar , preparado de Coco, fermento lácteo/ cultura microbiana. embalagem deverá conter no mínimo 900 ml . Rotulagem conforme legislação vigente					
40	500,00	UN	HOLANDES	R\$5,6000	R\$2.800,0000
Especificação: Maionese tradicional, 1ª qualidade, embalagem com 500 gr					
46	120,00	UN	ARISCO	R\$3,3000	R\$396,0000
Especificação: CARNE BOVINA MOÍDA FRALDINHA Especificação: Carne bovina- fraldinha, congelada, limpa, sem nervos, sem apo nevroses e sem gorduras, com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de produção e validade.					
79	350,00	KG	MM	R\$18,7500	R\$6.562,5000
Especificação: OVOS DE GALINHA Características Técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais. Acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada, com					

capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente.

80	400,00	DZ	FRIOLAR	R\$6,4000	R\$2.560,0000
----	--------	----	---------	-----------	---------------

Especificação: FILÉ DE FRANGO DO TIPO SASSAMI Características Técnicas: Corte de Frango in - natura provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Deverá ser realizada a aparagem (eliminação de toda gordura aderida e pele) durante o processamento. Os cortes de frango deverão ser isentos de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Deve apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. E deve conter no máximo 2,0% de soro na embalagem. RDC n.o 13 de 02 de janeiro de 2001.

81	250,00	KG	CANÇÃO	R\$9,0000	R\$2.250,0000
----	--------	----	--------	-----------	---------------

Valor Total (dezoito mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos)				R\$18.683,74	
---	--	--	--	---------------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018

Publicação Nº 1775535

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018 – Pregão Presencial 10/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i e para os servidores da rede municipal de saúde que participam de capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.

DATA: 17/04/2018 a 16/04/2019.

Nome da Empresa: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME					
CNPJ: 14.546.646/0001-83					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Chá sabores diversos. Embalagem: Embalados em pacotinhos individuais , cada caixa deve conter 15 pacotinhos , devendo conter a especificação do sabor. Rotulagem conforme legislação vigente					
23	50,00	CX	NEILAR	R\$3,1000	R\$155,0000
Especificação: REFRESCO Especificação: Preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 8 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
55	1300,00	PCT	NEILAR	R\$0,7000	R\$910,0000
Especificação: ALFACE Características Técnicas: Lisa, fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência, bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica, oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes.					
64	150,00	UN	IN NATURA	R\$2,5000	R\$375,0000
Especificação: ALHO Características Técnicas: Alho branco, grão, novo, de 1ª qualidade, sem restia , acondicionando em embalagem resistente e transparente. Rotulagem conforme legislação vigente					
65	20,00	KG	SÃO FRANCISCO	R\$14,8200	R\$296,4000
Especificação: BANANA BRANCA Características Técnicas: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A no. 126 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
66	400,00	KG		R\$3,9000	R\$1.560,0000
Especificação: CEBOLA DE CABEÇA Características Técnicas: Classe 4, tipo especial (de 70 a 90mm de diâmetro transversal) pesando entre 100 a 200g a unidade, de acordo com a Portaria M. A no 529 de 18/03/97. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.					
67	130,00	KG	IN NATURA	R\$2,4100	R\$313,3000
Especificação: CEBOLINHA VERDE Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência, bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.					
68	130,00	PCT		R\$2,2400	R\$291,2000
Especificação: CENOURA Características Técnicas: Classe média, tipo especial. Devem apresentar características do cultivar bem					

definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

69	110,00	KG	IN NATURA	R\$3,4500	R\$379,5000
----	--------	----	-----------	-----------	-------------

Especificação: TANGERINA Mexerica, bergamota ou vergamota Características Técnicas: Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

71	450,00	KG		R\$4,3600	R\$1.962,0000
----	--------	----	--	-----------	---------------

Especificação: LARANJA PERA, RIO ou COROA Características Técnicas: Grupo I - Classe: 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, Portaria MA 125 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei

72	800,00	KG	IN NATURA	R\$2,2600	R\$1.808,0000
----	--------	----	-----------	-----------	---------------

Especificação: LIMÃO TAITI Características Técnicas: Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

73	110,00	KG	IN NATURA	R\$3,1400	R\$345,4000
----	--------	----	-----------	-----------	-------------

Especificação: MAÇÃ GALA Características Técnicas: Grupo: rajada classe 100, tipo ou categoria 02, conforme a norma 50. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

74	400,00	KG	IN NATURA	R\$5,8500	R\$2.340,0000
----	--------	----	-----------	-----------	---------------

Especificação: MAMÃO FORMOSA Características Técnicas: Tamanho médio - pesando entre 1000 a 1500 gramas a unidade. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

75	180,00	KG	IN NATURA	R\$3,8200	R\$687,6000
----	--------	----	-----------	-----------	-------------

Especificação: MELANCIA Características Técnicas: Tamanho médio - pesando entre 09 a 12kg a unidade. Frutos perfeitos, são isentos de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

76	360,00	KG	IN NATURA	R\$2,2200	R\$799,2000
----	--------	----	-----------	-----------	-------------

Especificação: TOMATE Características Técnicas: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, de 50 a 60mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200g a unidade, de conformidade com a portaria M.A no 533 de 30/08/95. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

78	150,00	KG	IN NATURA	R\$4,8800	R\$732,0000
----	--------	----	-----------	-----------	-------------

Valor Total(doze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) **R\$12.954,60**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018

Publicação Nº 1775536

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018 – Pregão Presencial
 10/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: A.V. COMERCIO
 VAREJISTA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como:
 cárneos, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão servidos para os
 usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS I e para os servidores da rede municipal de
 saúde que participam de capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.
 DATA: 17/04/2018 a 16/04/2019.

Nome da Empresa: A.V. COMERCIO VAREJISTA LTDA ME					
CNPJ: 16.858.182/0001-76					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 400 gramas.					
1	120,00	LATA	João&Maria	R\$8,0000	R\$960,0000
Especificação: Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg.					
3	2000,00	KG	SABOR DOCE	R\$1,8400	R\$3.680,0000
Especificação: Amido de milho-aspecto: pó fino cor branca odor próprio. Embalagem padronizada até 500gr					
6	130,00	CX	NEILAR	R\$2,5000	R\$325,0000
Especificação: Aveia Fina - Aveia em flocos finos: Características Técnicas: Aveia 100% natural, grãos finos, integral. Umidade máxima de 11,5%. Ingredientes: 100% aveia. Embalagem primária: sacos de polipropileno e polietileno com capacidade para até 200 gr. Observação: Não deve conter lactose.					
7	100,00	Cx/Pc	APTI	R\$1,8800	R\$188,0000
Especificação: Azeitona verde sem caroço , ingredientes :azeitonas verdes sem caroço , salmora (água e sal), e acidulante. Embalagem deve apresentar tabela com informação nutricional. Deverá conter aproximadamente peso drenado de 150 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
8	50,00	FRS	Agrovila	R\$6,2400	R\$312,0000
Especificação: Bebida gasificada a base de cola, frasco com 2 litros.					
10	100,00	FRS	MAX	R\$4,2500	R\$425,0000
Especificação: Bebida gasificada a base de guaraná, frasco com 2 litros					
11	100,00	FRS	MAX	R\$4,1300	R\$413,0000
Especificação: Bebida gasificada a base de limão, garrafa com 2 litros.					
12	100,00	FRS	MAX	R\$4,1300	R\$413,0000
Especificação: Biscoito doce tipo maria, Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar , óleo vegetal ou gordura vegetal, amido, sal , fermento químico e aromatizante. Embalagem : plástica com dupla proteção , contendo 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
13	350,00	PCT	DIANA	R\$2,6000	R\$910,0000
Especificação: BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, sal, corante, fermentos químicos, emulsificante, aromatizantes. Embalagem de					

polipropileno ou polietileno contendo 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
15	130,00	PCT	MARILAN	R\$2,8000	R\$364,0000
Especificação: Biscoito Rosca de Coco: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ferro, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, coco e fermentos químicos. Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
16	110,00	PCT	MARILAN	R\$2,9000	R\$319,0000
Especificação: Biscoito de Água e Sal, ingredientes, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, Embalagem primária polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 340 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
17	350,00	PCT	DIANA	R\$2,6000	R\$910,0000
Especificação: Caldo de carne em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.					
19	5,00	PCT	APTI	R\$6,3100	R\$31,5500
Especificação: Caldo de galinha em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.					
20	8,00	PCT	APTI	R\$6,3100	R\$50,4800
Especificação: Canela em pó: características técnicas: canela em pó, acondicionada em embalagem de polietileno atóxica, transparente, aproximadamente 50 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujilidades, parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
21	50,00	PCT	JP	R\$1,2500	R\$62,5000
Especificação: Canjica Branca: Milho de primeira qualidade isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Embalagem plástica atóxica de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação					
22	72,00	PCT	SINHA	R\$2,0000	R\$144,0000
Especificação: Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas					
25	200,00	PCT	UNICOC	R\$2,1100	R\$422,0000
Especificação: Cravo da Índia, pacote com no mínimo 15 gr					
26	50,00	PCT	JP	R\$1,2500	R\$62,5000
Especificação: Cominho em pó, pacote com 15gr.					
27	120,00	PCT	JP	R\$1,5000	R\$180,0000
Especificação: Ervilha em Conserva. Especificação: Ervilha em conserva Embalagem: Latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado. Rotulagem conforme legislação.					
30	120,00	LATA	GOAIS VERDE	R\$1,3000	R\$156,0000
Especificação: Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes.					
31	280,00	UN	BONARE	R\$1,1800	R\$330,4000
Especificação: Farinha de Trigo especial. Especificação: Deverá ser fabricada a partir de grão de trigo sã e limpa, isentos de matéria terrosa. embalagem primária: Sacos de Polietileno transparente, atóxico pacotes de 1 kg. Rotulagem conforme legislação vigente.					
33	620,00	KG	AURIVERDE	R\$1,6300	R\$1.010,6000
Especificação: Farinha de trigo integral. Especificação: farinha de trigo integral fina, de primeira qualidade, com no mínimo 6 gramas de fibra alimentar de 50g de produtos secos. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico pacotes de 1					

kg . rotulagem conforme legislação vigente.					
34	24,00	KG	ORQUIDEA	R\$2,6300	R\$63,1200
Especificação: Fermento Biológico . Especificação : fermento biológico fresco , embalagem com tablete de 500 gramas , hermeticamente vedada e resistente. Rotulagem conforme legislação vigente.					
35	30,00	UN	pakmaia	R\$8,7300	R\$261,9000
Especificação: Gelatina em pó nos sabores : Uva , Framboesa , Morango , limão e Tutti Frutti . Ingredientes Açúcar , gelatina , sal acidulante , regulador de acidez aromatizantes e corantes. 100 unidades de cada sabor , embalagem com no mínimo 30 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
37	600,00	UN	NEILAR	R\$0,6000	R\$360,0000
Especificação: Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas					
42	200,00	UN	PIRACANJUBA	R\$3,3000	R\$660,0000
Especificação: Leite UHT para dietas com restrição de Lactose - Zero Lactose .Ingredientes : Leite semidesnatados, enzima lactase e estabilizantes. Embalagem : 1 litro , cartonada, composta por polietileno , papel branco , papel pardo e alumínio. Com tampa . Rotulagem conforme legislação vigente .					
43	120,00	Litro	LANGUIRU	R\$2,9000	R\$348,0000
Especificação: Leite U.A.T. ou U.H.T. Integral Características técnicas: Leite de vaca integral homogeneizado , submetido ao processo de ultrapasteurização , UAT (Ultra alta temperatura) ou UHT (do inglês Ultra High Temperature) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas. embalagem Tetra Pack de 1 litro, devendo conter a identificação do fabricante , data de produção e validade e tabela com informação nutricional conforme legislação vigente.					
44	1800,00	Litro	REALTA	R\$2,6900	R\$4.842,0000
Especificação: Manjerição desidratado Especificação Manjerição desidratado , acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente , aproximadamente 5 gramas com identificação na embalagem , (rótulo) dos ingredientes , peso , fornecedor , data de fabricação e validade. Isento de sujidades parasitas , larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
47	40,00	PCT	JP	R\$1,2500	R\$50,0000
Especificação: Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.					
49	140,00	KG	SINHA	R\$2,3800	R\$333,2000
Especificação: Milho verde em conserva Especificação: Milho verde em conserva. Embalagem : Latas sem ferrugem e/ ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado. Rotulagem conforme legislação vigente.					
50	180,00	LATA	GOAIS VERDE	R\$1,2800	R\$230,4000
Especificação: ÓLEO DE SOJA REFINADO - Características Técnicas: produto obtido por prensagem mecânica e/ou extração por solvente, dos grãos de soja, isento de misturas de outros óleos, gorduras ou outras matérias estranhas ao produto e de cheiro forte. Óleo de soja refinado, 100 % natural. Embalagem primária: Garrafa "pet" com capacidade 900 ml					
53	1000,00	GF	COAMO	R\$3,4000	R\$3.400,0000
Especificação: ORÉGANO DESIDRATADO Ingredientes: orégano desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
54	20,00	PCT	JP	R\$5,1900	R\$103,8000
Especificação: SAL REFINADO DE MESA IODADO - Ingredientes: Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primaria: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg.					
56	24,00	KG	ZIZO	R\$0,8400	R\$20,1600
Especificação: SARDINHA Especificação: Pescado em óleo, conserva. Embalagem: lata com aproximadamente 125					

gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
57	300,00	UN	88	R\$2,6000	R\$780,0000
Especificação: SUCO DE UVA TINTO Especificação: Suco de uva tinto integral. Embalagem de no mínimo 1 litro. Rotulagem conforme legislação vigente.					
58	28,00	Litro	ZENIT	R\$12,2500	R\$343,0000
Especificação: Vinagre Especificação: Vinagre de álcool. Embalagem primária: Garrafa plástica de 900 ml. Rotulagem conforme legislação vigente					
59	10,00	GF	CHEMIM	R\$1,0900	R\$10,9000
Especificação: Filtro de papel para café nº 103, cx c/ 30 unidades					
85	120,00	CX	BRIGITTA	R\$2,4800	R\$297,6000
Especificação: COADOR DE PANO ALGODÃO PARA COAR CAFÉ, TAMANHO PADRÃO PARA BULE.					
86	36,00	UN	COLONIAL	R\$2,5000	R\$90,0000
Especificação: MARGARINA - Especificação: Produto obtido de óleos vegetais líquidos e Inter esterificados, água, sal, leite desnatado, vitamina A e corante urucum. Embalagem: de 500gr, com 65 a 80% de lipídeos. Rotulagem conforme legislação vigente.					
88	100,00	UN	COAMO FAMILIA	R\$3,1900	R\$319,0000
Valor Total (vinte e quatro mil, cento e oitenta e dois reais e onze centavos)					R\$24.182,11

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2018 - RERGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE JOGO DE "48" AUTOMÁTICO

Publicação Nº 1776107

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 46/2018 - Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço

Objeto: Aquisição e instalação de 06 (seis) - Jogo de 48 automático contendo: 01 carrinho repositor de bolas; 01 motor elétrico 1/2; 01 motor elétrico 1/3; 29 bochas plásticas; 01 tabela de marcação; 01 cavalete expositor; 01 levantador de bochas; 01 cepo concretado; 08 balin e 02 lameirão.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº. 026 de 02/09/2002, e, Decreto Municipal nº 005 de 29/01/2018.

Entrega dos envelopes: Até às 13:45 hs do dia 30/10/2018.

Abertura dos envelopes: às 14:00 hs do dia 30/10/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 17 de outubro de 2018.

Marines Fatima Sansigolo

Pregoeira

Paraíso

PREFEITURA

2053/2018

Publicação Nº 1776212

DECRETO Nº 2053/2018.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 29 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.04.122.1030.2.020 – Manut. Da Divisão de Adm. E Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(167)R\$ 210.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(168)R\$ 50.000,00

10.00 – SECR.MUN.DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.02.26.782.1120.2.140 – Manut. E Func.do Progr. Caminhos da Roça

4.4.90.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(152)R\$ 73.000,00

Total da Adição R\$ 333.000,00

(Trezentos e trinta e três mil reais).

Art. 2º Fica, autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1467/2017 e o disposto nos incisos I, do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 16 de outubro de 2018.

Valdecir Antônio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na data supra

Servidor Responsável

2054/2018

Publicação Nº 1776216

DECRETO Nº 2054/2018

"Convoca PARA O DIA DE COMBATE AO MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE, Chikungunya e Zika VÍRUS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal promulgada em 06 de novembro de 1993, no artigo 64, inciso VI, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam todos os servidores municipais convocados a participar no dia 19/10/2018 das 13:00hs as 17:00hs das atividades do "DIA DE COMBATE AO MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE, Chikungunya e Zika VÍRUS."

Art. 2º Ficam dispensados os professores e servidores das escolas da rede municipal de ensino.

Art. 3º Em caso de chuva no período as atividades serão transferidas para outra data a ser definida.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 17 de outubro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
Publicado na data supra.
Paraíso (SC), 17 de outubro 2018.

Servidor Responsável

Passos Maia

PREFEITURA

034-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-10-2018

Publicação Nº 1775859

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 2.000,00

Destinação: Saúde Bucal

Data de liberação: 15/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

035-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-10-2018

Publicação Nº 1775861

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 2.000,00

Destinação: Cofinanciamento de Atenção Básica

Data de liberação: 15/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

036-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-10-2018

Publicação Nº 1775862

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 6.900,00

Destinação: NASF Estadual

Data de liberação: 15/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

037-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-10-2018

Publicação Nº 1775863

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 5.520,00

Destinação: Procis
Data de liberação: 15/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

123-2018 RECURSO FEDERAL DE 11-10-2018

Publicação Nº 1775864

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 5.529,63

Destinação: MAC

Data de liberação: 11/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

124-2018 RECURSO FEDERAL DE 15-10-2018

Publicação Nº 1775865

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 1.255,22

Destinação: Recursos Vigilância Epidemiológica

Data de liberação: 15/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

125-2018 RECURSO FEDERAL DE 16-10-2018

Publicação Nº 1775866

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 2.118,07

Destinação: Programa de Assistência Farmacêutica Básica

Data de liberação: 16/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

126-2018 RECURSO FEDERAL DE 16-10-2018

Publicação Nº 1775867

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 5.075,00
Destinação: Custo Saúde Bucal
Data de liberação: 16/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

127-2018 RECURSO FEDERAL DE 15-10-2018

Publicação Nº 1775868

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 2.467,29
Destinação: Farmácia Básica
Data de liberação: 15/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

128-2018 RECURSO FEDERAL DE 16-10-2018

Publicação Nº 1775871

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 21.724,30
Destinação: Cota Salário Educação
Data de liberação: 16/10/2018

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 005/2018 PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

Publicação Nº 1776084

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 005/2018
PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA o candidato a seguir relacionado, aprovado no Processo Seletivo n 001/2017, de 17 de janeiro de 2017, o qual deverá comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munido de seus documentos pessoais, (Cópias legíveis) do RG, CPF, Certidão de comprovação do estado civil, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se tiver), Histórico Escolar, Comprovante de residência (Conta de água, luz ou telefone), Reservista, Título de Eleitor com comprovante da última votação, Comprovante de inscrição no PIS/PASEP(se houver), registro no Conselho (quando exigido) e, ainda, originais da Carteira de Trabalho e Antecedentes Criminais do FORUM (protocolo), bem como, uma foto 3x4 (recente), para depois de cumpridas as exigências legais, tomar posse e exercício, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
ROBERTO PEDROSO DE MORAES	PEDREIRO	3º

O candidato aprovado deverá, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 17.6, do Edital de Processo Seletivo n. 001/2017, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Seletivo (itens 17.6 e 17.8 do Edital).

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018.
CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Chefe de Departamento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 008/2018 PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

Publicação Nº 1776081

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 008/2018
PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA o(s) candidato(s) a seguir relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo nº 001/2018, de 19 de fevereiro de 2018, o(s) qual(is) deverá(ão) comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munido(s) de seus documentos pessoais: (Cópias legíveis) RG, CPF, Certidão de comprovação do estado civil, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se tiver), Histórico Escolar, Comprovante de residência (Conta de água, luz ou telefone), Certificado de Reservista, Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral, Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se houver), registro no Conselho (quando exigido) e, ainda, originais da Carteira de Trabalho e Certidão de Antecedentes Criminais bem como, uma foto 3x4 (recente), para depois de cumpridas as exigências legais, tomar posse e exercício, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
Jéssica Dos Santos Tomé	Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 01	2º

O(s) candidato(s) aprovado(s) deverá(ão), no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 15.6, do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Seletivo (itens 15.7 e 15.8 do Edital).

Passos Maia – SC, 17 de outubro de 2018.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Chefe de Departamento

PORTARIA Nº 284, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776141

PORTARIA Nº 284, de 17 de outubro de 2018.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares formulada pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal JESSICA DOS SANTOS TOMÉ, ocupante do Cargo temporário de Monitor de Creche, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 15 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de outubro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de outubro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****299/2018**

Publicação Nº 1776465

PORTARIA Nº 299/2018

"HOMOLOGA RESULTADO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 06/2018 REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA DE PAULO LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes de 05 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO, a ausência de candidatos inscritos para a realização das provas do Edital do Processo Seletivo Nº 06/2018;

CONSIDERANDO, que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Processo Seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado final do Edital do Processo Seletivo Nº 06/2018 o qual foi declarado DESERTO pelo Departamento de Recursos Humanos, ante a ausência de candidatos inscritos para a realização das provas.

Art. 2º - Frustrada a seleção não será realizado novo Processo Seletivo com o mesmo objetivo.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 17 de outubro de 2018.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

300/2018

Publicação Nº 1776466

PORTARIA Nº 300/2018

VANESSA PEREIRA, Secretário de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 10 de 31 de março de 2000 no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando o Resultado da Avaliação de Progressão por Desempenho,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Progressão Horizontal aos servidores do magistério, referente ao biênio 2016/2018, em consonância com o relatório apresentado pela Comissão de Avaliação, conforme tabela abaixo.

Matricula	Servidor	Nível Anterior	Nível Atual
16	Rose Inácia Pereira	D	E
19	Márcia Judith Filho dos Santos	I	J
165	Simone Maria Soares	E	F
686	Osnilda Rodrigues Vieira	D	E
688	Graziela Marly Correia Moisés	D	E
690	Mileni Aparecida de Souza Cardoso	D	E
692	Cleuza de Bona	C	D
693	Aline Terezinha de Sá Pereira	D	E

695	Silvana Rita Zucchi dos Anjos	E	F
696	Carine Pereira Borges	D	E
697	Vanessa Pereira	D	E
700	Edite Fraga Cargnin Vescovi	D	E
702	Caitia Salvelina Bernardo Liberato	D	E
703	Denize Aparecida da Rosa Nascimento	E	F
704	Juliana Terezinha de Sá Vieira	D	E
705	Lucinéa Zenita de Sousa	D	E
708	Rosinete da Silva Inácio Cardoso	D	E
709	Eliane Celina da Silva Fernandes	D	E
710	Janaina Florinda da Silveira de Jesus	E	F
741	Janisse de Souza da Silva	E	F
1024	Ivo Sérgio Prates Streck	A	B
1025	Luciana Vieira	C	D
10250	Joyce Fernanda Nunis	C	D
10296	Celma Bueno Magron	B	C
10736	Rosilei Aparecida Figueredo	A	B
10741	Mariane Furtado do Nascimento	A	B
10742	Vera Lúcia da Silva Pires	A	B
10883	Silvani de Oliveira Martins	A	B
10884	Juliana Cardoso de Souza Nunes	A	B
10885	Renata da Silva Nunes	A	B
10886	Giseli Noemia Marcos	B	C
10904	Cidnéa Ana Jovino de Souza	E	F

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 18 de outubro de 2018.

Vanessa Pereira
Secretário Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2018 - PL Nº 41/2018

Publicação Nº 1775475

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2018

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo nº.41/2018; DL nº. 09/2018; contratado: VITORIA MARKETING ESPORTIVO LTDA; CNPJ: 05.726.805/0001-30; Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviço em instrução e treinamento para servidores da Secretaria de Esportes. Valor: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Paulo Lopes, 05 de outubro de 2018.

FABRICIO JAIR VIEIRA
Secretario Municipal de Esporte e Lazer

Penha

PREFEITURA

CONTRATO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO Nº001/2018 - FMS

Publicação Nº 1775931

CONTRATO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO Nº001/2018 - FMS

Pelo presente instrumento de um lado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.479.670/0001-96, com sede na Rua Domingos Manoel Correa, nº 311, Bairro Centro, Município de Penha/SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, doravante denominado/a COMODANTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de Penha, inscrita no CNPJ sob o nº 73.889.677/0001-04, com sede na Rua Erechim, nº 215, Bairro Centro, Município de Penha/SC, neste ato, representada pela Sra. EUDES BEATRIS TARTARI ZANIN, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 5.234.956, inscrita no CPF sob nº 953.261.709-49, que ora passa a ser denominado de COMODATÁRIO, firmam este Contrato de Comodato que se regerá pelos artigos 579 e ss. do Novo Código Civil Brasileiro, e de acordo com as seguintes condições que desde já, reciprocamente, outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O COMODANTE empresta gratuitamente à COMODATÁRIA, o direitos de uso dos equipamentos abaixo descritos:

- 01 Balança nova, Adulto, W 200/100 A Branca, marca Welmy;
- 01 Balança nova, Digital Baby Pesadora 15kg, marca Ramuza.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os equipamentos citados no presente CONTRATATO DE COMODATO, serão utilizados exclusivamente pela equipe técnica de profissionais da APAE tendo em vista o Convênio realizado pela Associação com o SUS – Sistema Único de Saúde junto ao CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, e ficarão na sala do Médico Psiquiatra, na sede da COMODATÁRIA, onde além dos profissionais atenderem a demanda da APAE também atenderão os paciente Autistas encaminhados pela Secretaria de Saúde Municipal que não possui profissional habilitado para atender a demanda, sendo que a produção (atendimento) será alimentado no Sistema pela Secretaria de Saúde junto ao Ministério da Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA:

É de responsabilidade da COMODATÁRIA providenciar e fornecer toda a infraestrutura necessária e condições apropriadas para instalação dos equipamentos citados no presente Contrato de Comodato.

CLÁUSULA QUARTA:

É de responsabilidade da COMODATÁRIA usar e administrar os equipamentos como se próprios fossem, obrigando-se a mantê-los em perfeitas condições de uso e conservação, comprometendo-se, pela guarda, preservação e integridade dos mesmos até a efetiva restituição à COMODANTE, pois tais equipamentos são insuscetíveis de penhor, arresto e outras medidas de execução e ressarcimento, de exigibilidade que contra a COMODATÁRIA sejam promovidos, não podendo, cedê-los ou transferi-los a qualquer título a terceiros, ou ainda alugar, sem prévia autorização escrita da COMODANTE, sob pena de responder por perdas e danos.

CLÁUSULA QUINTA:

O COMODATÁRIO se obriga a:

- a) Efetuar e manter a instalação dos equipamentos da presente cessão em comodato, observadas as condições da rede elétrica (se for o caso), bem como condições técnicas necessárias ao correto funcionamento dos equipamentos;
- b) Prestar a devida assistência técnica aos equipamentos sem ônus ao COMODANTE;
- c) Permitir que somente pessoas capacitadas tenham acesso ao manuseio dos equipamentos sempre que necessário, verificando a observância das normas de utilização.
- d) Conservar os equipamentos, devolvendo-os em perfeitas condições de uso, da mesma forma que os recebeu;
- e) Responder pela perda dos equipamentos ou por danos que lhes sejam causados;
- f) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada (Art. 584 do CC)

CLÁUSULA SEXTA:

O comodato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo renovado automaticamente e indefinidamente por igual período, salvo quando da notificação por escrito do contrário de uma das partes à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SETIMA:

Caso o COMODATÁRIO se desprenda dos equipamentos enquanto perdurar o comodato ou ainda, enquanto permanece na sua posse, como por exemplo, a perda, extravio, furto, roubo, ou qualquer outra forma de perecimento do mesmo, este pagará ao COMODANTE o valor de mercado do referido bem à época do ocorrido.

CLÁUSULA OITAVA:

Caso o COMODATÁRIO enquanto perdurar o Comodato dos Equipamentos ou ainda, enquanto permanecer na sua posse, responderá pela perda, extravio, furto, roubo, ou qualquer outra forma de perecimento do mesmo, e deverá pagar ao COMODANTE o valor de mercado do referido bem à época do ocorrido.

CLÁUSULA NONA:

O COMODANTE e o COMODATÁRIA poderão rescindir este Contrato independentemente de qualquer aviso prévio ou notificação judicial ou extrajudicial, de comum acordo.

CLÁUSULA DECIMA:

O COMODANTE RETIRARÁ os equipamentos da sede da COMODATÁRIA, por solicitação desta, quando cessar, por qualquer motivo a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA:

A COMODATÁRIA permitirá a inspeção dos equipamentos sempre que o COMODANTE solicitar, com antecedência de 02 (dois) dias e em dia e hora a ser previamente acordado.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA:

É parte integrante do presente CONTRATO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO a justificativa em anexo que ampara o presente instrumento, visto tratar-se de bem móvel de propriedade de Ente Municipal.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA:

O presente CONTRATO deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, em extrato, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, pelo COMODANTE.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA:

As partes elegem desde já o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões decorrente do presente processo.

E, por estarem de acordo com os termos e cláusulas deste CONTRATO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, as partes assinam o presente documento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

COMODATÁRIA COMODANTE
APAE DE PENHA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 - FMS

Publicação Nº 1775980

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 046/2018 – FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2018 – FMS

Contrato: 040/2018 - FMS

Contratado: HOSPITAL DE OLHOS DE SANTA CATARINA LTDA

Objeto: Aplicação de injeção intraocular do medicamento Lucentis, conforme determinação do Ministério Público nos autos: 0302111-95.2017.8.24.0048, para atender à solicitação nº 870/2018 do Fundo Municipal de Saúde, tudo de acordo com as condições estabelecidas

no edital e nas especificações e quantidades constantes da solicitação, parte integrante do Processo.

Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 - MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.30.09.00.00.00 - Aplicações Diretas (23)

Vigência do contrato: 180 (cento e oitenta) dias

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa e Solicitação nº 870/2018 da Secretaria de Saúde, Autos nº 0302111-95.2017.8.24.0048, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 17 de outubro de 2018.

LAÍS HELENA SEEMANN BRAGA – Diretora Administrativa

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018 - PMP

Publicação Nº 1775912

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2018 – PMP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para a futura aquisição de areia média, pó de brita e macadame britado, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 2487/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 01/11/2018 às 09:30h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 17 de outubro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2018 - PMP

Publicação Nº 1775847

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2018 - PMP

Objeto: Fornecimento de container tipo escritório suíte, que será anexado ao quartel do Bombeiro Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 2293/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 31/10/2018 às 14 horas, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 17 de outubro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 2018

Publicação Nº 1775678

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital nº 001/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecer a sede desta Prefeitura, situada a Rodovia SC 437, KM 08, Centro, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Contador	
COLOCAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1º	Daniel Barbosa de Souza

Pescaria Brava/SC, 17 de Outubro de 2018.

DECRETO 409 2018 ALTERA DECRETO DIÁRIAS

Publicação Nº 1775481

DECRETO Nº 409, de 16 de Outubro de 2018.

ALTERA A REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 401 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e:

CONSIDERANDO a necessidade de o gestor municipal deslocar-se dentro do Estado de Santa Catarina e também de todo o território nacional, com escopo de tratar de assuntos pertinentes ao interesse da municipalidade, sobretudo para angariar recursos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a redação dada ao artigo 2º do Decreto nº 401, de 17 de Setembro de 2018, passando a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 2º - O previsto no artigo 1º, não se aplica, EXCEPCIONALMENTE, ao Prefeito Municipal e para os motoristas lotados junto a Secretaria de Saúde, quando em exercício das atividades inerentes ao cargo e em deslocamento para outros municípios e estados, desde que devidamente atendidas todas as disposições contidas no Decreto nº 395, de 31 de Agosto de 2018.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 16 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA 27 2018 FMS

Publicação Nº 1775432

Extrato do contrato do Fundo Municipal de Saúde de Pescaria Brava

Processo Administrativo Nº: 15/2018

Pregão Presencial nº 11/2018 FMS

Ata de Registro de Preço Nº: 27/2018 FMS

Contratante: Fundo Municipal de saúde

Contratada: ICOFA IND. E COMERCIO DE ABSORVENTES

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCATÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC. AS QUANTIDADES, DESCRIÇÃO E VALORES MÁXIMOS ESTÃO NOS ANEXOS DO EDITAL”

VALOR: R\$ 37.009,00 (trinta e sete mil e nove reais)

Vigência: 12 meses

LEI COMPLEMENTAR Nº 76 DE 2018

Publicação Nº 1775493

LEI COMPLEMENTAR Nº 76/2018, de 03 de Outubro de 2018.

“INSTITUI SERVIÇO DE GUINCHO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ENVOLVIDOS EM SINISTROS E INFRAÇÕES PREVISTAS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito do Município de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os cidadãos do Município de Pescaria Brava, pelos seus representantes da Câmara Municipal, aprovam e ele assina e promulga a presente Lei:

Art. 1 - Fica instituído, no âmbito do Município de Pescaria Brava (SC), o Serviço de Guincho, Guarda e Depósito de Veículos automotores.

Art. 2 - O Serviço de Guincho, Guarda e Depósito de Veículos automotores consiste na exploração de pátio de recolhimento, mediante a cobrança das despesas decorrentes do guinchamento, guarda, depósito e custódia diária dos veículos.

Art. 3 - O Poder Executivo Municipal executará os serviços decorrentes desta Lei, mediante concessão de serviço público ou de utilidade pública, através de regular processo licitatório.

Art. 4 - Caberá à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, conjuntamente com Departamento de Trânsito Municipal, controlar e executar as atividades de trânsito em todo o território municipal e adotar as medidas necessárias para a implementação dos serviços de guincho, guarda e depósito de veículos que tenham sido recolhidos por infrações de trânsito e aplicação das medidas administrativas e penalidades cabíveis nos casos decorrentes de infrações de trânsito, oriundas de circulação, estacionamento e parada nas vias públicas, bem como veículos abandonados em via pública.

Art. 5 - As Tarifas de Remoção e Estadia para cobrança das despesas decorrentes da remoção, guarda, depósito e custódia diária de veículos serão fixados pelo critério de menor preço, em procedimento licitatório, baseando-se nos valores máximos fixados por decreto municipal, o qual será obrigatoriamente elaborado, com base em 3 (três) orçamentos, ou pelos preços praticados em pelo menos 3 (três) municípios localizados nas proximidades.

§ 1º O guinchamento, a guarda e depósito consistirão na manutenção do veículo removido ou apreendido em instalações da Concessionária, contratada mediante habilitação em processo licitatório, onde se garanta a segurança ao patrimônio particular.

§ 2º A diária de guarda, depósito e custódia consiste na tarifa de manutenção diária sob custódia da Concessionária, contada do dia da entrada do veículo no Pátio, até a data da efetiva retirada do mesmo.

§ 3º A diária de guarda, depósito e custódia será de vinte e quatro horas, sendo considerada a data da entrada no Pátio e da efetiva retirada do veículo retido.

§ 4º 10% (dez por cento) do valor total bruto mensal, arrecadado referente aos serviços prestados pela Concessionária de Guarda e Custódia dos veículos automotores e similares, serão repassados para a Municipalidade. Para tanto, deverá a Concessionária apresentar relatório mensal à Municipalidade dos serviços realizados e dos valores faturados.

§ 5º O reajuste das tarifas de remoção e estadia serão fixados por Decreto do Poder Executivo Municipal, anualmente, de acordo com índice do INPC/IBGE ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 6 - A Autoridade de Trânsito ou a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, notificará os proprietários dos veículos recolhidos ao local utilizado para depósito e, não sendo retirados por seus proprietários, ou por quem de direito, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, poderá ser levado à hasta pública pelo Poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referentes a multa, tributos, encargos legais e débitos com o estacionamento e o restante, se houver, depositado à conta do ex proprietário, na forma do art. 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Parágrafo Único – Não sendo o valor arrecadado suficiente para a quitação dos débitos, o excedente será lançado em dívida ativa do Município para cobrança judicial.

Art. 7 - À Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, conjuntamente com o Departamento de Trânsito Municipal e o Departamento de Licitações e Compras, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município, Promoverá execução do leilão.

Art. 8 - Em caso de apreensão de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 5º do artigo 270 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 9 - O recolhimento e a liberação dos veículos automotores e similares serão precedidos de autorização de pelo menos uma das seguintes autoridades:

I - Autoridade Municipal de Trânsito;

II - Delegado de Polícia;

III - Administração Municipal, através do titular da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano;

Paragrafo Único – O recolhimento e a liberação ocorrerão em conformidade com a competência das autoridades elencadas nos incisos I a III deste artigo.

Art. 10 - À Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano e ao Departamento de Trânsito Municipal caberá fiscalizar o serviço ora implantado, de acordo com as legislações em vigência, em especial a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, podendo inclusive vistoriar o depósito, caso entender necessário.

Art. 11 - Fica autorizada a celebração de convênio com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para a implantação do Pátio Unificado para recolhimento de veículos sinistrados ou de veículos apreendidos em decorrência de infração à legislação de Trânsito.

Art. 12 - À Empresa habilitada no processo licitatório será deferida, a concessão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, revogável, a critério da Administração Pública Municipal, em caso da concessionária descumprir qualquer dispositivo desta lei.

Art. 13 - A delegação às pessoas jurídicas de direito privado é de competência exclusiva do Prefeito Municipal e será sempre precedida de licitação pública.

Art. 14 - A Empresa habilitada no processo licitatório deverá:

I - manter o funcionamento dos serviços de guincho, guarda e depósito dos veículos, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

II - ter controle de registro em local visível ao usuário, no qual o condutor ou proprietário, ao retirar o veículo, registrará eventuais danos, ou falta de equipamentos e/ou acessórios, ou, ainda, a sua inconformidade pelo estado do veículo.

III - ser responsável desde a entrada, no Pátio, até a entrega do veículo ao proprietário ou representante legal, por danos causados ao veículo e pela comprovada falta de equipamentos e/ou acessórios, assegurado o direito de regresso contra o autor do dano ou responsável pelo fato.

IV - assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços públicos prestados;

V - atender, prontamente, as solicitações e requisições da Administração Municipal e da autoridade policial no que tange ao serviço de guincho, guarda e depósito dos veículos;

VI - manter o veículo/guincho atualizado quanto aos procedimentos e formas de guinchamento correto dos veículos novos;

VII - atender as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhe sejam correlatas;

VIII- apresentar o veículo para vistoria técnica comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado;

IX - zelar pela manutenção da continuidade do serviço de guincho, guarda e depósito dos veículos;

X - cumprir os itinerários determinados pela Administração Municipal;

XI - responder pelos seus atos, sujeitando-se às normas e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro;

XII - submeter-se à fiscalização das autoridades e agentes de trânsito competentes, assim como da própria Administração Municipal;

XIII - apresentar-se devidamente uniformizado, com colete refletivo ao condutor do veículo durante a prestação do serviço;

XIV - substituir imediatamente o veículo quando este apresentar problemas mecânicos ou estiver em reparos.

Art. 15 - Os veículos/guincho deverão atender as seguintes condições:

I - estar em excelente condição de uso, nas partes mecânicas, lataria e com um sistema de guincho eficiente;

II - estar o veículo adequado às exigências legais;

III - estar equipado de modo a efetuar guinchamento de qualquer veículo, independente do ano de fabricação;

IV - estar provido de todos os equipamentos obrigatórios de segurança, estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, bem como de sinalizador móvel e fixo que possibilite a prestação de serviço com plena segurança, principalmente no período noturno;

V - possuir apólice de seguro contra terceiros, por danos físicos e materiais;

VI - submeter-se a vistorias trimestrais periódicas, estabelecidas pelo DETRAN.

Art. 16 - Para a Empresa habilitada no processo licitatório, será concedida pela Prefeitura Municipal, a concessão para explorar o Serviço de Guincho, Guarda e Depósito dos veículos apreendidos em decorrência de infração à legislação de Trânsito, mediante termo de compromisso ou contrato, em que constará obrigatoriamente, as condições básicas desta Lei.

Art. 17 - Para os casos não previstos nesta Lei deverá prevalecer o disposto na Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos), Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Concessões e Permissões), nas normas administrativas do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, novas disposições legais que substituam, alterem ou complementem as elencadas neste artigo e no contrato de Concessão do serviço tratado nesta lei.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.
 DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
 Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 77 DE 2018

Publicação Nº 1775483

LEI COMPLEMENTAR Nº 77/2018, de 11 de Outubro de 2018.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64 DE 09 DE MARÇO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito do Município de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os cidadãos do Município de Pescaria Brava, pelos seus representantes da Câmara Municipal, aprovam e ele assina e promulga a presente Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os anexos I e IX da Lei Complementar nº 64, de 09 de Março de 2018, criando-se o cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação Social e as atribuições, nos termos das tabelas abaixo.

GNS - 27	2611-10	Assessor de Imprensa e Comunicação Social
<p>Atribuições: Coletar informações, realizando entrevistas, pesquisas e diagnósticos de opinião, promovendo contatos e selecionando assuntos, editando boletins, mantendo informados os Secretários Municipais e o Chefe do Executivo, para permitir a adequação de suas ações às expectativas da comunidade. Divulgar informações sobre as atividades do Poder Executivo Municipal, redigindo notas, artigos, resumos e textos em geral, datilografando e revisando originais, editando e revendo provas, encaminhando as matérias para publicação em órgãos de circulação externa ou interna, para promoção das ações realizadas pelo Executivo Municipal. Orientar e supervisionar a diagramação de matéria em livros, periódicos, folhetos e outros meios de comunicação, selecionando fotografias e ilustrações, planejando a distribuição de volumes, organizando índices, espelhos e notas de rodapé, para aumentar o poder de comunicação das mensagens. Realizar editoração e revisão de originais e provas de matéria a ser impressa, lendo e corrigindo erros gramaticais e tipográficos, para assegurar a correção dos textos publicados sob responsabilidade do Executivo Municipal. Coordenar e executar o acompanhamento do noticiário nacional e internacional de interesse do Executivo Municipal, lendo, ouvindo, vendo, analisando, selecionando e classificando textos, gravações, ilustrações, fotos e filmes, para utilização futura. Acompanhar as programações do Executivo Municipal, providenciando gravação e posterior transcrição de palestras, debates e depoimentos, supervisionando as fotografias e filmagens, e caso solicitado, realizar as fotografias e filmagens, recolhendo informações para documentação ou publicação de notícias sobre os eventos. Assistir aos Secretários e ao Chefe do Executivo e demais servidores em suas funções de representação, orientando-os sobre normas protocolares, visitando ou recepcionando convidados, mantendo relação atualizada de autoridades federais, estaduais e municipais, organizando solenidades e eventos diversos. Colaborar no planejamento de campanhas promocionais, utilizando meios de comunicação de massa e outros veículos de publicidade e difusão, para divulgar mensagens educacionais e de esclarecimento às populações-alvo. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação. Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do Executivo Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Executivo Municipal. Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; executar outras tarefas afins.</p>		
<p>Requisitos mínimos: Curso nível superior em Comunicação Social ou Publicidade ou Marketing ou Jornalismo. Carteira Nacional de Habilitação categoria 'B'.</p>		

CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REFERÊNCIA
GNS – 01 Procurador Jurídico 30			03	21 a 31
GNS – 02	Engenheiro Agrônomo	30	01	15 a 24
GNS – 03	Analista de Licitações e Contratos	30	01	21 a 31
GNS – 04	Assistente Social	30	03	11 a 17
GNS – 05	Analista de Sistemas	30	01	21 a 31
GNS – 06	Contador	30	02	21 a 31
GNS – 07	Controlador Interno	30	01	21 a 31
GNS – 08	Enfermeiro	40	08	16 a 22
GNS – 09	Engenheiro Civil	40	01	15 a 24

GNS – 10	Farmacêutico	40	01	13 a 17
GNS – 11	Fisioterapeuta	20	02	04 a 08
GNS – 12	Médico Clínico Geral	40	04	25 a 31
GNS – 13	Médico Veterinário	40	01	13 a 21
GNS – 14	Nutricionista	40	02	10 a 16
GNS – 15	Odontólogo	40	04	16 a 22
GNS – 16	Psicólogo	40	03	13 a 17
GNS – 17	Engenheiro Ambiental	40	01	15 a 24
GNS – 18	Ginecologista	40	01	25 a 31
GNS – 19	Pediatra	40	03	25 a 31
GNS – 20	Geriatra	40	01	25 a 31
GNS – 21	Oftalmologista	40	01	25 a 31
GNS – 22	Fonoaudiólogo	40	01	13 a 21
GNS – 23	Psicopedagogo	40	01	13 a 21
GNS – 24	Educador Físico	40	01	13 a 21
GNS – 25	Fiscal de Tributos Municipal	40	01	21 a 31
GNS – 26	Tesoureiro	30	01	15 a 24
GNS – 27	Assessor de Imprensa e Comunicação Social	30	01	15 a 24

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em sentido contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava/SC, 11 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 78 DE 2018

Publicação Nº 1775485

LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2018, de 11 de Outubro de 2018.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 48 DE 28 DE MARÇO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a presente lei.

Art. 1º - Fica alterado o inciso IV, do Artigo 6º, da Lei Complementar nº 48, de 28 de Março de 2017, passando a vigorar, com a seguinte redação.

Art. 6º - São instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico:

[...]

IV - Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSA;

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava/SC, 11 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 258 DE 2018

Publicação Nº 1775494

LEI ORDINÁRIA Nº 258/2018, de 03 de Outubro de 2018.

“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO CONTROLE DE NATALIDADE DE CÃES E GATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona

a presente lei.

Artigo 1º - Fica instituído no Município de Pescaria Brava, o controle de natalidade de cães e gatos que será regido de acordo com o estabelecido nesta lei, mediante o emprego de esterilização cirúrgica ou outra forma de interrupção de fertilidade ou de controle de reprodução de animais, vedada a prática de outros procedimentos veterinários.

Artigo 2º Está proibida a prática de extermínio de cães e gatos saudáveis como método de controle populacional e sanitário.

Artigo 3º - A população deverá ser conscientizada constantemente pelo Poder Público sobre a necessidade de esterilizar os animais, ainda que domiciliados, como forma de controle de natalidade de cães e gatos, para que não haja abandono de filhotes indesejados.

Artigo 4º - Caberá a Secretaria de Agricultura e ao Departamento de Meio Ambiente, em conjunto ou separadamente, criarem através de parcerias com universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não governamentais de proteção animal e com a iniciativa privada, a execução de programa de controle reprodutivo de cães e gatos.

§ 1º Será promovido o programa mutirões periódicos para a castração gratuita de animais, preferencialmente de famílias carentes, sendo observado o cuidado necessário com a assepsia.

§ 2º Veterinários e Professores de Universidades estarão autorizados a participarem do programa.

Artigo 5º - A esterilização de animais será executada mediante programa em que seja levado em conta:

I – Estudo a ser elaborado pela Secretária Municipal da Saúde e Departamento de Meio Ambiente, por intermédio dos setores competentes, que indicará a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face de superpopulação;

II – O quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados;

III – O Tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados junto às comunidades de baixa renda.

Artigo 6º - Deverá ser desencadeado um programa de campanhas educativas, através dos meios de comunicação adequados, que propiciem à população a assimilação de noções de ética acerca da guarda responsável de animais domésticos.

Paragrafo Único: Será realizada anualmente nas Escolas Municipais, uma campanha sobre a posse responsável de animais, com palestras educativas.

Artigo 7º - É proibido soltar ou abandonar cães e gatos em vias e logradouros públicos e privados sob pena de multa por flagrante ou denúncia comprovada, no valor de 200 UFM por animal.

Artigo 8º - Os valores arrecadados serão destinados para o Departamento de Meio Ambiente do Município, para campanhas e manutenção dos serviços realizados.

Artigo 9º - A municipalidade deve cuidar da execução do programa tratado por esta Lei, ouvindo-se as entidades e órgãos representativos de proteção aos animais.

Artigo 10º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 259 DE 2018

Publicação Nº 1775495

LEI ORDINÁRIA Nº 259/2018, de 03 de Outubro de 2018.

“DENOMINA RUA SANTO ANTONIO, NO BAIRRO SERTÃO DE BAIXO, NESTE MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a presente lei.

Art. 1º - Fica oficializada a denominação da seguinte rua, localizada no bairro Sertão de Baixo, neste município de Pescaria Brava conforme abaixo se apresenta:

I – Oficializa com a denominação de “RUA SANTO ANTONIO” a Rua, conforme planta de localização em anexo, localizada no Bairro Sertão de Baixo, neste Município de Pescaria Brava.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 260 DE 2018

Publicação Nº 1775498

LEI ORDINÁRIA Nº 260/2018, de 03 de Outubro de 2018.

“DENOMINA RUA NESTE MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a presente lei.

Art. 1º - Fica oficializada a denominação da seguinte rua, localizada no bairro Barreiros, neste município de Pescaria Brava conforme abaixo se apresenta:

I – Oficializa com a denominação de “RUA JOAQUIM OLIVEIRA DA SILVA” a Rua, conforme planta de localização em anexo, localizada no Bairro Barreiros, neste Município de Pescaria Brava.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 261 DE 2018

Publicação Nº 1775491

LEI ORDINÁRIA Nº 261/2018, de 11 de Outubro de 2018.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 245 DE 25 DE MAIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito do Município de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os cidadãos do Município de Pescaria Brava, pelos seus representantes da Câmara Municipal, aprovam e ele assina e promulga a presente Lei:

Art. 1º - Fica alterado o caput e revogado o Parágrafo Único do Artigo 14 da Lei Ordinária nº 245, de 25 de Maio de 2018, passando a vigorar, com a seguinte redação.

Art. 14. O Plano Municipal de Saneamento Básico utilizado pelo Município se dará na forma da Lei Complementar Municipal nº 48/2017 de 28 de Março de 2017 e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/07.

Parágrafo Único. (Revogado)

Art. 2º - Fica alterado o caput do Artigo 15 da Lei Ordinária nº 245, de 25 de Maio de 2018, passando a vigorar, com a seguinte redação.

Art. 15. O CONTRATO DE PROGRAMA, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/07 será assinado nos termos do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 48/2017.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, em 11 de Outubro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0224/2018

Publicação Nº 1775743

PORTARIA Nº 0224/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar as servidoras de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
KENIA SOUA DOS SANTOS	PROFESSOR
VIVIANE DA ROSA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LUZIA DE SOUZA ADAO	PROFESSOR

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0225/2018

Publicação Nº 1775745

PORTARIA Nº 0225/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
LISIANE DIAS MARTINS	CHEFE DE SETOR DE TRANSPORTE
RAMILI MENDES IZIDORIO	ODONTOLOGO
ROZENIR ANDRADE GUAREZI	PROFESSOR 40 HORAS

Art. 2º Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0226/2018

Publicação Nº 1775746

PORTARIA Nº 0226/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar as servidoras a ocupação de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
FERNANDA ALVES CLEMENCIA	PROFESSOR 20 HORAS
PAULINE ESPINDOLA DE OLIVEIRA	PROFESSOR 40 HORAS
SUELEN MACHADO	PROFESSOR 40 HORAS
LUCIANA DE OLIVEIRA VANDREZEN BARRETO	PROFESSOR 20 HORAS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0227/2018

Publicação Nº 1775747

PORTARIA Nº 0227/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
JASMYNY LIANA COSTA	PROFESSOR 40 HORAS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0228/2018

Publicação Nº 1775748

PORTARIA Nº 0228/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença prêmio no período de 90 (noventa) dias aos servidores de cargo de tipo "Efetivo", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
LENITA DA CRUZ	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
CASSIA REGINA FERMIANO DA SILVA	PROFESSOR
ELIANA BARCELOS DE BEM SILVA	PROFESSOR
MARIA APARECIDA CARDOSO	PROFESSOR
MARIANA MARTINS DE OLIVEIRA MENDES	PROFESSOR
ROSILEA ELOY MADALENA	PROFESSOR
ROSE MARIA ESPINDOLA MACHADO	SECRETARIO DE ESCOLA

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0229/2018

Publicação Nº 1775749

PORTARIA Nº 0229/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença prêmio no período de 60 (sessenta) dias a servidora de cargo de tipo "EFETIVO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
CLAUDETE DE AGUIAR CASTRO LADISLAU	TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0230/2018

Publicação Nº 1775750

PORTARIA Nº 0230/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido servidor a ocupação de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
PAULO SERGIO DE MEDEIROS	SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGROPECUÁRIO, PESCA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0231/2018

Publicação Nº 1775751

PORTARIA Nº 0231/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

RESOLVE

Art. 1º. - CONCEDER a servidora VANESSA MOURO DANIELSKI DA LUZ, Professora lotada na Secretaria de Administração e Finanças, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7º, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 10 de Outubro de 2018.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Pescaria Brava/SC, 10 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 054-2018 - PMP - LOCAÇÃO DE ENFEITES PARA NATAL

Publicação Nº 1775636

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2018 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de projeto com locação de materiais, estruturas e mão de obra para decoração natalina do município de Pinhalzinho/SC, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor preço por lote

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 30/10/2018

Abertura: dia 30/10/2018, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras02@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras01@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 17 de outubro de 2018.

Wanderlei Borba

Secretário Administração e Planejamento

EDITAL 001- 2018 - MATERIAIS E INSUMOS

Publicação Nº 1775558

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – CIDIR

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO "CIDIR",

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 09:45 do dia 30/10/2018

Abertura: dia 30/10/2018, às 10:00

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 17 de outubro de 2018.

Ricardo Rolim de Moura

Presidente do CIDIR

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI 2036

Publicação Nº 1775423

LEI Nº 2.036, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1.321/2008.

Art. 2.º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf).

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE OUTUBRO DE 2018
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 456 CONCEDE FÉRIAS SIRLEI APARECIDA DENARDI

Publicação Nº 1775566

PORTARIA Nº 456, DE 08 de Outubro DE 2018.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Sirlei Aparecida Denardi.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Sirlei Aparecida Denardi, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE CRECHE, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 08/09/2016 a 07/09/2017, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de outubro de 2018 a 20 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2018.

Centro Administrativo Municipal, 08 de outubro de 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 457 EXONERA CLAUDINÉIA MORAES

Publicação Nº 1775568

PORTARIA Nº 457, de 08 de Outubro DE 2018.
EXONERA Claudinéia Moraes DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Profissional de apoio II.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Lei Complementar Municipal nº 194/20, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2017, e

Considerando o termino da licença maternidade de INGRID FRITZEN VAZ;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de outubro de 2018, Claudinéia Moraes, brasileira, inscrita no CPF sob nº. 050.572.689-02, da função

temporária de Profissional de apoio II, nomeada pela Portaria nº 239/2018, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de outubro de 2018.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de outubro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 458 CONCEDE FÉRIAS PAULO EURICO LOAT

Publicação Nº 1775571

PORTARIA Nº 458, DE 08 de Outubro DE 2018.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Paulo Eurico Loat.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Paulo Eurico Loat, ocupante do cargo de provimento efetivo de vigia, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 15/10/2017 a 14/10/2018, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de outubro de 2018 a 02 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de outubro de 2018.

Centro Administrativo Municipal, 08 de outubro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 06/2018 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 1775489

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVENIDA MARECHAL COSTA E SILVA – 111 – CENTRO

FONE: (49) 3562-2007 – E-MAIL: cras@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 06/2018, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.

Disciplina a Aprovação do Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de agosto de 2018, ata nº 05/2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e pela Lei nº 1.651, de 05 de fevereiro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto – CMAS e,

Considerando, que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa, deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área de Assistência Social no Município de Pinheiro Preto – SC.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social 2018.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto, 15 de agosto de 2018

TAUANA NEIS

PRESIDENTE DO CMAS

*Republicado por incorreção

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA 329/2018

Publicação Nº 1775543

PORTARIA Nº 329/2018
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

MARLENE APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Primeiro de Maio, S/N, na cidade e município de Zoróteia - SC, portadora da carteira de identidade nº3.305.710 e CPF sob o nº 026.578.189-27, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, conforme Portaria nº098/2016, de 23 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 15 de outubro de 2018.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 15 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°121 /2018

Publicação N° 1775384

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 121 / 2018

Processo Administrativo n.º 058 / 2018.
Pregão Presencial n.º 030 / 2018 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: DINACON INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM SAIBREIRAS NO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA GERAÇÃO DE RACHÃO E MACADAME A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS..
Valor total Estimado: R\$370.000,00 (trezentos e setenta mil reais). / Item 01.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 08/10/2019.

Pomerode / SC, 08 de Outubro de 2018.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2018 - SAÚDE

Publicação N° 1775386

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2018

Processo Administrativo n.º 016 / 2017.
Pregão Presencial n.º 007 / 2017.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA EPP
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS INSTALADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES NECESSÁRIOS, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Prazo: 12 meses até 10/10/2019.
Valor Estimado Contratado: R\$75.671,56 (setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Ass.: Marcos Bonmann, Secretário Municipal de Saúde, Contratante /Anderson Luis Marques, Representante Legal, Odonto Blu Comércio e Assistência Técnica Ltda - Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Setembro de 2018.

Marcos Bonmann
Secretário Municipal de Saúde de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2018

Publicação N° 1775438

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2018

Processo Administrativo n.º 041 / 2018.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 004 / 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS EXECUTIVOS DESTINADOS A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E OBRAS DE ARTE ESPECIAL PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Prazo: 06 meses até 07/04/2019.

Valor Total Contratado: R\$ 398.082,00 (trezentos e noventa e oito mil, oitenta e dois reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante / Ivete Maria Maurisenz Andreazza, Representante Legal, GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP - Contratada.

Pomerode / SC, 09 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2018

Publicação Nº 1775544

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2018

Processo Administrativo n.º 083 / 2018.

Pregão Presencial n.º 045 / 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: RICHESSE MOVEIS EIRELLI.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, DEVIDAMENTE INSTALADOS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Prazo: 60 dias até 10/12/2018.

Valor Total Contratado: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante / Jonas Todt, Representante Legal, RICHESSE Moveis EIRELLI - Contratada.

Pomerode / SC, 11 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL Nº046 / 2018-RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1776192

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 046 / 2018

RETIFICAÇÃO

Processo Administrativo n.º 085 / 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MINI CARREGADEIRA NOVA, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, PARA AS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Retifica-se a descrição item 1 do produto objeto do Item 2.1 do Edital, onde se lê, "... COM CAPACIDADE NOMINAL DE OPERAÇÃO MÍNIMA DE 860 KG E COM CAÇAMBA MÍNIMA DE 0,43 M3. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 3.100 KG..." leia-se "...COM CAPACIDADE NOMINAL DE OPERAÇÃO MÍNIMA DE 860 KG E COM CAÇAMBA MÍNIMA DE 0,43 M3. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2.900 KG...".

Motivo: Ocorreu um equívoco na elaboração da descrição do produto, uma vez que foram coletadas cotações com diferentes empresas e descritivos dos equipamentos, e desta forma não se observou esta exigência mínima. Desta forma retifica-se para atingir maior competitividade, permanecendo o objeto inalterado como também em relação aos valores.

Base Legal: Mantém-se o mesmo prazo de abertura porque não altera nem descaracteriza o objeto da licitação e não infringe o §4º do Art. 21 da Lei 8.666/93 uma vez que não altera a valor das propostas.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 19/10/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 19/10/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 17 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2018

Publicação Nº 1775592

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2018-DL

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO COM O OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA. Valor: R\$26.500,00 (Vinte e Seis Mil e Quinhentos Reais). Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail licitação@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34356000. Ponte Serrada, 17 de Outubro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2018 AP

Publicação Nº 1775966

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Valor: R\$ 33.915,00 (Trinta e Três Mil Novecentos e Quinze Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 11 de Outubro de 2018 até 11 de Outubro de 2019. Ponte Serrada, 16 de Outubro de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1955 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776307

DECRETO Nº 1.955, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.595/2017".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0005

Atividade: 2.014 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2018, por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2684, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776272

LEI MUNICIPAL Nº 2684, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a criação do Compromisso de Controle e Erradicação do Aedes Aegypti e dá outras providências. Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Porto Belo, o Compromisso de Controle e Erradicação do Aedes Aegypti, cujo objetivo será o combate aos focos do mosquito em obras da construção civil de modo geral.

§1º O compromisso a que se refere o caput deste artigo será reduzido a termo, constituindo título executivo extrajudicial.

§2º O termo de compromisso deverá ser devidamente preenchido e assinado pelo proprietário da obra ou por seu representante legal, devendo ser parte integrante do processo de licenciamento da obra.

Art. 2º O Executivo realizará, através dos órgãos competentes, vistorias periódicas nas obras, objetivando a erradicação total de possíveis focos do mosquito.

Art. 3º As obras em que se constatarem focos de Aedes Aegypti deverão ser interditadas, imediatamente, pela autoridade responsável pela fiscalização.

Art. 4º Os procedimentos para a liberação da obra, após a interdição, deverão obedecer os seguintes critérios:

I - O proprietário da obra interditada ou seu representante legal, deverá requerer, junto ao órgão fiscalizador que constatou a irregularidade, uma nova vistoria ao local, visando a sua liberação;

II - Após a nova vistoria, o órgão fiscalizador deverá emitir um laudo relatando a existência ou não de focos do mosquito no local;

Art. 5º Os procedimentos a que se referem os incisos I e II do art. 4º, ficarão às expensas do infrator, como sanção.

Art. 6º Os munícipes poderão contribuir com a presente lei, denunciando o seu descumprimento por meio dos canais de atendimento da Prefeitura Municipal.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2685, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776274

LEI MUNICIPAL Nº 2685, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Institui a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla e dá outras providências. Autora: Vereadora Rosaura de Oliveira Rodrigues.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla a ser comemorada entre os dias 21 a 28 do mês de agosto de cada ano.

Art. 2º As comemorações da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla visam ao desenvolvimento de conteúdos para conscientizar a sociedade sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão social desse segmento populacional e para combater o preconceito e a discriminação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2686, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776276

LEI MUNICIPAL Nº 2686, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Institui a Semana Municipal da Amamentação e o Dia Municipal de Incentivo ao Aleitamento Materno e dá outras providências. Autora: Vereadora Rosaura de Oliveira Rodrigues.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Amamentação a ser comemorada do dia 01 a 08 do mês de agosto de cada ano alusivo ao "Dia Mundial da Amamentação" que se comemora na data de 01 de agosto.

Art. 2º A Semana Municipal da Amamentação terá o objetivo de incentivar o Aleitamento Materno, bem como, reforçar o direito das mulheres amamentarem seus filhos em qualquer lugar, sem qualquer tipo de discriminação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2687, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776313

LEI MUNICIPAL Nº 2687, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Institui o Programa Doadores do Futuro no Município de Porto Belo e dá outras providências. Autores: Vereadores Diogo dos Santos, Célio Roberto Ramos e Jonas Amadeu Raulino.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito Municipal, o Programa Doadores do Futuro, a ser realizado nas escolas da rede pública municipal de ensino.

Art. 2º O Programa Doadores do Futuro tem a finalidade de conscientizar os alunos da rede pública municipal de ensino sobre a importância da doação voluntária de sangue.

Art. 3º O Programa consiste na promoção de palestras, seminários e campanhas para os alunos, seus familiares e toda a comunidade, durante o período de aulas, visando à orientação e conscientização acerca da importância da doação de sangue e, para sua consecução, fica facultada a colaboração de profissionais da área de hematologia/saúde.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2688, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776315

LEI MUNICIPAL Nº 2688, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a publicação da relação de sócios das Pessoas Jurídicas contratadas pelo Poder Público Municipal e dá outras providências. Autor: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Nas contratações dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, inclusive dos órgãos da administração indireta, independente da ocorrência ou não de processo licitatório, é obrigatória a divulgação da relação de sócios das pessoas jurídicas contratadas, devendo constar a informação nos extratos de contratos publicados no Diário Oficial e no Portal de Transparência mantido pelo órgão da administração pública contratante.

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto neste artigo às publicações dos termos aditivos aos contratos celebrados com os órgãos da administração pública municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2689, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1776316

LEI MUNICIPAL Nº 2689, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Porto Belo a Festa de São Pedro e dá outras providências". Autores: Vereadores Marcos Venicius Marques e Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Porto Belo a Festa de São Pedro.

Art. 2º A Festa de São Pedro é um evento religioso, realizado pela comunidade da Igreja Santa Terezinha, no bairro Araçá.

Art. 3º A Festa de São Pedro acontece no mês de junho. São Pedro é considerado o padroeiro dos pescadores.

Art. 4º A Igreja Santa Terezinha poderá receber o apoio do Poder Público Municipal, entidades privadas e da sociedade civil para realização do evento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 567/2018

Publicação Nº 1775391

DECRETO Nº 567, de 15 de outubro de 2018.

Homologa o Documento Referência para construção dos Regimentos Escolares das Unidades Educacionais que fazem parte do Sistema Municipal de Ensino de Porto União – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Documento Referência para construção dos Regimentos Escolares das Unidades Educacionais que fazem parte do Sistema Municipal de Ensino de Porto União – SC, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação em reunião ordinária no dia 17 de setembro de 2018, que com este é baixado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

DOCUMENTO REFERÊNCIA

REGIMENTO ESCOLAR

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO UNIÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 5

TÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 10

CAPÍTULO I: IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO 10

CAPÍTULO II: DAS FINALIDADES E OBJETIVOS 10

Seção I: Dos Princípios Gerais da Educação 10

Seção II: Dos Objetivos Gerais da Educação Infantil 11

Seção III: Dos Objetivos do Ensino Fundamental 12

Seção IV: Dos Objetivos do Atendimento Educacional Especializado 12

Seção V: Dos Objetivos da Educação de Jovens e Adultos – EJA 13

TÍTULO II: DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 13

CAPÍTULO I: DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR 13

CAPÍTULO II: DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE EDUCACIONAL 13

Seção I: Dos Direitos dos Profissionais da Educação 14

Seção II: Da Direção 15

Seção III: Dos Professores 19

Subseção I: Do Professor Pedagogo 19

Subseção II: Do Professor Docente 23

Subseção III: Do Professor do Atendimento Educacional Especializado 27

Subseção IV: Do Professor Docente de Recuperação Paralela/Apoio Pedagógico 29

Seção IV: Da Secretaria 29

Seção V: Da Biblioteca 31

Seção VI: Dos Agentes de Serviços Públicos 32

Seção VII: Dos Profissionais de Apoio e Estagiários 34

Subseção I: Dos Profissionais de Apoio 34

Subseção II: Dos Estagiários 36

CAPÍTULO III: DO REGIME DISCIPLINAR 36

TÍTULO III: DA COMUNIDADE EDUCACIONAL E DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES 38

CAPÍTULO I: DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES 38

Seção I: Do Conselho Escolar 38

Seção II: Da Associação de Pais e Professores 41

Seção III: Do Grêmio Estudantil 41

Seção IV: Do Conselho de Classe 41

CAPÍTULO II: DOS EDUCANDOS 45

Seção I: Dos Direitos	45
Seção II: Dos Deveres	47
Seção III: Do Regime Disciplinar	48
Seção IV: Das Proibições	48
Seção V: Das Resoluções de Conflitos e Construção da Autonomia	49
CAPÍTULO III: DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	50
Seção I: Dos Deveres	50
Seção II: Dos Direitos	52
Seção III: Das Proibições	53
TÍTULO IV: DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA	55
CAPÍTULO I: DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	55
CAPÍTULO II: DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL	55
Seção I: Da Formação das Turmas e Horários de Funcionamento	55
Seção II: Do Currículo Escolar	57
Seção III: Da Escola de Tempo Integral	58
Seção IV: Da Educação de Jovens e Adultos	59
CAPÍTULO III: DO REGIME DE FUNCIONAMENTO	60
Seção I: Do Ano Letivo	60
Seção II: Do Calendário Escolar	60
Seção III: Da Matrícula	61
Seção IV: Da Transferência	65
Seção V: Da Adaptação dos Estudos	66
CAPÍTULO IV: DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	67
Seção I: Da Avaliação de Desempenho do Educando	67
Seção II: Da Recuperação Paralela/Apoio Pedagógico	70
Seção III: Da Classificação e da Reclassificação	71
Seção IV: Da Avaliação Institucional	72
Seção V: Da Documentação Escolar	73

TÍTULO V: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS 74

REFERÊNCIAS 76

INTRODUÇÃO

Construir um Regimento Escolar requer, inicialmente, a compreensão do processo histórico no qual a escola está inserida e como os documentos escolares expressam esse processo, validando, rompendo e/ou superando valores, conceitos e condutas. Os documentos escolares são a base para a efetivação da função da escola na formação de sujeitos conscientes desse processo e capazes de construir e efetivar mudanças necessárias para o alcance de uma sociedade mais plena e realizadora.

Nesse contexto, o Regimento Escolar é um documento que representa permanências e rupturas dentro do processo histórico social e principalmente escolar, evidenciando mudanças, estruturando, definindo, regulando e normatizando as ações em função de princípios que devem reger as relações sociais dentro do ambiente escolar. Nele percebem-se as concepções políticas e educacionais presentes nas esferas municipais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais. Há no Regimento valores que expressam quais objetivos a Unidade Escolar/Escola tem ao atuar na formação humana, sendo assim, um documento de expressão política, pedagógica e administrativa de uma comunidade escolar.

Resultando da expressão de uma comunidade que reconhece seu processo histórico, é também documento orientador dessa expressão, dessa vivência no ambiente escolar. Nessa compreensão, o Regimento é um documento extremamente importante e que deve apresentar princípios claros, em consonância com o momento histórico do mundo, regendo as relações e funções, sejam elas políticas, administrativas, afetivas, pedagógicas, sociais, que acontecem no ambiente escolar, de forma harmônica e preventiva.

Atualmente temos presenciado a importância de afirmar alguns pilares que ressignificam a vida em sociedade, rompendo com um passado de ausências e violências, chamamos a atenção para a perspectiva do cuidado e do direito. Tais perspectivas só podem ser efetivadas numa gestão democrática que parte do princípio da capacidade de todos os sujeitos envolvidos decidirem e atuarem nesse processo.

Decorre disso a responsabilidade ao se construir um documento escolar, no qual princípios como Gestão Democrática, Proteção Integral à criança e ao Adolescente e Ambiente Escolar harmonioso, no qual ocorre a mediação de conflitos, evitando atitudes punitivas e opressoras, sejam afirmados e vivenciados por todos e todas que integram a comunidade escolar, efetivando assim direitos e o cuidado com a vida.

Ao afirmarmos a Gestão Democrática, estamos concretizando o processo de democratização previsto na CF/88 – art. 205 e 206, incisos VI e a LDB – art. 14 e 15, no qual afirma que a escola deve adotar a gestão democrática, a fim de que sua autonomia seja construída em processos permanentes de participação das comunidades escolar e local.

A Gestão Democrática implica em trabalho participativo, autônomo e democrático, envolvendo todos os segmentos que compõem a escola, para contribuir com o rompimento de práticas centralizadoras, conservadoras e tradicionalistas, buscando a efetivação da qualidade social da educação.

A gestão escolar é efetivada também na parceria e entrosamento da escola com as famílias, pois essa aproximação possibilita conhecimento

do ambiente familiar e consequentemente a compreensão ampla da criança, permitindo que familiares e escola atuem de forma conjunta no desenvolvimento da segurança necessária para o aprendizado.

Considerando que a família é a primeira instituição que propicia a criação de vínculos afetivos e de autoestima, a instituição escolar deve efetivar a integração família e escola. Esta tem implicações no desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e nas aprendizagens que ocorrem na escola, pois as duas instituições formam o contexto de formação humana.

Vale lembrar que, para que a integração família escola se efetive, deve haver investimento, por parte da instituição escolar, no fortalecimento da Associação de Pais e Professores (APP), Conselho Escolar e outros espaços de participação, adotando estratégias que permitam aos pais/responsáveis o acompanhamento das atividades curriculares, com preocupação não apenas nos resultados acadêmicos, mas em todos os aspectos globais do desenvolvimento.

Os aspectos globais do desenvolvimento incluem: socialização, construção de relações interpessoais positivas (laços afetivos, valores), resolução de conflitos (diálogo, questionamentos em grupo), expressão de sentimentos e controle das emoções (lidar com as diversidades e adversidades dos relacionamentos), formação moral (distinção entre o certo e o errado e o reconhecimento da necessidade de regras para um convívio harmonioso), efetivação das funções psicológicas superiores (memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização, sequência de conhecimentos, raciocínio abstrato/pensamento lógico). Todos esses aspectos deverão estar ínsitos nas atividades pedagógicas.

Considerando que a escola é um ambiente físico, psicológico, social e cultural que deve permitir a aprendizagem incluindo todos os aspectos globais do desenvolvimento, ela deve criar um ambiente de proteção, de acolhida e de estímulo à criança no desenvolvimento de vínculos afetivos seguros.

Os vínculos afetivos devem ser considerados, pois dão à criança um apoio psicológico para enfrentar situações estressantes, criam sentimentos de pertença, apoiam na busca de soluções compartilhadas com as outras crianças e auxiliam na resolução de conflitos.

Especialmente na educação infantil, deve-se ter claro que a interação dos adultos (todos os profissionais que trabalham na escola) com as crianças, devem ser momentos especiais de criação de vínculo de confiança, principalmente nos momentos de alimentação, higienização e trocas, brincadeiras e sono. Há influência bidirecional entre Educar e Cuidar, assim, o cuidado é intrínseco ao projeto educativo da escola e revela a qualidade do serviço prestado por ela à sociedade. É esse cuidado - acolhimento permanente, com valorização e inclusão de práticas familiares em que considerem as diferenças culturais, levando a um compartilhamento com as famílias - que atenua os efeitos doloridos na criança, quando deixa sua casa e inicia na escola ou núcleos de educação infantil.

O cuidado propiciará o estabelecimento de vínculos afetivos e a construção de confiança e segurança. Cuidar implica tanto na existência de ambiente seguro, não havendo qualquer possibilidade de prejuízo à saúde da criança, quanto em ouvi-la, observá-la e interessar-se pelo que ela diz, sente e sabe, promovendo a saúde mental e a saúde do ambiente. O cuidar também está relacionado com o uso de procedimentos adequados para a faixa etária e as realidades socioculturais das crianças.

Com relação à proteção Integral da Criança e do Adolescente há a base legal na organização das Nações Unidas inserida na legislação brasileira pelo artigo 227 da CF/88 e o artigo 4º da Lei 8069/90 – ECA, trazendo enorme avanço ao reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

Ao reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, fica estabelecida a necessidade de proteção e cuidados especiais, em decorrência de suas situações peculiares de pessoas em desenvolvimento.

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos vem substituir, na sociedade brasileira, a visão histórica que sempre viu as crianças como sendo algo (objeto) pertencente aos seus pais.

Assim a conquista da proteção integral é norma cogente (impõe-se pela lógica; é norma obrigatória), pois impulsiona para uma alteração de visão de todas as pessoas que convivem e trabalham com crianças e adolescentes, mudando eventuais resquícios de formas repressoras e autoritárias de educar, para formas democráticas e participativas, e de acordo com a fase de desenvolvimento em que os educandos se encontram. A proteção integral da criança e do adolescente ocorre ao reconhecer que tais sujeitos tem “absoluta prioridade”, decorrendo assim aprendizagem e desenvolvimento harmonioso ao se tomar medidas apropriadas para assegurar a proteção contra toda forma de discriminação ou castigo. (Art. 227 da CF/88 e Decreto 99.710 de 21 de novembro de 1990 que promulga a Convenção sobre os Direitos das Crianças).

Vale lembrar que é necessário romper com conceitos de emudecimento e ausência de crítica, muito presentes na escola como resquícios do período de ditadura em nosso país, para tanto é essencial que se compreenda que a criança precisa questionar regras para compreendê-las, ou ainda, para cobrar sua participação na criação de novos modelos de condutas em sala, a fim de que se construam valores de respeito e de autonomia, efetivando o diálogo que representa a base da gestão democrática em todas as relações.

Decorre desses princípios – Gestão Democrática, Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e Ambiente Harmonioso – a negação de toda e qualquer forma de violência, seja ela por força de intimidação, chantagem ou coação, simbólica ou física. Negar a violência implica em formar crianças e adolescentes com novos valores morais, permitindo que possam vivenciar uma interação saudável com o meio social, no qual a dignidade, a liberdade, o respeito à diversidade, a igualdade de oportunidades, a justiça como mediadora, sejam sentidos diariamente (currículo oculto) e vivenciados em outros ambientes sociais.

Dentro dessa compreensão entende-se que as atitudes devem ser sempre de respeito e proteção à criança e ao adolescente, assim quando a criança ou adolescente apresentar atitude agressiva, ou mesmo de destruição do espaço físico, ou violência contra outras pessoas, o procedimento deverá ser sempre de buscar tranquilizá-la, retirando-a da situação “complicada” com firmeza e respeito, até que se acalme

e posteriormente retomar um diálogo de acolhida, no qual possam ser expostas as razões e causas, a fim de que se atue nas mesmas.

Punições como "advertência" e "suspensão" demonstram falhas por não permitir o aprendizado das normas adequadas à convivência cooperativa e justa, daí a afirmação do diálogo, a fim de que haja por parte da criança ou adolescente, o reconhecimento do ato como danoso e das consequências que estão para além dos envolvidos, mas que afetam toda a comunidade escolar e a sociedade e, assim, a compreensão da importância das regras e o cumprimento delas a fim de organizar o trabalho e o ambiente para que todos estejam bem.

Enfim, que esse documento base para a construção dos regimentos escolares possa permitir um ambiente harmonioso, uma infância e adolescência mais significativa e prazerosa e que a aprendizagem aconteça afirmando direitos, cuidado e a efetiva democracia que permite pessoas mais autônomas, seguras e capazes de atuar para uma sociedade mais livre e realizadora.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Art. 1º O Núcleo Educacional (nome), situado na Rua , foi criado na data de ---/---/--- e se destina ao Ensino (Fundamental, Educação Infantil, EJA).

Art. 2º A Unidade Educacional faz parte do Sistema Municipal de Ensino de Porto União e segue as diretrizes traçadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e demais disposições legais do ensino público.

Art. 3º O presente Regimento Escolar tem por objetivo criar um ambiente harmonioso, favorável ao desenvolvimento de vínculos afetivos e superação da violência, sendo um documento que está em consonância com o Plano Municipal da Educação e com os Projetos Políticos-Pedagógicos, visando o exercício pleno da gestão democrática, seguindo as normas de funcionamento e de organização do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, conforme dispõe a Lei Municipal nº 3.509/2008 e as Resoluções do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Seção I Dos Princípios Gerais da Educação

Art. 4º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade propiciar ao educando o pleno desenvolvimento de sua personalidade, considerando-o um sujeito de direitos que deve ser preparado para o exercício da cidadania, qualificando-o para o trabalho e para o convívio social, tendo seus direitos protegidos e garantidos.

Art. 5º A Unidade Educacional garante o princípio democrático de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, de gratuidade para a rede pública, de uma Educação Básica com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

Art. 6º A Unidade Educacional objetiva a implementação e acompanhamento do seu Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente, com observância aos princípios democráticos, e submetido à aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Seção II Dos Objetivos Gerais da Educação Infantil

Art. 7º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, favorecendo o vínculo social, complementando a ação da família e da comunidade, mediante os seguintes princípios:

I- o respeito à dignidade, aos direitos das crianças em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas, sem discriminação;

II- o brincar como forma privilegiada de expressão, de pensamento e de interação das crianças num ambiente seguro;

III- a garantia da educação em sua integridade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao princípio educativo e ao estabelecimento de vínculos afetivos;

IV- a garantia do acesso aos bens socioculturais e artísticos disponíveis;

V- a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

VI- a garantia de Atendimento Educacional Especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

VII- gestão democrática do ensino público, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da legislação dos sistemas de ensino.

Seção III Dos Objetivos do Ensino Fundamental

Art. 8º O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, objetiva a formação básica do cidadão, mediante:

I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo e do respeito às diferenças;

II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes, da cultura de diferentes povos que integram nosso país e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo em vista a garantia dos direitos de aprendizagem em cada área do saber dispostos em documentos oficiais e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca, em que se assenta a vida social;

V- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

VI- a garantia de Atendimento Educacional Especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

VII- gestão democrática do ensino público, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da legislação dos sistemas de ensino.

Seção IV

Dos Objetivos do Atendimento Educacional Especializado

Art. 9º São objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados, de acordo com as necessidades individuais dos educandos;
- II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Seção V

Dos Objetivos da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Art. 10. A Educação de Jovens e Adultos– EJA é uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria e visa:

- I- oferecer ao educando condições de desenvolvimento integral;
- II- garantir ao educando o acesso ao conhecimento, respeitando sua faixa etária, sua disponibilidade de tempo, seu ritmo de aprendizagem e sua identidade cultural;
- III- resgatar a educação de jovens e adultos como um direito constitucional, possibilitando a integração destes sujeitos na sociedade, e sua qualificação para o trabalho;
- IV- propiciar o acesso a outros níveis ou modalidades da Educação Básica e/ou profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR

Art. 11. A Unidade Educacional vincula-se ao Sistema Municipal de Ensino, sendo regida pela Secretaria Municipal da Educação de Porto União, sediada à Rua Frei Rogério nº. 367, Porto União, Santa Catarina, tendo como órgão administrativo e mantenedor a Prefeitura Municipal de Porto União, sob o CNPJ nº. 83.102.541/0001-58.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE EDUCACIONAL

Art. 12. A Unidade Educacional pode ser constituída da seguinte forma:

- I- Direção;
- II- Professores:
 - a) Professor Docente;
 - b) Professor Pedagogo;
 - c) Professor de Atendimento Educacional Especializado;
 - d) Professor de Apoio Pedagógico/Recuperação Paralela.
- III- Secretaria;
- IV- Biblioteca;
- V- Agente de Serviços Públicos;
- VI- Profissional de Apoio e Estagiários;
- VII- Órgãos Colegiados:
 - a) Conselho Escolar e/ou Associação de Pais e Professores (APP);
 - b) Grêmio Estudantil;
 - c) Conselho de Classe.

Seção I

Dos Direitos dos Profissionais de Educação

Art. 13. Além dos direitos que lhes são assegurados em lei, os profissionais de educação têm ainda as seguintes prerrogativas:

- I- ser respeitado na sua condição de ser humano e não sofrer qualquer forma de discriminação, em decorrência de diferenças físicas, étnicas, credo, sexo, ideologia ou quaisquer outras;

- II- participar da elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e do Regimento Escolar da Unidade Educacional;
- III- requisitar o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades;
- IV- sugerir ações que viabilizem um melhor funcionamento de suas atividades;
- V- participar de Associações de Pais e Professores – APP e/ou Conselho Escolar;
- VI- gozar férias na forma da legislação em vigor (Plano de Carreira);
- VII- participar das atividades de formação previstas no Programa de Formação Continuada, visando à melhoria no desempenho da função;
- VIII- participar da elaboração, implantação, avaliação de projetos e programas;
- IX- ter condições mínimas e necessárias de trabalho para o bom desempenho de sua função.

Seção II

Da Direção

Art. 14. A direção é o órgão executivo que organiza, supervisiona, coordena, dialoga, ouve e efetiva ações que visem o bem estar de todos que integram o ambiente escolar, garantindo o alcance dos objetivos da Unidade Educacional, definidos no Plano Municipal de Educação e no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 15. A escolha do (a) Diretor (a) da Unidade Educacional será realizada mediante processo eleitoral, sendo que os critérios e organização do processo são regulamentados pelo Conselho Municipal de Educação, considerando sugestões das Unidades Educacionais.

Parágrafo único. No caso da Unidade Educacional não comportar o cargo de Diretor, será designado um professor pela Secretaria Municipal da Educação para responder pela função.

Art. 16. Compete ao Diretor:

- I- representar a Unidade Educacional perante os órgãos e entidades de ensino do Poder Público e demais setores da sociedade;
- II- efetivar a gestão democrática e compartilhada, fomentando a participação dos educandos, pais, docentes e funcionários nas decisões escolares, criando espaços de diálogos que visem à troca de experiências e o planejamento conjunto de ações administrativas e pedagógicas;
- III- convocar os representantes do Conselho Escolar e/ou Associação de Pais e Professores – APP, bem como os professores e funcionários, para participarem do processo de elaboração e/ou implementação do Projeto Político-Pedagógico;
- IV- coordenar o processo de elaboração/reelaboração e avaliação anual do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar da Unidade Educacional;
- V- coordenar o processo de implementação de normas e procedimentos emanados pela Secretaria Municipal da Educação, bem como garantir o fluxo de informações da Unidade Educacional com a Secretaria Municipal da Educação;
- VI- cumprir e fazer cumprir as leis do ensino e as determinações das autoridades competentes na esfera de suas atribuições e as disposições deste Regimento;
- VII- manter contato permanente com a Secretaria Municipal da Educação, comunicando, por escrito, irregularidades e fazendo as devidas sugestões para o melhoramento das atividades educativas, sem prejuízo de atendimento às crianças;
- VIII- manter-se informado da legislação vigente, bem como das inovações teórico-educacionais, a fim de estar em consonância com os objetivos educacionais nacionais;
- IX- convocar e presidir o Conselho de Classe, juntamente com o professor pedagogo da Unidade Educacional ou da Secretaria Municipal da Educação, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- X- expressar confiança na capacidade de aprendizagem dos educandos, bem como de atuarem nas decisões que impactam seu aprendizado – principalmente projetos artísticos, culturais, esportivos e alterações no ambiente físico escolar; externando essa confiança a toda equipe e aos pais;
- XI- convocar e presidir as reuniões pedagógicas, considerando a capacidade de todos e todas nas análises dos problemas e nas sugestões de superação;
- XII- garantir que a Unidade Educacional cumpra a sua função social, visando à formação integral para autonomia política, afetiva, profissional e social;
- XIII- acompanhar a execução das atividades pedagógicas da Unidade Educacional e, se necessário, efetivar ações que visem à melhoria dessas atividades;
- XIV- garantir ações sistemáticas para mediação de conflitos e a prevenção da violência;
- XV- garantir que a maior parte do tempo dos educandos na Unidade Educacional seja dedicada a atividades que possibilitem o protagonismo e a efetivação dos direitos de aprendizagem;
- XVI- participar da análise e definição dos projetos a serem realizados na Unidade Educacional;
- XVII- cumprir e fazer cumprir o calendário escolar oficial do Sistema Municipal de Ensino;
- XVIII- contribuir para a criação, organização e funcionamento da Associação de Pais e Professores– APP e/ou Conselho Escolar de forma democrática;
- XIX- compartilhar ações, tomadas de decisões e responsabilidades com o Conselho Escolar;
- XX- promover eventos junto com a Associação de Pais e Professores – APP e/ou Conselho Escolar, tais como: promoções beneficentes, festividades, confraternizações e mutirões;
- XXI- organizar o Plano de Aplicação Financeira (PAF) e a respectiva prestação de contas dos recursos financeiros destinados à Unidade Educacional, submetendo à aprovação do Conselho Escolar e/ou da Associação de Pais e Professores – APP, e fixando em quadro-mural da Unidade Educacional e, também, divulgado por meio eletrônico;
- XXII- promover a articulação entre a Unidade Educacional, família e comunidade;
- XXIII- promover reuniões frequentes para garantir a comunicação regular entre os órgãos da Unidade Educacional, os pais e a comunidade;
- XXIV- informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos e filhas, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos educandos, bem como sobre a execução do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional;
- XXV- zelar pelo sigilo de informações pessoais dos educandos, professores, funcionários e famílias;
- XXVI- administrar e responsabilizar-se pelo patrimônio escolar, mantendo-o em boas condições de uso, limpos e conservados, coordenando

o trabalho de manutenção das instalações da Unidade Educacional, mantendo um ambiente escolar bem organizado e agradável;

XXVII- atuar de forma preventiva nas causas das faltas dos educandos, acompanhando e dialogando com docentes e familiares e buscando compreender e sanar tais causas;

XXVIII- notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos educandos, de acordo com os procedimentos do "Programa Apoia Online";

XXIX- organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na Unidade Educacional;

XXX- informar ingressantes quanto às atribuições de seus respectivos cargos, às normas de procedimentos, às regras de convivência e à necessidade de permanente atualização profissional;

XXXI- incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;

XXXII- monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas por todos os segmentos da Unidade Educacional, propondo melhorias para o aperfeiçoamento das habilidades profissionais e adotando medidas de promoção do bem estar e nível de satisfação;

XXXIII- organizar a rotina escolar de modo a garantir que o trabalho de cada segmento flua com eficácia;

XXXIV- estimular os funcionários da Unidade Educacional para que se comprometam com as estratégias para superação das deficiências e/ou dificuldades dos educandos;

XXXV- supervisionar, diariamente, o preparo da alimentação servida aos educandos, comunicando a nutricionista da Secretaria Municipal da Educação qualquer dúvida ou irregularidade;

XXXVI- Acompanhar a qualidade, quantidade, o preparo, a distribuição e aceitação das refeições servidas na Unidade Educacional, tomando providências para que sejam supridas as necessidades dos educandos;

XXXVII- informar-se e tomar providências sobre as orientações da vigilância sanitária, buscando melhorar as condições de trabalho da Unidade Educacional;

XXXVIII- manter organizada a documentação da Unidade Educacional, no caso de não haver responsável pela Secretaria;

XXXIX- assegurar a realização da avaliação anual da Unidade Educacional, coordenada pela Secretaria Municipal da Educação;

XL- garantir que os objetivos da Unidade Educacional sejam claramente definidos, compreendidos e aceitos pela comunidade escolar, dispondo de critérios e instrumentos para determinar a eficácia escolar;

XLI- garantir, junto com a Equipe Escolar, a qualidade social do ensino, acompanhando com frequência o desempenho dos educandos e dos professores;

XLII- promover a análise do desempenho geral da Unidade Educacional e do desempenho acadêmico dos educandos, para verificar se há tendência crescente de melhoria na qualidade dos processos de gestão e serviços da Unidade Educacional, bem como melhorias nas taxas de aprovação, permanência e correção de fluxo escolar;

XLIII- utilizar junto com a Equipe Escolar os resultados de testes e relatórios de avaliação para localizar problemas potenciais e propor soluções, efetivando a validação contínua do rendimento dos educandos;

XLIV- fazer diagnóstico das necessidades de formação continuada para os profissionais da Unidade Educacional;

XLV- propor aos educandos, pais e docentes as normas internas da Unidade Educacional e as normas deste Regimento, para que toda comunidade escolar se posicione em relação aos documentos, alterando-os se necessário, a fim de efetivar a gestão democrática e garantir um ambiente harmonioso para aprendizagem;

XLVI- incentivar e possibilitar ações voltadas à compreensão dos malefícios – pessoais e sociais – causados pelo uso de álcool, tabaco e outras drogas, a fim de atuar de forma preventiva junto aos educandos e comunidade escolar;

XLVII- criar condições para o desenvolvimento de ações que visem uma educação para sexualidade, de forma a ressaltar a afetividade e o respeito à vida e ao corpo humano;

XLVIII- cumprir e fazer cumprir o disposto neste Regimento;

XLIX- executar outras atividades compatíveis com a função.

Seção III Dos Professores

Art. 17. Os professores são profissionais que exercem atividades de docência (professores docentes) ou que dão suporte pedagógico às Unidades Educacionais (professores pedagogos).

Art. 18. São direitos dos professores do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, além dos direitos que lhes são assegurados em lei:

I- requisitar material didático para o desenvolvimento do trabalho escolar, de acordo com as possibilidades do Município de Porto União;

II- propor ações que visem maior eficiência no desenvolvimento das atividades pedagógicas na Unidade Educacional;

III- participar da elaboração do Plano Municipal de Educação e/ou sua efetivação;

IV- participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular e do Regimento Escolar da Unidade Educacional e/ou sua efetivação.

Subseção I Do Professor Pedagogo

Art. 19. Compete aos professores pedagogos:

I- assessorar a direção da Unidade Educacional na construção de ações voltadas para a inclusão social, a mediação de conflitos e o desenvolvimento integral dos educandos;

II- assegurar estratégias de ensino diferenciadas para o atendimento de todos os educandos;

III- colaborar na elaboração coletiva e na efetivação do Projeto Político-Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular;

IV- elaborar e entregar à direção da Unidade Educacional o Plano de Trabalho Pedagógico, em conformidade com o Plano Municipal de Educação e do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional;

V- conhecer e buscar projetos culturais, artísticos e esportivos da comunidade e/ou instituições externas, integrando-os aos projetos de trabalho da Unidade Educacional, a partir da consulta aos educandos e da gestão democrática dos projetos;

VI- comprometer-se com o desenvolvimento dos educandos sendo corresponsável pela aprendizagem, tendo bem claro os objetivos de ensino - aprendizagem;

- VII- participar do Programa de Formação Continuada e do Plano Municipal de Educação;
- VIII- auxiliar a direção na organização e distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis;
- IX- supervisionar o cumprimento do calendário escolar e das aulas ministradas previstas no horário semanal, juntamente com a direção;
- X- organizar e acompanhar a hora-atividade dos professores docentes, a fim de que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;
- XI- orientar para que os professores utilizem o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e a Proposta Pedagógica Curricular na elaboração do Plano de Trabalho Docente e no planejamento diário;
- XII- manter um clima de cooperação entre os professores, proporcionando momentos de estudos, planejamento conjunto e de troca de experiências (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo/HTPC);
- XIII- auxiliar os professores na definição de objetivos de ensino, na metodologia, em questões de avaliação de educandos, bem como na organização de estratégias diferenciadas e na adoção de procedimentos adequados para atender educandos com maior ou menor rendimento escolar;
- XIV- analisar os Planos de Trabalho Docente sugerindo modificações, quando for o caso, buscando a melhoria e a eficácia do ensino;
- XV- solicitar o planejamento diário do professor docente, sempre que julgar necessário para possíveis encaminhamentos e sugestões visando à melhoria da prática pedagógica;
- XVI- sugerir leituras sobre temas pedagógicos aos professores docentes;
- XVII- assessorar os professores docentes na avaliação diagnóstica para possíveis adaptações curriculares;
- XVIII- orientar os professores docentes para que façam elogios e críticas construtivas aos educandos, bem como estimulem a curiosidade e o interesse;
- XIX- assessorar os professores docentes na resolução de problemas referentes ao ambiente escolar, orientando-os quanto às atividades a serem desenvolvidas com os educandos, que envolvam a melhoria das relações sociais no interior da Unidade Educacional;
- XX- promover, juntamente com a comunidade escolar, a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social, bem como da violência, do alcoolismo, do uso de drogas;
- XXI- acompanhar o processo didático-pedagógico na Unidade Educacional, garantindo a efetivação do currículo e a recuperação de aprendizagem, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos educandos, de acordo com a legislação vigente;
- XXII- acompanhar o rendimento escolar dos educandos, pesquisando sobre as causas de aproveitamento insuficiente, assessorando os professores docentes no planejamento e desenvolvimento de estudos de recuperação e adaptação;
- XXIII- avaliar, juntamente com o professor docente, os educandos que apresentarem dificuldades de aprendizagem, utilizando-se dos instrumentos disponibilizados pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, encaminhando o educando, se necessário, para atendimento de profissionais técnicos especializados;
- XXIV- acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de educandos transferidos de outros sistemas educacionais, de acordo com a legislação vigente;
- XXV- acompanhar bimestralmente os diários de classe, assegurando o preenchimento correto do mesmo, de acordo com a Instrução Normativa 01/2014 da Secretaria Municipal da Educação;
- XXVI- organizar e coordenar juntamente com a direção, o Conselho de Classe;
- XXVII- colaborar com a elaboração e efetivação de propostas de intervenção decorrentes de decisões do Conselho de Classe;
- XXVIII- acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos educandos, pais e professores docentes, colaborando com a direção para o estabelecimento de um diálogo rico entre todos os sujeitos do processo, visando à qualidade de ensino;
- XXIX- manter-se informado e informar profissionais da educação, pais e responsáveis sobre legislação básica, de pessoal e de ensino, mantendo o currículo atualizado, de acordo com as necessidades da Unidade Educacional;
- XXX- desenvolver ações junto à família e aos educandos, convocando pais, mães ou responsáveis, quando necessário, para que esses conheçam, sugiram e colaborem com as atividades da Unidade Educacional, com a aprendizagem dos educandos, e garantam a frequência escolar;
- XXXI- articular-se com a direção, com a Secretaria da Unidade Educacional e com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, socializando informações, fornecendo documentos e relatórios sobre a vida escolar dos educandos;
- XXXII- organizar e manter atualizados os registros da vida escolar dos educandos;
- XXXIII- transmitir à direção e professores docentes as observações e dados colhidos sobre os educandos, bem como receber deles as informações necessárias para melhor acompanhamento, ressaltando a ética profissional;
- XXXIV- receber pais e/ou familiares que venham até a Unidade Educacional em busca de informações a respeito dos educandos, ou que venham trazer dados relevantes sobre seus filhos, bem como criar formas de cativar pais e/ou familiares para a participação efetiva na vida escolar dos educandos;
- XXXV- dar assistência às atividades extraclasse realizadas na Unidade Educacional;
- XXXVI- coordenar o processo de análise e seleção do livro didático, observando as diretrizes e critérios estabelecidos pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação;
- XXXVII- colaborar com a direção na avaliação do desempenho geral da Unidade Educacional, para que haja melhoria na qualidade dos processos de gestão e serviços;
- XXXVIII- realizar atividades referentes à conscientização dos educandos quanto os seus direitos e deveres constantes neste Regimento;
- XXXIX- promover e incentivar o protagonismo infanto-juvenil, preparando os educandos para assumir responsabilidades na sociedade, inclusive incentivando a criação de Grêmios Estudantis;
- XL- criar formas de prevenir a evasão escolar através de um diálogo próximo com educandos e familiares, e através da comunicação à direção e encaminhamento ao Programa APOIA dos casos de educandos com excesso de faltas;
- XLI- participar ativamente das reuniões a que for convocado;
- XLII- colaborar com a direção da Unidade Educacional quando se fizer análise para buscar melhoria dos processos educacionais;
- XLIII- colaborar com a pessoa responsável pela Biblioteca da Unidade Educacional, participando da organização pedagógica, do processo de aquisição de acervo, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;
- XLIV- cooperar, incentivar e orientar as instâncias colegiadas como a Associação de Pais e Professores - APP e/ou Conselho Escolar;
- XLV- colaborar para a comunicação regular entre os órgãos da Unidade Educacional, Secretaria Municipal da Educação, educandos, pais e comunidade;
- XLVI- exercer as demais atividades vinculadas ao cargo, especialmente quando forem solicitadas pela direção da Unidade Educacional ou pela Secretaria Municipal da Educação, de acordo com a legislação vigente.

Subseção II
Do Professor Docente

Art. 20. Compete ao professor docente:

- I- participar da elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político-Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular e Regimento Escolar da Unidade Educacional;
- II- comprometer-se com objetivos e metas da Unidade Educacional;
- III- ministrar aulas e participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e formação continuada;
- IV- comprometer-se pelo desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, tendo bem claro que os objetivos do seu trabalho devem estar em consonância com os documentos educacionais municipais e nacionais;
- V- elaborar o Plano de Trabalho Docente, que deverá ser entregue ao professor pedagogo ou ao diretor, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico de cada Unidade Educacional, devendo constar: objetivos, conteúdos, estratégias (metodologia didático-pedagógica), recursos e avaliação (instrumentos e critérios) revendo sempre que necessário;
- VI- todo o Plano de Trabalho Docente deve respeitar as especificidades das respectivas etapas e modalidades de ensino;
- VII- o planejamento diário das atividades deve partir do Plano de Trabalho Docente e estar em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, Proposta Pedagógica Curricular e Base Nacional Comum Curricular, tendo claros os objetivos a serem alcançados pelos educandos;
- VIII- disponibilizar ao professor pedagogo e/ou ao diretor, o planejamento diário quando solicitado;
- IX- reorganizar o processo ensino-aprendizagem sempre que necessário, para atender diferentes perfis de educandos que exigem tempo e metodologia diferenciados para realizarem seu aprendizado;
- X- apresentar e discutir com os educandos os objetivos de aprendizagem, bem como o comportamento necessário para o alcance dos mesmos, e estabelecer acordos de forma democrática;
- XI- monitorar continuamente o progresso do educando, estimulando a curiosidade e o interesse, reconhecendo as suas dificuldades, valorizando o seu esforço, destacando e incentivando os avanços, a fim de incentivar os educandos com dificuldades;
- XII- preparar e empregar recursos, materiais e equipamentos didáticos atualizados e adequados às atividades programadas e ao tipo de educando a que se destinam;
- XIII- responsabilizar-se pelo uso, manutenção e conservação dos equipamentos e de materiais didáticos colocados a sua disposição;
- XIV- utilizar estratégias de ensino diferenciadas que visem o estabelecimento de vínculo e harmonia nas relações entre os educandos, a fim de prevenir violência e proporcionar um aprendizado seguro e significativo, priorizando o trabalho em grupos (inclusive com educandos de outras séries, sejam mais jovens ou mais velhos) e demais atividades como: visitas a espaços culturais, filmes, slides, músicas e poesias, passeios, hora do conto, atividades ao ar livre, debates, exposições do material produzido pelos educandos, etc.;
- XV- cumprir a hora atividade em âmbito escolar, conforme Plano de Carreira, dedicando-a a estudos, planejamentos/registro/acompanhamento, avaliação, atendimento a pais e/ou responsáveis dos educandos e diálogo entre profissionais, sob orientação, sempre que possível, do professor pedagogo e/ou diretor;
- XVI- definir com o professor pedagogo e/ou diretor a metodologia de ensino a ser seguida, bem como os critérios de avaliação, de acordo com os documentos oficiais;
- XVII- registrar, sem rasuras, no Diário de Classe, os assuntos lecionados, as atividades extraclasse desenvolvidas, a carga horária ministrada, a frequência, os resultados de desempenho do educando, os avanços ocorridos com a recuperação paralela e adaptações curriculares;
- XVIII- comunicar à direção e/ou professor pedagogo os casos de educandos com dificuldades específicas de aprendizagem e/ou problemas de comportamento, para a resolução conjunta da situação, tendo claro seu papel de mediador de conflitos através do diálogo e de uma postura de acolhida das diferentes situações ocorridas em sala de aula;
- XIX- avaliar, juntamente com o professor pedagogo, os educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem, utilizando-se dos instrumentos disponibilizados pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, com o objetivo de possíveis encaminhamentos a profissionais especializados;
- XX- solicitar orientações à Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, para planejar as adaptações didáticas pedagógicas necessárias às especificidades de aprendizagem dos educandos com dificuldades de aprendizagem, distúrbios de comportamento e deficiências;
- XXI- proceder à avaliação diagnóstica, contínua, participativa, formativa, cumulativa e processual dos educandos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação em diversas situações;
- XXII- realizar avaliação de desempenho do educando de acordo com o conteúdo ministrado e compatível com o nível de aprendizagem, explicando e discutindo democraticamente os critérios de correção dos instrumentos avaliativos, bem como o resultado de desempenho de cada educando;
- XXIII- para os casos dos educandos com diagnóstico que comprove deficiência intelectual ou dificuldade de aprendizagem, o processo avaliativo deverá ser diferenciado, adequado e com apoio da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação;
- XXIV- proceder à revisão dos resultados de desempenho e instrumentos avaliativos, quando solicitada pelo educando ou seu responsável;
- XXV- promover momentos para que os educandos se auto avaliem;
- XXVI- encaminhar para a recuperação paralela/apoio pedagógico os educandos que necessitem, registrando os avanços no Diário de Classe;
- XXVII- estabelecer relação clara entre os objetivos de aprendizagem, as atividades de ensino e a avaliação dos educandos;
- XXVIII- entregar à direção da Unidade Educacional, no período indicado, os pareceres descritivos, as notas de aproveitamento e frequência do educando;
- XXIX- promover ações preventivas relacionadas ao excesso de faltas e, caso seja necessário, encaminhar à direção da Unidade Educacional ou à Secretaria Municipal da Educação a relação nominal dos educandos menores de 17 anos regularmente matriculados, que se ausentarem das aulas por mais de três dias consecutivos, de acordo com os procedimentos do Programa "Apoia Online";
- XXX- trabalhar em conjunto, trocando ideias com seus pares, direção e professor pedagogo para tratar de questões de planejamento e outros, de interesse da Unidade Educacional;
- XXXI- participar das reuniões do Conselho de Classe da Unidade Educacional;

XXXII- manter-se atualizado sobre a legislação educacional e sobre os avanços tecnológicos, pedagógicos e científicos;

XXXIII- participar, tendo frequência e aproveitamento, da formação continuada;

XXXIV- ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, encaminhando os atestados médicos e outras declarações, dentro do prazo de 24 horas da data do atestado, para a direção ou Secretaria Municipal da Educação, conforme Lei Municipal 3.259, de 13 de dezembro de 2006;

XXXV- comunicar à direção as anormalidades ocorridas no interior da Unidade Educacional, para que sejam tomadas as providências cabíveis;

XXXVI- participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos;

XXXVII- colaborar com as atividades de integração da Unidade Educacional, com as famílias e a comunidade;

XXXVIII- participar de atividades extraclasse da Unidade Educacional;

XXXIX- realizar atividades utilizando diferentes ambientes, especialmente externos, a fim de promover o gosto pela leitura, a investigação do espaço, das cores, do cuidado consigo, com o meio, com o patrimônio, bem como o conhecimento e o respeito aos funcionários da limpeza;

XL- na Educação Infantil devem-se utilizar luvas descartáveis nas seguintes situações: na higiene bucal, curativos e troca de fraldas;

XLI- fazer registro das observações na caderneta de recados para os pais ou responsáveis sempre que ocorrer alguma eventualidade (Educação Infantil).

Subseção III

Do Professor Docente do Atendimento Educacional Especializado

Art. 21. O Atendimento Educacional Especializado é voltado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Compreende o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, a fim de oferecer um ensino diferenciado e adequado às peculiaridades dos educandos.

Art. 22. O Atendimento Educacional Especializado acontecerá em sala própria denominada sala de recursos multifuncionais.

Parágrafo único. A sala de recursos multifuncionais deve ser dotada de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Art. 23. O Atendimento Educacional Especializado deve integrar o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e visa:

- I- complementar a formação dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com o apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos educandos às salas de recursos multifuncionais;
- II- suplementar a formação de educandos com altas habilidades/superdotação.

Art. 24. São objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados, de acordo com as necessidades individuais dos educandos;
- II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 25. Compete ao professor docente do Atendimento Educacional Especializado:

- I- identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos educandos público-alvo da Educação Especial;
- II- elaborar e executar o plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III- organizar o tipo e o número de atendimentos aos educandos na sala de recursos multifuncionais;
- IV- acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da Unidade Educacional;
- V- trabalhar em parceria com o professor docente titular da turma e com o professor pedagogo, na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI- orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos educandos;
- VII- ensinar a usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos educandos, promovendo autonomia e participação;
- VIII- estabelecer articulação com os professores docentes da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos educandos nas atividades escolares;
- IX- cumprir a carga horária de trabalho na Unidade Educacional, mesmo na eventual ausência do educando;
- X- incumbir-se de outras tarefas específicas compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas.

Subseção IV

Do Professor Docente da Recuperação Paralela/Apoio Pedagógico

Art. 26. O Apoio Pedagógico refere-se à ação pedagógica que complementa o trabalho do Professor Docente em sala de aula, ministrado em turno contrário, atendendo os alunos do ensino fundamental que necessitem, devendo estar previsto no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e executado por Professor Docente designado pela Secretaria Municipal da Educação.

Art. 27. Compete ao professor docente da recuperação paralela/apoio pedagógico:

- I- trabalhar em consonância com o professor docente regente, com o professor pedagogo, e quando necessário, com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação;
- II- adotar metodologia de ensino diferenciada e apropriada, a fim de motivar os educandos que apresentam dificuldades;
- III- desenvolver atividades significativas, diferenciadas e diversificadas de orientação, acompanhamento e avaliação de aprendizagem, para

auxiliar o educando nas dificuldades apresentadas;

IV- avaliar continuamente o desempenho do educando, através de instrumentos diversificados, registrando seus avanços e dificuldades e redirecionando o trabalho, quando necessário;

V- registrar continuamente o desempenho do educando com indicação dos progressos evidenciados;

VI- incumbir-se de outras tarefas específicas compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas.

Seção IV

Da Secretaria da Unidade Educacional

Art. 28. A Secretaria da Unidade Educacional fica sob a responsabilidade de um profissional concursado na área administrativa, o qual desenvolve trabalhos inerentes ao seu cargo, relativo aos professores, educandos e de cunho geral, sob a orientação da direção da Unidade Educacional.

Parágrafo único. No caso da Unidade Educacional não possuir secretário (a), a direção deverá assumir as tarefas de administração burocrática da Unidade Educacional.

Art. 29. Compete ao secretário (a):

I- assinar, juntamente com o diretor, os documentos escolares dos educandos, bem como o cadastro do pessoal administrativo, pedagógico, docente e de apoio;

II- participar da elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar da Unidade Educacional;

III- coordenar todos os serviços da secretaria;

IV- organizar e manter atualizada a escrituração escolar, os arquivos (permanente e corrente), bem como toda documentação da Unidade Educacional;

V- zelar pelo recebimento e a expedição de documentos autênticos, sem emendas e rasuras;

VI- organizar a documentação dos educandos e enviá-los ao setor ou pessoa competente, devidamente assinada, conforme prazo estabelecido pela legislação vigente;

VII- realizar levantamentos referentes à movimentação e vida escolar do educando;

VIII- auxiliar o professor docente na entrega do resultado bimestral e a relação de faltas;

IX- redigir memorandos, ofícios, atas e executar serviços de digitação, quando necessário;

X- organizar o arquivo, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares, e atender a qualquer pedido, informação ou esclarecimento da comunidade educacional;

XI- participar das reuniões do Conselho de Classe da Unidade Educacional, reuniões pedagógicas e outras atividades para as quais for convocado;

XII- responsabilizar-se pelo Sistema de Gestão de Registro Escolar, sua alimentação e atualização do sistema com novos dados, bem como manter atualizados os livros de ata e de ponto;

XIII- acolher os educandos da Unidade Educacional primando pelo diálogo e pela mediação de conflitos;

XIV- sugerir à direção e aos Órgãos Colegiados ações para o aprimoramento do funcionamento administrativo da Unidade Educacional;

XV- representar a direção em assuntos administrativos na sua ausência ou impedimento;

XVI- exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

Seção V

Da Biblioteca

Art. 30. A Biblioteca tem por finalidade o atendimento aos educandos, aos professores e ao pessoal técnico administrativo, para fins de consulta, pesquisa, enriquecimento e aprofundamento dos trabalhos escolares e, sempre que possível, será aberta à comunidade local.

Parágrafo único. A Biblioteca Escolar deve ter um caráter vivo e dinâmico, compondo o processo educativo da Unidade Educacional, situando-se no campo do direito à democratização da informação e da apropriação de múltiplas linguagens como elementos de construção da cidadania.

Art. 31. Compete ao responsável pela Biblioteca:

I- executar as atribuições relacionadas com a respectiva função, integrando-se ao trabalho coletivo da Unidade Educacional;

II- participar da elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar da Unidade Educacional;

III- participar na política de seleção e aquisição de livros e material especial;

IV- classificar, catalogar e indexar livros, periódicos e outras publicações, bem como materiais especiais;

V- participar de reuniões pedagógicas na Unidade Educacional;

VI- orientar consultantes em pesquisas bibliográficas e na escolha de publicações, visando despertar o interesse investigativo de forma ampla e profunda;

VII- proporcionar condições para o desenvolvimento de habilidades de consultas, estudo e pesquisa;

VIII- proporcionar ambiente agradável à formação de hábitos e gosto pela leitura;

IX- zelar pelo uso adequado de todo o material da Biblioteca, guardando-o e mantendo-o em condições de utilização permanente;

X- atender aos leitores, orientando-os no manuseio dos fichários e localização de livros e publicações;

XI- colaborar em programações que promovam a formação de hábitos de leitura e apoiem o desenvolvimento de atividades curriculares;

XII- controlar o empréstimo do material da Biblioteca;

XIII- executar serviços de computação na área de sua atuação;

XIV- responsabilizar-se pela guarda e conservação de equipamento audiovisual, quando houver, bem como orientar o seu uso;

XV- incumbir-se de outras tarefas específicas compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas.

Seção VI

Dos Agentes de Serviços Públicos

Art. 32. Compete ao agente de serviços públicos responsável pela preparação da alimentação escolar:

- I- ter como princípio a proteção integral da criança, manifestada através do diálogo, da mediação de conflitos e do acolhimento à diversidade;
- II- atuar de acordo com as orientações técnicas da nutricionista da Secretaria Municipal da Educação no que tange a escolha do cardápio, ao armazenamento dos alimentos, aos padrões de higiene, e todas as demais normas técnicas da boa prática de alimentação;
- III- participar da elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar da Unidade Educacional;
- IV- preparar e servir a merenda aos educandos, conforme horário estipulado pela direção da Unidade Educacional, bem como zelar pelo acondicionamento adequado dos alimentos utilizados nas refeições;
- V- manter a cozinha limpa e organizada;
- VI- colaborar na manutenção da disciplina e observância das normas estabelecidas neste Regimento;
- VII- seguir as práticas estabelecidas pela nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, especialmente no que se refere ao vestuário adequado (usar sempre avental, touca e quando necessário, luvas) e procedimentos técnicos de preparo e armazenamento dos alimentos;
- VIII- participar de atividades extraclasse da Unidade Educacional;
- IX- ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, encaminhando os atestados médicos e outras declarações, dentro do prazo de 24 horas da data do atestado, para a direção ou Secretaria Municipal da Educação, conforme Lei Municipal nº 3.259, de 13 de dezembro de 2006;
- X- tratar todos os membros da comunidade com respeito, evitando comentários de ordem destrutiva e pejorativa;
- XI- prestar os devidos esclarecimentos à direção da Unidade Educacional quando solicitado;
- XII- cuidar da higiene, limpeza e esterilização dos utensílios, seguindo orientações do Manual de Boas Práticas, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação;
- XIII- observar as orientações estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
- XIV- lavar as paredes e azulejos da cozinha e despensa sempre que necessário;
- XV- separar o lixo (comum, orgânico e reciclável);
- XVI- não utilizar objetos de adorno, unhas compridas e ou pintadas, de acordo com a norma interna da Vigilância Sanitária e conforme normas internas da Unidade Educacional;
- XVII- exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

Art. 33. Compete aos agentes de serviços públicos responsáveis pela limpeza:

- I- ter como princípio a proteção integral da criança, manifestada através do diálogo, da mediação de conflitos e do acolhimento à diversidade;
- II- participar da elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar da Unidade Educacional;
- III- realizar a limpeza periódica das dependências da Unidade Educacional, de acordo com a definição de tarefas e horário pela direção;
- IV- colaborar na manutenção da disciplina e acatar as normas estabelecidas neste Regimento;
- V- receber, zelar e utilizar o material de limpeza fornecido pela Secretaria Municipal da Educação;
- VI- informar à direção sobre qualquer anormalidade no interior da Unidade Educacional;
- VII- participar de atividades para as quais for convocado em prol da Unidade Educacional;
- VIII- ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, encaminhando os atestados médicos e outras declarações, dentro do prazo de 24 horas da data do atestado, para a direção ou Secretaria Municipal da Educação, conforme Lei Municipal nº 3.259, de 13 de dezembro de 2006;
- IX- tratar todos os membros da comunidade com urbanidade e respeito;
- X- sempre usar luvas;
- XI- prestar os devidos esclarecimentos à direção da Unidade Educacional quando solicitado;
- XII- não utilizar-se de objetos de adorno, unhas compridas e ou pintadas (de acordo com a norma interna da Vigilância Sanitária);
- XIII- lavar roupas de cama (quando houver) a cada quinze dias aproximadamente, lavar paredes, vidros, forros e cortinas conforme necessidade ou normas internas da Unidade Educacional, servir o lanche da tarde e jantar (quando houver);
- XIV- na ausência do agente de serviços públicos responsável pelo preparo da alimentação escolar, este fica a cargo da agente de serviços públicos responsável pela limpeza, que deve seguir as mesmas orientações traçadas neste Regimento;
- XV- exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

Seção VII

Dos Profissionais de Apoio e Estagiários

Subseção I

Dos Profissionais de Apoio

Art. 34. Dentre os serviços de Educação Especial que os Sistemas de Ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para a promoção de acessibilidade de locomoção, às comunicações e para atendimento às necessidades específicas dos educandos e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, de acordo com Nota Técnica do MEC nº 019, de 08 de setembro de 2010.

Art. 35. Compete aos Profissionais de Apoio:

- I- ter como princípio a proteção integral da criança, manifestada através do diálogo, da mediação de conflitos e do acolhimento à diversidade;

- II- prestar auxílio individualizado aos educandos nas atividades de locomoção, higiene, alimentação, quando esses não realizam essas atividades com independência;
- III- participar da elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, da Proposta Pedagógica Curricular, do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar da Unidade Educacional;
- IV- compreender que esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo educando, relacionada à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência;
- V- atuar de forma articulada com os professores do educando, público alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da Unidade Educacional;
- VI- ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, encaminhando os atestados médicos e outras declarações, dentro do prazo de 24 horas da data do atestado, para a direção ou Secretaria Municipal da Educação, conforme Lei Municipal nº 3.259, de 13 de dezembro de 2006;
- VII- exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

Parágrafo único. Não compete ao profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao educando público alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste educando.

Subseção II Dos Estagiários

Art.36. A Unidade Educacional poderá receber estagiários contratados que desempenharão atribuições definidas pelo diretor.

Art. 37. As ações e tarefas desenvolvidas pelo estagiário serão de total responsabilidade da direção da escola por ser esse profissional um aprendiz.

CAPÍTULO III DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 38. É vedado ao professor docente, professor pedagogo, direção, funcionários e estagiários:

- I- tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento geral da Unidade Educacional;
- II- ausentar-se do estabelecimento de ensino no seu horário de trabalho sem a prévia autorização da direção ou órgão competente;
- III- expor educandos, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- IV- ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades estranhas à sua função;
- V- atrasar-se na entrada ou adiantar-se na saída, sem motivo justificado;
- VI- comparecer ao trabalho e aos eventos da Unidade Educacional embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- VII- fumar nas dependências e imediações da Unidade Educacional – Lei Estadual nº 7.592, de 13 de junho de 1989;
- VIII- retirar e utilizar qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino, sem a devida permissão da direção e/ou órgão competente;
- IX- discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;
- X- divulgar assuntos que envolvam diretamente o nome da escola, por qualquer meio de publicidade, sem prévia autorização da direção, do Conselho Escolar e/ou Órgão Competente;
- XI- receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;
- XII- fazer uso de aparelho celular, devendo o mesmo estar desligado durante o horário de aula – Lei Estadual nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008;
- XIII- permitir que os educandos saiam da sala de aula antes do horário estabelecido, salvo determinação da direção ou justificativa dos pais ou responsáveis;
- XIV- propagar doutrinas contrárias aos interesses nacionais, aos princípios morais e cívicos para manifestação religiosa e político-partidária;
- XV- promover coleta ou cobrança de taxa para aquisição de recurso material ou instrumento didático, salvo com permissão da direção e/ou APP ou Conselho Escolar;
- XVI- recusar a presença ou suspender educando em sala de aula, por motivos de ordem particular ou disciplinar;
- XVII- dedicar-se a atividades estranhas ao seu trabalho no interior da Unidade Educacional;
- XVIII- exercer suas funções com trajes inadequados e/ou mesmo condutas impróprias;
- XIX- transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado.

Art. 39. Os servidores da Unidade Educacional devem pautar a sua conduta conforme os princípios éticos compatíveis com o exercício de função pública, expressos nos princípios gerais da administração pública, no que tange à legalidade, à impessoalidade, à moralidade, à publicidade e à eficiência.

§ 1º O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 2º No caso de irregularidades nas condutas, as penalidades a serem aplicadas aos servidores estão previstas na Lei Municipal nº 2.055/1994, que institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município de Porto União.

TÍTULO III DA COMUNIDADE EDUCACIONAL E DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

CAPÍTULO I DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Art. 40. São órgãos colegiados da Unidade Educacional o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Professores, Grêmio Estudantil, legalmente instituídos por regimento ou estatuto próprio e o Conselho de Classe.

Seção I Do Conselho Escolar

Art. 41. O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora, com a finalidade de contribuir para a melhoria do processo pedagógico e administrativo, como também promover a interação da Unidade Educacional com a comunidade. O Conselho tem as seguintes funções:

§ 1º Função Deliberativa: decidir sobre o projeto político-pedagógico, regimento interno e outros assuntos da Unidade Educacional, aprovar encaminhamentos de problemas, garantir a elaboração de normas internas e cumprimento das normas do sistema de ensino e decidir sobre o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaborar normas internas da Unidade Educacional sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógicos, administrativos ou financeiro.

§ 2º Função Consultiva: tem um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da Unidade Educacional e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pela direção da Unidade Educacional.

§ 3º Função Mobilizadora: promover a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da Unidade Educacional e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para melhoria da qualidade social da educação.

§ 4º Função fiscalizadora: acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas da Unidade Educacional e qualidade social do cotidiano escolar.

Art. 42. O Conselho Escolar tem como objetivos:

- I- contribuir com a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no Projeto Político-Pedagógico;
- II- acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e do processo ensino-aprendizagem;
- III- estabelecer as transformações desejáveis na prática educativa escolar (função social e política) e estabelecer os mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça (função pedagógica).

Art. 43. São atribuições do Conselho Escolar:

- I- elaborar o Regimento Interno do Conselho Escolar;
- II- coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;
- III- convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos;
- IV- garantir a participação da comunidade escolar na definição do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional;
- V- promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local;
- VI- propor e coordenar alterações curriculares na Unidade Educacional, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na Unidade Educacional;
- VII- propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na Unidade Educacional, respeitada a legislação vigente;
- VIII- participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à Unidade Educacional, observada a legislação vigente;
- IX- articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- X- emitir parecer sobre pedidos de revisão de resultado de desempenho de educandos da Unidade Educacional, feitas por escrito pelo pai ou responsável;
- XI- comunicar aos pais ou responsáveis pelo educando, o Conselho Tutelar e o Ministério Público os casos disciplinares, que se enquadram na aplicação de Medidas Socioeducativas, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XII- acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;
- XIII- elaborar o Plano de Formação Continuada dos Conselheiros Escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;
- XIV- fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da Unidade Educacional;
- XV- aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da Unidade Educacional, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações.

Art. 44. O Conselho Escolar segue seu Regimento e se reúne periodicamente, a fim de propor, renovar, acompanhar e avaliar, permanentemente, as ações que ocorrem na Unidade Educacional, os projetos desenvolvidos, os obstáculos encontrados e o nível de alcance das metas, bem como os objetivos estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional.

Art. 45. O Conselho Escolar da Unidade Educacional que não optar em unificar o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Professores – APP deve atuar conjuntamente com a referida Associação, uma vez que ambos são criados com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional e para a integração escola-comunidade.

Art. 46. O número de conselheiros de cada Unidade Educacional será determinado por Documento Orientador do Ministério da Educação.

Seção II Da Associação de Pais e Professores

Art. 47. A Unidade Educacional colabora com a Associação de Pais e Professores – APP, entidade regida por Estatuto próprio, a fim de que esta atinja suas finalidades, que dizem respeito à melhoria da qualidade do ensino.

Seção III Do Grêmio Estudantil

Art. 48. Fica assegurada a organização de grêmio estudantil como entidade representativa dos interesses dos educandos, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e/ou sociais.

Art. 49. O estatuto da entidade, contendo suas normas de funcionamento e atividades, deve ser aprovado em assembleia geral desse segmento, especialmente convocada para este fim.

Art. 50. A escolha dos dirigentes da entidade é feita por voto secreto.

Art. 51. Cabe à direção da Unidade Educacional propiciar os meios necessários ao funcionamento da Entidade, tais como: espaço físico, mobiliário e equipamentos para as reuniões, bem como material de divulgação sobre as reuniões.

Seção IV Do Conselho de Classe

Art. 52. O Conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos pedagógicos, tendo por objetivo principal avaliar se o direito à aprendizagem dos educandos foi efetivado durante o período que estiveram no ambiente escolar.

§ 1º É obrigatório o comparecimento dos Professores Docentes, do Professor Pedagogo e da Direção nas reuniões do Conselho de Classe, sendo que os faltosos serão passíveis de penalidades de acordo com a Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994 (Regime Jurídico), quando não apresentarem justificativas.

§ 2º No Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos o Conselho de Classe é obrigatório.

Art. 53. O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor, pelos Professores Docentes e Professor Pedagogo da Unidade Educacional e/ou da Secretaria Municipal da Educação.

§ 1º O Conselho de Classe é presidido pelo Diretor e mediado pelo Professor Pedagogo.

§ 2º A preparação da reunião do Conselho de Classe é de responsabilidade do Diretor e do Professor Pedagogo da Unidade Educacional.

§ 3º Poderá ser realizado Pré-Conselho no período de aula, garantindo assim a participação dos educandos, por meio de críticas e sugestões, tendo a presença do Professor Docente Representante de Turma e/ou Professor Pedagogo da Unidade Educacional. As suas deliberações devem ser apresentadas ao Conselho de Classe, pelo Professor Pedagogo ou Professor Docente Representante.

Art. 54. O Conselho de Classe tem por finalidade:

- I- analisar o processo de aprendizagem do educando e os encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica;
- II- verificar se os objetivos de aprendizagem, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com os objetivos propostos no Plano de Trabalho Docente para o bimestre;
- III- definir novas estratégias de trabalho integrado ou interdisciplinar entre Diretor, Professores Docentes, Professor Pedagogo da Unidade Educacional e/ou Secretaria Municipal da Educação;
- IV- propor mudanças na prática pedagógica do Professor Docente, oportunizando ao educando formas diferenciadas de construção do conhecimento.

Art. 55. O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada bimestre, em data prevista no calendário escolar interno ou municipal e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir.

§ 1º A convocação para as reuniões extraordinárias deverá ser realizada por determinação do Diretor da Unidade Educacional, com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados, ficando os faltosos passíveis de penalidades constantes na Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994 (Regime Jurídico), quando não houver justificativas.

§ 2º Na reunião final e reuniões extraordinárias do Conselho de Classe deve ser lavrada ata para registro das informações veiculadas durante a reunião e das decisões acordadas, e nas demais reuniões o registro pode ser feito em fichas próprias da Unidade Educacional e assinadas pelos participantes.

§ 3º Em suas decisões, o Conselho de Classe deve respeitar a autonomia e a posição do Professor Docente, desde que não represente prejuízo para o educando, nem conflito com os objetivos educacionais da Unidade Educacional e do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 56. São atribuições do Conselho de Classe:

- I- emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo de ensino e aprendizagem;
- II- avaliar as atividades dos Professores Docentes e educandos, possibilitando o replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
- III- responsabilizar o Professor Docente de cada disciplina ou área de estudo, ao término do Conselho de Classe, pelo preenchimento e

entrega do Diário de Classe;

IV- propor medidas para a melhoria da aprendizagem, integração e relacionamento dos educandos na turma e na Unidade Educacional, acrescentando de forma clara o registro dos resultados das avaliações dos mesmos, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar;

V- analisar os resultados da recuperação paralela incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro de Registro de Classe;

VI- estabelecer planos de recuperação contínua e paralela dos educandos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, verificando os registros do Plano de Trabalho Docente bimestral e as medidas que foram tomadas para melhoria da aprendizagem (metodologia diferenciada, instrumentos, prática, objetivos, entre outros);

VII- considerar como espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes, que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem;

VIII- no Conselho de Classe Final, do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, deve ser considerado que:

a) não há nota mínima estabelecida para aprovação, todos os educandos devem ser submetidos à análise e decisões do Conselho de Classe;

b) não há número de disciplina para aprovar ou reprovar. Mesmo que o educando tenha sido reprovado em todas as disciplinas, o que está em análise é sua possibilidade de acompanhar o ano/etapa seguinte;

c) não existem disciplinas que sejam consideradas mais importantes para aprovação/reprovação. O caso do educando que será discutido no Conselho Final passa pelo olhar pedagógico dos Professores em todas as disciplinas;

d) questões disciplinares não são indicativas para reprovação. O que está em questão é a aprendizagem do educando e não suas atitudes ou seu comportamento;

e) ter sido aprovado em Conselho de Classe no ano anterior não quer dizer que não possa ser novamente aprovado por Conselho;

f) devem ser observados os seguintes critérios: avanços obtidos na aprendizagem, considerando os direitos de aprendizagem; efetivação dos encaminhamentos dos conselhos anteriores; desempenho do educando em todas as disciplinas; questões estruturais que prejudicam a aprendizagem; assiduidade, participação e empenho; desempenho individual do educando durante todo o processo de ensino aprendizagem e as intervenções realizadas pela Unidade Educacional;

g) a ata do Conselho Final não deve se constituir na lista dos educandos aprovados ou não, e sim na expressão das discussões das reflexões acima indicadas.

Art. 57. Para realização do Conselho de Classe é de fundamental importância atenção aos seguintes documentos:

I- Calendário Escolar homologado pela Secretaria Municipal da Educação (com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar);

II- Registro de Classe: presenças, avaliações, aulas previstas e aulas ministradas, vistados pelo Diretor e/ou Professor Pedagogo;

III- Proposta Pedagógica Curricular e Plano de Trabalho Docente coerente com os registros no Diário de Classe do Professor Docente;

IV- Fichas dos Conselhos de Classes e/ou Pré-Conselhos onde se descrevem os processos utilizados;

V- Comprovação de que os pais ou responsáveis estavam inteirados da situação escolar do educando durante o ano letivo.

CAPÍTULO II

DOS EDUCANDOS

Seção I

Dos Direitos

Art. 58. São direitos dos educandos da Unidade Educacional:

I- serem acolhidos e reconhecidos como sujeitos, tendo seus direitos de aprendizagem efetivados pela Unidade Educacional;

II- vivenciar, no ambiente escolar, a proteção integral à sua pessoa, participando ativamente das decisões que impactam esse ambiente;

III- receber, em igualdade de condições, a orientação necessária para realizar suas atividades, bem como participar de todas as atividades que a Unidade Educacional proporciona;

IV- receber Atendimento Educacional Especializado, quando apresentar alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de acordo com o diagnóstico;

V- realizar atividades avaliativas, no caso de faltas com justificativa;

VI- requerer, por escrito e acompanhado de responsável, revisão de qualquer instrumento avaliativo de aprendizagem, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da divulgação da nota, na Secretaria da Unidade Educacional;

VII - tomar conhecimento via boletins ou outros instrumentos equivalentes do seu desempenho e de sua frequência;

VIII- ser respeitado na sua condição de ser humano e não sofrer qualquer forma de discriminação, em decorrência de diferenças físicas, étnicas, credo, gênero, ideologia ou quaisquer outras;

IX- ter assegurado as condições de aprendizagem, tendo acesso a recursos materiais e didáticos, serviços e dependências que lhe forem necessários;

X- recorrer aos órgãos competentes da Unidade Educacional para o encaminhamento de suas reivindicações, bem como ser ouvido para esclarecimentos de infrações que vier a cometer;

XI- receber orientações para estudos de recuperação, que devem lhe garantir novas oportunidades de aprendizagem;

XII- ter acesso a documentos a respeito da sua vida escolar, como guia de transferência, históricos e declarações, que poderão ser retirados na Secretaria da Unidade Educacional ou na Secretaria Municipal da Educação, através de seus pais ou responsável;

XIII- ausentar-se da Unidade Educacional, por motivo justificado, desde que solicitado pelo seu responsável e autorizado pela direção da Unidade Educacional;

XIV- participar do Pré-Conselho na Unidade Educacional, para os educandos dos anos finais do Ensino Fundamental;

XV- ser encaminhado para o atendimento de saúde, em caso de emergência, devendo a direção da Unidade Educacional comunicar imediatamente os pais ou responsável;

XVI- ser tratado com respeito e urbanidade por todos os profissionais e funcionários;

XVII- ter assegurada a reposição dos conteúdos das aulas não ministradas e em casos de falta do educando;

XVIII- participar ativamente na sugestão e escolha de projetos, temas e demais atividades educacionais de seu interesse;

XIX- sugerir ações para evitar conflitos e violências no ambiente escolar.

Seção II

Dos Deveres

Art. 59. São deveres dos educandos da Unidade Educacional:

- I- respeitar colegas, docentes, funcionários, direção e pedagogos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos;
- II- dialogar com familiares ou responsáveis visando à assiduidade e pontualidade em todas as atividades escolares, aulas, apoio pedagógico, Atendimento Educacional Especializado, provas e trabalhos;
- III- dialogar com familiares ou responsáveis sobre a roupa adequada (uniforme escolar) ao desenvolvimento de atividades escolares, ou na falta deste, comparecer vestido de acordo com os padrões estabelecidos pelo Conselho Escolar;
- IV- no ensino fundamental deverão trazer e manter o material necessário para o desenvolvimento das atividades escolares;
- V- ter comportamento adequado dentro do veículo de transporte escolar público, respeitando colegas e motorista, acatando as regras de segurança no trânsito e zelando pelo patrimônio público;
- VI- conhecer e cumprir os dispositivos que tratam dos seus direitos e deveres;
- VII- permanecer em sala e outros espaços da Unidade Educacional durante todo o horário das aulas, mantendo atitudes dignas de respeito e atenção;
- VIII- tratar colegas e demais membros da comunidade educacional com urbanidade e respeito, visando mediar conflitos e evitar situações de violência;
- IX- solicitar a autorização da direção para que possa se ausentar das atividades escolares, mediante justificativa dos pais ou responsável;
- X- zelar pela conservação do prédio e mobiliário escolar, bem como todo o material de uso coletivo;
- XI- respeitando-se a idade cronológica (acima de 16 anos), assumir a responsabilidade por prejuízos causados intencionalmente, arcando com as consequências advindas do ato praticado; tratando-se de educando menor de 16 anos, a responsabilidade pelos prejuízos causados é dos pais ou responsáveis;
- XII- justificar no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas eventuais faltas;
- XIII- no caso de avaliações, a não apresentação de documentos de justificativa, acarretará a necessidade da presença do responsável, para requerer nova oportunidade de avaliação;
- XIV- portar-se de forma a proteger sua segurança física e dos demais, seja durante o transporte escolar ou no ambiente escolar;
- XV- cumprir as normas internas da Unidade Educacional.

Seção III

Do Regime Disciplinar

Art. 60. O Regime Disciplinar tem por finalidade aprimorar o ensino, propiciar a formação do educando, o bom funcionamento dos trabalhos escolares, o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar e, principalmente, a harmonia no ambiente escolar para a consecução dos objetivos previstos no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e no Plano Municipal de Educação.

Seção IV

Das Proibições

Art. 61. É vedado ao educando:

- I- portar material e utensílios que representem perigo para a sua saúde, segurança e integridade física, sua e de outrem;
- II- consumir, portar, receber ou entregar a terceiros, substâncias entorpecentes ou outras que determine dependência física ou psíquica;
- III- rasurar ou adulterar qualquer documento escolar;
- IV- utilizar na sala de aula ou dependências da Unidade Educacional, qualquer tipo de objeto que emita som, inclusive aparelho celular, que possa prejudicar o ambiente escolar, exceto quando solicitado para interesse coletivo, ressaltando que caso o objeto seja retido, o mesmo só será devolvido aos pais ou responsáveis;
- V- danificar intencionalmente qualquer material didático pedagógico de uso pessoal ou coletivo;
- VI- ocupar-se durante o período de aula de atividades contrárias ao processo pedagógico;
- VII- desacatar professores, funcionários e dirigentes da Unidade Educacional;
- VIII- faltar com o respeito e regras de urbanidade, com relação aos colegas, participando de brincadeiras ofensivas à personalidade alheia;
- IX- filmar e divulgar imagens dos colegas, professores e demais funcionários da Unidade Educacional, sem a devida autorização;
- X- agredir, verbalmente ou fisicamente, colegas, professores, funcionários e dirigentes da Unidade Educacional;
- XI- sair da sala de aula sem autorização do professor docente, bem como da Unidade Educacional sem a autorização da direção;
- XII- omitir informações que podem causar dano à colega ou ao ambiente escolar.

Seção V

Das Resoluções de Conflitos e Construção da Autonomia

Art. 62. O regime disciplinar decorre das disposições legais, sendo dever de todos prevenirem a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, desse modo, em caso de situações de conflito ou violência, a escola aplicará os seguintes procedimentos:

- I- PARA SITUAÇÕES CONFLITUOSAS CONSIDERADAS LEVES: O professor, professor pedagogo e/ou direção, deve conversar com o(s) aluno(s), ouvir as partes envolvidas e conscientizar para uma mudança de atitude, essa conversa deverá ser registrada em Livro Ata específico;
- II- PARA SITUAÇÕES CONFLITUOSAS CONSIDERADAS GRAVES: Os pais serão formalmente convidados e notificados, através de e-mail, ficha própria, telefone, mensagem eletrônica ou qualquer outro meio de comunicação, a comparecer juntamente com o aluno na escola para tomar conhecimento da situação e contribuir com a escola na organização e solução do problema;
- III- quando as tentativas supracitadas se tornarem infrutíferas, a escola (Direção, Professor Pedagogo, Docentes e representantes dos órgãos colegiados) deverá elaborar Projetos Educativos Específicos, conforme suas necessidades, objetivando trabalhar para a melhoria da aprendizagem e consequentemente eventuais atitudes indesejáveis;
- IV- no caso de atos infracionais, a escola deve comunicar o Conselho Tutelar e família, simultaneamente, a fim de que sejam tomadas as

medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

V- eventuais casos de agressão física e/ou moral, a suposta vítima ou seu responsável, deverá recorrer à via administrativa ou judicial competente, com fins de buscar seus direitos amparados na legislação em vigor.

Paragrafo único. A comunidade escolar deverá estabelecer estratégias, como por exemplo, o estabelecimento de "Assembleias Escolares", no sentido de juntamente com os órgãos colegiados existentes, propiciar ao aluno a criticidade, autonomia, vivência democrática e prática de resolução de conflitos.

CAPÍTULO III DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Seção I Dos Deveres

Art. 63. São deveres dos pais ou responsáveis:

I- respeitar o horário de funcionamento da Unidade Educacional, e no caso da Educação Infantil, o horário estabelecido pela Assistente Social no ato da visita;

II- responsabilizar-se em rematricular a criança no período estabelecido pela Unidade Educacional, bem como trazer todos os documentos necessários;

III- comunicar a direção da Unidade Educacional, quando uma pessoa estranha ou menor de idade for retirar a criança, mediante a apresentação prévia de autorização escrita pelos pais;

IV- em caso de pais divorciados e um dos cônjuges não autorizar a retirada do filho, este deverá apresentar um parecer judicial;

V- responsabilizar-se pela criança até a entrada na Unidade Educacional, bem como após a saída dela do estabelecimento. Na Educação Infantil a criança deve ser entregue a um funcionário da Unidade Educacional;

VI- atender a criança nos dias de reunião pedagógica, formação continuada, recessos e feriados;

VII- programar-se para o cuidado dos filhos e filhas no período de férias dos funcionários determinado pela Secretaria Municipal da Educação;

VIII- participar de eventos e reuniões sempre que for solicitado;

IX- informar qualquer alteração no endereço e número do telefone dos responsáveis, mudança de trabalho, incluindo o período de férias, quando essas não coincidirem com o recesso da Unidade Educacional, devendo a criança permanecer com os pais (Educação Infantil);

X- informar qualquer alteração na dinâmica familiar como: separação do casal, falecimento e outras situações;

XI- comprometer-se a receber visitas e orientações de profissionais relacionadas à saúde e serviço social, prestando todas as informações necessárias e acatando orientações;

XII- encaminhar a criança para exames, consultas ou tratamento médico, odontológico, fonoaudiológico, psicológico e outros, sempre que for solicitado;

XIII- manter a carteira de vacinação em dia;

XIV- ouvir e procurar seguir as orientações prestadas no ato da matrícula quanto à medicação, alimentação, vestuário e outros;

XV- buscar proteger a criança e o ambiente escolar, não encaminhando à Unidade Escolar crianças com sintomas ou suspeita de doença infectocontagiosa (hepatite, sarampo, varicela, rubéola, sarna, caxumba, coqueluche, conjuntivite, pediculose, viroses, gripes, resfriados, bactérias, entre outras). O retorno à Unidade Educacional deve ocorrer após o cumprimento do prazo determinado pelo médico, que deverá constar em atestado. O mesmo deve ocorrer com problemas de pele, de causas desconhecidas. A criança somente pode frequentar a Unidade Educacional mediante atestado médico constatando que a doença não é contagiosa e que está apto a retornar à Unidade Educacional;

XVI- os remédios devem ser responsabilidade dos pais, e são ministrados na Unidade Educacional se o horário coincidir com o de aula. Neste caso, enviar receita médica atualizada, devendo constar na caixa do remédio: nome da criança, dosagem e horário a ser ministrado. Remédios homeopáticos são de responsabilidade dos pais para administrá-los e devem ser ministrados em casa;

XVII- cuidar da higiene pessoal da criança (unhas, cabelos, roupas, etc.);

XVIII- nomear todas as peças do vestuário, conferindo as roupas na saída da Unidade Educacional, pois esta não se responsabiliza por reclamações posteriores;

XIX- os educandos podem trazer brinquedos, conforme estabelecido pela Unidade Educacional;

XX- observar os horários de alimentação das crianças, principalmente dos bebês, para que os mesmos venham à Unidade Educacional alimentados, devendo a primeira alimentação do dia acontecer em casa;

XXI- no caso da Educação Infantil, levar a criança à Unidade Educacional com a primeira troca de fraldas feita em casa;

XXII- assumir junto à Unidade Educacional ações de responsabilidade conjunta, que assegurem a formação integral do educando;

XXIII- ao chegar à Unidade Educacional, identificar-se na secretaria do estabelecimento de ensino para que seja encaminhado ao setor competente, o qual tomará as devidas providências;

XXIV- encaminhar e acompanhar o educando pelo qual é responsável aos atendimentos especializados solicitados pela Unidade Educacional e ofertados pelas instituições públicas;

XXV- acompanhar os deveres de casa, disponibilizando tempo para a sua realização pelas crianças;

XXVI- participar de reuniões na Unidade Educacional para discutir assuntos pertinentes ao educando e à comunidade escolar;

XXVII- retirar o boletim e/ou equivalente do educando a cada final de período avaliativo, acompanhando o desenvolvimento da aprendizagem;

XXVIII- justificar as faltas dos filhos;

XXIX- participar das reuniões do Conselho Escolar e/ou APP sempre que solicitado;

XXX- cumprir as disposições do Regimento Escolar no que lhe couber;

XXXI- no ato da matrícula apresentar documentos comprobatórios de que o filho necessita de atendimento diferenciado.

Seção II Dos Direitos

Art. 64. São direitos dos pais ou responsáveis:

- I- amamentar a criança em local destinado pela Unidade Educacional, sendo permitida somente a presença da mãe junto da criança nesse horário (até seis meses de idade ou mediante orientação médica);
- II- ser comunicado sempre que ocorrerem fatos inesperados, como: arranhões, machucados, mordidas, hematomas, entre outros;
- III- ser respeitado na condição de pais ou responsável, interessado no processo educativo desenvolvido na Unidade Educacional, tendo assim livre acesso à unidade escolar;
- IV- participar das discussões da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional;
- V- ter conhecimento efetivo do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, e das disposições contidas neste Regimento;
- VI- ser informado no decorrer do ano letivo sobre a frequência e rendimento escolar do educando;
- VII- ser informado e participar do procedimento disciplinar, que visa aplicação de penalidade ao educando, que tenha praticado faltas graves;
- VIII- ter garantido o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na Unidade Educacional;
- IX- ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e/ou na Associação de Pais e Professores – APP;
- X- fazer o acompanhamento de seus filhos quanto às tarefas enviadas pelos professores que deverão ser feitas e entregues na data marcada;
- XI- solicitar revisão de notas de seus filhos à direção ou Conselho Escolar quando achar necessário, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da divulgação dos resultados das avaliações.

Seção III

Das Proibições

Art. 65. É vedado aos pais ou responsáveis:

- I- permitir que a criança traga de casa guloseimas ou qualquer outro tipo de alimento, salvo com autorização da nutricionista da Secretaria Municipal da Educação;
- II- permitir que a criança traga objetos de valor como: celular, brincos, anéis, pulseiras, sendo que a Unidade Educacional não se responsabilizará por danos e/ou extravios;
- III- entrar na Unidade Educacional com trajes inadequados;
- IV- tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento escolar do educando pelo qual é responsável no âmbito da Unidade Educacional;
- V- interferir no trabalho dos professores docentes, entrando em sala de aula sem a permissão do setor competente, bem como nas dependências da Unidade Educacional sem a devida permissão da direção;
- VI- retirar e utilizar sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente à Unidade Educacional;
- VII- desrespeitar qualquer integrante da comunidade educacional, inclusive o educando pelo qual é responsável, discriminando-o, usando de violência simbólica, agredindo-o fisicamente e/ou verbalmente no ambiente escolar;
- VIII- expor o educando pelo qual é responsável, funcionário, professor ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- IX- divulgar por qualquer meio de publicidade assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da Unidade Educacional, sem prévia autorização da direção, Conselho Escolar e/ou Associação de Pais e Professores – APP;
- X- promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza em nome da Unidade Educacional, sem a prévia autorização da direção;
- XI- comparecer a reuniões ou eventos da Unidade Educacional embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- XII- fumar dentro das dependências da Unidade Educacional.

Parágrafo único. No caso de ocorrerem atitudes dos pais ou responsáveis em desacordo com o disposto neste Regimento Escolar, os fatos devem ser apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em ata, colhendo-se as respectivas assinaturas. Nos casos de recusa de assinatura do registro por parte da pessoa envolvida, devem ser colhidas as assinaturas de pelo menos 02 (duas) testemunhas.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA

CAPÍTULO I

DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 66. A Unidade Educacional segue as diretrizes do Plano Municipal de Educação, que visa garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na Unidade Educacional, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, a gestão democrática e a garantia de padrão de qualidade do ensino.

§ 1º O Plano Municipal de Educação contém os pressupostos filosóficos, a concepção pedagógica e metodológica e as ações básicas que são desenvolvidas no Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as diretrizes e/ou objetivos do Plano Nacional de Educação.

§ 2º O Plano Municipal de Educação é elaborado pelas Unidades Educacionais e pela Secretaria Municipal da Educação, com a participação de toda sociedade civil organizada e do Poder Público local.

§ 3º O Plano Municipal de Educação deve ser avaliado e monitorado pela Comissão de Gestão do Plano, para que possa ser atualizado e aperfeiçoado permanentemente.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

Seção I

Da Formação das Turmas e Horários de Funcionamento

Art. 67. A Unidade Educacional segue as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Educação, que prevê o seguinte limite máximo de educandos por turma:

- I- berçário I e II (0 a 2 anos incompletos) – um professor docente para cada 06 a 08 crianças;
- II- maternal (02 a 03 anos incompletos) – um professor docente para cada 15 crianças;
- III- jardim (03 a 04 anos incompletos) e Pré-escola (04 a 05 anos) – um professor docente para cada 20 crianças;
- IV- do 1º ano ao 3º ano do Ensino Fundamental, com turmas no máximo de 25 (vinte e cinco) educandos;
- V- do 4º ano ao 6º ano do Ensino Fundamental, com turmas no máximo de 30 (trinta) educandos;
- VI- do 7º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, com turmas no máximo de 35 (trinta e cinco) educandos.

§ 1º A turma somente será desdobrada a partir de 10 (dez) matrículas excedentes, garantindo-se à nova turma as mesmas condições de funcionamento para o trabalho pedagógico.

§ 2º Quando exceder o número máximo de educandos por turma e não configurar a possibilidade de desdobramento, poderá ser contratado um estagiário após análise da Secretaria Municipal da Educação.

§ 3º Quando houver educando com deficiência em uma turma, independente do ano/série (Educação Infantil ou Ensino Fundamental) deve a direção da Unidade Educacional comunicar à Secretaria Municipal da Educação, para que seja realizado o diagnóstico a fim de verificar a necessidade da contratação de um profissional de apoio.

§ 4º Para as modalidades de ensino de Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado, o número máximo de educandos é definido em função das condições de infraestrutura e disponibilidade de professores docentes.

Art. 68. A Unidade Educacional poderá funcionar nos turnos matutino, vespertino e noturno, garantindo-se a carga mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

§ 1º O Núcleo de Educação Infantil funciona de segunda à sexta-feira, salvo calendário nacional e municipal, tendo em média 10 (dez) horas diárias de atendimento, das 7 horas às 18 horas e 30 minutos, de acordo com a necessidade de cada comunidade.

§ 2º Cabe à Assistente Social definir, durante a visita familiar, o tempo que a criança permanecerá na Unidade Educacional. A criança pode frequentar período integral ou parcial, compreendendo a permanência em período parcial (matutino ou vespertino) de no mínimo 04 (quatro) horas diárias.

§ 3º Poderá existir no início de cada ano letivo um horário especial para adaptação das crianças das creches e pré-escolas, começando com duas horas de duração e aumentando gradativamente até completar o horário normal, não devendo ultrapassar o período de uma semana.

§ 4º A alteração de horários é feita mediante proposta da Unidade Educacional, com aprovação da Secretaria Municipal da Educação, em comum acordo com a direção do Núcleo de Educação Infantil, sempre que for conveniente e oportuno, para melhor atendimento à demanda matriculada, dentro das condições do Poder Público.

Seção II

Do Currículo Escolar

Art. 69. Os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino são formulados a partir da Proposta Pedagógica Curricular.

§ 1º A Secretaria Municipal da Educação coordenará a implementação da Proposta Pedagógica Curricular.

§ 2º O currículo segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular e a legislação vigente.

Art. 70. O currículo escolar, respeitada a legislação e as determinações oficiais vigentes, poderá ser modificado toda vez que as conveniências do ensino e as necessidades do Município assim exigirem.

§ 1º As modificações ou alterações de que trata o caput deste artigo devem ser encaminhadas aos órgãos competentes do sistema de ensino, para a devida aprovação, passando a vigorar no ano subsequente ao de sua aprovação.

§ 2º No ensino religioso deve ser registrada a participação dos educandos sem objetivo de promoção.

Seção III

Da Escola de Tempo Integral

Art. 71. A proposta educacional da Escola de Tempo Integral deve promover a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da Unidade Educacional e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

§ 1º O currículo da Escola de Tempo Integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária, mediante o desenvolvimento de atividades diferenciadas para o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, às vivências e práticas socioculturais.

§ 2º As atividades são desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da Unidade Educacional, ou em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo Projeto Político-Pedagógico.

§ 3º Os órgãos executivos normativos da União e dos Sistemas Estaduais e Municipais de Educação devem assegurar que o atendimento dos educandos na Unidade Educacional de tempo integral possua infraestrutura adequada e pessoal qualificado, além do que, esse atendimento é de caráter obrigatório, sendo passível de avaliação em cada Unidade Educacional.

Seção IV Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 72. A Educação de Jovens e Adultos pode ser oferecida mediante cursos e exames, por séries ou disciplinas, obedecidas às características especiais da demanda.

§ 1º Os cursos são realizados no nível de conclusão do Ensino Fundamental e compreendem a Base Nacional Comum do Currículo, habilitando o educando para prosseguimento de estudos de nível de Ensino Médio para maiores de 18 (dezoito) anos.

§ 2º Os exames a que se refere o "caput" deste artigo são organizados pela Secretaria Municipal da Educação.

Art. 73. Os cursos de EJA podem funcionar em qualquer período, devendo para isso, observar a demanda e ser oferecido em regime presencial.

§ 1º A EJA será oferecida por disciplinas, séries ou ciclos, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º Os currículos incluem as matérias, áreas de estudo e atividades obrigatórias previstas nas propostas curriculares para educação de jovens e adultos, de acordo com a grade curricular.

§ 3º A carga horária para os cursos supletivos da Educação de Jovens e Adultos, em todos os níveis, pode ser alterada, se as legislações de níveis superiores assim estabelecer, devendo a legislação municipal adequar-se às normas legais.

§ 4º Os professores docentes que atuam no programa são preferencialmente profissionais da educação de carreira, que ampliarão a carga horária. Na ausência desses, deve ser aberto processo seletivo de caráter temporário, onde a experiência nessa modalidade será um dos principais critérios para a contratação.

§ 5º A Secretaria Municipal da Educação deve garantir a infraestrutura necessária de acordo com os recursos disponibilizados para essa modalidade.

CAPÍTULO III DO REGIME DE FUNCIONAMENTO

Seção I Do Ano Letivo

Art. 74. O ano letivo abrange um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar e uma carga horária mínima de oitocentas horas.

§ 1º No Ensino Fundamental, a jornada escolar diária compreende um mínimo de 04 (quatro) horas de efetivo trabalho escolar.

§ 2º As paralisações que por ventura ocorram por quaisquer motivos, não desobrigam a Unidade Educacional do cumprimento do número de dias letivos e das horas de aula fixadas neste artigo.

Seção II Do Calendário Escolar

Art. 75. O calendário escolar compreende a distribuição temporal das atividades administrativas e pedagógicas planejadas, devendo ser elaborado em conjunto pela direção da Unidade Educacional e pela Secretaria Municipal da Educação.

§ 1º Na Unidade Educacional situada na zona rural e EJA do Município, o calendário escolar poderá adequar-se às peculiaridades locais, mantendo os dias letivos e carga horária legal.

§ 2º No calendário escolar devem estar previstas as reuniões pedagógicas bimestrais, as reuniões do conselho de classe, o recesso escolar, bem como as reuniões com pais/responsáveis para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de ensino e resultados de aprendizagem dos educandos.

Seção III Da Matrícula

Art. 76. O educando é vinculado a uma Unidade Educacional no ato em que nela se matricula, sendo renovável sua matrícula a cada início de ano letivo.

§ 1º A efetivação da matrícula deve ser formalizada no período fixado no calendário escolar, por meio de formulário específico.

§ 2º A não renovação da matrícula, ressalvada a situação de cancelamento, interrompe o vínculo do educando com a Unidade Educacional.

Art. 77. Para a efetivação da matrícula em uma Unidade Educacional do Ensino Fundamental são necessárias as cópias dos seguintes documentos:

I- certidão de nascimento do educando e CPF;

II- histórico escolar original (exceto para os educandos da Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental);

III- comprovante de residência;

IV- CPF e RG dos pais/responsáveis;

V- cartão SUS do educando.

§ 1º A matrícula de educando menor deve ser efetuada pelos pais/responsáveis.

§ 2º A matrícula de educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental não pode ser recusada por falta de certidão de nascimento.

§ 3º No caso do pai/responsável não apresentar documentação que comprove a escolaridade anterior do educando do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e após todas as tentativas efetuadas pela Unidade Educacional ou pela Secretaria Municipal da Educação, deve ser realizada a avaliação classificatória (conforme artigo 24 da LDB), visando identificar o ano/série correspondente ao desenvolvimento intelectual e cognitivo do educando.

§ 4º O pai ou responsável pelo educando matriculado deve firmar por escrito, junto à Unidade Educacional, termo de declaração de responsabilidade, em modelo próprio, a ser fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, contendo os dados essenciais do educando, que deve ficar arquivado na Unidade Educacional.

§ 5º O pai ou responsável deve apresentar documento comprobatório de que seu filho necessita de atendimento diferenciado, passando por análise posterior da Equipe Multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 78. Para os educandos com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem e/ou Síndromes, a Unidade Educacional deve ter uma ficha de acompanhamento onde conste um relatório de todos os procedimentos e encaminhamentos adotados e orientados pela Unidade Educacional e pela Equipe Multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Toda e qualquer documentação relativa ao diagnóstico, inclusive laudo médico de liberação ou restrição de determinada atividade, deverá ser enviada pelo educando ou pais/responsáveis, sigilosamente, para o profissional especializado ou para a Equipe Multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 79. Na Educação Infantil será realizada inscrição prévia para organização das vagas existentes.

Art. 80. Para efetivar a inscrição na Educação Infantil os seguintes critérios devem ser seguidos:

I- ter idade mínima de 04 (quatro) meses;

II- residir no município de Porto União;

III- apresentar todos os documentos necessários no ato da inscrição.

§ 1º A Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação emitirá parecer acerca das inscrições na Educação Infantil, definindo o período que cada criança vai frequentar na Unidade Educacional, de acordo com a necessidade dos pais.

§ 2º Em caso da não existência da vaga na Unidade Educacional de Educação Infantil pretendida, será oferecida a vaga em outra Unidade Educacional.

Art. 81. No ato da inscrição na Unidade Educacional de Educação Infantil são necessários os seguintes documentos:

I- certidão de nascimento e CPF da criança (fotocópia);

II- carteira de vacina atualizada (fotocópia);

III- atestado médico comprovando que a criança está apta a frequentar a educação infantil;

IV- CPF e RG dos pais/responsáveis (fotocópia);

V- declaração de trabalho dos pais;

VI- comprovante de residência.

Art. 82. No ato da matrícula e rematrícula de Educação Infantil e Ensino Fundamental devem ser preenchidas fichas para cada criança, conforme orientações da Secretaria Municipal da Educação:

I- ficha de matrícula;

II- ficha de anamnese.

§ 1º Recomenda-se que os professores que tenham filhos matriculados na mesma Unidade Educacional não os tenham sob sua regência.

§ 2º É proibido qualquer tipo de preconceito ou preferência com relação a gênero, cor, raça, grau de parentesco com profissionais da Unidade Educacional, incidindo penalidades administrativas.

Art. 83. Para efetivar a inscrição na Educação de Jovens e Adultos, devem ser respeitados os seguintes critérios:

I- ter idade mínima de 15 (quinze) anos;

II- existência de atendimento na Unidade Educacional pretendida;

III- assinatura de um "Termo de Compromisso" e cópia do RG do responsável, para caso de educandos menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 84. No ato da matrícula, para frequentar a Educação de Jovens e Adultos, os seguintes documentos devem ser apresentados:

I- certidão de nascimento ou casamento (fotocópia);

II- registro geral/RG (fotocópia);

III- cadastro da pessoa física/CPF (fotocópia);

IV- comprovante de residência;

V- histórico escolar.

Parágrafo único. Em caso de não possuir o histórico escolar, deve ser aplicado teste de nivelamento para verificar o segmento em que o educando será inserido.

Art. 85. Não é cobrada taxa de matrícula para os educandos, podendo ser arrecadada uma contribuição espontânea dos pais ou responsáveis, desde que combinada em assembleia geral da Associação de Pais e Professores – APP ou do Conselho Escolar da Unidade Educacional.

Parágrafo único. O valor arrecadado é gerenciado pela Associação de Pais e Professores – APP da Unidade Educacional, de acordo com o Estatuto e Regimento Interno da Associação de Pais e Professores – APP e/ou Conselho Escolar.

Art. 86. Encerrado o período de matrícula dos educandos na Unidade Educacional, a direção deve enviar à Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a relação dos educandos que não renovaram a sua matrícula.

Art. 87. O processamento da matrícula se efetiva:

I- para o educando da Unidade Educacional em função de resultados obtidos no ano anterior;

II- para o educando que vai ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, mediante a documentação citada neste Regimento;

III- para o educando oriundo de outra Unidade Educacional, mediante a apresentação de documentação de transferência.

Art. 88. A matrícula de educando com estudos em outro país deve ser precedida de uma consulta ao Conselho Municipal de Educação, para a análise da documentação e as devidas orientações à Secretaria Municipal da Educação.

Art. 89. A matrícula de educandos com deficiência é efetivada, juntamente com os demais educandos, no período programado, sendo posteriormente realizada a sua avaliação pela Equipe Multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação, para diagnosticar possíveis intervenções, encaminhamentos e apoio pedagógico necessário.

Seção IV

Da Transferência

Art. 90. As Secretarias das Unidades Educacionais são responsáveis pela documentação da transferência do educando durante o ano letivo, mediante apresentação do atestado de vaga da Unidade Educacional para onde será efetuada a transferência.

Art. 91. Nas Unidades Educacionais de Educação Infantil, o pedido de transferência do educando para outra Unidade Educacional do próprio Sistema Municipal de Ensino de Porto União, deve ser realizado em instrumento próprio e encaminhado à Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação para averiguação da existência da vaga.

Art. 92. No documento de transferência do educando deve constar a transcrição dos resultados de desempenho e o atestado de frequência.

§ 1º O educando será transferido preferencialmente após o término das atividades de avaliação do bimestre em curso.

§ 2º A Unidade Educacional que receber educando transferido com avaliações incompletas e/ou não efetivadas responsabilizar-se-á em realizá-las.

§ 3º A documentação da criança com deficiência deve ser acompanhada de parecer descritivo dos professores, laudos, relatórios de atendimentos e encaminhamentos realizados no período que frequentaram a Unidade Educacional.

Art. 93. A Unidade Educacional pode receber transferências de educandos de outras escolas, desde que autorizadas e/ou reconhecidas pelos órgãos competentes. Nas transferências oriundas do exterior, deve ser feito ajuste da escolaridade do interessado ao Sistema Municipal de Ensino, mediante processo de classificação, conforme a legislação vigente.

Seção V

Da Adaptação dos Estudos

Art. 94. O educando que vier transferido de outro sistema de ensino fica sujeito à adaptação de estudos com plano curricular diferente, com

o objetivo de complementar a carga horária e/ou componentes curriculares ausentes, visando o ajustamento ao novo modelo curricular.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Seção I Da Avaliação de Desempenho do Educando

Art. 95. A avaliação de desempenho do educando a ser realizada pelos Professores Docentes e pela Unidade Educacional, como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, deve estar de acordo com os seguintes princípios:

I- ser diagnóstica, processual, participativa, formativa e cumulativa, de forma a possibilitar tomadas de decisões para redimensionamento da ação pedagógica.

a) a avaliação formativa deve ocorrer durante todo o processo educacional, buscando diagnosticar as potencialidades do educando e detectar problemas de aprendizagem e de ensino, promovendo a aprendizagem de todos e de cada um dos educandos;

b) a avaliação contínua deve superar a simples verificação do rendimento, utilizando vários instrumentos e procedimentos tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros que se fizerem necessários, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento de cada educando, previsto no Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar e descrito no Plano de Trabalho Docente.

II- superar a prática tradicional que se limita a observar apenas os resultados finais traduzidos em notas ou conceitos para verificação de conhecimentos em caráter classificatório;

III- constituir-se em momento privilegiado e necessário à construção de conhecimentos por parte dos educandos;

IV- permeiar todo o processo de ensino e aprendizagem, de modo a oportunizar o conhecimento do potencial do educando, seu desempenho escolar, evitando comparações e competição em relação a outros educandos;

V- fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do educando sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais avaliações;

VI- a avaliação da aprendizagem tem como referência os objetivos de aprendizagem constantes na Proposta Pedagógica Curricular: conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com os princípios definidos para a Educação Básica;

VII- assegurar tempos e espaços diversos para que os educandos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VIII- promover obrigatoriamente períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina o artigo 24 inciso V alínea "e" da LDB 9394/96;

IX- possibilitar a aceleração de estudos para os educandos com defasagem idade/ano;

X- assegurar tempos e espaços de reposição de conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos educandos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

XI- manter a família informada sobre o desempenho dos educandos, reconhecendo seu direito de discutir os resultados da avaliação, inclusive em instâncias superiores da escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

Art. 96. A avaliação na Educação Infantil será mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental de acordo como inciso I artigo 31 da LDB 9394/96.

§ 1º Nesta etapa a avaliação deve considerar a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano e utilizar múltiplos registros realizados por adultos e crianças, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns entre outros.

§ 2º Considerar a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança, garantindo documentação específica que permita as famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Art. 97. O registro da avaliação de desempenho do educando obedecerá às metodologias e critérios próprios em cada etapa e/ou modalidade.

§ 1º Na Educação Infantil, o processo avaliativo será realizado durante todo o ano letivo, visando o acompanhamento do trabalho pedagógico e o desenvolvimento do educando.

§ 2º Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o registro da avaliação será realizado bimestralmente, por parecer descritivo interdisciplinar, considerando toda a trajetória e aprendizagem de todos os educandos e a singularidade de cada um.

§ 3º Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o registro será realizado por notas bimestrais em cada disciplina e será considerado aprovado o educando que tiver média anual (MA) seis (6,0).

§ 4º No 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos (equivalente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) o registro é feito bimestralmente em fichas de avaliação e parecer, considerando toda a trajetória e aprendizagem de todos os educandos e a singularidade de cada um.

§ 5º No 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos, o educando é avaliado por disciplina cursada, sendo realizados dois registros por etapa e será considerado aprovado o educando que tiver média final seis (6,0).

Art. 98. Observa-se a exigência legal de no mínimo setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação, conforme inciso VI do artigo 24 da LDB 9394/96.

Art. 99. As atividades de reposição relativas às faltas não exige a Unidade Educacional de adotar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na LDB 9394/96.

Art. 100. Mesmo que o educando alcance a média de aprovação com o somatório em três notas bimestrais, deve frequentar o quarto bimestre e submeter-se a todas as atividades de avaliação, para o cumprimento dos dias letivos e integralização dos conteúdos programáticos, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 101. O educando que apresentar justificativa adquire o direito de nova oportunidade de avaliação, a qual deve ser reelaborada pelo Professor Docente, tendo o mesmo peso da avaliação não realizada.

Art. 102. O educando pode requerer a revisão de resultados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do dia da divulgação.

Art. 103. O Ciclo de Alfabetização, que compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental, é sequencial, não passível de interrupção, e deve estar assegurada a continuidade da aprendizagem, não sendo permitida a reprovação durante este período.

Seção II

Da Recuperação Paralela/Apoio Pedagógico

Art. 104. A LDB 9394/96, no artigo 24, inciso V, alínea "e", determina a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.

Art. 105. O processo de Recuperação Paralela de estudos assume o caráter de aprendizagem, suprimindo possíveis dificuldades dos educandos.

Art. 106. O tempo destinado a estudos de Recuperação Paralela não poderá ser computado no mínimo das 800 horas anuais que a Lei determina, por não se tratar de atividades a que todos os educandos estão obrigados.

Art. 107. É indispensável que os educandos sejam reavaliados também paralelamente, e constatada essa recuperação, dela decorrerá a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo.

Art. 108. A Recuperação Paralela, direito dos educandos e dever da Unidade Educacional e do Professor Docente, deverá ser prevista no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar da Unidade Educacional, havendo autonomia na sua organização e realização.

Art. 109. A Recuperação Paralela será realizada no Apoio Pedagógico conforme as seguintes orientações:

I- o Apoio Pedagógico refere-se à ação pedagógica que complementa o trabalho do Professor Docente em sala de aula, ministrado em turno contrário, devendo estar previsto no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e executado por Professor Docente designado pela Secretaria Municipal da Educação;

II- o Professor Docente do Apoio Pedagógico deve adotar metodologia diferenciada e apropriada e trabalhar em consonância com o Professor Docente Regente da turma e com o Professor Pedagogo e/ou Diretor da Unidade Educacional e quando necessário com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação;

III- a Direção deve cuidar para garantir um vínculo de compromisso do Professor Docente Regente e o Professor Docente do Apoio Pedagógico com a aprendizagem do educando, bem como a troca de informações permanente entre eles, sobre a trajetória de aprendizagem do educando;

IV- os resultados obtidos pelos educandos nas atividades de Apoio Pedagógico são considerados nos procedimentos de avaliação adotados pelo Professor Docente Regente da turma e na análise do desempenho do educando realizada pelo Conselho de Classe.

Seção III

Da Classificação e da Reclassificação

Art. 110. A classificação em qualquer ano, exceto no primeiro ano do ensino fundamental, pode ser feita:

I- por promoção, para educandos que cursaram, com aproveitamento, o ano anterior, na própria Unidade Educacional;

II- por transferência, para educandos de outras Unidades Educacionais.

Art. 111. Os educandos do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos que não possuírem documentação escolar comprobatória poderão ser submetidos a teste classificatório, considerando o currículo do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º O professor pedagogo da Unidade Educacional e da Equipe da Secretaria Municipal da Educação, com o apoio dos professores da Unidade Educacional, deve elaborar o teste classificatório.

§ 2º Após a aplicação do teste será procedida a devida classificação do educando no ano/série para a qual tenha demonstrado prontidão, efetivando a sua matrícula imediatamente.

§ 3º Além do resultado do teste classificatório, na pasta individual do educando deverá constar obrigatoriamente os documentos que integram a vida escolar do educando.

Art. 112. A reclassificação é o processo de reposicionamento do educando que permita sua matrícula no ano adequado.

§ 1º O educando que demonstrar habilidades e conhecimentos muito acima do ano em que estiver cursando, poderá ser reclassificado para

outro ano superior, conforme o resultado de avaliação da Equipe Multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação.

§ 2º A avaliação de reclassificação somente pode ocorrer até o final do primeiro bimestre letivo, sendo que a nova matrícula deverá ser realizada imediatamente após o resultado, no ano para o qual foi reclassificado, na Unidade Educacional.

§ 3º Os instrumentos utilizados na avaliação do educando devem ser arquivados na sua ficha individual, juntamente com a ata da sua efetivação e registrado em seu histórico na Unidade Educacional.

§ 4º O educando em momento algum pode ser reclassificado, para ano anterior (retroceder).

Seção IV Da Avaliação Institucional

Art. 113. A avaliação da Unidade Educacional do Sistema Municipal de Ensino envolve a sua estrutura, organização e funcionamento, buscando rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da Unidade Educacional, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da Unidade Educacional.

Seção V Da Documentação Escolar

Art. 114. A Secretaria Municipal da Educação ou a Secretaria da Unidade Educacional deve expedir a documentação escolar do educando, utilizando documentos originais sem rasura, inclusive os certificados de conclusão aos educandos aprovados e concluintes do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 115. Ao final de cada bimestre, a Secretaria Municipal da Educação ou a Secretaria da Unidade Educacional deve expedir boletim escolar, contendo as informações sobre o resultado de avaliação de desempenho do educando e a sua frequência às aulas.

Art. 116. O histórico escolar é um documento que registra a vida escolar do educando e deve ser expedido, em caso de conclusão de nível ou de transferência, pela Secretaria Municipal da Educação ou Secretaria da Unidade Educacional.

Art. 117. A documentação escolar só é válida com o carimbo, o registro e a assinatura do profissional responsável da Secretaria Municipal da Educação ou do Diretor da Unidade Educacional.

Art. 118. O diário de classe é o documento escolar que registra anualmente o desempenho do educando, os conteúdos ministrados e as atividades desenvolvidas pelo professor e a frequência dos educandos.

§ 1º Por ser um documento único e de uso exclusivo do professor, o diário de classe é de sua responsabilidade, devendo ser entregue à direção da Unidade Educacional no final de cada bimestre e, com o término do ano letivo, deverá ser arquivado na Unidade Educacional, com a assinatura do professor e da direção ou professor pedagogo da Unidade Educacional, se houver.

§ 2º O diário de classe não deve ser retirado da Unidade Educacional, devendo permanecer na mesma à disposição da direção, professor pedagogo e secretário.

Art. 119. A Unidade Educacional do Sistema Municipal de Ensino deve possuir os seguintes documentos:

- I- Projeto Político-Pedagógico;
- II- Regimento Escolar;
- III- Proposta Pedagógica Curricular;
- IV- Alvará Sanitário;
- V- Planta Baixa ou Croqui dos espaços e das instalações;
- VI- Registro de Mobiliário, equipamentos e acervo bibliográfico;
- VII- Pasta com correspondências expedidas e recebidas;
- VIII- Pasta com a legislação pertinente ao(s) nível (s) e/ou modalidade(s) de ensino existente (s) na Unidade Educacional;
- IX- Ficha Funcional dos funcionários da Unidade Educacional;
- X- demais documentos pertinentes ao seu funcionamento.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 120. Nenhuma publicação oficial que envolva responsabilidade da Unidade Educacional pode ser feita sem a autorização prévia e expressa da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 121. A Unidade Educacional encontra suporte técnico e pedagógico na Equipe da Secretaria Municipal da Educação, que é formada por Professores Pedagogos, Psicólogo, Psicopedagogo, Fonoaudiólogo, Assistente Social e Nutricionista.

Art. 122. É vedada a manifestação político-partidária de qualquer natureza no interior da Unidade Educacional.

Art. 123. O Regimento Escolar deve ser avaliado trienalmente pela Unidade Educacional, em data prevista em calendário letivo, podendo ser alterado se necessário, vigorando a partir do ano seguinte à sua alteração, depois de encaminhado para aprovação do Conselho Municipal

de Educação.

Art. 124. A Unidade Educacional deve elaborar normas internas de acordo com especificidades de sua demanda escolar, com base neste Documento Referência e aprovadas pelo Conselho Escolar.

Art. 125. As Resoluções do Conselho Municipal de Educação de Porto União fazem parte do presente.

Art. 126. Os casos omissos neste Regimento são resolvidos mediante proposta do Conselho Escolar e/ou da direção da Unidade Educacional, ouvida a Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Art. 127. Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Municipal Educação, condicionada a validade à sua publicação mediante Ato Administrativo.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

Caroline Moysés de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Educação

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13 de maio de 2012.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13 de maio de 2012.

PORTO UNIÃO (SC). Lei nº 3.509, de 12 de setembro de 2008.

Lei de acessibilidade, Lei 10.048 de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento a pessoas que especifica e, Lei 10.098, de 19 de novembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13 de maio de 2012.

_____. Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em: 13 de maio de 2012.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 023/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1775781

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 249/2018 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 023/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo eletrônico, para aquisição de material médico hospitalar. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 31 de outubro de 2018, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2018 - FAS

Publicação Nº 1775769

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 017/2018 – FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para aquisição de material de expediente. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 31 de outubro de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 159/2018

Publicação Nº 1775771

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 247/2018

Extrato de Edital de Pregão Presencial 159/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por maior percentual de desconto, do tipo presencial para contratação de uma farmácia para fornecimento exclusivamente de medicamentos e produtos manipulados, para atendimento das necessidades da secretaria municipal da saúde, conforme tabela ABCFARMA (associação brasileira do comércio farmacêutico), com itens listados de "A à Z". O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 31 de outubro de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 160/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1775776

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 248/2018 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 160/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para aquisição de placas de inauguração em bronze. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 01 de novembro de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 4.556/2018

Publicação Nº 1775546

LEI Nº 4.556, de 16 de outubro de 2018.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Acordo de Parcelamento da Dívida para com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, em nome do Município de Porto União – SC, firmar Acordo de Parcelamento com a Caixa Econômica Federal – CEF, na forma da Resolução nº 615, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho Curador do FGTS, relativo à dívida havida junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Art. 2º O Poder Executivo, para garantia da avença, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, durante todo o prazo de vigência do ajuste.

Art. 3º O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignará, nos Orçamentos Anual e Plurianual, cotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.557/2018

Publicação Nº 1775550

LEI Nº 4.557, de 16 de outubro de 2018.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do Artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do Artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 3.618, de 25 de junho de 2009.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da Edição nº 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC – Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.558/2018

Publicação Nº 1775551

LEI Nº 4.558, de 16 de outubro de 2018.

Denomina uma das vias públicas de nossa cidade de Djanyra Amin Pasqualin.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada uma das vias públicas de nossa cidade de Djanyra Amin Pasqualin.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO ÚNICO

Djanyra Amin Pasqualin nasceu em Joinville - SC no dia 23 de maio de 1925. Filha de Helena e Cezar Amin.

Casou-se em 1946 com Francisco Pasqualin Sobrinho, que era natural de Porto União. Desta união tiveram dois filhos: Stella e Cezar. Dona Djanyra teve quatro netas e cinco bisnetos.

Após o casamento veio residir no Município de Porto União.

Iniciou o primário em sua terra natal no Grupo Escolar Conselheiro Mafra. Continuou seus estudos no Colégio Santos Anjos em Porto União e concluiu no Colégio Coração de Jesus em Florianópolis no ano de um mil novecentos e quarenta e cinco quando foi diplomada professora normalista.

Aos sete anos de idade começou estudar piano, em Joinville, com a famosa Professora Frau Keppen e no ano de 1948 concluiu seus estudos no Instituto Raul Messing, filial de União da Vitória, que tinha como diretora a exímia pianista Professora Odete Martins.

Uma de suas primeiras atividades nas gêmeas do Iguaçu foi como professora do curso primário no Grupo Escolar Balduino Cardoso, onde se aposentou após trinta anos de exercício no magistério. Também exerceu a função de diretora e secretária do referido Colégio e lecionou no Colégio Santos Anjos e São José, também em nosso Município.

Sempre desenvolveu atividades de cunho social, beneficente e cultural paralelas ao magistério, entre elas pode-se citar:

- Foi Fundadora dos Corais do Colégio São José, do Sesi e do Coral Professora Djanyra Amin Pasqualin.
- Organizou o IV Encontro de Corais Infantis da Liga Cultural e Artística Alto Uruguai.
- Foi Secretária da Liga Feminina de Combate ao Câncer de Porto União da Vitória.
- Organizou vários eventos cívicos em comemoração a datas marcantes municipais.
- Foi Diretora da Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento de União da Vitória, atual Vara do Trabalho, cargo que exerceu durante dezesseis anos.

Recebeu inúmeras homenagens entre as quais pode-se destacar:

- Diploma de Benemérito conferido pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, pelos relevantes serviços prestados à música.
- Certificado conferido pela Comissão Central dos Festejos do Cinquentenário de Emancipação Política e Administrativa de Porto União, por sua colaboração social.
- Certificado de Honra ao Mérito conferido pelo Centro de Artes do Clube Iguaçu – Universidade, pela sua eficiente colaboração e participação

no 1º Concurso de Corais.

- Placa de homenagem e gratidão à Professora Djanyra, do Colégio São José.
 - Menção Honrosa à Regente Djanyra Amin Pasqualin, pelo Colégio Estadual Túlio de França.
 - Placa de homenagem pelo esforço e dedicação em prol da cultura de nossa terra pelo Colégio Balduino Cardoso.
 - Placa de homenagem conferida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Porto União, pela realização do IV Encontro de Corais Infantis da Liga Cultural Artística Alto Uruguai.
 - Placa de Honra ao Mérito, pelo II Encontro de Música – Participação Trio Musical pelo SESI.
 - Placa de Homenagem recebida da OAB – Subseção de União da Vitória.
 - Troféu Hermínio Milis – Participação nos 80 anos de Porto União em setembro de 1997.
 - Certificado do Projeto Espaço Cultural – BESC/RBS-TV – Prefeitura Municipal de Porto União – pelo brilhante empenho nas atividades em prol da educação e da cultura, das crianças e jovens do nosso Município.
 - Troféu Mulher/2002 – pelo Conselho da Mulher Executiva de União da Vitória, por sua dedicação e atuação na área da Educação.
- Faleceu em 19 de março de 2018 aos 93 anos de idade.

Esta homenagem é um singelo reconhecimento ao valoroso trabalho desenvolvido por esse exemplo de Mulher em prol da educação, da música e também por sua trajetória dedicada à comunidade portuuniense.

RESOLUÇÃO Nº 006/2018 - CMAS

Publicação Nº 1776186

RESOLUÇÃO Nº 006/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Porto União.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de outubro de 2018, Ata nº 206, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 55.555,56 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), referente ao ano de 2018, para ser utilizado para investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

a) 100% para investimento.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 15 de outubro de 2018.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 007/2018 - CMAS

Publicação Nº 1776188

RESOLUÇÃO Nº 007/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Porto União

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de outubro de 2018, Ata nº 206, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 41.666,67 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais, sessenta e sete centavos), referente ao ano de 2018, para ser utilizado para investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

a) 100% para investimento.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 15 de outubro de 2018.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 639/2018

Publicação Nº 1775556

DECRETO Nº 639/2018

EMENTA: "Homologa Termo de Fomento nº 09/2018 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF, com sede no Município de Porto União". "

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica homologado o Termo de Fomento nº 09/2018 que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de setembro de 2018.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2018.

Christian Agenor Martins	Elio Miguel Weber
Presidente	Vice - Presidente
Neilor Grabovski	Carlos Roderlei Pinto
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 247/2018

Publicação Nº 1775565

RESOLUÇÃO Nº 247/2018

Súmula: "DISPÕE SOBRE AS TRANSMISSÕES VIA INTERNET DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO DURANTE O PERÍODO ELEITORAL DE 2018"

A Mesa da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas na Lei Orgânica e Regimento Interno, após apreciação em Plenário:

RESOLVE

Art. 1º - Suspender, durante o período eleitoral e atendendo a Lei Federal nº 9.504/1997, as transmissões das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Porto União via internet, permanecendo inalterados os demais procedimentos de gravação, arquivo e trabalhos de controle das reuniões.

Art. 2º - Esta Resolução terá efeitos retroativos a 11/09/2018.

Porto União, 15 de outubro de 2018.

Christian Agenor Martins
Presidente

Élio Miguel Weber
Vice-Presidente

Neilor Grabowski
1º Secretário

Carlos Roderlei Pinto
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 248/2018

Publicação Nº 1775634

RESOLUÇÃO Nº 248/2018

EMENTA: "Dispõe sobre licença para tratar de interesses particulares".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33, inciso III, do Regimento Interno.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao vereador Fernando Antonio Moreira, licença de 30 (trinta) dias para tratar de interesses particulares, a partir de 19 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2018.

Christian Agenor Martins	Elio Miguel Weber
Presidente	Vice - Presidente
Neilor Grabowski	Carlos Roderlei Pinto
1º Secretário	2º Secretário

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 115/2018 de 15/10/2018

Publicação Nº 1775779

DECRETO Nº 115/2018 de 15/10/2018

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional: 10.301.0025.2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(8) 4.4.71.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional: 10.301.0025.2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(10) 4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de outubro de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 116/2018 de 17/10/2018

Publicação Nº 1775780

DECRETO Nº 116/2018 de 17/10/2018

Concessão de incentivo e estímulos de que trata a Lei nº 1.428/97 e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 1.428/97, de 28/11/1997 e suas alterações

CONSIDERANDO, requerimento enviado pela empresa Vilson Hersing 04991538980, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 31.382.281/0001-18 solicitando a administração incentivo com base na Lei 1.428/97 e suas alterações;

CONSIDERANDO, que a Comissão de Concessão de Incentivos e Estímulos, instituída pelo Decreto nº 121/2017 de 20/11/2017, emitiu parecer favorável a concessão solicitada;

CONSIDERANDO, que estão preenchidos os requisitos impostos pela Lei nº 1.428/97, dentre eles a criação de empregos e aumento na arrecadação;

DECRETA:

1º - Fica concedido os incentivos fiscais e econômicos para a empresa VILSON HERSING 04991538980 de que trata o art. 2º, incisos I e II da Lei nº 2.586/14

2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 17 de outubro de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2018 DE 15/10/2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POUSO REDONDO

Publicação Nº 1775998

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2018 de 15/10/2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POUSO REDONDO

Cria a central de regulação de procedimentos ambulatoriais, consultas e tratamentos especializados, e normatiza o seu funcionamento no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Redondo.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Secretário de Administração e Fazenda do Município de Pouso Redondo, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais.

DETERMINA:

Art. 1º Fica criada a central de regulação de procedimentos ambulatoriais, consultas e tratamentos especializados no âmbito da secretaria municipal de saúde de Pouso Redondo.

Art. 2º Ficam designadas as servidoras Leide Aline Giordani Verdi, Roselene dos Santos, Giseli Trentini e Cheila Schefer Heller, para desenvolverem as rotinas relacionadas à tramitação das solicitações, regulação, agendamento dos procedimentos e consultas, comunicação com os pacientes e equipes da estratégia de saúde da família e demais atores relacionadas ao processo.

Art. 3º Fica designada a servidora Cheila Schefer Heller, para exercer as atividades pertinentes a médico regulador da central.

Art. 4º Fica estipulado como sistema de gestão da regulação de procedimentos no âmbito municipal, o sistema SISREG III.

Art. 5º Fica estipulado que todos os especialistas que atendem no âmbito da secretaria municipal de saúde de Pouso Redondo, deverão disponibilizar a sua agenda de atendimentos no sistema SISREG III, para que todos os pacientes a serem atendidos sejam objeto do sistema de regulação de vagas.

Art. 6º Fica determinado que todas as solicitações de procedimentos ambulatoriais, consultas e tratamentos especializados, sejam feitas por meio digital, diretamente no sistema SISREG III, sendo que essas solicitações devem ser feitas pelo próprio profissional solicitante.

Art. 7º Fica determinado que cada profissional solicitante deverá ter um perfil próprio no sistema SISREG III, para realizar as solicitações e acompanhar a tramitação das mesmas.

Art. 8º Fica estipulado o prazo de adequação as medidas apresentadas, sendo o período compreendido entre os dias 15/10/2018 à 31/10/2018, a partir de 01/11/2018, somente serão aceitas solicitações realizadas dentro do sistema SISREG III.

Art. 9º Essas determinações entram em vigor a partir da data da sua publicação.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Gestor

Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo

Av. Ari Verdi, S/N – Centro – Pouso Redondo/SC – CEP 89.172-000

CNPJ 12.321.353/0001-72

PROCESSO 156 2018 - ILUMINAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1775578

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº156/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que fica aberto até às 14:00 horas do dia 30/10/2018, o edital para a realização de licitação para registro de preço para aquisição de materiais destinados à decoração natalina do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, fone (47) 3545-8700, e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de setembro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 19 2018 - FMS REFRIGERADOR PARA VACINAS

Publicação Nº 1775957

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até às 14:00 horas do dia 31/10/2018 o edital de objeto: Registro de Preços para AQUISIÇÃO de equipamento vertical, de formato externo e interno em aço retangular, desenvolvido especificamente para armazenamento científico de VACINAS. Maiores informações e o Edital completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, fone (47) 3545-8700, e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 17 de outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 150 2018 - PR 119 2018

Publicação Nº 1775608

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2018/
PROCESSO Nº150/2018

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu Prefeito Municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Presencial nº119/2018, de OBJETO: Aquisição de materiais para uso das Secretarias Municipais quando em obras, consertos, manutenção e serviços em geral. Onde fica alterado o descritivo dos itens do edital, conforme segue:

Item 03 altera-se a unidade de medida passando a ser M².

Item 14 passa a ser descrito: Boca-de-lobo pré-moldada em concreto, composta por sistema interno e caixa de retenção de sólidos com tampa que facilite a limpeza. O produto deverá comportar grelha e tampa pré-moldada em concreto, e dispor de sistema funcional para o escoamento de águas pluviais, dimensões mínimas: comprimento 80cm, largura 57cm, altura 45cm. (Obs. Este item prevê a aquisição apenas de boca-de-lobo, sem a grelha e a tampa de concreto pré-moldado).

Item 15 passa a ser descrito: Grelha pré-moldada em concreto armado com dimensões mínimas de 70cm de comprimento, 40cm de largura e 10cm de altura.

Item 16 passa a ser descrito: Tampa Cega pré-moldada em concreto armado com dimensões mínimas de 29cm de comprimento, 55cm de largura e 10cm de altura.

As demais alterações permanecem inalteradas. Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou maiores informações pelo telefone (47) 3545-8700.

Pouso Redondo, 17 de Outubro de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 30/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1775580

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2017 – RP

CONTRATO Nº. 30/2018 - ATA DE ADESAO DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADO: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

DO OBJETO: ADITIVAR EM 25 % (VINTE E CINCO POR CENTO) OS QUANTITATIVOS E POR CONSEQUENCIA OS VALORES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GEOFONAMENTO E PESQUISA DE VAZAMENTOS EM REDES DE ÁGUA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, FUNDAMENTADO NO ART. 65, I, § 1º DA LEI N.º 8.666/93.

DO VALOR: R\$ 9.875,10

DA VIGENCIA: 05/10/2018 à 31/12/2018.

PRAIA GRANDE – SC, 05 DE Outubro de Junho de 2018.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/2018 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A TODA MUNICIPALIDADE NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1775711



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.
Rubrica

EDITAL Pregão Presencial Nº 09/2018

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 312/2018 de 08/08/2018 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 09/2018, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A TODA MUNICIPALIDADE NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 31/10/2018
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 31/10/2018 às 09:15:00 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. **01 - PROPOSTA COMERCIAL**

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Preferencialmente as empresas deverão apresentar a proposta na forma digital

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

(PLANILHA ELETRÔNICA), primeiramente se cadastrando no site do Município <http://www.presidentenereu.sc.gov.br/>, para preenchimento dos itens na planilha eletrônica para cada empresa criando uma senha individual que será identificada na impressão da proposta, conforme caminho abaixo:

ROTEIRO PARA CADASTRO DE PROPOSTA ON-LINE

Endereço Eletrônico: <https://presidentenereu.atende.net>

Passo a passo para enviar proposta de licitações online:

1º passo: Fazer o cadastro da Empresa – escolher a finalidade: Serviços do Portal do Cidadão.

2º passo: Após realização do cadastro o portal atende net enviará e-mail contendo o link de liberação. A Empresa deverá clicar no link de confirmação (observar se o e-mail não foi para a caixa de “spam” ou “lixo eletrônico”).

Após a confirmação o acesso poderá ser liberado pelo Departamento de Licitações;

3º passo: Confirmado o e-mail de recebimento de cadastro, deverá ser encaminhado solicitação de liberação de acesso através do e-mail:

compras@presidentenereu.sc.gov.br

A senha a ser utilizada é a mesma do e-mail cadastrado.

OBS.: SE A EMPRESA JÁ FOR CADASTRADA FAZER O LOGIN.

4º passo: Após fazer o “login” ir para “buscar serviços”: digite nesse campo “propostas” e abrirá a tela: Enviar Proposta de Licitações;

5º passo: Enviar Proposta de Licitações: clique em acessar online;

6º passo: Enviar Proposta de Licitações: Escolha o Pregão ou Licitação desejada e clique no ícone à direita “adiciona proposta”. Após inserir a proposta clique em confirmar e imprimir relatório de propostas. Após confirmar a proposta observar se há a necessidade de desativar o “pop-up”, para impressão da proposta.

Obs. Após a impressão, assinar a proposta e inserir no envelope de proposta comercial (nº01).

NO CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO NO TELEFONE (47) 3362 1108.

2.1.3 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 31/10/2018 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 **Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios de Exclusividade quando não houver três licitantes na categoria de Micro Empresas, Pequenas Empresas e de Pequeno Porte, com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2018 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

6.1.13 Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará de Saúde) em vigor.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

6.1.14 Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela Secretaria Nacional da Vigilância Sanitária em nome da licitante que participa da licitação.

6.1.15 Certificado de regularidade do Conselho Regional de Farmácia, em vigor e com indicação do responsável técnico da empresa.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

**VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE
PEQUENO PORTE:**

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item "7"** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informados, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Gestor Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica**XIII - DA CONTRATAÇÃO**

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Descrição	
10.01 - 2022 - 33903039 - 0102000	

XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXI - DA VIGÊNCIA

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 16 de outubro de 2018.

BENTO BRAND
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°/20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°/20.....****PREGÃO PRESENCIAL N°/20....****PROCESSO N°/20.....****INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços paraPrefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE.....**1º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****2º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****3º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A TODA MUNICIPALIDADE NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

31/12/2018

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital nº 09/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de

condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Gestor Municipal **Pregoeiro**

Assinaturas fornecedores:

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A TODA MUNICIPALIDADE NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO..

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

- I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}
- II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas

decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 9/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 16 de outubro de 2018

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A TODA MUNICIPALIDADE NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	5.000	COMPRIMIDO	AAS 100 MG	R\$0,20	R\$ 1.000,00
2	5.000	COMPRIMIDO	AAS 500 GR ADULTO CPR	R\$0,08	R\$ 400,00
3	10.000	UNIDADE	AAS 100 MG TAMPONADO	R\$0,23	R\$ 2.300,00
4	600	FRASCOS	ACEBROFILINA 10 MG/120ML ADULTO	R\$7,00	R\$ 4.200,00
5	600	FRASCOS	ACEBROFILINA 5 MG/120ML ADULTO	R\$4,00	R\$ 2.400,00
6	400	TUBO	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G 20GR	R\$8,00	R\$ 3.200,00
7	6.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR CPR 200 MG	R\$0,20	R\$ 1.200,00
8	400	UNIDADE	ACICLOVIR CREME 50MG/G TUBO 10GR	R\$4,00	R\$ 1.600,00
9	300	FRASCOS	AD-TIL 1000UI/ML GOTAS	R\$9,00	R\$ 2.700,00
10	8.000	COMPRIMIDO	ACIDO FOLICO 5 MG.	R\$0,034	R\$ 272,00
11	8.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100 MG	R\$0,06	R\$ 480,00
12	10.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300 MG CPR.	R\$0,25	R\$ 2.500,00
13	400	FRASCOS	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML	R\$1,80	R\$ 720,00
14	4.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG CPR	R\$0,59	R\$ 2.360,00
15	9.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 0,5 MG	R\$0,22	R\$ 1.980,00
16	9.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 1,00 MG(B1)	R\$0,44	R\$ 3.960,00
17	8.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 2 MG	R\$0,23	R\$ 1.840,00
18	9.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO	R\$0,15	R\$ 1.350,00
19	7.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA 200 MG	R\$0,55	R\$ 3.850,00
20	8.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500 MG COMP.	R\$0,25	R\$ 2.000,00
21	500	FRASCOS	AMOXICILINA 250/5 MG/60ML	R\$6,94	R\$ 3.470,00
22	300	FRASCOS	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 500/125 MG.	R\$1,50	R\$ 450,00
23	300	FRASCOS	AMOXICILINA 250 MG/5ML CLAVULANATO DE POTASSIO 62,5MG/5ML FRASCO C/100 ML	R\$29,00	R\$ 8.700,00
24	300	FRASCOS	AMOXICILINA 400MG/5ML + CLAVULANATO DE POTASSIO 57MG/5ML FRASCO 70ML	R\$33,00	R\$ 9.900,00
25	8.000	UNIDADE	AZITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDOS	R\$0,50	R\$ 4.000,00
26	300	FRASCOS	AZITROMICINA 200/5ML 15 ML	R\$7,00	R\$ 2.100,00
27	4.000	UNIDADE	AMPICILINA 500 MG COMPRIMIDOS	R\$0,35	R\$ 1.400,00
28	7.000	UNIDADE	ANLODIPINO 5 MG CPR	R\$0,036	R\$ 252,00
29	11.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO 10MG	R\$0,15	R\$ 1.650,00
30	5.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25 MG CPR	R\$0,05	R\$ 250,00
31	25.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG COMP.	R\$0,06	R\$ 1.500,00
32	3.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 100 MG CPR.	R\$0,12	R\$ 360,00
33	1.000	CARTELA	ANTICONCEPCIONA (LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG)	R\$0,05	R\$ 50,00
34	200	FRASCOS	IPRATOPIO BROMETO 0,25 MG/ML	R\$1,50	R\$ 300,00
35	200	FRASCOS	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML 20 ML	R\$4,50	R\$ 900,00

36	200	FRASCOS	BENZOATO DE BENZILA 25% 100 ML.	R\$4,00	R\$ 800,00
37	7.000	UNIDADE	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG C/28	R\$0,60	R\$ 4.200,00
38	200	UNIDADE	BROMOPRIDA 4MG/ML	R\$1,60	R\$ 320,00
39	11.000	COMPRIMI DO	BROMAZEPAM 3 MG	R\$1,70	R\$ 18.700,00
40	15.000	COMPRIMI DO	BROMAZEPAM 6 MG	R\$0,22	R\$ 3.300,00
41	4.000	UNIDADE	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	R\$0,60	R\$ 2.400,00
42	8.000	UNIDADE	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10/250 MG CPR.	R\$0,68	R\$ 5.440,00
43	400	FRASCOS	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA MONOIDRATADA 6,67/333,4MG/20ML	R\$10,00	R\$ 4.000,00
44	5.000	COMPRIMI DO	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG+ PARACETAMOL 500 MG	R\$0,55	R\$ 2.750,00
45	10.000	UNIDADE	CAPTOPRIL 25 MG CPR	R\$0,03	R\$ 300,00
46	12.000	UNIDADE	CAPTOPRIL 50 MG CPR	R\$0,80	R\$ 9.600,00
47	8.000	COMPRIMI DO	CARBAMAZEPINA 200MG COMP.	R\$0,12	R\$ 960,00
48	6.000	COMPRIMI DO	CARDIPODA + LEVODOPA 25/250MG	R\$1,20	R\$ 7.200,00
49	300	FRASCOS	CARBOCISTEINA 20 MG/ 100 ML	R\$4,00	R\$ 1.200,00
50	500	FRASCOS	CARBOCISTEINA 50MG/ML	R\$6,00	R\$ 3.000,00
51	21.000	UNIDADE	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	R\$0,40	R\$ 8.400,00
52	8.000	UNIDADE	CARBONATO DE LITIO 300 MG	R\$0,40	R\$ 3.200,00
53	3.000	COMPRIMI DO	CAVERDILOL 3,125 MG	R\$0,12	R\$ 360,00
54	5.000	COMPRIMI DO	CAVERDILOL 6,25MG	R\$0,13	R\$ 650,00
55	10.000	COMPRIMI DO	CAVERDILOL 12,5MG	R\$0,16	R\$ 1.600,00
56	5.000	COMPRIMI DO	CAVERDILOL 25 MG	R\$0,16	R\$ 800,00
57	10.000	COMPRIMI DO	CEFALEXINA 500 MG	R\$0,60	R\$ 6.000,00
58	300	FRASCOS	CEFALEXINA SUSPENSAO 250/5 ML FRASCO 60ML	R\$7,00	R\$ 2.100,00
59	600	TUBO	CETOCONAZOL 20 MG/ML- TUBO 30G	R\$3,20	R\$ 1.920,00
60	3.000	UNIDADE	CETOCONAZOL 200 MG CPR	R\$0,30	R\$ 900,00
61	3.000	COMPRIMI DO	CILOSTAZOL 50 MG	R\$0,55	R\$ 1.650,00
62	9.000	COMPRIMI DO	CILOSTAZOL 100 MG CPR	R\$1,00	R\$ 9.000,00
63	3.000	COMPRIMI DO	CIMETIDINA 200 MG CPR	R\$0,21	R\$ 630,00
64	5.000	UNIDADE	CINARIZINA 75 MG CPR	R\$0,69	R\$ 3.450,00
65	5.000	COMPRIMI DO	CIPROFIBRATO 100 MG	R\$0,69	R\$ 3.450,00
66	5.000	UNIDADE	CIPROFLOXACINO 500 MG CPR	R\$0,25	R\$ 1.250,00
67	30.000	COMPRIMI DO	CITALOPRAM 20 MG	R\$0,25	R\$ 7.500,00
68	5.000	COMPRIMI DO	CLARITROMICINA 500 MG	R\$7,00	R\$ 35.000,00
69	7.000	COMPRIMI DO	CLONAZEPAM 0,5 MG	R\$0,12	R\$ 840,00
70	29.000	COMPRIMI DO	CLONAZEPAM 2MG	R\$0,11	R\$ 3.190,00
71	900	FRASCOS	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GTS 20 ML	R\$6,00	R\$ 5.400,00
72	400	FRASCOS	CLORETO DE SODIO 0,9% MG/ ML + CLORETO DE BENZANCONIO 0,01% MG/ML	R\$1,00	R\$ 400,00
73	4.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG	R\$0,35	R\$ 1.400,00
74	4.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG	R\$0,32	R\$ 1.280,00
75	6.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG	R\$1,30	R\$ 7.800,00
76	5.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG	R\$0,22	R\$ 1.100,00
77	300	FRASCOS	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30 MG/5ML 100 ML ADULTO	R\$3,00	R\$ 900,00
78	30.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE AMITRIPILINA 25 MG	R\$0,70	R\$ 21.000,00
79	4.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100 MG	R\$0,21	R\$ 840,00
80	6.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE HIRALAZINA 25 MG	R\$0,55	R\$ 3.300,00
81	3.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG	R\$0,55	R\$ 1.650,00
82	4.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	R\$0,60	R\$ 2.400,00

83	4.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50 MG	R\$1,80	R\$ 7.200,00
84	40.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20 MG	R\$0,27	R\$ 10.800,00
85	40.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	R\$0,27	R\$ 10.800,00
86	40.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG	R\$1,30	R\$ 52.000,00
87	40.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG	R\$1,50	R\$ 60.000,00
88	6.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 37,5 MG	R\$0,65	R\$ 3.900,00
89	300	TUBO	COLAGENASE 0,6U/G+ CLORANGENICOL 0,01G/G	R\$16,00	R\$ 4.800,00
90	300	TUBO	COLAGENASE 0,6 U/G	R\$16,00	R\$ 4.800,00
91	5.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG.	R\$0,70	R\$ 3.500,00
92	2.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG	R\$0,18	R\$ 360,00
93	8.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE RANITINA 150 MG	R\$0,15	R\$ 1.200,00
94	150	FRASCOS	CLORIDRATO DE RANITIDINA XAROPE 150MG/10ML	R\$6,00	R\$ 900,00
95	8.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG	R\$0,03	R\$ 240,00
96	4.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG - COMPRIMIDO	R\$0,18	R\$ 720,00
97	4.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	R\$0,20	R\$ 800,00
98	400	FRASCOS	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML	R\$0,98	R\$ 392,00
99	8.000	UNIDADE	CICLOPENAZAPRINA CLORIDRATO 10 MG	R\$0,42	R\$ 3.360,00
100	15.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	R\$0,19	R\$ 2.850,00
101	1.000	TUBO	DEXAMETASONA CREME 1MG/G	R\$1,20	R\$ 1.200,00
102	3.000	COMPRIMI DO	DILTIAZEN 60 MG	R\$0,20	R\$ 600,00
103	9.000	UNIDADE	DIAZEPAN COMP. 10 MG	R\$0,10	R\$ 900,00
104	4.000	COMPRIMI DO	DIAZEPAN 0,5 MG COMPRIMIDOS	R\$0,07	R\$ 280,00
105	8.000	COMPRIMI DO	DICLOFENACO DE POTASSIO 50 MG	R\$0,09	R\$ 720,00
106	10.000	COMPRIMI DO	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG	R\$0,05	R\$ 500,00
107	300	FRASCOS	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML FRASCO 20 ML	R\$4,90	R\$ 1.470,00
108	1.000	TUBO	DICLOFENACO DIETILAMINIO 11.6MG/G	R\$5,00	R\$ 5.000,00
109	500	FRASCOS	DIPIRONA 500 MG/20 ML	R\$1,90	R\$ 950,00
110	17.000	COMPRIMI DO	DIPIRONA 500 MG COMP.	R\$0,13	R\$ 2.210,00
111	300	FRASCOS	DIMETICONA 75 MG GOTAS 10 ML	R\$1,95	R\$ 585,00
112	4.000	COMPRIMI DO	DIMETICONA 40MG CPR.	R\$0,20	R\$ 800,00
113	5.000	COMPRIMI DO	DIGOXINA 25 MG	R\$0,09	R\$ 450,00
114	200	FRASCOS	DIGOXINA PEDIATRICO 0,05 MG/ML 60 ML	R\$8,50	R\$ 1.700,00
115	15.000	COMPRIMI DO	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50MG	R\$0,70	R\$ 10.500,00
116	10.000	COMPRIMI DO	DOMPERIDONA 10MG	R\$0,20	R\$ 2.000,00
117	300	UNIDADE	DOMPERIDONA 1 MG/ML	R\$14,00	R\$ 4.200,00
118	300	UNIDADE	DIMENIDRINATO 25MG ASSOCIADO COM CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG/ML 20 ML	R\$6,80	R\$ 2.040,00
119	14.000	COMPRIMI DO	DIMENIDRATO 50 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 10 MG	R\$0,30	R\$ 4.200,00
120	25.000	COMPRIMI DO	ENALAPRIL 10 MG CPR	R\$0,07	R\$ 1.750,00
121	25.000	UNIDADE	ENALAPRIL 20MG COMPRIMIDO	R\$0,09	R\$ 2.250,00
122	8.000	UNIDADE	ENALAPRIL 05 MG CPR.	R\$0,08	R\$ 640,00
123	3.000	COMPRIMI DO	ERITROMICINA 500 MG	R\$1,10	R\$ 3.300,00
124	50	UNIDADE	RETINOL+AMINOACIDOS+CLORANFENICOL 3,5 TUBO	R\$18,00	R\$ 900,00
125	100	FRASCOS	ERITROMICINA 50 MG/ML 60 ML	R\$7,00	R\$ 700,00
126	10.000	COMPRIMI DO	ESPIROLACTONA 25 MG	R\$0,22	R\$ 2.200,00
127	5.000	COMPRIMI DO	ESPIROLACTONA 50MG	R\$0,40	R\$ 2.000,00
128	4.000	COMPRIMI DO	FENITOINA 100 MG	R\$0,22	R\$ 880,00
129	5.000	UNIDADE	FENOBARBITAL 100 MG COMP.	R\$0,15	R\$ 750,00
130	100	UNIDADE	FENOBARBITAL SOLUCAO ORAL 40MG/ML	R\$3,20	R\$ 320,00
131	500	TUBO	PROTETOR SOLAR FPS 60 120 GR	R\$21,00	R\$ 10.500,00
132	9.000	COMPRIMI	FINASTERIDA 5 MG	R\$0,72	R\$ 6.480,00

		DO			
133	3.000	COMPRIMI	FLUCONAZOL 150 MG CPR	R\$0,39	R\$ 1.170,00
		DO			
134	15.000	COMPRIMI	FUROSEMIDA 40 MG CPR.	R\$0,059	R\$ 885,00
		DO			
135	8.000	COMPRIMI	GLIBENCLAMIDA 5 MG CPR	R\$0,03	R\$ 240,00
		DO			
136	4.000	COMPRIMI	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO	R\$0,17	R\$ 680,00
		DO			
137	100	FRASCOS	HALOPERIDOL GOTAS 20ML 02MG/ML	R\$3,70	R\$ 370,00
138	20.000	UNIDADE	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG -COMPRIMIDOS	R\$0,028	R\$ 560,00
139	20.000	UNIDADE	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - COMPRIMIDO	R\$0,07	R\$ 1.400,00
140	500	TUBO	HIPOGLOS CREME	R\$4,70	R\$ 2.350,00
141	400	FRASCOS	IBUPROFENO 50MG/ML 30 ML	R\$1,50	R\$ 600,00
142	12.000	UNIDADE	IBUPROFENO 600 MG CPR	R\$0,21	R\$ 2.520,00
143	3.000	COMPRIMI	BISACORDIL 5 MG	R\$0,19	R\$ 570,00
		DO			
144	300	FRASCOS	IODETO DE POTASSIO 100 MG/ 5ML ADULTO E	R\$3,20	R\$ 960,00
			INFANTIL		
145	300	FRASCOS	HIDROXIDO DE ALUMINIO 6% SUSPENSAO 100ML	R\$2,40	R\$ 720,00
146	2.000	COMPRIMI	ISSOSSORBIDA 05 MG SUBLINGUAL (DINITRATO)	R\$0,35	R\$ 700,00
		DO			
147	3.000	COMPRIMI	ISSOSSORBIDA 10 MG (DINITRATO)	R\$0,45	R\$ 1.350,00
		DO			
148	10.000	COMPRIMI	ISSOSSORBIDA 20 MG (MONONITRATO)	R\$0,17	R\$ 1.700,00
		DO			
149	5.000	COMPRIMI	ISSOSSORBIDA 40 MG (MONONITRATO)	R\$0,25	R\$ 1.250,00
		DO			
150	2.000	COMPRIMI	ITRACONAZOL 100 MG	R\$1,40	R\$ 2.800,00
		DO			
151	4.000	COMPRIMI	IVERMECTINA 6 MG CPR	R\$0,35	R\$ 1.400,00
		DO			
152	2.000	COMPRIMI	LEVODOPA 200 MG+ CLORIDRATO DE BENZERAZIDA	R\$3,20	R\$ 6.400,00
		DO	50 MG		
153	4.000	COMPRIMI	LEVOFLOXACINO 500 MG	R\$1,60	R\$ 6.400,00
		DO			
154	2.000	COMPRIMI	LEVOMEPRMAZINA 100MG	R\$1,30	R\$ 2.600,00
		DO			
155	200	FRASCOS	LEVOMEPRMAZINA 40MG / ML	R\$14,00	R\$ 2.800,00
156	2.000	COMPRIMI	LEVOMEPRMAZINA 25 MG	R\$0,60	R\$ 1.200,00
		DO			
157	5.000	COMPRIMI	LEVOTIROXINA 100MG CPR	R\$0,27	R\$ 1.350,00
		DO			
158	15.000	COMPRIMI	LEVOTIROXINA 50MG CPR	R\$0,30	R\$ 4.500,00
		DO			
159	15.000	COMPRIMI	LEVOTIROXINA 25 MG	R\$0,25	R\$ 3.750,00
		DO			
160	4.000	COMPRIMI	LEVOTIROXINA 88 MG. CPR.	R\$0,40	R\$ 1.600,00
		DO			
161	100	UNIDADE	LEVONORGESTREL 0,75 MG CX /2 CP.	R\$10,00	R\$ 1.000,00
162	5.000	COMPRIMI	LORATADINA 10 MG	R\$0,10	R\$ 500,00
		DO			
163	300	UNIDADE	LORATADINA 1 MG/ML 100 ML	R\$3,00	R\$ 900,00
164	2.000	COMPRIMI	LORAZEPAM 2 MG	R\$0,15	R\$ 300,00
		DO			
165	2.000	COMPRIMI	LOSARTANA 100 MG	R\$0,40	R\$ 800,00
		DO			
166	5.000	COMPRIMI	LOSARTANA 50 MG	R\$0,06	R\$ 300,00
		DO			
167	2.500	COMPRIMI	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG	R\$0,10	R\$ 250,00
		DO			
168	200	FRASCOS	MALEATO DE DEXCLOFERAMINA 0,4 MG/ML FRASCO	R\$1,50	R\$ 300,00
			COM 100 ML		
169	200	FRASCOS	MALEATO DE DEXCLOFERAMINA 0,4 MG/ML+	R\$6,00	R\$ 1.200,00
			BETAMETASONA 0,05 MG/ML		
170	2.000	COMPRIMI	MEBENDAZOL 100 MG CPR.	R\$0,07	R\$ 140,00
		DO			
171	200	FRASCOS	MEBENDAZOL SUSP. 20 MG 30 ML	R\$1,50	R\$ 300,00
172	2.000	COMPRIMI	METRONIDAZOL 250 MG CPR	R\$0,19	R\$ 380,00
		DO			
173	3.000	COMPRIMI	METRONIDAZOL 400 MG CPR.	R\$0,50	R\$ 1.500,00
		DO			
174	200	FRASCOS	BENZOILMETRONIDAZOL SUSP. 40 MG/ML 100 ML	R\$4,18	R\$ 836,00
175	600	TUBO	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G	R\$8,00	R\$ 4.800,00
176	600	TUBO	METRONIDAZOL 100 MG/G + NISTATINA 20.000 UI/G	R\$10,70	R\$ 6.420,00
177	24.000	COMPRIMI	MESALATO DE DUOMO 2 MG	R\$0,21	R\$ 5.040,00

		DO			
178	6.000	COMPRIMI DO	METFORMINA 500 MG COMP	R\$0,13	R\$ 780,00
179	6.000	COMPRIMI DO	METFORMINA 850 MG COMP.	R\$0,10	R\$ 600,00
180	6.000	COMPRIMI DO	METIDOPA 250MG	R\$0,60	R\$ 3.600,00
181	6.000	COMPRIMI DO	METIDOPA 500MG	R\$1,00	R\$ 6.000,00
182	4.000	COMPRIMI DO	MIDAZOLAM 15 MG	R\$1,90	R\$ 7.600,00
183	200	UNIDADE	TIMOLOL, MALEATO DE COLIRIO 0,5%	R\$1,80	R\$ 360,00
184	600	TUBO	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/80 5 VAGINAL	R\$9,00	R\$ 5.400,00
185	200	TUBO	NITRATO DE MICONAZOL USO TOPICO 20 MG/G	R\$3,00	R\$ 600,00
186	1.000	UNIDADE	NEOMICINA 10G	R\$1,50	R\$ 1.500,00
187	20.000	COMPRIMI DO	NIMESULIDA 100 MG - COMPRIMIDO	R\$0,10	R\$ 2.000,00
188	200	UNIDADE	NIMESULIDA 50 MG/ML	R\$1,80	R\$ 360,00
189	3.000	COMPRIMI DO	NIFEDIPINO 20 MG	R\$0,15	R\$ 450,00
190	600	UNIDADE	NISTATINA 25000 UI/G	R\$5,24	R\$ 3.144,00
191	400	FRASCOS	NISTATINA SOLUÇÃO 100.000 UI/ 50 ML	R\$5,00	R\$ 2.000,00
192	4.000	COMPRIMI DO	NITROFURANTOINA 100MG COMPRIMIDO	R\$0,40	R\$ 1.600,00
193	100	UNIDADE	NORETISTERONA 0,35 MG/C/35CP - CARTELAS	R\$11,00	R\$ 1.100,00
194	4.000	COMPRIMI DO	NORFLOXACINO 400 MG CPR	R\$0,39	R\$ 1.560,00
195	400	FRASCOS	OLEO MINERAL 100 ML	R\$4,00	R\$ 1.600,00
196	75.000	COMPRIMI DO	OMEPRAZOL 20 MG CPR	R\$0,13	R\$ 9.750,00
197	3.000	COMPRIMI DO	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	R\$1,00	R\$ 3.000,00
198	27.000	COMPRIMI DO	PARACETAMOL 500MG CPR	R\$0,06	R\$ 1.620,00
199	20.000	COMPRIMI DO	PARACETAMOL 750MG CPR	R\$0,11	R\$ 2.200,00
200	8.000	COMPRIMI DO	PARACETAMOL 500 MG + CODEINA 50 MG	R\$0,55	R\$ 4.400,00
201	500	FRASCOS	PARACETAMOL 200MG/ML 15ML	R\$1,10	R\$ 550,00
202	200	FRASCOS	PASTA D' AGUA 120 GR	R\$5,50	R\$ 1.100,00
203	4.000	UNIDADE	PERMAGANATO DE POTASSIO 100 MG	R\$0,13	R\$ 520,00
204	200	FRASCOS	PERMETRINA LOCAO 1% 60 ML	R\$2,50	R\$ 500,00
205	200	FRASCOS	PERMETRINA LOCAO CREMOSA 5% 60ML	R\$4,50	R\$ 900,00
206	3.000	COMPRIMI DO	PIROXICAM 20MG	R\$2,30	R\$ 6.900,00
207	200	FRASCOS	POLIVITAMINICO COMPLEXO B GOTAS 30ML	R\$4,00	R\$ 800,00
208	15.000	COMPRIMI DO	POLIVITAMINICO (VITFORTE)	R\$0,23	R\$ 3.450,00
209	20.000	UNIDADE	PREGABALINA 75 MG	R\$2,50	R\$ 50.000,00
210	5.000	COMPRIMI DO	PREDNISONA 5MG CPR	R\$0,10	R\$ 500,00
211	10.000	COMPRIMI DO	PREDNISONA 20 MG CPR	R\$0,34	R\$ 3.400,00
212	10.000	COMPRIMI DO	PROPATILNITRATO 10 MG	R\$0,79	R\$ 7.900,00
213	500	FRASCOS	PREDNISOLONA 3MG/ML FRASCO 60ML	R\$6,00	R\$ 3.000,00
214	300	UNIDADE	PROPIONATO DE CLOBETASOL 0,5MG/G 30G	R\$6,30	R\$ 1.890,00
215	400	UNIDADE	RIFAMICINA SODICA 10MG/ML	R\$4,00	R\$ 1.600,00
216	8.000	COMPRIMI DO	RISPERIDONA 2 MG	R\$0,48	R\$ 3.840,00
217	13.000	COMPRIMI DO	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG CPR.	R\$0,92	R\$ 11.960,00
218	500	FRASCOS	SABUTAMOL SPRAY 100 MCG/200 D+ ADAPTADOR 500 FR	R\$12,00	R\$ 6.000,00
219	3.000	COMPRIMI DO	SABUTAMOL 2 MG COMP.	R\$0,35	R\$ 1.050,00
220	400	FRASCOS	SABUTAMOL 0,4 MG/ 100 ML	R\$1,65	R\$ 660,00
221	30.000	COMPRIMI DO	SINVASTATINA 20 MG	R\$0,15	R\$ 4.500,00
222	10.000	COMPRIMI DO	SINVASTATINA 40 MG	R\$0,28	R\$ 2.800,00
223	4.000	COMPRIMI DO	SUCCINATO DE METROPOLOL 50MG	R\$1,40	R\$ 5.600,00
224	3.000	COMPRIMI DO	SUCCINATO DE METROPOLOL 50MG	R\$1,45	R\$ 4.350,00
225	600	TUBO	SULFADIAZINA PRATA 10 MG/ G	R\$6,00	R\$ 3.600,00

226	400	FRASCOS	SULFAMETOXAZOL 200 MG /ML + TRIMETOPRIMA 40 MG/5 ML / 100 ML	R\$2,40	R\$ 960,00
227	4.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG	R\$0,15	R\$ 600,00
228	10.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40 MG CPR	R\$0,05	R\$ 500,00
229	200	FRASCOS	SULFATO FERROSO 125MG/ML FRASCO 30ML	R\$1,00	R\$ 200,00
230	5.000	COMPRIMIDO	VALPROATO DE SODIO 250MG	R\$0,52	R\$ 2.600,00
231	50	FRASCOS	VALPROATO DE SODIO 250 MG/ML	R\$4,80	R\$ 240,00
232	4.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SODICA 5 MG CPR	R\$0,15	R\$ 600,00
233	1.500	UNIDADE	RIVAROXABANA 15 MG	R\$14,00	R\$ 21.000,00
234	300	AMPOLA	DICLOFENACO SODIO 25 MG/ML - IM-EV	R\$0,80	R\$ 240,00
235	500	AMPOLA	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5 ML EV/IM	R\$2,00	R\$ 1.000,00
236	400	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG -EV	R\$3,00	R\$ 1.200,00
237	300	AMPOLA	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ML IV	R\$3,00	R\$ 900,00
238	600	AMPOLA	DIPIRONA MONOIDRATADA 1 G-2ML/IM E IV	R\$0,50	R\$ 300,00
239	300	AMPOLA	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG/2ML (IM) 2ML	R\$3,00	R\$ 900,00
240	200	AMPOLA	ENOXAPARINA SODICA 100 MG/ML 40 MG/0,4ML - EV/SC	R\$39,00	R\$ 7.800,00
241	200	AMPOLA	DESLANOSIDEO 0,4 MG/ 2 ML - EV/IM	R\$2,00	R\$ 400,00
242	300	AMPOLA	FUROSEMIDA 10 MG/ML - IV/IM	R\$0,75	R\$ 225,00
243	200	AMPOLA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML 1ML EV/IM/SC	R\$1,50	R\$ 300,00
244	600	AMPOLA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML+ DIPIRONA MONOIDRATADA - IV/ IM	R\$2,30	R\$ 1.380,00
245	100	UNIDADE	HEPARINA SODICA 5000 UI/250ML/SC	R\$6,00	R\$ 600,00
246	500	AMPOLA	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG/ 2ML IM/IV	R\$0,50	R\$ 250,00
247	300	UNIDADE	GLICOSE 25% HIPERTONICA 10ML - IV	R\$0,40	R\$ 120,00
248	300	UNIDADE	GLICOSE 50% 10 ML - IV	R\$0,40	R\$ 120,00
249	300	UNIDADE	AGUA PARA INJEÇÃO 10 ML - IV	R\$0,22	R\$ 66,00
250	800	TUBO	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20 MG/ML GEL 30 GR.	R\$4,00	R\$ 3.200,00
251	200	AMPOLA	SULFATO DE ATROPINA 0,50 MG/ ML - IV,SC,IM	R\$1,00	R\$ 200,00
252	100	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ ML 10 ML - IV	R\$1,25	R\$ 125,00
253	100	AMPOLA	OCITOCINA 5UI ML(EV/IM) 1ML	R\$1,50	R\$ 150,00
254	100	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML - IM/IV/SC	R\$4,30	R\$ 430,00
255	100	AMPOLA	SULFATO DE TERTUBALINA 0,5 MG/ML 1 ML IV/SC	R\$3,50	R\$ 350,00
256	200	AMPOLA	CIMETIDINA 150 MG/ML (IM/IV) 2ML	R\$1,28	R\$ 256,00
257	200	UNIDADE	ACIDO ASCORBICO 100MG/ML - 5 ML IV/IM - VITAMINA C	R\$0,68	R\$ 136,00
258	200	AMPOLA	SULFATO DE AMICACINA 50 MG/ML - IV/IM	R\$1,00	R\$ 200,00
259	400	AMPOLA	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG/ 2 ML - IM	R\$20,00	R\$ 8.000,00
260	200	AMPOLA	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 20 MG/ ML - IV	R\$9,00	R\$ 1.800,00
261	200	FRASCOS	TENOXICAM 20 MG - EV/ IM FRASCOS	R\$6,06	R\$ 1.212,00
262	200	UNIDADE	SULFATO DE GENTAMICINA 40 MG / ML IV/ IM / SUBCONJUNTIVAL	R\$1,70	R\$ 340,00
263	500	AMPOLA	POLIVITAMINICO 2 ML - IM/ IV	R\$6,00	R\$ 3.000,00
264	200	AMPOLA	HIMITARTATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ 4 ML - IV	R\$4,00	R\$ 800,00
265	300	FRASCOS	CEFTRIAXONA DISSICA HEMIEPTAIDRATA 1 G= IM/IV FR.	R\$6,00	R\$ 1.800,00
266	150	FRASCOS	CLORIDRATO DE LIDOCAINA EPINEFRINA 20 MG/ML (2%) + 0,005 MG/ML VIA INFILTRAÇÃO	R\$3,50	R\$ 525,00
267	150	FRASCOS	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 10 MG/ML (1%) SEM VASO DILATADOR 20ML VIA INFILTRAÇÃO OI IV	R\$2,10	R\$ 315,00
268	200	AMPOLA	OMEPRAZOL SODICO 40 MG - IV	R\$8,50	R\$ 1.700,00
269	200	AMPOLA	SUCCINATO SODICO DE HIDROCORTISONA 100 MG - IM / IV	R\$3,50	R\$ 700,00
270	200	AMPOLA	SUCCINATO DE HIDROCORTISONA 500 MG - IM / IV	R\$7,00	R\$ 1.400,00
271	200	FRASCOS	BENZILPENICILINA BENZATINA 600000 UI - IM	R\$12,00	R\$ 2.400,00
272	200	FRASCOS	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200000 UI - IM	R\$13,50	R\$ 2.700,00
273	50	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10% 100MG/ML - IV 10ML	R\$0,37	R\$ 18,50
274	200	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10ML - IV	R\$0,35	R\$ 70,00
275	100	AMPOLA	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 5MG/ML 1ML	R\$3,80	R\$ 380,00
276	300	UNIDADE	DIAZEPAN 10 MG / 2 ML IV/ IM (AMPOLA)	R\$0,90	R\$ 270,00
277	100	AMPOLA	FENOBARBITAL SODICO INJ. 200MG/ML 1 IM	R\$2,80	R\$ 280,00
278	300	AMPOLA	SULFATO DE MOFINA 1,0 MG/ 2 ML - IM/EV	R\$7,00	R\$ 2.100,00
279	100	AMPOLA	MIDAZOLAM 5MG/ML - 3 ML- IM/IV/ RETAL	R\$1,20	R\$ 120,00
280	500	AMPOLA	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG /01 ML- (50 MG/ML) IM/ IV	R\$2,00	R\$ 1.000,00
281	100	AMPOLA	FENITOINA SODICA 5% (50MG/ML) IV/ IM	R\$3,00	R\$ 300,00
282	300	AMPOLA	DEMEDROX 150 MG/ML	R\$61,00	R\$ 18.300,00
283	100	AMPOLA	MESIGYNA 1 ML	R\$50,00	R\$ 5.000,00
284	5.000	UNIDADE	ALBENDAZOL 400 MG COMP.	R\$0,70	R\$ 3.500,00

285	10.000	COMPRIMI DO	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + VIT D 400 MG	R\$0,33	R\$ 3.300,00
286	5.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	R\$0,32	R\$ 1.600,00
287	10.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG COMPRIMIDOS	R\$0,08	R\$ 800,00
288	8.000	COMPRIMI DO	COMPLEXO B CPR.	R\$0,12	R\$ 960,00
289	4.000	COMPRIMI DO	CIPROFIBRATO 100 MG	R\$0,70	R\$ 2.800,00
290	500	TUBO	OXIDO DE ZINCO + VIT A e D POMADA 45 GR	R\$4,80	R\$ 2.400,00
291	50	AMPOLA	SULFATO DE MAGNESIO INJ 10% 10 ML	R\$0,45	R\$ 22,50
292	600	COMPRIMI DO	EMPAGLIFRORZINA 25 MG	R\$12,00	R\$ 7.200,00
293	600	COMPRIMI DO	LEVODOPA + BESERAZIDA 100/25 BD	R\$3,80	R\$ 2.280,00
294	600	COMPRIMI DO	LEVODOPA + BESERAZIDA 100/25 HBS	R\$3,80	R\$ 2.280,00
295	600	COMPRIMI DO	LINAGLIPTINA 5 MG	R\$12,00	R\$ 7.200,00
296	1.000	COMPRIMI DO	BECLOFENO 10 MG	R\$0,16	R\$ 160,00
297	600	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE OXIBUTINA 5 MG	R\$1,40	R\$ 840,00
298	600	COMPRIMI DO	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5 MG	R\$0,49	R\$ 294,00
299	600	COMPRIMI DO	MELILOTUS OFFICINALIS 26,7 MG	R\$4,00	R\$ 2.400,00
300	600	UNIDADE	CLORIDRATO DE SOTALOL 160 MG 30 COMP MERCK	R\$2,60	R\$ 1.560,00
301	100	AMPOLA	HALOPERIDOL 5MG INJETAVEL	R\$1,80	R\$ 180,00
302	5.000	COMPRIMI DO	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG	R\$0,50	R\$ 2.500,00
303	200	FRASCOS	LIDOCAINA 10% SPRAY 50 ML	R\$80,00	R\$ 16.000,00
304	1.000	ENVELOP E	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9 G (ENVELOPES)	R\$1,00	R\$ 1.000,00

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. --- -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....
Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL**

NOME DE EMPRESA: _____
CNPJ: _____
INSCRIÇÃO ESTADUAL _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
RUA: _____ **Nº.** _____
BAIRRO: _____
CEP: _____
CIDADE: _____ **UF:** _____
FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para distribuição a toda municipalidade na farmácia básica do município. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	5.000	COMPRIMIDO	AAS 100 MG		
2	5.000	COMPRIMIDO	AAS 500 GR ADULTO CPR		
3	10.000	UNIDADE	AAS 100 MG TAMPONADO		
4	600	FRASCOS	ACEBROFILINA 10 MG/120ML ADULTO		
5	600	FRASCOS	ACEBROFILINA 5 MG/120ML ADULTO		
6	400	TUBO	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G 20GR		
7	6.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR CPR 200 MG		
8	400	UNIDADE	ACICLOVIR CREME 50MG/G TUBO 10GR		
9	300	FRASCOS	AD-TIL 1000UI/ML GOTAS		
10	8.000	COMPRIMIDO	ACIDO FOLICO 5 MG.		
11	8.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100 MG		
12	10.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300 MG CPR.		
13	400	FRASCOS	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML		
14	4.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG CPR		
15	9.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 0,5 MG		
16	9.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 1,00 MG(B1)		
17	8.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 2 MG		
18	9.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO		
19	7.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA 200 MG		
20	8.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500 MG COMP.		
21	500	FRASCOS	AMOXICILINA 250/5 MG/60ML		

22	300	FRASCOS	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 500/125 MG.		
23	300	FRASCOS	AMOXICILINA 250 MG/5ML CLAVULANATO DE POTASSIO 62,5MG/5ML FRASCO C/100 ML		
24	300	FRASCOS	AMOXICILINA 400MG/5ML + CLAVULANATO DE POTASSIO 57MG/5ML FRASCO 70ML		
25	8.000	UNIDADE	AZITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDOS		
26	300	FRASCOS	AZITROMICINA 200/5ML 15 ML		
27	4.000	UNIDADE	AMPICILINA 500 MG COMPRIMIDOS		
28	7.000	UNIDADE	ANLODIPINO 5 MG CPR		
29	11.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO 10MG		
30	5.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25 MG CPR		
31	25.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG COMP.		
32	3.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 100 MG CPR.		
33	1.000	CARTELA	ANTICONCEPCIONA (LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG)		
34	200	FRASCOS	IPRATOPIO BROMETO 0,25 MG/ML		
35	200	FRASCOS	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML 20 ML		
36	200	FRASCOS	BENZOATO DE BENZILA 25% 100 ML.		
37	7.000	UNIDADE	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG C/28		
38	200	UNIDADE	BROMOPRIDA 4MG/ML		
39	11.000	COMPRIMIDO	BROMAZEPAM 3 MG		
40	15.000	COMPRIMIDO	BROMAZEPAM 6 MG		
41	4.000	UNIDADE	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG		
42	8.000	UNIDADE	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10/250 MG CPR.		
43	400	FRASCOS	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA MONOIDRATADA 6,67/333,4MG/20ML		
44	5.000	COMPRIMIDO	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG+ PARACETAMOL 500 MG		
45	10.000	UNIDADE	CAPTOPRIL 25 MG CPR		
46	12.000	UNIDADE	CAPTOPRIL 50 MG CPR		
47	8.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG COMP.		
48	6.000	COMPRIMIDO	CARDIPODA + LEVODOPA 25/250MG		
49	300	FRASCOS	CARBOCISTEINA 20 MG/ 100 ML		
50	500	FRASCOS	CARBOCISTEINA 50MG/ML		
51	21.000	UNIDADE	CARBONATO DE CALCIO 500 MG		
52	8.000	UNIDADE	CARBONATO DE LITIO 300 MG		
53	3.000	COMPRIMIDO	CAVERDILOL 3,125 MG		
54	5.000	COMPRIMIDO	CAVERDILOL 6,25MG		
55	10.000	COMPRIMIDO	CAVERDILOL 12,5MG		
56	5.000	COMPRIMIDO	CAVERDILOL 25 MG		
57	10.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500 MG		
58	300	FRASCOS	CEFALEXINA SUSPENSAO 250/5 ML FRASCO 60ML		
59	600	TUBO	CETOCONAZOL 20 MG/ML- TUBO 30G		
60	3.000	UNIDADE	CETOCONAZOL 200 MG CPR		
61	3.000	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 50 MG		
62	9.000	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100 MG CPR		
63	3.000	COMPRIMIDO	CIMETIDINA 200 MG CPR		
64	5.000	UNIDADE	CINARIZINA 75 MG CPR		
65	5.000	COMPRIMIDO	CIPROFIBRATO 100 MG		
66	5.000	UNIDADE	CIPROFLOXACINO 500 MG CPR		
67	30.000	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20 MG		
68	5.000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500 MG		
69	7.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 0,5 MG		
70	29.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG		

71	900	FRASCOS	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GTS 20 ML		
72	400	FRASCOS	CLORETO DE SODIO 0,9% MG/ ML + CLORETO DE BENZANCONIO 0,01% MG/ML		
73	4.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG		
74	4.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG		
75	6.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG		
76	5.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG		
77	300	FRASCOS	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30 MG/5ML 100 ML ADULTO		
78	30.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG		
79	4.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100 MG		
80	6.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE HIRALAZINA 25 MG		
81	3.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG		
82	4.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG		
83	4.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50 MG		
84	40.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20 MG		
85	40.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG		
86	40.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG		
87	40.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG		
88	6.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 37,5 MG		
89	300	TUBO	COLAGENASE 0,6U/G+ CLORANGENICOL 0,01G/G		
90	300	TUBO	COLAGENASE 0,6 U/G		
91	5.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG.		
92	2.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG		
93	8.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE RANITINA 150 MG		
94	150	FRASCOS	CLORIDRATO DE RANITIDINA XAROPE 150MG/10ML		
95	8.000	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG		
96	4.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG - COMPRIMIDO		
97	4.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG		
98	400	FRASCOS	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML		
99	8.000	UNIDADE	CICLOPENAZAPRINA CLORIDRATO 10 MG		
100	15.000	UNIDADE	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG		
101	1.000	TUBO	DEXAMETASONA CREME 1MG/G		
102	3.000	COMPRIMIDO	DILTIAZEN 60 MG		
103	9.000	UNIDADE	DIAZEPAN COMP. 10 MG		
104	4.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 0,5 MG COMPRIMIDOS		
105	8.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO DE POTASSIO 50 MG		
106	10.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG		
107	300	FRASCOS	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML FRASCO 20 ML		
108	1.000	TUBO	DICLOFENACO DIETILAMINIO 11.6MG/G		
109	500	FRASCOS	DIPIRONA 500 MG/20 ML		
110	17.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA 500 MG COMP.		
111	300	FRASCOS	DIMETICONA 75 MG GOTAS 10 ML		
112	4.000	COMPRIMIDO	DIMETICONA 40MG CPR.		
113	5.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 25 MG		
114	200	FRASCOS	DIGOXINA PEDIATRICO 0,05 MG/ML 60 ML		
115	15.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50MG		
116	10.000	COMPRIMIDO	DOMPERIDONA 10MG		
117	300	UNIDADE	DOMPERIDONA 1 MG/ML		

118	300	UNIDADE	DIMENIDRINATO 25MG ASSOCIADO COM CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG/ML 20 ML		
119	14.000	COMPRIMIDO	DIMENIDRATO 50 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 10 MG		
120	25.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL 10 MG CPR		
121	25.000	UNIDADE	ENALAPRIL 20MG COMPRIMIDO		
122	8.000	UNIDADE	ENALAPRIL 05 MG CPR.		
123	3.000	COMPRIMIDO	ERITROMICINA 500 MG		
124	50	UNIDADE	RETINOL+AMINOACIDOS+CLORANFENICOL 3,5 TUBO		
125	100	FRASCOS	ERITROMICINA 50 MG/ML 60 ML		
126	10.000	COMPRIMIDO	ESPIROLACTONA 25 MG		
127	5.000	COMPRIMIDO	ESPIROLACTONA 50MG		
128	4.000	COMPRIMIDO	FENITOINA 100 MG		
129	5.000	UNIDADE	FENOBARBITAL 100 MG COMP.		
130	100	UNIDADE	FENOBARBITAL SOLUCAO ORAL 40MG/ML		
131	500	TUBO	PROTETOR SOLAR FPS 60 120 GR		
132	9.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5 MG		
133	3.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150 MG CPR		
134	15.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40 MG CPR.		
135	8.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5 MG CPR		
136	4.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO		
137	100	FRASCOS	HALOPERIDOL GOTAS 20ML 02MG/ML		
138	20.000	UNIDADE	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG -COMPRIMIDOS		
139	20.000	UNIDADE	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - COMPRIMIDO		
140	500	TUBO	HIPOGLOS CREME		
141	400	FRASCOS	IBUPROFENO 50MG/ML 30 ML		
142	12.000	UNIDADE	IBUPROFENO 600 MG CPR		
143	3.000	COMPRIMIDO	BISACORDIL 5 MG		
144	300	FRASCOS	IODETO DE POTASSIO 100 MG/ 5ML ADULTO E INFANTIL		
145	300	FRASCOS	HIDROXIDO DE ALUMINIO 6% SUSPENSAO 100ML		
146	2.000	COMPRIMIDO	ISSOSSORBIDA 05 MG SUBLINGUAL (DINITRATO)		
147	3.000	COMPRIMIDO	ISSOSSORBIDA 10 MG (DINITRATO)		
148	10.000	COMPRIMIDO	ISSOSSORBIDA 20 MG (MONONITRATO)		
149	5.000	COMPRIMIDO	ISSOSSORBIDA 40 MG (MONONITRATO)		
150	2.000	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100 MG		
151	4.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6 MG CPR		
152	2.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200 MG+ CLORIDRATO DE BENZERAZIDA 50 MG		
153	4.000	COMPRIMIDO	LEVOFLOXACINO 500 MG		
154	2.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPRMAZINA 100MG		
155	200	FRASCOS	LEVOMEPRMAZINA 40MG / ML		
156	2.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPRMAZINA 25 MG		
157	5.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA 100MG CPR		
158	15.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA 50MG CPR		
159	15.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA 25 MG		
160	4.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA 88 MG. CPR.		
161	100	UNIDADE	LEVONORGESTREL 0,75 MG CX /2 CP.		
162	5.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10 MG		
163	300	UNIDADE	LORATADINA 1 MG/ML 100 ML		
164	2.000	COMPRIMIDO	LORAZEPAM 2 MG		

165	2.000	COMPRIMI DO	LOSARTANA 100 MG		
166	5.000	COMPRIMI DO	LOSARTANA 50 MG		
167	2.500	COMPRIMI DO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG		
168	200	FRASCOS	MALEATO DE DEXCLOFERAMINA 0,4 MG/ML FRASCO COM 100 ML		
169	200	FRASCOS	MALEATO DE DEXCLOFERAMINA 0,4 MG/ML+ BETAMETASONA 0,05 MG/ML		
170	2.000	COMPRIMI DO	MEBENDAZOL 100 MG CPR.		
171	200	FRASCOS	MEBENDAZOL SUSP. 20 MG 30 ML		
172	2.000	COMPRIMI DO	METRONIDAZOL 250 MG CPR		
173	3.000	COMPRIMI DO	METRONIDAZOL 400 MG CPR.		
174	200	FRASCOS	BENZOILMETRONIDAZOL SUSP. 40 MG/ML 100 ML		
175	600	TUBO	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G		
176	600	TUBO	METRONIDAZOL 100 MG/G + NISTATINA 20.000 UI/G		
177	24.000	COMPRIMI DO	MESALATO DE DUOMO 2 MG		
178	6.000	COMPRIMI DO	METFORMINA 500 MG COMP		
179	6.000	COMPRIMI DO	METFORMINA 850 MG COMP.		
180	6.000	COMPRIMI DO	METIDOPA 250MG		
181	6.000	COMPRIMI DO	METIDOPA 500MG		
182	4.000	COMPRIMI DO	MIDAZOLAM 15 MG		
183	200	UNIDADE	TIMOLOL, MALEATO DE COLIRIO 0,5%		
184	600	TUBO	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/80 5 VAGINAL		
185	200	TUBO	NITRATO DE MICONAZOL USO TOPICO 20 MG/G		
186	1.000	UNIDADE	NEOMICINA 10G		
187	20.000	COMPRIMI DO	NIMESULIDA 100 MG - COMPRIMIDO		
188	200	UNIDADE	NIMESULIDA 50 MG/ML		
189	3.000	COMPRIMI DO	NIFEDIPINO 20 MG		
190	600	UNIDADE	NISTATINA 25000 UI/G		
191	400	FRASCOS	NISTATINA SOLUÇÃO 100.000 UI/ 50 ML		
192	4.000	COMPRIMI DO	NITROFURANTOINA 100MG COMPRIMIDO		
193	100	UNIDADE	NORETISTERONA 0,35 MG/C/35CP - CARTELAS		
194	4.000	COMPRIMI DO	NORFLOXACINO 400 MG CPR		
195	400	FRASCOS	OLEO MINERAL 100 ML		
196	75.000	COMPRIMI DO	OMEPRAZOL 20 MG CPR		
197	3.000	COMPRIMI DO	OXCARBAMAZEPINA 300 MG		
198	27.000	COMPRIMI DO	PARACETAMOL 500MG CPR		
199	20.000	COMPRIMI DO	PARACETAMOL 750MG CPR		
200	8.000	COMPRIMI DO	PARACETAMOL 500 MG + CODEINA 50 MG		
201	500	FRASCOS	PARACETAMOL 200MG/ML 15ML		
202	200	FRASCOS	PASTA D' AGUA 120 GR		
203	4.000	UNIDADE	PERMAGANATO DE POTASSIO 100 MG		
204	200	FRASCOS	PERMETRINA LOCAO 1% 60 ML		
205	200	FRASCOS	PERMETRINA LOCAO CREMOSA 5% 60ML		
206	3.000	COMPRIMI DO	PIROXICAM 20MG		
207	200	FRASCOS	POLIVITAMINICO COMPLEXO B GOTAS 30ML		
208	15.000	COMPRIMI DO	POLIVITAMINICO (VITFORTE)		
209	20.000	UNIDADE	PREGABALINA 75 MG		
210	5.000	COMPRIMI DO	PREDNISONA 5MG CPR		
211	10.000	COMPRIMI DO	PREDNISONA 20 MG CPR		
212	10.000	COMPRIMI DO	PROPATILNITRATO 10 MG		

213	500	FRASCOS	PREDNISOLONA 3MG/ML FRASCO 60ML		
214	300	UNIDADE	PROPIONATO DE CLOBETASOL 0,5MG/G 30G		
215	400	UNIDADE	RIFAMICINA SODICA 10MG/ML		
216	8.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG		
217	13.000	COMPRIMIDO	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG CPR.		
218	500	FRASCOS	SABUTAMOL SPRAY 100 MCG/200 D+ ADAPTADOR 500 FR		
219	3.000	COMPRIMIDO	SABUTAMOL 2 MG COMP.		
220	400	FRASCOS	SABUTAMOL 0,4 MG/ 100 ML		
221	30.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20 MG		
222	10.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40 MG		
223	4.000	COMPRIMIDO	SUCCINATO DE METROPOLOL 50MG		
224	3.000	COMPRIMIDO	SUCCINATO DE METROPOLOL 50MG		
225	600	TUBO	SULFADIAZINA PRATA 10 MG/ G		
226	400	FRASCOS	SULFAMETOXAZOL 200 MG /ML + TRIMETOPRIMA 40 MG/5 ML / 100 ML		
227	4.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG		
228	10.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40 MG CPR		
229	200	FRASCOS	SULFATO FERROSO 125MG/ML FRASCO 30ML		
230	5.000	COMPRIMIDO	VALPROATO DE SODIO 250MG		
231	50	FRASCOS	VALPROATO DE SODIO 250 MG/ML		
232	4.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SODICA 5 MG CPR		
233	1.500	UNIDADE	RIVAROXABANA 15 MG		
234	300	AMPOLA	DICLOFENACO SODIO 25 MG/ML - IM-EV		
235	500	AMPOLA	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5 ML EV/IM		
236	400	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG -EV		
237	300	AMPOLA	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ML IV		
238	600	AMPOLA	DIPIRONA MONOIDRATADA 1 G-2ML/IM E IV		
239	300	AMPOLA	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG/2ML (IM) 2ML		
240	200	AMPOLA	ENOXAPARINA SODICA 100 MG/ML 40 MG/0,4ML - EV/SC		
241	200	AMPOLA	DESLANOSIDEO 0,4 MG/ 2 ML - EV/IM		
242	300	AMPOLA	FUROSEMIDA 10 MG/ML - IV/IM		
243	200	AMPOLA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML 1ML EV/IM/SC		
244	600	AMPOLA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML+ DIPIRONA MONOIDRATADA - IV/ IM		
245	100	UNIDADE	HEPARINA SODICA 5000 UI/250ML/SC		
246	500	AMPOLA	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG/ 2ML IM/IV		
247	300	UNIDADE	GLICOSE 25% HIPERTONICA 10ML - IV		
248	300	UNIDADE	GLICOSE 50% 10 ML - IV		
249	300	UNIDADE	AGUA PARA INJEÇÃO 10 ML - IV		
250	800	TUBO	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20 MG/ML GEL 30 GR.		
251	200	AMPOLA	SULFATO DE ATROPINA 0,50 MG/ ML - IV,SC,IM		
252	100	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ ML 10 ML - IV		
253	100	AMPOLA	OCITOCINA 5UI ML(EV/IM) 1ML		
254	100	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML - IM/IV/SC		
255	100	AMPOLA	SULFATO DE TERTUBALINA 0.5 MG/ML 1 ML IV/SC		
256	200	AMPOLA	CIMETIDINA 150 MG/ML (IM/IV) 2ML		
257	200	UNIDADE	ACIDO ASCORBICO 100MG/ML - 5 ML IV/IM - VITAMINA C		
258	200	AMPOLA	SULFATO DE AMICACINA 50 MG/ML - IV/IM		
259	400	AMPOLA	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG/ 2 ML - IM		
260	200	AMPOLA	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 20 MG/ ML - IV		
261	200	FRASCOS	TENOXICAM 20 MG - EV/ IM FRASCOS		
262	200	UNIDADE	SULFATO DE GENTAMICINA 40 MG / ML IV/ IM / SUBCONJUNTIVAL		
263	500	AMPOLA	POLIVITAMINICO 2 ML - IM/ IV		
264	200	AMPOLA	HIMITARTATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ 4 ML - IV		
265	300	FRASCOS	CEFTRIAXONA DISSICA HEMIEPTAIDRATA 1 G= IM/IV FR.		
266	150	FRASCOS	CLORIDRATO DE LIDOCAINA EPINEFRINA 20 MG/ML (2%) + 0,005 MG/ML VIA INFILTRAÇÃO		
267	150	FRASCOS	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 10 MG/ML (1%) SEM VASO DILATADOR 20ML VIA INFILTRAÇÃO OI IV		

268	200	AMPOLA	OMEPRAZOL SODICO 40 MG - IV		
269	200	AMPOLA	SUCCINATO SODICO DE HIDROCORTISONA 100 MG - IM / IV		
270	200	AMPOLA	SUCCINATO DE HIDROCORTISONA 500 MG - IM / IV		
271	200	FRASCOS	BENZILPENICILINA BENZATINA 600000 UI - IM		
272	200	FRASCOS	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200000 UI - IM		
273	50	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10% 100MG/ML - IV 10ML		
274	200	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10ML - IV		
275	100	AMPOLA	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 5MG/ML 1ML		
276	300	UNIDADE	DIAZEPAN 10 MG / 2 ML IV/ IM (AMPOLA)		
277	100	AMPOLA	FENOBARBITAL SODICO INJ. 200MG/ML 1 IM		
278	300	AMPOLA	SULFATO DE MOFINA 1,0 MG/ 2 ML - IM/EV		
279	100	AMPOLA	MIDAZOLAM 5MG/ML - 3 ML- IM/IV/ RETAL		
280	500	AMPOLA	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG /01 ML- (50 MG/ML) IM/ IV		
281	100	AMPOLA	FENITOINA SODICA 5% (50MG/ML) IV/ IM		
282	300	AMPOLA	DEMEDROX 150 MG/ML		
283	100	AMPOLA	MESIGYNA 1 ML		
284	5.000	UNIDADE	ALBENDAZOL 400 MG COMP.		
285	10.000	COMPRIMI	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + VIT D 400 MG DO		
286	5.000	COMPRIMI	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG DO		
287	10.000	COMPRIMI	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG COMPRIMIDOS DO		
288	8.000	COMPRIMI	COMPLEXO B CPR. DO		
289	4.000	COMPRIMI	CIPROFIBRATO 100 MG DO		
290	500	TUBO	OXIDO DE ZINCO + VIT A e D POMADA 45 GR		
291	50	AMPOLA	SULFATO DE MAGNESIO INJ 10% 10 ML		
292	600	COMPRIMI	EMPAGLIFRORZINA 25 MG DO		
293	600	COMPRIMI	LEVODOPA + BESERAZIDA 100/25 BD DO		
294	600	COMPRIMI	LEVODOPA + BESERAZIDA 100/25 HBS DO		
295	600	COMPRIMI	LINAGLIPTINA 5 MG DO		
296	1.000	COMPRIMI	BECLOFENO 10 MG DO		
297	600	COMPRIMI	CLORIDRATO DE OXIBUTINA 5 MG DO		
298	600	COMPRIMI	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5 MG DO		
299	600	COMPRIMI	MELILOTUS OFFICINALIS 26,7 MG DO		
300	600	UNIDADE	CLORIDRATO DE SOTALOL 160 MG 30 COMP MERCK		
301	100	AMPOLA	HALOPERIDOL 5MG INJETAVEL		
302	5.000	COMPRIMI	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG DO		
303	200	FRASCOS	LIDOCAINA 10% SPRAY 50 ML		
304	1.000	ENVELOP	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9 G (ENVELOPES) E		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 50/2018.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNIC

Publicação Nº 1775731

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

D PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2018

Onde se lê: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018 lê se PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018.

Devido a alterações. Presidente Nereu/SC, 17 de outubro de 2018. ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal.

EDITAL Pregão Presencial Nº50/2018 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

1. PREÂMBULO

1.1 O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 312/2018 de 08/08/2018 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 50/2018, do tipo maior desconto, Por Lote, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1.2. O Credenciamento, o que possibilita direito de manifestação das empresas participantes, será realizado às 09h00min do dia 29 de outubro de 2018, na qual serão entregues os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.3. O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na sala de reuniões do Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal, na Praça Leão Dehon, nº 50, Bairro Centro – Presidente Nereu – SC.

DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, do tipo "maior percentual de desconto por lote", equivalente ao menor preço, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. Entende-se por frota todos os veículos do Município de Presidente Nereu distribuído por categorias, quais sejam: veículos de passeio (LEVES), vans, caminhões, ônibus, micro-ônibus, máquinas pesadas e tratores, conforme descrição no Termo de Referência em anexo.

2.3. Subentende-se por "peças originais", produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, determinando que este produto seja inteiramente novo, sem que tenha passado por nenhum processo de reciclagem ou recondicionamento nem manufatura, com a marca da montadora registrada e embalada na caixa original com identificação da montadora.

2.4. Os valores dos descontos ofertados pelas licitantes deverão ser calculados com base nos preços constantes no tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA® ou outro similar a ser aceito pelo município de Presidente Nereu.

2.5. Os licitantes deverão obrigatoriamente dispor da tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou outro similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu, para identificação imediata da peça a ser fornecida e dos serviços a serem realizados, e verificação do preço sugerido pela montadora.

2.6. No caso em que a peça e/ou serviço solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou outra similar, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante aplicando o mesmo percentual de desconto ofertado.

2.7. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peça e/ou serviço e o valor final individualizado de cada peça e/ou serviço.

2.7. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras.

2.8. Os licitantes que não possuírem os equipamentos mínimos e infraestrutura de trabalho instalados no município de Presidente Nereu, para o bom desenvolvimento dos serviços a serem contratados, deverão obrigatoriamente fazer a retirada e entrega dos veículos no município, em local indicado pelo setor de compras do município.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão Presencial.

3.2. Poderão participar desta licitação, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes na elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.3. Comproven possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo da "DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO".

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; e,

d) Estrangeiras que não funcionem no País;

DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Que deverão vir fora dos envelopes Proposta de Preços e Habilitação a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, Contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, ou carta de credenciamento Anexo VII da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

Para a carta de credenciamento é necessário ter reconhecido assinatura quando se tratar de credenciamento de representante da empresa para tal poderes, e não quando se tratar de sócio majoritário ou dono da empresa.

c) DECLARAÇÃO de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo no Anexo V ao Edital.

4.2. DECLARAÇÃO de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo no Anexo V ao Edital, somente para as Micro-empresas ou Empresas de Pequeno Porte que porventura estiverem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

4.3 No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO em um dos dois regimes, caso a mesma queira se utilizar e se beneficiar do tratamento diferenciado na presente licitação, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Modelo Anexo VIII.

4.5 COPIA DEVIDAMENTE AUTENTICA DOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE E CPF OU CARTEIRA DE MOTORISTA.

A autenticação poderá ser feita por fé pública por funcionário do setor de Licitações.

4.6 A ausência de representante da empresa licitante ou a falta dos poderes do representante presente para formulação de propostas e/ou oferta de novos preços, impedirá a empresa de participar dos lances verbais. Ficando registrado o preço constante na proposta escrita.

4.7 O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.8 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.9 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, poderá importar a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 29/10/2018

b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).

c) prefeitura municipal de Presidente Nereu sala de licitações

d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.

e) Abertura do processo: 29/10/2018 às 09:15:00 horas.

5.2. Declarada aberta à sessão pelo (a) Pregoeiro (a), o (s) representante (s) da (s) Empresa (s) licitante (s) entregará (ão) os envelopes contendo a (s) proposta (s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

PREGÃO No 50/2018
RAZÃO SOCIAL E No DO CNPJ DO LICITANTE

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
PREGÃO No 50/2017
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE

5.5. Inicialmente, será aberto o ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS - e, após, o ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexo, que dele fazem parte integrante.
- 6.2 A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- 6.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) Nome, endereço, telefone, fax, e-mail;
 - b) CNPJ e inscrição estadual;
 - c) Número do Pregão Presencial;
 - d) Uma única cotação, com valor total por lote, em % (percentuais), expressos em algarismos e por extenso.
 - e) Prazo de validade não inferior a 60 dias a contar da data de abertura deste Pregão.
 - f) Não serão aceitas propostas para os lotes, com valores de itens zerados, ficando assim o licitante desclassificado para tal lote.
- 6.4 Após apresentação e aceitação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 6.5 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.6 Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste Edital.
- 6.7 A Proposta Comercial apresentada em desacordo com este Edital ou o preenchimento incorreto dos itens necessários para o julgamento implicará na desclassificação.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
(Artigo 4o, VIII, IX, X, XI, XII, XV, XVI, XVII e XXIII da Lei no 10.520/02)

- 7.1. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- 7.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a);
- 7.3. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de julgamento "maior desconto percentual por lote", observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.
- 7.3.1. O percentual inicial mínimo da proposta será de 10% (dez por cento).
- 7.4. Lido os preços, o (a) Pregoeiro (a) relacionará todas as propostas, por percentual e em ordem decrescente.
- 7.5. O Pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de MAIOR PERCENTUAL de desconto oferecido, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos inferiores em até 10% (dez por cento), da melhor proposta, para participarem dos lances verbais;
- 7.5.1. O Pregoeiro efetuará a classificação das propostas levando em consideração o maior desconto ofertado.
- 7.5.2. O maior percentual de desconto ofertado será aplicado, quando da contratação, sobre o fornecimento de peças original conforme valores constantes da tabela e ornamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar.
- 7.5.3. Para peças originais e outras peças, será obedecida a seguinte regra:

Peças Originais	DPO	DPO %
Peças Genuínas	DPG	DPO x 2
Outras Peças	DOP	DPO x 3

sendo:

DPO = desconto ofertado para peças originais

DPG = desconto para peças genuínas

DOP = desconto para outras peças

- 7.5.3.1. Peças original (mecânica, elétrica ou acessório): Considera-se: peça original – aquela peça, nova e de primeiro uso, distribuída pela

montadora do veículo, com garantia desta;

7.5.3.2. Peças genuína (mecânica, elétrica ou acessório): aquela peça, nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este;

7.5.3.3. Outras peças (mecânica, elétrica ou acessório): aquelas que não se enquadrem como genuína ou original (subentendem-se as paralelas, de 1ª linha) que apresentem garantia de 06(seis) meses;

7.5.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do Lote respectivo que concorreu, que será efetuado PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

7.5.5. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem descontos excessivos ou manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

7.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus percentuais ofertados na proposta escrita, desde que estejam acima do valor mínimo pré-estabelecido neste edital;

7.7. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de menor percentual e os demais, em ordem crescente de valor;

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

7.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital;

7.10. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.12. Sendo aceitável a proposta de MAIOR PERCENTUAL, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

7.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

7.14. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

7.15. Nas situações previstas nos subitens 7.10, 7.11 e 7.14, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

7.16. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar à assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

7.17. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas, sendo verificada a ocorrência de empate técnico, através dos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, para a etapa de lances, considerando-se para as selecionadas o último lance ofertado.

7.17.1 Entende-se por empate técnico aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.17.2 Para efeito do disposto no subitem 9.6.1 acima, ocorrendo o empate técnico, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.6.1 acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.6.1 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação poderá ser apresentada em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião.

8.2 As MICROEMPRESAS e EMPRESAS de PEQUENO PORTE, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do item acima, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º da Lei nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO a ser firmado, ou revogar a licitação.

8.3 O registro cadastral da Prefeitura de Presidente Nereu, não substitui os documentos, devendo ser apresentados por todos os licitantes.

8.4 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ, com o endereço respectivo, ou seja, se a licitante for a Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da Matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:

8.6 Serão dispensados da Filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da Matriz.

8.7 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.8 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.9 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e, não sendo apresentados os documentos originais para a verificação, a licitante poderá ser inabilitada.

8.10 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

8.11 Constatada através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente INABILITADO e prosseguirá a sessão.

8.12 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.13 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.14 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.15 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

8.16 O município de Presidente Nereu/SC poderá utilizar os sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para comprovação da regularidade do licitante.

8.17 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos preferencialmente em ordem a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

8.18 REGULARIDADE FISCAL:

8.18.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.2 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 003 de 22/11/2005.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de Julho de 2011.

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.4 Certidão Negativa de Débitos Estaduais emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado ou documento equivalente que comprove a regularidade.

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.5 Certidão Negativa de Tributos municipais, emitida pela Prefeitura da sede da licitante;

8.18.6 Certidão Negativa de Débito (CND) FGTS, Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – FGTS pelo CNPJ ou pelo CEI.

8.19 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.19.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, Conforme disposto no anexo IV.

8.19.2 Declaração de atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz. Conforme disposto no Anexo VI.

8.20 – QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

8.20.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a) A Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, em data não superior a 90 (noventa) dias da data marcada para abertura da licitação.

8.21 – Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8.21 - Não havendo empresa classificada como vencedora do certame apresentado à documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora do certame.

8.21 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

9.2. Caberá (ao) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de 24h00min (vinte e quatro horas).

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como a legislação vigente.

9.5. Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da lei 8.666/93.

10. DOS RECURSOS

(Artigo 4º, XVIII, XIX, XX e XXI da Lei no 10.520/2002.

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3. O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

10.6. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu/Setor de Licitação.

10.7. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

11. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1. O fornecimento dos produtos será fracionado, de acordo com a necessidade de cada Secretaria, para o período de doze meses,

devendo ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, devidamente autorizada pelo Secretário da Pasta Competente.

11.2. O ato de recebimento do item licitado, não importa em sua aceitação. A critério do(a) Secretário(a) da Pasta, as peças e/ou serviço serão submetidas à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor a troca, dentro de 05 (cinco) dias úteis, de itens, que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentar defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação, podendo o fornecedor sofrer sanções previstas em lei 8666/93 e 10.520/02, a respeito da entrega de materiais em desconformidade ao exigido no edital, sobre quebra de cláusula contratual.

11.3. A Administração Pública poderá se recusar a receber os itens do objeto licitado, caso estes estejam em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

11.4. Os itens licitados terão que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade técnica;

11.5. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

11.6. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

11.7. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de Presidente Nereu e seus Fundos Municipais;

11.8. A responsabilidade pela alimentação correta dos sistemas, fica a cargo da contratada, isentando o município de quaisquer funções, seja orçamento, execução ou outros no sistemas obrigatórios de uso.

12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10º (décimo) dia após a entrega dos itens e emissão da referida nota fiscal.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

12.3. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que a adjudicatória tome as medidas saneadoras necessárias.

12.4. O pagamento fica condicionado às condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal do item 8.2.2 das alíneas "a" à, "g", cujas certidões deverão ser mantidas em dia pela adjudicatária/contratada.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal e serão informados quando da utilização da Ata de Registro de Preços.

13.2. O preço global para aquisição das peças e/ou serviço objeto deste Pregão foi estimado em Valor Total Previsto: R\$ R\$ 1.596,730 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta Reais), para o período de doze meses.

13.3. Os valores indicados no subitem 13.2 constituem-se em mera estimativa não se obrigando o Município de Presidente Nereu a utilizá-los integralmente.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Municipalidade poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

14.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

14.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Presidente Nereu/SC, por prazo

de até 02 (dois) anos, e,

14.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

14.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo ainda proceder à cobrança judicial da multa.

14.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Presidente Nereu.

15. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (Artigo 14 da Lei 8666/93)

15.1. A frota pertencente ao Município de Presidente Nereu e seus Fundos Municipais compõe-se de veículos, divididos em categorias: veículos LEVES, Vans, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS MAQUINAS PESADAS E TRATORES, conforme termo de referência anexo

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 43, § 3º e Artigo 65, §1º da Lei 8.666/93)

16.1. É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1. A anulação do procedimento induz à do contrato.

16.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será no primeiro dia útil posterior na mesma hora e local.

16.6. O pregoeiro poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital e seus anexos, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para a entrega das propostas. Tais aditamentos, modificações ou revisões, serão publicados no site oficial do município no endereço www.presidentenereu.sc.gov.br e encaminhadas através de e-mail ou fac-símile a todos os interessados que tenham adquirido o Edital desta licitação e encaminhado o recibo de retirada, e na hipótese de influírem substancialmente na elaboração das propostas, será dada divulgação pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu.

16.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.9. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do PREGÃO, por escrito, ao (a) Pregoeiro (a), devendo ter sido protocolizada no Setor de Licitações da Prefeitura.

16.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.11. Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/93.

16.12. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os anexos abaixo, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

- a) I - Termo de Referência – Especificação Técnica;
- b) II – Tabela de Valores;
- c) III - Formulário Padrão de Propostas de Preços;
- d) IV - Declaração de Fato Superveniente;
- e) V - Declaração que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
- f) VI - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição;
- g) VII - Carta de Credenciamento;
- h) VIII - Declaração para ME e EPP;
- i) IX – Declaração de possuir equipamentos mínimos;
- j) X - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Presidente Nereu – SC, 16 de outubro de 2018.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTOS
PREGÃO Nº 50/2018 ABERTURA DIA 16 de outubro de 2018 – ÀS 09:15HS
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUÍNAS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADOS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

A especificação será de acordo com as peças genuínas, conforme descrição constante do sistema da Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu. A Secretaria solicitante definirá se a peça a ser adquirida será original, genuína ou outra e o cálculo do desconto para as originais ou outras será de acordo com a regra de cálculo constante do item 7.5.3 deste Edital.

O valor de cada peça, para fins de cálculo do desconto, será o constante da tabela Oficial do Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu.

AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR EM SUA PROPOSTA O DESCONTO MINIMO DE 10% (DEZ POR CENTO).

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	VEICULOS LEVES			
	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	2007/2008	MDV8184	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
02	FIAT/UNO MILLE WAY ECON.	2012/2013	MJC6103	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
03	GM/CORSA CLASSIC	2003/2004	MCN2136	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
04	GM/CORSA GL	1998/1998	LZM5351	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
05	VW - GOL 1.6	2014/2014	MLP6392	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5937	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5967	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08	VW - SPACE FOX TREND GII	2012/2013	MLA4188	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09	VW - GOL 1.6	2018	QIR 7811	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10	VW - SPACEFOX TREND GII	2012/2012	MJH8213	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
11	VW - GOL SPECIAL	2002/2003	MBN0425	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
12	QQ 1.0 LOOK	2017/2018	QIU2021	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
13	CHEVROLET/CLASSIC LS	2013/2014	MLV1073	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
14	GOL 1.0	2007/2208	MEE1987	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS
15	VW/ GOL 1.6	2009/2010	MFZ 1257	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
16	FIAT DOBLO 1.8	2006/2006	MAR 7893	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEICULOS VANS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT DUCATO MC TCA MIC	2014/2014	OKE6195	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02	RENAULT MASTERAMB ROT	2010/2010	MIE0246	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03	PEGEOT BOXER	2017	QIJ 3136	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
04	VW /KOMBI ESCOLAR	2010/2011	MHZ 6041	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05	PEUGEOT BOXER HDI TCA MC ESCOLAR	2010/2011	MJS 6589	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
06	PEUGEOT BOXER M 350 LH	2012/2013	QIJ3136	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07	TOYOTA/BANDEIRANTES	1994/1994	LZW3355	SECRETARIA DE TRANS. OBRAS

MICROÔNIBUS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON ESCOLAR/AGRALE	2003/2003	MCT 6808	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKW 6756	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6295	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6285	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CAMINHÕES E ÔNIBUS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	VW /16.180 CO 184CV ONIBUS ESCOLAR 49 LUGARES	1995/1995	ICT 1534	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	FORD CARGO 2629	2014/2014	QHF6432	SECRETARIA DE OBRAS
03	CAM. M. BENZ BASCULANTE	2014/2014	MCU4923	SECRETARIA DE OBRAS
04	MERCEDES BENS	1987/1987	BXI0625	SECRETARIA DE OBRAS
05	FORD CARGO 2629	2014/2014	MMI5065	SECRETARIA DE OBRAS
06	FORD CARGO 2629	2014/204	MMI4995	SECRETARIA DE OBRAS
07	VOLVO/VM 260	2010/2010	MGU4387	SECRETARIA DE OBRAS

MAQUINAS PESADAS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	RETROESCAVADEIRA-416E- NEW HOLLANDO	2010	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
02	MOTONIVELADORA-120K-CATERPILLER	2014	23493	SECRETARIA DE OBRAS
03	PÁ CARREGADEIRA- ZL 30H- XCMG	2010	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
04	ESCAVADEIRA HDRAULICA-PC 130-8- KOMATSU	2018	38555-01	SECRETARIA DE OBRAS
05	PÁ CARREGADEIRA- 422 ZX- JCB	2018	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
06	RETROESCAVADEIRA -3CX - JCB	2018	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
07	RETROESCAVADEIRA - LB90- NEW HOLLAND	2010	38555-01	FUNDO AGROPECUARIO
08	RETROESCAVADEIRA- RD 406 RANDON	2018	40088-01	FUNDO AGROPECUARIO

TRATORES

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
02	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
03	TL 65 NEW HOLLAND -MOTOR IVECO	2000	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO
04	TT 4030 NEW HOLLAND-MOTOR IVECO	2017	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO

• Os veículos indicados na relação de veículos, poderão sofrer alterações no decorrer do contrato, em virtude de novas aquisições, retirada de veículo da frota municipal, bem como outras situações, sempre ficando a critério do município a realização de alterações de acordo com a necessidade e interesse da municipalidade.

LOTES

LOTE Nº 01

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos LEVES. (AUTOMOVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
69,33	1.000	R\$ 69.330,00

Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres	R\$ 150.000,00
Valor estimado total sem desconto:	R\$ 219.000,00

LOTE Nº 02

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para VANS.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
73,66	1.000	R\$ 73.660,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 100.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 173.660,00

LOTE Nº 03

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para MICROÔNIBUS.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
73,66	1.000	R\$ 73.660,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 273, 660,00

LOTE Nº 04

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS PARA (CAMINHÕES/ÔNIBUS)		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
81,00	1.000	R\$ 81.000,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 231.000,00

LOTE Nº 05

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS PESADAS		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
106,66	1.000	R\$106.660,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 306.660,00

LOTE Nº 06

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS PARA TRATORES.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
98,75	1.000	R\$ 98.750,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 248.750,00

LOTE Nº 07

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA VEÍCULOS LEVES (AUTOMÓVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
75,00	200	R\$ 15.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 20.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 35.000,00

LOTE Nº 08

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA VANS		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00

LOTE Nº 09

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA MICRO ÔNIBUS		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00

LOTE Nº10

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA ÔNIBUS E CAMINHÕES.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 15.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 31.000,00

LOTE Nº 11

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA MAQUINAS PESADAS E TRATORES		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00

Valor Total Previsto: R\$ 1.596.730,00 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta Reais)

OBS.: As empresas licitantes além dos itens acima deverão disponibilizar de todas as ferramentas necessárias para o bom desempenho dos serviços de cada segmento.

JUSTIFICATIVA

Manter todos os veículos que compõem a frota municipal, em perfeito estado de conservação e funcionamento, garantindo assim melhor eficiência e segurança nos serviços prestados ao Município de Presidente Nereu.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá apresentar à Unidade Requisitante, para aprovação, um orçamento das peças e/ou serviços solicitados, contendo o valor real (Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu) e o valor com o desconto contratado de acordo com o tipo solicitado: original, genuína ou outra.

2 – Caso as peças fornecidas não corresponderem às exigências técnicas pertinentes, serão devolvidas para serem substituídas pela detentora da Ata, no prazo máximo de 48 horas, independente da aplicação das penalidades previstas em lei.

3 – Os serviços, objeto do contrato a ser celebrado, serão prestados pela licitante vencedora no período das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto os feriados, sábados e domingos.

4 – Admitir-se-á a subcontratação dos serviços, objeto do presente instrumento que, comprovadamente, a empresa não possa executar, desde que devidamente justificada e autorizada pelo órgão participante, Ficando desde já estabelecido, que as condições e obrigações se darão entre as partes contratantes, ou seja, a prestadora de serviços contratada ficará integralmente responsável pelos orçamentos, envio e recebimento dos veículos, guarda, segurança, e integridade física do bem contra danos materiais, sinistros, intempéries, independente de culpa ou dolo, que venham a atingir o patrimônio do estado de forma parcial ou total, bem como pela execução e perfeita entrega dos serviços, de suas garantias, como também, pelo faturamento, recebimento e quitação pelos serviços prestados/executados.

5 – A contratada, mesmo não sendo executora direta dos serviços prestados, respondera inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes quando da subcontratação. Obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da prestação dos serviços, objeto deste edital, constatado visualmente ou por perito técnico designado pelo órgão participante, correndo estes custos por conta da contratada. Quando da subcontratação, para o órgão participante efetuar o pagamento do serviço prestado, é obrigatório a apresentação da cópia da nota fiscal da empresa subcontratada.

6 – Todos os materiais que foram substituídos, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidos pela prestadora em até 10 (dez) dias, para fins de auditoria, com a indicação clara e segura, através de acondicionamento resistente, etiquetagem ou pintura com tinta apropriada, constando a identificação do veículo ou equipamento, a solicitação de serviço autorizada com número do orçamento e da nota fiscal e a descrição das peças utilizadas.

7 – A licitante vencedora, na assinatura do contrato, deverá possuir:

- Instalado e em funcionamento, equipamento de informática para acesso ao sistema da TABELA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA DE MERCADO para peças de automóveis, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e tratores.
- Instalado e em funcionamento, equipamento de informática interligado a internet, para acesso ao sistema de manutenção de Veículos, sob a administração do município além de atender os requisitos exigidos pelo sistema, visando a comunicação entre a empresa, o órgão participante e o gerenciador.
- A prestadora de serviços deverá fornecer aos órgãos participantes, orçamento prévio para cada serviço, incluindo peças e o tempo estimado de mão de obra necessária, via sistema informatizado a ser acessado por intermédio de internet, sendo que o pedido de orçamento prévio, será encaminhado à prestadora de serviço pelo gestor da frota municipal, não sendo aprovado o orçamento dos serviços, o veículo será retirado pelo responsável do órgão participante, com todas as peças pertencentes ao mesmo, sem o pagamento de qualquer valor.

9- DOS SERVIÇOS

a) Realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva será realizada 24 (vinte e quatro) horas após solicitação da secretaria requisitantes, compreendendo serviços de mecânica em geral, balanceamento e geometria, suspensão, reposição de acessórios, vidraceiro, cambagem, troca de óleos e lubrificantes, substituição do filtro de óleo e aditivos para os veículos pertencentes a frota municipal.

b) Quaisquer serviços pertencentes a manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas de exigências ABNT e NBR, órgão técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para prestação destes serviços.

c) Mecânica Geral: Consiste em serviços de mecânica em motor, caixa de cambio, carburação, injeção, velas, suspensão (consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e outros), freios e outros não especificados anteriormente.

d) Elétrica: Consiste nos serviços de substituição ou conserto de partes elétricas do veículo (faróis, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisas e outros).

e) Hidráulica: Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (direção e outros).

f) Balanceamento e geometria: Consiste nos serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo, conhecimentos de ferramental e equipamentos, diagnostico. Noções de geometria, correção de alinhamento de roda, volante, caster e convergência, conferência de rodas traseiras, aferição de equipamento.

g) Instalação de acessórios: Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos.

h) Ar condicionado: Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo.

i) Vidraceiro: Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, borrachas dos vidros e polimento dos para brisas.

j) Cambagem: É o serviço que garante o equilíbrio dos pneus de acordo com as especificações do fabricante.

k) Óleos lubrificantes, filtros de óleo e aditivos: Consiste nos serviços de troca de óleo lubrificante, e/ou substituição do filtro de óleo e aditivos, quando necessários.

GARANTIA

O prazo de garantia das peças, sejam genuínas, originais ou outras é de 06 (seis) meses contra defeito(s) de fabricação, a contar da data de emissão da Nota Fiscal.

A detentora da Ata se responsabilizará pela reposição de qualquer peça/acessórios defeituoso, assim que confirmada pela fábrica a procedência da reclamação em 48 (quarenta e oito) horas.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Secretaria solicitante deverá indicar a dotação orçamentária através da Autorização de Fornecimento quando necessário, conforme quadro acima indicando o veículo, placas e Secretaria/Órgão pertencente.

PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega das peças será de 48 (quarenta e oito horas) horas, após aprovação do orçamento e da emissão da Autorização de Fornecimento no município.

PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10º (décimo) dia, após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada.

PRAZO DE VIGÊNCIA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 06 (seis) meses.

Presidente Nereu – SC, 15 de outubro de 2018.

ANEXO II

TABELA DE VALORES

1.1. Os descontos para peças originais e outras peças, serão originários do desconto ofertado para peças genuínas, através da seguinte regra:

Peças Originais	DPO	DPG %
Peças Genuínas	DPG	DPO x 2
Outras Peças	DOP	DPO x 3

1.2. Percentual mínimo inicial deverá ser de 10%(dez por cento).

1.3. Peças original (mecânica, elétrica ou acessório): Considera-se: peça original – aquela peça homologada pela montadora, nova e de primeiro uso, distribuída pela montadora do veículo, com garantia desta;

1.4. Peças genuínas (mecânica, elétrica ou acessório): aquela peça, nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este;

1.5. Outras peças (mecânica, elétrica ou acessório): aquelas que não se enquadrem como genuína ou original (subentendem-se as paralelas, de 1ª linha) que apresentem garantia de 06(seis) meses;

• Em situações especiais, levando em consideração que a frota do Município de Presidente Nereu – SC também é composta de alguns veículos já fora de fabricação e com dificuldades de se encontrar peças novas, ou ainda, que o custo da peça nova inviabilize o reparo do mesmo, serão aceitos, outros tipos de peça (paralelas), desde que não comprometa o uso e segurança do veículo, situação está que deverá ser analisada individualmente pelo responsável pela frota do MUNICÍPIO.

ANEXO III

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 50/2018

TIPO: "maior percentual de desconto por lote", equivalente ao menor preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUÍNAS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Proponente

CNPJ:

Tel Fax:

E-mail:Tel. :(.....).....Celular: (.....) Endereço:

.....

Conta Corrente: Agência: Banco:

O valor do desconto abaixo ofertado será aplicado, no momento da contratação sobre os valores da Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, das peças originais por peça e marca e/ou serviço e servirá como base para as demais, o percentual de desconto ofertado também incidirá sobre o valor da mão de obra prestada pelo licitante.

Os valores de cada Lote abaixo apresentados, são apenas valores de referência, não representando valor real a ser contratado.

LOTES

LOTE Nº 01

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos LEVES. (AUTOMOVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
75,00	1.000	R\$ 75.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 225.000,00		

LOTE Nº 02

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos VANS.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	1.000	R\$ 80.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 100.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 180.000,00		

LOTE Nº 03

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos MICROÔNIBUS.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	1.000	R\$ 80.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 280.000,00		

LOTE Nº 04

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos PESADOS . (CAMINHÕES/ÔNIBUS)		Mínimo de 10 % de Desconto.		
--	--	-----------------------------	--	--

Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
88,00	1.000	R\$ 88.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 238.000,00		

LOTE Nº 05

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Máquinas PESADAS		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
120,00	1.000	R\$120.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 320.000,00		

LOTE Nº 06

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para TRATORES.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
120,00	1.000	R\$ 120.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 270.000,00		

LOTE Nº 07

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos LEVES (AUTOMÓVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
75,00	200	R\$ 15.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 20.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 35.000,00		

LOTE Nº 08

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos VANS		Mínimo de 10% de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	200	R\$ 16.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00		

LOTE Nº 09

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos MICRO ÔNIBUS		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	200	R\$ 16.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00		

LOTE Nº 10

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos ÔNIBUS E CAMINHÕES.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
90,00	200	R\$ 18.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 15.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 33.000,00		

LOTE Nº 11

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para MAQUINAS PESADAS E TRATORES		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
90,00	200	R\$ 18.000,00		

Valor máximo estimado de peças elétricas	R\$ 10.000,00		
Valor estimado total sem desconto:	R\$ 28.000,00		

Valor Total Previsto: R\$ 1.596.730,00 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta Reais)

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	VEICULOS LEVES			
	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	2007/2008	MDV8184	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
02	FIAT/UNO MILLE WAY ECON.	2012/2013	MJC6103	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
03	GM/CORSA CLASSIC	2003/2004	MCN2136	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
04	GM/CORSA GL	1998/1998	LZM5351	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
05	VW - GOL 1.6	2014/2014	MLP6392	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5937	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5967	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08	VW - SPACE FOX TREND GII	2012/2013	MLA4188	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09	VW - GOL 1.6	2018	QIR 7811	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10	VW - SPACEFOX TREND GII	2012/2012	MJH8213	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
11	VW - GOL SPECIAL	2002/2003	MBN0425	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
12	QQ 1.0 LOOK	2017/2018	QIU2021	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
13	CHEVROLET/CLASSIC LS	2013/2014	MLV1073	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
14	GOL 1.0	2007/2208	MEE1987	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS
15	VW/ GOL 1.6	2009/2010	MFZ 1257	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
16	FIAT DOBLO 1.8	2006/2006	MAR 7893	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEICULOS VANS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT DUCATO MC TCA MIC	2014/2014	OKE6195	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02	RENAULT MASTERAMB ROT	2010/2010	MIE0246	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03	PEGEOT BOXER	2017	QIJ 3136	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
04	VW /KOMBI ESCOLAR	2010/2011	MHZ 6041	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05	PEUGEOT BOXER HDI TCA MC ESCOLAR	2010/2011	MJS 6589	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
06	PEUGEOT BOXER M 350 LH	2012/2013	QIJ3136	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07	TOYOTA/BANDEIRANTES	1994/1994	LZW3355	SECRETARIA DE TRANS.OBRAS

MICROÔNIBUS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON ESCOLAR/AGRALE	2003/2003	MCT 6808	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKW 6756	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6295	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6285	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05	VOLARE V8L ESCOLAR/ AGRALE	2010/2010	MHH 5016	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CAMINHÕES E ÔNIBUS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	VW /16.180 CO 184CV ONIBUS ESCOLAR 49 LUGARES	1995/1995	ICT 1534	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	FORD CARGO 2629	2014/2014	QHF6432	SECRETARIA DE OBRAS
03	CAM. M. BENZ BASCULANTE	2014/2014	MCU4923	SECRETARIA DE OBRAS
04	MERCEDES BENS	1987/1987	BXI0625	SECRETARIA DE OBRAS
05	FORD CARGO 2629	2014/2014	MMI5065	SECRETARIA DE OBRAS
06	FORD CARGO 2629	2014/204	MMI4995	SECRETARIA DE OBRAS
07	VOLVO/VM 260	2010/2010	MGU4387	SECRETARIA DE OBRAS

MAQUINAS PESADAS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	RETROESCAVADEIRA-416E- NEW HOLLAND	2010	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
02	MOTONIVELADORA-120K-CATERPILLER	2014	23493	SECRETARIA DE OBRAS
03	PÁ CARREGADEIRA- ZL 30H- XCMG	2010	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
04	ESCAVADEIRA HDRAULICA-PC 130-8- KOMATSU	2018	38555-01	SECRETARIA DE OBRAS
05	PÁ CARREGADEIRA- 422 ZX- JCB	2018	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
06	RETROESCAVADEIRA -3CX - JCB	2018	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
07	RETROESCAVADEIRA - LB90- NEW HOLLAND	2010	38555-01	FUNDO AGROPECUARIO
08	RETROESCAVADEIRA- RD 406 RANDON	2018	40088-01	FUNDO AGROPECUARIO

TRATORES

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
02	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
03	TL 65 NEW HOLLAND –MOTOR IVECO	2000	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO
04	TT 4030 NEW HOLLAND-MOTOR IVECO	2017	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO

Validade da Proposta:60 dias (não inferior a sessenta dias)

Essa proposta de preço contempla a integralidade das especificações constantes do Termo de Referência, Anexo "I" do Edital e que concorda e cumprirá todas as suas prescrições.

Os preços contidos nessa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, produtos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Prazo de entrega _____

Local e data

Assinatura e carimbo

(representante legal)

ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A (razão social da empresa), CNPJ nº
....., localizada à, declara, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º da Lei
n.º 8.666/93, que não existem fatos supervenientes ao seu credenciamento na Prefeitura Municipal de Pouso Redondo que sejam impeditivos de sua habilitação para este pregão presencial n.º27/2018.

....., de de 2018.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação.

A (razão social da empresa), CNPJ nº localizada à
declara, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, sob as penas da lei, que:

* Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;

* Declaração de concordância com todos os termos contidos no presente edital;

* Declara sob as penas do Art. 299 do código penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar as obras nos prazos e/ou condições previstas;

* Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do poder executivo municipal, Estadual e Federal, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerencia, administração ou tomada de decisões (inciso III, art 9º da Lei 8.666/93 e inciso X da Lei Complementar nº 04/90).

....., de de 2018.

Diretor ou Representante Legal

(As ME e EPP que porventura venham a apresentar alguma certidão requerida para habilitação no item 8.2.2 fora da validade e que solicitem as prerrogativas da Lei 123/2006, deverão enumerá-las nesta declaração).

ANEXO VI
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

D E C L A R A Ç Ã O NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88.

Declaramos, em atendimento ao previsto no Pregão nº 50/2018, que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como de 014 (catorze) anos em qualquer trabalho.

....., de de 2018.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 (dezesesseis) anos na condição de aprendiz deverá declarar expressamente.

MODELO VII
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

A
Prefeitura Municipal de Pouso Redondo
REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

Indicamos o(a) Sr.(a) _____, portador da cédula de identidade nº _____, Órgão expedidor _____, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Local e data

Atenciosamente

Representante Legal da Empresa

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pela SSP/____ e de CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Presencial nº 43/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade) _____, de _____ de ____.

nome e número da identidade e CPF do declarante
(Representante Legal da empresa)

Contador
(Profissional habilitado no CRC)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante, e deverá ser apresentada fora dos envelopes de proposta de preços e habilitação, a qual deverá ser entregue ao Pregoeiro/Presidente da Comissão para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº123/06 e Lei 147/2014.

ANEXO X**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº50 /2017

PREGÃO: Nº 50/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 01 ano contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LEVES, VANS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, das marcas constantes do Termo de Referência, para atender aos veículos que compõem a frota municipal e demais fundos municipais, nos termos e condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 27/2018 e seus anexos, que passa a fazer parte vinculativa desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preço vencedora, conforme consta nos autos do processo licitatório.

Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga o Município de Presidente Nereu com seus respectivos órgãos a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo – O Município de Presidente Nereu, através da Secretaria solicitante, definirá através de análise dos orçamentos, se a peça e/ou serviço a ser adquirida será genuína, original ou outra, nas condições constantes do instrumento convocatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de 01 ano, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, não excedendo, na sua totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria de Administração, através do seu responsável, no seu aspecto operacional e à PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 - Os descontos serão aplicados sobre cada peça e/ou serviço, por marca, conforme os preços informados na tabela de preços do Sistema CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Pouso Redondo, de acordo com o tipo: genuína, original ou outra, na conformidade dos itens do Edital, sendo os seguintes, por LOTE:

LOTES

LOTE Nº 01

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos LEVES. (AUTOMOVEIS)		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 02

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos VANS.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 03

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos MICROÔNIBUS.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	

	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 04

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos PESADOS . (CAMINHÕES/ÔNIBUS)		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 05

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Máquinas PESADAS		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 06

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para TRATORES.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 07

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos LEVES (AUTOMÓVEIS)		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 08

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos VANS		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 09

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos MICRO ÔNIBUS		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 10

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos ÔNIBUS E CAMINHÕES.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

LOTE Nº 11

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para MAQUINAS PESADAS E TRATORES		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

Valor Total: R\$,00 (xxxxx)

Parágrafo único: No caso em que a peça e/ou serviço solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu, a empresa deverá se sujeitar à média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante, aplicando o mesmo percentual de desconto aqui registrado.

4.2. As especificações das peças e/ou serviços serão as mesmas constantes do Sistema CILIA®, ou similar.

4.3. Caberá à Secretaria solicitante definir se a peça a ser adquirida será genuína, original ou outra, de acordo com a necessidade a ser atendida.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(S) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1 - Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal ou outro local indicado pelo solicitante, após o atendimento do parágrafo único abaixo.

Parágrafo Único - Os produtos contratados deverão ser entregues no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação oficial da Secretaria, sendo verificada a qualidade e procedência dos produtos, sob pena de não aceitação e não pagamento dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 - As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmarem contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através de AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, emitida pelo Setor competente, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a entregar o produto, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR

7.1 - São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município, de acordo com o especificado nesta Ata, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II – não entregar produtos que estiverem em desacordo com a descrição da peça e/ou serviço contida no sistema AUDATEX®, CILIA®, ou similar, e com as especificações constantes deste instrumento.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Presidente Nereu, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Presidente Nereu, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ata e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Município de Presidente Nereu qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Município de Presidente Nereu.

IX - indenizar terceiros e/ou ao Município de Presidente Nereu, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

X – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Município de Presidente Nereu toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 02(dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XI – Comprovar a procedência da peça na entrega da mesma, em prazo não superior à 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitado.

XII – As peças e/ou serviços deverão passar por controle de qualidade e avaliação, cujo trabalho de avaliação ficará a cargo de um servidor da administração ou empresa contratada, sob pena de não pagamento e rescisão contratual.

XIII – Garantir qualidade das peças e/ou serviços, no mínimo de 06 (seis) meses ou 15.000,00 Km.

XIV – As peças originais serão peças com comprovação de homologação pelas montadoras, podendo ser exigida a qualquer tempo, inclusive pelos órgãos/entidades contratantes.

XV – As peças não genuínas ou originais (paralelas) deverão ser de primeira linha, com qualidade e procedência comprovada e garantia de no mínimo 06(seis) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO PROMITENTE FORNECEDOR

8.1 - São responsabilidades do Promitente Fornecedor:

I. todo e qualquer dano que causar ao Município de Presidente Nereu, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município de Presidente Nereu;

II. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Presidente Nereu por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de Presidente Nereu, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - O Fornecedor autoriza o Município, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente

das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Município de Presidente Nereu o não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - O Município Presidente Nereu obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais.

II. permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

III. notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

IV. promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

V. exigir do fornecedor sempre que se achar necessário, a comprovação de que as peças fornecidas, de primeira linha ou originais, possuem homologação da montadora;

VI. credenciar servidor para verificação da qualidade e procedência das peças e/ou serviços, através de termo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO.

10.1 - O Município efetuará o pagamento, desde que haja confirmação oficial sobre a qualidade da peça entregue e serviços realizados, através de depósito bancário em nome da adjudicada, mediante a expedição de documento fiscal correspondente. Os produtos faturados e entregues, constando ainda, no verso da NF o atesto de servidor encarregado do receber o produto, serão pagos em até 30(trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Para cada Autorização de Fornecimento (por secretaria), o Fornecedor deverá emitir uma nota fiscal/fatura.

Parágrafo Terceiro – O pagamento ficará ainda condicionado a regularidade fiscal, como apresentada no ato do certame.

Parágrafo Quarto - Constatada a situação de irregularidade, o fornecedor será comunicado por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município de Presidente Nereu, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

11.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Presidente Nereu, solicitará ao Promitente Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

Parágrafo Terceiro - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Presidente Nereu convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Promitente Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e no Edital;

b) quando o Promitente Fornecedor não atender a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido;

c) quando o Promitente Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Autorização de Fornecimento decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Presidente Nereu ou pelo Promitente Fornecedor;

g) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata e do Edital

h) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Promitente Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios e Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro – A solicitação do Promitente Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do Item.

Parágrafo Quinto. Caso o Município de Presidente Nereu o não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério,

poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

13.1 - Correrão por conta exclusivas do promitente fornecedor:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência, por escrito;

II) multa, a ser aplicada pelo Município, e após a confirmação de 02 (duas) advertências, independente de ser motivo diferenciado, ficando suspenso o fornecimento até o recolhimento ao Município de Pouso Redondo;

III) cancelamento desta Ata de Registro de Preços após a aplicação de 02 (duas) multas ou quando a multa aplicada não houver sido recolhida em prazo superior a 10 (dez) dias, contados da emissão;

IV) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2(dois) anos;

V) declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas, atrasos na entrega ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao erário.

Parágrafo Segundo – O fornecedor sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura/orçamento aprovado.

Parágrafo Terceiro. A contratada estará impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de até 02 (dois) anos, em caso de fraude ou qualquer tipo de crime, devidamente comprovado, atendidas as prerrogativas legais existentes.

Parágrafo Quarto. As multas previstas são aplicáveis simultaneamente às outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto - A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será divulgado nos veículos oficiais de comunicação, podendo ser aplicada em casos de reincidência por descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao erário.

Parágrafo Sexto. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o promitente fornecedor descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Município;

b) se o fornecedor sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o fornecedor tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo sétimo. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo oitavo. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do fornecedor.

Parágrafo nono - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o fornecedor das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

15.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista nas contratações advindas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. integram esta Ata, para fins de acompanhamento de execução, o Edital de Pregão nº 50/2018 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas por lote.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Presidente Nereu.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o foro de Município de Rio do Sul - SC como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Presidente Nereu - SC, ____ de ____ de 2018.

ISAMAR DE MELO DETENTORA DA ATA
Prefeito Municipal Representante Legal

PORTARIA 359/2018

Publicação Nº 1775560

PORTARIA Nº 359 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

REVOGA PORTARIA Nº 223/2014 COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito em Exercício do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE

Art. 1º - Fica Revogada a partir desta data a Portaria nº 223/2014, a qual ampliava a carga horária da servidora municipal JANETE KNISS, ocupante do cargo de efetivo de PSICÓLOGO.

Art. 2º- A carga Horária e os vencimentos da servidora municipal JANETE KNISS a partir desta data obedecerá o que determina o anexo I da Lei Complementar 11/2011, e a Portaria Nº 199/2013.

Art. 3º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 15 de Outubro de 2018.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 360/2018

Publicação Nº 1775561

PORTARIA Nº. 360 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a EDINEIA CATIA DE MELO, Assistente Administrativo, pelo período de 15 de Outubro de 2018 a 29 de Outubro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2017 a 31/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 15 de Outubro de 2018.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 321 DE 17.10.2018

Publicação Nº 1776106

DECRETO Nº. 321, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº. 021 de 30 de Dezembro de 2015 e Prejulgado nº. 1363, reformado pela decisão nº. 3000/09 Edital de Processo Seletivo nº. 002.2017 de 19 de Julho de 2017, homologado o resultado através do Decreto nº. 268 de 01 de Novembro de 2017 e Ata nº. 40.2018

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2018;

CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

CONSIDERANDO o atestado da professora Franciele da Rosa, pelo período de 15 dias, compreendido entre os dias 16.10 até 30.10.2018.

CONSIDERANDO, o necessário e inadiável funcionamento dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO, que é vedado a contratação em período eleitoral nos termos do art. 73, V da Lei 9.504/1997, salvo d) "a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO, que o período eleitoral é decorrente das eleições em âmbito nacional e estadual, não possuindo este Município poder efetivo de provocar desequilíbrio do pleito;

CONSIDERANDO, que é vedado pela legislação o desvio de função, e portanto, impossível determinar a outros servidores que realizem essas atividades;

DECRETA

Art. 1º. Fica contratada ADENICE MARIA WINTER NOLL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, Centro, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 589.903.489-00, professora habilitada, classificada em 21º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, 3º. ano, turno vespertino e matutino, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 18 de Outubro de 2018 até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
17 de Outubro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e
Publicado na forma da Lei
Princesa/SC, 17 de Outubro de 2018
Daiane Pagno

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 49.2018

Publicação Nº 1775943

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 49/2018

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 18 de Outubro de 2018, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a Candidata aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 002/2018, de 19 de Junho de 2018, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 307, de 25 de Setembro de 2018, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min

e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 01

PATRÍCIA WENZEL FRITZEN

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Outubro de 2018.
EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Este Edital de Convocação foi Registrado e
Publicado na forma da Lei
Princesa/SC, 17 de Outubro de 2018
Daiane Pagno

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 50.2018

Publicação N° 1775999

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 50/2018

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 18 de Outubro de 2018, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a Candidata aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 002/2018, de 19 de Junho de 2018, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 307, de 25 de Setembro de 2018, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 06

DAIANE STURM

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Outubro de 2018.
EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Este Edital de Convocação foi Registrado e
Publicado na forma da Lei
Princesa/SC, 17 de Outubro de 2018
Daiane Pagno

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO N° 102/2018-PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 56/2018-PM

Publicação N° 1775419

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 102/2018-PM
Pregão Presencial 56/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, menor preço por LOTE, destinada à "Aquisição de um caminhão novo e uma caçamba basculante, conforme descrito no Convênio nº 871198/2018". A sessão pública ocorrerá no dia 01 de novembro de 2018, às 08:30horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 15 de outubro de 2018. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 84/2018-PM, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018-PM - RETIFICADO

Publicação Nº 1775409

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 84/2018-PM
Tomada de Preços 05/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global por Lote, cujo objeto é "Contratação de pessoa jurídica especializada para realizar a INSTALAÇÃO DE DEFENSAS METÁLICAS nas pontes sobre o Rio Maria Preta e acesso a comunidade de Linha Sagrada Família - Interior do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 06 de novembro de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 15 de outubro de 2018. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 85/2018-PM, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018-PM - RETIFICADO

Publicação Nº 1775412

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 85/2018-PM
Tomada de Preços 06/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de pessoa jurídica para CONSTRUÇÃO DE GUARITA DE SEGURANÇA em anexo ao Centro Administrativo Municipal de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 07 de novembro de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 15 de outubro de 2018. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 125/2018

Publicação Nº 1776040

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 125/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2018
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA REFEIÇÃO, BERÇOS MINI-CAMA, COLCHÕES E CARRINHOS DE BEBÊ DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO NO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NEI (CRECHE), PARA ATENDIMENTO AOS BEBÊS MENORES DE 01 (UM) ANO DE IDADE, EXCLUSIVO PARA ME E EPP COM SEDE NO MUNICIPIO DE QUILOMBO, CONFORME LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 147/2014 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 131/2017.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 31/10/2018.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 31/10/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br .
QUILOMBO, 17 de outubro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO DE EVENTOS PARA O ANO DE 2019.

Publicação Nº 1775647

EDITAL Nº 003/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO DE EVENTOS PARA O ANO DE 2019.

A Administração Municipal de Quilombo convoca os representantes das comunidades, das associações e entidades para participar da reunião, no dia 21 de novembro de 2018, às 13h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, para definir as datas dos eventos a serem incluídos no Calendário de Eventos deste município, para o ano de 2019.

A presença de representante devidamente autorizado de cada Comunidade e ou de cada Entidade é de fundamental importância, pois na oportunidade poderão defender seus interesses, principalmente com relação às datas já contempladas no calendário de 2018, ou das datas tradicionais de cada Comunidade, ou de cada Entidade.

A elaboração do Calendário de Eventos do Município tem como finalidade principal disciplinar a realização de eventos e aprimorar a organização das festividades que acontecem no Município.

A Administração Municipal de Quilombo, conta com a participação de todos, e desde já, agradece a presença.

Quilombo, SC, 17 de outubro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 1262/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775410

PORTARIA Nº. 1262/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Eleni Segalla Farias, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 10 de outubro 2018, das 14:30h às 17h, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3658, de 10 de outubro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 53h33min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1263/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775411

PORTARIA Nº. 1263/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, a Servidora Pública Municipal, Genelci Piccinin Cella, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 16 de outubro de 2018, no período vespertino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3654, de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 18 de outubro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1264/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775413

PORTARIA Nº. 1264/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Jucelia Aparecida Agnes Prestes, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 11 de outubro de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3653, de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 16 de outubro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1265/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775414

PORTARIA Nº. 1265/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, o Servidor Pública Municipal, Cristiano de Albuquerque Dias, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, no dia 15 de outubro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3652, de 10 de outubro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1266/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775415

PORTARIA Nº. 1266/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Edinara Lanzzarin, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), no dia 10 de outubro de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1267/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775416

PORTARIA Nº. 1267/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Ivanete Bison, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 10 de outubro de 2018, período matutino, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1268/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775417

PORTARIA Nº. 1268/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Jamal Abdel Jabbar Amer, ocupante do cargo de Bioquímico e Farmacêutico, por determinação médica e conforme atestado, no dia 11(onze) de outubro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1269/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775418

PORTARIA Nº. 1269/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Dilvete Maria Zanatto Variani, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestado, por 03 (três) dias, de 10 a 12 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1270/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775420

PORTARIA Nº. 1270/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Michele Cristian Maschio Chitolina, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 11 de outubro de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1271/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775424

PORTARIA Nº. 1271/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Catia Regina Backes Dezordi, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, no dia 11 de outubro 2018, período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3663, de 11 de outubro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 09h24min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 1272/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775425

PORTARIA Nº. 1272/2018 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ilze Salette Maschio, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 11 de outubro de 2018, das 12h às 17h, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3661, de 11 de outubro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 23h27min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº.1261/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775407

PORTARIA Nº.1261/2018 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 3665, de 10 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal Lorita de Lima Lazzarotto, no dia 11 de outubro de 2018, em compensação ao dia que foi suprimido devido a Portaria Nº059/2018 - de 29 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018 - APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2016**

Publicação Nº 1775797

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO
DE 2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO, E SEUS FUNDOS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO SC, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

FAZ SABER, A TODOS OS HABITANTES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, QUE O PLENÁRIO APROVOU E FICA PROMULGADO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO.

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto Legislativo, aprovadas as contas do exercício financeiro de 2016 da Prefeitura Municipal de Quilombo e do Fundo Municipal de Saúde, acatado parecer do Tribunal de Contas.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto Legislativo, correrão por conta do Orçamento Municipal vigente e próprio da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo SC, em 07 de agosto de 2018.

A Mesa Diretora.

Leila Dione S. Conci Vilmar Rodrigues Roberto Carlos Erthal
Presidente 1º Secretário 2º Secretário.

Registrado e publicado em data supra

Jovino Cambri
Funcionário designado

RESOLUÇÃO 02/2018 - LICENÇA VEREADOR ANDRÉ VENDRUSCOLO

Publicação Nº 1775795

RESOLUÇÃO Nº 02/2018, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR ANDRÉ
VENDRUSCOLO POR 30 (TRINTA) DIAS PARA
TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

FAZ SABER, QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E FICA PROMULGADA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, por 30 (trinta) dias, ao vereador André Vendruscolo, conforme pedido apresentado na Casa e acatado pelo duto plenário.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento vigente e próprio da Câmara Municipal de Quilombo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 02 de agosto de 2018, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO, ESTADO DE.
DE SANTA CATARINA, EM 09 DE AGOSTO DE 2018.

A MESA DIRETORA:

Leila Dione S. Conci Vilmar Rodrigues Roberto Carlos Erthal.
Presidente 1º Secretário 2º Secretário

Registrada e publicada em data supra

Jovino Cambri
Funcionário designado

RESOLUÇÃO Nº 01/2018 - LICENÇA VEREADOR ARI MEZZALIRA

Publicação Nº 1775793

RESOLUÇÃO Nº 01/2018, DE 20 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR ARI
MEZZALIRA POR 30 (TRINTA) DIAS PARA
TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

FAZ SABER, QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E FICA PROMULGADA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedida licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, por 30 (trinta) dias, ao vereador Ari Mezzalira, conforme pedido apresentado na Casa e acatado pelo douto plenário.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento vigente e próprio da Câmara Municipal de Quilombo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 18 de janeiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO, ESTADO DE.
DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JANEIRO DE 2018.

A MESA DIRETORA:

André Vendruscolo Vilmar Rodrigues
Presidente. 1º Secretário

Registrada e publicada em data supra

Jovino Cambri
Funcionário designado

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0053/2018 - PMRA REPUBLICADO

Publicação Nº 1775939

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2018 – PMRA Registro de Preço REPUBLICADO

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar a republicação Processo Licitatório nº 0073/2018 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0053/2018 – PMRA, tendo como Objeto: Registro de preços para contratação futura com execução do serviço parcelado na contratação de empresa para prestação de serviços em até 1.500 metros lineares de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos e outros acessórios necessários para a execução. Os serviços deverão ser executados conforme solicitação e nos locais determinados pela municipalidade, dentro dos limites do Município. Conforme Edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 31/10/2018, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 17 de outubro de 2018./Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

361 PORTARIA Nº 361 REVOGA PORTARIA Nº 193 DE 18 DE ABRIL DE 2018 QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA LUCIMARA GRANZA

Publicação Nº 1776472

Portaria nº 361, de 17 de outubro de 2018.
"Revoga Portaria nº 193 de 18 de abril de 2018".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº. 193, de 18 de abril de 2018, que concede gratificação de 50% (cinquenta por cento), nível FG-5, Anexo II, da Lei 1.755, de 17 de junho de 2011, que designava a servidora LUCIMARA GRANZA, Matrícula nº 34149 investido no cargo de Agente comunitária de saúde, para responder cumulativamente pelo cargo de Técnica em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de outubro de 2018, sendo publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios) na data de 18 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 17 de outubro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretaria de Administração e Finanças

362 PORTARIA Nº 362 NOMEIA COMISSÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01-2018

Publicação Nº 1776473

Portaria nº. 362 de 18 de outubro de 2018.

"NOMEIA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 PARA PROVIMENTO DE CARGO EM CARÁTER EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, considerando a existência no quadro de pessoal da Administração vaga a ser preenchida gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço; Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão do Concurso Público nº 01/2018 para acompanhamento do processo de escolha de candidatos para provimento de Cargo em caráter efetivo na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

- MARILU MOSER;
- WILLIAN ANDERZEN;
- MICHELI JANAINA FERNANDES .

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela primeira.

Art. 2º. Serão selecionados candidatos para o provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimento constarão por inteiro teor do Edital do Concurso Público nº 01/2018, observadas as exigências e condições prescritas na Legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º. O Concurso Público nº 01/2018 reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por esta portaria decidir sobre casos eventualmente omissos.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de outubro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO

Portaria registrada e publicada
em 18/10/2018

DOM – DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS

Rio do Oeste

PREFEITURA

LEI_2225/2018

Publicação Nº 1775537

LEI Nº 2225 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a Lei nº 1.316/2002 de 12 de junho de 2002, que denomina e altera vias públicas do perímetro urbano do município de Rio do Oeste, modificando a extensão da rua Arthur Nardelli.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 1.316/2002 de 12 de junho de 2002, que Denomina e altera vias públicas do perímetro urbano do município de Rio do Oeste, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. Denominar-se-á RUA ARTHUR NARDELLI, a via pública existente no perímetro urbano de Rio do Oeste, com extensão de aprox. 507,00 metros e largura de 12,00 metros, que parte do lado direito da Rua XV de Novembro, seguindo no sentido sul, até a Rua José Scottini.

Art. 2º Revoga-se as disposições ao contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste-SC, 11 de Outubro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Esta Lei foi registrada no Diário Oficial dos Municípios

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração

PORTARIA 8157

Publicação Nº 1775547

PORTARIA Nº 8157 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

"APROVA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO diploma de conclusão de Pós Graduação,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER progressão vertical para o nível 3, por nova titulação à servidora CAMILA BONIN, matrícula 66273-00, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 17 de outubro de 2018

LUIS CARLOS MULLER

Prefeito em Exercício

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE

Secretária Municipal de Educação e Cultura

CIENTE:

CAMILA BONIN

PORTARIA 8158

Publicação Nº 1775737

PORTARIA Nº 8158 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

"Concede Licenças para Tratamento de Saúde e por Motivo de Doença em Pessoa da Família"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e os Incisos I e III do Art. 137 da Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO atestados Médicos,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licenças para Tratamento de Saúde, aos servidores:

- I – JACIARA CAETANO, matrícula 89575-00, Professora, por 03 dias a partir de 03 de setembro de 2018;
- II – JOSE AIRES DE BARROS, matrícula 89621-00, Técnico Pedagogo, por 01 dia a partir de 04 de setembro de 2018;
- III – GIOVANA NEILA DA SILVA, matrícula 8044-00, Agente Administrativo, em 04 de setembro de 2018, no período vespertino;
- IV – ELIANE DALMARCO, matrícula 47627-07, Professora, em 05 de setembro de 2018 no período matutino, e em 27 de setembro de 2018, no período matutino;
- V – ANGELA DE OLIVEIRA PISETTA, matrícula 37940-02, Professora, por 01 dia em, 06 de setembro de 2018;
- VI – JUCELA DOGNINI KRAUS, matrícula 46957-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 03 dias a partir de 06 de setembro de 2018;
- VII – JULIANA KULKAMP, matrícula 49492-01, Estagiária, em 10 de setembro de 2018, no período vespertino;
- VIII – ADRIANO TIAGO PISETTA, matrícula 66826-01, Operador de Máquinas e Veículos, por 02 dias a partir de 10 de setembro de 2018, e por 01 dia em, 11 de setembro de 2018;
- IX – CLEISE MORAES, matrícula 52329-00, Agente Comunitária de Saúde, por 10 dias a partir de, 10 de setembro de 2018;
- X – BRUNA VALLE PARMA, matrícula 114995-00, Enfermeira, por 01 dia em, 10 de setembro de 2018;
- XI – JANE DE ANDRADE, matrícula 116827-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 11 de setembro de 2018, por 01 dia em 25 de setembro de 2018, e por 02 dias a partir de, 26 de setembro de 2018;
- XII – JANETE DE OLIVEIRA MEDEIROS, matrícula 47880-02, Professora, em 12 de setembro de 2018, no período vespertino, e por 01 dia em, 03 de outubro de 2018;
- XIII – SONI FERRARI BUZZI, matrícula 16780-00, Professora, por 01 dia em, 12 de setembro de 2018, e por 08 dias a partir de, 03 de outubro de 2018;
- XIV – EDSON ROPELATO SACANI, matrícula 7552-03, Professor, por 01 dia em, 13 de setembro de 2018;
- XV – ROGERIO LUIZ DEPINE, matrícula 8257-00, Fiscal de Tributos, em 13 de setembro de 2018, no período vespertino;
- XVI – CLEITON VANDERLINDE, matrícula 88420-02, Agente Administrativo, por 01 dia em, 13 de setembro de 2018;
- XVII – NAIR MAGNESKI FELTRIN, matrícula 63401-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 13 de setembro de 2018, e por 03 dias a partir de, 19 de setembro de 2018;
- XVIII – ALINE MACHADO DE MATOS, matrículas 98280-02 e 98280-03, Médica, por 01 dia em, 14 de setembro de 2018, e por 01 dia em 19 de setembro de 2018, e por 01 dia em, 05 de outubro de 2018;
- XIX – MARISA CATAFESTA, matrícula 102270-00, Agente Comunitária de Saúde, por 60 dias a partir de 18 de setembro de 2018, encaminhada à perícia após o 15º dia;
- XX – FATIMA BONI, matrícula 49611-00, Técnica em Enfermagem, por 03 dias a partir de 18 de setembro de 2018, e por 01 dia em 21 de setembro de 2018
- XX – DANIEL MELO, matrícula 15687-01, Operário, em 19 de setembro de 2018, no período matutino;
- XXI – MARLENE MAGNESKI BARBETTA, matrícula 49620-04, Professora, em 19 de setembro de 2018, no período vespertino;
- XXII – GISLAINE BACK PISETTA, matrícula 66923-03, Professora, por 01 dia em, 20 de setembro de 2018, por 03 dias a partir de 26 de setembro de 2018;
- XXIII – ZEONIR DA SILVA, matrícula 83518-01, Auxiliar de Serviços Gerais, por 02 dias a partir de 20 de setembro de 2018, e por 01 dia em, 24 de setembro de 2018;
- XXIV – JANETE POLEZA VANDERLINDE, matrícula 22357-03, Professora, por 01 dia em, 20 de setembro de 2018, e por 01 dia em, 01 de outubro de 2018;
- XXV – JANIR GONCALVES FONTANIVE, matrícula 56715-00, Auxiliar de Enfermagem, por 01 dia em, 24 de setembro de 2018;
- XXVI – ROSETE CRISTINA MOSER EGER, matrícula 85111-02, Professora, em 24 de setembro de 2018, no período vespertino, e por 02 dias a partir de, 01 de outubro de 2018
- XXVII – RAQUEL PESSATTI KLABUNDE, matrícula 42340-00, Agente Administrativo, por 14 dias a partir de 24 de setembro de 2018, e por 24 dias a partir de 08 de outubro de 2018, encaminha perícia após o 15º dia;
- XXVIII – SUZANA RAQUEL IZIDORIO PONTICELLI, matrícula 69680-00, Diretora de Departamento, por 01 dia em, 24 de setembro de 2018;
- XIX – ODAIR JOSE MARTINS, matrícula 81620-03, Operador de Máquinas e Veículos, por 01 dia em, 24 de setembro de 2018;
- XXX – ELENIR GIACOMOZZI, matrícula 66869-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 24 de setembro de 2018;
- XXXI – HELENA DIETERICH, matrícula 12017-00, Auxiliar Administrativo, por 01 dia em, 25 de setembro de 2018;
- XXXII – ADEMIR ARI CATAFESTA, matrícula 64041-00, Operário, em 26 de setembro de 2018, no período vespertino;
- XXXIII – IVANILDE PERINI PESSATTI, matrícula 9466-00, Professora, por 02 dias a partir de 26 de setembro de 2018;
- XXXIV – ALCI LEIA DALMONICO PADILHA, matrícula 38954-00, Fiscal Sanitário Sênior, em 26 de setembro de 2018, no período vespertino, e por 01 dia em, 28 de setembro de 2018;
- XXXV – CINTIA REGINA DE SOUZA, matrícula 116781-00, Diretora de Departamento, em 26 de setembro de 2018, no período matutino, em 03 de outubro de 2018, no período matutino;
- XXVI – ANTONIO CESAR PADILHA, matrícula 42072-02, Engenheiro Agrônomo, por 01 dia em, 28 de setembro de 2018;

XXXVII – LAURICI LEITE PISETTA, matrícula 58726-02, Agente Comunitária de Saúde, por 14 dias a partir de, 29 de setembro de 2018;
XXXVIII – FERNANDO MANIESKI, matrícula 40169-02, Operador de Máquinas e Veículos, por 01 dia em, 01 de outubro de 2018;
XXXIX – NEUSA GONCALVES, matrícula 66915-00, Auxiliar de Serviços Gerais, em 02 de outubro de 2018, no período matutino, por 02 a partir de 02 de outubro de 2018;
XL – ZENAIDE LUIZ BACK, matrícula 58297-01, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 02 de outubro de 2018;
XLI – MAIARA FONTANIVE DE SOUZA, matrícula 116791-00, Estagiária, por 01 dia em, 03 de outubro de 2018;
XLII – VALDECIR DE SOUZA, matrícula 116774-00, Operário, em 04 de outubro de 2018, no período vespertino;
XLIII – ROSELI MARIA BERKENBROCK LUIZ, matrícula 16900-00, Professora, em 04 de outubro de 2018, no período matutino;
XLIV – CAROLINE FIAMONCINI, matrícula 116830-00, Estagiária, por 01 dia em, 08 de outubro de 2018;
XLV – DANIELE CRISTINA DOS SANTOS, matrícula 116828-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 09 de outubro de 2018;
XLVI – JESSICA BONESSI, matrícula 79340-01, Auxiliar Administrativo, por 01 dia em, 10 de outubro de 2018;
XLVII – VANESSA DE SOUZA, matrícula 79006-00, Agente Comunitária de Saúde, por 01 dia em, 16 de outubro de 2018;

Art. 2º CONCEDER Licenças por Motivo de Doença em Pessoa da Família, aos servidores:

I – FABIANA PISETTA, matrícula 34657-00, Diretora de Departamento, por 01 dia em, 10 de setembro de 2018;
II – ELIANE DALMARCO, matrícula 47627-07, Professora, em 14 de setembro de 2018, no período vespertino, e por 01 dia em, 25 de setembro de 2018;
III – ELTON IVENS DE MORAES, matrícula 116782-00, Diretor de Departamento, em 18 de setembro de 2018, no período vespertino, em 25 de setembro de 2018, no período vespertino, em 02 de outubro de 2018, no período vespertino, e em, 09 de outubro de 2018, no período vespertino;
IV – JULIANA KULKAMP, matrícula 49492-01, Estagiária, por 01 dia em 21 de setembro de 2018;
V – KATIANE LOURENÇO, matrícula 116799-00, Estagiária, por 02 dias a partir de 24 de setembro de 2018;
VI – DANIELE CRISTINA DOS SANTOS, matrícula 116828-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 28 de setembro de 2018;
VII – SIMONE PISETTA, matrícula 22497-00, Professora, por 01 dia em, 26 de setembro de 2018, e por 01 dia em, 05 de outubro de 2018;
VIII – VANDERLEIA LUZIA PINCEGER BATISTA, matrícula 116785-01, Professora, em 09 de outubro de 2018, no período vespertino;
IX – GESIELE APARECIDA VOERINGER, matrícula 58629-02, Conselheira Tutelar, por 01 dia em, 11 de outubro de 2018;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 17 de outubro de 2018.

LUIS CARLOS MULLER

Prefeito em Exercício

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 7561, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775974

DECRETO Nº 7561, de 17 de outubro de 2018.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017.

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 94.270,10 (noventa e quatro mil, duzentos e setenta reais e dez centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.064	Blmac - Caps		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01382100	CAPS Federal	R\$	33.270,10
2.066	Blmac - CEO		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381100	CEO - Federal	R\$	60.000,00
2.069	Blvgs – Vigilância Sanitária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381600	Vigilância Sanitária	R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	94.270,10

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 94.270,10 (noventa e quatro mil, duzentos e setenta reais e dez centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.064	Blmac - Caps		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01382100	CAPS Federal	R\$	30.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01382100	CAPS Federal	R\$	3.270,10
2.066	Blmac - CEO		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01381100	CEO - Federal	R\$	60.000,00
2.069	Blvgs – Vigilância Sanitária		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01381600	Vigilância Sanitária	R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	94.270,10

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

17 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 404, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775507

LEI COMPLEMENTAR Nº 404, de 16 de outubro de 2018.

CONSIDERA, PARA EFEITOS DO ART. 482-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, FAIXA DE TERRA DO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 44.443, DE PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ E UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, COMO EDIFICÁVEL.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º Fica definido, nos termos do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006 com suas alterações posteriores, a faixa de terras do imóvel de matrícula nº 44.443, do Cartório de Registro de Imóveis de Rio do Sul, de propriedade da Câmara Municipal de Rio do Sul, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, devidamente identificada no mapa descrito no Anexo I desta Lei Complementar, como edificável.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Infraestrutura deverá verificar no projeto arquitetônico e no projeto estrutural do imóvel a ser construído sobre a faixa definida no art. 1º desta Lei Complementar se, nos termos do inciso II do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006 com suas alterações posteriores, há viabilidade técnica da edificação com garantia do acesso a rede pública pluvial.

Art. 3º O alvará da construção a ser edificada sobre a faixa de terras definida no art. 1º desta Lei Complementar somente poderá ser liberado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura se, nos termos do inciso III do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006 com suas alterações posteriores, o proprietário do imóvel renunciar ao seu direito de indenização decorrente da servidão de passagem de tubulação, conforme termo definido no anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

16 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

LEI Nº 5977, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775517

LEI Nº 5977, de 16 de outubro de 2018.

AUTORIZA A AMAVI E A UCAVI A CONSTRUIR EM CONDOMÍNIO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, TENDO ÁREA PRIVATIVA E ÁREAS DE USO COMUM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Ficam a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, autorizadas a construir em condomínio entre si e com a Câmara Municipal de Rio do Sul, contendo a construção de áreas privativas e áreas de uso comum, na seguinte fração ideal:

I - ao Poder Legislativo de Rio do Sul, da porção ideal de 49,57% (quarenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

II - à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.762.469/0001-22, da porção ideal de 25,67% (vinte e cinco vírgula sessenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

III - à União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.632.778/001-40, da porção ideal de 24,76% (vinte e quatro vírgula setenta e seis por cento) da totalidade do imóvel.

Parágrafo único. As frações ideais previstas nos incisos anteriores poderão sofrer alteração em virtude de exigências apresentadas pelos órgãos competentes para a aprovação do projeto da edificação ou em face das adequações necessárias à formalização da Convenção de Condomínio.

Art. 2º O pagamento pela construção do edifício em condomínio deverá respeitar a mesma proporcionalidade da porção ideal definitiva

cabível a cada entidade.

Art. 3º Em caso de extinção das entidades AMAVI e UCAVI, a área ideal de cada entidade reverter-se-á automaticamente ao município de Rio do Sul, cabendo aos municípios associados às entidades, direito à indenização da construção e benfeitorias executadas.

§ 1º A área correspondente a cada entidade terá finalidade específica de sede, não podendo ter qualquer destinação comercial, podendo ainda ser a sede utilizada por demais órgãos, desde que vinculados às entidades sedes.

§ 2º Na área comum denominada "sob pilotis", mediante condições estabelecidas na Convenção de Condomínio, poderá ser destinado espaço para exposição cultural e, visando servir as entidades sede, poderá ser permitido o uso, a título precário, para instalação de comércio de alimentação e serviços bancários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

16 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA N°1063/DGP

Publicação N° 1776270

PORTARIA N.1063/DGP

PAULO JOSE CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo, ocupantes dos cargos de provimento efetivo, para a partir de 10/09/2018, exercer as respectivas Funções Gratificadas na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com base no Art. 14 da Lei Complementar nº 401 de 22 de agosto de 2018.

Servidor	Cargo	Funções Gratificadas
José Nésio Pamplona	Motorista de Caminhão	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Calçamento
Ciríneu Blemer Dias	Motorista de Caminhão	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Escavadeiras e Carregadeiras
Valdecir de Souza	Auxiliar Serviços Gerais II	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Roçada e Limpeza Urbana
Nelson Salvador	Motorista de Caminhão	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Vias de Pavimentação Asfáltica
Nílson Gabriel Felip	Motorista de Caminhão	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Vias não Pavimentadas
Jean de Oliveira	Auxiliar Administrativo I	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Frotas
João da Rocha	Pedreiro	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Drenagem
Jeferson Padilha Santos	Pedreiro	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Pequenos Reparos
Ivo Ronaldo Wessner	Agente Administrativo	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Almoxarifado
Adriana Iunceck Ramos	Agente Administrativo	Função Gratificada de Coordenação da Equipe de Escritório

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de setembro de 2018.

PAULO JOSE CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DCB

PORTARIA Nº1075/DGP

Publicação Nº 1776283

PORTARIA Nº.1075/DGP

PAULO JOSÉ CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SANDRA MINELLI MAY para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2018.

PAULO JOSE CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DCB

Portaria nº1134/DGP

Publicação Nº 1776490

PORTARIA Nº1134/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir a partir desta data, o cargo de Agente Administrativo, ocupado pelo servidor Daniel Juppa, da Procuradoria Geral do Município para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 309 de 01 de dezembro de 2015 e Decreto Nº 7020, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Daniel Juppa a lotação na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Cfr

PREGÃO PRESENCIAL 035/2018

Publicação Nº 1775625

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531-1227 / 3531-1329 torna público o presente Edital que tem como objeto a eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor os coffee breaks durante as capacitações, seminários, conferências e grupos de educação em saúde realizadas em diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde, por período de 12 (Doze) meses. Conforme especificações detalhadas no Termo de Referência Anexo I deste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 30/10/2018, às 08:00 horas, na Sala de Licitações no seguinte endereço Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº01, Centro.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio DO Sul, situada a Praça 25 de Julho, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site www.riodosul.sc.gov.br ou e-mail maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 18 de outubro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL

RESUMO DO ADITIVO Nº 084/2018

Publicação Nº 1775422

6º TERMO ADITIVO Nº 084/2018 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 081/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PARQUE INTEGRAR, BAIRRO CANOAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Aos nove (09) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Metro Cúbico Engenharia Eireli - EPP, estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, sala 04, Centro, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123, inscrita no CNPJ sob o nº 06.973.540/0001-38, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Eduardo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Tomada de Preços nº 047/2015, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 081, datado de 15 de maio de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na alínea "b", Inciso I, Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do memorando Nº 067/2018/SEINFRA e de acordo com parecer técnico emitido pelo Fiscal de Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor de R\$24.361,77 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos), conforme memorando nº 067/2018 da Secretaria de Infraestrutura, ora acostado ao presente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor de R\$26.958,93 (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), conforme memorando nº 067/2018 da Secretaria de Infraestrutura, ora acostado ao presente.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

Metro Cúbico Engenharia Ltda
Eduardo Aragão Silva
Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 192/2018

Publicação Nº 1775388

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 192/2018
Dispensa de Licitação nº 158/2018

Locatário: Município de Rio do Sul/SC

Locadores: Glaudir Klaar e Eronita Klaar

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a locação de terreno, fração ideal de 10.000m², situado na linha rural de Riachuelo, lugar Atafona, no Município de Lontras/SC, para armazenamento de pedras doadas pela Usina de Salto Pilão.

Valor mensal: R\$1.736,24 (Um mil e setecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Validade do contrato: 1 (um) ano, a partir da data de 29/07/2018.

Recurso: 86.03.2046.3390.3615

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 08 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO SANDRA MINELLI MAY

Publicação Nº 1776480

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANDRA MAY VIEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1328/RH de 07/12/2016, publicada em 13/12/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 173/2018

Publicação Nº 1775387

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 173/2018**ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2018**

Aos três (03) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. PAULO JOSÉ CUNHA, ora denominado LOCATÁRIO, e de outro lado o Sr. Glaudir Klaar, pessoa física, CPF n. 310.349.939-68 e Magali Maria da Silva Klaar, pessoa física, CPF n. 077.118.179-59, residentes e domiciliados na linha rural de Riachuelo, lugar Atafona, na cidade de Lontras/SC, doravante designados LOCADORES, assinam o presente termo de rescisão amigável de contrato de Locação nº 173/2018, de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente instrumento, fica rescindido o Contrato de Locação 173/2018 oriundo da Dispensa de Licitação nº 137/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – A rescisão tem por fundamento vício ocasionado na qualificação da Sra. Magali Maria da Silva Klaar como parte daquele contrato, o que não deveria ter ocorrido.

Este Departamento, em pesquisa minuciosa, averiguou que os senhores Glaudir e Magali não têm nenhum vínculo patrimonial entre eles no que diz respeito ao imóvel, objeto de locação daquele contrato.

Destarte, tem-se a presente rescisão com base no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo aos locadores, a rescisão opera-se de forma amigável.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam mantidas as obrigações e as garantias assumidas pelas partes até ao presente momento.

CLÁUSULA QUINTA – O foro para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir é o da Comarca de Rio do Sul – SC.

E, por estarem plenamente ajustadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.

PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal em Exercício
Locatário

GLAUDIR KLAAR
Locador

MAGALI MARIA DA SILVA KLAAR
Locadora

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 063/2018

Publicação Nº 1775730

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 063/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO VEÍCULO MÁQUINA MOTONIVELADORA CAT 120G-2HDO-2568 DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA.

VENCEDOR: Gamape Comércio de Peças, Ferramentas, Serviços Ltda.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 28.556,90 (Vinte e Oito Mil e Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais e Noventa Centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2018

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 15/10/2018

Rio Fortuna/SC, 15 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO VEÍCULO MÁQUINA MOTONIVELADORA CAT 120G-2HDO-2568 DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: Gamape Comércio de Peças, Ferramentas, Serviços Ltda.

VALOR: R\$ 28.556,90 (Vinte e Oito Mil e Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais e Noventa Centavos).

DATA DO CONTRATO: 15/10/2018

VIGÊNCIA: 03 meses

Rio Fortuna/SC, 15 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 068/2018

Publicação Nº 1775729

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 068/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2018

OBJETO: Contratação de mão-de-obra para a recuperação da concha e esteira da Escavadeira Zoomlion ZE150E CM0010 do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATADO: EDÉSIO NAZÁRIO ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 13.750,00 (treze mil e setecentos e cinquenta reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2018

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 15/10/2018

Rio Fortuna/SC, 15 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2018

OBJETO: Contratação de mão-de-obra para a recuperação da concha e esteira da Escavadeira Zoomlion ZE150E CM0010 do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: EDÉSIO NAZÁRIO ME

VALOR: R\$ 13.750,00 (treze mil e setecentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 15/10/2018

VIGÊNCIA: de 15/10/2018 até 31/12/2018.

Rio Fortuna/SC, 15 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 4.015/2018

Publicação Nº 1776471

DECRETO Nº4.015/2018	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.009000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	

06.02– Departamento de Cultura	
13.392.0013.2.036000 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Municipal	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	24.500,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ R\$ 46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

06.02– Departamento de Cultura	
13.392.0013.2.037000 – Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.500,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.009000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00

Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	
---	--

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
--------------------------------------	--

04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
--	--

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	
-----------------------------------	--

50.000,00

Fonte: 100 – Recursos Próprios	
--------------------------------	--

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO, a ser apurado na fonte de Recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.310/2018 de 17 de outubro de 2018.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 17 de outubro de 2018.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL 2.310/2018

Publicação Nº 1776470

LEI MUNICIPAL Nº 2.310/2018	
-----------------------------	--

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:
--

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
---------------------------------	--

10.301.0008.2.009000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
---	--

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	
-----------------------------------	--

4.000,00

Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	
---	--

06.02– Departamento de Cultura	
--------------------------------	--

13.392.0013.2.036000 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Municipal	
--	--

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	
-----------------------------------	--

24.500,00

Fonte: 100 – Recursos Próprios	
--------------------------------	--

06.03– Departamento de Esportes	
---------------------------------	--

27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
---	--

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ R\$ 46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

06.02– Departamento de Cultura	
13.392.0013.2.037000 – Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.500,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.009000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO, a ser apurado na fonte de Recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 17 de outubro de 2018.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 9053/2018

Publicação Nº 1776244

PORTARIA N 9053/2018

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender FÉRIAS, a partir da data de 17 de outubro de 2018, da Servidora Pública Municipal, Sr. VERA LUCIA DASSOLER PEREIRA, cargo de carreira de AGENTE DE RECURSOS HUMANOS 40 horas semanais, concedida pela Portaria n.º 9051/2018 em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

Art. 2º - O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 17 de Outubro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 072/2018

Publicação Nº 1776214

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2018

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para contratação de empresa especializada em elaboração, organização e execução de processo seletivo para vagas de professores para provimento de cargos temporários pertencentes ao quadro de servidores públicos do Município de Santa Cecília, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br ,site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 31/10/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h15min do dia 31/10/2018

Santa Cecília, 17 de outubro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 067/2018

Publicação Nº 1775851

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2018 - DL

CONTRATADO: LENOIR DE OLIVEIRA MARTINS.

Objeto: Locação de 01 (uma) Sala medindo 15 m2, sita à Rua Octávio Pedro Teixeira, s/nº, em Vila São Cristóvão, neste Município, será destinado exclusivamente para funcionamento da Agência de Correios Comunitária.

Da justificativa: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Do valor: R\$ 4.177,50 (quatro mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Santa Rosa do Sul, 02 de Julho de 2018.

Cássia da Rosa Pagani Coelho

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 068/2018

Publicação Nº 1775852

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2018 - DL

CONTRATADO: MARIA REGINA FARIAS LOURENÇO.

Objeto: Locação de 04 (quatro) salas referente imóvel, localizado à Rua Tolentino Ramos de Oliveira, s/nº - Centro - Santa Rosa do Sul-SC, CEP: 88.965-000, com área de 183,69m², destinado ao Telecentro e a Biblioteca municipal.

Do Valor: R\$ 7.717,80 (sete mil, setecentos e dezessete reais e oitenta centavos).

Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Santa Rosa do Sul, 02 de Julho de 2017.

Cássia da Rosa Pagani Coelho

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 074/2018

Publicação Nº 1775885

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 074/2018 – Dispensa de Licitação nº 074/2018

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PREGÃO Nº. 01/2018/CIS-AMESC, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018, conforme relação anexa.

Do fornecedor: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

Do valor e do pagamento: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em Valor total R\$ 395.000,00 (Trezentos e noventa e cinco mil reais), que serão pagos mensalmente até o dia 10º dia do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos.

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta das seguintes dotações:

05 – SEC. DE SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL;

01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

2.016 - MANUT. DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE;
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - APLICAÇÕES DIRETAS.
3.3.90.00.00.00.00.00.0050 - APLICAÇÕES DIRETAS.
3.3.90.00.00.00.00.00.0055 - APLICAÇÕES DIRETAS.
3.3.90.00.00.00.00.00.0060 - APLICAÇÕES DIRETAS.
3.3.90.00.00.00.00.00.0068 - APLICAÇÕES DIRETAS.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Santa Rosa do Sul/SC, 12 de Julho de 2018.

Cássia da Rosa Pagani Coelho

Presidente da Comissão de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO nº 074/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 074/2018

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo e ratifico a realização da despesa, independente de licitação.

Santa Rosa do Sul, 12 de Julho de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato para Aquisição de Medicamentos

PL Nº 074/2018 - Dispensa de Licitação Nº 074/2018

CONTRATO Nº 000/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL E A EMPRESA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO, PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

O Município de Santa Rosa do Sul/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Ferminio Pedro Raupp, 400, centro, CNPJ sob o nº 80.989.965/0001-98, na cidade de Santa Rosa do Sul/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 465.006.269/15 e Carteira de Identidade nº 967.180-3/SSP-SC, CI nº 451852 SSP/SC, CPF nº 245.126.649-04, doravante denominado CONTRATANTE e, a Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada simplesmente, com sede na, neste ato representado por seu, inscrito no CPF sob o nº, portador da Carteira de identidade nº, residente e domiciliado à, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e Processo Licitatório nº 074/2018 - DL nº 074/2018, bem como a proposta vencedora resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato de aquisição de medicamentos, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

PREÂMBULO – DO FUNDAMENTO LEGAL E ORIGEM

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo o fornecimento de Medicamentos, para atendimento nas Unidades de Saúde do Município, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC, que tem por finalidade exclusivo atendimento aos Municípios da AMESC, conforme descrição de itens em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CISAMESC

Caberá a CONTRATADA a responsabilidade pelos danos e/ou prejuízos que na vigência deste contrato por ventura venham a ocorrer, quando da execução do fornecimento do objeto deste contrato, ficando obrigado à indenização total.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

1. repassar para o valor ajustado na conformidade da Cláusula sexta, referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS

As despesas do presente contrato correrão a contas da seguinte dotação orçamentária: 05 – Séc. da Saúde e do Bem Estar Social; 01 – Fundo Municipal de Saúde; 2.016 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde; 3.3..90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

A vigência terá o período de ... de de 2018 com término em 31 de Dezembro de 2018, conforme PL 074/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO pagará para pela aquisição de medicamentos o valor total de R\$ (.....), adquiridos parceladamente, conforme Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, relativas à prestação dos serviços do objeto aqui ajustado, correrão por conta da

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

É de responsabilidade de o Município efetuar a retenção de todo e qualquer imposto, seja Federal, Estadual ou Municipal, que incidem ou venham a incidir sobre a prestação de serviço, objeto do presente instrumento, tais como: IRF e ISS.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, através de termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 01 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Rosa do Sul, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal, sendo realizada de conformidade com o que disciplina o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Santa Rosa do Sul, de de 2018.

Nelson Cardoso de Oliveira Prefeito Municipal Contratante	Contratada
---	------------

Leonardo Rodrigo da Silva
Assessor Jurídico - OAB 26210-B
TESTEMUNHAS:

- | | |
|--|---|
| 1. _____
Ana Regina Paulo de Borba
CPF Nº 785.096.029-72 | 2. _____
Luana de Souza Pereira
CPF Nº 082.777.909-70 |
|--|---|

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 075/2018

Publicação Nº 1775892

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2018 - DL
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

Do Valor: R\$ 4.779,50 (Quatro Mil setecentos e tetenta e nove reais e cinquenta centavos) / mês.

BASE LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

VIGENCIA: 01/08/2018 a 31/10/2018.

Santa Rosa do Sul, 30 de Julho de 2018.

Cássia da Rosa Pagani Coelho
Presidente da CPL
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 077/2018

Publicação Nº 1775914

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2018 - DL

CONTRATADO: MAIKO SANT'HELENA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ANA REGIS ARANTES, GOV. PEDRO IVO CAMPOS, JOSÉ AQUINO ISOPPO E NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÓ LEONCINA.

DA BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.666/93.

DO VALOR: R\$ 12.950,80 (DOZE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS).

ASSINATURA: 10/08/2018

CÁSSIA DA ROSA PAGANI COELHO

PRESIDENTE DA CPL

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 21/2018 SAMAE

Publicação Nº 1775764

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/1

CNPJ: 00.569.168/0001-12
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LOPGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTD**CNPJ:** 17.211.866/0001-44**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2018**Número do Processo:** 11/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (PREVENTIVA, EVOLUTIVA E CORRETIVA) DO SOFTWARE PÚBLICO GSAN, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO AOS USUÁRIOS.**Data da Assinatura:** 03/08/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/08/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.950,00**Forma de Pagamento:** À Vista

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 72/2018 PL 93/2018 PP 71/2018

Publicação Nº 1776157

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 93/2018 PP 71/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 72/2018

Ata de registro de preços 72/2018, de 11 de outubro de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS E ENFEITE DESTINADOS AS FESTIVIDADES DE NATAL E ANO NOVO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: lotérica e comercio SL Ltda.

Valor: R\$: 14.710,00 (quatorze mil, setecentos e dez reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº.93/2018, PP 71/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 11 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 73/2018 PL 93/2018 PP 71/2018

Publicação Nº 1776158

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 93/2018 PP 71/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 73/2018

Ata de registro de preços 73/2018, de 11 de outubro de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS E ENFEITE DESTINADOS AS FESTIVIDADES DE NATAL E ANO NOVO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Nova Era Comercio de artigos religiosos eireli.

Valor: R\$: 16.512,00 (dezesseis mil, quinhentos e doze reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº.93/2018, PP 71/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 11 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 79/2018 PL 95/2018 PP 73/2018

Publicação Nº 1775573

EXTRATO DE CONTRATO 79/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório nº. 95/2018

Pregão Presencial nº. 73/2018

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratada: COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS: TRATOR TL 75E, TRATOR TL 95E, TRATOR MF 4275, PERTENCENTES A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC.

Assinatura: 15 de outubro de 2018.

Vigência: 15/10/2018 até 31/12/2018.

Valor: R\$ 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 100/2018 DISPENSA LICITAÇÃO 11/2018

Publicação Nº 1776481

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2018
DIPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 11/2018

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA CRIANÇA, A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SERÁ NO DIA 19 DE OUTUBRO NO GINÁSIO MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA PRÓPRIA SECRETARIA. Fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com as exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: INES CLOTILDE CATTANI
CNPJ – 25.001.313/0001-95
ENDEREÇO – Linha Nova Concordia, interior, Maravilha/SC
VALOR: R\$ 2.875,00 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA – 31/12/2018
CONTRATO Nº 80/2018

Santa Terezinha do Progresso, 17/10/2018
DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 95/2018 PP 73/2018

Publicação Nº 1775444

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progres- so - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 73/2018 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 95/2018 Data do Processo: 25/09/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Data da Adjudicação: f) Objeto da Licitação
95/2018
73/2018-PR
PREGÃO PRESENCIAL 15/10/2018
Sequência: 0

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS: TRATOR TL 75E, TRATOR TL 95E, TRATOR MF 4275, PERTENCENTES A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)
(em Reais R\$)
Total dos Itens

Lote: 1	- 000363 - COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI	5	0,0000	2.950,00
Lote: 2	- 000363 - COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI	11	0,0000	9.500,00
Lote: 3	- 000363 - COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI	13	0,0000	5.800,00
	Total por Fornecedor:	29		18.250,00
	Total:	29		18.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.038.3.3.90.00.00.00.00 (126) Saldo: 65.313,07

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 96/2018 PP 74/2018

Publicação Nº 1775850

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progres- so - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 74/2018 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 96/2018 Data do Processo: 26/09/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
 d) Data Homologação: e) Data da Adjudicação: f) Objeto da Licitação
 96/2018

74/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 17/10/2018

Sequência: 0

AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SALA DE LICITAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 000637 - JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME	1	0,0000	3.825,00
- 000255 - MARINA FORESTI ANHALT - ME	3	0,0000	3.669,00
	4		7.494,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.003.4.4.90.00.00.00.00 (24) Saldo: 10.076,25

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 95/2018 PP 73/2018

Publicação Nº 1775442

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progres- so - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 73/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 95/2018 Data do Processo: 25/09/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

95/2018

73/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 15/10/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS: TRATOR TL 75E, TRATOR TL 95E, TRATOR MF 4275, PERTENCENTES A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 000363 - COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI	5	0,0000	2.950,00
Lote: 2 - 000363 - COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI	11	0,0000	9.500,00
Lote: 3 - 000363 - COMERCIO E REPRESENTACOES GIACHINI	13	0,0000	5.800,00
Total por Fornecedor:	29		18.250,00
Total:	29		18.250,00

Santa Terezinha do Progresso, 15 de Outubro de 2018.

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 96/2018 PP 74/2018

Publicação Nº 1775836

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progres- so - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 74/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 96/2018 Data do Processo: 26/09/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

96/2018

74/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 17/10/2018

AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SALA DE LICITAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens

Média Descto (%)

(em Reais R\$) T otal dos Itens

- 000637 - JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME	1	0,0000	3.825,00
- 000255 - MARINA FORESTI ANHALT - ME	3	0,0000	3.669,00
	4		7.494,00

Santa Terezinha do Progresso, 17 de Outubro de 2018.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº007/2018 EDITAL DE CHAMAMENTO REFERENTE ÀS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DOS ALUNOS QUE DESEJAM ESTUDAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2019.

Publicação Nº 1775920

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº007/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO REFERENTE ÀS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DOS ALUNOS QUE DESEJAM ESTUDAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2019.

Juliano João Somavilla, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Santiago do Sul – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº010/2017 faz saber a todos os interessados que se encontram abertas as matrículas e rematrículas referente ao ano letivo de 2019, para todos os alunos que desejam estudar na Rede Municipal de Ensino.

I – DA REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS

As matrículas serão realizadas no período de 22 de outubro de 2018 a 23 de novembro de 2018, no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação (de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min), no seguinte endereço:

Escola Municipal Pequeno Cidadão, situada na Rua Honório Comachio, Nº210, Centro, no Município de Santiago do Sul, SC.

Escola Municipal Cantinho da Alegria, situada na Rua Honorino Comachio, nº 210, Centro do município de Santiago do Sul- SC.

II – DA DOCUMENTAÇÃO

Para a realização da matrícula dos alunos novos e rematrículas, os pais ou responsáveis deverão comparecer na Secretaria munidos dos seguintes documentos;

- Cópia da Certidão de Nascimento da criança;
- CPF e RG da criança,
- Carteira de Vacinação;
- Comprovante de residência dos pais ou responsáveis;
- CPF do pai e mãe
- Histórico Escolar, para alunos oriundos de outro estabelecimento de Ensino.
- Atestado do local de trabalho que comprove horário e turno de frequência do pai e mãe de crianças que irão frequentar creche.

Obs: A efetivação da matrícula somente ocorrerá após a apresentação de todos os documentos acima exigidos.

III – DO INGRESSO

Poderão ingressar na Rede Municipal de Ensino crianças cuja idade de ingresso seja assim compreendida:

Maternal I: Crianças que completarem 01 (um) anos até 31 de março do ano de 2019;

Maternal II: Crianças que completarem 02 (dois) anos até 31 de março do ano de 2019;

Maternal III: Crianças que completarem 03 (três) anos até 31 de março do ano de 2019;

Pré I: Criança que completarem 04 (quatro) anos até 31 de março do ano de 2019;

Pré II: Crianças que completarem 05 (cinco) anos até 31 de março do ano de 2019;

1º ano: Crianças que completarem 06 (seis) anos até 31 de março do ano de 2019.

OBS: Para alunos já matriculados, as rematrículas estão abertas para ambos os estabelecimentos de ensino, sendo necessário apresentação de documento acima citados.

Santiago do Sul-SC, 17 de outubro de 2018

Juliano João Somavilla
Secretário Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 3968/2018

Publicação Nº 1776067

LEI Nº 3968, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI Nº 1.677, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescido o Art. 107-A da Lei nº 1.677, de 10 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 107-A As edificações em contêiner de metal deverão ser exclusivamente de salas para comércio, negócios e atividades profissionais, sendo proibidas para fins residenciais.

§ 1º. As edificações de salas para comércio, negócios e atividades profissionais em contêiner de metal poderão contar com os seguintes parâmetros construtivos, de forma diferenciada dos parâmetros construtivos das edificações comerciais convencionais:

I – pé-direito mínimo de 2,50 metros;

II – área mínima de 13,00 m²

III – circunferência mínima de 2,20 (diâmetro – metro)

§ 2º. Os contêineres de metal para edificações de salas para comércio, negócio e atividades profissionais deverão possuir área de ventilação natural, efetiva, de no mínimo 15% (quinze por cento) da área do piso, composta por, no mínimo, duas aberturas adequadamente dispostas para permitir eficaz ventilação interna. As aberturas existentes deverão estar com eventuais arestas protegidas.

§ 3º. As edificações em contêiner não poderão ser implantadas nas ruas classificadas como Zona “A”, dispostas no Art. 23 da Lei nº 140 de 22 de dezembro de 1997.

§ 4º. A aprovação de projetos de edificações que utilizem contêineres de metal fica condicionada à entrega de laudo técnico atestado a ausência de riscos químicos, biológicos e físicos.

§ 5º. A utilização de contêineres de metal para edificações de salas para comércio, negócio e atividades profissionais deverão respeitar os requisitos do Código de Obras, das Leis de Uso e Ocupação do Solo e demais leis pertinentes relativas às atividades comerciais requeridas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

LEI Nº 3969/2018

Publicação Nº 1776069

LEI Nº 3969, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

“DENOMINA DE IMAIARA RIBEIRO SCHAFHAUSER, ÁREA COMUNITÁRIA DO LOTEAMENTO ALPESTRE”

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Imaiara Ribeiro Schafhauser, Área Comunitária do Loteamento Alpestre, bairro Lençol, localizada no lote 10 da Quadra 18 – Rua Roberto Liebl, com extensão de 360,00m², conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 3970/2018

Publicação Nº 1776073

LEI Nº 3970, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

INSTITUI O DIA 23 DE SETEMBRO COMO O DIA MUNICIPAL DO AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO

A Câmara de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no dia 23 de Setembro o Dia Municipal do Agente da Autoridade de Trânsito no município de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1775637

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“Fica modificada a Lei Orgânica Municipal.”

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, EDIMAR GERALDO SALOMON, Presidente, promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O § 1º do Art. 34 da Lei Orgânica Municipal passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 34 (...)

§ 1º O Prefeito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a data de publicação, informará à Câmara Municipal do fato e o respectivo número da Lei sancionada e promulgada.”

Art. 2º Fica acrescido o Art. 49-A na Lei Orgânica Municipal, com a seguinte redação:

“Art. 49º-A. A cada doze meses o Prefeito terá direito a trinta dias de férias, enviando à Câmara Municipal comunicação prévia.

§ 1º. As férias do Prefeito poderão ser usufruídas de uma vez só ou em períodos mínimos de quinze dias.

§ 2º. Nas férias do Prefeito assumirá imediatamente o Vice-Prefeito e, na impossibilidade ou ausência deste, o Presidente da Câmara, na forma da lei.

§ 3º. As férias do Prefeito serão remuneradas em valor igual aos seus subsídios, com acréscimo de um terço.

§ 4º. As férias não usufruídas pelo Prefeito não serão convertidas em pecúnia, não gerando direito ao pagamento simples ou dobrado”.

Art. 3º A presente Emenda À Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA CONSELHEIROS DO IPRESBS**

Publicação Nº 1776032

COMISSÃO ELEITORAL PARA CONSELHEIROS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS

A COMISSÃO ELEITORAL PARITÁRIA, infra-assinada, nomeada pela Portaria nº 5158, de 04 de setembro de 2018, em cumprimento ao disposto no Art. 17, § 5º, do Regimento das Eleições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS (Resolução 01/2018), DIVULGA a relação de candidatos ao pleito de 27 e 28 de novembro de 2018, para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPRESBS, estando aberto o prazo para impugnação das candidaturas até a data de 19 de outubro de 2018.

CONSELHO FISCAL

ATIVOS	INATIVOS
SILVIA CRISTIANE HOMECHEN DA SILVA JOSIANE FERREIRA DE LIMA CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS	FRANCISCO TAMBOSI LEONETE MILCZEWSKY DORACI MARIA KRAINSKI BAPTISTA FRAGOZO

CONSELHO DELIBERATIVO

ATIVOS	INATIVOS
VERA LUCIA KUZAWSKI JOSÉ ADOLAR MAIA LILIANE GREIN BEUTHER ROGÉRIO ROBERTO ALQUINI TAIS SPEZIA IRACEMA BAYER ROSA	CARLOS ESPEZIN LOPES FILHO MÔNICA INÊS RANK LEMKE OLIVIA HORTZ LIEBL EMIDIA GUSZAK ROSELI ROSENSCHECK SCHLOGL LUCIANE MARY KOCH SCATOLON IROSALETI BAUER DE LIMA

Gerson Pacheco
Presidente da Comissão Eleitoral

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 216/2018

Publicação Nº 1775627

DECRETO Nº 216/2018 DE 17/10/2018

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017 E NO ORÇAMENTO 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.249/2018 de 17/10/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Infraestrutura
VALOR ==>>>>>>> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO ==>>>>>>> Construção de Pontes
VALOR ==>>>>>>> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública
AÇÃO ==>>>>>>> Construção de Cemitério Municipal
VALOR ==>>>>>>> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Água Potável
AÇÃO ==>>>>>>> Instalação do Sistema de Abastecimento de Água
VALOR ==>>>>>>> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Infraestrutura
VALOR ==>>>>>>> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO ==>>>>>>> Construção de Pontes
VALOR ==>>>>>>> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública
AÇÃO ==>>>>>>> Construção de Cemitério Municipal
VALOR ==>>>>>>> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Água Potável
AÇÃO ==>>>>>>> Instalação do Sistema de Abastecimento de Água
VALOR ==>>>>>>> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no Orçamento Financeiro

de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagem

26.000.0000.0.000.000 – Transporte

26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário

26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais

26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens

26.000.0000.0.000.000 – Transporte

26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário

26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais

26.782.0017.1.002.000 – Construção de Pontes

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

14.000.0000.0.000.000 – Direitos a Cidadania

14.422.0000.0.000.000 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

14.422.0015.0.000.000 – Serviços de Utilidade Pública

14.422.0015.1.009.000 – Construção de Cemitério Municipal

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

17.000.0000.0.000.000 – Saneamento

17.512.0000.0.000.000 – Saneamento Básico Urbano

17.512.0016.0.000.000 – Água Potável

17.512.0016.1.001.000 – Instalação de Sistema de Abastecimento de Água

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 17 de Outubro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1248/2018

Publicação Nº 1775596

LEI Nº 1.248/2018 DE 17/10/2018

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017 E NO ORÇAMENTO 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2014/2017, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> 104.000,00 (cento e quatro mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2014/2017, do Fundo Municipal de Saúde Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2018 do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito

AÇÃO =====> Manutenção do Gabinete do Prefeito

VALOR =====> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito

AÇÃO =====> Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil

VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Fortalecimento ao Municipalismo

AÇÃO =====> Contribuição a Entidades Municipalistas

VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes

AÇÃO =====> Festividades Municipais

VALOR =====> R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> 104.000,00 (cento e quatro mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2018 do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito

AÇÃO =====> Manutenção do Gabinete do Prefeito

VALOR =====> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito

AÇÃO =====> Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil

VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Fortalecimento ao Municipalismo

AÇÃO =====> Contribuição a Entidades Municipalistas

VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Festividades Municipais
VALOR =====> R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), no Orçamento Financeiro de 2018 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.000.0000.0.000.000 – Saúde
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. Saúde 15% R\$ 104.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2018 do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 02.00 – Gabinete do Prefeito
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – Gabinete do Prefeito
04.000.0000.0.000.000 – Administração
04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral
04.122.0002.0.000.000 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.002.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 02.00 – Gabinete do Prefeito
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – Gabinete do Prefeito
04.000.0000.0.000.000 – Administração
04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral
04.122.0002.0.000.000 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.048.000 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento de Administração
04.000.0000.0.000.000 – Administração
04.126.0000.0.000.000 – Tecnologia da Informação
04.126.0022.0.000.000 – Fortalecimento do Municipalismo
04.126.0022.2.004.000 – Contribuição a Entidades Municipalistas
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Tranf. A Inst. Priv. Sem Fins Luc R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes
13.000.0000.0.000.000 – Cultura
13.392.0000.0.000.000 – Difusão Cultural
13.392.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes
13.392.0007.2.044.000 – Festividades Municipais
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em exercício de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 17 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1249/2018

Publicação Nº 1775597

LEI Nº 1.249/2018 DE 17/10/2018

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017 E NO ORÇAMENTO 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO =====> Manutenção da Infraestrutura
VALOR =====> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO =====> Construção de Pontes
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública
AÇÃO =====> Construção de Cemitério Municipal
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Água Potável
AÇÃO =====> Instalação do Sistema de Abastecimento de Água
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO =====> Manutenção da Infraestrutura
VALOR =====> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
AÇÃO =====> Construção de Pontes
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública
AÇÃO =====> Construção de Cemitério Municipal
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Água Potável
AÇÃO =====> Instalação do Sistema de Abastecimento de Água

VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagem

26.000.0000.0.000.000 – Transporte

26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário

26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais

26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens

26.000.0000.0.000.000 – Transporte

26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário

26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais

26.782.0017.1.002.000 – Construção de Pontes

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

14.000.0000.0.000.000 – Direitos a Cidadania

14.422.0000.0.000.000 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

14.422.0015.0.000.000 – Serviços de Utilidade Pública

14.422.0015.1.009.000 – Construção de Cemitério Municipal

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

17.000.0000.0.000.000 – Saneamento

17.512.0000.0.000.000 – Saneamento Básico Urbano

17.512.0016.0.000.000 – Água Potável

17.512.0016.1.001.000 – Instalação de Sistema de Abastecimento de Água

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 17 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 37/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2018

Publicação N° 1776259

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 37/2018 Edital de Pregão 15/2018 do Tipo: Menor Preço por Item; OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, COM 7 LUGARES 0 KM PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:30 horas do dia 30/10/2018. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio (SC), 18 de Outubro de 2018. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.949/2018

Publicação Nº 1775567

DECRETO Nº 2.949, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o artigo 9º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.936 de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do corrente exercício, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil Reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

17.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

17.01 – Administração Geral

2104 – Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.90 – Aplicações Diretas

060600 – Recursos Ordinários R\$ 176.000,00

17.01 – Administração Geral

2104 – Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.91 – Aplicações Diretas

030000 – Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.1.90 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias

030000 – Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.1.91 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

030000 – Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 240.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo 1º correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 4 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

HILTON RODRIGO SCHETZ

Diretor Presidente do SAMAE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.949, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

O presente Decreto de abertura de crédito adicional suplementar faz-se necessário para alterar o orçamento de 2018. Necessário reforço às dotações para folha de pagamento dos servidores e para cumprimentos com as obrigações patronais do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral de Previdência (INSS).

Os recursos necessários para o atendimento do exposto acima correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017.

São Francisco do Sul – SC, 4 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

HILTON RODRIGO SCHETZ

Diretor Presidente do SAMAE

DECRETO Nº 2.950/2018

Publicação Nº 1775427

DECRETO Nº 2.950, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso III, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação:

05.00- Departamento Municipal de Trânsito

05.001 - Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito

1005- Sinalização e Controle Viário

3300000000000000 - Despesas correntes

3330000000000000 - Outras despesas correntes

3339000000000000 - Aplicações diretas

01120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura R\$ 18.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 18.500,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Excesso de arrecadação da Receita 19909911180000 – Expediente de Trânsito referentes ao Convênio de Trânsito com a Prefeitura na fonte de recurso 01120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura.

Parágrafo único. O excesso de arrecadação está demonstrado no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 4 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

JACKSON PORTELLA LIMA

Diretor Geral do DEMTRAN

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.950, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

O presente Decreto tem por finalidade a abertura de crédito adicional suplementar no montante de R\$ 18.500 (dezoito mil e quinhentos Reais) com a Fonte de Recurso 01120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura, por conta do excesso de arrecadação da Receita de Expediente de Trânsito apurado no Anexo o TC 10 – Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, com a finalidade de viabilizar o empenho das despesas com tarifas bancárias.

São Francisco do Sul – SC, 4 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

JACKSON PORTELLA LIMA

Diretor Geral do DEMTRAN

DECRETO Nº 2.951/2018

Publicação Nº 1775429

DECRETO Nº 2.951, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.00 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

19.001 - Fundo Municipal de Saúde

2115 - Manutenção Saúde da Família

33000000.000 – Despesas Corrente

33300000.000 – Outras Despesas Correntes

33390000.000 – Aplicações diretas

Recursos: 03381400 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF R\$140.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$140.000,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes dos recursos de Transferência SUS – NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família com a fonte de recurso 03381400 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 4 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.951, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria de Saúde com reforço da dotação orçamentária na Ação 2115 - Manutenção Saúde da Família, para suprir a necessidade de aquisição de material e contratação de serviços para manter e qualificar o Núcleo de Apoio à Saúde da Família. A anulação de despesa de pessoal não afetará a programação orçamentária.

São Francisco do Sul – SC, 4 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2.952/2018

Publicação Nº 1775430

DECRETO Nº 2.952, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta Reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso III, do art. 9º, da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação:

19.00 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

19.001 - Fundo Municipal de Saúde
2121 - Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU
3300000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000 - Aplicações diretas
01800700 - Outras Especificações - SAMU ARAQUARI R\$ 4.380,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 4.380,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Excesso de arrecadação da Receita 1738101103 – Transferência para SUS Município Araquari na fonte de recurso 01800700 - Outras Especificações - SAMU ARAQUARI.

Parágrafo único. O excesso de arrecadação está demonstrado no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 15 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	NÁDIA MOREIRA RAPOSO Secretária Municipal de Saúde
--	---

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO Nº 2.952, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

O presente Decreto tem por finalidade a abertura de crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta Reais) com a Fonte de Recurso 01800700 - Outras Especificações - SAMU ARAQUARI, por conta do excesso de arrecadação da Receita de Transferência para SUS Município Araquari apurado no Anexo o TC 10 – Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, com a finalidade da demanda de atendimentos aos usuários de exames radiológicos conforme Lei nº 1.930, de 12 de dezembro de 2017.

São Francisco do Sul – SC, 15 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	NÁDIA MOREIRA RAPOSO Secretária Municipal de Saúde
--	---

PORTARIA Nº 15.128/2018

Publicação Nº 1775554

PORTARIA nº 15.128, de 16 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR FRANCIELE DA SILVA CAMARA, inscrita no CPF sob o nº 007.341.050-02, do cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 16 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.129/2018

Publicação Nº 1775553

PORTARIA nº 15.129, de 17 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FRANCIELE DA SILVA CAMARA, inscrita no CPF sob o nº 007.341.050-02, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 17 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 17 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.130/2018

Publicação Nº 1775552

PORTARIA nº 15.130, de 17 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CARLOS EDUARDO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 044.630.879-02, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 17 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 17 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.949/2018 - ANEXO

Publicação Nº 1775569

Betha Sistemas
Exercício 2017
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Indireta - SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	3.769.605,63	PASSIVO CIRCULANTE	64.367,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.297.991,82	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	64.367,12
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	369.177,61	TOTAL DO PASSIVO	64.367,12
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.102.436,20		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.154.030,77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.265.209,62	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	23.888.537,47
IMOBILIZADO	12.888.821,15	RESULTADOS AGULMULADOS	-5.029.288,19
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-635.230,40
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.394.037,79
TOTAL	18.923.636,40	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.859.269,28
		TOTAL	18.923.636,40
ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	2.297.991,82	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	29.282,60
ATIVO CIRCULANTE	2.297.991,82	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	7.636,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.297.991,82	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	36.919,10
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	2.297.991,82		
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	16.625.644,58	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.367,12
ATIVO CIRCULANTE	1.471.613,81	PASSIVO CIRCULANTE	64.367,12
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	369.177,61	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	64.367,12
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.102.436,20	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	64.367,12
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.154.030,77		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.265.209,62		
IMOBILIZADO	12.888.821,15		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	16.625.644,58		
SALDO PATRIMONIAL	18.923.636,40		

Betha Sistemas
Exercício 2017
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 2

SANTA CATARINA
SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Indireta - SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	5.340,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	178.481,66
TOTAL	5.340,00	TOTAL	178.481,66
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		EXERCÍCIO ATUAL	
ORDINÁRIA		2.194.665,29	
VINCULADA		66.407,43	
0400 - Alienação de Outros Bens Móveis		3.911,07	
0406 - Alienação de Outros Bens Móveis		62.496,36	
TOTAL		2.261.072,72	

SÃO FRANCISCO DO SUL, 16/01/2018

HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor Presidente do Samae

FABRÍCIO BREHNN MARTINS
Contador CRC-SC 032833/O-2

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 66/2018

Publicação Nº 1776155

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 66/2018

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 01/2017 (cargos com etapa única), homologado em 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para os seguintes cargos:

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Candidato:
113	WILLIAN LOPES MORFIM

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL

Classificação	Candidato:
004	GIANE DA SILVA

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomarem posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 16/11/2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - O aprovado deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleito e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 18 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 073/PMSJB/2018

Publicação Nº 1775908

Extrato do Contrato nº 073/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista; Contratada: Andrade & Amorim Engenharia EIRELI ME – CNPJ nº 22.853.624/0001-94; Processo Licitatório 121/PMSJB/2018 – Tomada de Preços 009/PMSJB/2018; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA GERAL ARATACA, COM APROXIMADAMENTE 140,00 METROS DE EXTENSÃO, BAIRRO ARATACA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME ANEXOS, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 205.926,22 (duzentos e cinco mil novecentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos); Despesa orçamentária: (75) 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00 – Governo Federal, Ministério das Cidades e (74) 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00 – contrapartida; Data da assinatura: 17/10/2018; Vigência contratual: 04 meses.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/FUBE/2016

Publicação Nº 1775466

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 011/FUBE/2016

Contratante: Fundação Batistense de Esportes de São João Batista – CNPJ nº 07.825.719/0001-00; Contratada: On-Line Suporte e Sistemas LTDA ME – CNPJ nº 20.641.560/0001-32; Processo Licitatório 079/PMSJB/2016 – Pregão Presencial nº 035/PMSJB/2016; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 19/10/2018 a 18/10/2019; Os valores contratados serão reajustados pelo índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 meses no percentual de 3.23%, totalizando R\$ 4.189,68 (quatro mil cento e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos) anuais, parcelados em 12 meses de R\$ 349,14 (trezentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos); Dotação orçamentária: A despesa resultante desta prorrogação correrá por conta de da seguinte dotação orçamentária: (8) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Manutenção da FUBE; Data da assinatura: 16/10/2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/FMAS/2016

Publicação Nº 1775465

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 018/FMAS/2016

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista – SC – CNPJ nº 11.588.933/0001-68; Contratada: On-Line Suporte e Sistemas LTDA ME – CNPJ nº 20.641.560/0001-32; Processo Licitatório 079/PMSJB/2016 – Pregão Presencial nº 035/PMSJB/2016; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 19/10/2018 a 18/10/2019; Os valores contratados serão reajustados pelo índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 meses no percentual de 3.23%, totalizando R\$ 4.189,68 (quatro mil cento e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos) anuais, parcelados em 12 meses de R\$ 349,14 (trezentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos); Dotação orçamentária: A despesa resultante desta prorrogação correrá por conta de da seguinte dotação orçamentária: (30) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Data da assinatura: 16/10/2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053/FMS/2016

Publicação Nº 1775464

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 053/FMS/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista – SC – CNPJ nº 08.361.788/0001-73; Contratada: On-Line Suporte e Sistemas LTDA ME – CNPJ nº 20.641.560/0001-32; Processo Licitatório 079/PMSJB/2016 – Pregão Presencial nº 035/PMSJB/2016; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 19/10/2018 a 18/10/2019; Os valores contratados serão reajustados pelo índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 meses no percentual de 3.23%, totalizando R\$ 9.858,24 (nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos) anuais, parcelados em 12 meses de R\$ 821,52 (oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos); Dotação orçamentária: A despesa resultante desta prorrogação correrá por conta de da seguinte dotação orçamentária: (9) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; Data da assinatura: 16/10/2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/PMSJB/2016

Publicação Nº 1775462

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 117/PMSJB/2016

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ nº 82.925.652/0001-00; Contratada: On-Line Suporte e Sistemas LTDA ME – CNPJ nº 20.641.560/0001-32; Processo Licitatório 079/PMSJB/2016 – Pregão Presencial nº 035/PMSJB/2016; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 19/10/2018 a 18/10/2019; Os valores contratados serão reajustados pelo índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 meses no percentual de 3.23%, totalizando R\$ 63.832,92 (sessenta e três mil oitocentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos) anuais, parcelados em 12 meses de R\$ 5.319,41 (cinco mil trezentos e dezenove reais e quarenta e um centavos); Dotação orçamentária: A despesa resultante desta prorrogação correrá por conta de da seguinte dotação orçamentária: (45) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Manutenção da Secretaria de Educação; (15) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Manutenção da Secretaria de Administração; Data da assinatura: 16/10/2018.

LEI MUNICIPAL Nº 3827/2018

Publicação Nº 1775487

LEI MUNICIPAL 3.827, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Institui a Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica por esta lei instituída a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos", denominada setembro verde, a ser realizada na última semana do mês de setembro, dando ênfase especial ao dia 27 de setembro - Dia Nacional da Doação de Órgãos.

Art. 2º. A Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos tem por objetivo:

I-Estimular as atividades de promoção e apoio à doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes;

II-Sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância da doação de órgãos;

III-Promover a orientação da sociedade através da realização de palestras educativas, simpósios, divulgação na mídia, boletins informativos e outras formas de publicidade no sentido de incentivar a doação de órgãos; e

IV-Promover atividades recreativas junto às entidades, associações e hospitais, no sentido de divulgar os benefícios resultantes da doação de órgãos ou realização de transplante.

Art. 3º. O Poder Público Municipal poderá organizar ações a serem desenvolvidas durante a semana, podendo ainda incentivar e apoiar a realização de atividades pela sociedade civil.

Art. 4º. A Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos, criada por esta lei, será incluída no calendário oficial do município.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 11 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3828/2018

Publicação Nº 1775488

LEI MUNICIPAL 3.828, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 266.000,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais), conforme abaixo especificado:

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.122.0001.2.003 – Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

0401 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

0701 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

14 – ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.843.0000.0.093 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

4.6.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

08.243.0005.2.062 – Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
0401 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12.122.0002.2.023 – Apoio ao PROERD
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
12.366.0002.2.020 – Manutenção do EJA
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
12.365.0002.1.018 – Construção de Creches
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
05 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
0501 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
15.451.0006.1.067 – Pavimentação e Drenagem de Ruas e Passeios
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
15.541.0006.1.079 – Macro Drenagem Urbana
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
15.452.0006.2.068 – Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
14 – ENCARGOS GERAIS
1401 – ENCARGOS GERAIS
28.122.0000.0.099 – Pagamento de Precatórios
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
1801 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18.541.0006.2.013 – Manutenção da Fundação Munic. Meio Ambiente.
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 15 de outubro de 2018.
Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3829/2018

Publicação Nº 1775490

LEI MUNICIPAL 3.829, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 59.795,35.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 59.795,35 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos), para a seguinte modalidade de aplicação:

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL
16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL
17.512.0004.2.041 – Funcionamento e Manutenção do SISAM
3.3.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 59.795,35 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL
16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL
17.512.0004.1.029 – Saneamento Básico (ETE e Redes de Esgoto)
4.4.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 59.795,35 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 15 de outubro de 2018.
Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 647/2018

Publicação Nº 1776102

PORTARIA Nº 647/2018

ACT

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAFAELA KARISE RIBEIRO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITOR ESCOLAR, pelo período de 08/08/2018 à 14/12/2018, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 10 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 649/2018

Publicação Nº 1776103

PORTARIA Nº 649/2018

Resilição de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato da servidora LUCIANE DE SOUZA ARAUJO MAFESSOLLI ocupante da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado junto a Secretaria de Educação, a contar de 01 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 10 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 650/2018

Publicação Nº 1776104

PORTARIA Nº 650/2018
Concede Licença Gestão

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3420/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTÃO à servidora ANDREZA SILVEIRA, a contar de 30 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 10 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 651/2018

Publicação Nº 1776108

PORTARIA Nº 651/2018

Alteração de Carga Horária

.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica alterada para 40 horas semanais a carga horária da servidora MARIELY ARAGÃO MENDES ocupante do cargo de MONITORA, a contar de 05 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da alteração.

São João Batista, 10 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 652/2018

Publicação Nº 1776110

PORTARIA Nº 652/2018

Redução de Carga Horária

.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3142/2018 resolve:

Art. 1º Fica reduzida para 20 horas semanais a carga horária da servidora MIRELLE KAREN CIM ocupante do cargo efetivo de FONAUDIÓLOGA, a contar de 28 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da redução.

São João Batista, 10 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 653/2018

Publicação Nº 1776113

PORTARIA Nº 653/2018

Exoneração a pedido

.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017 e processo Administrativo 2820/2018, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica exonerado JACKSON SOARES PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 10 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 654/2018

Publicação Nº 1776120

PORTARIA Nº 654/2018
Concede Licença Especial por Assiduidade

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração, e nos termos do Processo nº 2297/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 04 meses de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES a servidora JOZEANI MARCHIORI, ocupante do cargo efetivo PROFESSORA DE CRECHE e Lotada na Secretária de Educação, a contar de 13 de agosto 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 15 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 655/2018

Publicação Nº 1776122

PORTARIA Nº 655/2018

Alteração de Carga Horária

.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica alterada para 40 horas semanais a carga horária da servidora DELAINE TILL ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, a contar de 01 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da alteração.

São João Batista, 16 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 656/2018

Publicação Nº 1776125

PORTARIA Nº 656/2018

ACT

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário MANOEL DA ASSUNÇÃO BRAGA ARAUJO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AGENTE OPERACIONAL, pelo período de 08/10/2018 à 08/04/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 16 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 657/2018

Publicação Nº 1776126

PORTARIA Nº 657/2018
Concede Licença Gestação

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3502/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora NATASCHA MELZI, a contar de 01 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 17 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 658/2018

Publicação Nº 1776127

PORTARIA Nº 658/2018
Concede Licença Gestação

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3501/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora JANIFER OTTO, a contar de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 17 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 659/2018

Publicação Nº 1776129

PORTARIA Nº 659/2018
Concede Licença Gestação

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3500/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora THAIS CORREA FERNANDES, a contar de 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 17 de outubro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 033/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SISAM/2018

Publicação Nº 1775534

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 033/SISAM/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SISAM/2018

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/SISAM/2018 – Pregão Presencial 028/SISAM/2018, para o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DAS VÁLVULAS BORBOLETAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA (ETA) DO SISAM DE SÃO JOAO BATISTA, SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 31/10/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 31/10/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 17 de outubro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 034/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/SISAM/2018

Publicação Nº 1775981

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 034/SISAM/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/SISAM/2018

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de

direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/SISAM/2018 – Pregão Presencial 029/SISAM/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 01/11/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 01/11/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 17 de outubro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 035/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/SISAM/2018

Publicação Nº 1776085

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 035/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/SISAM/2018

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 035/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/SISAM/2018, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, FLUORSILICATO DE SÓDIO E POLICLORETO DE ALUMÍNIO, PARA USO NA DESINFECÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL DO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 05/11/2018. Abertura dos envelopes: 09h do dia 05/11/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 17 de outubro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 052/FMS/2016

Publicação Nº 1776165

Extrato do quarto termo aditivo ao Contrato n.º 052/FMS/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista - SC; Contratada: Recicle Catarinense de Resíduos LTDA – CNPJ n.º 95.886.735/0001-70; Processo Licitatório 035/FMS/2016 - Pregão Presencial 022/FMS/2016; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 18/10/2018 a 17/10/2019; Os valores permanecerão R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais) mensais; Dotação orçamentária: A despesa resultante desta prorrogação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2018/2019, conforme segue: (36) 3.3.90.39.28.00.00.00.00; Data da assinatura: 17/10/2018.

RESOLUÇÃO Nº 005/2018/CMDCA

Publicação Nº 1775619

RESOLUÇÃO Nº 005/2018/CMDCA

Dispõe sobre a avaliação e seleção dos projetos inscritos no Edital 001/2018 da Chamada Pública para captação de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SÃO JOÃO BATISTA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.200 de 25 de agosto de 2009 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 16 de Outubro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Que os projetos avaliados e selecionados pela Comissão de Avaliação, Comissão de Seleção e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São João Batista para captação de recursos do FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência, conforme disposto no Edital 001/2018, pertencem as seguintes entidades:

- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO JOÃO BATISTA – CNPJ 79.006.144/0001-05;
- GRUPO ESCOTEIRO SÃO JOÃO BATISTA – 98 GE/SC – CNPJ 06.320.264/0001-09;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação e revoga as disposições contrárias.

São João Batista, 17 de Outubro de 2018.

Jardel Corrêa

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente de São João Batista.

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 005/2018

Publicação Nº 1775848

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 005/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1004/2017
PROCESSO DE COMPRAS Nº 074/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica.

EMPRESAS LICITANTES

- ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA;
- FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA EPP;
- AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP;
- PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA S.S. LTDA;
- DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA EPP;
- CERNE AMBIENTAL EIRELI EPP;
- SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP;
- FRAL CONSULTORIA LTDA;
- MJ ENGENHARIA LTDA;
- ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA;
- ARGOS ENGENHARIA S/S LTDA EPP;
- SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA EPP.

É o relatório.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou despacho, manifestando que após análise dos documentos de qualificação técnica e das manifestações registradas pelos licitantes participantes da sessão pública de abertura dos documentos de HABILITAÇÃO, ficam TODAS as empresas QUALIFICADAS TECNICAMENTE.

2 - MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

Após análise dos documentos de HABILITAÇÃO das empresas participantes do certame e das manifestações registradas na sessão pública de abertura dos documentos de HABILITAÇÃO, ficam INABILITADAS as seguintes empresas:

1 – ARGOS ENGENHARIA S/S LTDA EPP por apresentar os ATESTADOS TÉCNICOS do Geógrafo Eduardo Preis (fls. 708 e 709) e DECLARAÇÃO (fl. 710) sem autenticações, contrariando o disposto no item 10.6 do edital “Toda documentação exigida deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada por Cartório; ou cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais, para autenticação por Membro da Comissão Permanente de Licitações.”

2 – FELCO FALEIROS PROJ. E CONS. EM ENGENHARIA LTDA EPP por apresentar os seguintes documentos vencidos:

- Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991;
- Prova de Regularidade Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.036/90;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

3 – DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA EPP por não apresentar o documento solicitado no item 9.1.2 do edital “CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (CRC), na categoria do objeto licitado, no ramo de atividade específico quanto ao objeto desta Licitação;”

4 – ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA por apresentar os seguintes documentos vencidos:

- Prova de Regularidade Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.036/90;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- Prova de Regularidade Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- Prova de Regularidade Trabalhista - CNDT, expedida eletronicamente pelo endereço (www.tst.jus.br/certidao);

3 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pelas demais empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR AS EMPRESAS

- ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA
- DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA EPP
- FELCO FALEIROS PROJ. E CONS. EM ENGENHARIA LTDA EPP
- ARGOS ENGENHARIA S/S LTDA EPP

HABILITAR AS EMPRESAS

- AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP;
- PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA S.S. LTDA;
- CERNE AMBIENTAL EIRELI EPP;
- SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP;
- FRAL CONSULTORIA LTDA;
- MJ ENGENHARIA LTDA;
- ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA;
- SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 26/10/2018, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 16 de outubro de 2018.

Junior Palharini Garcia		Paulo Dutra	
Presidente da CPL		Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2018

Publicação Nº 1775887

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$65.401,24 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e um reais e vinte e quatro centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2018

Publicação Nº 1775886

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: LUGRAF GRÁFICA E PAPELARIA EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$44.704,00 (quarenta e quatro mil e setecentos e quatro reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2018

Publicação Nº 1775882

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: MAYCON WILL EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$31.310,00 (trinta e um mil e trezentos e dez reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2018

Publicação Nº 1775881

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$577,20 (quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2018

Publicação Nº 1775877

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$58.810,50 (cinquenta e oito mil, oitocentos e dez reais e cinquenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2018

Publicação Nº 1775876

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: VINICIUS MATOS KUSSYM ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$185.285,60 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2018

Publicação Nº 1775873

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$115.080,00 (cento e quinze mil e oitenta reais)Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2018

Publicação Nº 1775860

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: DGW BRASIL EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$17.751,00 (dezesete mil e setecentos e cinquenta e um reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2018

Publicação Nº 1775888

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2018 – PR 046/2018 – Processo 376/2018 – Proc. Adm. 3693/2018 – Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO EXPEDIENTE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 86.740,25 (oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de setembro de 2018

CONTRATO/CT: Nº 108/2018

Publicação Nº 1775785

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 108/2018 – DL 452/2018 – Processo 604/2018 – Proc. Adm. 7341/2018 - Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, INCLUINDO O TRANSBORDO E TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS. Prazo: O prazo de execução e vigência do presente Contrato é de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 29/09/2018. Valor: O valor mensal corresponde a R\$ 916.960,32 (novecentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta reais e trinta e dois centavos), com o valor total deste contrato estimado em R\$5.501,761,92 (cinco milhões, quinhentos e um mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos), sendo:

I – R\$ 5.275.111,68 (cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil, cento e onze reais e sessenta e oito centavos), para o Destino Final de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais;
II – R\$226.650,24 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), referente a TFA – Taxa de Fiscalização de Aterro, com repasse através de nota fiscal própria, nos termos da Lei Complementar nº 45/2011 da Prefeitura Municipal de Biguaçu. Data da Assinatura do Contrato: 20 de setembro de 2018

.

.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1775991

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de São José, Sra. ADELIANA DAL PONT, e a Presidente do Conselho Municipal do Idoso de São José – CMI/SJ, ELIANE DE SOUZA, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 10.1741/03 e Lei Municipal nº 4.599/07, vêm através do presente, CONVOCAR a Rede de Proteção Social às Pessoas Idosas, governamental e não governamental, usuários e trabalhadores do setor a participarem da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema "Os desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas", que realizar-se-á nos dias 20 e 21 de novembro, no CATI – Centro de Atendimento à Terceira Idade, sito à Avenida Beira Mar de São José.

A Conferência terá por objetivo avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações.

São José(SC), 09 de outubro de 2018.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ELIANE DE SOUZA
Presidente do CMI/SJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 055/2018 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

Publicação Nº 1776427

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 055/2018
CONCURSO PÚBLICO 003/2015**

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
JULCIMARA MODESTI PETRIKOVSKI	Médico Pediatra	20º
LUCAS IDE GUADAGNIN	Médico da Família	86º
PRISCILA DE BASTOS BRAGA	Médico da Família	87º
EDENIR TERESINHA MONEGO	Técnico em Enfermagem da Família	65º

São José, 17 de outubro de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1775893

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Município de São José vem por meio deste edital notificar a todos e a quem possa interessar, que a localidade denominada de LOTEAMENTO JOÃO AMARO DA CUNHA é objeto de Regularização Fundiária, por meio do processo administrativo nº 9.324/2017, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento João Amaro da Cunha com a Matrícula Geral nº 32.215 Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, de Propriedade do Espólio de João Amaro da Cunha, com as seguintes configurações:

QUADRO DE ÁREAS DO LOTEAMENTO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)	PORCENTAGEM (%)
Área Matriculada (Mat. 32.215)	10.033,00	-
Área Total do Imóvel	10.681,22	-
Área a ser regularizada	10.681,22	100,00

Área de Lotes	7.719,44	72,271
Área Verde	1.516,02	14,193
Área do Sistema Viário	766,66	7,177
Área Remanescente	679,10	6,359
QUADRO DE ÁREAS DAS RUAS		
DESCRIÇÃO		ÁREA (m²)
Rua José Amaro Cunha		766,66
Área Pública que Passará ao domínio do Município		766,66

Com a totalidade de Área dos Lotes a regularizar 7.719,44 m².

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Pavimentação asfáltica;
- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável Fornecida pela CASAN;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal de São José,
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e VIVO,TIM;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público;
- Anexo I - Mapa da área.

Artigo 03: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da ultima publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São José endereçada à Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, localizada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Ático, Praia Comprida, São José/SC, CEP.: 88103-790, com as devidas justificativas plausíveis, observando o disposto nos Decretos Municipais 8.634/2017 e 8.869/2017, que serão analisadas pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, ficando a seu critério, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões.

Decorrido o prazo legal, será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

São José/SC, 17 de outubro de 2018.

RODRIGO DE ANDRADE

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de São José/SC

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 51/2018

Publicação Nº 1776428

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 51/2018

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 6683/2015, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE a JAT Engenharia e Construções LTDA, CNPJ: 86.430.899/0001-06, para que tome conhecimento de:

Conforme Decreto Federal nº 6.514/2008 e Decreto Municipal nº 22344/2006, o processo administrativo: nº 21903/2013, será julgado em última esfera administrativa pela Junta de Recursos de Infrações Ambientais – JARIA.

Assim sendo, em cumprimento ao princípio da publicidade dos atos da administração pública, vimos por meio deste, informar que os processos acima mencionados estão sob análise de um dos membros da Junta e o julgamento do Recurso ocorrerá no dia 19 de outubro do presente ano, às 14:00 h, no auditório da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, neste Município.

Informamos, ainda, que a empresa tem o direito de comparecer e fazer uso da palavra como forma de sustentação oral, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

São José, 15 de outubro de 2018

Jonny Andrade de Souza

Presidente da JARIA/SJ

Decreto 9946/2018 e Portaria 002/2018

PORTARIA SA Nº 1341/2018

Publicação Nº 1776355

PORTARIA ADM Nº 1341/2018

LICENÇA COM REMUNERAÇÃO PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA – SERVIDOR EFETIVO – ART. 127, INCISO I, DA LEI MUNICIPAL 2248/1991 ALTERADA PELA LEI 4929/2010 E LEI 5365/2013.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o Ofício nº 636/2018-PGM encaminhado pela Douta Procuradoria ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de São José autorizando a liberação da servidora Graziele Justino para desempenho de Mandato Classista junto ao SINTRAM/SJ em substituição da servidora Jumeri Zanetti.

Considerando o Memorando nº 1791/2018 encaminhado pela Douta Procuradoria à Secretaria de Administração autorizando a prorrogação da licença para desempenho de Mandato Classista junto ao SINTRAM/SJ da servidora Graziele Justino, em razão do gozo da licença prêmio da servidora Jumeri Zanetti.

Considerando o parecer proferido no processo administrativo nº 8803/2018 que concedeu o gozo da licença prêmio à servidora Jumeri Zanetti do período de 23 de Outubro de 2018 a 23 de Dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar a servidora GRAZIELE JUSTINO do seu cargo efetivo, com a devida remuneração do período de 07 de julho de 2018 a 22 de Outubro de 2018 para Desempenho de Mandato Classista junto ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de São José (SINTRAM-SJ), em conformidade com o art. 127, inciso I, da Lei Municipal 2248/1991 alterada pela Lei 4929/2010 e Lei 5365/2013, em razão do afastamento da servidora Jumeri Zanetti para concorrer ao pleito eleitoral de 2018 concedido no processo administrativo nº 5049/2018.

Art. 2º. Afastar a servidora GRAZIELE JUSTINO do seu cargo efetivo, com a devida remuneração do período de 23 de Outubro 2018 a 23 de Dezembro de 2018 para Desempenho de Mandato Classista junto ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de São José (SINTRAM-SJ), em conformidade com o art. 127, inciso I, da Lei Municipal 2248/1991 alterada pela Lei 4929/2010 e Lei 5365/2013, em razão do gozo da licença prêmio concedido à servidora Jumeri Zanetti no processo administrativo nº 8803/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de julho de 2018.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 17 de Outubro de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2018

Publicação Nº 1776281

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2018 – Processo nº 564/2018 – Proc. Adm. 6661/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO CHASSI MODELO RÍGIDO DE CAMINHÃO MODELO 6X4 COM CONFIGURAÇÃO FORA DE ESTRADA (OFF ROAD) E SERVIÇO DE TRANSFORMAÇÃO DE CHASSI DE CAMINHÃO EM CAMINHÃO DE INCÊNDIO DENOMINADO AUTO TANQUE, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAS PARA A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 18 de outubro de 2018 às 18h00min até dia 30 de outubro de 2018, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 30 de outubro de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PP 16/2018**

Publicação Nº 1776421

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Pregoeira da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados sobre a suspensão do andamento da licitação do Pregão Presencial n.º 16/2018 que tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, FOTOCÓPIAS E DIGITALIZAÇÃO, MEDIANTE A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS OU USADOS, COMPREENDENDO O TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E

CONFIGURAÇÃO, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS, COMPONENTES E PAPEL A4, SOLUÇÃO DE GESTÃO E CONTABILIZAÇÃO DE IMPRESSÃO, CAPACITAÇÃO NO USO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO E NA OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, cujos efeitos perdurarão até a conclusão técnica pertinente e atos administrativos correlatos, necessários ao aperfeiçoamento da solução pretendida.

São José, Santa Catarina, 17 de outubro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

MANIFESTAÇÃO QUANTO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2018

Publicação Nº 1776419

MANIFESTAÇÃO QUANTO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 034/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, FOTOCÓPIAS E DIGITALIZAÇÃO, MEDIANTE A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS OU USADOS, COMPREENDENDO O TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS, COMPONENTES E PAPEL A4, SOLUÇÃO DE GESTÃO E CONTABILIZAÇÃO DE IMPRESSÃO, CAPACITAÇÃO NO USO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO E NA OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Em 15 de outubro último a empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 00.748.569/0001-30, tempestivamente apresentou pedido de esclarecimento, conforme item 2.1 do edital, referente aos quesitos técnicos previstos no Termo de Referência, Anexo II do edital referenciado, protocolo sob o n.º 1319, cujos termos atinentes ao que a Requete pleiteia modificar seguem então colacionados:

12.1 Informações coletadas das impressões, cópias e digitalizações e enviá-las ao servidor Web; Servidor Web para processar os dados enviados pelo aplicativo desktop, que poderá estar instalado em computadores clientes ou servidores locais de impressão, e inserir as informações em banco de dados do tipo Opensource, gratuito ou licenciado.

O Print Audit, é um software de bilhetagem, ele faz o controle de impressão po

12.2 O sistema Web deverá ficar responsável pela gerência e apresentação das informações relacionadas a contabilização e leitura física, cadastros e integração com o Active Directory;

"O Print Audit, possui integração com AD, mas o software é local, e não online (web) e faz leitura lógica."

12.3 O sistema Web deverá estar instalado em um servidor local nas dependências da CMSJ;

"O Print Audit, é instalado de modo local na rede do cliente."

12.4 O aplicativo desktop deverá possuir atualização automática, para correção e implementação.

"O aplicativo desktop do Print Audit, não precisa de atualização. Somente a instância instalada no servidor de impressão."

12.5 Os relatórios deverão permitir exportação em formatos XLS, PDF, XML e CSV;

"No Print Audit, é possível exportar os relatórios como PDF e HTML".

12.8 Relatórios

12.8.1 por Data/Hora; Print Audit, por data.

12.8.6 por Áreas Compartilhadas;

12.11 Dashboard customizável contendo as seguintes funcionalidades:

12.11.2 TOP setores consumidores por dia/semana/mês/ano e desde o início das coletas através de filtro;

12.11.3 TOP filiais consumidores por dia/semana/mês/ano e desde o início das coletas através de filtro;

"Print Audit, não possuem dashboard. Mas sim possuem relatórios gráficos, mas não atenderia o segundo e terceiro subtópico."

12.12 Cadastros

12.12.2 Cadastro de Filial;

12.12.3 Cadastro de Setor e Áreas Compartilhadas;

12.12.9 Cadastro de Preferências;

12.13 Áreas compartilhadas:

Ao final, a empresa solicita "a exclusão da solicitação dos itens destacados, ou o aceite do software Print Audit que mencionado por este TI

atende todas as necessidades bilhetagem, bem como Controle de Impressão.”

DA ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

Instada a Pregoeira, ponderando tratar-se de afirmações quanto aos quesitos de pertinência técnica, o petítório foi encaminhado ao Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São José, Senhor Marcelo Alessandro Macagnan, para que procedesse a manifestação competentemente técnica.

Após análise, quanto as considerações destacadas pela Requerente, o responsável técnico procedeu a seguinte resposta:

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

Esclarecemos também que as especificações constantes neste Termo de Referência, quanto ao item “12-Software de Gerenciamento e Contabilização”, visam atender às necessidades prementes desta Câmara, não cabendo à Administração a escolha de um software em específico de forma a atender a realidade de um determinado proponente no que tange a sua disponibilidade de serviços.

Observa-se que todos os itens do Pedido de Esclarecimento referem-se à mesma solução de software de bilhetagem, da fabricante Print Audit.

Enfatizamos, contudo, que fica a cargo da proponente a escolha dentre as soluções disponíveis no mercado ou desenvolvimento próprio, desde que atendam aos requisitos pré-estabelecidos, não havendo qualquer imposição por solução em específico.

Porém, Sra. Pregoeira, esta fase nos oportunizou uma reanálise das especificações, o que poderá refletir em eventuais alterações dos requisitos técnicos previstos inicialmente, de forma a garantir a transparência das especificações, do controle e da qualidade mínima esperada de um software de gerenciamento de impressões, o que demandará novas atuações de caráter técnico para a conclusão do termo de referência, o qual possivelmente poderá ser modificado.

CONCLUSÃO

Com base nos fundamentos expostos, segundo a manifestação do Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São José, razões não assistem para que se procedam alterações exatamente nos termos indicados pela empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI.

Contudo, ainda segundo o que se depreende da manifestação do Analista, serão reanalisadas as especificações técnicas inicialmente previstas, e, por conseguinte, possíveis alterações outras serão procedidas ao Termo de Referência – Anexo II do edital, as quais, entendo, poderão ou não se assemelharem às observações feitas pela Requerente.

São José, Santa Catarina, 17 de outubro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 151/2018/SF

Publicação Nº 1775657

DECRETO Nº 151/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

2.027 MANUTENÇÃO DA DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"91"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$12.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 152/2018/SF

Publicação Nº 1775658

DECRETO Nº 152/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GAB DO PREFEITO

"1"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$30.000,00

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"3"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$52.000,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DO GABIENTE DO VICE-PREFEITO

"5"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"7"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$60.000,00

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÕES

2.006 DEPTO DE PATRIMONIO, COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"9"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$9.000,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.004 APOSENTADOS E PENSIONISTAS

"39"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$21.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANCEIRO E CONTABIL

2.015 DEPTO FINANCEIRO E DE CONTADORIA

"45"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$32.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

2.027 MANUTENÇÃO DA DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"90"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$6.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"100"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$200.000,00

2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL

"97"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$11.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

"132"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$130.000,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPTO DOS ESPORTES

"147"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$30.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

03 DEPTO DE PATRIMONIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 MANUTENÇÃO DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"171"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO

"182"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$45.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 153/2018/SF

Publicação Nº 1775660

DECRETO Nº 153/2018 – SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 12.018,46 (doze mil e dezoito reais e quarenta e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"242"3.3.90.00.00.3.0705 Aplicações Diretas R\$12.018,46

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 12.018,46 (doze mil e dezoito reais e quarenta e seis centavos), Recursos Transferência do Estado, Fonte 3.0705, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"200"4.4.90.00.00.3.0705 Aplicações Diretas R\$12.018,46

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 154/2018/SF

Publicação Nº 1775662

DECRETO Nº 154/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso III do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 208,00 (duzentos e oito reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"242"3.3.90.00.00.3.0705 Aplicações Diretas R\$208,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 208,00 (duzentos e oito reais), Recursos Transferência do Estado, Fonte 1.0705.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 155/2018/SF

Publicação Nº 1775664

DECRETO Nº 155/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG FUNDEB

"53"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas R\$210.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), Recursos Fundeb 60%, Fonte 1.0018.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº6353/2018

Publicação Nº 1775666

DECRETO Nº 6.353, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, DELCI LÚCIA BRUDER DOS SANTOS, para exercer o cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM ESF, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 03º lugar, média final 6,55, a partir de 10 de outubro de 2018, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 DE OUTUBRO DE 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº6354/2018

Publicação Nº 1775667

DECRETO Nº 6.354, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

“REVOGA O DECRETO Nº 6.047, DE 19 DE JUNHO DE 2017 PARA ENTRAR EM PLENO VIGOR O DECRETO 5.815, DE 02 DE JUNHO DE 2016, QUE APROVOU O LOTEAMENTO DENOMINADO ALTA COLINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 69, IX, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 669, de 15 de outubro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 6.047, de 19 de junho de 2017, para entrar em pleno vigor o Decreto nº 5.815, de 02 de junho de 2016, que aprovou o Loteamento denominado Alta Colina, em razão de emissão das Licenças Ambientais de Operação, LAO nº 8672/2018 de 09/10/2018 e LAO nº8712/2018 de 11/10/2018, pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº4756/2018

Publicação Nº 1775670

LEI Nº 4.756, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no Orçamento Geral do Município com vistas ao pagamento de transporte dos alunos da Casa Familiar Rural de São José do Cedro, para realização de visitas técnicas fora do Município, priorizando o acesso a experiências de sucesso alcançadas em outros municípios.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os valores consignados no Orçamento Geral Anual da Secretaria Municipal de Agricultura, em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº4757/2018

Publicação Nº 1775672

LEI Nº 4.757, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR, EM FAVOR DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE, O IMÓVEL QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação de parte ideal das chácaras nº 4 e 05, com área de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), pertencentes a uma área maior no total de 56.650m² (cinquenta e seis mil seiscientos e cinquenta) registrada na matrícula nº 411, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro/SC, declarada de utilidade pública por meio do Decreto Municipal nº 6.326/2018.

§1º. A desapropriação ocorre em favor do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ sob nº 30.649.011/0001-68, para fins de construção de estação de tratamento do sistema de esgotamento sanitário.

§2º. O imóvel desapropriado possui área de 10.000,00m²(dez mil metros quadrados) e apresenta as seguintes dimensões e confrontações:

AO NORTE: com parte da chacara nº05, medindo 103,74 metros por linha irregular;

AO NOROESTE: com a chacara nº 03, medindo 121,45 metros;

AO SUL: com o Lageado Cedro, medindo 81,05 metros;

AO SUDESTE: com parte das chácaras nº 05 e 08, medindo 153,30 metros;

Art. 2º O valor da indenização observará o Laudo de Avaliação, emitido pela Comissão Especial nomeada pelo Decreto nº 6.327/2018, no montante de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Paragrafo Único. É de comum acordo e ciência de todos os proprietários o valor a ser indenizado, bem como que a quantia será depositada em favor dos Srs. Adroaldo José Uliana, CPF 296.914.459-68, Salete Maria Uliana, CPF 296.941.759-68, Zaida Angela Uliana, CPF 715.697.239-15 e Guilherme Luis Eberhardt, CPF 068.724.469-27, a ser depositado em conta de titularidade de cada um dos beneficiários ou apenas um deles, mediante procuração pública, com poderes especiais.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de outubro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº4758/2018

Publicação Nº 1775673

LEI Nº 4.758, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 1.233, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1987”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.233, de 01 de dezembro de 1.987, em razão da proibição de concessão de incentivos fiscais, inserida no artigo 8º-A da Lei Complementar Federal 116/2003.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de outubro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.079, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775450

DECRETO Nº 6.079, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Concurso Público nº 01/2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 01/2018, de 08 de agosto de 2018, e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Concurso Público nº 01/2018;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Concurso Público nº 01/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Concurso Público de Provas Teórico-Objetivas, aberto pelo Edital nº 01/2018, de 08 de agosto de 2018, destinado ao provimento de vagas legais e formação de cadastro de reserva do quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme relação constante no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. Não houve candidatos aprovados para as vagas de pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º A nomeação do candidato aprovado ao cargo ficará condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura, constantes no Edital de Abertura e na legislação vigente.

Art. 3º O prazo de validade do Concurso Público nº 01/2018 será de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Poder Executivo Municipal, antes de expirado o prazo de vigência original.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 6.079, de 17 de outubro de 2018)

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018**APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018****ODONTÓLOGO**

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Nota Final
1	1215785	Vinicius Spiger	94,00
2	1097701	Jessica Regina Gobbi	83,00
3	1183878	Renato Magalhães Vargas	82,00
4	1210180	Marcus Antonio Bezerra Da Silva	81,00
5	1219586	Aline Predebon	80,00
6	1185219	Juli Caroline Giacomelli	79,00
7	1096921	Renata De Macedo	79,00
8	1220828	Rebecca Dias Almeida	79,00
9	1195608	Lorraine Da Silva Gürtler	79,00
10	1219183	Sabrina Lunkes Alves Beza	78,00
11	1197918	Liliam Daniela Ghiggi	78,00
12	1212896	Luiza Lorenzoni Dreher	77,00
13	1212270	Bruna Crusaro	76,00
14	1185696	Sonia Franchini	75,00
15	1214680	Maira Tonelli	75,00
16	1220936	Laiane Carla Pawlak	74,00
17	1139511	Daiane Bruna Forgiarini	73,00
18	1210755	Pamela Campagna	73,00
19	1200116	Luciana Zambillo Palma	72,00
20	1213255	Karine Fatima Lyko	72,00

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Nota Final
21	1213430	Eduardo Roncaglio	69,00
22	1219907	Lisiane Marcelli Dalmedico Ioris	69,00
23	1194744	Aline De Avila Costa	69,00
24	1197485	Camila Ferronato	68,00
25	1194203	Elizangela Berres	68,00
26	1197318	Leticia Banaszeski	68,00
27	1208684	Gabriela Bampi	68,00
28	1211985	Daniela Ambrosio	68,00
29	1205068	Leonardo Alberto Periolo Bringhentti	67,00
30	1212807	Jeisemar Sidney Rampazzo Junior	67,00
31	1218755	Gustavo Henrique Kreuz	67,00
32	1096586	Elisa Usanovich Maschio	66,00
33	1220877	Andressa Secco	65,00
34	1201998	Matheus Carbonari	65,00
35	1184906	Neuza Rasador	65,00
36	1214383	Karissa Trevisan	64,00
37	1206484	Diane Gasparin Rörig	64,00
38	1187412	Aline Cappoani	64,00
39	1096528	Carolyn Villani Do Nascimento	64,00
40	1197033	Camila Dalla Costa Da Silva	63,00
41	1206163	Anna Cristina Da Silva Nascimento	63,00
42	1221261	Aline De Bastos Da Silva	63,00
43	1186883	Heloisa Gabriel Branco	63,00
44	1187583	Guilherme Augusto Moreira	63,00
45	1200466	Caroline Stedille	62,00
46	1192039	Alessandra Aparecida Da Silva Schiavo	62,00
47	1219848	Thayna Nathally Petry De Paula	62,00
48	1182129	Andressa Pederssetti	62,00
49	1189363	Thais Azzolini	61,00
50	1189402	Brunna Presmini Barbosa	61,00
51	1220963	Luiz Fernando Monteiro Czornobay	61,00
52	1192412	Peterson Pasini Provensi	61,00
53	1181753	Isadora Benato Dos Santos	61,00
54	1203581	Apoliana Reis Da Silva	60,00
55	1192573	Valeria Campagnolo	60,00
56	1218770	Charysson Benetti	60,00
57	1220717	Dayane Casiraghi	59,00
58	1221041	Gilmar Antonio Sbardelotto Junior	59,00
59	1209915	Thais Regina Ferrari	59,00
60	1182065	Juciane Hoff	59,00
61	1201562	Diego Cesar Bernart	58,00
62	1188822	Larissa Ferronato	58,00
63	1096230	Pedro Afonso Bado	58,00
64	1183646	Meurian Ecker	58,00
65	1212592	Emanuelle Piano Cerutti	57,00
66	1221249	Tarlei Renk	57,00
67	1096870	Gabriela Modanes Prior	57,00
68	1219443	Fabricio Costa Da Silva	57,00
69	1205706	Karla Caroline Strapazzon	57,00
70	1206764	Carolina Anchieta	57,00
71	1192297	Angela Maria Tomasi	57,00
72	1194287	Janaina Alves	56,00
73	1191481	Bruna Conterno	56,00
74	1221231	Karim Diane Vanin	56,00
75	1209197	Thaiane Keul Chitolina	55,00
76	1187013	Thamara Fracaro Caleffi	55,00
77	1095502	Kalisley Nicoli Ferranti	55,00
78	1212968	Alice Ramos De Freitas Pereira	55,00
79	1202892	Patricia Regina Biasi	55,00
80	1215916	Natalia Culau Paniz	55,00
81	1096652	Andreia Sutil Da Trindade	54,00
82	1191445	Gabriela Golo Balen	54,00
83	1213941	Thais Neffthaly Amaral	53,00

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Nota Final
84	1196546	Bruno Manfio Imig	52,00
85	1193315	Priscila Pedroski	52,00
86	1193195	Eloisa Claudia Nicolli	52,00
87	1214913	Diomar Luis Bez Junior	52,00
88	1213682	Gabriela Frigo	51,00
89	1181484	Naiandra Batisti Baldissera	51,00
90	1191564	Danieli Liana Walker Mazetto	50,00
91	1206697	Carol Pirola Simionato	50,00

TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Nota Final
1	1192472	Samira Schwade	72,00
2	1211403	Carla Balzan Parizotto	62,00
3	1215684	Ana Paula Tapparo Mariott	59,00
4	1192959	Nathalia Deon	56,00
5	1213055	Altair Borges	54,00
6	1219249	Katia Comin Begnini	52,00
7	1213452	Gabriel David Canabarro	51,00
8	1193722	Jamilly Mariana Almeida Manfro	51,00

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Não houve aprovados.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.080, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775540

DECRETO Nº 6.080, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.3.3.90.00.00.00.00.01.0000	02 Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

02.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.4.4.90.00.00.00.00.01.0000	03 Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.081, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775549

DECRETO Nº 6.081, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	15	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
06.01.04.122.4503.2.006.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000	16	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.082, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775633

DECRETO Nº 6.082, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.021.3.3.93.00.00.00.00.00.01.0002	23 Aplicação Direta	R\$ 200.000,00
---	---------------------	----------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.021.3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000	18 Aplicação Direta	R\$ 200.000,00
---	---------------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.083, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775753

DECRETO Nº 6.083, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a convocação da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município fundamentado na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017, do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que dispõe sobre a convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Resolução 004, de 15 de outubro de 2018, do CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de mobilizar a sociedade para a discussão do tema "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências", com a finalidade de fortalecer os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2018, das 8:30h às 12:00horas e das 13:30h às 16:30horas, no Auditório Celso Deon Lazzarotto, situado junto a Cooperativa de Crédito Sicoob Original, na Rua Dom Pedro II, nº 1.421, bairro Brasília, nesta cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º Em consonância com a Conferência Nacional e Estadual, esta Conferência Municipal terá como tema central "PROTEÇÃO INTEGRAL, DIVERSIDADE E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS".

Art. 3º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o objetivo de proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões no âmbito municipal, buscando a consolidação do Princípio da Prioridade Absoluta preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente correrão por conta das dotações específicas do orçamento do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS 007/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1775727

Resolução CMAS 007/2018

Dispõe sobre a aprovação de valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos Estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS para o Cofinanciamento de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, referente ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do exercício de 2018, do município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, em Reunião Plenária Extraordinária de 17 de outubro de 2018, no uso da competência e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei Nº 2.010, de 23 de Maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em conformidade com a NOB/SUAS, e;

CONSIDERNADO:

A Lei nº. 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº. 12.435 de 2011;

A Resolução do CNAS nº. 33/2012 que trata da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS);

A Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

A Lei Complementar nº. 143 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre repasses financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social, sendo condição para o recebimento dos repasses a efetiva instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, com composição paritária entre governo e sociedade civil; do Plano Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social com orientação e controle dos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social;

O Decreto nº. 2.677, de 08 de outubro de 2009 que dispõe sobre a transferência de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social;

A Resolução da CIB nº. 05 de 12 de julho de 2018 que pactuou os prazos e procedimentos de repasses de recursos estaduais para cofinanciamento;

A Resolução do CEAS nº. 13, de 02 de agosto de 2008 que aprovou valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais no exercício de 2018;

A Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

A Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

A Resolução CNAS nº 269, de 13 de novembro de 2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

A Resolução CIB nº. 06, de 23 de agosto de 2018 que pactuou os critérios, prazos e procedimentos de repasse de recursos estaduais para cofinanciamento da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade;

A Resolução do CEAS nº. 16, de 11 de setembro de 2018 que retificou a Resolução CEAS nº. 13/2018;

Os serviços da Proteção Social Básica que tem como objetivo a prevenção das situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e destinam-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social;

Os cadernos de Orientações Técnicas do CRAS e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;

Os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade que tem como objetivo oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos;

Os cadernos de Orientações Técnicas do CREAS e do Centro POP, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;

AS deliberações deste Conselho em reunião extraordinária realizada na data de 17/10/2018 e constantes na Ata nº 05;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar valores, critérios, prazos e procedimentos para o Cofinanciamento do Governo Estadual referente ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do exercício 2018, para o município de São Lourenço do Oeste - SC, considerando as metas estabelecidas em nível de Gestão do SUAS, bem como aquelas relacionadas ao atendimento físico, Proteção Social Básica, no valor de R\$: 27.777,78 (Vinte e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), para os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade o valor de R\$: 41.666,67 (Quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 17 de outubro de 2018.

Itamar Fernandes

Presidente do CMAS/SLO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 345/2018

Publicação Nº 1775738

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 345/2018

Concede férias a servidora IVONE LUZIA VENTURA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 20 dias que gozará a partir de 22/10/2018 a 10/11/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA Nº 344/2018

Publicação Nº 1775736

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-221
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA Nº 344/2018

NOMEIA COORDENADOR E MEMBROS DA DEFESA CIVIL – COMDEC - DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto nº 10/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

I – Coordenador: ALLAN FRANCISCO DE SOUZA

II – Membros do Setor Técnico:

- Secretária(o) da Saúde e Desenvolvimento Social;
- Secretário da Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretário de Transportes e Obras.

III – Membro do Setor Operativo:

- Isolene Bernadete Hoffmann – Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria 178/2017 e outras disposições em contrário.

Art. 3.º - Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº06/2018 - BETHA RH**

Publicação Nº 1775393

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro—CEP: 88125-000—
Fone:48-32770122—R. 2017
câmara@camaraspa.sc.gov.br

CONTRATO nº 06/2018

Contrato que entre si celebram de um lado a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.868.567/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara, Sr. MARCOS RODRIGO REITZ, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Dispensa de Licitação 02/2018, homologado em 21 de setembro de 2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação dos serviços de instalação, treinamento e suporte técnico de sistema informatizado de gestão de Recursos Humanos denominado "Betha RH", para a Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

0.0.1 – O serviço contrato compreende o acompanhamento técnico, configuração e customização do sistema, treinamento do usuário e despesas de implantação.

0.0.2 – Além dos serviços acima citados, pela locação do sistema, será pago valor mensal fixo.

0.0.3 – Após a implantação do sistema e treinamento do usuário, solicitação de serviços específicos terão custo de hora técnica e de deslocamento.

1.1.4 – Para a execução do Contrato, a empresa vencedora deverá disponibilizar uma central de atendimento com telefone, fax e/ou e-mail (Call Center) que poderá ser única ou regionalizada

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração até 31 de agosto de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) O valor global dos serviços contratados é de R\$ 3.750,55 (três mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos), sendo R\$ 1.250,55 (mil duzentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos) a título de configuração, customização e treinamento e o restante (R\$ 2.500,00) (dois mil e quinhentos reais) pela locação do sistema, divididos parcelas mensais até 31/08/2019 a partir da data da assinatura deste instrumento.

b) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

c) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia dez do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

d) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

e) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00.03.07.99 (4)

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

a) O(s) aplicativo(s) é (são) de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Segunda.

b) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está (ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade

destes danos.

e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá (ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
 - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
 - ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
 - iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícito(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer a licença de usos do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).
- c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- e) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- f) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- g) Orientar e prestar suporte à CONTRATANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA- DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).
- c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

8.1- O suporte técnico do(s) aplicativo(s) deverá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto da CONTRATADA por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- b) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
 - i. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na BETHA;
 - ii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;

8.2- O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

8.3- A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte online da CONTRATADA

8.4- As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s) serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

8.5- Não faz parte deste contrato a prestação de serviços de suporte técnico "in loco" na entidade..

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

9.1- O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

9.2- O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "h" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

12.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

12.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

12.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

12.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

12.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

12.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

12.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

12.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

12.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

12.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

12.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

12.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

12.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

12.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

12.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

12.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

12.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

12.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 12.1.4.1 à 12.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

12.1.5 – Também incidirá na rescisão contratual o cumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso, do art. 27, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente

com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara, 21 de setembro de 2018.

MARCOS RODRIGO REITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67

CONTRATO Nº07/2018

Publicação Nº 1775394

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro—CEP: 88125-000—

Fone:48-32770122—R. 2017

câmara@camaraspa.sc.gov.br

CONTRATO nº 07/2018

Contrato que entre si celebram de um lado a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.868.567/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara, Sr. MARCOS RODRIGO REITZ, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Dispensa de Licitação 03/2018, homologado em 21 de setembro de 2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação dos serviços de instalação, treinamento e suporte técnico de sistemas informatizados de controle de frequência por ponto denominados "Betha Ponto" e "Betha Pontual Fly", para a Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

0.0.1 – O serviço contrato compreende o acompanhamento técnico, configuração e customização do sistema, treinamento do usuário e despesas de implantação.

0.0.2 – Além dos serviços acima citados, pela locação do sistema, será pago valor mensal fixo.

0.0.3 – Após a implantação do sistema e treinamento do usuário, solicitação de serviços específicos terão custo de hora técnica e de deslocamento.

1.1.4 – Para a execução do Contrato, a empresa vencedora deverá disponibilizar uma central de atendimento com telefone, fax e/ou e-mail (Call Center) que poderá ser única ou regionalizada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração até 31 de agosto de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) O valor global dos serviços contratados é de R\$ 6.789,45 (seis mil setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), sendo R\$ 1.789,45 (um mil setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) a título de configuração, customização e treinamento e o restante R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela locação do sistema, divididos parcelas mensais até 31/08/2019 a partir da data da assinatura deste instrumento.

b) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

c) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia dez do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

d) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

e) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00.03.07.99 (4)

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

a) O(s) aplicativo(s) é (são) de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto

deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Segunda.

b) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está (ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá (ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).

d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:

i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).

ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).

f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícitado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)

g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

a) Fornecer a licença de usos do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,

b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).

c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.

e) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

f) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

g) Orientar e prestar suporte à CONTRATANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA- DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.

b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).

c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.

d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

8.1- O suporte técnico do(s) aplicativo(s) deverá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto da CONTRATADA por técnico habilitado com o objetivo de:

a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);

b) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:

i. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Bethesda;

ii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;

8.2- O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

8.3- A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte online da CONTRATADA

8.4- As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s) serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

8.5- Não faz parte deste contrato a prestação de serviços de suporte técnico "in loco" na entidade..

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

9.1- O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

9.2- O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "h" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

12.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

12.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

12.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

12.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

12.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

12.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

12.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

12.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

12.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

12.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

12.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

12.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

12.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

12.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

12.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

12.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

12.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

12.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 12.1.4.1 à 12.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

12.1.5 – Também incidirá na rescisão contratual o cumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso, do art. 27, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara, 21 de setembro de 2018.

MARCOS RODRIGO REITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67

Saudades

PREFEITURA

CONTRATO N.: 15.2018

Publicação Nº 1775630

EXTRATOS DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Contratos

Contrato n.: 15.2018

Contratante: Município de Saudades/SC

Contratado: BADESC S.A.

Objeto: Concede à Prefeitura Municipal de Saudades, devidamente autorizada um empréstimo.

Valor: R\$ 1.300.000,00

Vigência: Indeterminado

Recursos: Orçamento Vigente

Saudades/SC, 10 de outubro de 2018.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Contratos

Contrato n.: 12.2018

Contratante: Município de Saudades/SC

Contratado: ICASA

Objeto: Instituir no âmbito municipal o Programa de Apoio ao Produtor Para Sanidade Agropecuária.

Valor: -

Vigência: 21/09/2020

Recursos: Orçamento Vigente

Saudades/SC, 10 de outubro de 2018.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 24/2018-FMS

Publicação Nº 1775602

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 24/2018-FMS

PROCESSO Nº. 53/2018-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de placas, incluindo elaboração de arte pra suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de novembro de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 06 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2018-FMS

Publicação Nº 1775606

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2018-FMS

PROCESSO Nº. 54/2018-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a instalação de porta de vidro de correr e aquisição, troca, instalação e manutenção de vidros e aquisição nas Unidades de Saúde pra suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de novembro de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 07 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 26/2018-FMS

Publicação Nº 1775650

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 26/2018-FMS

PROCESSO Nº. 55/2018-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e aferição de aparelhos médicos pra suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 27/2018-FMS

Publicação Nº 1775611

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 27/2018-FMS

PROCESSO Nº. 56/2018-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelho lavadora de alta pressão e trocador de fraldas pra suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de novembro de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 08 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2018-SANEAMENTO

Publicação Nº 1775591

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2018-SANEAMENTO

PROCESSO Nº. 13/2018-SANEAMENTO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de container marítimo modelo Dry para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de novembro de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 05 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 85/2018-PMS

Publicação Nº 1775545

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 85/2018-PMS

PROCESSO Nº. 193/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de hidrojateamento (limpeza de tubulação de esgoto em via pública) para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86/2018-PMS

Publicação Nº 1775585

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86/2018-PMS

PROCESSO Nº. 194/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e exame clínico (preenchimento de CAT) para suprir as necessidades do Setor de Recursos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 12 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.576/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776478

PORTARIA Nº 7.576/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término de contrato do Sr. Richard Ruan de Souza em 16 de outubro de 2018;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.993/2016, de 20/12/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Alecsandra Andresa Walz, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2016/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.577/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1776479

PORTARIA Nº. 7.577/2018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. Lucas Antonio Uzejka, no cargo de Professor B, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 75/2018-PMS

Publicação Nº 1775482

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2018

Número do Registro de Preços: 70/2018		Data do Registro: 17/10/2018		Válido até: 17/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição material de desgaste - lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas laterais de aço - para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/S					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desdto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Parafuso 5/8 X 2,5" , com porca 20 mm de altura (lâmina moto niveladora)	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	REX	0	2,4900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2,5000	2
2	Dente para caçamba dianteira - retroescavadeira CAT 416E	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	30,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	38,0000	2
3	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	REX	0	2,1900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2,2000	2
4	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2" , para retro, dente caçamba dianteira	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	REX	0	2,2900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2,3000	2
5	72204481 - Kit pino trava de aço - escavadeira E 215B	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	17,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FENIX	0	18,0000	2
6	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E 215B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	165,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	190,0000	2
7	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	414,0000	1

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2018

Número do Registro de Preços: 70/2018 Data do Registro: 17/10/2018 Válido até: 17/10/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição material de desgaste - lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas laterais de aço - para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/RS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	415,0000	2
8	Ponta de dente com número 6329 gravado, concha traseira reiro	UN	G. MAIOCHIE CIA LTDA (6122)	RCP	0	14,4000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	DNX	0	14,5000	2
9	72205063 - dente de aço p/ caçamba escavadeira E215B	UN	G. MAIOCHIE CIA LTDA (6122)	COLINA	0	64,9000	1

Página: 3/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2018

Número do Registro de Preços: 70/2018		Data do Registro: 17/10/2018		Válido até: 17/10/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição material de desgaste - lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas laterais de aço - para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	65,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2018

Número do Registro de Preços: 70/2018		Data do Registro: 17/10/2018		Válido até: 17/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição material de desgaste - lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas laterais de aço - para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/S					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2018
PROCESSO Nº 175/2018
(6122) - G.MAIOCHI E CIA LTDA
(12475) - JULIO SILVESTRI FILHO - ME

Schroeder, 17 de Outubro de 2018.

Seara

PREFEITURA

EDITAL N° 002 - RETIFICAÇÃO

Publicação N° 1776301

EDITAL N° 002/2018 - RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018

ALTERA DISPOSITIVOS DO EDITAL N° 001/2018 QUE ABRE INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS NO NÍVEL INICIAL DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DEFINE SUAS NORMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos o item 12.6 do Edital de Concurso n° 001, de 10 de outubro de 2018,

ALTERA

1. Fica alterado o item 3.3.5 e Anexo I – Previsão dos Cargos, Habilitação, Vencimento e Valor Inscrição (para o cargo de "Auxiliar de Creche"), do Edital de Concurso n° 001, de 10 de outubro de 2018 que abre inscrições para o concurso público destinado a prover vagas no nível inicial do quadro permanente de pessoal do poder executivo municipal, define suas normas e dá outras providências.

3.3.5. Os candidatos que fizerem sua inscrição, interessados nas vagas para pessoas com deficiência, deverão verificar o item 3.9 – Das Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais deste Edital, para encaminhamento de documentos necessários.

2. Ficam inalteradas as demais cláusulas/disposições e Anexos do Edital de Concurso n° 001, de 10 de outubro de 2018 que abre inscrições para o concurso público destinado a prover vagas no nível inicial do quadro permanente de pessoal do poder executivo municipal, define suas normas e dá outras providências.

3. O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação

Seara/SC, 17 de outubro de 2018.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREVISÃO DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, VENCIMENTO E VALOR INSCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DOS CARGOS	N.º DE VAGAS	ESCOLARIDADE E/OU OUTROS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O CARGO NA POSSE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	Valor da inscrição
ALFABETIZADO					
Gari	02	Alfabetizado	40 horas	RS 1.030,73	60,00
Operador de Máquinas Agrícolas e Similares	01	Alfabetizado e experiência comprovada, e portador de carteira de motorista no mínimo da categoria "C".	40 horas	R\$ 1.743,06	60,00
Operador de Máquinas Pesadas	02	Alfabetizado, experiência comprovada e portador de carteira de motorista no mínimo da categoria "C".	40 horas	R\$ 1.994,92	60,00
Servente Externo	02	Alfabetizado	40 horas	R\$ 1.224,54	60,00
Servente Interno	02	Alfabetizado	40 horas	R\$ 1.224,54	60,00
Vigia	01	Alfabetizado	40 horas	R\$ 1.224,54	60,00
ENSINO FUNDAMENTAL					
Borracheiro	01	Ensino fundamental incompleto	40 horas	R\$ 1.431,57	80,00
Lubrificador/Lavador	01	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas	R\$ 2.134,12	80,00
Mecânico	Reserva técnica	Ensino Fundamental Incompleto, com conhecimento prático na área de mecânica de veículos e máquinas, inclusive pesadas, e com experiência mínima de 3 (três) anos, devidamente comprovado mediante carteira profissional ou declaração de sindicato da categoria.	40 horas	R\$ 2.286,53	80,00
Monitor de Dança	01	Nível Fundamental Completo, formação em dança e/ou cursos ou atividades prática em dança comprovando mediante atestados e certificados expedido por entidades específica e/ou contrato de trabalho do exercício da atividade de dança.	40 horas	R\$ 2.286,53	80,00

Monitor de Música	01	Nível Fundamental Completo, formação em música e/ou cursos ou atividades prática em música comprovando mediante atestados e certificados expedido por entidades específica e/ou contrato de trabalho do exercício da atividade de músico e inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil.	40 horas	R\$ 2.286,53	80,00
Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	01	Ensino Fundamental Incompleto, portador de carteira de motorista no mínimo da categoria "C" para transporte de carga e categoria mínima "D" para transporte de passageiros ou escolares.	40 horas	R\$ 1.862,37	80,00
Motorista de Veículos Leves e da Saúde	01	Ensino fundamental Incompleto portador de carteira de motorista no mínimo da categoria "C".	40 horas	R\$ 1.862,37	80,00
Soldador	Reserva técnica	Ensino fundamental incompleto.	40 horas	R\$ 1.862,37	80,00
NÍVEL MÉDIO					
Adjunto Administrativo	01	Conclusão do ensino médio, conhecimento de português, matemática, datilografia e conhecimento básico de operador de computador.	40 horas	R\$ 2.134,12	100,00
Agente de Atividades Gerais	05	Conclusão do ensino médio, com conhecimentos básicos de português, matemática, datilografia e conhecimento básico de operação de computador.	40 horas	R\$ 1.743,06	100,00
Agente de Vigilância Epidemiológica	Reserva técnica	Conclusão do ensino Médio com conhecimentos básicos de português, matemática, datilografia e conhecimento básico de operação de computador.	40 horas	R\$ 1.319,38	100,00
Atendente de Unidade Sanitária	Reserva técnica	Conclusão do ensino médio, com conhecimentos básicos de português, matemática, datilografia e conhecimento básico de operação de computador.	40 horas	R\$ 1.261,42	100,00
Auxiliar de Creche	08	Conclusão mínima em ensino médio à nível de Magistério, podendo também se inscrever portadores de grau superior em licenciatura em pedagogia, educação infantil e séries iniciais.	40 horas	R\$ 2.091,84	100,00
Auxiliar de Técnico de Esporte	01	Conclusão do Ensino Médio com no mínimo 100 (cem) horas de Cursos na área do Esportes e Lazer devidamente comprovado por Certificados, Diplomas e Atestados expedidos por Órgãos ou Entidades da área específica ou concluído no mínimo o 1º (período) do curso de Nível Superior na área de Educação Física.	20 horas	1.143,28	100,00
Fiscal de Obras e Posturas	Reserva técnica	Conclusão do Ensino Médio com conhecimento de português suficiente para elaborar relatórios de fiscalização e notificações e auto de infração, conhecimento de matemática, datilografia, operação básica de computador, Legislação de Postura e Código de Obras e demais normas do Município.	40 horas	R\$ 1.994,92	100,00
Fiscal de Tributos	01	Conclusão do Ensino Médio, com conhecimento de português, suficiente para elaborar relatórios de fiscalização e notificações e auto de infração e conhecimento de matemática, datilografia, operação básica de computador, Legislação Tributária, Fiscal, Postura e Código de Obras e demais normas do Município.	40 horas	R\$ 1.862,37	100,00
Fiscal de Vigilância Sanitária	01	Conclusão do Ensino Médio, com conhecimento de português suficiente para elaborar relatórios de fiscalização e notificações e auto de infração e, conhecimento de Legislação Sanitária, Posturas e Código de Obras e demais normas do Município, Estado e União que tratam de Vigilância Sanitária, e curso de capacitação em ações básicas de vigilância sanitária.	40 horas	R\$ 1.862,37	100,00
Técnico de Compras	Reserva técnica	Conclusão do Ensino Médio, com conhecimento de português, suficiente para elaborar relatórios, minutas de contratos, editais de licitação, conhecimento de matemática, datilografia, operação básica de computador, legislação de licitações e contratos e demais normas pertinentes à função.	40 horas	R\$2.452,24	100,00
Técnico de Tributos	01	Conclusão do Ensino Médio, com conhecimento de português suficiente para elaborar relatórios de fiscalização e notificações e auto de infração e conhecimento de matemática, datilografia, operação básica de computador e legislação tributária.	40 horas	R\$ 2.134,12	100,00

Técnico em Enfermagem	Reserva técnica	Habilitação legal para o exercício da profissão de técnico em enfermagem, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.	40 horas	R\$ 1.994,92	100,00
Técnico em Informática	Reserva técnica	Conclusão do Ensino Médio, na área de informática ou comprovação de realização de cursos de informática com carga horária mínima de 400 horas/aula, com conhecimento de português, suficiente para elaborar relatórios.	40 horas	R\$ 2.452,24	100,00
NÍVEL SUPERIOR					
Arquiteto	Reserva técnica	Habilitação legal para o exercício da profissão de arquiteto, com Registro no Conselho Regional de Engenharia - CREA.	20 horas	3.490,54	150,00
Biólogo	Reserva Técnica	Conclusão do terceiro grau, com diploma devidamente registrado ou licenciado em Ciências Biológicas ou História Natural, ou licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia e com registro no Conselho Regional de Biologia – CRB.	40 horas	R\$ 3.026,64	150,00
Enfermeiro	Reserva técnica	Habilitação de grau superior, em nível de graduação, obtida em curso de Enfermagem ou Enfermeira Obstétrica, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.	40 horas	R\$ 4.665,88	150,00
Engenheiro Agrônomo	Reserva técnica	Habilitação legal para o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo, obtida em curso de Agronomia, com Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.	40 horas	R\$ 7.266,09	150,00
Engenheiro Civil	Reserva técnica	Habilitação legal para o exercício da profissão de Engenheiro Civil, obtida em curso de Engenharia Civil com Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.	40 horas	R\$ 7.266,09	150,00
Especialista Educação – Orientador Educacional	Reserva Técnica	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	40 horas	3.491,26	150,00
Instrutor de Música	01	Licenciatura Plena em Música ou outra Licenciatura com Pós Graduação em Música.	40 horas	R\$ 3.255,84	150,00
Médico	01	Habilitação legal para o exercício da profissão de médico, com registro no CRM.	40 horas	R\$ 16.000,00	150,00
Nutricionista	Reserva técnica	Habilitação legal para o exercício da profissão de nutricionista, com registro no órgão competente.	40 horas	R\$ 3.026,64	150,00
Professor – área de Língua Inglesa	01	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	R\$ 1.639,29	150,00
Professor - área de Educação Física	02	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	R\$ 1.639,29	150,00
Professor - área de Geografia	01	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	R\$ 1.639,29	150,00
Professor – área de Matemática	01	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	R\$ 1.639,29	150,00
Professor – área de Educação Infantil	02	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	R\$ 1.639,29	150,00
Professor - área Ensino Fundamental I	01	Habilitação em Grau Superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	R\$ 1.639,29	150,00
Técnico de esportes	01	Diploma de Nível Superior com Licenciatura Plena ou Bacharelado em Educação Física com registro no CREF.	40 horas	R\$ 3.255,84	150,00

LEI Nº 1981

Publicação Nº 1776302

LEI Nº 1981, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Consolida o Programa Operacional Agropecuário e Desenvolvimento Rural - PROADER e dá outras providências e revoga leis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 162 e seus incisos da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS DO PROGRAMA

Art. 1º Inserindo-se numa estratégia de desenvolvimento agropecuário que visa incentivar uma sólida aliança entre a agropecuária, enquanto atividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais nas vertentes ambiental, econômica e social, fica criado o Programa Operacional Agropecuário e Desenvolvimento Rural - PROADER, que integra quatro eixos prioritários e estratégicos, sendo:

- I – terceirização de serviços de máquinas e equipamentos;
- II – gratuidade de horas máquinas, equipamentos e veículos;
- III – subsídios para serviços terceirizados e executados por máquinas e equipamentos de propriedade do Município;
- IV – execução de serviços de máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município.

Art. 2º O Programa Operacional Agropecuário e Desenvolvimento Rural - PROADER possui os seguintes objetivos:

I – Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento agropecuário, base da economia do município e possibilitar aos agricultores familiares agregar valor aos seus produtos, bem como melhorar a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, promovendo o desencadeamento de um processo de descentralização do desenvolvimento sustentável.

II – Objetivos específicos:

- a) reforço da competitividade econômica das atividades e fileiras produtivas agropecuárias;
- b) incentivo à multifuncionalidade das explorações agropecuárias;
- c) promoção da qualidade e da inovação da produção agropecuária;
- d) valorização do potencial específico das propriedades rurais;
- e) melhoria das condições de vida do trabalho e do rendimento familiar;
- f) melhorar o manejo das culturas, matéria orgânica e rotação de culturas, visando o aumento da capacidade produtiva do solo;
- g) tornar a qualidade dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano compatíveis com os padrões estabelecidos pelas normas vigentes;
- h) melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e dessa forma incentivar a sua permanência no meio rural;
- i) ampliação da capacidade produtiva, com vistas à contínua agregação de valores à principal fonte financiadora da atividade pública;
- j) promover a concessão de benefícios aos agricultores decorrentes de ações geridas por outras esferas de governos, suas fundações e autarquias, nas quais o município é interveniente ou beneficiário por termos de convênios destinados ao desenvolvimento de ações de apoio ao desenvolvimento agropecuário e estímulo da produção;
- k) interromper os mecanismos de transmissibilidade das doenças infectocontagiosas, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

CAPÍTULO II

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Art. 3º Através desse eixo estratégico pretende oportunizar aos produtores rurais do município a realização de serviços de máquinas e equipamentos não de propriedade do Município de Seara, em suas propriedades rurais objetivando o atendimento dessa necessidade no momento em que ela ocorre.

§ 1º O produtor beneficiado com esse eixo estratégico terá subsídios anuais estabelecidos no capítulo IV da presente lei, optando por máquinas e equipamentos para realização das seguintes atividades:

- I – silagem;
- II – gradagem de solo para incorporação de sementes;
- III – transporte e distribuição de adubo líquido e seco; e,
- IV – distribuição de calcário e insumos.

§ 2º O benefício será concedido por propriedade rural, com um ou mais cadastros no INCRA, considerado como área de terras contínuas, independentemente do número de produtores rurais que residem na mesma.

§ 3º O produtor rural que possuir mais de uma propriedade, em áreas de terras descontínuas, no Município de Seara, na forma estabelecida

no parágrafo anterior, com produtor (es) rural (ais) residente (s) ou não nela, que explorem atividade agropecuária, independente do vínculo, não fará jus para cada propriedade, o benefício estabelecido no § 1º deste artigo.

§ 4º A existência de lagos, açudes ou a passagem de rios, riachos, córregos e vias públicas que divide a propriedade não caracterizam a descontinuidade da propriedade prevista no parágrafo anterior, exceto se houver produtor (es) rural (ais) residente (s) em cada uma delas, que explorem atividade agropecuária, independente do vínculo e atenda o disposto no art. 4º da presente Lei.

§ 5º A opção prevista no § 3º do presente artigo será para execução de serviços em uma propriedade, podendo ser estendido para outra propriedade diversa da opção e de forma acumulativa, desde que seja um único titular das propriedades e o total do subsídio não ultrapasse o estabelecido no capítulo IV da presente Lei.

Art. 4º Os produtores rurais para usufruírem os benefícios previstos neste eixo estratégico, deverão atender os seguintes requisitos:

I – estar inscrito no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina como Produtor Rural de Seara/SC, e comprovar a prestação de contas anual da emissão de notas fiscais de produtor rural em operações de venda de produtos agropecuários;

II – não estar em débito com a Fazenda Municipal e os devidamente Credenciados pelo Município de Seara/SC para execução dos serviços especificados nos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 3º da presente Lei;

III – o produtor rural deverá estar executando atividades produtivas em sua propriedade rural.

IV – Que a propriedade esteja cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e devidamente escriturada em seu nome.

V - emitir regularmente notas de produtor rural em operações de venda de produtos agropecuários.

VI - fazer a roçada nas laterais das estradas municipais que passam em suas propriedades, assim como a limpeza e desobstrução de valas.

Parágrafo único. Para usufruir do benefício estabelecido no inciso I do § 1º do art. 3º desta Lei o produtor rural deve comprovar que nas notas de produtor rural previstas no inciso V do presente artigo devem constar notas de venda ou consumo de silagem.

Art. 5º A relação dos que estão em débito com a Fazenda Municipal e os devidamente Credenciados pelo Município de Seara/SC, estabelecidos no inciso II do art. 4º da presente Lei, será obtido da seguinte forma:

I – pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, mediante comprovação da verificação da CND (Certidão Negativa de Débitos) no endereço eletrônico: www.seara.sc.gov.br e Link Portal da Transparência/Cidadão Web/Emitir;

II – encaminhamento à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a cada 60 (sessenta) dias pelos Credenciados pelo Município de Seara/SC para execução dos serviços especificados nos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 3º da presente Lei.

Art. 6º O atendimento aos produtores será efetuado por área de abrangência de atuação das máquinas e equipamentos, querem credenciados pelo Município para os serviços terceirizados ou de propriedade do Município.

Parágrafo único. Considera-se área de abrangência, os territórios que compreendem as associações de agricultores existentes no Município de Seara, cujo conjunto de máquinas e equipamentos seja de propriedade ou com concessão do direito real de uso, ou ainda em comodato com a associação, ou atuação das máquinas e equipamentos pertencentes ao Município.

Art. 7º Para atender o princípio da universalização do atendimento dos serviços de terceirização, os processos de licitação desse eixo estratégico far-se-ão por credenciamento, e por lote.

§ 1º Cada lote corresponderá uma área de abrangência estabelecida no parágrafo único do art. 6º da presente Lei.

§ 2º As máquinas e equipamentos deverão ter por tipo as mesmas características operacionais.

§ 3º Havendo ociosidade de atendimento numa área de abrangência, e necessidade em outra, por determinação expressa do gestor/fiscalizador do programa, poderá deslocar máquinas e equipamento de outros lotes para atender essa necessidade.

CAPÍTULO III

GRATUIDADE DE HORAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

Art. 8º Através do eixo estratégico de gratuidade de horas máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município ou terceirizados, realizados nas propriedades rurais do Município, destinam-se ao incentivo à produção agropecuária, assim como no atendimento aos objetivos previstos no art. 2º desta Lei que cria o PROADER.

§ 1º Não se consideram horas máquinas, equipamentos e veículos utilizados para melhorias de acessos as residências das propriedades rurais do município.

§ 2º Entende-se como melhorias de acessos, previsto no inciso do § 1º deste artigo as atividades de patrolamento, cascalhamento,

compactação, construção, alargamento, construção de bueiros, inclusive com fornecimento de tubos para tal fim, a serem executados a partir da via pública até ao pátio da residência das propriedades rurais do Município.

§ 3º O atendimento dos serviços com máquinas, equipamentos e veículos terceirizados na forma prevista no caput do presente artigo será contratado mediante processos de licitação, nas modalidades de Pregão Presencial ou através de Credenciamento.

Art. 9º A gratuidade estabelecida no art. 8º desta lei corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da hora máquina estabelecido no art. 17 e será realizada com as seguintes máquinas, equipamentos e veículos, de propriedade do Município e quantidade anual de horas por propriedade rural, especificada na seguinte tabela:

Equipamentos	Horas Anuais por Propriedade Rural
Retro Escavadeira	Até 10 (dez) horas anuais
Trator de Esteira	Até 10 (dez) horas anuais
Moto-Niveladora	Até 10 (dez) horas anuais
Caminhão Basculante	Até 10 (dez) horas anuais
Pá Carregadeira	Até 10 (dez) horas anuais
Caminhão Tanque	Até 10 (dez) horas anuais
Escavadeira Hidráulica	Até 10 (dez) horas anuais

§ 1º A realização de serviços de horas máquinas acima do limite estabelecido na tabela do caput ensejará a cobrança do valor integral da hora excedente, conforme tabela estabelecida no art. 17 da presente Lei.

§ 2º A quantidade de horas anuais estabelecida na tabela do caput do presente artigo poderá ser concedida com qualquer equipamento, cuja escolha caberá ao produtor conforme a necessidade.

Art. 10. O atendimento dos serviços previstos neste eixo estratégico é realizado durante o exercício correspondente, tendo os seguintes princípios balizadores:

I – se a quantidade gratuita de horas usufruídas para execução dos serviços forem inferior àquelas estabelecidas na tabela do art. 9º da presente Lei, o produtor decairá do direito de requerer a diferença nos exercícios posteriores.

II – se a quantidade de horas para execução dos serviços forem igual ou inferior às horas estabelecidas na tabela do art. 9º da presente Lei, será concedida a gratuidade de 50 % (cinquenta por cento), e a diferença de horas restantes será encaminhada ao setor de tributação para lançamento, em nome do beneficiário, do valor correspondente a outra metade, para o devido pagamento na forma estabelecida nos §§ 1º à 5º do presente artigo.

III – se a quantidade de horas para execução dos serviços forem superior às horas estabelecidas na tabela do art. 9º da presente Lei, o Município concederá gratuidade até o limite estabelecido no inciso II do caput do presente artigo, as horas excedentes serão encaminhadas ao setor de tributação.

IV – a quantidade de horas gratuitas não são cumulativas e caso não sejam requeridas, ou não atendam aos requisitos para concessão, estabelecidos no inciso I do art. 11 da presente Lei, não poderão ser usufruídas nos exercícios posteriores.

§ 1º A base de cálculo para estabelecer o valor da gratuidade é a fixada no capítulo V da presente Lei.

§ 2º Os produtores que se utilizarem dos serviços de máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município, terão o prazo de até 60 (sessenta) dias para requerer a gratuidade prevista nesta Lei.

§ 3º Não havendo a opção da gratuidade estabelecida no § 2º do presente artigo, o valor das horas máquinas, equipamentos e veículos será lançado na forma estabelecida no capítulo V da presente Lei.

§ 4º Ficam isentos do pagamento dos serviços de horas máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município, quando forem realizados para entidades comunitárias, educacionais, sócio esportivas, recreativas, assistenciais e associativas, devidamente constituídas e em regular funcionamento, que diretamente ou indiretamente contribuam com o atendimento dos objetivos gerais ou específicos do PROADER.

§ 5º Para o efeito do parágrafo anterior, as entidades que contribuam diretamente ou indiretamente com os objetivos do PROADER, são as, que mesmo com sede no perímetro urbano do Município, possuam em seus estatutos sociais como finalidade a promoção e melhoria da qualidade de vida de seus associados e serem sem fins lucrativos e filantrópicos.

Art. 11. Os produtores rurais e as entidades, para usufruírem os benefícios previstos neste eixo estratégico, deverão atender os seguintes requisitos:

I – propriedades rurais: O atendimento as normas estabelecidas no art. 4º da presente lei.

II – entidades:

- a) possuírem Registro do Estatuto Social;
- b) não estarem em débito com a Fazenda Municipal; e,
- c) cópia da ata de eleição e posse da última diretoria.

Parágrafo único. O atendimento dos requisitos estabelecidos nos incisos I e II do caput presente artigo será atestado pelo responsável pela expedição da ordem de serviço para a execução dos serviços com máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município.

CAPÍTULO IV

SUBSÍDIOS PARA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E/OU EXECUTADOS POR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.

Art. 12. Através do eixo estratégico de subsídios de hora máquinas e equipamentos para serviços terceirizados e/ou executados por máquinas e equipamentos de propriedade do Município, realizados nas propriedades rurais, destinam-se ao incentivo à produção agropecuária, assim como no atendimento aos objetivos previstos no art. 2º desta lei que cria o PROADER.

§ 1º O produtor beneficiado com esse eixo estratégico terá anualmente, subsídios de 50 % (cinquenta por cento) até o limite de 12 (doze) horas, podendo optar por máquinas e equipamentos para realização das seguintes atividades:

I – silagem;

II – gradagem de solo para incorporação de sementes;

III – transportes e distribuição de adubo líquido e seco; e,

IV – distribuição de calcário e insumos.

§ 2º Os critérios de atendimento a cada propriedade rural são os estabelecidos nos parágrafos 2º à 5º do art. 3º da presente Lei.

§ 3º A base de cálculo para estabelecer o valor do subsídio previsto no presente artigo é a fixada no capítulo V da presente Lei.

§ 4º Para o limite de subsídios de 12 (doze) horas anuais poderá ser complementado por uma ou mais atividades estabelecidas nos incisos I à IV do § 1º do presente artigo.

Art. 13. O atendimento dos serviços previstos neste eixo estratégico é realizado anualmente, tendo os seguintes princípios balizadores:

I – para máquinas terceirizadas mediante processo de licitação por credenciamento:

a) se os serviços executados forem em tempo inferior às horas estabelecidas no § 1º do art. 12 da presente Lei, o produtor terá o direito de requerer a diferença de horas para serem executadas no mesmo ano;

b) se os serviços executados forem em tempo superior às estabelecidas no § 1º do art. 12 da presente Lei, o Município responderá pelo pagamento exclusivamente de 50 % (cinquenta por cento) até o limite de 12 (doze) horas, cabendo o executor/credenciado dos serviços cobrarem à diferença a maior do produtor rural, isentando o Município de qualquer responsabilidade solidária por esse serviço a maior;

c) o benefício anual não será acumulativo e a não requisição dos serviços, quer por opção ou por não atender os requisitos estabelecidos no art. 4º da presente lei, não estabelecerá o direito para requerê-las em anos posteriores;

d) o atendimento aos produtores será por área de abrangência na forma estabelecida no art. 6º e parágrafo único da presente Lei;

e) anualmente ou semestralmente, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o Município estabelecerá os limites máximos de desembolso financeiros mensais destinados a atender os valores dos subsídios estabelecidos por esse eixo estratégico;

f) o critério para estabelecer o cronograma de desembolso financeiro mensal por área de abrangência é a razão proporcional do número total das propriedades nas áreas de abrangência pelo número de propriedade de cada área de abrangência;

g) mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente aos serviços realizados, mediante critérios de controle de atendimento e execução a ser regulamentado por ato do Poder Executivo Municipal, o Município efetuará o pagamento dos subsídios estabelecidos por esse eixo estratégico diretamente ao credenciado da execução dos serviços.

h) os valores menores dos limites máximos mensais estabelecidos na alínea "e" do presente artigo, a sua diferença entre o valor executado e o limite máximo, de cada área de abrangência, poderão ser adicionados no mês seguinte, com exceção do mês de dezembro de cada ano, onde os valores serão totalmente zerados.

II – execução por máquinas e equipamentos de propriedade do Município:

a) se os serviços executados forem em tempo inferior às horas estabelecidas no § 1º do art. 12 da presente Lei, o produtor terá o direito de

requerer a diferença de horas para serem executadas no mesmo ano, podendo optar, neste caso, também por serviços terceirizados desde que esteja dentro de sua área de abrangência;

b) verificada a situação da alínea "a" do presente inciso, será encaminhado ao setor de tributação do Município o valor correspondente apenas de 50 % (cinquenta por cento) do valor devido para o lançamento e cobrança;

c) se os serviços executados forem em tempo superior ao estabelecido no § 1º do art. 12 da presente Lei, o Município descontará do pagamento exclusivamente de 50 % (cinquenta por cento) até o limite de 12 (doze) horas e encaminhará a diferença maior para o setor de tributação do Município para o devido lançamento e cobrança;

d) o benefício anual não será acumulativo e a não requisição dos serviços, quer por opção ou por não atender os requisitos estabelecidos no art. 4º da presente Lei, não estabelecerá o direito para requerê-las em anos posteriores;

e) o atendimento aos produtores será por área de abrangência na forma estabelecida no art. 6º e seu parágrafo único da presente Lei.

Art. 14. Os produtores rurais para usufruírem os subsídios previstos neste eixo estratégico, deverão atender as normas estabelecidas no art. 4º da presente Lei.

CAPÍTULO V

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO

Art. 15. Através desse eixo estratégico visa oportunizar aos produtores rurais melhorar a produtividade através de uma infraestrutura adequada, objetivando otimizar o custo/benefício da propriedade.

Art. 16. Para atingir esses objetivos, o Município disponibilizará aos produtores rurais a viabilidade da execução de serviços com máquinas, equipamentos e veículos de sua propriedade.

Art. 17. Para a execução dos serviços estabelecidos no artigo anterior o Município disponibilizará das seguintes máquinas, equipamentos e veículos, com os respectivos valores por unidade:

Equipamento/Máquinas/Veículos	Unidade	Valor por Unidade (R\$)
Retro Escavadeira (75-CV)	Hora	88,13
Retro Escavadeira Traçada	Hora	102,82
Trator de Esteira (D-51)	Hora	176,27
Moto Niveladora	Hora	146,89
Caminhão	Km	3,82
Veículo Leve	Km	1,03
Pá Carregadeira	Hora	95,48
Trator de Pneus com Equipamento	Hora	70,51
Caminhão Tranque	Hora	51,41
Caminhão de Terra	Carga	73,44
Transporte de Terra	Carga	22,03
Transporte de Pedras	Carga	73,44
Transporte de Água	Carga	22,03
Transporte de Lenha	Carga	73,44
Transporte de Máquinas	Carga	73,44
Escavadeira Hidráulica	Hora	176,27

§ 1º Os valores estabelecidos no presente artigo serão corrigidos anualmente por ato do Poder Executivo Municipal através da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, obtido pela variação ocorrida entre os meses de janeiro à dezembro do ano anterior do reajuste.

§2º Para o primeiro reajuste estabelecido no § 1º do presente artigo o período de variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV será apurado de janeiro à dezembro de 2018.

Art. 18. Os produtores rurais para usufruírem os subsídios previstos neste eixo estratégico, deverão atender as normas estabelecidas no art. 4º da presente Lei.

Art. 19. Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para o pagamento dos valores dos serviços realizados pelas máquinas, equipamentos e veículos estabelecidos no art. 17 da presente Lei.

§ 1º Fica concedido um desconto de 20 % (vinte por cento) aos usuários do presente eixo estratégico, se efetuarem o pagamento dos serviços até o 60º (sexagésimo) dia, contando a partir da assinatura do boleto de encerramento dos serviços executados.

§ 2º Não havendo o pagamento na forma do 1º do presente artigo, o setor de tributação fará o lançamento de ofício para pagamento em

30 (trinta) dias, no valor original.

§ 3º Não ocorrendo o pagamento no prazo estabelecido no 2º do presente artigo, sobre o valor lançado haverá correção monetária e sobre o valor corrigido incidirá juros e multas de mora na forma estabelecida na Lei Complementar 25 de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Seara - CTM, revoga leis anteriores, e dá outras providências.

§ 4º Após o prazo estabelecido no § 2º do presente artigo, não havendo o pagamento dos valores dos serviços realizados, a qualquer momento e dentro do mesmo exercício financeiro os valores serão lançados em dívida ativa objetivando a cobrança administrativa ou judicial.

§ 5º Ficam excluídos dos descontos estabelecidos no § 1º do presente artigo os serviços subsidiados estabelecidos no § 1º do art. 12 da presente Lei

Art. 20. Os interessados em utilizar-se dos equipamentos da municipalidade para realização de serviços deverão inscrever-se junto à Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente ou Secretaria Municipal do Interior quando se tratar de serviços na área rural, provando, no ato da solicitação, estar em dia com a Fazenda Municipal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Para as atividades previstas na presente Lei, que necessitam licença ambientais, somente serão realizados, mediante a apresentação das mesmas.

Parágrafo único. Os protocolos de encaminhamento de pedidos de licença previsto no caput do presente artigo não serão considerados como licenças.

Art. 22. O produtor beneficiado pelo programa, em qualquer um dos eixos previstos no art. 1º desta Lei, somente será beneficiado novamente, com o mesmo equipamento ou máquina, se não houver nenhum produtor inscrito para esse equipamento ou máquina, que ainda não tenha sido atendido.

Art. 23. No ato da inscrição para os benefícios do programa o produtor receberá um protocolo, que comprove tal fato.

Art. 24. O Município, através de leis específicas, poderá incluir novos eixos estratégicos ao Programa Operacional Agropecuário e Desenvolvimento Rural – PROADER, estabelecido pela presente Lei.

Art. 25. Fica o Executivo Municipal autorizado a baixar normas regulamentares para o pleno cumprimento e execução dos eixos estratégicos estabelecidos pela presente Lei.

Art. 26. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de programas específicos constante no Plano Plurianual - PPA e valores fixados anualmente do Orçamento Anual – LOA.

Art. 27. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Ficam revogadas as Leis nº 1626, de 20 de dezembro de 2010, Lei nº 1753, de 18 de dezembro de 2013, Lei nº 1808, de 23 de março de 2015 e Lei nº 1919, de 16 de maio de 2017.

Seara, em 17 de outubro de 2018.
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

PORTARIAS 475/2018 A 480/2018

Publicação Nº 1776138

Portaria nº. 475/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 116 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, Licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora Franciele Oliveira Nardi, matrícula 246301, contratada em caráter temporário para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, Nível Ensino Médio Magistério, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, conforme laudo da junta médica oficial, nomeada pelo Decreto nº. 1521, de 09 de outubro de 2018, atestando a necessidade de afastamento pelo período de 23 (vinte e três) dias, contados a partir de 17 de outubro de 2018, visto que 07 (sete) dias foram usufruídos conforme atestado médico no período de 24 a 30 de setembro de 2018.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 17 de outubro de 2018.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 476/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art.123, da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve, Conceder, A servidora Mirian Luisa Gabriel, matrícula 203601, ocupante do cargo de provimento efetivo de Adjunto Administrativo, Anexo I, Grupo A – Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 05 de novembro a 04 de dezembro de 2018, referente ao quinquênio de 16/08/2013 a 15/08/2018.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 17 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Em 17 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 477/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, considerando:

- a) Que a auxiliar de creche titular da vaga, Viviana Ferreira, retornou de benefício previdenciário antes do previsto por atestado médico;
- b) Que o término do contrato da servidora está previsto para 04 de novembro de 2018;
- c) Que houve aumento do número de crianças atendidas, fazendo-se necessária a atuação de duas auxiliares de creche para uma mesma sala no CEI Chapeuzinho Vermelho;

d) E que, o atendimento às crianças dos Centros de Educação Infantil é por 365 dias no ano,

RESOLVE, Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº. 405/2018, que contrata Alexandra Neves da Silva, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 17 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 478/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, Ao servidor Ivandro Roberto Novakowski, matrícula 166601, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 09 a 23 de outubro de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 24 de outubro de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 17 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 479/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, Ao servidor Giovani de Oliveira, matrícula 240701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 27 de setembro a 12 de outubro de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 13 de outubro de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 17 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 480/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, Ao servidor Enio Ernesto Braatz, matrícula 250901, ocupante do cargo de provimento em comissão de Auxiliar de Secretaria, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 27 de setembro a 12 de outubro de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 13 de outubro de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 17 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 084/2018

Publicação Nº 1774429

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG Nº 054/2018	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	084/2018
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP
Objeto	<p>O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), regime de execução por preço unitário, para a EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CAIXA COLETORA DE SARJETA COM GRELHA DE CONCRETO E SARJETAS TRIANGULARES DE CONCRETO, NO TRECHO DE ACESSO À LINHA GRUTA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, ONDE SERÁ REALIZADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. Os dados estão de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, composição do BDI, cronograma físico-financeiro, em Anexo ao Edital em comento.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS nº054/2018, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.</p>
Valor	Pela execução da obra prevista na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 64.170,10 (Sessenta e quatro mil, cento e setenta reais e dez centavos), sendo R\$ 40.170,10 (Quarenta mil, cento e setenta reais e dez centavos) o valor total correspondente aos materiais e R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) o valor total correspondente à mão-de-obra empregados na execução da obra.
Vigência....	18/10/2018 á 31/12/2018.
Dotação	As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões) do orçamento vigente:
	08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 1.005- Pavimentação de Ruas e Acessos - 44.90.00 DR 0054
SERRA ALTA/SC, 18 de Outubro de 2018.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 104/2018

Publicação Nº 1775671

PORTARIA Nº 104 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 054/2018, na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	084/2018
OBJETO:	EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CAIXA COLETORA DE SARJETA COM GRELHA DE CONCRETO E SARJETAS TRIANGULARES DE CONCRETO, NO TRECHO DE ACESSO À LINHA GRUTA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, ONDE SERÁ REALIZADA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.
EMPRESA:	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ Nº:	11.451.859/0001-33
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	LOIVO BERTOLDI

CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL		
CPF:	868.872.389-34	MATRÍCULA:	628
LOTAÇÃO:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	EDERSON CERIZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	029.867.439-43	MATRÍCULA:	1067
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração de Desenv. Econômico		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de outubro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 054/2018

Publicação Nº 1774427

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 54/2018 - TP Processo Administrativo: 54/2018 Processo de Licitação: 54/2018 Data do Processo: 19/09/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2018
b) Licitação Nr.: 54/2018-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 18/10/2018
e) Data da Adjudicação: 18/10/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação
- EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CAIXA COLETORA DE SARJETA COM GRELHA DE CONCRETO E SARJETAS TRIANGULARES DE CONCRETO, NO TRECHO DA RODOVIA EMSA-026-TRAJETO DE ACESSO À LINHA GRUTA, INTERIOR DO MUNICIPIO DE SERRA ALTA/SC, ONDE SERÁ EXECUTADO A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u>
- 004771 - MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA -	1 1	0,0000	64.170,10 64.170,10

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (133) Saldo: 450.000,00

Serra Alta, 18 de Outubro de 2018.

EDERSON CERIZOLLI
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

PROCESSO 74-2018- S.R.P

Publicação Nº 1776291

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa jornalística, para através de jornal de circulação diária local e regional divulgar atos oficiais de interesse do município de Sombrio/SC, conforme condições constantes no edital e anexos.

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 31 de outubro de 2018, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 01 de novembro de 2018.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 31, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-5225.

Sombrio-SC, 17 de outubro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO N 0211/2018

Publicação Nº 1775478

DECRETO Nº 0211/2018 DE 15/10/2018

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual nº 1.149 de 14 de dezembro de 2017.

Artigo 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2018 o valor de R\$ 9.787,56 (nove mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e centavos), nos seguintes programas, projetos e atividades e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.149/2017 de 14/12/2017 a saber:

06.02.0025.0752.0012.2.039- Manutenção e melhorias da iluminação pública

3.3.90.00(164)	0.1.00.001008	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1008) COSIP	R\$ 9.787,56
----------------	---------------	--	--------------

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º no valor R\$ 9.787,56 (nove mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e centavos), proveniente de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2018 de saldo de recursos do da COSIP- Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública . Conforme Segue:

RECEITA PREVISTA	BLOCO/FR	ARRECADADA ATÉ 09/2018
R\$ 30.090,00	1008	R\$ 29.362,69
Média	R\$ 3.262,52 x 3	R\$ 9.787,56

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 15 de outubro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

Contador CRC/SC 024848/O-0

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 480, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. "AUTORIZA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1776130

PORTARIA Nº. 480, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

"AUTORIZA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam autorizados, os Senhores JURANDIR PEDRO CHERUBINI, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, inscrito no CPF sob o nº 296.609.809-06, e RUBENS ANTONIO LESNIESKY, Tesoureiro, inscrito no CPF nº 422.360.299-34, para efetuar consultas e movimentações financeiras por quaisquer meios, nas contas bancárias em nome da Prefeitura Municipal de Tangará, CNPJ 82.827.999/0001-01, mantidas junto ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Agência 3037 de Tangará/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 08 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 16/18

Publicação Nº 1775677

PORTARIA 016/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA SOLANGE SIMARA RUSCHEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL CLAUDINO ROSSA, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal Efetiva Sra. SOLANGE SIMARA RUSCHEL, Controladora Interna, 20 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 041/12, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de outubro de 2018, nos termos do art. 100 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Complementar Municipal 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES,
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS SC, EM 17 DE OUTUBRO DE 2018.

MIGUEL CLAUDINO ROSSA

Presidente do Legislativo

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1363-2018

Publicação Nº 1776491

DECRETO Nº 1363, 18 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a Suplementação de Dotação
Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei nº 2728, de 16 de outubro de 2018, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) a dotação orçamentária que segue:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 – Câmara Municipal de Vereadores

1310001 – 2001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

3.3.90.00 (01) Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta da anulação da dotação conforme segue:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 – Câmara Municipal de Vereadores

1310001 – 1027 – Construção do Prédio da Câmara Municipal

4.4.90.00 (04) Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 18 de outubro de 2018.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/FMAS/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 012/FMAS/2018

Publicação Nº 1775641

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/FMAS/2018

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 012/FMAS/2018

ERRATA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas de som, para os eventos da Secretaria, como CRAS, CREAS, Bolsa Família, SCFV e o Grupo da Melhor Idade, do Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Onde se lê: Data de Abertura: 17 de outubro de 2018, às 08h00.

Leia-se: Data de Abertura: 30 de outubro de 2018, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/PMT/2018 PREGÃO RPESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 137/PMT/2018

Publicação Nº 1775437

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCASEXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 203/PMT/2018 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/PMT/2018

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, festividades, embalagens, aviamentos, tecidos, elétrico, gráfica e ferramentas, para ações da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 17, 36, 37, 38,39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87 e 88, no valor de R\$ 21.744,45 (Vinte e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais, quarenta e cinco centavos).
Empresa Vencedora do Processo: LDM COMERCIO DE MERCADORIAS, ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, foi vencedora dos itens: 01, 02, 09, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 78, 80, 84, 89, 90 e 91, no valor de R\$ 22.774,40 (Vinte e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 138/PMT/2018

Publicação Nº 1775572

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCASEXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 204/PMT/2018 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 138/PMT/2018

Objeto: Aquisição de tecidos para auxiliar nas decorações de Natal, Páscoa e Festa Junina, em tamanhos diferenciados e quantidades estimadas a serem utilizados em eventos referentes a datas festivas a serem realizadas no Casarão Gallotti, da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 01, 03, 04, 06, 07 e 10, no valor de R\$ 13.726,00 (Treze mil, setecentos e vinte seis reais).

Empresa Vencedora do Processo: LDM COMERCIO DE MERCADORIAS, ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, foi vencedora dos itens: 02, 08 e 09, no valor de R\$ 11.894,0 (Onze mil, oitocentos e noventa e quatro reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 141/PMT/2018

Publicação Nº 1775720

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCASAVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 141/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa Prestadora de Serviços na Confecção de Materiais Gráficos como Flyers e Cartazes, para Eventos a Serem Realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 30 de outubro de 2018, as 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO RENOVAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 18 2017 PMT - CAGERE

Publicação Nº 1776197

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PRORRROGAÇÃO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 18/2017 FMS

INTERESSADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA

Às catorze horas e trinta minutos, do décimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e dezoito (16/10/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891, de 10 de agosto de 2018 para análise dos documentos de habilitação apresentados pela interessada CAGERE Casa Assistencial Ltda, CNPJ: 19.354.317/0001-54 em razão da prorrogação do credenciamento.

O Presidente solicitou aos presentes que procedessem à rubrica e exame de todos os documentos apresentados.

Da análise dos documentos recebidos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações decide pela HABILITAÇÃO da empresa CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA, para execução/fornecimento de tratamento e acolhimento/atendimento de pessoas com transtornos mentais de longa permanência que necessitam de cuidados, de ambos os sexos.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 94 2018 PMT

Publicação Nº 1776199

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 94/2018 – PMT

Às catorze horas, do décimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e dezoito (16/10/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891, de 10 de agosto de 2018, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 94/2018 - PMT.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ nº. 02.267.742/0001-03:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Termo de Acordo para a Pavimentação da Rua México	
Projeto de Pavimentação	
ART da Obra/Serviço	
Comprovante e Situação Cadastral na Secr. Da Fazenda Estadual	
Ato Constitutivo – Contrato Social – 3ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó - CND do município Sede da Empresa – Blumenau (SC)	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98

Da análise destes documentos observa-se que a empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI está com a documentação regular. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDÉSIO M. SLOMP
Presidente
ANGELA PREUSS
Membro
LOURDES MOSER
Membro

ATA DE PRECEDÊNCIA - CREDENCIAMENTO N.º 07 2018 FMS

Publicação N° 1776202

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE ORDEM DE PRECEDÊNCIA
CREDENCIAMENTO N° 07/2018 - FMS

Às nove horas, do décimo sétimo dia, do mês de outubro de dois mil e dezoito (17/10/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria n° 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891 de 10 de agosto de 2018, para dar continuidade ao Processo Licitatório Credenciamento n°. 07/2018 – FMS, decorridos os prazos legais para manifestação de recurso.

Considerando o parecer do corpo técnico emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, a pontuação e respectiva classificação é a abaixo indicada:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	ESPECIALIDADE MÉDICA	PONTUAÇÃO
1º	NB E FURLAN SERV.MÉDICOS LT	Psiquiatria	15
1º	NB E FURLAN SERV.MÉDICOS LT	Pequenas Cirurgias	10
1º	MARQUES E DEBON LTDA.	Ultrassonografia Mama	21
1º	C. I. MED. DERMATOLÓGICA	Dermatologia	17
2º	OTODERMA LTDA	Dermatologia	12
1º	C.C.O. CLINICA LTDA	Cardiologia	12 (Dr. Maicow Deny Moser) 12 (Dr.Michelângelo Antunes Ferreira)

Ressalta-se que a participante OTODERMA LTDA, obstante estar classificada como 2ª colocada, somente poderá ser contratada desde que presentes os requisitos do subitem 6.2.1.2 do edital.

Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

EDÉSIO M. SLOMP
Presidente
DAVI BERRI
Membro
LOURDES MOSER
Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 87 2018 PMT

Publicação N° 1776204

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 87/2018 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante LADEHOFF COMERCIO E SERVICOS DE TERRA-PLANAGEM LTDA EPP, CNPJ n° 83.632.935/0001-18 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/10/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 17 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA OITAVO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76.2017 PMT

Publicação Nº 1776206

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, CNPJ Nº 75.415.075/0002-13 a comparecer para assinatura do Oitavo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 76/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/10/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 90 2018 PMT

Publicação Nº 1776208

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 90/2018 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial SRP n.º 90/2018, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DE ÁREAS COM REVESTIMENTO ASFÁLTICO EM C.A.U.Q (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE) ATRAVÉS DE OPERAÇÕES DE: TAPABURACO/REMENDO OU RECAPEAMENTO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO, OBJETIVANDO O CONSERTO DE RUAS, PRAÇAS, PARQUES, PÁTIOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICA OU PRIVADAS, PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, houve equívoco na indicação de quantitativo constante do Anexo I - Termo de Referência, item 7, QUADRO – PLANILHA QUANTITATIVA, devendo ser considerado o quantitativo indicado na Tabela 1. Especificações e Valor Estimado.

TIMBÓ/SC, 17/10/2018
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

TERCEIRA ATA ABERTURA E JULGAMENTO ENVELOPES HABILITAÇÃO - CREDENCIAMENTO N.º 81 2018 PMT

Publicação Nº 1776209

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO HABILITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº. 81/2018
INTERESSADOS:
VAGNER JUNIOR VALOES (MEI)
EVERALDINO RICARDO ME

Às oito horas, do décimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e dezoito (16/10/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 540 de 02 de Janeiro de 2018, alterada pela Portaria nº. 891, de 10 de agosto de 2018 para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento protocolados em razão do processo licitatório nº. 81/2018 .

Entregaram envelopes os interessados: - VAGNER JUNIOR VALOES(MEI), CNPJ nº. 16.812.478/0001-56 e EVERALDINO RICARDO ME, CNPJ nº. 21.583.759/0001-14.

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e na sequência, iniciou-se a abertura dos envelopes, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos neles contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação dos seguintes interessados:

- VAGNER JUNIOR VALOES(MEI) - (lote 03)
- EVERALDINO RICARDO ME - (lotes 01, 02 e 04)

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta ata de julgamento da habilitação, para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO M. SLOMP
Presidente
DAVI BERRI
Membro
LOURDES MOSER
Membro

CÂMARA MUNICIPAL

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final à Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Ordinária n.º 36/2018

Publicação Nº 1775910

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Ordinária n.º 36/2018 – Cria o Programa Municipal de Desenvolvimento Agrícola da Cadeia Produtiva, e dá outras providências.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Haroldo Fiebes

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem Retificativa a Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Desenvolvimento Agrícola da Cadeia Produtiva e dá outras providências.

Respectiva mensagem foi protocolizada na Secretaria Legislativa no dia 27 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou-o a esta Comissão no dia 2 de outubro, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 3 de outubro os autos do projeto foram encaminhados à Assessoria Jurídica da Casa para elaboração de orientação técnica, tendo sido devolvidos à Comissão no dia 4 de outubro.

No dia 10 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária exarando seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisar a proposição em comento, verifica-se que o Poder Executivo pretende com essa a criação de um programa de desenvolvimento agrícola e da cadeia produtiva, regulamentando a prestação de serviços (uso de maquinário e transporte de macadame) por parte da Administração Pública ao agricultor estabelecido no Município de Timbó.

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local. Nesse Sentido ainda a Lei Orgânica Municipal em seu art. 15, inciso I atribui à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, a competência para deliberar sobre assuntos de interesse local. Já os artigos 101, 102 e 104 da Lei Orgânica Municipal preveem a participação direta da Administração Pública na criação de políticas públicas de fomento à atividade agrária, estabelecendo que o Município promoverá a política de desenvolvimento agrícola, mediante a elaboração de um plano de desenvolvimento agrário com o objetivo de proporcionar ao trabalhador rural a sua permanência nessa atividade, auxiliando no estabelecimento de uma infraestrutura necessária para tal manutenção, bem como manter os serviços de assistência técnica ao produtor rural e ao pequeno agricultor e a disponibilização a esses de sua patrulha mecanizada.

De outra banda, verifica-se que as despesas com a concessão do auxílio correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, segundo consta do art. 7º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da LRF (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Deste modo, verificando-se que o respectivo projeto está de acordo com as normas constitucionais, preenchendo os requisitos legais exigidos, não há óbices à sua tramitação nesta Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Ordinária n.º 36/2018.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 2018
Rubens Borchardt
Presidente

Haroldo Fiebes
Relator

Martinho de Souza Filho
Membro

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei Ordinária n.º 55/2018

Publicação Nº 1775915

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei Ordinária n.º 55/2018 – Autoriza a ampliação e prorrogar da Concessão Gratuita de Direito Real de Uso de Bem Público à Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COOMAPEIXE concedida pela Lei 2348 de 17 de maio de 2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador John Adriano Schwartz.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Prefeito, que pretende autorizar o Município de Timbó a ampliação e prorrogação da concessão de uso real de bem público à Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COOMAPEIXE.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 3 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 4 de outubro.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final se manifestou, em parecer de fls. 27-30, pela tramitação da matéria, por concluir que a mesma atende os preceitos legais e constitucionais de competência e conteúdo.

Nos dias 4, 11 e 18 de outubro, essa Comissão teve o projeto na pauta em sua reunião elaborando parecer que ora segue.

Ao tratar do uso gratuito de bem público por terceiros, o projeto de lei em análise poderá trazer despesas ao erário, razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, para exame da sua compatibilidade com as leis orçamentárias.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Da Emenda pela Comissão.

Foi apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a Emenda de Redação n.º 1, visando corrigir equívocos redacionais existentes na Ementa do Projeto em análise.

Analisando a emenda apresenta, verifica-se que a mesma está de acordo com os preceitos regimentais, razão pela qual entende esse Relator não haver óbices à sua aprovação em Plenário.

b) Da Análise do Mérito

Analisando-se a proposição, verifica-se que os §§ 4.º e 5.º do art. 1º preveem que as construções, alterações, adaptações, melhoramentos, edificações e benfeitorias, independentemente de suas naturezas e que forem promovidas pelo beneficiário, dependerão de autorização para a sua realização e, após o término da concessão, passarão a integrar o patrimônio público, sem que haja qualquer tipo de indenização a lhe ser paga. Do mesmo modo, o §3.º do art. 1.º prevê que todos os custos com a conservação e manutenção do referido imóvel será de responsabilidade da cooperativa.

Resta evidenciado que a presente autorização de uso, objeto da proposição em questão, garante a conservação do patrimônio público ao passo que as benfeitorias ao seu final serão de propriedade do Município, fatos estes que não geram danos ao erário, pelo contrário, enriquecem e conservam o mesmo diante das responsabilidades do beneficiário.

Assim sendo, este Relator não encontra óbices à aprovação da matéria em Plenário.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, o Relator dessa Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 55/2018.
Esse é o voto

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o parecer:
Vereador Adilson Mesch

Vereador Martinho de Souza Filho.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2018

John Adriano Schwartz
Vice-presidente/Relator

Adilson Mesch
Membro

Martinho de Souza Filho
Membro

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei Ordinária n.º 62/2018

Publicação Nº 1775916

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei Ordinária n.º 62/2018 – Altera o art. 3º da Lei nº 2958, de 27 de abril de 2018

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Adilson Mesch

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Prefeito, que pretende alterar o art. 3.º da Lei n.º 2.958, de 27 de abril de 2018, que instituiu o Conselho Municipal do Bem-Estar Animal.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 20 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 11 de outubro.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final se manifestou, em parecer de fls. 15-17, pela tramitação da matéria, por concluir que a mesma atende os preceitos legais e constitucionais de competência e conteúdo.

Nos dias 11 e 18 de outubro, essa Comissão teve o projeto na pauta em sua reunião elaborando parecer que ora segue.

Ao tratar do uso gratuito de bem público por terceiros, o projeto de lei em análise poderá trazer despesas ao erário, razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, para exame da sua compatibilidade com as leis orçamentárias.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando o Projeto em comento, observa-se que o mesmo visa alterar a composição do Conselho Municipal de Bem-Estar Animal, órgão da administração pública municipal, sem, no entanto, criar cargos remunerados em sua estrutura. Nesse sentido, por não haver criação de despesas públicas de caráter continuado, não há que se observar o disposto nos arts. 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, em respeito às atribuições técnicas do Poder Executivo e em atendimento à atribuição de fiscalização do Poder Legislativo, este Relator ante a análise do acima exposto, verifica a legitimidade do presente para a sua aprovação.

III- CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 62/2018.
Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador John Adriano Schwartz
Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2018

John Adriano Schwartz
Vice-Presidente

Adilson Mesch
Relator

Martinho de Souza Filho
Membro

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 67/2018

Publicação Nº 1776162

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 67/2018 - Edital Pregão nº. 58/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 31 de outubro de 2018, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS" destinadas ao atendimento de pacientes que necessitam tratamento de saúde especializado fora do município e ou atendimento assistencial.

Sistema de entrega: diariamente, conforme solicitação do contratante.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 31 de outubro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 17 de outubro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2018.

Publicação Nº 1776146

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 66/2018 - Edital Pregão nº. 57/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 31 de outubro de 2018, propostas para AQUISIÇÃO DE UM VEICULO novo, zero km, segmento camionete pick up, 4 portas, cor branca, conforme as condições e especificações contidas no edital, destinado a POLICIA MILITAR DO MUNICIPIO para manutenção das atividades de policiamento e vigilância.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 31 de outubro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 16 de outubro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SAMASA Nº. 06/2018

Publicação Nº 1775938

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – SAMASA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2018.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2018.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA, por seu Presidente, pelo presente torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, que receberá até as 09:00 horas do dia 28 de novembro de 2018, Documentação e Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS À COLETA DOMICILIAR COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COMPACTÁVEIS (RSUC), EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC".

Abertura: em reunião pública, no SAMASA, as 09:00 horas do dia 28 de novembro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas junto ao SAMASA, localizado na Avenida Rigesa, 270 – Centro – Fone / Fax: 47 3623-1473 ou pelo endereço eletrônico www.samasa.com.br – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 08 de outubro de 2018.

ERNANI WOGGINAKI– Presidente do SAMASA.

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2428

Publicação Nº 1775880

DECRETO Nº 2.428/2018 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA TABELA DO ARTIGO 6º DO DECRETO 2.417/2018 QUE APROVOU A IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO UNIFAMILIAR "ANNA LEIS-MANN" NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, COM ENCARGO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 23/2007 – Plano Diretor de Treze Tílias, em seus artigos 97 e seguintes,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica alterada a Tabela constante no art. 6º, "c" do Decreto nº 2.417/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

Artigo 6º. As áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato do seu registro são:

- Áreas de ruas compreendendo:

a) Criação de nova Rua, contendo 859,69m²;

b) Regularização da Rua Gabriela Grander, contendo 1.992,00m²;

c) Regularização da Rua João Belarmino Grando, contendo 1.420,00m², conforme tabela à seguir:

- Área Institucional/utilidade pública compreendendo 1.346,30m²;

- Área Verde compreendendo 1.178,00m².

Artigo 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 11 de outubro de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2431

Publicação Nº 1775879

DECRETO Nº 2.431/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 1962/2017 de 17/11/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 13.802,12 (treze mil, oitocentos e dois reais e doze centavos), a fim de suplementar a dotação orçamentária abaixo:

10- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

03- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2405 – Proteção Social Básica (ACESSUAS, GSUAS, PSB, BPC, GDF)

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0631 R\$ 13.802,12

Art. 2º. Para fazer frente a suplementação do artigo anterior serão utilizados recursos do superávit das transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 17 dias do mês de outubro de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 147/2018

Publicação Nº 1775486

PORTARIA Nº 147/18 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - INDICAR a Sra. MARIA LÚCIA DALLA COSTA CENCI, funcionária efetiva, para representar os funcionários do Poder Executivo, junto ao Sistema Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais – SIMA, conforme item I do art. 37 da Lei Complementar nº 045/2012 de 10 de maio de 2012.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 16 DE OUTUBRO DE 2018.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 53/2018

Publicação Nº 1775693

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2018

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2018, tipo de licitação MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO UNITÁRIO, objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 01 de Novembro de 2018, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br. Informações (47) 3544 0271 – Pregoeiro.
Trombudo Central, 18 de Outubro de 2018.
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2018, REFERENTE AO PARCELAMENTO DE SOLO NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

Publicação Nº 1776172

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2018, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2018, REFERENTE AO PARCELAMENTO DE SOLO NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

A Câmara Municipal de Trombudo Central, através de sua Mesa Diretora e da Comissão Permanente de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo do Poder Legislativo Municipal, em consonância com as atribuições que lhes conferem a Lei Orgânica do Município E Regimento Interno da Câmara Municipal, convocam as entidades civis organizadas do município e a comunidade em geral, para participar da Audiência Pública referente a discussão do projeto de lei complementar nº 06/2018 do executivo, que ocorrerá no dia 01 de novembro corrente, às 15:00 horas, no Plenário Leandro Lenzi, situado a Av. Arthur Müller Nº 290 – Botafogo – Trombudo Central/SC. A audiência será realizada na forma da exposição formal das modificações propostas a lei de parcelamento de solo no município de Trombudo Central, por parte do arquiteto Gustavo Leonardo Wloch, representante da AMAVI. As inscrições para fazer uso da palavra deverão ser realizadas durante o andamento da audiência, diretamente ao presidente da câmara municipal.

Trombudo Central, 17 de outubro de 2018. Luiz Augusto Corrêa Presidente da Mesa Diretora, Marlon Klug Vice-Presidente da Mesa Diretora, Jean Carlo Damasio 1º Secretário da Mesa Diretora, Edson Luiz Moraes 2º Secretário da Mesa Diretora e Jaime Guilherme da Silva Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo/CMTC.

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2291/2018

Publicação Nº 1775775

DECRETO Nº 2291/2018

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2016/2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE / SMS	
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
2059 – MANUTENÇÃO FROTA VEÍCULOS SAÚDE	
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
2061 – ASSIST. MEDICA AMBULATORIAL EMERGENCIAL HOSPITALAR	
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 240.000,00
2062 – TRANSFERÊNCIAS CONSÓRCIO PÚBLICO - CISAMA	
3371.00.00.00.00.00.0120 – Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 20.000,00
2065 – PROGRAMA SAÚDE BUCAL – SB	
3190.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
2069 – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL	
3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 410.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e Excesso do Recurso 0120, sendo:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2063 – POSTOS DE SAÚDE - PAB	
3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 20.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 0120	R\$ 390.000,00
TOTAL	R\$ 410.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 16 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

LEI Nº 2016/2018

Publicação Nº 1775777

LEI Nº 2016/2018

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE / SMS

3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

2059 – MANUTENÇÃO FROTA VEÍCULOS SAÚDE

3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2061 – ASSIST. MEDICA AMBULATORIAL EMERGENCIAL HOSPITALAR

3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

2062 – TRANSFERÊNCIAS CONSÓRCIO PÚBLICO - CISAMA

3371.00.00.00.00.00.0120 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 20.000,00

2065 – PROGRAMA SAUDE BUCAL – SB

3190.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2069 – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL

3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 410.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e Excesso do Recurso 0120, sendo:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2063 – POSTOS DE SAÚDE - PAB

3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 20.000,00**TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 R\$ 390.000,00****TOTAL R\$ 410.000,00**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 16 de outubro de 2018.

LEI Nº 2017/2018

Publicação Nº 1775778

LEI Nº 2017/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CAMPESTRE CATARINENSE PARA REALIZAÇÃO DO 46º RODEIO CRIOULO INTERESTADUAL

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros por meio de Termo de Fomento para:

I - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CAMPESTRE CATARINENSE, CNPJ nº 78.490.778/0001-13, com sede na SC 110, Bairro Águas Brancas, Urubici – SC.

Art. 2º - O valor do Convênio a ser celebrado com a parte conveniada para o repasse do recurso financeiro será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em parcela única a ser financiado pelo Tesouro Municipal.

Art. 3º - Para atender as despesas de que trata o Artigo 2º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação:

0801 Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Proj/Ativ 2.041 Resgate da Cultura Municipal

3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instituição Privada sem Fins Lucrativos

Art. 4º - A favorecida deverá apresentar o Plano de Trabalho, destacando a aplicação dos recursos recebidos e prestará contas até 30 dias após a liberação da cada parcela.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, nos prazos previstos e de acordo com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, capítulo IV e:

a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Conta;

b) Xerocópias dos documentos suportes de despesa;

§ 2º - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 16 de outubro de 2018.

PORTARIA Nº 581/2018

Publicação Nº 1775773

PORTARIA Nº 581/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder ao Servidor Adenilson Lorenzetti, exercendo o cargo de Motorista, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 15/10/2018, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 15 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urupema

PREFEITURA

OFÍCIO CONVOCAÇÃO MOTORISTA

Publicação Nº 1775397

Urupema, 08 de outubro de 2018.

Ofício 196/2018

Ilmo (a) Sr (a) RAFAEL CONCEIÇÃO CHAPECÓ-SC

Vimos por meio deste, convocar vossa Senhoria para comparecer na Prefeitura Municipal de Urupema, cito a Avenida Manoel Pereira de Medeiros, 155, munido da documentação especificada no Edital do Concurso Público Nº 01/2016, a fim de Tomar Posse no Cargo de Motorista, no qual Vossa Senhoria foi classificado.

Esclarecemos que o atestado médico será fornecido por médico do Trabalho, a seu critério, mediante apresentação dos seguintes exames: Hemograma Completo - Glicemia de Jejum- VDRL - Hbs Ag - Anti HCU - Anti HIV- E.Q.U - Creatinina - TGO e TGP (a critério médico, outros poderão ser solicitados).

Esclarecemos ainda, que a partir da data do recebimento deste ofício, o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, se o candidato não comparecer durante esse período automaticamente será considerado que o mesmo desistiu da vaga, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso, conforme Art.

14. e seus parágrafos, da Lei Complementar 035/06. Maiores esclarecimentos entrar em contato com Jocemara na Prefeitura Municipal pelo fone (49) 32363000 ou 32363020.

Sendo o que se apresenta para o momento,

Atenciosamente,

Dir etor Dep. Pessoal

' Avenida Manoel Pereira de Medeiros, 155 - Centro CEP 88625-000 - URUPEMA - Santa Catarina

"Fone : (49) 3236-3000

IJ Prefeitura de Urupema

1111 www.cidademaisfratidadebrasil.com.br

Urussanga

PREFEITURA

PORTARIA GP/Nº 418/2018

Publicação Nº 1775612

PORTARIA GP/Nº 418, de 04 de outubro de 2018.

ALTERA LOTAÇÃO DO SERVIDOR FABIANO SAVIATO, OCUPANTE DA VAGA DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor FABIANO SAVIATO, ocupante da vaga de Agente Administrativo, da Secretaria de Administração para a Secretaria de Saúde, a partir de 04 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 04 de junho de 2018.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos quatro dias do mês de junho de 2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

RESOLUÇÃO 03 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Publicação Nº 1775385

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA – CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, APROVADO PELO CMDCA PARA DAR SUPORTE TÉCNICO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de setembro de 2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.305, de Setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1502, de 20 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga - CMDCA,

Resolve:

Art. 1º Criar a Comissão Organizadora – Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo CMDCA para dar suporte técnico.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes Conselheiros Municipais:

- I – Simone Maria Adriana Faustino – Representante do Paraíso da Criança
- II – Thayara Heitich Pedro – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
- III – Graziella Maestrelli – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
- IV – Geraldo Antônio de Souza – Representante da Liga Urussanguense de Desportos
- V – Daniela Frassetto – Representante da Secretaria de Saúde

Art. 3º São responsabilidades da Comissão Organizadora:

- I – desenvolver, acompanhar e avaliar as ações do CMDCA para realização da Conferência.
- II - estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre as decisões tomadas em comissões.

Parágrafo Único. Os pareceres emitidos pelas comissões são deliberados em plenária.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 08 de outubro de 2018.

Thayara Heitich Pedro

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 15.699/18

Publicação Nº 1775622

DECRETO Nº 15.699/18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera, a pedido, Chefe do Departamento de Comunicação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 15 de outubro de 2018, LUIS FERNANDO RITZEL DE OLIVEIRA, do cargo comissionado de Chefe do Departamento de Comunicação, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotado no Gabinete do Prefeito, nomeado pelo Decreto nº 15.181/18.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Videira, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.700/18

Publicação Nº 1775623

DECRETO Nº 15.700/18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTIANE ROSKAMP DE SOUZA MACIEL DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2018 - PMV

Publicação Nº 1775895

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2018 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AUTO MECÂNICA GERAL LTDA PARA EFETUAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DOS 10.000KM DE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO SPIN, PLACAS QIR 2218, DE USO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

Valor R\$: 306,04 (trezentos e seis reais e quatro centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei de Licitações e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 17 de Outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 031/2018

Publicação Nº 1775659

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 031/2018

GENTIL GAEDKE, Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100, da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e no item "c", do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ALISSON RAMON BOLZANI	063.372.669-94	9489/2018	16/10/2018
ALYSSON LUIZ DEL RE	949.646.619-20	34704/2017	16/10/2018
AMORETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S	07.000.301/0001-64	9210/2018	16/10/2018
ARLINDO INGO DETTMER JUNIOR	599.537.649-72	8870/2018	16/10/2018
BWEISS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	09.562.136/0001-60	10336/2018	16/10/2018
CAETANO RAPHAEL CARDOSO	398.251.910-15	21942/2016	16/10/2018
CARINA OLIVEIRA WARTE PADILHA	010.324.090-02	16335/2016	16/10/2018
CATIA RAQUEL BAUERLE	626.643.529-20	5459/2018	16/10/2018
CÉLIO DA SILVA PROENÇA	691.100.429-20	3429/2018	16/10/2018
CLAUDECIR PADILHA DOS SANTOS	020.098.589-21	2097/2018	16/10/2018
CLAUDIO ANTÔNIO RHONDEN	054.594.809-65	1681/2018	16/10/2018
DARCI DA SILVA	249.454.049-68	9193/2018	16/10/2018
DIONATHAN LUIS KAYSER	032.347.499-30	5161/2018	16/10/2018
DOROTI ARLETE SOARES	423.295.239-04	14515/2017	16/10/2018
EDEMIR SCHUMANN	864.550.019-15	9904/2018	16/10/2018
EDITE DA SILVA E SOUZA	471.418.759-72	6672/2018	16/10/2018
EVANDRO DOUGLAS TEIXEIRA PIRES	021.930.319-32	29207/2017	16/10/2018
GETÚLIO ANTÔNIO DA SILVA – ESPÓLIO	606.875.259-34	8903/2018	16/10/2018
JULIANA BARCARO WEISS	029.620.149-92	10338/2018	16/10/2018
LÚCIA MACHADO PIRES - ESPÓLIO	721.972.189-72	8296/2018	16/10/2018
LUIZ CARLOS TRINDADE DO ROSÁRIO	762.960.679-68	5504/2018	16/10/2018
MAURO CESAR TELLES	753.334.229-15	34111/2017	16/10/2018
MORGANA SCHMITT NOVASKY ROBASKIEWICZ	051.282.459-26	33786/2017	16/10/2018
NATAL DIAS	386.078.249-53	108/2018	16/10/2018
PATRÍCIA APARECIDA PEDROSO	933.516.589-15	21941/2016	16/10/2018
PEDRO ILIZÁRIO TILHA	459.353.199-34	10339/2018	16/10/2018
RICARDO ANDRÉ PIZETTA	051.946.949-62	9629/2018	16/10/2018
SALETE VARIZA PARIZOTTO	518.025.209-10	8050/2018	16/10/2018
SANDRA APARECIDA BARBOSA	040.200.189-36	7746/2018	16/10/2018

SANDRO MORANDO	705.638.619-91	34394/2017	16/10/2018
SÃO FRANCISCO BAR E LANCHONETE LTDA ME	81.391.526/0001-41	7736/2018	16/10/2018
SILVANA SANDRA DA SILVA	019.443.799-08	26576/2017	16/10/2018
VALDECIR SCHNEIDER	183.276.729-91	27952/2017	16/10/2018
VALDENIR PAES	798.951.829-53	3302/2018	16/10/2018
VALÉRIA GUEDES DE FREITAS	776.582.219-53	26128/2017	16/10/2018
VENILDA TEREZINHA BARBOZA DA SILVA ALIMENTOS	14.044.133/0001-74	33620/2017	16/10/2018

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira/SC, 16 de outubro de 2018.

Gentil Gaedke
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

PORTARIA Nº 1310/18

Publicação Nº 1775620

PORTARIA nº 1310/18

Interrompe gozo de licença para tratar de interesses particulares de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no §4º, do art. 194, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, a pedido, a partir de 15 de outubro de 2018, o gozo da licença para tratar de interesses particulares, do servidor MOISES PERIN, concedida por meio da Portaria nº 1199/18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Videira, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1311/18

Publicação Nº 1775621

PORTARIA nº 1311/18

Designa Fiscal de Obras decorrentes de Contratos Administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar RAFAEL DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 074.756.899-56, nomeado no cargo de provimento em comissão de Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia, matrícula nº 17.702, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 13/2018-PMV, Contrato Administrativo nº CT 165/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a revitalização dos passeios e implantação de bolsões de estacionamento em parte da Rua Presidente Castelo Branco e parte da rua Ricardo Brandalise, localizadas no Bairro Cibrazem, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes

e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2018 - PMV

Publicação Nº 1775390

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 110/2018 - PMV. 1. OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA UTILIZAÇÃO, EXCETO PAPEL, E TREINAMENTO DOS OPERADORES DO EQUIPAMENTO, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENV. ECON. HABITAÇÃO E PROJETOS, DESENV. URB. AGRI. MEIO AMBIENTE, GABINETE E JURÍDICO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS, FMS E FME). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 31/10/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 17 de Outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2018 - PMV

Publicação Nº 1776248

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2018 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 111/2018 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE CORTINAS E VARÕES CONFECCIONADOS SOB MEDIDA, PARA AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 01/11/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 17 de Outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 021/2018/CMS

Publicação Nº 1775663

RESOLUÇÃO Nº 021/2018/CMS

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à agosto/2018.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando, a redação do art. 3º, IX da Lei Municipal nº 343/1997 a qual dispõe que " Art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete, sem prejuízo das funções dos Poderes Legislativo e Executivo: [...] IX - apreciar o Plano de ampliação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar a sua movimentação;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 007/2018-CMS, da Reunião Ordinária realizada na data de 27 de setembro de 2018, a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente aos meses de janeiro à agosto do ano de 2018.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
JANEIRO À AGOSTO - 2018**

RECEITAS	JAN A AGO (em R\$)	DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	JAN A AGO (em R\$)		
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	6.666.400,97	Pessoal	9.204.506,46		
Piso de Atenção Básica - PAB	823.984,00	Manutenção	8.415.102,98		
Programa Saúde da Família - PSF	563.110,00	Investimento	65.256,93		
Prog Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.305,90	TOTAL	17.684.866,37		
Programa Saúde Bucal	216.560,00				
Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	230.400,00	DESPESAS POR RECURSOS	Jan a Ago (em R\$)		
Ações de Média e Alta Complexidade	2.835.361,65	Gastos com recursos próprios	11.885.045,07		
Serv de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	175.352,00	Gastos com recursos vinculados	5.799.821,30		
Prog Vigilância em Saúde	120.169,54	TOTAL	17.684.866,37		
Programa Vigilância Sanitária	18.346,85				
Programa DST/AIDS	52.666,64	Cálculo do Percentual dos Gastos com Saúde	Jan a Ago (em R\$)		
Farmácia Básica - União	167.629,20	Receita de Impostos	75.112.603,78		
Programa das ações de Alimentação e Nutrição	13.000,00	Percentual mínimo 15%	11.266.890,57		
Apoio Financeiro aos municípios	267.699,19	Valor aplicado	11.885.045,07		
Emenda Parlamentar - incremento temporário mac	851.816,00	PERCENTUAL APLICADO	15,82%		
Estruturação de Unid de Atenção Especializada	80.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	337.272,25	Gastos através do CIS-AMARP	Jan a Ago (em R\$)		
Farmácia Básica	124.997,25	Despesas fixas (manutenção do consórcio)	20.000,00		
Programa Estratégia Saúde da Família	183.400,00	Despesas variáveis (exames e consultas)	836.448,18		
Centro de Especialidades Odontológicas	28.875,00	TOTAL	856.448,18		
OUTRAS RECEITAS	546.271,71				
Tx. de Fisc de Vigilância Sanitária	401.080,43				
Receita Aplic Financ. dos Recursos Vinculados	61.767,56				
Receita Aplic Financ Recursos Próprios	18.202,81				
Outras Receitas - FMS	65.220,91				
TOTAL RECEITAS FMS	7.549.944,93				
Transferências Financeiras da Prefeitura	12.411.281,32				
Superávit Financeiro de 2017	3.180.755,10				

TOTAL	23.141.981,35		
-------	---------------	--	--

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 27 de setembro de 2018.
Ivanice Ângela Peccin
Presidente do CMS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 022/2018/CMS

Publicação Nº 1775655

RESOLUÇÃO Nº 022/2018/CMS

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para reestruturação da Lei nº343/1997, a qual consolida a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde do município de Videira e para, posteriormente, proceder à adequação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando, a Lei Municipal nº 343/1997, a qual dispõe "Art. 8º Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá criar comissões internas constituídas por membros do Conselho e por outras instruções para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, nos termos da Ata 007/2018-CMS, da Reunião Ordinária realizada na data de 27 de setembro de 2018, os seguintes membros: Andréa Berto, Eliane Lúcia Bonetto Orso, Francislaíne Ribeiro dos Santos e Selso Possara, para comporem a comissão especial para reestruturação da Lei nº343/1997, a qual consolida a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde do município de Videira e para, posteriormente, proceder à adequação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 27 de setembro de 2018.
Ivanice Ângela Peccin
Presidente do CMS de Videira-SC

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2018-PMV

Publicação Nº 1776221

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. NA LINHA SANTA BÁRBARA (ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 12.261,33m²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADAS as empresas Consbrita Construtora de Obras Ltda e MR Concretos, Argamassas e Pavimentações Ltda, por descumprir exigências editalícias e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Construtora Branger Ltda, Setep Construções S.A., Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda, Terramax Construções e Obras Ltda, Gaia Rodovias Ltda e Kaeng Infraestrutura EIRELI para a segunda fase do prélio. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 17 de outubro de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO 113/2018 - PMV

Publicação Nº 1775467

Termo Aditivo nº 113/2018

Contrato/Ata nº: ATA nº 10/2018

Processo: PR nº 49/2018 - PMV

Contratado: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Objeto: Reequilíbrio do item 76 da ata de registro de preço nº 10/2018, passando o valor do item para R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos).

Data: 17/10/2018

TERMO ADITIVO 114/2018 - PMV

Publicação Nº 1775468

Termo Aditivo nº 114/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 85/2017

Processo: PR nº 76/2017 - PMV

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Objeto: Retificação do termo aditivo nº 70/2018, referente a prorrogação do contrato de prestação de serviço nº 85/2017.

Valor R\$ 139,00 (cento e trinta e nove reais)

Data: 17/10/2018

TERMO ADITIVO 115/2018 - PMV

Publicação Nº 1775469

Termo Aditivo nº 115/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 85/2017

Processo: PR nº 76/2017 - PMV

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Objeto: Inclusão de máquinas adquiridas em licitação ao contrato de prestação de serviço nº 85/2017, junto ao loter 02, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Valor R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais)

Data: 17/10/2018

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 058/2018

Publicação Nº 1775837

DECRETO N. 58, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA TRAMITAÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – (REURB) INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL N. 1.017/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos para tramitação e análise de processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) instituída pela Lei Municipal n. 1.017/2018.

Parágrafo único. A Reurb deverá ser realizada observando-se as disposições deste Decreto, da Lei Municipal n. 1.017/2018, da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018, das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

CAPÍTULO I DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 2º. Objetivando conduzir o procedimento administrativo de regularização fundiária urbana (Reurb) no âmbito municipal será instituída, por ato do Prefeito Municipal, "Comissão de Regularização Fundiária", composta no mínimo por:

I – um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;

II – um representante da Secretaria Municipal da Secretaria da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb;

III – um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social responsável pela análise social dos processos de Reurb;

IV – um representante da assessoria jurídica do Município, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb;

Parágrafo Único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º. Constituem atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:

I – estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;

II – propor a abertura dos processos de Reurb de iniciativa do município;

III – conduzir os processos de Reurb no âmbito da administração municipal;

IV – produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de Reurb;

V – mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Reurb;

VI – emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF;

VII – solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social;

VIII – fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;

IX – assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à Reurb;

X – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI – dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão.

Art. 4º. O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do decreto de nomeação, podendo haver recondução.

CAPÍTULO II

DAS FASES DA REURB

Art. 5º. A tramitação e análise dos processos de regularização fundiária urbana – Reurb no âmbito municipal obedecerá às seguintes fases:

I – protocolo do requerimento da Reurb por um dos legitimados previstos na Lei Federal nº 13.465/2017;

II – análise do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária e decisão quanto ao seu deferimento ou não, com a classificação da modalidade da Reurb;

III – homologação da decisão da Comissão de Regularização Fundiária pelo Prefeito Municipal com a instauração da Reurb por Decreto;

IV – notificação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados;

V – processamento administrativo do projeto de regularização fundiária pela Comissão de Regularização Fundiária;

VI – decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária pela autoridade competente, mediante ato formal ao qual se dará publicidade;

VII – expedição da CRF pela autoridade competente;

VIII – registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis.

CAPÍTULO III**DO REQUERIMENTO E DA INSTAURAÇÃO DA REURB**

Art. 6º. A abertura do processo administrativo da Reurb será solicitada por meio de requerimento de um dos legitimados, a ser protocolado no Município, acompanhado dos seguintes documentos:

I – cópia atualizada da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) que compõem o núcleo urbano informal, expedida(s) por Cartório de Registro de Imóveis competente;

II – croqui de localização do núcleo urbano informal, contendo, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, nome dos proprietários confrontantes, nome e distância da rua mais próxima e demais informações pertinentes;

III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental atual do núcleo urbano informal;

IV – indicação da modalidade da Reurb requerida, com base em estudo socioeconômico elaborado por profissional habilitado, com a apresentação dos documentos para fins de enquadramento da modalidade e qualificação dos ocupantes;

V – comprovação que o núcleo urbano informal foi implantado antes da data de 22 de dezembro de 2016, na forma da Lei 13.465/2017.

Parágrafo Único. A comprovação da data de ocupação se dará mediante apresentação de documentos, laudo técnico ou por qualquer outro instrumento que possua valor legal, inclusive por levantamento aerofotogramétrico, reconhecido por órgãos públicos e/ou constantes na base de dados do cadastro imobiliário municipal.

Art. 7º. Após o protocolo, o requerimento de solicitação de instauração da Reurb será encaminhado à Comissão de Regularização Fundiária, que deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), deferi-lo, classificando-o em uma das modalidades da Reurb, ou indeferi-lo, mediante decisão fundamentada, indicando as medidas a serem adotadas com vistas à reformulação e reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 8º. O deferimento do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto Municipal que fará a classificação da modalidade e a instauração da Reurb.

CAPÍTULO IV**DA NOTIFICAÇÃO E DA SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS**

Art. 9º. Instaurada a Reurb, a Comissão de Regularização Fundiária promoverá a notificação dos titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confrontantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar manifestação e impugnação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação;

§1º A notificação dos titulares e confrontantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição do imóvel e será considerada efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§2º A notificação da Reurb também poderá ser feita por meio de publicação de edital, com prazo de 30(trinta) dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição do núcleo urbano informal a ser regularizado, nos seguintes casos:

I – quando o proprietário e os confrontantes não forem encontrados; e

II – quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§3º A ausência de manifestação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados, será interpretada como concordância com a Reurb.

§4º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos.

§5º O Município poderá rejeitar impugnação infundada, por meio de ato fundamentado do qual constem as razões pelas quais assim a considerou, e dar seguimento à Reurb se o impugnante não apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão de rejeição.

I - Considera-se infundada a impugnação que:

- a) não indicar, de forma plausível, onde e de que forma a Reurb avança na propriedade do impugnante;
- b) não apresentar motivação, ainda que sumária; ou
- c) versar sobre matéria estranha ao procedimento da Reurb em andamento.

§ 6º Apresentada a impugnação apenas em relação a parte da área objeto da Reurb, é facultado ao Município prosseguir com a Reurb em relação à parcela não impugnada.

Art. 10. O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com o Tribunal de Justiça Estadual, o qual terá competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual.

§1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo municipal e, na falta do ato, pelo disposto na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

§2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb e, se inexistente acordo, o processo administrativo da Reurb ficará suspenso até a solução judicial do litígio, ou ainda, será extinto no caso da promoção da regularização fundiária no âmbito judicial.

§3º O Município poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à Reurb.

§4º A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos no âmbito da Reurb suspende a prescrição.

§5º O Município poderá, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

CAPÍTULO V DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 11. Inexistindo impugnação acerca da Reurb ou se dirimidos os conflitos, a Comissão notificará o requerente da Reurb para que apresente o correspondente projeto de regularização fundiária.

Art. 12. Protocolado o projeto de regularização fundiária, este será submetido à análise e avaliação da Comissão de Regularização Fundiária que terá o prazo de 90 dias (noventa dias) para decidir por deferir ou indeferir o projeto, requerendo, para sua análise e decisão, sempre que necessário, pareceres técnicos e informações dos setores e técnicos que compõem a administração municipal ou de terceiros contratados;

I – Se deferido o processo, será expedido parecer recomendando a aprovação do projeto de regularização fundiária e a emissão da CRF pela autoridade competente.

II – Se indeferido o processo, será expedido parecer técnico, legalmente fundamentado, de modo a permitir, quando possível, a reformulação do projeto.

III – Se o processo for indeferido e o legitimado reapresentá-lo, deverá passar por nova análise que observará a correção das pendências da primeira análise, para o que a Comissão de Regularização Fundiária terá o prazo de 90 (noventa) dias para expedição de novo parecer.

Art. 13. O projeto de regularização fundiária a ser apresentado para análise conterá, no mínimo:

- I – levantamento topográfico georeferenciado, subscrito por profissional legalmente habilitado, que demonstrará os elementos caracterizadores do núcleo urbano informal a ser regularizado;
- II – planta do perímetro do núcleo urbano informal, com demonstração das matrículas ou das transcrições atingidas;
- III – cópia atualizada da(s) matrícula(s) do núcleo urbano informal a regularizar expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- IV – documentos que comprovem a posse pelos ocupantes do(s) imóvel(is) a regularizar;

V – projeto urbanístico, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 13 deste Decreto;

VI – memorial descritivo, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 14 deste Decreto;

VII – estudo técnico para situações de risco, quando for o caso;

VIII – estudo técnico ambiental, observando o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651/12, quando o núcleo urbano informal for situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente - APP, Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou área de proteção de manancial definidas pela União, Estado ou Município;

IX – memorial descritivo das propostas de soluções para as questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso, com a indicação das medidas de mitigação, contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais que integrarão o Termo de Compromisso;

X – indicação do(s) instrumento(s) jurídico(s) a serem aplicados, observada a Lei Federal nº 13.465/2017.

XI – Anotação ou Registro de responsabilidade dos técnicos responsáveis por todos os projetos e estudos apresentados para análise;

XII – Licença Ambiental emitida pelo Órgão Ambiental competente;

XIII – cópia da convenção de Condomínio, quando for o caso.

XIV – cronograma físico dos serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, o qual deverá conter também previsão dos custos necessários;

XV – termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, para cumprimento do cronograma físico definido no inciso anterior;

§1º O Município poderá exigir ainda, além dos documentos mencionados neste artigo, a apresentação de outros desenhos, cálculos, documentos e detalhes que julgar necessário ao esclarecimento do projeto.

§2º O termo de compromisso será assinado, também, por duas testemunhas, de modo a formar título executivo extrajudicial na forma estabelecida no inciso III do caput do art. 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

§3º Na regularização de núcleo urbano informal que já possua a infraestrutura essencial implantada e para o qual não haja compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, fica dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos anteriores.

§4º Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, constará na CRF que o núcleo urbano regularizado já possui a infraestrutura essencial e que não existem compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

Art. 14. O projeto urbanístico de regularização fundiária indicará, no mínimo:

I – a localização do núcleo urbano informal a ser regularizado, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II – as unidades imobiliárias a serem regularizadas, indicando: área, medidas perimetrais, confrontações, edificações existentes (com suas medidas e características), nome da via e o número da designação cadastral, quando houver;

III – as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade a regularizar;

IV – as vias de circulação existentes, as áreas destinadas ao uso público e outros equipamentos urbanos, incluindo compensações quando for o caso, com indicação de área, medidas perimetrais e confrontantes;

V – as eventuais áreas já usucapidas;

VI – a localização de cursos d'água (dormentes e correntes), nascentes, mananciais, vegetação expressiva e outras indicações topográficas relevantes;

VII – a indicação de faixas não edificáveis existentes, devidamente cotadas, conforme estabelecidas pela legislação vigente (faixa de domínio de rodovias, linhas de transmissão de energia de alta tensão, áreas de preservação permanente, faixas sanitárias, entre outras);

VIII – o quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto com as proporções (área total do núcleo informal, área total dos lotes a regularizar, área verde, área de equipamentos comunitários, áreas destinadas à circulação, áreas remanescentes, entre outras coisas do gênero).

IX – as medidas de adequação para correção das desconformidades ambientais e de risco, quando necessárias;

X – as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da relocação de edificações, quando necessárias;

XI – o(s) projeto(os) das obras de infraestrutura essenciais, quando ainda não implantadas.

§1º Os projetos apresentados para análise somente serão aceitos quando legíveis, na escala que se fizer necessária para a perfeita compreensão do Projeto e de acordo com as normas usuais de desenho estabelecidas pela ABNT.

§2º Quando a Reurb for implementada em etapas e abranger o núcleo urbano informal de forma total ou parcial, o projeto de que trata este artigo deve definir a parcela do núcleo urbano informal a ser regularizada em cada etapa respectiva.

Art. 15. O memorial descritivo do núcleo urbano informal conterá, no mínimo:

I – a identificação do núcleo urbano informal objeto da Reurb com sua localização, medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II – a descrição técnica das unidades imobiliárias a serem regularizadas com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, confrontantes, número e quadra, além da designação do seu ocupante;

III – a descrição das vias de circulação existentes ou projetadas que componham o núcleo urbano informal;

IV – a descrição das áreas destinadas ao uso público, com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

V – a descrição dos equipamentos urbanos comunitários existentes e dos serviços públicos e de utilidade pública que integrarão o domínio público com o registro da regularização; e

VI – quando se tratar de condomínio, as descrições técnicas, os memoriais de incorporação e os demais elementos técnicos previstos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

CAPÍTULO VI

DA APROVAÇÃO DO PROJETO E EMISSÃO DA CRF

Art. 16. A decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária após parecer favorável da Comissão de Regularização Fundiária se dará mediante ato formal ao qual se dará publicidade e deverá:

I – aprovar o projeto de regularização fundiária resultante da Reurb;

II – indicar as intervenções a serem executadas (obras de implantação da infraestrutura essencial, serviços e compensações urbanísticas e ambientais), conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;

III – indicar os instrumentos jurídicos aplicáveis a Reurb;

IV – identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada e os seus direitos reais.

Art. 17. Aprovado o projeto de regularização fundiária, o Município emitirá a Certidão de Regularização Fundiária – CRF, que conterá, no mínimo:

I – o nome e a localização do núcleo urbano informal regularizado;

II – a área total e o número de lotes regularizados;

III – a modalidade da Reurb;

IV – os responsáveis pelas obras e serviços constantes do cronograma;

V – a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando possível; e

VI – a listagem dos ocupantes que houverem adquirido a unidade, por meio de título de legitimação fundiária ou de ato único de registro, e que conterá o nome do ocupante, seu estado civil, sua profissão, seu número de inscrição no CPF, o número de sua carteira de identidade e a sua filiação.

Art. 18. Emitida a CRF, no caso da Reurb-E, deverá o requerente apresentar o projeto de regularização fundiária aprovado juntamente com a CRF ao oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Caberá ao requerente providenciar os documentos e vias adicionais que sejam solicitadas pelo oficial do cartório de registro de imóveis, para o registro da Reurb.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 17 de outubro de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 059/2018

Publicação Nº 1775901

DECRETO N. 59, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB, DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES".

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão de Regularização Fundiária:

I – representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb – Breno Vilhalba Pamplona;

II – representante da Secretaria Municipal da Secretaria da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb – Odirlei Jeremias;

III – um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social responsável pela análise social dos processos de Reurb – Sônia Solene Segundo;

IV – um representante da assessoria jurídica do Município, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb – Márcio José Pavanello;

Parágrafo Único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 2º. O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do decreto de nomeação, podendo haver recondução.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 17 de outubro de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

LEI Nº 1019

Publicação Nº 1775935

Lei nº 1019, de 16 de Outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES
PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de Maio de 2000 – LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – A organização e estrutura dos orçamentos;
- III – As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV – As disposições sobre a dívida pública municipal;
- V – As disposições sobre despesas com pessoal;
- VI – As disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII – As disposições gerais.

Parágrafo único – Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2019 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.

Parágrafo único – As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2019, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da lei orçamentária anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário á manutenção da atuação governamental;

IV – Envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menos nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria

econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007 e seus anexos e demais alterações.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 – despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 4º A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 – transferência a consórcios públicos, será programada a fim de atender as despesas com saúde realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMAVI e outros que por ventura o município venha a ingressar.

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I – 7000.00.00 – Receitas correntes intra-orçamentárias;

II – 8000.00.00 – Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º A natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e executivo, suas Autarquias e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A lei Orçamentária para 2019 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Texto da Lei;

II – Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

- a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recurso correspondentes a cada cota-parte da natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P), observando o disposto no Art. 6º da Lei 4.320; e
- b) Despesas discriminadas na forma prevista no Art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Parágrafo Único. O Quadro Demonstrativo da despesa QDD, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, admitindo o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido nesta Lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V – Quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2014, 2015 e 2016;

VI – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos.

Art. 10º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora, e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesa referidas no Art. 7º desta Lei (QDD).

§1 Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servido municipal.

§2 A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução nos últimos três exercícios.

Paragrafo único – Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis e manutenção destinada à frota de veículos dos setores de Obras e Serviços Públicos e Agricultura

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o Artigo 17, §2 da Lei Complementar nº 101 de 01 de Maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida da expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aquelas constante do anexo desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a reserva de contingência, não superiores a 0,20% (zero vírgula vinte por cento) das receitas corrente líquidas previstas para o mesmo exercício, e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação “00” – ordinários do orçamento fiscal.

Parágrafo único – Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Artigo 43, §3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita e consequentemente da despesa.

sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público.

Parágrafo único – As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único – Para efeito do disposto no Art. 16, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida orçada para o Exercício.

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 24. Despesas de competência de outros antes da Federação só serão assumidas pela administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentaria.

Parágrafo único – A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 26. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta Lei.

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta Lei.

Art. 28. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único – Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 165, §8 da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em

excluído desde último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. A Lei Orçamentária para o exercício de 2019 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento á despesas de capital, observando o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 31. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 32. Ultrapassando o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar

da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrente destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 34. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

- I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras;
- III – Exoneração de no mínimo 50% dos servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

Art. 37. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividade próprias da Administração Pública Municipal, desde que,

em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexequíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 45. Os vínculos de recursos da receita e despesas poderão ser readequados na elaboração da Lei Orçamentária Anual, para a compatibilização com as tabelas divulgadas pelos órgãos de normatização, controle e fiscalização, desde que mantido os valores previstos para cada ação.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no *DOM/SC*, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles (SC), 16 de Outubro de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	4000000000000000	S	21.531.000,00	113,32
Receitas correntes	4100000000000000	S	20.531.000,00	108,06
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	4110000000000000	S	1.054.300,00	5,55
Impostos	4111000000000000	S	787.100,00	4,14
Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	4111300000000000	S	253.000,00	1,33
Imposto sobre a renda - retido na fonte	4111303000000000	S	253.000,00	1,33
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	4111303100000000	S	250.000,00	1,32
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	4111303110000000	A	250.000,00	1,32
01000000 Recursos Ordinários			130.000,00	0,68
01010000 Receitas de Impostos - Educação			67.500,00	0,36
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			52.500,00	0,28
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	4111303400000000	S	3.000,00	0,02
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	4111303410000000	A	3.000,00	0,02
01000000 Recursos Ordinários			1.560,00	0,01
01010000 Receitas de Impostos - Educação			810,00	0,00
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			630,00	0,00
Impostos específicos de estados/df municípios	4111800000000000	S	534.100,00	2,81
Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	4111801000000000	S	268.600,00	1,41
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	4111801100000000	S	188.500,00	0,99
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	4111801110000000	A	170.000,00	0,89
01000000 Recursos Ordinários			88.400,00	0,47
01010000 Receitas de Impostos - Educação			45.900,00	0,24
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			35.700,00	0,19
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	4111801120000000	A	500,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			260,00	0,00
01010000 Receitas de Impostos - Educação			135,00	0,00
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			105,00	0,00
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	4111801130000000	A	12.000,00	0,06
01000000 Recursos Ordinários			6.240,00	0,03
01010000 Receitas de Impostos - Educação			3.240,00	0,02
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			2.520,00	0,01
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	4111801140000000	A	6.000,00	0,03
01000000 Recursos Ordinários			3.120,00	0,02
01010000 Receitas de Impostos - Educação			1.620,00	0,01
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			1.260,00	0,01
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	4111801400000000	S	80.100,00	0,42
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	4111801410000000	A	80.000,00	0,42
01000000 Recursos Ordinários			41.600,00	0,22
01010000 Receitas de Impostos - Educação			21.600,00	0,11
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			16.800,00	0,09
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	4111801420000000	A	100,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			52,00	0,00
01010000 Receitas de Impostos - Educação			27,00	0,00
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			21,00	0,00
Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	4111802000000000	S	265.500,00	1,40
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	4111802300000000	S	265.500,00	1,40
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	4111802310000000	A	245.000,00	1,29
01000000 Recursos Ordinários			127.400,00	0,67
01010000 Receitas de Impostos - Educação			66.150,00	0,35
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			51.450,00	0,27
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	4111802320000000	A	3.500,00	0,02
01000000 Recursos Ordinários			1.820,00	0,01
01010000 Receitas de Impostos - Educação			945,00	0,00
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			735,00	0,00
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	4111802330000000	A	10.000,00	0,05
01000000 Recursos Ordinários			5.200,00	0,03
01010000 Receitas de Impostos - Educação			2.700,00	0,01

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	411180233000000	A	10.000,00	0,05
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			2.100,00	0,01
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	411180234000000	A	7.000,00	0,04
01000000 Recursos Ordinários			3.640,00	0,02
01010000 Receitas de Impostos - Educação			1.890,00	0,01
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			1.470,00	0,01
Taxas	411200000000000	S	266.200,00	1,40
Taxas pela prestação de serviços	411220000000000	S	144.000,00	0,76
Taxas pela prestação de serviços	411220100000000	S	144.000,00	0,76
Taxas pela prestação de serviços	411220110000000	S	144.000,00	0,76
Taxas pela prestação de serviços - principal	411220111000000	S	136.000,00	0,72
Taxa de Cemitério	411220111010000	A	5.000,00	0,03
01000000 Recursos Ordinários			5.000,00	0,03
Taxa de Limpeza Pública	411220111020000	A	130.000,00	0,68
01000000 Recursos Ordinários			130.000,00	0,68
Taxa de Expediente	411220111030000	A	1.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			1.000,00	0,01
Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	411220112000000	A	400,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			400,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	411220113000000	A	4.600,00	0,02
01000000 Recursos Ordinários			4.600,00	0,02
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	411220114000000	A	3.000,00	0,02
01000000 Recursos Ordinários			3.000,00	0,02
Taxas - específicas de estados, df e municípios	411280000000000	S	122.200,00	0,64
Taxas de inspeção, controle e fiscalização	411280100000000	S	122.200,00	0,64
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	411280110000000	S	13.200,00	0,07
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- principal	411280111000000	A	12.000,00	0,06
01000400 Recursos Ordinários - Alvará Sanitário			12.000,00	0,06
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	411280112000000	A	200,00	0,00
01000400 Recursos Ordinários - Alvará Sanitário			200,00	0,00
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	411280113000000	A	1.000,00	0,01
01000400 Recursos Ordinários - Alvará Sanitário			1.000,00	0,01
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras	411280190000000	S	109.000,00	0,57
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - principal	411280191000000	S	97.000,00	0,51
Taxa de Licença e Funcionamento	411280191010000	A	70.000,00	0,37
01000000 Recursos Ordinários			70.000,00	0,37
Taxa de Vistoria de Bombeiros	411280191020000	A	25.000,00	0,13
01000200 Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros			25.000,00	0,13
Taxa de Aprovação de Projetos	411280191030000	A	2.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			2.000,00	0,01
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - multas e juros	411280192000000	S	1.000,00	0,01
Multas e Juros da Taxa de Licença e Localização	411280192010000	A	1.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			1.000,00	0,01
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras- dívida ativa	411280193000000	S	7.000,00	0,04
Dívida Ativa da Taxa de Licença de Localização	411280193010000	A	7.000,00	0,04
01000000 Recursos Ordinários			7.000,00	0,04
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - dívida ativa - multas e juros	411280194000000	S	4.000,00	0,02
Multas e Juros da Dívida Ativa Taxa de Licença de Localização	411280194010000	A	4.000,00	0,02
01000000 Recursos Ordinários			4.000,00	0,02
Contribuição de melhoria	411300000000000	S	1.000,00	0,01
Contribuição de melhoria - específica e/m	411380000000000	S	1.000,00	0,01
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	411380400000000	S	1.000,00	0,01
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	411380410000000	S	1.000,00	0,01
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	411380411000000	A	1.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			1.000,00	0,01
Contribuições	412000000000000	S	240.000,00	1,26
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	412400000000000	S	240.000,00	1,26
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	412400010000000	S	240.000,00	1,26

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	412400011000000	A	240.000,00	1,26
01080000 Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP			240.000,00	1,26
Receita patrimonial	413000000000000	S	132.800,00	0,70
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	413100000000000	S	36.000,00	0,19
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	413100200000000	S	36.000,00	0,19
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	413100210000000	S	36.000,00	0,19
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos - principal	413100211000000	A	36.000,00	0,19
01000000 Recursos Ordinários			36.000,00	0,19
Valores mobiliários	413200000000000	S	96.800,00	0,51
Juros e correções monetárias Remuneração de depósitos bancários Remuneração de depósitos bancários - principal	413210000000000	S	96.800,00	0,51
Remuneração FUNDEB	413210010000000	S	96.800,00	0,51
01180000 Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	413210011010000	A	8.000,00	0,04
01190000 Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			6.000,00	0,03
Remuneração Saúde	413210011020000	A	2.000,00	0,01
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			8.000,00	0,04
01380100 Atenção Básica			1.000,00	0,01
01380200 Gestão do SUS - ESF			3.000,00	0,02
01380800 Assistência Farmacêutica Básica Federal			2.000,00	0,01
01380900 Transf - SUS BLMAC			200,00	0,00
01381500 Vigilância em Saúde - Sanitaria			200,00	0,00
01381600 Vigilância em Saúde - Epidemiologia			200,00	0,00
01670100 Atenção Básica - Cofinanciamento Estado			200,00	0,00
01670200 NASF Estadual			500,00	0,00
01880000 Alienação Bens Dest. Programas Saúde			200,00	0,00
Remuneração MDE	413210011030000	A	500,00	0,00
01000300 Recursos Ordinários - Convênio Empresas			2.200,00	0,01
01360000 TSalário Educação			100,00	0,00
01370100 Programa Nacional de Alimentação Escolar			1.500,00	0,01
01370200 Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar			100,00	0,00
01625500 Transf.Convênio -Estado/Educação			200,00	0,00
Remuneração CIDE	413210011040000	A	300,00	0,00
01070000 Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE			100,00	0,00
Remuneração FASS	413210011050000	A	100,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			4.000,00	0,02
01350100 Proteção e Atendimento Integral à Família			500,00	0,00
01350200 IGD - SUAS			1.400,00	0,01
01350300 IGDF - Bolsa Família			100,00	0,00
01350400 Fortalecimento Vinculos de Convivência			200,00	0,00
01650000 Transf.Sistema único - SUAS/Estado			1.400,00	0,01
Remuneração Não Vinculado	413210011060000	A	400,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			70.000,00	0,37
Remuneração Depósitos Vinculados	413210011070000	A	70.000,00	0,37
01000200 Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros			4.500,00	0,02
01000600 Recursos Ordinários - Agricultura			200,00	0,00
01080000 Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP			100,00	0,00
01100000 Convênio de Trânsito - Militar			800,00	0,00
01110000 Convênio de Trânsito - Civil			650,00	0,00
01120000 Convênio de Trânsito Prefeitura			650,00	0,00
01390000 Fundo Especial de Petróleo			200,00	0,00
01645500 Transf.Convênio -Estado/Outros			400,00	0,00
01890000 Alienação Bens Dest.Outros Programas			500,00	0,00
Receita de serviços	416000000000000	S	1.000,00	0,01
Serviços administrativos e comerciais gerais	416100000000000	S	65.800,00	0,35
Inscrição em concursos e processos seletivos	416100200000000	S	5.000,00	0,03
Inscrição em concursos e processos seletivos	416100210000000	S	5.000,00	0,03

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	416100211000000	A	5.000,00	0,03
01000000 Recursos Ordinários			5.000,00	0,03
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	4162000000000000	S	60.800,00	0,32
Serviços de transporte	4162002000000000	S	60.800,00	0,32
Serviços de transporte	4162002100000000	S	60.800,00	0,32
Serviços de transporte - principal	4162002110000000	A	60.000,00	0,32
01000000 Recursos Ordinários			12.000,00	0,06
01000600 Recursos Ordinários - Agricultura			48.000,00	0,25
Serviços de transporte - multas e juros	4162002120000000	A	800,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			800,00	0,00
Transferências correntes	4170000000000000	S	18.960.000,00	99,79
Transferências da união e de suas entidades	4171000000000000	S	10.543.000,00	55,49
Transferências da união - específica e/m	4171800000000000	S	10.543.000,00	55,49
Participação na receita da união	4171801000000000	S	8.245.000,00	43,39
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	4171801200000000	S	7.600.000,00	40,00
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	4171801210000000	A	7.600.000,00	40,00
01000000 Recursos Ordinários			4.104.000,00	21,60
01010000 Receitas de Impostos - Educação			1.900.000,00	10,00
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			1.596.000,00	8,40
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	4171801300000000	S	315.000,00	1,66
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	4171801310000000	A	315.000,00	1,66
01000000 Recursos Ordinários			229.950,00	1,21
01010000 Receitas de Impostos - Educação			85.050,00	0,45
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	4171801400000000	S	315.000,00	1,66
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	4171801410000000	A	315.000,00	1,66
01000000 Recursos Ordinários			229.950,00	1,21
01010000 Receitas de Impostos - Educação			85.050,00	0,45
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	4171801500000000	S	15.000,00	0,08
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	4171801510000000	A	15.000,00	0,08
01000000 Recursos Ordinários			7.800,00	0,04
01010000 Receitas de Impostos - Educação			4.050,00	0,02
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			3.150,00	0,02
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	4171802000000000	S	96.000,00	0,51
Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem	4171802200000000	S	6.000,00	0,03
Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem - principal	4171802210000000	A	6.000,00	0,03
01000000 Recursos Ordinários			6.000,00	0,03
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	4171802600000000	S	90.000,00	0,47
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	4171802610000000	A	90.000,00	0,47
01390000 Fundo Especial de Petróleo			90.000,00	0,47
Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo	4171803000000000	S	1.266.000,00	6,66
Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo	4171803100000000	S	976.000,00	5,14
Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo - principal	4171803110000000	S	976.000,00	5,14
piso da Atenção Básica - Fixo	4171803110100000	A	160.000,00	0,84
01380100 Atenção Básica			160.000,00	0,84
Programa ESF -Estratégia Saúde da Família	4171803110200000	A	280.000,00	1,47
01380200 Gestão do SUS - ESF			280.000,00	1,47
PACS - Programa Agente Comunitário de Saúde	4171803110300000	A	158.000,00	0,83
01380400 Gestão do SUS - PACS			158.000,00	0,83
Saúde Bucal	4171803110400000	A	42.000,00	0,22
01380300 Gestão do SUS - SAUDE BUCAL			42.000,00	0,22
PMAQ - Programa de Melhoria, Acesso e Qualidade	4171803110500000	A	200.000,00	1,05
01381100 Pmaq			200.000,00	1,05
NASF - Nucleo de Apoio a Família	4171803110600000	A	100.000,00	0,53
01380700 NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal			100.000,00	0,53

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Programa Academia de Saúde	417180311110000	A	36.000,00	0,19
01381000 Academia de Saúde			36.000,00	0,19
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	417180320000000	S	200.000,00	1,05
Bloco BLMAC	417180321000000	A	200.000,00	1,05
01380900 Transf - SUS BLMAC			200.000,00	1,05
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	417180330000000	S	54.000,00	0,28
Vigilância Sanitária	417180331000000	A	18.000,00	0,09
01381500 Vigilância em Saúde - Sanitaria			18.000,00	0,09
Vigilância em Saúde	417180332000000	A	36.000,00	0,19
01381600 Vigilância em Saúde - Epidemiologia			36.000,00	0,19
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	417180340000000	S	36.000,00	0,19
Assistência farmacêutica	417180341000000	A	36.000,00	0,19
01380800 Assistência Farmacêutica Básica Federal			36.000,00	0,19
Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	417180500000000	S	500.000,00	2,63
Transferências do salário-educação	417180510000000	S	300.000,00	1,58
Transferências do salário-educação - principal	417180511000000	A	300.000,00	1,58
01360000 TSalário Educação			300.000,00	1,58
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	417180530000000	S	75.000,00	0,39
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	417180531000000	A	75.000,00	0,39
01370100 Programa Nacional de Alimentação Escolar			75.000,00	0,39
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	417180540000000	S	120.000,00	0,63
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	417180541000000	A	120.000,00	0,63
01370200 Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar			120.000,00	0,63
Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	417180590000000	S	5.000,00	0,03
Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde - principal	417180591000000	A	5.000,00	0,03
01325400 Transf.Convênios-União/Educação			5.000,00	0,03
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	417180600000000	S	15.000,00	0,08
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	417180610000000	S	15.000,00	0,08
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96 - principal	417180611000000	A	15.000,00	0,08
01000000 Recursos Ordinários			7.800,00	0,04
01010000 Receitas de Impostos - Educação			4.050,00	0,02
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			3.150,00	0,02
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	417180800000000	S	200.000,00	1,05
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	417180810000000	S	200.000,00	1,05
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	417180811000000	A	200.000,00	1,05
01381200 Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União			200.000,00	1,05
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas	417181200000000	S	221.000,00	1,16
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas	417181210000000	S	221.000,00	1,16
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas - principal	417181211000000	S	221.000,00	1,16
Proteção e Atendimento Integral à Família	417181211010000	A	72.000,00	0,38
01350100 Proteção e Atendimento Integral à Família			72.000,00	0,38
Fortalecimento Vínculos de Convivência	417181211020000	A	115.000,00	0,61
01350400 Fortalecimento Vínculos de Convivência			115.000,00	0,61
IGD - Suas	417181211030000	A	12.000,00	0,06
01350200 IGD - SUAS			12.000,00	0,06
IGDF - Bolsa Família	417181211040000	A	20.000,00	0,11
01350300 IGDF - Bolsa Família			20.000,00	0,11
Outras Receitas do FNAS	417181211050000	A	2.000,00	0,01
01350000 Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União			2.000,00	0,01
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	417200000000000	S	5.692.000,00	29,96
Transferências dos estados - específica e/m	417280000000000	S	5.692.000,00	29,96
Participação na receita dos estados	417280100000000	S	5.050.000,00	26,58
Cota-parte do ICMS	417280110000000	S	4.500.000,00	23,68

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Cota-parte do ICMS - principal	417280111000000	A	4.500.000,00	23,68
01000000 Recursos Ordinários			2.295.000,00	12,08
01000100 Recursos Ordinários - FHS			45.000,00	0,24
01010000 Receitas de Impostos - Educação			1.215.000,00	6,39
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			945.000,00	4,97
Cota-parte do IPVA	417280120000000	S	450.000,00	2,37
Cota-parte do IPVA - principal	417280121000000	A	450.000,00	2,37
01000000 Recursos Ordinários			234.000,00	1,23
01010000 Receitas de Impostos - Educação			121.500,00	0,64
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			94.500,00	0,50
Cota-parte do IPI - municípios	417280130000000	S	75.000,00	0,39
Cota-parte do IPI - municípios - principal	417280131000000	A	75.000,00	0,39
01000000 Recursos Ordinários			39.000,00	0,21
01010000 Receitas de Impostos - Educação			20.250,00	0,11
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			15.750,00	0,08
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	417280140000000	S	25.000,00	0,13
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	417280141000000	A	25.000,00	0,13
01070000 Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE			25.000,00	0,13
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	417280300000000	S	166.000,00	0,87
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	417280310000000	S	166.000,00	0,87
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal	417280311000000	S	166.000,00	0,87
Assistência Farmacêutica Básica	417280311010000	A	31.000,00	0,16
01670800 Assistência Farmacêutica Básica - Estado			31.000,00	0,16
Cofinanciamento da Atenção Básica	417280311020000	A	100.000,00	0,53
01670100 Atenção Básica - Cofinanciamento Estado			100.000,00	0,53
NASF - Núcleo de Apoio a Família	417280311030000	A	30.000,00	0,16
01670200 NASF Estadual			30.000,00	0,16
Outras Receitas do SUS	417280311090000	A	5.000,00	0,03
01670000 Assistência Sist.Único - SUS/Estado			5.000,00	0,03
Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	417281000000000	S	436.000,00	2,29
Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	417281020000000	S	400.000,00	2,11
Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação - principal	417281021000000	S	400.000,00	2,11
Convenio Transporte Escolar	417281021010000	A	400.000,00	2,11
01625500 Transf.Convênio -Estado/Educação			400.000,00	2,11
Outras transferências de convênio dos estados	417281090000000	S	36.000,00	0,19
Outras transferências de convênio dos estados - principal	417281091000000	S	36.000,00	0,19
Convenio Casan	417281091010000	A	36.000,00	0,19
01645500 Transf.Convênio -Estado/Outros			36.000,00	0,19
Outras transferências dos estados	417289900000000	S	40.000,00	0,21
Outras transferências dos estados	417289910000000	S	40.000,00	0,21
Outras transferências dos estados - principal	417289911000000	S	40.000,00	0,21
Outras Transferências do Estado	417289911010000	A	20.000,00	0,11
01645500 Transf.Convênio -Estado/Outros			20.000,00	0,11
Transferência SUAS	417289911020000	A	20.000,00	0,11
01650000 Transf.Sistema único - SUAS/Estado			20.000,00	0,11
Transferências de instituições privadas	417400000000000	S	25.000,00	0,13
Transferências de instituições privadas - específica e/m	417480000000000	S	25.000,00	0,13
Transferência de convênios de instituições privadas	417481000000000	S	25.000,00	0,13
Transferência de convênios de instituições privadas	417481010000000	S	25.000,00	0,13
Transferência de convênios de instituições privadas - principal	417481011000000	S	25.000,00	0,13
Convenio Empresas - Creche	417481011010000	A	25.000,00	0,13
01000300 Recursos Ordinários - Convênio Empresas			25.000,00	0,13
Transferências de outras instituições públicas	417500000000000	S	2.700.000,00	14,21
Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	417580000000000	S	2.700.000,00	14,21
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	417580100000000	S	2.700.000,00	14,21

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	417580110000000	S	2.700.000,00	14,21
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	417580111000000	A	2.700.000,00	14,21
01180000 Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			2.025.000,00	10,66
01190000 Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			675.000,00	3,55
Outras receitas correntes	419000000000000	S	78.100,00	0,41
Multas administrativas, contratuais e judiciais	419100000000000	S	65.000,00	0,34
Multas previstas em legislação específica	419100100000000	S	65.000,00	0,34
Multas previstas em legislação específica	419100110000000	S	65.000,00	0,34
Multas previstas em legislação específica - principal	419100111000000	S	65.000,00	0,34
Multas de Transito	419100111010000	A	65.000,00	0,34
01100000 Convênio de Trânsito - Militar			21.125,00	0,11
01110000 Convênio de Trânsito - Civil			21.125,00	0,11
01120000 Convênio de Trânsito Prefeitura			22.750,00	0,12
Demais receitas correntes	419900000000000	S	13.100,00	0,07
Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	419901200000000	S	100,00	0,00
Ônus de sucumbência	419901220000000	S	100,00	0,00
Ônus de sucumbência - principal	419901221000000	A	100,00	0,00
01000000 Recursos Ordinários			100,00	0,00
Outras receitas	419909900000000	S	13.000,00	0,07
Outras receitas - primárias	419909910000000	S	13.000,00	0,07
Outras receitas - primárias - principal	419909911000000	S	13.000,00	0,07
Restituição Valores recebidos indevidos	419909911030000	A	2.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			2.000,00	0,01
Receita restituição Multa de Transito	419909911040000	A	2.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			2.000,00	0,01
Receita FPO	419909911050000	A	8.000,00	0,04
01020000 Receitas de Impostos - Saúde			8.000,00	0,04
Outras Receitas	419909911090000	A	1.000,00	0,01
01000000 Recursos Ordinários			1.000,00	0,01
Receitas de capital	420000000000000	S	1.000.000,00	5,26
Alienação de bens	422000000000000	S	60.000,00	0,32
Alienação de bens móveis	422100000000000	S	60.000,00	0,32
Alienação de bens móveis e semoventes	422130000000000	S	60.000,00	0,32
Alienação de bens móveis e semoventes	422130010000000	S	60.000,00	0,32
Alienação de bens móveis e semoventes - principal	422130011000000	S	60.000,00	0,32
Alienação Bens Moveis - Saúde	422130011010000	A	10.000,00	0,05
01880000 Alienação Bens Dest. Programas Saúde			10.000,00	0,05
Alienação Bens Móveis - Educação	422130011020000	A	10.000,00	0,05
01870000 Alienação Bens Dest. Educação Básica			10.000,00	0,05
Alienação Bens Móveis - Outros	422130011030000	A	40.000,00	0,21
01890000 Alienação Bens Dest.Outros Programas			40.000,00	0,21
Transferências de capital	424000000000000	S	940.000,00	4,95
Transferências da união e de suas entidades	424100000000000	S	600.000,00	3,16
Transferências da união	424180000000000	S	600.000,00	3,16
Transferência de convênios da união e de suas entidades	424181000000000	S	600.000,00	3,16
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	424181010000000	S	150.000,00	0,79
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - principal	424181011000000	A	150.000,00	0,79
01335400 Transf. de Convênios da União Saude			150.000,00	0,79
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	424181020000000	S	150.000,00	0,79
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	424181021000000	A	150.000,00	0,79
01325400 Transf.Convênios-União/Educação			150.000,00	0,79
Outras transferências de convênios da união	424181090000000	S	300.000,00	1,58
Outras transferências de convênios da união - principal	424181091000000	A	300.000,00	1,58
01345400 Transf. de Convênios da União Outros			300.000,00	1,58
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	424200000000000	S	340.000,00	1,79
Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	424280000000000	S	340.000,00	1,79

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	42428100000000	S	335.000,00	1,76
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	42428101000000	S	100.000,00	0,53
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	42428101100000	A	100.000,00	0,53
01635500 Transf. de Convênios do Estado Saude			100.000,00	0,53
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação	42428102000000	S	100.000,00	0,53
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação - principal	42428102100000	A	100.000,00	0,53
01625500 Transf.Convênio -Estado/Educação			100.000,00	0,53
Outras transferências de convênio dos estados	42428109000000	S	135.000,00	0,71
Outras transferências de convênio dos estados - principal	42428109100000	A	135.000,00	0,71
01645500 Transf.Convênio -Estado/Outros			135.000,00	0,71
Outras transferências dos estados	42428990000000	S	5.000,00	0,03
Outras transferências dos estados	42428991000000	S	5.000,00	0,03
Outras transferências dos estados - principal	42428991100000	A	5.000,00	0,03
01650000 Transf.Sistema único - SUAS/Estado			5.000,00	0,03
Deduções da receita	90000000000000	S	(2.531.000,00)	(13,32)
Receitas correntes	91000000000000	S	(2.531.000,00)	(13,32)
Transferências correntes	91700000000000	S	(2.531.000,00)	(13,32)
Transferências da união e de suas entidades	91710000000000	S	(1.526.000,00)	(8,03)
Transferências da união - específica e/m	91718000000000	S	(1.526.000,00)	(8,03)
Participação na receita da união	91718010000000	S	(1.523.000,00)	(8,02)
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	91718012000000	S	(1.520.000,00)	(8,00)
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	91718012100000	A	(1.520.000,00)	(8,00)
01010000 Receitas de Impostos - Educação			(1.520.000,00)	(8,00)
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	91718015000000	S	(3.000,00)	(0,02)
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	91718015100000	A	(3.000,00)	(0,02)
01010000 Receitas de Impostos - Educação			(3.000,00)	(0,02)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	91718060000000	S	(3.000,00)	(0,02)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	91718061000000	S	(3.000,00)	(0,02)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	91718061100000	A	(3.000,00)	(0,02)
01010000 Receitas de Impostos - Educação			(3.000,00)	(0,02)
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	91720000000000	S	(1.005.000,00)	(5,29)
Transferências dos estados - específica e/m	91728000000000	S	(1.005.000,00)	(5,29)
Participação na receita dos estados	91728010000000	S	(1.005.000,00)	(5,29)
Cota-parte do ICMS	91728011000000	S	(900.000,00)	(4,74)
Cota-parte do ICMS - principal	91728011100000	A	(900.000,00)	(4,74)
01010000 Receitas de Impostos - Educação			(900.000,00)	(4,74)
Cota-parte do IPVA	91728012000000	S	(90.000,00)	(0,47)
Cota-parte do IPVA - principal	91728012100000	A	(90.000,00)	(0,47)
01010000 Receitas de Impostos - Educação			(90.000,00)	(0,47)
Cota-parte do IPI - municípios	91728013000000	S	(15.000,00)	(0,08)
Cota-parte do IPI - municípios - principal	91728013100000	A	(15.000,00)	(0,08)
01010000 Receitas de Impostos - Educação			(15.000,00)	(0,08)
Total:			19.000.000,00	100,00

PROGRAMA DE GOVERNO:
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2001 - MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO.	PRODUTO	UNID. MED.	META	713.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
2043 - Câmara Mirim	PRODUTO	UNID. MED.	META	713.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				7.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA:				720.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2002 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	MANUTENCAO	Ano	1,0000	410.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				410.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVOS:
Manter os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais, controle dos atos de pessoal, licitações e compras diretas, tributação e serviços gerais de administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2003 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	MANUTENCAO	Ano	1,0000	1.048.000,00	-
				1.048.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2004 - MANUTENCAO DA SEGURANCA PUBLICA	PRODUTO	UNID. MED.	META	108.700,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				17.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				25.200,00	01000200 - Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros
				21.775,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar
				21.775,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil
				22.950,00	01120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura
2034 - DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA	PRODUTO	UNID. MED.	META	137.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				137.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				1.293.700,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0004 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVOS:

Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

AÇÕES					VALOR	RECURSOS
1 - AMORTIZACAO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DIVIDA	PRODUTO	UNID. MED.	META			
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		233.703,70	-
					233.703,70	01000000 - Recursos Ordinários
2 - CONTRIBUICAO AO PASEP	PRODUTO	UNID. MED.	META		200.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		200.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
					240.000,00	-
3 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	PRODUTO	UNID. MED.	META		240.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		240.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:					673.703,70	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0005 - FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO

OBJETIVOS:

Dispor de assessoria técnica e fortalecer o movimento municipalista regional, estadual e nacional

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2005 - CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTA	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	ASSOCIACAO	Ano	3.0000	161.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				161.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0006 - PRODUTOR RURAL ASSISTIDO

OBJETIVOS:

Assistência técnica e com equipamentos aos pequenos produtores rurais, aquisição de novos equipamentos, realização de eventos, construção de agroindústrias e apoio ao Associativismo e Diversificação de Culturas

AÇÕES					VALOR	RECURSOS
1001 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA	PRODUTO	UNID. MED.	META		141.500,00	-
	BEM	UN	1,0000			
	OBRA	Nº	0,2500			
					5.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
					136.500,00	01345400 - Transf. de Convênios da União Outros
					755.000,00	-
2006 - MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E ME	PRODUTO	UNID. MED.	META		755.000,00	
	MANUTENCAO	Ano	1,0000			
2007 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DIV. DE	PRODUTO	UNID. MED.	META		80.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000			
2008 - RECUPERACAO DO SOLO	PRODUTO	UNID. MED.	META		48.100,00	-
	PESSOAS	UN	200,0000			
2009 - RECUPERACAO E CONCIENTIZACAO AMBIENTAL	PRODUTO	UNID. MED.	META		10.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:					1.034.600,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0007 - SAÚDE PARA TODOS

OBJETIVOS:

Melhoria da unidade de saúde, implantação de mais unidades de saúde, aquisição de veículos e equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura. Realização de medicina preventiva e melhoria nas condições de saúde da população

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1004 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	BEM	UN	1.0000	270.500,00	-
	OBRA	UN	1.0000	10.000,00	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde
				150.000,00	01335400 - Transf. de Convênios da União Saúde
				100.000,00	01635500 - Transf. de Convênios do Estado Saúde
				10.500,00	01880000 - Alienação Bens Dest. Programas Saúde
				3.151.041,00	-
2011 - Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD	PESSOAS	UN	5.207.0000	1.767.141,00	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde
				163.000,00	01380100 - Atenção Básica
				282.000,00	01380200 - Gestão do SUS - ESF
				42.000,00	01380300 - Gestão do SUS - SAÚDE BUCAL
				158.000,00	01380400 - Gestão do SUS - PACS
				100.000,00	01380700 - NASF - Núcleo Apoio da Família - Federal
				36.200,00	01380800 - Assistência Farmacêutica Básica Federal
				36.000,00	01381000 - Academia de Saúde
				200.000,00	01381100 - Pmaq
				200.000,00	01381200 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União
				5.000,00	01670000 - Assistência Sist.Único - SUS/Estado
				100.500,00	01670100 - Atenção Básica - Cofinanciamento Estado
				30.200,00	01670200 - NASF Estadual
				31.000,00	01670800 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado
				1.250.200,00	-
2013 - AUXILIO PARA ASSOCIACAO HOSPITALAR	ASSOCIACAO	Ano	1.0000	1.050.000,00	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde
				200.200,00	01380900 - Transf - SUS BLMAC

PROGRAMA DE GOVERNO:
0007 - SAÚDE PARA TODOS

OBJETIVOS:

Melhoria da unidade de saúde, implantação de mais unidades de saúde, aquisição de veículos e equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura. Realização de medicina preventiva e melhoria nas condições de saúde da população

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2014 - ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE	PRODUTO	UNID. MED.	META		
				72.300,00	-
				13.200,00	01000400 - Recursos Ordinários - Alvará Sanitário
				4.700,00	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde
				18.200,00	01381500 - Vigilância em Saúde - Sanitária
				36.200,00	01381600 - Vigilância em Saúde - Epidemiologia
TOTAL DO PROGRAMA:				4.744.041,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0008 - PROGRAMA PARA ATENDIMENTO Á CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

OBJETIVOS:

Elaboração de Plano de Assistência às crianças e adolescentes de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos e prevenção, descobrindo suas potencialidades, envolvendo o Município, os conselhos e as famílias

AÇÕES					VALOR	RECURSOS
2012 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	PRODUTO	UNID. MED.	META		125.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1.0000			
					125.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2015 - PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO	PRODUTO	UNID. MED.	META		96.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1.0000			
					96.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2044 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA	PRODUTO	UNID. MED.	META		18.000,00	-
					18.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:					239.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0009 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVOS:

Apoiar as famílias e indivíduos na garantia de seus direitos de cidadania com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária; oferecer serviços continuados de acompanhamento social às famílias; proporcionar proteção pro-ativa, visitando as famílias que estejam em condição de risco; Criar Alternativas de renda para as famílias, auxiliando para que descubram suas potencialidades para melhoria de sua qualidade de vida

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2016 - ATENCAO AS FAMILIA CARENTES	PRODUTO	UNID. MED.	META	511.700,00	-
	PESSOAS	UN	500.0000		
2017 - APOIO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	PRODUTO	UNID. MED.	META	452.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	PESSOAS	UN	20.0000		
2018 - APOIO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.000,00	01350000 - Transf. Sist. Único A. Social-SUAS/União
	PESSOAS	UN	12.100,00		
2019 - APOIO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	PRODUTO	UNID. MED.	META	20.200,00	01350300 - IGDF - Bolsa Família
	PESSOAS	UN	25.400,00		
2020 - APOIO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	PRODUTO	UNID. MED.	META	5.000,00	01650000 - Transf. Sistema único - SUAS/Estado
	PESSOAS	UN	20.0000		
2038 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	PRODUTO	UNID. MED.	META	5.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	MANUTENCAO	Ano	1.0000		
2039 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	PRODUTO	UNID. MED.	META	262.800,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1.0000		
2040 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	PRODUTO	UNID. MED.	META	73.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	MANUTENCAO	Ano	1.0000		
2041 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	PRODUTO	UNID. MED.	META	73.400,00	01350100 - Proteção e Atendimento Integral à Família
	MANUTENCAO	Ano	1.0000		
2042 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	PRODUTO	UNID. MED.	META	116.400,00	01350400 - Fortalecimento Vínculos de Convivência
	MANUTENCAO	Ano	1.0000		
TOTAL DO PROGRAMA:				779.500,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0010 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

OBJETIVOS:

Melhoria e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental e Infantil, aquisição de equipamentos para as Escolas, melhoria das condições do Transporte Escolar, Diversificação da Merenda Escolar, Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento especializado para alunos com Dificuldade de Aprendizagem.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1007 - AMPLIACAO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENSINO FUND	PRODUTO	UNID. MED.	META	290.000,00	-
				30.000,00	01010000 - Receitas de Impostos - Educação
				150.000,00	01325400 - Transf. Convênios-União/Educação
				100.000,00	01625500 - Transf. Convênio - Estado/Educação
				10.000,00	01870000 - Alienação Bens Dest. Educação Básica
2020 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES)	PRODUTO	UNID. MED.	META	839.500,00	-
				5.000,00	01000300 - Recursos Ordinários - Convênio Empresas
				285.000,00	01010000 - Receitas de Impostos - Educação
				330.000,00	01180000 - Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério)
				214.500,00	01190000 - Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)
2022 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	PRODUTO	UNID. MED.	META	5.000,00	01325400 - Transf. Convênios-União/Educação
				2.323.467,00	-
				238.467,00	01010000 - Receitas de Impostos - Educação
				1.451.000,00	01180000 - Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério)
				462.500,00	01190000 - Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)
2023 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	PRODUTO	UNID. MED.	META	170.000,00	01360000 - T Salário Educação
				1.500,00	01625500 - Transf. Convênio - Estado/Educação
				1.080.500,00	-
				530.000,00	01010000 - Receitas de Impostos - Educação
				131.500,00	01360000 - T Salário Educação
				120.200,00	01370200 - Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar
				298.800,00	01625500 - Transf. Convênio - Estado/Educação

PROGRAMA DE GOVERNO:
0010 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

OBJETIVOS:

Melhoria e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental e Infantil, aquisição de equipamentos para as Escolas, melhoria das condições do Transporte Escolar, Diversificação da Merenda Escolar, Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento especializado para alunos com Dificuldade de Aprendizagem.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2024 - MERENDA ESCOLAR	PRODUTO	UNID. MED.	META	165.200,00	-
	ALUNO	UN	587,0000		
2025 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)	PRODUTO	UNID. MED.	META	70.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	ALUNO	UN	131,0000	20.100,00	01000300 - Recursos Ordinários - Convênio Empresas
				75.100,00	01370100 - Programa Nacional de Alimentação Escolar
2042 - Educação Especial	PRODUTO	UNID. MED.	META	283.000,00	-
	ALUNO	UN	131,0000	33.000,00	01010000 - Receitas de Impostos - Educação
				250.000,00	01180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
TOTAL DO PROGRAMA:	PRODUTO	UNID. MED.	META	30.000,00	-
	ALUNO	UN	131,0000	30.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				5.011.667,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0011 - ESPORTE É VIDA

OBJETIVOS:

Estimular a prática esportiva para todos, e desta forma descobrir novos talentos e dar direito à população de participar das competições independente de idade ou sexo

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
PRODUTO	UNID. MED.	META		160.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1.0000		
2028 - APOIO AO ESPORTE AMADOR				160.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				160.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0012 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS:

Permitir que a população de Vitor Meireles tenha acesso às informações Reginais através dos telejornais e difusão de sinais de celular

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2030 - MANUT. E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	MANUTENCAO	Ano	1,0000	20.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				20.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0013 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO

OBJETIVOS:

Promover atividades culturais e turísticas

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2010 - INCENTIVO AO TURISMO	PRODUTO	UNID. MED.	META	15.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				15.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2018 - VALORIZAÇÃO DA MULHER	PRODUTO	UNID. MED.	META	12.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				12.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2021 - FESTIVIDADES E EVENTOS OFICIAIS	PRODUTO	UNID. MED.	META	40.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				40.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	PRODUTO	UNID. MED.	META	122.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				122.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2041 - INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	PRODUTO	UNID. MED.	META	65.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
				65.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				254.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0014 - ESTRADAS VICINAIS

OBJETIVOS:
Permitir a escoação da produção, o transporte escolar e o acesso as propriedades a qualquer tempo

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	BEI	UN	1,0000	101.000,00	-
				10.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				50.000,00	01645500 - Transf Convênio -Estado/Outros
				41.000,00	01890000 - Alienação Bens Dest. Outros Programas
2033 - MANUTENÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PRODUTO MANUTENCAO	UNID. MED. Ano	META 1,0000	1.972.488,30	-
				1.820.488,30	01000000 - Recursos Ordinários
				25.100,00	01070000 - Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE
				70.400,00	01390000 - Fundo Especial de Petróleo
				56.500,00	01645500 - Transf Convênio -Estado/Outros
TOTAL DO PROGRAMA:				2.073.488,30	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0015 - URBANIZAÇÃO DE VIAS

OBJETIVOS:

Melhorar as condições de habitabilidade nas vias de maior movimento de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que caminham nas principais vias urbanas da cidade

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1016 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	METROS QUADRADOS	M2	5.000,0000	273.500,00	-
				5.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				163.500,00	01345400 - Transf. de Convênios da União Outros
				20.000,00	01390000 - Fundo Especial de Petróleo
TOTAL DO PROGRAMA:				85.000,00	01645500 - Transf. Convênio - Estado/Outros
				273.500,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0016 - APOIO AO ESTUDANTE

OBJETIVOS:

Colaborar com a Profissionalização dos municípios através de cursos de Nível Médio e/ou profissionalizantes, e Superior

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
2026 - APOIO AO ENSINO MEDIO E CURSOS PROFISSIONALIZANTE	ALUNO	UN	77,0000	120.000,00	-
				20.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2027 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESPECIALIZAÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	100.000,00	01625500 - Transf Convênio - Estado/Educação
	ALUNO	UN	55,0000	50.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				170.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0017 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

OBJETIVOS:
Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa e melhorar as áreas de lazer

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2035 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	PRODUTO	UNID. MED.	META	240.800,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
2036 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	PRODUTO	UNID. MED.	META	330.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
2037 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	PRODUTO	UNID. MED.	META	100.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
2039 - SANEAMENTO BÁSICO	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.000,00	-
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
TOTAL DO PROGRAMA:				672.800,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0018 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

OBJETIVOS:

Planejar as ações de Governo, elaborar projetos e acompanhar sua execução, Plano Diretor e Políticas de Saneamento Básico, incentivar a Indústria e Comércio para Geração de Emprego e Renda

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2029 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	MANUTENCAO	Ano	1,0000	230.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				230.000,00	-
					01000000 - Recursos Ordinários

PROGRAMA DE GOVERNO:
0019 - DEFESA CIVIL MUNICIPAL

OBJETIVOS:

Coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	MANUTENCAO	Ano	1,0000		
1002 - OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO				3.000,00	-
				3.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2031 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL				1.000,00	-
				1.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				4.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0020 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVOS:

Implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2019 - FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	PESSOAS	UN	20.0000	45.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				45.000,00	-

PROGRAMA DE GOVERNO:
0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVOS:
Reserva de Contingência

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA				30.000,00	-
				30.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				30.000,00	-
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS:				19.000.000,00	



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Entidade(s): Consolidado
Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	58.500,00	93.700,00	53.650,00
Alienação de Bens Imóveis	47.900,00	93.700,00	23.150,00
Alienação de Bens Intangíveis	10.600,00	0,00	30.500,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	53.019,94	91.700,00	30.292,96
Investimentos	53.019,94	91.700,00	30.292,96
Financiamentos	53.019,94	48.493,72	30.292,96
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	43.206,28	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2017 (g) = ((a - II d) + III h)	2016 (h) = ((b - II e) + III i)	2015 (i) = ((c - II f)
VALOR (III)	30.837,10	25.357,04	23.357,04

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES. Emissão: 17/10/2018, às 09:00:58.



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade(s): Consolidado

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

	2017	%	2016	%	2015	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	13.484.749,95	100,00 %	11.643.059,49	100,00 %	6.476.598,85	82,23 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	1.399.623,36	17,77 %
TOTAL	13.484.749,95	100,00 %	11.643.059,49	100,00 %	7.876.222,21	100,00 %

R\$ 1,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES. Emissão: 17/10/2018, às 09:02:29.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Riscos Fiscais
LDO: 2019

PASSIVOS CONTINGENTES		Valor	PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição			Descrição		Valor
Intempérie (Enchente, vendaval, granizo, geada, nevasca, estiagem)		R\$ 10.000,00	Cobrir despesas causadas por fatores climáticos		R\$ 10.000,00
Surtos Epidêmicos		R\$ 0,00			
Decisões Judiciais (Ações trabalhistas e precatórios)		R\$ 10.000,00	Pagar Possíveis decisões judiciais, de pequeno valor, desfavoráveis ao município		R\$ 10.000,00
Indenização por rescisões contratuais ou de outra natureza		R\$ 0,00			
Perda de depósitos judiciais em favor do Estado questionados no Judiciário		R\$ 0,00			
Outros passivos contingentes (especificar)		R\$ 0,00			
SUBTOTAL		R\$ 20.000,00	SUBTOTAL		R\$ 20.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		Valor	PROVIDÊNCIAS		
Descrição			Descrição		Valor
Fatos do príncipe (Alterações na legislação vigente que acarretam aumento inesperados de despesas)		R\$ 0,00			
Redução de receitas por colapso econômico		R\$ 10.000,00	Manter o Equilíbrio Financeiro, quando a limitação de empenho não for possível ou insuficiente		R\$ 10.000,00
Garantias concedidas não cumpridas, inclusive fundos de aval		R\$ 0,00			
SUBTOTAL		R\$ 10.000,00	SUBTOTAL		R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 30.000,00	TOTAL		R\$ 30.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Data Emissão: 17/10/2018 Hora Emissão: 09:03

Nota Explicativa:

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito



MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2019	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	850.000,00	
(-) Transferências Constitucionais	585.000,00	
(-) Transferências ao FUNDEB	80.000,00	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	185.000,00	
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00	
Margem Bruta (III) = (I+II)	185.000,00	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	75.000,00	
Novas DOCC	75.000,00	
Novas DOCC geradas por PPP	0,00	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	110.000,00	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES. Emissão: 17/10/2018, às 09:04:51.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	17.500.000,00	17.300.000,00		18.250.000,00		19.000.000,00		19.950.000,00		20.900.000,00		
Receitas Primárias (I)	17.303.000,00	17.117.850,00	(1,07)	18.111.800,00	(1,07)	18.903.200,00	5,49	19.848.360,00	5,00	23.763.520,00	19,73	
Despesa Total	17.500.000,00	17.300.000,00	(1,14)	18.250.000,00	(1,14)	19.000.000,00	5,49	19.950.000,00	5,00	20.900.000,00	4,76	
Despesas Primárias (II)	17.193.000,00	17.012.000,00	(1,05)	18.140.238,20	(1,05)	18.766.296,30	6,63	19.706.247,04	5,01	20.642.925,93	4,75	
Resultado Primário (III) = (I-II)	110.000,00	105.850,00	(3,77)	(28.438,20)	(3,77)	136.903,70	(126,87)	142.112,96	3,81	3.120.594,07	2.095,85	
Resultado Nominal	246.223,66	170.000,00	(30,96)	687.298,58	(30,96)	239.869,38	304,29	(175.948,36)	(173,35)	(277.523,62)	57,73	
Dívida Pública Consolidada	380.000,00	200.000,00	(47,37)	1.100.000,00	(47,37)	916.666,58	450,00	672.222,02	(26,67)	427.777,46	(36,36)	
Dívida Consolidada Líquida	(620.000,00)	(50.000,00)	(91,94)	414.953,44	(91,94)	(929,91)	(929,91)	(538.344,25)	42,00	(798.317,13)	48,29	

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	20.412.000,00	18.684.000,00	(8,47)	18.250.000,00	(2,32)	19.000.000,00	4,11	18.644.859,81	(1,87)	19.532.710,28	4,76	
Receitas Primárias (I)	20.182.219,20	18.487.278,00	(8,40)	18.111.800,00	(2,03)	18.903.200,00	4,37	18.549.869,16	(1,87)	22.208.897,20	19,73	
Despesa Total	20.412.000,00	18.684.000,00	(8,47)	18.250.000,00	(2,32)	19.000.000,00	4,11	18.644.859,81	(1,87)	19.532.710,28	4,76	
Despesas Primárias (II)	20.053.915,20	18.372.960,00	(8,38)	18.140.238,20	(1,27)	18.766.296,30	3,45	18.417.053,31	(1,86)	19.292.454,14	4,75	
Resultado Primário (III) = (I-II)	128.304,00	114.318,00	(10,90)	(28.438,20)	(124,88)	136.903,70	(581,41)	132.815,85	(2,99)	2.916.443,06	2.095,85	
Resultado Nominal	287.195,28	183.600,00	(36,07)	687.298,58	274,35	239.869,38	(65,10)	(164.437,72)	(168,55)	(259.367,87)	57,73	
Dívida Pública Consolidada	443.232,00	216.000,00	(51,27)	1.100.000,00	409,26	916.666,58	(16,67)	628.244,88	(31,46)	399.792,02	(36,36)	
Dívida Consolidada Líquida	(723.168,00)	(54.000,00)	(92,53)	414.953,44	(868,43)	(379.110,88)	(191,36)	(503.125,47)	32,71	(746.090,78)	48,29	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES. Emissão: 17/10/2018, às 09:06:51.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100
Receita Total	19.000.000,00	18.095.238,10	0,006	105,56	19.950.000,00	17.757.009,35	6,2
Receitas Primárias (I)	18.903.200,00	18.003.047,62	0,006	105,02	19.848.360,00	17.666.542,06	6,2
Despesa Total	19.000.000,00	18.095.238,10	0,006	105,56	19.950.000,00	17.757.009,35	6,2
Despesas Primárias (II)	18.766.296,30	17.872.663,14	0,006	104,26	19.706.247,04	17.540.050,77	6,1
Resultado Primário (III) = (I-II)	136.903,70	130.384,48	0,000	0,76	142.112,96	126.491,29	0,0
Resultado Nominal	239.869,38	228.447,03	0,000	1,33	(175.948,36)	(156.607,35)	-0,0
Dívida Pública Consolidada	916.666,58	873.015,79	0,000	5,09	672.222,02	598.328,46	0,2
Dívida Consolidada Líquida	(379.110,88)	(361.057,98)	-0,000	-2,11	(538.344,25)	(479.167,11)	-0,2
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,0
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,0

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES. Emissão: 17/10/2018, às 09:09:42.

BENTO FRANCISCO SILVY Prefeito

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 0006/2018

Publicação Nº 1775632

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0006/2018, MENOR PREÇO POR ITEM tendo como objeto Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde, conforme Edital e seus anexos, com recursos de emendas parlamentares. O recebimento das propostas será das 09h00min do dia 22 de outubro de 2018 às 07h30min do dia 08 de novembro de 2018, e o início da disputa às 08h30min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.bllcompras.org.br.

O recebimento das propostas será das 08h00min do dia 22 de outubro de 2018 às 07h30min do dia 08 de novembro de 2018, e o início da disputa às 08h30min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.bllcompras.org.br.

Xanxerê-SC, 15 de outubro de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO A ATA RP Nº 0135/2018

Publicação Nº 1775477

Extrato 2º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0135/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Siviero Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10, com fornecimento em comodato de um tanque de duas repartições com duas bombas separadas para armazenamento dos combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Fica reajustado o valor unitário dos itens, conforme relacionados em tabela abaixo, tendo em vista tendo em vista a alta no valor de acordo com Requerimento da Detentora da Ata e Parecer do Comitê Gestor sob nº 447/2018:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	ÓLEO DIESEL S-500	Litro	R\$ 3,29	R\$ 3,35
02	ÓLEO DIESEL S-10	Litro	R\$ 3,43	R\$ 3,48

Xanxerê-SC, em 17 de outubro de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

PORTARIA RH-AM 482/2018

Publicação Nº 1775754

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 482/2018
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77. e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 15.11.2018 a 14.12.2018 ao Servidor Público Municipal o Sr. RONALDO LUZZI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê SC, portador do RG nº 4.244.996, CPF nº 056.279.919-25, nomeado pelo Decreto nº BLB 089/2011, para o cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e cedido para desempenhar atividades profissionais no Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê – 3ª Companhia de Bombeiro Militar, observando o horário estabelecido pela mesma.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
21.03.2017 a 20.03.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 483/2018

Publicação Nº 1775755

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 483/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e Lei HW 1.776/91 Art. 78 e Decreto nº. AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 05.11.2018 a 04.12.2018 ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONINHO RONELSO DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG n.º 2.076.389 e CPF n.º 669.445.389-20, nomeado conforme Decreto nº AM 087/03 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e cedido para desempenhar suas atividades inerentes ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

10.03.2017 a 09.03.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 484/2018

Publicação Nº 1775756

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 484/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 01.11.2018 a 20.11.2018 ao Servidor Público Municipal o Sr. SADI GIBIKOSKI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê SC, portador do RG nº 2.070.329 e CPF nº 647.476.899-15, nomeado pelo Decreto nº JB 423/94, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

12.06.2017 a 11.06.2018 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 485/2018

Publicação Nº 1775757

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 485/2018
CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER férias por um período de 10 (dez) dias a partir de 17.10.2018 a 26.10.2018 ao Servidor Público Municipal Sr. JADER ADRIEL DANIELLI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG n.º 3.407.215 e CPF n.º 945.060.869-53, nomeado conforme Decreto nº AM 002/2017 no Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento datado de 16 de Outubro de 2018, sendo as férias referente ao período de:

02.01.2017 a 01.01.2018 =
10 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 16 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 486/2018

Publicação Nº 1775758

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 486/2018
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69

inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 16.10.2018 a 30.10.2018 ao Servidor Público Municipal, Sr. VALDIR ADILIO MARICAL, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC, portador da CI nº 1.278.115 e CPF nº 346.964.159-53, nomeado conforme Decreto nº AM 099/03, no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003811/2018 datado de 16.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:
10.03.2003 a 24.07.2006 = 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 16.10.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 16 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 487/2018

Publicação Nº 1775759

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 487/2018
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 01.11.2018 a 30.11.2018 ao Servidor Público Municipal o Sr. SADY MEIRELLES DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê SC, portador do RG nº 1.695.052-6 e CPF nº 573.687.409-15, nomeado pelo Decreto JB nº 502/94, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
15.08.2017 a 14.08.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 16 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 488/2018

Publicação Nº 1775760

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 488/2018
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 17.10.2018 a 15.11.2018 ao Servidor Público Municipal o Sr. MANOEL DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1.272.283 e CPF nº 572.793.819-87, nomeado conforme Decreto nº JB 201/95, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003818/2018 datado de 16.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 17.10.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 16 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 489/2018

Publicação Nº 1775761

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 489/2018
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 24.10.2018 a 22.11.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SOLANGE DE FATIMA MAZOCCO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.785.013 e CPF nº 707.626.439-00, nomeada conforme Decreto nº AM 140/2002, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003826/2018 datado de 17.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 24.10.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 490/2018

Publicação Nº 1775762

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 490/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 12.11.2018 a 01.12.2018 a Servidora Pública Municipal Sra. EDNA REGINA TURELLA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.720.230 e CPF n.º 017.460.689-30, nomeada conforme Decreto n.º AM 091/2002, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
18.07.2016 A 17.07.2017 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 17 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ANULAÇÃO PP 034/2018 PMXV

Publicação Nº 1775690

AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018 PMXV
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Enoir Fazolo, TORNA PÚBLICO, que por meio deste a ANULAÇÃO do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018 PMXV, ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 062/2018 PMXV, 063/2018 PMXV, 064/2018 PMXV, 065/2018 PMXV e 066/2018 PMXV, devido a medidas corretivas no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.xavantina.sc.gov.br.

Xavantina - SC, em 17 de outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ATA PL 062.2018 PMXV

Publicação Nº 1775681

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 062/2018 – Pregão Presencial nº 046/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de expediente e escolar para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/129192>

Xavantina, 17 de outubro de 2018.

Pregoeiro: CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: VANIA SALETE MIRANDOLLI

JOSELINO LUIZ NAISSINGER

EXTRATO CONTRATUAL CT 067/2018 PMXV

Publicação Nº 1776173

Contrato Nº: CT 067/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA. Contratada: JOHN RR SEGURANCA LTDA – ME. Valor: 4.008,00 (quatro mil e oito reais). Vigência: Início: 16/10/2018 Término: 31/12/2018. Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços. Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARA O "II FESTIVAL DA CANÇÃO" A SER REALIZADO NOS DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2018, CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO 2018TR844, REFERENTE AO CONTRATO 067/2018 PMXV.

EXTRATO CONTRATUAL CT 068/2018 PMXV

Publicação Nº 1776175

Contrato Nº: CT 068/2018. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA. Contratada: IVAR PELIZARI CARA ME - CASA DAS TINTAS. Valor: 930,00 (novecentos e trinta reais). Vigência: Início: 16/10/2018 Término: 31/12/2018. Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços. Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, PARA O "II FESTIVAL DA CANÇÃO" A SER REALIZADO NOS DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2018, CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO 2018TR844, REFERENTE AO CONTRATO 068/2018 PMXV. Xavantina, 17 de Outubro de 2018.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2018 - INEXIGIBILIDADE Nº 008/2018

Publicação Nº 1776222

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE XAXIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Procedimento Licitatório nº 102/2018
Edital: Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento nº 008/2018

O Município de Xaxim Torna Público, aos interessados que se encontra aberto o Edital de Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de lavagens automotivas em geral, para manutenção e conservação de veículos e máquinas pertencentes à frota do Município de Xaxim. O credenciamento dos interessados se dará a partir do dia 19/10/2018.

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 16 de outubro de 2018. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.0043/2018

Publicação Nº 1775616

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE XAXIM EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 0043/2018

Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa para o recolhimento e destinação adequada de animais mortos (suínos, bovinos e aves) no Município de Xaxim.

Fornecedor:

ITEM	EMPRESA
1,2	CBRASA INDUSTRIA E COMERCIO S/A

Valor Total estimado da Ata: R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais).

Vigência do Registro de Preço: 16/10/2018 a 16/10/2019.

Licitação: Processo de Compra 100/2018 - Pregão Presencial para Registro de Preços 057/2018.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0070/2018

Publicação Nº 1775709

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE XAXIM
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0070/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: I S COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Objeto: Aquisição de Veículo tipo Utilitário de Carga para manutenção das atividades desenvolvidas junto a secretaria de infraestrutura

Valor: R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais).

Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.48.00.00.00 (125/2018)

Vigência: 16 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.

Licitação: Processo de Licitação nº 099/2018, modalidade Pregão Presencial Nº. 056/2018.

Xaxim-SC, 16 de Outubro de 2018. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

DECRETO 279/2018 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1776305

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 279/18, de 16 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 3.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Secretaria de Administração

04.01 - 06.181.0601 - 2.049 - 010/2018 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Secretaria de Administração

04.01 - 06.181.0601 - 2.049 - 011/2018 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 3.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO N. 267/2018

Publicação Nº 1776338

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 267/18, de 5 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 80.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

08.02 - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

08.02 - 20.606.2001 - 2.065 - 057/2018 - 3.1.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 80.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

08.02 - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

08.02 - 20.606.2001 - 2.065 - 059/2018 - 4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 80.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 5 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO N. 271/2018

Publicação Nº 1776340

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 271/18, de 5 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 11.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.02 - Fundo Mun. de Melhoria da Polícia Militar

04.02 - 06.181.0601 - 2.039 - 013/2018 - 3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0010.000000 11.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.02 - Fundo Mun. de Melhoria da Polícia Militar

04.02 - 06.181.0601 - 2.039 - 017/2018 - 4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0010.000000 11.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 5 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO N. 275/2018

Publicação Nº 1776342

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 275/18, de 16 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 20.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

09.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

09.01 - 22.661.2201 - 2.031 - 062/2018 - 3.1.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

09.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

09.01 - 22.661.2201 - 2.031 - 063/2018 - 3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 15.000,00

09.01 - 22.661.2201 - 2.031 - 064/2018 - 4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 5.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO N. 276/2016

Publicação Nº 1776343

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 276/18, de 16 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 10.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria de Esportes e Lazer

11.01 - Secretaria de Esportes e Lazer

11.01 - 27.812.2701 - 2.033 - 102/2018 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria de Esportes e Lazer

11.01 - Secretaria de Esportes e Lazer

11.01 - 27.812.2701 - 2.033 - 100/2018 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 10.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO N. 277/2018

Publicação Nº 1776344

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 277/18, de 16 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 180.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 108/2018 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 180.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 106/2018 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 70.000,00

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 107/2018 - 3.2.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 10.000,00

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 109/2018 - 4.6.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 100.000,00

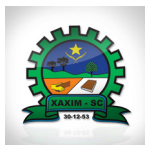
Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO N. 278/2018

Publicação Nº 1776345

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 278/18, de 16 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2018.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4307/17 de 15 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 39.175,60 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria da Infraestrutura

07.01 - Secretaria da Infraestrutura

07.01 - 15.451.1501 - 1.008 - 123/2018 - 4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0083.000000 39.175,60

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.1.0083.000000 - Excesso de arrecadação 39.175,60

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Consórcios

AGIR

DECISÃO 43/2018 - PROC. ADMINISTRATIVO 88/2018 - AUTO VIAÇÃO RAINHA LTDA. E MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC

Publicação Nº 1775638

Decisão 043/2018

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 088/2018.

OBJETO: Reajuste tarifário dos serviços de Transporte Público coletivo de Passageiros do município de Indaial/SC.

SOLICITANTE: Auto Viação Rainha Ltda.

INTERESSADOS: Auto Viação Rainha Ltda. e Município de Indaial/SC.

Relatório:

O Município de Indaial é, nos termos legais, integrante do Consórcio Público da AGIR, e como tal, delegou a esta, a regulação e à fiscalização dos seus serviços de transporte público coletivo de passageiros, no momento sendo executado, de forma precária, pela empresa AUTO VIAÇÃO RAINHA LTDA. A Agência, dentre suas competências, como se depreende dos termos do Ofício nº 488/2018 de 29.08.2018, verificando em seus controles internos de que até aquela data, a empresa e o município não haviam se pronunciado no sentido de aplicar à tarifa, o reajuste anual, encaminhou o citado ofício para a administração municipal.

Em 21.09.2018, foi recebido o despacho exarado pelo Exmo. Senhor Prefeito, que comunicou a recebimento do pleito de reajuste, e juntou os documentos recebidos. De posse destes documentos, foi determinada a abertura do Procedimento Administrativo, que recebeu o nº 088/2018, em data de 21.09.2018.

Autuados os documentos o procedimento foi analisado pelo Senhor Gerente de Controle, Regulação e Fiscalização de Transporte Coletivo e demais Serviços Públicos da AGIR, que, observadas as formalidades mínimas necessárias, faz o histórico da Agência e um breve relato dos fatos.

Da mesma forma, atenta-se para o histórico dos fatos que envolvem aquela prestação de serviços, contextualizando os fatos pretéritos, e, por fim, apresenta as suas conclusões e recomendações, de ordem econômica/financeira. Neste trabalho apura que para fins de reajuste, deve ser levado em conta o interstício de 13 (treze) meses, que apontam como agosto de 2017 o mês inicial e o mês de agosto de 2018 como o mês final deste ciclo.

O número de 13 (treze) meses se deve ao fato de que o pedido formal só chegou na AGIR em setembro de 2018, e por isso o novo ciclo, terá início no mês de setembro/2018.

De outra banda, o Parecer Jurídico nº 121/2018, faz minuciosos apontamentos sobre as razões jurídicas do pedido, cita as legislações aplicáveis e por fim também entende ser devido o reajuste correspondente ao período de 13 (treze) meses e acompanha a Parecer Administrativo nº 067/2018.

DECISÃO

Vistos e analisados os documentos e fundamentos acostados ao Procedimento Administrativo nº 088/2018, aberto em razão do pedido de reajuste da Tarifa do Serviço de Transporte Coletivo apresentado pela Auto Aviação Rainha Ltda. ao município de Indaial, no qual realizado esse serviço, no atual momento, de modo precário, como se depreende do despacho exarado pelo Senhor Prefeito Municipal.

Tanto o Parecer Administrativo nº 067/2018 e o Parecer Jurídico nº 121/2018, ambos escorados em seus princípios legais, apontam no sentido de ser concedido o reajuste, correspondem ao período de 13 (treze) meses, ou seja, de agosto de 2017 até agosto de 2018, aplicando o IPCA acumulado, como bem demonstrado na Quadro 3 – Evolução IPCA acumulado – agosto/2017 a agosto/2018, do primeiro parecer acima citado.

Pelos cálculos matemáticos aplicados, o percentual acumulado do IPCA é de 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento), o que resulta em um aumento de R\$ 0,17 (dezessete centavos) sobre a tarifa em vigor, de R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos).

A tarifa, portanto, será de R\$ 4,12 (quatro reais e doze centavos), em seu valor de base, e que deverá ser arredondado para o valor de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos), tendo em vista que tal quantia irá simplificar a questão do troco entre a empresa e os usuários. Deve ser observado, no próximo ciclo de reajuste, que esse valor de R\$ 0,03 (três centavos) não poderá ser objeto de ajuste, para menor, levando-se em consideração, por falta de regulamentação própria, a observação e aplicação da Resolução nº 2132, de 03/07/07, da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestre, cuja alínea C, do anexo, prevê as formas de arredondamento da segunda casa decimal.

ISTO POSTO, concedo o reajuste de 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento), referente ao índice acumulado do IPCA, entre os meses de agosto/2017, até agosto/2018, sobre a tarifa do transporte coletivo de passageiros do município de Indaial, que passará a ser de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos).

I. O reajuste passa a vigorar a partir do décimo primeiro dia, após a publicação, na imprensa oficial do município de Indaial, pelo Poder Concedente;

II. Para a validade efetiva da aplicação do reajuste, o município de Indaial, através do Executivo, deverá expedir Decreto correspondente, além de dar ampla publicidade do aumento, pelos meios de informações com abrangência local, bem como dar conhecimento da Decisão à empresa Concessionária, no mesmo prazo de 10 (dez dias), a qual igualmente deverá dar ampla publicidade aos seus usuários previamente à aplicação do reajuste tarifário;

III. Fica determinado também que seja encaminhado a Agência Reguladora, cópia da tabela tarifária, devidamente atualizada, bem como fazer a comprovação das publicações legais e de divulgação realizadas pelo Município e pela Concessionária, bem comprovar a entrega oficial dos documentos desta Decisão à Concessionária.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Como medida complementar, atrelada a essa decisão, a Agência volta a reiterar a necessidade da instauração de procedimento licitatório para a regularização da concessão, que como já acima dito, hoje está sendo executado em situação precária. Extraia-se cópia desta, bem como dos demais documentos pertinentes e, encaminhe-se para as partes (leia-se: Executivo Municipal de Indaial e Presidente da Câmara de Vereadores de Indaial e Auto Viação Rainha Ltda.) para conhecimento e providências legais cabíveis. A presente decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br. Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, uma vez recebidas as publicações. Essa é a Decisão.

Blumenau, 08 de outubro de 2019.
Heinrich Luiz Pasold
Diretor Geral

CIMVI

CONTRATO Nº 2018/024 - LICITAÇÃO Nº 023/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA FECHAMENTO DE DOIS GALPÕES EXISTENTES NA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CIMVI EM 793M² (SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS METROS QUADRADOS)

Publicação Nº 1776062

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 023/2018 – CONVITE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/024

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Di Fatto Industria e Comercio LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa por empreitada global para fechamento de dois galpões existentes na Central de Resíduos do CIMVI em 793m² (setecentos e noventa e três metros quadrados), de acordo com as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação – Convite nº 023/2018 e seus anexos.

PRAZO: 60 dias corridos.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 17 de Outubro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

LICITAÇÃO Nº 022/2018 - PARECER DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS - LOTE 01

Publicação Nº 1776242

PARECER - ANÁLISE DE AMOSTRA

Processo Licitatório: 022/2018 – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços

Objeto: Aquisição de mobílias destinadas ao Centro Administrativo do CIMVI

Empresa convocada a apresentar a(s) amostra(s): M MOBILE EIRELI

Em referência as amostras do Lote 01 do Pregão Presencial nº 022/2018, as quais foram apresentadas pelo fornecedor acima citado, o Departamento Administrativo do CIMVI realizou análise conforme se verá a seguir:

LOTE 01 – MÓVEIS EM MDF OU MDP			
Subitem	Descrição	Marca	Resultado Análise

1.1	<p>Conjunto de Mesa em L (altura de 0,74m a 0,76m) contendo: 01 mesa de 1,50m (comprimento) x 0,60m (largura), com tampo(s) de 25mm, cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 mesa de 1,00m (comprimento) x 0,60m (largura), com tampo(s) de 25mm, cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 conexão 90 graus, sem pé, de 0,60m x 0,60m com tampo de 25mm na cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 gaveteiro fixo com 02 gavetas e travamento na 1ª gaveta contendo as seguintes medidas 35cm x 31cm x 41,5cm, cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:</p>	M Móbile	APROVADA
1.2	<p>Conjunto de Mesa em L (altura de 0,74m a 0,76m) contendo: 01 mesa de 1,32m (comprimento) x 0,60m (largura), com tampo(s) de 25mm cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 mesa de 1,00m (comprimento) x 0,60m (largura), com tampo(s) de 25mm cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 conexão 90 graus, sem pé, de 0,60m x 0,60m com tampo de 25mm na cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 gaveteiro fixo com 02 gavetas e travamento na 1ª gaveta contendo as seguintes medidas 35cm x 31cm x 41,5cm, cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:</p>	M Móbile	APROVADA
1.3	<p>Conjunto de Mesa em L (altura de 0,74m a 0,76m) contendo: 01 mesa de 1,80m (comprimento) x 0,70m (largura), com tampo(s) de 40mm, cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 mesa auxiliar de 0,90m (comprimento) x 0,45m (largura), com tampo(s) de 40mm, cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:</p> <p>01 gaveteiro fixo com 02 gavetas e travamento na 1ª gaveta contendo as seguintes medidas 35cm x 31cm x 41,5cm, cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:</p>	M Móbile	AMOSTRA (MESA DE 1,80M E MESA AUXILIAR) APRESENTADA CONTÉM TAMPO DE 25MM, SENDO QUE O TERMO DE REFERÊNCIA EXIGE TAMPO DE 40MM. AMOSTRA DO GAVETEIRO APROVADA.
1.4	Mesa de 1,50m (comprimento) x 0,70m (largura) x 0,74m a 0,76m de altura, com tampo(s) de 40mm cor nogal/preto, pé painel, conforme desenho abaixo:	M Móbile	AMOSTRA APRESENTADA CONTÉM TAMPO DE 25MM, SENDO QUE O TERMO DE REFERÊNCIA EXIGE TAMPO DE 40MM.
1.5	Mesa plataforma dupla 02 posições, pé painel contendo 120cm (largura) x 132,2cm (comprimento) x 74cm (altura), com tampo(s) de 25mm, cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA
1.6	Mesa de reunião semi oval, pé painel contendo 3,00m (comprimento) x 1,20m (largura) x 0,74m (altura), com tampo(s) de 25mm, cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA
1.7	Balcão de atendimento reto, pé painel, contendo 1,60m (largura) x 0,74m, 1,10m (altura) x 0,60m a 0,73m (profundidade) com tampo(s) de 25mm, na cor nogal/preto, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA

1.8	Balcão baixo com duas portas contendo 0,80m (largura) x 0,45m (profundidade) x 0,74m (altura) com tampo de 25mm, travamento das portas, na cor nogal/preto, com no mínimo 01 (uma) prateleira interna, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA
1.9	Balcão baixo com duas portas contendo 0,90m (largura) x 0,45m (profundidade) x 0,74m (altura) com tampo de 25mm, travamento das portas, na cor nogal/preto, com no mínimo 01 (uma) prateleira interna, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA
1.10	Balcão baixo com duas portas (com 01 prateleira interna cada, no mínimo) e com 01 vão aberto central (sem porta) contendo uma prateleira no centro contendo 1,20m (largura) x 0,74m (altura) x 0,45m (profundidade) com tampo de 40mm, travamento das duas portas, na cor nogal preto, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA
1.11	Armário alto fechado com duas portas contendo de 80cm a 90cm de largura x 159cm a 162cm de altura x 40cm a 45cm de profundidade com tampo de 25mm, travamento das portas, na cor nogal/preto, com no mínimo três prateleiras internas, conforme desenho abaixo:	M Móbile	APROVADA

Resultado: APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

Diante do resultado APROVAÇÃO COM RESSALVAS, fica a empresa M MOBILE EIRELI intimada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, substituir a amostra apresentada no subitem 1.3 (mesa de 1,80m e mesa auxiliar), com exceção do gaveteiro, bem como da amostra apresentada no subitem 1.4 (mesa de 1,50m), em conformidade com o Edital de Licitação nº 022/2018 (Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços) e seus anexos, com tampos de 40mm.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Timbó/SC, 17 de Outubro de 2018.

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

James Schmitt
Agente Administrativo
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Arlete Regilene Scoz
Gestora de Serviços
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

LICITAÇÃO Nº 023/2018 - CERTIDÃO

Publicação Nº 1776058

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

CERTIDÃO

Certifico que o prazo estabelecido na ata de abertura e julgamento dos documentos de habilitação e proposta retro transcorreu sem a interposição de eventuais recursos.

PATRICIA BARBARESCO
Presidente

LICITAÇÃO Nº 023/2018 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 1776059

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 023/2018

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 023/2018, consoante ata de julgamento.

Timbó, 17 de Outubro de 2018.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO
Advogado
OAB/SC nº 17.721

LICITAÇÃO Nº 023/2018 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1776060

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 023/2018

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 223/2018,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Convite nº 023/2018, o participante:

DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	R\$80.930,00
--	--------------

Timbó, 17 de Outubro de 2018.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2018 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2018**

Publicação Nº 1775538

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2018

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 28/2018

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.

Contratada: ISRAEL MARCOS GAERTNER ME (CNPJ: 81.771.750/0001-69).

Objeto: Aquisição de serviço de encadernação e capa, impressão de cópias coloridas da capa e contracapa (impressão a laser na folha 180 gramas), impressão de cópias coloridas simples e preto/branco de 25 unidades do Relatório de Atividades realizadas em 2017 pelo CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$470,00 (quatrocentos e setenta reais).

Data: Joinville, 16 de outubro de 2018.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

CIS-AMAVI**RESOLUÇÃO Nº 076, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1775433

RESOLUÇÃO Nº 076, de 16 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR LUIZ CUNHA, Presidente do Conselho de Administração do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, com base na alínea "b" do inciso I, § 6º da Cláusula Décima Terceira do Contrato de Consórcio Público, resolve:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na cláusula décima terceira, do Contrato de Consórcio e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, na Portaria nº 274 de 13 de maio de 2016 da Secretaria do tesouro Nacional, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

- I. as prioridades e metas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí;
- II. a organização e estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV. as disposições sobre a dívida pública do Consórcio;
- V. as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI. as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Resolução o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CIS-AMAVI**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2019 estão discriminadas no Anexo I desta Resolução, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.

Art. 3º Será observado na programação da resolução orçamentária anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Conselho de Administração poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Resolução e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Resolução, entende-se por:

- I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II. ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI. unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII. receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII. execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX. execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X. execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para 2019 evidenciará as receitas e despesas, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I. Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
- II. Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
- III. Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;
- IV. Demonstrativo da despesa por categoria econômica, grupos de natureza de despesa e modalidade de aplicação em cada unidade orçamentária;
- V. Programa de trabalho;
- VI. Programa de trabalho de governo – demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
- VII. Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
- VIII. Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos;
- IX. Quadro demonstrativo da despesa (QDD) por órgãos e funções;
- X. Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2019;
- XI. Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2019;

Parágrafo único. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso IX deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por resolução do Presidente do Conselho de Administração dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido nesta Resolução como categoria de programação.

Art. 7º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

- I. Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;
- II. Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (princípio da transparência - Art. 48 da LRF);
- III. Demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 8º Os orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação.

Art. 9º Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2019, deverão observar os efeitos da inflação do período e o crescimento econômico.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o CIS-AMAVI, adotará os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Consórcio, aqueles constantes do anexo III desta Resolução (artigo 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão custeados com o excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão do Orçamento Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 13. O Presidente do Conselho de Administração, estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação do Orçamento Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 14. Os projetos e atividades priorizados no Orçamento para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º No Orçamento Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 15. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário – financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 17. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (artigo 45 da LRF).

Art. 18. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 19. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Portaria do Presidente do Conselho de Administração.

Art. 20. Durante a execução orçamentária de 2019, o Conselho de Administração, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta Resolução.

Art. 21. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado no Orçamento para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 22. No Orçamento de 2019 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento a despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 23. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Resolução específica.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Conselho de Administração, mediante Resolução autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma do Contrato de Consórcio, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 25. Para efeito desta Resolução e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 27. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Presidente do Conselho.

Art. 28. O CIS-AMAVI está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a aquisição de equipamentos realização de obras ou serviços, durante o exercício de 2019.

Art. 29. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal de Agrônômica
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

CIS/AMMVI

ATA DE ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO DE ITENS - REGISTRO DE PREÇOS 16/2017 - 17/10/2018

Publicação Nº 1776144

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO
PEDIDOS DE CANCELAMENTO DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 16/2017

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI (Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, em Blumenau/SC), reuniram-se Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 174 de 23/10/2017, para análise e decisão quanto aos pedidos de cancelamento de itens das Atas de Registro de Preços nº 12/2018, 26/2018 e 31/2018, firmadas em decorrência do Pregão Eletrônico nº 016/2017, cujo objeto é

o Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ 03.652.030/0001-70 solicitou cancelamento para o item 302, aduzindo, para tanto, que o fármaco encontra-se em falta no mercado nacional, tendo anexado ao seu requerimento, além da negativa do laboratório/marca homologado, a negativa do laboratório Natulab e de ALK Comércio e Representações LTDA. Considerando que não houve comprovação inequívoca da falta do medicamento junto aos demais laboratórios fabricantes, visto ser possível, com a anuência deste consórcio público, a troca de marca, o pedido de cancelamento é por ora indeferido.

MEDILAR IMORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA. – CNPJ 07.752.236/0001-23 solicitou cancelamento para o item 231, aduzindo, para tanto, que ocorreram fatos imprevisíveis e supervenientes que impedem o fornecimento do fármaco, tendo anexado ao seu requerimento tão somente a negativa do laboratório/marca homologado. Considerando que não houve apontamento de quais causas especificamente ensejam o pedido de cancelamento, tampouco comprovação inequívoca da falta do medicamento junto aos demais laboratórios fabricantes, visto ser possível, com a anuência deste consórcio público, a troca de marca, o pedido de cancelamento é por ora indeferido.

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. – CNPJ 02.816.696/0001-54 solicitou cancelamento para o item 10, aduzindo, para tanto, que o produto homologado não atende ao descritivo do item, visto que o solicitado são ampolas com 5 ml e a apresentação do item cotado pela empresa é de ampolas com 10 ml. Informou, ainda, que a divergência não foi constatada anteriormente pois ainda não haviam sido rejeitados os produtos que vinham sendo entregues, tendo sido a primeira recusa feita pelo Município de Pomerode. Considerando que de fato ocorreu equívoco por parte da Pregoeira e Equipe de Apoio tanto no momento da análise da documentação técnica encaminhada pelo fornecedor, quanto do momento da homologação, o item 10 resta cancelado da Ata de Registro de Preços nº 31/2018, restando igualmente canceladas quaisquer Autorizações de Fornecimento que porventura constem em aberto para entrega do referido item, não cabendo a aplicação de quaisquer penalidades. Caberá à Equipe de Apoio consultar os próximos licitantes na ordem de classificação quanto à possibilidade de assumir o item acima indicado nas mesmas condições do licitante vencedor.

Encerrada a reunião, foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Lígia Hoepfner
Pregoeira

Daniella M. Tarouco Mônica M.C.M. Silva Silvani M.S. Amaral
Equipe de Apoio Equipe de Apoio Equipe de Apoio

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018 - TESTES RÁPIDOS DE GRAVIDEZ

Publicação Nº 1775439

Segunda republicação trimestral da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico 003/2018, publicada na Edição nº 2505 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 18 de abril de 2018, páginas 920-921.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL
PREGÃO ELETRÔNICO 03 / 2018
(Vigência de 18/04/2018 até 18/04/2019)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2018, registrar o preço da empresa indicada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de testes rápidos de gravidez, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2018.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 14 (quatorze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2018.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. – CNPJ 11.318.264/0001-04					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Tira reagente para teste de gravidez (BETA HCG) - teste de gravidez em tiras imunocromatográficas, de etapa única, específica para determinação da gonadotrofina coriônica humana (HCG) em amostra de soro de urina com uma sensibilidade de 25 MUI/ML, somente para diagnóstico in vitro, embaladas individualmente em caixa com no máximo 100 tiras, contendo saquinho dessecante para conservação das tiras e instruções de uso. Deverá constar dados de identificação, lote, validade e controle interno do teste (validade mínima de 12 meses após emissão da NF de entrega).	EBRAM	12.232	R\$ 0,590	R\$ 7.216,880

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados de sua publicação (18/04/2018 até 18/04/2019).

4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o limite que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

3.3.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

3.4.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

3.4.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

4.4.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir do fornecedor vencedor o item relacionado neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2018 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2018 em relação ao fornecedor vencedor ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau/SC, 18 de abril de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CIS/AMURES**ATA Nº 25 / 2018 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO CIS/AMURES**

Publicação Nº 1775968

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2018.

Aos dezessete dias do mês de Outubro de dois mil e dezoito, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação e Credenciamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e membros formado pelas senhoras Camilla Coriander de Souza Alves, Denise Regina Alves. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento da seguinte empresa: SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO EIRELI - ME. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) e 5.3 (Cinco ponto três) do Processo nº 02 de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e dezoito e Edital nº 02 de Credenciamento de dois mil e dezoito, foi considerada habilitada, eis que apresentou toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação da empresa citada, procedeu-se a declaração de inexigibilidade, o termo de ratificação e o extrato de inexigibilidade de licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento; Camilla Coriander de Souza Alves, Denise Regina Alves (membros).

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento CIS/AMURES

CAMILLA CORIANDER DE SOUZA ALVES

Membro CIS/AMURES

DENISE REGINA ALVES

Membro CIS/AMURES

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 35/2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1775972

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 35/2018

Contrato de Credenciamento que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS/AMURES e a empresa SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO EIRELI - ME.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS/AMURES, neste ato representado por sua Presidente, Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, brasileira, casada, Prefeita do Município de Palmeira, com RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, residente e domiciliado na cidade de Palmeira/SC, de ora em diante denominado "Contratante" e de outro lado, a empresa SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 09.643.306/0001-30, neste ato representada pelo Sr. SALVIO LUIZ GONÇALVES, inscrito no CPF nº 289.082.109-97, de ora em diante denominado "Contratado", respectivamente deliberam assinar o presente Contrato de Credenciamento, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa a contratação/aquisição de serviços de perícia médica administrativa e exames admissional, demissional e periódico, para o atendimento dos usuários de saúde dos municípios consorciados do CIS/AMURES, conforme Edital de Credenciamento 02/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do presente Contrato será da data da assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2018, permitida a prorrogação de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - Os valores pagos serão de acordo com tabela própria do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital nº 02/2018 de credenciamento, os quais serão solicitados pelos municípios consorciados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, para os serviços que forem prestados até o dia 20 do mês em faturamento, acompanhado do respectivo documento fiscal.

4.2 A comprovação da realização dos serviços se dará mediante apresentação de relatório constando o nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidos pelo CIS/AMURES e assinadas pelo funcionário responsável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

Para cumprimento do presente contrato em seus objetivos o contratado obriga-se a cumprir rigorosamente os termos do presente contrato

e o Edital de Credenciamento 02/2018, bem como:

5.1 - Compete ao CONTRATANTE:

- 5.1.1. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo I";
- 5.1.2. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- 5.1.3. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Edital e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- 5.1.4. Fornecer as autorizações para execução dos serviços.

5.2 - Compete ao CONTRATADO:

- 5.2.1. Executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- 5.2.2. Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CIS/AMURES;
- 5.2.3. Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CIS/AMURES sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste contrato;
- 5.2.4. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Edital e relatório constando nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CIS/AMURES e assinadas pelo paciente.
- 5.2.5. Apresentar laudo técnico;
- 5.2.6. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- 5.2.7. Comunicar ao CIS/AMURES, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 5.2.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- 5.2.9. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- 5.2.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CIS/AMURES, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- 5.2.11. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.
- 5.2.12. O médico deverá observar a legislação municipal funcional de cada município.
- 5.2.13. Acessar as informações constantes dos programas PPRA e PCMSO para emissão dos exames de saúde ocupacional.

CLAÚSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS:

- 6.1 Os recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde dos Municípios consorciados serão repassados para conta do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS / AMURES, Ano Base / 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO OU PRORROGAÇÃO:

- 7.1 O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente pelo Contratante, pelo não cumprimento de qualquer uma das obrigações citadas nas cláusulas anteriores, bem como poderá ser prorrogado através de Termo Aditivo, se após o prazo estipulado, ainda houver necessidade dos serviços e interesse de ambas as partes, pelo prazo máximo de 60 meses.

CLAÚSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO:

8.1 Constituem motivo para o descredenciamento:

Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou para promover a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do credenciado;

Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93

Interesse manifesto de descredenciamento, mediante solicitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

- 8.2 A decisão de descredenciamento ou suspensão do credenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo CIS/AMURES, será precedida da concessão do prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa, como garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa. O pedido expresso de reconsideração do descredenciamento, apresentado em prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da aplicação da sanção, será avaliado pelo CIS/AMURES e decidido no prazo de 05 (cinco) dias úteis

CLAÚSULA NONA - PENALIDADES:

- 9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato pelo contratado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666 / 93, podendo a multa ser arbitrada no valor de 10% (dez por cento) do fornecimento do valor total do bem ou serviço, além de todas as medidas legais cabíveis.

CLAÚSULA DÉCIMA - FORO:

- 10.1 Fica eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

E por estarem assim acordes, assinam as partes o presente contrato o qual apresenta - se em 02 (duas) vias de igual teor e assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para que produza seus devidos e legais efeitos.

Lages / SC, 18 de Outubro de 2018.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA SALVIO LUIZ GONÇALVES
Presidente CIS/AMURES SST Segurança e Saúde do Trabalho

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CIS/AMURES

Publicação Nº 1775977

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, no uso de atribuições legais e considerando o que consta deste Processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores para Credenciamento de pessoas jurídicas da área de medicina do trabalho, para a prestação de serviços, compreendendo perícia médica administrativa e exames admissional, demissional e periódico.

Contratada – SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO EIRELI - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.643.306/0001-30 com sede à Avenida Presidente Vargas nº 1882, bairro Coral, cidade Lages/SC.

Valor do Contrato – Valor da perícia médica administrativa e dos exames admissional, demissional e periódico conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2018.

Assim, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, vimos comunicar a Senhora Presidente do CIS/AMURES da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Lages, 17 de Outubro de 2018.

Guilherme Rangel Bianchini
Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – CIS/AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Presidente do CIS/AMURES, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2018 – CIS/AMURES, RATIFICA a declaração de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO EIRELI - ME para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor da perícia médica administrativa e dos exames admissional, demissional e periódico conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2018 e em suas alterações, no período de 18 de Outubro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018 ficando autorizada a prorrogação na forma do inc. IV, do art. 57, da Lei 8.666/93, observado o limite máximo de 60 meses, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Lages, 17 de Outubro de 2018.

Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº34/2018 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a ratificação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO EIRELI - ME Objeto: Contratação/Aquisição dos serviços de perícia médica administrativa e exames admissional, demissional e periódico Valor: pelo valor da perícia médica administrativa e exames admissional, demissional e periódico conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2018. Período de duração: 18 de Outubro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 17 de Outubro de 2018. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

CIRSURES**TERMO ADITIVO 015-2018 CIRSURES**

Publicação Nº 1775434

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 031/2015 Termo Aditivo nº 015/2018

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: PADOIN FONTANELLA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 04.340.499/0001-37

Processo Licitatório n.º 006/2015

Objeto: Aditivo de prazo do contrato prorrogado por mais 12 meses, termino final em 01/10/2019 e reajuste financeiro para equilíbrio econômico para fornecimento de combustível. Sendo que o reajuste estabelecido para o Diesel S10 foi de R\$ 0,24 (vinte quatro centavos) e Gasolina Comum foi de 0,28 (vinte oito centavos).

Data da assinatura: 25/09/2018

Urussanga (SC), 17 de outubro de 2018.